



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2172

Quinta-feira - 19 de Janeiro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Guaramirim.....	367	Peritiba.....	554
Alto Bela Vista.....	10	Guarujá do Sul.....	368	Pinheiro Preto.....	555
Anchieta.....	11	Herval d'Oeste.....	369	Pomerode.....	558
Antônio Carlos.....	18	Ibiam.....	373	Porto Belo.....	560
Arabutã.....	21	Ibicaré.....	384	Pouso Redondo.....	561
Arroio Trinta.....	22	Ilhota.....	385	Presidente Nereu.....	562
Ascurra.....	24	Imarui.....	388	Princesa.....	577
Balneário Piçarras.....	25	Imbituba.....	401	Rio das Antas.....	579
Balneário Rincão.....	26	Indaial.....	405	Rio do Sul.....	580
Barra Velha.....	27	Iomerê.....	410	Rio Fortuna.....	581
Bela Vista do Toldo.....	28	Ipuacú.....	411	Romelândia.....	582
Benedito Novo.....	30	Ipumirim.....	414	Salto Veloso.....	583
Biguaçu.....	31	Irineópolis.....	418	Santa Cecília.....	586
Blumenau.....	36	Itá.....	423	Santa Rosa do Sul.....	594
Bom Jesus do Oeste.....	37	Itapiranga.....	424	Santa Terezinha do Progresso.....	595
Botuvera.....	39	Itapoá.....	425	São Bento do Sul.....	596
Braço do Trombudo.....	40	Jacinto Machado.....	447	São Bonifácio.....	603
Brusque.....	41	Jaraguá do Sul.....	460	São João Batista.....	605
Caçador.....	45	Joaçaba.....	465	São João do Oeste.....	607
Camboriú.....	94	Lages.....	476	São João do Sul.....	608
Campo Alegre.....	95	Laguna.....	477	São Joaquim.....	628
Campos Novos.....	114	Lauro Muller.....	481	São José.....	631
Canoinhas.....	124	Lebon Regis.....	485	São José do Cedro.....	713
Capinzal.....	126	Leoberto Leal.....	494	São Lourenço do Oeste.....	716
Catanduvas.....	144	Lindóia do Sul.....	495	São Miguel do Oeste.....	718
Caxambu do Sul.....	188	Lontras.....	498	São Pedro de Alcântara.....	719
Celso Ramos.....	189	Luzerna.....	499	Seara.....	720
Chapadão do Lageado.....	192	Maracajá.....	508	Serra Alta.....	723
Chapecó.....	193	Marema.....	509	Siderópolis.....	724
Cocal do Sul.....	198	Meleiro.....	510	Sombrio.....	725
Concórdia.....	214	Modelo.....	511	Sul Brasil.....	727
Coronel Martins.....	216	Mondaí.....	512	Tigrinhos.....	728
Correia Pinto.....	217	Monte Carlo.....	515	Tijucas.....	729
Corupá.....	220	Morro da Fumaça.....	516	Timbé do Sul.....	730
Curitibanos.....	221	Navegantes.....	518	Timbó.....	732
Ermo.....	224	Nova Trento.....	523	Três Barras.....	736
Eral Velho.....	225	Novo Horizonte.....	524	Treze Tilias.....	762
Faxinal dos Guedes.....	226	Orleans.....	525	Trombudo Central.....	764
Flor do Sertão.....	227	Otacílio Costa.....	526	Tunápolis.....	765
Forquilha.....	228	Palhoça.....	527	União do Oeste.....	766
Fraiburgo.....	229	Palma Sola.....	535	Vargem Bonita.....	768
Garopaba.....	236	Papanduva.....	536	Vidal Ramos.....	769
Garuva.....	342	Paraíso.....	537	Videira.....	770
Gaspar.....	343	Passo de Torres.....	538	Xanxerê.....	771
Governador Celso Ramos.....	354	Passos Maia.....	539	Xaxim.....	772
Grão Pará.....	357	Paulo Lopes.....	547	Zortéa.....	774
Guaraciaba.....	363	Penha.....	549		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2172

Quinta-feira - 19 de Janeiro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Associações

FECAM 817

Consórcios

AGIR 818

CIGA 819

CIMVI..... 838

CIS/AMMVI 839

CIAPS..... 856

Editais de Notificação

Bom Jardim da Serra 859

Botuverá..... 865

Chapecó 876

Doutor Pedrinho..... 877

Guaraciaba 887

Herval d'Oeste 906

Jacinto Machado 922

Lajeado Grande..... 949

Lebon Régis 950

Morro da Fumaça 952

Passo de Torres..... 962

Pinheiro Preto 966

Planalto Alegre..... 985

Porto União..... 999

Salto Veloso 1053

Santa Rosa do Sul 1064

São Cristóvão do Sul..... 1086

São Pedro de Alcântara..... 1093

Seara 1104

Serra Alta 1160

Sul Brasil 1172

Timbé do Sul 1177

Treze Tílias 1199

Vargem Bonita 1200

Vidal Ramos..... 1205

Vitor Meireles..... 1212

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

076/2017

PORTARIA Nº 76/2017 – DE 18 DE JANEIRO DE 2017

“Autoriza Secretário Municipal a dirigir veículos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social para o desempenho de atividades públicas do Município”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere, e na forma do disposto no inciso VIII do art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizada a Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, a dirigir os veículos oficiais pertencentes a respectiva Secretaria quando as atividades institucionais assim o exigirem para seu eficiente desempenho.

Art. 2º. A autorização fica restrita aos veículos os quais a referida condutora possua Carteira Nacional de Habilitação - CNH, compatível com a categoria.

Art. 3º. Fica expressamente proibido:

I - ceder a direção dos veículos a terceiros;

II - utilizar os veículos em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a autorização;

III - conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 4º. Fica a cargo da condutora quando da utilização dos veículos oficiais, realizar a verificação das condições dos mesmos, bem como dos equipamentos obrigatórios para trafegar, sendo de sua responsabilidade qualquer ônus decorrente de ato culposo ou doloso que venha a cometer na sua condução.

Art. 5º. As normas do Código de Trânsito Brasileiro devem ser rigorosamente observadas, ficando às espessas da referida condutora o pagamento de multas que por ventura advirem do seu descumprimento.

Art. 6º. A condutora quando da utilização dos veículos oficiais deverá:

I - preencher corretamente o diário de bordo;

II - exibir a presente autorização, sempre que solicitada por quem de direito;

III - findo o deslocamento, guardar o veículo oficial junto ao órgão detentor.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce(SC), 18 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

Escolar – PNAE – 1º semestre de 2017, devendo ser entregue documentação e plano de vendas até o dia 31 de janeiro de 2016 às 11h00, junto ao setor de licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Água Doce, situada na Praça João Macagnan, 322.

Água Doce, SC, 18 de janeiro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1/2017 - DISPENSA Nº. 1/2017 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 1/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO 1/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1/2017, “DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 1/2017”, destinado a locação de espaço para funcionamento do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social de Água Doce. Processo julgado em consonância com art. 24 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 18 de janeiro de 2017

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

Gestora do FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 1/2017

PREGÃO PRESENCIAL 1/2017

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 1/2017, na modalidade “PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2017”, do tipo “MENOR PREÇO POR ITEM”, destinado a aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 31 de janeiro de 2017 às 08h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 18 de janeiro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que está aberto edital de chamada pública n. 001/2017 para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 2/2017

PREGÃO PRESENCIAL 2/2017

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 2/2017, na modalidade “PREGÃO PRESENCIAL nº 2/2017”, do

tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de material impresso – notas de produtos rural e capas - o qual será processado e julgado no dia 31 de janeiro de 2017 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 18 de janeiro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3/2017 - DISPENSA Nº. 1/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 3/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO 1/2017

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 3/2017, "DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 1/2017", destinado a locação de espaço físico para funcionamento do Conselho Tutelar de Água Doce. Processo julgado em consonância com art. 24 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 18 de janeiro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2016 SETEMBRO - OUTUBRO

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)		0,00	0,00	0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)	
DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	6.299,00	6.299,00	3.701,00	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	10.000,00	6.299,00	6.299,00	3.701,00	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-10.000,00	-6.299,00	-	-3.701,00	
FONTE:					

AGUA DOCE, 31/10/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF N° 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2016 SETEMBRO - OUTUBRO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016	2015		
Caixa			0,00		0,00	

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2016	2015	
		0,00	0,00
Bancos Conta Movimento		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	RECETAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)			

Continua 3/4



Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 31/10/2016

JORGE RONE HASLINGER

NILZA APARECIDA MENDES

PRESIDENTE CPF Nº 0620290994 CONTADORA CRC/SC Nº 016632

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.359, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - CMDE.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial pela Lei Complementar 64/2014 de 10/10/2014.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as seguintes pessoas para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - CMDE, conforme dispõe o artigo 15º Lei Complementar n.º 064, de 10 de outubro de 2014:

I – Membros da área governamental:

a) Por indicação da Prefeita Municipal

José Luiz Rettore (titular);

Gustavo Elias Lohmann (suplente);

b) Da Gerência de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico:

Jacqueline Milena de Borba Weirich (titular);

Guilherme Vargas (suplente);

c) Da Gerência de Urbanismo e Habitação;

Gilberto Rech (titular);

Angélica Neumann (suplente);

II – Membros da área não governamental:

a) Membros indicados do Comércio, Indústria e Prestação de Serviços:

Douglas Kerber (titular);

Valmor Ribeiro (titular);

Paulo Gossenheimer (suplente);

Márcia Tomazetto Horn (suplente);

b) Membros indicados pelas entidades legalmente constituídas no Município;

Hildegard Becker (titular);

Nelci Bouckhardt (suplente);

Art. 2º Por se tratar de atividades consideradas de relevantes serviços públicos, os servidores ora nomeados não percebem qualquer remuneração adicional o exercício destas funções.

Art. 4º. Fica revogado os efeitos do Decreto nº 2222, de 1º de julho de 2016.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 16 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

A Prefeita Municipal torna público que ratificou o ato do Senhor Vilmar José Zonta, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Inciso I e II, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para a contratação de empresa visando o fornecimento de livros didáticos do Sistema de Ensino Aprende Brasil e Assessoramento Pedagógico, em favor da empresa EDITORA POSITIVO LTDA, no valor de R\$ 73.827,80 (setenta e três mil oitocentos e vinte e sete reais e oitenta centavos), com vigência até 31/12/2017.

Alto Bela Vista, SC, 17 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº 006/2017

DECRETO Nº 006, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, COM SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES, NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC PARA O FIM DE REGULAMENTAR, EM ÂMBITO LOCAL, AS PARCERIAS E OS ACORDOS DE COOPERAÇÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações,

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º Recepçiona, no âmbito local, as definições previstas no art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as atualizações e os acréscimos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de setembro de 2015.

§ 2º Aplica-se subsidiariamente ao disposto neste Decreto:

I - o Decreto Federal nº 8.428, de 2 de abril de 2015, que dispõe sobre Procedimento de Manifestação de Interesse, a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública;

II - o Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

§ 3º A administração pública municipal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá, sempre que possível, critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.

§ 4º A Secretaria de Administração e Gestão publicará, no sítio eletrônico oficial do Município, informações que contemplem os procedimentos a serem observados em todas as fases da parceria, para orientar os gestores públicos e as organizações da sociedade civil, nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e suas alterações.

§ 5º A atualização das informações referidas no § 3º deve ser constante, tendo como base as alterações da legislação federal.

§ 6º As demais secretarias da administração pública municipal poderão editar orientações complementares, de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais.

Art. 2º As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio das seguintes modalidades:

I - termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver

transferência de recurso financeiro; ou

II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.

Art. 3º O acordo de cooperação previsto no inciso II do art. 2º:

I - poderá ser proposto pela administração pública municipal ou pela organização da sociedade civil.

II - será firmado pelo Prefeito, permitida a delegação;

III - poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

Parágrafo Único: São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos referidos no art. 5º do Decreto Federal nº 8.726/2016.

Art. 4º O termo de fomento ou termo de colaboração se dará nos termos estabelecidos nos Capítulos a seguir do presente decreto.

CAPÍTULO II DO CHAMAMENTO PÚBLICO E DA SELEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

Art. 5º A seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela administração pública municipal, por meio de chamamento público, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e suas alterações.

§ 1º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, mediante formalização de termo de atuação em rede, se houver previsão no edital, observadas as formalidades dos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 2º O chamamento público para celebração de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros, poderá ser formalizada, em sua fase interna, pelos respectivos conselhos, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.

§ 3º Os termos de fomento ou de colaboração que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados com dispensa do chamamento público, nos termos do arts. 29 e 30, VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexigível nas hipóteses previstas nos art. 30 e art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, mediante decisão fundamentada do Prefeito, nos termos do art. 32 da referida Lei.

§ 5º Além das condições exigidas pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, a organização da sociedade civil interessada em parceria, nos termos deste Decreto, não poderá estar em débito com a fazenda pública municipal.

Art. 6º A administração pública municipal nomeará Comissão de Seleção e de Julgamento para o Chamamento Público, sendo está um órgão colegiado, composto por três agentes públicos, designados por portaria, com pelo menos dois de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 1º Quando se tratar de Chamamento Público para parceria que envolva programas ou políticas públicas setoriais, a Comissão de que trata este artigo poderá ser composta por mais dois servidores da Secretaria na qual o projeto será realizado.

§ 2º Na portaria de nomeação o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção assumirão a responsabilidade pela condução dos trabalhos.

§ 3º Será impedida de participar de Comissão, para fins deste artigo, o servidor que, nos últimos cinco anos, tenha mantido vínculo

jurídico com, ao menos, uma das entidades em disputa.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

§ 5º O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 7º A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.

§ 2º Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

II - as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

III - os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV - o valor global.

Art. 8º A administração pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 9º As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

§ 1º Os recursos que não forem reconsiderados pelo colegiado no prazo de cinco dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados ao Prefeito para decisão final.

§ 2º Os recursos poderão ser apresentados no setor de protocolo da Prefeitura.

§ 3º Não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste artigo.

Art. 10. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública municipal deverá homologar e divulgar as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 11. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à administração pública municipal, diretamente na Secretaria vinculada à área de atuação do projeto pretendido, para que esta avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

§ 1º O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação de viabilidade, de custos, de benefícios e de prazos de execução da ação pretendida.

§ 2º Preenchidos os requisitos, a administração pública municipal deverá tornar pública a proposta no sítio eletrônico do Município e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema.

§ 3º A realização do procedimento previsto no § 2º não obrigará a execução do projeto proposto, que acontecerá de acordo com as possibilidades da administração pública municipal.

§ 4º A Manifestação de Interesse social não dispensa a convocação, por meio de chamamento público, para a celebração de parceria.

§ 5º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público.

Art. 12. A execução das parcerias pode se dar por atuação em rede de duas ou mais organizações da sociedade civil, a ser formalizada mediante assinatura de termo de atuação em rede.

§ 1º A atuação em rede pode se efetivar pela realização de ações coincidentes, quando há identidade de intervenções, ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria.

§ 2º A rede deve ser composta por:

I - uma organização da sociedade civil celebrante da parceria com a administração pública municipal, que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

II - uma ou mais organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes da parceria com a administração pública municipal, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a organização da sociedade civil celebrante.

§ 3º A atuação em rede não caracteriza subcontratação de serviços e nem descaracteriza a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil celebrante.

§ 4º Aplica-se, à atuação em rede, o disposto nos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 13. A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável por:

I - monitorar o conjunto de parcerias;

II - apresentar proposta de aprimoramento dos procedimentos;

III - padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação; e

IV - homologar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§ 1º A administração pública municipal designará, por portaria, os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser constituída por três membros, pelo menos dois servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal.

§ 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos, especialmente quando a parceria envolver programas ou políticas públicas setoriais.

§ 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas nos arts. 51 a 53 do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 4º O monitoramento e a avaliação de parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados pela Comissão Municipal com atuação temática na respectiva área- fim.

Art. 14. O membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil ou que tenha participado da Comissão de Seleção e de Julgamento.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Para os processos administrativos das parcerias formalizadas nos termos deste Decreto será observado, subsidiariamente, o que dispõe a Lei da União nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. A juízo da administração pública municipal e a pedido da organização da sociedade civil, poderá ser realizada audiência para esclarecimento necessário à instrução do processo.

Art. 16. Não constituem parceria, para fins do disposto neste

Decreto:

I - os patrocínios, apoio financeiro e contribuições concedidos a atividades e/ou projetos a qualquer pessoa física ou jurídica, nos termos da LC nº 101, art. 26;

II – subvenções sociais para entidades de que trata a Lei nº 13.019, art. 3º, IV; III – subvenções econômicas;

Art. 17. No âmbito da administração pública municipal, a prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica, relacionada à execução da parceria, prevista no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, caberá à Procuradoria do Município.

§ 1º Antes de promover a tentativa de conciliação e solução administrativa, o órgão jurídico deverá consultar a Secretaria de Administração e Gestão, quanto à existência de processo de apuração de irregularidade concernente ao objeto da parceria.

§ 2º É assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado perante a administração pública municipal, especialmente em procedimento voltado à conciliação e à solução administrativa de dúvidas decorrentes da execução da parceria.

Art. 18. A administração pública municipal fará reuniões públicas com as organizações da sociedade civil, a fim de orientá-las quanto à Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como sobre a aplicação deste Decreto.

Art. 19. As prestações de contas ficam regidas pela Instrução Normativa nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e suas alterações.

Art. 20. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, 13 de janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 13 de janeiro de 2017.

Fernanda Cristina Segalin
Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 008/2017

DECRETO Nº. 008/2017, de 18 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º - Designar: VANUSA CANTÚ, ROBSON SWIRKE, NEORI HOPPE, brasileiros, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência do primeiro, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2017 para o quadro de servidores do Hospital Municipal Anchietaense, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos, instaurados através do Edital de Processo Seletivo nº. 001/2017.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de

acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, divulgue-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, 18 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 18 de janeiro de 2017.

Fernanda Cristina Segalin
Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 009/2017

DECRETO Nº. 09/2017, de 18 de janeiro de 2017

Dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira, para o exercício de 2017, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no caput dos arts. 8º e 13, da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 e demais vigentes constitucionais e legais,

DECRETA :

Art. 1º A movimentação orçamentária do exercício financeiro de 2017, do Orçamento Geral do Município, dar-se-á através do ingresso das receitas e pelo empenhamento das despesas constantes das dotações Orçamentárias, relativamente aos seus Órgãos, Fundos e Autarquia, constantes da Lei Municipal nº. 2.222, 10 de dezembro de 2015, ficando limitados em conformidade com o disposto nos Anexos I, II, III e IV integrantes deste, Ato.

§ 1º Excluem-se do disposto no caput deste artigo as dotações;

I - relativas aos grupos de despesa:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) juros e encargos da dívida;
- c) obrigações tributárias e contributivas;
- d) precatórios e despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado; e,
- e) amortização da dívida.

II - à conta de recursos de doações consignadas no orçamento com saldo suficiente ao cumprimento deste ato;

§ 2º O empenhamento e pagamento de despesas à conta das fontes de recursos constantes dos Anexos deste Ato, somente poderão ocorrer, respeitadas as dotações aprovadas, até o montante da efetiva arrecadação das receitas correspondentes no presente exercício.

§ 3º No processo regular de empenhamento de despesas por estimativa e global, considera-se para efeitos deste artigo, as despesas propriamente liquidadas dentro dos respectivos períodos.

Art. 2º Fica vedada a transferência de recursos ou o empenhamento de novas despesas, exceto as nos casos previstos no art. 1º deste Decreto, para as unidades orçamentárias que ultrapassarem o limite de pagamento estabelecido neste Ato, enquanto perdurar

a situação de excesso de pagamentos, em obediência ao prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º Os créditos suplementares e especiais que vierem a serem abertos durante o exercício, bem como nos casos dos créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

Art. 4º A execução orçamentária da despesa com pessoal e encargos sociais dos órgãos do Município no exercício de 2017, obedecerá, em cada mês, ao cronograma estabelecido nos respectivos Anexos integrantes deste Ato.

§ 1º Somente será admitidos à realização de despesa superior ao limite estabelecido no caput com o objetivo de pagamento da folha normal com seus respectivos encargos.

§ 2º As demais despesas com pessoal somente poderão ser realizadas, em cada mês, depois de assegurado o pagamento das despesas previstas no § 1o.

§ 3º Para efeito deste Decreto, a folha normal compreende as despesas com remuneração do mês de referência, décimo - terceiro salário e férias e demais na modalidade do grupo de despesa 3.1., da Portarias nºs 42, Portaria Interministerial nº. 163, Portaria Conjunta nº 01 e demais legislações posteriores vigentes.

§ 4º A ocorrência da situação prevista no § 1o deste artigo deverá ser objeto de justificativa junto à Secretaria Municipal da Fazenda, quando do encaminhamento das informações sobre a execução de despesas de pessoal e encargos sociais do mês correspondente.

Art. 5º Os recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária de 2017 e seus créditos adicionais, dos Poderes deste Ente Federado, inclusive, créditos recebidos mediante descentralização, ser-lhes-ão entregues até o último dia de cada mês.

Art. 6º Os Órgãos deste Ente Federado, no âmbito de suas respectivas competências, adotarão as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, em 18 de janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO que o presente ato
foi registrado e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 18/01/2017

Fernanda Cristina Segalin
Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA Nº 46/2017

PORTARIA Nº. 46/2017
De, 17 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares ao Servidor Público Municipal senhor Carlos Augusto Antonietti, ocupante do cargo

de Engenheiro Agrônomo, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 16/01/2017 à 14/02/2017.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 17 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 47/2017

PORTARIA Nº. 47/2017
De, 17 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares à Servidora Pública Municipal senhora Lucimara Davi, ocupante do cargo de Assistente de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 16/01/2017 à 14/02/2017.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 17 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 48/2017

PORTARIA Nº. 48/2017
De, 17 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Ficam concedida férias regulamentares ao Servidor Público Municipal senhor Cristiano Marcolin, ocupante do cargo de Operador II, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 17/01/2017 à 15/02/2017.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 17 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 49/2017

PORTARIA Nº. 49/2017
De, 17 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares para as servidoras: Clarisse Ana Foschiera,, Inês de Cesare Carpeggiani, Jovilde Prior, Marli Terezinha Uliana Presotto, Silvana Maria Scopel Garlet e Sirlei de Oliveira Tabaldi, ocupantes do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotadas na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 17 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 50/2017

PORTARIA Nº. 50/2017
De, 17 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses,

Art. 1º - Fica concedida Licença-Prêmio pelo período de 03 (três) meses para a Servidora Pública Municipal, senhora Geneci Rodrigues da Silva, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 18/01/2017 à 17/04/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 17 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 51/2017

PORTARIA Nº. 51/2017
De, 18 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias aos Professores do Ensino Fundamental Efetivos,

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares, para os Servidores Públicos Municipais: Carmen Justina Gorczveski, Cerlei Maria Prevedello, Claudete Prior Watte, Cleusa Dominga Prior Didomênico, Dario Edson Signor, Ivete Terezinha Junges Schú, Ivone Maria Rizzotto Kraemer, Josemir Forgiarini, Lenir Marilene Lucas, Liliana Maria Martini Lenhardt, Liliane Schaeffer, Luciana do Amaral crestani, Maira Kossmann, Marcia Back, Marcia Maria Parmezani, Maria Roseli Lucas, Rafael Schenkel, Rosane Grabin Caumo, Rosângela Maria Stefanello, Sandra Giuliani Canci e Sheila Fernanda Dornelles, ocupantes dos cargos de Professor de Séries Iniciais e Professor de 5ª. a 8ª. Série – Ensino Fundamental, lotados na Secretaria Municipal da Educação, cultura e esportes, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 18 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 52/2017

PORTARIA Nº. 52/2017
De, 18 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares à Servidora Pública Municipal senhora Noeli Guerini Santin, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 18 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 53/2017

PORTARIA Nº. 53/2017
De, 18 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares ao Servidor Público Municipal senhor Rudimar Lasarotto, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal da Saúde e designado para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esportes, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 18 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 54/2017

PORTARIA Nº. 54/2017
De, 18 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias às Professoras do Ensino Infantil e Professoras de Creche Efetivos,

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares para as Servidoras Públicas Municipais: Adriana Vieira Braga, Ana Paula Milan, Andrea Ana Assolini, Arieli Pulga, Carla Piccoli Bertolin, Celete Piccoli Rostirolla, Célia Terezinha Hubert Stanga, Cladi Perin Baggio, Claudete Prior Watte, Ivete Snigura Fabonatto, Janete Sobieski Barth, Lúcia Anita Foresti Cocco, Luciana Presotto, Maira Kossmann, Noeli Lourdes Stefanello Signor, Sheila Fernanda Dornelles e Simone da Silva, ocupantes dos cargos de Professor de Educação Infantil e Professor de Creche, lotados na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 18 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 55/2017

PORTARIA Nº. 55/2017
De, 18 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias aos Motoristas do Transporte Escolar,

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares aos Servidores Públicos: Ademir João Lago, Alcimar Ceolin, Claudio Santa Catarina, Vladimir Juliano Cervinski, ocupantes do Cargo de Motorista do

Transporte Escolar, lotados na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 18 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 56/2017

PORTARIA Nº. 56/2017
De, 18 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias às Merendeiras e Zeladoras,

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares às Servidoras Públicas: Leda Mapelli Zuppa, Erni Contini, Silvania Terezinha Graff, Maria Beatriz Junges Alves Rei, ocupantes dos Cargos de Merendeiras e Zeladoras, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 18 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 57/2017

PORTARIA Nº. 57/2017
De, 18 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias às Auxiliares de Creche,

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares às Servidoras Públicas: Fernanda Kinsel, Ivanete Maria Gubert e Ivânia Vaz Pinheiro, ocupantes do cargo de Auxiliar de Creche, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 18 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

Antônio Carlos**PREFEITURA****AVISO DE ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017****AVISO DE ERRATA**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, torna pública a ERRATA, comunicando a todos os interessados que no Processo Licitatório 002/2017 – modalidade Pregão Presencial nº. 002/2017, que possui como objeto "aquisição parcelada de material tipo rejeito de asfalto (limpeza de usina), bica corrida e massa asfáltica, para uso da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, na manutenção e reparo das estradas vicinais do Município de Antônio Carlos/SC, altera o item 03 do ANEXO I do Edital.

Desta forma, onde se lia:

03	Reparador de pavimento asfáltico (massa asfáltica), usinado a quente para aplicação a frio, preparado com agregados pétreos, CAP 50/70 modificado por aditivo retardador de cura ASF 270BR podendo ser estocado por até 24 meses, capaz de ser aplicado em buracos com água e em períodos de chuva, sem a perda de sua coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação. Sacos de 25kg.	SACA	1.000	27,90	27.900,00
----	---	------	-------	-------	-----------

Leia-se:

03	Reparador de pavimento asfáltico (massa asfáltica), usinado a quente para aplicação a frio, preparado com agregados pétreos, CAP 50/70 modificado por aditivo retardador de cura, podendo ser estocado por até 24 meses, capaz de ser aplicado em buracos com água e em períodos de chuva, sem a perda de sua coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação. Sacos de 25kg.	SACA	1.000	27,90	27.900,00
----	--	------	-------	-------	-----------

Fica alterada a data do presente certame para o dia 30/1/2017 as 09:00 horas.

Antônio Carlos, 18 de janeiro de 2017.

Vanessa Koch Mannes
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº 004/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 004/2017 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços em recuperação de pavimentação asfáltica (tapa buraco) e de execução de lombadas, em todas as vias públicas de pavimentação asfáltica do Município de Antônio Carlos S/C. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 31 de janeiro de 2017 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 18 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 043/2017

PORTARIA Nº 043/2017

Constitui Comissão Municipal.
de Defesa Civil – COMDEC.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 770/1997,

Resolve:

Artigo 1º - Constituir a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC com os seguintes integrantes:

PRESIDENTE

SAMUEL KOCH SCHMITT – Coordenador da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento

SECRETARIA

SILVIA TESSARI – Engenheira Civil

ELAINE CRISTINA MARTINS – Fiscal de Obras

CONSELHO TÉCNICO

EDSON LAIR DECKER – Secretário de Transportes e Obras

VERA CONRAT SILVEIRA – Secretária de Saúde e Assistência Social

OSVALDINO HUBERTO GESSER – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

CONSELHO COMUNITARIO

LUCIANO DA CUNHA – Secretário de Administração e Finanças

MARGARETE PALAORO JUNKES – Coordenadora da Saúde

Sgt MILSO JOSE KRETZER – Rep. Policia Militar

MURILO GENESIO COELHO – Rep. Policia Civil

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de janeiro de 2017.

Geraldo Pauli

Prefeito Municipal

TERMO DE DISTRATO - CONTRATO Nº 147/2014

TERMO de distrato

CONTRATO Nº 147/2014

Pelo presente instrumento contratual, e na melhor forma de direito, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS, Estado de Santa Catarina, cuja Prefeitura se localiza na Praça Anchieta nº 10, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, Pessoa Jurídica de Direito Público, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. RG nº 983.256 e do CPF 433.221.079-49, e, o Senhor MÁRIO SÉRGIO LUCCA, brasileiro, portador do RG sob n. 900.803-9, CPF n. 347.487.689-91, e sua esposa ROMILDA MACHADO LUCCA, brasileira, secretária, portadora do RG n. 1.760.802, inscrita no CPF n. 973.305.669-34, residente na Rua Sete de Setembro, s/n, Centro, Antônio Carlos/SC, denominada simplesmente de CONTRATADA;

CONSIDERANDO QUE, as PARTES firmaram contrato com o objeto: "locação de uma fração ideal de terras correspondente a 14.848,00 m² (quatorze mil oitocentos e quarenta e oito metros quadrados), representando parte de um imóvel situado no bairro Canudos, neste Município de Antônio Carlos/SC com área Total de 95.700,00 (noventa e cinco mil e setecentos metros quadrados), objeto da matrícula nº 10.076, fls. 40, livro nº. 2-BA, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu/SC", conforme se verifica do Processo n. 84/2014, Contrato n. 147/2014;

CONSIDERANDO QUE, as PARTES manifestaram-se favoráveis á rescisão contratual amigável, sem qualquer ônus;

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE DISTRATO que se regerá pelas condições e cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – As partes em comum acordo resolvem rescindir todas as cláusulas, termos e condições do contrato acima enumerado, deixando assim de produzir, a partir desta data, os efeitos permitidos em Direito, tanto em relação aos direitos como aos deveres e obrigações consignados no instrumento contratual original, devendo ser adimplidos pela Municipalidade ou CONTRATANTE, os valores correspondentes aos alugueres dos meses de janeiro e fevereiro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – Por força desta rescisão, as PARTES somente responderão por direitos e obrigações contratuais vigentes e

concretizados até a presente data, declarando-se, doravante, mutuamente satisfeitas e quitadas quanto a quaisquer ônus decorrentes da formalização do instrumento rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA – As PARTES convencionam que a presente rescisão é pactuada sem a incidência de multas ou quaisquer tipos de penalidades para ambas as PARTES, declarando a CONTRATADA estar recebendo o imóvel em condições de uso, fornecendo a CONTRATANTE sua plena, geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamar em juízo ou fora dele.

CLÁUSULA QUARTA - Permanece inalterada a indicação do Foro indicado no instrumento contratual original para dirimir dúvida oriunda do presente TERMO DE DISTRATO, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 17 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

Mário Sergio Lucca
Locador

Romilda Machado Lucca
Locador

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 110/2017

PORTARIA Nº. 110/2017

NOMEAR SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Concurso Público nº. 001/2016, homologado pelo Decreto nº. 1989, de 26 de dezembro de 2016;

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 19 de janeiro de 2017, por Concurso Público a Senhora FABIANE LUCIA MOCELIN, inscrita no CPF sob nº. 042.868.059-30, para o cargo de Agente de Creche, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº.158, de 29 de dezembro de 2014, Anexo III, nível 120, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 19 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº005/2017.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO LICITATÓRIO Nº005/2017. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017.

Modalidade: Registro de Preços para possível contratação de empresa(s) para prestação de serviço de lavagem em veículos da Frota Municipal.

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das Propostas: até 08h15 do dia 06/02/2017.

Abertura: às 08h30 do dia 06/02/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 17 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0003/2017 - FUNERÁRIA E MARMORARIA BALDO LTDA - ME

CONTRATO Nº 0003/2017, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO CASA MORTUÁRIA. – EMPRESA FUNERARIA E MARMORARIA BALDO LTDA - ME

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro nº 26, em Arroio Trinta-SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor CLAUDIO SPRICIGO, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo s/n, Centro de Arroio Trinta – SC e a Empresa FUNERARIA E MARMORARIA BALDO LTDA - ME., empresa privada, CNPJ sob nº 03.668.655/0001-20, representada neste ato pelo Senhor AMARILDO BALDO, brasileiro, casado, empresário, portado do CPF sob nº 005.823.239-75 e CI sob nº 3.535.491, residente e domiciliado na Rua Francisco Nava, nº 831, centro de Arroio Trinta – SC, denominado CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato de acordo com a Lei 8.666/93 com as seguintes cláusulas e condições.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de MANUTENÇÃO, LIMPEZA SEMANAL, PREPARAÇÃO DO LOCAL PARA VELÓRIOS, NOVENAS E MISSAS, NA CAPELA MORTUÁRIA, DE PROPRIEDADE DA MUNICIPALIDADE, LOCALIZADA NA RUA FRANCISCO NAVA, PRÓXIMO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL.

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO
Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará ao Contratado o valor mensal de R\$515.00(QUINHENTOS E QUINZE REAIS), totalizando no ano de 2017 o valor de R\$6.180,00(SEIS MIL CENTO E OITENTA REAIS).

Parágrafo único – As parcelas deverão ser pagas até o 5º dia útil de cada mês, iniciando a primeira em 06 de fevereiro de 2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O prazo do presente contrato é de 10 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, podendo ser renovado, caso haja interesse das partes, através de termo aditivo.

CLAUSULA QUARTA: DAS RESPONSABILIDADES

Serão de responsabilidade do Contratante, todas as despesas relacionados ao cumprimento do objeto, tais como: material de limpeza, material de expediente, energia elétrica, água, limpeza do pátio, entre outras.

CLAUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES

As despesas decorrentes com a execução do presente Contrato, serão por conta de dotações orçamentárias próprios do orçamento vigente.

CLAUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que presente o interesse público.

CLAUSULA SETIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Arroio Trinta – SC, 10 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CONTRATANTE
CLAUDIO SPRICIGO
CPF nº 518.040.009-06

FUNERARIA E MARMORARIA BALDO LTDA ME
CNPJ 03.668.665/0001-20
CONTRATADA
AMARILDO BALDO

TESTEMUNHAS:
TARCÍSIO LIDANI
CPF Nº 613.139.809-78

RONIVAN BRANDALISE
CPF Nº 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0003/2017
OBJETO: MANUTENÇÃO E CASA MORTUÁRIA
CONTRATADA: FUNERARIA E MARMORARIA BALDO LTDA – ME
VALOR: R\$515,00

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2017 - MATERIAL ESCOLAR, MATERIAL DE EXPEDIENTE E OUTROS MATERIAIS PARA A SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, ESCOLA PROJAF E CMEI PROFABI

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0003/2017 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA O ANO LETIVO DE 2017, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS E EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA FABIANA NUNES POSSATO, PARA A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JACY FALCHETTI E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA PARA O ANO DE 2017. Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 01/02/2017.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 01/02/2017.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: licitacoes@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 17 de janeiro de 2017.
Ildefonso Cividini
Prefeito Municipal em Exercício

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 - CONTRATO Nº 0052/2016 - FM PNEUS LTDA

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 AO CONTRATO Nº 0052/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0052/2016, PREGÃO Nº 0021/2016, CONTRATAÇÃO DE RECAUCHUTAGEM E RECAPAGENS DE PNEUS PARA MÁQUINAS DO MUNICÍPIO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA FM PNEUS LTDA Pelo presente TERMO ADITIVO, O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s.n.º, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, e a empresa FM PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.374.845/0004-91, com sede na Rodovia SC 453, SN, Km 53,5 no Município de Videira – SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor ELOIR CLEFSON ZAGO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 949.667.379-15 e RG sob nº 2.977.649, residente e domiciliado na Rua 10 de Março, Bairro Carboni no Município de Videira – SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0052/2016, Pregão nº. 0021/2016, doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, § 1º Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o prazo do contrato nº 0052/2016, por mais 06(seis) meses, ou seja, de 1º /01/ 2017 a 30/06/2017, podendo ser renovado em comum acordo entre as partes e em conformidade com a Legislação pertinente.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 14 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CONTRATANTE

ALCIDIR FELCHILCHER

CPF nº 518.040.009-06

FM PNEUS LTDA

CNPJ: 81.374.845/0004-91

ELOIR CLEFSON ZAGO

Contratado

Testemunhas:

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF: 000.077.349-21

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditivar prazo por mais 06(seis) meses, ou seja de 1º/01/2017 a 30/06/2017, referente contrato nº 0052/2016, celebrado com a empresa FM PNEUS LTDA.

Arroio Trinta – SC, 14 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 AO CONTRATO Nº 0052/2016 OBJETO: SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM E CONSERVATOS DE PNEUS

CONTRATADA: FM PNEUS LTDA

ADITIVAÇÃO DO PRAZO – 30/06/17

Ascurra

PREFEITURA

ATA DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO N. 1/2017

ATA DE REVOGAÇÃO – PREGÃO N. 1/2017

ITENS DA LICITAÇÃO

Item	Quantidade	Unidade	Descrição
00001	1,00000	UND.	LOTE: AQUISICAO DE PECAS E PRESTACAO DE SERVICOS DE RETIFICA DE MOTOR CUM-MINS B - PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE UMA CARREGADEIRA W20E DA FROTA DO MUNICIPIO DE ASCURRA, conforme informações adicionais previstas no termo de referencia.

Revogada: Total

Motivo: Deserta

Ascurra, 16 de janeiro de 2016.

ANTONIO J. V. A. JUNIOR

Equipe de Apoio

THADEU BADALOTTI

Pregoeiro

SOLANGE MARIA LOURENÇO

Equipe de Apoio

ELAINE G. D. COELHO

Equipe de Apoio

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 05/2017 - FMT

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Processo Licitatório nº 005/2017-FMT

Inexigibilidade nº 005/2017-FMT

Contrato 005/2017 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da FEDERAÇÃO CATARINENSE DE TURISMO, inscrita no CNPJ 75.345.504/0001-42, para realização

do 4º DESAFIO DE VERÃO MOUNTAIN BIKE MARATON, no dia 11 de fevereiro de 2017, com largada no Bali Hai, situado na Avenida Nereu Ramos. Valor do Contrato: R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Vigência: 11/04/2017. Balneário Piçarras/SC, 16 de janeiro de 2017. Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO Nº. 002/PMBR/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO Nº. 002/PMBR/2017.

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que: a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/PMBR/2017, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisições futuras de lajotas sextavada, meio fios, tubos de concreto, areia sílica (argilosa), areia para assentamento de lajotas, areão, pedras de alicerce de granito e seixo rolado peneirado, para uso na pavimentação e conservação de diversas ruas no Município de Balneário Rincão/SC, está sendo REVOGADA, de acordo com o artigo 49 da Lei 8.666/93, por interesse público face aos motivos elencados no Parecer Jurídico anexo ao Processo Licitatório.

Balneário Rincão, 17 de Janeiro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTODIO

PREFEITO MUNICIPAL

Barra Velha

PREFEITURA

INEX 002/2017 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 004/2017

Inexigibilidade de Licitação nº 002/2017

Contratada: MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA EPP

Objeto: aquisição de licenças dos softwares de engenharia eberick v10 plena e a plataforma qibuilder para Secretaria de planejamento do Município de Barra Velha.

Valor do Contrato: R\$ 27.967,00

Fund. Legal: Art. 25, Inciso I, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 18 de janeiro de 2017.

STELLA MARIS MACIEL SEBASTIÃO – Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN - Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017 - MULTIENTIDADE

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 002/2017 - MULTIENTIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial - Registro de Preços do tipo menor preço por item. O objeto é o registro de preços para aquisição parcela de pneus novos e recapados, câmaras e protetores para a frota municipal e de seus fundos municipais.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 14h00min do dia 01/02/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 01/02/2017 às 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 19 de Janeiro de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

PORTARIAS 360-362/2017

PORTARIA Nº. 360 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso II, da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 978 de julho de 2013, considerando a necessidade urgente de implementar os serviços de fiscalização e inspeção sanitária; considerando também, a necessidade de expedição de Alvarás Sanitários para a autorização de funcionamento de estabelecimentos comerciais; considerando finalmente, a inexistência no quadro de pessoal de provimento efetivo do Poder Executivo de servidor aprovado em Concurso Público ou na ordem de classificação que possa ser chamado para suprir a necessidade do serviço público, resolve:

Art. 1º. NOMEAR VANEIDE APARECIDA WATZKO, para exercer o cargo de Provimento em Comissão e Confiança de Coordenadora de Vigilância Epidemiológica, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração correspondente ao Código ou Nível de Referência Salarial CC-3, fixado no anexo 01 da Lei Municipal nº 978 de julho de 2013, ficando a mesma lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 18 de janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 18 de janeiro de 2017

OINDERSON DAMASO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA Nº 361/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que a alteração de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovida com base na Portaria nº 722/2012 de 28 de dezembro de 2012, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, foi realizada em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base na referida Portaria foi realizada sem qualquer solicitação formal do Prefeito Municipal, pois na pasta funcional da servidora não existe qualquer documento que possa justificar a ampliação de sua carga horária ou jornada de trabalho; representando afronta, aos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 361/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 30 (trinta) para 10 (dez) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora MARIA AMÉLIA DAMASO DA SILVEIRA investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Ciências, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 10 (dez) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga

horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 01 de Fevereiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 722/2012 de 28 de dezembro de 2012, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 18 de Janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 18 de janeiro de 2017

OINDERSON DAMASO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA Nº 362/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que a alteração de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovida com base na Portaria nº 742/2012 de 28 de dezembro de 2012, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, foi realizada em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base na referida Portaria foi realizada sem qualquer solicitação formal do Prefeito Municipal, pois na pasta funcional da servidora não existe qualquer documento que possa justificar a ampliação de sua carga horária ou jornada de trabalho; representando afronta, aos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a enquadrá-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 362/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 25 (vinte e cinco) para 15 (quinze) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora ROSENILDA BOSSOW MELECHENKO investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Língua Portuguesa, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 15 (quinze) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 01 de Fevereiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 742/2012 de 28 de dezembro de 2012, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 18 de Janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 18 de janeiro de 2017

OINDERSON DAMASO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017

PREGÃO PRESENCIAL nº 82/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO - GLP PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS.

EMPRESA FORNECEDORA: IVETE DADAM ME

ITEM E VALOR REGISTRADO: A empresa sagrou-se vencedora no item 1, totalizando a quantia de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 16 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Benedito Novo (SC), 16 de janeiro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 1/2017

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2017

Contratada: INFO DIGITALL - SOLUCOES TECNOLOGICAS

Objeto: LOCACAO DE SISTEMAS DE INFORMATICA GEDOC E SERVICOS DE INFORMATICA

Valor Total Contratado: R\$ 6.880,20

Vigência: 02/01/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 02/01/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 2/2017

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2017

Referente: Processo Licitatório nº 70/2016

Contratada: BANCO DO BRASIL SA

Objeto: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AQUI DENOMINADAS "AGENTE ARRECADADOR", PARA QUE EM NOME E POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, PROCEDAM A ARRECAÇÃO E O RECEBIMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E QUAISQUER OUTRAS RECEITAS QUE FOREM DEVIDAS AO MUNICÍPIO, POR QUAISQUER CONTRIBUINTES, INCLUSIVE OS CRÉDITOS DECORRENTES DA DÍVIDA ATIVA

Valor Total Contratado: R\$ 30.000,00

Vigência: 09/01/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 09/01/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 004/2017

CONVÊNIO Nº 004/2017

Convênio que entre si celebram, de um lado o Município de Biguaçu e de outro a Instituição de Acolhimento Vovó Sebastiana.

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, CNPJ nº 82.892.308/0001-53, com sede na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, representado neste ato pelo Senhor Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, portador do RG nº 2.954.911 e do CPF nº 019.850.619-88, doravante denominado simplesmente "Município" e de outro lado, a Instituição de Acolhimento Vovó Sebastiana, CNPJ nº 03860470/0001-13, com sede na Rua Luiz Dalmolin, 185, Bairro: Prado, Biguaçu/SC representada neste ato pela sua Presidente, Senhora Dalva Santonilla Marques, CPF nº 679.415.329/72 e RG nº 1254987, residente e domiciliada na Rua 13 de outubro, n.6027, Bairro: Prado, Cidade de Biguaçu - SC, doravante denominada simplesmente "beneficiária", considerando o trabalho de interesse público que vem sendo realizado e a necessidade de apoio do Poder Público, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação financeira.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Apoio financeiro à Beneficiária que menciona para atender despesas com a manutenção de vagas para crianças e adolescentes ameaçadas de seus direitos fundamentais, para a execução do Serviço de acolhimento institucional na modalidade Casa Lar, conforme Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, pelo Município e integrante deste Convênio.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS VAGAS

2.1 A Instituição ofertará vagas para crianças de zero (0) a 12(doze) anos, de ambos os sexos, encaminhados por autoridade judiciária do município de Biguaçu, Conselho Tutelar conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Federal n.8069/90.

2.2 O Município de Biguaçu/SC terá direito de usufruir de vagas conforme necessidade, respeitando as vagas existentes, obedecendo as normas da instituição conforme regem o presente convênio.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA

3.1. Acolher crianças e adolescentes que necessitam dos serviços de acolhimento institucional.

3.2. Prestar aos abrigados, serviços de qualidade, respeitando os princípios contidos no art. 92 do Estatuto da Criança e adolescente – ECA Lei Federal n. 8069/90;

3.3. Permitir que o Município por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação tenha acesso ao ambiente de trabalho da beneficiária para avaliar a qualidade dos serviços;

3.4. Aplicar diretamente os recursos recebidos na destinação indicada no Plano de Trabalho aprovado pelo CMAS e Município;

3.5. Movimentar os recursos recebidos através de conta bancária específica e com cheques nominais ou transferência financeira;

3.6. Identificar os bens permanentes adquiridos com os recursos deste convênio, quando for o caso;

3.7. Prestar contas dos recursos recebidos do Município no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento de cada parcela, na forma estabelecida pelas Normas de Controle Interno do Município, item 3.1.14, Anexo I, do Decreto nº 91/2010 e alterações posteriores;

3.8. Manter permanentemente atualizado o cadastro da entidade junto ao CMAS, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA e Prefeitura.

Parágrafo Único – Caso a criança ou adolescente acolhida receba autorização judiciária para ser desacolhido antes de completar o mês (30 dias), o CONTRATANTE repassará o valor integral da mensalidade.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DO ABRIGAMENTO, VISITAS, ENCAMINHAMENTOS MÉDICOS, EXAMES, REMÉDIOS, ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E DESACOLHIMENTO.

DO ABRIGAMENTO

4.1 - O MUNICÍPIO deverá solicitar a(s) vaga(s) com antecedência mínima de 24 horas. Devendo realizar o acolhimento no horário que compreende: das 09 as 11hs e das 14hs as 18hs. Sendo de total responsabilidade do MUNICÍPIO o traslado e o acompanhamento de técnicos para o ato do acolhimento, não permitindo o acompanhamento de parentes.

4.2 - No ato do acolhimento o MUNICÍPIO deve fornecer Guia de acolhimento, histórico social, cópia dos autos, preferencialmente documentação pessoal das crianças: certidão de nascimento original ou cópia autenticada, carteira de identidade, carteira de saúde e quando for o caso, histórico escolar. Caso haja a falta de algum dos documentos listados a cima, será de inteira responsabilidade do MUNICÍPIO em viabilizar com maior brevidade possível os documentos faltantes.

4.3 - As crianças recém-nascidas só poderão ser acolhidas após 48 hs (quarenta e oito horas) do nascimento e com atestado médico.

4.4 – No ato do acolhimento será designada pela BENEFICIÁRIA uma pessoa do quadro de colaboradores da instituição para que faça a verificação na criança, avaliando a existência ou não de hematomas e pedículos. Caso haja existência o responsável pelo acolhimento será comunicado e chamado para constatação, devendo o mesmo assinar o Termo de averiguação.

DAS VISITAS

4.5 - Só serão aceitas visitas de familiares com o devido acompanhamento técnico do Serviço Social da Instituição, com data e hora previamente determinadas.

REMÉDIOS, ALIMENTAÇÃO ESPECIAL, ETC

4.6 - Consultas médicas não realizadas nos serviços disponíveis pela Secretaria Municipal de Saúde ou pelo SUS, os remédios, alimentos especiais e outros que não forem fornecidos gratuitamente ou não constarem na lista de medicamentos (anexo I) do Município, serão

comprados mediante a apuração prévia de três orçamentos pela BENEFICIÁRIA sendo que o valor será acrescido na mensalidade para que o MUNICÍPIO efetue o pagamento. Para comprovação da compra será encaminhado Cupom Fiscal em nome da criança ou do MUNICÍPIO e cópia do receituário médico.

CLAUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

5.1. Realizar a transferência de cada parcela, mensalmente, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês;

5.2. Acompanhar e avaliar a qualidade, a higiene e a segurança dos serviços prestados pela Beneficiária;

5.3. Através da Diretoria de Controle Interno, apreciar e se manifestar sobre as prestações de contas apresentada pela Beneficiária.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONVÊNIO

6.1. O valor do presente convênio é de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) mensais, (janeiro/2017 a dezembro/2017) por criança atendida, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2017.

CLAÚSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. A despesa deste convênio correrá por conta de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual de 2017, com a seguinte classificação: – Proteção Social de Alta Complexidade – Projeto Atividade: 2.057 – Código Reduzido: 245 – Fonte: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.00.000000.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. Este convênio tem vigência pelo prazo de 14 (quatorze) meses, contados da sua assinatura e poderá ser prorrogado por acordo entre as partes por iguais e sucessivos períodos, limitado a 48 (quarenta e oito) meses.

CLÁUSULA NONA – DO INADIMPLEMENTO

9.1. O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento é motivo para denúncia e rescisão deste convênio, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial.

9.2. Ocorrendo inadimplemento relativamente ao objeto, por ato unilateral da Beneficiária, ficará esta obrigada a restituir os valores recebidos indevidamente, atualizados monetariamente a acrescidos dos juros legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

10.1. Este convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de quaisquer das partes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada parte pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1. Constituem comprovantes regulares da despesa para fins de prestação de contas e quando couberem, os documentos fiscais originais e em primeiras vias, preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, com as seguintes indicações mínimas:

1. Data de emissão, o nome, o endereço e o CNPJ da Beneficiária;
2. Descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, admitida, quando o documento não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, que o responsável completamente as informações caracterizadoras da despesa e demonstre sua vinculação com o objeto do termo de convênio;
3. Os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação;
4. Número da placa quando os documentos fiscais se referirem a despesas com combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos;
5. Descrição precisa e específica dos serviços prestado, valor pago, numérico e por extenso, discriminação das deduções, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, em caso de recibo, admitido este apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal;
6. Atestado de recebimento dos bens ou serviços, firmado pelo responsável;
7. As folhas de pagamento devem conter o nome, cargo, número de matrícula e CPF do empregado, valor e descrição de cada parcela da remuneração, descontos, valor líquido a pagar, período de competência, comprovação do depósito bancário em favor do credor e assinatura dos responsáveis;
8. Comprovante de recolhimento do INSS, FGTS e IRRF, quando for o caso;
9. Os comprovantes de despesa com publicidade deverão estar acompanhados dos seguintes documentos:
 - a) Memorial descritivo da campanha de publicidade quando relativa a criação ou produção;
 - b) Cópia da autorização de divulgação e/ou contrato de publicidade;
 - c) Exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;
 - d) Cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva;
 - e) Cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados.
- 11.2. A prestação de contas deve ser apresentada ao Diretor de Controle Interno para análise e emissão de parecer, devendo conter os seguintes documentos:
 - 11.2.1 Balancete de prestação de contas assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
 - 11.2.2 Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
 - 11.2.3 Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
 - 11.2.4 Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
 - 11.2.5 Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com movimentação completa do período;
 - 11.2.6 Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento de despesas;
 - 11.2.7 Guia de recolhimento do saldo não aplicado, inclusive do rendimento de aplicação, se for o caso;
 - 11.2.8 Declaração do responsável nos documentos comprobatórios de despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
 - 11.2.9 Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
 - 11.2.10 Quando for o caso, relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição

detalhada da execução, acompanhada dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas de escolha;

- 11.2.11 Quando os recursos forem destinados a realização de obras e serviços de engenharia, a prestação de contas deverá estar acompanhada dos seguintes documentos complementares:
- a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável;
 - b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
 - c) Declaração do responsável com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
 - d) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme estabelecido na Legislação Federal;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu, para dirimir eventuais dúvidas oriundas do presente convênio.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em duas vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger PREFEITO MUNICIPAL	Dalva Santonilla Marques PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO VOVÓ SEBASTIANA
---------------------------------------	---

Marivalde Inêz Kons
CPF – 493.371.149-68
TESTEMUNHA

Alexandre Martins de Souza
CPF – 000.080.379-06
TESTEMUNHA

DECRETO Nº 003/2017

DECRETO Nº 003/2017 DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor ativo RODRIGO DIAS OLIVEIRA, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1.619/2001, ao dependente presumido LUIZ GUSTAVO DIAS OLIVEIRA (filho), com efeitos a partir de 20/11/2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

DECRETA:

Art.1º Conceder, pensão por morte, em face do óbito do servidor ativo RODRIGO DIAS OLIVEIRA, brasileiro, divorciado, ex-portador do CPF nº 028.841.889-16, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1.619/2001, ao dependente presumido LUIZ GUSTAVO DIAS OLIVEIRA (filho).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte

em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição da República, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 1.127,59 (um mil cento e vinte e sete reais e cinquenta e nove centavos) que serão pagos mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 20/11/2016 – data do óbito do servidor efetivo ativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 042/2017

PORTARIA nº 42 de 18 de janeiro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Especial de Licitação, para contratação de empresa cujo ramo de atividade seja Publicidade e Propaganda, nos termos do art. 120, caput da LC nº 47/2011.

§1º A Comissão será composta pelos seguintes servidores, ocupantes de cargo efetivo, do quadro da Prefeitura Municipal de Biguaçu: ALEXANDRE DE SOUZA, EDUARDO LOPES JONKER, NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS e OIZES VIEIRA MENDES.

§2º Designar a servidora NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS para presidir a CPL.

Art. 3º Autorizar o pagamento da Gratificação pela Participação como Membro Titular da Comissão Especial de Licitação, observada a aplicação do art. 114, caput da LC 47/2011, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para cada membro e R\$ 600,00 (seiscentos reais) para o Presidente.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 043/2017

PORTARIA Nº. 43 de 18 de janeiro de 2017

Prorrogar o prazo dos Processos Administrativos Disciplinares instaurados por meio das Portarias nº 2836 e 2837/2016, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 54/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo dos Processos Administrativos Disciplinares instaurados por meio das Portarias nº 2836 e 2837 de 21 de novembro de 2016, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 54/2012, conforme solicitado pelo Presidente da Comissão

de Processo Administrativo Disciplinar, observadas as Comunicações Internas nº 01 e 02/2017.

Parágrafo único: O prazo de prorrogação é de 21/01/2017 a 21/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 21/01/2017.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 044/2017

PORTARIA Nº. 044 de 18 de janeiro de 2017

Autoriza abertura de Sindicância, nos termos do art. 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar abertura de Sindicância para apuração dos fatos supostamente cometidos pelo servidor Luiz Augusto Vieira, ocupante do cargo efetivo de Eletricista, nos termos do art. 207, caput da LC 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental, André Schweitzer, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e Leandro de Souza Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2465/2016, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância instaurada nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 045/2017

PORTARIA Nº. 045 de 18 de janeiro de 2017

Autoriza abertura de Sindicância, nos termos do art. 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar abertura de Sindicância para apuração dos fatos supostamente cometidos pelo servidor Carlos Eduardo Peres, ocupante do cargo efetivo de Coveiro, nos termos do art. 207, caput da LC 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental, André Schweitzer, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e Leandro de Souza Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2465/2016, para que, sob

a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância instaurada nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 046/2017

PORTARIA nº 46 de 18 de janeiro de 2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

ERRATA:

Nas portarias cujas numerações estão entre 21 e 40 do dia 17 de janeiro de 2017, ocorreu equívoco na identificação do Secretário Municipal de Administração.

Onde estava:

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Educação

Passa a vigorar da seguinte forma:

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

Biguaçu, 18 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 41/2017

PORTARIA nº 41 de 18 de janeiro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Permanente de Licitação - CPL, com a finalidade de processar e julgar as licitações da Prefeitura Municipal de Biguaçu, Secretaria Municipal de Saúde e Fundação Municipal do Meio Ambiente, nos termos do art. 51, caput da Lei nº 8666/1993.

§1º A Comissão será composta pelos seguintes servidores, ocupantes de cargo efetivo, do quadro da Prefeitura Municipal de Biguaçu: ALEXANDRE DE SOUZA, ANA CLÁUDIA SAGÁS, EDUARDO LOPES JONKER, ELINARA PERDIGÃO AFFONSO, HILDEGARD DENISE MARQUES, MARISTELA LIRA BITTENCOURT DE ÁVILA, NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS, OIZES VIEIRA MENDES, SUELEN DE MELLO MARTINS e ZILSA ROSENY CORRÊA.

§2º Designar a servidora NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS para presidir a CPL.

Art. 2º - Designar as servidoras FERNANDA APARECIDA DA CUNHA e MIRELLA DA CONCEIÇÃO para exercer a atividade de Pregoeiro.

§1º Os membros da CPL também atuarão na equipe de apoio do pregão, nos termos do art. 114, caput da LC 47/2011, observadas as disposições da Lei Federal 10.520/02.

§2º Fica autorizado ao Pregoeiro a denominar sua equipe de apoio,

de no mínimo 03 membros, para cada Pregão Oficial aberto.

disposições em contrário.

Art. 3º Autorizar o pagamento da Gratificação pela Participação como Membro Titular da CPL, nos termos do art. 114, caput da LC 47/2011 e da Gratificação pelo Exercício das Atividades de Pregoeiro, nos termos do art. 111 caput da LC 47/2011.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 18 de janeiro 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 2770/2016, bem como, todas as

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Credenciamento para serviço de radiodifusão - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

AVISO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO AO CREDENCIAMENTO DE EMISSORAS DE RÁDIO, COM SINAL DE TRANSMISSÃO NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC, PARA VEICULAÇÃO DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

OBJETO: Credenciamento de emissoras de rádio que possuam sinal de transmissão no Município de Biguaçu, para transmissão das sessões ordinárias desta Câmara de Vereadores; das entrevistas com os vereadores e da divulgação das notícias e informações jornalísticas de interesse da municipalidade.

ENTREGA DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO: Local: Setor de Licitação (sl. 106) da Câmara Municipal de Biguaçu/SC - Endereço: Rua Hermógenes Prazeres nº 79, Comercial Nagib Garcia, Centro, Biguaçu/SC.

PERÍODO DO CREDENCIAMENTO: de 24/01/2017 a 31/01/2017. Horário: das 13h às 19h.

CONSULTA AO EDITAL: O Edital poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitação (endereço supra), em meio digital, mediante entrega de um pen-drive, no horário das 13h às 19h, ou por e-mail, através do endereço: cmb.licitacao@yahoo.com.br.

Biguaçu/SC, 18 de janeiro de 2017.

Ângelo Ramos Vieira

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 001/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº 001/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

VIAÇÃO PIRACICABANA.

OBJETO: Prestação e exploração dos serviços do Sistema Municipal de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Blumenau/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº. 08-001/2017.

PRAZO: O presente contrato vigorará pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 19 de janeiro de 2017.

VALOR: A prestação dos serviços deverá ser efetuada por conta e risco da CONTRATADA, mediante remuneração por apropriação da tarifa paga pelos usuários no valor vigente estipulado em Decreto Municipal.

DATA DE ASSINATURA: 18 de janeiro de 2017.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4989/2017 DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 4989/17, DE 12 DE JANEIRO DE 2017
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, como dispõe a Lei Orgânica Municipal e em especial aquelas contidas na Lei Municipal nº 273/2001 e a Lei Municipal nº 893/2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituído o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE - SC, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei Municipal nº 273/2001 e da Lei Municipal nº 893/2013, composto pelos seguintes membros:

- a) Representante do Comércio – indicado pela Associação Comercial ou CDL: IVANDRO PAULO FAÉ;
- b) Representante da Indústria – indicado pela Associação Comercial ou CDL: FABIO ANDRÉ RUDELL;
- c) Representante da Câmara Municipal de Vereadores: LEONIR LAMB;
- d) Representante do Poder Executivo Municipal: JANDREI LUIZ BRUTSCHER;
- e) Agente de Desenvolvimento Regional: MARILIVA AMES AIOLFI.

Art. 2º. Revogam-se as disposições do Decreto nº 4810/2016.

Art. 3º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 12 de janeiro de 2017.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SINGER,
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4990 DE 18 DE JANEIRO DE 2017 CALENDARIO FISCAL PARA 2017

DECRETO Nº. 4990 DE 18 DE JANEIRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Ronaldo Luiz Senger, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferida na Lei Orgânica e o Código Tributário Municipal.

DECRETA

Art.1º. – Fica aprovado o calendário fiscal para o Exercício de 2017, definindo tributos, sua data de vencimento e parcelamento para recolhimento, na forma do anexo único deste Decreto.

Art.2º. – O pagamento dos tributos deverá ser realizado na rede bancária credenciada junto ao Município de Bom Jesus do Oeste

- SC;

Art.3º. – Após o prazo fixado para o recolhimento dos tributos municipais pelo Calendário Fiscal, para o exercício de 2017, os tributos não liquidados ficam sujeitos às penalidades previstas no Código Tributário Municipal, preconizadas na Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011, bem como a devida inscrição do débito em dívida ativa.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 18 de janeiro de 2017.

RONALDO LUIZ SINGER
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº. 4990/17 DE 18, DE JANEIRO DE 2017.

TIPO DE TRIBUTO	VENCIMENTO
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA	Quando do início das atividades, por ocasião do requerimento do respectivo alvará e/ou sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividades, modificações das características do estabelecimento ou transferência de local no prazo de trinta dias. (Conforme artigo 254 da Lei nº 820/2011)
TAXA DE VISTORIA DO CUMPRIMENTO DE POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO.	Após a vistoria / com prazo máximo até o dia 31 de maio. (Art. 261, § 2º)
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	*Para o ISSQN Homologado ou por Estimativa, mensalmente até o décimo quinto (15) dia do mês subsequente à ocorrência do fato gerador. *Para o ISSQN Fixo até o último dia do mês a que se refere o débito. Observação: Quando parcelado mensalmente até o dia 15 do mês subsequente e até o dia 30 dezembro a 12ª parcela (art. 216, I); se pagamento trimestral último dia do mês que fechar o trimestre (art. 216, II) e a cota única do ISSQN 2016 terão vencimento de 28 de fevereiro de 2016 (art. 216, III). Conforme preceitua o art. 216 da Lei nº. 820/11

IPTU, Taxa de Serviços Urbanos e Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Domiciliares.	Parcela Única: 31/05/2017
	1a.Parcela – 31/05/2017
	2a.Parcela – 30/06/2017
	3a.Parcela – 31/07/2017
	4º.Parcela – 31/08/2017
Taxa de Serviços Diversos	Vencimento no dia 15 do mês subsequente a prestação do serviço
Taxa de expediente	Na ocasião da expedição dos documentos solicitados
Taxa de Fiscalização Sanitária	Vencimento em 31/05/2017

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 18 de janeiro de 2017.
RONALDO LUIZ SENGER
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO Nº 039/2017 DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2017
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2017
O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu
Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 14:00 horas do dia 31 de Janeiro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Locação de Espaço para funcionamento do Conselho Tutelar e para fins industriais junto ao município de Bom Jesus do Oeste .
O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.
A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120 , na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 18 de Janeiro de 2017.
Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

PL03/2017-PP01/2017-SERVIÇOS MECÂNICOS E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017-SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA E OUTROS. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 01/02/2017. Abertura da sessão: dia 01/02/2017 às 14:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá-SC. Edital e informações no setor de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail compras@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br . Botuverá, 19 de Janeiro de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIA NOMEIA CARGO DE CONFIANÇA00202017

PORTARIA Nº 020/2017

“NOMEIA SERVIDOR PARA O CARGO DE DIRETOR TURISMO ESPORTE E JUVENTUDE PARA O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal e na Lei nº 1.197/2013 e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º- Nomear o (a) Sr (a). ELIZANDRO DA CRUZ, brasileiro (a), para o cargo de DIRETOR TURISMO ESPORTE E JUVENTUDE, a partir de 18/01/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação em 18 de janeiro de 2017.

Botuverá (SC), 18 de janeiro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 02/2017 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 02/2017

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 02/2017 FMS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que a partir das 08:30 horas do dia 30/01/2017 estará recebendo os envelopes para o CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM PEDIATRIA, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 18 de janeiro de 2017.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7924/2016

DECRETO Nº. 7924, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20 da lei nº 3.948 de 18.12.2015, a Lei nº 3.910 de 04.09.2015, inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 325.409,29 (trezentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e nove reais e vinte e nove centavos), para atender a programação abaixo especificada:

09.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

09.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvol. Ensino Fund. Valor. Magistério

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.18.00 Transferência do Fundeb (aplic.-profis.)

VALOR R\$ 341.202,97

0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.18.00 Transferência do Fundeb (aplic.-profis.)

VALOR R\$ 384.936,46

14.00 Encargos Gerais do Município

14.001 Encargos Gerais do Município

0028.0843.0180.2055 Amortização e Encargos da Dívida Interna Precatórios

4.6.90.00 Aplicações Diretas – Amortização da Dívida

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 150.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.005.2013 Manutenção da Administração Geral

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 40.000,00

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.89.00 Alienação Bens Outros Programas

VALOR R\$ 65.200,00

0004.0121.0010.2015 Manutenção do Depto. de Finanças e Contabilidade

3.3.50.00 Transf. A Instit. Privadas S/Fins Lucrativos – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 49.181,00

65.00 Fundação Cultural de Brusque

65.001 Fundação Cultural de Brusque

0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca

3.1.91.00 Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 135,61

40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque

40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque

018.0541.0160.2252 Manutenção da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque

3.1.91.00 Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 65,66

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0122.0220.2276 Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (BLGES)

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 210.661,07

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicações Diretas

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 114.748,22

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.89.00 Alienação e outros programas

VALOR R\$ 20.128,00

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.38.08 Transferências do Sistema único de Saúde – SUS/União – PAB

VALOR R\$ 12.095,86

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.38.10 Transferências do Sistema único de Saúde – SUS/União – ESF

VALOR R\$ 51.641,73

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.38.12 Transferências do Sistema único de Saúde – SUS/União – ESF

VALOR R\$ 14.768,14

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.38.16 Transferências do Sistema único de Saúde – SUS/União – PMAQ

VALOR R\$ 11.709,66

010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicações Diretas

0.1.06.01 Serviços de Saúde – Vigilância Sanitária

VALOR R\$ 1.911,80

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

09.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

09.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvol. Ensino Fund. Valor. Magistério

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.18.00 Transferência do Fundeb (aplic.-profis.)

VALOR R\$ 320.510,28

0.1.19.00 Transferência do Fundeb (aplic.-outras.)

VALOR R\$ 20.692,69

0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.18.00 Transferência do Fundeb (aplic.-profis.)

VALOR R\$ 218.183,74

14.00 Encargos Gerais do Município

14.001 Encargos Gerais do Município

0028.0843.0180.2055 Amortização e Encargos da Dívida Interna
Precatórios

3.2.90.00 Aplicações Diretas – Juros e Encargos da Dívida

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 150.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.005.2013 Manutenção da Administração Geral

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 40.000,00

0004.0121.0010.2015 Manutenção do Depto. de Finanças e Contabilidade

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 29.819,56

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 9.265,99

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 10.095,45

65.00 Fundação Cultural de Brusque

65.001 Fundação Cultural de Brusque

0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca

3.1.90.00 Aplicações diretas

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 135,61

40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque

40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque

018.0541.0160.2252 Manutenção da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque

3.1.90.00 Aplicações Diretas

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 65,66

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0122.0220.2276 Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (BLGES)

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 325.409,29

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.3.90.00 Aplicações Diretas – outras despesas correntes

0.1.38.08 Transferências do Sistema único de Saúde – SUS/União – PAB

VALOR R\$ 2.995,84

3.3.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos – outras despesas correntes

0.1.38.08 Transferências do Sistema único de Saúde – SUS/União – PAB

VALOR R\$ 6.296,16

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.38.08 Transferências do Sistema único de Saúde – SUS/União – PAB

VALOR R\$ 2.803,86

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e encargos sociais

0.1.38.10 Transferências do Sistema único de Saúde – SUS/União – ESF

VALOR R\$ 51.641,73

3.3.90.00 Aplicações Diretas – outras despesas correntes

0.1.38.12 Transferências do Sistema único de Saúde – SUS/União – ESF

VALOR R\$ 14.768,14

3.3.90.00 Aplicações Diretas – outras despesas correntes

0.1.38.12 Transferências do Sistema único de Saúde – SUS/União – ESF

VALOR R\$ 11.709,66

010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS).

4.4.90.00 Aplicações diretas - Investimentos

0.1.06.01 Serviços de Saúde – Vigilância Sanitária

VALOR R\$ 1.911,80

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.89.00	Alienação Bens Outros Programas
Valor Orçado	R\$ 2.000.000,00
Valor arrecadado até a data de 26/12/2016.	R\$ 2.054.268,97
Provável arrecadação até a data de 31/12/2016.	2.065.200,00
Provável Excesso de arrecadação até a data de 31/12/2016.	R\$ 65.200,00
Valor a Utilizar	R\$ 65.200,00

0.1.18.00	Transferências do Fundeb – (aplic. Profis.)
Valor Orçado	R\$ 41.241.200,00
Provável arrecadação até a data de 31/12/2016.	R\$ 44.805.452,72
Provável excesso de arrecadação até a data de 31/12/2016.	R\$ 3.564.252,72
Valor Utilizado Decreto nº 7921/2016	R\$ 3.397.500,00
Valor a Utilizar	R\$ 166.752,72

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 27 de dezembro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ DA CUNHA Prefeito Municipal	SÔNIA KNIHS CRESPI Procuradora Geral do Município
GISELLE MIRLEY ARMELIN MORITZ Secretária Municipal de Saúde	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2016

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO À ATA 069/2016.

Espécie: 2º Termo Aditivo, Ata de Registro de Preços nº 069/2016, entre o Município de Brusque e as empresas WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA em 11/01/2017. Objeto: Realinhamento de preços para aquisição de combustíveis. Valor: óleo diesel S10 R\$ 2,99. Fundamento legal: 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 079/2016. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: Secretária de Obras e Serviços Públicos.

PORTARIA Nº 116/2017

PORTARIA Nº 116/2017

Considerando o Ofício ZE 086 nº 001/2017, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Juízo da 86ª Zona Eleitoral – Brusque, que solicita a prorrogação da requisição da servidora pública NEUZA MEIRELLES DA SILVA DEBATIN, cedida através da Portaria 868/2016,

A Secretária da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque;

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar, pelo prazo de 01 (um) ano, a cessão da servidora NEUZA MEIRELLES DA SILVA DEBATIN para o Cartório Eleitoral, Juízo da 86ª Zona Eleitoral – Brusque.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/01/2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Janeiro de 2017

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 117/2017

PORTARIA Nº 117/2017

Considerando o Ofício ZE 086 nº 001/2017, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Juízo da 86ª Zona Eleitoral – Brusque, que solicita a prorrogação da requisição do servidor público JOÃO PAULO DE SOUZA, cedido através da Portaria 1.464/2016,

A Secretária da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque;

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar, pelo prazo de 01 (um) ano, a cessão do servidor JOÃO PAULO DE SOUZA, para o Cartório Eleitoral, Juízo da 86ª Zona Eleitoral – Brusque.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/01/2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Janeiro de 2017

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 118/2017

PORTARIA Nº 118/2017

Considerando o Ofício ZE 86 nº 001/2017, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Juízo da 86ª Zona Eleitoral – Brusque, que solicita a prorrogação da requisição da servidora pública MARINALVA RAMOS WIEDERMANN FERNANDES, cedida através da Portaria 2.856/2015,

A Secretária da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque;

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar, pelo prazo de 01 (um) ano, a cessão da servidora MARINALVA RAMOS WIEDERMANN FERNANDES para o Cartório Eleitoral, Juízo da 86ª Zona Eleitoral – Brusque.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/01/2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Janeiro de 2017

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 145/2017 IBPREV

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 145/2017

Concede benefício de Pensão por morte a
Júlio Carlos Kuchenbecker

A Secretária de Orçamento e Gestão e o Diretor do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento nos artigos 1º, §2º, 33, II, a, e 47 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº. 41, de 19/12/03, regulamentada pela Lei Federal nº. 10.887, de 18/06/04.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 202/2015, benefício de pensão por morte a JÚLIO CARLOS KUCHENBECKER, CPF 416.567.259-91, dependente do servidor aposentado falecido ERICH KUCHENBECKER, CPF 294.224.779-72, em atendimento ao processo judicial nº 0010394-15.2008.8.24.0011.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/06/2011, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 87/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de Janeiro de 2017.
Secretária de Orçamento e Gestão
Edena Beatriz Censi

Diretor de Recursos Humanos
Joel Cesar Schwamberger

PORTARIA Nº 146/2017 IBPREV
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 146/2017
Concede benefício de Pensão por morte à
Ancila Elisabet Fassini

A Secretária de Orçamento e Gestão e o Diretor do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento nos artigos 1º, §2º, 33, II, a, e 47 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº. 41, de 19/12/03, regulamentada pela Lei Federal nº. 10.887, de 18/06/04.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 123/2013, benefício de pensão por morte à ANCILA ELISABET FASSINI, CPF 605.331.619-91, beneficiária do servidor inativo WILSON FASSINI, CPF 174.244.100-91.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/05/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de Janeiro de 2017.

Secretária de Orçamento e Gestão
Edena Beatriz Censi

Diretor de Recursos Humanos
Joel Cesar Schwamberger

PORTARIA Nº 15/2017
PORTARIA Nº 15/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. DANIELA DA SILVA, matrícula nº 1060120-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 24/12/2016 e 21/06/2017.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 24/12/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de janeiro de 2017.
Edena Beatriz Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 72/2017
PORTARIA Nº 72/2017

A Secretária da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º – Reiniciar a contagem do Estágio Probatório da servidora TATIANE LEITE DALLABRIDA, matrícula nº 491675, ocupante do cargo de Professor, a contar de 03/01/2017.

Parágrafo 1º – O reinício da contagem do estágio probatório, se dá em virtude da exoneração do cargo comissionado de Diretor ocorrido na data de 02/01/2017.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2017
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 73/2017
PORTARIA Nº 73/2017

A Secretária da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º – Reiniciar a contagem do Estágio Probatório da servidora CELIA PEREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 558400, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde a contar de 03/01/2017.

Parágrafo 1º – O reinício da contagem do estágio probatório, se dá em virtude da exoneração do cargo comissionado de Coordenador, ocorrido na data de 02/01/2017.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2017
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.002

DECRETO Nº 7.002, de 18 de janeiro de 2017.

Delega poderes a Servidores Públicos Municipais para autenticar documentos da Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam delegados poderes aos Servidores Públicos Municipais HELTON CALISTO e MARCIA ALVES DE OLIVEIRA HAHN, para autenticarem documentos da Secretaria de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 6.718, de 03 de março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.005

DECRETO Nº 7.005, de 18 de janeiro de 2017.

Nomeia Comissão Especial para coordenação e execução do Edital de Processo Seletivo Simplificado 01-2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Especial para coordenação e execução do Edital de Processo Seletivo Simplificado 01-2017, para contratação de pessoal por tempo determinado e à formação de cadastro de reserva para a função de Servente Escolar:

- I – Josete Maria de Lemos Estrowispy;
- II – Helton Calisto;
- III – Marcia Alves de Oliveira Hahn;
- IV – Michelle de Souza Santos;
- V – Wagner Severgnini.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de janeiro de 2017.
Saulo Sperotto,
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL Nº 01/2017 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE CAÇADOR

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2017
SERVENTE ESCOLAR

O Município de Caçador, por meio da Secretaria Municipal de Educação, torna pública a realização de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, para contratação temporária de pessoal para o cargo de Servente Escolar.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo Simplificado será coordenado e executado por uma comissão da Secretaria Municipal de Caçador, composta pela Secretária Municipal de Educação e Servidores do Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Educação;

1.2 - A seleção destina-se à contratação de pessoal por tempo determinado e à formação de cadastro de reserva, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público durante a vigência deste Processo Seletivo Simplificado, conforme demanda detectada pela Secretaria Municipal de Educação;

1.3 - O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o subitem 1.2 será destinado à função de Servente Escolar, que deverá cumprir o exigido no Anexo I;

1.4 - O presente Processo Seletivo entrará em vigor na data de sua homologação e terá validade de 6 (seis) meses ou até a finalização do processo licitatório para terceirização dos referidos serviços, o que ocorrer primeiro;

1.5 – A remuneração para o cargo será de um salário mínimo (R\$937,00 – novecentos e trinta e sete reais), acrescido de insalubridade e vale alimentação;

1.6 – O nível de escolaridade mínimo exigido para o cargo é o Ensino Fundamental;

1.7 - A opção do candidato por concorrer à função é ato de vontade própria, expressa quando da inscrição. A Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação, determinará o horário e o local de trabalho de cada candidato, não sendo, em hipótese alguma, efetuada a contratação em função diferente daquela para a qual tenha optado no ato da inscrição.

2 – DAS INSCRIÇÕES

2.1 – As inscrições deverão ser efetuadas diretamente no setor de Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Caçador, no período de 19 a 26 de janeiro de 2017;

2.2 – Os documentos para a análise de Títulos deverão ser entregues no ato da inscrição;

2.3 - Para proceder à inscrição, o candidato deverá apresentar cópia dos seguintes documentos:

2.3.1 - Documento de identificação com foto, CPF, comprovante de residência, certificado de conclusão do ensino fundamental e comprovante de experiência na área de servente escolar e, ou, função compatível;

2.3.2 - Certificados de Cursos de aperfeiçoamento profissional emitidos por entes públicos, do Sistema S (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEBRAE, SENAT, SEST, SENAR e SESCOOP), escolas e empresas de treinamento, exceto cursos não presenciais (via internet);

2.3.3 – Comprovante de experiência em atividades relacionadas ao cargo. O tempo registrado em carteira de trabalho e contagem de tempo contrato ou declaração de prestação de serviço será

considerado até 30 de novembro de 2016, nos seguintes termos:

- a) Documento expedido pelo Poder Federal, Estadual ou Municipal, conforme o âmbito da prestação da atividade, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor, datado e assinado;
- b) Cópia de carteira de trabalho (página de identificação com foto e dados pessoais registro do(s) contrato(s) de trabalho). Em caso de contrato de trabalho em vigor (carteira sem data de saída), o tempo de serviço será considerado até 30 de novembro de 2016;
- c) Cópia do contrato de prestação de serviços e/ou declaração onde atua/atuou, em papel timbrado ou com carimbo de CNPJ/CPF, data e assinatura do responsável pela emissão da declaração, comprovando efetivo período de atuação no cargo.

2.4 – Todas as cópias de documentos deverão ser apresentadas junto com o original para devida autenticação.

3 – DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

3.1 - O Processo Seletivo será feito em 2 (duas) etapas:

1ª etapa - Homologação das Inscrições (eliminatória);

2ª etapa - Prova de Títulos (classificatória);

3.2 - Os títulos anexados no ato da inscrição serão avaliados pela Comissão Organizadora e Executora do Processo Seletivo Simplificado e terão caráter classificatório.

3.2.1 - Para efeito da Prova de Títulos, ser-lhes-ão atribuídos os seguintes valores:

a) Comprovante de Tempo de experiência em atividades relacionadas ao cargo: 1 (um) ponto a cada 30 dias trabalhados; O tempo de serviço será considerado até 30 de novembro de 2016;

b) Certificado de participação em Cursos de aperfeiçoamento, que sejam correlatos ao nível do cargo pretendido. No máximo cinco certificados de eventos ocorridos nos últimos 03 anos, expedidos por entes públicos, do Sistema S (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEBRAE), escolas e empresas de treinamento, exceto cursos não presenciais (via internet).

3.3 - Só serão aceitas contagens de tempo de exercício até 30/11/2016;

3.4 – Não será considerada a contagem de tempo concomitante;

3.5 – A declaração falsa ou inexata ou a apresentação de documentos falsos ou inexatos determinarão a anulação de todos os atos dela decorrentes em qualquer época;

3.6 – O resultado da análise dos títulos será divulgado no dia 27/01/2017, no site da Prefeitura Municipal de Caçador (www.cacador.sc.gov.br) e no quadro de avisos da Secretaria Municipal de Educação;

3.7 – O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos.

4 – DA PONTUAÇÃO

Comprovante de experiência em atividades relacionadas ao cargo	1(UM) ponto a cada 30 dias trabalhados
Participação em Cursos de aperfeiçoamento, que sejam correlatos ao nível do cargo pretendido	5 (CINCO) pontos a cada 40 horas de capacitação

5 – DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 – A classificação final dos candidatos será feita em ordem decrescente da soma dos pontos obtidos na prova de títulos;

5.2 – Em caso de empate na prova de títulos, a classificação será feita utilizando os seguintes critérios para desempate (nesta ordem):

- a) Candidato mais idoso;
- b) Maior tempo de experiência na função a que concorre;
- c) Sorteio.

6 – DA DESCLASSIFICAÇÃO

6.1 – Será considerado desclassificado o candidato que deixar de cumprir qualquer requisito citado neste edital.

7 – RESULTADO FINAL

7.1 - O resultado final será homologado pelo Prefeito Municipal de Caçador;

7.2 - O resultado final será divulgado no dia 27/01/2017 no site da Prefeitura Municipal de Caçador - www.cacador.sc.gov.br e no

quadro de avisos da Secretaria Municipal de Educação;

7.3 – Os candidatos serão contratados durante o prazo de validade deste edital e conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação, obedecendo à ordem de classificação.

8 - DA RESCISÃO

8.1 - A rescisão do contrato ocorrerá nas seguintes situações:

- a) Pelo término do prazo contratual;
- b) Por iniciativa da administração pública;
- c) Ocorrência de faltas no mês, em número superior a 10% (dez por cento) de sua carga horária mensal obrigatória;
- d) Desempenho que não recomende a permanência do servidor, após avaliação feita pela Direção das Escolas ou Coordenadores de Centros de Educação infantil.

9 - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A aprovação neste Processo Seletivo Simplificado não gera obrigação de contratação por parte da Prefeitura Municipal de Caçador;

9.2 - A Secretaria Municipal de Educação utilizará a lista de classificação deste Processo Seletivo Simplificado para as demandas de contratos temporários, obedecendo rigorosamente a sua ordem no ato da designação;

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e Executora deste Processo Seletivo Simplificado.

Caçador-SC, 18 de janeiro de 2017.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal de Caçador

JOSETE MARIA DE LEMOS ESTROWISPY

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

SERVENTE ESCOLAR

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Compreende os cargos que se destinam a executar serviços de copa, auxiliar no preparo de refeições e realizar os serviços de limpeza nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Educação.

Atribuições típicas:

a) percorrer as dependências dos prédios das Unidades Escolares, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos;

- realizar a limpeza, desinfecção e higienização de todas as dependências dos prédios (unidades escolares) da Secretaria Municipal de Educação, inclusive os locais temporariamente instalados para eventos, seguindo, sempre, as normas de limpeza e desinfecção próprias de cada unidade ou conforme normas e determinação superior;

- esfregar chão, paredes, aparelhos sanitários, bancadas, portas, janelas e mobiliário, no que couber, utilizando materiais e equipamentos próprios, de modo a manter e conservar os prédios municipais;

- aplicar cera e lustrar chão e móveis;

- conservar banheiros e cozinhas; efetuar a reposição de materiais como sabão, sabonete, toalhas, panos de mão, de copa e de chão, papel toalha e papel higiênico;

- coletar, seletivamente, lixo orgânico e inorgânico das lixeiras e cestas localizadas nos prédios da Secretaria Municipal de Educação, ensacá-lo adequadamente, e efetuar a disposição final do lixo, conforme orientação superior;

- verificar a existência de material de limpeza e alimentação, e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso;

- manter limpo e arrumado o local de trabalho e zelar pelo material sob sua guarda;

- auxiliar no plantio, adubagem, irrigação e colheita das hortas escolares;

- auxiliar no recebimento e estocagem da merenda escolar e produtos de limpeza, verificando, diariamente, os prazos de validade dos produtos, descartando os inservíveis e solicitando à chefia sua reposição;

- zelar por sua aparência pessoal, mantendo as vestimentas ou o

uniforme em perfeitas condições de uso, bem como pela guarda e conservação dos objetos necessários ao exercício de suas atividades;

- respeitar as normas de segurança e higiene no trabalho;
- participar de reuniões necessárias para o desenvolvimento do projeto político pedagógico, no tocante ao desempenho das funções de limpeza e conservação dos prédios escolares;
- participar de cursos e atividades de formação continuada, promovidos pela escola e Secretaria Municipal de Educação; - executar outras atribuições afins.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02 – 2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02 – 2017 - FMS

EDITAL: - INEXIGIBILIDADE Nº 02 – 2017 - FMS

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE FARMÁCIAS E OU DROGARIAS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A PACIENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, GRAVE OU DE URGÊNCIA, E AINDA POR ORDEM JUDICIAL, DOS QUAIS A SECRETARIA DE SAÚDE NÃO POSSUA EM ESTOQUE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAÇADOR – SC,

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até às 19h00min do dia 31/01/2017.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 18 de janeiro de 2017.

ADEMAR SCHMITZ

Secretário de Saúde

EDITAL Nº 03/2016 - LISTAGEM FINAL DE CLASSIFICAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

IBAM | CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO | 18/01/2017 - 08:08 | PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Superior completo
 001 - AUXILIAR DE BIBLIOTECA
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	SOLANGE HUDE	33986-5	0	21/11/1994	250.00	0.000	250.000
2	FERNANDA APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS	34041-3	0	12/10/1989	200.00	0.000	200.000
3	LANA RIBEIRO DA SILVA	34114-2	0	15/12/1991	150.00	16.000	166.000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
 18/01/2017 - 08:10

Superior completo
 002 - ESP ASSUNTOS EDUCACIONAIS
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	JULIANA PADILHA MAZZOTTI	44992-0	1	02/09/1974	240.00	35.000	275.000
2	CRISTIAN PEDRO RUBINI DUTRA	44397-2	0	15/04/1984	260.00	0.000	260.000
3	HELIO PIRES	44551-7	0	25/07/1980	240.00	5.000	245.000
4	ELIANE PELLIZZARO	34162-2	2	04/11/1968	210.00	32.000	242.000
5	JOCIANE DE FATIMA DE MORAES CACHOEIRA	44502-9	2	21/10/1981	210.00	24.000	234.000
6	SILVANA ALVES RIBEIRO BARDELLA	44763-3	1	11/04/1978	200.00	32.000	232.000
7	LIZ BARBARA BORGHETTI	44679-3	2	06/10/1973	230.00	0.000	230.000
8	CLACIR MARIA SANTIN FONSECA	44458-8	2	17/08/1965	200.00	30.000	230.000
9	CLAUDIA APARECIDA SOARES BROMER	34326-9	2	28/12/1972	180.00	35.000	215.000
10	MARIA CRISTINA MAFFESSONI	35414-7	0	23/10/1959	200.00	14.000	214.000
11	ANA LUCIA MACENO	45120-7	0	02/08/1969	180.00	33.000	213.000
12	JESSICA FONSECA DA SILVA	44962-8	0	03/12/1988	190.00	19.000	209.000
13	PAULO MAURICIO CAVALHEIRO FRANCA	34876-7	0	01/07/1979	160.00	18.000	178.000
14	LUCIANE MARIA FERNANDES STRAUSS	44383-2	2	25/06/1977	170.00	0.000	170.000
15	ANA PAULA ANTUNES DA COSTA FEIX	33929-6	2	01/04/1979	150.00	20.000	170.000
16	DENISE REGINA LOPES MOREIRA	45421-4	2	11/04/1973	130.00	33.000	163.000
17	DAIANA CAMARGO	34585-7	0	27/07/1994	160.00	0.000	160.000
18	PATRICIA GONCALVES	35437-6	2	14/06/1983	140.00	17.000	157.000
19	LOURDES DE MATIAS ALVES	45577-6	1	26/02/1952	140.00	16.000	156.000
20	FRANCISCO MARCOS GEREMIA	44481-2	2	03/01/1960	140.00	0.000	140.000
21	SANDY OLIVEIRA DE CORDUVA	45301-3	1	17/12/1988	140.00	0.000	140.000
22	SALETE DE MATOS PEREIRA	34801-5	2	25/07/1951	120.00	18.000	138.000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO

PAG: 1
18/01/2017 - 08:10

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Superior completo
003 - PROF I ANOS INICIAIS 1 AO 5
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	JUCILEI APARECIDA SCAPINELLI	44906-7	1	25/06/1978	270,00	27.000	297.000
2	TEREZINHA ROSICLEIA SKIBINSKI KAMIENSKI	34005-7	2	24/09/1961	250,00	35.000	285.000
3	ROSELI SALETE FERENC	34061-8	2	17/03/1965	240,00	45.000	285.000
4	IOLANDA MAGUEROSKI RIBEIRO	34948-8	2	07/08/1973	270,00	13.000	283.000
5	ROSELEIA SPADER	44568-1	2	13/04/1976	250,00	30.000	280.000
6	ANDREA CARLA COMEL	44927-0	2	28/08/1971	250,00	26.000	276.000
7	DILMA BUENO DE OLIVEIRA GOMES	34068-5	3	03/09/1960	240,00	36.000	276.000
8	SOLANGE MARGARETH CAMPOS	34067-7	1	29/03/1971	240,00	32.000	272.000
9	SHIRLEI BIGARELLA SABINI	34676-4	2	05/01/1964	260,00	10.000	270.000
10	LUCIANE DO CARMO PADILHA	44694-7	1	04/09/1973	270,00	0.000	270.000
11	MARGARA CASSOL DE ALMEIDA AIMI	45496-6	0	22/04/1990	240,00	28.000	268.000
12	GIOVANA FIGUEROA	35283-7	1	05/01/1972	230,00	34.000	264.000
13	CLAUDIA GISLAINE CAPPELLETTI	33938-5	0	26/11/1971	230,00	33.000	263.000
14	JULIANA VOGUES RIBEIRO	45009-0	1	25/08/1978	220,00	34.000	254.000
15	ADRIANA RAQUEL DIAS	34172-0	0	11/09/1986	250,00	0.000	250.000
16	BRUNA SCHWARTZ	33943-1	0	19/01/1994	250,00	0.000	250.000
17	ANDRESSA ANGELITA NUNES RIBEIRO	45659-4	2	30/10/1980	230,00	19.000	249.000
18	ROSELI MARIA BASEGGIO	44917-2	2	30/05/1961	230,00	18.000	248.000
19	MARIVETE APARECIDA BOFF PEREIRA	45232-7	1	24/01/1988	220,00	28.000	248.000
20	AGNESE APARECIDA FILIPINI CHAVES	44789-7	1	09/10/1963	220,00	28.000	248.000
21	LEILA LUCIMAR GONCALVES	45025-1	2	09/03/1975	210,00	35.000	245.000
22	VANESSA ZOTTO COSTA	34240-8	1	16/03/1984	220,00	25.000	245.000
23	NELCI APARECIDA DOS SANTOS CRESPO	34217-3	2	24/01/1960	220,00	24.000	244.000
24	ALZIRA SALETE PADILHA	44391-3	3	13/01/1956	220,00	23.000	243.000
25	SILVANA GRANEMANN	45648-9	0	29/05/1987	230,00	13.000	243.000
26	GISELE DE OLIVEIRA MORAES VEIGA	45467-2	1	16/01/1989	230,00	12.000	242.000
27	TICIANE SCHAEFER	45626-8	0	13/11/1985	230,00	12.000	242.000
28	CRISTIANE ANTUNES GONCALVES	34699-3	2	09/07/1981	220,00	22.000	242.000
29	DAYANE REGINA DE MOURA LUNARDELLI	33942-3	2	03/02/1976	210,00	31.000	241.000
30	MARICI MENEGAT FRANCO	45520-2	2	27/05/1968	200,00	40.000	240.000
31	RODINEIA CLARA CARLIM PRIGOL	34233-5	2	12/08/1977	210,00	29.000	239.000
32	NEIDE TERESINHA PAACHEN DA ROSA	35236-5	2	27/11/1962	230,00	8.000	238.000
33	LAYDE SEBASTIANA DE SOUZA	35434-1	1	19/01/1986	220,00	17.000	237.000
34	ANDREIA PARANA DE OLIVEIRA	35210-1	1	22/05/1981	230,00	7.000	237.000
35	CLAUDIA FINSTERBUSCH DOS SANTOS	44645-9	2	25/06/1973	210,00	26.000	236.000
36	ELIS MICHELI GONCALVES PADILHA WEGNER	34212-2	1	24/08/1985	220,00	14.000	234.000
37	VERA MARCIA WESTERLON DE OLIVEIRA	33932-6	2	29/08/1968	200,00	34.000	234.000
38	MARCIA ANTONIA RICETTI	34191-6	1	12/06/1962	210,00	24.000	234.000
39	SAMARA TODESCHINI ZANATTA	45170-3	1	08/12/1991	220,00	13.000	233.000
40	CARLA TATIANE MARTINS	34989-5	2	08/01/1978	210,00	23.000	233.000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 2
18/01/2017 - 08:10Superior completo
003 - PROF I ANOS INICIAIS 1 AO 5
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	REGINA LUCIA TELEGEN	45751-5	2	21/11/1968	210,00	22,000	232,000
42	CICI JOSIANE BUENO NUNES	44913-0	3	18/03/1979	230,00	0,000	230,000
43	IVANICE NIENDICHER	34082-0	0	15/05/1981	210,00	20,000	230,000
44	ELISETE MARIA REPUKNA SEGATTO	45188-6	2	08/04/1983	230,00	0,000	230,000
45	RENATA PADILHA DE ANDRADE	34228-9	3	14/11/1974	230,00	0,000	230,000
46	MICHELE BRANCO STONA	44555-0	0	27/12/1988	220,00	9,000	229,000
47	MARCIA URUPUCKUA RUMPEL	34154-1	1	21/05/1973	210,00	19,000	229,000
48	ERMELINDA TERESINHA GARCIA CARNEIRO	44670-0	2	14/05/1959	210,00	18,000	228,000
49	FILOMENA MAIBERG DA ROSA BELLI	45772-8	3	30/08/1969	210,00	17,000	227,000
50	CLAUDIA APARECIDA RAMOS	45149-5	3	15/03/1971	200,00	27,000	227,000
51	VANIA DAS DORES MORESCO	34887-2	2	10/08/1978	200,00	25,000	225,000
52	ANA PAULA DE LIMA PIRES	34748-5	1	16/11/1981	200,00	24,000	224,000
53	MELLINA PEREIRA SCALABRIN	44469-3	1	13/02/1981	210,00	13,000	223,000
54	ELIANA APARECIDA RAMOS BATISTA PADILHA	34280-7	2	20/11/1976	210,00	12,000	222,000
55	RUBIA MARLUZA GOMES	34615-2	2	22/06/1979	210,00	11,000	221,000
56	SOLANGE CRISTINA GODOY PONTES	44536-3	2	05/11/1972	190,00	31,000	221,000
57	NOEMI DE MELO	44575-4	4	17/10/1981	220,00	0,000	220,000
58	ANDREIA PATRICIA SCHWARTZ	45400-1	0	24/11/1974	190,00	30,000	220,000
59	ANGELITA ZIR	45654-3	0	04/12/1971	200,00	20,000	220,000
60	MARIANA SUSIN FRIGOTTO	45624-1	0	10/03/1989	210,00	10,000	220,000
61	NILVA MARIA FERNANDES	44889-3	0	16/03/1977	220,00	0,000	220,000
62	THABITA FERNANDES LINHARES	34199-1	1	08/10/1987	220,00	0,000	220,000
63	CLORIS DE FATIMA CASAGRANDE	45049-9	2	07/04/1963	190,00	29,000	219,000
64	SILMARA APARECIDA ALVES DO PRADO PORFIRIO	34460-5	1	29/10/1969	200,00	17,000	217,000
65	DEISY ROBERTA POLLI	45129-0	0	02/07/1984	190,00	27,000	217,000
66	MARISTELA CORDEIRO DA SILVA	34055-3	1	14/12/1973	180,00	36,000	216,000
67	SOLANGE APARECIDA PIVOTTO	34741-8	0	06/06/1983	190,00	25,000	215,000
68	ALAIDE TERESINHA DE OLIVEIRA	44929-6	2	20/03/1955	190,00	24,000	214,000
69	DILSE CECHETTI GUZI	34428-1	2	07/07/1966	180,00	34,000	214,000
70	CATIA MARIA DOS SANTOS	35122-9	2	04/02/1973	180,00	34,000	214,000
71	NIVEA APARECIDA DA ROSA	35069-9	2	10/06/1977	200,00	13,000	213,000
72	JOICE DA SILVA CORDOVA	34142-8	1	07/04/1983	200,00	13,000	213,000
73	ODETE JANICE JAENSCH	45123-1	0	05/02/1983	210,00	0,000	210,000
74	GISLAINE APARECIDA BATISTA	44524-0	1	24/04/1981	210,00	0,000	210,000
75	SILVANE LASCOSKI	45084-7	1	04/10/1979	190,00	20,000	210,000
76	LIGIANESCOLARO@HOTMAIL.COM	45237-8	1	13/09/1983	190,00	20,000	210,000
77	DANIELI MIRANDA	35134-2	1	14/06/1989	190,00	20,000	210,000
78	JUSSARA FONSECA	45392-7	0	21/12/1967	170,00	39,000	209,000
79	ANALU SANTIN	34902-0	1	07/08/1983	200,00	8,000	208,000
80	LAUDO ORLANDO BELLAVER	34181-9	0	15/03/1971	200,00	8,000	208,000
81	ROSELI KINAK GOLIN	45319-6	1	20/04/1964	190,00	18,000	208,000

IBAM | CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO | PAG: 3
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 18/01/2017 - 08:10

Superior completo
003 - PROF I ANOS INICIAIS 1 AO 5
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
82	MARCIA APARECIDA MUNHOES	35402-3	0	30/06/1976	180,00	28.000	208.000
83	MARIA ROSANGELA CHAGAS FARO	35027-3	1	12/09/1979	190,00	16.000	206.000
84	FATIMA APARECIDA DE CASTILHO	34701-9	3	31/12/1957	190,00	16.000	206.000
85	CARIN CRISTINA SEIDEL	44433-2	1	24/10/1968	190,00	16.000	206.000
86	CRISTINA APRECIDA BECKERT	45767-1	0	18/04/1966	190,00	15.000	205.000
87	SILVIA DAIANE CALIXTO	45326-9	2	25/08/1981	200,00	3.000	203.000
88	ELISABETE DE FATIMA TABORDA SOMENSI	44964-4	1	24/06/1964	180,00	21.000	201.000
89	MARCIO ROCHA	45505-9	2	01/11/1973	200,00	0.000	200.000
90	EDIA APARECIDA PACZTUICH	45110-0	0	21/08/1962	160,00	39.000	199.000
91	CLEUNICE GRANEMANN DE MELO	44882-6	0	13/04/1989	190,00	8.000	198.000
92	RITA SALETTE DANELUZ	44968-7	2	10/12/1980	170,00	26.000	196.000
93	TERESINHA APARECIDA LAZARIS PALHANO	44472-3	1	01/03/1967	180,00	16.000	196.000
94	CIMARA BECEGATTO	34150-9	3	14/11/1980	170,00	26.000	196.000
95	JULIANA APARECIDA GUEDES DOS SANTOS CARDOSO	44912-1	1	03/04/1981	180,00	14.000	194.000
96	LUANA CRISTINA RAMOS	34254-8	1	14/12/1985	180,00	14.000	194.000
97	MICHELI PIRES GOES	45523-7	0	07/06/1991	180,00	12.000	192.000
98	ADRIANA BATISTA GOMES DE OLIVEIRA GODINHO	44505-3	1	07/03/1981	180,00	12.000	192.000
99	SOLANGE FATIMA MARQUES	44997-0	0	04/04/1988	180,00	12.000	192.000
100	DANIELA DOS SANTOS PIRES	45382-0	1	27/02/1984	180,00	12.000	192.000
101	IVONETE RIBEIRO ALVES CARNEIRO	44504-5	2	11/01/1973	170,00	21.000	191.000
102	MARIZETE ZAGO	34226-2	1	04/09/1963	190,00	0.000	190.000
103	KEILA VERGINIA MALESKE DOS SANTOS	45244-0	0	09/01/1977	160,00	29.000	189.000
104	JOSE CRISTIANO PERETTI	34904-6	0	09/12/1977	170,00	18.000	188.000
105	DIOLANDA TERESINHA LENARDT	35078-8	1	20/03/1962	170,00	18.000	188.000
106	JUSSARA BROL	44994-6	3	17/05/1972	170,00	18.000	188.000
107	JANICE MUNIZ DE MOURA RIBEIRO	44881-8	1	01/09/1978	170,00	18.000	188.000
108	DAIANE MARIA BENTO DE ANDRADE	34200-9	0	22/04/1980	170,00	15.000	185.000
109	MARILENE CORADIN ROSO	45579-2	2	20/02/1955	170,00	14.000	184.000
110	ROSANGELA APARECIDA RIBAS DE MELLO	45425-7	2	10/12/1970	180,00	0.000	180.000
111	GISELE CRISTIANE GALVAO PEREIRA	45578-4	1	01/08/1981	150,00	29.000	179.000
112	MARIA INES DA SILVA	44518-5	1	31/07/1968	150,00	28.000	178.000
113	NATALINA DOS SANTOS	44808-7	1	25/12/1980	160,00	16.000	176.000
114	DERLI FERREIRA DOS SANTOS	45630-6	5	20/12/1977	160,00	14.000	174.000
115	MARILUCI CARNEIRO DO NASCIMENTO	45089-8	2	01/02/1968	140,00	32.000	172.000
116	FRANCIELI FERRASSO	34991-7	0	23/07/1983	170,00	0.000	170.000
117	PATRICIA CRISTINA LEMOS	44625-4	2	17/08/1982	170,00	0.000	170.000
118	MARIA DE LOURDES CASSOL	45817-1	2	04/02/1962	140,00	30.000	170.000
119	CLEUZENI FARIAS LOPES	44646-7	3	15/02/1977	140,00	24.000	164.000
120	ELI DO NASCIMENTO BELLAVER	34525-3	2	24/12/1970	150,00	13.000	163.000
121	RAQUEL APARECIDA PADILHA	44663-7	1	16/08/1978	140,00	22.000	162.000
122	ADRIANA MARLISA CAMPOS DE ALMEIDA	34213-0	2	21/08/1975	160,00	0.000	160.000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO PAG: 4
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 18/01/2017 - 08:10

Superior completo
 003 - PROF I ANOS INICIAIS 1 AO 5
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
123	ELIS ANGELA WAGNER	34800-7	0	09/07/1987	160.00	0.000	160.000
124	JULIANA PRESTES DE OLIVEIRA	44916-4	2	14/04/1977	150.00	9.000	159.000
125	ZELIA DA APARECIDA DE QUADROS	44877-0	2	13/12/1976	150.00	7.000	157.000
126	EDNA CARVALHO DO VALE	45239-4	2	07/12/1985	150.00	4.000	154.000
127	DEISYANE PADILHA CAMPOS	44515-0	1	25/01/1988	150.00	1.000	151.000
128	VANILDA ROSA ROCHA DE SOUZA	44559-2	1	11/07/1978	150.00	0.000	150.000
129	FRANCIANE MACENO	34093-6	2	04/11/1983	140.00	10.000	150.000
130	MARI CRISTINA GRANEMANN MOREIRA SINKERE	44599-1	2	09/07/1974	150.00	0.000	150.000
131	DEISIANE APARECIDA DE PAULO	44726-9	0	12/03/1982	130.00	20.000	150.000
132	CRISTIANE DOS SANTOS MARCHESAN DOBNER	34389-7	2	15/05/1984	140.00	8.000	148.000
133	PATRICIA VILLWOCK FERREIRA DE ANDRADE	45531-8	1	13/02/1978	130.00	17.000	147.000
134	JOICE BARUFFI	44521-5	0	18/02/1986	140.00	5.000	145.000
135	MARILIA NEIS GODINHO	35514-3	2	21/03/1965	100.00	41.000	141.000
136	ELIANE APARECIDA FERREIRA DRUN	45637-3	3	15/11/1974	120.00	15.000	135.000
137	MARGARETE GRANEMANN	44526-6	2	05/02/1972	130.00	0.000	130.000
138	LAURICI TEREZINHA DE PAULO	44730-7	2	21/08/1957	110.00	12.000	122.000
139	ROSELAINE DE OLIVEIRA VARELA	44493-6	2	04/09/1988	120.00	1.000	121.000
140	ROSELI LINO	44532-0	2	20/05/1980	90.00	10.000	100.000

IBAM | CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO | 18/01/2017 - 08:10 | PAG: 1

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Superior completo
004 - PROF II ARTE
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	SIDNEI MORAIS DE LUCENA	34438-9	0	28/09/1965	210.00	26.000	236.000
2	SULAMITA REIS DOS SANTOS GALLOIS	33994-6	1	17/03/1980	220.00	11.000	231.000
3	VALERIA CRISTINE RISSON	34001-4	2	09/06/1971	200.00	31.000	231.000
4	GLECI APRECIDA MOURA	34856-2	0	08/02/1968	180.00	30.000	210.000
5	JANETE KUCZER MANDELLI	34542-3	0	28/05/1961	190.00	0.000	190.000
6	IVANIA APARECIDA PEREIRA	34970-4	1	07/11/1974	160.00	19.000	179.000
7	SONIA MARA FARIAS	44972-5	4	07/07/1972	160.00	15.000	175.000
8	MARINEI AP CARDOSO SALDANHA	44926-1	1	12/04/1979	150.00	0.000	150.000

IBAM | CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO | PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 18/01/2017 - 08:11

Superior completo
 005 - PROF I ATENDIMENTO EDUC ESP
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	ROZANGELA PRETTO VIVAN	45680-2	1	04/08/1966	220.00	48.000	268.000
2	ERONILDES OLEINK PINTO	35293-4	1	04/01/1964	220.00	45.000	265.000
3	TACIELE MARIA MACIEL MENDES	45133-9	0	03/02/1987	210.00	18.000	228.000
4	JUCIANA MARIA GAVAZZO	45683-7	3	17/07/1974	210.00	16.000	226.000
5	OLIVIA DOS SANTOS MOREIRA	34064-2	2	25/09/1966	160.00	46.000	206.000
6	GLEIDE ALVES	45480-0	2	30/03/1979	180.00	17.000	197.000
7	NILVA CENDRON CZERNIAK	45664-0	2	06/03/1964	170.00	0.000	170.000
8	ELISIANE APARECIDA FIGUEROA DUARTE	45180-0	1	01/10/1977	150.00	0.000	150.000
9	DANIELE APARECIDA ELICHER DOS SANTOS	44738-2	2	26/06/1982	80.00	0.000	80.000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
 18/01/2017 - 08:11

Superior completo
 006 - PROF II CIENCIAS
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	EVELYN DE ALMEIDA	45562-8	1	30/08/1989	250,00	27,000	277,000
2	MARIA SELMA KONFLANZ	34773-6	0	03/12/1981	240,00	23,000	263,000
3	JACQUELINE ZANELATO	34781-7	0	11/06/1990	240,00	9,000	249,000
4	ROSE MARI LEMOS	34409-5	3	12/07/1968	210,00	22,000	232,000
5	DALVANA VOLPATO	44874-5	1	04/08/1986	220,00	0,000	220,000
6	FABIANA APARECIDA VOLSKI	45101-0	0	28/06/1987	200,00	13,000	213,000
7	JONATHAN THIBES DOS SANTOS	44537-1	0	26/05/1990	190,00	13,000	203,000
8	GABRIELA NAVA RAMOS	44534-7	0	19/11/1989	190,00	13,000	203,000
9	TAIANA KETLY INSBERGER	45064-2	1	19/04/1985	200,00	0,000	200,000
10	MARIA FABIOLA RIBEIRO DOS SANTOS DA SILVA	45026-0	0	15/03/1992	180,00	18,000	198,000
11	MARAGRETE ONEDA	34639-0	3	27/03/1961	170,00	22,000	192,000
12	KADINY APARECIDA DE ALMEIDA	35010-9	1	19/09/1983	190,00	0,000	190,000
13	MAELLI PIRES GOES CATELLAN	45405-2	1	05/01/1987	180,00	0,000	180,000
14	DAIANE XUMADELO DE SOUZA LEAL	45147-9	1	13/08/1989	180,00	0,000	180,000
15	EVELYN CRISTINA LENZ	45030-8	0	18/12/1993	170,00	8,000	178,000
16	MARIA LILIAN SCHWARTZ	44535-5	3	17/11/1986	160,00	0,000	160,000
17	JOAO PEDRO GONCALVES	45199-1	0	24/06/1967	130,00	26,000	156,000
18	MARIA ODETE PADILHA LEAL	35438-4	3	20/05/1971	130,00	15,000	145,000
19	FRANCIELE TIRES SACHINSKI	35024-9	1	29/03/1987	120,00	0,000	120,000
20	MARLI DA CRUZ	45730-2	2	22/08/1977	110,00	0,000	110,000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO

PAG: 1
18/01/2017 - 08:11

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Superior completo
007 - PROF II EDUCACAO FISICA
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	SUZANA CRISTINA VOLTOLINI	34759-0	0	10/04/1970	290,00	27,000	317,000
2	BRASILTON NEVES DO NASCIMENTO JUNIOR	44598-3	3	14/07/1972	280,00	22,000	302,000
3	CARINE MARIA BOSETTI	44915-6	0	03/01/1991	290,00	0,000	290,000
4	SIDNEI ALVES PEREIRA	45042-1	0	29/07/1978	250,00	25,000	275,000
5	DIEGO JUNGES DE LARA	34098-7	0	25/11/1985	270,00	4,000	274,000
6	NILSON ADELINO ZART JUNIOR	44796-0	1	20/09/1983	250,00	24,000	274,000
7	JORGE ROBERTO ALVES DOS SANTOS	45468-0	3	10/11/1973	260,00	13,000	273,000
8	ANTONIO DONIZETE HORBACH	44409-0	0	25/01/1973	240,00	28,000	268,000
9	RODRIGO CAVALETT	45109-6	0	07/04/1989	250,00	16,000	266,000
10	DANIELE CARLOS DA SILVA	44408-1	0	06/02/1987	250,00	16,000	266,000
11	HELBER PABLO BASEGGIO	35116-4	0	30/06/1983	230,00	33,000	263,000
12	EDEVANDRO PEREGO	34872-4	0	15/08/1993	260,00	0,000	260,000
13	GERSON LUIZ FRIGIERI	35051-6	1	25/11/1966	230,00	30,000	260,000
14	ANA PAULA BERTAZI	45731-0	0	19/09/1994	250,00	10,000	260,000
15	CRISTIANE BATISTA DA SILVA	45044-8	0	03/06/1993	250,00	6,000	256,000
16	BRUNA KUNTZ	34342-0	0	23/12/1992	250,00	1,000	251,000
17	EDERTON SANTIN	45324-2	0	22/09/1983	250,00	0,000	250,000
18	CICERO ANTONIO CARDOSO	34507-5	0	16/05/1992	250,00	0,000	250,000
19	ANGELO VALDEMILSON DE SOUZA	34312-9	0	14/12/1992	240,00	1,000	241,000
20	ANA PAULA PEREIRA	34729-9	1	10/08/1988	240,00	0,000	240,000
21	MAYARA PELEGRINI DE SOUZA	34421-4	0	15/10/1992	240,00	0,000	240,000
22	JOEL CAETANO	45045-6	2	20/09/1979	220,00	20,000	240,000
23	AMUR OTAVIO SOARES	44570-3	2	26/08/1958	210,00	30,000	240,000
24	RENI DE JESUS DA CRUZ RIBAS	45007-3	3	11/03/1972	240,00	0,000	240,000
25	ROSILDA DE FATIMA MAXINSK WITTE	44637-8	1	18/08/1976	210,00	29,000	239,000
26	ELIANE APARECIDA ALVES	33966-0	0	08/10/1971	230,00	8,000	238,000
27	DIEGO ANDRE BRIDI	34362-5	0	06/03/1988	220,00	12,000	232,000
28	VITOR THOME CECETTO	44668-8	1	31/08/1980	220,00	11,000	231,000
29	TIAGO CARELLI	45142-8	1	07/06/1985	230,00	0,000	230,000
30	TATIANA FERREIRA LOPES	45348-0	1	06/03/1987	220,00	5,000	225,000
31	ANZERO GIOVANI DE OLIVEIRA	33977-6	2	12/04/1970	200,00	23,000	223,000
32	LEANDRO DOS SANTOS NORA	44813-3	0	11/04/1989	220,00	2,000	222,000
33	LUANA ANDREIA BRIDI	34211-4	0	09/05/1995	220,00	1,000	221,000
34	WILSON ROBERTO OLIVEIRA DOMINGOS	45481-8	1	03/04/1976	220,00	0,000	220,000
35	EMELY DO AMARAL SCHMITZ	44444-8	0	11/10/1990	220,00	0,000	220,000
36	DARISSA GARCIA GODINHO RIBEIRO	44350-6	0	06/04/1990	210,00	0,000	210,000
37	ELIZANE PEDROSO	45036-7	0	03/08/1988	200,00	10,000	210,000
38	JOSE MARCOS GODOI	45096-0	2	06/05/1966	200,00	9,000	209,000
39	KARINA RODRIGUES DE FRANCA	34356-0	1	12/06/1990	200,00	3,000	203,000
40	MINELI FRIGOTTO SCOLARO	45769-8	0	28/07/1981	180,00	21,000	201,000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 2
18/01/2017 - 08:11

Superior completo
007 - PROF II EDUCACAO FISICA
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	MAIKI TOMASZEWSKI	44812-5	0	26/11/1988	200.00	0.000	200.000
42	MARA CELIS IESBECK ANDRADE PAGNUSSATT	44797-8	0	01/04/1987	180.00	18.000	198.000
43	TIAGO GONCALVES DIAS	45124-0	1	30/09/1989	180.00	13.000	193.000
44	CLAYTON LUIZ FERNANDES	34488-5	1	10/06/1993	190.00	0.000	190.000
45	IVAN ELOIR OLIVETTE	45224-6	0	14/04/1973	190.00	0.000	190.000
46	INGRID ANITA BECKERT	34845-7	0	01/08/1990	180.00	4.000	184.000
47	TIAGO BRESSAN COSTA	45146-0	0	03/02/1988	180.00	3.000	183.000
48	RALINE CRISTIANE DA SILVEIRA GOMES	44377-8	1	21/06/1990	180.00	0.000	180.000
49	SIMONE APARECIDA MOREIRA	45001-4	1	06/03/1987	180.00	0.000	180.000
50	FELIPE ALOISIO CRUZ	34880-5	0	25/07/1985	180.00	0.000	180.000
51	DANIELA ALINE PETRY FERRARI	34100-2	0	17/10/1994	180.00	0.000	180.000
52	ALVANI MELANIA DA SILVA	45287-4	3	18/06/1952	170.00	7.000	177.000
53	JOAO CARLOS RIBEIRO	44872-9	1	24/01/1978	160.00	12.000	172.000
54	JANAÍNA DE OLIVEIRA SOUZA	45589-0	0	17/08/1980	170.00	1.000	171.000
55	ANTONIO FRANCISCO DE OLIVEIRA	45217-3	3	13/08/1955	150.00	0.000	150.000
56	EVERTON LUIZ CORREA	44591-6	1	15/06/1986	130.00	0.000	130.000

IBAM | CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
 18/01/2017 - 08:11

Superior completo
 008 - PROF I EDUCACAO INFANTIL
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	MARLUCI DALPIAS BLASKOWSKI	34510-5	0	14/04/1989	270,00	28,000	298,000
2	MARLEI TOMASI	44503-7	1	10/02/1972	250,00	34,000	284,000
3	ADRIANA ANTUNES DA SILVA	45070-7	1	30/05/1979	250,00	27,000	277,000
4	JOSELY TEREZINHA DOS SANTOS	44966-0	3	31/03/1963	240,00	35,000	275,000
5	JENIFER TOMASI BEGNINI	44514-2	1	25/03/1986	250,00	20,000	270,000
6	ELINEIA DIAS	45752-3	0	27/10/1985	250,00	18,000	268,000
7	ELIANA MARIA TELES DE SOUZA	34624-1	1	21/10/1976	250,00	18,000	268,000
8	CAMILA CRISTINA MACHADO	45575-0	0	08/12/1984	260,00	5,000	265,000
9	MARISETE APARECIDA LOPES	35098-2	1	05/04/1969	240,00	20,000	260,000
10	MARINEZ OZORIO	34392-7	2	03/04/1976	230,00	29,000	259,000
11	LUANA RODAKIEVIS	44608-4	0	16/11/1990	240,00	19,000	259,000
12	JUCILAINE TERESINHA PEREIRA	34917-8	3	25/12/1970	230,00	29,000	259,000
13	SANDRA MARA MACENO	45090-1	0	09/08/1971	210,00	49,000	259,000
14	SANDRA REGINA DOS SANTOS	35144-0	2	09/10/1967	220,00	38,000	258,000
15	ROSICLEIA ALVES	34625-0	2	18/12/1984	240,00	18,000	258,000
16	CARMELUCIA MARIA SINGER TONET	45126-6	0	02/03/1987	240,00	17,000	257,000
17	LEONORA JAKOBYNSKI	45003-0	2	10/05/1975	230,00	22,000	252,000
18	MARISTELA BRIXNER KEGLER	45649-7	1	07/11/1987	230,00	21,000	251,000
19	REGINA APARECIDA DANELUZ	44937-7	1	17/02/1982	230,00	21,000	251,000
20	ALESSANDRA DE OLIVEIRA MATOS	34566-0	1	07/10/1986	250,00	0,000	250,000
21	ZELI PEREIRA	44549-5	2	07/05/1978	220,00	28,000	248,000
22	SARILANE ZANOTTO BARPP	44510-0	2	11/04/1971	220,00	27,000	247,000
23	MARINEZ DO AMARAL	44490-1	0	12/05/1988	220,00	27,000	247,000
24	DEISE TEREZINHA PACEVICZ SPAZZINI	34995-0	0	04/02/1986	220,00	25,000	245,000
25	CLAUDETE APARECIDA MARTINS DO NASCIMENTO	33996-2	1	21/12/1977	230,00	15,000	245,000
26	SANDRIANE FOGACA FERNANDES	34648-9	0	16/12/1994	240,00	2,000	242,000
27	ELISAMARA GASPAR DA SILVA	45202-5	0	23/05/1989	230,00	9,000	239,000
28	KARINA PADILHA	34158-4	1	06/08/1986	220,00	17,000	237,000
29	KAUTERINE BROCH	44479-0	1	14/07/1984	210,00	27,000	237,000
30	JULIANA VELASQUES FERREIRA	44905-9	1	20/06/1976	200,00	35,000	235,000
31	LIRIAN DE FATIMA STAFIN LIEBL	34278-5	1	21/03/1989	220,00	13,000	233,000
32	SILVIA CRISTINA EICHELE	34020-0	3	11/08/1972	200,00	33,000	233,000
33	RITA DE CASSIA GROBE	45708-6	0	29/07/1967	200,00	33,000	233,000
34	VANIA APARECIDA BERTOTTO	34855-4	2	15/02/1981	210,00	22,000	232,000
35	ROSANGELA FATIMA DE PAULA	34841-4	1	20/02/1983	220,00	11,000	231,000
36	KEILA APARECIDA BRONNER	44498-7	3	30/12/1976	210,00	20,000	230,000
37	JUCARA APARECIDA DOS SANTOS FERREIRA	45399-4	2	04/02/1966	220,00	10,000	230,000
38	IOLANDA APARECIDA DE MORAES	44958-0	1	24/02/1970	200,00	29,000	229,000
39	ADRIANA LUCIA KLAUS	44572-0	0	27/03/1985	210,00	19,000	229,000
40	ELITEIA DIAS	34918-6	1	29/10/1983	220,00	6,000	226,000

IBAM | CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO | PAG: 2
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 18/01/2017 - 08:11

Superior completo
 008 - PROF I EDUCACAO INFANTIL
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	GRACIELE MORAES LOPES	44899-0	2	12/07/1985	220,00	6,000	226,000
42	JOICE PORTH	44923-7	1	08/06/1978	200,00	24,000	224,000
43	GISELE DE ALMEIDA	35191-1	2	18/07/1981	190,00	34,000	224,000
44	ROMY CRISTINE SCHNEIDER FRANCESCHETTO	45409-5	2	14/06/1966	180,00	43,000	223,000
45	JESSICA NAYARA WITIUK	44564-9	0	21/01/1997	220,00	2,000	222,000
46	LUIZA APARECIDA ZAGO MEIRA	44862-1	2	10/09/1980	190,00	31,000	221,000
47	ALECSANDRA BACKSCHAT ANDREOLLA	34578-4	1	28/08/1978	220,00	0,000	220,000
48	CARMEN DAIANA SEPULVEDA	34548-2	2	23/05/1982	220,00	0,000	220,000
49	TAMIRES SORGATTO	44513-4	0	12/02/1992	220,00	0,000	220,000
50	ADRIANA JAQUELINE LEITES SOUZA	45749-3	2	06/06/1975	200,00	18,000	218,000
51	MARIANA RIBEIRO DA CRUZ BRANCO	44560-6	3	01/11/1959	180,00	38,000	218,000
52	MARIA VIVIANE DE QUADRA	45449-4	1	04/05/1981	200,00	16,000	216,000
53	FABIANA CLECI SCHNEIDER	34549-0	2	07/10/1981	200,00	16,000	216,000
54	LUCI LUCIO	45080-4	1	01/06/1974	180,00	32,000	212,000
55	SIMONE ALVES NUNES FERREIRA	34215-7	1	11/01/1989	200,00	11,000	211,000
56	SHIRLEY APARECIDA WURGES MASSAROLLI	45137-1	1	11/04/1967	180,00	31,000	211,000
57	ELIANE SALETE PERETTI	44602-5	0	30/08/1976	210,00	0,000	210,000
58	DAYANE APARECIDA SOARES	44674-2	2	14/09/1991	210,00	0,000	210,000
59	ELAINE DE BRITO	45114-2	3	08/01/1977	190,00	20,000	210,000
60	BEATRIZ APARECIDA DE FRANCA	34405-2	1	16/05/1983	210,00	0,000	210,000
61	IVANILDE ALVES DE GOIS DALLARIVA	34620-9	0	27/06/1967	190,00	18,000	208,000
62	CRISTIANE MOREIRA CAMARGO DOBNER	44714-5	1	01/12/1983	180,00	28,000	208,000
63	DIANA PAULA NIQUELATI	44480-4	3	12/03/1977	180,00	27,000	207,000
64	REJANY CAROLINA LOPES	44601-7	1	02/05/1957	190,00	13,000	203,000
65	SANDRA APARECIDA PERETTI	44600-9	0	30/03/1972	200,00	0,000	200,000
66	ROSANA PATRICIA CAVALHERI ROCHA	45502-4	2	29/04/1977	200,00	0,000	200,000
67	ILANA CORDEIRO	44655-6	0	31/05/1984	180,00	20,000	200,000
68	FABIULA COSTA MOREIRA FERREIRA	45745-0	2	15/09/1981	200,00	0,000	200,000
69	SAMANTA MAYER MARTINS GRANE MANN	44607-6	0	23/09/1991	190,00	9,000	199,000
70	NILSE PONTES FERNANDES	35524-0	0	10/10/1958	170,00	28,000	198,000
71	SILMARA CASTILHO	44486-3	1	25/12/1978	180,00	7,000	197,000
72	VANESSA RIBEIRO DE FREITAS	45512-1	2	20/11/1982	190,00	15,000	195,000
73	MARIA TEREZINHA ANTUNES	34335-8	2	19/05/1958	170,00	24,000	194,000
74	EDNEIA CORREA	45113-4	1	14/10/1987	180,00	13,000	193,000
75	ADELIN APARECIDA FERRASSO	44786-2	0	11/02/1986	170,00	22,000	192,000
76	DAIANA MAZZOTTI	44527-4	0	21/12/1994	190,00	1,000	191,000
77	JANAINA GIRARDI INACIO SANTOS	44552-5	2	13/01/1985	190,00	0,000	190,000
78	ELIANE DE ALMEIDA	34321-8	2	07/06/1987	170,00	17,000	187,000
79	PRICILA JUSTINO DE SOUZA	45226-2	4	25/06/1987	180,00	6,000	186,000
80	DANIELA CASSAMALLI	33971-7	1	21/01/1992	180,00	3,000	183,000
81	TEREZINHA APARECIDA DIAS FERASSO	45451-6	5	11/11/1965	180,00	0,000	180,000

CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO

IBAM

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 3

18/01/2017 - 08:11

Superior completo
008 - PROF I EDUCACAO INFANTIL
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	TÍTulos	Total
82	GIOVANA MOREIRA ALVES	44445-6	2	14/06/1999	180,00	0,000	180,000
83	ELIANE SCOTTI ALVARENGA	35506-2	1	03/10/1981	150,00	28,000	178,000
84	MARDIORI BOSCARI	44588-6	0	24/12/1976	150,00	26,000	176,000
85	TATIANE APARECIDA GOES	44827-3	3	26/03/1986	160,00	11,000	171,000
86	EGISLAINE ISABEL PEREIRA	44569-0	1	04/03/1977	140,00	31,000	171,000
87	KARLA VALERIA PIACENTINI	45537-7	0	01/06/1984	170,00	0,000	170,000
88	GISELE PADILHA	34161-4	0	12/04/1986	170,00	0,000	170,000
89	LAISA TATIANE MARTINS	35309-4	2	14/04/1982	160,00	10,000	170,000
90	SEBASTIANA ALVES	45151-7	2	11/11/1963	170,00	0,000	170,000
91	MARIA TRINDADE KOBER ALMEIDA	44556-8	3	27/03/1966	170,00	0,000	170,000
92	SABRINE COELHO	33918-0	1	28/11/1991	170,00	0,000	170,000
93	GABRIELA LAUTENSCHLAGER	44580-0	2	27/12/1986	170,00	0,000	170,000
94	ELAINE CRISTINA STACHERA BLEIXUVEHL	35091-5	1	09/03/1980	160,00	10,000	170,000
95	PATRICIA AZEREDO LOPES	45143-6	0	31/05/1993	170,00	0,000	170,000
96	ADRIANA OLIVEIRA DE SOUZA	44657-2	1	14/09/1982	170,00	0,000	170,000
97	BEATRIZ MACEDO OLSEN	45521-0	3	03/05/1959	130,00	33,000	163,000
98	IVETE APARECIDA GALON	35348-5	0	09/07/1978	130,00	33,000	163,000
99	SIMONE FOGACA VIEIRA BALZAN	45718-3	2	07/03/1976	140,00	21,000	161,000
100	MARIA SALETE MORAES DOS SANTOS	44364-6	4	05/01/1954	160,00	0,000	160,000
101	RAQUEL TAVARES DA SILVA	45209-2	4	26/03/1974	160,00	0,000	160,000
102	EMANOELI ZOTTO	34666-7	1	30/03/1989	160,00	0,000	160,000
103	TACIELE CRISTINA BATISTA COSTA	44828-1	0	24/06/1988	160,00	0,000	160,000
104	JANE APARECIDA GRANEMANN	34349-8	1	22/08/1974	140,00	19,000	159,000
105	SIBELE BALDICERA	34024-3	0	11/12/1989	150,00	8,000	158,000
106	ELIZIANE DE FATIMA VIDAL	45046-4	1	04/04/1986	150,00	1,000	151,000
107	SILVANA SOLLE ANTUNES	45031-6	0	12/10/1990	140,00	11,000	151,000
108	PATRICIA SWIRKOWSKI KOWALCZIKI	44920-2	1	05/08/1981	150,00	0,000	150,000
109	LUCELIA ALVES	44544-4	0	07/03/1972	130,00	18,000	148,000
110	NELCII SALETE DE ALMEIDA MELLO	44545-2	1	10/07/1967	140,00	5,000	145,000
111	ANA PAULA NOLL	44406-5	1	11/07/1986	120,00	17,000	137,000
112	ELAINE HELLER	45098-7	0	15/12/1981	100,00	18,000	118,000
113	ELISANGELA MEDEIRO ZANATTA	45012-0	1	26/05/1982	110,00	2,000	112,000
114	IRENE ANGELICA SEMKE	44567-3	1	14/11/1973	110,00	0,000	110,000
115	VIVIANA SANTOS BARBOSA	44443-0	0	04/04/1992	100,00	0,000	100,000
116	ANA CARNEIRO SCHEFFER	44379-4	2	28/07/1966	80,00	0,000	80,000

IBAM	CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO					PAG: 1	
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação							18/01/2017 - 08:11
Superior completo							
009 - PROF II ENSINO RELIGIOSO							
No. de vagas: 0							
Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	REGIANE DUTRA FREIRE	34083-9	0	08/12/1978	160.00	0.000	160.000

IBAM | CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO | PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 18/01/2017 - 08:12

Superior completo
 010 - PROF I FILOSOFIA
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato
1	MANOEL DE PADUA PAIVA MORAIS
2	VALDIRENE METZ

No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
45100-2	0	22/10/1983	260,00	3.000	263.000
33955-5	2	04/11/1982	220,00	11.000	231.000

IBAM | CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO | 18/01/2017 - 08:12 | PAG: 1

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Superior completo
011 - PROF II GEOGRAFIA
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	DINAMAR B BAZEGGIO	45006-5	2	28/06/1971	210,00	24,000	234,000
2	SUELY MARIANE FOROSTESKI	35400-7	0	23/04/1987	190,00	19,000	209,000
3	CLAUCIA COMERLATO	45384-6	1	21/05/1976	170,00	25,000	195,000
4	MARISA APARECIDA DE CASTILHO FLORENCIO DA SILVA	34237-8	2	30/08/1970	170,00	15,000	185,000
5	PATRICIA PALHANO VOLINKEVICZ KOCAN	44665-3	2	10/07/1985	150,00	19,000	169,000
6	ELIZ REGINA DE LIMA	44571-1	2	28/02/1975	140,00	28,000	168,000
7	RAFAEL SCHIMANSKI	44636-0	0	30/12/1985	160,00	0,000	160,000
8	MARIA APARECIDA DE SOUZA GOMES	45206-8	0	05/11/1969	150,00	0,000	150,000
9	EDSON DOMINGOS APPI	44436-7	2	16/05/1969	110,00	22,000	132,000
10	REGIANE SCHEFFER	44484-7	0	02/02/1991	100,00	0,000	100,000
11	ZENI GABARDO	44664-5	1	23/02/1982	90,00	8,000	98,000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 18/01/2017 - 08:12

Superior completo
 012 - PROF II HISTORIA
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	MAIKE AMANCIO ZEIGLER	45808-2	2	25/01/1988	230.00	20.000	250.000
2	AUREA ADRIANA DE MELLO CORDEIRO	45095-2	1	23/09/1975	220.00	19.000	239.000
3	GEANE FERNANDES SOUZA	33928-8	0	13/11/1970	230.00	8.000	238.000
4	LUCIANA APARECIDA WEBER	45051-0	0	05/03/1982	220.00	10.000	230.000
5	MARIA DA GLORIA VARGAS LAZZAROTTO	34476-1	3	26/07/1972	220.00	0.000	220.000
6	JOSIAS FAVARIN	33945-8	0	30/08/1993	220.00	0.000	220.000
7	THYAGO WEINGANTNER DE OLIVEIRA RAMOS	44951-2	0	30/12/1991	220.00	0.000	220.000
8	MICHELE MUSSKOPP SANTOS	44868-0	3	20/06/1978	220.00	0.000	220.000
9	NOELI ANGELICA ANDRADE NEIS	34002-2	2	19/12/1974	190.00	13.000	203.000
10	CIBELI ROSA SPAUTZ	44381-6	2	24/11/1987	190.00	12.000	202.000
11	GEISE ELIZANA BRANDINO	44500-2	0	30/04/1992	200.00	1.000	201.000
12	JUCANE PRATES	34479-6	1	17/01/1988	190.00	3.000	193.000
13	ARTHUR LUIZ PEIXER	45161-4	0	09/11/1992	180.00	0.000	180.000
14	NEI PEREIRA DE CARVALHO	34778-7	1	10/03/1980	170.00	0.000	170.000
15	KATY CRISTINA DE MATOS	44378-6	0	16/10/1970	170.00	0.000	170.000
16	JOSE ROSA DOS SANTOS	44438-3	1	14/08/1970	160.00	0.000	160.000
17	JANINE LACERDA MOREIRA	34771-0	1	19/07/1979	150.00	5.000	155.000
18	ANDREIA BALTAZAR	34073-1	1	17/04/1979	140.00	0.000	140.000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO

PAG: 1
18/01/2017 - 08:12

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Superior completo

013 - PROF II INGLÊS

No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	NILTON JOAO PREVEDA	35458-9	2	24/06/1968	250.00	23.000	273.000
2	ADRIANA APARECIDA WEINGARTNER	34987-9	0	18/07/1983	260.00	12.000	272.000
3	RAQUEL BENJAMINI	44711-0	1	03/06/1984	250.00	20.000	270.000
4	VERA APARECIDA DE BIASI LENHANI	34008-1	0	09/10/1953	240.00	21.000	261.000
5	DAYANE DA SILVA QUEIROZ MARTINS	44956-3	0	06/05/1984	260.00	0.000	260.000
6	ADENILSON RODRIGUES	45352-8	1	27/12/1986	260.00	0.000	260.000
7	NELCI CLARICE SEIDEL PAULINO	45780-9	0	22/09/1974	240.00	6.000	246.000
8	CARMEN FATIMA BERTOTTO CASTILHO	45515-6	1	04/04/1971	220.00	23.000	243.000
9	ANNA PAULA LUZ	44581-9	2	04/01/1982	210.00	23.000	233.000
10	TATIANE DA SILVA PESSOLE	35324-8	1	28/08/1990	210.00	20.000	230.000
11	LUCIANA KUROSKI DE CASTILHO	35095-8	2	23/12/1972	170.00	0.000	170.000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 18/01/2017 - 08:12

Superior completo
 014 - PROF LAB INFORMATICA E TELEC
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	NOELI SANDRA DALLACOSTA	45103-7	2	11/01/1968	240.00	39.000	279.000
2	IEDA MARA FERNANDES	33941-5	0	09/03/1973	230.00	36.000	266.000
3	ELAY ELISANE PALOSCHI	44541-0	2	29/01/1966	220.00	38.000	258.000
4	MARCOS ANTONIO TENCONI	45672-1	1	11/03/1975	240.00	16.000	256.000
5	MARISTELA PEREGO	44750-1	0	22/09/1980	230.00	21.000	251.000
6	JAQUELINE REGINA DE OLIVERIA	44788-9	0	29/09/1984	220.00	6.000	226.000
7	MIGUEL GUSTAVO REIBNITZ	34757-4	1	21/06/1967	210.00	0.000	210.000
8	DEBORA JANE ZARUR	34498-2	2	19/09/1973	190.00	20.000	210.000
9	MICHEL MENEGAT FRANCO	35440-6	0	13/09/1995	170.00	11.000	181.000
10	TATIANI SOLANHO CANEDO CALISTO	45619-5	1	21/03/1984	160.00	18.000	178.000
11	DANIEL PERERA	45777-9	0	10/08/1992	160.00	0.000	160.000
12	DAYANE APARECIDA GEREMIAS	44870-2	0	01/11/1982	140.00	0.000	140.000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
 18/01/2017 - 08:12

Superior completo
 015 - PROF II LINGUA PORTUGUESA
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	SUELY MIOZZO ESCHER	45576-8	3	09/04/1952	190.00	56.000	246.000
2	NALGIS DE FATIMA WAGNER	35185-7	3	02/02/1967	230.00	0.000	230.000
3	MARISA MARTINS	45746-9	0	18/10/1982	200.00	26.000	226.000
4	CRISTIANE APARECIDA TRINDADE DA SILVA	44647-5	1	27/11/1984	190.00	28.000	218.000
5	ROSETE VEBER DA SILVA FERLIN	34265-3	2	14/10/1968	190.00	27.000	217.000
6	SABRINA DE SOUZA	35439-2	0	03/12/1987	210.00	5.000	215.000
7	FLAVIA REGINA MACHADO	45145-2	0	06/04/1992	210.00	2.000	212.000
8	PALOMA MACEDO	34048-0	2	28/08/1993	200.00	7.000	207.000
9	RITA CACIA DA SILVA	44516-9	0	03/09/1976	170.00	33.000	203.000
10	THABITA ALANA CACHINSKI	35064-8	0	09/07/1986	190.00	13.000	203.000
11	VANESSA GOIS DE OLIVEIRA	45141-0	1	28/04/1987	200.00	0.000	200.000
12	IRIS LORENA SILVA DE OLIVEIRA	44684-0	0	25/04/1990	200.00	0.000	200.000
13	ANDRIELI DAS GRACAS BUENO DE FREITAS	44420-0	0	21/02/1988	190.00	6.000	196.000
14	ROSMARI APARECIDA BECKER	44969-5	1	08/05/1967	170.00	26.000	196.000
15	CAMILA LENARDT PEREIRA	35074-5	1	09/01/1993	180.00	13.000	193.000
16	EDINEI INHAIA	44595-9	0	07/02/1984	190.00	2.000	192.000
17	KELLY GONCALVES DO AMARAL	45234-3	1	14/01/1983	180.00	11.000	191.000
18	VILMARI APARECIDA MACANEIRO	34929-1	2	19/08/1965	190.00	0.000	190.000
19	MARIELI ZAGO	45191-6	1	04/11/1985	190.00	0.000	190.000
20	CLAUDENI BEZERRA DE OLIVEIRA	45127-4	1	15/08/1986	160.00	23.000	183.000
21	ROSILENE DUTRA	44989-0	1	11/10/1984	170.00	0.000	170.000
22	DEBORA LIZ PADILHA FRANCO	34501-6	2	24/04/1979	150.00	14.000	164.000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
 18/01/2017 - 08:13

Superior completo
 016 - PROF II MATEMATICA
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	DENISE BLEICHUVIL ZARUR	44577-0	1	05/03/1985	240.00	19.000	259.000
2	LEIDI CRISTINA KNECHT	34682-9	0	05/02/1988	230.00	20.000	250.000
3	SILMARA ZOTTO	44539-8	0	24/06/1979	220.00	30.000	250.000
4	SUZANA PEREIRA DO PRADO	44963-6	1	04/07/1983	220.00	23.000	243.000
5	REJANE CRISTINA CORDEIRO	33913-0	1	24/08/1979	220.00	11.000	231.000
6	KARIANE ROCHA DE LARA	44456-1	0	22/07/1986	210.00	19.000	229.000
7	SILVIA DE OLIVEIRA	34680-2	0	02/08/1989	220.00	0.000	220.000
8	MARIA BEATRIZ KONFLANZ	34738-8	3	22/04/1973	190.00	28.000	218.000
9	MAURO RODRIGUES	44759-5	1	18/05/1979	210.00	0.000	210.000
10	ALINE BALBINOTTO	44476-6	2	11/09/1989	210.00	0.000	210.000
11	CLAUDIO FERNANDO COSTA	44487-1	0	10/07/1969	180.00	26.000	206.000
12	LISANDRO LUIS BORA ZANDAVALLI	45641-1	1	17/07/1971	200.00	0.000	200.000
13	JESSICA GOMES	33984-9	1	04/03/1989	180.00	14.000	194.000
14	ELISETE TERESINHA DIEL	45532-6	1	26/03/1976	170.00	21.000	191.000
15	MARCOS SCHAPHAUSER	35479-1	2	28/06/1976	170.00	19.000	189.000
16	PRISCILA TERESINHA FERREIRA	34774-4	2	17/08/1983	180.00	8.000	188.000
17	NEIVA APARECIDA BENTO DA SILVA ROSSETTO	44746-3	1	21/06/1979	160.00	23.000	183.000
18	ANGELITA APARECIDA MEZZAROBBA DE SOUZA	44405-7	2	16/01/1972	170.00	0.000	170.000
19	MARIANE DA SILVA GOMES	45651-9	0	14/12/1986	170.00	0.000	170.000
20	EDSON LUIZ GAVAZZO	44372-7	1	08/02/1970	150.00	0.000	150.000
21	LUCILAINE APARECIDA MARTINS KACZMAREK	44623-8	1	25/01/1989	130.00	0.000	130.000
22	PATRICIA LESS	44460-0	0	07/03/1989	110.00	0.000	110.000

IBAM | CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO | PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 18/01/2017 - 08:13

Superior completo
 017 - PROF I PROJ NOVAS OPO APREND
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	CECILIA BERTOTTO PALOSCHI	44686-6	2	06/02/1962	200,00	23.000	223.000
2	AMARILDA APARECIDA LIPKA	44863-0	2	22/06/1964	190,00	25.000	215.000
3	LUGELIA SUTIL FERNANDES	45829-5	1	18/10/1977	150,00	0.000	150.000

IBAM | CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO | PAG: 1
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 18/01/2017 - 08:13

Superior completo
018 - SECRETARIO ESCOLAR
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	TANEA MARIA HOFFMANN	34702-7	1	10/11/1979	260,00	14,000	274,000
2	JANE PAULA PELEPE	45102-9	0	30/06/1992	260,00	11,000	271,000
3	ROSILENE PEREIRA TOMAZINI	45670-5	2	26/03/1975	250,00	11,000	261,000
4	ANGELA FAORO	44565-7	0	20/02/1986	240,00	0,000	240,000
5	NEOLI APARECIDA RIBEIRO DE ANDRADE	45605-5	2	10/11/1972	220,00	20,000	240,000
6	LUANA KELLI DE LIZ PEREIRA	45671-3	0	20/10/1990	230,00	7,000	237,000
7	TAYANA DALLAGNOL DE SOUZA	35263-2	0	03/05/1985	220,00	15,000	235,000
8	ODILA DA SILVA PEREIRA	45019-7	1	16/05/1982	230,00	5,000	235,000
9	SIRLEI TEREZINHA TOFOLLI	35271-3	1	08/04/1978	210,00	14,000	224,000
10	REGINALDO KLABUNDE	44860-5	0	29/08/1987	220,00	0,000	220,000
11	FRANSOIZE FREITAS PEREIRA	44809-5	1	11/05/1986	200,00	20,000	220,000
12	ANA CAROLINE COELHO DA SILVA	44452-9	2	22/10/1987	200,00	18,000	218,000
13	ULIANA ILONA LISZKIEVICH	33924-5	1	14/09/1983	210,00	0,000	210,000
14	JULIANE SILVA DOS SANTOS	44761-7	2	01/03/1987	190,00	10,000	200,000
15	JOSIANE MAIBERG	45078-2	2	06/10/1988	190,00	6,000	196,000
16	FRANCIELE ELISABETE CARDOZO CORREA	44779-0	1	04/03/1986	190,00	0,000	190,000
17	THAIS VELKE WALTER	34736-1	0	25/04/1992	180,00	0,000	180,000
18	ALINE DE OLIVEIRA XAVIER	44772-2	0	08/08/1992	170,00	2,000	172,000
19	CLAUDIA APARECIDA DOS SANTOS	34147-9	1	12/10/1984	130,00	10,000	140,000
20	JOCELI FERRASSO NAVA	44898-2	1	29/06/1986	120,00	0,000	120,000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 18/01/2017 - 08:13

Superior incompleto
 101 - AUXILIAR DE BIBLIOTECA NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	TÍTulos	Total
1	LUIZ EDUARDO CHAVES	33936-9	0	08/10/1991	230.00	0.000	230.000
2	JESSICA KALINKA FRANCO MARTINS	34733-7	1	08/10/1992	230.00	0.000	230.000
3	JESSICA DE OLIVEIRA MORAES	35167-9	0	09/07/1996	210.00	2.000	212.000
4	ROSA MARIA BITENCOURT	44494-4	0	27/01/1995	200.00	4.000	204.000
5	PAMELA POPIK DE MATTOS	34628-4	0	03/04/1997	200.00	0.000	200.000
6	TAISE APARECIDA PICOLOTTO	44782-0	0	15/09/1994	200.00	0.000	200.000
7	DIEGO CLEMENTE CAVALETT	45117-7	0	18/08/1985	180.00	14.000	194.000
8	LUIZ FELYPE MILAN MARTINS	34242-4	0	01/03/1993	190.00	0.000	190.000
9	ANA PAULA DA SILVA KLEIN	44672-6	2	22/03/1988	190.00	0.000	190.000
10	THAUANA NAYARA MACHADO	45804-0	0	06/03/1998	190.00	0.000	190.000
11	CARLA SIMONE CARDOSO DE LIMA	45204-1	0	22/03/1998	190.00	0.000	190.000
12	TALIA TORESAN RIBEIRO	34780-9	0	10/11/1997	180.00	0.000	180.000
13	NICOLI CONTE	34318-8	0	07/01/1996	180.00	0.000	180.000
14	FLAVIA REGINA BEREZOSKI	33956-3	0	22/11/1996	170.00	0.000	170.000
15	ADRIANA MARTA DICK	34424-9	2	12/02/1974	170.00	0.000	170.000
16	DEISIANI OZORIO	44398-0	1	14/05/1991	170.00	0.000	170.000
17	ALINE CRISTINA PIROLI	44464-2	1	09/04/1993	170.00	0.000	170.000
18	ADRIANO GAMBIRAGE	34655-1	0	24/01/1978	160.00	0.000	160.000
19	ALINE GRANEMANN DOS SANTOS	34006-5	0	03/02/1997	160.00	0.000	160.000
20	LILIAN DA SILVA	44508-8	0	17/04/1988	150.00	0.000	150.000
21	KAWÉ VINICIUS GOMES	45652-7	0	15/05/1995	150.00	0.000	150.000
22	MAYARA MILESKI FERRASSO	44609-2	0	27/05/1993	150.00	0.000	150.000
23	GISELE DE FÁTIMA GONÇALVES	35526-7	0	19/05/1996	150.00	0.000	150.000
24	CLEIDENIR FARIAS LOPES	44631-9	0	12/05/1983	140.00	0.000	140.000
25	MARILIA APARECIDA PASQUALOTTO	45728-0	1	13/10/1986	140.00	0.000	140.000
26	LUANE CRISTINA ALVES	45526-1	1	22/09/1992	140.00	0.000	140.000
27	PABLO LUIZ SIQUEIRA	44943-1	0	01/11/1984	130.00	0.000	130.000
28	TAINARA SAMANTA DE QUADROS	44692-0	2	24/08/1995	130.00	0.000	130.000
29	IDINEIA ALVES DE FREITAS	45230-0	0	11/07/1997	120.00	0.000	120.000
30	DINORA COELHO	44630-0	2	13/09/1975	110.00	0.000	110.000
31	MARIA SIRLEI TERENCIO	35273-0	3	10/06/1973	110.00	0.000	110.000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 18/01/2017 - 08:13

Superior incompleto
 102 - PROF I ANOS INICIAIS 1 AO 5 NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	ARACI LUCIA PEREIRA DIAS	45185-1	2	18/11/1982	260.00	19.000	279.000
2	JUCELIA APARECIDA PEREIRA VALTER	34661-6	0	22/04/1987	230.00	0.000	230.000
3	ANA CLAUDIA DOS SANTOS LINZ LEITE	45241-6	0	23/10/1990	220.00	0.000	220.000
4	KELLYN APARECIDA ELICKER HEINZ	35305-1	2	07/09/1981	210.00	8.000	218.000
5	ROSI VANIA DOS SANTOS PADILHA	34735-3	3	21/08/1980	200.00	0.000	200.000
6	TANIA MARIA GRITZENGO DO NASCIMENTO	44426-0	1	05/07/1971	200.00	0.000	200.000
7	FRANCISLAINE KAROE ALVES	45266-1	0	24/12/1996	190.00	1.000	191.000
8	JADE FONSECA REIS	44416-2	1	30/10/1992	190.00	0.000	190.000
9	LUANA KARIANA SCHNEIDER	44385-9	2	16/05/1995	180.00	0.000	180.000
10	SAIONARA MARQUEVSKI GONCALVES	44639-4	1	16/06/1987	180.00	0.000	180.000
11	DANIELA KOVALSKI	44341-7	1	23/08/1988	170.00	0.000	170.000
12	MARIA HELENA STEFAN	45415-0	2	15/02/1980	170.00	0.000	170.000
13	CAMILA BECHERT DE SOUZA	44879-6	0	24/05/1991	170.00	0.000	170.000
14	MARISA SALETE RIBEIRO BORGES ZOTTO	45346-3	1	29/11/1965	150.00	19.000	169.000
15	MARISA PIRES DE CAMARGO	34618-7	2	23/04/1974	160.00	0.000	160.000
16	IRENE LETICIA DALKE	44753-6	0	11/02/1998	160.00	0.000	160.000
17	TANALY ANTUNES DE LIMA	45584-9	3	01/09/1983	150.00	0.000	150.000
18	CLAUDINEIA APARECIDA DE OLIVEIRA	34609-8	1	09/01/1983	150.00	0.000	150.000
19	SALETE SCHISSEL FERREIRA	45524-5	2	30/05/1966	150.00	0.000	150.000
20	MAURICIO DELLANI	44850-8	0	10/06/1991	150.00	0.000	150.000
21	NATANA PIRES DE CAMARGO	45201-7	1	23/03/1991	140.00	0.000	140.000
22	ARLETE CORREA	34118-5	2	28/11/1972	130.00	0.000	130.000
23	FERNANDA OLIVEIRA DA LUZ	45131-2	0	26/08/1997	120.00	0.000	120.000
24	KETLY GUEDES DOMINICO	44403-0	0	09/08/1996	120.00	0.000	120.000
25	SCHIELA MARIA CORDEIRO CHAVES	45557-1	0	15/01/1993	120.00	0.000	120.000
26	FRANCIELI ALVES	44593-2	2	01/09/1985	120.00	0.000	120.000
27	THAYS FONSECA SANTIN	45246-7	0	24/02/1997	110.00	2.000	112.000
28	ANDRESSA PEREIRA PEDROSO ALVES	35230-6	1	15/05/1995	110.00	0.000	110.000
29	MARILUCY YARA ALONSO DOS SANTOS	45184-3	3	17/05/1986	90.00	0.000	90.000
30	VALERIA GONCALVES PEREIRA	44590-8	1	30/11/1993	90.00	0.000	90.000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 18/01/2017 - 08:13

Superior incompleto
 103 - PROF II ARTE NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	CLAIMARI ARTUZZO COSTA	35170-9	2	20/01/1976	220.00	0.000	220.000
2	SHEILA AMANCIO DA SILVA	44586-0	2	04/02/1984	210.00	4.000	214.000
3	ROSANGELA MARIA MILEK LASKOSKI	45535-0	3	05/03/1978	210.00	0.000	210.000
4	CAMILA RENATA BISKOWSKI	44585-1	1	21/06/1991	160.00	0.000	160.000
5	ANA CRISTINA CORREIA	45135-5	1	07/02/1994	150.00	9.000	159.000
6	MAIARA APARECIDA MACHADO	44839-7	0	28/04/1993	140.00	0.000	140.000
7	GRACIELE APARECIDA OLIVEIRA DA LUZ	45091-0	2	22/11/1985	120.00	0.000	120.000

IBAM | CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO | PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 18/01/2017 - 08:14

Superior incompleto
 104 - PROF II CIENCIAS NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	KARYNE SOUZA BETINELLI	44574-6	0	08/04/1983	170.00	0.000	170.000
2	ANDRESSA APARECIDA FARIA	34714-0	0	08/10/1994	160.00	0.000	160.000
3	ANIELLY DE SOUZA	44466-9	1	05/12/1994	150.00	0.000	150.000

IBAM

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO

PAG: 1
18/01/2017 - 08:14

Superior incompleto

105 - PROF II EDUCACAO FISICA NH

No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	MARIANE APARECIDA ZANCANARO MOLDENHAUER	35140-7	1	05/04/1990	250.00	0.000	250.000
2	CLAIRON AURELIO NASCIMENTO DOS SANTOS	45227-0	0	29/09/1989	240.00	0.000	240.000
3	ALISSON VINICIUS ROSA	45219-0	0	17/12/1994	220.00	0.000	220.000
4	JOSIMAR MACULAN	44583-5	2	12/05/1986	220.00	0.000	220.000
5	MICHELE APARECIDA DA SILVA PRESTES	45818-0	1	10/01/1986	210.00	0.000	210.000
6	JULIANA RODRIGUES DA SILVA	45225-4	0	26/07/1984	190.00	10.000	200.000
7	ADENIO DE ALMEIDA DOS SANTOS	34354-4	0	17/05/1995	200.00	0.000	200.000
8	JACKSON VILLWOCK FERREIRA DE ANDRADE	44369-7	0	30/09/1996	200.00	0.000	200.000
9	JARDEL JUNIOR ALVES	44449-9	0	17/04/1995	200.00	0.000	200.000
10	KATIA APARECIDA ZANOTTO	45601-2	2	11/10/1991	200.00	0.000	200.000
11	FABIANO BELAVER	45197-5	2	11/05/1983	190.00	1.000	191.000
12	ALAN LUIZ DO VALLE	44885-0	0	08/04/1990	190.00	1.000	191.000
13	VANESSA THIBES	34494-0	0	08/01/1994	190.00	0.000	190.000
14	LUCAS CHIOSSI TOBIAS	44520-7	0	09/02/1995	190.00	0.000	190.000
15	ARGEU THYAGO RIBEIRO	44410-3	0	08/11/1993	190.00	0.000	190.000
16	EMERSON MAICO CAVALHEIRO DO AMARAL	34981-0	1	25/01/1987	180.00	0.000	180.000
17	ROBSON FELIPE CORREIA	45222-0	1	30/01/1993	180.00	0.000	180.000
18	ANDERSPN RUPPEL	34109-6	1	11/10/1979	180.00	0.000	180.000
19	RONALDO BOHRER	44542-8	1	13/12/1984	180.00	0.000	180.000
20	SUELEN REGINA VEZOLLI	44352-2	0	08/10/1991	180.00	0.000	180.000
21	CLEITON LUIZ GARCIA	44511-8	0	01/10/1989	170.00	0.000	170.000
22	ANDRE LEONARDO FRANCA	45611-0	1	21/08/1992	170.00	0.000	170.000
23	FELIPE DIAS NAZARIO	45811-2	0	25/02/1996	170.00	0.000	170.000
24	KARINA PIRES DOS SANTOS	44441-3	0	15/12/1992	170.00	0.000	170.000
25	SEBASTIAO CARLOS DA SILVA	44430-8	3	19/01/1977	170.00	0.000	170.000
26	EDUARDO GABRIEL VIDAL KOCH	34110-0	0	30/04/1998	170.00	0.000	170.000
27	PEDRO EURIPEDES DA SILVA	44497-9	2	25/02/1966	170.00	0.000	170.000
28	OLIMPIO CARLOS SIMOES DE OLIVEIRA	44787-0	0	13/02/1971	150.00	4.000	154.000
29	JONATAN WILLIAN VEBBER	34324-2	1	25/08/1994	150.00	0.000	150.000
30	THAISE SAIDEL DE SOUZA	34031-6	2	17/10/1990	150.00	0.000	150.000
31	SCHIELA MARIA ROSA DOS SANTOS	45397-8	0	31/10/1993	150.00	0.000	150.000
32	EDSON MOREIRA DE ALMEIDA	44392-1	2	21/10/1981	150.00	0.000	150.000
33	DANIELA FRAGA	34941-0	0	20/01/1993	150.00	0.000	150.000
34	ALERSON JOSE VAUDAN	44901-6	0	23/10/1979	140.00	0.000	140.000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO

PAG: 1
18/01/2017 - 08:14

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Superior incompleto
106 - PROF I EDUCACAO INFANTIL NH
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	JEANE CRISTINA DOS SANTOS GONCALVES	45158-4	0	14/04/1985	250,00	0,000	250,000
2	SOLENI KELI VIERA	45253-0	1	29/08/1981	230,00	0,000	230,000
3	MARIANA SELLA CLAUDINO	34160-6	1	10/11/1993	220,00	0,000	220,000
4	SONIA MARA WEBER	34687-5	0	11/11/1983	200,00	15,000	215,000
5	EUNICE CORDEIRO DE AVILA	45733-7	2	31/01/1980	210,00	0,000	210,000
6	TAMARA RIBEIRO DOS SANTOS BERTI	44792-7	2	30/10/1989	210,00	0,000	210,000
7	CLAUDETE CORREIA	34990-9	2	23/06/1976	210,00	0,000	210,000
8	JANAINA MAIRA MACIEL	44624-6	0	21/08/1990	200,00	0,000	200,000
9	CAMILA ELISANGELA MORAES	34164-9	1	14/07/1991	200,00	0,000	200,000
10	MARIA SALETE RECH MENEZES	35291-8	2	13/11/1963	180,00	11,000	191,000
11	HEMILY DALE LASTE	45136-3	0	04/09/1997	190,00	0,000	190,000
12	CAROLINE MARTELLO	34040-5	0	23/01/1988	190,00	0,000	190,000
13	JANI MARTA PETRYKOWSKI COLLA	45016-2	1	05/10/1969	170,00	13,000	183,000
14	POLYANA NAKALSKI VIDAL	45177-0	1	17/10/1991	180,00	2,000	182,000
15	MONALISA DOS SANTOS	34126-6	0	30/05/1991	180,00	0,000	180,000
16	EVA CRISTINA DA ROSA GEREMIAS	45729-9	2	19/03/1987	180,00	0,000	180,000
17	SIDINEIA VARELA DE SOUZA	45715-9	1	07/09/1983	170,00	8,000	178,000
18	TAYSE PIRES DE CAMARGO	45172-0	1	01/08/1988	170,00	1,000	171,000
19	FRANCIELE CRISTINA PEZZOLE DE GODOI	45081-2	1	29/04/1982	170,00	0,000	170,000
20	TAIS TERESINHA CALDATO ENDER	45054-5	1	20/08/1987	170,00	0,000	170,000
21	LEIDIANE APARECIDA DE SOUZA ALMEIDA	45157-6	0	21/06/1991	170,00	0,000	170,000
22	CAROLINE CONCEICAO	44419-7	1	19/06/1987	170,00	0,000	170,000
23	DENISE VILLWOCK	34022-7	1	16/08/1980	170,00	0,000	170,000
24	IRIA PETRYKOWSKI DALKE	44758-7	3	27/07/1971	170,00	0,000	170,000
25	EDILAINE AMARAL REIS	44431-6	0	26/04/1991	160,00	4,000	164,000
26	EVELISE DA CRUZ BUENO	34629-2	0	31/08/1996	160,00	0,000	160,000
27	LUCIMARI APARECIDA TONETT	34261-0	1	24/09/1982	160,00	0,000	160,000
28	ELISANDRA CRISTINA BARTZ VON MUHLEN	44393-0	1	05/07/1976	160,00	0,000	160,000
29	SIBELE APARECIDA VEZOLLI	44354-9	0	13/06/1987	160,00	0,000	160,000
30	LUZIA SOARES DE OLIVEIRA DO PRADO	34063-4	3	20/01/1983	150,00	0,000	150,000
31	VANDERLEIA ADRIANA DE LIMA	44366-2	2	22/08/1980	150,00	0,000	150,000
32	ELAINE OLIVEIRA DA LUZ	44411-1	3	06/08/1978	150,00	0,000	150,000
33	DALIANE CARNEIRO DADA AUGUSTIN	44362-0	1	28/03/1989	150,00	0,000	150,000
34	LISANDRA DALANHOL	44413-8	0	09/11/1994	150,00	0,000	150,000
35	ANDREIA MARIA DE MORAIS	45476-1	1	07/01/1981	140,00	8,000	148,000
36	ROSELI BORA	34552-0	2	04/01/1980	140,00	2,000	142,000
37	MARIANA JUSTI	44401-4	1	06/08/1984	140,00	0,000	140,000
38	FRANCIELI SAVI MUNDI	33931-8	2	23/06/1984	140,00	0,000	140,000
39	ANGELA MARIA GOES BORGES	34302-1	3	06/07/1977	130,00	0,000	130,000
40	RUBIELY DE SOUZA	34518-0	1	13/09/1991	130,00	0,000	130,000

IBAM | CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO | PAG: 2
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 18/01/2017 - 08:14

Superior incompleto
 106 - PROF I EDUCACAO INFANTIL NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	ALINE MACHADO	44342-5	2	12/02/1989	130,00	0,000	130,000
42	CAROLINI CARDOSO DOS SANTOS	45765-5	0	01/09/1990	130,00	0,000	130,000
43	MARISTELA PIRES DE CAMARGO	44468-5	0	06/07/1976	130,00	0,000	130,000
44	ANA PAULA DA SILVA	44543-6	2	21/05/1991	130,00	0,000	130,000
45	PAOLA LEVANDOSKI	34877-5	0	16/06/1993	130,00	0,000	130,000
46	MAIARA BETINELLI	45423-0	0	05/10/1996	120,00	0,000	120,000
47	CLEIDE DOS SANTOS	35042-7	2	18/06/1985	120,00	0,000	120,000
48	ANDRESSA THIBES DOS SANTOS	45218-1	0	25/06/1997	120,00	0,000	120,000
49	DEBORA FURQUIM	35101-6	0	15/02/1994	110,00	0,000	110,000
50	ANA MIRIAM DE RAMOS	45734-5	0	05/04/1993	110,00	0,000	110,000
51	NAIARA CAVALETT DO NASCIMENTO	44775-7	1	09/10/1990	110,00	0,000	110,000
52	MONALIZA CRISLAINE ALMEIDA FERNANDES	34054-5	1	22/06/1992	100,00	0,000	100,000
53	ROSELENE APARECIDA PEDROSO GARCIA	44869-9	2	24/02/1981	80,00	0,000	80,000

IBAM | CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO | PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 18/01/2017 - 08:14

Superior: incompleto
 108 - PROF I FILOSOFIA NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	JOSE MOACIR DOMINGUES DOS SANTOS	33953-9	0	30/10/1985	220.00	0.000	220.000
2	MARIO CESAR SOUZA DOS SANTOS	45132-0	2	19/05/1975	190.00	0.000	190.000
3	MARCOS VINICIUS MORAIS	34019-7	1	22/12/1983	190.00	0.000	190.000
4	GESLAINE GUEDES DOS SANTOS DO VALE	35316-7	1	24/07/1991	180.00	0.000	180.000
5	RENAN PABLO DO ROSARIO DE MATTOS	44801-0	0	02/02/1993	150.00	0.000	150.000
6	LEONARDO ALONSO BASQUEIRA	34113-4	0	09/05/1997	140.00	0.000	140.000

IBAM | CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO | PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 18/01/2017 - 08:15

Superior incompleto
 109 - PROF II GEOGRAFIA NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	SILVIA SOARES LOUREIRO MOREIRA	44896-6	1	31/07/1977	160.00	0.000	160.000
2	MAYARA DE JESUS DALAGNOLLI	35184-9	0	18/09/1994	160.00	0.000	160.000
3	KARINE APARECIDA CRIMINANCIO SANTOS	34659-4	0	03/01/1998	140.00	1.000	141.000
4	SIMONE DOS SANTOS	44587-8	0	11/08/1986	140.00	0.000	140.000
5	ANDREY VINICIUS MACIEL	44418-9	0	24/04/1990	130.00	0.000	130.000

IBAM		CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO				PAG: 1	
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação							
Superior incompleto							
110 - PROF II HISTORIA NH							
No. de vagas: 0							
Class.	Nome do Candidato		No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos
1	LUCIANO FROGUEL		45125-8	0	09/03/1998	260.00	0.000
2	MARCELO PEROSIN VIEIRA		44852-4	1	09/01/1978	220.00	0.000
						Total	
						260.000	
						220.000	

IBAM		CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO				PAG: 1	
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação						18/01/2017 - 08:15	
Superior incompleto							
111 - PROF II INGLES NH							
No. de vagas: 0							
Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	EVELISE CADORE PINTO	44374-3	0	17/07/1987	240.00	0.000	240.000
2	WAGNER KONFLANZ	44360-3	0	07/01/1994	220.00	0.000	220.000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 18/01/2017 - 08:15

Superior incompleto
 112 - PROF LAB INFORMATICA TELC NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	PARECIDA BALDISSARELLI WALKER	44696-3	2	17/12/1968	230.00	13.000	243.000
2	NICOLE COPETTI TELES DE OLIVEIRA	33922-9	0	20/11/1996	230.00	8.000	238.000
3	MARCOS SAMOEL DOS SANTOS	33946-6	1	03/03/1995	230.00	0.000	230.000
4	MARGARETE TIZUKA WAKISONO	44612-2	0	12/04/1981	230.00	0.000	230.000
5	CRISTIANE NILSE HELLER	35499-6	2	19/09/1983	210.00	0.000	210.000
6	KALLYTA OLIVEIRA HAHN	44501-0	0	25/04/1998	200.00	10.000	210.000
7	MONICA COFFERRI ZANDAVALLI	45556-3	1	05/06/1989	200.00	0.000	200.000
8	LUIZ EDUARDO COUTO DE OLIVEIRA	44619-0	0	09/04/1998	180.00	0.000	180.000
9	FERNANDO GROCH	45488-5	0	24/01/1983	170.00	10.000	180.000
10	JEFFERSON JOSE HENKE	45452-4	1	12/03/1982	160.00	0.000	160.000
11	CRISTIANE DA SILVA ANDRIQUE	44594-0	2	03/02/1982	140.00	15.000	155.000
12	MATHEUS CLEYTON DE SOUZA	44404-9	0	18/07/1996	100.00	0.000	100.000

IBAM		CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO				PAG: 1		
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação						18/01/2017 - 08:15		
Superior incompleto								
113 - PROF II LINGUA PORTUGUESA NH								
No. de vagas: 0								
Class.	Nome do Candidato		No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	ANDREZA KURACZ FERNANDES		45786-8	0	22/10/1994	210.00	0.000	210.000
2	ANA PAULA DA SILVA PEREIRA		44743-9	0	27/02/1988	180.00	0.000	180.000

IBAM | CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO | 18/01/2017 - 08:15 | PAG: 1

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Superior incompleto

114 - PROF II MATEMATICA NH

No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	AGNALDO MELLO GUIMARAES	34538-5	2	25/07/1971	230,00	0,000	230,000
2	KELIN LUANA BUENO	44822-2	0	01/05/1994	220,00	0,000	220,000
3	JOABE DA SILVA	44417-0	1	02/05/1989	220,00	0,000	220,000
4	GLEDSON JEAN DE MORAIS	44611-4	0	21/05/1985	210,00	0,000	210,000
5	LUIZ FERNANDO MEDEIROS DO NASCIMENTO WEINFURTER	34316-1	0	05/01/1998	210,00	0,000	210,000
6	VIVIANE PRISCILA PASA	44897-4	0	20/05/1991	190,00	0,000	190,000
7	ANDRESSA ALBIERO	35203-9	0	21/08/1998	180,00	0,000	180,000
8	NILTO CESAR DE OLIVEIRA	44849-4	2	11/03/1977	180,00	0,000	180,000
9	JOAO PAULO PELEPE	34384-6	1	09/11/1989	150,00	0,000	150,000
10	MICHELE ANGELI DA SILVA	44523-1	2	16/04/1983	110,00	0,000	110,000
11	ERNANDES MALLMANN	45548-2	1	19/10/1982	80,00	0,000	80,000

IBAM CACADOR 2016- PREFEITURA- PROCESSO SELETIVO PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 18/01/2017 - 08:16

Superior incompleto
 115 - SECRETARIO ESCOLAR NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	CAMILA MABONI	35412-0	0	14/08/1993	280.00	8.000	288.000
2	LISIANE MORIGGI DOS SANTOS	34224-6	2	01/07/1985	260.00	13.000	273.000
3	WESLEY GONCALVES DE OLIVEIRA	45118-5	0	23/05/1995	260.00	12.000	272.000
4	PATRICIA VEZOLI DALCORTIVO	44654-8	1	08/08/1981	240.00	2.000	242.000
5	ALONSO PAES CARNEIRO	33908-3	0	30/06/1987	240.00	0.000	240.000
6	RAPHAELA PAYERL	44446-4	1	19/02/1981	240.00	0.000	240.000
7	FRANCINE DE MATIAS	45530-0	0	19/01/1991	230.00	7.000	237.000
8	JANICE MAGUEROSKI STEFAN	34058-8	0	10/05/1991	210.00	4.000	214.000
9	GAMALIEL RIBEIRO	34799-0	1	07/12/1983	210.00	0.000	210.000
10	GISLAINE SMANGOZEWSKI	34010-3	1	11/02/1985	200.00	7.000	207.000
11	ARACELI FRAGA MENDER	34475-3	1	30/12/1984	200.00	1.000	201.000
12	ELZA DE FATIMA KONDRAT	44558-4	0	12/08/1970	200.00	0.000	200.000
13	GISLEINE DE SOUZA MACHADO	45723-0	0	12/01/1985	200.00	0.000	200.000
14	DANIEL LEMOS BARROSO	34011-1	0	06/10/1994	190.00	0.000	190.000
15	DIESE LARISSA DA SILVA	33925-3	1	02/05/1990	180.00	5.000	185.000
16	FRANCIELI SCAPINELLI	34543-1	0	04/05/1986	180.00	0.000	180.000
17	KEILA SOARES	33927-0	0	10/10/1994	180.00	0.000	180.000
18	JORDANA PAIM DA SILVA MORAES	34177-0	2	01/03/1986	170.00	0.000	170.000
19	EVANDRO DOS SANTOS TABORDA	44453-7	0	20/09/1992	160.00	0.000	160.000
20	FLAVIA LUIZA FRANCO ROTTA	44414-6	0	22/10/1992	160.00	0.000	160.000
21	JOANA PIAIA TOMASZEWSKI	44810-9	0	29/07/1991	130.00	0.000	130.000
22	BRUNA DA SILVA	44566-5	0	29/04/1989	80.00	0.000	80.000

EDITAL Nº 03/2016 - SÍNTESE DE RECURSOS CONTRA PONTUAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PREFEITURA DE CAÇADOR – SC
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 03/2016
SÍNTESE DE RECURSOS CONTRA PONTUAÇÃO

A Comissão do Processo Seletivo de Caçador torna pública a relação de candidatos que apresentaram recurso contra pontuação.

Candidatos Requerentes	Inscrição	Status dos Recursos	Explicação
Cargos 03 e 102 - PROFESSOR DE ANOS INICIAIS			
ADRIANA RAQUEL DIAS	34172	INDEFERIDO	No envelope de envio dos títulos, informou o número da inscrição errado, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação completada extemporaneamente.
ARACI LUCIA PEREIRA DIAS	45185	INDEFERIDO	A candidata se inscreveu no cargo de Não Habilitada. De acordo com o Edital, não há possibilidade de alterar o cargo. Itens 1.3; 4.6 e 4.7 do Edital.
ARACI LUCIA PEREIRA DIAS	45185	INDEFERIDO	A função de "Auxiliar de Professor" não caracteriza regência de turma.
BRUNA SCHWARTZ	33943	INDEFERIDO	Confirma-se a pontuação lançada anteriormente. Nos comprovantes de experiência, há períodos concomitantes em que é somado somente um dos vínculos. Experiência: 10; Especialização: 10; Formação continuada 150h: 3. Total: 23 pontos.
CARLA TATIANE MARTINS	34989	INDEFERIDO	No envelope de envio dos títulos, informou o número da inscrição errado, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação completada extemporaneamente.
CICI JISOANE BUENO NUNES	44913	INDEFERIDO	O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2. O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
CLAUDIA AP. RAMOS	45149	INDEFERIDO LIMINARMENTE	Confirma-se a pontuação lançada anteriormente. Experiência: 14; Especialização: 5; Formação continuada 420h: 10. Total: 29 pontos.
CLORIS DE FATIMA CASAGRANDE	45049	INDEFERIDO	

ELIS ANGELA WAGNER	34800	INDEFERIDO	Não identificou o envelope de envio dos títulos com cargo e número de inscrição, conforme exigência editalícia (item 5.4.2). Informação completada extemporaneamente.
ELISETE MARIA REPUKNA SEGATTO	45188	INDEFERIDO	No envelope de envio dos títulos informou número da inscrição incorreto, não atendendo ao item 5.4.2 do edital. Informação completada extemporaneamente.
FILOMENA MAIBERG DA ROSA BELLI	45772	INDEFERIDO	Confirma-se a pontuação lançada anteriormente. Experiência: 2; Especialização: 5; Formação continuada: 10. Total: 17 pontos. A experiência de "Agente Educacional" não está identificada como regência de turma.
FRANCIELE FERRASSO	34991	INDEFERIDO	No envelope de envio dos títulos informou número da inscrição incorreto, não atendendo ao item 5.4.2 do edital. Informação completada extemporaneamente.
GISELE CRISTIANE GALVÃO PEREIRA	45578	INDEFERIDO LIMINARMENTE	O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2. O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
GISLAINE APARECIDA BATISTA	44524	INDEFERIDO	Não identificou o envelope de envio dos títulos com cargo conforme exigência editalícia (item 5.4.2). Informação completada extemporaneamente.
JUSSARA FONSECA	45392	INDEFERIDO	Confirma-se a pontuação lançada anteriormente. A candidata enviou dois envelopes, porém aquele que se refere ao Processo Seletivo de Caçador apresenta títulos que somam 39 pontos.
KEILA VERGINIA MALESKE DOS SANTOS	45244	INDEFERIDO LIMINARMENTE	O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2, item "c". O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
LUCIANE DO CARMO PADILHA	77315 Inscrição inexistente	INDEFERIDO LIMINARMENTE	O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2. O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
MARISTELA CORDEIRO DA SILVA	34055	INDEFERIDO LIMINARMENTE	O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2. O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
MARIZETE ZAGO	34226	INDEFERIDO	No envelope de envio dos títulos não informou o número de inscrição, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação completada extemporaneamente.
NILVA MARIA FERNANDES	44889	INDEFERIDO	No envelope de envio dos títulos não informou cargo ou inscrição, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação

				completada extemporaneamente.
NOEMI DE MELO	44575	INDEFERIDO		No envelope de envio dos títulos informou número da inscrição incorreto, não atendendo ao item 5.4.2 do edital. Informação completada extemporaneamente.
ODETE JANICE JAENSCH	45123	INDEFERIDO		Não identificou envelope com cargo e número de inscrição, conforme exigência editalícia (item 5.4.2). Informação completada extemporaneamente.
PATRICIA CRISTINA LEMOS	44625	INDEFERIDO		Não identificou envelope com cargo e número de inscrição, conforme exigência editalícia (item 5.4.2). Informação completada extemporaneamente.
RENATA PADILHA DE ANDRADE	34228	INDEFERIDO		No envelope de envio dos títulos informou número de inscrição errado, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação completada extemporaneamente.
Cargo 05 - PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO				
ELISIANE APARECIDA FIGUEROA DUARTE	45180	INDEFERIDO		No envelope de envio dos títulos não informou cargo e número de inscrição, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação completada extemporaneamente.
NILVA CENDRON CZERNIAK	45664	INDEFERIDO LIMINARMENTE		O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2. O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
Cargos 06 e 104 - PROFESSOR DE CIÊNCIAS				
DAIANE XUMADELO DE SOUZA LEAL	45147	INDEFERIDO		No envelope de envio dos títulos não informou o cargo, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação completada extemporaneamente.
KADINI APARECIDA DE ALMEIDA	35010	INDEFERIDO		No envelope de envio dos títulos, informou o número da inscrição errado, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação completada extemporaneamente.
TAIANA KETLY INSBERGER	45064	INDEFERIDO		No envelope de envio dos títulos, informou o número da inscrição errado, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação completada extemporaneamente.
Cargos 07 e 105 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA				
ANA PAULA PEREIRA	34729	INDEFERIDO		No envelope de envio dos títulos, informou o número da inscrição errado, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação completada extemporaneamente.

CÍCERO ANTONIO CARDOSO	77790 Inscrição inexistente	INDEFERIDO	No envelope de envio dos títulos, informou o número da inscrição errado, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital.
EVERTON LUIZ CORREA	77730 Inscrição inexistente	INDEFERIDO	No envelope de envio dos títulos, informou o número da inscrição errado, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital.
FELIPE ALOÍSIO CRUZ	34880	INDEFERIDO	No envelope de envio dos títulos, informou o número da inscrição errado, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação completada extemporaneamente.
JOEL CAETANO	45045	INDEFERIDO	Confirma-se a pontuação lançada anteriormente. Nos comprovantes de experiência, há períodos concomitantes em que é somado somente um dos vínculos. Experiência: 9; Especialização: 5; Formação continuada 248h: 6. Total: 20 pontos. Para o Mestrado não apresentou certificado conforme exigência do Edital.
JOSE MARCOS GODOI	45096	INDEFERIDO	Confirma-se a pontuação lançada anteriormente. Experiência no Dpto. de Esportes não está identificado como de Professor. Nos comprovantes de experiência, há períodos concomitantes em que é somado somente um dos vínculos.
JOSIMAR MACULANI	44583	INDEFERIDO LIMINARMENTE	O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2, item "c". O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
MAYARA PELEGRINI DE SOUZA	34421	INDEFERIDO LIMINARMENTE	O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2, item "c". O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
RENI DE JESUS DA CRUZ RIBAS	45007	INDEFERIDO LIMINARMENTE	O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2. O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
SIMONE AP. MOREIRA	45001	INDEFERIDO LIMINARMENTE	O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2. O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
VITOR THOMÉ CECETTO	44668	INDEFERIDO	Experiência: 7; Formação continuada: 4 = Total 11 pontos. Nos comprovantes de experiência, há períodos concomitantes em que é somado somente um dos vínculos.
Cargos 08 e 106 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
ALECSANDRA BACKSCHAT ANDREOLLA	34578	INDEFERIDO	No envelope de envio dos títulos informou número da inscrição incorreto, não atendendo ao item 5.4.2 do edital. Informação

			completada extemporaneamente.
ALESSANDRA DE OLIVEIRA MATOS	34566	INDEFERIDO	No envelope de envio dos títulos informou número da inscrição incorreto, não atendendo ao item 5.4.2 do edital. Informação completada extemporaneamente.
CAMILA ELIZANGELA MORAES	34164	INDEFERIDO LIMINARMENTE	O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2. O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
ELIANE SCOTTI ALVARENGA	35506	INDEFERIDO LIMINARMENTE	O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2. O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
FABÍULA COSTA MOREIRA FERREIRA	45745	INDEFERIDO LIMINARMENTE	O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2. O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
GABRIELA LAUTENSCHLAGER	44580	INDEFERIDO LIMINARMENTE	O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2, item "c". O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
SANDRIANE FOGAÇA FERNANDES	34648	INDEFERIDO LIMINARMENTE	O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2, item "c". O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
SEBASTIANA ALVES	45151	INDEFERIDO LIMINARMENTE	O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2, item "c". O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
Cargos 10 e 108 - PROFESSOR DE FILOSOFIA			
GEISLAINE GUEDES DOS SANTOS DO VALE	35316	INDEFERIDO	No envelope de envio dos títulos não informou o cargo, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação completada extemporaneamente.
LEONARDO ALONSO BASQUEIRA	34113	INDEFERIDO	Estágio não é considerado regência de turma. A formação continuada não atinge o mínimo de 40h.
Cargos 11 e 109 - PROFESSOR DE GEOGRAFIA			
MARIA APARECIDA DE SOUZA GOMES	45206	INDEFERIDO	No envelope de envio dos títulos não informou a inscrição, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação completada extemporaneamente.
Cargos 12 e 110 - PROFESSOR DE HISTÓRIA			
MICHELE MUSSKOPP SANTOS	44868	INDEFERIDO	Não identificou o envelope de envio dos títulos com cargo e número de inscrição, conforme exigência editalícia (item 5.4.2). Informação completada extemporaneamente.
Cargos 13 e 111 - PROFESSOR DE INGLÊS			
DAYANE DA SILVA QUEIROZ MARTINS	44956	INDEFERIDO	No envelope de envio dos títulos, informou o número da

				inscrição errado, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação completada extemporaneamente..
LUCIANA KEEOSKI DE CASTILHO	35095	INDEFERIDO LIMINARMENTE		O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2, item "c". O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
Cargos 14 e 112 - PROFESSOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA - TELECENTRO				
MARGARETE TIZUKA WAKISONO	44612	INDEFERIDO		No envelope de envio dos títulos, informou o número da inscrição errado, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação completada extemporaneamente.
MIGUEL GUSTAVO REIBNITZ	34757	INDEFERIDO		No envelope de envio dos títulos, informou o número da inscrição errado, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação completada extemporaneamente.
TATIANI SOLANHO CANEDO CALISTO	45619	INDEFERIDO		Na revisão se confirmou o total de pontos anteriormente lançados. Experiência em regência: 4; Especialização: 5 e Formação continuada 396 horas: 9. Total 18 pontos.
Cargos 15 e 113 - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA				
NALGIS DE FATIMA WAGNER	35185	INDEFERIDO LIMINARMENTE		O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2, item "c". O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
Cargos 16 e 114 - PROFESSOR DE MATEMÁTICA				
LEIDI CRISTINA KNECHT	34682	INDEFERIDO LIMINARMENTE		O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2, item "c". O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
Cargos 18 e 115 – SECRETÁRIO ESCOLAR - NH				
FRANCIELE ELIZABETE CARDOZO CORREA	44779	INDEFERIDO LIMINARMENTE		O recurso não atende as regras estabelecidas no item 7.2. O indeferimento está amparado no item 7.3 do Edital.
LUANA KELLI DE LIZ PEREIRA	45671	INDEFERIDO		Após revisão, confirma-se a pontuação lançada anteriormente. Experiência 1; Especialização 5 e Formação continuada 70h: 1 = Total: 7 pontos. Cursos de Informática anteriores a 2013.
PATRICIA VEZOLI DALCORTIVO	44654	INDEFERIDO		Ratifica-se a pontuação anterior. Único documento enviado foi relativo a experiência: 2. Total 2 pontos.
REGINALDO KLABUNDE	76893 Inscrição inexistente	INDEFERIDO		Não identificou envelope com cargo e número de inscrição, conforme exigência editalícia (item 5.4.2).

SIRLEI TEREZINHA TOFOLLI	35271	DEFERIDO	Após revisão, acolhem-se os argumentos da candidata. Experiência: 4; Formação continuada 440h: 10. Total: 14 pontos.
TAYANA DALLAGNOL DE SOUZA	35263	DEFERIDO	Após revisão, acolhem-se os argumentos da candidata. Experiência: 7; Formação continuada 340h: 8. Total: 15 pontos.
ULIANA ILONA LISZKIEVICH	33924	INDEFERIDO	No envelope de envio dos títulos, informou o número da inscrição errado, não atendendo ao item 5.4.2 do Edital. Informação completada extemporaneamente.

As respostas individuais aos recursos estarão disponíveis para leitura e cópia a partir de 24/01/2017, na Prefeitura de Caçador/SC.

Caçador, 19/01/2017.

Comissão do Processo Seletivo de Caçador

Camboriú

PREFEITURA

TERMO DE ERRATA PR 02/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 002/2017-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 002/2017 - PMC, tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM LOCAÇÃO DE SOFTWARE E INFRAESTRUTURA DE TI PARA PLATAFORMAS LINUX, VMWARE, MICROSOFT CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS VINCULADAS AO PAÇO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado no aviso de licitação.

- onde lê-se:

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 24 (Vinte e Quatro) de Janeiro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

- leia-se:

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:00 horas do dia 24 (Vinte e Quatro) de Janeiro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 17 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 15/2016

TERMO ADITIVO Nº 15/2016

SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 46/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Campo Alegre, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.749/0001-77 neste ato representado por seu Prefeito Sr. Rubens Blaszkowski, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional n.º 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob n.º 004.770.259-19, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 46/2014 para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira- DO OBJETO

Fica acrescido ao objeto do contrato os sistemas abaixo detalhados, parte integrante da Proposta de Preços apresentada no Pregão Presencial Nº 41/2014, conforme abaixo:

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	11	Mês	Locação de Sistema "Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet – Prefeitura"	1.735,44	19.089,84
02	11	Mês	Locação de Sistema "Escrituração Eletrônica do ISS via internet – Prefeitura"	867,00	9.537,00
03	01	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via Internet e conversão dos dados	1.030,96	1.030,96

Cláusula Segunda - DAS DOTAÇÕES

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2017: 03.01.2.102.3.3.90.39.00.00.00.00.0896 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Administração, Serviço de Administração, Secretaria Municipal de Administração.

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito municipal

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.

Ernesto Muniz de Souza Jr.

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Maria Cristina M. Munhoz
CPF: 004.572.629-90

Irineu Woitskovski Júnior
CPF: 071.933.509-43

ADITIVO CONTRATUAL 5/2017

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 5/2017.

Considerando a necessidade da continuação da execução do serviço, objeto do contrato nº. 69/2013 e a previsão de prorrogação; Considerando a Autorização da Autoridade Superior pela prorrogação do Contrato nº. 69/2013 (referente Processo de Licitação nº. 86/2013, modalidade Pregão.);

OITAVO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA SANEGRAPH SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa SANEGRAPH SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PREVISÃO DE GASTOS PARA 2017

Para o exercício 2017 contrata-se a prestação dos serviços de locação de sistemas, no valor mensal de R\$ 1.719,68 (mil setecentos e dezanove reais e sessenta e oito centavos), totalizando R\$ 15.477,12 (quinze mil quatrocentos e setenta e sete reais e doze centavos) anuais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguintes dotação orçamentária do exercício 2017: 13.01.2.124.3.3.90.39.00.00.00.0766, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - Manutenção e Coordenação das Atividades Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

CLAUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contato 69/2013 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2017.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária de Administração

SANEGRAPH SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SS LTDA.
Contratada

ADITIVO CONTRATUAL 6/2017

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 6/2017.

Considerando a prorrogação do Contrato nº. 46/2014, estimam-se os gastos para o exercício 2016 e prevê a reserva orçamentária.

SEXTO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PREVISÃO DE GASTOS PARA 2017

Previsão de gastos para JANEIRO À DEZEMBRO de 2017 (em decorrência a prorrogação do contrato nº. 46/2014):

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	12	Mês	Locação de Sistema "Contabilidade Pública – Prefeitura"	1.168,42	14.021,04
02	12	Mês	Locação de Sistema "Planejamento Municipal – Prefeitura"	286,38	3.436,56
03	12	Mês	Locação de Sistema "Compras e Licitações – Prefeitura"	572,75	6.873,00
04	12	Mês	Locação de Sistema "Patrimônio – Prefeitura"	343,65	4.123,80
05	12	Mês	Locação de Sistema "Controle de Frotas – Prefeitura"	229,10	2.749,20
06	12	Mês	Locação de Sistema "Folha de Pagamento – Prefeitura"	916,40	10.996,20
07	12	Mês	Locação de Sistema "Recursos Humanos – Prefeitura"	378,02	4.536,24
08	12	Mês	Locação de Sistema "Tributação Municipal – Prefeitura"	1.374,61	16.495,32
09	12	Mês	Locação de Sistema "Atendimento ao Cidadão via internet – Prefeitura"	312,73	3.752,76
10	12	Mês	Locação de Sistema "Protocolo – Prefeitura"	286,38	3.436,56
11	12	Mês	Locação de Sistema "Contabilidade Pública Fundo da Criança e Adolescente"	194,74	2.336,88
12	12	Mês	Locação de Sistema "Portal da Transparência"	286,38	3.436,56

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2017: 03.01.2.102.3.3.90.39.00.00.00.00.0896 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Administração, Serviço de Administração, Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz conforme disposto no inciso II do Art. 57, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato nº. 46/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2017.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.

Daniela Ramos Silva

CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA.

Ernesto Muniz de Souza Jr.

CONTRATADA

ADITIVO CONTRATUAL 7/2017

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 7/2017.

Considerando a prorrogação do Contrato nº. 13/2015, estimam-se os gastos para o exercício 2016 e prevê a reserva orçamentária.

QUINTO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PREVISÃO DE GASTOS PARA 2017:

Previsão de gastos para JANEIRO À DEZEMBRO de 2017 (em decorrência a prorrogação do contrato nº. 13/2015):

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	12	Mês	Locação de Sistema "Gestão Educacional– Prefeitura" 09 usuários	1.264,13	15.169,56
02	12	Mês	Locação de Sistema "Gestão Educacional– Prefeitura"	113,55	1.362,60

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2017: 03.01.2.102.3.3.90.39.00.00.00.00.0896 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Administração, Serviço de Administração, Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz conforme disposto no inciso II do Art. 57, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato nº. 13/2015 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2017.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.

Daniela Ramos Silva

CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA.

Ernesto Muniz de Souza Jr.

CONTRATADA

ADITIVO CONTRATUAL 9/2017**ADITIVO CONTRATUAL Nº 9/2017**

Considerando a necessidade da continuação da execução do serviço, objeto do contrato nº 48/2015 e a previsão de prorrogação;

Considerando a Autorização da Autoridade Superior pela prorrogação do Contrato nº 48/2015 (referente Processo de Licitação nº Pregão 126/2014);

As partes contratantes RESOLVEM, de comum acordo, prorrogar o prazo do Contrato nº 48/2015, conforme segue:

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO ABEL MORO.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado ABEL MORO, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR

Altera-se o Parágrafo Terceiro do contrato nº 48/2015, reajustando pelo IGPM (período janeiro/2016 a dezembro/2016, no percentual de 7,19%) conforme segue:

O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o preço certo e ajustado de R\$ 1.021,26 (mil e vinte e um reais e vinte e seis centavos) mensalmente, perfazendo R\$ 12.255,12 (doze mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e doze centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 48/2015, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre – SC, 02 de janeiro de 2017.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração Contratante	ABEL MORO Contratado
---	-------------------------

ADITIVO CONTRATUAL Nº 18/2017**ADITIVO CONTRATUAL Nº 18/2017**

QUINTO ADITIVO DE CONTRATO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO, MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO QUARK ENGENHARIA LTDA ME.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa QUARK ENGENHARIA LTDA ME, CNPJ sob nº. 1296490/0001-48, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Objeto é o acréscimo ao contrato 120/2015 para contratação de empresa de engenharia prestação de serviços técnicos especializados para manutenção, melhoria e ampliação do sistema de iluminação pública, para os meses de janeiro a dezembro de 2017, referente o processo de licitação nº 77/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor do contrato é de R\$ 128.052,92 (cento e vinte e oito mil, cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos), de acordo com os valores apresentados na proposta, e que segue transcrito:

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (RS)
02	03	Mês	Serviços de manutenção corretiva e preventiva do sistema de iluminação pública com aproximadamente 3.609 unidades - referente a equipe de manutenção em campo. Conforme detalhamento do Memorial Descritivo.	6.504,41	78.052,92
03	01	Verba	Estimativa de serviços de ampliação e melhoria da iluminação	20.000,00	20.000,00
04	01	Verba	Estimativa de materiais para manutenção, melhoria e ampliação da iluminação pública	30.000,00	30.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 128.052,92

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 120/2015, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2017.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

HOYLSOY TREVISOL
Quark Engenharia Ltda Me

ADITIVO CONTRATUAL Nº 19/2017

ADITIVO CONTRATUAL Nº 19/2017

QUINTO ADITIVO DE CONTRATO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO, MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO QUARK ENGENHARIA LTDA ME.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa QUARK ENGENHARIA LTDA ME, CNPJ sob nº. 1296490/0001-48, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Objeto é o acréscimo ao contrato 22/2016 para contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços técnicos especializados para:

a) Fornecimento, implantação e operação de software de gestão dos serviços de iluminação pública. Conforme detalhamento constante nos anexos do Edital do Processo licitatório 77/2015.

b) Manutenção, melhoria e ampliação do sistema de iluminação pública: Serviço de identificação, inventário e cadastramento com georreferenciamento dos pontos de iluminação pública, com fornecimento de plaqueta de identificação, materiais de fixação e banco de dados dos pontos inventariados. Conforme detalhamento constante nos anexos do Edital do Processo licitatório 77/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor do contrato é de R\$ 28.238,76 (vinte oito mil, duzentos e trinta e oito reais e setenta e seis centavos), de acordo com os valores apresentados na proposta, e que segue transcrito:

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (RS)
02	12	Mês	Fornecimento, implantação e operação de software de gestão dos serviços de iluminação pública. Conforme detalhamento do Memorial Descritivo.	2.353,23	28.238,76
VALOR TOTAL					R\$ 28.238,76

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 22/2016, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2017.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

HOYLSOY TREVISOL
Quark Engenharia Ltda Me

DECRETO Nº 10.246 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.246 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com DARIO MUNHOZ, do Cargo Público e na Função de Motorista da Saúde, Registro no Sistema sob o nº 955611, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de janeiro de 2017.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2017

Objeto: Locação de 01 (uma) sala comercial, localizada na Rua Benjamin Constant, nº 15, em Campo Alegre - SC, com área aproximada de 50 m² (cinquenta metros quadrados), em bom estado de conservação, para manutenção das atividades administrativas da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental (Águas de Campo Alegre), descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo de Dispensa de Licitação nº 2/2017.

Dotação orçamentária: 313.01.2.124.3.3.90.36.00.00.00.00.0766 (343) – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física – Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental – Serviço de Saneamento Ambiental - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Vigência: 02/01/2017 a 31/12/2017.

Do valor total: R\$ 7.001,64 (sete mil e um reais e sessenta e quatro centavos)

Contratada: FLORISVAL HASSELMANN

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e gerenciamento de sinal de internet via rede sem fio em áreas públicas para utilização pelos habitantes e visitantes do município de Campo Alegre – SC, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Eletrônico, nº 58/2016. Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	03.00	Secretaria Municipal de Administração
Unidade	03.01	Serviço de Administração
Função	4	Administração
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	5	Coordenação e Manutenção das Atividades Administrativas
Projeto	2.102	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria
Elemento de Despesa	3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Vigência: 02/1/2017 a 31/12/2017

Do valor total: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para instalação e R\$ 186,11 (cento e oitenta e seis reais e onze centavos) de mensalidade.

Contratada: WBT INTERNET LTDA - EPP – CNPJ: 10.783.976/0001-31.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.993 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.993 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A COORDENADORA PEDAGÓGICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL, Matrícula Funcional nº 000475, Registro no Sistema sob nº 954481, Cargo Público de Professor IV, na Função de Professor de Inglês, exercendo a Função Gratificada de Coordenadora Pedagógica, na EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Coordenadora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.994 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.994 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal BERNADETE TERESINHA SCHUTA ODIA, Matrícula Funcional nº 000427, Registro no Sistema sob nº 955455, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.995 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.995 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal BERTINA BAHR, Matrícula Funcional nº 0230, Registro no Sistema sob nº 237202, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 02 de fevereiro de 2016 a 01 de fevereiro de 2017.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2016 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.996 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.996 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal CIRILA TELMA DRANKA, Matrícula Funcional nº 0152, Registro no Sistema sob nº 180501, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 19 de fevereiro de 2016 a 18 de fevereiro de 2017.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período

aquisitivo de 02 de fevereiro de 2016 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.997 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.997 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal CLAUDIA ROBERTA KARVAT DRANCKA, Matrícula Funcional nº 000396, Registro no Sistema sob nº 954248, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de:

19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.998 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.998 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal DAGMAR DENISE RIBEIRO PETRIS, Matrícula Funcional nº 000015, Registro no Sistema sob nº 740400, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 15 de agosto de 2016 a 14 de agosto de 2017.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 15 de agosto de 2016 a 14 de agosto de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.999 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.999 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal EROTIDES URBANEK PETROCEFSKI, Matrícula Funcional nº 000760, Registro no Sistema sob nº 955363, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação

Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.000 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.000 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal JEANE IENSEN CLEMENTE, Matrícula Funcional nº 000658, Registro no Sistema sob nº 955084, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.001 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.001 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal JULIANA CRISTINE HÜBL, Matrícula Funcional nº 000632, Registro no Sistema sob nº 955059, no Cargo Público de Professor VII, exercendo a Função de Professor de Ciências, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.002 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.002 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal LEILA DINIZ DA CONCEIÇÃO SCHIEHL, Matrícula Funcional nº 000723, Registro no Sistema sob nº 955224, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.003 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 14.003 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal LINDAMIR DA LUZ DOS SANTOS DREFHAL, Matrícula Funcional nº 000188, Registro no Sistema sob nº 302010, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.004 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 14.004 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal LUCIANE RAQUEL BRANCO CARVALHO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000805, Registro no Sistema sob nº 955473, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.005 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.005 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias ao Servidor Público Municipal LUIS ROGÉRIO DE VARGAS VALÉRIO, Matrícula Funcional nº 000458, Registro no Sistema sob nº 955467, ao Cargo Público de Professor V, exercendo a Função de Professor de Língua Portuguesa, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.006 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.006 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal LUZIA KOBUS LEAL, Matrícula Funcional nº 000397, Registro no Sistema sob nº 954249, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período

aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.007 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.007 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal MÁRCIA RODRIGUES DE CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000397, Registro no Sistema sob nº 954249, no Cargo Público de Professor IX, exercendo a Função de Professor de História, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de:

19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.008 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.008 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal MÁRCIA FRANZ SCHIESSL, Matrícula Funcional nº 000113, Registro no Sistema sob nº 296610, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2016 a 31 de março de 2017.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2016 a 31 de março de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.009 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.009 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARGARIDA DO RÓCIO DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 0270, Registro no Sistema sob nº 303680, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação

Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2016 a 08 de fevereiro de 2017.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 09 de fevereiro de 2016 a 08 de fevereiro de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.010 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.010 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARLI TEREZINHA DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000130, Registro no Sistema sob nº 154600, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 02 de maio de 2016 a 01 de maio de 2017.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2016 a 01 de maio de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.011 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.011 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias ao Servidor Público Municipal LUIS MAX DANILO BORGES CAVILHA, Matrícula Funcional nº 000831, Registro no Sistema sob nº 955509, ao Cargo Público de Professor II, exercendo a Função de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.012 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.012 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal OLÍVIA MARTINS DE OLIVEIRA MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000105, Registro no Sistema sob nº 780300, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 12 de março de 2016 a 11 de março de 2017.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 12 de março de 2016 a 11 de março de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.013 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.013 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal ORIANE LINZMEYER STELZNER, Matrícula Funcional nº 000168, Registro no Sistema sob nº 269001, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2016 a 15 de março de 2017.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2016 a 15 de março de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.014 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 14.014 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias ao Servidor Público Municipal RODOLFO HENRIQUE WORMS, Matrícula Funcional nº 000468, Registro no Sistema sob nº 954474, ao Cargo Público de Professor II, exercendo a Função de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.015 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 14.015 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SANDRA APARECIDA ANDRADE DE LIMA, Matrícula Funcional nº 277, Registro no Sistema sob nº 315690, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.016 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 14.016 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI, Matrícula Funcional nº 000261, Registro no Sistema sob nº 101970, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 06 de fevereiro de 2016 a 05 de fevereiro de 2017.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 06 de fevereiro de 2016 a 05 de fevereiro de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.017 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.017 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SILVIA SCHMANSKI BLASKOVSKI, Matrícula Funcional nº 000513, Registro no Sistema sob nº 954609, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.018 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.018 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SUELI DO ROCIU WOLLNER DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000175, Registro no Sistema sob nº 300150, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Professor em Extinção, lotada na Secretaria Municipal de Educação,.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2016 a 15 de março de 2017.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2016 a 15 de março de 2017.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.019 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.019 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública

Municipal SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ, Matrícula Funcional nº 000523, Registro no Sistema sob nº 954621, ocupante do Cargo Público de Professor VI e exercendo a Função de Professor de Matemática, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.020 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 14.020 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) O Servidor Público Municipal MARCELO BARON, Matrícula Funcional nº 000885, Registro no Sistema sob nº 955618, ao Cargo Público, nomeado pelo Decreto Municipal nº 9.822 de 14 de junho de 2016, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Finanças, deste Município, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de janeiro de 2017.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.021 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 14.021 DE 18 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, PEDRO VITOR HOTZ DE ASSUMPÇÃO, Matrícula Funcional nº 000662, Registro no Sistema sob nº 955089, ocupante de Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

§1º – As férias de que trata o Caput deste artigo referente aos períodos aquisitivos: de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 16 (dezesesseis) dias; 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 04 (zero quatro) dias.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 á 07 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.022 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.022 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CRISTIANE PEREIRA DE SOUZA TREML, Matrícula Funcional nº 000729, Registro no Sistema sob nº 955243, ao Cargo Público e exercendo a Função de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 = 08 (zero oito) dias; 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 04 (zero quatro) dias.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 16 de janeiro de 2017 á 27 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a de 16 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

18 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.023 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.023 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CONSELHEIRA TUTELAR.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Parágrafo 6º do Artigo 37 da Lei Municipal nº 4.040 de 04 de dezembro de 2013; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Conselheira Tutelar, PAULA ROSELIANE CORDEIRO DA CRUZ WALDMANN, Registro no Sistema sob nº 955545, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 10 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Conselheira Tutelar gozará as férias no período de 16 de janeiro de 2017 á 30 de janeiro de 2017, comunicação da Presidente do Conselho Tutelar pelo ofício nº 105-2016-CT, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2016, sob nº 7083.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 18 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 04/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2017

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de materiais utilizados no tratamento da água distribuída para a população do município de Campo Alegre - SC, conforme descrição e valor de referência abaixo:

ITEM	QT	UNI-DADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	08	Frascos	Solução Flur 500 ml (Spand)	R\$ 140,00	R\$ 1.120,00
2	10	Caixa	SACO PLASTICO ESTERIL C/TIOSSULFATO Caixa com 100UN, para cada tamanho: * Utilizado para coleta de amostra de água. * Saco em polietileno transparente, aprovado pelo FDA * Contém tiossulfato (1x10mg) * Dimensões: 76 mm x 178 mm * Volume máximo: 200mL * Volume útil: até 150mL (com marcação em 100mL) * Certificado de esterilidade acompanha cada caixa * Estéril (esterilização por irradiação gama), descartável, com tarja branca para escrita e fechamento de arame.	R\$ 129,58	R\$ 1.295,80
3	16	Caixa	PLACA PETRI 50MM COM PAD ESTERIL CX 100UN Material de Construção: Poliestireno Dimensões: Altura: 9,0 mm (0,35 pol.) Diâmetro: 50,0 mm (1,97 pol.) Tamanho do filtro: Aceita filtro de membrana de 47 milímetros Esterilização: Irradiadas com raios gama.	R\$ 242,75	R\$ 3.884,00
4	6	Caixa	MEMBRANA ESTER CEL GN-6 0,45UM 47MM ESTERIL CX 200UN Membrana de Mix Ester de celulose GN - 6 para Microbiologia Branca quadriculada em preto Porosidade: 0,45um Diâmetro: 47mm Estéril Caixa: 200 unidades	R\$ 252,46	R\$ 1.514,76
05	21	Cx	MEIO DE CULTURA EM AMPOLA ENDO 2ML CX 50UN Meio de cultura em ampola ENDO para contagem coliformes totais e E.coli A máxima eficiência e conveniência Atende pela técnica de membrana filtrante (MF) Técnica requisitos método padrão com 2 ampolas ml * Maximiza a eficiência pronto e estéril 50 ampolas por caixa Estéril	R\$ 303,83	R\$ 6.380,43
06	11	Cx	MEIO DE CULTURA EM AMPOLA HPC TTC 2ML CX 50UN Meio de cultura em ampola HPC com indicador TTC para contagem total de bactérias estéril A máxima eficiência e conveniência Atende pela técnica de membrana filtrante (MF) Técnica requisitos método padrão com 2 ampolas ml * Maximiza a eficiência pronto e estéril 50 ampolas por caixa	R\$ 515,37	R\$ 5.669,07

07	01	Cx	BARIVER Reagente BariVer4 para determinação de Bário em água na faixa de 2 a 100 mg/L pelo método ubimétrico, reagente em pó embalados em sachês metálicos na quantidade adequada para 10 mL de amostra, pct/100un.	R\$ 434,11	R\$ 434,11
08	01	Kit	KIT CIANETO 0,002 - 0,240MG/L 100 TESTES Kit para análise de Cianeto, faixa de 0,002 a 0,240 mg/L - Para DR900	R\$ 973,91	R\$ 973,91
09	01	Kit	ACIDO Reagente Acid Reagent Powder Pillow para amostras de 25mL. Pacote com 100 unidades. Utilizado para análises de Sílica pelo método Silicomolybdate. Método Hach 8185. Faixa de análise de 1-100mg/L SIO2. Prazo de validade de 60 meses contados da data de fabricação.	R\$ 537,20	R\$ 537,20
10	01	Kit	KIT CROMO TOTAL 0,01 A 0,70MG/L 100 TESTES para análise de Cromo Total, faixa de 0,01 a 0,70 mg/L - Para analise DR900	R\$ 1.750,82	R\$ 1.750,82
11	01	Kit	CONJ REAGENTE NIQUEL 0,02 - 1,80MG/L NI Conjunto de reagentes para análise de Niquel faixa 0,02 - 1,80mg/L Ni Composto pelos seguintes reagentes: Powder Pillows Níquel 1 (pct/25) Powder Pillows Níquel 2 (pct/25) Clorofórmio	R\$ 660,05	R\$ 660,05
12	01	Kit	NITRATO CONJ REAGENTES 0,2-30,0MG/L TNT 25-50 TESTES Conjunto de reagentes para analise de nitrogênio nitrato. Faixa de 0 - 30 mg/L. Composto de tubos e reagentes, para 50 testes.	R\$ 715,00	R\$ 715,00
13	01	Kit	NITRITO REAGENTE NITRIVER 2 PP 10ML 100 TESTES Reagente para análise de Nitrito Nitriver 2. Reagente em pó, padronizado, pré-dosado e pronto para uso para amostras de 10mL. Indicado para análise de Nitrito em amostras de águas de sistemas de resfriamento pelo método Hach 8153 de Sulfato ferroso na faixa de análise 2-250mg/L NO2-. Reagente embalado em sachês de alumínio (Powder Pillow). Embalagem com 100 sachês suficiente para 100 testes. Indicado para uso em todos os equipamentos da marca Hach (exceto os modelos DR2000, DR3000, DR850, DR820 e Pocket II) sem a necessidade de inserção de nova curva. Prazo de validade: 45 meses contados da data de fabricação.	R\$ 450,00	R\$ 450,00
14	32	Kit	REAGENTE DPD CLORO LIVRE SACHE P/ 10ML 100 ANALISES	R\$ 274,56	R\$ 8.785,92
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 37.171,07	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 19/01/2017, às 13h45min do dia 31/01/2017;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 31/01/2017 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

1.1. As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias na seguinte classificação:

3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
-----------------	---------------------

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 18 de janeiro de 2017.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 03/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 08/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 31 de janeiro de 2017 às 14 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DO TIPO MENOR PREÇO POR QUILOMETRO RODADO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 19 de janeiro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2017 AGROPECUARIO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO

Processo Licitatório Nº 01/2017

Dispensa de Licitação Nº 01/2017

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM 159,82 M2, MATRICULA Nº 29.451, LOCALIZADA NA RUA EXPEDICIONARIO JOÃO BATISTA DE ALMEIDA, 630, QUE SE DESTINA AO FUNCIONAMENTO DO SETOR DE BLOCOS DE PRODUTOR RURAL. PELO PERIODO DE 06 MESES, CONFORME ARTIGO 24 INCISO X DA LEI 8.666/93.

Valor R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)

Fornecedor: Alcedir Roveda

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 100/17

PORTARIA Nº 100/17 de 12/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADÃO CARLOS DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ADÃO CARLOS DA SILVA para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,

12 de janeiro de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 101/17

PORTARIA Nº 101/17 de 12/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LURDES DE FATIMA VARELA DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LURDES DE FATIMA VARELA DOS SANTOS para exercer o cargo de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

12 de janeiro de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 105/17

PORTARIA Nº 105/17 de 13/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CARLA FABIANO MACHADO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário CARLA FABIANO MACHADO para exercer o cargo de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

13 de janeiro de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 106/17

PORTARIA Nº 106/17 de 13/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SAMUEL ALVES DE LIMA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SAMUEL ALVES DE LIMA para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
13 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 107/17

PORTARIA Nº 107/17 de 13/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDERSON DOMINGOS DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANDERSON DOMINGOS DA SILVA para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
13 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 108/17

PORTARIA Nº 108/17 de 13/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDRE ARAUJO DE MATOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANDRE ARAUJO DE MATOS para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
13 de janeiro de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 109/17

PORTARIA Nº 109/17 de 13/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO WILSON ALVES DA LUZ

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário WILSON ALVES DA LUZ para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
13 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 110/17

PORTARIA Nº 110/17 de 13/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ERONI DA ROSA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ERONI DA ROSA para exercer o cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
13 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 111/17

PORTARIA Nº 111/17 de 13/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERGIO BESEN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SERGIO BESEN para exercer o cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
13 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 112/17

PORTARIA Nº 112/17 de 13/01/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDRE ELEVIR VOLEK

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANDRE ELEVIR VOLEK para exercer o cargo de PINTOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
13 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 113/17

PORTARIA Nº 113/17 de 13/01/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROYTTER LUCAS MUNIZ

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ROYTTER LUCAS MUNIZ para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
13 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 114/17

PORTARIA Nº 114/17 de 13/01/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MAURI RORIG

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MAURI RORIG para exercer o cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
13 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 115/17

PORTARIA Nº 115/17 de 13/01/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANALINE KUNEN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANALINE KUNEN para exercer o cargo de TECNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
13 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 116/17

PORTARIA Nº 116/17 de 16/01/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GABRIEL DALBERTO BALDISSARELLI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário GABRIEL DALBERTO BALDISSARELLI para exercer o cargo de FISCAL DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
16 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 118/17

PORTARIA Nº 118/17 de 17/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANGELO FRANCISCO FRACARO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANGELO FRANCISCO FRACARO para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 119/17

PORTARIA Nº 119/17 de 17/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GILBERTO DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário GILBERTO DE OLIVEIRA para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 120/17

PORTARIA Nº 120/17 de 17/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADELIR AMERICANO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ADELIR AMERICANO para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 121/17

PORTARIA Nº 121/17 de 17/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSANA APARECIDA SUTIL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ROSANA APARECIDA SUTIL para exercer o cargo de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 122/17

PORTARIA Nº 122/17 de 17/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA APARECIDA PINHEIRO DE PAULA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARIA APARECIDA PINHEIRO DE PAULA para exercer o cargo de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 123/17

PORTARIA Nº 123/17 de 17/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LEILA ALVES DAMACENO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LEILA ALVES DAMACENO para exercer o cargo de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 124/17

PORTARIA Nº 124/17 de 17/01/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DARIO RIBAS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário DARIO RIBAS para exercer o cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 125/17

PORTARIA Nº 125/17 de 17/01/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DAVI HILARIO DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário DAVI HILARIO DOS SANTOS para exercer o cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 126/17

PORTARIA Nº 126/17 de 17/01/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALESSANDRO RODRIGUES DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ALESSANDRO RODRIGUES DA SILVA para exercer o cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 127/17

PORTARIA Nº 127/17 de 17/01/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO RUDIMAR STIIRMER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário RUDIMAR STIIRMER para exercer o cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 128/17

PORTARIA Nº 128/17 de 17/01/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LEANDRO ANTONIO FERREIRA RIBEIRO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LEANDRO ANTONIO FERREIRA RIBEIRO para exercer o cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 129/17

PORTARIA Nº 129/17 de 17/01/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANIA TONIELO NOHATTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VANIA TONIELO NOHATTO para exercer o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 130/17

PORTARIA Nº 130/17 de 17/01/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FRANCIELE CORRE MIGUEL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário FRANCIELE CORREA MIGUEL para exercer o cargo de TECNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 131/17

PORTARIA Nº 131/17 de 17/01/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANTONIO LUIZ CORDEIRO DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANTONIO LUIZ CORDEIRO DOS SANTOS para exercer o cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 132/17

PORTARIA Nº 132/17 de 17/01/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FABIANO BUFFON COELLI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário FABIANO BUFFON COELLI para exercer o cargo de OPERADOR DE MAQUINAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 133/17

PORTARIA Nº 133/17 de 17/01/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GABRIELA BABY BRAGA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário GABRIELA BABY BRAGA para exercer o cargo de ARQUITETA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 134/17

PORTARIA Nº 134/17 de 17/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KLEBER SIQUEIRA DE ARAÚJO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário KLEBER SIQUEIRA DE ARAÚJO para exercer o cargo de ENFERMEIRO COMUNITÁRIO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 140/17

PORTARIA Nº 140/17 DE 17/01/17

CONCEDE REMOÇÃO TEMPORÁRIA E ATRIBUI CARGA HORÁRIA A SERVIDORA QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Artigo 40, da Remoção e da Redistribuição, Seção I, Capítulo V da Lei Complementar n 03/00 de 04/12/00, e conforme Processo nº 05/2017,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a servidora SIRLENE PASQUALI, a remoção temporária de 40 horas no CEIM ELIETE TEIXEIRA LOPES.

Art. 2º - Estabelecer um regime de 40 horas semanais, para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo, sendo válida para o ano de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 01 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 141/17

PORTARIA Nº 141/17 DE 17/01/17

CONCEDE REMOÇÃO TEMPORÁRIA E ATRIBUI CARGA HORÁRIA A SERVIDORA QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Artigo 40, da Remoção e da Redistribuição, Seção I, Capítulo V da

Lei Complementar n 03/00 de 04/12/00, e conforme Processo nº 05/2017,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a servidora BRUNA DE GODOY, a remoção temporária de 40 horas no CAIC- Nair da Silva Gris.

Art. 2º - Estabelecer um regime de 40 horas semanais, para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo, sendo válida para o ano de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 01 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 142/17

PORTARIA Nº 142/17 de 17/01/17

NOMEIA A SERVIDORA CELINA MARIA MANFROI CASSIANO COMO GESTORA DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora CELINA MARIA MANFROI CASSIANO, como gestora do fundo da Infância e adolescência – FIA, retroagindo seus efeitos a 13 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 85/17

PORTARIA Nº 85/17 de 12/01/17

NOMEIA A SERVIDORA LUANA APARECIDA RIBEIRO TEIXEIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora LUANA APARECIDA RIBEIRO TEIXEIRA, para o cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
12 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 86/17

PORTARIA Nº 86/17 de 12/01/17

NOMEIA O SERVIDOR ADELAR VIEIRA ALVES DA SILVA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO HABITACIONAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor ADELAR VIEIRA ALVES DA SILVA, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO HABITACIONAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
12 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 87/17

PORTARIA Nº 87/17 de 12/01/17

NOMEIA O SERVIDOR NICANOR GOMES DE ALMEIDA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DOS SERVIÇOS DO TERMINAL RODOVIÁRIO E CEMITÉRIOS PÚBLICOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor NICANOR GOMES DE ALMEIDA, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DOS SERVIÇOS DO TERMINAL RODOVIÁRIO E CEMITÉRIOS PÚBLICOS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
12 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 88/17

PORTARIA Nº 88/17 de 12/01/17

NOMEIA O SERVIDOR VINICIUS SERENA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas

conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor VINICIUS SERENA, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
12 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 89/17

PORTARIA Nº 89/17 de 12/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SIDNEI CARLOS FRIGERI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SIDNEI CARLOS FRIGERI para exercer o cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
12 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 90/17

PORTARIA Nº 90/17 de 12/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOEL ROQUE BITTENCOURT

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JOEL ROQUE BITTENCOURT para exercer o cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
12 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 91/17

PORTARIA Nº 91/17 de 12/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOÃO ROGÉRIO DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JOÃO ROGÉRIO DA SILVA para exercer o cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

12 de janeiro de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 92/17

PORTARIA Nº 92/17 de 12/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SEBASTIÃO DE SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SEBASTIÃO DE SOUZA para exercer o cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

12 de janeiro de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 93/17

PORTARIA Nº 93/17 de 12/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ZULMAR BERNABÉ

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ZULMAR BERNABÉ para exercer o cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

12 de janeiro de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 94/17

PORTARIA Nº 94/17 de 12/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSÉ VALDENI MACIEL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JOSÉ VALDENI MACIEL para exercer o cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

12 de janeiro de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 95/17

PORTARIA Nº 95/17 de 12/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADEMAR LUIZ VARGAS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ADEMAR LUIZ VARGAS para exercer o cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

12 de janeiro de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 96/17

PORTARIA Nº 96/17 de 12/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MOISES VALTER ANTUNES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MOISES VALTER ANTUNES para exercer o cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

12 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 97/17

PORTARIA Nº 97/17 de 12/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GILMAR JUNIOR DE MATTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário GILMAR JUNIOR DE MATTOS para exercer o cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de janeiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
12 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 98/17

PORTARIA Nº 98/17 de 12/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO THAYSSANA FAGUNDES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário THAYSSANA FAGUNDES para exercer o cargo de ATENDENTE DE FARMÁCIA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
12 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 99/17

PORTARIA Nº 99/17 de 12/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PATRYCIA MORO RODRIGUES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário PATRYCIA MORO RODRIGUES

para exercer o cargo de TÉCNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
12 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 1/SME/2017, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 1/SME/2017,
DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Objeto: O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.384/0001-80, com sede administrativa na Rua Senador Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas, SC, CEP 89.460-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor GILBERTO DOS PASSOS, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização Processo Seletivo de Provas Escritas e de Títulos, para admissão de profissionais do magistério e profissionais da educação em caráter temporário (substitutos), para atuação na educação básica nos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Programas/Projetos, no Ensino Regular da rede pública municipal para o ano letivo de 2017. Este Processo Seletivo será executado pela empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dr. Maruri, 1.204, Sala 3, Centro, no Município de Concórdia, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

1. Das inscrições: As inscrições estarão abertas no período do dia 18 às 23h59min do dia 27 de janeiro de 2017, somente pelo site www.assconpp.com.br.

2. Das vagas: Estão disponíveis as seguintes vagas*:

Administrador Escolar	Monitor de Educação Infantil
Arte	Orientador Educacional
Ciências	Pedagogo
Educação Física	Professor Anos Iniciais 1º à 5º ano
Ensino Religioso	Professor de Educação de Jovens e Adultos
Geografia	Professor de Projetos Esportivos
História	Professor de Projetos Pedagógicos
Inglês	Professor Educação Especial (AEE)
Instrutor Agrícola	Professor Educação Infantil
Língua Portuguesa	Professor Interprete de Libras
Matemática	Servente Feminino
Monitor de Educação Especial	Servente Masculino

*Informações sobre escolaridade (habilitado e não habilitado) e atribuições dos cargos devem ser consultadas na íntegra do Edital.

DA REMUNERAÇÃO E DA CARGA HORÁRIA:

A carga horária poderá ser de 10h, 20h, 30h ou 40 horas conforme a necessidade da Rede Municipal de Ensino e havendo compatibilidade de horário respeitando de 1 (uma) hora de almoço, o qual não poderá ser realizado na escola.

O contratado não poderá exceder 2 (duas) faltas injustificadas durante o semestre letivo, sob pena de não poder se inscrever no processo seletivo do ano subsequente.

QUADRO MAGISTÉRIO

HABILITAÇÃO	10 horas	20 horas	30 horas	40 horas
Licenciatura Plena	R\$ 554,01	R\$ 1.108,02	R\$ 1.662,03	R\$ 2.216,04
Pedagogo	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	R\$ 2.216,04
Orientador Educacional	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	R\$ 2.216,04
Administrador Escolar	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	R\$ 2.216,04
Ensino Médio	R\$ 533,91	R\$ 1.067,82	R\$ 1.601,73	R\$ 2.135,64

CARGOS DE ENSINO MÉDIO

HABILITAÇÃO	20 horas	30 horas	40 horas
Monitor Educação Infantil	xxxxxxxxxx	R\$ 982,80	xxxxxxxxxx
Monitor Educação Especial	R\$ 665,20	xxxxxxxxxx	R\$ 1.310,43
Instrutor Agrícola	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	R\$ 1.627,71

SERVIÇOS GERAIS

CARGO	40 horas
Serventes	R\$ 937,00

3. A íntegra do presente Edital está publicada nos sites www.assconpp.com.br e www.pmc.sc.gov.br.

Canoinhas, SC, 16 de janeiro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito Municipal de Canoinhas, SC

PUBLICAÇÃO DA 2ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 190/2016
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 26/2016
2ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 03/02/2017, ficando estipulado os seguintes horários: às 14:00min (entrega) e 14h15min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.
Gilberto dos Passos
Prefeito

REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 034/2017

PORTARIA Nº. 034/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora THALITA CRISTINA POKRYVIECKI, efetivo no cargo de Médico Generalista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 11/01/2017 a 30/01/2017, conforme Comunicação Interna nº 014/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de janeiro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

Capinzal

PREFEITURA

Edital nº 006/2017

EDITAL Nº 006, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos provenientes do Ministério das Cidades, no âmbito do Programa Planejamento Urbano, Contrato de Repasse nº 814646/2014 - Operação 1022153-57, que tem por finalidade "Pavimentação de vias urbanas no Município de Capinzal", no valor de R\$ 114.259,25 (cento e quatorze mil duzentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

Capinzal - SC, 18 de janeiro de 2017.

Nilvo Dorini

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

Hilário Chiamolera

Secretário Interino da Administração e Finanças

FMS CONTRATO 0001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº.: 0001/2017 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada...: T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA Valor : 8.220,00 (oito mil duzentos e vinte reais) Vigência : Início: 18/01/2017 Término: 18/04/2017 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2017 Processo_Licitatório.....: 0001 / 2017 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos oriundos dos serviços de Saúde do Município de Capinzal, sendo que a coleta deverá ser realizada a cada 15 dias (coleta quinzenal). Com Recursos Próprios</p>	
Capinzal, 18 de Janeiro de 2017	

PMC CONTRATO 0002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0002/2017	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA	
Valor : 506.024,58 (quinhentos e seis mil vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos)	
Vigência : Início: 18/01/2017 Término: 18/04/2017	
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2017	
Processo_Licitatório.....: 0002 / 2017	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Contratação, de forma emergencial, de Empresa Especializada na prestação de serviços, conforme itens descritos, na área Urbana e Interior do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios	
Capinzal, 18 de Janeiro de 2017	

PMC CONTRATO 0003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº.: 0003/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL Valor : 22.000,00 (vinte e dois mil reais) Vigência : Início: 18/01/2017 Término: 31/12/2017 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2017 Processo_Licitatório.....: 0003 / 2017 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa para prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural. Com Recursos Próprios</p>	
Capinzal, 18 de Janeiro de 2017	

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**PORTARIA N º 04/2017/SIMAE-CAO**

PORTARIA Nº 004/2017/SIMAE-CAO, de 18 de janeiro de 2017.

Destitui servidor do exercício de Função de Confiança, na forma que especifica. O Diretor Geral do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, de Capinzal e Ouro/SC, no uso se suas atribuições legais previstas no art. 21, § 2º, da Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE:

DESTITUIR o servidor VALDIR MOROSINI, nascido em 12/09/1963, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encanador, Padrão 04, Nível 02, Referência B, do Quadro Pessoal da Autarquia, do exercício da Função de Confiança de SUPERVISOR DE SETOR DE CONTROLE OPERACIONAL (FC-4).

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

PORTARIA N º 05/2017/SIMAE-CAO

PORTARIA Nº 005/2017/SIMAE-CAO, de 18 de janeiro de 2017.

Designa servidor para o exercício de Função de Confiança, na forma que especifica. O Diretor Geral do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, de Capinzal e Ouro/SC, no uso se suas atribuições legais previstas no art. 21, § 2º, da Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor VALDIR MOROSINI, nascido em 12/09/1963, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encanador, Padrão 04, Nível 02, Referência B, do Quadro Pessoal da Autarquia, do exercício da Função de Confiança de COORDENADOR TÉCNICO (FC-3).

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

PORTARIA N º 06/2017/SIMAE-CAO

PORTARIA Nº 006/2017/SIMAE-CAO, de 18 de janeiro de 2017.

Designa servidora para o exercício de Função de Confiança, na forma que especifica. O Diretor Geral do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, de Capinzal e Ouro/SC, no uso se suas atribuições legais previstas no art. 21, § 2º, da Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora CRISTINA DA SILVA, nascida em 08/09/1987, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheira Sanitarista, Padrão 06, Nível 01, Referência B do Quadro Pessoal da Autarquia, do exercício da Função de Confiança de SUPERVISORA DE SETOR DE CONTROLE OPERACIONAL (FC-4).

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2016 - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA E REALIZADA**SANTA CATARINA****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Indireta -

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 1

Entidade : SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
13 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	1.133.790,02
13.01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	1.133.790,02
1301.04 Administração	1.816.644,42	0,00	1.816.644,42	194.501,79
1301.04.122 Administração Geral	1.816.644,42	0,00	1.816.644,42	194.501,79
13.01.04.122.0165 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	1.816.644,42	0,00	1.816.644,42	194.501,79
13.01.04.122.0165.1.083 Ampliação e reforma da sede administrativa. (Simae)	150.000,00	0,00	150.000,00	71.740,68
4.4.90.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	150.000,00	0,00	150.000,00	71.740,68
4.4.90.51.00.00.00.00.0000 Obras e Instalacoes				
4.4.90.51.80.00.00.00.00.0000 Estudos e Projetos				
4.4.90.51.91.00.00.00.00.0000 Obras em Andamento				
13.01.04.122.0165.1.084 Aquisição de bens móveis (Simae)	195.000,00	0,00	195.000,00	15.593,84
4.4.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	45.000,00	0,00	45.000,00	1.993,84
4.4.90.00.00.00.00.00.0003 Aplicacoes Diretas	145.000,00	0,00	145.000,00	8.600,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0089 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0000 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.00.0003 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.06.00.00.00.00.0000 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				
4.4.90.52.12.00.00.00.00.0000 Aparelhos e Utensilios Domésticos				
4.4.90.52.34.00.00.00.00.0000 Máquinas, Utensilios e Equipamentos Diversos				
4.4.90.52.35.00.00.00.00.0000 Equipamentos de Processamento de Dados				
4.4.90.52.35.00.00.00.00.0003 Equipamentos de Processamento de Dados				
4.4.90.52.42.00.00.00.00.0000 Mobiliário em Geral				
4.4.90.52.42.00.00.00.00.0003 Mobiliário em Geral				
13.01.04.122.0165.2.091 Manutenção administrativa dos sistemas de Agua e	1.471.644,42	0,00	1.471.644,42	107.167,27
3.1.90.00.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	953.662,79	0,00	953.662,79	41.379,67
3.1.90.11.00.00.00.00.00.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.01.00.00.00.00.0000 vencimentos e salários				
3.1.90.11.99.00.00.00.00.0000 outras despesas fixas - pessoal civil				
3.1.90.13.00.00.00.00.00.0000 Obrigações Patronais				
3.1.90.13.02.00.00.00.00.0000 Contribuições Previdenciárias - INSS				
3.1.90.34.00.00.00.00.00.0000 Outras Despesas de Pessoal decorr.de Contr.de Terç				
3.1.90.34.01.00.00.00.00.0000 Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)				
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	517.981,63	0,00	517.981,63	65.787,60

SANTA CATARINA
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Indireta -

Entidade : SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
	7.468.725,84		7.468.725,84	
13 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	6.334.935,82	1.133.790,02
13.01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	6.334.935,82	1.133.790,02
1301.04 Administração	1.816.644,42	0,00	1.622.142,63	194.501,79
1301.04.122 Administração Geral	1.816.644,42	0,00	1.622.142,63	194.501,79
1301.04.122.0165 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	1.816.644,42	0,00	1.622.142,63	194.501,79
1301.04.122.0165.2.091 Manutenção administrativa dos sistemas de Água e	1.471.644,42	0,00	1.364.477,15	107.167,27
3.3.90.14.00.00.00.00.00 Diárias - Civil			12.440,25	
3.3.90.14.14.00.00.00.00 Diárias no País - Civil			12.440,25	
3.3.90.30.00.00.00.00.00 Material de Consumo			43.639,09	
3.3.90.30.01.00.00.00.00 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			3.148,37	
3.3.90.30.07.00.00.00.00 Gêneros de Alimentação			745,75	
3.3.90.30.07.00.02.00.00 Gêneros de Alimentação (Estoque Almoxarifado)			745,75	
3.3.90.30.16.00.00.00.00 Material de Expediente			4.392,89	
3.3.90.30.16.00.01.00.00 Material de Expediente			133,00	
3.3.90.30.16.00.02.00.00 Material de Expediente (Estoque Almoxarifado)			4.259,89	
3.3.90.30.17.00.00.00.00 Material de Processamento de Dados			1.420,80	
3.3.90.30.17.00.01.00.00 Material de Processamento de Dados			1.420,80	
3.3.90.30.22.00.00.00.00 Material de Limpeza e Produção de Higienização			1.878,67	
3.3.90.30.22.00.02.00.00 Material de Limpeza e Produção Higienização (Estoque Almoxarifado)			1.878,67	
3.3.90.30.23.00.00.00.00 Uniformes, Tecidos e Aquecimento			4.533,20	
3.3.90.30.23.00.01.00.00 Uniformes, Tecidos e Aquecimento			4.533,20	
3.3.90.30.24.00.00.00.00 Material para Manutenção de Bens Imóveis			2.209,43	
3.3.90.30.25.00.00.00.00 Material para Manutenção de Bens Móveis			249,20	
3.3.90.30.26.00.00.00.00 Material Elétrico e Eletrônico			3.011,50	
3.3.90.30.26.00.01.00.00 Material Elétrico e Eletrônico			3.011,50	
3.3.90.30.28.00.00.00.00 Material de Proteção e Segurança			182,12	
3.3.90.30.28.00.01.00.00 Material de Proteção e Segurança			182,12	
3.3.90.30.39.00.00.00.00 Material para Manutenção de Veículos			1.998,67	
3.3.90.30.39.00.01.00.00 Material para Manutenção de Veículos			1.998,67	
3.3.90.30.96.00.00.00.00 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado			4.336,05	
3.3.90.30.99.00.00.00.00 Outros Materiais de Consumo			15.532,44	
3.3.90.30.99.00.01.00.00 Outros Materiais de Consumo			15.532,44	
3.3.90.35.00.00.00.00.00 Serviços de Consultoria			32.176,20	
3.3.90.35.01.00.00.00.00 Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica			32.176,20	
3.3.90.39.00.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			363.938,49	

SANTA CATARINA

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 3

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Indireta -

Entidade : SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
13 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	1.133.790,02
13.01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	1.133.790,02
1301.04 Administração	1.816.644,42	0,00	1.816.644,42	194.501,79
1301.04.122 Administração Geral	1.816.644,42	0,00	1.816.644,42	194.501,79
1301.04.122.0165 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	1.816.644,42	0,00	1.816.644,42	194.501,79
13.01.04.122.0165.2.091 Manutenção administrativa dos sistemas de Água e	1.471.644,42	0,00	1.471.644,42	107.167,27
3.3.90.39.01.00.00.00.0000 Assinatura de Periódicos e Anuidades			320,00	
3.3.90.39.05.00.00.00.0000 Serviços Técnicos Profissionais			2.100,00	
3.3.90.39.08.00.00.00.0000 Manutenção de Software			73.361,60	
3.3.90.39.12.00.00.00.0000 Locação de Máquinas e Equipamentos			5.765,55	
3.3.90.39.15.00.00.00.0000 Limpeza de Veículos			200,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.0000 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			4.126,38	
3.3.90.39.17.00.00.00.0000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			865,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.0000 Manutenção e Conservação de Veículos			816,40	
3.3.90.39.20.00.00.00.0000 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur			3.925,00	
3.3.90.39.22.00.00.00.0000 Exposições, Congressos e Conferências			2.150,00	
3.3.90.39.40.00.00.00.0000 Programa de Alimentação do Trabalhador			58.764,03	
3.3.90.39.47.00.00.00.0000 Serviços de Comunicação em Geral			1.265,07	
3.3.90.39.48.00.00.00.0000 Serviços de Seleção e Treinamento			4.200,00	
3.3.90.39.57.00.00.00.0000 Serviços de Processamento de Dados			20.467,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.0000 Serviços de Telecomunicações			6.037,51	
3.3.90.39.63.00.00.00.0000 Serviços Gráficos e Editoriais			19.981,65	
3.3.90.39.69.00.00.00.0000 seguros em Geral			1.253,32	
3.3.90.39.81.00.00.00.0000 Serviços Bancários			123.769,72	
3.3.90.39.90.00.00.00.0000 Serviços de Publicidade Legal			4.392,00	
3.3.90.39.96.00.00.00.0000 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec			1.057,97	
3.3.90.39.97.00.00.00.0000 Despesas de Teleprocessamento			2.080,78	
3.3.90.39.99.00.00.00.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			27.039,51	
1301.17 Saneamento	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	939.288,23
1301.17.512 Saneamento Básico Urbano	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	939.288,23
1301.17.512.0165 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	939.288,23
13.01.17.512.0165.1.085 Ampliação e automação da Estação de tratamento de Água	623.105,33	0,00	623.105,33	461.571,41
4.4.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	623.105,33	0,00	623.105,33	461.571,41

SANTA CATARINA
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Indireta -

Entidade : SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 4

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
13 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	6.334.935,82	1.133.790,02
13.01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	6.334.935,82	1.133.790,02
1301.17 Saneamento	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	4.643.971,93	939.288,23
1301.17.512 Saneamento Básico Urbano	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	4.643.971,93	939.288,23
1301.17.512.0165 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	4.643.971,93	939.288,23
1301.17.512.0165.1.085 Ampliação e automação da Estação de tratamento de Água	623.105,33	0,00	623.105,33	161.533,92	461.571,41
4.4.90.51.00.00.00.00.0000 Obras e Instalações				161.533,92	
4.4.90.51.92.00.00.00.0000 Instalações Incorporáveis ou Inerentes ao Imóvel				12.428,79	
4.4.90.51.99.00.00.00.0000 Outras Obras e Instalações				149.105,13	
1301.17.512.0165.1.086 Construção e ampliação de Bens Imóveis de Natureza	100.000,00	0,00	100.000,00	28.559,55	71.440,45
4.4.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	100.000,00	28.559,55	71.440,45
4.4.90.51.00.00.00.00.0000 Obras e Instalações				28.559,55	
4.4.90.51.07.00.00.00.0000 Reforma				9.038,34	
4.4.90.51.92.00.00.00.0000 Instalações Incorporáveis ou Inerentes ao Imóvel				19.521,21	
1301.17.512.0165.1.088 Implantação redes e adutoras de água. (Simae)	358.000,00	0,00	358.000,00	355.702,78	2.297,22
4.4.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	250.000,00	0,00	250.000,00	247.702,78	2.297,22
4.4.90.00.00.00.00.00.0003 Aplicacoes Diretas	108.000,00	0,00	108.000,00	108.000,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0000 Obras e Instalações				247.702,78	
4.4.90.51.00.00.00.00.0003 Obras e Instalações				108.000,00	
4.4.90.51.91.00.00.00.0000 Obras em Andamento				236.877,87	
4.4.90.51.91.00.00.00.0003 Obras em Andamento				108.000,00	
4.4.90.51.99.00.00.00.0000 Outras Obras e Instalações				10.824,91	
1301.17.512.0165.1.089 Implantação de redes de esgoto (Simae)	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
1301.17.512.0165.1.091 Ampliação e manutenção sistema de macro e micro medidores	118.000,00	0,00	118.000,00	70.117,16	47.882,84
4.4.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	60.000,00	0,00	60.000,00	59.997,00	3,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0003 Aplicacoes Diretas	58.000,00	0,00	58.000,00	10.120,16	47.879,84
4.4.90.52.00.00.00.00.0000 Equipamentos e Material Permanente				59.997,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.0003 Equipamentos e Material Permanente				10.120,16	
4.4.90.52.04.00.00.00.0000 Aparelhos de Medição e Orientação				59.997,00	
4.4.90.52.04.00.00.00.0003 Aparelhos de Medição e Orientação				10.120,16	

SANTA CATARINA**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Indireta -

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 5

Entidade : SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
13 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	6.334.935,82	1.133.790,02
13.01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	6.334.935,82	1.133.790,02
1301.17 Saneamento					
1301.17.512 Saneamento Básico Urbano	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	4.643.971,93	939.288,23
1301.17.512.0165 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	4.643.971,93	939.288,23
1301.17.512.0165.1.092 Aquisição e substituição de painéis de comando.	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	4.643.971,93	939.288,23
4.4.90.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	80.000,00	0,00	80.000,00	55.000,00	25.000,00
4.4.90.51.00.00.00.0000 Obras e Instalacoes	80.000,00	0,00	80.000,00	55.000,00	25.000,00
4.4.90.51.99.00.00.0000 Outras Obras e Instalações				55.000,00	
1301.17.512.0165.1.093 Aquisição e substituição de conjunto moto-bomba (SIMAE)	70.000,00	0,00	70.000,00	60.615,36	9.384,64
4.4.90.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.0003 Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	30.615,36	9.384,64
4.4.90.51.00.00.00.0000 Obras e Instalacoes				30.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.0003 Obras e Instalacoes				30.615,36	
4.4.90.51.91.00.00.0000 Obras em Andamento				19.100,00	
4.4.90.51.91.00.00.0003 Obras em Andamento				27.895,00	
4.4.90.51.99.00.00.0000 Outras Obras e Instalações				10.900,00	
4.4.90.51.99.00.00.0003 Outras Obras e Instalações				2.720,36	
1301.17.512.0165.1.094 Aquisição de veículos. (Simae)	100.000,00	0,00	100.000,00	48.410,00	51.590,00
4.4.90.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	100.000,00	48.410,00	51.590,00
4.4.90.52.00.00.00.0000 Equipamentos e Material Permanente				48.410,00	
4.4.90.52.00.00.00.0003 Veículos de Tração Mecânica				48.410,00	
1301.17.512.0165.1.095 Aquisição de equipamentos(Simae)	102.000,00	0,00	102.000,00	99.035,00	2.965,00
4.4.90.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	37.035,00	2.965,00
4.4.90.00.00.00.00.0003 Aplicacoes Diretas	62.000,00	0,00	62.000,00	62.000,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.0000 Equipamentos e Material Permanente				37.035,00	
4.4.90.52.00.00.00.0003 Equipamentos e Material Permanente				62.000,00	
4.4.90.52.38.00.00.0000 Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina				1.965,00	
4.4.90.52.39.00.00.0000 Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos				31.000,00	
4.4.90.52.39.00.00.0003 Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos				62.000,00	
4.4.90.52.40.00.00.0000 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				4.070,00	

SANTA CATARINA
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Indireta -

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 6

Entidade : SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
13 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	6.334.935,82	1.133.790,02
13.01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	6.334.935,82	1.133.790,02
1301.17 Saneamento	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	4.643.971,93	939.288,23
1301.17.512 Saneamento Básico Urbano	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	4.643.971,93	939.288,23
13.01.17.512.0165 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	4.643.971,93	939.288,23
1301.17.512.0165.1.099 Aquisição de terreno (Simae)	20.000,00	0,00	20.000,00	8.154,55	11.845,45
4.4.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	8.154,55	11.845,45
4.4.90.61.00.00.00.00.0000 Aquisicao de Imoveis				8.154,55	
4.4.90.61.03.00.00.00.0000 Terrenos				8.154,55	
1301.17.512.0165.2.092 Manutenção e operação técnica do sistema de água	3.765.775,06	0,00	3.765.775,06	3.710.556,72	55.218,34
3.1.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	1.617.553,70	0,00	1.617.553,70	1.602.800,97	14.752,73
3.1.90.11.00.00.00.00.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			1.214.280,47	1.214.280,47	
3.1.90.11.01.00.00.00.0000 vencimentos e salários			1.196.396,23	1.196.396,23	
3.1.90.11.99.00.00.00.0000 outras despesas fixas - pessoal civil			17.864,24	17.864,24	
3.1.90.13.00.00.00.00.0000 Obrigacoes Patronais			276.735,90	276.735,90	
3.1.90.13.02.00.00.00.0000 Contribuições Previdenciárias - INSS			276.735,90	276.735,90	
3.1.90.94.00.00.00.00.0000 Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas			111.804,60	111.804,60	
3.1.90.94.01.00.00.00.0000 Indenizacoes Resitit. Trabalhistas - Ativo Civil			111.804,60	111.804,60	
3.3.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	1.848.221,36	0,00	1.848.221,36	1.816.053,60	32.167,76
3.3.90.00.00.00.00.00.0003 Aplicacoes Diretas	300.000,00	0,00	300.000,00	291.702,15	8.297,85
3.3.90.06.00.00.00.00.0000 Outros Beneficios Assistenciais			1.348,64	1.348,64	
3.3.90.08.01.00.00.00.0000 Auxilio-Funeral			1.348,64	1.348,64	
3.3.90.14.00.00.00.00.0000 Diárias - Civil			3.098,75	3.098,75	
3.3.90.14.00.00.00.00.0003 Diárias - Civil			1.295,00	1.295,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.0000 Diárias no País - Civil			3.098,75	3.098,75	
3.3.90.14.14.00.00.00.0003 Diárias no País - Civil			1.295,00	1.295,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.0000 Material de Consumo			518.390,94	518.390,94	
3.3.90.30.00.00.00.00.0003 Material de Consumo			69.122,39	69.122,39	
3.3.90.30.01.00.00.00.0000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			51.244,34	51.244,34	
3.3.90.30.01.00.00.00.0003 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			3.454,82	3.454,82	
3.3.90.30.07.00.00.00.0000 Gêneros de Alimentação (Estoque Almoarifado)			383,02	383,02	
3.3.90.30.07.00.02.00.0000 Gêneros de Alimentação			383,02	383,02	
3.3.90.30.11.00.00.00.0000 Material Químico			144.258,55	144.258,55	
3.3.90.30.11.00.00.00.0003 Material Químico			4.425,00	4.425,00	

SANTA CATARINA
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Indireta -

Entidade : SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
13 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	6.334.935,82	1.133.790,02
13.01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	6.334.935,82	1.133.790,02
1301.17 Saneamento	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	4.643.971,93	939.288,23
1301.17.512 Saneamento Básico Urbano	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	4.643.971,93	939.288,23
1301.17.512.0165 AGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	4.643.971,93	939.288,23
1301.17.512.0165.2.092 Manutenção e operação técnica do sistema de água	3.765.775,06	0,00	3.765.775,06	3.710.556,72	55.218,34
3.3.90.30.17.00.00.00.0000 Material de Processamento de Dados			700,00		
3.3.90.30.17.00.00.01.0000 Material de Processamento de Dados			700,00		
3.3.90.30.22.00.00.00.0000 Material de Limpeza e Produção de Higienização			1.391,80		
3.3.90.30.22.00.00.00.0003 Material de Limpeza e Produção de Higienização			790,10		
3.3.90.30.22.00.00.01.0000 Material de Limpeza e Produção de Higienização			267,67		
3.3.90.30.22.00.00.02.0000 Material de Limpeza e Produção Higienização (Estoque Almox.)			1.124,13		
3.3.90.30.22.00.00.02.0003 Material de Limpeza e Produção Higienização (Estoque Almox.)			790,10		
3.3.90.30.23.00.00.00.0000 Uniformes, Tecidos e Avariamentos			8.458,40		
3.3.90.30.23.00.00.02.0000 Uniformes, Tecidos e Avariamentos (Estoque Almox.)			8.458,40		
3.3.90.30.24.00.00.00.0000 Material para Manutenção de Bens Imóveis			38.088,04		
3.3.90.30.24.00.00.00.0003 Material para Manutenção de Bens Imóveis			17.300,60		
3.3.90.30.25.00.00.00.0000 Material para Manutenção de Bens Móveis			15.714,70		
3.3.90.30.25.00.00.00.0003 Material para Manutenção de Bens Móveis			1.086,40		
3.3.90.30.26.00.00.00.0000 Material Elétrico e Eletrônico			86.325,61		
3.3.90.30.26.00.00.01.0000 Material Elétrico e Eletrônico			12.171,69		
3.3.90.30.26.00.00.02.0000 Material Elétrico e Eletrônico (Estoque Almox.)			74.153,92		
3.3.90.30.28.00.00.00.0000 Material de Proteção e Segurança			6.607,83		
3.3.90.30.28.00.00.01.0000 Material de Proteção e Segurança			760,16		
3.3.90.30.28.00.00.02.0000 Material de Proteção e Segurança (Estoque Almox.)			5.847,67		
3.3.90.30.39.00.00.00.0000 Material para Manutenção de Veículos			16.497,62		
3.3.90.30.39.00.00.00.0003 Material para Manutenção de Veículos			4.268,52		
3.3.90.30.39.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Veículos			9.879,96		
3.3.90.30.39.00.00.01.0003 Material para Manutenção de Veículos			4.268,52		
3.3.90.30.39.00.00.02.0000 Material para Manutenção de Veículos (Estoque Alm.)			6.617,66		
3.3.90.30.42.00.00.00.0000 Ferramentas			6.705,59		
3.3.90.30.42.00.00.00.0003 Ferramentas			667,80		
3.3.90.30.42.00.00.01.0000 Ferramentas			2.753,49		
3.3.90.30.42.00.00.01.0003 Ferramentas			667,80		
3.3.90.30.42.00.00.02.0000 Ferramentas (Estoque Almox.arifado)			3.952,10		

SANTA CATARINA
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Indireta -

Entidade : SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
		Total		
13 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	6.334.935,82	1.133.790,02
13.01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	6.334.935,82	1.133.790,02
1301.17 Saneamento				
1301.17.512 Saneamento Básico Urbano	5.583.260,16	0,00	4.643.971,93	939.288,23
1301.17.512.0165 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	5.583.260,16	0,00	4.643.971,93	939.288,23
1301.17.512.0165.2.092 Manutenção e operação técnica do sistema de água	5.583.260,16	0,00	4.643.971,93	939.288,23
3.3.90.30.46.00.00.00.00.00 Material Bibliográfico não Imobilizável	3.765.775,06	0,00	3.710.556,72	55.218,34
3.3.90.30.99.00.00.00.00.00 Outros Materiais de Consumo			40,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.00.00 Outros Materiais de Consumo			141.975,44	
3.3.90.30.99.00.00.00.00.00 Outros Materiais de Consumo			37.129,15	
3.3.90.30.99.00.00.01.00.00 Outros Materiais de Consumo			48.186,64	
3.3.90.30.99.00.00.01.00.00 Outros Materiais de Consumo			17.780,65	
3.3.90.30.99.00.00.01.00.00 Outros Materiais de Consumo			93.788,80	
3.3.90.30.99.00.00.02.00.00 Outros Materiais de Consumo (Estoque Almoxxarifado)			19.348,50	
3.3.90.30.99.00.00.02.00.00 Outros Materiais de Consumo (Estoque Almoxxarifado)			1.293.215,27	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			221.284,76	
3.3.90.39.05.00.00.00.00.00 Serviços Técnicos Profissionais			9.534,00	
3.3.90.39.05.00.00.00.00.00 Serviços Técnicos Profissionais			2.200,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.00.00 Limpeza de Veículos			3.470,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.00.00 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			8.810,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.00.00 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			3.100,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.00.00 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			23.547,71	
3.3.90.39.17.00.00.00.00.00 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			200,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.00.00 Manutenção e Conservação de Veículos			9.809,67	
3.3.90.39.19.00.00.00.00.00 Manutenção e Conservação de Veículos			2.925,00	
3.3.90.39.20.00.00.00.00.00 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur			320,00	
3.3.90.39.25.00.00.00.00.00 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins			8.700,00	
3.3.90.39.28.00.00.00.00.00 Coleta de Lixo e Demais Resíduos			15.011,52	
3.3.90.39.40.00.00.00.00.00 Programa de Alimentação do Trabalhador			102.570,82	
3.3.90.39.43.00.00.00.00.00 Serviços de Energia Elétrica			1.012.248,18	
3.3.90.39.43.00.00.00.00.00 Serviços de Energia Elétrica			192.090,87	
3.3.90.39.48.00.00.00.00.00 Serviços de Seleção e Treinamento			3.250,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.00.00 Serviços de Seleção e Treinamento			2.999,97	
3.3.90.39.51.00.00.00.00.00 Serviços de Análises e Pesquisas Científicas			43.600,00	
3.3.90.39.57.00.00.00.00.00 Serviços de Processamento de Dados			696,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.00.00 Serviços de Telecomunicações			576,64	

SANTA CATARINA**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Indireta -

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 9

Entidade : SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
13 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	6.334.935,82	1.133.790,02
13.01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	6.334.935,82	1.133.790,02
1301.17 Saneamento	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	4.643.971,93	939.288,23
1301.17.512 Saneamento Básico Urbano	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	4.643.971,93	939.288,23
13.01.17.512.0165 AGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	5.583.260,16	0,00	5.583.260,16	4.643.971,93	939.288,23
13.01.17.512.0165.2.092 Manutenção e operação técnica do sistema de água	3.765.775,06	0,00	3.765.775,06	3.710.556,72	55.218,34
3.3.90.39.63.00.00.00.0000 Serviços Gráficos e Editoriais				1.019,90	
3.3.90.39.69.00.00.00.0000 seguros em Geral				11.119,13	
3.3.90.39.74.00.00.00.0000 Fretes e Transportes de Encomendas				143,45	
3.3.90.39.78.00.00.00.0000 Limpeza e Conservação				5.760,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				41.729,25	
3.3.90.39.99.00.00.00.0003 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.068,92	
13.01.17.512.0165.2.093 Transferências a consórcios públicos CISAM Meio Oe	18.779,77	0,00	18.779,77	18.779,77	0,00
3.1.71.00.00.00.00.00.0000 Transf. a Consórcios Públicos	8.262,18	0,00	8.262,18	8.262,18	0,00
3.1.71.70.00.00.00.00.0000 Rateio pela Participação em Consórcio Público				8.262,18	
3.1.71.70.01.00.00.00.0000 Rateio pela Participação em Consórcio Público				8.262,18	
3.3.71.00.00.00.00.00.0000 Transferências a Consórcios Públicos	6.851,66	0,00	6.851,66	6.851,66	0,00
3.3.71.70.00.00.00.00.0000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO				6.851,66	
3.3.71.70.01.00.00.00.0000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO				6.851,66	
4.4.71.00.00.00.00.00.0000 Transferências a Consórcios Públicos	3.665,93	0,00	3.665,93	3.665,93	0,00
4.4.71.70.00.00.00.00.0000 Rateio pela Participação em Consórcio Público				3.665,93	
4.4.71.70.01.00.00.00.0000 Rateio pela Participação em Consórcio Público				3.665,93	
13.01.17.512.0165.2.179 Manutenção dos Serviços de Regulação Consórcio Público CISAM Meio Oeste	27.600,00	0,00	27.600,00	27.507,12	92,88
3.3.93.00.00.00.00.00.0000 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	23.000,00	0,00	23.000,00	22.922,60	77,40
3.3.93.00.00.00.00.00.0003 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos				4.584,52	
3.3.93.39.00.00.00.00.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.600,00	0,00	4.600,00	22.922,60	15,48
3.3.93.39.00.00.00.00.0003 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.584,52	
3.3.93.39.99.00.00.00.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				22.922,60	
3.3.93.39.99.00.00.00.0003 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.584,52	

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 10

SANTA CATARINA
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Indireta -
Entidade : SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
13 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	1.133.790,02
13.01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	1.133.790,02
1301.28 Encargos Especiais	68.821,26	0,00	68.821,26	0,00
1301.28.122 Administração Geral	68.821,26	0,00	68.821,26	0,00
13.01.28.122.0165 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	68.821,26	0,00	68.821,26	0,00
13.01.28.122.0165.2.094 Contribuição ao PASEP:	68.821,26	0,00	68.821,26	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicações Diretas	68.821,26	0,00	68.821,26	0,00
3.3.90.47.00.00.00.00.0000 Obrigações Tributárias e Contributivas	68.821,26	0,00	68.821,26	0,00
3.3.90.47.12.00.00.00.0000 Contribuição Para o PIS/PASEP	68.821,26	0,00	68.821,26	0,00
Total por Entidade:	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	1.133.790,02
Total Geral:	7.468.725,84	0,00	7.468.725,84	1.133.790,02

CAPINZAL , 17/01/2017

SIDNEI PENZO
DIRETOR

MARIZA BRESSAN R. DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2016 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
SANTÁ CATARINA

Betha Sistemas

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Exercício de 2016

Resultado Orçamentário - Balanço Orçamentário (Artigo 2º, Inciso XIV da L.N. nº 028/1999)

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Indireta - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Página 1

Titulos	Previsão/Fixação R\$	Execução R\$	Diferenças R\$
<u>Receita</u>			
RECEITAS CORRENTES	6.477.125,84	6.904.965,62	427.839,78
RECEITA TRIBUTÁRIA	69.940,30	96.021,64	26.081,34
RECEITA PATRIMONIAL	174.931,94	268.690,14	93.758,20
RECEITA DE SERVIÇOS	5.890.365,65	6.196.423,46	306.057,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	341.887,95	343.830,38	1.942,43
RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	7.645,77	2.645,77
ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00	7.645,77	2.645,77
Soma:	6.482.125,84	6.912.611,39	430.485,55
Déficit:	986.600,00	0,00	-986.600,00
Total:	7.468.725,84	6.912.611,39	-556.114,45
<u>Despesa</u>			
Créditos Orçamentários e Suplementares	7.468.725,84	6.334.935,82	-1.133.790,02
Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Soma:	7.468.725,84	6.334.935,82	-1.133.790,02
Superávit:	0,00	577.675,57	577.675,57
Total:	7.468.725,84	6.912.611,39	-556.114,45

CAPINZAL , 17/01/2017

 SIDNEI PENZO
 DIRETOR

 MARIZA BRESSAN R. DE MORAES
 Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2016 - SUPERÁVIT/DEFÍCIT CORRENTE/CAPITAL**SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Exercício de 2016

Superávit/Deficit Corrente/Capital - Balanço Orçamentário

Período: Janeiro à Dezembro

(Artigo 2º, Inciso XIV da L.N. nº 028/1999)

Página 1

Administração Indireta - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
RECEITAS CORRENTES	6.904.965,62	DESPESAS CORRENTES	5.186.476,09
RECEITA TRIBUTÁRIA	96.021,64	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.523.346,27
RECEITA PATRIMONIAL	268.690,14	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.663.129,82
RECEITA DE SERVIÇOS	6.196.423,46		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	343.830,38		
		SUPERAVIT	1.718.489,53
TOTAL	6.904.965,62	TOTAL	6.904.965,62
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	1.718.489,53		
RECEITAS DE CAPITAL	7.645,77	DESPESAS DE CAPITAL	1.148.459,73
ALIENAÇÃO DE BENS	7.645,77	INVESTIMENTOS	1.148.459,73
		SUPERAVIT	577.675,57
TOTAL	6.912.611,39	TOTAL	6.912.611,39

Resumo

RECEITAS CORRENTES	6.904.965,62	DESPESAS CORRENTES	5.186.476,09
RECEITAS DE CAPITAL	7.645,77	DESPESAS DE CAPITAL	1.148.459,73
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
		SUPERAVIT	577.675,57
TOTAL	6.912.611,39	TOTAL	6.912.611,39

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

CAPINZAL, 17/01/2017

SIDNEI PENZO
DIRETOR

MARIZA BRESSAN R. DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2016 -COMPARATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA**SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Exercício de 2016

Receita Prevista e Realizada - Balanço Orçamentário (Artigo 2º, Inciso XIV da L.N. nº 028/1999)
 Administração Indireta - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	6.482.125,84	6.912.611,39	473.321,74	42.836,19
RECEITAS CORRENTES	6.477.125,84	6.904.965,62	470.675,97	42.836,19
RECEITA TRIBUTÁRIA	69.940,30	96.021,64	26.081,34	0,00
IMPOSTOS	69.940,30	96.021,64	26.081,34	0,00
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	69.940,30	96.021,64	26.081,34	0,00
Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	69.940,30	96.021,64	26.081,34	0,00
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	69.940,30	96.021,64	26.081,34	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	174.931,94	268.690,14	94.851,69	1.093,49
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	174.931,94	268.690,14	94.851,69	1.093,49
Dividendos	1.109,36	15,87	0,00	1.093,49
Remuneração de Depósitos Bancários	173.822,58	268.674,27	94.851,69	0,00
Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculado	173.822,58	268.674,27	94.851,69	0,00
Remuneração de depósitos bancarios	173.822,58	268.674,27	94.851,69	0,00
Remuneração de depósitos bancarios - Ordinarios	173.822,58	268.674,27	94.851,69	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.890.365,65	6.196.423,46	320.972,41	14.914,60
Serviços Administrativos	3.731,99	0,00	0,00	3.731,99
Outros Serviços Administrativos	3.731,99	0,00	0,00	3.731,99
Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	5.632.101,46	5.894.462,58	267.597,93	5.236,81
Tarifa de água	5.543.383,46	5.801.389,72	258.006,26	0,00
Ligação de água	65.554,50	60.317,69	0,00	5.236,81
Outros serviços	23.163,50	32.755,17	9.591,67	0,00
Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	254.532,20	301.960,88	53.374,48	5.945,80
Tarifa de esgoto	248.532,20	301.906,68	53.374,48	0,00
Ligação de esgoto	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Outros serviços	1.000,00	54,20	0,00	945,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	341.887,95	343.830,38	28.770,53	26.828,10
Multas e Juros de Mora	87.075,01	81.615,73	18.477,26	23.936,54
Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	5.750,51	8.984,22	3.233,71	0,00
Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	5.750,51	8.984,22	3.233,71	0,00
Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	5.750,51	8.984,22	3.233,71	0,00
Multas de Outras Origens	81.324,50	72.631,51	15.243,55	23.936,54
Multas e Juros Previstos em Contratos	24.656,45	719,91	0,00	23.936,54
Outras Multas	56.668,05	71.911,60	15.243,55	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	32.777,49	35.308,67	2.531,18	0,00
INDENIZAÇÕES	32.777,49	35.308,67	2.531,18	0,00
Indenizações p/Danos Causados ao Patrimônio Public	32.777,49	35.308,67	2.531,18	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	203.444,50	200.552,94	0,00	2.891,56
Receita da Dívida Ativa não tributária	203.444,50	200.552,94	0,00	2.891,56
Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	203.444,50	200.552,94	0,00	2.891,56
Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	203.444,50	200.552,94	0,00	2.891,56
RECEITAS DIVERSAS	18.590,95	26.353,04	7.762,09	0,00
Outras Receitas	18.590,95	26.353,04	7.762,09	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	7.645,77	2.645,77	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00	7.645,77	2.645,77	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.000,00	7.645,77	2.645,77	0,00
Alienação de Outros Bens Móveis	5.000,00	7.645,77	2.645,77	0,00
Totais:	6.482.125,84	6.912.611,39	473.321,74	42.836,19

CAPINZAL, 17/01/2017

SIDNEI PENZO
DIRETOR

MARIZA BRESSAN R. DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

ORÇAMENTO 2017 - DESPESA FIXADA**SANTA CATARINA**

Exercício de 2017

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Página: 0001/2

Despesa Fixada

Orçamentos Anuais (Artigo 2º, Inciso X da L.N. nº 028/1999)

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código Reduzido	Funcional	Dotação		Educação	Pessoal	Tipo	Valor
Entidade: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO							
Órgão: 13 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO							
Unidade: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO							
Proj./Ativ. : 1.083 Ampliação e reforma da sede administrativa. (Simae)							
1	04.122.0165	4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	100.000,00
Total Projeto/Atividade:							100.000,00
Proj./Ativ. : 1.084 Aquisição de bens móveis (Simae)							
2	04.122.0165	4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	54.387,00
3	04.122.0165	4.4.90.00.00.00.00.00.0089	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	5.613,00
Total Projeto/Atividade:							60.000,00
Proj./Ativ. : 1.085 Ampliação e automação da Estação de tratamento de Água							
6	17.512.0165	4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	80.000,00
Total Projeto/Atividade:							80.000,00
Proj./Ativ. : 1.086 Construção e ampliação de Bens Imóveis de Natureza							
7	17.512.0165	4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	80.000,00
Total Projeto/Atividade:							80.000,00
Proj./Ativ. : 1.087 CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA							
23	17.512.0165	4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	600.000,00
Total Projeto/Atividade:							600.000,00
Proj./Ativ. : 1.088 Implantação redes e adutoras de água. (Simae)							
8	17.512.0165	4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	250.000,00
Total Projeto/Atividade:							250.000,00
Proj./Ativ. : 1.089 Implantação de redes de esgoto (Simae)							
9	17.512.0165	4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	100.000,00
Total Projeto/Atividade:							100.000,00
Proj./Ativ. : 1.090 Construção de Almoxarifado para armazenamento de materiais							
24	17.512.0165	4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	60.000,00
Total Projeto/Atividade:							60.000,00
Proj./Ativ. : 1.091 Ampliação e manutenção sistema de macro e micro medidores							
10	17.512.0165	4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	120.000,00
Total Projeto/Atividade:							120.000,00
Proj./Ativ. : 1.092 Aquisição e substituição de painéis de comando.							
11	17.512.0165	4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	50.000,00
Total Projeto/Atividade:							50.000,00
Proj./Ativ. : 1.093 Aquisição e substituição de conjunto moto-bomba (SIMAE)							
12	17.512.0165	4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	60.000,00
Total Projeto/Atividade:							60.000,00
Proj./Ativ. : 1.094 Aquisição de veiculos. (Simae)							
13	17.512.0165	4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	80.000,00
Total Projeto/Atividade:							80.000,00
Proj./Ativ. : 1.095 Aquisição de equipamentos(Simae)							
14	17.512.0165	4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	86.807,05
Total Projeto/Atividade:							86.807,05
Proj./Ativ. : 1.099 Aquisição de terreno (Simae)							
15	17.512.0165	4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	30.000,00
Total Projeto/Atividade:							30.000,00

SANTA CATARINA**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Despesa Fixada
Orçamentos Anuais (Artigo 2º, Inciso X da L.N. nº 028/1999)
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2017

Página: 0002/2

Código Reduzido	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Tipo	Valor	
Entidade: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO							
Órgão: 13 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO							
Unidade: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO							
Proj./Ativ. : 2.091 Manutenção administrativa dos sistemas de Agua e							
4	04.122.0165	3.1.90.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Ordinário	1.030.526,17
5	04.122.0165	3.3.90.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	621.357,94
Total Projeto/Atividade:						1.651.884,11	
Proj./Ativ. : 2.092 Manutenção e operação técnica do sistema de água							
16	17.512.0165	3.1.90.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Ordinário	1.541.578,29
17	17.512.0165	3.3.90.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	2.180.894,71
Total Projeto/Atividade:						3.722.473,00	
Proj./Ativ. : 2.093 Transferências a consórcios públicos CISAM Meio Oeste							
18	17.512.0165	3.1.71.00.00.00.00.0000	Transf. a Consórcios Públicos	Não	Sim	Ordinário	33.613,56
19	17.512.0165	3.3.71.00.00.00.00.0000	Transferências a Consórcios Públicos	Não	Não	Ordinário	4.431,53
20	17.512.0165	4.4.71.00.00.00.00.0000	Transferências a Consórcios Públicos	Não	Não	Ordinário	8.856,88
Total Projeto/Atividade:						46.901,97	
Proj./Ativ. : 2.094 Contribuição ao PASEP:							
21	28.122.0165	3.3.90.00.00.00.00.0000	Aplicacoes Diretas	Não	Não	Ordinário	72.768,34
Total Projeto/Atividade:						72.768,34	
Proj./Ativ. : 2.179 Manutenção dos Serviços de Regulação Consórcio Público CISAM Meio Oeste							
22	17.512.0165	3.3.93.00.00.00.00.0000	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Ó Não	Não	Não	Ordinário	26.000,00
Total Projeto/Atividade:						26.000,00	
Total da Unidade:						7.276.834,47	
Total do Órgão:						7.276.834,47	
Total da Entidade:						7.276.834,47	
Total Geral:						7.276.834,47	

CAPINZAL, 17/01/2017

SIDNEI PENZO
DIRETOR

MARIZA BRESSAN R. DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

ORÇAMENTO 2017 - RECEITAS PREVISTAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

SANTA CATARINA

Exercício de 2017

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Receitas Previstas Segundo as Categorias Econômicas
Orçamentos Anuais - (Artigo 2º, Inciso X da I.N. nº 028/1999)
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			7.276.834,47
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			7.271.221,47
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		78.514,98	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		78.514,98	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	78.514,98		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	78.514,98		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	78.514,98		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		196.378,60	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		196.378,60	
4.1.3.2.2.00.00.00.00.00	Dividendos	1.245,37		
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	195.133,23		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculado	195.133,23		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de depósitos bancarios	195.133,23		
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Remuneração de depósitos bancarios - Ordinarios	195.133,23		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		6.612.524,48	
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	4.189,53		
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	4.189,53		
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	6.322.597,10		
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de água	6.223.002,27		
4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Ligação de água	73.591,48		
4.1.6.0.0.41.99.00.00.00	Outros serviços	26.003,35		
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	285.737,85		
4.1.6.0.0.42.01.00.00.00	Tarifa de esgoto	279.002,25		
4.1.6.0.0.42.02.00.00.00	Ligação de esgoto	5.613,00		
4.1.6.0.0.42.99.00.00.00	Outros serviços	1.122,60		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		383.803,41	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		97.750,40	
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	6.455,52		
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	6.455,52		
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	6.455,52		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	91.294,88		
4.1.9.1.9.27.00.00.00.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	27.679,33		
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	63.615,55		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		36.796,01	
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	36.796,01		
4.1.9.2.1.06.00.00.00.00	Indenizações p/Danos Causados ao Patrimônio Public	36.796,01		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		228.386,80	
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	228.386,80		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	228.386,80		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	228.386,80		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		20.870,20	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	20.870,20		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			5.613,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		5.613,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		5.613,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	5.613,00		

Total Geral: 7.276.834,47

CAPINZAL, 17/01/2017

SIDNEI PENZO
DIRETOR

MARIZA BRESSAN R. DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1



Catanduvás

PREFEITURA

CANCELAMENTO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2016

TERMO DE CANCELAMENTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2016

Contrato de Implantação e Locação de Sistemas, que entre si celebram Município de Catanduvás, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Catanduvás - SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.414/0001-45, doravante neste instrumento identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outra parte a FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua da Consolação, nº 317, Bairro Matinho na cidade de Xanxerê (SC), inscrição no CNPJ/MF nº 07.753.029/0001-93, doravante identificada apenas como CONTRATADA; ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam, na forma estabelecida, tudo de acordo com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 01 de dezembro de 2015 para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Administração;

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – cancelar o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo na Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvás – SC, 18 de janeiro de 2017.

CONTRATADA: SYSTEMA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 01.487.225/0001-87, com sede na Rua João Mosele, nº 58, Centro, Concórdia - SC, CEP: 89.700-000, doravante denominada CONTRATADA.

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 08 de setembro de 2016 para:

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Administração;

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – cancelar o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS Nº 0041/2016

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo na Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvás – SC, 18 de janeiro de 2017.

CANCELAMENTO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0041/2016

TERMO DE CANCELAMENTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS Nº 0041/2016

“CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO MENSAL DE SISTEMA H2005”

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 2.828 - Centro, em Catanduvás - SC, neste ato representado por seu gestor e Secretário Municipal de Saúde, Almir José Vicentine, doravante denominada CONTRATANTE.

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE DE 2016

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.725.731,92	0,00
Pessoal Ativo	15.725.731,92	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	15.725.731,92	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	29.516.360,96	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	15.725.731,92	53,28
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	17.709.816,58	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	16.824.325,75	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	15.938.834,92	54,00
FONTE:		

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	754.101,62	737.150,36	718.794,08	1.259.325,51
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	587.129,62	570.178,36	551.822,08	1.092.353,51
Interna	587.129,62	570.178,36	551.822,08	1.092.353,51
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	166.972,00	166.972,00	166.972,00	166.972,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.405.317,19	4.081.189,97	5.002.677,79	5.035.599,88
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.485.818,79	4.662.902,46	5.688.960,19	5.042.040,18
Demais Haveres Financeiros	4.343,56	9.537,94	7.337,19	16.667,85
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	84.845,16	591.250,43	693.619,59	23.108,15
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.651.215,57	-3.344.039,61	-4.283.883,71	-3.776.274,37
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.780.425,52	27.640.641,14	28.836.403,76	29.516.360,96
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,82%	2,67%	2,49%	4,27%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-9,90%	-12,10%	-14,86%	-12,79%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	32.136.510,62	33.168.769,37	34.603.684,51	35.419.633,15
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	28.922.859,56	29.851.892,43	31.143.316,06	31.877.669,84

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	587.129,62	570.178,36	551.822,08	1.092.353,51
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	547.856,23	533.767,54	518.321,86	502.876,18
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	547.856,23	533.767,54	518.321,86	502.876,18
Previdenciárias	547.856,23	533.767,54	518.321,86	502.876,18
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	39.273,39	36.410,82	33.500,22	589.477,33

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	336.247,99	399.375,36	479.993,15	329.809,39
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	86,44	2.481.078,05	1.387.068,96	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	754.101,62	737.150,36	718.794,08	1.259.325,51
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	587.129,62	570.178,36	551.822,08	1.092.353,51
Interna	587.129,62	570.178,36	551.822,08	1.092.353,51
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	166.972,00	166.972,00	166.972,00	166.972,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.405.317,19	4.081.189,97	5.002.677,79	5.035.599,88
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.485.818,79	4.662.902,46	5.688.960,19	5.042.040,18
Demais Haveres Financeiros	4.343,56	9.537,94	7.337,19	16.667,85
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	84.845,16	591.250,43	693.619,59	23.108,15
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.651.215,57	-3.344.039,61	-4.283.883,71	-3.776.274,37
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.780.425,52	27.640.641,14	28.836.403,76	29.516.360,96
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,82%	2,67%	2,49%	4,27%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-9,90%	-12,10%	-14,86%	-12,79%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	32.136.510,62	33.168.769,37	34.603.684,51	35.419.633,15
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	28.922.859,56	29.851.892,43	31.143.316,06	31.877.669,84

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	587.129,62	570.178,36	551.822,08	1.092.353,51
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	547.856,23	533.767,54	518.321,86	502.876,18
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	547.856,23	533.767,54	518.321,86	502.876,18
Previdenciárias	547.856,23	533.767,54	518.321,86	502.876,18
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	39.273,39	36.410,82	33.500,22	589.477,33

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	336.247,99	399.375,36	479.993,15	329.809,39
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	86,44	2.481.078,05	1.387.068,96	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.780.425,52	27.640.641,14	28.836.403,76	29.516.360,96
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	5.891.693,61	6.080.941,05	6.344.008,83	6.493.599,41
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	5.302.524,25	5.472.846,95	5.709.607,94	5.844.239,47

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CATANDUVAS

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Página: 1/3

Anexo III - Cadastro de Operações de Crédito

Demonstrativo das Operações de Crédito que compõem o Saldo da Dívida Consolidada.

Artigo 32, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LRF, Art. 32, § 4º

(R\$ 1,00)

Demonstrativo das Operações de Crédito que compõem o saldo da Dívida Consolidada

Data-base: 31/12/2016

I) Valor dos Precatórios incluídos no orçamento e não pagos:

(Art. 2º, Resolução 43/SF)

II) Valor da Dívida Mobiliária:**III) Operações de Crédito com saldo na data-base**

- | | |
|---|----------------------------|
| a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: | 736.174,75 |
| b) Saldo devedor na data-base: | 502.876,18 |
| c) Taxa de juros: | |
| d) Indexador: | |
| e) Período de carência: | a |
| f) Vencimento final: | 00/00/0000 |
| g) Periodicidade e sistema de pagamento: | |
| h) Finalidade do crédito: | Nº Contrato 1676/01, |
| g) Garantias: | |
| a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: | 2.545,08 |
| b) Saldo devedor na data-base: | 2.568,25 |
| c) Taxa de juros: | |
| d) Indexador: | |
| e) Período de carência: | a |
| f) Vencimento final: | 00/00/0000 |
| g) Periodicidade e sistema de pagamento: | |
| h) Finalidade do crédito: | Nº Contrato 21812001609-0, |
| g) Garantias: | |
| a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: | 47.931,52 |
| b) Saldo devedor na data-base: | 30.538,79 |
| c) Taxa de juros: | |
| d) Indexador: | |
| e) Período de carência: | a |
| f) Vencimento final: | 00/00/0000 |
| g) Periodicidade e sistema de pagamento: | |
| h) Finalidade do crédito: | Nº Contrato 1215/96, |
| g) Garantias: | |
| a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: | 6.864,57 |
| b) Saldo devedor na data-base: | 6.927,06 |
| c) Taxa de juros: | |
| d) Indexador: | |
| e) Período de carência: | a |
| f) Vencimento final: | 00/00/0000 |
| g) Periodicidade e sistema de pagamento: | |
| h) Finalidade do crédito: | Nº Contrato 01897007808-8, |
| g) Garantias: | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CATANDUVAS

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Página: 2/3

Anexo III - Cadastro de Operações de Crédito

Demonstrativo das Operações de Crédito que compõem o Saldo da Dívida Consolidada.

Artigo 32, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LRF, Art. 32, § 4º

(R\$ 1,00)

Demonstrativo das Operações de Crédito que compõem o saldo da Dívida Consolidada

Data-base: 31/12/2016

I) Valor dos Precatórios incluídos no orçamento e não pagos:

(Art. 2º, Resolução 43/SF)

II) Valor da Dívida Mobiliária:**III) Operações de Crédito com saldo na data-base**

a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: 36.748,12
b) Saldo devedor na data-base: 37.082,68
c) Taxa de juros:
d) Indexador:
e) Período de carência: a
f) Vencimento final: 00/00/0000
g) Periodicidade e sistema de pagamento:
h) Finalidade do crédito: Nº Contrato 01897007808-8,
g) Garantias:

a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: 115.018,77
b) Saldo devedor na data-base: 116.065,90
c) Taxa de juros:
d) Indexador:
e) Período de carência: a
f) Vencimento final: 00/00/0000
g) Periodicidade e sistema de pagamento:
h) Finalidade do crédito: Nº Contrato 21808000447-0,
g) Garantias:

a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: 40.775,53
b) Saldo devedor na data-base: 43.281,11
c) Taxa de juros:
d) Indexador:
e) Período de carência: a
f) Vencimento final: 00/00/0000
g) Periodicidade e sistema de pagamento:
h) Finalidade do crédito: Nº Contrato 21812000215-4/001,
g) Garantias:

a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: 4.077,55
b) Saldo devedor na data-base: 4.328,11
c) Taxa de juros:
d) Indexador:
e) Período de carência: a
f) Vencimento final: 00/00/0000
g) Periodicidade e sistema de pagamento:
h) Finalidade do crédito: Nº Contrato 21812000215-4/001,
g) Garantias:

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Anexo III - Cadastro de Operações de Crédito

Demonstrativo das Operações de Crédito que compõem o Saldo da Dívida Consolidada.
 Artigo 32, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000.
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Página: 3/3

LRF, Art. 32, § 4º

(R\$ 1,00)

Demonstrativo das Operações de Crédito que compõem o saldo da Dívida Consolidada

Data-base: 31/12/2016

I) Valor dos Precatórios incluídos no orçamento e não pagos:

(Art. 2º, Resolução 43/SF)

II) Valor da Dívida Mobiliária:

III) Operações de Crédito com saldo na data-base

a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado:	800.000,00
b) Saldo devedor na data-base:	558.938,54
c) Taxa de juros:	
d) Indexador:	
e) Período de carência:	a
f) Vencimento final:	00/00/0000
g) Periodicidade e sistema de pagamento:	
h) Finalidade do crédito:	Nº Contrato 2016007701,
g) Garantias:	

Total da Dívida Consolidada:

1.302.606,62

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	558.938,54	558.938,54
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	558.938,54	558.938,54
Interna	558.938,54	558.938,54
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	558.938,54	558.938,54
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	29.516.360,96	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	558.938,54	1,89
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	4.722.617,75	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	4.250.355,98	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.066.145,27	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	558.938,54	1,89

FONTE:

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde - Tesouro Assistência Farmacêutica Básica Atenção Básica Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - Convênio de Trânsito - Civil Outras Transferências do Fundo de Assistência Social FNAS Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Edu Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE Recolitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação Recolitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - T Salário-Educação - Tesouro-Ex.Cor. Serviços de Saúde SF - Outras Transferências do Fundo de Assistência Social FNAS SF - Programa de Atenção a Criança PAC SF - Transferências de Convênios – União/Assistência Social SF - Transferências de Convênios – União/Assistência Social - Te Transferência de Convênios - Estado/Outros Transferência de Convênios - Estado/Saude Transferências de Convênios – União/Assistência Social - Tesour Transferências de Convênios – União/Educação - Tesouro-Ex.Co Transferências de Convênios – União/Outros - Tesouro-Ex.Cor. Transferências de Convênios – União/Saude - Tesouro-Ex.Cor. Transferências de Convênios-Estado/Educação Transferências do FUNDEF/FUNDEF - outras despesas da Educ Transferências do FUNDEF/FUNDEF - remuneração dos profissic	19.859,80	0,00	0,00	0,00	0,00	19.859,80	0,00	0,00		
	25.515,64	0,00	0,00	0,00	0,00	25.515,64	0,00	0,00		
	67.363,01	0,00	0,00	0,00	(50.850,94)	118.213,95	0,00	0,00		
	(899,27)	0,00	0,00	0,00	0,00	(899,27)	0,00	0,00		
	167.350,50	0,00	0,00	0,00	0,00	167.350,50	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	58,30	(58,30)	0,00	0,00		
	61.355,05	0,00	0,00	0,00	183,10	61.171,95	0,00	0,00		
	26.919,43	0,00	0,00	0,00	0,00	26.919,43	0,00	0,00		
	65.699,74	0,00	0,00	0,00	0,00	65.699,74	0,00	0,00		
	2.176,62	0,00	0,00	0,00	(716,74)	2.893,36	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	(0,01)	0,00	0,00		
	129.601,16	0,00	0,00	0,00	54.956,97	74.644,19	0,00	0,00		
	193.384,33	0,00	0,00	0,00	82.381,57	111.002,76	0,00	0,00		
	207.669,17	0,00	0,00	2.870,34	0,00	204.798,83	0,00	0,00		
	2.332,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.332,92	0,00	0,00		
	10.432,13	0,00	0,00	0,00	0,00	10.432,13	0,00	0,00		
	89,58	0,00	0,00	0,00	0,00	89,58	0,00	0,00		
	1.152,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.152,53	0,00	0,00		
	12.088,88	0,00	0,00	0,00	0,00	12.088,88	0,00	0,00		
	517.010,96	0,00	0,00	0,00	0,00	517.010,96	0,00	0,00		
	121.893,71	0,00	0,00	0,00	0,00	121.893,71	0,00	0,00		
	340,56	0,00	0,00	0,00	0,00	340,56	0,00	0,00		
	27,16	0,00	0,00	0,00	0,00	27,16	0,00	0,00		
	211.758,83	0,00	0,00	0,00	0,00	211.758,83	0,00	0,00		
	2.968,40	0,00	0,00	2.920,84	0,00	47,56	0,00	0,00		
	37,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,00	0,00	0,00		
	5.304,26	0,00	0,00	0,00	0,00	5.304,26	0,00	0,00		
115.919,05	0,00	0,00	0,00	0,00	46.450,33	69.468,72	0,00	0,00		

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Tesouro Vigiliância em Saúde	1.745,17 14.619,33	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	1.745,17 14.619,33	0,00 0,00	0,00 0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.983.715,65	0,00	5.791,18	0,00	132.462,60	1.845.461,87	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	2.624.708,72	0,00	17.316,97	0,00	197.346,79	2.410.044,96	0,00	0,00
SF - Recursos Ordinários	433.615,81	0,00	0,00	0,00	0,00	433.615,81	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.058.324,53	0,00	17.316,97	0,00	197.346,79	2.843.660,77	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	5.042.040,18	0,00	23.108,15	0,00	329.809,39	4.689.122,64	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		29.516.360,96	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		15.725.731,92	53,28
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		17.709.816,58	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		16.824.325,75	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-3.776.274,37	-12,79
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		35.419.633,15	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		6.493.599,41	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		558.938,54	1,89
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		4.722.617,75	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		2.066.145,27	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	0,00	
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	4.689.122,64	
Valor Total		0,00	

FONTE:

RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE DE 2016

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)	
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)		
R\$ 1,00									
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS MOBILIÁRIAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA AGROPECUÁRIA RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSF. DE CONV. OUTRAS RECEITAS CORRENTES MULTAS E JUROS DE MORA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RECEITA DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL OPERAÇÕES DE CRÉDITO OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS ALIEENÇÃO DE BENS ALIEENÇÃO DE BENS MÓVEIS ALIEENÇÃO DE BENS IMÓVEIS AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	28.900.000,00 27.340.700,00 3.586.984,96 2.893.482,25 636.791,46 56.711,25 580.000,00 580.000,00 173.260,46 51.040,12 122.220,34 1.134,22 57.342,25 22.664.319,79 22.412.119,79 252.200,00 277.658,32 73.157,53 25.293,22 172.402,21 6.805,36 1.559.300,00 226.000,00 226.000,00 63.000,00 61.500,00 1.500,00 0,00 1.270.300,00 1.270.300,00	28.900.000,00 27.340.700,00 3.586.984,96 2.893.482,25 636.791,46 56.711,25 580.000,00 580.000,00 173.260,46 51.040,12 122.220,34 1.134,22 57.342,25 22.664.319,79 22.412.119,79 252.200,00 277.658,32 73.157,53 25.293,22 172.402,21 6.805,36 1.559.300,00 226.000,00 226.000,00 63.000,00 61.500,00 1.500,00 0,00 1.270.300,00 1.270.300,00	7.089.308,49 5.738.278,54 584.558,93 511.318,10 69.787,69 3.453,14 111.745,71 111.745,71 83.462,24 1.412,08 82.050,16 0,00 8.376,64 4.690.535,03 4.547.464,72 143.070,31 259.599,99 26.873,33 176.972,75 46.585,25 9.168,66 1.351.029,95 558.938,54 558.938,54 0,00 0,00 0,00 12.516,76 779.574,65 779.574,65	24,53 20,99 16,30 17,67 10,96 3,453 19,27 19,27 48,17 2,77 67,13 0,00 14,61 20,70 20,29 56,73 93,50 36,73 699,68 27,02 134,73 86,64 247,32 247,32 0,00 0,00 0,00 0,00 61,37 61,37	31.840.568,06 29.516.407,91 3.429.806,35 2.932.816,73 469.429,65 27.559,97 697.079,60 697.079,60 475.724,07 18.588,67 457.135,40 0,00 51.354,40 24.114.022,01 23.510.924,73 603.097,28 748.421,48 155.637,35 203.819,29 294.288,93 94.675,91 2.324.160,15 558.938,54 558.938,54 24.302,00 24.302,00 39,52 41.865,06 1.699.054,55 1.699.054,55	110,17 107,96 95,62 101,36 73,72 48,60 120,19 120,19 274,57 36,42 374,03 0,00 89,56 106,40 104,90 239,13 269,55 212,74 805,83 170,70 1.391,20 149,05 247,32 247,32 38,57 39,52 0,00 0,00 133,75 133,75	-2.940.568,06 -2.175.707,91 157.178,61 -39.334,48 167.361,81 29.151,28 -117.079,60 -117.079,60 -302.463,61 32.451,45 -334.915,06 1.134,22 5.987,85 -1.449.702,22 -1.098.804,94 -350.897,28 -470.763,16 -82.479,82 -178.526,07 -121.886,72 -87.870,55 -764.860,15 -332.938,54 -332.938,54 38.698,00 37.198,00 1.500,00 -41.865,06 -428.754,55 -428.754,55		
	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								-
	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		28.900.000,00	28.900.000,00	7.089.308,49	24,53	31.840.568,06	110,17	-2.940.568,06
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	28.900.000,00	28.900.000,00	7.089.308,49	24,53	31.840.568,06	-2.940.568,06
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	28.900.000,00	28.900.000,00	7.089.308,49	24,53	31.840.568,06	-2.940.568,06
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.626.670,00	—	—	1.626.670,00	—
Superávit Financeiro	—	1.626.670,00	—	—	1.626.670,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	28.900.000,00	33.664.252,85	6.021.024,27	30.269.756,82	3.394.496,03	6.753.076,49	30.269.756,82	3.394.496,03	30.246.648,67	0,00
DESPESAS CORRENTES	25.368.200,00	28.158.459,88	4.905.229,16	26.990.745,52	1.167.714,36	5.596.518,25	26.990.745,52	1.167.714,36	26.985.181,80	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.938.093,00	16.086.493,00	3.378.546,62	15.757.524,78	327.968,22	3.385.960,84	15.757.524,78	327.968,22	15.757.524,78	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	90.000,00	90.000,00	15.042,23	87.744,57	2.255,43	15.042,23	87.744,57	2.255,43	87.744,57	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.340.107,00	11.982.966,88	1.511.640,31	11.145.476,17	837.490,71	2.195.515,18	11.145.476,17	837.490,71	11.139.912,45	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.508.800,00	5.482.792,97	1.115.795,11	3.279.011,30	2.203.781,67	1.156.558,24	3.279.011,30	2.203.781,67	3.261.466,87	0,00
INVESTIMENTOS	3.418.800,00	5.422.792,97	1.106.595,65	3.225.296,65	2.197.496,32	1.147.348,78	3.225.296,65	2.197.496,32	3.207.752,22	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	90.000,00	60.000,00	9.209,46	53.714,65	6.285,35	9.209,46	53.714,65	6.285,35	53.714,65	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	28.900.000,00	33.664.252,85	6.021.024,27	30.269.756,82	3.394.496,03	6.753.076,49	30.269.756,82	3.394.496,03	30.246.648,67	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 33

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ³ (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	28.900.000,00	33.664.252,85	6.021.024,27	30.269.756,82	3.394.496,03	6.753.076,49	30.269.756,82	3.394.496,03	30.246.648,67	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.570.811,24	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	28.900.000,00	33.664.252,85	6.021.024,27	30.269.756,82	—	6.753.076,49	31.840.568,06	—	30.246.648,67	0,00

FONTE:

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			R\$ 1,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	63.000,00	24.302,00	38.698,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.500,00	0,00	1.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	61.500,00	24.302,00	37.198,00
TOTAL	63.000,00	24.302,00	38.698,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	63.000,00	29.658,80	29.658,80	29.658,80	0,00	0,00	33.341,20
Investimentos	63.000,00	29.658,80	29.658,80	29.658,80	0,00	0,00	33.341,20
TOTAL	63.000,00	29.658,80	29.658,80	29.658,80	0,00	0,00	33.341,20

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		-5.356,80

FONTE:

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS					
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100				
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)									
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		3.046.716,06	3.046.716,06	3.215.500,88	105,54				
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		1.101.406,75	1.101.406,75	896.204,68	81,28				
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		283.556,25	283.556,25	283.117,09	99,85				
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		1.134.225,00	1.134.225,00	1.117.159,18	98,50				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		374.294,25	374.294,25	637.335,78	170,28				
Dívida Ativa dos Impostos		3.516,10	3.516,10	19.725,80	561,01				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa		121.362,08	121.362,08	221.528,76	182,54				
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		28.355,63	28.355,63	41.429,59	146,11				
Cota-Parte FPM		19.031.195,06	19.031.195,06	20.069.622,57	105,46				
Cota-Parte ITR		7.250.000,00	7.250.000,00	8.446.381,28	116,50				
Cota-Parte IPVA		2.268,45	2.268,45	20.483,99	902,99				
Cota-Parte ICMS		1.474.492,49	1.474.492,49	1.262.054,12	85,59				
Cota-Parte IPI-Exportação		10.094.602,51	10.094.602,51	10.155.101,97	100,60				
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		141.778,12	141.778,12	145.124,62	102,36				
Desoneração ICMS (LC 87/96)		68.053,49	68.053,49	40.476,59	59,48				
Outras		68.053,49	68.053,49	40.512,72	59,53				
		0,00	0,00	-36,13					
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		22.077.911,12	22.077.911,12	23.285.123,45	105,47				
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE									
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS					
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		1.565.000,00	1.565.000,00	1.575.467,26	100,67				
Provenientes da União		1.565.000,00	1.565.000,00	1.575.467,26	100,67				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS		1.500,00	1.500,00	0,00	0,00				
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		1.566.500,00	1.566.500,00	1.575.467,26	100,57				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)									
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100		
DESPESAS CORRENTES		4.546.000,00	4.875.251,60	4.749.417,06	97,42	4.749.417,06	97,42	0,00	
Pessoal e Encargos Sociais		2.935.000,00	3.043.000,00	3.034.340,05	99,72	3.034.340,05	99,72	0,00	
Outras Despesas Correntes		1.611.000,00	1.832.251,60	1.715.077,01	93,60	1.715.077,01	93,60	0,00	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	193.000,00	4.875.251,60	4.749.417,06	97,42	4.749.417,06	97,42	0,00
Investimentos	193.000,00	286.092,97	98.376,56	34,39	98.376,56	34,39	0,00
	193.000,00	286.092,97	98.376,56	34,39	98.376,56	34,39	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.739.000,00	5.161.344,57	4.847.793,62	93,93	4.847.793,62	93,93	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	438.000,00	652.344,57	383.590,76	7,91	383.590,76	7,91	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	404.000,00	409.251,60	295.367,20	6,09	295.367,20	6,09	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	34.000,00	243.092,97	88.223,56	1,82	88.223,56	1,82	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	438.000,00	652.344,57	383.590,76	7,91	383.590,76	7,91	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	4.301.000,00	4.509.000,00	4.464.202,86	92,09	4.464.202,86	92,09	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (Vi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4							19,17
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [Vi(h) - (15 x IIIb)/100]							971.434,34

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE			
		0,00	0,00	0,00	0,00			
		0,00	0,00	0,00	0,00			
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00			0,00			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00			0,00			
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	-	-			-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (l)	% (l/total l) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	4.691.000,00 48.000,00	5.108.092,97 53.251,60	4.802.344,37 45.449,25	99,06 0,94	4.802.344,37 45.449,25	99,06 0,94	0,00 0,00	
	4.739.000,00	5.161.344,57	4.847.793,62	100,00	4.847.793,62	100,00	0,00	
Atenção Básica Vigilância Sanitária								
TOTAL								

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "II+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K".
Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Município de Catanduvas - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

Catanduvas, 16/01/2017

Município de Catanduvas - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		28.900.000,00	
Previsão Atualizada		28.900.000,00	
Receitas Realizadas		31.840.568,06	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.626.670,00	
DESPESAS			
Dotação Inicial		28.900.000,00	
Créditos Adicionais		4.764.252,85	
Dotação Atualizada		33.664.252,85	
Despesas Empenhadas		30.269.756,82	
Despesas Liquidadas		30.269.756,82	
Despesas pagas		30.246.648,67	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
Superavit Orçamentário		1.570.811,24	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		30.269.756,82	
Liquidadas		30.269.756,82	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		29.516.360,96	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		50.000,00	-1.071.344,15
Resultado Primário		-231.220,34	630.029,46
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	86,44	86,44	0,00
EXECUTIVO	86,44	86,44	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	84.845,16	16.463,16	68.382,00
EXECUTIVO	84.845,16	16.463,16	68.382,00
TOTAL:	84.931,60	16.549,60	68.382,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		6.693.653,70	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.458.030,83	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		558.938,54	-332.938,54
Despesa de Capital Líquida		3.279.011,30	2.203.781,67

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Catanduvas - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)			0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)			0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					24.302,00	38.698,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					29.658,80	33.341,20
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			4.464.202,86	15,00	19,17	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)			0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (e-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
				% (b/Total b)			% (d/Total d)		
REPRO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									R\$ 1,0
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	28.900.000,00	33.664.252,85	6.021.024,27	100,00	30.269.756,82	6.753.076,49	30.269.756,82	3.394.496,03	0,00
Legislativa	1.291.000,00	1.291.000,00	214.130,08	3,21	970.392,24	216.390,34	970.392,24	320.607,76	0,00
Ação Legislativa	1.291.000,00	1.291.000,00	214.130,08	3,21	970.392,24	216.390,34	970.392,24	320.607,76	0,00
Administração	3.375.800,00	3.937.400,00	615.958,32	12,69	3.840.967,69	765.458,47	3.840.967,69	96.432,31	0,00
Administração Geral	3.149.800,00	3.711.400,00	597.024,11	12,07	3.653.129,33	706.219,14	3.653.129,33	58.270,67	0,00
Defesa Civil	226.000,00	226.000,00	18.934,21	0,62	187.838,36	57.239,33	187.838,36	38.161,64	0,00
Segurança Pública	159.000,00	180.000,00	12.889,25	0,35	107.281,90	14.212,91	107.281,90	72.738,10	0,00
Policimento	134.000,00	155.000,00	12.889,25	0,35	107.281,90	14.212,91	107.281,90	47.738,10	0,00
Defesa Civil	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
Assistência Social	1.242.400,00	1.650.500,00	288.111,41	5,24	1.585.146,49	329.588,61	1.585.146,49	65.353,51	0,00
Assistência ao Idoso	91.400,00	91.400,00	16.316,98	0,28	85.774,07	21.516,98	85.774,07	5.625,93	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	11.000,00	16.000,00	2.937,12	0,03	9.030,58	2.937,12	9.030,58	6.969,42	0,00
Assistência Comunitária	1.140.000,00	1.543.100,00	268.867,31	4,92	1.490.341,84	305.134,51	1.490.341,84	52.758,16	0,00
Saúde	5.946.000,00	6.388.344,57	1.074.781,96	19,91	6.025.585,33	1.182.949,61	6.025.585,33	342.759,24	0,00
Atenção Básica	5.888.000,00	6.315.092,97	1.070.759,33	19,76	5.980.136,08	1.178.926,98	5.980.136,08	334.956,89	0,00
Vigilância Sanitária	48.000,00	53.251,60	4.022,63	0,15	45.449,25	4.022,63	45.449,25	7.802,35	0,00
Trabalho	108.000,00	108.000,00	16.035,50	0,05	16.035,50	16.035,50	16.035,50	29.964,50	0,00
Fomento ao Trabalho	108.000,00	108.000,00	16.035,50	0,05	16.035,50	16.035,50	16.035,50	29.964,50	0,00
Educação	9.089.800,00	9.570.208,28	1.606.245,13	28,51	8.629.404,40	1.675.155,97	8.629.404,40	940.803,88	0,00
Alimentação e Nutrição	294.607,00	332.607,00	58.322,12	1,06	322.252,18	58.322,12	322.252,18	10.354,82	0,00
Ersino Fundamental	6.188.093,00	6.584.301,28	1.392.759,47	18,96	5.738.632,68	1.455.140,15	5.738.632,68	845.668,60	0,00
Ersino Superior	250.000,00	369.200,00	45.975,48	1,22	368.501,00	47.484,48	368.501,00	689,00	0,00
Educação Infantil	2.283.100,00	2.283.100,00	108.107,06	7,27	2.199.538,54	114.129,22	2.199.538,54	83.561,46	0,00
Educação de Jovens e Adultos	74.000,00	1.000,00	80,00	0,00	480,00	80,00	480,00	520,00	0,00
Cultura	119.000,00	180.000,00	13.615,95	0,49	147.470,86	30.105,66	147.470,86	12.529,14	0,00
Divisão Cultural	85.000,00	148.000,00	13.923,10	0,45	135.802,33	28.500,18	135.802,33	12.197,67	0,00
Telecomunicações	34.000,00	12.000,00	-307,15	0,04	11.688,53	1.605,48	11.688,53	331,47	0,00
Urbanismo	1.272.000,00	2.473.170,00	695.170,60	5,75	1.741.365,25	751.838,87	1.741.365,25	731.804,75	0,00
Infra-Estrutura Urbana	601.000,00	1.653.170,00	622.355,20	3,59	1.087.129,95	622.355,20	1.087.129,95	566.040,05	0,00
Serviços Urbanos	671.000,00	820.000,00	72.815,40	2,16	654.235,30	129.483,67	654.235,30	165.764,70	0,00
Habitação	180.000,00	895.000,00	195.083,28	2,89	873.883,12	233.919,34	873.883,12	21.116,88	0,00
Habitação Urbana	180.000,00	895.000,00	195.083,28	2,89	873.883,12	233.919,34	873.883,12	21.116,88	0,00
Saneamento	751.000,00	850.000,00	83.923,94	2,00	606.631,31	150.189,48	606.631,31	243.368,69	0,00
Defesa Civil	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	746.000,00	845.000,00	83.923,94	2,00	606.631,31	150.189,48	606.631,31	238.368,69	0,00
Gestão Ambiental	89.000,00	89.000,00	0,00	0,19	56.926,31	4.000,00	56.926,31	32.073,69	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	47.000,00	47.000,00	0,00	0,15	2.142,17	4.000,00	44.857,83	2.142,17	0,00
Controle Ambiental	42.000,00	42.000,00	0,00	0,04	12.068,48	0,00	12.068,48	29.931,52	0,00
Agricultura	685.000,00	682.100,00	148.661,67	1,82	551.153,25	195.739,93	551.153,25	110.946,75	0,00
Extensão Rural	685.000,00	682.100,00	148.661,67	1,82	551.153,25	195.739,93	551.153,25	110.946,75	0,00
Transporte	3.214.000,00	3.932.930,00	941.660,67	12,07	3.653.312,44	1.000.853,65	3.653.312,44	279.617,56	0,00
Transporte Rodoviário	3.214.000,00	3.932.930,00	941.660,67	12,07	3.653.312,44	1.000.853,65	3.653.312,44	279.617,56	0,00

Continua 17.

3

2

Continuação 2/:

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.900.000,00	33.664.252,85	6.021.024,27	30.269.756,82	100,00	3.394.496,03	6.753.076,49	30.269.756,82	100,00	3.394.496,03	0,00
Desporto e Lazer	207.000,00	367.000,00	800,59	321.087,01	1,06	45.912,99	26.871,96	321.087,01	1,06	45.912,99	0,00
Desporto Comunitário	207.000,00	367.000,00	800,59	321.087,01	1,06	45.912,99	26.871,96	321.087,01	1,06	45.912,99	0,00
Encargos Especiais	1.148.000,00	1.188.600,00	114.955,92	1.143.133,72	3,78	25.466,28	159.766,19	1.143.133,72	3,78	25.466,28	0,00
Administração Geral	988.000,00	1.018.600,00	90.704,23	1.001.674,50	3,31	16.925,50	135.514,50	1.001.674,50	3,31	16.925,50	0,00
Serviço da Dívida Interna	180.000,00	150.000,00	24.251,69	141.459,22	0,47	8.540,78	24.251,69	141.459,22	0,47	8.540,78	0,00
Reserva de Contingência	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	28.900.000,00	33.664.252,85	6.021.024,27	30.269.756,82	100,00	3.394.496,03	6.753.076,49	30.269.756,82	100,00	3.394.496,03	0,00

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por consar no orçamento.

2

1

-
-

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.713.506,10	2.812.007,47	2.385.086,63	2.560.388,55	3.489.146,89	27.367.951,51	2.647.860,89	2.419.427,85	2.541.780,42	2.690.925,44	3.165.454,74	3.389.867,09	33.530.373,38
RECEITA TRIBUTÁRIA	134.794,27	143.575,31	247.641,37	239.280,65	703.395,95	372.131,15	217.340,66	131.019,66	305.159,59	142.916,26	200.817,87	383.741,06	3.429.806,35
I.P.T.U.	2.890,31	0,00	0,00	5.373,20	703.395,95	63.965,52	54.887,94	11.600,15	15.115,28	11.854,61	12.007,29	9.734,43	895.204,68
I.R.P.F.	0,00	0,00	99.057,16	1.332,02	1.346,24	121.188,82	0,00	3.621,84	156.313,22	1.800,37	56.642,33	196.073,78	637.335,78
I.S.S.	96.765,96	109.445,60	80.167,04	121.013,16	73.106,27	93.329,23	109.370,96	63.590,49	97.930,00	91.903,67	70.692,78	109.146,22	1.194.225,00
I.T.E.I.	11.683,41	11.072,60	26.474,00	14.421,14	17.592,50	45.678,18	29.195,97	32.290,20	18.423,80	19.765,90	29.670,79	27.148,48	283.117,09
Outras Receitas Tributárias	23.494,59	23.057,11	41.913,17	96.541,13	110.948,64	48.596,48	23.885,79	19.946,88	17.775,69	17.585,61	31.604,68	41.536,15	496.969,62
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	66.585,87	54.384,94	59.285,99	55.063,72	56.828,50	58.330,08	56.198,87	60.038,61	61.091,39	58.584,92	56.297,08	56.448,63	693.502,71
RECEITA PATRIMONIAL	20.699,98	34.362,29	38.701,76	38.300,72	41.986,28	44.476,21	44.616,72	46.467,77	42.039,51	39.526,19	39.233,31	44.228,93	580.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	173.360,46
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.034,22
RECEITA DE SERVIÇOS	267,92	83,42	571,62	1.614,12	55,62	36.310,05	590,26	1.681,22	1.577,23	216,30	1.551,73	6.834,91	51.354,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.459.080,14	2.534.975,49	1.981.687,22	2.134.677,95	2.429.931,14	21.777.238,66	2.286.370,22	2.130.201,53	2.099.507,55	2.414.717,62	2.816.591,96	2.661.021,68	28.449.882,31
Cota-Parte do FPM	666.628,13	870.826,84	528.955,81	628.814,87	836.171,98	690.941,51	500.047,91	621.120,82	505.065,33	613.132,70	1.118.651,97	836.332,41	8.446.381,28
Cota-Parte do ICMS	967.590,69	790.866,10	799.654,59	822.381,31	796.470,77	785.920,82	811.070,82	801.129,41	885.414,39	886.220,33	865.520,42	953.673,32	10.094.002,51
Cota-Parte do IPVA	54.614,61	86.485,85	128.592,18	112.447,46	127.704,86	113.840,08	122.244,75	125.478,91	114.223,95	151.653,06	82.125,95	42.642,46	1.474.892,49
Cota-Parte do ITR	53,35	159,04	252,93	141,52	88,68	169,70	0,00	0,00	3.468,13	14.856,91	691,45	581,28	2.268,45
Outras Transferências Correntes	327.212,99	412.894,07	165.340,23	196.355,72	283.403,46	220.411,38	499.362,88	216.499,90	236.524,54	314.310,57	316.291,68	381.694,68	2.818.487,25
Transferências da LC 61/1989	15.215,09	11.750,68	11.472,37	11.771,62	13.367,61	7.864,35	10.807,13	10.921,11	11.959,27	12.640,33	13.210,14	14.054,32	141.778,12
Transferências da LC 87/196	3.376,06	3.376,06	3.376,06	3.376,06	3.376,06	3.376,06	3.376,06	3.376,06	3.376,06	3.376,06	3.376,06	3.376,06	40.512,72
Transferências do FUNDEB	394.379,22	358.627,85	343.863,05	359.399,39	370.347,72	354.733,76	341.630,07	351.677,32	359.415,88	409.515,66	413.714,38	428.677,35	4.600.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	32.908,62	44.656,02	57.210,67	96.451,39	50.295,75	48.311,36	39.670,96	49.999,16	32.406,15	34.982,15	42.002,80	217.801,68	277.659,32
DEDUÇÕES (II)	347.310,76	352.696,12	294.502,02	315.789,46	355.238,93	320.422,98	298.672,06	312.409,07	300.717,32	338.189,54	416.919,55	370.144,61	4.014.012,42
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	347.310,76	352.696,12	294.502,02	315.789,46	355.238,93	320.422,98	298.672,06	312.409,07	300.717,32	338.189,54	416.919,55	370.144,61	4.014.012,42
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.366.195,34	2.459.311,35	2.090.584,61	2.252.599,09	3.133.907,96	24.167.528,53	2.359.208,83	2.107.018,78	2.241.063,10	2.352.735,90	2.758.535,19	2.999.722,48	27.340.700,00
FONTE													

PREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS					PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
							Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
RECEITAS CORRENTES									
Recarga de Contribuições dos Segurados									
Pessoal Civil									
Ativo									
Inativo									
Pensionista									
Pessoal Militar									
Ativo									
Inativo									
Pensionista									
Para Cobertura de Déficit Atuarial									
Outras Receitas de Contribuições									
Recarga Patrimonial									
Receitas Imobiliárias									
Receitas de Valores Mobiliários									
Outras Receitas Patrimoniais									
Recarga de Serviços									
Outras Receitas Correntes									
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS									
Demais Receitas Correntes									
RECEITAS DE CAPITAL									
Alienação de Bens, Direitos e Ativos									
Amortização de Empréstimos									
Outras Receitas de Capital									
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)					0,00		0,00		0,00
DESPESAS					DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
							Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016
									Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
									Continua 1/4

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Catanduvas - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-
APORTES REALIZADOS								
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								0,00
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		2016	2015	
Caixa		0,00	0,00	
Bancos Conta Movimento		0,00	0,00	
Investimentos		0,00	0,00	
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS	
PREVISÃO INICIAL			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)				

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	754.101,62	709.596,43	1.259.325,51
DEDUÇÕES (II)	3.405.317,19	4.793.113,34	5.035.599,88
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.485.818,79	5.581.685,96	5.042.040,18
Demais Haveres Financeiros	4.343,56	10.412,93	16.667,85
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	84.845,16	798.985,55	23.108,15
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.651.215,57	-4.083.516,91	-3.776.274,37
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	754.101,62	709.596,43	700.386,97
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.405.317,19	-4.793.113,34	-4.476.661,34

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
VALOR	316.452,00	-1.071.344,15

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	50.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso II)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	27.218.479,66	29.059.272,51	26.427.969,62		
Receita Tributária	3.586.984,96	3.429.806,35	2.988.762,46		
I.P.T.U.	1.101.406,75	895.204,68	788.793,26		
I.S.S.	1.134.225,00	1.117.159,18	1.106.375,19		
I.T.B.I.	283.556,25	283.117,09	244.268,26		
I.R.R.F.	374.294,25	637.335,78	439.298,98		
Outras Receitas Tributárias	693.502,71	496.989,62	410.026,77		
Receita de Contribuição	580.000,00	697.079,60	714.232,86		
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00		
Outras Contribuições	580.000,00	697.079,60	714.232,86		
Receita Patrimonial Líquida	51.040,12	18.588,67	34.488,62		
Receita Patrimonial	173.260,46	475.724,07	386.944,52		
(-) Aplicações Financeiras	122.220,34	457.135,40	352.455,90		
Transferências Correntes	22.664.319,79	24.114.022,01	21.937.874,11		
F.P.M.	5.820.876,50	6.757.105,32	6.284.016,17		
I.P.V.A.	1.179.593,99	1.009.644,31	963.080,80		
I.C.M.S.	8.075.682,01	8.124.082,62	7.295.340,70		
Convênios	252.200,00	603.097,28	264.173,71		
Outras Transferências Correntes	7.335.967,29	7.620.092,48	7.131.262,73		
Demais Receitas Correntes	336.134,79	799.775,88	752.611,57		
Dívida Ativa	172.402,21	294.288,93	245.547,19		
Diversas Receitas Correntes	163.732,58	505.486,95	507.064,38		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.559.300,00	2.324.160,15	611.837,89		
Operações de Crédito (III)	226.000,00	558.938,54	0,00		
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	41.865,06	15.604,87		
Alienação de Ativos (V)	63.000,00	24.302,00	97.922,94		
Transferências de Capital	1.270.300,00	1.699.054,55	498.310,08		
Convênios	1.270.300,00	1.699.054,55	498.310,08		
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.270.300,00	1.699.054,55	498.310,08		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	28.488.779,66	30.758.327,06	26.926.279,70		
DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015	
DESPESAS CORRENTES (VIII)	26.990.745,52	23.672.421,16	23.672.334,72	0,00	86,44
Pessoal e Encargos Sociais	15.757.524,78	14.077.276,76	14.077.276,76	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	87.744,57	78.568,51	78.568,51	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.145.476,17	9.516.575,89	9.516.489,45	0,00	86,44
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	26.903.000,95	23.593.852,65	23.593.766,21	0,00	86,44
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.279.011,30	2.493.671,18	2.493.671,18	0,00	0,00
Investimentos	3.225.296,65	2.444.964,28	2.444.964,28	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.482.792,97	3.279.011,30	2.493.671,18	3.279.011,30	2.493.671,18	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	60.000,00	53.714,65	48.706,90	53.714,65	48.706,90	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.422.792,97	3.225.296,65	2.444.964,28	3.225.296,65	2.444.964,28	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	23.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	33.514.252,85	30.128.297,60	26.038.816,93	30.128.297,60	26.038.730,49	0,00	86,44
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.025.473,19	630.029,46	887.462,77	630.029,46	887.549,21	30.758.327,06	26.926.193,26
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	1.626.670,00	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	1.626.670,00	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						-231.220,34	

FONTE:

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.046.716,06	3.046.716,06	3.342.390,70	109,70
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.228.553,38	1.228.553,38	1.261.575,17	102,69
1.1.1- IPTU	1.101.406,75	1.101.406,75	1.022.087,88	92,80
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.381,87	2.381,87	4.277,22	179,57
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	103.214,48	103.214,48	199.286,24	193,08
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	21.550,28	21.550,28	36.522,47	169,48
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(598,64)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	283.556,25	283.556,25	283.141,23	99,85
1.2.1- ITBI	283.556,25	283.556,25	283.141,23	99,85
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.160.312,18	1.160.312,18	1.160.338,52	100,00
1.3.1- ISS	1.134.225,00	1.134.225,00	1.117.177,79	98,50
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.134,23	1.134,23	15.652,68	1.380,03
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	18.147,60	18.147,60	22.390,17	123,38
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	6.805,35	6.805,35	5.265,03	77,37
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(147,15)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	374.294,25	374.294,25	637.335,78	170,28
1.4.1- IRRF	374.294,25	374.294,25	637.335,78	170,28
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	19.031.195,06	19.031.195,06	20.069.658,70	105,46
2.1- Cota-Parte FPM	7.250.000,00	7.250.000,00	8.446.381,28	116,50
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.250.000,00	7.250.000,00	8.446.381,28	116,50
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.094.602,51	10.094.602,51	10.155.101,97	100,60
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	68.053,49	68.053,49	40.512,72	59,53
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	141.778,12	141.778,12	145.124,62	102,36
2.5- Cota-Parte ITR	2.268,45	2.268,45	20.483,99	902,99
2.6- Cota-Parte IPVA	1.474.492,49	1.474.492,49	1.262.054,12	85,59
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	22.077.911,12	22.077.911,12	23.412.049,40	106,04

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	184.207,00	179.654,65	97,53
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	136.107,00	136.107,00	138.810,00	101,99
5.4- Transferências Diretas - PNATE	47.000,00	47.000,00	40.844,65	86,90
5.5- Outras Transferências do FNDE	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	220.700,00	220.700,00	261.715,22	118,58
6.1- Transferências de Convênios	220.700,00	220.700,00	261.715,22	118,58
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	113.000,00	113.000,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	971.879,71	971.879,71	1.211.730,11	124,68
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.489.786,71	1.489.786,71	1.653.069,98	110,96

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.785.362,52	3.785.362,52	4.013.929,34	106,04
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.429.123,50	1.429.123,50	1.689.275,96	118,20
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.018.920,50	2.018.920,50	2.031.019,35	100,60
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	13.610,70	13.610,70	8.102,52	59,53
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	28.355,63	28.355,63	29.024,97	102,36
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	453,69	453,69	4.096,73	902,98
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	294.898,50	294.898,50	252.408,81	85,59
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.600.000,00	4.600.000,00	4.487.971,65	97,56
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.600.000,00	4.600.000,00	4.487.971,65	97,56
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	814.637,48	814.637,48	474.042,31	58,19
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.630.693,00	4.630.693,00	4.458.030,83	96,27	4.458.030,83	96,27	0,00
13.1- Com Educação Infantil	1.915.000,00	1.915.000,00	1.845.358,73	96,36	1.845.358,73	96,36	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.715.693,00	2.715.693,00	2.612.672,10	96,21	2.612.672,10	96,21	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	31.300,00	31.300,00	22.357,68	71,43	22.357,68	71,43	0,00
14.1- Com Educação Infantil	21.300,00	21.300,00	14.591,00	68,50	14.591,00	68,50	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	10.000,00	10.000,00	7.766,68	77,67	7.766,68	77,67	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.661.993,00	4.661.993,00	4.480.388,51	96,10	4.480.388,51	96,10	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							
VALOR							
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							4.480.388,51
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							99,33
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							0,50
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							0,17
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							
VALOR							
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³		5.519.477,78		5.519.477,78	5.853.012,35	106,04	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.936.300,00	1.936.300,00	1.859.949,73	96,06	1.859.949,73	96,06	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.139.693,00	5.444.193,00	5.307.746,28	97,49	5.307.746,28	97,49	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.725.693,00	2.725.693,00	2.620.438,78	96,14	2.620.438,78	96,14	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.414.000,00	2.718.500,00	2.687.307,50	98,85	2.687.307,50	98,85	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.075.993,00	7.380.493,00	7.167.696,01	97,12	7.167.696,01	97,12	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							
VALOR							
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							474.042,31
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							474.042,31
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							6.693.653,70
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							28,59
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	936.307,00	949.529,56	348.386,04	36,69	348.386,04	36,69	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	936.307,00	949.529,56	348.386,04	36,69	348.386,04	36,69	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.012.300,00	8.330.022,56	7.516.082,05	90,23	7.516.082,05	90,23	0,00

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		4.487.971,65	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		4.487.971,65	0,00

Catanduvas, 16/01/2017

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	226.000,00	558.938,54			-332.938,54
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	5.482.792,97	3.279.011,30	3.279.011,30	0,00	2.203.781,67
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.482.792,97	3.279.011,30	3.279.011,30	0,00	2.203.781,67
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.256.792,97	-2.720.072,76	-	-	-2.536.720,21

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 002/2017 PCS

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratado: AIRTON KERBES - ME.

Contrato nº: 002/2017 PCS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO VISANDO O PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL/SC.

Data da Assinatura: 10/01/2017.

Vigência: 31/12/2017.

Valor da Supressão: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

CONTRATO Nº 003/2017 PCS

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratado: CONTAPLAN ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA.

Contrato nº: 003/2017 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PÚBLICA, NAS ÁREAS DE CONTABILIDADE, CONTROLE INTERNO, RECURSOS HUMANOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 10/01/2017.

Vigência: 10/02/2017.

Valor do Contrato: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

DECRETO Nº 039/2017

DECRETO Nº 039/2017

Regulamenta a contratação de prestadores de serviço de transporte escolar municipal e dá outras providências

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de acordo com o Inciso IV, do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a necessidade de normatizar o disposto na cláusula primeira do Termo de Ajustamento de Condutas, firmado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, através da 13ª. Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó, no dia 24/09/2015, aditado em 16/01/2017 a fim de atender o compromisso assumido no próprio TAC e as exigências da Legislação Federal que estabeleceu as normas de acessibilidade,

DECRETA:

Art. 1º - Os próximos Editais de Licitação que forem lançados pelo Município de Caxambu do Sul/SC, que tenham por finalidade a contratação de serviços de transporte escolar municipal, além das exigências constantes da legislação de regência, deverão conter o seguinte requisito condicionante à prestação dos serviços:

I – Ônibus/Micro-ônibus que, na data de abertura do certame, possuam, no máximo, 10 (dez) anos entre a data de fabricação e a efetiva prestação do serviço.

Parágrafo único: nas linhas que se faça necessário o transporte de estudantes com dificuldade locomotora, à exemplo do transporte para a APAE, os veículos deverão estar adaptados com plataforma elevatória para acessibilidade,

Art. 2º - Determino ao Chefe de Gabinete, que oriente os servidores responsáveis pelo lançamento dos processos licitatórios, no sentido de observar e cumprir todas as normas de acessibilidade, sobretudo, as constantes neste decreto, na Lei Federal nº 10.098/2000, no Decreto nº 5. 296/2004, e na NBR 14.022.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as constantes do Decreto nº 91/2015.

Caxambu do Sul/SC, 18 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

TP 001/2017 PCS

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 001/2017 PCS

Objeto: Contratação de serviços contínuos de assessoria pública, nas áreas de contabilidade, controle interno, recursos humanos e elaboração de projetos para captação de recursos, conforme especificações constantes no Anexo "F" deste Edital.

Forma da Tomada de Preços: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 06/02/2017.

Abertura: dia 06/02/2017, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 19 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 02/2017 FMS

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO - N.º 01/2017
Fundo Municipal de Saúde

O Fundo Municipal da Saúde de Celso Ramos torna público que estará recebendo em sua sede, situada na Rua Dom Daniel Hostin, nº 930, Centro, DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS, para a prestação de serviços de forma complementar ao SUS, conforme adiante elencada e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 – DO OBJETIVO:

O objetivo do presente Edital é a contratação de EMPRESAS prestadoras de serviços médicos interessadas em firmar com a Prefeitura Municipal de Celso Ramos, conforme disposto na Constituição Federal, Leis 8.666/93, 8.080/90 e 8.142/90, Normas Operacionais nº 01/96 (NOB 01/96), Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS – 01/02) e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, mediante a celebração do CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS de assistência básica à saúde na área de GINECOLOGIA/OBSTETRICIA, a serem executados pela contratada em pacientes residentes no Município de Celso Ramos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal da Saúde. Os serviços a serem credenciados referem-se a uma base territorial do Município, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

2 – CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Os interessados poderão inscrever-se para o Credenciamento a partir da primeira publicação do presente instrumento.

2.2. Serão consideradas credenciadas as empresas “pessoa jurídica”, que apresentarem os Documentos enumerados no item 3.1 deste instrumento.

2.3. Os interessados poderão ter acesso ao Edital através da retirada de cópia no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, e ou no site www.celsoramos.sc.gov.br.

2.4. Os interessados deverão encaminhar os documentos relacionados no item 3.1 Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, situada na Rua Dom Daniel Hostin, n. 930, Centro, no horário das 08:00 às 11:30h e das 13h às 17:30h de segunda a sexta-feira.

3 – DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

3.1. - Documentação da empresa proponente deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

Quanto à Qualificação Jurídica:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, (dispensável em caso de apresentação

deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);

d) Decreto de autorização e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

3.2– Para comprovação da qualificação Fiscal e Trabalhista:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b. Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 02/10/2017);
- c. Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (F.G.T.S.);
- d. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante;
- e. Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- f. Prova de inexistência de débitos inadimplidos, perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade quando expresso na própria certidão;
- h. Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº. 9854/99 e no Decreto nº.4358/2002, de que não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

4 – CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O agendamento das consultas será da responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Celso Ramos;

4.2. Os serviços serão comprovados através de formulário próprio da Secretaria Municipal de Saúde;

4.3. Os serviços serão prestados pelos profissionais credenciados mediante prévio agendamento pela Secretaria de Saúde e realizar-se-ão nas dependências da empresa prestadora de serviço médico, com direito à consulta e retorno, conforme disponibilidade de horário do prestador de serviços.

5 – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - O pagamento pelos serviços prestados será efetuado mensalmente, até quinze dias úteis após a apresentação de nota fiscal e relação nominal de atendimentos discriminando o número de consultas realizadas pelo profissional.

5.2 - As consultas efetuadas durante o mês deverão ser faturadas até o 5º dia útil do mês seguinte com o respectivo envio da nota fiscal eletrônica e requisições emitidas pelo FMS.

10 – 3.3.90.00.00.00.00.0202 – APLICACOES DIRETAS

6 – DO NÚMERO DE CONSULTAS

6.1 - A quantidade de consultas a serem realizadas pelos credenciados levará em conta a demanda de pacientes e a disponibilidade da programação física mensal estabelecida pela Secretaria

Municipal de Saúde.

6.2 – A escolha do profissional cadastrado será a critério do paciente.

7 – VALOR DOS PROCEDIMENTOS: O valor unitário por procedimento (consulta/retorno) será de R\$ 165.00 (Cento e sessenta e cinco reais)

8 - DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Uma vez habilitado profissional, o processo será encaminhado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças que verificará a regularidade do processo adotando as ações cabíveis aos procedimentos de inexigibilidade de licitação, previstos no art. 26 da lei 8.666/93 para formalização do processo de contratação.

9 – FORMALIZAÇÃO

Realizados os procedimentos previstos, o habilitado será convocado para assinatura do instrumento contratual próprio válido até 31/12/2017, nos termos do Art. 57, II da Lei 8.666/93, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital.

10 – INFORMAÇÕES

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos pelo telefone (49) 3547 1211.

Celso Ramos, 18 de janeiro de 2017.
ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Anexo I

CONTRATO ADMINISTRATIVO: XX/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 14.608.771/0001-70, com sede sito à Rua Dom Daniel Hostin nº 930 - centro, neste ato representado pelo Prefeito ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado XXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXX, com sede em XXXXXX doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e convencionado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA-OBJETO

Tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ASSISTÊNCIA BÁSICA À SAÚDE NA ÁREA DE GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA a serem realizados pelo CONTRATADO.

Parágrafo Único - Integra e Completa o presente CONTRATO, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas na CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA-REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados de forma indireta, em regime de empreitada, por preço unitário, sem vínculo empregatício, na cidade do Credenciado, em instalações próprias da empresa, mediante a requisição expedida pelo Contratante, ficando assegurado ao paciente tratamento idêntico ao dispensado aos particulares. Não poderão os pacientes sofrer qualquer tipo de discriminação ou

cobrança pelos serviços.

Parágrafo Único - A execução do presente será acompanhada e fiscalizada por um representante do Fundo Municipal de Saúde, especialmente designado, em atenção ao art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL/PAGAMENTO

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor unitário por procedimento (consulta/retorno) de R\$ 165,00 (Cento e sessenta e cinco reais) por meio de Nota Fiscal.

Parágrafo Único – O pagamento está condicionado à apresentação da Certidão de Regularidade dos Encargos Previdenciários, conforme disposto no § 2º do Artigo 71 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento pelos serviços prestados será efetuado mensalmente, até quinze dias úteis após a apresentação de nota fiscal e relação nominal de atendimentos discriminando o número de consultas realizadas pelo profissional.

Parágrafo Primeiro - As consultas cobradas deverão abranger àquelas realizadas entre os dias 20 de cada mês, sendo o recibo/nota apresentado até o dia 25 do mês respectivo.

Parágrafo Primeiro - As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas por conta de recursos das dotações orçamentárias de 2017:
10 - 3.3.90.00.00.00.00.0202 – APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS

O presente Contrato de credenciamento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá a duração até 31/12/2017.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

O valor contratado para a prestação dos serviços de que trata o objeto deste contrato, não poderá sofrer reajuste em prazo inferior a 01 (um) ano, decorrido referido prazo o valor da consulta poderá ser reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e do CONTRATADO perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ao credenciado dos procedimentos de acordo com a tabela de valores e serviços estabelecida na CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017.

b) Efetuar o pagamento até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente da realização dos serviços, mediante apresentação pelo credenciado da Nota Fiscal/Fatura;

c) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

d) Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas;

e) Fornecer requisições de consultas e exames;

Constituem obrigações do CONTRATADO:

a) Atender todos os encaminhamentos da Secretaria Municipal de Saúde, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido;

b) Atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde;

c) Preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

d) Apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo;

e) Até o prazo de 60 dias, para reavaliação e/ou para apresentação de exames solicitados em consulta anterior, será considerado retorno;

f) Comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços por motivos particulares, definindo período de não atendimento;

g) Observar as normalizações estabelecidas nas Normalizações, parte integrante deste.

CLÁUSULAS OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL

Em caso de atraso injustificado no cumprimento dos serviços contratados, será aplicado ao CONTRATADO multa moratória de valor equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total em atraso limitado a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, sendo garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes e a qualquer tempo, desde que, para tanto, seja notificada a outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, do pretendido termo final do Pacto.

Parágrafo Único - Fica convencionado, igualmente, que nenhum direito indenizatório será gerado às partes, em decorrência da rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual é regido pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, suas alterações e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

Para as questões oriundas deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Anita Garibaldi - SC, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem de pleno acordo assinam o presente com as testemunhas abaixo, em

duas vias, de igual teor e forma.

Celso Ramos XX de dezembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS - SC
CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

VISTO:

João Guilherme Biscaro
OAB/SC 28.375

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, _____ de _____ de 2017.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 013/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 013/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar nº 007, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública, SIMONE IARA DA SILVEIRA para responder pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º A servidora supra mencionada, acumulará a função referida com as provenientes do Cargo Efetivo de Assistente Social.

Art. 3º A servidora designada não receberá remuneração adicional pelo acúmulo das funções.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 09 de janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Chapecó

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2017

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, inscrita no CNPJ sob o nº 83.831.719/0001-00, com sede na Rua Marechal Bormann, 320-E, Centro, por seu Presidente, Senhor Valmor Junior Scolari, TORNA PÚBLICO, para conhecimento das Pessoas Jurídicas interessadas, o EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE EMISSORAS DE RÁDIO AM, destinado à contratação de empresas do ramo para transmissão de programas institucionais da Câmara Municipal de Chapecó.

As empresas interessadas no credenciamento deverão dirigir-se até a sede da Câmara Municipal, no endereço acima declinado, a partir do dia 20/01/2017, no horário das 13h30 às 19h00, portando a documentação exigida no presente edital.

1.0 DO OBJETO E DO LOCAL

1.1 O objeto deste Edital visa credenciar emissoras de radiodifusão em ondas médias (AM) sediadas no Município de Chapecó, com cobertura na maior parte do território municipal, para a prestação dos serviços de transmissão de programas institucionais da Câmara Municipal de Chapecó, sendo 7 (sete) minutos diários, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados.

1.2 O tempo de cada inserção, bem como a quantidade de inserções diárias será definida em contrato com cada credenciada.

1.3 Na vigência deste ato convocatório, a Câmara receberá propostas de credenciamento de emissoras de outras rádios, desde que atendidos os requisitos constantes neste instrumento.

1.4 A Câmara Municipal de Chapecó reserva-se o direito de, a qualquer momento, convidar outras empresas do ramo com vistas a aumentar o universo de credenciadas e aprimorar o serviço de radiotransmissão de seus programas institucionais.

1.5 O local para entrega das propostas e documentação de credenciamento será na Câmara Municipal de Chapecó, situada na Rua Marechal Bormann, 320-E, Centro, CEP 89.802-121, Chapecó/SC, no horário das 13h30 às 19h00.

2.0 DA PROPOSTA

2.1 A proposta de credenciamento (ANEXO I) deverá ser apresentada sem rasuras, juntamente com a documentação solicitada neste Edital, preferencialmente impressa em papel timbrado, constando a razão social, endereço, fone/fax/celular e e-mail.

2.2 A proposta apresentada incompleta, rasurada ou em desacordo com o estabelecido neste Edital, será considerada inepta e devolvida no ato de seu recebimento sem sua autuação e/ou protocolo, podendo a interessada reapresentá-la a qualquer tempo, desde que saneadas as pendências assinaladas.

2.3 A apresentação de proposta vincula a proponente, sujeitando-a, integralmente, as condições deste credenciamento.

3.0 DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 A interessada em credenciar-se junto à Câmara Municipal deverá apresentar juntamente com sua proposta os seguintes documentos (em original ou cópias autenticadas):

3.1.1 Regularidade Jurídica:

3.1.1.1 Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com as alterações vigentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

3.1.1.2 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente,

quando a atividade assim o exigir.

3.1.2 Regularidade fiscal:

3.1.2.1 Prova de regularidade com as fazendas Municipal, Estadual e Federal.

3.1.2.2 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (FGTS e INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

3.1.2.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

3.1.2.4 Declaração de que não emprega menor (ANEXO II).

3.2 Os documentos requisitados para este credenciamento deverão ser apresentados em cópia autenticada ou em cópia simples (neste caso acompanhado do original, para conferência/autenticação por servidor da Câmara Municipal).

3.3 Os documentos (certidões/atestados) apresentados pela(s) proponente(s) obtidos via internet, serão oportunamente validados no sítio do órgão emiteente.

3.4 É vedada a participação de dirigentes e servidores dos Órgãos ou Entidades da Administração Municipal, nessa qualidade, em órgão de direção, gestão, orientação, fiscalização, apoio ou execução da(s) proponente(s), ainda que prevista em Estatuto ou contrato social.

4.0 DA APROVAÇÃO DA PROPOSTA

4.1 - Para a(s) interessada(s) ter sua proposta aprovada e apta a prestar os serviços oferecidos deverão ser atendidas todas as condições e exigências deste Edital.

5.0 DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos atribuídos para a realização deste credenciamento correrão por conta do Orçamento da Câmara Municipal, dotação 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), aprovado para o exercício de 2017.

6.0 DO CONTRATO

6.1 O contrato de prestação de serviços (ANEXO III) firmado entre a Câmara Municipal de Chapecó e a empresa credenciada faz parte integrante deste edital.

6.2 O presente Edital, juntamente com a(s) proposta(s) das interessada(s) farão parte integrante do contrato ou do instrumento equivalente, independentemente de transcrição.

5.3 As empresas credenciadas se obrigam a manter as condições de credenciamento durante o prazo da prestação dos serviços pactuados, reapresentando os documentos quando solicitados pela Câmara Municipal.

7.0 DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 É expressamente vedado o cometimento a terceiros (subcontratação) da execução dos serviços objeto deste edital.

8.0 DOS PREÇOS, DO REAJUSTE E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1 A Câmara Municipal de Chapecó pagará à empresa credenciada o valor mensal de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) pela transmissão do programa institucional convencionado no Contrato Administrativo.

8.1.1 O valor devido mensalmente à Contratada será encontrado mediante a aplicação da seguinte equação: Valor mensal estimado (R\$ 6.000,00) dividido pelo número de dias úteis do mês da prestação do serviço e multiplicado pelo número de programas efetivamente veiculados.

8.2 Os preços são irrevogáveis, exceto por força de disposição legal, especialmente quando comprovadas as situações descritas no art.65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

8.3 O contrato de prestação de serviços vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado a critério das partes.

9.0 DAS RESPONSABILIDADES

9.1 Nenhuma responsabilidade caberá à Câmara Municipal com relação a terceiros em decorrência de compromissos entre esses e as contratadas.

9.2 A proponente é inteiramente responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados para o pleito de credenciamento.

10.0 DO ATENDIMENTO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 A credenciada se compromete a prestar os serviços de interesse da Câmara Municipal de Chapecó, nas condições de sua proposta, nos termos deste edital e do instrumento contratual firmado entre as partes.

11.0 DO DESCRENCIAMENTO

11.1 O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste Edital, ensejará, dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito a ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

12.0 DAS SANÇÕES

12.1 Pelo não cumprimento dos compromissos assumidos pelos credenciados serão aplicadas as seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das demais legalmente estabelecidas:

12.1.1 Advertência;

12.1.2 Multa, de até 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços prestados, facultados a cumulação com as demais sanções;

12.1.3 Exclusão (Descredenciamento).

12.1.4 Suspensão temporária do seu direito de licitar e impedimentos de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

12.1.5 Declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública, em caso de falta maior, a critério e convencimento da Câmara Municipal.

13.0 DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

13.1 Os documentos necessários ao processo de faturamento/pagamento no âmbito da Câmara Municipal são:

13.1.1 Nota Fiscal emitida do mês da prestação do serviço.

13.1.2 Relatório de comprovação de veiculação de programa.

13.1.3 Mídia contendo os programas veiculados no mês.

13.2 O prazo de apresentação da documentação para pagamento deverá ser até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês dos serviços prestados pela contratada.

14.0 DOS RECURSOS

14.1 Das decisões da Câmara Municipal que culminarem em indeferimento do pleito de credenciamento de qualquer proponente, será concedido recurso, assegurando-se em qualquer instância o direito a ampla defesa e contraditório no prazo e forma da lei.

14.2 Os recursos serão recebidos, analisados e julgados de acordo com a legislação vigente.

15.0 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

15.1 A Câmara Municipal se reserva o direito de anular ou revogar o Edital de Credenciamento por ilegalidade ou conveniência administrativa, através de despacho fundamentado, sem que às interessadas caiba indenização de qualquer espécie.

16.0 DA DENÚNCIA

16.1 É facultado a qualquer tempo ao(s) credenciado(s) solicitar(em) seu descredenciamento mediante promoção de denúncia

do ajuste pactuado, bastando, para tanto, notificar previamente a Câmara Municipal no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, sob pena de incidência nas sanções administrativas previstas neste instrumento, independente das sanções civis na forma da lei.

17.0 DA FISCALIZAÇÃO

17.1 A Câmara Municipal designará servidor, que será o responsável pelo acompanhamento/supervisão do fiel cumprimento do objeto deste Edital, e adotará todas as providências cabíveis e necessárias para a manutenção da regularização na prestação dos serviços credenciados.

18.0 DA PUBLICIDADE

18.1 O Edital estará a disposição das interessadas durante o expediente normal, na sede da Câmara Municipal, situada na Rua Marechal Bormann, 320-E, Centro, CEP 89.802-121, Chapecó/SC, no horário das 13h30 às 19h30.

18.2 O presente Edital será publicado no órgão oficial de divulgação dos atos legais e também no mural público da Câmara Municipal.

19.0 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Não serão aceitas propostas enviadas e-mail.

19.2 Os casos omissos serão decididos pela Câmara Municipal de Chapecó, com base na legislação em vigor.

Chapecó-SC, 18 de janeiro de 2017.

Valmor Junior Scolari
Presidente

ANEXO I

MODELO PROPOSTA COMERCIAL

Ao

Presidente da Câmara Municipal de Chapecó
Sr. Valmor Junior Scolari

Referente: proposta para veiculação de programa radiofônico /
Edital de Credenciamento nº 1/2017

Prezado Presidente:

Em atendimento ao Edital de Credenciamento, encaminhamos proposta para veiculação na Rádio _____, os programas institucionais da Câmara Municipal de Chapecó, sendo 7 (sete) minutos diários, de segunda a sexta-feira, até o término do contrato, pelo valor mensal de R\$ ____ (por extenso), observado as condições previstas no Edital e no Contrato. Declaramos que o valor proposto é compatível com o mercado atual, condizente com outras contratações efetuadas por esta empresa com outras contratantes, Comprometemo-nos, também, conforme consta do Edital de Credenciamento, a entregar juntamente com a Nota Fiscal dos serviços prestados, cópia do boletim diário da programação e mídia contendo a gravação dos programas veiculados no mês de referência.

Atenciosamente,

Chapecó, ____ de _____ de 2017.

Carimbo e assinatura do representante legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

Referente: Edital de Credenciamento nº 1/2017

A Empresa _____
_, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____,

CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que cumpre com o disposto no artigo 7, inc. XXXIII da CF:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Chapecó, ____ de _____ de 2017.

Carimbo e assinatura do representante legal

ANEXO III

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2017

Termo de contrato que celebram a Câmara Municipal de Chapecó e a empresa _____.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.831.719/0001-00, com endereço na Rua Marechal Bormann, 320-E, Centro, representada por seu Presidente, Senhor João Marques Rosa, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a empresa _____, com sede na Rua _____, Bairro _____, Chapecó/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada por seu representante legal Senhor, _____, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Administrativo nº ____/2017, Inexigibilidade de Licitação nº ____/2017, homologado em ____/____/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital e à proposta, celebram o presente instrumento sob as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de transmissão de programas institucionais da Câmara Municipal de sendo7 (sete) minutos diários, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados.

1.2 A transmissão ocorrerá da seguinte forma: _____

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

2.1 O valor do presente contrato é de R\$ 0,00 (por extenso), pagável, mensalmente, de acordo com o critério estabelecido no item 3.1.1.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, observado o item 3.1.1, mediante a apresentação da Nota Fiscal do mês da prestação do serviço, Relatório de comprovação de veiculação de programa e Mídia contendo os programas veiculados no mês.

3.1.1 O valor devido mensalmente à Contratada será encontrado mediante a aplicação da seguinte equação: Valor mensal estimado (R\$ 0,00) dividido pelo número de dias úteis do mês da prestação do serviço e multiplicado pelo número de programas efetivamente veiculados.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO CONTRATUAL

4.1 O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das

demais disposições previstas neste contrato e no edital de credenciamento:

5.1.1 Editar o programa institucional em seu próprio estúdio, bem como transmiti-lo de acordo com as especificações constantes na cláusula primeira do presente contrato;

5.1.2 Responsabilizar-se:

5.1.2.1 Por infração ou inexato cumprimento das cláusulas deste Contrato;

5.1.2.2 Pela solidez, segurança e perfeição dos serviços;

5.1.2.3 Pelos danos causados diretamente à CÂMARA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato;

5.1.2.4 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais exonerando a CÂMARA de responsabilidade solidária ou subsidiária.

5.1.3 Manter preposto aceito pela CÂMARA, para representá-la na execução do contrato.

5.1.4 Manter durante a execução do contrato as condições de habilitação exigidas quando da assinatura do termo contratual, apresentado-as sempre que for exigido pela Contratante.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

6.1 Constituem obrigações da CÂMARA, sem prejuízo das demais disposições previstas neste contrato e no edital de credenciamento:

6.1.1 Repassar as informações necessárias à produção dos programas.

6.1.2 Exigir o cumprimento rigoroso de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato.

6.1.3 Fiscalizar a execução do objeto contratual, não eximida a CONTRATADA da integral responsabilidade pela observância do objeto do presente contrato.

6.1.4 Fornecer, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quando solicitada, informações formais à CONTRATADA, tendo em vista orientá-la sobre quaisquer dúvidas surgidas durante a execução do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

7.1 O presente contrato não poderá ser cedido ou transferido a terceiros, total ou parcialmente.

CLÁUSULA OITAVA: DAS DISPOSIÇÕES ACESSÓRIAS

8.1 Além das disposições presentes neste instrumento contratual ficam dele fazendo parte integrante, o Edital de Credenciamento e as propostas apresentadas pelas partes credenciadas.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DO CONTRATO

9.1 Os preços são fixos e irredutíveis, exceto por força de disposição legal, especialmente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 A rescisão contratual pode ser operada:

10.1.1 por ato unilateral da CÂMARA mediante aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, e nos casos enumerados nos incisos I à XII e XVII à XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93.

10.1.2 por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, devendo a parte interessada em rescindir o presente contrato, manifestar seu interesse por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

10.1.3 A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades previstas na cláusula seguinte, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78, e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA MULTA CONTRATUAL

11.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, bem como pelo descumprimento de normas de legislação segurança, de saúde, trabalhista, fiscal, previdenciária, comercial e demais pertinentes

à execução do objeto contratual, a CÂMARA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/06/93, sendo que em caso de multa, esta corresponderá à 10% (dez por cento) do valor mensal contratado.

11.2 As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.

11.3 Pela rescisão do contrato pela CONTRATADA, sem justo motivo, será aplicada a esta multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

11.4 A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada.

11.5 Os valores apurados a título de multa, serão retidos quando da realização do pagamento à CONTRATADA. Se estes forem insuficientes, poderão ser cobrados administrativa ou judicialmente após a notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 Os recursos destinados ao cumprimento dos encargos decorrentes da presente contratação correrão por conta do orçamento da Câmara Municipal de Chapecó, dotação 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica), aprovado para o exercício de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO CONTRATUAL

14.1 As partes elegem o Foro desta Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Chapecó, __ de _____ de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Valmor Junior Scolari
Presidente

EMPRESA CONTRATADA

Nome do Representante Legal
Representante

PORTARIA Nº 35/17

Portaria Nº 35/17

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor RAFAEL ORO NATEL para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.093,59 (Três mil e noventa e três reais com cinquenta e nove centavos) e conceder a gratificação de 40% (quarenta por cento), conforme artigo 4º da Lei Complementar nº 499/12 de 18 de dezembro de 2012.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 13 de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 13 de janeiro de 2017
VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 36/17

Portaria Nº 36/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal do Poder Legislativo PATRICIA RAQUEL ZANCHETT ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 17 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 17 de janeiro de 2017
VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 37/17

Portaria Nº 37/17

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor FELIPE JÚNIOR RANSOLIN DE OLIVEIRA para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.093,59 (Três mil e noventa e três reais com cinquenta e nove centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 17 de janeiro de 2017
VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 38/17

Portaria Nº 38/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal do Poder Legislativo VARONES PASQUAL DRABACH FILHO ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 18 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 18 de janeiro de 2017
VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 39/17

Portaria Nº 39/17

Designa servidor para tesouraria da Câmara Municipal de Chapecó.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica o servidor CARLOS ROBERTO CARLESSI, CPF nº 057.801.189-14, de acordo com as atribuições do cargo, designado a realizar as atividades inerentes a função de tesoureiro da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 18 de janeiro de 2017.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1/16 de 04 de janeiro de 2016

Gabinete do Presidente, em 18 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/PMCS/2017 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/PMCS/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/PMCS/2017 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços para aquisição de Agendas Escolares, no atendimento as Escolas do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 02/02/2017.

Abertura: Dia 02/02/2017, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 18 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 07/FMAS/2016

CONTRATO Nº: 02/2016.

ADITIVO Nº: 07/2016.

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. - PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: GENUIR LOCATELLI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 02/FMAS/2016.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 01/FMAS/2016.

Objeto do contrato: Locação de imóvel de propriedade do locador, localizado na Rua Alfredo Del Priori, nº 235, Centro, neste município, para nele serem instalados serviços públicos de interesse do município (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos).

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato firmado entre as partes em 28/04/2016.

Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: Início: 01/01/2017 Término: 31/01/2017.

Valor: R\$ 1.039,50 (um mil e trinta e nove reais e cinquenta centavos).

CRONOGRAMA BIMESTRAL DESEMBOLSO 2017

Exercício de 2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	1º Bimestre			2º Bimestre			3º Bimestre			4º Bimestre			5º Bimestre			6º Bimestre			Total	
		Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	8.289.524,28		8.289.524,28	8.452.483,88		8.452.483,88	8.455.981,38		8.455.981,38	8.125.939,58		8.125.939,58	8.570.665,58		8.570.665,58	9.920.405,30		9.920.405,30	51.815.000,00	51.815.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.886.810,62		4.886.810,62	5.021.228,10		5.021.228,10	5.030.995,60		5.030.995,60	4.852.816,30		4.852.816,30	5.005.983,12		5.005.983,12	5.679.166,26		5.679.166,26	30.477.000,00	30.477.000,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	10.666,66		10.666,66	10.666,66		10.666,66	10.666,66		10.666,66	10.666,66		10.666,66	10.666,66		10.666,66	10.666,70		10.666,70	64.000,00	64.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	4.876.143,96		4.876.143,96	5.010.561,44		5.010.561,44	5.020.328,94		5.020.328,94	4.842.149,64		4.842.149,64	4.995.316,46		4.995.316,46	5.668.499,56		5.668.499,56	30.413.000,00	30.413.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	43.333,32		43.333,32	43.333,32		43.333,32	43.333,32		43.333,32	43.333,32		43.333,32	43.333,32		43.333,32	43.333,40		43.333,40	260.000,00	260.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	43.333,32		43.333,32	43.333,32		43.333,32	43.333,32		43.333,32	43.333,32		43.333,32	43.333,32		43.333,32	43.333,40		43.333,40	260.000,00	260.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.359.380,34		3.359.380,34	3.387.922,46		3.387.922,46	3.381.652,46		3.381.652,46	3.229.789,96		3.229.789,96	3.521.349,14		3.521.349,14	4.197.905,64		4.197.905,64	21.078.000,00	21.078.000,00
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferências a Municípios	4.500,00		4.500,00	4.500,00		4.500,00	4.500,00		4.500,00	4.500,00		4.500,00	4.500,00		4.500,00	4.500,00		4.500,00	27.000,00	27.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	147.666,60		147.666,60	147.666,60		147.666,60	147.666,60		147.666,60	147.666,60		147.666,60	147.666,60		147.666,60	337.667,00		337.667,00	1.076.000,00	1.076.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	243.666,64		243.666,64	243.666,64		243.666,64	243.666,64		243.666,64	243.666,64		243.666,64	243.666,64		243.666,64	243.666,80		243.666,80	1.462.000,00	1.462.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.900.213,78		2.900.213,78	2.928.755,90		2.928.755,90	2.922.485,90		2.922.485,90	2.770.623,40		2.770.623,40	3.062.182,58		3.062.182,58	3.548.738,44		3.548.738,44	18.133.000,00	18.133.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	63.333,32		63.333,32	63.333,32		63.333,32	63.333,32		63.333,32	63.333,32		63.333,32	63.333,32		63.333,32	63.333,40		63.333,40	380.000,00	380.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.003.499,10		1.003.499,10	1.090.899,10		1.090.899,10	1.088.699,10		1.088.699,10	1.076.549,10		1.076.549,10	1.003.499,10		1.003.499,10	3.856.854,50		3.856.854,50	9.120.000,00	9.120.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	795.165,78		795.165,78	882.565,78		882.565,78	880.365,78		880.365,78	868.215,78		868.215,78	795.165,78		795.165,78	3.648.521,10		3.648.521,10	7.870.000,00	7.870.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.833,32		1.833,32	1.833,32		1.833,32	1.833,32		1.833,32	1.833,32		1.833,32	1.833,32		1.833,32	1.833,40		1.833,40	11.000,00	11.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	793.332,46		793.332,46	880.732,46		880.732,46	878.532,46		878.532,46	866.382,46		866.382,46	793.332,46		793.332,46	3.646.687,70		3.646.687,70	7.859.000,00	7.859.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	208.333,32		208.333,32	208.333,32		208.333,32	208.333,32		208.333,32	208.333,32		208.333,32	208.333,32		208.333,32	208.333,40		208.333,40	1.250.000,00	1.250.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	208.333,32		208.333,32	208.333,32		208.333,32	208.333,32		208.333,32	208.333,32		208.333,32	208.333,32		208.333,32	208.333,40		208.333,40	1.250.000,00	1.250.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.833,30		10.833,30	10.833,30		10.833,30	10.833,30		10.833,30	10.833,30		10.833,30	10.833,30		10.833,30	10.833,50		10.833,50	65.000,00	65.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.833,30		10.833,30	10.833,30		10.833,30	10.833,30		10.833,30	10.833,30		10.833,30	10.833,30		10.833,30	10.833,50		10.833,50	65.000,00	65.000,00
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.833,30		10.833,30	10.833,30		10.833,30	10.833,30		10.833,30	10.833,30		10.833,30	10.833,30		10.833,30	10.833,50		10.833,50	65.000,00	65.000,00
Total Geral		9.303.856,68		9.303.856,68	9.554.216,28		9.554.216,28	9.555.513,78		9.555.513,78	9.213.321,98		9.213.321,98	9.584.997,98		9.584.997,98	13.788.093,30		13.788.093,30	61.000.000,00	61.000.000,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: COCAL DO SUL

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	53.747,50	223.690,00	133.145,00	60.507,50	47.085,00	46.825,00	565.000,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Publica	13.747,50	183.690,00	93.145,00	20.507,50	7.085,00	6.825,00	325.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviço	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	240.000,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	42.768,00	42.152,00	105.732,00	72.996,00	81.488,00	94.864,00	440.000,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Contr	42.768,00	42.152,00	105.732,00	72.996,00	81.488,00	94.864,00	440.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	79.740,00	165.060,00	147.150,00	138.060,00	149.760,00	220.230,00	900.000,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO N	79.740,00	165.060,00	147.150,00	138.060,00	149.760,00	220.230,00	900.000,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Ilumin	79.740,00	165.060,00	147.150,00	138.060,00	149.760,00	220.230,00	900.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	79.250,04	79.250,04	79.250,04	79.250,04	79.250,04	159.249,80	555.500,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	79.250,04	79.250,04	79.250,04	79.250,04	79.250,04	79.249,80	475.500,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	79.250,04	79.250,04	79.250,04	79.250,04	79.250,04	79.249,80	475.500,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc de Rec Vín	45.750,06	45.750,06	45.750,06	45.750,06	45.750,06	45.749,70	274.500,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec de Rem de Dep Bancários de Rec	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Recs Vinc -FI	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.04.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc - Tre	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.07.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.08.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.11.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.3.2.5.01.12.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.13.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.14.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.15.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.16.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.3.2.5.01.17.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.3.2.5.01.18.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Con	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.19.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.20.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.3.2.5.01.21.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.3.2.5.01.23.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.24.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.25.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.26.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.27.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: COCAL DO SUL

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.3.2.5.01.28.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculad	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.50.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc- Tx¹	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.3.2.5.01.51.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-PAE	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.3.2.5.01.52.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc- Vig	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.53.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Assi	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.54.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-MAc	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.3.2.5.01.55.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Con	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.56.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Con	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.57.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Con	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.58.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Outi	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.59.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Allei	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.60.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Nas	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.61.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Assi	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.80.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Blo	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.3.2.5.01.81.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Blk	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.82.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Blo	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.83.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Blo	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.84.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec- Bloco G	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.3.2.5.01.85.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Con	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.87.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Ben	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.88.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Blo	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.89.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Bloc	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.3.2.5.01.90.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Con	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.91.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Bloc	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.92.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Fun	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.3.2.5.01.93.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Fun	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.94.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Allei	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.95.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Outi	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rem Depósitos de Recursos Vinc-Alle	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos	33.499,98	33.499,98	33.499,98	33.499,98	33.499,98	33.500,10	201.000,00
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Não Vinc	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.02.02.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Não Vinc	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.02.10.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Não Vinc	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.3.2.5.02.20.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Não Vinc	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
4.1.3.2.5.02.30.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Não Vinc	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: COCAL DO SUL

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.3.2.5.02.40.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Não Vinc	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Não Vinc	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,70	160.000,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00
4.1.3.3.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00
4.1.3.3.9.01.00.00.00.00	Receita Outorga Onerosa - Permissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	729.333,30	729.333,30	729.333,30	729.333,30	729.333,30	729.333,50	4.376.000,00
4.1.6.0.0.05.00.00.00.00	Serviços de Saúde	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.6.0.0.05.99.00.00.00	Outros Serviços de Saúde	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e L	649.333,32	649.333,32	649.333,32	649.333,32	649.333,32	649.333,40	3.896.000,00
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Água Residencial	516.666,66	516.666,66	516.666,66	516.666,66	516.666,66	516.666,70	3.100.000,00
4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Água Industrial	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos/Com	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	600.000,00
4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa de Ligação de Água	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
4.1.6.0.0.41.05.00.00.00	Desligamento de Água	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Fina	49.500,00	49.500,00	49.500,00	49.500,00	49.500,00	49.500,00	297.000,00
4.1.6.0.0.42.01.00.00.00	Tarifa de Esgoto Residencial	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,30	200.000,00
4.1.6.0.0.42.02.00.00.00	Tarifa de Esgoto Industrial	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.1.6.0.0.42.03.00.00.00	Tarifa de Esgoto Poderes Públicos/Co	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,70	55.000,00
4.1.6.0.0.42.04.00.00.00	Tarifa de Ligação de Esgoto	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propri	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,70	13.000,00
4.1.6.0.0.48.01.00.00.00	Tarifa de Religação de Água	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,70	13.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.087.692,84	7.608.466,34	7.869.719,84	7.846.540,34	8.217.526,04	9.287.554,60	48.917.500,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.026.626,18	7.540.419,68	7.794.573,18	7.755.193,68	8.124.659,38	8.681.027,90	47.922.500,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	3.443.207,36	3.004.577,36	3.256.085,36	3.243.827,36	3.449.087,56	3.895.715,00	20.292.500,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	2.355.969,98	1.932.783,98	2.199.345,98	2.184.591,98	1.846.941,98	2.755.366,10	13.275.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação	2.335.136,66	1.911.950,66	2.178.512,66	1.863.758,66	1.826.108,66	2.434.532,70	12.550.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacac	1.498.470,00	1.075.284,00	1.341.846,00	1.027.092,00	989.442,00	1.597.866,00	7.530.000,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacac	522.916,66	522.916,66	522.916,66	522.916,66	522.916,66	522.916,70	3.137.500,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacac	313.750,00	313.750,00	313.750,00	313.750,00	313.750,00	313.750,00	1.882.500,00
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1%	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	600.000,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: COCAL DO SUL

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.2.1.01.03.01.00.00	Cota-Parte do Fundo Participação Mi	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	600.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territóri	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp.s/ a Prop. Territóri	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp.s/ a Prop. Territóri	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,70	6.250,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp.s/ a Prop. Territóri	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	3.750,00
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Explor	52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00	315.000,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Rec	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	120.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petr	32.500,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00	32.500,00	195.000,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único	716.500,02	716.500,02	716.500,02	716.500,02	716.500,02	716.499,90	4.299.000,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Atenção Básica	464.000,02	464.000,02	464.000,02	464.000,02	464.000,02	463.999,90	2.784.000,00
4.1.7.2.1.33.01.01.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	450.000,00
4.1.7.2.1.33.01.01.01.00	Recursos PAB - Fixo	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	450.000,00
4.1.7.2.1.33.01.02.00.00	Piso de Atenção Básica Variável	389.000,02	389.000,02	389.000,02	389.000,02	389.000,02	388.999,90	2.334.000,00
4.1.7.2.1.33.01.02.01.00	Recursos Programa Saúde da Fam	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	600.000,00
4.1.7.2.1.33.01.02.02.00	Recursos Programa Agentes Comu	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	600.000,00
4.1.7.2.1.33.01.02.03.00	Recursos Programa Saúde Bucal	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,30	200.000,00
4.1.7.2.1.33.01.02.04.00	Recursos Programa de Melhoria Ac	123.333,34	123.333,34	123.333,34	123.333,34	123.333,34	123.333,30	740.000,00
4.1.7.2.1.33.01.02.05.00	Recursos Núcleo Apoio à Saúde da	2.333,34	2.333,34	2.333,34	2.333,34	2.333,34	2.333,30	14.000,00
4.1.7.2.1.33.01.02.99.00	Recursos de Outras Transferências	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	180.000,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Atenção de MAC Ambulatorial e Hospi	195.833,34	195.833,34	195.833,34	195.833,34	195.833,34	195.833,30	1.175.000,00
4.1.7.2.1.33.02.01.00.00	Piso Financeiro de MAC Ambulatoria	195.833,34	195.833,34	195.833,34	195.833,34	195.833,34	195.833,30	1.175.000,00
4.1.7.2.1.33.02.01.02.00	Piso Gestão Plena em Saúde - MAK	187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	1.125.000,00
4.1.7.2.1.33.02.01.99.00	Outras Transferências do SUS - MA	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Vigilância em Saúde	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,70	190.000,00
4.1.7.2.1.33.03.01.00.00	Recursos Programa Vigilância em S	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,70	190.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Assistência Farmacêutica	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
4.1.7.2.1.33.04.01.00.00	Recursos da Assistência Farmacêuti	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.:	55.500,00	55.500,00	55.500,00	55.500,00	55.500,00	55.500,00	333.000,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Recursos Bloco Proteção Social MC	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Recursos Bloco Proteção Especial MC	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Recursos Bloco Proteção Social Básic	13.833,34	13.833,34	13.833,34	13.833,34	13.833,34	13.833,30	83.000,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Recursos Bloco Proteção Social Básic	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,30	80.000,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	Recursos Bloco Gestão SUAS - IGD	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Recursos Bloco Gestão SUAS - IGDB	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: COCAL DO SUL

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.2.1.34.99.00.00.00	Outras Transferências Blocos do SUA	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.I	240.237,34	224.793,34	209.739,34	212.235,34	213.561,34	234.933,30	1.335.500,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	147.654,00	132.210,00	117.156,00	119.652,00	120.978,00	142.350,00	780.000,00
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE refer	2.583,34	2.583,34	2.583,34	2.583,34	2.583,34	2.583,30	15.500,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE refer	55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	330.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE refer	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
4.1.7.2.1.35.05.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FND	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. N	22.500,02	22.500,02	22.500,02	22.500,02	22.500,02	22.499,90	135.000,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C.	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,30	80.000,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C.	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,30	35.000,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C.	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	541.584,20	58.415,80	600.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	3.227.265,50	3.225.199,00	3.255.724,50	3.188.423,00	3.326.388,50	3.356.999,50	19.580.000,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	3.132.545,50	3.152.719,00	3.164.864,50	3.103.543,00	3.248.348,50	3.247.979,50	19.050.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	2.783.990,00	2.715.680,00	2.712.710,00	2.647.370,00	2.775.080,00	2.866.170,00	16.500.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%	1.683.990,00	1.615.680,00	1.612.710,00	1.547.370,00	1.675.080,00	1.766.170,00	9.900.000,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%	687.500,00	687.500,00	687.500,00	687.500,00	687.500,00	687.500,00	4.125.000,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%	412.500,00	412.500,00	412.500,00	412.500,00	412.500,00	412.500,00	2.475.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	282.808,00	377.681,50	391.514,50	395.690,50	410.176,00	317.129,50	2.175.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%	137.808,00	232.681,50	246.514,50	250.690,50	265.176,00	172.129,50	1.305.000,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%	90.625,00	90.625,00	90.625,00	90.625,00	90.625,00	90.625,00	543.750,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%	54.375,00	54.375,00	54.375,00	54.375,00	54.375,00	54.375,00	326.250,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	65.747,50	59.357,50	60.640,00	60.482,50	63.092,50	65.680,00	375.000,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação -	40.747,50	34.357,50	35.640,00	35.482,50	38.092,50	40.680,00	225.000,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação -	15.625,00	15.625,00	15.625,00	15.625,00	15.625,00	15.625,00	93.750,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação -	9.375,00	9.375,00	9.375,00	9.375,00	9.375,00	9.375,00	56.250,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Progi	68.886,68	46.646,68	65.026,68	59.046,68	52.206,68	83.186,60	375.000,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Atenção Básica	68.886,68	46.646,68	65.026,68	59.046,68	52.206,68	83.186,60	375.000,00
4.1.7.2.2.33.01.01.00.00	Recursos da Assistência Farmacêuti	20.833,34	20.833,34	20.833,34	20.833,34	20.833,34	20.833,30	125.000,00
4.1.7.2.2.33.01.02.00.00	Recursos Confinanciamento Estadue	39.720,00	17.480,00	35.860,00	29.880,00	23.040,00	54.020,00	200.000,00
4.1.7.2.2.33.01.99.00.00	Outros Recursos do Estado p/Progra	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	25.833,32	25.833,32	25.833,32	25.833,32	25.833,32	25.833,40	155.000,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. dos Estados P/Progran	25.833,32	25.833,32	25.833,32	25.833,32	25.833,32	25.833,40	155.000,00
4.1.7.2.2.99.01.01.00.00	Recursos Benefício Eventual - FEAS	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.7.2.2.99.01.02.00.00	Recursos Confinanciamento Bloco So	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,70	55.000,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: COCAL DO SUL

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.2.2.99.01.03.00.00	Recursos Cofinanciamento Bloco So	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,30	80.000,00
4.1.7.2.2.99.01.04.00.00	Outras Transferencias Recursos FE/	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.7.2.4.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAM	1.356.153,32	1.310.643,32	1.282.763,32	1.322.943,32	1.349.183,32	1.428.313,40	8.050.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.356.153,32	1.310.643,32	1.282.763,32	1.322.943,32	1.349.183,32	1.428.313,40	8.050.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transferencias de Recursos do FUND	1.347.820,00	1.302.310,00	1.274.430,00	1.314.610,00	1.340.850,00	1.419.980,00	8.000.000,00
4.1.7.2.4.01.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 6i	650.000,00	650.000,00	650.000,00	650.000,00	650.000,00	650.000,00	3.900.000,00
4.1.7.2.4.01.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 6i	697.820,00	652.310,00	624.430,00	664.610,00	690.850,00	769.980,00	4.100.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB-Edu	8.333,32	8.333,32	8.333,32	8.333,32	8.333,32	8.333,40	50.000,00
4.1.7.2.4.01.02.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 4i	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.7.2.4.01.02.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 4i	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.7.3.0.0.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	24.166,68	24.166,68	24.166,68	24.166,68	24.166,68	24.166,60	145.000,00
4.1.7.3.0.01.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - FIA - I	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
4.1.7.3.0.02.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - FIA - I	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
4.1.7.3.0.10.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas ao Func	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.7.3.0.11.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas ao Func	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.7.3.0.20.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas à FUND	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.7.3.0.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Instituições P	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,70	55.000,00
4.1.7.5.0.0.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	5.833,32	5.833,32	5.833,32	5.833,32	5.833,32	5.833,40	35.000,00
4.1.7.5.0.01.00.00.00.00	Transferências de Pessoas - FIA IR	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
4.1.7.5.0.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Pessoas	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,40	20.000,00
4.1.7.5.0.99.01.00.00.00	Outras Transf. de Pessoas ao Fundo (1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.7.5.0.99.02.00.00.00	Outras Transf. de Pessoas ao Fundo (1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.7.6.0.0.00.00.00.00	Transf. de Conv.	31.066,66	38.046,66	45.146,66	61.346,66	62.866,66	576.526,70	815.000,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Enti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	130.000,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	130.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas I	31.066,66	38.046,66	45.146,66	61.346,66	62.866,66	446.526,70	685.000,00
4.1.7.6.2.01.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados p/ SUS	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
4.1.7.6.2.01.01.00.00.00	Demais Transf de Convênios dos Esta	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programa	16.900,00	23.880,00	30.980,00	47.180,00	48.700,00	142.360,00	310.000,00
4.1.7.6.2.02.01.00.00.00	Recursos Transporte Escolar Estado	16.900,00	23.880,00	30.980,00	47.180,00	48.700,00	32.360,00	200.000,00
4.1.7.6.2.02.99.00.00.00	Outros Recursos Estado Destin.Progr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	110.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos	5.833,32	5.833,32	5.833,32	5.833,32	5.833,32	295.833,40	325.000,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Demais Transferências de Convênios	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	291.666,70	300.000,00
4.1.7.6.2.99.02.00.00.00	Demais Transferências de Convênios	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	364.615,98	371.755,98	362.990,98	359.227,98	377.569,98	384.339,10	2.220.500,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: COCAL DO SUL

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	138.083,34	138.083,34	138.083,34	138.083,34	138.083,34	138.083,30	828.500,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	14.916,68	14.916,68	14.916,68	14.916,68	14.916,68	14.916,60	89.500,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	2.333,34	2.333,34	2.333,34	2.333,34	2.333,34	2.333,30	14.000,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60%	1.333,34	1.333,34	1.333,34	1.333,34	1.333,34	1.333,30	8.000,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25%	583,34	583,34	583,34	583,34	583,34	583,30	3.500,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15%	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	9.833,34	9.833,34	9.833,34	9.833,34	9.833,34	9.833,30	59.000,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60%	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,30	35.000,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25%	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15%	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	9.000,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Trib.	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,70	16.000,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Trib.	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,66	2.666,70	16.000,00
4.1.9.1.2.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuiçõe	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.9.1.2.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Con	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.9.1.2.99.01.00.00.00	M/J de Mora de Outras Contrib - Princ	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de	48.166,66	48.166,66	48.166,66	48.166,66	48.166,66	48.166,70	289.000,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	24.166,66	24.166,66	24.166,66	24.166,66	24.166,66	24.166,70	145.000,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	14.500,00	14.500,00	14.500,00	14.500,00	14.500,00	14.500,00	87.000,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	6.041,66	6.041,66	6.041,66	6.041,66	6.041,66	6.041,70	36.250,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	3.625,00	3.625,00	3.625,00	3.625,00	3.625,00	3.625,00	21.750,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
4.1.9.1.3.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx. Fisc.	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros T	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	42.000,00
4.1.9.1.3.99.01.00.00.00	Multas/Juros Mora Div. Ativa Tributária	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
9.1.9.1.3.99.01.00.00.00	Dedução Multas/Juros Mora Dívida Ati	-166,66	-166,66	-166,66	-166,66	-166,66	-166,70	-1.000,00
4.1.9.1.3.99.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Ci	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,30	80.000,00
4.1.9.1.4.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outr	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,30	80.000,00
4.1.9.1.4.99.01.00.00.00	M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contril	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,30	80.000,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outras Ri	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outras f	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: COCAL DO SUL

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Ri	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Recet	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	54.166,66	54.166,66	54.166,66	54.166,66	54.166,66	54.166,70	325.000,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	50.833,34	50.833,34	50.833,34	50.833,34	50.833,34	50.833,30	305.000,00
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Multas Convênio Transito Destinadas	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Multas Convênio Transito Destinadas	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
4.1.9.1.9.15.03.00.00.00	Multas Convênio Transito Destinadas	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	120.000,00
4.1.9.1.9.15.04.00.00.00	Multas Aplicadas por Processos Adm.	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.9.1.9.35.00.00.00.00	Multas por Danos ao Meio Ambiente	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,40	20.000,00
4.1.9.1.9.35.10.00.00.00	Multas por ADM por Danos ao Meio Ar	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.9.1.9.35.20.00.00.00	Multas Judiciais por Danos ao Meio Ar	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,70	175.000,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,70	55.000,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,70	55.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	120.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	120.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	171.660,98	167.755,98	166.150,98	165.797,98	181.529,98	164.104,10	1.017.000,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	98.327,64	94.422,64	92.817,64	92.464,64	108.196,64	90.770,80	577.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	51.853,32	58.413,32	56.073,32	56.273,32	62.373,32	55.013,40	340.000,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60%	28.520,00	35.080,00	32.740,00	32.940,00	39.040,00	31.680,00	200.000,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25%	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,70	85.000,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15%	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,70	55.000,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	24.166,66	24.166,66	24.166,66	24.166,66	24.166,66	24.166,70	145.000,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60%	14.500,00	14.500,00	14.500,00	14.500,00	14.500,00	14.500,00	87.000,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25%	6.041,66	6.041,66	6.041,66	6.041,66	6.041,66	6.041,70	36.250,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15%	3.625,00	3.625,00	3.625,00	3.625,00	3.625,00	3.625,00	21.750,00
4.1.9.3.1.35.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sa	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tribu	20.841,00	10.176,00	10.911,00	10.358,00	19.990,00	9.924,00	82.000,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Trib	20.841,00	10.176,00	10.911,00	10.358,00	19.990,00	9.924,00	82.000,00
4.1.9.3.1.99.01.01.00.00	Receita da Dívida Ativa TCEFAN - Fl	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.9.3.1.99.01.02.00.00	Receita Dívida Ativa Multas Ambiente	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	73.333,34	73.333,34	73.333,34	73.333,34	73.333,34	73.333,30	440.000,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras	73.333,34	73.333,34	73.333,34	73.333,34	73.333,34	73.333,30	440.000,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Rec	73.333,34	73.333,34	73.333,34	73.333,34	73.333,34	73.333,30	440.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2017

Município: COCAL DO SUL

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.9.3.2.99.01.02.00.00	Receitas Div. Ativa Contribuição Imlf	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,30	200.000,00
4.1.9.3.2.99.01.03.00.00	Receitas Div. Ativa Outras Rec Não-I	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
4.1.9.9.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	25.705,00	36.750,00	29.590,00	26.180,00	28.790,00	52.985,00	200.000,00
4.1.9.9.0.02.00.00.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência de A	705,00	11.750,00	4.590,00	1.180,00	3.790,00	27.985,00	50.000,00
4.1.9.9.0.02.01.00.00.00	Receita de Honorários de Advogados	705,00	11.750,00	4.590,00	1.180,00	3.790,00	27.985,00	50.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
4.1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - PMCS	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	120.000,00
4.2.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	24.833,34	24.833,34	24.833,34	24.833,34	24.833,34	2.959.833,30	3.084.000,00
4.2.1.0.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	720.000,00
4.2.1.1.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	720.000,00
4.2.1.1.4.0.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contrati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	720.000,00
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Progra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	620.000,00	620.000,00
4.2.2.0.0.0.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS	7.333,34	7.333,34	7.333,34	7.333,34	7.333,34	287.333,30	324.000,00
4.2.2.1.0.0.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.333,34	7.333,34	7.333,34	7.333,34	7.333,34	227.333,30	264.000,00
4.2.2.1.9.0.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	7.333,34	7.333,34	7.333,34	7.333,34	7.333,34	227.333,30	264.000,00
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
4.2.2.1.9.02.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis - FMI	3.166,66	3.166,66	3.166,66	3.166,66	3.166,66	3.166,70	19.000,00
4.2.2.1.9.03.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.2.2.1.9.05.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.2.2.1.9.99.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
4.2.2.2.0.0.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
4.2.2.2.9.0.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
4.2.2.2.9.01.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
4.2.4.0.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	1.952.500,00	2.040.000,00
4.2.4.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	1.952.500,00	2.040.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Ei	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	1.157.500,00	1.245.000,00
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
4.2.4.7.1.01.10.00.00.00	Convênios com o Ministério da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Prc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255.000,00	255.000,00
4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Recursos Transf. Convênios Educaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	205.000,00	205.000,00
4.2.4.7.1.02.02.00.00.00	Recursos Transf. Convênios Educaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Prc	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	167.500,00	255.000,00
4.2.4.7.1.03.01.00.00.00	Convenio da União p/Esgotamento S	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	167.500,00	255.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	685.000,00	685.000,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: COCAL DO SUL

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.2.4.7.1.99.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e si	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	795.000,00	795.000,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Progran	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
4.2.4.7.2.02.01.00.00.00	Recursos Transf. de Convênio-Estad	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
4.2.4.7.2.02.02.00.00.00	Recursos Transf. de Convênio-Estad	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	595.000,00	595.000,00
9.0.0.0.0.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.117,218,76	-1.117,218,76	-1.117,218,76	-1.117,218,76	-1.117,218,76	-1.117,406,20	-6.703.500,00
9.1.0.0.0.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.117,218,76	-1.117,218,76	-1.117,218,76	-1.117,218,76	-1.117,218,76	-1.117,406,20	-6.703.500,00
9.1.1.0.0.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	-41.666,68	-41.666,68	-41.666,68	-41.666,68	-41.666,68	-41.666,60	-250.000,00
9.1.1.1.0.0.0.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS	-25.833,34	-25.833,34	-25.833,34	-25.833,34	-25.833,34	-25.833,30	-155.000,00
9.1.1.1.2.0.0.00.00.00	Deduções de Impostos s/o Patrimônio e	-25.833,34	-25.833,34	-25.833,34	-25.833,34	-25.833,34	-25.833,30	-155.000,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Dedução Rec.Imposto Propr.Predial Tei	-25.833,34	-25.833,34	-25.833,34	-25.833,34	-25.833,34	-25.833,30	-155.000,00
9.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Dedução Rec Imposto Propr.Predial Ti	-15.500,00	-15.500,00	-15.500,00	-15.500,00	-15.500,00	-15.500,00	-93.000,00
9.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Dedução Rec.Imposto Propr.Predial Ti	-6.458,34	-6.458,34	-6.458,34	-6.458,34	-6.458,34	-6.458,30	-38.750,00
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Dedução Rec.Imposto Propr.Predial Ti	-3.875,00	-3.875,00	-3.875,00	-3.875,00	-3.875,00	-3.875,00	-23.250,00
9.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Dedução de Imposto s/ a Produção e a C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Dedução da Receita Imposto Sobre Sei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Dedução da Receita Sobre Serviços -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Dedução da Receita Sobre Serviços -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Dedução da Receita Sobre Serviços -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÃO DA RECEITA DAS TAXAS	-10.833,34	-10.833,34	-10.833,34	-10.833,34	-10.833,34	-10.833,30	-65.000,00
9.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Dedução Taxas pelo Exercício de Poder	-5.833,34	-5.833,34	-5.833,34	-5.833,34	-5.833,34	-5.833,30	-35.000,00
9.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Deduções da Taxa de Fiscalização de \	-833,34	-833,34	-833,34	-833,34	-833,34	-833,30	-5.000,00
9.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Dedução Taxa de Funcionamento Estat	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-30.000,00
9.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Taxas pela Prestação de S	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-30.000,00
9.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Dedução da Taxa de Limpeza Pública	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-30.000,00
9.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Dedução de Outras Tx Prestação de S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.3.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DE MEL	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-30.000,00
9.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Dedução da Contr. p/Pavimentação e C	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-30.000,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.058.637,68	-1.058.637,68	-1.058.637,68	-1.058.637,68	-1.058.637,68	-1.058.811,60	-6.352.000,00
9.1.7.2.0.0.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-1.058.637,68	-1.058.637,68	-1.058.637,68	-1.058.637,68	-1.058.637,68	-1.058.811,60	-6.352.000,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-423.666,68	-423.666,68	-423.666,68	-423.666,68	-423.666,68	-423.666,60	-2.542.000,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferênci	-419.166,68	-419.166,68	-419.166,68	-419.166,68	-419.166,68	-419.166,60	-2.515.000,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formaçã	-418.333,34	-418.333,34	-418.333,34	-418.333,34	-418.333,34	-418.333,30	-2.510.000,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do f	-833,34	-833,34	-833,34	-833,34	-833,34	-833,30	-5.000,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: COCAL DO SUL

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB S/Comp	-4.500,00	-4.500,00	-4.500,00	-4.500,00	-4.500,00	-4.500,00	-27.000,00
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS	-4.500,00	-4.500,00	-4.500,00	-4.500,00	-4.500,00	-4.500,00	-27.000,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência	-634.971,00	-634.971,00	-634.971,00	-634.971,00	-634.971,00	-635.145,00	-3.810.000,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência	-634.971,00	-634.971,00	-634.971,00	-634.971,00	-634.971,00	-635.145,00	-3.810.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do	-550.000,00	-550.000,00	-550.000,00	-550.000,00	-550.000,00	-550.000,00	-3.300.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação d	-72.471,00	-72.471,00	-72.471,00	-72.471,00	-72.471,00	-72.645,00	-435.000,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IP-Exp p/ Formação	-12.500,00	-12.500,00	-12.500,00	-12.500,00	-12.500,00	-12.500,00	-75.000,00
9.1.9.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES OUTRAS RECEITAS CORRE	-16.914,40	-16.914,40	-16.914,40	-16.914,40	-16.914,40	-16.928,00	-101.500,00
9.1.9.1.0.0.0.00.00.00.00	Dedução da Receita de Multas e Juros de	-16.914,40	-16.914,40	-16.914,40	-16.914,40	-16.914,40	-16.928,00	-101.500,00
9.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Dedução de Multas/Juros de Mora dos T	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Dedução de Multas/Juros de Mora s/ o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Dedução Multas/juros de Mora s/ o ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Dedução Multas/juros de Mora s/ o ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Dedução Multas/juros de Mora s/ o ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Dedução Multas/Juros de Mora s/ outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Dedução Multas/Juros de Mora de Ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.2.00.00.00.00.00	Dedução de Multas/Juros de Moras das i	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.2.99.00.00.00.00	Dedução Multas/Juros de Moras Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.2.99.01.00.00.00	Dedução Multas/juros de Mora Contrit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Dedução da Receita Multa e Juros Mora	-11.914,40	-11.914,40	-11.914,40	-11.914,40	-11.914,40	-11.928,00	-71.500,00
9.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Dedução da Receita Multas Juros Div. /	-6.665,60	-6.665,60	-6.665,60	-6.665,60	-6.665,60	-6.672,00	-40.000,00
9.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Dedução Multas/Juros Div. Ativ.s/IPTU	-4.000,00	-4.000,00	-4.000,00	-4.000,00	-4.000,00	-4.000,00	-24.000,00
9.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Dedução Multas/Juros Div. Ativ.s/IPTU	-1.666,00	-1.666,00	-1.666,00	-1.666,00	-1.666,00	-1.670,00	-10.000,00
9.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Dedução Multas/Juros Div. Ativ.s/IPTU	-999,60	-999,60	-999,60	-999,60	-999,60	-1.002,00	-6.000,00
9.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Dedução da Receita Multas Juros Div. /	-4.998,80	-4.998,80	-4.998,80	-4.998,80	-4.998,80	-5.006,00	-30.000,00
9.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Dedução Multas Juros Div. Ativa s/ISS	-2.998,80	-2.998,80	-2.998,80	-2.998,80	-2.998,80	-3.006,00	-18.000,00
9.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Dedução Multas Juros Div. Ativa s/ISS	-1.250,00	-1.250,00	-1.250,00	-1.250,00	-1.250,00	-1.250,00	-7.500,00
9.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Dedução Multas Juros Div. Ativa s/ISS	-750,00	-750,00	-750,00	-750,00	-750,00	-750,00	-4.500,00
9.1.9.1.3.35.00.00.00.00	Dedução de Multas/juros Mora Div. Ativ.	-250,00	-250,00	-250,00	-250,00	-250,00	-250,00	-1.500,00
9.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Dedução Multas Juros Div. Ativa Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.3.99.02.00.00.00	Dedução Multas Juros Mora Div. Ativ. i	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.4.00.00.00.00.00	Dedução Receita Multas/Juros Mora Div.	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-30.000,00
9.1.9.1.4.99.00.00.00.00	Dedução Multas/Juros Mora Div. Ativ. di	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-30.000,00
9.1.9.1.4.99.01.00.00.00	Dedução Multas/Juros Div. Ativ. Contr.	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	-30.000,00
9.1.9.3.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: COCAL DO SUL

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
9.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Dedução da Receita da Dívida Ativa Tribu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Dedução da Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Dedução da Receita Dívida Ativa IPTL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Dedução da Receita Dívida Ativa IPTL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Dedução da Receita Dívida Ativa IPTL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Dedução da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Dedução da Receita Dívida Ativa ISS -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Dedução da Receita Dívida Ativa ISS -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Dedução da Receita Dívida Ativa ISS -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.35.00.00.00.00	Dedução da Rec. Div Ativa Tx Fiscaliaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Dedução da Receita Dívida Ativa Out	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Dedução da Receita da Dívida Ativa O	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Dedução da Dívida Ativa Não Tributaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Dedução da Receita Dívida Ativa Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Dedução da Receita Dívida Ativa de C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.2.99.01.02.00.00	Dedução da Receita Dívida Ativa de i	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL PREVISTO:		9.303.856,68	9.554.216,28	9.555.513,78	9.213.321,98	9.584.997,98	13.788.093,30	61.000.000,00

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL**PREGÃO PRESENCIAL 02/2017**

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas do dia 02 de Fevereiro de 2017, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 02/2017, para aquisição de 02(dois) veículos para uso desta Autarquia, conforme descrição no Anexo I do edital. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00 horas do dia 02 de Fevereiro de 2017. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 – Bairro Jardim Bela Vista – Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br. Cocal do Sul-SC, 18 de Janeiro de 2017. Carla Cristina Possamai Della. Diretora do SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

DECRETO Nº 47/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 47/2017, DE 6 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a movimentação das contas bancárias da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no art. 21, IV e VI do Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000, no art. 12, IV e VI do Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000 e no Decreto nº 676/2012, de 24 de agosto de 2012.

DECRETA:

Art. 1º A movimentação das contas bancárias da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, será efetuada pelo Ordenador de Despesas/Diretor-Geral/Superintendente da FUMDEMA, senhor GILBERTO ANTONIO ROMANI, em conjunto com um dos titulares abaixo relacionados:

I – IVETE DAHMER ALBIERO, ocupante do cargo de Biólogo;

II – LEONICE PARIZOTTO CAMARGO, ocupante do cargo de Tesoureiro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 963/2013, de 25 de novembro de 2013; 819/2015, de 4 de setembro de 2015; 835/2015, de 10 de setembro de 2015 e 684/2016, de 31 de agosto de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de janeiro de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 6.169 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.169, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Estabelece a programação financeira, o cronograma mensal de desembolso e o desdobramento das receitas em metas bimestrais de arrecadação, para o exercício de 2017.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e alteração – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a programação financeira, o cronograma mensal de desembolso e o desdobramento das receitas em metas bimestrais de arrecadação, para o exercício de 2017, na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de janeiro de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

O Anexo Único deste Decreto encontra-se à disposição na Secretaria Municipal de Administração.

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 14/2012 - PMC

Contrato Nº : 14/2012/2012

Aditivo Nº : 6TA Ctr 14/2012/2017

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SUPERLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 97/2011

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO DE INTERNET BANDA LARGA

Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 31/03/2017

Assinatura : 12/01/2017

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO AB Nº 01/2017 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2016

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da Senhora Marcia Marli Vanzo Calderolli, Secretária Municipal de Educação, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 02 de janeiro de 2017, para aquisição emergencial de cargas de gás de cozinha P13 Kg e P45 Kg, para atender os Centros Municipais de Educação Infantil, para o uso no preparo da merenda, a favor da empresa Transportes e Comércio Zat Ltda, no valor total de R\$ 4.800,00 (quatro mil, oitocentos reais) e a empresa Base – Gás Regional Ltda, no valor total de R\$ 1.210,00 (um mil, duzentos e dez reais).

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO 7º TA CONTRATO Nº 43/2016-PMC

Contrato Nº : 43/2016

Aditivo Nº : 7TA Ctr 43/2016/2017

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 8/2015

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra rodoviária, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), de revitalização da Rua Tancredo de Almeida Neves, localizada neste Município, com recursos oriundos do convênio com Governo do Estado, FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM e recursos próprios.

Vigência : Início: 07/08/2017 Término: 06/09/2017

Assinatura : 16/01/2017

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de janeiro de 2017.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

JÚLIO GOMES

Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 18 de janeiro de 2017

JÚLIO GOMES

Diretor Geral da FMC

PORTARIA FUMDEMA Nº 07/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – FUMDEMA

PORTARIA Nº 07/2017, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Dar nova redação ao inciso I do Art. 2º da Portaria FUMDEMA nº 12/2015, de 07 de dezembro de 2015, que constitui comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente, para efeitos de estágio probatório e desempenho, a partir de 2 de janeiro de 2017:

"Art. 2º (...)

I – presidente: VINICIUS TIAGO VOSS; " NR

Art. 2º Conceder, a partir de 2 de janeiro de 2017, ao servidor MARCOS ANTONIO MOREIRA, ocupante do cargo de Servente Braçal, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurarem os trabalhos na Comissão referida no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Revogar, a partir de 2 de janeiro de 2017, a Portaria nº 007/2014, de 21 de janeiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

GILBERTO ANTÔNIO ROMANI

Superintendente da FUMDEMA

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 7/2016 – PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 273/2016 - PMC

Concorrência Nº 7/2016 – PMC – Republicado

Outorga de Permissão

Objeto: seleção de empresa para a outorga de permissão de uso, a título precário, de 03 (três) espaços, com a finalidade exclusiva de exploração e comércio de alimentos e bebidas.

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO

Em conformidade com artigo 49, da Lei nº 8.666/93, do citado diploma legal, torna-se público que o processo em referencia foi REVOGADO.

Concórdia, SC, 18 de janeiro de 2017.

WAGNER SIMIONI

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

PORTARIA FMC Nº 03/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 03/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

O Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria FMC nº. 04/2013, de 03 de janeiro de 2013, que concede à servidora SIMONE CRISTINA TALIN MELCHIOR, gratificação equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, pelo exercício de assessoramento na Fundação Municipal de Cultura.

Coronel Martins

PREFEITURA

AVISO PÚBLICO Nº 002/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS – SC

AVISO PÚBLICO Nº 002/2017

ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA ATUAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Município de Coronel Martins – SC comunica que as inscrições para admissão de estagiários para atuação na secretaria municipal de Educação estarão abertas a partir do período do dia 18 de janeiro à 27 de janeiro de 2017, das 07h45min às 11h45min junto ao setor de Recursos Humanos no centro Administrativo.

Coronel Martins - SC, 18 de janeiro de 2017.

Ademir Madella

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 005/2017

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

MÊS/ANO: JANEIRO/2017 CONTRATO Nº: 005/2017

VALOR MENSAL CONTRATO: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mensais.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/01/2017

DESCRIÇÃO: OBJETO /LOCAL: Prestação de Serviços na área médica, modalidade clínico geral no âmbito individual e coletivo junto a Secretaria de Saúde do Município, no posto de Saúde ou local a ser solicitado.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dra. Alessandra Sippel Martins

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 23.844.941/0001-07

CONTRATADO: MGB SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 02 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 055/2017

DECRETO Nº 055, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pela Lei Complementar Municipal Nº 034 de 27/08/2013;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o Senhor Ivair Carlos Baldissera, servidor público municipal, ocupante do cargo em comissão de Secretário de Saúde, designado para atuar como Representante Municipal junto à

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA), a partir desta data.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC, em 10 de Janeiro de 2017.

FABIANO JOTON

Vice-Prefeito Municipal

Conforme Decreto 002/2017

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretario de administração planejamento e finanças

ERRATA 003/2017

ERRATA REFERENTE AO CONTRATO Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

A presente Errata consiste na Alteração no teor do Contrato nº 001, de 02 de janeiro de 2017, o qual terá substituição do mesmo:

CONTRATO Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Para:

CONTRATO Nº 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 18 de Janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

O Município de Coronel Martins – SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 02 de Fevereiro de 2017, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para prestação de serviços de horas maquina trator de pneus compatíveis com ensiladeira para produção de silagem de milho para os agricultores do município, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 08:30 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011.

Coronel Martins (SC), 18 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

DECRETO NÚMERO 1117/2017

DECRETO NÚMERO 1117/2017
DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, VIII da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto, DECRETA:

“PRORROGA OS EFEITOS DA HOMOLOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO REALIZADO NA FORMA DO EDITAL N. 001/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Art. 1º - Fica prorrogada por mais 01 (um) ano, os efeitos da homologação e classificação dos inscritos no Processo Seletivo, realizado na forma do Edital nº 001/2015, da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, homologada em 20 de janeiro de 2016, nos termos do Decreto nº 1030/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de janeiro de 2017.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito do Município de Correia Pinto, em 17 de janeiro de 2017

OLIVEIRA PIRES BURG
Chefe de Gabinete

DECRETO NÚMERO 1118/2017

DECRETO NÚMERO 1118/2017
DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, VIII da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto, DECRETA:

“PRORROGA OS EFEITOS DA HOMOLOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO REALIZADO NA FORMA DO EDITAL N. 001/2015, DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Art. 1º - Fica prorrogada por mais 01 (um) ano, os efeitos da homologação e classificação dos inscritos no Processo Seletivo, realizado na forma do Edital nº 001/2015, da Fundação Hospitalar Municipal de Correia Pinto, homologada em 20 de janeiro de 2016, nos termos do Decreto nº 1031/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de janeiro de 2017.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito do Município de Correia Pinto, em 17 de janeiro de 2017

OLIVEIRA PIRES BURG
Chefe de Gabinete

DECRETO NÚMERO 1119/2017

DECRETO NÚMERO 1119/2017
DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito Municipal de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto. DECRETA:

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO NAS SECRETARIAS E PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica estabelecido o horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas o funcionamento/atendimento ao público em todas as Secretarias Municipais, incluindo as localizadas no Paço Municipal, à partir de 01 de fevereiro de 2017.

Parágrafo único - O horário de funcionamento previsto no caput deste artigo aplica-se igualmente ao Posto do Sine, Procon, Junta do Serviço Militar, Incra e Posto de Atendimento da Exatoria Estadual.

Art. 2º - Os setores afetos as Secretarias de Saúde, Educação, Obras, Agricultura e Meio Ambiente e Fundação Hospitalar terão horário adequado a demanda do serviço público de acordo com a programação de atendimento ao seu público alvo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1053 de 28 de abril de 2016.

Gabinete do Prefeito, em 17 de janeiro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Correia Pinto em 17 de janeiro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

DECRETO NÚMERO 1120/2017

DECRETO NÚMERO 1120/2017

DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13 da Lei Complementar n. 0743/97, de 15 de abril de 1997, DECRETA:

ALTERA O CAPUT DO ART. 9º DO DECRETO 24, DE 20 DE JUNHO DE 1997, QUE "REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 743/97, DE 15 DE ABRIL DE 1997, QUE INSTITUI A FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica alterado o caput do art. 9º do Decreto n. 24, de 20 de junho de 1997 que "REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 743/97, DE 15 DE ABRIL DE 1997, QUE INSTITUI A FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.", que passará a vigor com a seguinte redação:

"Art. 9º Compete ao Diretor Administrativo"

I:"

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de janeiro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, em 17 de janeiro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

EXTRATO DE CONTRATO - CT 0004/2017 - PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO - 0004/2017

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Instrumento: 0004/2017 PMCP

Objeto: Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrado, compreendendo sistemas de: cadastro de unidades escolar; matriz curricular; fórmulas de avaliação; calendário escolar; ensino infantil; ensino

regular; gestão de recursos humanos; consulta, estatístico e gerencial (web); e portal do aluno (web), bem como serviços de implantação e treinamento nos referidos sistemas, conforme características técnicas e descrições definidas nos seus anexos.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e
INTELLIBR SISTEMAS LTDA,
CNPJ: 08.982.125/0001-76

Valor total: R\$3.832,00

Valor mensal: R\$ 319,33

Vigência: 13/01/2017 a 31/12/2017

Correia Pinto/SC 19 de janeiro de 2017
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 05/2016 FMS - CT 0005/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2016 FMS

Instrumento: 0005/2017 FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PSIQUIATRIA E NEUROLOGIA, PARA ATENDER AOS PACIENTES DOS POSTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS.

Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento do item nº 01, na quantidade pendente do contrato 493/2016, com as características constantes da proposta julgada vencedora, para atender as necessidades da CONTRATANTE, pelo preço decorrente do Pregão Presencial n. 05/2016 – FMS e seus anexos.

Item	Quant.	Características	Quantidade pendente do CT 493/2016	Preço Unit.	Preço Total
1	1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PSIQUIATRIA E NEUROLOGIA, PARA ATENDER AOS PACIENTES DOS POSTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS.	286 consultas	R\$ 155,00	R\$ 44.330,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e
CLÍNICA MÉDICA GUILHERME O. DE ALMEIDA LTDA ME,
CNPJ nº 14.790.669/0001-39.

Valor total: R\$ 44.330,00

Vigência: 13/01/2017 a 31/12/2017

Correia Pinto/SC 19 de janeiro de 2017
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 4139/17

PORTARIA Nº 4.139/2017

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO QUE IRÁ ACOMPANHAR O PROCESSO SELETIVO PARA INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º - Fica constituída a Comissão que irá acompanhar o processo seletivo para escolha de membros da Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, formada pelos seguintes servidores:

- SILVIO RICHARDT;
- HELOÍSA CRISTINA VANIN VASQUES;
- KELLY CRISTINA ALVES DE SOUZA.

Art. 2º - Tal Comissão tem atribuições de acompanhar as inscrições dos servidores estáveis ao cargo supra mencionado, bem como coordenar a votação de 05 (cinco) servidores estáveis, dentre os inscritos, que irão compor a lista quintupla, a ser encaminhada ao Chefe do Poder Executivo.

Art.3º - Esta Comissão será imediatamente desconstituída quando do encaminhamento da lista quintupla ao Prefeito Municipal de Corupá.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

18 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2017

A Defesa Civil do Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE LONA PRETA DE 200 MICRAS EM ROLO DE 6X100M PARA USO DA DEFESA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 01/02/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 01/02/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br. Curitibanos, 18 de Janeiro de 2017.

Amaury Silva

Presidente do Fundo

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2017

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, através do seu Gestor Sr. Altamir carvalho Goetten, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, com julgamento do tipo Melhor Técnica e Preço, regida pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para:

Contratação de empresa especializada na área de informática para locação de sistemas para gestão pública na área da saúde, conforme condições estabelecidas no presente edital e nos seus anexos.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Documentação de Habilitação, o envelope contendo a Proposta Técnica e o envelope contendo a Proposta de Preços, no protocolo central da prefeitura municipal até às 13:30 horas do dia 21/03/2017, e a sessão pública será realizada às 14:00 horas do dia 21/03/2017 para a abertura e julgamento do certame no setor de licitações, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição no www.curitibanos.sc.gov.br, porém esta publicação não substitui o conteúdo oficial que será disponibilizado aos interessados junto ao Setor de Licitação, no horário de expediente. Curitibanos, 18 de Janeiro de 2017.

Altamir Carvalho Goetten

Presidente do Fundo

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2017

REFERENTE: Contrato de prestação de serviço firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa Odivino Borges, com o valor total de R\$ 299,00 (Duzentos e noventa e nove reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REMOÇÃO DE DIVISÓRIA E COLOCAÇÃO EM OUTRO LOCAL, DENTRO DO PAÇO MUNICIPAL, PARA INSTALAÇÃO DA SALA DO CHEFE DE GABINETE, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSADO NO PREGÃO 241/2016, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 24 INCISO V DA LEI 8666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- V – “quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 18 de janeiro de 2017.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Josué Mocelin

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitibanos, 18 de janeiro de 2017.

Herlon Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 18 de janeiro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2017

REFERENTE: Contrato de locação de equipamento firmado entre o Fundo Municipal de Saúde e a empresa MGE TELEINFORMATICA LTDA EPP, com o valor total de R\$ 1.640,00 (Um mil seiscentos e quarenta reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO EM CARATER EMERGENCIAL, DEVIDO A INTERRUPÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS, DE CENTRAL TELEFONICA PABX DIGITAL IP100 E MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO. CONFORME LEI 8.666/93, ART. 24, INCISO IV, E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias (cento e oitenta) doas consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 18 de janeiro de 2017.

Diego Sebem Wordell Daniela Rinaldi Tirelli

Presidente da Comissão Membro

Josué Mocelin

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso IV dou como aprovada.

Curitibanos, 18 de janeiro de 2017.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 18 de janeiro de 2017.

Altamir Carvalho Goetten

Secretário Municipal de Saúde

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 26/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 47/2016 - PR
	Processo Administrativo: 47/2016 Processo de Licitação: 47/2016 Data do Processo: 15/12/2016

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 26/2016 (Sequência: 3)

Ao(s) 17 de Janeiro de 2017, às 18:30 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Portaria nº 1300/2016, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 47/2016, Licitação nº. 47/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- CONFORME PARECER Nº 006/2017 EMITIDO PELO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, FICA ANULADO O LOTE Nº 25 - LINHA 38, TENDO EM VISTA O FATO CONSTATADO PELO PREGOEIRO DURANTE A SESSÃO DE ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, SENDO QUE NO REFERIDO LOTE, O SEGUNDO E TERCEIRO COLOCADO NÃO APRESENTARAM QUALQUER DOCUMENTO DENTRO DO ENVELOPE, CONFIGURANDO ASSIM QUE AMBOS NÃO POSSUÍAM INTERESSE NO CERTAME, PREJUDICANDO A COMPETIVIDADE. OS DEMAIS LOTES SEGUEM PARA HOMOLOGAÇÃO. FICA APRAZADO O PRAZO LEGAL PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitiba, 17 de Janeiro de 2017

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL

- - Pregoeiro(a)

Ermo

PREFEITURA

LEI N° 416, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

LEI N° 416, de 18 de janeiro de 2017.

Regulamenta o Inciso X do Art. 37 da Constituição Federal, que Dispõe Sobre a Revisão Geral e Anual das Remunerações e Subsídios dos Servidores Públicos Municipais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, das Autarquias e Fundações Públicas Municipais e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As remunerações e os subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, de suas autarquias e fundações, inclusive dos Servidores das carreiras do Magistério Público Municipal, serão revistos, na forma do art. 37, X, da Constituição Federal, no mês de janeiro de cada ano, sem distinção de índices, extensivos aos proventos dos inativos e pensionistas.

Art. 2º A revisão geral de que trata o art. 1º observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias;

II - definição do índice em lei específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;

IV - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição Federal e a Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º Para o exercício de 2017, o índice de revisão geral das remunerações e subsídios dos servidores públicos Municipais será de 4,00 % (quatro por cento).

Parágrafo único. os Agentes Políticos e Secretários Municipais que tiveram seus subsídios fixados para vigorar a partir de janeiro de 2017 não farão jus a revisão de que trata este Artigo.

Art. 4º Fica revogada a Lei nº 157, de 19 de maio de 2004.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de janeiro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 008/2017
Edital de Dispensa de Licitação nº 002/2017

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Dispensa Processada e Julgada em conformidade com Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Prestação de Serviços de Servidor de Arquivos para o ano de 2017.

Contratado: NACIONAL – TECNOLOGIA E SOLUÇÕES PARA INFORMÁTICA LTDA

Valor do Contrato: R\$ 5.988,00 (Cinco mil novecentos e oitenta e oito reais).

Substrato Jurídico: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 004/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 005/2017
Edital de Pregão nº 004/2017

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de material e mão-de-obra para manutenção, reparos e ampliação da rede de Iluminação Pública municipal para o exercício de 2017 conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 01/02/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 005/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 006/2017
Edital de Pregão nº 005/2017

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de um Caminhão Novo 4x2, zero quilômetro com caçamba basculante, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 14h00min do dia 01/02/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 007/2017
Edital de Pregão nº 006/2017

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Tubos de Concreto para drenagem pluvial para o exercício de 2017 conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 02/02/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 0006/2017

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0006/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0006/2017 – Melhor Preço – Preço Unitário por item, visando registro de preços para a AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 8h00m às 8h30m horas do dia 31 de Janeiro de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 18 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 126/2017

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 126/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 09/2017

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 20 de janeiro de 2017, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 31 de janeiro de 2017. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 16 dias do mês de janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO OFICIAL

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 60/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 145/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 60/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de "sementes de flores e sementes nativas", a serem utilizadas no Horto Florestal do Município de Forquilha/SC, pelo período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 14/10/2017

2ª Publicação

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 013/2017

DECRETO Nº 013, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrarem a Comissão Especial de Avaliações de Valores dos Imóveis, os seguintes representantes:

- I - WIGAND LEONHARDT
- II - ALDAIR ANTÔNIO MORAES
- III - FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA
- IV – JOÃO CARLOS PADILHA
- V – DANIEL DRESCH

Art. 2º. A Comissão Especial de Avaliações de Valores dos Imóveis solicitará aos órgãos do Município pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 18 DE JANEIRO DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 014/2017

DECRETO Nº 014, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA COMISSÃO MISTA DE AVALIAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Nomear, para integrarem a Comissão Mista de Avaliação de Contribuição de Melhorias do Município de Fraiburgo, as pessoas abaixo relacionadas:

- I – JOÃO CARLOS PADILHA – Representante do Município de Fraiburgo;
- II – WIGAND LEONHARDT – Representante do Município de Fraiburgo;
- III – ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA – Representante do Município de Fraiburgo;
- IV – ALDAIR ANTÔNIO MORAIS – Representante das Corretoras Imobiliárias;
- V – FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA – Representante dos Engenheiros Civis;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 18 DE JANEIRO DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 015/2017

DECRETO Nº 015, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os artigos 14 e 17 da Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.592.202,05 (dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil e duzentos e dois reais e cinco centavos), nas seguintes dotações:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.02 – Fundo Municipal dos Direitos Difusos – FMDD		
04.122.0002.2.003 – Manutenção do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0213 (201)	R\$	3.766,50
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0214 (202)	R\$	1.766,30
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0213 (203)	R\$	22.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0214 (204)	R\$	14.000,00
05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0292 (205)	R\$	97.933,72
05.02 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		
16.482.0003.1.007 – Construção e Reformas de Unidades Habitacionais Urbana		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0289 (206)	R\$	3.492,32
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.306.0005.2.014 – Alimentação Escolar da Educação Infantil		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0306 (207)	R\$	30.043,75
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0307 (208)	R\$	60.718,47
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0308 (209)	R\$	41.630,20
12.306.0005.2.016 – Alimentação Escolar do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0302 (210)	R\$	27.197,90
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0317 (211)	R\$	2.949,28
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0323 (212)	R\$	350.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0323 (213)	R\$	50.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0301 (214)	R\$	62.902,76
12.361.0005.2.017 – Transporte Escolar da Educação Básica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0301 (215)	R\$	100.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0303 (216)	R\$	13.458,77
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0310 (217)	R\$	142.392,59
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0313 (218)	R\$	3.670,85
12.365.0005.1.009 – Construção, Ampliação, Reforma e Equipamentos dos CEI		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9317 (219)	R\$	8.549,42
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0323 (220)	R\$	450.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0323 (221)	R\$	40.953,54
12.366.0005.2.018 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0305 (222)	R\$	5.051,13
12.361.005.1.013 – Construção, Reformas e Equipamentos das Quadras e ou Ginásios Esportivos do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.8313 (223)	R\$	28.160,04
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9316 (224)	R\$	24.489,60
12.362.0006.2.020 – Transporte Escolar do Ensino Médio		

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0312 (225)	R\$	19.142,91
09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0015.2.034 – Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9271 (226)	R\$	44.643,14
20.606.0015.1.018 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Agropecuários		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9278 (227)	R\$	29.823,27
15.452.0017.2.042 – Manutenção da Iluminação Pública		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0217 (228)	R\$	123.902,25
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0217 (229)	R\$	100.000,00
15.453.0017.1.019 – Construção de Terminais de Passageiros		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0208 (230)	R\$	2.487,03
26.782.0018.2.041 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0216 (231)	R\$	24.059,36
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0019.2.043 – Manutenção da Segurança Pública		
3.3.30.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0205 (232)	R\$	14.945,98
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0203 (233)	R\$	15.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0204(234)	R\$	19.990,32
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0203 (235)	R\$	6.175,32
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0204 (236)	R\$	30.000,00
06.182.0019.2.044 – Manutenção do FUNREBOM		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0700 (237)	R\$	114.193,65
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0700 (238)	R\$	200.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0789 (239)	R\$	21.000,00
11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0507 (240)	R\$	11.197,24
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0512 (241)	R\$	58,42
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0516 (242)	R\$	1,31
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0517 (243)	R\$	4.953,90
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0518 (244)	R\$	1.709,65
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0513 (245)	R\$	68,85
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0507 (246)	R\$	8.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0517 (247)	R\$	3.000,00
08.244.0021.2.047 – Manutenção do CRAS		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0514 (248)	R\$	30.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0509 (249)	R\$	1.212,12
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0510 (250)	R\$	108,36
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0514 (251)	R\$	30.910,94
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0523 (252)	R\$	15.721,15
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0524 (253)	R\$	23.037,78
08.244.0022.2.048 – Manutenção do CREAS		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0511 (259)	R\$	20.000,00
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 0.3.0505 (254)	R\$	6.940,64
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0511 (255)	R\$	25.737,31
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0520 (256)	R\$	27.816,26
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0521 (257)	R\$	8.405,88
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0522 (258)	R\$	128,77
11.02 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
08.243.0023.2.049 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0600 (260)	R\$	2.892,47

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0602 (261)	R\$	16.810,63
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0600 (262)	R\$	3.000,00
Total	R\$	2.592.202,05

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2016, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 18 DE JANEIRO DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 016/2017

DECRETO Nº 016, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os artigos 14 e 17 da Lei 2348 de 01 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.023.262,11 (dois milhões, vinte e três mil, duzentos e sessenta e dois reais e onze centavos), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de saúde		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0400 (74)	R\$	27.683,60
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0439 (75)	R\$	29,47
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0430 (76)	R\$	204,09
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0440 (77)	R\$	36.459,46
10.301.0009.2.023 – Manutenção da Atenção Básica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0403 (78)	R\$	83.687,95
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0416 (79)	R\$	136.156,91
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0432 (80)	R\$	108.295,21
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0435 (81)	R\$	289,10
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0445 (82)	R\$	3.650,02
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0450 (83)	R\$	20.073,44
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0403 (84)	R\$	70.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0432 (85)	R\$	70.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0447 (86)	R\$	77.917,72
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0452 (87)	R\$	202.040,75
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0453 (88)	R\$	99.000,00
10.301.0009.2.024 – Estratégia de saúde da Família - ESF		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0405 (89)	R\$	54.130,50
10.301.0009.2.025 – Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0406 (90)	R\$	111.661,11
10.301.0009.2.026 – Estratégia de Saúde Bucal		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0409 (91)	R\$	7.392,34
10.302.0010.2.027 – Atenção de Média e Alta complexidade Ambulatorial		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0418 (92)	R\$	464.461,72
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0433 (93)	R\$	526,19
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0441 (94)	R\$	20,31

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0442 (95)	R\$	12.551,13
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0449 (96)	R\$	2.910,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0418 (97)	R\$	70.000,00
10.302.0010.2.028 – Manutenção do SAMU		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0422 (98)	R\$	25.126,21
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0422 (99)	R\$	10.000,00
10.302.0010.2.029 – Manutenção do CAPS		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0419 (100)	R\$	42.456,90
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0419 (101)	R\$	15.000,00
10.303.0011.2.030 – Assistência Farmacêutica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0404 (102)	R\$	36.875,51
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0413 (103)	R\$	54.846,94
10.301.0012.2.031 – Gestão do SUS		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0444 (104)	R\$	4.037,06
10.301.0014.1.015 – Construção, Ampliação e Reformas de Unidades de Saúde		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0448 (105)	R\$	45.000,00
10.301.0014.1.016 – Aquisição de Veículos para a Secretaria de Saúde		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0488 (106)	R\$	44.700,00
10.304.0013.2.032 – Manutenção da Vigilância Sanitária		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0408 (107)	R\$	6.447,33
10.305.0013.2.033 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0407 (108)	R\$	15.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0407 (109)	R\$	8.337,83
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0417 (110)	R\$	109,18
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0436 (111)	R\$	4,40
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0443 (112)	R\$	11.179,73
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0407 (113)	R\$	45.000,00
Total	R\$	2.023.262,11

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2016, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 18 DE JANEIRO DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EDITAL RERRATIFICAÇÃO ISSQN

EDITAL DE RERRATIFICAÇÃO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 0002/2017

O Edital de Notificação de Lançamento nº 0002/2017, relativo ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, fica retificado em seu item I "Prazo e forma de pagamento do ISSQN", passando a vigorar com a seguinte redação:

I - Prazo e forma de pagamento do ISSQN:

O ISSQN devido será recolhido:

I – Profissionais Liberais (fixo):

- a) em um só pagamento, com desconto de 20% (vinte por cento), se recolhido até o dia 31 (trinta e um) de janeiro;
- b) de forma parcelada, em até 12 (doze) vezes, com vencimento no último dia útil de cada mês, vencendo a primeira no mês de janeiro, em parcelas não inferiores a 25 UFM's. (valor da UFM – R\$ 2,15)

II – Pessoas Jurídicas (fixo - contabilidades): será recolhido em até 12 (doze) vezes, com vencimento no último dia útil de cada mês, vencendo a primeira no mês de janeiro, em parcelas não inferiores a 25 UFM's. (valor da UFM – R\$ 2,15)

III – Os contribuintes que não se enquadrarem nas hipóteses acima, deverão observar os prazos e formas de pagamento estabelecidos na legislação específica, conforme opção do regime de tributação (Regime Normal ou Simples Nacional).

Os demais itens do Edital ficam ratificados.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

JOÃO CARLOS PADILHA
Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 0384/2017

PORTARIA Nº 0384, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1165 de 22 de março de 2013, que concedeu Função Gratificada – nível 3, a servidora LENI HÜBER WEBER, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 661.079.209-78, nomeada no cargo de provimento efetivo de FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SAÚDE AMBIENTAL, a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0385/2017

PORTARIA Nº 0385, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0001 de 20 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 014/2017 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Operacional para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de RICARDO DE OLIVEIRA GONÇALVES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 080.774.229-50, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de fevereiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0386/2017

PORTARIA Nº 0386, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Agente Público Municipal como Responsável pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Fraiburgo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor, JULIO JENOVENCIO FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 023.175.359-45, nomeado no cargo eletivo de VICE-PREFEITO, como Responsável pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Fraiburgo, a partir de 18 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0387/2017

PORTARIA Nº. 0387, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0335/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GISLAINE LEMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.229.959-96, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 20 de janeiro de 2017 até 03 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0388/2017

PORTARIA Nº. 0388, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIZA CRISTINA MAIA CONRADI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 018.732939-76, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0031A_2016-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0031A/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

A Prefeita torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a Contratação de empresa do ramo para execução de Ampliação, rampa de acessibilidade, pintura externa da obra existente, e Regularização do Sistema Preventivo de Incêndio da edificação em alvenaria onde funciona o Centro de Educação Municipal Macieira, localizado na Rua Mutzu, Loteamento Macieira, Bairro Liberata, com área total a ser ampliada de 300,65 m², com fornecimento do material e mão de obra, nos exatos termos dos Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, após Decisão proferida pela Sra

Prefeita Claudete Gheller Mathias, pela manutenção do julgamento da comissão sobre a habilitação, constante no referido PAL, as proponentes apresentaram suas propostas nos seguintes valores totais: FEMAKS CONTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP – R\$ 421.967,94 (quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e quatro centavos), CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP R\$ 432.002,01 (Quatrocentos e trinta e dois mil dois reais e um centavo). VITE SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA R\$ 461.769,58 (quatrocentos e sessenta e um mil setessentos e sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos). Restou classificada pela comissão sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: FEMAKS CONTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP com o valor global de R\$ 421.967,94 (quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e quatro centavos), ficando este valor abaixo do valor máximo e global, estipulado pelo Município no item 2.2 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 18 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias

Garopaba

PREFEITURA

ATO 008 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2016

ATO 008/PS/004/2016

SEGUNDA RETIFICAÇÃO

DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016 PROGRAMAS ESPECIAIS

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Fica Retificado o item 14.4. do edital no que se refere a nota final de aprovação:

a) Onde se lê: 5,00 (cinco);

b) Leia-se: 4,00 (quatro).

2. As demais normas do edital 004/2016 permanecem inalteradas.

GAROPABA, 18 de janeiro de 2017

Paulo Sergio de Araujo

Prefeito Municipal

Publicado a presente Retificação do Edital no DOM/SC em 19/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

ATO 008 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2016

ATO 008/PS/005/2016

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO

DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2016 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Fica Retificado o item 14.4. do edital no que se refere a nota final de aprovação:

a) Onde se lê: 5,00 (cinco);

b) Leia-se: 4,00 (quatro).

2. As demais normas do edital 005/2016 permanecem inalteradas.

GAROPABA, 18 de janeiro de 2017

Paulo Sergio de Araujo

Prefeito Municipal

Publicado a presente Retificação no Edital no DOM/SC em 19/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

EDITAL RETIFICADO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2016

EDITAL Nº 004/2016 DE PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS

(Retificado e Republicado conforme ato 004/2016)

Abre inscrições e define normas para o Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas para admissão em caráter temporário e formação de cadastro de reserva de Pessoal para atender convênios ou programas propostos pela União ou Estado com o Município de Garopaba, Santa Catarina e dá outras providências.

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização, de Processo Seletivo, para provimento de vagas para admissão em caráter temporário e formação de cadastro de reserva de Pessoal para atender programas e convênios com a União, Estados ou Municípios, conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será executado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió – CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: <http://iobv.org.br/>; e-mail: concursos@iobv.org.br.

1.2. A fiscalização e supervisão do Processo Seletivo está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº. 996/2016, de 26/10/2016.

1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Prevista
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	0h00 do dia 08/12 até 03/01/17
Período para solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição	08/12 a 14/12/16
Divulgação da lista de isentos de pagamento da taxa de inscrição	23/12/16
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	04/01/17
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	03/01/17
Prova de Títulos - Prazo final para envio de títulos	03/01/17
Homologação das inscrições	06/01/17
Recursos contra homologação das inscrições	09 e 10/01/17
Homologação Definitiva e Locais de Prova	11/11/17
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS E PRÁTICA	15/01/17

Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	16/01/17
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar	17 e 18/01/17
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	24/01/17
Classificação Preliminar	25/01/17
Recursos contra a classificação preliminar	26 e 27/01/17
Classificação Final	30/01/17
Homologação do Resultado Final	Após 30/01/17

1.4. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.5. O Edital do Processo Seletivo, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Processo Seletivo, serão publicados no site do Processo Seletivo na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do Processo Seletivo também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Garopaba na Internet: <http://www.garopaba.sc.gov.br/> e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados nas vagas para atender às contratações temporárias, atenderá a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do seletivo é de 18 (dezoito) meses, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.

1.9. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.10. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.11. em original ou cópia autenticada.

1.11. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no endereço abaixo, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de entrega da correspondência.

Endereço para remessa via postal de documentos:

IOBV – PROCESSO SELETIVO DE GAROPABA

Avenida Luiz Bertoli, número 233 – Centro

89.190-000 – Taió - SC

1.12. Não serão admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente seletivo:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função;
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde residir na área da comunidade em que for atuar, desde a data de publicação deste edital;
- k) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

2.2 A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à nomeação no cargo público deverão ser comprovados no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação, para fins de posse, sob pena de desclassificação. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo Seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

2.3. A aprovação e classificação no presente Processo Seletivo não criam direito à admissão que será realizada na medida das necessidades de Prefeitura do município de Garopaba e disponibilidades orçamentárias.

2.4. Os candidatos aprovados e contratados estarão sujeitos à Lei Complementar nº 1.000/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba.

3. DOS CARGOS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

3.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas temporárias descritas na forma deste edital e para a formação de cadastro reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.

3.2. Os cargos/especialidades, a carga horária semanal, o número de vagas, a remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Processo Seletivo, encontram-se descritos nos Anexos I e II deste edital.

3.3. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da admissão após a convocação.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A participação no seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.3. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades item I deste edital.

4.4. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), o município disponibilizará atendimento gratuito no seguinte local: Prefeitura Municipal de Garopaba, situada na Rua Trinta de Dezembro, nº 170, Centro, Garopaba/SC, no horário de atendimento das 13 às 17 horas.

4.5. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição por período (uma matutino e outra vespertino), verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato por período, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.6. Para efetivar a sua inscrição pela internet, o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br em "concursos e seletivos", "inscrições abertas", selecionar o município de Garopaba Edital 04/2016;

b) Baixar e ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas;

c) Cadastrar-se no portal www.iobv.org.br, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros);

d) Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

e) Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição, preferencialmente nas do Banco do Brasil, até o dia do vencimento estabelecido no boleto;

f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.7 O IOBV e a Prefeitura de Garopaba eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.

4.8 O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.

4.9 No último dia de inscrição só serão atendidos os candidatos que chegarem ao local até às 16 horas.

4.10 É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverá ser atualizado no cadastro online do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: concursos@iobv.org.br. Após a data de publicação do resultado do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Garopaba.

4.11 O valor da taxa de inscrição é de:

a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 70,00 (setenta reais);

b) Para cargos com ensino médio e técnico: R\$ 50,00 (cinquenta reais)

c) Para cargos com exigência de alfabetizado e ensino fundamental: R\$ 30,00 (trinta reais);

4.12 O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.13 O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 001. É de responsabilidade do candidato conferir estes dados no edital.

4.14 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.15 Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio.

4.16 No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.17 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.18 Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.19 A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

4.20 Não serão deferidas inscrições com valores pagos a menor ou a maior, do que o estabelecido para cada cargo e boletos pagos após a data de vencimento.

4.21 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do seletivo, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.22 É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.

4.23 O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.

4.24 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.25 Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato

a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

4.26 No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.27 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

4.28 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e www.Garopaba.sc.gov.br.

4.29 As inscrições que preencherem todas as condições destes edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo no endereço www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

5 DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 São isentos da taxa de inscrição no Processo Seletivo:

a) Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual nº 10.567/1997.)

b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

5.2 Para usufruírem do benefício da isenção da taxa de inscrição os candidatos deverão, após realizar sua inscrição, protocolar na sede do IOBV, ou enviar via postal (sedex/ar), envelope com a seguinte identificação:

(Recorte e cole no envelope)

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AVENIDA LUIZ BERTOLI, Nº 233 – CENTRO

89.190-000 – TAIÓ - SC

5.3 Enviar envelope individualizado, até a data constante do cronograma do item 1, no qual deve conter os seguintes documentos:

a) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue (Lei Estadual 10.567/1997):

- Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V);

- Documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais. A comprovação deverá ser efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual 10.567/1997.

5.4 Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: Requerer no momento da inscrição informando obrigatoriamente o número do NIS.

5.5 Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

5.6 No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.

5.7 O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.

5.8 Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.

5.9 Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição, o candidato que tiver seu pedido indeferido poderá efetuar o pagamento do boleto da taxa de inscrição para participar do certame.

5.10 O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

5.11 Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.

6 DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

6.1 Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Processo Seletivo, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas para cada um dos cargos/disciplinas, nos termos do art.12, da Lei Municipal 1000/2005.

6.2 Caso a aplicação do percentual de 10% não resulte na oferta imediata de vagas para o cargo, no caso de inscritos como deficientes, o primeiro candidato com deficiência classificado no Processo Seletivo será nomeado para ocupar a 10ª (décima) vaga que vier a surgir para o cargo efetivo o qual concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 10 (dez) cargos providos.

6.3 Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.

6.4 Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/99 e suas alterações.

6.5 Os candidatos com deficiência, que desejarem concorrer às vagas a eles reservadas, deverão assinalar a sua condição no Requerimento de Inscrição. (inscrição online), protocolar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na Sede do IOBV, ou enviar pelo correio, via sedex/ar envelope individualizado e identificado, no endereço do item 1.11 deste edital, até o último dia de inscrições, os seguintes documentos:

a) Requerimento de vaga para deficiente e/ou condição especial de realização da prova (anexo IV);

b) Cópia do comprovante de inscrição;

c) Laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, emitida nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como provável causa da deficiência, acompanhado de cópia do requerimento de inscrição e anexo IV do edital. Não sendo aceitos laudos de exames ou qualquer outro documento em substituição ao exigido.

6.5.1. O envelope contendo os documentos acima deve ser protocolado ou enviado da seguinte forma:

(Recorte e cole no envelope)

REQUERIMENTO DE VAGA PARA DEFICIENTE E/OU CONDIÇÃO ESPECIAL

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AVENIDA LUIZ BERTOLI, 233 – CENTRO

89.190-000 – TAIO - SC

6.6 Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

6.7 O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de aprovação, data, horário de início, local de aplicação e nota mínima exigida.

6.8 Os candidatos com deficiência regularmente inscritos submeter-se-ão, quando convocados à avaliação de equipe multiprofissional que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

6.9 Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências dispostas no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.

6.10 O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braile), prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá protocolar requerimento (anexo IV) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços conforme item 1.11, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.

6.11 As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.

6.12 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deferência que forem aprovados, serão convocados por edital próprio, através do site da prefeitura municipal de Garopaba, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.

6.13 Será excluído do Processo Seletivo o candidato aprovado para uma das vagas aos portadores de deficiência que:

a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.

b) Cuja deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.

c) Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

6.14 Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

7 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas pelo IOBV. O ato de homologação será publicado no endereço eletrônico www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital.

7.2 A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento pelo IOBV, serão divulgadas no endereço do seletivo na internet www.iobv.org.br.

7.3 Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexistência relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

7.4 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

7.5 Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

8 OUTROS REQUERIMENTOS

8.1 Candidata lactante

8.1.1 A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

a) Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;

b) Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

8.1.2 O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

8.1.3 Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

9 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

9.1 O Processo Seletivo, a que se refere o presente edital, compreenderá o exame de habilidades e de conhecimentos aferidos em uma ou duas fases dependendo do cargo, conforme segue:

9.1.1 Cargo de Motorista SAMU, constará de 2 fases:

a) Primeira Fase: Prova escrita com questões objetivas, de caráter classificatório;

b) Segunda fase: Prova Prática de caráter eliminatório e classificatório.

9.1.2 Cargos de Nível Superior, constará de 2 fases:

a) Primeira fase: Prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório;

b) Segunda fase: Prova de Títulos, de caráter classificatório.

9.1.3 Todos os demais cargos, constará de uma única etapa, ou seja prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório.

10. DA PROVA ESCRITA (PARA TODOS OS CARGOS)

10.1. A prova escrita objetiva será aplicada na data constante do cronograma deste edital na cidade de Garopaba-SC, em locais que serão divulgados quando da homologação das inscrições, no endereço eletrônico do Processo Seletivo: www.iobv.org.br.

10.2. O IOBV poderá, não havendo na cidade de Garopaba locais suficientes ou adequados para a alocação de todos os candidatos, realizar provas em cidades vizinhas à cidade de Garopaba.

10.3. A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, dos quais uma única será correta.

10.4. A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais.

10.5. As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme quadro abaixo:

10.5.1. Cargos com Escolaridade: Ensino Fundamental Completo e Alfabetizado (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
	Matemática	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos inerentes ao cargo	10	0,60	6,00
	Total	20		10,00

10.5.2. Cargos com Escolaridade: Ensino Médio (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
	Gerais e atualidades	5		
Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,40	6,00
	Conhecimentos técnicos profissionais	10		
	Total	25		10,00

10.5.3 Cargos com Escolaridade: Ensino Superior (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,28	2,80
	Gerais e atualidades	5		
Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,28	4,20
	Conhecimentos técnicos profissionais	10		
	Total	25		7,00
Títulos – Pontuação Máxima	-	-	-	3,00
Nota Final Máxima				10,00

10.5.3.1 Estarão aptos para avaliação dos títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 4,00 (quatro) na prova escrita Objetiva.

10.5.3.2. A nota máxima na prova escrita para os cargos de Ensino superior será 7,00 (sete pontos).

10.6 Os programas das provas encontram-se publicados no anexo III do presente Edital.

10.8 Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

10.9 A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Seletivo envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

10.10 O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.

10.11 Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

10.12 Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:

- a) Cujas resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

10.13 O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

10.14 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do seletivo.

10.15 Será considerado aprovado na prova escrita objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou maior que 4,00 (quatro).

11 DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS

11.1 A prova escrita será aplicada na cidade de Garopaba, ou na inexistência de locais adequados e ou suficiente para sua aplicação, em cidades próximas, em data constante do cronograma deste edital e em local a ser divulgado quando da homologação das inscrições, conforme data do cronograma.

11.2 Os horários de realização das provas ficam assim definidos conforme cronograma abaixo:

Escolaridade exigida para o cargo	Período Prova Escrita
Alfabetizado Ensino Fundamental Ensino Médio	MATUTINO
Ensino Superior	VESPERTINO

Conforme Cronograma:

Evento	Horários	
	MATUTINO	VESPERTINO
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	8h15	13h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50	13h50
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequência início das provas.	8h52h	13h52
Início da resolução da prova.	9h00	14h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	9h30	14h30
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta para todos os cargos	11h00	16h00
Para os cargos com prova prática, as provas serão conforme os candidatos terminarem a prova escrita, podendo ser alterada dependendo do tempo e do número de candidatos, de acordo com a convocação no próprio local.		

11.3 A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

11.4 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões.

11.5 Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Processo Seletivo.

11.6 O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do seletivo na Internet, por mensagens enviadas para o email informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

11.7 A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento e identificação oficial com foto.

11.8 São considerados documentos de identificação oficial: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reserva, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

11.9 Em caso de perda, furto o roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

11.10 Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

11.11 A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

11.12 Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

11.13 Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

a) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta preferencialmente PRETA ou azul em últimos casos (sob pena de perda de sensibilidade de leitura óptica); (não serão fornecidas caneta no local)

b) Documento de Identificação com foto;

c) Original do Comprovante do pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;

d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

11.14 É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, a ingestão de alimentos (permitido apenas barras de cereais ou similares desde que em abertos e acondicionados em embalagem plástica transparente, providenciada pelo candidato), uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura (salvo burca, desde que apresentado declaração de congregação ao fiscal de sala).

11.15 É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV não se responsabilizará pela guarda de qualquer armamento.

11.16 Os telefone celulares e demais equipamentos e materiais trazidos pra o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados quando couber, aos fiscais da sala antes do início da prova.

11.17 A simples posse, mesmo que desligado, ou so de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

11.18 É vedado ao candidato, durante a realização da provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes;

11.19 O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.

11.20 O IOBV e PrefeituraMunicipal de Garopaba não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais eou avaria, perda ou desaparecimento dos matérias, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

11.21 Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como a s de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

11.22 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.

11.23 Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 30 (trinta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Processo Seletivo.

11.24 Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando assinação a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

11.25 O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova.

11.26 Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

11.27 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo.

11.28 Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

11.29 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

11.30 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

11.31 Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao seletivo, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

11.32 No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

11.33 A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto o Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

11.34 Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

12. DA PROVA DE TÍTULOS (PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)

12.1 Para os cargos de Ensino Superior a segunda fase do Processo Seletivo consiste na Prova de Títulos, de caráter unicamente classificatório para os aprovados na prova escrita, ou seja àqueles que obtiveram nota igual ou superior a 4,00 (quatro).

12.2 A Prova de Títulos é constituída pela pontuação de certificados e ou diplomas de cursos de pós-graduação relacionados ao cargo para a qual se inscreveu.

12.3. Os títulos que atenderem as normas do presente edital serão avaliados de acordo com o quadro abaixo:

Título/documento	Pontuação
Certificado de curso de pós-graduação em nível de Especialização.	1,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado	2,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Doutorado	3,00

12.4 Será avaliado unicamente 1 (um) título de curso de pós-graduação. Caso o candidato apresente mais de um título será avaliado o de maior valor acadêmico.

12.5 Os certificados de cursos de pós-graduação em nível de especialização deverão ser acompanhados por histórico escolar.

12.6 Os diplomas de cursos de pós-graduação em mestrado ou doutorado emitidos no exterior, deverão ser reconhecidos na forma da lei e acompanhados de tradução oficial.

12.7 Os candidatos que tenham concluído cursos de pós-graduação (em nível de especialização, mestrado ou doutorado) em data posterior a 30 de julho de 2016, cujos diplomas não tenham sido confeccionados pela instituição de ensino, poderão entregar certidão emitida pelo

programa de pós - graduação declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos pelo programa, ter sido aprovado sem ressalvas o trabalho, monografia, dissertação ou tese, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso e no caso dos cursos de mestrado ou doutorado, que lhe foi outorgado o título correspondente. A certidão deve ser acompanhada de histórico escolar regularmente emitido.

12.8 Para participar da Prova de Títulos os candidatos deverão protocolar no IOBV, ou enviar pelo correio, com Aviso de Recebimento e preferencialmente por SEDEX, os seguintes documentos:

- a) Requerimento para participação na Prova de Títulos (anexo VI) obrigatório (certificados desacompanhados do requerimento não serão avaliados);
- b) O título que deseja ser avaliado, devidamente autenticado em cartório.

12.8.1 Não devem ser entregues/enviados:

- a) Documentos originais;
- b) Diplomas de curso de ensino médio e ou licenciatura (graduação);
- c) Documentos pessoais;
- d) Comprovantes de residência ou qualquer outro documento não exigido para pontuação de títulos.

12.8.2. O envelope individualizado contendo os títulos devem ser assim identificados:

(Recorte e cole no envelope)

REQUERIMENTO PARA PROVA DE TÍTULOS

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AVENIDA LUIZ BERTOLI, 233 – CENTRO

89.190-000 – TAIÓ – SC

Cargo:

Número de Inscrição:

12.9 Os títulos enviados pelo correio ou protocolados no IOBV só serão avaliados se entregues ao IOBV acompanhados do requerimento de títulos e no prazo das inscrições conforme data do cronograma, valendo como comprovação, quando couber, o registro de entrega dos documentos emitidos pelos Correios.

12.10 A nota da Prova de Títulos (no máximo 3,00 pontos) será somada à da Prova Escrita para o cálculo da Nota Final.

12.11 A participação na Prova de Títulos não é obrigatória.

12.12 O candidato enviará sua documentação antecipadamente e sobre sua conta e risco, arcando com as despesas de correio e cartório, caso não seja aprovado na prova escrita, seus certificados serão ignorados.

13. DA PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE MOTORISTA SAMU

13.1 Os cargos de Motorista SAMU, realizarão prova prática que destina-se a avaliar os conhecimentos práticos que os candidatos possuem no desempenho de atividades que são inerentes ao cargo pleiteado, constando de demonstração prática de sua habilitação na execução das atribuições do cargo.

13.2 Os candidatos deverão comparecer em data constante do cronograma, caso não realizarem a prova prática serão eliminados do certame, pois não prestaram esta etapa.

13.4 Realizada a prova prática, será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 3,00 (três) pontos na aplicação da fórmula de cálculo da nota final, sendo eliminado do certame o candidato com nota inferior a 3,00 (três).

13.5 A Prova Prática terá caráter classificatório sendo a nota da prova prática somada à nota da prova escrita, conforme a seguinte fórmula:

$$NF = NPE \times 3 + NPP \times 7 / 10$$

13.6 DA DATA, HORÁRIO E DETERMINAÇÕES GERAIS DA PROVA PRÁTICA

13.7 A prova prática será realizada na data constante do cronograma em local a ser anunciado no edital de convocação no dia da prova escrita, conforme os candidatos forem terminando a prova, devendo todos os candidatos se apresentar ao coordenador da prova prática, até as 11h30min (onze horas e trinta minutos), sob pena de serem declarados eliminados do certame.

13.8 Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar no local e horário com antecedência, para identificação, chamada e receber instruções, vestidos com trajes e calçados de acordo com as atividades exercidas, portando documento de identificação com foto, não serão aceitando cópias, mesmo que autenticadas ou qualquer tipo de protocolo.

13.9 Os candidatos ao serem chamados assinarão a lista de presença e em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

13.10 O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso.

13.11 Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado na data da prova.

13.12 Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Garopaba, no estado em que se encontrarem.

13.13 Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, junto com as ferramentas e materiais que empregarão para a realização da tarefa, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o seu uso de forma inadequada implicará na desclassificação do candidato.

13.14 O candidato que oferecer risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, provocando acidentes e prejuízos físicos e materiais será responsabilizado pelo ato e será automaticamente eliminado do certame. O candidato ao assinar a lista de presença fica ciente de sua responsabilidade.

13.15 Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

13.16 Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de movimentação e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

13.17 Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto

sem autorização da comissão do concurso antes de realizar seu teste.

13.18 Durante a realização da prova prática é proibido utilizar telefones celulares e ou qualquer outro equipamento de comunicação, usar equipamento de som de qualquer natureza, fumar ou ingerir qualquer medicamento, alimento ou bebida, exceto água acondicionada em garrafa de material plástico transparente e sem rótulo.

13.19 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local sem comunicar-se com os demais candidatos.

13.20 A prova poderá ser filmada e gravada e o candidato ao assinar o termo de realização da prova prática concordará e atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, declarando estar ciente de que é responsável por qualquer dano ao equipamento, avaliadores ou transeuntes.

13.21 No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

13.22 Por razões de ordem técnica ou meteorológica a prova poderá ser adequada ou transferida a data, local e horário da realização da Prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no sítio do concurso e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível.

13.23 DA AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA PARA MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU

13.24 O candidato deve operar o veículo/equipamento de forma adequada, partindo do local em que se encontra, sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo/equipamento deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

13.25 O exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 15 (quinze minutos), onde será avaliado o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e semafórica, como também outras situações durante a realização do exame.

13.26 Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de motorista, deverão apresentar carteira de habilitação categoria mínima conforme item 13.29.1, a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

13.27 O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

13.28 Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento, boletins de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

13.29 Os candidatos farão a prova prática nos veículos conforme o cargo:

13.29.1

Cargo	Habilitação exigida para prática	Veículo
Motorista do SAMU	Ensino Médio Completo e Carteira de Habilitação CNH, tipo "D" e Certificado de participação em Curso de Direção Defensiva	Ambulância

13.30 No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

13.31 Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados	Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria
Faltas Graves	1,00	12
Faltas Médias	0,50	11
Faltas Leves	0,25	06

a) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves:

- Descontrolar-se no plano, no auge ou declive;
- Entrar na via preferencial sem o devido cuidado;
- Utilizar a contramão de direção;
- Subir na calçada destinada ao trânsito do pedestre;
- Deixar de observar a sinalização da via. Sinais de regulamentação;
- Deixar de observar as regras de ultrapassagem de preferência da via ou mudança de direção;
- Exceder a velocidade indicada para a via;
- Perder o controle de direção do veículo em movimento;
- Deixar de observar a preferência do pedestre quando estiver ele atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar ou ainda quando o pedestre não tiver cuidado na travessia inclusive na mudança de sinal;
- Deixar a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte dela;
- Fazer incorretamente a sinalização devida ou deixar de fazê-la;
- Deixar de usar o cinto de segurança.

Faltas Médias:

- Executar o percurso da prova ou parte dela, sem estar o freio de mão inteiramente livre;
- Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via;
- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova;
- Fazer conversão com imperfeição;

- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido;
- Desengrenar o veículo nos declives;
- Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias;
- Avançar sobre o balizamento demarcado quando na colocação do veículo na vaga;
- Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal do freio nas frenagens;
- Utilizar incorretamente os freios;
- Não colocar o veículo na área balizada com o máximo de 3 (três) tentativas.

Faltas Leves:

- Negligenciar o controle do veículo provocando nele movimento irregular;
- Ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor;
- Não ajustar devidamente os espelhos e retrovisores;
- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento;
- Engrenar as marchas de maneira incorreta;
- Interpretar com insegurança as condições dos instrumentos do painel.

13.8.9. Dependendo do número de candidatos as provas poderão ser realizadas em mais de um veículo/equipamento do mesmo tipo (Exemplo onibus1, onibus2, onibus3), neste caso haverá sorteio para determinar em qual veículo o candidato realizará a prova.

14. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL

14.1 Para os cargos de nível superior a nota final do candidato será a soma da nota da prova escrita e da nota da prova de títulos: $NF = NPE + NPT$

NF= Nota final

NPE = Nota Prova Escrita

NPT = Nota Prova Títulos

14.2 Para o cargo de motorista do Samu a nota final do candidato obedecerá a seguinte fórmula:

$$NF = (NPE \times 3) + (NPP \times 7) / 10$$

Sendo:

NPE = Nota da Prova Escrita

NPP = Nota da Prova Prática

NF = Nota Final

14.3 Nota final para todos os demais cargos: $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NF = Nota Final

14.4. Serão considerados aprovados neste processo seletivo os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 4,00 (quatro) 5,00 (cinco);

14.5 Os candidatos serão classificados por cargo / disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

14.6 Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

14.6 Para os candidatos que não se enquadrarem na condição de idoso, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- b) Maior nota nas questões de Conhecimentos Gerais;
- c) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.

14.8 As pessoas com deficiência integrarão lista especial de classificação.

15. DOS RECURSOS

15.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Processo Seletivo.

15.2 Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação, no site do Processo Seletivo na Internet, do ato em desfavor do qual quer o candidato recorrer.

15.3 Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:

15.3.1 Recursos Via Internet:

- a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.
- b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o seletivo Edital 04/2016 de GAROPABA;
- c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".
- d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).

f) Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.

g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

15.3.2 Recursos presencial ou via postal:

a) Para recursos presencial preencher e assinar o anexo VII, do edital, com argumentação clara, consistente e objetiva, no caso de questões, um para cada questão e protocolar pessoalmente ou via procuração na sede do IOBV, no endereço constante do item 1.11 deste edital.

b) Para recursos via postal o candidato deverá preencher e assinar o requerimento (anexo VII) do edital com argumentação clara, consistente e objetiva, Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas; datar e assinar; anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente; colocar o requerimento em envelope resistente e enviará para o endereço sede do IOBV, conforme item 1.11, via sedex/ar.

15.3.3 O candidato deverá expedir o documento AR (aviso de recebimento), pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX. O documento deve ser entregue ao IOBV rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, sendo de responsabilidade do candidato a remessa via postal com devida antecedência para que o recurso seja entregue no prazo constante do cronograma do edital, valendo para todos os fins de direito a data da entrega.

15.3.4 Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

15.3.5 É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

15.3.6 O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

15.3.7 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

15.3.8 Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

15.3.9 Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

15.3.10 No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

15.3.11 No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

15.3.12 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

15.3.13 Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

15.3.14 Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

15.3.15 A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

16. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

16.1 A homologação do resultado final deste seletivo, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do seletivo e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

16.2 Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

17. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

17.1 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de GAROPABA, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do seletivo ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

17.2 A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de GAROPABA.

17.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados são de competência e responsabilidade do Município de GAROPABA.

17.4 É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

17.5 Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

17.6 O candidato após receber a convocação terá o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis para manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência. A falta de manifestação do candidato, no prazo indicado, também será considerada como desistência da vaga.

17.7 O candidato aprovado no seletivo, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer uma única vez a sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

17.7.1 O pedido de reclassificação deverá se dar no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação pelo candidato.

17.7.2 O regramento disciplinado no item 17.6 não se aplica ao candidato que, quando em processo de convocação, estiver, no último dia de manifestação de interesse na vaga e apresentação da documentação exigida para a contratação, na última posição de classificação.

17.3 O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de GAROPABA, até a data estabelecida conforme item 17.6, será excluído da vaga deste Processo Seletivo.

17.4 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos

candidatos classificados, após divulgação da homologação do seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de GAROPABA.

17.4.1 A convocação que, encaminhada ao endereço constante do cadastro do candidato, retornar ao remetente, ou seja, à Prefeitura Municipal de Garopaba, por situação que não corresponda a erro ou problema ocasionado pelo próprio remetente, resultará na desclassificação do candidato convocado, uma vez que é obrigação do candidato a constante atualização de seu endereço.

17.5 A inobservância do subitem 17.6, implicará na desclassificação da vaga do Processo Seletivo.

17.6 Por ocasião da convocação serão exigidos, dos candidatos aprovados e convocados os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação.

17.7 O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

18. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

18.1 Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste seletivo, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
 - b) Emitir os documentos para homologação das inscrições;
 - c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
 - d) Analisar e pontuar os títulos;
 - e) Apreciar os recursos previstos neste edital;
 - f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
 - g) Prestar informações sobre o seletivo dentro de sua competência;
 - h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
 - i) Responder, em conjunto com o município de GAROPABA eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.
- 18.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, devidamente nomeada por ato oficial.
- 18.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de GAROPABA.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Seletivo.

19.2 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas informações por telefonerelativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Processo Seletivo e respostas de recursos.

19.3 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de GAROPABA, até que expire a validade do Seletivo, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

19.4 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

19.5 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

19.6 O Município de GAROPABA e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

19.7 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

19.8 As despesas relativas à participação do candidato no Seletivo e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

19.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Seletivo, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de postagem.

19.10 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo, tanto da Prefeitura do Município de GAROPABA como do IOBV.

19.11 Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

19.12 A Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do Município de GAROPABA e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

19.13 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do município de GAROPABA e do IOBV.

19.14 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Garopaba/SC.

19.15 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

19.16 Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II– Atribuições dos Cargos; Anexo III– Conteúdo Programático; Anexo IV– Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V – Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição.VI- Requerimento para prova de Títulos; VII-Requerimento de Recursos.

GAROPABA, 08 de dezembro de 2016.

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

ANEXO I
DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO	Micro área	PROGR-MA	Nº Vagas/CR	Carga Horária	Venci-mento R\$	REQUISITOS/ HABILITAÇÃO	Tipo da Prova	Taxa de Inscrição R\$	Período Prova
1. Agente Comunitário de Saúde (Área 1-Centro)	01 a 07	PACS	07/CR	40 h/s	1.125,23	Ensino fundamental completo (1º grau) e residir na área da comunidade em que for atuar, desde a data de publicação do edital de processo seletivo, com vagas para o cargo	Escrita	30,00	Matutino
2. Agente Comunitário de Saúde (Área 02-Norte)	01 a 07	PACS	07/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
3. Agente Comunitário de Saúde (Área 03-Ambrósio)	01 a 06	PACS	06/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
4. Agente Comunitário de Saúde (Área 04-Palhocinha)	01 a 05	PACS	05/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
5. Agente Comunitário de Saúde (Área 05-Campo Duna I)	01 a 03	PACS	03/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
6. Agente Comunitário de Saúde (Área 06-Encantada)	01 a 06	PACS	03/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
7. Agente Comunitário de Saúde (Área 07-Campo Duna II)	01 a 03	PACS	06/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
8. Agente de Combate às Endemias		PACE	03/CR	40 h/s	1.125,23	Ensino fundamental completo (1º grau)	Escrita	30,00	Matutino
9. Auxiliar de Consultório Dentário (Auxiliar de Saúde Bucal)		ESF – SB	04/CR	40 h/s	891,99	Ensino Fundamental (1º grau), curso de Auxiliar de Saúde Bucal ou Técnico de Saúde Bucal, com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita	30,00	Matutino

DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DE ABRANGENCIA DO CARGO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

CARGO	Localização	Abrangência/Pontos de Referência
Agente Comunitário de Saúde (Área 01-Centro)	Micro 01 Micro 02 Micro 03 Micro 04 Micro 05 Micro 06 Micro 07	Centro Histórico e proximidades. Rua GRP 10, Avenida dos Pescadores e proximidades. Rua Santa Rita, Professor Antônio José Botelho e proximidades. GRP 10 e Morrinhos e proximidades. Maria Antônia dos Santos e proximidades Panorâmico e proximidades. Praia da Silveira e proximidades.
Agente Comunitário de Saúde (Área 02- Norte)	Micro 01 Micro 02 Micro 03 Micro 04 Micro 05 Micro 06 Micro 07	Praia do Siriú e proximidades. Ponte do Siriú e proximidades. Costa do Macacu Macacu e proximidades Areias de Macacu Gamboa Morro do Fortunato e proximidades do Macacu
Agente Comunitário de Saúde (Área 03-Ambrósio)	Micro 01 Micro 02 Micro 03 Micro 04 Micro 05 Micro 06	Bairro Village e proximidades. Pinguirito e proximidades Loteamento Quinta dos Açores e proximidades. Vera Cruz, Barro vermelho e proximidades. Centro Comunitário, Nicolau Manoel de Abreu e proximidades. Galeão, Lageado e proximidades.
Agente Comunitário de Saúde (Área 04-Palhocinha)	Micro 01 Micro 02 Micro 03 Micro 04 Micro 05	Igreja Capão até beira praia Ferrugem e proximidades. Madecon até Igreja Capão e proximidades. Madecon até Mineoro e proximidades. Mineoro até Escola Areias Palhocinha e proximidades. Escola Areias de Palhocinha e proximidades até Ponte Encantada
Agente Comunitário de Saúde (Área 05-Campo Duna I)	Micro 01 Micro 02 Micro 03	Gramma e proximidades. Limpa e proximidades. Rua Geral do Ouvidor(CRAS e proximidades).

Agente Comunitário de Saúde (Área 06-Encantada)	Micro 01 Micro 02 Micro 03 Micro 04 Micro 05 Micro 06	Serraria, Morro da Encantada e proximidades. Rodovia SC 434, KM 7 (Figueiredo e proximidades) Praia da Barra e proximidades. Ressacada (Plantação de arroz, Rua do Real e proximidades) Ressacada (morro do Sr. Zelindro e proximidades) Canto da Penha e Cova Triste.
Agente Comunitário de Saúde (Área 07-Campo Duna II)	Micro 01 Micro 02 Micro 03	Rodovia SC 434 (Imobiliária Azenha , Padaria MultiPam e proximidades) Rodovia SC 434 (Aldeia e proximidades) Rodovia SC 434 (Supermercado Silveira, Campinense e proximidades)

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE "ENSINO MÉDIO E TECNICO"

CARGO	PROGRAMA	Nº Vagas/CR	Carga Horária	Venci-mento	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Taxa inscrição R\$	Período Prova
10. Monitor de Oficina de Arte Terapia/teatro (PETI)	Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo	01/CR	08 h/s	588,48	Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área de Artes	Escrita	50,00	Matutino
11. Monitor de Oficina Terapêutica - Artes - CAPS	CAPS lei 1.377/2010	CR	08 h/s	644,23	Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área de Artes	Escrita	50,00	Matutino
12. Monitor de Oficina Terapêutica - Expressão Corporal - CAPS	CAPS lei 1.377/2010	CR	08 h/s	644,23	Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área de Expressão Corporal	Escrita	50,00	Matutino
13. Monitor de Oficina - música - CAPS	CAPS lei 1.377/2010	CR	08 h/s	644,23	Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área de música	Escrita	50,00	Matutino
14. Motorista Socorrista Excluído	SAMU	CR	38 h/s	1.235,82	Ensino Médio Completo e Carteira de Habilitação CNH, Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito) tendo a Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D" e Certificado de participação em Curso de Direção Defensiva	Escrita e Prática	50,00	Matutino
15. Técnico em Enfermagem (CAPS)	CAPS lei 1.377/2010	CR	40 h/s	1.118,13	Curso Técnico em Enfermagem e Registro no COREN.	Escrita	50,00	Matutino
16. Técnico em Enfermagem (ESF)	ESF	05/CR	40 h/s	1.118,13	Curso Técnico em Enfermagem e Registro no COREN.	Escrita	50,00	Matutino
17. Técnico em Enfermagem (SAMU)	SAMU	CR	38 h/s	1.118,13	Ensino médio completo (2º Grau) Curso Técnico de Enfermagem, registro no COREN e Curso de capacitação SAMU	Escrita	50,00	Matutino
18. Técnico em Enfermagem (Unidades)	Unidades	06/CR	40 h/s	1.118,13	Curso Técnico em Enfermagem e Registro no COREN.	Escrita	50,00	Matutino
19. Técnico em Raio X	Policlínica	01/CR	24 h/s	1.118,13	Ensino médio completo (2º Grau) Curso Técnico em Radiologia com certificado reconhecido pelo Ministério da Educação.	Escrita	50,00	Matutino

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE "ENSINO SUPERIOR"

CARGO	PROGRAMA	Nº Vagas/CR	Carga Horária	Vencimen-to	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Taxa inscrição R\$	Período Prova
20. Assistente Social	NASF	01/CR	20 h/s	992,36	Ensino Superior Completo em Serviço Social com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
21. Enfermeiro	ESF	04/CR	40 h/s	2.426,75	Ensino Superior Completo em Enfermagem com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino

22. Enfermeiro CAPS	CAPS lei 1.377/2010	01/CR	40h/s	1.984,77	Ensino Superior Completo em Enfermagem com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
23. Fisioterapeuta	NASF	02/CR	20 h/s	992,36	Curso Superior em Fisioterapia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
24. Fonoaudiólogo	NASF	01/CR	20 h/s	992,36	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
25. Médico	ESF	01/CR	40 h/s	8.517,73	Ensino Superior Completo em Medicina com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
26. Médico Cardiologista	Policlínica	01/CR	20 h/s	5.730,11	Curso Superior em Medicina com especialização em Cardiologista com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
27. Médico Emergencista	Policlínica	CR	30 h/s	12.557,49	Portador do diploma de médico, com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina; tempo mínimo de exercício profissional comprovado de 2 (dois) anos; experiência comprovada em Serviços de Atendimento de Emergência	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
28. Médico Especialista em Cirurgia de Cabeça / Pescoço	Policlínica	01/CR	20 h/s	5.729,98	Curso Superior em Medicina e especialização em Cirurgia de Cabeça / Pescoço com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
29. Médico Ortopedista	Policlínica	01/CR	10 h/s	2.713,61	Curso Superior em Medicina com especialização em Ortopedia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
30. Médico Psiquiatra - CAPS	CAPS lei 1.377/2010	01/CR	12h/s	4.460,19	Curso Superior em Medicina com especialização e ou residência em Psiquiatria com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
31. Médico Urologista	Policlínica	01/CR	10 h/s	2.713,61	Curso Superior em Medicina com especialização em Urologia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
32. Médico Veterinário	NASF	01/CR	40 h/s	1.984,77	Ensino Superior Completo em Medicina Veterinária com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
33. Nutricionista	NASF	02/CR	20 h/s	992,36	Ensino Superior Completo em Nutrição com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
34. Odontólogo	ESF – SB	04/CR	40 h/s	3.927,43	Ensino Superior Completo em Odontologia com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
35. Educador Físico (NASF)	NASF	02/CR	20 h/s	1.110,53	Curso superior completo com Licenciatura Plena segundo Resolução CONFEF 13/87 ou Bacharelado segundo Resolução CONFEF 07/2004 Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
36. Psicólogo (NASF)	NASF	02/CR	20 h/s	992,36	Curso Superior em Psicologia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
37. Psicólogo CAPS (clínica e grupos)	CAPS lei 1.377/2010	01/CR	40h/s	1.984,77	Curso Superior em Psicologia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Agente Comunitário de Saúde – PACS

Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS; utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos e outros agravos da saúde;

Agente de Combate às Endemias – PACE

Exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal; utilizar instrumentos para vigilância, prevenção e controle de doenças; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento, vigilância, prevenção

Auxiliar de Consultório Dentário (Auxiliar de Saúde Bucal) – ESF – SB

Compete ao Auxiliar de Saúde Bucal, sempre sob a supervisão do Cirurgião-Dentista: Organizar e executar atividades de higiene bucal; processar filme radiográfico; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, inclusive em ambientes hospitalares; manipular materiais de uso odontológico; selecionar moldeiras; preparar modelos em gesso; registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal; executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho; realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal; aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos; desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários; realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal; e adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção.

Monitor de Oficina de Arte-Terapia / teatro (PETI)

Executar aulas de arte aliada ao trabalho terapêutico junto às crianças e adolescentes da Jornada Ampliada do PETI com intuito de promover o desenvolvimento infanto-juvenil; estabelecer vínculos com os usuários atendidos pelo programa, de forma a instigar o seu autoconhecimento como sujeito social, além de estimular sua auto-estima, promovendo seu enriquecimento cultural e convívio em grupo; considerar o conhecimento que as crianças e adolescentes possuem advindo das mais variadas condições sociais e culturais de seu cotidiano; promover juntos com os usuários atividades extras com o intuito de despertar o interesse da criança em atingir um nível superior de conhecimento; contribuir com o desenvolvimento de todas as oficinas da instituição.

Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Artes - CAPS**Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Expressão Corporal - CAPS****Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Música - CAPS**

DESCRIÇÃO: Compreende a força de trabalho que se destina a executar tarefas grupais, que auxiliam a promover a socialização, expressão e inserção do indivíduo na sociedade, junto com a equipe de Saúde Mental.

ATRIBUIÇÕES:

a) Gerais: Conhecer os princípios e diretrizes do SUS, da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica; Relacionar-se de forma amistosa, gentil e respeitosa com usuários, familiares e servidores; Mediar as relações individuais e/ ou grupais de forma ética, resgatando o direito à cidadania, a integralidade da assistência e o controle social; Supervisionar a inclusão e participação dos usuários da Saúde Mental, fora da crise, em atividades intersetoriais visando à proteção do usuário e a consolidação das ações intersetoriais; Responsabilizar-se como técnico de referência junto ao usuário, à família, à comunidade e à Equipe de Saúde Mental, construindo e reavaliando o Projeto Terapêutico Individual; Propor oficinas terapêuticas articuladas aos momentos diversos do Processo saúde-doença (prevenção, promoção, tratamento e reabilitação); Participar das Assembleias de Usuários e trabalhadores de Saúde Mental; Participação em atividades coletivas da Equipe de Saúde Mental (Reuniões de Equipe, reuniões diárias e Supervisão) socializando os acontecimentos e produções dos usuários;

b) Específicas: Oferecer oficinas, na sua área de conhecimento e experiência no CAPS; Coordenar as atividades grupais, estruturadas e não estruturadas, com a finalidade de promover: socialização, expressão e inserção social; Coordenar e orientar atividades de pintura, música, expressão corporal, artesanato, artes plásticas, cerâmicas e outras afins, de acordo com núcleos de saber específico; Desenvolver Oficinas de geração de renda, de acordo com os princípios da Economia Solidária; Propiciar oficinas, atividades e estratégias de inclusão social e cultural dos usuários, valorizando as intervenções que fazem parte da Agenda da Saúde Mental; Ampliar as autonomias e habilidades dos usuários, respeitando a diversidade e multiplicidade de ritmo dos mesmos; Elaborar lista de materiais e quantitativos necessários para o bom funcionamento de suas atividades; Organizar, cuidar e responsabilizar-se pelos materiais de uso diário das oficinas e das atividades realizadas pelos usuários; Elaborar e manter exposições dos trabalhos realizados nas oficinas; Registrar os fazeres e acontecimentos ocorridos na Oficina.

Motorista Socorrista – SAMU

- 1 - Conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes;
 - 2 - Conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo;
 - 3 - Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações;
 - 4 - Conhecer a malha viária local;
 - 5 - Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local;
 - 6 - Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida;
 - 7 - Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas;
 - 8 - Realizar medidas reanimação cardiopulmonar básica;
 - 9 - identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde;
 - 10 - Comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço predeterminada, e dele não se ausentar até a chegada do seu substituto;
- item a) a substituição do plantão deverá se fazer na base; em caso de um atendimento prolongado, que exija permanência por mais de uma hora além da escala, o motorista-socorrista poderá solicitar a substituição no local do atendimento;
- item b) as eventuais trocas de plantão da escala de serviço deverão ser realizadas mediante preenchimento e assinatura de um formulário próprio, por ambas as partes, e entregue ao Diretor Técnico ou seu substituto, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas; item c) no caso de não haver troca oficial de plantão por opção das duas partes, a responsabilidade é do profissional que estava escalado originalmente.
- 11 cumprir com pontualidade seus horários de chegada aos plantões determinados, com o mínimo de quinze minutos de antecedência;
 - 12 tratar com respeito e coleguismo os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas, liderando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo;
 - 13 utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários, sendo responsável pelo mau uso;
 - 14 manter-se atualizado, freqüentando os cursos de educação continuada e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel;
 - 15 Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas;

- 16 Participar das reuniões convocadas pela direção;
- 17 Participar das comissões de estudo e de trabalho, quando requisitado pela direção técnica;
- 18 Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegrilos, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos;
- 19 Acatar as deliberações da direção técnica;
- 20 Participar da formação inicial e de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos cursos de educação continuada oferecidos, sendo que o não cumprimento acarretará em sanções sujeitas ao desligamento do profissional.

Técnico em Enfermagem – CAPS

Desenvolver ações de técnico de enfermagem nos espaços do CAPS e no domicílio/comunidade; fazer curativos; aplicar vacinas e injeções; observar prescrições médicas realizadas a doentes; ministrar remédios e cuidados com os doentes; atender e acompanhar os doentes; auxiliar demais profissionais da saúde; requisitar material de enfermagem; desenvolver com ACS atividades de identificação de família de risco para patologias relacionadas à saúde mental; contribuir com ACS no que se refere a visitas domiciliares dos pacientes do CAPS; acompanhar as consultas de enfermagem de indivíduos expostos a situação de risco; executar segundo sua qualificação profissional os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiologia nas áreas de atenção a saúde; participar da discussão e organização do processo de trabalho no CAPS, SMS e comunidade; apoiar rotina diária do CAPS; acompanhar pacientes em estado agudo da doença psíquica até a internação; registrar os procedimentos realizados; manter atualizado o prontuário do paciente; executar outras tarefas correlatas.

Técnico em Enfermagem – ESF

Realizar procedimentos de enfermagem dentro de suas competências técnicas e legais; realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes, USF e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçadas pela equipe; preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamento na USF; zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamento e de dependências da USF, garantindo o controle de infecção; realizar buscas ativas de casos, como tuberculose, hanseníase e demais.

Técnico em Enfermagem – SAMU

- 1 – Manter a assepsia dos equipamentos e materiais assim como da cabine posterior da ambulância
- 2 - Conhecer integralmente o todos os equipamentos, materiais e medicamentos disponíveis na ambulância e realizar manutenção básica dos mesmos;
- 3 - Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações;
- 4 - Conhecer a estrutura de saúde local;
- 5 - Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local;
- 6 – Proceder os gestos básicos de suporte à vida;
- 7 - Proceder imobilizações e transporte de vítimas;
- 8 - Realizar medidas reanimação cardiorespiratória básica;
- 9 - Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade;
- 10 - Comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço predeterminada, e dele não se ausentar até a chegada do seu substituto;
- item a) a substituição do plantão deverá se fazer na base; em caso de um atendimento prolongado, que exija permanência por mais de uma hora além da escala, o técnico de enfermagem poderá solicitar a substituição no local do atendimento;
- item b) as eventuais trocas de plantão da escala de serviço deverão ser realizadas mediante preenchimento e assinatura de um formulário próprio, por ambas as partes, e entregue ao coordenador de enfermagem ou seu substituto, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas;
- item c) no caso de não haver troca oficial de plantão por opção das duas partes, a responsabilidade é do profissional que estava escalado originalmente.
- 11 cumprir com pontualidade seus horários de chegada aos plantões determinados, com o mínimo de quinze minutos de antecedência;
- 12 tratar com respeito e coleguismo os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas, liderando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo;
- 13 utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários, sendo responsável pelo mau uso;
- 14 manter-se atualizado, freqüentando os cursos de educação continuada e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel;
- 15 Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas;
- 16 Participar das reuniões convocadas pela direção;
- 17 Participar das comissões de estudo e de trabalho, quando requisitado pela direção técnica;
- 18 Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegrilos, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos;
- 19 Acatar as deliberações da direção técnica;
- 20 Participar da formação inicial e de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos cursos de educação continuada oferecidos, sendo que o não cumprimento acarretará em sanções sujeitas ao desligamento do profissional.

Técnico em Enfermagem (Unidades)

Possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda orientações quando ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas.

Técnico em Raio X

Executar atividades radiológicas, no setor de diagnose; executar atividades radioterápicas, no setor de terapia; fazer coleta de material para exames, quando indicado; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; fazer a previsão e vistoriar o equipamento de Raio-X; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Radiologia; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; Executar outras atividades correlatas.

Assistente Social – NASF

Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da prática do Serviço Social para efetivação de um modelo de atuação promotor de saúde e cidadania, integrando o Núcleo de Apoio a Saúde da Família.

Enfermeiro – ESF

Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada; realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolo estabelecidos nos programas do Ministério da Saúde e as disposições legais da profissão; planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida.

Enfermeiro – CAPS

Realizar acolhimento e triagem; Realizar atendimento individual de orientação, bem como grupos educativos; Visitas domiciliares; Elaborar, planejar, executar e avaliar projetos; Supervisionar todas as atividades desenvolvidas pela equipe de enfermagem; Capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental local e a nível regional; Atender as urgências psiquiátricas no serviço; Desenvolver a interdisciplinariedade na equipe, como forma de garantir atenção integral ao dependente químico; registrar os procedimentos realizados; manter atualizado o prontuário do paciente; executar outras tarefas correlatas.

Fisioterapeuta - NASF

Reavaliar avaliação diagnóstica utilizando-se de atividades técnicas apropriadas; tratar de problemas que interferem na atuação de pessoas debilitadas por doenças físicas ou mentais, desordens emocionais, desabilidades congênitas ou de desenvolvimento e envelhecimento. Ensinar exercícios corretivos a pacientes. Promover a reintegração de pacientes a famílias e outros grupos familiares. Elaborar pareceres, informes técnicos, relatórios, realizando pesquisas e entrevistas.

Fonoaudiólogo - NASF

Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da Fonoaudiologia, englobando ações de promoção, proteção e recuperação da saúde nos diversos aspectos relacionados à comunicação humana, integrando o Núcleo de Apoio a Saúde da Família

Médico – ESF

Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; realizar consultas e procedimentos na USF e quando necessário no domicílio; realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção básica, definidas pela Norma Operacional da Assistência a Saúde; avaliar a atuação clínica a prática da saúde coletiva.

Médico Cardiologista

Realizar diagnóstico e tratamento das afecções cardíacas congênitas ou adquiridas; fazer diagnósticos e tratamento das moléstias e anormalidades relativas à especialidade, bem como de doenças e acidentes; preencher fichas médicas dos pacientes; prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; executar outras tarefas semelhantes

Médico Especialista em Cirurgia de Cabeça / Pescoço

Realizar consultas ambulatoriais dentro de sua especialidade; indicar, realizar e acompanhar cirurgias; analisar e definir terapias, observando custo x benefícios; identificar a gravidade dos casos, garantindo atendimento imediato ao paciente grave; participar de reuniões clínicas multidisciplinares; preencher adequadamente os prontuários; preencher os documentos, formulários e relatórios inerentes a atividade; cumprir e fazer cumprir os requisitos legais normativos e institucionais.

Médico Emergencista

Realizar avaliação de todos os pacientes encaminhados para atendimento médico, atender os pacientes clínicos e vítimas de trauma no setor de emergência, priorizar o atendimento em função da gravidade/risco, estabilizar e encaminhar os pacientes para outras especialidades, prestar atendimento quando solicitado por outras especialidades diante de situações avaliadas como emergência, ser responsável pelo acompanhamento e prescrição dos pacientes adultos deixados em observação pela equipe, atender, avaliar, encaminhar e/ou liberar pacientes, prestar informações a familiares quando pertinente, responsabilizar-se pela transferência de pacientes, procedendo ao contato com o médico receptor e relatório de transferência, participar da coleta de dados que orientem a gestão assistencial (escores, indicadores de qualidade e complexidade), conhecer e cumprir as normas constantes do Estatuto dos Funcionários do Município de Garopaba, e outras tarefas afins e correlatas.

Médico Ortopedista

Diagnosticar e tratar traumatismos músculos-esqueléticos e outras afecções agudas do aparelho locomotor e da coluna vertebral; preencher fichas médicas dos pacientes; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; prestar o devido atendimento ao paciente encaminhado por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; executar outras tarefas semelhantes.

Médico Psiquiatra – CAPS

Prestar e orientar o tratamento médico, coordenar atividades médicas institucionais diagnosticando situações de saúde, executando

atividades médicas, desenvolvendo e executando programas de saúde em sua área de atuação. Promover a reabilitação psicossocial dos usuários dos Caps-ad; Executar atividades relacionadas com o atendimento psicológico ao paciente em tratamento de dependência química, quais sejam: psicoterapia individual, grupal e familiar, visando a reinserção social; Triar e acolher todo usuário que buscar o serviço; Realizar psicodiagnóstico; Psicoeducar quanto à dependência química e seus conceitos a usuários e familiares; Capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental local e a nível regional; Capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental local e a nível regional; Atender as urgências psiquiátricas no serviço; Desenvolver a interdisciplinariedade na equipe, como forma de garantir atenção integral ao dependente químico; registrar os procedimentos realizados; manter atualizado o prontuário do paciente; executar outras tarefas correlatas.

Médico Urologista

Diagnosticar e tratar das moléstias e anormalidades relativas ao sistema urinário, empregando processos adequados e instrumentação específica; preencher fichas médicas dos pacientes; prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; executar outras tarefas semelhantes

Médico Veterinário - NASF

Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da prática da Medicina Veterinária realizando visitas domiciliares para diagnóstico de risco à saúde na interação entre seres humanos, animais e meio-ambiente; prevenção, controle, diagnóstico situacional de riscos de doenças transmissíveis por animais e outros fatores determinantes do processo saúde/doença; desenvolver ações de educação em saúde com foco na prevenção e controle de doenças com caráter zoonótico e demais riscos ambientais, incluindo desastres naturais e provocados pelo ser humano; desenvolver ações educativas e de mobilização contínua da comunidade visando ao controle das doenças/agraves na área de abrangência, no uso e manejo adequado do território com vistas à relação saúde/meio-ambiente participar, colaborar em estudos e pesquisas em saúde pública como integrante da equipe multidisciplinar que favoreçam a territorialidade e a qualificação da atenção básica; orientar sobre cuidados com manejo de resíduos; prevenir e controlar doenças transmissíveis por alimentos, vetores, animais, entre outras; responder às emergências de saúde pública e a eventos de potencial risco sanitário de forma articulada com os setores responsáveis, integrando o Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF.

Nutricionista – NASF

Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da nutrição, integrando o Núcleo de Apoio a Saúde da Família.

Odontólogo – ESF – SB

Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adstrita; realizar os procedimentos clínicos definidos na norma operacional básica do Sistema Único de Saúde; NOB/SUS – e na Norma Operacional Básica da Assistência a Saúde (NOAS); Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica, para a população adstrita; encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento.

Educador Físico – NASF

Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da educação física, integrando o Núcleo de apoio a Saúde da Família

Psicólogo

Realizar atividades clínicas pertinentes a responsabilidade profissional de psicologia e terapia ocupacional; realização de capacitações para apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes atendidos nos CAPS, tentativas de suicídio, situação de violência intrafamiliar; realizar encontros para discussão com as ESF dos casos identificados que necessitam de ampliação da clínica.

Psicólogo – CAPS

Promover a reabilitação psicossocial dos usuários do Caps e/ou Coordenar os serviços da Unidade; Executar atividades relacionadas com o atendimento psicológico ao paciente em tratamento de dependência química, quais sejam: psicoterapia individual, grupal e familiar, visando a reinserção social; Triar e acolher todo usuário que buscar o serviço; Realizar psicodiagnóstico; Psicoeducar quanto à dependência química e seus conceitos a usuários e familiares; Capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental local e a nível regional; Realizar visitas domiciliares e atividades comunitárias a fim de criar redes de relações que se estendam para além das fronteiras do CAPS atingindo os territórios onde vivem os usuários; Trabalhar sobre a lógica da desinstitucionalização, visando sempre à saúde dos usuários, em toda a sua plenitude; Desenvolver a interdisciplinariedade na equipe, como forma de garantir atenção integral ao dependente químico; registrar os procedimentos realizados; manter atualizado o prontuário do paciente; executar outras tarefas correlatas.

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e interpretação (objetiva e subjetiva). Polissemia e Ambiguidade. Fonologia: encontros vocálicos e encontros consonantais. Dígrafos e Dífono. Morfologia: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Flexão das classes morfológicas. Sintaxe do período simples. Ortografia: s, ss, ç e z. Regras da nova ortografia. Gêneros textuais: crônica e poema. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Agente Comunitário de Saúde**

Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento: Saúde física, mental e social; Higiene na prevenção das doenças; Necessidades nutricionais; Amamentação; Medidas profiláticas (tipos de vacinas e soros); Importância da Imunidade e tipos de Imunidade; Tipos de doenças adquiridas; Vírus e principais viroses; Bactérias patogênicas (principais doenças bacterianas); Doenças sexualmente transmissíveis; Doenças parasitárias; Epidemiologia (epidemia, endemia e pandemia); Qualidade de vida (prevenindo a hipertensão e a diabetes); Planejamento familiar (métodos contraceptivos); Noções de primeiros socorros; Lei do SUS; Procedimentos, responsabilidades e atribuições do ACS. Formulários de preenchimento Obrigatório. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990; Lei nº 11.350 de 05 de outubro de 2006; Emenda Constitucional nº 51; Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014; Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)).

Agente de Combate às Endemias

Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento: Saúde física, mental e social; Higiene na prevenção das doenças; Controle Ambiental: 1. Dengue, Febre Amarela; Noções básicas sobre as doenças; Noções básicas sobre os vetores; Diretrizes básicas para controle vetorial; Atividades preconizadas; Métodos de controle vetorial; Ações do controle vetorial; Equipamentos utilizados no controle vetorial; Operacionalização do controle vetorial; Ações da vigilância sanitária no controle de vetores. . Esquistossomose e Doença de Chagas; Noções básicas sobre as doenças; Noções básicas sobre os vetores.

Auxiliar de Consultório Dentário (Auxiliar de Saúde Bucal)

Noções sobre Políticas de Saúde no Brasil. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos . Métodos e técnicas para educação em saúde bucal, individual e coletiva; Noções de planejamento e avaliação das ações educativas; Técnicas de escovação e aplicação de flúor; Ações básicas de promoção à saúde bucal; Anatomia e fisiologia da cavidade bucal. Cárie, doença periodontal, má oclusão. Lesões de mucosas: conceito, etiologia, evolução, medidas de controle e prevenção. Ética em odontologia. Placa bacteriana; identificação, fisiologia, relação com dieta, saliva e flúor. Biossegurança; ergonomia, controle de infecção cruzada (paramentação e proteção individual). Fluxo e processamento de artigos. Processamentos de superfícies e limpeza geral, gerenciamentos de resíduos. Métodos de esterilização e desinfecção: normas e rotina, preparo de material e desinfecção do meio. Manutenção preventiva de equipamentos odontológicos. Proteção radiológica, técnicas de tomadas radiográficas e revelação. Acidentes de trabalho e conduta após a exposição ao material odontológico. Organização da clínica odontológica e trabalhos de equipe. Instrumental e equipamento: utilização. Precauções padrão e riscos ocupacionais. Materiais restauradores: utilização, técnicas de inserção e polimento, manipulação. Proteção pulpar do complexo dentina-polpa. Medidas de prevenção: terapia com flúor, cessantes, raspagem e polimento coronário, instrução de higiene oral e educação para a saúde. Noções de anatomia humana básica e de cabeça e pescoço. Noções dentística, prótese, endodontia e cirurgia. O pessoal auxiliar e suas funções no consultório odontológico.. Odontologia Preventiva - Higiene Dentária: Etiologia e Controle de Placa Bacteriana, Cárie e Doença Periodontal, Prevenção da Cárie e Doença Periodontal, Flúor (composição e aplicação), Cariostático e Selantes Oclusais. Materiais, Equipamentos e Instrumentais, Manipulação, Manutenção e Conservação. Materiais Dentários - Forradores e Restauradores. Esterilização e Desinfecção. Educação em Saúde. Noções de instrumentação clínica e cirúrgica, noções de biosegurança. Noções de Radiologia, Odontopediatria, Prótese, Cirurgia, Endodontia, Dentística e Anatomia Bucal e Dental (Notação Dentária). Código de ética da profissão.

ENSINO MÉDIO COMPLETO**PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – COMUM A TODOS OS CARGOS****LÍNGUA PORTUGUESA.**

Leitura e interpretação (objetiva e subjetiva). Polissemia e Ambiguidade. Fonologia: encontros vocálicos e encontros consonantais. Dígrafos e Dífono. Morfologia: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Flexão das classes morfológicas. Sintaxe do período simples. Ortografia: s, ss, ç e z. Regras da nova ortografia. Gêneros textuais: crônica e poema. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO (COMUM A TODOS OS CARGOS): Constituição Federal (no que diz respeito à saúde) Estatuto da Criança e do Adolescente, Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos. Políticas públicas de saúde no Brasil; Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil.

Lei Orgânica do Municipal, ECA, ESTATUTO DO IDOSO. Temas gerais de Direito Administrativo e Administração Pública. Atos Administrativos. Crimes contra a administração pública. Serviços Públicos: conceitos, classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes às atribuições do cargo.

Monitor de Oficina de Arte Terapia/Teatro (PETI)

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidar e Educar: Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação infantil; Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil – RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, literatura infantil, tipos de textos literários. Métodos e processos no ensino da leitura. Estatuto da Criança e do Adolescente;

Escola de Tempo Integral: concepção e prática.

O Teatro Educativo. Noções de teoria de Teatro. Ritmo. Jogo cênico. Concepção, utilização e articulação dos elementos cenográficos. Construção corporal do personagem. Expressão corporal, expressão vocal, improvisação. Noção de dramaturgia e interpretação. Criação de figurinos, cenários e adereços.

Sonoplastia, iluminação. Histórico da origem do teatro e o teatro na história. Dramatização de poesias. Formação de elenco. Maquiagem. Motricidade. Leitura, escolha e análise de textos. Divisão dos personagens, construção dos personagens, marcação de cenas e apresentações públicas. Jogos de Improvisações Teatrais. Elementos de Linguagem. Procedimentos pedagógicos em Teatro: conteúdos, métodos e avaliação. O Teatro na educação:

Fundamentos e tendências pedagógicas do ensino de Teatro no Brasil. Parâmetros Curriculares Nacionais e o Ensino de teatro. História do Teatro e do Espetáculo no Brasil e no mundo. Jogos teatrais. Brecht e Augusto Boal: o diálogo entre eles. Teatro contemporâneo e a corporeidade na cena. Produção e montagem do espetáculo teatral: Elementos Visuais na cena teatral (maquiagem, figurino, cenografia, iluminação). Literatura Dramática: Interpretação teatral: Escolas e Estilos; Técnicas de palco e de expressão corporal. As perspectivas práticas e teóricas do trabalho do ator segundo os fundadores de tradição no Teatro do Século XX. As diversas tendências do teatro contemporâneo: A encenação contemporânea como prática pedagógica. Jogo dramático e jogo teatral: A Pedagogia do Espectador. Teatro/Educação e inclusão artístico-cultural. A formação do artista cênico.

Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Artes - CAPS

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidar e Educar: Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação infantil; Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil – RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, literatura infantil, tipos de textos literários. Métodos e processos no ensino da leitura. Estatuto da Criança e do Adolescente;

Teoria da arte: arte como produção, conhecimento e expressão; a obra de arte e sua recepção; artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade. Pintura, gravura, escultura. Processo de criação. Percepção. Cor, disco cromático, espectro. Criatividade: conceito, originalidade, criatividade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Aspectos formais da arte/artesanato: linha, forma, superfície, volume, espaço, tempo, movimento. Integração através do trabalho artesanal. Recursos materiais. Técnicas e manuseio de materiais diversos, para confecção de produtos artesanais. Didática do Ensino de Artes; objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes.

Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Expressão Corporal - CAPS

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidar e Educar: Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação infantil; Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil – RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, literatura infantil, tipos de textos literários. Métodos e processos no ensino da leitura. Estatuto da Criança e do Adolescente;

Conhecimentos das diversas propostas de danças e suas características e significados (pessoais, culturais e políticos) Produtos da dança

(instruções diretas, descobertas guiadas, respostas selecionadas, jogos, etc.), composição coreográfica a partir das diversas fontes culturais. Elementos de tecnologia que apoiam o fazer da dança. Estilos, escolas, tendências da dança relacionadas com seu momento cultural e com a produção. Conhecimentos de simetria, espaço, movimento, harmonia. Noções de anatomia e primeiros socorros. Estrutura do corpo, seu funcionamento e cuidados na prevenção de lesões. História das danças Mundo e no Brasil, Estilos existentes e principais características de cada um, Consciência Corporal: sensibilização, alongamento e postura. Qualidades e componentes do movimento em dança, Didática de ensino na dança, Princípios de composição de espetáculo e coreografias, Fundamentos de Didática de ensino na dança (O programa de aula e a peculiaridades do ensino).

Dança Contemporânea. Folclore Brasileiro. Repertório e Coreografia. Anatomia para Dança. Terminologia e Codificação. Técnica do Movimento. Alongamento. Ritmo, coordenação e musicalidade. Didática de Ensino da Dança. Oficinas e atividade; Anatomia humana: Fisiologia do exercício e fundamentos de biomecânica, análise cinesiológica dos principais grupos musculares, tipos de alavancas, tensão e contração e trabalho muscular, sistema de forças que atuam no corpo e princípios mecânicos aplicados ao estudo do movimento humano, abordagem cinesiológica e biomecânica da postura, locomoção; Crescimento e desenvolvimento humano, bases do desenvolvimento psicomotor, fundamentos psicomotores das expressões artísticas. Processos de criação e composição de dança em contextos educacionais.

Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Música - CAPS

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidar e Educar: Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação infantil; Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil – RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, literatura infantil, tipos de textos literários. Métodos e processos no ensino da leitura. Estatuto da Criança e do Adolescente; Cifragem de acordes (análise gradual, funcional e cordal); modulação harmônica; progressões harmônicas; substituição de acordes (empréstimo modal, mediante cromáticas, dominantes alteradas); técnicas de encadeamento de acordes; cadências musicais; fraseologia musical; formas binária, ternária, lied e rondó; formas de variação (contínuas e seccionais); tema e variações; história da música erudita ocidental; gêneros da música erudita ocidental (vocal e instrumentais); ritmos musicais brasileiros; tipos de acompanhamento de canção; análise de texto de canção (rima, versificação, estrofação, prosódia musical); classificações vocais (extensão e tessitura); texturas musicais (homofonia, polifonia, heterofonia etc); movimento melódico de vozes (princípios de contraponto); contracanto; acústica musical e organologia; e paisagem sonora (soundscape). História da Música; principais gêneros, estilos e compositores; principais instrumentistas e compositores; Métodos e didática de iniciação musical; A educação musical no contexto atual; Contribuições da música na formação do indivíduo; A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento.

Motorista Socorrista SAMU

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais.

Técnico em Enfermagem (CAPS)

Técnico em Enfermagem (ESF)

Técnico em Enfermagem (SAMU)

Técnico em Enfermagem (Unidades)

Noções sobre Políticas de Saúde no Brasil. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Bioética e Legislação do Exercício Profissional. Cidadania e Humanização; Biossegurança nas ações em saúde; Vigilância epidemiológica; Preparação e acompanhamento do cliente na realização de exame diagnóstico; Sinais vitais e medidas antropométricas; Controle Hídrico e Diurese; Técnica de higiene, conforto e segurança do cliente. Posições para exames; Cuidados de enfermagem ao paciente em situação de urgência e emergência; Trabalho em Equipe; Humanização do atendimento ao cliente/paciente no ambulatório e/ou no hospital; Limpeza e preparo da unidade do paciente; Procedimentos de enfermagem na admissão, alta, transferência e óbito; Princípios de preparo e administração de medicamentos; Manuseio de equipamentos e materiais esterilizados; Curativo simples. Assistência de enfermagem em clínica médica; Assistência de enfermagem ao paciente idoso. Cuidados de enfermagem a clientes/pacientes nas diversas etapas do tratamento cirúrgico: pré/trans e pós-operatórios das

cirurgias gerais; Normas e rotinas do centro cirúrgico; Transtornos mentais: conceito, etiologia, epidemiologia, sinais e sintomas clínicos, farmacoterapia, assistência de enfermagem; Alcoolismo; Emergências; Noções básicas sobre o processo gestacional– sinais e sintomas; Assistência de enfermagem no pré-natal, parto. Complicações e doenças decorrentes da gravidez; Aleitamento materno; Agravos sociais: a criança e ao adolescente de violência e abandono; Assistência de enfermagem no atendimento ginecológico; Anotações de enfermagem. Assistência ao cliente/paciente em tratamento clínico e cirúrgico. Programa Nacional de Imunização-PNI. Notificação das doenças Transmissíveis: Prevenção e Controle. Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo; Noções de saúde pública, Política de Atenção Básica

Técnico em Raio X

1.Física e química dos raios X. 2. Fatores radiográficos. 3. Métodos de exames radiológicos. 4. Contrastes radiográficos. 5. Anatomia humana. 6. Anatomia radiográfica. 7. Técnicas radiográficas gerais e especiais. 8. Câmara escura: técnicas e manutenção. 9. Equipamentos radiológicos: componentes básicos. 10. Regras de proteção e segurança na operação de equipamentos de raios X. Conhecimentos básicos de anatomia e fisiologia dos ossos do crânio e face. Conhecimentos de aparelhos de raios X - tubos para produção de raios X, constituição de tipos de aparelhos, funcionamento dos aparelhos. Conhecimentos de tipos de filmes. Conhecimentos de câmara escura e métodos de processamento radiográfico. Técnicas de revelação, fixação, de elementos dos componentes químicos do revelador e fixador. Conhecimentos dos efeitos biológicos e proteção contra as radiações ionizantes. Riscos e precauções: equipamentos de proteção individual e coletiva. Biossegurança em Clínica Radiológica Odontológica. Conhecimentos das técnicas radiográficas intra-bucais (Periapicais, Interproximal e Oclusal) e extra bucais (Panorâmica, Cefalométrica frontal e lateral, Mão e Punho) e seus principais erros de técnica. Métodos radiográficos de localização (Clark, Le Master, Miller Winter e M.Donovan). Conhecimentos básicos sobre imagem radiográfica digital odontológica. Sensores e impressoras dry. Conhecimentos básicos de tomografia computadorizada. Portaria/MS/SVS nº 453, de 01 de junho de 1998: Aprova o Regulamento Técnico que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico, dispõe sobre o uso dos raios-x diagnósticos em todo território nacional e dá outras providências. Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e interpretação escrita e visual. Semântica e figuras de linguagem. Fonologia: ditongos crescentes e decrescentes, orais e nasais; tritongo oral e nasal e hiato. Dígrafos e Dífono. Classes morfológicas. Sintaxe do período simples e composto. Regras da nova ortografia. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Colocação pronominal. Texto jornalístico e publicitário. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO (COMUM A TODOS OS CARGOS): Constituição Federal (no que diz respeito à saúde) Estatuto da Criança e do Adolescente, Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos. Políticas públicas de saúde no Brasil; Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil.

Lei Orgânica do Municipal, ECA, ESTATUTO DO IDOSO. Temas gerais de Direito Administrativo e Administração Pública. Atos Administrativos. Crimes contra a administração pública. Serviços Públicos: conceitos, classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

ASSISTENTE SOCIAL

Código de ética profissional do assistente social. História e reconceituação do Serviço Social. O Serviço Social no Brasil. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Trabalho e Serviço Social. Planejamento e Serviço Social. O código de ética profissional do assistente social. Instituições Públicas e Políticas Públicas. Relação Estado / Sociedade. Pobreza e desigualdade social no Brasil. Etapas/fases do processo de política pública: formulação, implementação, execução, acompanhamento, monitoramento, avaliação. Gestão social das Políticas Públicas: elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais. Pesquisa em Serviço Social. Conselhos e Conferências. Lei Orgânica da Saúde, Sistema Único de Saúde – SUS, Lei Orgânica da Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Redes de atendimento. Desenvolvimento local: concepção de território, participação no poder local, planejamento participativo, plano diretor, questões sociais urbanas e rurais. Família: As novas modalidades de família, metodologias de abordagem familiar. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Declaração dos Direitos Humanos.

ENFERMEIRO

ENFERMEIRO CAPS

Regulamentação da profissão e Código de Ética; Diretrizes operacionais do pacto pela Saúde; Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família; Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, Composição, conservação – rede de frio, indicação e contra-indicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), Planejamento, Organização e operacionalização de Campanhas, bloqueios e intensificações de vacinas.- Administração e Gerência de Serviços de Saúde e de Enfermagem em Saúde Coletiva: Administração de medicação; esterilização de material; Consulta de enfermagem; procedimentos de enfermagem;- Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do

crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas;- Assistência integral à Saúde do Adolescente;- Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino;- Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônico Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso;- Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias;- Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental;- Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia;- Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis □ DST; AIDS;- Epidemiologia: Indicadores de saúde; Legislação; patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase.- Medidas de proteção ambiental, coletiva e individual: Limpeza, desinfecção, descontaminação;- Educação em Saúde.-Legislação do SUS e saúde em geral.

Fisioterapeuta

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Sistemas de informação em saúde. Fisioterapia preventiva: fundamentos e aplicações. Prevenção em Saúde Pública. Atuação Preventiva em Fisioterapia. Fisioterapia Preventiva em Saúde do Trabalho. Atenção Básica a Saúde. Fisioterapia na Atenção Básica. Educação Popular em Saúde. Avaliação cinesioterapêutica. Doenças Neurológicas na Infância e adulto. Reabilitação do Hemiplégico. Equipe multidisciplinar e Educação do paciente. Avaliação do paciente reumático – anamnese e exame físico e tratamento. Tratamento das doenças reumáticas – medicina física e reabilitação. Introdução ao estudo do envelhecimento e da velhice. Políticas Públicas de Atenção ao Idoso. Aspectos biológicos do envelhecimento: considerações sobre anatomia e fisiologia do envelhecimento. Fisioterapia aplicada aos idosos portadores de disfunções. Avaliação e tratamento em fisioterapia ortopédica e traumatológica. Recursos eletrotermofototerapêuticos. Provas de função muscular Saúde da Família. A Família e seu Ciclo Vital: O Adulto. Anatomia Pulmonar e Cardíaca. Fisiologia Pulmonar e Cardíaca. Semiologia Pulmonar e Cardíaca: Manobras e Recursos Fisioterapêuticos. Reabilitação cardio-respiratória. Ética em Fisioterapia. Leis e Resoluções do COFFITO.

Fonoaudiólogo

Conhecimento em Anatomia e Fisiologia (pertencentes à prática fonoaudiológica). Patologia dos Órgãos da Fala e da Audição. Patologia do Sistema Nervoso Central: Patologia do SNC e suas implicações na comunicação: Encefalopatias não progressivas. Encefalopatia Crônica Infantil Fixa (Paralisia Cerebral), Disartrias, Dispraxias, Apraxias, Dislexia. Deficiência Mental. Distúrbio Psiquiátrico. Linguística Fonética e fonologia. Desenvolvimento Humano: físico e motor, perceptual e cognitivo. Desenvolvimento do Indivíduo Excepcional: Conceitos Básicos. Aspectos psicossociais dos indivíduos considerados excepcionais. Classificação das excepcionalidades: mental, visual, auditiva e física. Audiologia: Avaliação audiológica completa. Linguagem Oral: Desenvolvimento da Linguagem Oral: Contribuições das principais teorias psicolinguísticas: Comportamental (Skinner); Construtivista (Piaget); Inatista (Chomsky) e Sociointeracionista (Vygotsky). Etapas de aquisição da linguagem: fonético □ fonológica; Sintática, Semântica, Pragmática. Linguagem Escrita: Desenvolvimento da linguagem escrita: Contribuições das principais teorias psicolinguísticas: Comportamental (Skinner); Construtivista (Piaget); Inatista (Chomsky) e Sociointeracionista (Vygotsky). Etapas de aquisição da linguagem escrita. Teorias, Técnicas, Avaliação e Tratamento dos Distúrbios da Comunicação. Fonoaudiologia em Instituição Educacional: Fonoaudiologia educacional: objetivos, conceitos e papéis.

Médico

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Política de Saúde: Legislação referente ao SUS. Código de Ética Médica. Preenchimento da declaração de óbito. Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, Composição, conservação □ rede de frio, indicação e contraindicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), bloqueios e intensificações de vacinas. Procedimentos médicos: Pequenas cirurgias, suturas, sondagem, administração de medicamento; curativos; Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas; Assistência integral à Saúde do Adolescente; Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino; Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônico Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso; Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias; Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental; Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia; Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis □ DST; AIDS; Epidemiologia: Indicadores de saúde; Legislação; patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase. Doenças de Notificação Compulsória; Medidas de proteção ambiental, coletiva e individual: Limpeza, desinfecção, descontaminação; Educação em Saúde. Conhecimento geral e específico sobre clínica médica: Exames de imagem; Cardiologia: Angina Pectoris, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica; Pneumologia: pneumonia, broncopneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica; Hematologia: anemias, leucoses e linfomas. Gastroenterologia: esofagite, gastrite, úlcera péptica, doenças inflamatórias intestinais, pancreatite, cirrose hepática; Doenças da tireóide; Urgências clínicas: ICC; edema agudo do pulmão, crise hipertensiva e pressão alta, asma brônquica, hemorragia digestiva alta, insuficiência hepática, IRA, cólica renal, embolia. Endocrinologia: diabetes melitus tipo 1 e 2, doenças da tireóide, distúrbios do eixo hipotálamo-hipofiseo-adrenal; Nefrologia: malformações e infecções do trato urinário, litíase urinária; Cardiologia: hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca congestiva, endocardite infecciosa, taquiarritmias, bradiarritmias, doença arterial coronariana; Dermatologia: infecções e neoplasias cutâneas, doenças auto-imunes que acometem a pele e anexos; Imunologia: doenças reumáticas; Pneumologia: infecções e neoplasias do trato respiratório, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma brônquica; Infectologia, Hematologia: anemias carenciais, anemias hemolíticas, leucoses; Nutrologia: obesidade, anorexia nervosa, bulimia, desnutrição; Gastroenterologia: doenças pépticas, neoplasias do trato digestivo, hepatites, etilismo; Intoxicação e envenenamento; Adinamia circulatória aguda; Insuficiência respiratória aguda; Restauração Hemodinâmica; Politraumatismo; Abdômen agudo; Estado de inconsciência; Queimaduras; Distúrbios hídrico-eletrolíticos e ácidos-básicos; Enfermidades do aparelho geritourinário; Doenças reumáticas; Doenças neurológicas; Avitaminoses; Ortopedia;

Médico Cardiologista

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Política de Saúde: Legislação referente ao SUS. Código de Ética Médica. Preenchimento da declaração de óbito. Conhecimentos específicos: Hipertensão primária e secundária. Eletrocardiograma patológico. Insuficiência cardíaca - diagnóstico e tratamento. Valvulopatias. Cardiopatias congênitas. Cardiopatia e gravidez. Insuficiência coronariana. Marca-passo. Afecções da aorta. Arritmias cardíacas. Dislipidemia. Reanimação cardiovascular. M.A.P.A.: Monitorização ambulatorial da pressão arterial. O trabalho na urgência e emergência.

Médico Emergencista

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil. Exames de imagem; Cardiologia: Angina Pectoris, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica; Pneumologia: pneumonia, broncopneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica; Hematologia: anemias, leucoses e linfomas. Gastroenterologia: esofagite, gastrite, úlcera péptica, doenças inflamatórias intestinais, pancreatite, cirrose hepática; Doenças da tireóide; Urgências clínicas: ICC; edema agudo do pulmão, crise hipertensiva e pressão alta, asma brônquica, hemorragia digestiva alta, insuficiência hepática, IRA, cólica renal, embolia. Endocrinologia: diabetes melitus tipo 1 e 2, doenças da tireóide, distúrbios do eixo hipotálamo-hipofiseadrenal; Nefrologia: malformações e infecções do trato urinário, litíase urinária; Cardiologia: hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca congestiva, endocardite infecciosa, taquiarritmias, bradiarritmias, doença arterial coronariana; Dermatologia: infecções e neoplasias cutâneas, doenças auto-imunes que acometem a pele e anexos; Imunologia: doenças reumáticas; Pneumologia: infecções e neoplasias do trato respiratório, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma brônquica; Infectologia: doenças sexualmente transmissíveis, vacinação, profilaxia anti-rábica; Hematologia: anemias carenciais, anemias hemolíticas, leucoses; Nutrologia: obesidade, anorexia nervosa, bulimia, desnutrição; Gastroenterologia: doenças pépticas, neoplasias do trato digestivo, hepatites, etilismo; Intoxicação e envenenamento; Adinamia circulatória aguda; Insuficiência respiratória aguda; Restauração Hemodinâmica; Politraumatismo; Abdômen agudo; Estado de inconsciência; Queimaduras; Distúrbios hídrico-eletrolíticos e ácidos-básicos; Enfermidades do aparelho geritourinário; Doenças reumáticas; Doenças Sexualmente transmissíveis; Doenças infecto-contagiosas e parasitárias; Doenças neurológicas; Avitaminoses; Ortopedia; Noções gerais de Epidemiologia das doenças infecto-contagiosas; Noções gerais de Epidemiologia das doenças crônico-degenerativas;

Médico Especialista em Cirurgia de Cabeça / Pescoço

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Política de Saúde: Legislação referente ao SUS. Código de Ética Médica. Preenchimento da declaração de óbito.Princípios da Cirurgia Crânio-Maxilo-Facial, Traumatologia Facial (epidemiologia, diagnóstico e tratamento), Anomalias Congênitas e Adquiridas da Face (diagnóstico e tratamento), Osteotomias Funcionais da Face (técnicas e indicações), Cirurgia Ortognática (técnicas e indicação), Síndrome da Apnéia Obstrutiva do Sono (diagnóstico e tratamento), Tumores crânio faciais, Anomalias Vasculares da Face (congenitas e adquiridas).

Médico Ortopedista

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Traumatologia: fraturas e luxações da coluna cervical, dorsal e lombar, fratura da pélvis, fratura do acetábulo, fratura e luxação dos ossos dos pés, tornozelo, joelho, lesões meniscais e ligamentares, fratura diafisária do fêmur, fratura transtocanteriana, fratura do colo do fêmur, fratura do ombro, fratura de clavícula e extremidade superior e diáfise do úmero, fratura da extremidade distal do úmero, luxação do cotovelo e fratura da cabeça do rádio, fratura e luxação da monteggia, fratura diafisária dos ossos do antebraço; fratura de Colles e Smith, luxação do carpo, fratura do escafóide capal. Traumatologia da mão: fratura metacarpiana e falangiana, ferimentos da mão, lesões dos tendões flexores e extensores dos dedos. Anatomia e radiologia em ortopedia e traumatologia, anatomia do sistema osteoarticular. Radiologia. Tomografia. Ressonância magnética. Ultra-sonografia do sistema osteoarticular. Anatomia do sistema muscular. Anatomia dos vasos e nervos. Anatomia cirúrgica: vias de acesso, traumatologia e anomalias congênitas

Médico Psiquiatra – CAPS

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Política de Saúde: Legislação referente ao SUS. Código de Ética Médica. Preenchimento da declaração de óbito.

1) Psiquiatria: Delírium, demência, transtornos amnésicos e outros transtornos cognitivos. Transtornos por uso de substâncias psicoativas. Esquizofrenia. Outros transtornos psicóticos: esquizoafetivo, esquizofreniforme, psicótico breve, delirante persistente e delirante induzido. Síndromes psiquiátricas do puerpério. Transtornos do humor. Transtorno obsessivo-compulsivo e transtornos de hábitos e impulsos. Transtornos fóbico-ansiosos: fobia específica, social e agora fobia. Outros transtornos de ansiedade: pânico e ansiedade generalizada. Transtornos alimentares. Transtornos do sono. Transtornos de adaptação e transtorno de estresse pós-traumático.

2) Transtornos somatoformes. Transtornos dissociativos. Transtornos da identidade. Transtornos da personalidade. Transtornos factícios, simulação, não adesão ao tratamento. Retardo mental. Transtornos do desenvolvimento psicológico. Transtornos comportamentais e emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou adolescência. Transtornos psiquiátricos relacionados ao envelhecimento. Interconsultapsiquiátrica. Emergências psiquiátricas. Psicoterapia. Psicofarmacoterapia. Eletroconvulsoterapia. Reabilitação em psiquiatria. Psiquiatria forense. Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos. Classificação em psiquiatria.

3) Urgências e emergências: reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no

local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturas e drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação.

Médico Urologista

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Política de Saúde: Legislação referente ao SUS. Código de Ética Médica. Preenchimento da declaração de óbito.

1) Urologia: Anatomia, embriologia e anomalias do sistema geniturinário. Propedêuticourológico. Litíase e infecções do trato geniturinário. Traumatismo do sistema geniturinário. Neoplasias benignas e malignas do sistema geniturinário. Prevenção e diagnóstico precoce dos tumores do aparelho genital masculino. Bexiganeurogênica. Doenças vasculares do aparelho geniturinário. Tuberculose do aparelho geniturinário. Doenças específicas dos testículos. Urgências do aparelho geniturinário. Doenças sexualmente transmissíveis. Disfunção erétil. Infertilidade. Cirurgias do aparelho geniturinário. Cirurgias vídeo laparoscópicas. Transplante renal. 2) Urgências e emergências: Reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturas e drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação.

MÉDICO VETERINÁRIO

Epidemiologia Geral: cadeia epidemiológica, formas de ocorrência de doenças em populações, profilaxia geral e prevenção. Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública: controle sanitário, projetos de saúde animal e saúde pública. Educação Sanitária. Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal: legislação e fiscalização sanitária, manipulação e armazenamento de produtos de origem animal. Clínica Médica e Cirurgia Veterinária: noções básicas com vistas de instituir diagnóstico, prognóstico e tratamento individual. Zootecnia: técnicas de criação, manejo, alimentação e produção animal. Reprodução.

NUTRICIONISTA

Alimentos: conceito; características e qualidade dos alimentos; perigos químicos, físicos e biológicos. Planejamento dietético para indivíduos saudáveis. Técnicas adequadas para aquisição, seleção, conservação, preparação e armazenamento dos Alimentos. Planejamento, organização e execução de cardápios. Instalações físicas, equipamentos e utensílios em Unidades de Alimentação e Nutrição. Controle de Qualidade em Unidades de Alimentação e Nutrição (BPF, POP's, APPCC). Controle de Custos em Unidades de Alimentação e Nutrição. Avaliação Nutricional (métodos antropométricos clínicos, bioquímicos e dietéticos na Avaliação Nutricional). Doenças carenciais (etiologia, epidemiologia, diagnósticos, prevenção e conduta nutricional). Propriedades funcionais em alimentos vegetais. Programa Nacional de Alimentação Escolar Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Odontólogo

Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higiene das mãos. Traumatismo em dentes permanentes jovens. Dentística restauradora diagnóstico e tratamento. Ortodontia preventiva. Níveis de prevenção. Erupção dental. Oclusão. Semiologia exame do paciente. Técnicas radiográficas. Prevenção das doenças periodontais. Prevenção da cárie dental. Diagnóstico das lesões agudas da cavidade bucal. Anatomia em cirurgia oral. Avaliação pré-operatória. Técnicas Anestésicas. Alterações periodontais agudas. Diagnóstico e tratamento dos problemas de origem endodôntica. Placa bacteriana. Controle de placa - meios físicos e químicos. Epidemiologia da cárie e doença periodontal. Exodontia: técnicas e acidentes. Esterilização e desinfecção em odontologia. Perícia odontológica: no foro criminal, trabalhista e civil. Responsabilidade profissional. Doenças Ocupacionais, Normas Técnicas de Avaliação de incapacidade laborativa; Fundamentos de Normas Técnicas Periciais.. Processo saúde – doença. . Noções de saneamento básico.

Educador Físico – NASF

Metodologia, Treinamento e Regras das Modalidades Esportivas; História da Educação Física e do Esporte; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Bioquímica; Cinesiologia; Bioestatística; Biomecânica; Fisiopatologia e Exercício; Epidemiologia da Atividade Física; Qualidades Físicas na Educação Física e nos Desportos; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Esporte e do Exercício; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Fundamentos da Ginástica e da Musculação; Iniciação Esportiva; Treinamento Esportivo; Prescrição de Exercício; Atividade Física Adaptada; Atividade Física e Envelhecimento; Educação Física e Qualidade de Vida; Treinamento Funcional e Pilates; Instalações, Equipamentos e Materiais Esportivos; Organização de Eventos Esportivos; Gestão Esportiva; Recreação, Jogos e Lazer; Marketing Esportivo; Ética e Deontologia da Educação Física; Legislação Esportiva e Profissional; Atualidades e Tópicos Especiais em Esportes.

PSICÓLOGO NASF

PSICÓLOGO CAPS

Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt □ Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento infantil; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; sistema de RH: conceitos e objetivos desenvolvimento organizacional; recrutamento de RH: conceito e execução; etapas do processo de recrutamento, fontes de recrutamento, previsão de recursos humanos; seleção de pessoal: conceito, técnicas de seleção, entrevista de seleção, objetivos e tipos de entrevista; testes de seleção: conceito e espécies; treinamento de pessoal: conceito, importância e objetivos, levantamento das necessidades de treinamento, planejamento,

organização, execução e avaliação do treinamento; Avaliação de desempenho: conceito e objetivos métodos de avaliação de desempenho, entrevistas nas avaliações de desempenho; psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional; avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas; qualidade de vida no trabalho; saúde coletiva: políticas de saúde mental; saúde mental e trabalho; gestão de pessoas, organização, inteligência emocional, gestão de marketing pessoal e conceito meta competência.

ANEXO IV**REQUERIMENTO**

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 004/2016 da Prefeitura Municipal de GAROPABA, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

c)) Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

a) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Requerente

ANEXO V**REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo 04/2016 (Programas especiais) da Prefeitura Municipal de Garopaba - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

[] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

[] Possuir Baixa renda, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008.

Meu Número de Identificação Social – NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no edital, onde requeiro a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.

(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO VI

REQUERIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA PROVA DE TÍTULOS

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo 04/2016 (PROGRAMAS ESPECIAIS) da Prefeitura Municipal de Garopaba - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria A participação na Prova de Títulos do Processo Seletivo da Prefeitura de Garopaba.

Declara que:

- 1) O documento apresentado é cópia fiel do original, estando devidamente autenticado em cartório.
- 2) Não constitui pré-requisito ao exercício do cargo.

TÍTULO APRESENTADO-CERTIFICADO OU DIPLOMA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Descrição Especialista em:	Instituição emissor:	Carga horária	Titulação	
			Especialização	1,00
			Mestrado	2,00
			Doutorado	3,00

Será avaliado um único título de curso de pós-graduação. Nota máxima: 3,00.

Declaro serem verdadeiras as informações aqui prestadas.

Garopaba (SC), _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Candidato.

OBS.: Favor NÃO encaminhar qualquer outros documentos. Os documentos exigidos para nomeação deverão ser apresentados unicamente quando da posse do candidato.

ANEXO VII

REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Tipo de Recurso:	
<input type="checkbox"/> 1 – Contra indeferimento de inscrição	
<input type="checkbox"/> 2 - Contra questão da prova ou gabarito preliminar	
<input type="checkbox"/> 3 – Contra a classificação preliminar	
<input type="checkbox"/> 4 – Outro: _____	
Nome do Candidato:	
N.º de Inscrição:	Cargo:
Identidade:	CPF:
N.º da Questão:	Data:
OBS.: Nos recursos contra o teor das questões ou gabarito preliminar, você deve preencher obrigatoriamente um formulário para cada questão.	
Fundamentação e Referência Bibliográfica:	

Assinatura do Candidato

Só serão analisados os recursos entregues ao IOBV até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do ato contra o qual se insurge o candidato.

EDITAL RETIFICADO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2016

EDITAL Nº 005/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Abre inscrições e define normas para o Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas para admissão em caráter temporário e formação de cadastro de reserva de Pessoal do Magistério da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Garopaba, Santa Catarina e dá outras providências.

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização, de Processo Seletivo, para provimento de vagas para admissão em caráter temporário e formação de cadastro de reserva de Pessoal do Magistério da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Garopaba, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será executado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió – CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: <http://iobv.org.br/>; e-mail: concursos@iobv.org.br.

1.2. A fiscalização e supervisão do Processo Seletivo está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº. 996/2016, de 26/10/2016.

1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Prevista
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	0h00 do dia 08/12 até 03/01/17
Período para solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição	08/12 a 14/12/16
Divulgação da lista de isentos de pagamento da taxa de inscrição	23/12/16
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	04/01/17
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	03/01/17
Prova de Títulos - Prazo final para envio de títulos para cargos de Professores	03/01/17
Homologação das inscrições	06/01/17
Recursos contra homologação das inscrições	09 e 10/01/17
Homologação Definitiva e Locais de Prova	11/11/17
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS E PRÁTICA	15/01/17
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	16/01/17
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar	17 e 18/01/17
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	24/01/17
Classificação Preliminar	25/01/17
Recursos contra a classificação preliminar	26 e 27/01/17
Classificação Final	30/01/17
Homologação do Resultado Final	Após 30/01/17
ESCOLHA DE VAGAS da chamada presencial de acordo com a ordem de classificação.	(conforme item 17)

1.4. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.5. O Edital do Processo Seletivo, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Processo Seletivo, serão publicados no site do Processo Seletivo na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do Processo Seletivo também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Garopaba na Internet: <http://www.garopaba.sc.gov.br/> e no diário oficial dos municípios de Santa Catarina - DOM: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados nas vagas para atender à contratações temporárias, atenderá a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do seletivo é de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.

1.9. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.10. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.11., em original ou cópia autenticada.

1.11. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no endereço abaixo, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de entrega da correspondência.

Endereço para remessa via postal de documentos:

IOBV – PROCESSO SELETIVO DE GAROPABA

Avenida Luiz Bertoli, número 233 – Centro

89.190-000 – Taió - SC

1.12. Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente seletivo:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função;
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

2.2. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à nomeação no cargo público deverão ser comprovados no prazo improrrogável de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação, sob pena de desclassificação. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo Seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

2.3. A aprovação e classificação no presente Processo Seletivo não criam direito à admissão que será realizada na medida das necessidades de Prefeitura do município de Garopaba e disponibilidades orçamentárias.

3. DOS CARGOS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

3.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas temporárias descritas na forma deste edital e para a formação de cadastro reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.

3.2. Os cargos/especialidade, a carga horária semanal, o número de vagas, a remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Processo Seletivo, encontram-se descritos no Anexo I e II deste edital.

3.3 A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados no prazo improrrogável de até 5 (cinco) dias úteis após a convocação.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A participação no seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.3. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades item I deste edital.

4.4. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), o município disponibilizará atendimento gratuito no seguinte local: Prefeitura Municipal de Garopaba, situada na Rua Trinta de Dezembro, nº 170, Centro, Garopaba/SC, no horário de atendimento das 13 às 18 horas.

4.5. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição por período (uma matutino e outra vespertino), verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato por período, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.6. Para efetivar a sua inscrição pela internet, o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br em "concursos e seletivos", "inscrições abertas", selecionar o município de Garopaba Edital 005/2016;
- b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.
- c) Cadastrar-se no portal www.iobv.org.br, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros)
- d) Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- e) Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição, preferencialmente nas agências do Bando do Brasil, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.7 O IOBV e a Prefeitura de Garopaba eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.

4.8 O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.

4.9 No último dia de inscrição só serão atendidos os candidatos que chegarem ao local até as 16 horas.

4.10 É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverá ser atualizado no cadastro online do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: concursos@iobv.org.br. Após a data de publicação do resultado do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Garopaba.

4.11 O valor da taxa de inscrição é de:

a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 70,00 (setenta reais);

b) Para cargos com exigência de nível médio: R\$ 50,00 (cinquenta reais);

c) Para cargos com exigência de alfabetizado: R\$ 30,00 (trinta reais);

4.12 O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.13 O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 001. É de responsabilidade do candidato conferir estes dados no edital.

4.14 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.15 Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio.

4.16 No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.17 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.18 Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.19 A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

4.20 Não serão deferidas inscrições com valores pagos a menor ou a maior, do que o estabelecido para cada cargo e boletos pagos após a data de vencimento.

4.21 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do seletivo, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.22 É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.

4.23 O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.

4.24 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.25 Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

4.26 No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.27 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

4.28 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e www.Garopaba.sc.gov.br.

4.29 As inscrições que preencherem todas as condições destes edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo no endereço www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

5 DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 São isentos da taxa de inscrição no Processo Seletivo:

a) Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual Lei Estadual nº 10.567/1997.)

b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

5.2 Para usufruírem do benefício da isenção da taxa de inscrição os candidatos deverão, após realizar sua inscrição, protocolar na sede do IOBV, ou enviar via postal (sedex/ar), envelope com a seguinte identificação:

(Recorte e cole no envelope)

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AVENIDA LUIZ BERTOLI, Nº 233 – CENTRO

89.190-000 – TAIÓ - SC

5.3 Enviar envelope individualizado, até a data constante do cronograma do item 1, no qual deve conter os seguintes documentos:

a) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V do edital)

b) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue (Lei Estadual 10.567/1997):

- Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V);

- Documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais. A comprovação deverá ser efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual 10.567/1997.

5.4 Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: Requerer no momento da inscrição informando obrigatoriamente o número do NIS.

5.5 Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

5.6 No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.

- 5.7 O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.
- 5.8 Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.
- 5.9 Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição, o candidato que tiver seu pedido indeferido poderá efetuar o pagamento do boleto da taxa de inscrição para participar do certame.
- 5.10 O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.
- 5.11 Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.

6 DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 6.1 Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Processo Seletivo, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas para cada um dos cargos/disciplinas, nos termos do art.12, da Lei Municipal 1000/2005.
- 6.2 Caso a aplicação do percentual de 10% não resulte na oferta imediata de vagas para o cargo, no caso de inscritos como deficientes, o primeiro candidato com deficiência classificado no Processo Seletivo será nomeado para ocupar a 10ª (décima) vaga que vier a surgir para o cargo efetivo o qual concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 10 (dez) cargos providos.
- 6.3 Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.
- 6.4 Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/99 e suas alterações.
- 6.5 Os candidatos com deficiência, que desejarem concorrer às vagas a eles reservadas, deverão assinalar a sua condição no Requerimento de Inscrição. (inscrição online), protocolar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na Sede do IOBV, ou enviar pelo correio, via sedex/ar, no endereço do item 1.11 deste edital, até o último dia de inscrições, os seguintes documentos:
- a) Requerimento de vaga para deficiente e/ou condição especial de realização da prova (anexo IV);
 - b) Cópia do comprovante de inscrição;
 - c) Laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, emitida nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação internacional de Doenças – CID, bem como provável causa da deficiência, acompanhado de cópia do requerimento de inscrição e anexo IV do edital. Não sendo aceitos laudos de exames ou qualquer outro documento em substituição ao exigido.
- 6.5.1. O envelope contendo os documentos acima deve ser protocolado ou enviado da seguinte forma:
(Recorte e cole no envelope)
- REQUERIMENTO DE VAGA PARA DEFICIENTE E/OU CONDIÇÃO ESPECIAL**
INSTITUTO O BARRIGA VERDE
AVENIDA LUIZ BERTOLI, 233 – CENTRO
89.190-000 – TAIO - SC
- 6.6 Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.
- 6.7 O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de aprovação, data, horário de início, local de aplicação e nota mínima exigida.
- 6.8 Os candidatos com deficiência regularmente inscritos submeter-se-ão, quando convocados à avaliação de equipe multiprofissional que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.
- 6.9 Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências dispostas no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.
- 6.10 O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braille), prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá protocolar requerimento (anexo IV) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços conforme item 1.11, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.
- 6.11 As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.
- 6.12 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência que forem aprovados, serão convocados por edital próprio, através do site da Prefeitura Municipal de Garopaba, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.
- 6.13 Será excluído do Processo Seletivo o candidato aprovado para uma das vagas aos portadores de deficiência que:
- a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.
 - b) Cuja deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.
 - c) Não ser admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.
- 6.14 Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

7 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 7.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas pelo IOBV. O ato de homologação será publicado no endereço eletrônico www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital.
- 7.2 A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento pelo IOBV, serão divulgadas no endereço do seletivo na internet www.iobv.org.br.
- 7.3 Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexistência relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

7.4 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

7.5 Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

8 OUTROS REQUERIMENTOS

8.1 Candidata lactante

8.1.1 A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

- a) Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;
- b) Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

8.1.2 O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

8.1.3 Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

9 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

9.1 O Processo Seletivo, a que se refere o presente edital, compreenderá o exame de habilidades e de conhecimentos aferidos em uma ou duas fases dependendo do cargo, conforme segue:

9.1.1 Cargos de Professores Licenciados, constará de 2 fases:

- a) Primeira fase: Prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório;
- b) Segunda fase: Prova de Títulos, de caráter classificatório.

9.1.2 Cargo de Motorista, constará de 2 fases:

- a) Primeira Fase: Prova escrita com questões objetivas, de caráter classificatório
- b) Segunda fase: Prova Prática de caráter classificatório e eliminatório

9.1.3 Todos os demais cargos, constará de uma única fase, ou seja prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório.

10. DA PROVA ESCRITA (PARA TODOS OS CARGOS)

10.1. A prova escrita objetiva será aplicada na data constante do cronograma deste edital na cidade de Garopaba-SC, em locais que serão divulgados quando da homologação das inscrições, no endereço eletrônico do Processo Seletivo: www.iobv.org.br.

10.2. O IOBV poderá, não havendo na cidade de Garopaba locais suficientes ou adequados para a alocação de todos os candidatos, realizar provas em cidades vizinhas à cidade de Garopaba.

10.3. A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, das quais uma única será correta.

10.4. A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais.

10.5. As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme quadro abaixo:

10.5.1. Cargos com Escolaridade: Alfabetizado (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
	Matemática	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos inerentes ao cargo	10	0,60	6,00
	Total	20		10,00

10.5.2. Cargos com Escolaridade: Ensino Médio (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
	Gerais e atualidades	5		
Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,40	6,00
	Conhecimentos técnicos profissionais	10		
	Total	25		10,00

10.5.3. Cargos com Escolaridade: Ensino Superior (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,28	2,80
	Gerais e atualidades	5		

Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,28	4,20
	Conhecimentos técnicos profissionais	10		
	Total	25		7,00
Títulos – Pontuação Máxima	-	-	-	3,00
Nota Final Máxima				10,00

10.5.2.1 Estarão aptos para avaliação dos títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 4,00 (quatro) na prova escrita Objetiva.

10.5.2.2. A nota máxima na prova escrita para os cargos de Ensino superior será 7,00 (sete pontos).

10.1. Os programas das provas encontram-se publicados no anexo III do presente Edital.

10.2. Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

10.3. A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Seletivo envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

10.4. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.

10.5. Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

10.6. Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

10.7. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

10.8. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do seletivo.

10.9. Será considerado aprovado na prova escrita objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou maior que 4,00 (quatro).

11. DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS

11.1. A prova escrita será aplicada na cidade de Garopaba, ou na inexistência de locais adequados e ou suficiente para sua aplicação, em cidades próximas, em data constante do cronograma deste edital e em local a ser divulgado quando da homologação das inscrições, conforme data do cronograma.

11.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos conforme cronograma abaixo:

Escolaridade exigida para o cargo	Período Prova Escrita
Alfabetizado Ensino Médio	MATUTINO
Ensino Superior	VESPERTINO

Conforme Cronograma:

Evento	Horários	
	MATUTINO	VESPERTINO
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	8h15	13h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50	13h50
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequencia início das provas.	8h52h	13h52
Início da resolução da prova.	9h00	14h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	9h30	14h30
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta para todos os cargos	11h00	16h00
Para os cargos com prova prática, as provas serão conforme os candidatos terminarem a prova escrita, podendo ser alterada dependendo do tempo e do número de candidatos, de acordo com a convocação no próprio local.		

11.3. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

11.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões.

11.5. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Processo Seletivo.

- 11.6. O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do seletivo na Internet, por mensagens enviadas para o email informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.
- 11.7. A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento e identificação oficial com foto.
- 11.8. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.
- 11.9. Em caso de perda, furto o roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.
- 11.10. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.
- 11.11. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.
- 11.12. Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.
- 11.13. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:
- a) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta preferencialmente PRETA ou azul em últimos casos (sob pena de perda de sensibilidade de leitura óptica); (não serão fornecidas caneta no local)
 - b) Documento de Identificação com foto;
 - c) Original do Comprovante do pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;
 - d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;
- 11.14. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, a ingestão de alimentos (permitido apenas barras de cereais ou similares desde que em abertos e acondicionados em embalagem plástica transparente, providenciada pelo candidato), uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura (salvo burca, desde que apresentado declaração de congregação ao fiscal de sala).
- 11.15. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV não se responsabilizará pela guarda de qualquer armamento.
- 11.16. Os telefone celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados quando couber, aos fiscais da sala antes do início da prova.
- 11.17. A simples posse, mesmo que desligado, ou so de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.
- 11.18. É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes;
- 11.19. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.
- 11.20. O IOBV e Prefeitura Municipal de Garopaba não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.
- 11.21. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.
- 11.22. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.
- 11.23. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 30 (trinta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Processo Seletivo.
- 11.24. Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando assinares a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.
- 11.25. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova.
- 11.26. Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.
- 11.27. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo.
- 11.28. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.
- 11.29. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.
- 11.30. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.
- 11.31. Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao seletivo, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções

constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

11.32. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

11.33. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

11.34. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

12. DA PROVA DE TÍTULOS (PARA OS CARGOS DE PROFESSORES – Ensino Superior)

12.1 Para os cargos de Professores Ensino Superior a segunda fase do Processo Seletivo consiste na Prova de Títulos, de caráter unicamente classificatório para os aprovados na prova escrita, ou seja àqueles que obtiveram nota igual ou superior a 4,00 (quatro).

12.2 A Prova de Títulos é constituída pela pontuação de certificados e ou diplomas de cursos de pós-graduação relacionados ao cargo para a qual se inscreveu ou em Educação.

12.3. Os títulos que atenderem as normas do presente edital serão avaliados de acordo com o quadro abaixo:

Título/documento	Pontuação
Certificado de curso de pós-graduação em nível de Especialização.	1,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado	2,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Doutorado	3,00

12.4 Será avaliado unicamente 1 (um) título de curso de pós-graduação. Caso o candidato apresente mais de um título será avaliado o de maior valor acadêmico.

12.5 Os certificados de cursos de pós-graduação em nível de especialização deverão ser acompanhados por histórico escolar.

12.6 Os diplomas de cursos de pós-graduação em mestrado ou doutorado emitidos no exterior, deverão ser reconhecidos na forma da lei e acompanhados de tradução oficial.

12.7 Os candidatos que tenham concluído cursos de pós-graduação (em nível de especialização, mestrado ou doutorado) em data posterior a 30 de julho de 2016, cujos diplomas não tenham sido confeccionados pela instituição de ensino, poderão entregar certidão emitida pelo programa de pós - graduação declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos pelo programa, ter sido aprovado sem ressalvas o trabalho, monografia, dissertação ou tese, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso e no caso dos cursos de mestrado ou doutorado, que lhe foi outorgado o título correspondente. A certidão deve ser acompanhada de histórico escolar regularmente emitido.

12.8 Para participar da Prova de Títulos os candidatos deverão protocolar no IOBV, ou enviar pelo correio, com Aviso de Recebimento e preferencialmente por SEDEX, os seguintes documentos:

- a) Requerimento para participação na Prova de Títulos (anexo VI) obrigatório (certificados desacompanhados do requerimento não serão avaliados);
- b) O título que deseja ser avaliado, devidamente autenticado em cartório.

12.8.1 Não devem ser entregues/enviados:

- a) Documentos originais;
- b) Diplomas de curso de ensino médio e ou licenciatura (graduação);
- c) Documentos pessoais;
- d) Comprovantes de residência ou qualquer outro documento não exigido para pontuação de títulos.

12.8.2. O envelope individualizado contendo os títulos devem ser assim identificados:

(Recorte e cole no envelope)

REQUERIMENTO PARA PROVA DE TÍTULOS

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AVENIDA LUIZ BERTOLI, 233 – CENTRO

89.190-000 – TAIÓ – SC

Cargo:

Número de Inscrição:

12.9 Os títulos enviados pelo correio ou protocolados no IOBV só serão avaliados se entregues ao IOBV acompanhados do requerimento de títulos e no prazo das inscrições conforme data do cronograma, valendo como comprovação, quando couber, o registro de entrega dos documentos emitidos pelos Correios.

12.10 A nota da Prova de Títulos (no máximo 3,00 pontos) será somada à da Prova Escrita para o cálculo da Nota Final.

12.11 A participação na Prova de Títulos não é obrigatória.

12.12 O candidato enviará sua documentação antecipadamente e sobre sua conta e risco, arcando com as despesas de correio e cartório, caso não seja aprovado na prova escrita, seus certificados serão ignorados.

13. DA PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE MOTORISTA

13.1. O cargo de Motorista realizará prova prática que destina-se a avaliar os conhecimentos práticos que os candidatos possuem no desempenho de atividades que são inerentes ao cargo pleiteado, constando de demonstração prática de sua habilitação na execução das atribuições do cargo.

13.2. Os candidatos deverão comparecer em data constante do cronograma, caso não realizarem a prova prática serão eliminados do certame, pois não prestaram esta etapa.

13.3. Todos os candidatos deverão se apresentar ao coordenador da prova prática, até as 11h30min (onze horas e trinta minutos), do dia previsto para realização da prova prática, sob pena de serem declarados eliminados do certame.

13.4. Realizada a prova prática, será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 3,00 (três) pontos na aplicação da fórmula de cálculo da nota final, sendo eliminado do certame o candidato com nota inferior a 3,00 (três).

13.5. A Prova Prática terá caráter classificatório sendo a nota da prova prática somada à nota da prova escrita, conforme a seguinte fórmula:
$$NF = NPE \times 3 + NPP \times 7 / 10$$

13.6. DA DATA, HORÁRIO E DETERMINAÇÕES GERAIS DA PROVA PRÁTICA

13.6.1. A prova prática será realizada na data constante do cronograma em local a ser anunciado no edital de convocação no dia da prova escrita, conforme os candidatos forem terminando a prova, devendo todos os candidatos se apresentar ao coordenador da prova prática, até as 11h30min (onze horas e trinta minutos), sob pena de serem declarados eliminados do certame.

13.6.2. Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar no local e horário com antecedência, para identificação, chamada e receber instruções, vestidos com trajes e calçados de acordo com as atividades exercidas, portando documento de identificação com foto, não sendo aceitas cópias, mesmo que autenticadas ou qualquer tipo de protocolo.

13.6.3. Os candidatos ao serem chamados assinarão a lista de presença e em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

13.6.4. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso.

13.6.5. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado na data da prova.

13.6.6. Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Garopaba, no estado em que se encontrarem.

13.6.7. Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, junto com as ferramentas e materiais que empregarão para a realização da tarefa, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o seu uso de forma inadequada implicará na desclassificação do candidato.

13.6.8. O candidato que oferecer risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, provocando acidentes e prejuízos físicos e materiais será responsabilizado pelo ato e será automaticamente eliminado do certame. O candidato ao assinar a lista de presença fica ciente de sua responsabilidade.

13.6.9. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

13.6.10. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de movimentação e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

13.6.11. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do concurso antes de realizar seu teste.

13.6.12. Durante a realização da prova prática é proibido utilizar telefones celulares e ou qualquer outro equipamento de comunicação, usar equipamento de som de qualquer natureza, fumar ou ingerir qualquer medicamento, alimento ou bebida, exceto água acondicionada em garrafa de material plástico transparente e sem rótulo.

13.6.13. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local sem comunicar-se com os demais candidatos.

13.6.14. A prova poderá ser filmada e gravada e o candidato ao assinar o termo de realização da prova prática concordará e atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, declarando estar ciente de que é responsável por qualquer dano ao equipamento, avaliadores ou transeuntes.

13.6.15. No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

13.6.16. Por razões de ordem técnica ou meteorológica a prova poderá ser adequada ou transferida a data, local e horário da realização da Prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no sítio do concurso e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível.

13.7. DA AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA PARA MOTORISTA

13.7.1. O candidato deve operar o veículo/equipamento de forma adequada, partindo do local em que se encontra, sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo/equipamento deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

13.7.2. O exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 15 (quinze minutos), onde será avaliado o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e semafórica, como também outras situações durante a realização do exame.

13.7.3. Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de motorista, deverão apresentar carteira de habilitação categoria mínima conforme item 13.8.6, a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

13.7.4. O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

13.7.5. Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento, boletins de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

13.7.6. Os candidatos farão a prova prática no veículo conforme o cargo:

Cargo	Habilitação exigida para prática	Veículo
Motorista (automóvel/caminhão/ônibus)	Alfabetizado com CNH profissional categoria mínima "D"	Ônibus Escolar

13.7.7. No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

13.7.8. Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados

pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados	Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria
Faltas Graves	1,00	12
Faltas Médias	0,50	11
Faltas Leves	0,25	06

a) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves:

- Descontrolar-se no plano, no aclive ou declive;
- Entrar na via preferencial sem o devido cuidado;
- Utilizar a contramão de direção;
- Subir na calçada destinada ao trânsito do pedestre;
- Deixar de observar a sinalização da via. Sinais de regulamentação;
- Deixar de observar as regras de ultrapassagem de preferência da via ou mudança de direção;
- Exceder a velocidade indicada para a via;
- Perder o controle de direção do veículo em movimento;
- Deixar de observar a preferência do pedestre quando estiver ele atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar ou ainda quando o pedestre não tiver cuidado na travessia inclusive na mudança de sinal;
- Deixar a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte dela;
- Fazer incorretamente a sinalização devida ou deixar de fazê-la;
- Deixar de usar o cinto de segurança.

Faltas Médias:

- Executar o percurso da prova ou parte dela, sem estar o freio de mão inteiramente livre;
- Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via;
- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova;
- Fazer conversão com imperfeição;
- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido;
- Desengrenar o veículo nos declives;
- Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias;
- Avançar sobre o balizamento demarcado quando na colocação do veículo na vaga;
- Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal do freio nas frenagens;
- Utilizar incorretamente os freios;
- Não colocar o veículo na área balizada com o máximo de 3 (três) tentativas.

Faltas Leves:

- Negligenciar o controle do veículo provocando nele movimento irregular;
- Ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor;
- Não ajustar devidamente os espelhos e retrovisores;
- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento;
- Engrenar as marchas de maneira incorreta;
- Interpretar com insegurança as condições dos instrumentos do painel.

13.8.9. Dependendo do número de candidatos as provas poderão ser realizadas em mais de um veículo/equipamento do mesmo tipo (Exemplo onibus1, onibus2, onibus3), neste caso haverá sorteio para determinar em qual veículo o candidato realizará a prova.

14. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL

14.1. Para os cargos de professores licenciados a nota final do candidato será a soma da nota da prova escrita e da nota da prova de títulos:

$NF = NPE + NPT$

NF= Nota final

NPE = Nota Prova Escrita

NPT = Nota Prova Títulos

14.2. Para o cargo de motorista a nota final do candidato obedecerá a seguinte fórmula:

$NF = (NPE \times 3) + (NPP \times 7) / 10$

Sendo:

NPE = Nota da Prova Escrita

NPP = Nota da Prova Prática

NF = Nota Final

14.3. Nota final para todos os demais cargos: $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NF = Nota Final

14.4. Serão considerados aprovados neste processo seletivo os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 4,00 (quatro) 5,00 (cinco)

14.5. Os candidatos serão classificados por cargo / disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

14.6. Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

14.7. Para os candidatos que não se enquadrarem na condição de idoso, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- b) Maior nota nas questões de Conhecimentos Gerais;
- c) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.

14.8. As pessoas com deficiência integrarão lista especial de classificação.

15. DOS RECURSOS

15.1. Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Processo Seletivo.

15.2. Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação, no site do Processo Seletivo na Internet, do ato em desfavor do qual quer o candidato recorrer.

15.3. Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:

15.3.1. Recursos Via Internet:

- a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.
- b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o seletivo Edital 005/2016 de GAROPABA;
- c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".
- d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- f) Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.
- g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.
- h) Clicar em "enviar"

15.3.2. Recursos presencial ou via postal:

- a) Para recursos presencial preencher e assinar o anexo VII, do edital, com argumentação clara, consistente e objetiva, no caso de questões, um para cada questão e protocolar pessoalmente ou via procuração na sede do IOBV, no endereço constante do item 1.11 deste edital.
- b) Para recursos via postal o candidato deverá preencher e assinar o requerimento (anexo VII) do edital com argumentação clara, consistente e objetiva, Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas; datar e assinar; anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente; colocar o requerimento em envelope resistente e enviará para o endereço sede do IOBV, conforme item 1.11, via sedex/ar.

15.3.2.1. O candidato deverá expedir o documento AR (aviso de recebimento), pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX. O documento deve ser entregue ao IOBV rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, sendo de responsabilidade do candidato a remessa via postal com devida antecedência para que o recurso seja entregue no prazo constante do cronograma do edital, valendo para todos os fins de direito a data da entrega.

15.4. Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

15.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

15.6. O Instituto de Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

15.7. Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

15.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

15.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

15.10. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

15.11. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

15.12. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

15.13. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

15.14. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

15.15. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

16. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

16.1. A homologação do resultado final deste seletivo, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do seletivo e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

16.2. Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

17. DA ESCOLHA DE VAGAS

17.1. A data e os critérios para escolha de vagas serão definidas em edital próprio de convocação que será divulgado após homologação do resultado deste seletivo.

17.2. No caso dos Professores, primeiramente serão convocados os candidatos aprovados dos cargos de professores licenciados, e após escolha, havendo vagas remanescentes serão convocados os candidatos habilitados (magistério).

18. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

18.1. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da Prefeitura do Município de Garopaba. A admissão é de competência da Prefeitura Municipal, dentro da validade do Seletivo ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

18.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Garopaba.

18.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Prefeitura Municipal de Garopaba.

18.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

18.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

18.5 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

18.7.O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Garopaba, até a data, estabelecida conforme item 18.5, será excluído deste Seletivo Público.

18.8. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao Departamento de Gestão de Pessoas de Garopaba.

18.8.1. A inobservância do subitem 18.5, implicará na desclassificação do Seletivo Público.

18.9. Por ocasião da convocação serão exigidos, dos candidatos aprovados e nomeados, os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação e descritos no edital de convocação.

18.10. O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

18.11. As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem de classificação por área/disciplina.

18.12. A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

18.13. As vagas a serem oferecidas, para os candidatos inscritos e classificados, serão as vagas remanescentes do seletivo de ingresso e as vagas vinculadas decorrentes dos afastamentos legais.

18.14. Na mesma data de publicação da HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL deste processo seletivo, será publicada a PRIMEIRA relação de vagas a serem escolhidas e preenchidas, observando-se a ordem de classificação por área/disciplina, AGENDANDO DIA E HORÁRIO PARA COMPARECIMENTO DOS CANDIDATOS, correspondentes ao número de vagas disponibilizado.

18.14.1 As publicações se darão na página da Prefeitura Municipal de Garopaba e no Diário Oficial dos Municípios – DOM, www.iobv.org.br.

18.15. As demais relações de vagas a serem escolhidas e preenchidas serão publicadas posteriormente, conforme disciplina o item 18.14.1 durante o período de validade deste processo seletivo.

18.16. No dia e horário estabelecidos, sob pena de exclusão e consequente desclassificação da vaga do processo seletivo, o candidato aprovado deverá dirigir-se a Sede da Secretaria de Educação, munido de documento oficial de identificação (RG, Carteira de Trabalho, Carteira de Habilitação) e de comprovação de habilitação para o cargo para o qual foi aprovado.

18.16.1 A falta de qualquer documento indicado no item 18.16, a ser apresentado pelo candidato, também será motivo para exclusão e consequente desclassificação da vaga do processo seletivo.

18.17. O candidato selecionará vagas em número igual ao de sua classificação, definindo em ordem, qual será a sua primeira opção, a segunda e assim sucessivamente. A definição de qual opção será atribuída ao candidato dependerá da escolha dos candidatos anteriores, sendo também, motivo de cancelamento das demais opções.

18.18. O candidato que não se apresentar no local, data e horário estabelecidos para a escolha da vaga, irá automaticamente para o último lugar da classificação.

18.19. As vagas para o Processo Seletivo 005/2016 serão disponibilizadas de acordo com a necessidade de cada Unidade Escolar. Portanto, devem ser escolhidas pelos candidatos classificados no referido certame na totalidade de sua carga horária.

18.20. As vagas disponibilizadas no Processo Seletivo 005/2016 serão aquelas remanescentes da distribuição de aulas aos professores efetivos, portanto, estas aulas somente constituirão vaga a ser ofertada ao ACT depois de esgotadas todas as possibilidades de aproveitamento pelo efetivo.

18.21. A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria Municipal de Educação de Garopaba, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na escolha de vagas, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo.

18.22. O candidato selecionado que no momento da escolha não aceitar a(s) vaga(s) disponível(is), passará automaticamente para o final da listagem em que está classificado, e deverá preencher requerimento para tal na Secretaria de Educação, caso contrário não será mais chamado.

18.23. Depois de efetivada a escolha de vaga, não será permitido ao candidato trocá-la, salvo nos casos de interesse do serviço público.

18.24. O candidato contratado ficará em permanente avaliação de desempenho e, caso seu aproveitamento não seja satisfatório, será rescindido seu contrato.

18.25. Decorrida a escolha da vaga pelo candidato, a Secretária de Educação, em até 72 (setenta e duas) horas úteis expedirá ofício solicitando a Diretoria Administrativa de Gestão de Pessoas que proceda a convocação e consequente contratação do candidato.

19. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

19.1 Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste seletivo, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
 - b) Emitir os documentos para homologação das inscrições;
 - c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
 - d) Analisar e pontuar os títulos;
 - e) Apreçar os recursos previstos neste edital;
 - f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
 - g) Prestar informações sobre o seletivo dentro de sua competência;
 - h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
 - i) Responder, em conjunto com o município de GAROPABA eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.
- 19.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, devidamente nomeada por ato oficial.
- 19.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de GAROPABA.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Seletivo.

20.2 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas informações por telefonemas relativos a número de inscritos por cargo ao resultado do Processo Seletivo e respostas de recursos.

20.3 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de GAROPABA, até que expire a validade do Seletivo, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

20.4 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

20.5 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

20.6 O Município de GAROPABA e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

20.7 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

20.8 As despesas relativas à participação do candidato no Seletivo e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

20.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Seletivo, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de postagem.

20.10 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo, tanto da Prefeitura do Município de GAROPABA como do IOBV.

20.11 Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

20.12 A Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do Município de GAROPABA e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

20.13 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do município de GAROPABA e do IOBV.

20.14 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Garopaba/SC.

20.15 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

20.16 Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II– Atribuições dos Cargos; Anexo III– Conteúdo Programático; Anexo IV– Requerimento de Vaga

de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V – Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição.VI- Requerimento para prova de Títulos; VII-Requerimento de Recursos.

GAROPABA, 08 de dezembro de 2016.

Paulo Sergio de Araujo

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE “ALFABETIZADO”

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Valor da Taxa de inscrição	PERÍODO PROVA
1. Merendeira	CR	40h/s	R\$ 891,99	Alfabetizado	Escrita Objetiva	R\$ 30,00	Matutino
2. Motorista (caminhão/automóvel/ônibus)	CR	40h/s	R\$ 1.235,82	Alfabetizado com CNH profissional categoria mínima “D”	Escrita Objetiva e prática	R\$ 30,00	Matutino
3. Servente	06/CR	40h/s	R\$ 891,99	Alfabetizado	Escrita Objetiva	R\$ 30,00	Matutino

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE “ENSINO MÉDIO”

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Taxa inscrição	PERÍODO PROVA
4. Professor com Habilitação (20h)	CR	20h/s	R\$ 1.067,82	Ensino médio completo com Magistério.	Escrita Objetiva	R\$ 50,00	Matutino
5. Professor com Habilitação (40h)	CR	40h/s	R\$ 2.135,64	Ensino médio completo com Magistério.	Escrita Objetiva	R\$ 50,00	Matutino

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE “ENSINO SUPERIOR”

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Taxa inscrição	Período Prova
6. Fonoaudiólogo	CR	40h/s	R\$ 1.984,77	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita Objetiva	R\$ 70,00	Vespertino
7. Nutricionista	CR	40h/s	R\$ 1.984,77	Ensino Superior Completo em Nutrição com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita Objetiva	R\$ 70,00	Vespertino
8. Professor com Licenciatura (20h)	34/CR	20h/s	R\$ 1.110,53	Curso superior completo com Licenciatura em Pedagogia	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
9. Professor com Licenciatura (40h)	49/CR	40h/s	R\$ 2.221,06	Curso superior completo com Licenciatura em Pedagogia	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
10. Professor de Artes (10h)	01 (2º semestre CEJA) / CR	10h/s	R\$ 555,26	Curso superior completo com Licenciatura e Artes Plásticas	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
11. Professor de Artes (30h)	03/CR	30h/s	R\$ 1.665,79	Curso superior completo com Licenciatura e Artes Plásticas	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
12. Professor de Ciências (10h)	01 (1º semestre) / 01 (ano todo) CEJA/CR	10h/s	R\$ 555,26	Curso superior completo com Licenciatura em Ciências	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
13. Professor de Educação Física (10h)	01 (2º semestre CEJA) / CR	10h/s	R\$ 555,26	Curso superior completo com Licenciatura em Educação Física e Registro no Conselho de Classe Profissional	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
14. Professor de Educação Física (30h)	04/CR	30h/s	R\$ 1.665,79	Curso superior completo com Licenciatura em Educação Física e Registro no Conselho de Classe Profissional	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino

15. Professor de Educação Física (40h)	01/CR	40h/s	R\$ 2.221,06	Curso superior completo com Licenciatura em Educação Física e Registro no Conselho de Classe Profissional	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
16. Professor de Geografia (10h)	01 (2º semestre CEJA) / CR	10h/s	R\$ 555,26	Curso superior completo com Licenciatura em Geografia	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
17. Professor de História (10h)	01 (1º semestre) 01 (ano todo) CEJA/CR	10h/s	R\$ 555,26	Licenciatura Plena na área de Historia, fornecida por instituição de Ensino reconhecida pelos órgãos normativos	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
18. Professor de Inglês (10h)	01 (2º semestre CEJA) / CR	10h/s	R\$ 555,26	Curso superior completo com Licenciatura em Letras Português/Inglês	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
19. Professor de Inglês (30h)	01/CR	30h/s	R\$ 1.665,79	Curso superior completo com Licenciatura em Letras Português/Inglês	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
20. Professor de Inglês (40h)	02/CR	40h/s	R\$ 2.221,06	Curso superior completo com Licenciatura em Letras Português/Inglês	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
21. Professor de Língua Portuguesa (10h)	01 (1º semestre) 01 (ano todo) CEJA / CR	10h/s	R\$ 555,26	Curso superior completo com Licenciatura em Letras Português	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
22. Professor de Matemática (10h)	01 (2º semestre) 01 (ano todo) CEJA/CR	10h/s	R\$ 555,26	Curso superior completo com Licenciatura em Matemática	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino
23. Psicólogo	CR	40h/s	R\$ 1.984,77	Curso Superior em Psicologia e formação em psicopedagogia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita Objetiva	R\$ 70,00	Vespertino
24. Psicopedagogo	CR	40h/s	R\$ 1.984,77	Curso Superior na área de Psicologia com Pós graduação em Psicopedagogia	Escrita Objetiva e títulos	R\$ 70,00	Vespertino

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

MERENDEIRA	Executar serviços de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar
MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTOMÓVEL/ÔNIBUS	Dirigir e Conservar automóveis, camionetas e caminhões, utilizados no transporte de passageiros e cargas em geral, de acordo com as instruções específicas.
SERVENTE	Atribuições do cargo de servente: executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprios da escola e serviços gerais de apoio administrativo
FONOAUDIOLOGO	Desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz e audição; participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar o aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala; dar parecer fonoaudiológico, na área de comunicação oral e escrita, voz e audição; encaminhar quando necessário ao atendimento de outros espec
NUTRICIONISTA	Desenvolver atividades de nível superior, de Natureza especializada envolvendo atividades no campo da nutrição.
PROFESSOR COM LICENCIATURA	Ministrar aulas de currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

PROFESSOR ARTES	Ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades da unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, maquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade;
PROFESSOR CIÊNCIAS	Ministrar aulas de disciplinas componentes do currículo de Ensino Fundamental EJA, de acordo com a área de conhecimento de sua formação, ou área afim, utilizando-se de material específico do EJA, com pré-planejamento. Trabalhar de forma interdisciplinar e contextualizada os conteúdos teóricos e práticos pertinentes, utilizando-se de seqüências didáticas, dinâmicas variadas e metodologia adequada ao perfil do aluno EJA, com incentivo à pesquisa e desenvolvimento de projetos de aprendizagem, possibilitando o pleno desenvolvimento intelectual do aluno e sua atuação responsável como cidadão participante da sociedade.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	Ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades da unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, maquinas, equipamentos e locais de trabalho, que estão sob sua responsabilidade;
PROFESSOR GEOGRAFIA	Ministrar aulas de disciplinas componentes do currículo de Ensino Fundamental EJA, de acordo com a área de conhecimento de sua formação, ou área afim, utilizando-se de material específico do EJA, com pré-planejamento. Trabalhar de forma interdisciplinar e contextualizada os conteúdos teóricos e práticos pertinentes, utilizando-se de seqüências didáticas, dinâmicas variadas e metodologia adequada ao perfil do aluno EJA, com incentivo à pesquisa e desenvolvimento de projetos de aprendizagem, possibilitando o pleno desenvolvimento intelectual do aluno e sua atuação responsável como cidadão participante da sociedade.
PROFESSOR HISTÓRIA	Ministrar aulas de disciplinas componentes do currículo de Ensino Fundamental EJA, de acordo com a área de conhecimento de sua formação, ou área afim, utilizando-se de material específico do EJA, com pré-planejamento. Trabalhar de forma interdisciplinar e contextualizada os conteúdos teóricos e práticos pertinentes, utilizando-se de seqüências didáticas, dinâmicas variadas e metodologia adequada ao perfil do aluno EJA, com incentivo à pesquisa e desenvolvimento de projetos de aprendizagem, possibilitando o pleno desenvolvimento intelectual do aluno e sua atuação responsável como cidadão participante da sociedade.
PROFESSOR DE INGLES	Ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades da unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, maquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade;
PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA	Ministrar aulas de disciplinas componentes do currículo de Ensino Fundamental EJA, de acordo com a área de conhecimento de sua formação, ou área afim, utilizando-se de material específico do EJA, com pré-planejamento. Trabalhar de forma interdisciplinar e contextualizada os conteúdos teóricos e práticos pertinentes, utilizando-se de seqüências didáticas, dinâmicas variadas e metodologia adequada ao perfil do aluno EJA, com incentivo à pesquisa e desenvolvimento de projetos de aprendizagem, possibilitando o pleno desenvolvimento intelectual do aluno e sua atuação responsável como cidadão participante da sociedade.
PROFESSOR MATEMÁTICA	ministrar aulas de disciplinas componentes do currículo de Ensino Fundamental EJA, de acordo com a área de conhecimento de sua formação, ou área afim, utilizando-se de material específico do EJA, com pré-planejamento. Trabalhar de forma interdisciplinar e contextualizada os conteúdos teóricos e práticos pertinentes, utilizando-se de seqüências didáticas, dinâmicas variadas e metodologia adequada ao perfil do aluno EJA, com incentivo à pesquisa e desenvolvimento de projetos de aprendizagem, possibilitando o pleno desenvolvimento intelectual do aluno e sua atuação responsável como cidadão participante da sociedade.
PSICÓLOGO	Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada e de grande complexidade, envolvendo atividades relativas à área
PSICOPEDAGOGO	Implementar, avaliar, coordenar e planejar o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Atender as crianças para avaliar a dificuldade de aprendizagem; Atuar em cursos acadêmicos e/ou corporativos em todos os níveis de ensino para atender as necessidades dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais. Viabilizar o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas.

ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente

sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS NÍVEL ALFABETIZADO

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (diminutivo e aumentativo). Classificação do substantivo (próprio, comum e coletivo). Adjetivo (número e gênero). Gêneros textuais: conto e fábula.

MATEMÁTICA

Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; grandezas e medidas; conjuntos. Medidas de tempo, porcentagem, juros simples.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MERENDEIRA

Tipos de alimentos. Importância da alimentação para a saúde. Noções de higiene, proteção e armazenamento dos alimentos e bebidas; Técnicas de preparo de alimentos e bebidas; Técnicas adequadas para congelamento e descongelamento de alimentos. Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. A importância da merenda para o estudante. Alimentos benéficos para a saúde. Alimentos que devem ser evitados pelas crianças e adolescentes. Noções básicas de higiene e saúde pessoal. Conhecimentos de separação, coleta, armazenamento e reciclagem de lixo. Conhecimentos básicos para a realização de serviços de higienização e limpeza em locais como: copa, cozinha e banheiro. Cuidados e técnicas de preparo de alimentos. Guarda e conservação de alimentos.

MOTORISTA DE AUTOMÓVEL/CAMINHÃO/ÔNIBUS

Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes às atribuições do cargo.

SERVENTE

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamentos. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; Noções básicas de segurança e higiene do trabalho. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Noções de ética e cidadania; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo. Conhecimentos sobre cidadania e consciência ecológica. Desenvolvimento sustentável. Cidadania e Participação Social; 3R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar).; Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo.; Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho; Noções sobre primeiros socorros; Uso de equipamentos de proteção individual – EPIs; Ergonomia.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e interpretação escrita e visual. Semântica e figuras de linguagem. Fonologia: ditongos crescentes e decrescentes, orais e nasais; tritongo oral e nasal e hiato. Dígrafos e Dífono. Classes morfológicas. Sintaxe do período simples e composto. Regras da nova ortografia. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Colocação pronominal. Texto jornalístico e publicitário. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO (COMUM A TODOS OS CARGOS): Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos., Lei Orgânica do Municipal, ECA, ESTATUTO DO IDOSO. Temas gerais de Direito Administrativo e Administração Pública. Atos Administrativos. Crimes contra a administração pública. Serviços Públicos: conceitos, classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

FONOAUDIÓLOGO

Conhecimento em Anatomia e Fisiologia (pertinentes à prática fonoaudiológica). Patologia dos Órgãos da Fala e da Audição. Patologia do Sistema Nervoso Central: Patologia do SNC e suas implicações na comunicação: Encefalopatias não progressivas. Encefalopatia Crônica Infantil Fixa (Paralisia Cerebral), Disartrias, Dispraxias, Apraxias, Dislexia. Deficiência Mental. Distúrbio Psiquiátrico. Linguística Fonética e fonologia. Desenvolvimento Humano: físico e motor, perceptual e cognitivo. Desenvolvimento do Indivíduo Excepcional: Conceitos Básicos. Aspectos psicossociais dos indivíduos considerados excepcionais. Classificação das excepcionalidades: mental, visual, auditiva e física. Audiologia: Avaliação audiológica completa. Linguagem Oral: Desenvolvimento da Linguagem Oral: Contribuições das principais teorias psicolinguísticas: Comportamental (Skinner); Construtivista (Piaget); Inatista (Chomsky) e Sociointeracionista (Vygotsky). Etapas de aquisição da linguagem: fonético-fonológica; Sintática, Semântica, Pragmática. Linguagem Escrita: Desenvolvimento da linguagem escrita: Contribuições das principais teorias psicolinguísticas: Comportamental (Skinner); Construtivista (Piaget); Inatista (Chomsky) e Sociointeracionista (Vygotsky). Etapas de aquisição da linguagem escrita. Teorias, Técnicas, Avaliação e Tratamento dos Distúrbios da Comunicação. Fonoaudiologia em Instituição Educacional: Fonoaudiologia educacional: objetivos, conceitos e papéis.

NUTRICIONISTA

Alimentos: conceito; características e qualidade dos alimentos; perigos químicos, físicos e biológicos. Planejamento dietético para indivíduos saudáveis. Técnicas adequadas para aquisição, seleção, conservação, preparação e armazenamento dos Alimentos. Planejamento, organização e execução de cardápios. Instalações físicas, equipamentos e utensílios em Unidades de Alimentação e Nutrição. Controle de Qualidade em Unidades de Alimentação e Nutrição (BPF, POP's, APPCC). Controle de Custos em Unidades de Alimentação e Nutrição. Avaliação Nutricional (métodos antropométricos clínicos, bioquímicos e dietéticos na Avaliação Nutricional). Doenças carenciais (etiologia, epidemiologia, diagnósticos, prevenção e conduta nutricional). Propriedades funcionais em alimentos vegetais. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

PSICÓLOGO

Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt □ Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento infantil; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; sistema de RH: conceitos e objetivos desenvolvimento organizacional; recrutamento de RH: conceito e execução; etapas do processo de recrutamento, fontes de recrutamento, previsão de recursos humanos; seleção de pessoal: conceito, técnicas de seleção, entrevista de seleção, objetivos e tipos de entrevista; testes de seleção: conceito e espécies; treinamento de pessoal: conceito, importância e objetivos, levantamento das necessidades de treinamento, planejamento, organização, execução e avaliação do treinamento; Avaliação de desempenho: conceito e objetivos métodos de avaliação de desempenho, entrevistas nas avaliações de desempenho; psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional; avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas; qualidade de vida no trabalho; saúde coletiva: políticas de saúde mental; saúde mental e trabalho; gestão de pessoas, organização, inteligência emocional, gestão de marketing pessoal e conceito metacompetência.

PROFESSORES – CONTEÚDOS ESPECÍFICOS COMUNS A TODOS OS CARGOS

Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. O Sistema Nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Parâmetros curriculares nacionais. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

PROFESSOR COM LICENCIATURA

PROFESSOR COM HABILITAÇÃO – MAGISTÉRIO 20h e 40h (Ensino Médio)

PSICOPEDAGOGO

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização, apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil. Alfabetização e Letramento.

PROFESSOR DE ARTES

História e metodologia do ensino de Arte. A arte e a educação. O ensino da arte no currículo: legislação e prática. O conhecimento artístico como produção e fruição. Arte, linguagem e comunicação. Teoria e prática em arte na escola. Elementos básicos das linguagens artísticas. Diversidade das formas de arte e concepções estéticas da cultura regional, nacional e internacional. O currículo de arte no ensino

fundamental. Folclore catarinense e nacional. Diversidade cultural no ensino de artes. A importância do ver, fazer e pensar o processo artístico na educação escolar.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Níveis de organização dos seres vivos; relações ecológicas entre os seres vivos; fatores abióticos no ecossistema; cadeia alimentar; biodiversidade catarinense; interferência humana nos ciclos vitais do ecossistema: desmatamento; uso de agrotóxicos, lançamento de resíduos (água, solo), exploração inadequada do solo; Poluição (atmosférica, das águas, do solo); chuva ácida; efeito estufa; camada de ozônio e mudanças climáticas; a água – ciclo da água, propriedades da água, consumo e escassez; o solo – composição do solo e agentes de transformação do solo; atmosfera; fluxo de energia no ambiente; classificação dos reinos dos seres vivos (características gerais e classificação); fisiologia e anatomia dos sistemas biológicos humanos (digestão, respiração, circulação, excreção, nervoso, endócrino, órgãos dos sentidos, ósseo-muscular e imunológico; Reprodução e hereditariedade, clonagem e transgênicos. Temas da sexualidade: mudanças corporais e comportamento social – puberdade e adolescência, métodos contraceptivos, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, funcionamento órgãos reprodutores. Química: propriedades gerais da matéria; estrutura atômica; elementos químicos e tabela periódica; substâncias e misturas; ligações químicas e funções químicas. Física: Cinemática; leis de Newton; calorimetria; eletromagnetismo (conceito); ondulatória (conceito) e óptica (conceito).

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

História da Educação Física no Brasil; Metodologia para ensino da Educação Física; Cultura Corporal; Emprego da Terminologia aplicada a Educação Física; Fisiologia do Exercício – Abordagem Neuromuscular. Estrutura e Funções pulmonares; O Sistema Cardiovascular; Capacidade Funcional do Sistema Cardiovascular; Músculo Esquelético (estrutura e função). Treinamento desportivo e atividades Físicas.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Espaço Geográfico e globalização; A Terceira Revolução Industrial é a revolução tecnocientífica; O desenvolvimento dos meios de transporte e o crescimento do comércio mundial;

A expansão das multinacionais e a globalização da economia; O Brasil na rota das migrações internacionais;

Os fluxos de refugiados no mundo; A formação dos grandes blocos econômicos; Os principais blocos econômicos da atualidade; A regionalização do espaço geográfico mundial; Guerra Fria; IDH: uma maneira de conhecer o nível de desenvolvimento dos países; A Divisão Internacional do Trabalho no período colonial; A Nova Divisão Internacional do Trabalho; Industrialização e urbanização no Brasil; O êxodo rural e a urbanização brasileira; As regiões metropolitanas; As regiões brasileiras segundo o IBGE; Brasil: população; Os movimentos migratórios no Brasil; O que é migração e por que as pessoas migram; População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil; O desemprego e seus fatores; Fatores conjunturais; Fatores estruturais; Poluição atmosférica e das águas oceânicas no mundo; Características gerais das atividades primárias, secundárias e terciárias e suas expressões no espaço geográfico; Os ambientes da Terra; A Litosfera, composição e dinâmica; A Hidrosfera, a água e sua importância; A Atmosfera e a dinâmica climática; A influência do clima nas paisagens; O clima e as atividades econômicas; Os agentes externos; Os agentes internos; Processo de formação das rochas na natureza; Os fusos horários; Cartografia; Os movimentos da Terra; A didática e a metodologia do ensino da Geografia; Aspectos geográficos do Município de Garopaba.

PROFESSOR DE HISTÓRIA

História; Ensino de História; Correntes historiográficas; Fontes históricas; Tempo histórico; Conceitos históricos; História e cultura Africana, afro-brasileira e indígena Lei 10.639/03, Lei 11.645/08, Patrimônio Cultural e Ambiental; Diretrizes curriculares para o ensino de História. - Ensino de História: Saber histórico escolar; Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; História Mundial; Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea - historiografia brasileira e a história do Brasil; História de Santa Catarina; História de Garopaba, História da América, Patrimônio Cultural e Ambiental.

PROFESSOR DE INGLÊS

Compreensão e análise de textos modernos; Artigos; substantivos (gênero, número, caso genitivo, composto "countable" e "uncountable"); Pronomes (pessoais retos e oblíquos, reflexivos, relativos); Adjativos e pronomes possessivos, interrogativos, indefinidos, demonstrativos; Adjativos e advérbio (ênfase nas formas comparativas e superlativas); preposições; Verbos (tempos, formas e modos: regulares, irregulares, "nonfinites", modais; formas: afirmativa, negativa, interrogativa e imperativa; forma causativa de "have", "questiontags") "Phrasalverbs" (mais usados); Numerais; Discurso direto e indireto; grupos nominais; Períodos simples e compostos por coordenação e subordinação (uso de marcadores de discurso); Aspectos metodológicos teóricos e práticos ligados à abordagem do ensino aprendizagem da língua inglesa.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Estruturas linguísticas da Língua Portuguesa. Texto e discurso. Dialogismo, intertextualidade, interdiscursividade e gêneros discursivos. Tipologia textual. A semântica textual: conteúdo e forma/estrutura frasal e textual. Morfossintaxe da Língua Portuguesa. Coesão/ coerência e elementos gramaticais. Filosofia e temática da literatura brasileira. Descritores da Língua Portuguesa da Prova Brasil.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

1.Noções de Lógica. Noção intuitiva de conjunto. Operações com conjuntos. 2.Conjuntos Numéricos: Números naturais, inteiros, racionais e reais: propriedades, operações, valor absoluto, números primos, múltiplos e divisores. MDC e MMC, proporcionalidade, regra de três e porcentagem. Juros simples e compostos. Sistemas de Medida. Sistemas de numeração. 3.Cálculo Algébrico: Produtos notáveis e fatoração. Equações fracionárias e literais. 4.Funções: gráficos e operações. Função Inversa. Estudo das seguintes funções reais: Função Afim, Função Quadrática, Função Exponencial e Logarítmica. 5.Equações e inequações de 1º e 2º graus. Equações e inequações exponenciais e logarítmicas. Sistemas de equações e inequações de 1º e 2º graus. 6.Sequências. Progressões aritméticas e geométricas. Números complexos: formas trigonométrica e algébrica, representação e operações. 7.Polinômios: Definição. Operações. 8.Equações polinomiais: Definição. Teorema Fundamental da Álgebra, Teorema da Decomposição, Multiplicidade de uma raiz. Raízes Complexas. Raízes racionais. 9.Análise combinatória: Princípio Fundamental da Contagem, Arranjos, Combinações e Permutações. 10.Binômio de Newton. 11.Probabilidade: Probabilidade da união de dois eventos, probabilidade de dois eventos sucessivos ou simultâneos e probabilidade condicional. 12. Matrizes: Operações. Inversa de uma matriz. Determinantes de matrizes de ordem n. 13.Sistemas de equações lineares: Resolução e discussão. 14.Geometria plana: Teorema de Tales. Semelhança de triângulos e polígonos. Relações métricas em triângulos, polígonos regulares e círculos. Perímetros e áreas de figuras planas. 15.Geometria espacial: Poliedros, prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas: áreas e volumes. Sólidos semelhantes. Troncos. Inscrição e circunscrição de sólidos. Superfícies e sólidos de revolução. 16.Trigonometria: Razões trigonométricas no

triângulo retângulo. Lei dos Cosenos, Lei dos Senos. Arcos e ângulos. Funções trigonométricas. Relações entre as funções trigonométricas. Arco soma, arco duplo. Equações. Equações cartesianas, representação gráfica e identificação dos elementos. 20.Noções de limites. Matemática Financeira.

ANEXO IV**REQUERIMENTO**

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 005/2016 da Prefeitura Municipal de GAROPABA, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

c)) Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

a) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Requerente

ANEXO V**REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo 005/2016 (secretaria de Educação) da Prefeitura Municipal de Garopaba - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

[] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

[] Possuir Baixa renda, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008.

Meu Número de Identificação Social – NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no edital, onde requeiro a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.

(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO VI

REQUERIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA PROVA DE TÍTULOS

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo 005/2016 (Secretaria de Educação) da Prefeitura Municipal de Garopaba - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria A participação na Prova de Títulos do Processo Seletivo da Prefeitura de Garopaba.

Declara que:

- 1) O documento apresentado é cópia fiel do original, estando devidamente autenticado em cartório.
- 2) Não constitui pré-requisito ao exercício do cargo.

TÍTULO APRESENTADO-CERTIFICADO OU DIPLOMA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Descrição Especialista em:	Instituição emissor:	Carga horária	Titulação	
			Especialização	1,00
			Mestrado	2,00
			Doutorado	3,00

Será avaliado um único título de curso de pós-graduação. Nota máxima: 3,00.

Declaro serem verdadeiras as informações aqui prestadas.

Garopaba (SC), _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Candidato.

OBS.: Favor NÃO encaminhar qualquer outros documentos. Os documentos exigidos para nomeação deverão ser apresentados unicamente quando da posse do candidato.

ANEXO VII

REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Tipo de Recurso:	
<input type="checkbox"/> 1 – Contra indeferimento de inscrição	
<input type="checkbox"/> 2 - Contra questão da prova ou gabarito preliminar	
<input type="checkbox"/> 3 – Contra a classificação preliminar	
<input type="checkbox"/> 4 – Outro: _____	
Nome do Candidato:	
N.º de Inscrição:	Cargo:
Identidade:	CPF:
N.º da Questão:	Data:
OBS.: Nos recursos contra o teor das questões ou gabarito preliminar, você deve preencher obrigatoriamente um formulário para cada questão.	
Fundamentação e Referência Bibliográfica:	

Assinatura do Candidato

Só serão analisados os recursos entregues ao IOBV até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do ato contra o qual se insurge o candidato.

PORTARIA N.º 043/2017

PORTARIA N.º 043, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata DAIANA DA SILVA SILVEIRA, CPF n.º 052.127.289-08, aprovada e classificada como 3ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar tarefas de auxiliares de escritório e secretárias, envolvendo registros e controles, preenchimento de fichas, conferência, lançamentos, cálculos e levantamentos em diversas áreas.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/01/2017, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 046/2017.

PORTARIA N.º 046, DE 18 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata KELEN DA ROSA RAMOS, CPF n.º 731.000.050-15, aprovada e classificada como 16ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança

no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando ainda orientações quanto ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações e suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir par consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/01/2017, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 047/2017.

PORTARIA N.º 047, DE 18 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ALINE ZARTH MILAN, CPF n.º 982.569.800-44, aprovada e classificada como 8ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas do currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 048/2017.

PORTARIA N.º 048, DE 18 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata GISELE CRISTINE FERNANDES THOMAZ VOSS, CPF n.º 005.444.339-39, aprovada e classificada como 14ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas do currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 049/2017.

PORTARIA N.º 049, DE 18 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata IVETE TERESINHA LUCIANO DE ANTONI, CPF n.º 445.769.780-04, aprovada e classificada como 6ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas do currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 050/2017.

PORTARIA N.º 050, DE 18 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata LUANA DE LIMA ARAÚJO, CPF n.º 068.606.669-35, aprovada e classificada como 20ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas do currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 051/2017.

PORTARIA N.º 051, DE 18 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata QUERLEN BEATRIZ CANDIDO DE OLIVEIRA, CPF n.º 952.441.909-20, aprovada e classificada como 19ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas do currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 052/2017.

PORTARIA N.º 052, DE 18 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata NAIRA SALETE BERNARDO FERNANDES THOMAZ, CPF n.º 573.889.620-34, aprovada e classificada como 15ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas do currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 053/2017.

PORTARIA N.º 053, DE 18 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata SIMONE ROGALSKY, CPF n.º 742.146.169-87, aprovada e classificada como 18ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas do currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 054/2017.

PORTARIA N.º 054, DE 18 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ROSÂNGELA LEMOS DELAMUTA, CPF n.º 015.690.119-66, aprovada e classificada como 10ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas do currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 055/2017.

PORTARIA N.º 055, DE 18 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata BENISIA GROSSER FERREIRA, CPF n.º 008.529.040-88, aprovada e classificada como 11ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas do currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 056/2017.

PORTARIA N.º 056, DE 18 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata VANIR ELENA HOCH TAVARES, CPF n.º 779.000.060-87, aprovada e classificada como 12ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprias da escola e serviços gerais de apoio administrativo.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 057/2017.

PORTARIA N.º 057, DE 18 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata PATRÍCIA GONÇALVES, CPF n.º 024.809.869-18, aprovada e classificada como 15ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprias da escola e serviços gerais de apoio administrativo.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 058/2017.

PORTARIA N.º 058, DE 18 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata JERUSA SOARES DE LIMA, CPF n.º 933.657.720-49, aprovada e classificada como 16ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprias da escola e serviços gerais de apoio

administrativo.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO - 12/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO**MES DE DEZEMBRO DE 2016**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	6.447.167,79
1.2 - ITBI	2.376.993,96
1.3 - ISS	3.375.831,67
1.4 - FPM	14.435.934,04
1.5 - IRRF	1.025.880,04
1.6 - ICMS	6.421.313,91
1.7 - IPI	93.644,79
1.8 - IPVA	2.282.784,00
1.9 - ITR	27.952,79
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	25.614,72
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	1.025.074,84
1.12 - Multas e Juros de Mora	153.622,67
TOTAL	37.691.815,22

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	9.422.953,81
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	8.071.641,07
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	59.536,94
2.3 - Convênios	3.214.335,80
TOTAL	20.768.467,62

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	4.657.448,85	4.459.020,14	-198.428,71
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	4.878.706,81	7.572.340,11	2.693.633,30
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	3.252.471,20	349.270,43	-2.903.200,77
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	4.765.504,96	5.132.235,29	366.730,34
3.5 - Convênios e Transferências	3.214.335,80	3.911.424,86	697.089,06
TOTAL	20.768.467,62	21.424.290,83	655.823,22

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Garopaba, 18 de janeiro de 2017.

% APLICADO : 25,45%

Aplicado a maior : 168.301,63

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE - 12/2016**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE DEZEMBRO DE 2016**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	6.447.167,79
1.2 - ITBI	2.376.993,96
1.3 - ISS	3.375.831,67
1.4 - FPM	14.435.934,04
1.5 - IRRF	1.025.880,04
1.6 - ICMS	6.421.313,91
1.7 - IPI	93.644,79
1.8 - IPVA	2.282.784,00
1.9 - ITR	27.952,79
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	25.614,72
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	1.025.074,84
1.12 - Multas e Juros de Mora	153.622,67
TOTAL	37.691.815,22

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	5.653.772,28
2.2 - Rendimento de Aplicação	285.006,91
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	8.449.614,43
TOTAL	14.388.393,62

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	5.653.772,28	9.161.212,16	3.507.439,88
3.2 - Convênios e Transferências	8.734.621,34	5.809.078,89	-2.925.542,45
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	14.388.393,62	14.970.291,05	581.897,43

% aplicado = 24,31%

Aplicado a maior = 3.507.439,88

Garopaba, 18 de janeiro de 2017.

PREFEITO MUNICIPAL**TEC. CONTABILIDADE****SECR. MUNIC. DA SAÚDE**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - 12/2016

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.906.619,65	1.440,00
Pessoal Ativo	28.723.255,78	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	894.913,87	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	288.450,00	1.440,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.840.750,12	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	952.580,55	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	888.169,57	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	28.065.869,53	1.440,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	59.912.587,17	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	28.067.309,53	46,85
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	32.352.797,07	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	30.735.157,22	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	29.117.517,36	48,60

FONTE:

GAROPABA, 17/01/2017

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RGF 3º QUADRIMESTRE 2016 - ANEXO 01

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.906.619,65	1.440,00
Pessoal Ativo	28.723.255,78	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	894.913,87	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	288.450,00	1.440,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.840.750,12	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	952.580,55	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	888.169,57	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	28.065.869,53	1.440,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	59.912.587,17	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	28.067.309,53	46,85
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	32.352.797,07	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	30.735.157,22	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	29.117.517,36	48,60

FONTE:

GAROPABA , 17/01/2017

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RGF 3º QUADRIMESTRE 2016 - ANEXO 02

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	859.153,64	711.512,73	1.935.834,65	4.310.341,39
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	859.153,64	711.512,73	1.935.834,65	4.310.341,39
Interna	859.153,64	711.512,73	1.935.834,65	4.310.341,39
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	7.454.441,74	10.641.595,10	8.944.606,26	10.735.743,21
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.720.214,53	11.191.477,75	9.456.013,30	11.029.945,79
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	265.772,79	549.882,65	511.407,04	294.202,58
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-6.595.288,10	-9.930.082,37	-7.008.771,61	-6.425.401,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	50.565.905,03	53.792.881,91	55.538.499,81	59.912.587,17
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,70%	1,32%	3,49%	7,19%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-13,04%	-18,46%	-12,62%	-10,72%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	60.679.086,04	64.551.458,29	66.646.199,77	71.895.104,60
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	54.611.177,43	58.096.312,46	59.981.579,79	64.705.594,14

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	859.153,64	711.512,73	1.935.834,65	4.310.341,39
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	55.051,02	38.787,23	25.404,23	11.663,08
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	55.051,02	38.787,23	25.404,23	11.663,08
Previdenciárias	55.051,02	38.787,23	25.404,23	11.663,08
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	804.102,62	672.725,50	1.910.430,42	4.298.678,31

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	183.746,36	325.414,86	318.257,43	170.406,56
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.147.806,77	8.472.477,20	14.114.100,06	9.628.994,49

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	16.669.213,31	16.669.213,31	16.669.213,31	20.298.841,38
Passivo Atuarial	16.669.213,31	16.669.213,31	16.669.213,31	20.298.841,38
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	20.151.255,89	22.169.546,98	23.679.276,56	25.294.247,61
Disponibilidade de Caixa Bruta	359.303,68	32.899,64	24.611,91	21.539,19
Investimentos	19.791.952,21	22.136.647,34	23.654.664,65	25.272.708,42
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	64.148,36	39.324,17	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-3.482.042,58	-5.500.333,67	-7.010.063,25	-4.995.406,23

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

GAROPABA, 17/01/2017

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

FONTE:

RGF 3º QUADRIMESTRE 2016 - ANEXO 03

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	50.565.905,03	53.792.881,91	55.538.499,81	59.912.587,17
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22^c	11.124.499,11	11.834.434,02	12.218.469,96	13.180.769,18
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	10.012.049,20	10.650.990,62	10.996.622,96	11.862.692,26

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

GAROPABA, 17/01/2017

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RGF 3º QUADRIMESTRE 2016 - ANEXO 04

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	2.504.479,25	3.858.415,53
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	2.504.479,25	3.858.415,53
Interna	2.504.479,25	3.858.415,53
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	2.504.479,25	3.858.415,53
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	59.912.587,17	—
OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	3.858.415,53	6,44
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	9.586.013,95	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	8.627.412,55	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.193.881,10	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	3.858.415,53	6,44

FONTE:

GAROPABA, 17/01/2017

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RGF 3º QUADRIMESTRE 2016 - ANEXO 05

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	(b)						
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)			
Alienação de Bens	68.986,64		0,00	0,00	0,00	0,00	68.986,64	0,00	0,00
	26.281,82		0,00	0,00	0,00	0,00	26.281,82	6.557,22	0,00
	168.852,67		0,00	1.743,68	1.200,14	1.883,92	164.024,93	90.384,58	0,00
	436,35		0,00	0,00	0,00	0,00	436,35	0,00	0,00
	144.237,89		0,00	0,00	1.608,35	717,52	141.912,02	18.905,42	0,00
	3.545,73		0,00	0,00	0,00	0,00	3.545,73	1.141.584,49	0,00
	286.801,09		0,00	37.984,57	0,00	35.974,05	212.842,47	212.842,47	0,00
	5.468,63		0,00	0,00	0,00	0,00	5.468,63	0,00	0,00
	78.087,77		0,00	0,00	0,00	0,00	78.087,77	988.878,29	0,00
	197.344,45		0,00	0,00	0,00	181,50	197.162,95	98.203,24	0,00
	3.454,16		0,00	0,00	0,00	0,00	3.454,16	0,00	0,00
	252.582,45		0,00	378,42	5.710,75	209,06	246.284,22	16.679,95	0,00
	402.323,02		0,00	0,00	24.410,20	0,00	377.912,82	233.304,88	0,00
	1.179.236,82		1.322,78	0,00	1.659.788,76	0,00	(481.874,72)	2.325.996,44	0,00
	209.283,86		0,00	0,00	0,00	0,00	209.283,86	209.283,86	0,00
	283.491,12		0,00	73.923,65	0,00	0,00	209.567,47	0,00	0,00
	12.676,02		0,00	575,62	550,65	233,43	11.316,32	11.193,47	0,00
	19.875,54		0,00	0,00	0,00	0,00	19.875,54	169.795,21	0,00
	887.521,52		0,00	0,00	10.620,78	0,00	876.900,74	115.271,20	0,00
	2.159.930,93		0,00	0,00	0,00	0,00	2.159.930,93	586.454,63	0,00
Vinculado : FMSB	41,46		0,00	0,00	0,00	41,46	0,00	0,00	0,00
	1.052.296,46		0,00	9.835,60	0,00	5.409,62	1.037.051,24	279.274,54	0,00
	27.450,39		0,00	0,00	0,00	0,00	27.450,39	1.887,88	0,00
	891,38		0,00	0,00	0,00	891,38	0,00	0,00	0,00
	5.606,59		0,00	0,00	0,00	5.606,59	5.606,59	5.606,59	0,00
	137.274,13		0,00	0,00	4.468,23	0,00	132.805,90	6.593,28	0,00
	2.561,09		0,00	0,00	0,00	2.561,09	0,00	0,00	0,00
	64.557,16		0,00	0,00	257,17	0,00	64.299,99	0,00	0,00

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/2

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhrados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
VINCULADO: Transferência de Convênios - Outros - Ex. Anterior	(a)	64.557,16	0,00	0,00	257,17	0,00	64.299,99	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		7.681.097,14	1.322,78	124.441,54	1.708.615,03	44.609,10	5.802.108,69	6.518.697,64	0,00
Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		308.865,88	0,00	76.892,08	0,00	40.497,20	191.476,60	187.971,68	0,00
Recursos Ordinários		3.033.174,71	564,00	90.982,18	112.867,04	84.114,31	2.744.647,18	1.100.843,10	0,00
Recursos Ordinários - Exercício Anterior		1.185,95	0,00	0,00	0,00	1.185,95	0,00	0,00	0,00
Vinculado: 15% Saúde - Ex. Anterior		5.622,11	0,00	0,00	0,00	0,00	5.622,11	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		3.348.848,65	564,00	167.874,26	112.867,04	125.797,46	2.941.745,89	1.288.814,78	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		11.029.945,79	1.886,78	292.315,80	1.821.482,07	170.406,56	8.743.854,58	7.807.512,42	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*		25.294.247,61	0,00	0,00	0,00	0,00	25.294.247,61	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

GAROPABA, 17/01/2017

Paulo Sérgio de Araujo
 Prefeito Municipal

Ronye Paes
 Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
 Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
 Tec. Cont. - CRC 19288

RGF 3º QUADRIMESTRE 2016 - ANEXO 06

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	59.912.587,17	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	28.067.309,53	46,85
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	32.352.797,07	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	30.735.157,22	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-6.425.401,82	-10,72
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	71.895.104,60	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.180.769,18	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	3.858.415,53	6,44
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	9.586.013,95	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	4.193.881,10	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	7.807.512,42	8.743.854,58

FONTE:

GAROPABA, 17/01/2017

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO - 6º BIMESTRE 2016 - ANEXO 03

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												RESERVA ADICIONAL 2016
	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	5.288.380,50	9.941.939,39	4.955.243,15	4.528.022,88	4.723.041,93	4.528.791,59	5.088.774,15	4.028.664,72	4.071.976,13	4.885.397,04	5.029.029,80	7.715.015,28	68.192.755,55
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.290.013,15	5.982.148,70	1.073.720,34	876.754,23	834.383,38	874.201,95	909.201,71	993.038,08	821.825,94	785.493,10	768.741,87	1.235.801,19	16.448.723,94
IPTU:	480.481,05	4.031.930,34	284.265,21	188.781,92	166.985,42	302.026,09	312.503,31	182.140,63	135.098,33	183.727,45	132.874,94	206.317,10	5.590.000,00
IRRF:	42.390,45	76.601,35	78.165,54	87.382,59	76.489,03	31.351,77	122.345,05	74.730,66	77.242,50	85.328,42	107.219,88	165.632,79	820.000,00
I.S.S.	255.362,44	346.385,68	309.865,08	260.451,15	247.931,44	258.102,64	258.427,67	322.836,61	281.941,04	260.694,08	259.465,34	312.988,52	3.000.000,00
I.T.B.I.	94.237,60	140.241,73	176.888,51	229.253,63	217.052,03	136.889,56	285.565,07	225.593,29	246.055,30	152.546,40	170.323,81	292.218,64	2.200.000,00
Outras Receitas Tributárias	418.141,61	1.383.989,60	226.006,02	110.894,46	96.594,46	145.821,50	84.337,60	130.736,89	81.288,77	128.196,75	96.867,90	316.694,14	3.222.850,18
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	178.275,93	334.091,16	220.125,71	208.095,21	190.599,78	226.946,89	152.985,33	183.099,18	61.936,90	331.028,58	183.793,74	277.393,34	2.235.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	408.678,83	374.018,38	529.254,78	507.602,00	210.826,05	326.391,95	413.732,27	320.055,85	373.733,48	388.878,55	188.649,74	443.241,97	4.454.053,85
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.185.261,33	3.061.518,90	2.806.892,25	2.775.507,59	3.200.899,55	2.941.165,71	3.456.926,05	2.893.166,37	2.657.925,21	3.114.090,84	3.628.422,00	5.347.985,95	39.220.379,75
Cota-Parte do FPM:	1.043.442,17	1.306.298,76	793.433,72	943.222,29	1.254.257,97	1.036.220,29	1.149.000,71	891.681,25	757.642,88	919.699,03	1.577.971,95	2.623.086,92	14.455.894,04
Cota-Parte do ICMS:	612.237,17	500.096,56	505.719,68	519.992,33	502.947,96	583.167,34	512.811,32	506.525,07	547.170,82	474.758,53	547.870,13	602.973,80	6.300.000,00
Cota-Parte do IPVA:	133.423,12	160.641,76	230.472,72	214.944,19	229.204,75	231.702,25	233.296,61	230.872,48	181.116,50	183.800,01	137.126,96	116.182,85	2.282.784,00
Cota-Parte do ITR:	0,00	37,61	1.107,78	0,00	0,00	0,00	36,80	0,00	397,32	24.716,51	1.036,61	620,16	30.000,00
Outras Transferências Correntes	681.132,89	445.341,22	653.445,00	446.784,03	545.331,76	445.222,14	923.443,05	557.789,98	520.836,06	771.080,31	712.445,98	1.160.632,00	6.281.725,00
Transferências da LC 61/1989	9.717,13	7.594,58	7.336,82	7.517,95	8.537,23	5.090,04	6.900,37	6.974,72	7.637,80	8.435,66	9.936,74	9.934,79	100.000,00
Transferências da LC 87/1996	2.134,56	2.134,56	2.134,56	2.134,56	2.134,56	2.134,56	2.134,56	2.134,56	2.134,56	2.134,56	2.134,56	2.134,56	24.000,00
Transferências do FUNDEC	703.141,29	639.593,85	613.251,97	640.942,04	660.485,32	632.639,09	609.269,62	627.198,31	640.989,17	730.338,14	741.393,15	832.419,12	7.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	227.451,26	190.182,25	323.250,07	160.063,85	286.343,17	158.085,09	145.929,79	126.345,24	158.754,60	238.890,88	89.421,45	352.602,83	2.122.417,00
DEDUÇÕES (II)	400.342,35	461.057,73	366.221,45	395.237,22	455.095,26	460.351,42	330.603,47	393.592,72	357.217,38	384.459,08	538.809,22	693.701,09	4.826.900,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	40.125,14	65.739,13	59.182,61	57.681,12	59.678,96	87.690,79	29.312,91	57.955,33	57.997,59	61.822,97	63.892,84	141.598,89	735.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	360.217,21	395.318,60	308.038,84	337.556,10	399.416,30	372.660,63	301.290,55	335.637,39	299.219,82	322.636,11	474.916,38	552.112,20	4.090.800,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.888.038,15	9.480.881,66	4.589.021,70	4.132.785,66	4.268.946,67	4.068.440,17	4.728.170,68	4.035.072,00	3.714.758,75	4.500.937,96	4.490.219,58	7.021.314,19	59.912.587,17

FONTE:
GAROPABA, 17/01/2017

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Lia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controlador Interno

Edinei José Vieira
Téc. Cont. - CRC 19298

RREO - 6º BIMESTRE 2016 - ANEXO 04

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.236.000,00	2.236.000,00	4.345.305,65	2.688.674,89
RECEITAS CORRENTES	2.236.000,00	2.236.000,00	4.345.305,65	2.688.674,89
Receita de Contribuições dos Segurados	736.000,00	736.000,00	780.668,25	639.380,40
Pessoal Civil	736.000,00	736.000,00	780.668,25	639.380,40
Ativo	736.000,00	736.000,00	780.668,25	639.380,40
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.500.000,00	1.500.000,00	3.564.637,40	1.959.964,60
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.500.000,00	1.500.000,00	3.564.637,40	1.959.964,60
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	89.329,89
Demaís Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	89.329,89
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.676.000,00	1.676.000,00	1.804.832,91	1.499.927,44
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	3.912.000,00	3.912.000,00	6.150.138,56	4.188.602,33
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.038.900,00	1.038.900,00	1.007.146,84	803.114,09
ADMINISTRAÇÃO	1.038.900,00	1.038.900,00	118.977,27	107.394,66
Despesas Correntes	1.038.900,00	1.038.900,00	118.977,27	107.394,66
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	888.169,57	695.719,43
Pessoal Civil	0,00	0,00	888.169,57	695.719,43
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + II)	1.043.900,00	1.043.900,00	1.895.316,41	1.498.914,09

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GAROPABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
Aposentadorias	0,00	0,00	774.330,02	614.777,79	774.330,02	614.777,79	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	113.839,55	80.941,64	113.839,55	80.941,64	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	1.038.900,00	1.038.900,00	1.007.146,84	803.114,09	1.007.146,84	803.114,09	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	2.873.100,00	2.873.100,00	-	-	5.142.991,72	3.385.488,24	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								2.873.100,00
BENS E DIREITOS DO RPPS								
			2016		2015			
			0,00		0,00			
Caixa			21.539,19		359.303,68			
Bancos Conta Movimento			25.447.518,30		19.966.762,09			
Investimentos								

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GAROPABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	0,00		0,00	
Outros Bens e Direitos				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.676.000,00	1.676.000,00	1.804.832,91	1.499.927,44
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.676.000,00	1.676.000,00	1.804.832,91	1.499.927,44
Receita de Contribuições Patronais	1.472.000,00	1.472.000,00	1.561.383,69	1.278.037,55
Pessoal Civil	1.472.000,00	1.472.000,00	1.561.383,69	1.278.037,55
Ativo	1.472.000,00	1.472.000,00	1.561.383,69	1.278.037,55
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	204.000,00	204.000,00	243.449,22	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	221.889,89
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.676.000,00	1.676.000,00	1.804.832,91	1.499.927,44
(XI) = (VIII + IX - X)				

Continua 3/4

Município de GAROPABA - SC
 Continuação 4/4
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

GAROPABA, 17/01/2017

Paulo Sérgio de Araujo Prefeito Municipal	Ronye Paes Secretário de Orc. e Contabilidade	Léia Cristina de Abreu Vieira Diretor Controle Interno	Edinei José Vieira Tec. Cont. - CRC 19288
--	--	---	--

RREO - 6º BIMESTRE 2016 - ANEXO 05

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	859.153,64	2.949.067,35	4.310.341,39
DEDUÇÕES (II)	7.454.441,74	8.932.617,31	10.735.743,21
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.720.214,53	9.625.885,43	11.029.945,79
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	265.772,79	693.268,12	294.202,58
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-6.595.288,10	-5.983.549,96	-6.425.401,82
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	55.051,02	22.000,93	11.663,08
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-6.650.339,12	-6.005.550,89	-6.437.064,90

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
VALOR	-431.514,01	213.274,22

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.604.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	16.669.213,31	16.669.213,31	20.298.841,38
Passivo Atuarial	16.669.213,31	16.669.213,31	20.298.841,38
DEDUÇÕES (VIII)	20.151.255,89	24.421.686,44	25.294.247,61
Disponibilidade de Caixa Bruta	359.303,68	23.935,33	21.539,19
Investimentos	19.791.952,21	24.397.751,11	25.272.708,42
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-3.482.042,58	-7.752.473,13	-4.995.406,23
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-3.482.042,58	-7.752.473,13	-4.995.406,23

FONTE:

GAROPABA, 17/01/2017

Paulo Sergio de Araujo
 Prefeito Municipal

Ronye Paes
 Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
 Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
 Tec. Cont. - CRC 19288

RREO - 6º BIMESTRE 2016 - ANEXO 06

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	50.826.442,00	58.043.202,48	50.153.496,70	
Receita Tributária	14.616.000,00	16.448.723,64	14.068.560,54	
IPTU	5.560.000,00	6.447.167,79	5.379.244,95	
I.S.S.	3.000.000,00	3.375.831,67	2.920.646,17	
I.T.B.I.	2.200.000,00	2.376.993,96	2.318.943,66	
I.R.R.F.	820.000,00	1.025.880,04	862.732,07	
Outras Receitas Tributárias	3.036.000,00	3.222.850,18	2.586.993,69	
Receita de Contribuição	3.912.000,00	4.354.044,66	3.364.332,54	
Receitas Previdenciárias	2.412.000,00	2.585.501,16	1.917.417,95	
Outras Contribuições	1.500.000,00	1.768.543,50	1.446.914,59	
Receita Patrimonial	10.000,00	8.575,60	24.225,11	
Receita Patrimonial	1.817.600,00	4.464.912,51	2.665.271,17	
(-) Aplicações Financeiras	1.807.600,00	4.456.336,91	2.641.046,06	
Transferências Correntes	30.165.025,00	34.751.962,01	30.194.716,69	
FPM	10.120.000,00	11.747.173,64	10.082.132,44	
I.P.V.A.	1.600.000,00	1.826.228,19	1.616.942,49	
I.C.M.S.	5.040.000,00	5.137.052,19	4.742.502,00	
Convênios	119.000,00	173.122,37	79.548,29	
Outras Transferências Correntes	13.286.025,00	15.868.385,62	13.673.591,47	
Demais Receitas Correntes	2.123.417,00	2.479.896,57	2.511.661,82	
Divida Ativa	1.536.500,00	1.413.892,75	1.453.844,24	
Diversas Receitas Correntes	586.917,00	1.066.003,82	1.057.817,58	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	767.300,00	6.337.708,91	4.708.391,93	
Operações de Crédito (III)	31.000,00	3.858.415,53	104.908,64	
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Ativos (V)	30.000,00	62.000,00	0,00	
Transferências de Capital	706.300,00	2.417.293,38	4.603.483,29	
Convênios	706.300,00	2.417.293,38	4.603.483,29	
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	706.300,00	2.417.293,38	4.603.483,29	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	51.532.742,00	60.460.495,86	54.756.979,99	
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	53.879.539,96	52.794.475,57	46.921.513,36	1.843.109,32
Pessoal e Encargos Sociais	31.657.798,99	31.409.352,54	29.044.152,45	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	36.494,00	36.393,24	68.871,32	1.474,21
Outras Despesas Correntes	22.185.246,97	21.348.729,79	19.505.620,47	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	53.843.045,96	50.914.973,01	45.546.118,85	1.305.048,98
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	13.933.343,69	12.347.556,60	6.383.153,50	5.964.403,10
Investimentos	13.527.343,69	11.943.556,50	5.979.153,40	3.415.960,75
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	13.933.343,69	12.347.556,60	7.486.298,98	6.383.153,50	4.065.882,54	5.964.403,10	3.420.416,44
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	406.000,00	404.000,10	913.807,65	404.000,10	909.351,96	0,00	4.455,69
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	13.527.343,69	11.943.556,50	6.572.491,33	5.979.153,40	3.156.530,58	5.964.403,10	3.415.960,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	2.903.100,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	70.273.489,66	64.701.638,83	53.425.133,37	56.894.126,41	48.702.649,43	7.807.512,42	4.722.483,94
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-18.740.747,65	-4.241.142,97	1.331.846,62	3.566.369,45	6.054.330,56	52.652.983,44	50.034.496,05
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	2.075.935,77	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	2.075.935,77	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						-1.068.400,00	

FONTE:

GAROPABA, 17/01/2017

Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Leia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Edinel José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO - 6º BIMESTRE 2016 - ANEXO 07

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES														RP NÃO PROCESSADOS				RS 1,0
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)						
	En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2015					En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2015										
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	EXECUTIVO	1.322,78	185.629,10	907,71	184.157,39	1.886,78	420.887,14	4.726.939,63	2.916.003,27	410.321,43	1.821.482,07	1.823.368,85						
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.322,78	185.629,10	907,71	184.157,39	1.886,78	420.887,14	4.726.939,63	2.916.003,27	410.321,43	1.821.482,07	1.823.368,85						
	ENCARGOS GERAIS	0,00	1,39	0,00	1,39	0,00	0,00	9.943,89	8.715,88	0,00	1.228,01	1.228,01						
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	77.269,96	0,00	77.269,96	0,00	10.620,78	734.130,10	532.829,25	201.300,85	10.620,78	10.620,78						
	GABINETE DO PREFEITO	0,00	4.100,67	0,00	4.100,67	0,00	0,00	9.476,92	8.335,18	0,00	1.141,74	1.141,74						
	SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	675,11	0,00	675,11	0,00	0,00	40.231,18	5.325,56	29.371,47	5.534,15	5.534,15						
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	19.780,40	0,00	19.780,40	0,00	0,00	57.333,91	35.102,10	17.398,17	4.863,64	4.863,64						
	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	0,00	3.541,60	0,00	2.633,89	0,00	0,00	24.443,34	14.406,51	8.319,35	1.717,48	1.717,48						
	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	4.159,51	0,00	4.159,51	0,00	6.510,83	43.822,03	39.157,05	1.200,79	9.975,02	9.975,02						
	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	0,00	55.046,99	0,00	55.046,99	0,00	3.000,00	331.347,09	256.781,09	50.155,80	27.410,20	27.410,20						
	SECRETARIA DE INFRAESTRUTUA	0,00	14.514,96	0,00	13.950,96	564,00	136.192,04	2.897.518,15	1.568.583,21	98.920,90	1.366.770,08	1.366.770,08						
	SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E MEIO AM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.266,71	0,00	0,00	0,00	1.266,71	1.266,71						
	SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.097,63	2.097,63	0,00	3.142,21	3.142,21					
	SECRETARIA DE PLAN. TERRITORIAL E MEIO AMB	1.322,78	0,00	1.322,78	0,00	0,00	259.429,89	0,00	0,00	0,00	259.429,89	260.752,67	260.752,67					
	SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLV	0,00	2.689,05	0,00	2.689,05	0,00	150,25	4.785,96	4.237,39	662,82	36,00	36,00	36,00					
	SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944,00	0,00	0,00	0,00	944,00	944,00	944,00					
	SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENV	0,00	3.849,46	0,00	3.849,46	0,00	2.352,64	0,00	0,00	0,00	2.352,64	2.352,64	2.352,64					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)																		
EXECUTIVO	-	78.820,91	-	-	78.820,91	-	-	-	-	3.021,28	125.613,52	125.613,52						
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	78.820,91	0,00	0,00	78.820,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
GABINETE DO PREFEITO	0,00	78.820,91	0,00	0,00	78.820,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	2.733,34	0,00	0,00	2.733,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	3.135,73	0,00	0,00	3.135,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	0,00	7.990,50	0,00	0,00	7.990,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.472,81	0,00	0,00	1.472,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	0,00	3.329,92	0,00	0,00	3.329,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
SECRETARIA DE INFRAESTRUTUA	0,00	48.926,68	0,00	0,00	48.926,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	0,00	6.072,74	0,00	0,00	6.072,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
SECRETARIA DE PLAN. TERRITORIAL E MEIO AMB	0,00	2.581,33	0,00	0,00	2.581,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENV	0,00	1.182,47	0,00	0,00	1.182,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
TOTAL (III) = (I + II):	1.322,78	264.450,01	1.886,78	907,71	262.978,30		420.887,14	4.726.939,63	2.916.003,27	410.321,43	1.821.482,07	1.823.368,85						

FONTE:

GAROPABA, 17/01/2017

Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO - 6º BIMESTRE 2016 - ANEXO 08

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	13.063.279,00	13.063.279,00	14.416.310,10	110,36
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.930.000,00	6.930.000,00	7.481.291,18	107,96
1.1.1- IPTU	7.000.000,00	7.000.000,00	7.713.200,46	110,19
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	50.000,00	50.000,00	20.272,92	40,55
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.200.000,00	1.200.000,00	998.503,95	83,21
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	606.000,00	606.000,00	450.142,92	74,28
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(1.926.000,00)	(1.926.000,00)	(1.700.829,07)	88,31
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.200.000,00	2.200.000,00	2.376.993,96	108,05
1.2.1- ITBI	2.200.000,00	2.200.000,00	2.387.703,33	108,53
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(10.709,37)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.113.279,00	3.113.279,00	3.532.144,92	113,45
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	3.383.559,24	112,79
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	15.000,00	15.000,00	40.971,46	273,14
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	80.000,00	80.000,00	100.956,79	126,20
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	35.300,00	35.300,00	34.478,40	97,67
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(17.021,00)	(17.021,00)	(27.820,97)	163,45
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	820.000,00	820.000,00	1.025.880,04	125,11
1.4.1- IRRF	820.000,00	820.000,00	1.025.880,04	125,11
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	-	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	20.974.000,00	20.974.000,00	23.287.244,25	111,03
2.1- Cota-Parte FPM	12.520.000,00	12.520.000,00	14.435.934,04	115,30
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.520.000,00	12.520.000,00	13.443.803,89	107,38
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	992.130,15	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.300.000,00	6.300.000,00	6.421.313,91	101,93
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	24.000,00	24.000,00	25.614,72	106,73
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	100.000,00	100.000,00	93.644,79	93,64
2.5- Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	27.952,79	93,18
2.6- Cota-Parte IPVA	2.000.000,00	2.000.000,00	2.282.784,00	114,14
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	34.037.279,00	34.037.279,00	37.703.554,35	110,77
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	3.730,88	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	3.730,88	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	80.000,00	80.000,00	561.139,30	701,42
6.1- Transferências de Convênios	80.000,00	80.000,00	561.139,30	701,42
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.087.132,00	2.087.132,00	2.778.040,80	133,10
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.177.132,00	2.177.132,00	3.342.910,98	153,55
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.090.800,00	4.090.800,00	4.459.020,14	109,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.400.000,00	2.400.000,00	2.688.760,40	112,03
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.260.000,00	1.260.000,00	1.284.261,72	101,93
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.800,00	4.800,00	5.122,92	106,73
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	20.000,00	20.000,00	18.728,96	93,64
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	5.590,33	93,17
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	400.000,00	400.000,00	456.555,81	114,14
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.000.000,00	7.000.000,00	8.071.641,07	115,31
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.000.000,00	7.000.000,00	8.071.641,07	115,31
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.909.200,00	2.909.200,00	3.612.620,93	124,18
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	6.963.630,00	7.584.630,00	7.572.340,11	99,84	7.572.340,11	99,84	0,00
13.1- Com Educação Infantil	1.925.000,00	2.266.000,00	2.264.111,25	99,92	2.264.111,25	99,92	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	5.038.630,00	5.318.630,00	5.308.228,86	99,80	5.308.228,86	99,80	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	61.370,00	370.370,00	349.270,43	94,30	139.986,57	37,80	209.283,86
14.1- Com Educação Infantil	30.200,00	43.200,00	42.720,16	98,89	42.526,01	98,44	194,15
14.2- Com Ensino Fundamental	31.170,00	327.170,00	306.550,27	93,70	97.460,56	29,79	209.089,71
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.025.000,00	7.955.000,00	7.921.610,54	99,58	7.712.326,68	96,95	209.283,86
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							7.921.610,54
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							93,81
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							4,33
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							1,86
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³		8.509.319,75		8.509.319,75	9.425.888,59	110,77	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.244.300,00	2.847.300,00	2.831.529,62	99,45	2.814.096,84	98,83	17.432,78
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.066.283,00	10.283.483,00	10.222.316,21	99,41	9.817.622,66	95,47	404.693,55
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.059.800,00	5.645.800,00	5.614.779,13	99,45	5.405.689,42	95,75	209.089,71
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.996.483,00	4.637.683,00	4.607.537,08	99,35	4.411.933,24	95,13	195.603,84
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.310.583,00	13.130.783,00	13.053.845,83	99,41	12.631.719,50	96,20	422.126,33
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							3.612.620,93
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							3.612.620,93
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							9.441.224,90
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							25,04
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	770.932,00	827.605,00	806.595,45	97,46	580.721,83	70,17	225.873,62
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.081.818,00	4.227.435,34	4.042.541,21	95,63	2.767.442,59	65,46	1.275.093,62
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.852.750,00	5.055.040,34	4.849.136,66	95,93	3.348.164,42	66,23	1.500.972,24
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.163.333,00	18.185.823,34	17.902.982,49	98,44	15.979.883,92	87,87	1.923.098,57

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	160.347,43	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	8.131.178,01	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	7.798.750,46	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	7.675.415,46	0,00
49.2 Restos a Pagar	123.335,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	492.774,98	0,00

GAROPABA , 17/01/2017

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

FONTE:

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do art. 212 da CF/1988

⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO - 6º BIMESTRE 2016 - ANEXO 09

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		31.000,00	3.858.415,53	3.858.415,53	-3.827.415,53
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	13.933.343,69	12.347.556,60	6.383.153,50	5.964.403,10	1.585.787,09
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	13.933.343,69	12.347.556,60	6.383.153,50	5.964.403,10	1.585.787,09
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-13.902.343,69	-8.489.141,07	-	-	-5.413.202,62

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GAROPABA, 17/01/2017

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito MunicipalRonye Paes
Secretário de Orc. e ContabilidadeLéia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle InternoEdinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO - 6º BIMESTRE 2016 - ANEXO 10



siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Garopaba - SC (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10.1 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

	Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
	Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores		Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2015	1.667.492,54	490.114,57	1.177.377,97	18.117.796,61
2016	1.526.347,32	652.461,08	873.886,24	18.991.682,85
2017	1.451.062,80	628.407,55	822.655,25	19.814.338,11
2018	1.370.908,25	634.245,51	736.662,74	20.551.000,86
2019	1.290.779,15	652.071,61	638.707,54	21.189.708,40
2020	1.212.985,44	647.783,77	565.201,67	21.754.910,06
2021	1.140.542,49	664.042,37	476.500,12	22.231.410,17
2022	1.065.854,03	697.795,06	368.058,97	22.599.469,14
2023	959.909,90	810.528,29	149.381,61	22.748.850,74
2024	887.408,73	857.527,51	29.881,22	22.778.731,96
2025	804.496,53	911.273,11	-106.776,58	22.671.955,39
2026	723.180,84	982.290,64	-259.109,80	22.412.845,59
2027	656.753,12	1.031.928,14	-375.175,02	22.037.670,56
2028	588.497,94	1.090.218,65	-501.720,71	21.535.949,86
2029	512.751,32	1.179.338,87	-666.587,55	20.869.362,31
2030	467.732,70	1.179.263,25	-711.530,55	20.157.831,76
2031	425.002,68	1.182.489,47	-757.486,79	19.400.344,98
2032	375.998,73	1.213.482,60	-837.483,87	18.562.851,12
2033	332.159,61	1.219.736,57	-887.576,96	17.675.274,16
2034	301.416,27	1.201.333,59	-899.917,32	16.775.356,84
2035	273.737,39	1.178.266,03	-904.528,64	15.870.828,19
2036	249.071,76	1.146.820,18	-897.748,42	14.973.079,77
2037	224.601,03	1.123.997,01	-899.395,98	14.073.683,80
2038	212.995,35	1.055.975,81	-842.980,46	13.230.703,34
2039	198.691,67	1.008.491,88	-809.800,21	12.420.903,12
2040	171.536,19	1.004.043,21	-832.507,02	11.588.396,11
2041	160.240,71	942.615,59	-782.374,88	10.806.021,23
2042	33.774,52	932.741,19	-898.966,67	9.907.054,55
2043	24.961,27	885.099,80	-860.138,53	9.046.916,02
2044	21.845,65	822.413,86	-800.568,21	8.246.347,81
2045	12.659,08	782.820,21	-770.161,13	7.476.186,68
2046	9.158,78	727.480,43	-718.321,65	6.757.865,03
2047	7.549,14	671.386,98	-663.837,84	6.094.025,20
2048	5.471,99	619.874,17	-614.402,18	5.479.623,02
2049	2.691,04	574.601,96	-571.910,92	4.907.712,10
2050	1.042,50	528.512,43	-527.469,93	4.380.242,18
2051	464,76	482.107,55	-481.642,79	3.898.599,38
2052	435,90	437.013,58	-436.577,68	3.462.021,70
2053	408,27	394.588,82	-394.180,55	3.067.841,15
2054	381,80	355.419,76	-355.037,96	2.712.803,19
2055	0,00	319.815,83	-319.815,83	2.392.987,36

Página 35 de 42

RREO - 6º BIMESTRE 2016 - ANEXO 11

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	30.000,00	62.000,00	-32.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	62.000,00	-32.000,00
TOTAL	30.000,00	62.000,00	-32.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO APAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Investimentos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (i) = (h+i)
	0,00	62.000,00					62.000,00

FONTE:

GAROPABA, 17/01/2017

Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO - 6º BIMESTRE 2016 - ANEXO 12

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	13.051.932,00	13.051.932,00	14.404.570,97	110,36	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.560.000,00	5.560.000,00	6.447.167,79	115,96	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.200.000,00	2.200.000,00	2.376.993,96	108,05	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	3.375.831,67	112,53	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	820.000,00	820.000,00	1.025.880,04	125,11	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	65.000,00	65.000,00	61.176,68	94,12	
Dívida Ativa dos Impostos	1.280.000,00	1.280.000,00	1.025.074,84	80,08	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	126.932,00	126.932,00	92.445,99	72,83	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.454.000,00	20.454.000,00	22.295.114,10	109,00	
Cota-Parte FPM	12.000.000,00	12.000.000,00	13.443.803,89	112,03	
Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	27.952,79	93,18	
Cota-Parte IPVA	2.000.000,00	2.000.000,00	2.282.784,00	114,14	
Cota-Parte ICMS	6.300.000,00	6.300.000,00	6.421.313,91	101,93	
Cota-Parte IPH-Exportação	100.000,00	100.000,00	93.644,79	93,64	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	24.000,00	24.000,00	25.614,72	106,73	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	24.000,00	24.000,00	25.614,72	106,73	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	33.505.932,00	33.505.932,00	36.699.685,07	109,53	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
				Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	13.084.811,00	14.344.123,62	14.029.194,52	97,80	419.259,29
Pessoal e Encargos Sociais	9.717.828,00	9.772.124,79	9.617.097,71	98,41	0,00
Outras Despesas Correntes	3.366.983,00	4.571.998,83	4.412.096,81	96,50	419.259,29

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	599.252,00	1.850.515,99	974.667,86	52,67	223.067,22	12,05	751.600,64
Investimentos	599.252,00	1.850.515,99	974.667,86	52,67	223.067,22	12,05	751.600,64
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	13.684.063,00	16.194.639,61	15.003.862,38	92,65	13.833.002,45	85,42	1.170.859,93
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	4.227.622,00	6.816.776,50	5.806.980,89	38,70	4.826.190,64	34,89	980.790,25
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.227.222,00	6.816.376,50	5.806.980,89	38,70	4.826.190,64	34,89	980.790,25
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	4.227.622,00	6.816.776,50	5.806.980,89	38,70	4.826.190,64	34,89	980.790,25
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	9.456.441,00	9.377.863,11	9.196.881,49	61,30	9.006.811,81	65,11	190.069,68
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (Vi / VIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴							25,06
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(Vi) - (15 x VIIb)/100]							3.691.928,73

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS				
Inscritos em 2015	0,00	128.550,80	8.398,25	-128.550,80		0,00
TOTAL	0,00	128.550,80	8.398,25	-128.550,80		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	8.398,25		0,00			8.398,25
TOTAL (VIII)	8.398,25		0,00			8.398,25
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)					
-	-					-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Bimestre (l)	% (j/Total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (n/Total m) *100	
Atenção Básica	13.684.363,00	16.194.939,61	100,00	13.833.002,45	100,00	1.170.859,93
TOTAL	13.684.363,00	16.194.939,61	100,00	13.833.002,45	100,00	1.170.859,93

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

⁴ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

GAROPABA , 17/01/2017

Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito MunicipalEdinet José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288Ronye Paes
Secretário de Orc. e ContabilidadeLéia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

RREO - 6º BIMESTRE 2016 - ANEXO 13

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

GAROPABA , 17/01/2017

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO - 6º BIMESTRE 2016 - ANEXO 14

Município de - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		53.401.342,00	
Previsão Atualizada		53.401.342,00	
Receitas Realizadas		68.846.645,90	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.075.935,77	
DESPESAS			
Dotação Inicial		53.401.342,00	
Créditos Adicionais		17.314.641,65	
Dotação Atualizada		70.715.983,65	
Despesas Empenhadas		65.142.032,17	
Despesas Liquidadas		57.334.519,75	
Despesas pagas		57.042.203,95	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		7.807.512,42	
Superávit Orçamentário		11.502.728,55	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		65.142.032,17	
Liquidadas		57.334.519,75	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		7.807.512,42	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		59.912.587,17	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		6.150.138,56	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		1.007.146,84	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		5.142.991,72	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	1.604.000,00	213.274,22	13,30
Resultado Primário	-1.068.400,00	-4.241.142,97	396,96
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.147.806,77	410.321,43	2.916.003,27
EXECUTIVO	5.147.806,77	410.321,43	2.916.003,27
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	265.772,79	907,71	262.978,30
EXECUTIVO	265.772,79	907,71	262.978,30
TOTAL:	5.413.579,56	411.229,14	3.178.981,57
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	9.441.224,90	25%	25,04
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	7.572.340,11	60%	93,81
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	3.858.415,53	-3.827.415,53	
Despesa de Capital Líquida	12.347.556,60	1.585.787,09	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					62.000,00	-32.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	10.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Limite Constitucional Anual	
					Valor apurado até o Bimestre	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					9.196.881,49	15,00 25,06
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CÂMARA MUNICIPAL

RGF 3º QUADRIMESTRE SINCOFI

SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE GAROPABA

Balanco Orçamentário - Despesas Orçamentárias

CNPJ: 80.987.423/0001-86

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Página: 1/9

R\$ 1,00

Campo	Código	Discriminação	ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO					Inscrição de RP Processados
			Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados		
1	3.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	2.173.574,22	2.173.574,22	2.173.574,22	0,00	0,00	
2	3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.791.182,89	1.791.182,89	1.791.182,89	0,00	0,00	
3	3.1.30.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4	3.1.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5	3.1.73.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6	3.1.74.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
7	3.1.80.00.00.00	Transferências ao Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
8	3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	1.768.948,74	1.768.948,74	1.768.948,74	0,00	0,00	
9	3.1.90.01.00.00	Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10	3.1.90.03.00.00	Pensões do RPPS e do Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
11	3.1.90.04.00.00	Contratação por Tempo Determinado	21.142,28	21.142,28	21.142,28	0,00	0,00	
12	3.1.90.05.00.00	Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
13	3.1.90.07.00.00	Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14	3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.448.461,92	1.448.461,92	1.448.461,92	0,00	0,00	
15	3.1.90.12.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
16	3.1.90.13.00.00	Obrigações Patronais	299.344,54	299.344,54	299.344,54	0,00	0,00	
17	3.1.90.13.01.00	FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
18	3.1.90.13.02.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	299.344,54	299.344,54	299.344,54	0,00	0,00	
19	3.1.90.13.08.00	Plano de Seg. Soc. do Servidor - Pessoal Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20	3.1.90.13.99.00	Outras Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
21	3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
22	3.1.90.17.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23	3.1.90.67.00.00	Depósitos Compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24	3.1.90.91.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
25	3.1.90.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26	3.1.90.94.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27	3.1.90.96.00.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28	3.1.90.99.00.00	A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 2/9
R\$ 1,00

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
Balanco Orçamentário - Despesas Orçamentárias
CNPJ: 80.987.423/0001-86

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Campo	Código	Discriminação	ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO					Inscrição de RP Processados
			Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados		
29	3.1.91.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra	22.234,15	22.234,15	22.234,15	0,00	0,00	0,00
30	3.1.91.04.00.00	Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	3.1.91.13.00.00	Contribuições Patronais	22.234,15	22.234,15	22.234,15	0,00	0,00	0,00
32	3.1.91.13.03.00	Contribuição Patronal para o RPPS - Intraorçamentária	22.234,15	22.234,15	22.234,15	0,00	0,00	0,00
33	3.1.91.13.99.00	Outras Obrigações Patronais - Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	3.1.91.91.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	3.1.91.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	3.1.91.94.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	3.1.91.96.00.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	3.1.91.99.00.00	A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	3.1.95.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	3.1.96.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	3.1.99.00.00.00	A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	3.1.99.99.00.00	A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	3.2.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	3.2.73.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recurs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	3.2.74.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recurs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	3.2.90.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	3.2.90.21.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	3.2.90.22.00.00	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	3.2.90.23.00.00	Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	3.2.90.24.00.00	Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	3.2.90.25.00.00	Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	3.2.90.91.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	3.2.90.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	3.2.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	3.2.90.99.00.00	A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 3/9
R\$ 1,00

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
Balanco Orçamentário - Despesas Orçamentárias

CNPJ: 80.987.423/0001-86

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Campo	Código	Discriminação	ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO				
			Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
57	3.2.95.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	3.2.96.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	3.2.99.00.00.00	A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	382.391,33	382.391,33	382.391,33	0,00	0,00
61	3.3.20.00.00.00	Transferências à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	3.3.22.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	3.3.30.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	3.3.31.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	3.3.32.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	3.3.35.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	3.3.36.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	3.3.40.00.00.00	Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	3.3.42.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	3.3.45.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	3.3.46.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o ar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	3.3.50.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	3.3.60.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	3.3.70.00.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	3.3.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	3.3.72.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	3.3.73.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recurs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	3.3.74.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recurs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	3.3.75.00.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	3.3.76.00.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	3.3.80.00.00.00	Transferências ao Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	382.391,33	382.391,33	382.391,33	0,00	0,00
83	3.3.90.04.00.00	Contratação por Tempo Determinado	8.273,14	8.273,14	8.273,14	0,00	0,00
84	3.3.90.06.00.00	Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 4/9
R\$ 1,00

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
Balanco Orçamentário - Despesas Orçamentárias

CNPJ: 80.987.423/0001-86

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Campo	Código	Discriminação	ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO				
			Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
85	3.3.90.08.00.00	Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	3.3.90.10.00.00	Seguro Desemprego e Abono Salarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	3.3.90.14.00.00	Diárias - Civil	1.024,00	1.024,00	1.024,00	0,00	0,00
88	3.3.90.15.00.00	Diárias - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	3.3.90.18.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	3.3.90.19.00.00	Auxílio-Fardamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	3.3.90.20.00.00	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	3.3.90.26.00.00	Obrigações Decorrentes de Política Monetária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	3.3.90.27.00.00	Encargos pela Honra de Avals, Garantias, Seguros e Similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	3.3.90.28.00.00	Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	3.3.90.29.00.00	Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	40.236,62	40.236,62	40.236,62	0,00	0,00
97	3.3.90.31.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	3.3.90.32.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	3.3.90.33.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	788,56	788,56	788,56	0,00	0,00
100	3.3.90.34.00.00	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	3.3.90.35.00.00	Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	149.425,24	149.425,24	149.425,24	0,00	0,00
103	3.3.90.37.00.00	Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	3.3.90.38.00.00	Arrendamento Mercantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	120.894,28	120.894,28	120.894,28	0,00	0,00
106	3.3.90.41.00.00	Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	3.3.90.45.00.00	Subvenções Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	3.3.90.46.00.00	Auxílio-Alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	3.3.90.47.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	224,00	224,00	224,00	0,00	0,00
110	3.3.90.48.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	3.3.90.49.00.00	Auxílio-Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	3.3.90.53.00.00	Aposentadorias do RGPS - Área Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 5/9
R\$ 1,00

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
Balanco Orçamentário - Despesas Orçamentárias

CNPJ: 80.987.423/0001-86

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Campo	Código	Discriminação	ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO				
			Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
113	3.3.90.54.00.00	Aposentadorias do RGPS - Área Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	3.3.90.55.00.00	Pensões do RGPS - Área Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	3.3.90.56.00.00	Pensões do RGPS - Área Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	3.3.90.57.00.00	Outros Benefícios do RGPS - Área Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	3.3.90.58.00.00	Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	3.3.90.59.00.00	Pensões Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	3.3.90.67.00.00	Depósitos Compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	3.3.90.91.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	3.3.90.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	61.525,49	61.525,49	61.525,49	0,00	0,00
122	3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	3.3.90.95.00.00	Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	3.3.90.96.00.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	3.3.90.98.00.00	Compensações ao RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	3.3.90.99.00.00	A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	3.3.91.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	3.3.93.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	3.3.94.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	3.3.95.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	3.3.96.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	3.3.99.00.00.00	A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	4.0.00.00.00.00	Despesas de Capital	1.681,28	1.681,28	1.681,28	0,00	0,00
134	4.4.00.00.00.00	Investimentos	1.681,28	1.681,28	1.681,28	0,00	0,00
135	4.4.20.00.00.00	Transferências à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	4.4.22.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	4.4.30.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	4.4.31.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	4.4.32.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	4.4.35.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 6/9
R\$ 1,00

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE GAROPABA

Balanco Orçamentário - Despesas Orçamentárias

CNPJ: 80.987.423/0001-86

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Campo	Código	Discriminação	ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO				
			Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
141	4.4.36.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	4.4.40.00.00.00	Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	4.4.41.00.00.00	Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	4.4.42.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	4.4.45.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	4.4.46.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o an	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	4.4.50.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	4.4.70.00.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	4.4.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	4.4.72.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	4.4.73.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recurs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	4.4.74.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recurs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	4.4.75.00.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	4.4.76.00.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	4.4.80.00.00.00	Transferências ao Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	1.681,28	1.681,28	1.681,28	0,00	0,00
157	4.4.90.04.00.00	Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	4.4.90.14.00.00	Diárias - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	4.4.90.15.00.00	Diárias - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	4.4.90.17.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	4.4.90.18.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	4.4.90.20.00.00	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	4.4.90.30.00.00	Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	4.4.90.33.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	4.4.90.35.00.00	Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	4.4.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	4.4.90.37.00.00	Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	4.4.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 79
R\$ 1,00

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
Balanco Orçamentário - Despesas Orçamentárias
CNPJ: 80.987.423/0001-86

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Campo	Código	Discriminação	ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO				
			Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
169	4.4.90.47.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.681,28	1.681,28	1.681,28	0,00	0,00
172	4.4.90.61.00.00	Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	4.4.90.91.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	4.4.90.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	4.4.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	4.4.90.99.00.00	A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177	4.4.91.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	4.4.93.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
179	4.4.94.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180	4.4.95.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
181	4.4.96.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
182	4.4.99.00.00.00	A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
183	4.5.00.00.00.00	Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
184	4.5.30.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
185	4.5.32.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
186	4.5.40.00.00.00	Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
187	4.5.42.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
188	4.5.50.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
189	4.5.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
190	4.5.72.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
191	4.5.73.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recurs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
192	4.5.74.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recurs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
193	4.5.80.00.00.00	Transferências ao Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
194	4.5.90.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
195	4.5.90.27.00.00	Encargos pela Honra de Avals, Garantias, Seguros e Similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
196	4.5.90.61.00.00	Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 8/9
R\$ 1,00

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
Balanco Orçamentário - Despesas Orçamentárias

CNPJ: 80.987.423/0001-86

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Campo	Código	Discriminação	ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO				
			Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
197	4.5.90.62.00.00	Aquisição de Produtos para Revenda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
198	4.5.90.63.00.00	Aquisição de Títulos de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
199	4.5.90.64.00.00	Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
200	4.5.90.65.00.00	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
201	4.5.90.66.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
202	4.5.90.67.00.00	Depósitos Compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
203	4.5.90.91.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
204	4.5.90.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
205	4.5.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
206	4.5.90.99.00.00	A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
207	4.5.91.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
208	4.5.95.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
209	4.5.96.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210	4.5.99.00.00.00	A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211	4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
212	4.6.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
213	4.6.73.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recurs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
214	4.6.74.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recurs	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
215	4.6.90.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
216	4.6.90.71.00.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
217	4.6.90.72.00.00	Principal da Dívida Mobiliária Resgatado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
218	4.6.90.73.00.00	Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
219	4.6.90.74.00.00	Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
220	4.6.90.75.00.00	Correção Monetária da Dívida de Operações de Crédito por Antecipação da Recei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
221	4.6.90.76.00.00	Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
222	4.6.90.77.00.00	Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
223	4.6.90.91.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
224	4.6.90.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 9/9
R\$ 1,00

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
Balanco Orçamentário - Despesas Orçamentárias
CNPJ: 80.987.423/0001-86
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Campo	Código	Discriminação	ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO				
			Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de RP Não Processados	Inscrição de RP Processados
225	4.6.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
226	4.6.90.99.00.00	A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
227	4.6.95.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
228	4.6.96.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
229	4.6.99.00.00.00	A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
230	7.7.99.99.99.99	Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
231	9.9.99.99.99.99	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Declaramos que os dados acima foram extraídos dos balanços gerais consolidados do município.

* Elementos que não se enquadraram no padrão do SINCONFI. Estes deverão ser inseridos manualmente.

Nota 1: Incluído os Restos a Pagar Processados inscritos no encerramento do exercício e também aqueles inscritos em exercícios anteriores e ainda não pagos.

Nota 2: Incluídos os Restos a Pagar não Processados inscritos no encerramento do exercício e também aqueles inscritos em exercícios anteriores e ainda não pagos.

RGF 3º QUADRIMESTRE SINCOFI

Betha Sistemas
Exercício 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 1

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO NÃO CIRCULANTE	46.482,05	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	39.213,85
IMOBILIZADO	46.482,05	RESULTADO DIFERIDO	39.213,85
BENS MÓVEIS	46.880,55	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA) DIFERIDA	39.213,85
BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	46.880,55	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA DIFERIDA - CONSOLIDAÇÃO	39.213,85
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-388,50	TOTAL DO PASSIVO	39.213,85
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLID.	-388,50		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	420,00
		RESULTADOS ACUMULADOS	6.848,20
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.681,28
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.166,92
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.288,20
TOTAL	46.482,05	TOTAL	46.482,05
		PASSIVO FINANCEIRO	
		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00
		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	0,00
ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	46.482,05	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.213,85
ATIVO NÃO CIRCULANTE	46.482,05	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	39.213,85
IMOBILIZADO	46.482,05	RESULTADO DIFERIDO	39.213,85
BENS MÓVEIS	46.880,55	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA) DIFERIDA	39.213,85
BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	46.880,55	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA DIFERIDA - CONSOLIDAÇÃO	39.213,85
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-388,50	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	39.213,85
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-388,50		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	46.482,05		
SALDO PATRIMONIAL			7.288,20

SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE GAROPABA Anexo 14 - Balanço Patrimonial Administração Direta, Indireta e Fundacional	Saldo dos Atos Potenciais Ativos		Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
	Exercício Atual	Exercício Atual	Exercício Atual	Exercício Atual
COMPENSAÇÕES				
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00	0,00

RGF 3º QUADRIMESTRE 1

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.791.182,89	0,00
Pessoal Ativo	1.791.182,89	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.791.182,89	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	59.912.587,17	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.791.182,89	2,99
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.594.755,23	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.415.017,47	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.235.279,71	5,40
FONTE:		

RGF 3º QUADRIMESTRE 2

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	17.941,74	5.271,89	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	17.941,74	5.416,10	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	0,00	0,00	144,21	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-17.941,74	-5.271,89	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]				
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]				0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	137,89	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	210.979,06	79.427,83	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	6.622,10	6.508,62	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

RGF 3º QUADRIMESTRE 3

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016			R\$ 1,00
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (I)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL					
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS					
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (V)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:					
FONTE:					

RGF 3º QUADRIMESTRE 4

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

RGF 3º QUADRIMESTRE 5

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		0,00	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		1.791.182,89	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		0,00	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		0,00	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		0,00	0,00

FONTE:

Garuva

PREFEITURA

DECRETO N º 046/2017

DECRETO Nº 046, DE 18 JANEIRO DE 2017

“Delega poderes aos Secretários Municipais e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, artigos 62, 66 e 79, a Lei Complementar 44/2009 e

Considerando a necessidade de descentralizar as ações administrativas do município;

Considerando que são objetivos da Administração o aperfeiçoamento, a celeridade, a economicidade, e a qualidade dos serviços públicos prestados à população;

Considerando que a delegação de competência prevista nos artigos retro citados tem por objetivo acelerar a decisão dos assuntos de interesse público ou da própria administração;

Considerando a necessidade de dar celeridade aos procedimentos contábeis e financeiros do Município, em atenção ao princípio da eficiência, consagrado no artigo 37 caput da Constituição Federal; Considerando que a delegação de competência não envolve a perda, pelo delegante, dos correspondentes poderes, mas compartilhamento e solidariedade, sendo-lhe facultado, quando entender conveniente, exercê-los mediante avocação do caso, sem prejuízo da validade da delegação;

DECRETA

Art. 1º Fica delegado ao Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças poderes para:

I – aplicar as multas previstas nos contratos ou convênios, bem como relevá-las quando for o caso, conforme a legislação;

II – resolver sobre os requerimentos, as reclamações ou as representações que forem dirigidas ao Prefeito, sempre ouvindo a Secretaria competente que envolver o assunto;

III – encaminhar, mensalmente, o balancete da prefeitura Municipal e seus Fundos à Câmara Municipal até o último dia útil do mês subsequente, para apreciação;

IV – encaminhar, semestralmente, à Câmara Municipal, relação nominal dos servidores da administração direta, indireta, autárquica e fundacional contendo os respectivos cargos e valores da sua remuneração;

V – prestar à Câmara, dentro de trinta dias, as informações solicitadas, podendo o prazo ser prorrogado, a pedido, pela complexidade da matéria ou pela dificuldade de obtenção dos dados solicitados, devendo antes ser ouvida a Secretaria envolvida no assunto;

VI – contratar servidores por prazo determinado e dispensar, autorizados em lei.

VII – Assinar contratos;

VIII – autorizar pagamentos, suprimentos e dispêndio de recursos;

IX – realizar pagamentos;

X – autorizar requisições e solicitações de compras.

Art. 2º Designar aos Secretários Municipais o poder de ordenar despesas, requisitar, solicitar e assinar ordens de compra, assinar empenhos, liquidar, em substituição ao prefeito, somente no âmbito dos órgãos que dirigem, sob a supervisão do Secretário de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 3º Delegar aos Secretários Municipais os seguintes atos administrativos que far-se-ão por meio de Portaria, no âmbito da competência de cada uma:

I – criar comissões e designar seus membros;

II – instituir e dissolver grupos de trabalho;

III – abrir sindicância, processo administrativo e aplicar penalidades.

IV – dar solução a requerimentos, reclamações e representações;

V – deferir ou indeferir, motivadamente, pedidos de aprovação, autorização, permissão, licença e outros do mesmo gênero;

VI – expedir os atos que se tornem necessários para que os órgãos que gerenciam cumpram integralmente as suas atribuições;

§ 1º Os atos deverão ser numerados cronologicamente pelo Gabinete do Prefeito.

§ 2º Os Secretários Municipais obrigam-se a encaminhar cópia dos atos praticados no prazo de vinte e quatro horas para vistas do Prefeito municipal.

Art. 4ª A mudança do titular do cargo não acarreta a cessação da delegação.

Art. 5º Designar o Secretário Municipal de Saúde e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e

Habitação como ordenadores de despesa do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.303.923/0001-39 e Fundo Municipal de Assistência Social de Garuva, CNPJ nº 13.806.951/0001-02, respectivamente, inclusive para:

I – assinar empenhos;

II – Autorizar pagamentos, suprimentos e dispêndio de recursos;

III - realizar pagamento.

Art. 6º Na ausência de Secretário Municipal nomeado na pasta, o responsável designado terá todos os poderes previstos.

Art. 7º Revogam-se integralmente os decretos nº 141 de 04 de junho de 2013, nº 188 de 12 de agosto de 2013, nº 196 de 27 de agosto de 2013 e nº 10 de 04 de fevereiro de 2016.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA 003/2017

PORTARIA Nº. 003, de 18 de janeiro de 2017.

“Designa servidor para atender às publicações legais”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL;

RESOLVE:

Art. 1o. Designar, a servidora, GEISSE KELLY BUDAL para responder pelo serviço de publicações legais do município de Garuva/SC, conforme dispõe Decreto 024/97, de 09 de janeiro de 1997, ficando responsável pelo encaminhamento a imprensa quando necessário e pela manutenção das mesmas no mural público sempre por um período mínimo de 20 (vinte) dias.

Art. 2o. Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria nº 001/2017.

Art. 3º .Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.280, DE 01º DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.280, DE 01º DE JANEIRO DE 2017.

SUPLEMENTA SALDOS DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.744, de 24 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Administração e Gestão:

Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Unidade: 17 Polícia Civil - Trânsito	
Função: 06 Segurança Pública	
Subfunção: 181 Policiamento	
Programa: 0017 Gestão da Polícia Civil	
Atividade: 2082 Manutenção da Polícia Civil	
Dotação: 206 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 250.000,00
Unidade: 14 Ditran - Diretoria de Trânsito	
Função: 26 Transporte	
Subfunção: 782 Transporte Rodoviário	
Programa: 0015 Gestão da Ditran	
Atividade: 2078 Manutenção da Ditran	
Dotação: 207 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 610.000,00
Unidade: 15 Polícia Militar - Trânsito	
Função: 06 Segurança Pública	
Subfunção: 181 Policiamento	
Programa: 0018 Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar	
Atividade: 2084 Manutenção da Polícia Militar Trânsito PM	
Dotação: 230 3.3.30.00.00.00.00.00 Transferências a Estados e ao Distrito Federal	R\$ 208.645,11

Art. 2º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil		
Unidade: 19 Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil		
Função: 15 Urbanismo		
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 0024 Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu		
Projeto: 1093 Obras de Infraestrutura do anel viário com Construção da Nova Ponte sobre o Rio Itajaí Açú em Gaspar, Ligação entre as rodovias SC 470 e BR 470		
Dotação: 229 4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 2.456.002,72
Programa: 0019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil		
Projeto: 1109 Implantação de Sistemas de Drenagem Pluvial e Escoamento de		
Dotação: 215 4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 32.471,99
Projeto: 1095 Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores		
Dotação: 217 4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 10.210,34
Dotação: 222 4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 481.410,23
Dotação: 223 4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 2.891,51
Dotação: 224 4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 265,74

Dotação: 225 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 58.699,16
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Projeto: 1221 Urbanização de Assentamento Precário Jardim Primavera	
Dotação: 216 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 217.451,87

Art. 3º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Educação:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2044 Transporte Escolar	
Dotação: 209 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 16.774,08
Dotação: 212 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 128.574,77
Dotação: 213 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
Projeto: 1029 Construção, Ampliação e Ref. da SEMED, Escolas, Quadras Esp., L	
Dotação: 214 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 93.055,66
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 226 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 577.629,40
Dotação: 227 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 116,65

Subfunção: 306 Alimentação e Nutrição	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2046 Merenda Escolar	
Dotação: 220 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 70.771,23
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 306 Alimentação e Nutrição	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2040 Merenda Escolar	
Dotação: 221 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 228 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00

Art. 4º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos:

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Dotação: 210 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 26.297,96
Dotação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 23.791,44

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01º de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.307, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.307, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO.

KLEBER EDSON WAN-DALL Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento nas Leis Municipais n. 1.305, de 09 de outubro de 1991, e n. 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a comissão de avaliação de estágio probatório, os seguintes servidores:

I - Representantes efetivos da estrutura do Poder Executivo Municipal:

- a) RAQUEL ROSE DA CUNHA, inscrita no CPF sob o nº 870.761.609-00;
- b) MARCIA ZEN DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 694.663.199-49;
- c) ELISANGELA REINERT, inscrita no CPF sob o nº 770.804.919-91;
- d) KÁTIA SILENE SPENGLER ZEN, inscrita no CPF sob o nº 652.311.989-00;
- e) WALESKA RITA MATOS, inscrita no CPF sob o nº 040.883.509-52; e
- f) VIVIANE WEHMUTH, inscrita no CPF sob o nº 940.358.069-00.

II - Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar:

- a) LUCIMARA ROZANSKI SILVA, inscrita no CPF sob o nº 892.559.769-15.

Parágrafo único. Fica a servidora RAQUEL ROSE DA CUNHA designada Presidente da Comissão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 13 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.308, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.308, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DISPENSA SERVIDORAS DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Ficam dispensadas do exercício de funções de confiança, nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015, a partir de 15 de janeiro de 2017, as servidoras efetivas abaixo indicadas:

- a) SANDRA GERUSA DOS SANTOS DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 936.323.639-00, da Função de Supervisora do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - CREAS, Nível I, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

- b) THAISE DE QUADROS, inscrita no CPF sob o nº 009.350.139-03,

da função de Encarregada-Geral do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Nível II, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

- c) MARIA APARECIDA SIMOES AFFONSO, inscrita no CPF sob o nº. 833.356.507-78, da função de Encarregada-Geral de Medidas Sócio-Educativas, Nível II, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

- d) AMANDA FISCHER, inscrita no CPF sob o nº. 042.125.529-30, da função de Encarregada - Geral do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Nível II, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

- e) HELEN DIANE CAMARGO FERNANDES DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº. 053.928.639-73, da função de Encarregada-Geral do Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo, Nível II, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 15 de janeiro de 2017.

Gaspar, 16 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.309, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.309, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para exercício de funções de confiança, nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015, a partir de 16 de janeiro de 2017, os servidores efetivos abaixo indicados:

- a) THAISE DE QUADROS, inscrita no CPF sob o nº 009.350.139-03, para a função de Supervisora do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo- CREAS, Nível I, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

- b) SANDRA GERUSA DOS SANTOS DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 936.323.639-00, para a função de Encarregada Geral do Centro de Referência Assistência Social - CRAS, Nível II, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

- c) ALESSANDRA GRACIOLA, inscrita no CPF sob o nº 079.644.659-88, para a função de Encarregada Geral do Centro de Referência Assistência Social - CRAS, Nível II, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

- d) EDUARDO MARCHI, inscrito no CPF sob o nº 003.438.679-31, para a função de Encarregado Geral do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - Maria Hendricks, Nível II, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

- e) LEONARDO SPIZZIRRI BOLSONI, inscrito no CPF sob o nº 068.162.569-48, para a função de Encarregado Geral do Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo SINASE, Nível II, da Secretaria Municipal de Assistência Social; e

- f) AMANDA FISCHER MIGUEL, inscrita no CPF sob o nº

042.125.529-30, para a função de Encarregado Geral de Medidas Sócio Educativas, Nível II, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 16 de janeiro de 2017.

Gaspar, 16 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.310, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.310, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

ATUALIZA O VALOR INEXPRESIVO E ANTIECONÔMICO PARA FINS DE EXECUÇÃO DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 3º, da Lei Municipal nº 3.664, de 03 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º O valor fixado em moeda nacional pelo artigo 1º da Lei Municipal nº 3.664, de 03 de setembro de 2015, que define o valor inexpressivo e antieconômico para fins de execução judicial de débitos inscritos em dívida ativa, a partir de 1º de janeiro de 2017, serão atualizados monetariamente pelo IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado (FGV) acumulado entre os meses de janeiro de 2016 e dezembro de 2016, no percentual de 7,19%.

Art. 2º Fica fixado em R\$ 529,84 (quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos) O VALOR INEXPRESIVO E ANTIECONÔMICO PARA FINS DE EXECUÇÃO DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, a partir de 1º de janeiro de 2017, corrigido com base no índice do artigo anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Gaspar, 16 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.311, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.311, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DISPENSA SERVIDORAS DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Ficam dispensadas do exercício de função de confiança, nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015, a partir de 01º de janeiro de 2017, as servidoras efetivas abaixo indicadas:

a) SANIRA CRISTINA DIAS, inscrita no CPF sob o nº 935.479.359-20, da Função Gratificada, Nível II – Encarregado – Geral Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação;

b) GRASIELA WERNER DA SILVA, inscrita no CPF sob nº

036.032.219-07, da Função Gratificada, Nível II – Encarregado – Geral Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação;

c) RAQUEL BERNARDES CORRÊA, inscrita no CPF sob o nº 895.327.599-72, da Função Gratificada, Nível II - Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos – CDI Ivan Carlos D Duarte, da Secretaria Municipal de Educação;

d) ROSANGELA MARIA WALTER TILL, inscrita no CPF sob o nº 712.637.809-20, da Função Gratificada, Nível II – Encarregado-Geral do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - CCFV, da Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017.

Gaspar, 16 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.312, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.312, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DISPENSA SERVIDORAS DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Ficam dispensadas do exercício de função de confiança, nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015, a partir de 19 de janeiro de 2017, as servidoras efetivas abaixo indicadas:

a) VIVIANA LENZI MARTINELLI, inscrita no CPF sob o nº 030.604.799-33, da Função Gratificada, Nível II – Diretor de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos - CDI Sônia Gioconda B Buzzi, da Secretaria Municipal de Educação;

b) DEBORA FERNANDES, inscrita no CPF sob nº 786.005.029-34, da Função Gratificada, Nível I – Diretor de Ensino de Jovens e Adultos, da Secretaria Municipal de Educação;

c) SANDRA MARA HOSTINS, inscrita no CPF sob o nº 461.116.979-00, da Função Gratificada, Nível I - Diretora Escolar - 1º a 9º ano da Escola de Educação Básica Professora Dolores Luzia do Santos Krauss, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.313, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.313, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORAS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas para exercício de função de confiança, nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015, a partir de 02 de janeiro de 2017, as servidoras efetivas abaixo indicadas:

a) RAQUEL BERNARDES CORRÊA, inscrita no CPF sob o nº 895.327.599-72, para a Função Gratificada, Nível II - Encarregado-Geral Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação;

b) JOSIANE CHIMINELLI, inscrita no CPF sob o nº 036.603.479-06 para a Função Gratificada, Nível II - Diretor de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos - CDI Ivan Carlos D Duarte, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de janeiro de 2017.

Gaspar, 16 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.314, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.314, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORAS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas para exercício de função de confiança, nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015, a partir de 20 de janeiro de 2017, as servidoras efetivas abaixo indicadas:

a) ROSANGELA SANTOS BELOTO, inscrita no CPF sob o nº 612.860.879-53, para a Função Gratificada, Nível II - Diretor de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos - CDI Sônia Gioconda B Buzzi, da Secretaria Municipal de Educação;

b) ELAINE FROELICH DE BORBA, inscrita no CPF sob o nº 963.664.199-49, para a Função Gratificada, Nível II - Diretor de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos - CDI Tempos de Infância, da Secretaria Municipal de Educação;

c) SIRLEI SILVA DE JESUS MIRANDA, inscrita no CPF sob o nº 798.927.449-34, para a Função Gratificada, Nível I - Diretora Escolar - 1º a 9º ano da Escola de Educação Básica Professora Dolores Luzia do Santos Krauss, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.315, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.315, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a partir de 01º de janeiro de 2017, nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar nº 69, de 22 de dezembro de 2015, a servidora efetiva LUCIMARA COSTA CUSTODIO, inscrita no CPF sob o nº 816.670949-04, para exercício de função de confiança de Nível II - Diretor de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos - CDI Deputado Francisco Mastella, da Secretaria Municipal de Educação, em substituição a servidora Sabrina Terezinha Bailer Allegri, inscrita no CPF sob o nº 054.618.069-88, que usufrui de Licença Maternidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017.

Gaspar, 16 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.316, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.316, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA LUCIA KISTNER PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA ADJUNTA DA SEMED.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 17 de janeiro de 2017, a servidora LUCIA KISTNER, inscrita no CPF sob o nº 482.981.159-53, para o exercício de cargo em comissão de Diretor Adjunto da SEMED, responsável pela Biblioteca Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ref. 45, com 40 horas semanais, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 17 de janeiro de 2017.

Gaspar, 17 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.317, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.317, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA MARLI IRACEMA SONTAG PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA ADJUNTA DA SEMED.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 20 de janeiro de 2017, a servidora MARLI IRACEMA SONTAG, inscrita no CPF sob o nº 903.000.259-04, para o exercício de cargo em comissão de Diretor Adjunto da SEMED, responsável pela Educação de Jovens e Adultos - EJA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ref. 45, com 40 horas semanais, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.318, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.318, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado à Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, senhora Thaise de Quadros, e ao Secretário Municipal de Assistência Social, senhor Ernesto Hostin, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo da Infância e da Adolescência, CNPJ 19.024.163/0001-32 e CNPJ 83.102.244/0001-02, bem como autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários das seguintes contas bancárias:

I – Banco 104 - CEF, Agência 1073, conta 197-0.

II – Banco 104 - CEF, Agência 1073, conta 140-6.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 6.990, de 23 de maio de 2016.

Gaspar, 17 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.321, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.321, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA MARIA INÊS SCHMITT.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada, a partir de 16 de janeiro de 2017, a vacância do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, da servidora MARIA INÊS SCHMITT, inscrita no CPF sob o nº 466.459-859-91, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, ao qual foi nomeada pelo Decreto 050/1992, em virtude de aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 16 de janeiro de 2017.

Gaspar, 17 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

ERRATA Nº 001/2017 DO EDITAL Nº 02/2016 - CMDCA

ERRATA Nº 01/2017 – CMDCA

EDITAL Nº 02/2016 – CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Gaspar, torna pública a ERRATA Nº 01 do Edital 002/2016 – CMDCA, de 13 de julho de 2016, conforme segue:

Onde se lê:

Art. 16. A presente Chamada Pública obedecerá ao seguinte cronograma:

ETAPAS	PRAZO
a) Publicação no DOM (Diário Oficial dos Municípios) e site do município	13 de julho de 2016
b) Prazo para impugnação do Edital	14 e 15 de julho de 2016
c) Prazo para apresentação das Propostas, com atendimento do edital e dos requisitos legais que habilitem os proponentes junto à concedente.	18 de julho a 02 de dezembro de 2016
d) Prazo para análise das propostas enviadas	05 a 09 de dezembro de 2016
e) Prazo para ajustes e complementação de documentação	12 e 13 de dezembro de 2016
f) Deliberação dos projetos pela Plenária do CMDCA	24 de janeiro de 2017
g) Divulgação do resultado preliminar	26 de janeiro de 2017
h) Prazo para recurso	27 a 31 de janeiro de 2017
i) Divulgação do resultado final	01 de fevereiro de 2017
j) Assinatura do termo de aceite do convênio/subvenção	Até 13 de fevereiro de 2017

Leia-se:

ETAPAS	PRAZO
a) Publicação no DOM (Diário Oficial dos Municípios) e site do município	13 de julho de 2016
b) Prazo para impugnação do Edital	14 e 15 de julho de 2016
c) Prazo para apresentação das Propostas, com atendimento do edital e dos requisitos legais que habilitem os proponentes junto à concedente.	18 de julho a 02 de dezembro de 2016
d) Prazo para análise das propostas enviadas	05 a 09 de dezembro de 2016
e) Prazo para ajustes e complementação de documentação	12 e 13 de dezembro de 2016
f) Deliberação dos projetos pela Plenária do CMDCA	07 de fevereiro de 2017
g) Divulgação do resultado preliminar	08 de fevereiro de 2017
h) Prazo para recurso	09 e 10 de fevereiro de 2017
i) Divulgação do resultado final	15 de fevereiro de 2017
j) Assinatura do termo de aceite do convênio/subvenção	Até 28 de fevereiro de 2017

Demais item do Edital nº 002/2016 permanecem inalterados.

Gaspar, 18 de janeiro de 2017

Thaise de Quadros

Presidente do CMDCA/Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO CM - 002/2017**

CONTRATO CM - 002/2017

Pelo presente instrumento, a CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR e LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, representados pelos signatários abaixo, resolvem celebrar o CONTRATO CM 002/2017, nos seguintes termos:

Cláusula 1ª – Constitui objeto deste Instrumento a locação mensal de software para controle e execução do processo legislativo que atende a todas rotinas de trabalho da Secretaria Administrativa da CONTRANTE, incluindo os módulos WEB e Imagem, com atualização automática de Website das respectivas informações.

Cláusula 2ª – O preço da locação mensal do sistema é de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais).

Cláusula 3ª - Os pagamentos serão efetuados no dia 30 (trinta) de cada mês, após a apresentação da Nota Fiscal de Serviço e Boleto Bancário.

Cláusula 4ª - A duração do contrato estende-se até 31/12/2017.

E por acharem assim compromissadas, as partes assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Gaspar (SC), em 02 de janeiro de 2017.

CÂMARA DE VEREADORES

Ciro André Quintino

Presidente

LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

Jeser Mauri Alvarenga

CONTRATO CM - 003/2017

CONTRATO CM - 003/2017

Pelo presente instrumento, a CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR e LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, representados pelos signatários abaixo, resolvem celebrar o CONTRATO CM 003/2017, nos seguintes termos:

Cláusula 1ª – Constitui objeto deste Instrumento a contratação de locação, manutenção, atualização e suporte do Legislador ao Vivo, software de gravação audiovisual de sessões e audiências públicas da CONTRATANTE, com transmissão ao vivo pela internet e sob demanda.

Cláusula 2ª – O preço pela locação e demais constantes do objeto contratado é de R\$ 663,00 (seiscentos e sessenta e três reais) por mês.

Cláusula 3ª - Os pagamentos serão efetuados no dia 30 (trinta) de cada mês, após a apresentação da Nota Fiscal de Serviço e Boleto Bancário.

Cláusula 4ª - A duração do contrato estende-se até 31/12/2017.

E por acharem assim compromissadas, as partes assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Gaspar (SC), em 02 de janeiro de 2017.

CÂMARA DE VEREADORES

Ciro André Quintino

Presidente

LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

Jeser Mauri Alvarenga

RESOLUÇÃO N.º 004/2017.

RESOLUÇÃO N.º 004/2017.

DISCIPLINA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NESTE PODER LEGISLATIVO.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 31, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO a necessidade de aferição, junto a aqueles que venham a ocupar cargos de provimento em comissão neste Poder Legislativo, do preenchimento dos requisitos necessários para as suas respectivas nomeações;

CONSIDERANDO que a comprovação do preenchimento dos requisitos, pelos postulantes, deverá ocorrer de forma documental;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos documentos entendidos como hábeis para a comprovação dos requisitos necessários, a fim de melhor organizar as rotinas internas concernentes aos procedimentos de admissão dos novos servidores;

CONSIDERANDO o teor da Instrução Normativa N.TC-11/2011, da Corte de Contas Catarinense, a qual "dispõe sobre a remessa, por meio eletrônico, de informações necessárias ao exame de legalidade de atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva e pensão, ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina";

RESOLVE:

Art. 1º Aquele que em razão da indicação de vereador, postular o ingresso em cargo de provimento em comissão neste Poder Legislativo, deverá apresentar para fins de nomeação a seguinte documentação:

I – cópia da Carteira de Identidade;

II – cópia do cartão de inscrição no Cadastro de Pessoa Física;

III – cópia do título de eleitor;

IV – comprovação de quitação das obrigações eleitorais;

V – comprovação de quitação das obrigações militares, quando homem;

VI – cópia do cartão PIS/PASEP;

VII – cópia do comprovante de escolaridade exigida para o cargo;

VIII – existindo dependentes, cópias de suas certidões de nascimento e dos documentos hábeis a comprovar a dependência;
 IX – declaração de não ter sofrido penalidades no exercício de função pública;
 X – declaração de não acumulação ilegal de cargo, função ou emprego perante o Poder Público;
 XI – declaração de inexistência de parentesco, até o terceiro grau, com agentes públicos, na forma da Lei Municipal n.º 2.862/2007;
 XII – declaração informando se contribui com o INSS em razão de vínculo distinto daquele que será estabelecido com esta Casa de Leis;
 XIII – declaração atualizada de bens e direitos;
 XIV – declaração informando os números de telefone pelos quais pode ser contatado;
 XV – comprovante de residência;
 XVI – certidões negativas criminais expedidas pela Justiça Estadual Catarinense e pela Justiça Federal da 4ª Região;
 XVII – uma foto 3/4 (três por quatro) atual.
 XVIII – laudo de inspeção de saúde, a qual deverá ser procedida por órgão médico oficial, com no máximo 15 (quinze) dias de antecedência em relação ao ato de nomeação;
 XIX – carteira de trabalho e previdência Social.

§1º Para fins do disposto no inciso IV deste artigo, tem-se como documentos hábeis a demonstrar a quitação das obrigações eleitorais a Certidão fornecida pela Justiça Eleitoral ou o comprovante de comparecimento às últimas eleições anteriores à nomeação do servidor.

§2º Para fins do disposto no inciso VII deste artigo, tem-se como documentos hábeis a comprovar o grau de escolaridade exigido para o cargo apenas o diploma ou o certificado de conclusão de curso, exigindo-se, ainda, para os cargos de nível superior, demonstração de que o curso é reconhecido pelo Ministério da Educação.

§3º Para fins do disposto no inciso VIII deste artigo, tem-se como dependentes os filhos menores de 18 (dezoito) anos, ou aqueles menores de 24 (vinte e quatro) anos, se universitários, bem como os menores que estejam sob tutela ou guarda judicial do servidor, casos em que este deverá apresentar cópia dos respectivos termos de tutela e/ou guarda.

Art. 2º A apresentação da documentação elencada no artigo anterior deverá ser precedida, obrigatoriamente, de ofício subscrito pelo vereador responsável pela indicação do servidor.

Art. 3º Esta Resolução não isenta o postulante à nomeação da apresentação de qualquer documento que venha a ser imposto pela legislação, bem como não dá direito à nomeação, a qual será procedida a critério da Mesa Diretora, mediante juízo de conveniência e oportunidade.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 16 de janeiro de 2017.

MESA DIRETORA

Ciro André Quintino	Silvio Cleffi
Presidente	Vice-Presidente
Rui Carlos Deschamps	Cícero Giovane Amaro
1º Secretário	2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 05/2017.

RESOLUÇÃO Nº 05/2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A VEREADORES E SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 31, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber,
 CONSIDERANDO que a concessão de diárias está regida nesta Casa Legislativa pela Resolução nº 05/2015, editada em 30 de janeiro do ano de 2015;

CONSIDERANDO que se faz necessária a atualização do ato normativo em vigor sobre o tema;

CONSIDERANDO que após a edição da Resolução nº 05/2015 os valores das diárias não sofreram qualquer reajuste;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos valores atualmente fixados, diante de sua manifesta defasagem frente ao aumento cotidiano das despesas referentes à alimentação e hospedagem;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 14, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que "Estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento";

CONSIDERANDO que o artigo 19 da referida Instrução Normativa dispõe que o beneficiário deve comprovar a efetiva realização da viagem, a estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos, mediante apresentação de documentos;

Resolve:

Art. 1º Os Vereadores e Servidores da Câmara de Vereadores de Gaspar terão direito à percepção de diária, observado o disposto nesta Resolução, sempre que se deslocarem do município a serviço e no cumprimento de determinada incumbência de interesse do Legislativo local, tais como, realização de cursos, participação em congressos, simpósios, seminários, fóruns, palestras, audiências, reuniões de caráter técnico e outras atividades do gênero.

Art. 2º A solicitação de autorização para deslocamento e consequente direito à diária será formalizada previamente através do preenchimento do Anexo I - Roteiro de Viagem desta Resolução, devidamente assinado pelo solicitante e endereçado ao Presidente da Mesa Diretora, contendo os esclarecimentos quanto ao local do destino, data, horário de saída e de retorno, finalidades e demais justificativas que se acharem oportunas e convenientes, principalmente quando o deslocamento ou viagem ocorrer ou se prolongar por dias de final de semana ou feriado.

Parágrafo único. O Presidente da Mesa Diretora deverá apor o deferimento ou indeferimento no próprio formulário Anexo I - Roteiro de Viagem desta Resolução, encaminhando a solicitação imediatamente ao setor contábil para empenhamento prévio.

Art. 3º A diária, concedida por dia de afastamento, é composta por alimentação e/ou pernoite e destina-se à indenização com despesas

relativas à alimentação, pernoite, estacionamento, pedágio, serviços de táxi e transporte público.

Parágrafo único. Para fins do que dispõe esta Resolução, entende-se por alimentação o lanche, o almoço e o jantar.

Art. 4º Fica limitada a despesa diária com alimentação a, no máximo, duas espécies, ou seja, lanche e almoço, ou almoço e jantar, ou, ainda, lanche e jantar.

Parágrafo único. As modalidades de refeições devem respeitar um intervalo mínimo de 4 (quatro) horas entre si.

Art. 5º As despesas com passagens, taxa de inscrição em eventos e outras do gênero não estão incluídas no valor da diária, devendo ser pagas pela Câmara de Vereadores de Gaspar de forma separada.

Art. 6º O pagamento da diária ocorrerá conforme os valores constantes dos Quadros I e II do Anexo II desta Resolução.

§ 1º Os valores constantes dos Quadros I e II do Anexo II desta Resolução serão reajustados, independentemente de novo ato da Mesa Diretora, em 1º de fevereiro de cada ano, observada, no mínimo, a variação acumulada do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) entre os meses de janeiro a dezembro do ano anterior.

§ 2º Reajustados os valores constantes dos Quadros I e II do Anexo II desta Resolução, serão desprezadas as casas decimais após a vírgula para efeito de pagamento.

§ 3º A Mesa Diretora, através de nova Resolução, poderá fixar outros valores para as despesas estabelecidas nos Quadros I e II do Anexo II desta Resolução, ficando estes novos valores sujeitos a reajustes na forma dos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 7º Não será concedida diária quando as despesas com alimentação e pernoite estiverem compreendidas no custo da passagem.

Art. 8º A diária, destinada também para o deslocamento do Vereador ou Servidor, poderá ser paga com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da viagem.

Art. 9º O beneficiário da diária, quando retornar, deverá, em até 48 (quarenta e oito) horas, entregar no setor contábil da Câmara de Vereadores de Gaspar os documentos originais comprobatórios do uso da diária de forma específica para cada despesa indicada no artigo 3º desta Resolução.

Art. 10. Ficam os Vereadores e Servidores da Câmara de Vereadores de Gaspar obrigados a comprovarem o deslocamento, a estada no local de destino e o cumprimento do objetivo da viagem através dos seguintes documentos:

I - do deslocamento:

a) ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;

b) bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo;

c) comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo.

II - da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

a) nota fiscal de hospedagem;

b) nota fiscal de alimentação;

c) nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;

d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III - do cumprimento do objetivo da viagem:

a) fotocópia de ata de presença em reunião ou missão;

b) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;

c) declaração de agente público, quando se tratar de visita a entidades e órgãos públicos;

d) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;

e) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

Parágrafo único. O comprovante da estada deverá conter discriminação de quantos dias o Vereador ou Servidor esteve em deslocamento ou viagem.

Art. 11. O beneficiário é obrigado a restituir integralmente à Câmara de Vereadores de Gaspar as diárias consideradas indevidas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis da sua notificação, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades.

Art. 12. No caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas úteis após o retorno ou da data em que deveria ter ocorrido a viagem não realizada.

Art. 13. Não será autorizado o deslocamento do Vereador ou Servidor quando não houver disponibilidade financeira e orçamentária para o pagamento das diárias.

Art. 14. As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta do orçamento vigente da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Art. 16. Fica revogada a Resolução nº 05/2015, de 30 de janeiro de 2015.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 16 de janeiro de 2017.

MESA DIRETORA

Ciro André Quintino	Silvio Cleffi
Presidente	Vice-Presidente
Rui Carlos Deschamps	Cícero Giovane Amaro
1º Secretário	2º Secretário

ANEXO I

ROTEIRO DE VIAGEM - DESPACHO DA PRESIDÊNCIA:

Recebi em __/__/__. Defiro [] Indefiro [] Encaminhe-se ao setor contábil.

Ass.:

NOME DO VEREADOR OU SERVIDOR:

CARGO:

DATA DA SAÍDA: __/__/__ - HORÁRIO: __H__MIN.

DATA DO RETORNO: __/__/__ - HORÁRIO: __H__MIN.

LOCAL DE DESTINO:

FINALIDADE:

VALOR DAS DIÁRIAS (R\$):

MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO:

JUSTIFICATIVA:

Gaspar/SC, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Solicitante

ANEXO II

QUADRO I – VALORES PARA ALIMENTAÇÃO			
	Fora do Município, dentro do Estado	Fora do Estado	Na Capital Federal
Lanche	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00
Almoço	R\$ 85,00	R\$ 100,00	R\$ 120,00
Jantar	R\$ 85,00	R\$ 100,00	R\$ 120,00
Lanche mais almoço	R\$ 115,00	R\$ 130,00	R\$ 150,00
Lanche mais jantar	R\$ 115,00	R\$ 130,00	R\$ 150,00
Almoço mais jantar	R\$ 170,00	R\$ 200,00	R\$ 300,00

QUADRO II – VALORES PARA PERNOITE		
Fora do Município, dentro do Estado	Fora do Estado	Na Capital Federal
R\$ 250,00	R\$ 300,00	R\$ 500,00

RESOLUÇÃO Nº 06/2017.

RESOLUÇÃO Nº 06/2017.

NOMEIA PREGOEIRO E MEMBROS DE EQUIPE DE APOIO PARA LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 31, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que "Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências", determina no artigo 3º, inciso IV, a necessidade de designação de pregoeiro e respectiva equipe de apoio pela Administração;

CONSIDERANDO a necessidade da Câmara de Vereadores de Gaspar de adquirir bens e serviços comuns na forma definida na Lei Federal nº 10.520/2002;

Resolve:

Art. 1º Fica designado como Pregoeiro da Câmara de Vereadores de Gaspar, na forma artigo 3º, inciso IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para realização de licitações na modalidade pregão, o servidor ocupante de cargo de provimento em comissão Jorge Luiz Matos de Oliveira.

Art. 2º Ficam designados como Membros da Equipe de Apoio ao Pregoeiro os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo Marcelo Peterson Pereira e Pedro Paulo Schramm, bem como a servidora ocupante de cargo de provimento em comissão Talita Catie de Medeiros.

Art. 3º Estende-se ao Pregoeiro e aos Membros da Equipe de Apoio ora designados a gratificação fixada na Lei Municipal nº 3.327, de 27 de junho de 2011, observadas suas alterações, e somente enquanto efetivamente em trabalhos da Comissão.

Art. 4º As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 - Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 - Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 01 - Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 - Pessoal e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 - Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 - Vencimentos e Salários.

Art. 5º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se a Resolução nº 10/2016, bem como todas as demais disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 16 de janeiro de 2017.

MESA DIRETORA

Ciro André Quintino	Silvio Cleffi
Presidente	Vice-Presidente
Rui Carlos Deschamps	Cícero Giovane Amaro
1º Secretário	2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 07/2017.

RESOLUÇÃO Nº 07/2017.

DESIGNA SERVIDORES PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 31, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", determina no artigo 51 e seus parágrafos a necessidade de formação de Comissão Permanente para processamento de licitação;

CONSIDERANDO que após a extinção da Comissão de Licitação instituída pela Resolução nº 14/2014 [através da Resolução nº 27/2014], a Resolução nº 11/2016, em cumprimento ao que dispõe a lei geral de licitações, reinstituiu na estrutura desta Casa de Leis a referida comissão;

CONSIDERANDO que o § 4º do artigo 51 da Lei nº 8.666/1993 dispõe que o mandato dos integrantes de comissão permanente de licitação é de 1 (um) ano, bem como que é vedada a recondução da totalidade dos membros para o período subsequente;

CONSIDERANDO que o caput do já referido artigo 51 da Lei nº 8.666/1993 estatui que a comissão deve ser formada por no mínimo 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação;

Resolve:

Art. 1º Fica composta a Comissão Permanente de Licitação pelos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo Marcelo Peterson Pereira e Pedro Paulo Schramm, além dos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão Jorge Luiz Matos de Oliveira e Wilson Pereira Junior.

Parágrafo único. O período de investidura dos membros da comissão terá duração máxima de 1 (um) ano, extinguindo-se em 16 de janeiro de 2018, cabendo à Mesa Diretora decidir sobre eventual alteração da equipe antes da referida data.

Art. 2º Fica designado o servidor Jorge Luiz Matos de Oliveira como presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Art. 3º Estende-se aos integrantes da Comissão Permanente de Licitação a gratificação fixada na Lei nº 3.327, de 27 de junho de 2011, observadas suas alterações, a ser paga nos meses de efetivo trabalho da Comissão.

Parágrafo único. Os trabalhos da Comissão terão início mediante determinação por ofício e término com a homologação do processado ou por despacho, todos expedidos pelo Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Art. 4º As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo; Atividade: 2.000002 - Folha de Pagamento e Encargos Sociais.

Art. 5º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 16 de janeiro de 2017.

MESA DIRETORA

Ciro André Quintino	Silvio Cleffi
Presidente	Vice-Presidente
Rui Carlos Deschamps	Cícero Giovane Amaro
1º Secretário	2º Secretário

SAMAE - GASPAR**EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº 35/2012- SAMAE GASPAR**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2017

===== Número do contrato:

35/2012 - Número do Aditivo: 12 (Aditivo de Reajuste)

Data vigência: 04/01/2017

Data vencimento: 31/12/2017

Número da Licitação: 47/2012 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BRASIL SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ do contratado:

01.657.361/0001-78

Objeto: Prestação de serviços de vigilância patrimonial humana da Sede do SAMAE, localizada na Rua: João Vieira, nº 189 - Bairro: Santa Terezinha.

Valor acrescido: R\$ 517,92 (quinhentos e dezessete reais e noventa e dois centavos)

=====

Gaspar (SC), em 04 de janeiro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

EXTRATO DO NONO ADITIVO DO CONTRATO Nº 36/2012- SAMAE GASPAR

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2017

===== Número do contrato:
36/2012 - Número do Aditivo: 9 (Reajuste)
Data vigência: 04/01/2017
Data vencimento: 31/12/2017
Número da Licitação: 47/2012 - Modalidade: Pregão
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - CNPJ do contratado: 83.719.963/0001-77
Objeto: Prestação de serviços de monitoramento eletrônico, localizada na Rua: Barão do Rio Branco, nº 500 - Bairro: Centro.
Valor acrescido: R\$ 332,52 (trezentos e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos).
=====

Gaspar (SC), em 04 de janeiro de 2017.
JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor Presidente

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº 62/2014- SAMAE GASPAR

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• EXTRATO CONTRATOS / 2017

=====
Número do contrato: 62/2014 – Número do Aditivo: 4 (Reajuste)
Data vigência: 04/01/2017
Data vencimento: 31/12/2017
Licitação: 65/2014 - Modalidade: PREGÃO
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: J-TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.
Objeto: Aquisição de software de faturamento em água, esgoto e resíduos, incluindo o fornecimento de licenças perpétuas.
Valor: R\$ 4.167,60 (quatro mil, cento e sessenta e sete reais e sessenta centavos).
=====

Gaspar (SC), em 04 de janeiro de 2017.
JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor Presidente

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº 67/2015- SAMAE GASPAR

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2017

===== Número do contrato:
67/2015 - Número do Aditivo: 2 (Aditivo de Reajuste)
Data vigência: 04/01/2017
Data vencimento: 31/12/2017
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: NOTA CERTA BOLETINS JURÍDICOS LTDA. - CNPJ do contratado: 06.143.076/0001-52
Objeto: Serviços especializados através de sistema de gerenciamento de notas de expediente para acompanhamento, busca, leitura e comunicação de informações judiciais (intimações) publicadas nos diários eletrônicos disponíveis da Justiça do Trabalho (TRT12), Justiça Estadual, Justiça Federal e Tribunais Superiores (TRF, STJ, TST e STF) e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com entrega por meio eletrônico, onde o Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar (SAMUSA) e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar (SAMAE) figurem como parte, ativa ou passiva,
Valor acrescido: R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais).
=====

Gaspar (SC), em 04 de janeiro de 2017.
JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO 010/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 010/2016

PRIEMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2016, CELEBRADO ENTRE O KSE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LTDA. ESAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

DAS PARTES

Pelo presente instrumento particular, de um lado, a SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO- SAMAE, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ – sob o nº 74.047.341/0001-59, com sede na Avenida Bela Vista Km 14 – Bairro, Calheiros - Governador Celso Ramos -SC, neste ato representado por sua Diretor Geral, ALCIDES PEREIRA de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado KSE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14757596/0001-83, estabelecida na Rua CÉLIO VEIGA nº 1075 no Bairro Jardim Cidade de Florianópolis, São Jose/SC, neste ato representada pela SRªKARINE GARCEZ VIEIRA, portadora do CPF nº 050.441.849-18, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO, decorrente do Processo de Carta Convite nº 006/2016 passando a proposta da CONTRATADA, bem como o Edital e Anexos respectivos, independentemente de suas transcrições, a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento, sujeitando-se às normas e condições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, legislação correlata e demais normas que regem a matéria, mediante Cláusulas e condições a seguir estabelecidas

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor original do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor

O valor deste termo aditivo é de R\$ 12.140,00 (doze mil cento e quarenta reais), que corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do contrato.

O valor total global do contrato é de R\$ 48.560,00 (quarenta e oito mil quinhentos e sessenta reais) e após o acréscimo passará a R\$ 60.700,00 (sessenta mil e setecentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação

Ratificam-se neste ato, todas as cláusulas e condições do Contrato nº 010/2016, do qual este termo passa a ser parte integrante.

E, por estarem assim acordados, firmam o presente Aditamento em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Governador Celso Ramos, dia 17 de janeiro de 2017.

Contratante SAMAE GCR	Contratado KSE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LTDA
--------------------------	---

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PORTARIA Nº 004/2017

PORTARIA Nº 004/2017

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA sem vencimento, para o servidor o Sr. Ronaldo Lenir Martins, matrícula nº 65, para tratar de assuntos particulares, conforme art.142 da Lei 1085/2016, por um período de 180 (cento e oitenta dias).

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 13 de Janeiro de 2017.

ALCIDES PEREIRA
Diretor Geral do Samae

PORTARIA Nº 005/2017

PORTARIA Nº 005/2017

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Prorrogar por mais um período de 12 (doze) meses, o Sr.: PAULO RODOLFO BINHOTTI, conforme contrato nº 006/2016, clausula VI, para o Cargo de Motorista, para atuar junto ao setor Operacional do SAMAE.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 18 de Janeiro de 2017.

ALCIDES PEREIRA
Diretor Geral do Samae

PORTARIA Nº 006/2017

PORTARIA Nº 006/2017

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Prorrogar por mais um período de 12 (doze) meses, o Sr.: ELIO DENI FERNANDES, conforme contrato nº 001/2016, clausula VI, para o Cargo de Auxiliar de operações, para atuar junto ao setor Operacional do SAMAE.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 18 de Janeiro de 2017.
ALCIDES PEREIRA
Diretor Geral do Samae

PORTARIA Nº 007/2017

PORTARIA Nº 007/2017

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Prorrogar por mais um período de 12 (doze) meses, o Sr.: ERDINANDO COELHO, conforme contrato nº 002/2016, cláusula VI, para o Cargo de Auxiliar de Operações, para atuar junto ao setor Operacional do SAMAE.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 18 de Janeiro de 2017.
ALCIDES PEREIRA
Diretor Geral do Samae

PORTARIA Nº 008/2017

PORTARIA Nº 008/2017

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Prorrogar por mais um período de 12 (doze) meses, o Sr.: EDUARDO

OSMAR REINALDO, conforme contrato nº 005/2016, cláusula VI, para o Cargo de Encanador, para atuar junto ao setor Operacional do SAMAE.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 18 de Janeiro de 2017.
ALCIDES PEREIRA
Diretor Geral do Samae

PORTARIA Nº 009/2017

PORTARIA Nº 009/2017

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Prorrogar por mais um período de 12 (doze) meses, o Sr.: VALDIR MANOEL ALVES, conforme contrato nº 004/2016, cláusula VI, para o Cargo de Encanador, para atuar junto ao setor Operacional do SAMAE.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 18 de Janeiro de 2017.
ALCIDES PEREIRA
Diretor Geral do Samae

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 06 - 2017

PORTARIA Nº 06/2017

JOSUÉ OCKER DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art 1º. - Informar que os responsáveis pela movimentação das contas correntes da Câmara Municipal de Vereadores de Governador Celso Ramos, CNPJ 82.703.018/0001-14, de forma CONJUNTA, são o PRESIDENTE e um dos SECRETARIOS para os biênios de cada legislatura conforme as atas das eleições da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, tendo para tanto os seguinte poderes:

- EMITIR CHEQUES
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO
- AUTORIZAR COBRANCA
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
- ENDOSSAR CHEQUE
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES
- CANCELAR CHEQUES
- BAIXAR CHEQUES
- EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS

- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
- EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO
- EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO
- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE REC. FE- DER -RPG
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/ AASP
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO
- EMITIR COMPROVANTES
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO
- CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO
- DDA
- CARTAO TRANSPORTE - AUTORIZAR DEB/TRANSF MEIO ELE- TRONICO

Art.2º.- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos à 02/01/2017.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Governador Celso Ramos, 17 de Janeiro de 2017.
JOSUÉ OCKER DA SILVA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 06-2017**RESOLUÇÃO Nº 06/2017**

O Senhor Josué Ocker da Silva, presidente da Câmara de Vereadores de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições conferidas pelo regimento interno da Câmara,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a Resolução nº 05/2017, publicada no DOM, para alterar a data e hora da sessão extraordinária, devidamente convocada e constar a alteração abaixo indicada:

ONDE SE LÊ: Art. 2º - A sessão extraordinária será realizada no dia 25 de janeiro de 2017 (quarta feira), às 15:00 horas no plenário da Câmara Alvino Francisco Baldança, e compor-se-á exclusivamente de pequeno expediente e da Ordem do dia (art. 79 regimento), com a seguinte ordem do dia:

LEIA-SE: Art. 2º - A sessão extraordinária será realizada no dia 27 de janeiro de 2017 (sexta feira), às 15:00 horas no plenário da Câmara Alvino Francisco Baldança, e compor-se-á exclusivamente de pequeno expediente e da Ordem do dia (art. 79 regimento), com a seguinte ordem do dia:

Câmara Municipal Governador Celso Ramos, 18 de janeiro de 2017.

JOSUÉ OCKER DA SILVA

PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 07 - 2017**RESOLUÇÃO Nº 07/2017**

O Senhor Josué Ocker da Silva, presidente da Câmara de Vereadores de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições conferidas pelo regimento interno da Câmara, e tendo em vista a aprovação por maioria dos votos em sessão extraordinária realizada no dia 18 de janeiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o projeto de lei complementar nº 01/2017, que cria cargos, departamentos, secretaria executiva de controle interno e extingue secretaria na nova estrutura organizacional do município de governador celso ramos e altera o art. 35, inciso i da lei 1087/2016 e altera a lei complementar nº 1085/2016 e lei complementar nº 1159/2016 e lei complementar 1016/2015 e acrescenta parágrafo único ao art. 84 da lei nº 566/2007 e dá outras providências, com a emenda substitutiva nº 01 ao art. 22.

ART. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Câmara Municipal Governador Celso Ramos, 18 de janeiro de 2017.

JOSUÉ OCKER DA SILVA

PRESIDENTE

Grão Pará

PREFEITURA

PORTARIA 01-06, 18-21, 23-25, 27-29

Prefeitura Municipal de Grão-Pará
ESTADO DE SANTA CATARINA

RESUMO

PORTARIA Nº. 0001 / 2017 DE 02 de JANEIRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Designar, a partir desta data, DIONE HEINZEN, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, código 2.04, para ocupar o Cargo Comissionado

de Secretário Municipal da Administração e Fazenda, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, sem ônus aos cofres municipais.

PORTARIA Nº. 0002 / 2017 DE 02 de JANEIRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Designar, a partir desta data, MARILEI MORGAN VERO-NEZI BRATTI, ocupante do cargo de Professor, nível III, para ocupar o Cargo

Comissionado de Secretária Municipal da Educação e Cultura, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, sem

ônus aos cofres municipais.

PORTARIA Nº. 0003 / 2017 DE 02 de JANEIRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Designar, a partir desta data, MERI TEREZINHA KUELKAMP SCHLICKMANN, ocupante do cargo de Professor, Nível II, para ocupar o Cargo

Comissionado de Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura

Municipal, sem ônus aos cofres municipais.

PORTARIA Nº. 0004 / 2017 DE 02 de JANEIRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Nomear, a partir desta data, RICARDO SCHLICKMANN ASCARI, para ocupar o cargo comissionado de Secretário Municipal da Saúde e

Saneamento, nível DAS-01, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, sob o regime Estatutário com vínculo

previdenciário no INSS.

PORTARIA Nº. 0005 / 2017 DE 02 de JANEIRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei

Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 03/01/2017 a 01/02/2017. Edson Schmitz Blasius, Moacir Borghezani Bagio, Luciano Amelia Soares, Adriani Borges Antunes, Neri Hert e Amarildo Silveira.

PORTARIA Nº. 0006 / 2017 DE 02 de JANEIRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Remover, temporariamente, o funcionário ELIEL DE

OLIVEIRA BONOTI, ocupante do cargo de condutor de veículos, código 4.03, com exercício

na Secretaria de Transportes e Obras, para atuar na Secretaria da Saúde e Saneamento, a partir de 03/01/2017.

PORTARIA Nº. 0018 / 2017 DE 02 de JANEIRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de

30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Contratar ELLEN BLASIUS FOLQUINI, para, a partir de 09/01/2017, exercer a função de Estagiária, com carga horária de 30 (trinta) horas

semanais, Centro de Educação Infantil Rio Pequeno - Pré Escola, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme solicitação

administrativa.

PORTARIA Nº. 0019 / 2017 DE 02 de JANEIRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de

30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Contratar LARISSA DACOREGIO, para, a partir de 09/01/2017, exercer a função de Estagiária, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais,

Centro de Educação Infantil Rio Pequeno - Pré Escola, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme solicitação

administrativa.

PORTARIA Nº. 0020 / 2017 DE 02 de JANEIRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei Municipal

nº 990/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Contratar ANDRESA DE OLIVEIRA LEMBECK SALVALLAGGIO, para, no período compreendido entre 09/01/2017 a 10/02/2017, ocupar o

cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, e exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas

- Pré Escola, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, em

substituição a titular e gozo de férias regulamentares, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0021 / 2017 DE 02 de JANEIRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei Municipal

nº 990/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Contratar JAMILI MULLER DORIGON, para, no período compreendido entre 09/01/2017 a 10/02/2017, ocupar o cargo de Professor, nível I, com

carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, e exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Rio Pequeno - Creche, vinculado a Secretaria

Municipal da Educação e Cultura, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, em substituição a titular e gozo de férias

regulamentares, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0023 / 2017 DE 02 de JANEIRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei Municipal

nº 990/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Contratar IRENE SCHULZ WESSLER, para, no período compreendido entre 09/01/2017 a 10/02/2017, ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, e exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré Escola, vinculado a

Secretaria Municipal da Educação e Cultura, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, em substituição a titular e gozo de

férias regulamentares, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0024 / 2017 DE 02 de JANEIRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASÍUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei Municipal

nº 990/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Contratar ZULMA BLASÍUS HEIDEMANN, DAIANE BEZA CÂNDIDO e RITA CANEVER GUIZONI, para, no período compreendido entre

09/01/2017 a 10/02/2017, ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, e exercer suas funções no Centro

de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, sob o regime Estatutário, com vínculo

previdenciário no INSS, em substituição a titulares e gozo de férias regulamentares, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0025 / 2017 DE 02 de JANEIRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASÍUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei Municipal

nº 990/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Contratar PRISCILA COAN DA COREGIO, para, no período compreendido entre 09/01/2017 a 10/02/2017, ocupar o cargo de Professor, nível I,

com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, e exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche, vinculado a

Secretaria Municipal da Educação e Cultura, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, em substituição a titular e gozo de

férias regulamentares, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0027 / 2017 DE 02 de JANEIRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASÍUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº

991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar TÂNIA CARARA SCHILICKMANN, FERNANDA ALBERTON PINTO e ELENICE DOS SANTOS MARQUES, para no período

compreendido entre 09/01/2017 à 31/01/2017, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 30 (trinta) horas

semanais no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré Escola, em substituição a titulares em gozo de férias regulamentares, conforme

Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0028 / 2017 DE 02 de JANEIRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASÍUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº

991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar ELIANE FRANCISCO, para, no período compreendido entre 09/01/2017 à 31/01/2017, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais,

código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais no Centro de Educação Infantil Rio Pequeno, em substituição a titular em gozo de

férias regulamentares, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0029/ 2017 DE 02 de JANEIRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASÍUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar MARIA APARECIDA NUNCIO BECKER, para, no período compreendido entre 09/01/2017 à 31/01/2017, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche, em substituição a titular em gozo de férias regulamentares, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA 380-424/2016

PORTARIA Nº. 0380 / 2016 DE 01 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de

04/04/2000,

RESOLVE Prorrogar os efeitos da portaria 366/2016, de 04/11/2016, que contrata ANA CAROLINE BONETTI, para ocuparo cargo de Telefonista, código

4.03, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria da Administração e Fazenda, até 31/12/2016, por necessidade

temporária de serviço, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS.

PORTARIA Nº. 0381 / 2016 DE 01 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de

04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 19/12/2016, os efeitos da portaria 355/2016, de 24/10/2016, que altera temporariamente, a carga horária de DENISE MARTA

ANDREGHETTO, retornando a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural,

temporariamente, por necessidade de serviço.

PORTARIA Nº. 0382 / 2016 DE 01 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de

04/04/2000,

RESOLVE Prorrogar os efeitos da portaria 364/2016, de 04/11/2016, que contrata RAMOM SOMBRIO DACOREGGIO, para exercer a função de Operador

de Máquinas e Equipamentos com carga horária de de 40 (quarenta) horas semanais para atuar na Secretaria Municipal dos Transporte e Obras, por

necessidade temporária de serviço no treinamento defuncionários admitidos por concurso público.

PORTARIA Nº. 0383 / 2016 DE 01 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de

04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 085/2013, de 15/02/2013, que designa, JANE BUSSOLO BLASÍUS, para exercer o cargo em

comissão de Diretora de Escola, para atuar no Centrode Educação de Jovens e Adultos - CEJA, retornando ao cargo efetivo de Professor, nível III,

com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na turma do 1º (primeiro) ano na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, vinculada a

Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

PORTARIA Nº. 0384 / 2016 DE 01 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº

991/2000, de
04/04/2000,
RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 018/2013, de 02/01/2013, que designa ANA PAULA AVELINO LUCIO, para exercer o cargo em comissão de Diretora de Escola, para atuar no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche, retornando ao cargo efetivo de Professor, nível III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche I, vinculado a Secretaria de Educação e Cultura.

PORTARIA Nº. 0385 / 2016 DE 01 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de

04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 017/2013, de 02/01/2013, que designa NEIDE LEALWEBER PERIN, para exercer o cargo

em comissão de Diretora de Escola, para atuar no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, retornando ao cargo de Professor, nível II, com carga

horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil tio Patinhas, vinculado a Secretaria de Educação e Cultura.

PORTARIA Nº. 0386 / 2016 DE 01 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de

04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 019/2013, de 02/01/2013, que designa JULIANA MIRIAN MACIESKI KAFKA, para exercer

o cargo em comissão de Diretora de Escola, para atuar no Centro de Educação Infantil Rio Pequeno, retornando ao cargo de Professor, nível II,

com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas – turma de 3 anos, vinculada a Secretaria de Educação e Cultura.

PORTARIA Nº. 0387 / 2016 DE 01 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de

04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 337/2016, de 03/10/2016, que designa ROSIANE GIL STEINBACK, para exercer o cargo em

comissão de Diretora de Escola, para atuar no SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vinculado à Secretaria da Família e

Desenvolvimento Social, retornando ao cargo efetivo de Professor Nível II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de

Educação Infantil Tio Patinhas, com vínculo na Secretaria da Educação e Cultura.

PORTARIA Nº. 0388 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de

04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 345/2016, de 10/10/2016, que designa DIONE HEINZEN, para ocupar o Cargo Comissionado

de Secretário Municipal da Administração e Fazenda, nível DAS-01, retornando ao cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, código 2.04,

PORTARIA Nº. 0389 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de

suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de

04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 126/2016, de 01/04/2016, que designa ELIZETE ORBENMACIESKI BLASIUS, para ocupar

o Cargo Comissionado de Secretária Municipal da Saúde e Saneamento, nível DAS-01, retornando ao cargo efetivo de Técnico em Enfermagem,

código 2.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento.

PORTARIA Nº. 0390 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de

04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 214/2016, de 27/06/2016, que designa MARILEI MORGAN VERO-NEZI BRATTI, para

ocupar o Cargo Comissionado de Secretária Municipal da Educação e Cultura, nível DAS-01, Retornando ao cargo efetivo de Professor Nível III,

com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, Turma do 4º Ano.

PORTARIA Nº. 0391 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de

04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 338/2016, de 03/10/2016, que designa MERI TEREZINHA KUELKAMP SCHLICKMANN,

para ocupar o Cargo Comissionado de Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social, nível DAS-01, retornando ao cargo efetivo de

Professor Nível III, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré-Escola - Turma de 5 anos, com carga horária de 40 (quarenta) horas

semanais.

PORTARIA Nº. 0392 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016.

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de

30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 081/2016, que contrata ALLISON DE SOUZA PERIN, para ocupar a função de Estagiário,

com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA Nº. 0393 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de

04/04/2000,

RESOLVE Exonerar, a partir de 31/12/2016, JOSE SCHMITT BUS-SOLO, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Agricultura e

Desenvolvimento Rural, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal.

PORTARIA Nº. 0394 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de

04/04/2000,

RESOLVE Exonerar, a partir de 31/12/2016, RONEI COSTA BUSSO-LO, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal do Planejamento,

Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal.

PORTARIA Nº. 0395 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, RESOLVE Exonerar, a partir de 31/12/2016, SALÉSIO PICKLER DA-COREGIO ocupante o Cargo Comissionado de Assessor Especial, nível DAS-02, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal. PORTARIA Nº. 0396 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, RESOLVE Exonerar, a partir de 31/12/2016, SIDINEI MACIESKI MOMM ocupante do Cargo Comissionado de Diretor do Departamento de Turismo, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal. PORTARIA Nº. 0397 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, RESOLVE Exonerar, a partir de 31/12/2016, TIAGO DA SILVA HONORATO ocupante do Cargo Comissionado de Diretor do Departamento da Fazenda, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal. PORTARIA Nº. 0398 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, RESOLVE Exonerar, a partir de 31/12/2016, DIONI KUHNEN SALVADOR, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Departamento da Agricultura, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal. PORTARIA Nº. 0399 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, RESOLVE Exonerar, a partir de 31/12/2016, ALCEDIR FERNANDES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor do Departamento de Esportes, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal.

PORTARIA Nº. 0400 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, RESOLVE Exonerar, a partir de 31/12/2016, JILCELIA CANDIDO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora Adjunta de Departamento, nível DAS-02, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal. PORTARIA Nº. 0401 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 214/2013, de 30/08/2013, que designa MARILÉIA AMELIA SOARES, para, ocupar o cargo em comissão de Diretora de Departamento do Desenvolvimento Social para atuar na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, retornando ao cargo de Agente de Controle Aedes Aegypti, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos da portaria 084/2013, de 10/03/2013. PORTARIA Nº. 0402 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, RESOLVE Exonerar, a partir de 31/12/2016, JORGE LUIS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Adjunto do Departamento da Família. PORTARIA Nº. 0403 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 1352/2005, de 25/01/2005, e artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 060/2016, de 12/02/2016, que contrata MARIA LUIZADE OLIVEIRA BUSSOLO, para ocupar o cargo de Monitor do PETI, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vinculado a Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social. PORTARIA Nº. 0404 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 1352/2005, de 25/01/2005, e artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 022/2016, de 11/01/2016, que contratar ANDREIA NAZÁRIO, para ocupar o cargo de Monitor do PETI, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício no SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vinculado a Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social. PORTARIA Nº. 0405 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 087/2016, de 07/03/2016, que contratar ADRIANA CEOLIN MICHELS NIEHUNS, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. PORTARIA Nº. 0406 / 2016 DE 15 de DEZEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 221/2015, de 27/07/2015, que contrata FERNANDA ALBERTON PINTO, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções no SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. PORTARIA Nº. 0407 / 2016 DE 19 de DEZEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Municipal nº 1942/2014, de 22/01/2014, Conceder Auxílio Alimentação, no valor de R\$ 2.500,00(dois mil e quinhentos reais) à médica intercambista YOLEYDIZ GONZALES GONZALES, a partir de 19 de dezembro de 2016. PORTARIA Nº. 0408 / 2016 DE 19 de DEZEMBRO de 2016 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de

04/04/2000,
RESOLVE Cessar, a partir de 20/12/2016, os efeitos da portaria 020/2015, de 05/01/2015, que contrata MARA REGINA MENDES, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0409 / 2016 DE 19 de DEZEMBRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de

04/04/2000,
Prorrogar os efeitos da portaria 367/2016, de 04/11/2016, que contrata SELMA SANDOVAL, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria da Saúde e Saneamento, em substituição a titular Maria Costa de Faveri, em licença para tratamento de saúde, enquanto perdurar o prazo compreendido da licença, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0410 / 2016 DE 20 de DEZEMBRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Cessar, a partir de 21/12/2016, os efeitos da portaria 082/2016, de 01/03/2016, que contrata EDUARDA HONORATO HERT, para exercer a

função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas -Pré Escola, vinculado a Secretaria da Educação e Cultura, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0411 / 2016 DE 20 de DEZEMBRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 285/2016, de 22/08/2016, que contratar BIANCA ASTE, para ocupar a função de Estagiária, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

PORTARIA Nº. 0412 / 2016 DE 20 de DEZEMBRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2016, os efeitos da portaria 305/2016, de 13/09/2016, Contratar PAMELA BLASIU MACEDO, para ocupar a função de Estagiária, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Creche Tio Patinhas II, vinculado a Secretaria de Educação e Cultura.

PORTARIA Nº. 0413 / 2016 DE 20 de DEZEMBRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

Prorrogar, até 16/11/2017, os efeitos da portaria 316/2015, de 16/11/2015, que contrata JAQUELINE DALCIN NAIZ, para exercer a função de

Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas- Creche, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0414 / 2016 DE 20 de DEZEMBRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de

30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Prorrogar, até 10/02/2017, os efeitos da portaria 263/2015, de 08/08/2016, que contratar ISADORA CANDIDOPI-CKLER, para exercer a função de Estagiário, com carga horária de 20(vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche II, a disposição da Secretaria

Municipal de Educação e Cultura, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0415 / 2016 DE 20 de DEZEMBRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Cessar, a partir de 21/12/2016, os efeitos da portaria 098/2016, de 16/03/2016, que contrata NATALIA KUNTZ WEBER, para exercer a função de

Estagiária, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Centro de Educação Infantil Tio Patinhas -Pré-Escola, vinculado a Secretaria

Municipal da Educação e Cultura, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0416 / 2016 DE 20 de DEZEMBRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Cessar, a partir de 21/12/2016, os efeitos da portaria 157/2015, de 11/05/2015, que contrata LARISSA DORIGON DELLA GIUSTINA, para, a

partir desta data, exercer a função de Estagiário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0417 / 2016 DE 20 de DEZEMBRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

RESOLVE Remover POLIANA FABIZACK SCHLICKMANN, Monitor do PETI, no SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com

carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções, no período compreendido entre 09/01/2017 a 10/02/2017, no Centro de Recreação Infantil tio Patinhas - Creche, conforme solicitação administrativa em anexo.

PORTARIA Nº. 0418 / 2016 DE 21 de DEZEMBRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de

04/04/2000,
RESOLVE Exonerar, a partir de 21/12/2016, JAISON GUIZONI DEBONA e JUNIOR ASCARI FERNANDES, ocupantes do cargo de Con-

ductor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Transporte Escolar, vinculado à Secretaria Municipal da

Educação e Cultura, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0419 / 2016 DE 21 de DEZEMBRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de

04/04/2000,
RESOLVE Exonerar, a partir de 21/12/2016, ELENICE DOS SANTOSMARQUES, ELIANE FRANCISCO, MAIARA POSSENTI, MARIA APARECIDA

NUNCIO BECKER, MARIA GORETI ANTUNES MONTEIRO, NATALIA BERTO DE SOUZA e TANIA CARARA SCHLICKMANN, ocupantes do cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0420 / 2016 DE 21 de DEZEMBRO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei Municipal nº

990/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Exonerar, a partir de 21/12/2016, ANDRESA DE OLIVEIRA-RALEMBECK, CLEIA TERESINHA COAN DA COREGIO, CLEUCIA PONCIANO

BONIN, DAIANE BEZA CANDIDO, IRENE SCHULZ WESSLER, JAMILI MULLER DORIGON, JOSIANE DA SILVA CELSO, MILEIDE WESLING RECH DA SILVA, PRISCILA COAN DA COREGIO, RITA CANEVER GHIZONI, SIMONE ROLING MORAES, ZILDA CANIVER ZANELATTO DELLA GIUSTINA e ZULMA BLAZIUS HEIDEMANN, ocupantes do cargo de Professor, código 4.01, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0421 / 2016 DE 21 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Prorrogar os efeitos da portaria 126/2016, de 04/05/2015, que contrata MILENA ANACLETO WEBER, para exercer a função de Estagiário, com

carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no Centor de Educação Infantil rio Pequeno - Creche, vinculado à Secretaria Municipal da

Educação e Cultura.

PORTARIA Nº. 0422 / 2016 DE 22 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares aos servidores relacionados no Anexo, parte integrante desta portaria, pertencentes ao Quadro de Pessoal do

Magistério desta Prefeitura, no período referente ao recesso escolar do ano 2016.

PORTARIA Nº. 0423 / 2016 DE 23 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Remover, temporariamente, DANIELA DELLA GIUSTINA MICHELS BELTRAME, ocupante do cargo de Professor, Nível II, com carga horária

de 20 (vinte) horas semanais, com exercício no Centro de Educação de Jovens e Adultos, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura,

para ter exercício Fundação Ambiental Municipal de Grão Pará - FAMGP, vinculado a Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento

Rural, a partir desta data, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0424 / 2016 DE 23 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares aos servidores relacionados no Anexo, parte integrante desta portaria, pertencentes ao Quadro de Pessoal do

Magistério desta Prefeitura, no período de 02/01/2017 a 31/01/2017, conforme Solicitações Administrativas, anexo.

Guaraciaba

PREFEITURA

RESULTADO FINAL EDITAL COMPLEMENTAR 001/2016 DO PROCESSO SELETIVO 003/2016

DECRETO Nº 504/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL (APÓS OS RECURSOS) DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01/2016 DO PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2016 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ROQUE LUIZ MENEHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final (Após os Recursos) do Edital Complementar nº 01/2016 do Processo Seletivo nº 003/2016 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

Professor I N1 - Anos Iniciais Ensino Fundamental Modalidade A									
CI	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
12	419119	Vanessa Aline Gralow	20/12/1991	5,40	0,20	0,60	2,31	8,51	1º
1	419801	Loreci Marques	18/02/1975	5,40	0,40	0,00	2,53	8,33	2º
43	419329	Marivane Luiza Romio	16/03/1979	4,50	0,40	0,20	3,00	8,10	3º
27	420984	Ediane Benedito	08/10/1992	5,40	0,20	0,40	2,07	8,07	4º
32	420654	Vanderlene Perin Bianchi	23/11/1979	5,40	0,00	0,00	2,65	8,05	5º
10	421062	Deise Daniela Dassoler	16/10/1982	4,50	0,20	0,20	2,74	7,64	6º
11	435440	Fabiane Cristina Weppo	22/10/1992	5,40	0,40	0,20	1,55	7,55	7º
3	421167	Kielin Zelinda Frare De Giacometi	20/05/1990	4,50	0,40	0,40	2,25	7,55	8º
35	436541	Roselia Balbinot	07/10/1964	4,50	0,20	0,40	2,43	7,53	9º
18	437970	Katia Cristina Vidal Furlanetto	25/06/1985	4,95	0,20	0,00	2,36	7,51	10º
34	429085	Solange Turani	11/11/1991	4,95	0,20	0,20	2,06	7,41	11º
23	426464	Claudete Faust	02/01/1973	4,50	0,00	0,40	2,41	7,31	12º
9	437152	Tania Gonzatti Höelscher	15/03/1975	4,50	0,00	0,20	2,59	7,29	13º
26	426579	Daniela Stoll Rinaldi	08/10/1987	4,50	0,20	0,40	2,17	7,27	14º
40	424821	Debora Trevisol	09/09/1981	4,05	0,20	0,20	2,57	7,02	15º
29	431544	Marisa Pedrinha Turani Alba	30/06/1968	4,05	0,40	0,20	2,35	7,00	16º
16	436904	Fernanda Maria Welter	13/12/1985	4,95	0,60	0,40	0,99	6,94	17º
15	436517	Adriani Dorigon	26/03/1976	4,05	0,40	0,20	2,17	6,82	18º
42	421137	Maichele Daiane Passarin	26/10/1988	4,05	0,40	0,20	2,17	6,82	19º
28	431151	Nair Lolato	22/02/1963	4,05	0,00	0,40	2,31	6,76	20º
21	430054	Ana Celia Lopes Pereira	17/03/1970	3,15	0,20	0,40	3,00	6,75	21º
7	435639	Luciane Betina Kinsel Seibel	08/07/1985	4,05	0,00	0,40	2,12	6,57	22º
2	420821	Fernanda Zilli	29/10/1987	4,50	0,00	0,40	1,49	6,39	23º
6	435701	Karli Cristina Da Silveira	15/07/1989	4,05	0,00	0,20	2,01	6,26	24º
5	418913	Flavia Damin	26/02/1977	3,60	0,20	0,00	2,46	6,26	25º
36	434746	Marines Graff Mossmann	08/07/1983	4,50	0,20	0,20	1,35	6,25	26º
4	426444	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	17/05/1983	4,95	0,20	0,00	1,04	6,19	27º
22	436488	Ana Melita Lamb	23/06/1960	3,60	0,00	0,00	2,42	6,02	28º
37	436528	Leandra Valeria Schultz	03/01/1983	3,15	0,20	0,40	2,14	5,89	29º
20	424370	Jeanice Muller	17/04/1986	3,60	0,00	0,20	2,08	5,88	30º
25	422235	Andressa Ferronato	16/06/1993	4,95	0,00	0,20	0,65	5,80	31º
8	436918	Ariane Devicari	25/10/1991	3,60	0,40	0,00	1,76	5,76	32º

33	434478	Simone Maria Romio	26/02/1979	3,60	0,20	0,40	1,48	5,68	33º
19	436975	Claudiane De Fatima Dos Santos	22/12/1985	4,05	0,00	0,00	1,35	5,40	34º
24	437296	Sandra Fatima Welter Zilli	30/10/1982	4,95	0,00	0,20	0,00	5,15	35º
17	431968	Kely Regina Dal Cin Franzosi	04/06/1985	3,15	0,00	0,20	1,31	4,66	36º
31	426872	Maria Vanda Batista Ribeiro Delalibera	06/11/1977	3,60	0,20	0,40	0,00	4,20	37º
30	419003	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	21/09/1992	2,70	0,00	0,40	0,05	3,15	38º
41	436297	Thais Regina Santin	24/04/1995	2,70	0,20	0,20	0,00	3,10	39º

Professor I N1 - Educação Infantil | Modalidade A

CI	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
45	426580	Daniela Stoll Rinaldi	08/10/1987	5,40	0,40	0,40	2,17	8,37	1º
96	419330	Marivane Luiza Romio	16/03/1979	4,50	0,20	0,20	3,00	7,90	2º
94	419120	Vanessa Aline Gralow	20/12/1991	4,95	0,00	0,60	2,31	7,86	3º
57	430055	Ana Celia Lopes Pereira	17/03/1970	4,05	0,40	0,20	3,00	7,65	4º
44	420985	Ediane Benedito	08/10/1992	4,95	0,20	0,40	2,07	7,62	5º
80	420655	Vanderlene Perin Bianchi	23/11/1979	4,50	0,40	0,00	2,65	7,55	6º
59	426465	Claudete Faust	02/01/1973	4,50	0,00	0,20	2,41	7,11	7º
75	431152	Nair Lolato	22/02/1963	4,50	0,00	0,20	2,31	7,01	8º
82	429086	Solange Turani	11/11/1991	4,50	0,20	0,20	2,06	6,96	9º
72	418914	Flavia Damin	26/02/1977	4,05	0,20	0,20	2,46	6,91	10º
95	421138	Maichele Daiane Passarin	26/10/1988	4,05	0,40	0,20	2,17	6,82	11º
83	420184	Janaina Ramon Negri	17/10/1980	4,05	0,20	0,20	2,36	6,81	12º
58	436489	Ana Melita Lamb	23/06/1960	4,05	0,20	0,00	2,42	6,67	13º
70	435438	Fabiane Cristina Weppo	22/10/1992	4,50	0,40	0,20	1,55	6,65	14º
66	421168	Kielin Zelinda Frare De Giacometi	20/05/1990	3,60	0,40	0,40	2,25	6,65	15º
78	436542	Roselia Balbinot	07/10/1964	3,60	0,20	0,40	2,43	6,63	16º
47	436520	Adriani Dorigon	26/03/1976	4,05	0,20	0,20	2,17	6,62	17º
67	420822	Fernanda Zilli	29/10/1987	4,50	0,00	0,40	1,49	6,39	18º
68	419809	Loreci Marques	18/02/1975	3,60	0,20	0,00	2,53	6,33	19º
92	437153	Tania Gonzatti Hölscher	15/03/1975	3,15	0,00	0,40	2,59	6,14	20º
73	435641	Luciane Betina Kinsel Seibel	08/07/1985	3,60	0,00	0,40	2,12	6,12	21º
93	438309	Tatiane Schroeder Silva	08/03/1991	3,60	0,00	0,60	1,85	6,05	22º
61	420904	Catia Fronza	06/07/1994	4,50	0,20	0,20	1,07	5,97	23º
46	422236	Andressa Ferronato	16/06/1993	4,95	0,00	0,20	0,65	5,80	24º
49	427700	Denise Faust De Oliveira	01/08/1989	4,95	0,20	0,40	0,00	5,55	25º
71	426445	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	17/05/1983	4,05	0,20	0,00	1,04	5,29	26º
87	429010	Silvia Olivia Dondoni Isotton	19/03/1978	3,15	0,20	0,60	1,34	5,29	27º
54	438626	Simone Martinazzo Spinelli	12/12/1986	4,50	0,20	0,00	0,50	5,20	28º
48	436905	Fernanda Maria Welter	13/12/1985	3,60	0,60	0,00	0,99	5,19	29º
63	420034	Josiani Carine Comassetto	01/07/1993	4,50	0,40	0,20	0,00	5,10	30º
50	431969	Kely Regina Dal Cin Franzosi	04/06/1985	3,15	0,20	0,20	1,31	4,86	31º
81	434479	Simone Maria Romio	26/02/1979	2,70	0,00	0,40	1,48	4,58	32º
56	434579	Fabiana Michelle Schauble Maciel	12/11/1991	4,05	0,40	0,00	0,00	4,45	33º
77	434747	Marines Graff Mossmann	08/07/1983	2,70	0,20	0,20	1,35	4,45	34º
86	426873	Maria Vanda Batista Ribeiro Delalibera	06/11/1977	3,60	0,40	0,00	0,00	4,00	35º
90	436061	Katiane Lucia Arpin Bencke	06/10/1993	3,15	0,00	0,60	0,00	3,75	36º
51	438715	Katia Cristina Vidal Furlanetto	25/06/1985	3,15	0,20	0,00	0,00	3,35	37º
84	437332	Rosa Mari Balbinot	31/08/1966	2,70	0,20	0,00	-	2,90	Desc.

88	428994	Sandra Rodrigues Da Silva Isotton	26/01/1977	2,70	0,00	0,20	-	2,90	Desc.
65	435702	Karli Cristina Da Silveira	15/07/1989	2,70	0,00	0,20	-	2,90	Desc.
53	436976	Claudiane De Fatima Dos Santos	22/12/1985	2,25	0,60	0,00	-	2,85	Desc.
64	437992	Rosani M. Arconti Fontana	22/10/1972	2,25	0,00	0,40	-	2,65	Desc.
91	431545	Marisa Pedrinha Turani Alba	30/06/1968	2,25	0,00	0,20	-	2,45	Desc.
89	437297	Sandra Fatima Welter Zilli	30/10/1982	2,25	0,00	0,20	-	2,45	Desc.
55	424371	Jeanice Muller	17/04/1986	2,25	0,00	0,20	-	2,45	Desc.
74	436919	Ariane Devicari	25/10/1991	1,80	0,40	0,00	-	2,20	Desc.
85	419004	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	21/09/1992	1,35	0,00	0,40	-	1,75	Desc.

Professor II N1 - Arte | Modalidade A

CI	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
98	437248	Sirlene Estasmaier	28/12/1993	1,80	0,20	0,20	-	2,20	Desc.
97	426648	Ivanda Cardoso Lago	25/06/1976	1,80	0,20	0,00	-	2,00	Desc.

Professor II N1 - Educação Física | Modalidade A

CI	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
125	419791	Natieli Borla	11/03/1991	4,95	0,00	0,60	2,05	7,60	1º
121	426669	Jaqueline Scapin	15/07/1989	4,50	0,20	0,20	2,30	7,20	2º
110	425956	Emerson Maico Baierle	06/07/1992	4,05	0,20	0,40	2,29	6,94	3º
118	431835	Acidido Pecos Valduga	17/07/1987	3,60	0,40	0,40	2,09	6,49	4º
124	426091	Jacson Tiago De Luca	10/05/1993	3,60	0,40	0,40	1,86	6,26	5º
106	435977	Ana Paula Goncalves	26/07/1992	4,05	0,60	0,40	1,15	6,20	6º
117	420035	Josiani Carine Comassetto	01/07/1993	3,60	0,40	0,20	1,94	6,14	7º
104	426094	Paloma Mezzomo	07/04/1993	4,05	0,20	0,40	1,27	5,92	8º
119	437399	Vanderlei Bortoluzzi	15/10/1981	2,25	0,40	0,60	2,66	5,91	9º
122	419928	Juliana De Maman	23/03/1992	3,15	0,20	0,40	2,08	5,83	10º
120	436362	Fernando Cavalli	21/11/1976	3,60	0,00	0,00	1,61	5,21	11º
105	437506	Fernanda Lucia Rosanelli	09/04/1984	3,15	0,20	0,20	0,75	4,30	12º
108	425836	Catiane Luiza Brambilla	12/12/1995	3,15	0,20	0,20	0,00	3,55	13º
123	428587	Giovani Macedo	12/08/1989	2,70	0,40	0,20	0,01	3,31	14º
111	428761	Carolina Brustolin	20/10/1995	2,70	0,00	0,20	-	2,90	Desc.
107	423969	Marines Aparecida Dos Santos Faccio	11/08/1979	1,80	0,20	0,20	-	2,20	Desc.
109	438077	Roberto Schuster	19/08/1965	0,45	0,20	0,00	-	0,65	Desc.

Professor II N1 - História | Modalidade A

CI	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
134	438012	Cristianes Rodrigues Amancio	09/12/1979	4,95	0,40	0,20	0,69	6,24	1º
133	437802	Debora Eliane Antunes Picinin	18/03/1977	3,15	0,20	0,20	1,30	4,85	2º
135	438087	Fabio Heinen	16/06/1978	3,60	0,20	0,40	0,00	4,20	3º
132	422889	Joseane Lancini	01/07/1981	2,25	0,20	0,40	-	2,85	Desc.

Professor II N1 - Matemática | Modalidade A

CI	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
139	437484	Patricia Cristina Macedo	29/05/1988	4,50	0,20	0,40	2,49	7,59	1º
142	437403	Denise Vicentini	17/10/1986	4,50	0,40	0,20	2,42	7,52	2º
140	437796	Gelavir Picinin	05/06/1976	4,95	0,60	0,40	1,30	7,25	3º
137	427120	Ana Balensiefer	24/07/1965	4,05	0,00	0,20	2,56	6,81	4º

138	437912	Loriane Smaniotto	25/01/1981	2,70	0,40	0,60	2,36	6,06	5º
141	437868	Adriana Balestro Fritzen	10/03/1985	2,25	0,00	0,60	-	2,85	Desc.

Art. 2º. São considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 3,00 (três pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Português, Matemática e Conhecimentos Específicos).

Art. 3º. A prova de títulos é somada à média obtida pelos candidatos aprovados na prova objetiva, somente para efeitos de classificação.

Art. 4º. Os desempates estão de acordo com o Item 7 do Edital.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba - SC, 18 de Janeiro de 2017.

ROQUE LUIZ MENECHINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 197/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Eletrônico 197/2016

Processo Licitatório: 197/2016

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Entrega das propostas: a partir de 19/01/2017 às 09h00 no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Abertura das Propostas: 31/01/2017 às 09:00hrs (horário de Brasília no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Cópias do Edital contendo detalhes poderão ser obtidas nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.guaramirim.sc.gov.br. Maiores informações pelo fone (47) 3373-0247, no horário das 08:00 hrs às 12:00hrs e das 13:00hrs às 17:00hrs.

Guaramirim (SC), 18 de janeiro de 2017.

LUÍZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 032/2017

PORTARIA Nº. 032/2017

Nomeia Cibelli Simone Persch.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Cibelli Simone Persch, na função de Diretora de Escola, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 12 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 033/2017

PORTARIA Nº. 033/2017

Nomeia Lucilene de Azevedo Kruger.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Lucilene de Azevedo Kruger, na função de Gerente

de Projetos Pedagógicos, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 034/2017

PORTARIA Nº. 034/2017

Nomeia Michele Cristiane Graczeck Mengarda.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Michele Cristiane Graczeck Mengarda, na função de Supervisora Pedagógica do Ensino Infantil, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 06/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº.06/2017 - Pregão Presencial Nº. 03/2017.

Objeto: Aquisição de Material Didático Pedagógico para serem utilizados na Rede Municipal de Ensino (Ensino Fundamental e Educação Infantil/Creche e Educação Infantil/Pre Escolar) do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 01/02/2017 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Editais e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 18 de janeiro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: LABORATORIO DE CITOLOGIA CLINICA DANNEBROCK LTDA

OBJETO: Aquisição de serviço para realização de exames laboratoriais destinados aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde de Guarujá do Sul para o ano de 2017.

VALOR: TABELA SUS

VIGENCIA: 31/12/2017.

Guarujá do Sul, SC, 17 de janeiro de 2017.

Adelise de Oliveira,

Secretária do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 02/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 01/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR GUARUJA

OBJETO: Aquisição de serviço para realização de exames laboratoriais destinados aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde de Guarujá do Sul para o ano de 2017.

VALOR: TABELA SUS

VIGENCIA: 31/12/2017.

Guarujá do Sul, SC, 17 de janeiro de 2017.

Adelise de Oliveira,

Secretária do FMS.

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO - FMS 01 E 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 01/2017

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA LEGISLATIVA N. 03/2017

PORTARIA LEGISLATIVA n. 03/2017

Nomeia Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, GILMAR KLAUS, no uso das atribuições legais e de conformidade com o que lhe faculta a Legislação em vigor e prerrogativas estabelecidas na Resolução n. 06/2015 (Regimento Interno):

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, Fernanda Rech – Franciane Baseggio - Rodrigo André Lunkes, para sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores de Guarujá do Sul, pelo período de 19 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, aos 19 dias do mês de janeiro de 2017.

Em sua 14ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa, 1º período, 54º ano de sua Instalação Legislativa.

Gilmar Klaus

Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Ilário Baumgardt

1ª Secretário

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 002/2016.

CONVÊNIO Nº 002/2016

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR E DA DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL.

Aos 29 dias do mês de novembro de 2016, o Município de Herval d'Oeste, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82939430/0001-38, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Nelson Guindani, residente e domiciliado em Herval d'Oeste-SC, portador da Carteira de identidade nº 1.511.562, SSP/SC e do CPF nº 501.589.459-72, e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bittencourt, nº 30, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.951.294/0001-00, doravante denominada SSP, representada por seu Secretário CÉSAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade nº 372.513, SSP/SC e do CPF nº 252.157.529-15, com interveniência da Polícia Militar do Estado, estabelecida a Rua Visconde de Ouro Preto, 549 - Centro — Florianópolis-SC, representado por seu Comandante Geral PAULO HENRIQUE HEMM, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade nº 787.166, expedida pela SSP/SC e do CPF nº 418.769.549-49, doravante denominada PMSC, com interveniência da Polícia Civil do Estado, estabelecida a Rua Felipe Schmidt, 755 - Centro — Florianópolis-SC, representado por seu Delegado Geral ARTUR NITZ, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade nº 875.552 SSP/SC e do CPF nº 391.139.499-34, doravante denominada PCSC, resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre o MUNICÍPIO e a SSP, para manutenção do sistema de videomonitoramento urbano composto de central de monitoramento com 09 (nove) câmeras de vídeo no Município de Herval d'Oeste.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, Lei Complementar nº 284 de 28 de fevereiro de 2005, na IN 14/12 TCE e no artigo 8º, item IX, da Constituição Estadual e na Lei Municipal nº 3.120 de 19 de novembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO e da SSP, vigentes em cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I. Responsabilizar-se pelos custos com manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos que fazem parte do sistema de videomonitoramento urbano do Município de Herval d'Oeste/SC;
II. Responsabilizar-se pelas futuras ampliações do número de pontos de videomonitoramento e pelos custos decorrentes da ampliação, incluindo a rede multimídia necessária;
III. Responsabilizar-se pela contratação e instalação de energia elétrica, junto a concessionária local, para alimentação dos pontos de videomonitoramento;

IV. Auxiliar no serviço de monitoramento das imagens, com disponibilização de operadores de CFTV na sala de videomonitoramento, de acordo com a disponibilidade de servidores.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SSP/PMSC

I. Responsabilizar-se pela contratação de rede multimídia, em fibra óptica, para transmissão das imagens do sistema de videomonitoramento urbano e pelos custos mensais decorrentes.

II. Responsabilizar-se pela operacionalização do sistema de videomonitoramento urbano e realizar o serviço de monitoramento das imagens diuturnamente com pessoal da Polícia Militar e nas delegacias de Polícia Civil de Santa Catarina.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre o Comando da Organização Policial Militar de Herval d'Oeste, em nome da SSP/PMSC e o Prefeito Municipal, em nome do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA DENÚNCIA

O MUNICÍPIO e a SSP/PMSC poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, se não for cumprida qualquer de suas Cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral do poder cedente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Os participantes elegem o Foro da Comarca de Herval d'Oeste, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam o presente Convênio com as testemunhas abaixo relacionadas.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CÉSAR AUGUSTO GRUBBA

Secretário de Estado da Segurança Pública

PAULO HENRIQUE HEMM

Comandante Geral da Polícia Militar

ARTUR NITZ

Delegado Geral da Polícia Civil

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO

Registro de preços para a eventual aquisição de anticoncepcionais para uso das ESF's e demais programas da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 08h30min do dia 30/01/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, e Lei Complementar nº. 147 de 07 de agosto de 2014.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,35 (vinte reais e trinta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 17 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 006/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TAIÓ
CNPJ/MF 04.415.095/0001-65
Empresa: ARG INDUSTRIAL LTDA - EPP
Endereço: ROD SC 302,1860
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 006/2017 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ARG INDUSTRIAL LTDA - EPP estabelecida na ROD SC 302,1860, Bairro Barragem Oeste, TAIÓ - SC, CNPJ nº 04.415.095/0001-65, doravante denominada CONTRATADA, resolve unilateralmente celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº 050/2014, que tem por objeto a execução

em regime de empreitada por preço unitário de empresa especializada para a Construção de Quadra Poliesportiva com vestiários padrão FNDE com 980,40 m² a ser instalada no Centro Municipal de Educação Pequeno Príncipe situado a Rua Senador Eusébio, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra, em decorrência do Processo Licitatório nº 039/2014, na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 009/2014, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo contratual bem como o prazo de execução da ordem de serviço nº 009/2014 até 31/06/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, § 1º inciso II e da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como parecer técnico da Secretaria de Planejamento e Coordenação.

Justifica-se o aditivo de prazo devido a pedido de alteração de projeto de ligação de esgoto e prevenção de incêndio junto ao Ministério da Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 050/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF: 162.730.799-00
Contratante

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Vera Lucia da Silva Bilibio CPF: 600.730.049-87
---	--

IPREVI/HO

EDITAL Nº 001/2017 - CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

– IPREVI-HO – EDITAL Nº 001/2017
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D'OESTE – IPREVI-HO, ATRAVÉS DE SUA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 179 DE 30.09.2005 E SUAS ALTERAÇÕES, NA RESOLUÇÃO Nº 004/2010 QUE APROVOU O REGULAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL E NA ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 137 DE 30.01.2014; CONVOCA, OS SERVIDORES EFETIVOS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, A PARTICIPAREM DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

DATA: 17.02.2017 – SEXTA-FEIRA

HORÁRIO: 16h00

LOCAL: CÂMARA DE VEREADORES

ENDEREÇO: RUA NEREU RAMOS, 389 – ANEXO AO PRÉDIO DA PREFEITURA DE HERVAL D'OESTE

- 1ª CONVOCAÇÃO – COM QUORUM DE 2/3 (DOIS TERÇOS) DOS SEGURADOS;

- 2ª CONVOCAÇÃO: 15 minutos após o cumprimento do horário da 1ª convocação – COM QUORUM DE METADE MAIS UM DOS SEGURADOS; e

- 3ª CONVOCAÇÃO E INÍCIO DA ASSEMBLEIA: 05 minutos decorrido o prazo da 2ª convocação –

COM QUORUM MÍNIMO DE 10 (DEZ) SEGURADOS.

*ORDEM DO DIA:

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA EXECUTIVA DO INSTITUTO NO EXERCÍCIO DE 2016, PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO PELOS SEGURADOS, SENDO:

- Relatório de Gestão;
- Balanco Geral;
- Demonstrativo das sobras apuradas e resultados dos cálculos atuariais;
- Plano das atividades do Instituto para o exercício de 2017.

2. APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS FINANCEIROS DO IPREVI-HO PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de janeiro de 2017.

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho de

Administração

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 03/2017

RESOLUÇÃO Nº 003/2017

“CONCEDE REAJUSTE ANUAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO POR MORTE, CONCEDIDOS NA FORMA DA LEI, COM E SEM PARIDADE, AOS BENEFÍCIOS MAJORADOS POR FORÇA DA ELEVAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E/OU EQUIVALENTES AO SALÁRIO MÍNIMO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto na Constituição Federal;

Considerando o disposto nos arts. 60 e 61 da Lei Complementar 179/2005 e suas alterações;

Considerando o disposto no art. 51, § 1º, da Lei Complementar 281/2011;

Considerando o disposto na Portaria do Ministério da Fazenda – MF nº 08 de 13/01/2017 – D.O.U. de 16/01/2017;

RESOLVEM:

Art. 1º - Reajustar os proventos de aposentadoria e pensão por morte, com e sem paridade, equivalentes ao piso salarial do Ente no mês de janeiro de 2017, no valor de R\$ 1.054,09 (Mil e cinquenta e quatro reais e nove centavos);

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução IPREVI-HO nº 004/2016.

Herval d' Oeste (SC), 17 de janeiro de 2017.
JAQUELINE RAZERA SILVANA LAZZARINI BULLA
Diretora Administrativa Presidente do Conselho de Administração

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 04/2017

RESOLUÇÃO Nº 004/2017

“CONCEDE REAJUSTE ANUAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO POR MORTE, CONCEDIDOS NA FORMA DA LEI, AOS BENEFÍCIOS SEM PARIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO,

no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 40 da Constituição Federal;

Considerando o disposto nos arts. 60 e 61 da Lei Complementar 179/2005 e suas alterações;

Considerando o disposto na Portaria do Ministério da Fazenda – MF nº 08 de 13/01/2017 – D.O.U. de 16/01/2017;

RESOLVEM:

Art. 1º Reajustar os proventos de aposentadoria e pensão por morte sem paridade no mês de janeiro de 2017, conforme índices distintos definidos pelo REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL na Portaria Ministerial do MF nº 08 de 13 de janeiro de 2017, o reajuste de 6,58% (seis inteiros e cinquenta e oito décimos por cento) para os benefícios concedidos até janeiro de 2016;

§ 1º Os benefícios a que se refere o caput, com data de início a partir de 1º de fevereiro de 2016 serão reajustados de acordo com os mesmos percentuais do Anexo I da referida portaria ministerial; abaixo definidos:

Data de Início do Benefício Reajuste (%)

Até janeiro de 2016 6,58

em fevereiro de 2016 4,99

em março de 2016 4,01

em abril de 2016 3,55

em maio de 2016 2,89

em junho de 2016 1,89

Data de Início do Benefício Reajuste (%)

em julho de 2016 1,42

em agosto de 2016 0,77

em setembro de 2016 0,46

em outubro de 2016 0,38

em novembro de 2016 0,21

em dezembro de 2016 0,14

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução IPREVI-HO nº 005/2016.

Herval d' Oeste (SC), 18 de janeiro de 2017.
JAQUELINE RAZERA SILVANA LAZZARINI BULLA
Diretora Administrativa Presidente do Conselho de Administração

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 05/2017

RESOLUÇÃO Nº 005/2017

“CONCEDE REAJUSTE ANUAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA COM PARIDADE E BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXÍLIO-DOENÇA, CONCEDIDOS NA FORMA DA LEI, AOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA CÂMARA DE VEREADORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 40 da Constituição Federal;

Considerando o disposto nos arts. 60 e 61 da Lei Complementar 179/2005 e suas alterações;

Considerando Resolução nº CM 0172/2017 de 16/01/2017;

RESOLVEM:

Art. 1º Reajustar os proventos de aposentadoria com paridade e benefício previdenciário de Auxílio-doença de servidor ativo, no mês de janeiro de 2017, conforme índice distinto definido pela Câmara de Vereadores de Herval d' Oeste na Resolução nº CM 0172 de 16 de janeiro de 2017, o reajuste de 7,19% (sete inteiros e dezenove décimos por cento);

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 18 de janeiro de 2017.

JAQUELINE RAZERA	SILVANA LAZZARINI BULLA
Diretora Administrativa	Presidente do Conselho de Administração

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2993/2017-RETIFICADO

DECRETO N.º 2993, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

“ESTABELECE VALOR DA UFM – UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, VII, da Lei Orgânica do Município c/c o disposto no art. 188 da Lei Complementar n.º 001/98, e

Considerando que a Taxa Referencial (TR) acumulada entre janeiro/2016 a dezembro/2016 atingiu o percentual de 2,0125%;

DECRETA:

Art. 1.º O valor da Unidade Fiscal do Município – UFM, prevista no art. 187 da LC n.º 001/98 – Código Tributário Municipal do Município, será de R\$ 189,85 (cento e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) para o exercício financeiro de 2017.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto n.º 2876, de 21 de dezembro de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 16 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

DL Nº 002/2017 - FMS

Município de Ibiam - FMS

Dispensa de Licitação Nº 0002/2017

O Município de Ibiam, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público a dispensa de licitação para serviços médicos.

Contratado: Yuhara e Dupczak Serviços Médicos e Diagnostico Ltda.

Valor: 64.200,00 (sessenta e quatro mil e duzentos reais)

Ibiam, 18 de janeiro de 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

DL Nº 003/2017 - PMI

Município de Ibiam - PMI

Dispensa de Licitação Nº 0003/2017

O Município de Ibiam, torna público a dispensa de licitação para locação de sistema escolar.

Contratado: Controller Tecnologia e Sistemas de Informação Ltda - EPP.

Valor: 4.845,17 (quatro mil oitocentos e cinco reais e dezessete centavos).

Ibiam, 18 de janeiro de 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 027/2017

PORTARIA Nº 027, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor ANTONIO ENORI GONÇALVES DA SILVA – AUXILIAR DE MECÂNICO - NÍVEL 2 – REFERÊNCIA D, para o mesmo cargo, NÍVEL 2 – REFERÊNCIA E, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo II – Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 028/2017

PORTARIA Nº 028, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor ANTONIO RECALCATTI – OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS - NÍVEL 2 – REFERÊNCIA D, para o mesmo cargo, NÍVEL 2 – REFERÊNCIA E, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo II – Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 029/2017

PORTARIA Nº 029, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor ARQUILINO ANTONIO DE MORAES – OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS - NÍVEL 2 – REFERÊNCIA C, para o mesmo cargo, NÍVEL 2 – REFERÊNCIA D, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo II – Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 030/2017

PORTARIA Nº 030, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal a servidora CLEIDE TERESINHA PEROSA – AUXILIAR ADMINISTRATIVO - NÍVEL 2 – REFERÊNCIA D, para o mesmo cargo, NÍVEL 2 – REFERÊNCIA E, de

conformidade com o Anexo 1 – Subanexo II – Serviços Administrativos, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 031/2017

PORTARIA Nº 031, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal a servidora DEISE SANTETTI SCORTEGAGNA – ENFERMEIRA - NÍVEL 11 – REFERÊNCIA C, para o mesmo cargo, NÍVEL 11 – REFERÊNCIA D, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo V – Serviços de Nível Superior, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 032/2017

PORTARIA Nº 032, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor DOMINGOS MACHADO DA SILVA – MOTORISTA - NÍVEL 2 – REFERÊNCIA D, para o mesmo cargo, NÍVEL 2 – REFERÊNCIA E, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo II – Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 033/2017

PORTARIA Nº 033, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor JOSÉ ROBERTO GONZATTO – TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NÍVEL 8 – REFERÊNCIA D, para o mesmo cargo, NÍVEL 8 – REFERÊNCIA E, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo IV – Serviços Técnicos, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 034/2017

PORTARIA Nº 034, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de

10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor JUAREZ SIQUEIRA – OPERADOR DE MÁQUINAS - NÍVEL 4 – REFERÊNCIA D, para o mesmo cargo, NÍVEL 4 – REFERÊNCIA E, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo II – Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 035/2017

PORTARIA Nº 035, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal a servidora KELLYN REGINA DE OLIVEIRA REINEHER – DENTISTA - NÍVEL 13 – REFERÊNCIA C, para o mesmo cargo, NÍVEL 13 – REFERÊNCIA D, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo V – Serviços de Nível Superior, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 036/2017

PORTARIA Nº 036, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor LUIZ ALVARO RAMOS – MOTORISTA - NÍVEL 2 – REFERÊNCIA D, para o mesmo cargo, NÍVEL 2 – REFERÊNCIA E, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo II – Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 037/2017

PORTARIA Nº 037, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor NILTON ANTONIO ROMANATTO – VIGIA - NÍVEL 1 – REFERÊNCIA D, para o mesmo cargo, NÍVEL 1 – REFERÊNCIA E, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo I – Serviços Gerais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 038/2017

PORTARIA Nº 038, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88

da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor ORTENILO TREVISOL – OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS - NÍVEL 2 – REFERÊNCIA D, para o mesmo cargo, NÍVEL 2 – REFERÊNCIA E, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo II – Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 039/2017

PORTARIA Nº 039, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10, da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor RODRIGO FELICETTI PEROSA – TÉCNICO EDUCACIONAL - NÍVEL 1 – REFERÊNCIA C, para o mesmo cargo, NÍVEL 1 – REFERÊNCIA D, de conformidade com o Anexo X, da Lei Complementar nº 003, de 09.01.2002.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 040/2017

PORTARIA Nº 040, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa

Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal a servidora ROSE MARI KOWALCZUK – TÉCNICA EM ENFERMAGEM - NÍVEL 5 – REFERÊNCIA C, para o mesmo cargo, NÍVEL 5 – REFERÊNCIA D, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo IV – Serviços Técnicos, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 041/2017

PORTARIA Nº 041, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor SÉRGIO MOREIRA – OPERADOR DE MÁQUINAS - NÍVEL 4 – REFERÊNCIA D, para o mesmo cargo, NÍVEL 4 – REFERÊNCIA E, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo II – Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 017, de 30.05.2008.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 042/2017

PORTARIA Nº 042, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor WILMAR SCUCIATO – MOTORISTA - NÍVEL 2 – REFERÊNCIA D, para o mesmo cargo, NÍVEL 2 – REFERÊNCIA E, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo II – Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 043/2017

PORTARIA Nº 043, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor ARNALDO LUIZ MICHELIZZI – OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS - NÍVEL 2 – REFERÊNCIA D, para o mesmo cargo, NÍVEL 2 – REFERÊNCIA E, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo II – Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 044/2017

PORTARIA Nº 044, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor CÉLIO LUCAS RAMOS – MÉDICO VETERINÁRIO - NÍVEL 11 – REFERÊNCIA B, para o mesmo cargo, NÍVEL 11 – REFERÊNCIA C, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo I – Serviços Gerais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 045/2017

PORTARIA Nº 045, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal a servidora DELCIA MARIA DOS SANTOS – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - NÍVEL 1 – REFERÊNCIA D, para o mesmo cargo, NÍVEL 1 – REFERÊNCIA E, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo I – Serviços Gerais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 046/2017

PORTARIA Nº 046, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor MARCOS ROBERTO BAZZEN – OPERADOR DE MÁQUINAS - NÍVEL 4 – REFERÊNCIA B, para o mesmo cargo, NÍVEL 4 – REFERÊNCIA C, de conformidade com o Anexo 1 – Subanexo II – Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 047/2017

PORTARIA Nº 047, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal a servidora SALETE MARIA DA SILVA ANDRIQUE – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - NÍVEL 1 – REFERÊNCIA D, para o mesmo cargo, NÍVEL 1 – REFERÊNCIA E, de conformidade com o Anexo 4 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 048/2017

PORTARIA Nº 048, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto n. 1.539, de 08 de dezembro de 2008, que regulamenta os artigos 18 a 22 da Lei Complementar n. 003, de 09.01.2002 e artigo 10 Lei n. 255, de 07.01.2004; tendo presente ainda as Avaliações de Desempenho realizadas pela Secretaria de Educação, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, nas quais a servidora avaliada logrou êxito; RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida progressão por desempenho à servidora Cácia Aparecida Gonzatto Araldi, passando da Referência C para a Referência D – Nível 5, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda**PORTARIA Nº 049/2017**

PORTARIA Nº 049, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto n. 1.539, de 08 de dezembro de 2008, que regulamenta os artigos 18 a 22 da Lei Complementar n. 003, de 09.01.2002 e artigo 10 Lei n. 255, de 07.01.2004; tendo presente ainda as Avaliações de Desempenho realizadas pela Secretaria de Educação, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, nas quais o servidor avaliado logrou êxito; RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida progressão por desempenho ao servidor Caio Murilo Tragancin Rinaldi, passando da Referência C para a Referência D – Nível 5, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda**PORTARIA Nº 050/2017**

PORTARIA Nº 050, 13 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos III, VII, IX e IX, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal; combinado com o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004; mais o contido no Decreto nº 1474, de 10 de Julho de 2006 e Decreto nº 1539, de 08 de Dezembro de 2006; considerando ainda as Avaliações de Desempenho realizadas pela Secretaria da Administração e da Fazenda, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, nas quais a servidora logrou êxito, RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida Progressão por Desempenho à servidora Carmelita Chiesa Tragancin, passando da Referência E - Nível 5 para a Referência A – Nível 6, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda**PORTARIA Nº 051/2017**

PORTARIA Nº 051, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto n. 1.539, de 08 de dezembro de 2008, que regulamenta os artigos 18 a 22 da Lei Complementar n. 003, de 09.01.2002 e artigo 10 Lei n. 255, de 07.01.2004; tendo presente ainda as Avaliações de Desempenho realizadas pela Secretaria de Educação, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, nas quais a servidora avaliada logrou êxito; RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida progressão por desempenho à servidora Catarina Maria Dallabrida Borsoi, passando da Referência C para a Referência D – Nível 5, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 052/2017

PORTARIA Nº 052, DE 13 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA SERVIDOR QUE
MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto n. 1.539, de 08 de dezembro de 2008, que regulamenta os artigos 18 a 22 da Lei Complementar n. 003, de 09.01.2002 e artigo 10 Lei n. 255, de 07.01.2004; tendo presente ainda as Avaliações de Desempenho realizadas pela Secretaria de Educação, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, nas quais a servidora avaliada logrou êxito; RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida progressão por desempenho à servidora Elaine Mariza Piovesan Zanin Cordeiro, passando da Referência C para a Referência D – Nível 5, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 053/2017

PORTARIA Nº 053, DE 13 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA SERVIDOR QUE
MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto n. 1.539, de 08 de dezembro de 2008, que regulamenta os artigos 18 a 22 da Lei Complementar n. 003, de 09.01.2002 e artigo 10 Lei n. 255, de 07.01.2004; tendo presente ainda as Avaliações de Desempenho realizadas pela Secretaria de Educação, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, nas quais a servidora avaliada logrou êxito; RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida progressão por desempenho à servidora Eliane Maria Piovesan Recalcatti, passando da Referência E – Nível 5 para a Referência A – Nível 6, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 054/2017

PORTARIA Nº 054, DE 13 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA SERVIDOR QUE
MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto n. 1.539, de 08 de dezembro de 2008, que regulamenta os artigos 18 a 22 da Lei Complementar n. 003, de 09.01.2002 e artigo 10 Lei n. 255, de 07.01.2004; tendo presente ainda as Avaliações de Desempenho realizadas pela Secretaria de Educação, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, nas quais a servidora avaliada logrou êxito; RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida progressão por desempenho à servidora Fátima Fontana Gonzatto, passando da Referência C para a Referência D – Nível 5, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 055/2017

PORTARIA Nº 055, DE 13 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA SERVIDOR QUE
MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto n. 1.539, de 08 de dezembro de 2008, que regulamenta os artigos 18 a 22 da Lei Complementar n. 003, de 09.01.2002 e artigo 10 Lei n. 255, de 07.01.2004; tendo presente ainda as Avaliações de Desempenho realizadas pela Secretaria de Educação, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, nas quais o servidor avaliado logrou êxito; RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida progressão por desempenho ao servidor Itamar Romanatto, passando da Referência C para a Referência D – Nível 5, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 056/2017

PORTARIA Nº 056, DE 13 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA SERVIDOR QUE
MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto n. 1.539, de 08 de dezembro de 2008, que regulamenta os artigos 18 a 22 da Lei Complementar n. 003, de 09.01.2002 e artigo 10 Lei n. 255, de 07.01.2004; tendo presente ainda as Avaliações de Desempenho realizadas pela Secretaria de Educação, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, nas quais a servidora avaliada logrou êxito; RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida progressão por desempenho à servidora Lorizete Teresinha Lutkemeier Gonzatto, passando da Referência C para a Referência D – Nível 5, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 057/2017

PORTARIA Nº 057, DE 13 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA SERVIDOR QUE
MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto n. 1.539, de 08 de dezembro de 2008, que regulamenta os artigos 18 a 22 da Lei Complementar n. 003, de 09.01.2002 e artigo 10 Lei n. 255, de 07.01.2004; tendo presente ainda as Avaliações de Desempenho realizadas pela Secretaria de Educação, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, nas quais a servidora avaliada logrou êxito; RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida progressão por desempenho à servidora Lucena Teresinha Panceri Vieceli, passando da Referência C para a Referência D – Nível 5, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 058/2017

PORTARIA Nº 058, DE 13 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA SERVIDOR QUE
MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto n. 1.539, de 08 de dezembro de 2008, que regulamenta os artigos 18 a 22 da Lei Complementar n. 003, de 09.01.2002 e artigo 10 Lei n. 255, de 07.01.2004; tendo presente ainda as Avaliações de Desempenho realizadas pela Secretaria de Educação, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, nas quais a servidora avaliada logrou êxito; RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida progressão por desempenho à servidora Lucila Dalmolin Ciarnoschi, passando da Referência C para a Referência D – Nível 5, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 059/2017

PORTARIA Nº 059, DE 13 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA SERVIDOR QUE
MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto n. 1.539, de 08 de dezembro de 2008, que regulamenta os artigos 18 a 22 da Lei Complementar n. 003, de 09.01.2002 e artigo 10 Lei n. 255, de 07.01.2004; tendo presente ainda as Avaliações de Desempenho realizadas pela Secretaria de Educação, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, nas quais a servidora avaliada logrou êxito; RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida progressão por desempenho à servidora Mônica Tragancin Holleweiger, passando da Referência C para a Referência D – Nível 5, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 060/2017

PORTARIA Nº 060, DE 13 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA SERVIDOR QUE
MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto n. 1.539, de 08 de dezembro de 2008, que regulamenta os artigos 18 a 22 da Lei Complementar n. 003, de 09.01.2002 e artigo 10 Lei n. 255, de 07.01.2004; tendo presente ainda as Avaliações de Desempenho realizadas pela Secretaria de Educação, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, nas quais a servidora avaliada logrou êxito; RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida progressão por desempenho à servidora Odete Gonçalves Walter Wille, passando da Referência C para a Referência D – Nível 5, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 061/2017

PORTARIA Nº 061, DE 13 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA SERVIDOR QUE
MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto n. 1.539, de 08 de dezembro de 2008, que regulamenta os artigos 18 a 22 da Lei Complementar n. 003, de 09.01.2002 e artigo 10 Lei n. 255, de 07.01.2004; tendo presente ainda as Avaliações de Desempenho realizadas pela Secretaria de Educação, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, nas quais a servidora avaliada logrou êxito; RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida progressão por desempenho à servidora Sandra Regina Boesing, passando da Referência C para a Referência D – Nível 5, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 062/2017

PORTARIA Nº 062, DE 13 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA SERVIDOR QUE
MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto n. 1.539, de 08 de dezembro de 2008, que regulamenta os artigos 18 a 22 da Lei Complementar n. 003, de 09.01.2002 e artigo 10 Lei n. 255, de 07.01.2004; tendo presente ainda as Avaliações de Desempenho realizadas pela Secretaria de Educação, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, nas quais a servidora avaliada logrou êxito; RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida progressão por desempenho à servidora Sandra Trevisol, passando da Referência C para a Referência D – Nível 5, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 063/2017

PORTARIA Nº 063, DE 13 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA SERVIDOR QUE
MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Decreto n. 1.539, de 08 de dezembro de 2008, que regulamenta os artigos 18 a 22 da Lei Complementar n. 003, de 09.01.2002 e artigo 10 Lei n. 255, de 07.01.2004; tendo presente ainda as Avaliações de Desempenho realizadas pela Secretaria de Educação, relativas aos anos de 2012, 2013 e 2014, nas quais a servidora avaliada logrou êxito; RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida progressão por desempenho à servidora Waldecira Aparecida Tragancin de Oliveira, passando da Referência C para a Referência D – Nível 5, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 4/2017 AQUISIÇÃO DE 01 (HUM) TRATOR AGRÍCOLA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2017

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017

O Município de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.448/0001-30, com sede na rua D. Pedro II, 133, centro, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. Gianfranco Volpato através da Secretaria Municipal de Fomento Agropecuário de Ibicaré, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pelo Decreto n. 01, de 02 de janeiro de 2017, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº. 5/2017, na Modalidade Pregão Presencial nº. 04/2017, do tipo menor preço UNITÁRIO, sob regime de entrega imediato, cujo setor interessado é a Secretaria de Fomento Agropecuário, conforme dispõe a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n 008, de 13 de março de 2006 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº. 01 contendo as propostas de preços e de nº. 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Dom Pedro II – 133, Centro - Ibicaré - SC, CEP 89.640-000, até às 15:00 horas do dia 31 de janeiro de 2017 iniciando-se a Sessão Pública às 15:00 horas do mesmo dia, local e horário.

OBJETO: Aquisição de 01 (Hum) Trator Agrícola para o incremento da Secretaria de Fomento Agropecuário através do Convênio nº 840191/2016 com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Contrato de Repasse nº 1.036.154-33/2016, bem como com recursos próprios, para o exercício de 2017.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: empenho@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 18 de janeiro de 2017

Gianfranco Volpato

Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

ATA DE REVOGAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2016

Ilhota, 17/01/2017.

ATA DE JULGAMENTO.

Concorrência Pública Nº 02/2016

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA DO MUNICÍPIO, EM CONSONÂNCIA COM AS PRESCRIÇÕES ESPECIFICADAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

À vista das análises feitas referente ao processo de CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2016 e respaldado no parecer da procuradoria municipal, opina este Pregoeiro pelo deferimento, no sentido de REVOGAR a presente licitação conforme conveniência e oportunidade, em conformidade com o art.49 da lei 8666/93.

Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro declarou encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente Decisão, que vai assinada por ele.

Diogo Werner
Pregoeiro

ATA DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 29/2016

Ilhota, 17/01/2017.

ATA DE JULGAMENTO.

Pregão Nº 29/2016

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PES-
SOA JURÍDICA, ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
LIMPEZA COM CAMINHÃO DE HIDROJATO/ HIDROVÁCUO, BEM
COMO A RESPONSABILIDADE DO DESTINO DOS DEJETOS.

À vista das análises feitas referente ao processo do PREGÃO 29/2016 e respaldado no parecer da procuradoria municipal, opina este Pregoeiro pelo deferimento no sentido de REVOGAR a presente licitação conforme conveniência e oportunidade, em conformidade com o art. 9 da lei 10520/2002 c/c art.49 da lei 8666/93.

Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro declarou encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente Decisão, que vai assinada por ele.

Diogo Werner
Pregoeiro

DECRETO Nº 13

DECRETO Nº 13, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

"Cria a Comissão de Sindicância Administrativa, nomeia seus membros e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XXVI do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, considerando o disposto no Memorando nº 04/2017 da Secretaria de Obras e Transportes acerca da situação física das máquinas e veículos pertencentes ao

patrimônio do Município e, ainda, considerando o interesse público, acerca da prestação dos serviços de transporte escolar e dos pacientes que necessitam do deslocamento para tratamento de saúde, decreta:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Sindicância Administrativa para apurar e avaliar a situação física do patrimônio municipal, especificamente no que tange as máquinas e veículos pertencentes ao Município de Ilhota, além das eventuais responsabilidades acerca do perecimento dos bens e possível omissão na manutenção dos mesmos.

Parágrafo único. A mesma comissão ficará responsável por analisar a execução do Contrato nº 064/2016 que dispõe sobre os serviços de manutenção dos veículos do Município de Ilhota, a fim de verificar eventual irregularidade na execução do mesmo.

Art. 2º A Comissão ora criada será composta pelos seguintes membros:

- I – Presidente: Viland Bork – Secretário de Obras e Transportes;
- II - Secretário: Luís Fernando Melcher e Maba – Procuradoria Geral;
- III - Membro: Charles Evair Vieira – Secretaria de Educação;
- IV - Membro: Antônio Schmitz – Coordenador da Defesa Civil;
- V - Membro: Jefferson Rodrigo Kalinowski – Diretor de Departamento;
- VI – Membro: Almir Anibal de Souza – Secretaria de Administração;
- VII – Juarez Antônio da Cunha – Secretaria de Saúde.

Art. 3º A Comissão desempenhará a seguintes funções:

- I – realizar o levantamento das máquinas e veículos pertencentes ao patrimônio do Município com os quantitativos e especificações, bem como o estado de conservação;
- II – apurar eventual prejuízo por conta da depreciação dos veículos e máquinas pela ausência de manutenção;
- III – verificar a necessidade de reforma dos veículos e máquinas promovendo a cotação de preços através de no mínimo 3 (três) orçamentos;
- IV – analisar diante do estado de conservação, a existência de veículos ou máquinas inservíveis para a reforma, a fim de proceder a referida baixa;
- V – avaliar o cumprimento do contrato nº 064/2016, a fim de verificar eventuais irregularidades na sua execução;
- VI - elaborar o relatório final dos trabalhos emitindo parecer fundamentado acerca da situação das máquinas e veículos pertencentes ao patrimônio do Município, bem como acerca do Contrato nº 064/2016;

Art. 4º Esta Comissão Municipal exercerá suas atividades sem ônus aos cofres públicos do Município e deverá encerrar seus trabalhos no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Ilhota (SC), 11 de janeiro de 2017.

ÉRICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Protocolo de Chamada de Candidato Aprovado em Concurso Público

Ilhota (SC), 18 de Janeiro de 2017.

[illegible]

MINUTA DOS CONTRATOS DE JANEIRO DE 2017.

Objeto do Contrato: LOCAÇÃO DO SISTEMA LEGISLADOR

Objeto do Contrato: LOCAÇÃO DE PREDIO PARA FUNCIONAMENTO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ILHOTA

PORTARIA 02/2017

	Câmara Municipal de Ilhota Estado de Santa Catarina Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41 Fone / Fax: (047) 3343-1182 Email: camara@ilhota.sc.gov.br	
--	--	--

PORTARIA Nº 02/2017

“CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

FRANCISCO DOMINGOS, Presidente da Câmara Municipal do Município de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, relativo ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014 e período de gozo de férias de 13/01/2017 a 11/02/2017, ao servidor JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA, lotado nesta Casa de Leis, no cargo de Contador.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Ilhota, 13 de janeiro de 2017.

Francisco Domingos

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Imarui

PREFEITURA

001 - JUACI DO AMARAL - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 001/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Secretário de Planejamento e Gestão

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

JUACI DO AMARAL com CPF 712.246.109-20 para exercer o cargo de Secretário de Planejamento e Gestão, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

ROMOALDO RAIMUNDO

Responsável pela Secretaria de Administração e Finanças

002 - VANDERLEI CUNHA - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 002/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Secretário de Governo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

VANDERLEI CUNHA com CPF 404.660.430-15 para exercer o cargo de Secretário de Governo, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

003 - AMARILDO DA SILVA - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 003/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Secretário de Desenvolvimento Rural e Pecuária

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

AMARILDO DA SILVA com CPF 812.291.949-91 para exercer o cargo de Secretário de Desenvolvimento Rural e Pecuária, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

004 - ANA PAULA - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 004/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Secretária de Promoção Social

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

ANA PAULA FELIPE CANDEMIL com CPF 066.196.439-65 para exercer o cargo de Secretária de Promoção Social, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

005 - DILSON MENDES - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 005/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Secretário de Transportes, Obras e Serviços Públicos

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

DILSON MENDES com CPF 915.476.959-00 para exercer o cargo de Secretário de Transportes, Obras e Serviços Públicos, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

006 - GEAZI ALDRIGHI GALARZ - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 006/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Secretária de Saúde

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:
GEAZI ALDRIGHI GALARZ com CPF 809.553.710-15 para exercer o cargo de Secretária de Saúde, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

007 - DEIVID MONTEIRO TORQUATO - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 007/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Secretário de Educação, Cultura, Desporto e Juventude

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:
DEIVID MONTEIRO TORQUATO com CPF 031.811.489-54 para exercer o cargo de Secretário de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

008 - TCHALLES CORREA - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 008/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Procurador Jurídico do Município

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº

1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:
TCHALLES CORREA LINO com CPF 853.737.109-20 para exercer o cargo de Procurador Jurídico do Município, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

009 - PATRICIO ANGELO - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 009/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Chefe de Auditoria e Controle Interno

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:
PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR com CPF 786.219.170-68 para exercer o cargo de Chefe de Auditoria e Controle Interno, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

010 - MEIRISAINÉ FERNANDES - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 010/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Chefe de Contabilidade

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:
MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES com CPF 048.120.359-10 para exercer o cargo de Chefe de Contabilidade, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

011 - DEBORA GARCIA - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 011/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Tesoureiro

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

DEBORA GARCIA HERMESMEYER com CPF 060.710.459-75 para exercer o cargo de Tesoureiro, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

012 - ROMOALDO RAIMUNDO - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 012/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Coordenador de Administração e Finanças

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

ROMOALDO RAIMUNDO com CPF 290.438.919-91 para exercer o cargo de Coordenador de Administração e Finanças, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

013 - ROMOALDO RAIMUNDO - RESP SEC ADMIN

PORTARIA GP Nº 013/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Servidor Municipal para exercer a função de responsável pela Secretaria de Administração e Finanças

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

DESIGNAR:

ROMOALDO RAIMUNDO com CPF 290.438.919-91, para exercer a função de responsável pela Secretaria de Administração e Finanças.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

014 - HELTON LAURINDO - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 014/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Coordenador de Tributos

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

HELTON LAURINDO EVANGELISTA com CPF 063.019.029-12 para exercer o cargo de Coordenador de Tributos, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

015 - AMANDA MONTEIRO - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 015/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Diretor Financeiro

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

AMANDA NUNES MONTEIRO VIEIRA com CPF 086.144.399-38 para exercer o cargo de Diretor Financeiro, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

016 - ANDRESSA DOS PASSOS - REV LICENÇA

PORTARIA GP Nº 016/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP nº 120/2015, que concede Licença sem Vencimentos a funcionária ANDRESSA DA SILVA PASSOS SOBIECZIAK, ocupante do cargo de Recepcionista.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

017 - EDSON SANTO DE SOUZA - EXONERAÇÃO

PORTARIA GP Nº 017/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração do cargo de Diretor Geral - Região Sul

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

EDSON SANTO DE SOUZA do cargo de Diretor Geral - Região Sul, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

018 - GABRIELA - REVOGAÇÃO JUNTA

PORTARIA GP Nº 018/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 748/2016, da funcionária GABRIELA MARTINS GUTERRO como Secretária da Junta Militar.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

019 - ELIANE DOSSANTOS TORQUARO - EXONERAÇÃO

PORTARIA GP Nº 019/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração do cargo de Diretor de Saúde

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

ELIANE DOS SANTOS TORQUATO do cargo de Diretor de Saúde, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

020 - EMERSON CANDIDO DUARTE - EXONERAÇÃO

PORTARIA GP Nº 020/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

EMERSON DUARTE CANDIDO do cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

021 - EMERSON MANOEL ANACLETO - EXONERAÇÃO

PORTARIA GP Nº 021/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração do cargo de Diretor de Promoção Social

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

EMERSON MANOEL ANACLETO do cargo de Diretor de Promoção Social, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

022 - GABRIELA MARTINS GUTERRO - EXONERAÇÃO

PORTARIA GP Nº 022/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

GABRIELA MARTINS GUTERRO do cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

023 - GILEARD DE SOUZA PAIXÃO - EXONERAÇÃO

PORTARIA GP Nº 023/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

GILEARD DE SOUZA DA PAIXAO do cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

024 - JOAO LUIZ DE LUNA - EXONERAÇÃO

PORTARIA GP Nº 024/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração do cargo de Diretor Geral

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

JOAO LUIZ DE LUNA CARDOSO do cargo de Diretor Geral, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

025 - JULIANO IZIDORO VELHO - EXONERAÇÃO

PORTARIA GP Nº 025/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração do cargo de Coordenador de Defesa Civil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

JULIANO IZIDORO VELHO do cargo de Coordenador de Defesa Civil, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

026 - KAROLINE RODRIGUES DA ROSA - EXONERAÇÃO

PORTARIA GP Nº 026/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

KAROLINE RODRIGUES DA ROSA do cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

027 - OTACILIO MARQUES - EXONERAÇÃO
PORTARIA GP Nº 027/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

OTACILIO MARQUES do cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

028 - PATRICIA EVILASIO NUNES - EXONERAÇÃO
PORTARIA GP Nº 028/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

PATRICIA EVILASIO NUNES do cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

029 - VERONICE RIOS BAHIA - EXONERAÇÃO
PORTARIA GP Nº 029/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei

Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

VERONICE RIOS BAHIA do cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

030 - VANIO JOSE MARTINS - EXONERAÇÃO
PORTARIA GP Nº 030/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração do cargo de Coordenador de Patrimônio

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

VANIO JOSE MARTINS do cargo de Coordenador de Patrimônio Público, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

031 - JULIANO IZIDORO VELHO - REVOGAÇÃO
PORTARIA GP Nº 031/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 114/2016, do funcionário JULIANO IZIDORO VELHO com a função de responsável pelo Gabinete do Prefeito.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

032 - JULIANO IZIDORO VELHO - REVOGAÇÃO

PORTARIA GP Nº 032/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 746/2016, do funcionário JULIANO IZIDORO VELHO com a função de responsável pelos Serviços de Manutenção de Iluminação Pública.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

033 - JULIANO IZIDORO VELHO - REVOGAÇÃO

PORTARIA GP Nº 033/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 747/2016, do funcionário JULIANO IZIDORO VELHO com a função de responsável pela Auditoria e Controle Interno.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

034 - HALINE MENDONÇA - REVOGAÇÃO

PORTARIA GP Nº 034/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 267/2016, da funcionária HALINE DE MENDONCA JACQUES DIAS para atuar no Setor de Licitações e Contratos.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

035 - HALINE MENDONÇA - REVOGAÇÃO

PORTARIA GP Nº 035/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 551/2016, da funcionária HALINE DE MENDONCA JACQUES DIAS com a função de responsável por análise de Licenciamentos Ambientais - FUNDEMA.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

036 - HALINE MENDONÇA - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 036/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Coordenadora de Planejamento e Gestão

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

HALINE DE MENDONCA JACQUES DIAS com CPF 022.385.579-03 para exercer o cargo de Coordenadora de Planejamento e Gestão, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

037 - CLESIO LUIZ DA SILVA - REVOGAÇÃO

PORTARIA GP Nº 037/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 309/2015, do funcionário CLESIO LUIZ DA SILVA para atuar na comissão permanente de processo administrativo.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

038 - JOSE DOMINGOS JUNIOR - REVOGAÇÃO

PORTARIA GP Nº 038/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 328/2014, do funcionário JOSÉ DOMINGOS JÚNIOR para atuar no Setor de Licitações e Contratos.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

039 - MARIA ALBERTINA SOARES - REVOGAÇÃO

PORTARIA GP Nº 039/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 455/2015, da funcionária MARIA ALBERTINA SOARES para atuar como responsável pelo agendamento das consultas do NASF.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

040 - CLEBER DA SILVA ROSA - REVOGAÇÃO

PORTARIA GP Nº 040/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 560/2016, do funcionário CLEBER DA SILVA ROSA para atuar como responsável pelos serviços de lubrificação dos equipamentos da Secretaria de Transportes, Obras e serviços Públicos.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

041 - GUIOMAR JOAO GONÇALVES - REVOGAÇÃO

PORTARIA GP Nº 041/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 243/2013, do funcionário GUIOMAR JOÃO GONÇALVES para atuar como responsável pelo Posto de Saúde de Recanto das Flores.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

042 - SHERONH KEILY PEREIRA - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 042/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Assessor de Comunicação Social

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

SHERONH KEILY PEREIRA DE ANDRADE com CPF 083.273.759-38 para exercer o cargo de Assessor de Comunicação Social, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

043 - WYLSON MATOS - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 043/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Assessor Especial

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:
WYLSON MATOS OLIVEIRA com CPF 027.790.349-12 para exercer o cargo de Assessor Especial, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

044 - FLORIANO VIEIRA - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 044/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:
FLORIANO VIEIRA com CPF 052.962.819-85 para exercer o cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

045 - GUILHERME HOEPRS - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 045/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

GUILHERME HOEPRS ESPINDOLA com CPF 003.824.379-26 para exercer o cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

046 - ROMARIO BARRETO - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 046/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:
ROMARIO BARRETO com CPF 072.156.639-14 para exercer o cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

048 - HENRIQUE JUNIOR - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 048/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Chefe de Oficina

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

HENRIQUE JOSÉ JEREMIAS JÚNIOR com CPF 004.670.879-03 para exercer o cargo de Chefe de Oficina, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

049 - ALESSANDRO RESENDE - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 049/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Diretor Geral Região Norte

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

ALESSANDRO RESENDE com CPF 054.277.399-63 para exercer o cargo de Diretor Geral – Região Norte, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

050 - DJALMA MARTINS - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 050/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Coordenador de Agricultura

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

DJALMA HENRIQUE MARTINS com CPF 019.008.799-48 para exercer o cargo de Coordenador de Agricultura, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

051 - TAILANA DOS SANTOS - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 051/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

TAILANA DOS SANTOS DEMÉTRIO com CPF 098.043.709-13 para exercer o cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

052 - ESTER RODRIGUES - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 052/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Diretor de Informática

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

ESTER RODRIGUES MADALENA com CPF 070.240.419-51 para exercer o cargo de Diretor de Informática, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

053 - ALEXANDRA DE OLIVEIRA - EXONERAÇÃO

PORTARIA GP Nº 053/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração do cargo de Professor de Ciências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

ALEXANDRA DE OLIVEIRA JERÔNIMO do cargo de Professor de Ciências, com carga horária de 20 horas semanais, do Quadro Geral de Pessoal do Município, de acordo com a Comunicação Interna nº 010/2017 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 02 de Janeiro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

054 - POLLIANA MARTINS - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 054/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Coordenador de Esportes

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

POLLIANA DE SOUSA MARTINS com CPF 047.984.839-40 para exercer o cargo de Coordenador de Esportes, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

055 - MONICA FLORIANO - EXON ENFERMEIRO

PORTARIA GP Nº 055/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração do Cargo de Enfermeiro - ESF

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

MONICA FLORIANO CARDOSO LUIZ do cargo de Enfermeiro – ESF, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

056 - DESIGNA ANDRESSA E FRANCIELLY CTPS

PORTARIA GP Nº 056/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Servidores Municipais Para Exercer a Função de Atendente de CTPS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

DESIGNAR:

Os servidores municipais ANDRESSA DA SILVA PASSOS SOBIECZIAK e FRANCIELLY DE SOUSA para exercer a função de atendente de Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

057 - DARLAN DOS PASSOS - REVOGAÇÃO

PORTARIA GP Nº 057/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 494/2013, do funcionário DARLAN DOS PASSOS para atuar na Elaboração de Processos Licitatórios.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

058 - DARLAN DOS PASSOS - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 058/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Coordenador de Compras e Cotação de Preços

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

DARLAN DOS PASSOS com CPF 059.185.839-80 para exercer o cargo de Coordenador de Compra e Cotação de Preços, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/01/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

059 - DANIEL CRESCENCIO - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 059/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Coordenador de Recursos humanos e Materiais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

DANIEL CRESCÊNCIO com CPF 048.220.979-86 para exercer o cargo de Coordenador de Recursos humanos e Materiais, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de janeiro de 2017.

RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 03/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

060 - SAMUEL DA SILVA ROSA - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 060/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Coordenador de Recursos humanos e Materiais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

SAMUEL DA SILVA ROSA com CPF 060.674.729-02 para exercer o cargo de Coordenador de Recursos humanos e Materiais, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 03/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

061 - FERNANDA FERNANDES - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 061/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Diretor de Saúde

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

FERNANDA FERNANDES DE SOUSA com CPF 096.334.339-40 para exercer o cargo de Diretor de Saúde, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 03/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

062 - MONICA FLORIANO - NOMEAÇÃO ESF

PORTARIA GP Nº 062/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Enfermeiro - ESF

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº

1930 de 27 de abril de 2016, resolve:

NOMEAR:

MONICA FLORIANO CARDOSO LUIZ com CPF 008.669.379-43 para exercer o cargo de Enfermeiro - ESF, do Quadro Geral de Pessoal do Município, de acordo com a CI nº 007/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Imaruí, 03 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 03/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

063 - JOSIAS SERAFIM - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 063/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Coordenador de Patrimônio Público

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

JOSIAS SERAFIM DE MATOS com CPF 082.751.779-36 para exercer o cargo de Coordenador de Patrimônio Público, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 03/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

065 - JOSÉ HERMOGENES - EXON FALECIMENTO

PORTARIA GP Nº 065/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração de Funcionário Público Municipal

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

JOSÉ HERMOGENES DOMINGOS do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, decorrente de falecimento, conforme certidão nº 107284 01 55 2017 4 00025 239 0005268 82, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 04 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 04/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

066 - MARIA ALINE - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 066/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Conselheiro Tutelar

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 018/2013, resolve:

NOMEAR:

MARIA ALINE DE JESUS TARTARI com CPF 073.393.779-99 para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 09 de janeiro de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 09/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

067 - JOICE BITTENCOURT - NOMEAÇÃO

PORTARIA GP Nº 067/2017 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

JOICE BITTENCOURT FELIPE com CPF 103.548.559-13 para exercer o cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 10 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 10/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

068 - SABRINA TORQUATO - NOMEAÇÃO PROFESSOR

PORTARIA GP Nº 068/2017 DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor – Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.920/2016 de 22 de Fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR:

SABRINA TORQUATO MENDES com CPF 087.620.639-95 para exercer o cargo de Professor – Educação Infantil, com carga horaria de 40 horas semanais, com regência de classe para o E.E.F.M. Larice Cavalcante Caldas, conforme a Comunicação Interna nº 010/2017

da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 12 de Janeiro de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 12/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

069 - MANOEL HORACIO - EXONERAÇÃO

PORTARIA GP Nº 069/2017, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Exoneração do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com R. decisão c concedida no Processo nº 0000640-58.2009.8.24.0029, (029.09.000640-0) Ação Civil Pública sobre anulação do Concurso Público de 2009, resolve:

EXONERAR:

MANOEL HORÁCIO MARQUES do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 12 de janeiro de 2017.
RUI JOSE CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 12/01/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 83/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 83, de 16 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a Demissão de Assistente Social - CREAS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 11 de janeiro de 2016, através da PORTARIA PMI/GGP Nº 08, de 11 de janeiro de 2016, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Laisa Bitencourt da Rosa	Assistente Social - CREAS	085.610.169-90	10/01/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 16 de janeiro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 84/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 84, de 17 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Cuidadora/Educadora Residente, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Daniela dos Santos Demétrio	Cuidadora/Educadora Residente	095.594.109-11	18/01/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de janeiro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 85/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 85, de 18 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Fiscal de Transporte, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88, ainda, considerando a decisão judicial exarada nos Autos nº 0000314-56.2013.8.24.0030/02,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2007, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Sandro Marques Bernardino	Fiscal de Transporte	754.778.310-49	23/01/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de janeiro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 86/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 86, de 18 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a revogação a pedido da PORTARIA PMI/SEAGP nº 43, de 09 de janeiro de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei nº 2.904, de 25 de maio de 2006 c/c LC nº 4.369, de 25 de março de 2014, ainda, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, Resolução TJ/SC nº 24/2016, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a pedido, a PORTARIA PMI/SEAGP nº 43, de 09 de janeiro de 2017, que nomeou a Sra. VERA LÚCIA DE CARVALHO BARJO-NA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 052.784.009-27, para exercer o cargo de Conciliadora-Chefe junto ao Juízo da Comarca de Imbituba, no âmbito do Programa do Executivo fiscal, vinculado a Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 01/2017**

Ato da Presidência nº 01/17

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 143 do Regimento Interno e a ELOM nº 003, de 29 de junho de 2004, divulga o CALENDÁRIO DE SESSÕES ORDINÁRIAS DE 2017, referente à 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizarem-se às 19:30h, na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Imbituba, situada na Rua Ernani Cotrin, nº 555, nas datas a seguir especificadas:

CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS – 2017 (1º Semestre)				
Fevereiro				
Nº DE ORDEM				
Anual	Mensal	Dia	Semana	Local
1ª	1ª	06	Segunda-feira	Sede
2ª	2ª	13	Segunda-feira	Sede
3ª	3ª	20	Segunda-feira	Sede
4ª	4ª	23	Quinta-feira	Sede
Março				
5ª	1ª	06	Segunda-feira	Sede
6ª	2ª	13	Segunda-feira	Sede
7ª	3ª	20	Segunda-feira	Sede
8ª	4ª	27	Segunda-feira	Sede
Abril				
9ª	1ª	03	Segunda-feira	Sede
10ª	2ª	10	Segunda-feira	Sede
11ª	3ª	17	Segunda-feira	Sede
12ª	4ª	24	Segunda-feira	Sede
Maio				
13ª	1ª	08	Segunda-feira	Sede
14ª	2ª	15	Segunda-feira	Sede
15ª	3ª	22	Segunda-feira	Sede
16ª	4ª	29	Segunda-feira	Sede
Junho				
17ª	1ª	05	Segunda-feira	Sede
18ª	2ª	12	Segunda-feira	Sede
19ª	3ª	19	Segunda-feira	Sede
20ª	4ª	26	Segunda-feira	Sede
Julho				
21ª	1ª	03	Segunda-feira	Sede
22ª	2ª	06	Quinta-feira	Sede
23ª	3ª	10	Segunda-feira	Sede
24ª	4ª	13	Quinta-feira	Sede
CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS – 2017 (2º Semestre)				
Agosto				
Nº DE ORDEM				
Anual	Mensal	DIA	Semana	
25ª	1ª	07	Segunda-feira	Sede
26ª	2ª	14	Segunda-feira	Sede
27ª	3ª	21	Segunda-feira	Sede
28ª	4ª	28	Segunda-feira	Sede
Setembro				
29ª	1ª	04	Segunda-feira	Sede
30ª	2ª	11	Segunda-feira	Sede
31ª	3ª	18	Segunda-feira	Sede
32ª	4ª	25	Segunda-feira	Sede
Outubro				
33ª	1ª	02	Segunda-feira	Sede
34ª	2ª	09	Segunda-feira	Sede
35ª	3ª	16	Segunda-feira	Sede
36ª	4ª	23	Segunda-feira	Sede
Novembro				
37ª	1ª	06	Segunda-feira	Sede

38ª	2ª	13	Segunda-feira	Sede
39ª	3ª	20	Segunda-feira	Sede
40ª	4ª	27	Segunda-feira	Sede
Dezembro				
41ª	1ª	04	Segunda-feira	Sede
42ª	2ª	11	Segunda-feira	Sede
43ª	3ª	18	Segunda-feira	Sede
44ª	4ª	21	Quinta-feira	Sede

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 03 de Janeiro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo

Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 06/01/2016 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 128/17

. DECRETO Nº 128/17

. De 18 de janeiro de 2017

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PMI/ EXERCÍCIO ANTERIOR

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

ENTIDADE	Nº EMPENHO	ESPÉCIE	CREDOR	VALOR EMPENHADO	VALOR A CANCELAR	MOTIVO
MUNICÍPIO DE INDAIAL	6386/2016	ORDINÁRIO	COMPUTIM COMERCIAL LTDA EPP	R\$ 30,00	R\$ 30,00	DUPLICIDADE COM O EMPENHO 6308/2016, ORA JÁ PAGO

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua reinscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

IRONE ALDO MAURISENZ

Secretário de Administração e Finanças

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 012/2015

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 012/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETÁRIO DE SAÚDE - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua Dos Atiradores, nº 141, Apto 604, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.398.513/0001-53, com sede na Rua Bernardo Dornbusch, nº 589, sala 01, bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Almir Daufenbach, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 637.139.509/20 e Cédula de Identidade nº 1.896.738-8, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a cláusulas oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a locação de impressoras multifuncionais, conforme quantitativos e especificações, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato é de 03 de janeiro de 2017 até 03 de janeiro de 2018, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (vias) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 02 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Andre Luiz Moser Contratante	REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA - EPP Almir Daufenbach Contratada
GABINETE DO PREFEITO Manoel Felipe Boaventura Chefe de Gabinete	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS IroneAldo Maurisenz Secretário Municipal
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Ozinil Martins de Souza Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Ivo Odorizzi Secretário Municipal
SECRETARIA DE OBRAS Lindomar Lindner Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Isold Thurow Secretário Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Fabiano dos Santos Secretário Municipal	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Katuscia Simone Harbs Secretária Municipal
SECRETÁRIO DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretário Municipal	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Elaine Cristina Theilacker Diretora Executiva
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Marcio Moises Selhorst Diretor Executivo	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL Fabiano dos Santos

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Rodrigo Koenig França
OAB/SC nº 47.689

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 011/2015

TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 011/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua Dos Atiradores, nº 141, Apto 604, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, COLOR – BLACK RECICLAGEM DE

CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.018.430/0001-05, com sede na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Rafael Busarello, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 049.802.169-60 e Cédula de Identidade nº 5.053.008, com endereço na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1., quarta, itens 4.1. e 4.1.1.2., do contrato original, que tem como objeto a locação de impressoras multifuncionais, conforme quantitativos e especificações, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, locação de impressoras multifuncionais, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	EQUIP.	FRANQUIA/ CÓPIAS	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT. EM (R\$)	VALOR TOTAL EM (R\$)
LOTE 01					
01	23	69.000	Impressora multifuncional, com tecnologia de impressão laser monocromática, Modelo I.	0,043	2.945,99
02	57	114.000	Impressora multifuncional, com tecnologia de impressão laser monocromática, Modelo II.	0,043	4.867,29
03	31	49.600	Impressora, com tecnologia de impressão laser monocromática, Modelo III.	0,043	2.117,70

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor mensal da franquia do presente contrato é de R\$9.930,98 (nove mil, novecentos e trinta reais e noventa e oito centavos).

4.1.1. Da franquia:

4.1.1.1. Item 01 – valor mensal de R\$ 2.945,99 (dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos), perfazendo valor anual de R\$ 35.351,88 (trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos).

4.1.1.2. Item 02 – valor mensal de R\$ 4.867,29 (quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e vinte e nove centavos), perfazendo valor anual de R\$ 58.407,48 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e sete reais e quarenta e oito centavos).

4.1.1.3. Item 03 – valor mensal de R\$ 2.117,70 (dois mil, cento e dezessete reais e setenta centavos), perfazendo valor anual de R\$ 25.412,40 (vinte e cinco mil, quatrocentos e doze reais e quarenta centavos).

4.1.2. Valor da cópia excedente:

4.1.2.1. Item 01 – valor unitário de R\$ 0,043 (quatro centavos e três milésimos de real).

4.1.2.2. Item 02 – valor unitário de R\$ 0,043 (quatro centavos e três milésimos de real).

4.1.2.3. Item 03 – valor unitário de R\$ 0,043 (quatro centavos e três milésimos de real).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 02 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Andre Luiz Moser Contratante	COLOR – BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA – ME Rafael Busarello Contratada
GABINETE DO PREFEITO Manoel Felipe Boaventura Chefe de Gabinete	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Irone Aldo Maurisenz Secretário Municipal
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Ozinil Martins de Souza Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Ivo Odorizzi Secretário Municipal
SECRETARIA DE OBRAS Lindomar Lindner Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Isold Thurow Secretário Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Fabiano dos Santos Secretário Municipal	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Katuscia Simone Harbs Secretário Municipal
SECRETÁRIO DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretário Municipal	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Elaine Cristine Theilacker Diretora Executiva
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Márcio Moises Selhorst Diretor Executivo	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL Fabiano dos Santos

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Rodrigo koenig França
OAB/SC 47.689

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 16/2017

Portaria Nº 16/17

Nomeia Assessor de Gabinete / RAFAEL NAGEL

Osvaldo Metzner, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, baseado no inciso VII, do artigo 50, da Lei Orgânica do Município, inciso VII, do artigo 21, do Regimento Interno, Lei Complementar 167/2015, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, a partir de 16 de janeiro de 2017, para o cargo em Comissão de Assessor de Gabinete, símbolo CC6 - AG, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, o senhor RAFAEL NAGEL – CPF: 070.673.709-14, com os vencimentos atinentes ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 16 de Janeiro de 2017.

Osvaldo Metzner	
Presidente da Mesa	
Jonas Luiz de Lima	Antonio Carlos Fink

Vice-Presidente	1º Secretário
Diego Pandini	
2º Secretário	

PROCESSO LICITATÓRIO 001/2017 - TERMO DE DISPENSA 001/2017

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE

Câmara Municipal de Indaial

SECRETARIA REQUISITANTE

Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial

Processo Licitatório: 001/2017

Objeto: Fornecimento de Combustíveis

PROCESSO LICITATÓRIO 001/2017

TERMO DE DISPENSA 001/2017

DATA DE EMISSÃO: 17/01/2017

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93;

OBJETO:

Fornecimento de combustíveis (gasolina comum, aditivada e etanol) para o(s) veículo(s) da Câmara Municipal de Indaial.

UNIDADE REQUISITANTE:

Câmara Municipal de Indaial.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Dúvidas ou Informações serão esclarecidas na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial, nos horários: das 08h30 às 20h30, ou através do Telefone: (47) 33806900; ou através do e-mail: secretaria@camaraindaial.sc.gov.br.

O Edital na íntegra poderá ser adquirido no mesmo local e horário, ou através do site: www.camaraindaial.sc.gov.br.

Osvaldo Metzner

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 17 de janeiro de 2017.

Iomerê

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR

Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra. SUELI DAIANE ARNHOLD, para o cargo de Professor Ed. Infantil e Séries Iniciais – 40hs e que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
- i)Avaliação Cardiológica;
- j)Avaliação Neurológica;
- l)RX Tórax;
- k)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- m) Hemograma;
- n)VDRL;
- o)ABO RH;
- p)Glicemia
- q)Ex. Quat. Urina
- r)EPF;
- s)Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 18 de janeiro de 2017

Luciano Paganini
Prefeito Municipal

sem fins lucrativos, com sede na Rua São Luiz, s/n, no Centro de Iomerê- SC, registrada em 22/10/2015, sob o CNPJ de nº 23.518.916/0001-33, sob o nome empresarial de CORAL SÃO LUIZ DE IOMERÊ- SC.

Artigo 2º A entidade a que se refere o artigo primeiro fica habilitada à obtenção dos direitos e vantagens assegurados as entidades de utilidade pública pela legislação pertinente.

Artigo 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões

Câmara Municipal de Iomerê – SC,17 de janeiro de 2017.

MARCIO SANTINI

Presidente

LEI 841/2017

LEI Nº 841 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

“Declara de utilidade Pública a Associação mantenedora do Coral São Luiz de Iomerê – SC.

MARCIO SANTINI, Presidente da Câmara Municipal de Iomerê, SC, no uso de suas atribuições legais, especialmente nos termos do artigo 237, §7º, do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que a Câmara Municipal por seus representantes, aprovou o Projeto de Lei de nº 01/2016, o Prefeito Municipal vetou totalmente a respectiva proposição de Lei nº 01/2016, o Plenário da Câmara Municipal rejeitou o veto, a referida proposição foi novamente encaminhada ao Prefeito Municipal, que manteve o veto, e assim, eu, Presidente da Câmara Municipal promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica declarada de utilidade Pública a Associação mantenedora do Coral São Luiz de Iomerê – SC, associação privada,

Ipuacú

PREFEITURA

1 ADTO CT FMS 04.2016 HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS 04 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

Objeto: Ampliação de prazo em mais três meses ao contrato original.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 30/03/2017

CONTRATADO: HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA

CNPJ n.º 83.077.396/0001-00

1 ADTO CT PREF 24.2016 CLEBER TADEU BRIDI -ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO PREF 24 DE 22 DE MARÇO DE 2016

Objeto: Ampliação de prazo em mais cinquenta e oito dias.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 28/02/2017

Empresa: CLEBER TADEU BRIDI -ME

CNPJ n. 15.864.350/0001-73

1 ADTO CT PREF 04.2016 SELVINO ANTONIO MOTTIN

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO PREF n.º 04 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

Objeto: Ampliação de prazo em mais um mês.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 31/01/2017

LOCADOR: SELVINO ANTONIO MOTTIN

CPF 052.378.409-06,

1 ADTO CT PREF 25.2016 ESSENCIAL PRODUTOS OK

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO PREF 25 DE 22 DE MARÇO DE 2016

Objeto: Ampliação de prazo em mais cinquenta e oito dias.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 28/02/2017

Empresa: ESSENCIAL PRODUTOS PARA HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME

CNPJ n. 10.807.466/0001-57

1 ADTO CT PREF 21.2016 POSTO IPUAÇU LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N. 21 DE 22 DE MARÇO DE 2016

Objeto: Ampliação de prazo em mais quinze dias ao contrato original.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 15/01/2017

CONTRATADO: POSTO IPUAÇU LTDA

CNPJ nº 83.430.900/0001-04

1 ADTO CT PREF 26.2016 SIPROLIMP – SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO PREF 26 DE 22 DE MARÇO DE 2016

Objeto: Ampliação de prazo em mais cinquenta e oito dias.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 28/02/2017

Empresa: SIPROLIMP – SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

CNPJ n. 05.340.608/0001-89

1 ADTO CT PREF 22.2016 NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO PREF 22 DE 22 DE MARÇO DE 2016

Objeto: Ampliação de prazo em mais cinquenta e oito dias.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 28/02/2017

Empresa: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

CNPJ n. 07.814.016/0001-87

1 ADTO CT PREF 27.2016 MULTI AÇÃO PRODUTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO PREF 27 DE 22 DE MARÇO DE 2016

Objeto: Ampliação de prazo em mais cinquenta e oito dias.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 28/02/2017

Empresa: MULTI AÇÃO PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA

CNPJ n. 73.244.337/0001-18

1 ADTO CT PREF 23.2016 AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO PREF 23 DE 22 DE MARÇO DE 2016

Objeto: Ampliação de prazo em mais cinquenta e oito dias.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 28/02/2017

Empresa: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

CNPJ n. 05.919.156/0001-94

1 ADTO CT PREF 55.2016 P4 NET PROVEDORES LTDA-ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO PREF n. 55 DE 11 DE MAIO DE 2016

Objeto: Ampliação de prazo em mais dois meses.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 01/03/2017

Empresa: P4 NET PROVEDORES LTDA-ME

CNPJ n. 09.612.828/0001-75

1 ADTO CT PREF 57.2016 POSTO IPUAÇU LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N. 57 DE 16 DE MAIO DE 2016.

Objeto: Ampliação de prazo em mais quinze dias ao contrato original.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 15/01/2017

CONTRATADO: POSTO IPUAÇU LTDA

CNPJ nº 83.430.900/0001-04

2 ADTO CT PREF 38.15 FAEF SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 038 DE 01 DE JULHO DE 2015

Objeto: Ampliação de prazo e reequilíbrio econômico financeiro.

Valor: 4.632,00

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 30/12/2017

Empresa: FAEF SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

CNPJ 07.753.029/0001-93

1 ADTO CT PREF 58.2016 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS M & F LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N. 58 DE 16 DE MAIO DE 2016.

Objeto: Ampliação de prazo em mais quinze dias ao contrato original.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 15/01/2017

CONTRATADO: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS M & F LTDA

CNPJ nº 24.264.718/0001-53

2 ADTO CT PREF 52.2015 LIDIANE PAULA MICK - ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 052 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

Objeto: Ampliação de prazo em mais trinta dias.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 31/01/2017

Empresa: LIDIANE PAULA MICK - ME

CNPJ 20.929.122/0001-74

1 ADTO CT PREF 59.2016 JV EQUIPAMENTOS E INTERNET LTDA ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO PREF n. 59 DE 23 DE MAIO DE 2016

Objeto: Ampliação de prazo em mais três meses.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 31/03/2017

Empresa: JV EQUIPAMENTOS E INTERNET LTDA ME

CNPJ n. 04.762.975/0001-08

3 ADTO CT PREF 46.2014 VITORIANO VARGAS NETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO PREF n.º 46 DE 04 DE JUNHO DE 2014.

Objeto: Ampliação de prazo em mais um mês.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 31/01/2017

Empresa: VITORIANO VARGAS NETO

CPF nº 250.920.659-15

1 ADTO CT PREF 64.2016 JANAINA ZUANAZZI 0773183920 MEI

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N. 64 DE 10 DE JUNHO DE 2016

Objeto: Ampliação de prazo em trinta dias.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 31/01/2017

Empresa: JANAINA ZUANAZZI 0773183920 MEI

CNPJ n. 20.681.122/0001-06

4 ADTO CT FMS 04.2013 ANGELA GUERRA DIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE QUARTO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 02 DE 10 DE JANEIRO 2013.

Objeto: Ampliação de prazo em mais doze meses ao contrato original.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 30/12/2017

CONTRATADO: ANGELA GUERRA DIAS

CPF nº 690.826.770-91

2 ADTO CT FMS 08.2016 REUNIDAS TURISMO S.A

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS n.08 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Objeto: Ampliação de prazo em mais doze meses ao contrato original.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 30/12/2017

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S/A

CNPJ sob Nº 04.176.082/0001-80

6 ADTO CT PREF 90.2013 GTB EMPREENDIMENTOS S.A

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE SEXTO ADITIVO AO CONTRATO PREF nº 090 DE 13 DE SETEMBRO DE 2013.

Objeto: altera cláusulas quarta e sexta do contrato pref. nº 090 de 13 de setembro de 2013, e concede direitos para início de obras sobre o terreno doado com encargos pela municipalidade a donatária.

Data/Aditivo: 30/12/2016 Vigência: 30/06/2017

CONTRATADO: GTB EMPREENDIMENTOS S.A

CNPJ SOB N.º 18.229.784/0001-90

Processo Licitatório PREF n. 033/2013

Concorrência Pública PREF n. 03/2013

7 ADTO CT PREF 48.2014 OESTE SUL ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU –SC.

EXTRATO DE SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº.
48 DE 20 DE JUNHO DE 2014

Objeto: Ampliação de prazo em seis meses.

Data/Aditivo: 19/12/2016 Vigência: 19/06/017.

Empresa: OESTE SUL ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME

CNPJ 08.587.146/0001-97

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº.054/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.
REINTEGRA A SERVIDORA MIRELE ANDREIA FRIGERI NO QUADRO DE PESSOAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

R E I N T E G R A

MIRELE ANDREIA FRIGERI, cadastro nº. 2015-0, brasileira, separada, portadora da Carteira de Identidade sob o nº. 3.958.178 e CPF sob o nº.048.400.019-52, Servidora Pública Municipal, no exercício do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor na data de 17 de Janeiro de 2016.

Ipumirim - SC, 17 de Janeiro de 2017.
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 055/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo nº.0048/2016Simplificado .

CONTRATA

MAIARA BEDIN, sob a Matrícula 2589-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5565284 e do CPF 096.264.599-05, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 17/01/2017 a 22/12/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17/01/2017.

Ipumirim - SC, 17 de janeiro de 2017.
Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 056/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo, Edital nº. 048/2016.

CONTRATA

ADRIANE MARISA WILLE, sob a Matrícula 2590-9, com domicílio na Cidade e Município de Arbutã, Carteira de Identidade nº. 5.398.378 e do CPF 092.498.479-12, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 17/01/2017 a 22/12/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17/01/2017.

Ipumirim - SC, 17 de janeiro de 2017.
Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 057/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo Edital nº. 048/2016.

CONTRATA

NAIZA ELIZETE HAEFLIGER, sob a Matrícula 2591-7, com domicílio na Cidade e Município de Arbutã, Carteira de Identidade nº. 5.705.743 e do CPF 098.180.349-02, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei

Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 17/01/2017 a 22/12/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17/01/2017.

Ipumirim - SC, 17 de janeiro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 058/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo, Edital nº.048/2016 .

CONTRATA

ANDREIA FUHR, sob a Matrícula 2592-5, com domicílio na Cidade e Município de Concórdia, Carteira de Identidade nº. 5238142 e do CPF 079.908.149-35, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 17/01/2017 a 22/12/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17/01/2017.

Ipumirim - SC, 17 de janeiro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 059/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo, Edital nº. 048/2017.

CONTRATA

DANIELI FLORINDA VORTMANN, sob a Matrícula 2593-3, com domicílio na Cidade e Município de Arbutã, Carteira de Identidade

nº. 5.611.944 e do CPF 087.245.729-00, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 17/01/2017 a 22/12/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17/01/2017.

Ipumirim - SC, 17 de janeiro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 060/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo, Edital nº. 048/2017.

CONTRATA

EDIANE CARLA HOFFMANN, sob a Matrícula 2594-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4134365 e do CPF 063.697.599-10, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 17/01/2017 a 22/12/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17/01/2017.

Ipumirim - SC, 17 de janeiro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 061/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que

dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo, Edital nº.048/2017.

CONTRATA

SILVIA REGINA ZANLUCHI, sob a Matrícula 2595-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2694516 e do CPF 798.514.449-87, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 17/01/2017 a 22/12/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17/01/2017.

Ipumirim - SC, 17 de janeiro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 062/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

ROSELENE CARLA HOFFMANN KOCH, sob a Matrícula 2596-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.815.074-3 e do CPF 035.025.349-85, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 17/01/2017 a 22/12/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17/01/2017.

Ipumirim - SC, 17 de janeiro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 063/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que

Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo, Edital nº. 048/2017.

CONTRATA

LIZIANE SCHAEFER, sob a Matrícula 2597-6, com domicílio na Cidade e Município de , Carteira de Identidade nº. 3958172 e do CPF 043.076.999-71, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 17/01/2017 a 22/12/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17/01/2017.

Ipumirim - SC, 17 de janeiro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 064/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo, Edital nº. 048/2017.

CONTRATA

TAINARA SCHIMMEILPFENNIG, sob a Matrícula 2598-4, com domicílio na Cidade e Município de Arbutã, Carteira de Identidade nº. 5.705.724 e do CPF 088.494.779-37, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 17/01/2017 a 22/12/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17/01/2017.

Ipumirim - SC, 17 de janeiro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 065/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim, e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo, Edital nº. 048/2017.

CONTRATA

JOSIELI CHIAVAGATTI HABOSKI, sob a Matrícula 2599-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4584220 e do CPF 080.729.489-62, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NÍVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 17/01/2017 a 22/12/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17/01/2017.

Ipumirim - SC, 17 de janeiro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 066/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim, e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo, Edital 048/2017.

CONTRATA

ANA PAULA GRAVE, sob a Matrícula 2600-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5705561 e do CPF 101.518.049-31, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NÍVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: , para o período de 17 de Janeiro de 2017 até a volta da titular Dirlei Piscinini que esta em licença.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17 de Janeiro de 2017.

Ipumirim - SC, 17 de janeiro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº.067/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A FABIANA PALUDO matrícula 1971, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 16/01/2017 a 04/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17/01/2017

Ipumirim - SC, 17 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº.068/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

ALAN DE SOUZA PINTO matrícula 1105, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 16/01/2017 a 04/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17/01/2017

Ipumirim - SC, 17 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2017

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 08 de fevereiro de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Por Item, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando a "REFORMA DA EDIFICAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOSSA SENHORA APARECIDA, SITUADO NA AVENIDA 22 DE JULHO, CENTRO DO

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 18 de janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO Nº001/2017

Câmara Municipal de Irineópolis Rua Guanabara, 288, Fone/Fax – (47) 3625-1260 / 3625-1619 e-mail: cmirineopolis@yahoo.com.br site: www.camaradeirineopolis.com.br 89440-000 - IRINEÓPOLIS - SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 001/2017

Contrato para realização de Teste Seletivo, celebrado entre A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E A EMPRESA RIOS E RIOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.

A Câmara Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº. 83.529.958/0001-00, com sede administrativa estabelecida na Rua Guanabara, 288, em Irineópolis-SC, neste ato representado pelo Presidente Senhor Sérgio Roberto Binder, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Rios e Rios Serviços Administrativos Ltda-ME, Pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº13.728.294/0001-14, com sede a Rua 12 de setembro, nº. 992, Ap 203, centro, na cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada pelo Senhor Luiz Cesar Batista – Sócio Gerente, portador do CPF nº.459.864.019-72, RG nº1.331.772-SC, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas, definidora dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Este contrato tem por objeto a prestação de serviços, no qual a Contratada se compromete a realizar teste seletivo destinado ao provimento de vagas para cargos disponíveis de Agente Administrativo e Auxiliar de Serviços Gerais, a serem admitidos em caráter temporário, onde a mesma será responsável pela elaboração do edital e correção das provas, divulgação do gabarito e resultado final, análise e resposta dos eventuais recursos, bem como todos os demais atos necessários a completa realização do teste seletivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - BASE LEGAL DO CONTRATO

O presente instrumento contratual é realizado com dispensa de licitação por tratar-se de contratação de pequeno valor (abaixo de R\$ 8.000,00), regendo-se pelas disposições expressas no art.24 II, Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de Direito Público aplicando os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora descrito, a empresa RIOS & RIOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, cobrará o valor de R\$ 1.750,00 (Um mil setecentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA QUARTA - REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma direta a Contratada não poderá sub empreitar os serviços a ela adjudicados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Todos os materiais e serviços a serem empregados na execução do objeto deverão ser fornecidos pela empresa Contratada, bem como todo o custo de aquisição serão encargos da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo máximo para a execução completa do contrato será de no máximo 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado mediante a formulação de cláusula aditiva neste Instrumento de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços executados será de competência e responsabilidade da Municipalidade, através do Departamento de Recursos Humanos e Comissão Especial designada para este fim, a quem caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos do referido contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com os artigos 77 a 80 da lei nº8. 666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência deste Contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 120(cento e vinte) após a assinatura do presente Contrato.

CLÁUSULA DECIMA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

A Câmara de Vereadores por seu responsável fornecerá informações úteis e necessárias a perfeita execução do objeto deste contrato, bem como, efetuarão o respeito pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO– A Contratada assumirá responsabilidade pela execução e eficiência dos serviços que efetuará, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causando a esta Municipalidade ou a terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO– A Contratada se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização do objeto, que serão feitas por comissão designada por esta Casa Legislativa, fornecendo as informações e demais elemento necessários.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A Contratada assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do objeto.

PARÁGRAFO QUARTO – A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

PARÁGRAFO QUINTO– A contratada deverá cumprir no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em partes a si próprio ou quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE, poderá, garantir a previa defesa, aplicara á CONTRATADA, as sanções prevista nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10%(dez por cento) sobre o valor total das inscrições.

PARÁGRAFO PRIMEIRO– Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

- a) Cinco décimos por cento (0,5%) do valor das inscrições por dia, caso ultrapasse o prazo de início,
- b) Cinco décimo por cento (0,5%) do valor das inscrições por dia que exceda o prazo contratual, sem justificativa aceita por esta Municipalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO– As multas prevista nas letras “a” e “b” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO** são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO– A multa definida na letra “a” do **PARÁGRAFO** será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devida e a multa da letra “b” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO** será descontada da última parcela ou das cauções retidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A Contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, á autoridade superior aquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n.8.666 de 21 de julho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numero em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pelos preceitos de Direito público, aplicando supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições Direito Privado.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de Protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documento ou cartas.

CLÁUSULA DECIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos á luz da Lei nº 8.666/93 e suas

alterações, e dos Princípios Gerais Direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pela CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto União – SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízos do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com relação introduzida pela Emenda Constitucional n.19/98. E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06(seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis-(SC), 06 de janeiro de 2017.

Câmara Municipal de Irineópolis Rios & Rios Serviços Administrativos Ltda

Sérgio Roberto Binder Luiz Cesar Batista

Contratante Contratada

{0}

{2}

Testemunhas:

ALCIONE ADAMI
CPF: 41872410944

LUIS ALFREDO B .GLINSKI
CPF: 04308835950

CONTRATO Nº002/2017

	<p>Câmara Municipal de Irineópolis Rua Guanabara, 288, Fone/Fax – (47) 3625-1260 / 3625-1619 e-mail: cmirineopolis@yahoo.com.br site: www.camara-deirineopolis.com.br 89440-000 - IRINEÓPOLIS - SANTA CATARINA</p>
--	--

CONTRATO Nº002/2017

CONTRATO PARTICULAR DE direito DE USO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DOS SISTEMAS LEGISLADOR

Pelo presente instrumento particular de contrato, acordam entre si os signatários abaixo, como forma de regulamentar o direito de uso dos sistemas, manutenção e suporte dos mesmos, segundo as cláusulas constantes deste contrato.

CLIENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE Irineópolis

rua guanabara, Nº 288

89440-000 IRINEÓPOLIS — SC

CGC Nº 83.529.958/0001-00

PRODUTOR: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

RUA XV DE NOVEMBRO, 1.480 — CENTRO

89.010-002 BLUMENAU — SC

CGC N.º 00.685.840/0001-35

SISTEMAS: LEGISLADOR e LEGISLADOR WEB

CLÁUSULA PRIMEIRA — OBJETO DO CONTRATO

O objetivo do presente instrumento é :

a –Direito de uso mensal;

b - A manutenção; e

c - O suporte

dos Sistemas acima, de propriedade da empresa figurada como produtor.

1º O direito para uso intransferível e não exclusivo dos sistemas, sendo o Legislador instalado em equipamentos compatíveis com IBM-PC, instalados na sede do CLIENTE e o Legislador WEB, tendo hospedado o respectivo Banco de Dados no provedor do PRODUTOR.

2º A manutenção dos programas é de responsabilidade do PRODUTOR.

3º O suporte será dado pelo PRODUTOR e compreende elucidações, orientações e demonstrações dos sistemas por telefone, pela Internet, assistência remota (via Internet), correio ou na dependência do CLIENTE, sempre que tal auxílio ocorra logo após a venda. Depois, as solicitações atendidas serão enquadradas num dos tipos de atendimento previstos na CLÁUSULA TERCEIRA e respectivos parágrafos.

4º O CLIENTE se compromete a manter de forma segura a(s) cópia(s) do Sistema Legislador ora concedido(s), impedindo seu uso, divulgação, revelação, exploração ou reprodução sob qualquer forma ou modo, por terceiros. Compromete-se ainda, a não reproduzir, por qualquer meio, total ou parcialmente, cópia do(s) Manual(ais) ou do(s) disco(s) dos Sistemas.

5º O CLIENTE terá acesso as informações Legislador Web, através de chamada direta (Link) no próprio site da Câmara e/ou através da Home-Page . Estas informações podem ser atualizadas através da

	Câmara Municipal de Irineópolis Rua Guanabara, 288, Fone/Fax – (47) 3625-1260 / 3625-1619 e-mail: cmirineopolis@yahoo.com.br site: www.camara-deirineopolis.com.br 89440-000 - IRINEÓPOLIS - SANTA CATARINA
--	--

exportação das Leis Municipais, Proposições, Projetos e respectivos trâmites, material da Imprensa, Atas e Material do Expediente contidas no sistema Legislador.

6º Os Softwares objeto deste Contrato permanecem de propriedade exclusiva do PRODUTOR. O que se negocia é tão somente cópia dos mesmos na forma de direito de uso de software. Assim sendo, o PRODUTOR reserva-se o direito de negociar, desta ou de outra maneira, outras cópias do referido software com outras Câmaras Municipais.

7º O PRODUTOR garante que os discos com o Sistema e o Manual não apresentam defeitos e estão de acordo com as condições propostas.

8º Os softwares objeto deste contrato não infringem e não violam nenhuma patente, direitos autorais, segredo comercial ou quaisquer outros direitos de terceiros. No evento de qualquer reclamação contra o CLIENTE , este notificará o PRODUTOR, que responsabilizar-se-á pela competente defesa.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA MANUTENÇÃO E SUPORTE

A manutenção e suporte são dados normalmente pelo PRODUTOR. Este atendimento implica numa gama de garantias e segurança que são especificadas:

1ª É dado ao CLIENTE garantia de funcionamento dos sistemas, corrigindo-se qualquer falha que o produto venha a apresentar,

inclusive de substituição por cópia corrigida.

2ª O PRODUTOR assume o compromisso de manter funcionando plenamente os sistemas supra descrito e de corrigir falhas ou erros decorrentes de programas no prazo máximo de quinze dias úteis a partir da notificação do CLIENTE.

3ª Nos casos em que se comprove danos aos sistemas, em programas ou base de dados, decorrentes de falhas de operação, de não cumprimento a orientações feitas por escrito pelo PRODUTOR ou defeitos apresentados pelo HARDWARE do CLIENTE, reserva-se o PRODUTOR o direito de estender o prazo aludido no 2ª, de acordo com a dimensão do problema e, de substituir os programas mediante ressarcimento dos custos necessários para corrigir tais danos.

4ª As visitas de manutenção e/ou suporte feitas, serão registradas na Ficha de Atendimento Técnico, emitida pelo PRODUTOR, para caracterizar as anomalias apontadas e as respectivas correções. Quando for o caso de atendimento especial, serão registradas as horas de atendimento para apuração mensal para efeito de cobrança suplementar, acrescido dos impostos cabíveis.

a- As despesas decorrentes de viagens e estadias, quando do deslocamento do técnico do PRODUTOR , correrão por conta e risco do CLIENTE, somente nos casos de Atendimento Especial .

5ª O defeito encontrado pelo CLIENTE deverá ser reproduzido perante o PRODUTOR, bem como anotadas, devidamente, as mensagens emitidas pelo sistema, em equipamento equivalente aquele para o

	Câmara Municipal de Irineópolis Rua Guanabara, 288, Fone/Fax – (47) 3625-1260 / 3625-1619 e-mail: cmirineopolis@yahoo.com.br site: www.camara-deirineopolis.com.br 89440-000 - IRINEÓPOLIS - SANTA CATARINA
--	--

qual o sistema foi contratado . No caso de o CLIENTE não conseguir reproduzir o defeito, ainda assim será computado o tempo de acordo com o estabelecido na CLÁUSULA 3ª 1º/2º.

6ª Se novos operadores forem contratados pelo Cliente, treinamentos deverão ser dados para o bom uso dos sistemas.

7ª As eventuais alterações solicitadas pelo CLIENTE, com exceção das mudanças legais ou genéricas — serão objetivos de acertos financeiros à parte e, a critério das partes, anexadas ao presente Acordo, através de aditivos.

8ª As novas versões, liberadas pelo PRODUTOR, serão colocadas à disposição do cliente, sem ônus adicional. Ficará a critério das partes a necessidade ou não do PRODUTOR ir a presença do CLIENTE para este fim, cobrando ou não pelas horas despendidas.

9ª Para que o atendimento do PRODUTOR possa processar-se com presteza e eficiência, o cliente compromete-se a colocar à disposição o equipamento, os programas e os arquivos de dados envolvidos. Compromete-se o PRODUTOR a manter sigilo sobre a base de dados do Cliente.

CLÁUSULA TERCEIRA — TIPOS DE ATENDIMENTO

Sempre que for necessária a presença do assistente do PRODUTOR, é recomendável que a chamada seja feita por fax ou telefone, onde o problema seja exposto, bem como o horário de disponibilidade do equipamento. O tempo mínimo a ser considerado para o

suporte, quando feito nas dependências do cliente é de 1 hora. O atendimento, para que se possa enquadrar ao contrato de suporte/manutenção, obedecerá aos seguintes critérios:

1º ATENDIMENTO CONTRATUAL — é aquele contemplado por este Contrato, abrangendo:

a- Esclarecimento de todas as dúvidas sobre os Sistemas surgidas pelo operador sobre o funcionamento dos Sistemas, através de qualquer meio de telecomunicação.

b- Manutenção aos trabalhos realizados na sede do PRODUTOR que se fizerem necessários ao desenvolvimento e ao bom funcionamento dos Sistemas, como acertos na base de dados, etc., excluindo todo e qualquer treinamento e/ou capacitação técnica de pessoal que tenha caráter específico.

c- Falhas durante o processamento com mensagens emitidas sem que possa o Usuário resolver por si, por falta de elementos.

d- Deficiências do operador por ausência de orientação quando da implantação dos Sistemas.

e- Outras ocorrências em que se comprove a impossibilidade de o Operador em resolver a pendência sozinho, sem o auxílio do Suporte, em decorrência de deficiências dos Sistemas, do Manual ou do Help constante no Sistema.

2º ATENDIMENTO ESPECIAL — é o atendimento prestado nas seguintes condições:

a- Dar apoio ao operador por desconhecimento do sistema operacional ou Windows.

b- Consultoria aos serviços, prestados na sede do CLIENTE ou por ASSISTÊNCIA remota (via Internet), como suporte técnico por deficiência ou falta de condições do Operador pela ausência de treinamento do mesmo por parte do CLIENTE, treinamento após o período de implantação, aperfeiçoamento e/ou capacitação técnica de pessoal que tenha caráter específico, suporte e instalação do sistema em novas estações.

	<p>Câmara Municipal de Irineópolis Rua Guanabara, 288, Fone/Fax – (47) 3625-1260 / 3625-1619 e-mail: cmirineopolis@yahoo.com.br site: www.camara-deirineopolis.com.br 89440-000 - IRINEÓPOLIS - SANTA CATARINA</p>
--	--

c- Outros tipos de atendimento em que se configure que não há falha de programa ou deficiência do Manual ou do Help constante dos Sistemas.

d- Tais atendimentos serão faturados ao CLIENTE, com base em hora/homem, conforme especificado na Cláusula Quarta 1ª, item 'b' e será computado, para apuração do número de horas de atendimento, da seguinte forma:

d.1- Número de horas necessárias para solução do problema.

d.2- Para os serviços prestados na sede do CLIENTE, o tempo que for necessário ao assistente técnico do PRODUTOR aguardar, para eventual liberação de equipamento, no caso de este não estar disponível quando de sua chegada, será agregado ao número de horas de atendimento.

CLÁUSULA QUARTA — CONDIÇÕES COMERCIAIS

As condições de comercialização, faturamento e cobrança, regem-se pelas normas abaixo:

1ª O VALOR e a FORMA do DIREITO de USO MENSAL, da MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE, será cobrado pelo PRODUTOR nas seguintes bases:

a- Pelos serviços prestados dentro das atividades contratuais previstas na CLÁUSULA SEGUNDA 8ª e CLÁUSULA TERCEIRA 1º do contrato:

a.1- para o Sistema Legislador, o valor mensal líquido de R\$ 398,50 (Trezentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos)

a.2- para o Sistema Legislador WEB,, o valor mensal de R\$ 188,50 (Cento e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), com o Banco de Dados até 500 MB. Excedendo este tamanho será acrescido ao valor mensal R\$ 10,00 (Dez reais) a cada 100 MB.

b- Pelo atendimento que contiver atividades extraordinárias, será cobrado o número de horas especificados na FAT — Ficha de Atendimento Técnico — à base de R\$ 140,00 (Cento e quarenta reais) a hora.

c- O faturamento do Direito de Uso, Manutenção, Atualização e Suporte contratual, terá vencimento no dia 30 do mês da prestação de serviços. O faturamento do valor supracitado dar-se-á a partir de janeiro/2017. O faturamento baseado na FAT (Ficha de Atendimento Técnico) será de acordo com o mês de ocorrência.

d- O atraso no pagamento de qualquer encargo do CLIENTE para com o PRODUTOR, dará a este o direito de suspender o fornecimento das senhas que liberam o uso mensal dos softwares licenciados.

e- O pagamento de faturas em atraso acarretará a cobrança de encargos financeiros, de acordo com o que permite a legislação em vigor. Ao valor devido, é acrescido multa de 2% (dois por cento) mais juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento, implicará na cobrança em cartório.

f- Todos os valores deste contrato estão expressos em Reais. O reajuste de preço do valor do Direito de Uso mensal, da Manutenção, Atualização e Suporte dos sistemas será feito de acordo com a legislação em vigor, sendo aplicado, como índice de reajuste anual, o IGP-M DA FGV acumulado nos 12 meses.

	<p>Câmara Municipal de Irineópolis Rua Guanabara, 288, Fone/Fax – (47) 3625-1260 / 3625-1619 e-mail: cmirineopolis@yahoo.com.br site: www.camara-deirineopolis.com.br 89440-000 - IRINEÓPOLIS - SANTA CATARINA</p>
--	--

Extinta ou modificada a legislação em vigor a frequência de reajuste de preços será aquela prevista na nova lei. Caso venha a ser editado índice setorial de preços o PRODUTOR reserva-se o direito de optar por sua adoção, mediante prévia comunicação ao CLIENTE.

CLÁUSULA QUINTA — DA GARANTIA

O PRODUTOR garante o funcionamento dos Sistemas indicados na CLÁUSULA PRIMEIRA, mediante assinatura deste contrato, de acordo com as especificações contidas no Manual do Sistema, conforme normas abaixo:

1ª É oferecido ao CLIENTE, garantia de evolução tecnológica e de

otimização dos programas e suas rotinas, mediante utilização do ferramental mais moderno à disposição das empresas nacionais, sempre a critério do PRODUTOR, que poderá ou não incorporar sugestões do CLIENTE.

2ª O CLIENTE não poderá decompilar ou usar de qualquer outra forma para reverter a engenharia dos programas do Sistema.

3ª Sob nenhuma hipótese o PRODUTOR, será responsável por perdas e danos decorrentes da utilização deste Sistema conseqüente do uso, ou inabilidade de uso do mesmo. A má utilização das técnicas de trabalho, como 'Backups' mal feitos ou anormalidades nos meios magnéticos, não são de responsabilidade do PRODUTOR. Também não responde perante autoridades pelas informações e documentos extraídos do Sistema.

4ª Na hipótese de troca de equipamento por parte do CLIENTE, que implique atividades adicionais às previstas neste CONTRATO, o PRODUTOR deverá ser informado com antecedência para poder avaliar a possibilidade de manter o Sistema no novo equipamento; ou se é preciso elaborar adaptações ao programa para o novo computador. Neste caso o prazo e o custo serão estabelecidos pelo PRODUTOR, por escrito, informando ainda se haverá alteração no preço da MANUTENÇÃO.

CLÁUSULA SEXTA — DO PRAZO E RESCISÃO

O prazo de vigência do presente CONTRATO — para USO, MANUTENÇÃO, atualização e SUPORTE — é de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais períodos, salvo menção em contrário por quaisquer das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

1ª O CONTRATO poderá ser rescindido por qualquer das partes, sem nenhum ônus, desde que respeitada a antecedência mínima dos 60 (sessenta) dias do vencimento do período vigente.

2ª O não pagamento das importâncias vencidas há mais de 60 (sessenta) dias, dará ao PRODUTOR o direito de rescindir ou não este compromisso, não cabendo ao CLIENTE nenhum direito de devolução pelos valores pagos, por serviços já prestados.

3ª Extinto o presente CONTRATO, o PRODUTOR reserva-se o direito de suspender o fornecimento das senhas que liberam o uso mensal dos softwares licenciados, sendo permitido ao CLIENTE, realizar consultas e emitir relatórios, dos dados cadastrados anteriormente a data de extinção deste.

Câmara Municipal de Irineópolis Rua Guanabara, 288, Fone/Fax – (47) 3625-1260 / 3625-1619 e-mail: cmirineopolis@yahoo.com.br site: www.camara-deirineopolis.com.br 89440-000 - IRINEÓPOLIS - SANTA CATARINA
--

CLÁUSULA SÉTIMA — DAS PENALIDADES

Sem prejuízo das penalidades previstas na Lei 9.609, Art. 12, caberá ao PRODUTOR indenização do CLIENTE quando este ceder o direito de uso a terceiros, pelo valor correspondente ao preço do Sistema multiplicado pelo número de cópias reproduzidas sem autorização.

CLÁUSULA OITAVA — DAS CONDIÇÕES FINAIS

Fica estabelecido ainda, para finalização :

1ª As partes contratantes poderão, se necessário, através de aditivos ao presente CONTRATO, ajustar quaisquer outras condições.

2ª As partes contratantes elegem o FORO da cidade de Porto União S/C, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão do presente contrato.

Por estarem assim, justos e acordados, datam e assinam o presente CONTRATO, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

Irineópolis, 02 de janeiro de 2017.

Câmara Municipal de Irineópolis Produtor: Lancer Soluções em Informática Ltda.

TESTEMUNHAS

ALCIONE ADAMI
CPF:41872410944

LUIS ALFREDO B .GLINSKI
CPF:04308835950

Advogado: Dr. Eron Elias Rutkosky
OAB/SC 20.732

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema de registro de preços, no dia 14 de fevereiro de 2017, para a possível aquisição de materiais de higiene, limpeza, expediente, suprimentos de informática e EPIS. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 14 de fevereiro de 2017 e abertas as 08h30min nesta mesma data. Deverá ser enviadas amostras dos produtos até o dia 01 de fevereiro para aprovação, conforme edital. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá-SC, 18 de janeiro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

DECRETO N. 007/2016

DECRETO N.º. 007, de 13 de Janeiro de 2017.

"DELEGA COMPETÊNCIAS A SERVIDORA QUE IDENTIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá - SC, no uso das atribuições de seu cargo, em conformidade com o Art. 70 c/c o Art. 69, Incisos VII, IX, e XXIV da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei nº 2.294 de 19 de Novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada a Servidora SÔNIA PERTILLE, ocupante do cargo de Gerente da Secretaria Municipal de Assistência Social, como Gestora do Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) e do Programa Bolsa Família no Município de Itá-SC.

Parágrafo único. Ficam vedadas práticas dos atos administrativos privativos do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto 070/2016 de 11 de Julho de 2016.

Itá – SC, 13 de Janeiro de 2017

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Certifico que este decreto foi registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 008/2016

Decreto nº 008, de 13 de Janeiro de 2017.

"Designa Responsável pela Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências".

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o art. 70 c/c o art. 69, Incisos VII, IX, XV e XXIV da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora DEISE FÁTIMA CALVI, para responder pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto delega competência pela gestão do Fundo de Assistência Social e do Fundo de Habitação de Interesse Social, Fundo do Idoso e Fundo da Infância e Adolescência.

Art. 3º Fica delegada a Servidora descrita no art. 1º, a competência para autorizar e efetuar, em conjunto com a servidora responsável pela tesouraria do Município, Senhora MARIA ELENA CARLESSO, os seguintes atos relativos aos Fundos Municipais descritos no art. 2º:

I - Assinar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos, cheques, ordens de pagamentos e demais movimentações financeiras junto a instituições bancárias;

II - Representar o Município em todos os atos necessários para os pagamentos mencionados neste Decreto junto às instituições bancárias.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial os Decretos nºs 062/2016 e 069/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá –SC,
13 de Janeiro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário de Administração e Fazenda

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 237/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 237/2016

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Abastecedora Líder Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 049/2016.

OBJETO: Prorroga, até 23/05/2017, a vigência do registro de preços.

VIGÊNCIA: 23 de maio de 2017.

Itapiranga – SC, 30 de dezembro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0242/2017

PORTARIA Nº 0242/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MAIRELLI DITTRICH, matrícula 1211161, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0243/2017

PORTARIA Nº 0243/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARCELA CRISTINA SOARES, matrícula 588164, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0244/2017

PORTARIA Nº 0244/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARCELO SCHATZMANN, matrícula 593370, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0245/2017

PORTARIA Nº 0245/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARCIA APARECIDA PARTALA, matrícula 583006, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0246/2017

PORTARIA Nº 0246/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARCIA SUTIL DE OLIVEIRA ARINS, matrícula 617725, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0247/2017

PORTARIA Nº 0247/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARCIANA ARBIGAUS ECKEL, matrícula 1213709, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0248/2017

PORTARIA Nº 0248/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério

Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARIA ISOLETE LINHARES, matrícula 603643, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0249/2017

PORTARIA Nº 0249/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARIA FERNANDA BRISOLLA DA MOTA, matrícula 617156, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0250/2017

PORTARIA Nº 0250/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARIA HELENA ZANOTTO, matrícula 618560, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0251/2017

PORTARIA Nº 0251/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARGOT HELENA DE SÁ RIBAS, matrícula 568562, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0252/2017

PORTARIA Nº 0252/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARIA DA GLÓRIA MIRA, matrícula 603619, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0253/2017

PORTARIA Nº 0253/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARINETE INÁCIA DE SOUZA, matrícula 603759, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0254/2017

PORTARIA Nº 0254/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARISTELA FRANZ PERRYON FONTANA, matrícula 604399, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0255/2017

PORTARIA Nº 0255/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARIZÉLIA FRANZ PERRY, matrícula 579289, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0256/2017

PORTARIA Nº 0256/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARTA REJANE OLIVEIRA ROCHA, matrícula 618454, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0257/2017

PORTARIA Nº 0257/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério

Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MICHELLE RODRIGUES DA VEIGA, matrícula 606219, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0258/2017

PORTARIA Nº 0258/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MICHERLI LENZI NEUBER, matrícula 606006, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0259/2017

PORTARIA Nº 0259/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MAURISETE STINGHEN DA ROCHA, matrícula 603139, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0260/2017

PORTARIA Nº 0260/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) NANCY DA SILVA ARAÚJO VARGAS, matrícula 619817, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0261/2017

PORTARIA Nº 0261/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) NOEMI DA SILVEIRA MADZGALLA, matrícula 607690, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0262/2017

PORTARIA Nº 0262/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) PAMELA TODESCO, matrícula 619353, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0263/2017

PORTARIA Nº 0263/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) PATRÍCIA MACHADO PEREIRA, matrícula 603252, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0264/2017

PORTARIA Nº 0264/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) REGIANE KOVALCZYK, matrícula 592765, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0265/2017

PORTARIA Nº 0265/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) RENATA MARIA MILDEMBEGER, matrícula 1221620, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0266/2017

PORTARIA Nº 0266/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério

Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) RENATA PATRÍCIA DOS SANTOS, matrícula 584061, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0267/2017

PORTARIA Nº 0267/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) RENATO SPINELLI CARMONA, matrícula 580244, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0268/2017

PORTARIA Nº 0268/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) RICARDO VINICIUS BRAUER, matrícula 618772, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0269/2017

PORTARIA Nº 0269/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) RODE ESTER PESSANHA, matrícula 606758, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0270/2017

PORTARIA Nº 0270/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ROSANGELA DO ROCIO HOROKOSKI, matrícula 324373, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0271/2017

PORTARIA Nº 0271/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ROSANA AMARAL DE LIMA, matrícula 607614, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0272/2017

PORTARIA Nº 0272/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ROSANA MARIA DE LIMA BRAUER, matrícula 620165, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0273/2017

PORTARIA Nº 0273/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ROSANGELA LIRANI MADUREIRA, matrícula 722133, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0274/2017

PORTARIA Nº 0274/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ROSANGELA NUNES BARBOSA PEREIRA, matrícula 603945, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0275/2017

PORTARIA Nº 0275/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério

Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ROSELI TURECK, matrícula 620912, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0276/2017

PORTARIA Nº 0276/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ROSEMERI ALVES DE SOUZA, matrícula 605620, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0277/2017

PORTARIA Nº 0277/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ROSEMERI DE FÁTIMA FÁVERO, matrícula 615927, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0278/2017

PORTARIA Nº 0278/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ROSICLEI NUNES BARBOSA SANTOS, matrícula 605689, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0279/2017

PORTARIA Nº 0279/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ROSILDA DA SILVA GRABOWSKI, matrícula 616192, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0280/2017

PORTARIA Nº 0280/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) SANDRA DEVEGILI, matrícula 619523, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0281/2017

PORTARIA Nº 0281/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) SANDRA MARIA DANI BENCK, matrícula 582301, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0282/2017

PORTARIA Nº 0282/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA, matrícula 603279, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0283/2017

PORTARIA Nº 0283/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) SARITA SILVA DE SOUZA NASCIMENTO, matrícula 1213679, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0284/2017

PORTARIA Nº 0284/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério

Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) SILVANA DA SILVA COSTA OLIVEIRA, matrícula 605468, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0285/2017

PORTARIA Nº 0285/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) SILVANA DE SOUZA SPECK, matrícula 585246, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0286/2017

PORTARIA Nº 0286/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) SIMONE DE OLIVEIRA, matrícula 619639, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0287/2017

PORTARIA Nº 0287/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) SIMONE SILVANA MACHADO, matrícula 621862, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0288/2017

PORTARIA Nº 0288/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) SOLANGE MARIA ROSA, matrícula 580279, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0289/2017

PORTARIA Nº 0289/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) SOLANGE APARECIDA NUNES, matrícula 620220, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0290/2017

PORTARIA Nº 0290/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) SOLANGE MARIA CAVALHEIRO, matrícula 584088, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0291/2017

PORTARIA Nº 0291/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) SONIA APARECIDA ALVES, matrícula 578088, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0292/2017

PORTARIA Nº 0292/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) SONIA WEISS, matrícula 574520, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0293/2017

PORTARIA Nº 0293/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério

Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) SONIA MARIA DA SILVEIRA, matrícula 603660, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0294/2017

PORTARIA Nº 0294/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) SONIA REGINA ZAGONEL, matrícula 603627, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0295/2017

PORTARIA Nº 0295/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) TICIANI HELMA KUMMROW, matrícula 606278, investido(a) no cargo de PROFESSOR II 20HS, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0296/2017

PORTARIA Nº 0296/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) THAYS NASCIMENTO VIEIRA, matrícula 620440, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0297/2017

PORTARIA Nº 0297/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) VALCI TEREZINHA DE SOUZA, matrícula 578444, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0298/2017

PORTARIA Nº 0298/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) VANESSA DIBAX, matrícula 617563, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0299/2017

PORTARIA Nº 0299/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) VANIA CLEUSA PINTO DA SILVA, matrícula 580201, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0300/2017

PORTARIA Nº 0300/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) VANIA MARIA LENZI, matrícula 603074, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0301/2017

PORTARIA Nº 0301/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) VANILDA DE SOUZA, matrícula 580252, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0302/2017

PORTARIA Nº 0302/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas

atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JULIANA MARASCK FAGUNDES, matrícula 727067, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Unidade Escolar Primeiros Passos (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria anterior.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0303/2017

PORTARIA Nº 0303/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FÁTIMA CRISTINA BAPTISTA DOS SANTOS, matrícula 620378, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Unidade Escolar Primeiros Passos (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria anterior.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0304/2017

PORTARIA Nº 0304/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ÉDINA SANTO DO NASCIMENTO, matrícula 1263200, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Primeiros Passos (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0305/2017

PORTARIA Nº 0305/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JAQUELINE LOTZ DE MIRANDA, matrícula 11668466, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, nas Unidades Escolares Primeiros Passos (30hs) e Pequeno Aprendiz (10hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0306/2017

PORTARIA Nº 0306/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SIRLENE CALDEIRA SANTIN, matrícula 617539, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Alberto Speck (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0307/2017

PORTARIA Nº 0307/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) PAULINE RAFAELA SYNDERSKI, matrícula 11668504, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Pequeno Aprendiz (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0308/2017

PORTARIA Nº 0308/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DAIANI JARECKI FERREIRA, matrícula 11668750, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Pequeno Aprendiz (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0309/2017

PORTARIA Nº 0309/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ROMILDA DA CONCEIÇÃO MASSANEIRO, matrícula 11668555, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Pequeno Aprendiz (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0310/2017

PORTARIA Nº 0310/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) EDNA RAFAELA DA SILVA VASCONCELOS, matrícula 1209418, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Lua de Cristal (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0311/2017

PORTARIA Nº 0311/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) HELOÍSA DO ROSÁRIO, matrícula 716910, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Pequeno Aprendiz (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0312/2017

PORTARIA Nº 0312/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ADRIANA MARILZE MARTINS DA SILVA REZENDE, matrícula 11657278, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Pequeno Aprendiz (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0313/2017

PORTARIA Nº 0313/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIA ZENDAIDE PRUSSAKI, matrícula 11674067, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Gente Feliz (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0314/2017

PORTARIA Nº 0314/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CAMILA DE SOUZA VICENTE, matrícula 11674075, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Pequeno Aprendiz (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0315/2017

PORTARIA Nº 0315/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOSÉ ELITON DUTRA, matrícula 11674040, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Gente Feliz (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0316/2017

PORTARIA Nº 0316/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ELIONETE DO CARMO BUHRER, matrícula 1270940, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Pequeno Aprendiz (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0317/2017

PORTARIA Nº 0317/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) RENATA MICHELE DOS SANTOS, matrícula 11657740, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, nas Unidades Escolares Pequeno Aprendiz (20hs) e Lua de Cristal (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0318/2017

PORTARIA Nº 0318/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MIRIAN ROSE TEIXEIRA, matrícula 11629517, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Gente Feliz (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0319/2017

PORTARIA Nº 0319/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MÁRCIA MACHADO, matrícula 11674679, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, nas Unidades Escolares Gente Feliz (20hs) e Arco-Íris (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0320/2017

PORTARIA Nº 0320/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DANIELA SOARES, matrícula 696439, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Primeiros Passos (20hs), com carga horária total de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0321/2017

PORTARIA Nº 0321/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) GRACE KELLI SOKO-LOSKI, matrícula 733326, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Alberto Speck (30hs), com carga horária total de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0322/2017

PORTARIA Nº 0322/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DAIANE JUNKES AYROSO, matrícula 624594, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Alberto Speck (20hs), com carga horária total de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0323/2017

PORTARIA Nº 0323/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ROSANE KOMINKIEWIZ, matrícula 11679549, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Primeiros Passos (20hs) e na Secretaria Municipal de Educação (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0324/2017

PORTARIA Nº 0324/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CÁTIA ELIANE NICOLACHIK, matrícula 605107, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Unidade Escolar Claiton Almir Hermes (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria anterior.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0325/2017

PORTARIA Nº 0325/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) GILMAR SANTIN, matrícula 565865, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Unidade Escolar Ayrton Senna (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria anterior.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0326/2017

PORTARIA Nº 0326/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ALAIR MARIA SCHNEIDER REOLON, matrícula 579793, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Unidade Escolar Claiton Almir Hermes (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria anterior.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0327/2017

PORTARIA Nº 0327/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SOLANGE APARECIDA NUNES, matrícula 578088, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Unidade Escolar Euclides Emídio da Silva (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria anterior.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0328/2017

PORTARIA Nº 0328/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) NADIRLAINE PEPPE DOS SANTOS SILVA, matrícula 606421, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Claiton Almir Hermes (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria anterior.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0329/2017

PORTARIA Nº 0329/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANGELA MARY DOLINKSI ARANHA, matrícula 11668636, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Ayrton Senna (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0330/2017 - RH

PORTARIA Nº 0330/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) KATIA VEIGA, matrícula 1236776, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Frei Valentin (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0331/2017 - RH

PORTARIA Nº 0331/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 32/2016 da Secretaria de Educação,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) PRISCILLA TELLES DE ARAÚJO, matrícula 11668431, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Frei Valentin (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO CONFERIDO E PUBLICADO EM EDITAL:

_____/_____/_____

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DE POSSE DOS SENHORES MARLON ROBERTO NEUBER, PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS HENRIQUE PEDRIALI NÓBREGA, VICE-PREFEITO E VEREADORES**

Ata de posse dos Senhores MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, CARLOS HENRIQUE PEDRIALI NÓBREGA, Vice-Prefeito e Vereadores

Ao primeiro dia de janeiro de 2017, às 10h25min, sob a presidência do Senhor José Maria Caldeira, realizou-se a Sessão Solene para a posse dos senhores vereadores para o quadriênio 2017/2020, eleição da Mesa Diretora para o mandato de 2017/2018, e posse do Prefeito e Vice-Prefeito para o quadriênio 2017/2020. Tal solenidade obedeceu à seguinte programação: às 10h25min do dia primeiro de janeiro de 2017, nas dependências da Câmara Municipal de Itapoá, o Mestre de Cerimônia iniciou a Sessão Solene, convidando para compor a mesa o Vereador Eleito José Maria Caldeira – PMDB, ocupando o cargo de Presidente, e os vereadores eleitos: Ezequiel de Andrade – PR, Geraldo Rene Behlau Weber – PMDB, Janayna Gomes Silvino – PR, Jeferson Rubens Garcia – PMDB, Joarez Antonio Santin – PMDB, Jonecir Soares – PR, José Antonio Stoklosa – PSD, Thomaz Willian Palma Sohn – PSD, convidando todos a entoarem o Hino Nacional. Após, o Senhor José Maria Caldeira declarou abertos os trabalhos da Sessão Solene de Posse para a Legislatura 2017/2020, cumprimentando os Senhores Marlon Roberto Neuber e Carlos Henrique Pedriali Nóbrega, Prefeito e Vice-Prefeito eleitos para a gestão 2017/2020, os vereadores eleitos, demais autoridades e munícipes presentes, agradecendo a presença de todos. Para dar andamento aos trabalhos, nomeou Secretária “ad hoc” a Senhora Vereadora Janayna Gomes Silvino, de acordo com o art. 11 do Regimento Interno. O Senhor Presidente convidou os Senhores vereadores para que, em ordem alfabética, entregassem à Presidência os Diplomas expedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral e Declaração de Bens, atendendo ao art. 14 do Regimento Interno, tendo lido o seguinte compromisso, determinado pelo art. 11 do Regimento Interno: “PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E PELO BEM ESTAR DE SEU POVO.” Prestado o compromisso pelo Senhor Presidente em exercício, tendo convidado cada um dos senhores vereadores, em ordem alfabética, os quais de pé, iam dizendo: “Assim o prometo”. E assim declarou aberta a 8ª Legislatura que compreenderá os anos de 2017 a 2020, declarando empossados os seguintes Vereadores: Ezequiel de Andrade – PR, Geraldo Rene Behlau Weber – PMDB, Janayna Gomes Silvino – PR, Jeferson Rubens Garcia – PMDB, Joarez Antonio Santin – PMDB, Jonecir Soares – PR, José Antonio Stoklosa – PSD, José Maria Caldeira – PMDB, Thomaz Willian Palma Sohn – PSD. O Mestre de Cerimônia agradeceu, nominalmente, a presença das autoridades presentes. Conforme o art. 16 do Regimento Interno, o Presidente em exercício passou à eleição da Mesa Diretora da Câmara com mandato de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018. A eleição se deu por formação de chapa, portanto, suspendeu a Sessão para proceder às inscrições das chapas. Inscrita a Chapa Única, passou-se à eleição da Mesa Diretora com mandato para 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, conforme o art. 19 do Regimento Interno e 37 da Lei Orgânica Municipal, observadas suas emendas. O voto para eleição é aberto e se deu por sorteio que correu da seguinte forma: apresentou-se uma lista por ordem alfabética e fez-se o sorteio com o globo contendo nove pedras numeradas de 01 a 09, ficando na seguinte ordem: Vereador Ezequiel: 02, Vereador Geraldo: 08, Vereadora Janayna: 05, Vereador Jeferson: 03, Vereador Joarez: 09, Vereador Jonecir: 07, Vereador José Antonio: 01, Vereador José Maria: 04, Vereador Thomaz: 06. Após a votação, declarou eleita a Chapa

Única, composta da seguinte forma: Presidente: Jonecir Soares, Vice-Presidente: José Maria Stoklosa, Primeiro Secretário: José Maria Caldeira, Segundo Secretário: Thomaz Willian Palma Sohn. O Presidente eleito pelo Plenário nesta Sessão Solene, Vereador Jonecir, convidou o Ex-Presidente da Câmara Municipal, no mandato compreendido entre 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, Daniel Silvano Weber, para fazer a entrega das chaves e dos bens do Poder Legislativo ao Presidente eleito. O Presidente convidou o Senhor Marlon Roberto Neuber para que, perante o Plenário desta Casa, fosse investido no Cargo de Prefeito, prestando o compromisso previsto no art. 60 da Lei Orgânica Municipal: “PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, PROMOVER O BEM GERAL DOS MUNICÍPIOS E EXERCER O CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA, DA LEGITIMIDADE E DA LEGALIDADE.” O Prefeito eleito declarou encontrar-se desincompatibilizado para o exercício do cargo, na forma dos arts. 37 e 38 da Constituição da República Federativa do Brasil, e apresentou relação de bens, que constitui, nesta data, todo o seu patrimônio. Conforme o art. 39, XIX do Regimento Interno, o Presidente da Mesa declarou empossado no Cargo de Prefeito do Município de Itapoá, o Senhor Marlon Roberto Neuber, para o mandato de 2017 a 2020. Após, o Presidente convidou o Sr. Carlos Henrique Pedriali Nóbrega, para que, perante o Plenário desta Casa, fosse investido no Cargo de Vice-Prefeito, prestando o compromisso previsto no art. 60 da Lei Orgânica Municipal: “PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, PROMOVER O BEM GERAL DOS MUNICÍPIOS E EXERCER O CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA, DA LEGITIMIDADE E DA LEGALIDADE.” O Vice-Prefeito eleito declarou encontrar-se desincompatibilizado para o exercício do cargo, na forma dos arts. 37 e 38 da Constituição da República Federativa do Brasil, e apresentou relação de bens, que constitui, nesta data, todo o seu patrimônio. Conforme o art. 39, XIX do Regimento Interno, o Presidente da Mesa declarou empossado no Cargo de Vice-Prefeito do Município de Itapoá, o Senhor Carlos Henrique Pedriali Nóbrega para o mandato de 2017 a 2020. Após, o Mestre de Cerimônia passou a palavra ao vereadores, para seus pronunciamentos, na seguinte ordem: Vereador Ezequiel de Andrade, Vereador Geraldo Rene Behlau Weber, Vereadora Janayna Gomes Silvino, Vereador Jeferson Rubens Garcia, Vereador José Antonio Stoklosa, Vereador José Maria Caldeira, Vereador Joarez Antonio Santin. Joarez solicitou constar em ata que jurou cumprir a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal. afirmou que, se no final do ano ocorrer a eleição para nova Mesa Diretora, entrará com mandado de segurança. Após, foi passada a palavra para o Vereador Thomaz Willian Palma Sohn. Em seguida, passou a palavra para o Vice-Prefeito Carlos Henrique Pedriali Nóbrega e para o Prefeito Marlon Roberto Neuber. Finalizando os pronunciamentos, o Presidente da Casa fez os seus agradecimentos e convidou a todos para juntos ouvirem o Hino à Itapoá. Após, o Mestre de Cerimônia agradeceu a presença das autoridades e comunicou a todos que o Prefeito e Vice-Prefeito ora empossados dirigir-se-ão à sede da Prefeitura Municipal para receber as chaves da Prefeitura das mãos do Ex-Prefeito Sérgio Ferreira de Aguiar. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a presente Sessão Solene, da qual foi lavrada a ata que vem assinada por mim, Janayna Gomes Silvino, Secretária “ad hoc”, e demais vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito. Itapoá, 1º de janeiro de 2017.

Jonecir Soares José Antonio Stoklosa

Presidente Vice-Presidente

José Maria Caldeira
Primeiro Secretário

Thomaz Willian Palma Sohn
Segundo Secretário

Marlon Roberto Neuber Carlos Henrique Pedriali Nóbrega
Prefeito Vice-Prefeito

Ezequiel de Andrade Jeferson Rubens Garcia
Vereador Vereador

Geraldo Rene Behlau Weber Joarez Antonio Santin
Vereador Vereador

Janayna Gomes Silvino
Vereadora e Secretária "ad hoc"

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 005 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 005 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

EDITA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017, PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO PODER EXECUTIVO.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 139, e parágrafo único, da Lei Complementar no. 243, de 30 de janeiro de 2003, na Lei Federal no. 9.093, de 12 de setembro de 1995, na Lei Estadual no. 12.906, de 22 de janeiro de 2004 que alterou a Lei Estadual no. 10.306, de 26 de dezembro de 1996, Lei Municipal no. 166, de 17 de dezembro 1997, e alterado pela Lei Municipal no. 339, de 28 de maio de 2002.

DECRETA:

Art. 1º - Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, para órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

- I. 1º de janeiro, domingo, Confraternização Universal (feriado nacional);
- II. 27 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- III. 28 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- IV. 14 de abril, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado nacional);
- V. 21 de abril, sexta-feira, Tiradentes (feriado nacional)
- VI. 01 de maio, segunda-feira, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);
- VII. 15 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (ponto facultativo);
- VIII. 23 de julho, domingo, Emancipação Política do Município (feriado municipal);
- IX. 07 de setembro, quinta-feira, Independência do Brasil (feriado nacional);
- X. 01 de outubro, domingo, Dia de Santa Terezinha, Padroeira do Município (feriado municipal);
- XI. 12 de outubro, quinta-feira, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
- XII. 28 de outubro, sábado, dia do Servidor Público (ponto facultativo)
- XIII. 02 de novembro, quinta-feira, Finados (feriado nacional);
- XIV. 15 de novembro, quarta-feira, Proclamação da República (feriado nacional);
- XV. 25 de dezembro, segunda-feira, Natal (feriado nacional);

Art. 2º – O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de Servidores designados para serviço e/ou plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 02 de janeiro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 006 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 006 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

AJUSTA VENCIMENTOS DE SERVIDORES ATIVOS E APOSENTADOS AO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

Considerando o § 2º do art. 16, da Lei Orgânica do Município de Jacinto Machado;

Considerando o inciso IV, do art. 7º da Constituição Federal;

Considerando o Decreto nº 8.948 de 29 de dezembro de 2016, regulamentando a Lei nº 13.152 de 29 de julho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido abono a todos os servidores ativos e aposentados, com salário base inferior a R\$ 937,00 (Novecentos e Trinta e

Sete Reais), em montante suficiente para adequar referido salário ao mínimo nacional instituído pelo Decreto nº 8.948, de 29 de julho de 2015, regulamentando a Lei 13.152 de 29 de julho de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 02 de janeiro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 007 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 007 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 60, inciso VIII.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2017 do Município, que ficará assim constituída:

I – CLEONICE FONTANA POSSAMAI

II – LEONORA MACHADO DE OLIVEIRA POSSAMAI

III – LAURA KOCHHANN TRIKEIS

Art. 2º - Á presente Comissão compete receber as inscrições, preparar as provas e o local, supervisionar e avaliar os candidatos e estabelecer a classificação dentro dos critérios de capacidade e razoabilidade assim como preencher os critérios técnicos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 02 de janeiro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

ED 001_2017_JM_EDUC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2017

O MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nos termos do Decreto Municipal n.º 007 de 02 de Janeiro de 2017, no uso de suas atribuições legais, e a empresa AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA (Através de seu departamento de pesquisas: PS Concursos) TORNA PÚBLICO o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO de pessoal para atuação na Secretaria Municipal de Educação, a serem Admitidos em Caráter Temporário nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal de 1988 e conforme as Leis Municipais: 245/2000 e 470/2006 e suas respectivas alterações, na forma deste Edital:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO se reserva o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Processo Seletivo.

1.2 Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site www.processosseletivos.com.br/jacintomachado, efetuar seu cadastro e sua inscrição, e antes de validar a inscrição, conferir todos os dados inclusive à denominação do cargo e seu respectivo código.

1.3 O cronograma com as datas de cada fase do Processo Seletivo e os conteúdos programáticos de cada cargo estarão disponibilizadas nos Anexos I e II, partes integrantes do presente Edital.

1.4 No intuito de preservar o ano letivo e atender a necessidade de caráter urgentíssimo, o certame em questão trabalhará com prazos e cronograma reduzidos.

2. CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS.

Poderão participar do Processo Seletivo, os profissionais interessados em prestar serviço que atendam os requisitos deste Edital da legislação vigente e alterações supervenientes, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

ÁREA 01 – EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº	Cargo	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
1	Professor Educação Infantil	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia em Educação Infantil. Não Habilitado – Certificado de conclusão do Magistério ou Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia em Educação Infantil.

ÁREA 02 – ENSINO FUNDAMENTAL (PRÉ-ESCOLAR II AO 5º ANO)

Nº	Cargo	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
2	Professor Educação Fundamental Anos Iniciais	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia em Anos Iniciais. Não Habilitado – Certificado de conclusão do Magistério ou Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia em Anos Iniciais.

ÁREA 03 – ENSINO FUNDAMENTAL (PRÉ-ESCOLAR AO 9º ANO)

Nº	Cargo	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
3	Professor Língua Portuguesa (6º ao 9º ano)	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área – Português ou Letras (Português). Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área - Português.
4	Professor Inglês (1º ao 9º ano)	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área – Inglês ou Letras (Inglês). Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área - Inglês.
5	Professor Ciências (6º ao 9º ano)	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área - Ciências. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área - Ciências.
6	Professor Matemática (6º ao 9º ano)	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área - Matemática. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área - Matemática.
7	Professor História (6º ao 9º ano)	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área - História. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área - História.
8	Professor Geografia (6º ao 9º ano)	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área - Geografia. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área - Geografia.
9	Professor Espanhol (6º ao 9º ano)	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área – Espanhol ou Letras (Espanhol). Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área - Espanhol.
10	Professor Artes (Pré-escolar ao 9º Ano)	Até 40h	Habilitado – Diploma de conclusão de curso superior com licenciatura em Artes, licenciatura em Artes Visuais ou Educação Artística. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Artes ou Artes Visuais.

11	Professor Educação Física (Pré-escolar ao 9º Ano)	Até 40h	Habilitado – Diploma de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área – Educação Física. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área – Educ. Física.
----	---	---------	---

ÁREA 04 – AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO

Nº	Cargo	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
12	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil	Até 40h	Diploma de conclusão de Curso de Magistério em Nível médio ou cursando Nível Superior de Pedagogia a partir da 4ª Fase.

ÁREA 05 – SERVENTE EDUCACIONAL (NÍVEL FUNDAMENTAL)

Nº	Cargo	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
13	Servente Educacional	Até 40h	Certificado de conclusão ensino fundamental

NOTA 01: As atribuições dos cargos são as constantes na Lei nº 470/2006 e Lei nº 727/2014.

NOTA 02: O Quadro de vagas será divulgado até 14/02/2017.

3. DAS INSCRIÇÕES

O candidato poderá se inscrever somente para 01 (um) cargo.

2.1 PRÉ-INSCRIÇÃO ONLINE

2.1.1 A pré-inscrição on-line do candidato somente será efetuada via internet, no período de 18/01/2017 a 23/01/2017.

2.1.2 Para realizar a sua pré-inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.processosseletivos.com.br/jacintomachado;

b) Ler atentamente o edital, preencher o Formulário de Pré-inscrição on-line, imprimir o comprovante gerado, e o documento contendo o valor de inscrição e a conta para DEPÓSITO IDENTIFICADO também gerado após a pré-inscrição eletronicamente, e seguir os passos constantes no ÍTEM 3.2 deste edital.

c) Efetuar o DEPÓSITO IDENTIFICADO, até 24/01/2017, referente à taxa de inscrição (ÍTEM 3.3) atribuída ao nível do cargo para o qual pretende concorrer, na seguinte conta corrente: C/C: 15.907-7 AG: 2192-X, Banco nº 001 (Banco do Brasil), Titular: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC.

2.1.3 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá mencionar a sua condição no Formulário de Pré-inscrição on-line.

2.1.4 O candidato poderá obter informações técnicas referentes à utilização do portal das inscrições e preenchimento do formulário de pré-inscrição, através do e-mail: suporte@processosseletivos.com.br.

2.1.5 As informações prestadas no Formulário de Pré-inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão técnica do processo seletivo, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

2.2 VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

2.2.1 O candidato, para validar a sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer de 23 a 24/01/2017, das 8:00h as 12:00h, na Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC, rua Pool Jorge Zacca, 75, Centro, munido dos seguintes documentos:

a) Formulário de Pré-inscrição impresso;

b) Comprovante de DEPÓSITO IDENTIFICADO referente ao valor da inscrição (original);

c) CPF e Carteira de Identidade ou CNH (original e cópia);

d) Comprovante de habilitação profissional ou de escolaridade exigida para o cargo pleiteado (original e cópia);

e) O Candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o diploma de conclusão do curso (original e cópia).

f) Laudo médico, para os candidatos que possuírem deficiência. (Original)

g) Não haverá validação de inscrição condicional ou extemporânea nem validação da inscrição por correspondência.

2.2.2 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá entregar no ato da validação da inscrição o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.

2.2.3 O candidato portador de deficiência deverá solicitar a prova especial, se for o caso, preenchendo o requerimento do Anexo III, parte integrante deste Edital.

2.2.4 No momento da validação, será emitido o comprovante de inscrição onde o candidato deverá assinar concordando incondicionalmente com todos os termos descritos na sua inscrição.

2.2.5 A validação poderá ser efetuada somente pelo candidato, ou mediante procuração devidamente registrada em cartório.

2.3 VALORES DE INSCRIÇÃO

CARGO / ESCOLARIDADE	VALOR
Cargos de Nível Fundamental	R\$ 30,00
Cargos de Nível Médio	R\$ 40,00
Cargos de Nível Superior	R\$ 50,00

2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

2.4.1 É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento do formulário de inscrição on-line, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes da confirmação, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das validações das inscrições.

2.4.2 As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site www.processosseletivos.com.br/jacintomachado nos últimos dias de pré-inscrição on-line.

2.4.3 A empresa organizadora do certame e a Prefeitura Municipal de JACINTO MACHADO/SC não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

2.5 PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

2.5.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão publicados e deferidas parcialmente (preliminar) no dia 24/01/2017 e definitiva (após prazo de recursos) no dia 27/01/2017 pela autoridade competente, ambas até as 23h:59min. O ato de publicação será divulgado no site www.processosseletivos.com.br/jacintomachado, onde estarão indicados o nome do candidato, o cargo pretendido e o número de sua inscrição.

2.5.2 No mesmo local será publicada a relação das inscrições indeferidas.

3 REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO NO CARGO

3.1 Ter nacionalidade brasileira ou equivalente

3.2 Estar no gozo de direitos políticos e cívicos;

3.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

3.4 Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.

3.5 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no ITEM II do presente Edital, na data da contratação.

3.6 Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão de caráter temporário por contrato.

3.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

3.8 Não possuir antecedentes criminais

3.9 Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão, por meio da assinatura de regular termo de declaração.

3.10 Firmar declaração de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstas em Lei.

4 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo constará de 01 (uma) etapa consistente de:

a. Prova Escrita, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de caráter classificatório (ressalvada a ausência do candidato à prova ou zerá-la, casos em que será eliminado do processo seletivo);

4.1 PROVA ESCRITA

4.1.1 A prova escrita será de caráter classificatório e eliminatório, que avaliará a aptidão funcional dos candidatos para o desempenho das funções a serem executadas no exercício do cargo pretendido.

4.1.2 As provas escritas serão organizadas conforme exigências do cargo pretendido:

4.1.2.1 Provas para os cargos de Nível Superior e/ou Médio

a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas para o cargo de interesse do candidato, sendo 05 (cinco) questões de língua portuguesa e/ou interpretação de texto, 05 (cinco) questões de atualidades e dados históricos, 05 (dez) questões de conhecimentos Gerais da Educação e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos do cargo pretendido. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo pretendido;

c) O caderno de avaliações será único e composto pelas questões gerais e específicas de todos os cargos;

d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

4.1.2.2 Provas para os cargos de Nível Fundamental

a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas, sendo 05 (cinco) questões de português, 05 (cinco) questões de Matemática, 05 (cinco) questões de atualidades e dados históricos e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos para o cargo pretendido. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo pretendido;

c) O caderno de avaliações será único e composto pelas questões gerais e específicas de todos os cargos;

d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

4.1.2.3 As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes no Anexo II deste Edital.

4.1.2.4 O peso de cada questão é de 0,5 pontos.

4.1.2.5 A nota da prova escrita (NPE) será calculada com o emprego da seguinte fórmula: $NPE = (NA \times 0,5)$ onde (NPE= Nota da Prova Escrita, e NA= Número de Acertos).

4.1.2.6 Cada Candidato inscrito no certame terá direito a apenas 01 (um) cartão de respostas, não sendo permitida, em hipótese alguma, a troca de seu cartão assinado por outro.

4.1.2.7 O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade.

4.1.2.8 Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato.

4.1.2.9 Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses.

5 DA REALIZAÇÃO DA PROVA

- 5.1 A prova escrita será realizada no dia 05/02/2017, na ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JACINTO MACHADO, sito a avenida Padre Herval Fontanella, 1063, Bairro Centro em Jacinto Machado/SC.
- 5.2 Os horários das provas serão divulgados até as 23h:59min do dia 28/01/2017, no portal www.processosseletivos.com.br/jacintomachado, no site www.jacintomachado.sc.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC.
- 5.3 A prova escrita terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos.
- 5.4 Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente) e o Comprovante de inscrição (Facultativamente).
- 5.5 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.
- 5.6 As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.
- 5.7 O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado e confirmado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.
- 5.8 Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.
- 5.9 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial, há no máximo 15 (quinze) anteriores em relação ao dia da realização da Prova.
- 5.10 A apresentação do comprovante de inscrição no dia da realização da prova escrita servirá também ao candidato como único documento que possibilitará a garantia de poder realizar a prova em caso sua inscrição deferida e não constatação de seu nome nas listas de distribuições de locais de prova.
- 5.11 Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão de respostas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.
- 5.12 Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis ou caneta de cor diferente da preta ou azul, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.
- 5.13 Em hipótese nenhuma haverá substituição do cartão de respostas em caso de erro, rasura ou preenchimento incorreto do candidato conforme instruções contidas no mesmo.
- 5.14 Em caso de existirem tipos de cadernos de provas diferentes (para cargos diversos), estes serão identificados na lista de presença de cada candidato e o cartão de respostas será devidamente identificado com o número do caderno de prova ou outra forma que auxilie o candidato na identificação das questões correspondentes a sua área/cargo pretendido.
- 5.15 Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, implicando a ausência na sua eliminação do Processo Seletivo.
- 5.16 Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão no local até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).
- 5.17 Por razões de ordem técnica e de segurança, a entidade responsável pela elaboração das provas, se reserva ao direito de não fornecer exemplares dos Cadernos de Provas a candidatos ou a outras instituições, mesmo após o encerramento do certame, estando à disposição dos candidatos uma cópia para download no mesmo endereço das inscrições em até 24 horas úteis após aplicação da prova.
- 5.18 A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.
- 5.19 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
- 5.20 A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.
- 5.21 A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.
- 5.22 Não será disponibilizado pela equipe técnica do Processo Seletivo, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.
- 5.23 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.
- 5.24 Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham guarda parentesco ou de amizade com a candidata.
- 5.25 Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.
- 5.26 Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.
- 5.27 Após a entrada na escola onde será realizada a prova, o candidato deverá se dirigir imediatamente para sua sala de realização de prova, ficando vedada a permanência do mesmo nas dependências, em caso de descumprimento de tal condição.
- 5.28 A Comissão do Processo Seletivo e a empresa organizadora do certame poderão, justificadamente, alterar as normas previstas no ITEM 6 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar a realização e o bom andamento do Certame.

6 DA CLASSIFICAÇÃO

- 6.1 Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/cargo e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, seguindo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 03 (três) algarismos, de acordo com a seguinte fórmula:
- PONTUAÇÃO FINAL = NOTA DA PROVA ESCRITA
- 6.2 No caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:
- a) Obtiver a maior idade;
 - b) Persistindo o empate prevalecerá o maior número de dependentes.
- 6.3 As provas obedecerão aos critérios especificados pelo Anexo I e conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital.
- 6.4 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.
- 6.5 A publicação da classificação parcial será divulgada exclusivamente no portal www.processosseletivos.com.br/jacintomachado, no dia

13/02/2017.

6.6 A publicação da classificação final e definitiva, após apuração de recursos, será divulgada nos sites: www.processosseletivos.com.br/jacintomachado e no site oficial da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC, no dia 15/02/2017.

7 DOS RECURSOS

7.1 O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:

a) Com relação à homologação das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital de homologação das inscrições;

b) Com relação à prova escrita (questões objetivas) no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à realização da prova.

c) Com relação à classificação parcial no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação dos resultados.

7.2 O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, etc., juntando cópia dos comprovantes, devendo o mesmo ser dirigido e protocolado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nos prazos e horários estabelecidos no cronograma do Anexo I.

7.3 Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na correção inicial. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

7.4 Os pedidos de revisão de provas e notas somente serão aceitos se feitos pelos próprios candidatos, em até 02 (dois) dias úteis a contar a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação dos classificados no Processo Seletivo, com respeito somente às suas próprias provas, ficando vedados, a qualquer tempo e condição, pedidos de revisão de provas e notas de terceiros.

7.5 No pedido de Revisão de correção de provas, será apresentado apenas uma vez ao candidato o Caderno de Provas com respectivo Gabarito, ficando impedido de fazer qualquer alteração ou cópia.

8 DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

8.1 Às pessoas com deficiência são asseguradas o direito de inscrição no Processo Seletivo, Modalidade - Emprego Público de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99.

8.2 São reservados 5% das vagas abertas por este edital, para cada cargo, às pessoas com deficiência de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal nº. 3.298/99, e suas alterações, Decreto Federal nº. 5.296/2004 e suas alterações e na Lei Federal nº. 7.853/1989, caso não houver candidato inscrito ou aprovado as vagas reservadas serão disponibilizadas para os demais candidatos aprovados.

8.3 Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência, em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

8.4 Caso o candidato inscrito como pessoa com deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para pessoas com deficiência.

8.5 Na avaliação médica, posterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.

8.6 O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo no formulário de inscrição, e complementado pelo preenchimento do ANEXO III desde edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.

8.7 A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

8.8 O candidato com deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição ou não atender as condições de deficiência, determinadas neste Processo Seletivo passará a concorrer unicamente como candidato sem deficiência e não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

8.9 A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

8.10 As pessoas com deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

9 DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

9.1 Fica delegada competência à empresa organizadora do certame para:

a) Organizar programas e inscrições no portal da internet;

b) Deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos previstos neste Edital;

c) Disponibilizar a Emissão Eletrônica dos documentos de pré-inscrições e inscrição através de sistemas automatizados e on-line;

d) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita;

e) Apurar e responder os recursos das inscrições, da prova escrita e resultados publicados, com auxílio e suporte da Comissão do Processo Seletivo.

9.2 Fica atribuído à Comissão do Processo Seletivo, nomeada através de Decreto, exclusivamente para acompanhar o certame, as seguintes responsabilidades:

a) Elaborar e responder pelo edital;

b) Conferir, aprovar e publicar o edital;

c) Prestar informações sobre o Processo Seletivo;

d) Acompanhar e fiscalizar a realização das provas;

e) Validar as informações prestadas pelo candidato, relativamente às pré-inscrições;

f) Entregar toda a documentação referente as validações de inscrições e recursos a empresa organizadora do certame após o término de cada fase.

10 CONVOCAÇÃO PARA EXAMES MÉDICOS E ENTREGA DE DOCUMENTOS

10.1 Os candidatos aprovados e convocados deverão apresentar exames médicos admissionais e a critério do médico avaliador responsável poderão requisitar exames complementares e emitir parecer de APTO ou NÃO APTO para o exercício do cargo, sendo este de caráter eliminatório.

10.2 O candidato convocado deverá apresentar ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de JACINTO MACHADO/SC, situada a rua Pool Jorge Zacca, 75, Bairro Centro com a documentação necessária à sua admissão, composta por:

- a) Comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) Prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) Prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) Comprovação da escolaridade exigida neste edital;
- e) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- f) Atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo público;
- g) Nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos decretos Nº. 70.391/1972 e Nº. 70.436/1972.
- h) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos.
- i) Carteira de Identidade;
- j) CPF;
- k) PIS/PASEP;
- l) Certidão de Casamento;
- m) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- n) (uma) foto 3x 4 recente;
- o) Carteira Profissional Original;
- p) Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: Conta de luz, IPTU, água ou telefone fixo, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto;

11 DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

11.2 Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.

11.3 Será excluído do certame o candidato que:

- Faltar a qualquer uma das fases do certame;
- Não pontuar na prova objetiva;
- Portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Processo Seletivo;
- For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- For apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

11.4 O presente edital objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do regime estatutário dos servidores públicos municipais do município de Jacinto Machado/SC.

11.5 Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e conseqüentemente não contratação.

11.6 A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Secretaria Municipal de Educação, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da mesma.

11.7 O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo e, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado.

11.8 É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.

11.9 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, no portal das inscrições, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo, e junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de JACINTO MACHADO/SC, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.

11.10 Os casos omissos serão resolvidos pela organizadora do certame e pela Comissão do Processo Seletivo.

11.11 O presente Edital estará disponibilizado no site www.processosseletivos.com.br/jacintomachado, no site www.jacintomachado.sc.gov.br, mural da Prefeitura Municipal de JACINTO MACHADO e mural da Secretaria de Educação

11.12 Faz parte deste edital o Anexo I – Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

11.13 Faz parte deste edital o Anexo II – Dos Conteúdos Programáticos.

11.14 Faz parte deste edital o Anexo III – Do Requerimento do candidato com deficiência.

11.15 Faz parte deste edital o Anexo IV – Do formulário para recurso.

11.16 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

11.17 Revogam-se as disposições em contrário.

JACINTO MACHADO/SC, em 17 de JANEIRO de 2017.

Fica homologado o presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2017, a data, o local e o horário da prova.

JOÃO BATISTA MEZZARI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2017**ANEXO I**
CRONOGRAMA DO PROCESSO

Cronograma	Data
Publicação do Edital de Abertura	17/01/2017
Período de pré-Inscrições Online	18/01/2017 a 23/01/2017
Período de validação das inscrições (junto ao paço municipal)	23 a 24/01/2017 Das 08:00 as 12:00h
Divulgação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas	24/01/2017 (até as 23h:59min)
Prazo para apresentação dos Recursos contra o indeferimento das inscrições	25 a 26/01/2017 Das 08:00 as 12:00h
Divulgação Definitiva das Inscrições	27/01/2017 (até as 23h:59min)
Divulgação dos Horários de aplicação da Prova Escrita	Até 28/01/2017 (as 23h:59min)
Realização das Provas Escritas e Divulgação do Gabarito Oficial	05/02/2017
Prazo para Recursos referentes à Prova Escrita	06 a 07/02/2017 Das 08:00 as 12:00h
Divulgação do resultado preliminar e notas das provas (Classificação Parcial)	13/02/2017 (até as 23h:59min)
Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas	14 a 15/02/2017 Das 08:00 as 12:00h
Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo	15/02/2017 (até as 23h:59min)
Publicação das datas e informações sobre a Escolha de Vagas	15/02/2017 (até as 23h:59min)

REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO

Os horários das provas serão divulgados até o dia 28/01/2017, no portal www.processosseletivos.com.br/jacintomachado, no site www.jacintomachado.sc.gov.br e no mural da Prefeitura Jacinto Machado/SC.

A escrita prova terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos.

Não será admitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões do prédio, e/ou que não estiver munido do Documento Original com Foto.

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação do comprovante de validação de inscrição em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas. Os envelopes das provas serão abertos por 02 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 01 (um) fiscal de sala e 01 (um) fiscal coordenador, um termo de abertura dos envelopes.

Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras, celulares ou quaisquer tipos de aparelhos ou anotações.

Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena da eliminação do Processo Seletivo do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.

As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

O candidato poderá sair da sala somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

É expressamente proibido fumar nos locais das provas.

Todas as respostas da prova escrita deverão ser transpostas para a grade de respostas, não podendo ficar nenhuma questão sem resposta. Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nos corredores e dependências do local da aplicação das provas.

Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Os cartões de respostas, juntamente com a lista de presença e termos referentes aos pacotes lacrados e entrega de cartões resposta deverão ser entregues pelos Fiscais ao Coordenador da equipe de aplicação do Processo Seletivo, acompanhados dos três últimos candidatos. No intuito de preservar o ano letivo e atender a necessidade de caráter urgentíssimo, o certame em questão trabalhará com prazos e cronograma reduzidos.

JACINTO MACHADO/SC, em 17 de JANEIRO de 2017.

Fica homologado o ANEXO I do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2017, Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

JOÃO BATISTA MEZZARI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2017

ANEXO II**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA****1. CONHECIMENTOS GERAIS DA EDUCAÇÃO**

Para os cargos de Nível Médio e/ou Superior

Função social da escola, Currículo, Projeto Político Pedagógico; Concepções de Ensino-Aprendizagem; Concepção histórico cultural (Vygotsky e Wallon); Inclusão digital; Teorias do conhecimento (Paulo Freire); Educação Inclusiva; Planejamento e avaliação; Legislação da educação básica; Estatuto da Criança e do Adolescente; História da Educação.

2. CONHECIMENTOS GERAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Para os cargos de Nível Médio e/ou Superior

1. Compreensão e interpretação de textos; 2. Características dos diversos gêneros textuais; 3. Tipologia textual, (seqüências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialogal); 4. Elementos de coesão e coerência textual; 5. Funções da linguagem; 6. Ortografia oficial; 7. Acentuação gráfica; 8. Emprego do sinal indicativo de crase; 9. Pontuação; 10. Emprego e descrição das classes de palavras; 11. Sintaxe da oração e do período (ênfase em concordância e regência); 12. Significação das palavras e inferência lexical através do contexto; 13. Fonética e Fonologia Fonema e Letra 14. Ortografia; 15. Recursos sonoros 16. Vícios de linguagem; 17. Lexicologia 18. Polissemia 19. Sinônimos e antônimos 20. Homônimos e parônimos; 21. Morfologia 22. Estrutura das palavras 23. Formação das palavras; 24. Neologismos e Estrangeirismos. 25. Figuras de Linguagem e linguagem figurada 26. Vozes verbais e sua conversação 27. Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos.

3. CONHECIMENTOS GERAIS DE MATEMÁTICA

Para os Cargos de Nível Fundamental

1. Os números naturais: ordens e classes; 2. Escrita dos números naturais; números pares e ímpares; 3. Comparação de números naturais; 4. Operações com números naturais; 5. Os números inteiros: 6. Expressões numéricas; 7. Múltiplos; 8. divisores; 9. fatoração; 10. números primos; 11. máximo divisor comum; 12. mínimo múltiplo comum; 13. razões e proporções; 14. porcentagem. 15. Frações: comparação de frações; 16. operação com frações; 17. Números decimais: operações com números decimais; relação entre frações e números decimais. 18. Geometria plana: características das figuras geométricas planas (triângulos, quadriláteros, circunferência) e espaciais (esfera, cone, pirâmide, paralelepípedo e cubo); 19. Áreas das figuras planas; 20. Equações do primeiro e do segundo grau; 21. Expressões algébricas: frações algébricas; operações com frações algébricas; 22. Medidas de tempo, massa e capacidade; 23. Noções básicas de Estatística: tabelas; gráficos; média; moda; mediana.

4. CONHECIMENTOS DE ATUALIDADES E DADOS HISTÓRICOS

Para todos os Cargos

Aspectos atuais e históricos a nível mundial, nacional, estadual, regional e municipal, noticiados através de meios de comunicação e publicações oficiais.

5. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**5.1 Professor de Educação Infantil**

Concepção de Infância; concepções de atendimento à infância; Função Social da Educação Infantil; Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Eixos Norteadores da Educação Infantil e o Papel do Professor;

5.2 Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)

Alfabetização na perspectiva do letramento; Alfabetização como processo de apropriação das diferentes linguagens: apropriação inicial da leitura e da escrita Oralidade e escrita; Perfil do Professor Alfabetizador; Letramento e a diversidade de Gêneros discursivos; Ideia de representação, funções sociais da escrita; Texto: unidade da língua, tipologia textual, produção e reestruturação de textos, análise linguística; Direitos de aprendizagem da Língua Portuguesa; Sequência didática (Schneuwly, Dolz e colaboradores). Elaboração de conceitos matemáticos: Campos Numéricos - Números Naturais, Números Racionais, Análise Combinatória; Campos Geométricos - Geometria Espacial, Geometria Plana, Sistema de Medidas; Estatística - Gráficos estatísticos; Direitos de aprendizagem da Matemática; Elaboração de conceitos das Ciências Naturais: meio biótico e abiótico, recursos tecnológicos, interdependências, saúde; Elaboração de conceitos das Ciências humanas e sociais: tempo, tempo cronológico e histórico, temporalidade, espaço, relações e interações, cotidiano, memória e identidade/grupo, paisagem, localização, orientação, representação; Parâmetros Curriculares Nacionais das Séries Iniciais.

5.3 Professor de Língua Portuguesa.

Compreensão de textos contemporâneos. 2. Identificação das características de composição e de função social de diferentes gêneros de texto. 3. O sistema ortográfico do português – emprego de letras. 4. Acentuação gráfica de acordo com o atual Acordo Ortográfico. 5. Sintaxe de concordância e de regência nominal e verbal; o fenômeno da crase. 6. Reconhecimento do uso significativo dos diferentes recursos gramaticais no texto escrito (níveis: morfológico, sintático, semântico e textual/discursivo). 6.1 Formação de palavras – significado e sentido de morfemas. 6.2 Emprego das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito. 6.3 Flexão verbal – valor semântico de tempos, modos e vozes verbais, locuções verbais, tempos compostos e formas nominais do verbo. 6.4 Elipse. 6.5 Colocação de termos na oração. 6.6 Relações de sentido entre orações e segmentos de texto – conectores que conferem coerência e coesão ao texto. 6.7 Emprego dos sinais de pontuação. 7. Conotação e denotação – figuras de linguagem. Parâmetros Curriculares Nacionais Língua Portuguesa.

5.4 Professor de Ciências

Educação em ciências: conteúdo e metodologia. Questões sócio-científicas e as implicações éticas. Alfabetização científica. 2. Origem da vida. Principais teorias do processo evolutivo. 3. Seres vivos. Origem das espécies. Biodiversidade. Caracterização geral dos filos. Funções vitais. Sistemas de classificação. 4. Biologia celular. Principais diferenças entre procariotas e eucariotas. Processos bioenergéticos: fundamentos, respiração e fotossíntese, biossíntese de proteínas. Reprodução celular: mitose e meiose. Desenvolvimento embrionário. Reprodução humana. 5. Genética. Fundamentos de citogenética. Código genético. Caracterização geral das biotecnologias e seus impactos sociais. Organismos geneticamente modificados. 6. Ecologia. Conceitos fundamentais. Relações tróficas entre os seres vivos. O ecossistema e seus

componentes. Os principais biomas. Educação ambiental: princípios gerais. Ocupação histórica do meio ambiente pelo homem. Poluição e desequilíbrios ecológicos. 7. Ser humano e Saúde. Educação para a promoção da saúde. Conceitos de saúde. Sistemas do corpo humano. Sexualidade. Doenças transmissíveis, meio ambiente e qualidade de vida. Implicações no contexto atual. 8. Universo, Sistema Solar e Planeta Terra. Teoria do Big Bang. Energia e suas transformações. Sol como fonte básica de energia. Elementos da natureza: ar, água e solo. Ciclos biogeoquímicos e a vida na Terra. Importância e propriedades da água. 9. Matéria. Teoria atômica-molecular: evolução do conceito de átomo. Estados físicos da matéria. Mudanças de estado. Aspectos macroscópicos: substâncias simples e compostas; misturas homogêneas e heterogêneas. Processos físicos de fracionamento das misturas. Soluções. Funções químicas inorgânicas: conceitos, classificações e nomenclaturas de óxidos, ácidos, hidróxidos e sais. 10. Vida: Movimentos e Fenômenos. Transformações mecânicas, térmicas e eletromagnéticas. Fenômenos ondulatórios: acústicos e ópticos. 11. Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências.

5.5 Professor de Inglês

Métodos e abordagens de ensino da língua inglesa e sua relação com os Parâmetros Curriculares Nacionais – língua estrangeira. 2. Compreensão de textos: estratégias de leitura; conceito de gênero textual e de tipo de texto; leitura e gêneros textuais; identificação dos mecanismos que conferem coesão e coerência ao texto; relação texto-contexto. 3. Léxicogramática: verbos: tempo, modo e voz; auxiliares modais; 'phrasalverbs'; substantivos, pronomes, artigos, adjetivos possessivos e numerais. Advérbios e preposições expressando tempo, modo e lugar; subordinação e coordenação. 4. Discurso: discurso direto, relatado, direto livre e relatado livre e sua função comunicativa no texto. 5. Inglês escrito e falado, inclusive nas novas tecnologias de comunicação.

5.6 Professor de Matemática

1. Operações com números reais: Resolução de problemas envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação. 2. Múltiplos e Divisores. 3. Número, álgebra, geometria, medidas e estatística. 4. Número e suas operações. 5. Sistemas de Medidas: comprimento, área, perímetro, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo. 6. Regra de Três simples e composta. 7. Divisão proporcional. 8. Proporcionalidade: Razão e proporção. 9. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. 10. Estudo de Funções: 1º e 2º Grau, logarítmica, exponencial, trigonométricas. 11. Geometria Plana e espacial. 12. Sequências e progressões. 13. Matrizes e Determinantes. 14. Sistemas Lineares. 15. Análise Combinatória. 16. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. 17. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. 18. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. 19. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. 20. Polinômios e Equações Algébricas. 21. Noções de limites, derivadas e integrais. 22. Porcentagem. 23. Volumes dos principais sólidos geométricos Princípio Multiplicativo. 24. Conservação, redução e ampliação de perímetros e áreas das principais figuras planas usando malhas quadriculadas. 25. Arestas, vértices e faces de um sólido geométrico. 26. Parâmetros curriculares nacionais: Matemática.

5.7 Professor de Geografia

A Educação Geográfica e o Ensino Fundamental. 2. Os processos da dinâmica natural (geológicos, geomorfológicos, climáticos, hidrológicos, botânicos e pedológicos) e as formas espaciais resultantes. 3. Aproveitamento econômico, gestão e uso dos recursos naturais, problemas ambientais resultantes e as iniciativas para a conservação do meio-ambiente. 4. Fundamentos da cartografia: convenções, escalas e projeções cartográficas, formas de representação do relevo, fusos horários e o caráter ideológico das representações cartográficas; 5. Distribuição espacial da população, dinâmicas do crescimento demográfico, estrutura populacional, teorias demográficas, movimentos populacionais, desigualdades socioeconômicas, étnicas e de gênero. 6. Fontes de energia e as questões econômicas e ambientais correlatas. 7. O processo de mundialização da economia capitalista, a Revolução Técnico-científica, o pós-fordismo, e a importância das redes técnicas para a organização do espaço. 8. Meio ambiente urbano, critérios de definição de aglomerado urbano, processos de metropolização/desmetropolização e formas espaciais correlatas, rede urbana e hierarquia urbana, a organização interna da cidade capitalista. 9. O comércio internacional e a integração do Brasil à economia mundial. 10. Características básicas da organização do Estado territorial brasileiro, as políticas públicas regionais, regionalizações, unidades regionais, identidades regionais brasileiras, divisão territorial do trabalho no Brasil. 11. Geografia regional do mundo. 12. Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia.

5.8 Professor de História

Transformações e permanências: Tempo do indivíduo e o tempo social; tempo cronológico e tempo histórico, características dos sistemas sociais e culturais, registro de tempo ao longo da história. 2. Diferenças socioculturais que caracterizam os espaços sociais (escola, a localidade, a cidade, o país e o mundo), reconhecimento, valorização e respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural como fundamentos da vida social. 3. Formação histórica brasileira: o estudo e a análise de situações históricas – o período da colonização, processo de independência, período monárquico, a República, desenvolvimento e consolidação da democracia, inserção no mundo globalizado – reconhecimento e valorização da diversidade, responsáveis pela construção das identidades individual e coletiva. 4. Influências da História nas formas de convivência e organização social do tempo presente e do passado. 5. As relações sociais de trabalho ao longo da história: impactos da tecnologia nas transformações dos processos de trabalho, relações entre trabalho e cidadania, trabalho urbano e trabalho rural. 6. Parâmetros Curriculares Nacionais de História.

5.9 Professor de Educação Física

Origem e evolução da Educação Física, Educação Física na Concepção Histórico Cultural, Educação Física Crítico Superadora; Educação do corpo e do movimento humano; Conceitos essenciais da Educação Física Escolar: Corporeidade/Movimento: dança; jogos; ginástica, Esporte e Lutas e Qualidade de vida; órgãos regulamentadores da profissão. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física.

5.10 Professor de Arte:

Conhecimentos artísticos, estéticos e culturais produzidos historicamente e em produção pela humanidade; Conceitos de som, forma, cor, gesto, movimento, espaço e tempo nas linguagens artísticas: musical, visual, cênica, articulados aos processos de contextualização, produção artística e leitura de imagens e de obras de arte. Parâmetros curriculares nacionais: Arte.

5.11 Professor de Espanhol:

1. Compreensão de textos 12. Emprego dos sinais de pontuação. 23. Verbos usuais; 24. Artigo neutro Lo; 25. Verbos reflexivos; 26. Expressões idiomáticas com o verbo tener; 27. Particípio presente; 28. Particípio passado irregular; 29. Probabilidade, futuro e condicional; 30.

Adjetivos com significado diferente de ser e estar.31. Parâmetros Curriculares Nacionais Língua Estrangeira.

5.12 Auxiliar de Ensino para Educação Infantil

Recepção às crianças, banho e higiene, fornecimento de alimentação, vigilância a saúde e alimentação, zelo pela higiene da sala e outros materiais, organização de atividades educativas e materiais pedagógicos, auxílio em atividades escolares que promovam o desenvolvimento físico, mental, emocional e social, auxílio ao docente em todas as atividades de atendimento às crianças.

5.13 Servente Educacional (Nível Fundamental)

1. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. 2. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. 3. Utilização de materiais e utensílios, armazenamento e manuseio de produtos de higiene. 4. Utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual) 5. Higiene pessoal e dos alimentos em diversas etapas: recebimento, armazenamento, pré-preparo e preparo de alimentos, distribuição. 6. Regras de etiqueta para os serviços de copa. 7. Contaminação de alimentos. 8. Noções básicas de armazenamento de alimentos e produtos de limpeza. 9. Cuidados no uso de produtos de limpeza. 10. Relação interpessoal e ética profissional. 11. Alimentação Escolar.

JACINTO MACHADO/SC, em 17 de JANEIRO de 2017.

Fica homologado o ANEXO II do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2017, conteúdos programáticos.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2017

ANEXO III

PARA USO DE CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E SOLICITAÇÃO DE PROVA ESPECIAL OU CUIDADOS ESPECIAIS NA APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA.

R E Q U E R I M E N T O

Nome: _____,
Nº. Inscrição: _____ RG: _____, CPF: _____,
Candidato(a): _____,
Inscrito (a) para a Cargo de: _____,
Residente na: _____, Nº. _____,
Bairro: _____, Cidade/UF: _____ / _____,

Requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência Física.

Deficiência: _____
CID Nº. _____

2 – Condição Especial para realização da prova.

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte (letra)

Tamanho da Fonte: _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade

Especificar: _____

Nos Termos

Pede Deferimento. _____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Requerente

(*) Anexar documento apresentando as condições diferenciadas de que necessita para realização da prova e/ou justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da sua área de deficiência

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2017

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome: _____

Endereço: _____

Cargo: _____

Nº. Inscrição: _____ CPF: _____ . _____ . _____ - _____

Questionamento: _____

Embasamento: _____

Data: ____/____/____

Assinatura do Requerente

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 005/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº: 005/2017
TIPO: MENOR PREÇO
MODALIDADE: PREGÃO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TAMPA PARA CAIXA PADRÃO FABRICADA EM POLICARBONATO
RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 18/01/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h
DATA DA ABERTURA: 01/02/2017 às 10 horas
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-
Site: www.samaejs.com.br
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 19/2017

PORTARIA /SAMAEJSU Nº 19/2017
Designa Fiscal de Contrato.

O DIRETOR - PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 154/2014 e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67 da Lei Federal Nº 8.666/1993 de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o servidor público municipal, SAULO EDUARDO SCHWINGEL, matrícula nº 588, ocupante do cargo de Engenheiro Civil para em consonância a legislação vigente, atuar como Fiscal do Contrato nº 487/2015, originário do processo licitatório – na modalidade de CONCORRÊNCIA- nº 174/2015, celebrado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul - SAMAE e a empresa CONSTRUTORA ELEVAÇÃO LTDA.

Art.2º O fiscal será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do contrato, notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra executada em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

Art.3º Comunicar, imediatamente, o Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, sobre as irregularidades constatadas e as medidas administrativas eventualmente tomadas.

Art.4º O objeto do Contrato nº 487/2015 refere-se à contratação de empresa para execução da Estação de Tratamento de Água - ETA do sistema de abastecimento de água de Jaraguá do Sul, com capacidade de 1000 (Um mil) litros por segundo, com fornecimento total de materiais e compreendendo a execução de obra civil e instalações acessórias com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, instalações e pré-operação, conforme Termo de Referência.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos até a vigência do referido contrato.

Jaraguá do Sul, 13 de Janeiro de 2017.
Ademir Izidoro
Diretor-Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 20/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº. – 20/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a partir de 23/01/2017, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio ao servidor público municipal, BETINHO DOEGE, cargo de Encanador, matrícula 389.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de Janeiro de 2017.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 21/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 21/2017

Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO os termos dos memorandos 738/2016 e 741/2016;

CONSIDERANDO ser dever da Administração Pública, apurar fatos que contenham indícios de irregularidades no serviço público, nos termos do artigo 202 da Lei Complementar nº 154/2014;

CONSIDERANDO a existência de Comissão Permanente para a tutela dos princípios norteadores da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância Administrativa a fim de apurar os fatos narrados no Memorando nº. 738/2016.

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 185/2013 de 14/10/2013, cujo prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado a pedido da Comissão, observado, contudo, a

conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes, respeitando-se os ditames constitucionais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de Janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 22/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº. – 022/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio, período de 14/01/2012 a 14/01/2017, RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor público municipal, VANDERLEI VEGINI, cargo de Oficial Administrativo, matrícula 280, na seguinte forma:

I. 1/3 (um terço) convertido em Abono Pecuniário pago na folha de pagamento 01/2017; e

II. 60 (Sessenta) dias a serem gozados oportunamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de Janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 23/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 023/2017

Aplica penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Administração à empresa Ricarl Distribuidora Eireli ME.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL - SAMAE, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Administrativo para Verificação de Descumprimento Contratual nº. 08/2016, instaurado pela Portaria SAMAEJSU nº. 274/2016, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa e contraditório;

CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo, bem como a decisão administrativa exarada no bojo do referido processo;

CONSIDERANDO o disposto no inciso III, artigo 87 da Lei nº. 8.666/1993;

RESOLVE:

Art.1º Aplicar, com fulcro no inciso III, artigo 87 da Lei nº. 8.666/1993, a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, à empresa Ricarl Distribuidora Eireli ME.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 24/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 024/2017

Aplica penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa Empreiteira Fortunato Ltda.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL - SAMAE, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Administrativo para Verificação de Descumprimento Contratual nº. 06/2016, instaurado pela Portaria SAMAEJSU nº. 213/2016, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa e contraditório;

CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo, bem como a decisão administrativa exarada no bojo do referido processo;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I, artigo 87 da Lei nº. 8.666/1993;

RESOLVE:

Art.1º Aplicar, com fulcro no inciso I, artigo 87 da Lei nº. 8.666/1993, a penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa Empreiteira Fortunato Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 25/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 025/2017

Aplica penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa Pró-Análise Química e Diagnóstica Ltda.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL - SAMAE, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Administrativo para Verificação de Descumprimento Contratual nº. 05/2016, instaurado pela Portaria SAMAEJSU nº. 189/2016, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa e

contraditório;

CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo, bem como a decisão administrativa exarada no bojo do referido processo;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I, artigo 87 da Lei nº. 8.666/1993;

RESOLVE:

Art.1º Aplicar, com fulcro no inciso I, artigo 87 da Lei nº. 8.666/1993, a penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa Pró-Análise Química e Diagnóstica Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 26/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 026/2017

Aplica penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Administração à empresa AJ Automação e Manutenção Ltda.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL - SAMAE, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Administrativo para Verificação de Descumprimento Contratual nº. 04/2016, instaurado pela Portaria SAMAEJSU nº. 174/2016, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa e contraditório;

CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo, bem como a decisão administrativa exarada no bojo do referido processo;

CONSIDERANDO o disposto no inciso III, artigo 87 da Lei nº. 8.666/1993;

RESOLVE:

Art.1º Aplicar, com fulcro no inciso III, artigo 87 da Lei nº. 8.666/1993, a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, à empresa AJ Automação e Manutenção Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 27/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 027/2017

Aplica penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa Tudor Comércio de Conexões Eireli – EPP.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE

ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL - SAMAE, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações posteriores,

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Administrativo para Verificação de Descumprimento Contratual nº. 02/2016, instaurado pela Portaria SAMAEJSU nº. 151/2016, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa e contraditório;

CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo, bem como a decisão administrativa exarada no bojo do referido processo;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I, artigo 87 da Lei nº. 8.666/1993;

RESOLVE:

Art.1º Aplicar, com fulcro no inciso I, artigo 87 da Lei nº. 8.666/1993, a penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa Tudor Comércio de Conexões Eireli – EPP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 28/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 028/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 18/01/2017, FABIOLA HELENA ROCHA, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR JURÍDICO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/01/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SEMED - EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: O objeto do presente Edital é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade do Rodeio CTG Laço Jaraguaense, fazendo o trajeto 3 x ao dia até a Escola de Ensino Básico Erich Gruetzmacher, localizada na Rua Augusto Demarchi, nº 399, no Bairro Três Rios do Sul, neste município, em conformidade com o estabelecido no item I do Edital e Anexo II – Minuta de Contrato.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Este edital terá disputa ampla a todos os interessados, em virtude do certame nº 117/2016, no atendimento da LC 147/2014 restar Deserto.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:15 horas do dia 31 de janeiro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul SC. O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 08:30 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), sendo o valor de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) por dia de transporte realizado.

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtido no seguinte endereço: Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, município de Jaraguá do Sul-SC, ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul (SC), 16 de janeiro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

SEMED - EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: O objeto do presente Edital é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade da Rua Prefeito José Bauer, fazendo o trajeto 3 x ao dia até a Escola de Ensino Básico Lino Floriani, localizada na Rua Sizino Garcia, nº 565, no Bairro Santo Antônio, neste município, em conformidade com o estabelecido no item I do Edital e Anexo II – Minuta de Contrato.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 09:30 horas do dia 31 de janeiro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul SC. O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 10:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), sendo o valor de R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais) por dia de transporte realizado.

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtido no seguinte endereço: Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra

do Rio Molha, município de Jaraguá do Sul-SC, ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul (SC), 16 de janeiro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

SEMSA - PORTARIA Nº 005/2017

PORTARIANº 005/2017/Semsa

Designa responsáveis por assinar e proceder movimentações financeiras do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR os profissionais relacionados a seguir para assinar e proceder as movimentações financeiras do Fundo Municipal de Saúde – FMS:

- Dalton Fernando Fischer – Diretor de Vigilância em Saúde;
- Antônio Marcos da Silva – Diretor de Gestão Técnica;
- Celso Antônio Fritzen – Diretor Administrativo e Financeiro;
- Mirian Miranda Feder – Agente Administrativa.

Parágrafo Único: As contas do Fundo Municipal de Saúde – FMS do município de Jaraguá do Sul, serão movimentadas sempre em conjunto de duas assinaturas, simultaneamente, preferencialmente com o Secretário Municipal de Saúde.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 002/2017/Semsa, de 11 de janeiro de 2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de janeiro de 2017.

JONAS GERMANO SCHMIDT
Secretário Municipal da Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 15/2017**

PORTARIA Nº 15/2017

Exonera Chefe de Gabinete.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE, o SR. JOÃO ANTONIO BERTI. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 116/2016, de 17 de Outubro 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 16 de janeiro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA
Presidente

PORTARIA Nº 16/2017

PORTARIA Nº 16/2017

Nomeia Chefe de Gabinete.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, o SR. RONALDO WOLSKI, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 17 de janeiro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA
Presidente

PORTARIA Nº 18/2017

PORTARIA Nº 18/2017

Prorroga prazo da Portaria 135/2016.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos Parágrafo 1º do Artigo 16 da Lei Complementar nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 169/2015, de 20/10/2015; da Lei nº 7.071/2015, de 13 de julho de 2015,

RESOLVE:

Artigo 1º - PRORROGAR por mais 30 (trinta) dias, a partir do vencimento, o prazo previsto no Artigo 2º caput da Portaria nº 135/2016, de 19 de dezembro de 2016, a qual Nomeia, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Assistente de Programas e Ações Institucionais, JOEL LUIZ CORREIA, para tomar posse no respectivo cargo.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 18 de janeiro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA
Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

PORTARIA N.º 084

PORTARIA Nº 084 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) DERCEU JOSE GERARDI, Gerente de Patrimônio e Serviços Gerais, nível CC-3, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 085

PORTARIA Nº 085 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"RETIFICAR PORTARIA QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º RETIFICA A PORTARIA N.º 08/2017 na qual CONCEDE a (o) Servidor (a) Sr.(a) DIANA APARECIDA GOTARDO, Técnico de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 003/2017 da Gerência de Habitação e Regularidade Fundiária, referente ao período de 13 de fevereiro de 2015 a 12 de fevereiro de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Onde lê-se: "...Técnico de Enfermagem..."

Leia-se: "...Técnico de Administração..."

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 086

PORTARIA Nº 086 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sra. GABRIELLA BALESTRIN, Técnico de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para a Coordenadoria de Planejamento, conforme ofício n.º 05/2017 da Coordenadora de Planejamento.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 087

PORTARIA Nº 087 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) JULIANA GASPARINI MOTT, Professor Nível I – (Licenciatura), para exercer a função de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 088

PORTARIA Nº 087 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) JULIANA GASPARINI MOTT, Professor Nível I – (Licenciatura), para exercer a função de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 089

PORTARIA Nº 089 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) ARLETE TERESINHA CAMPOS PASQUALI, Professor Nível II – (Pós Graduação), para exercer a função de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 090

PORTARIA Nº 090 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) LURDES FOPPA PANTTI, Professor Nível I – (Licenciatura), para exercer a função de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 091

PORTARIA Nº 091 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) DEBORAH APARECIDA SUFREDINI, Professor Nível I – (Licenciatura), para exercer a função de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 092

PORTARIA Nº 092 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) DEBORA MARIA CRESTANI TONET, Professor Nível II – (Pós Graduação), para exercer a função de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Escola Municipal Frida Regensburger, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 093

PORTARIA Nº 093 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) JULIO CEZAR ALBERGUINI, Professor Nível II – (Pós Graduação), para exercer a função de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – centro Educacional Frei Bruno, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 094

PORTARIA Nº 094 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) CRISTIANE TURRA, Professor Nível I – (Licenciatura), para exercer a função de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – centro Educacional Frei Bruno, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 095

PORTARIA Nº 095 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) KELI MINEIA CAMAROTO BACALTCHUCK, Professor Nível II – (Pós Graduação), para exercer a função de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro de Educação Infantil Rosa Branco, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 096

PORTARIA Nº 096 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) DAIANA ANTUNES DE OLIVEIRA, Professor Nível II – (Pós Graduação), para exercer a função de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro de Educação Infantil Mundo encantado, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 097

PORTARIA Nº 097 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) CAMILA BRANCO SGARIA, Professor Nível II – (Pós Graduação), para exercer a função de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro de Educação Infantil Mundo Encantado, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 098

PORTARIA Nº 098 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) ELIZALDA CASAGRANDE, Professor Nível I – (Licenciatura), para exercer a função de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 099

PORTARIA Nº 099 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) MARIVETE PIRES, Professor Nível I – (Licenciatura), para exercer a função de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 100

PORTARIA Nº 100 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) ELIANE DE SOUZA BUTTNER, Professor Pós Graduação Nível I – (Pós Graduação cargo em extinção), para exercer a função de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro de Educação Infantil Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 101

PORTARIA Nº 101 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) JANDIRA SALETE ALVES COSTENARO, Professor Nível II – (Pós Graduação), para exercer a função de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – NUPERAJO, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 102

PORTARIA Nº 102 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) ELIETE CHIAMULERA ABATTI, Professor Nível I – (Licenciatura), para exercer a função de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – NUPERAJO, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 103

PORTARIA Nº 103 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) ROSELI MARIA LAGO, Professor Nível II – (Pós Graduação), para exercer a função de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Escola Municipal Anita Lopes Vieira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 104

PORTARIA Nº 104 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) CLARICE MARIA PECCIN ENDERLE, Professor Nível II – (Pós Graduação), para exercer a função de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Tempo de Aprender, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 105

PORTARIA Nº 105 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) DANIELA BORSOI DALLA LASTA, Professor Nível II – (Pós Graduação), para exercer a função de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Infantil Rita Maria Costenaro Petry, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 106

PORTARIA Nº 106 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) PAULA ANDRESSA KVIECZINSKI CASTELO BRANCO, Professor Nível I – (Licenciatura), para exercer a função de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Infantil Rita Maria Costenaro Petry, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 107

PORTARIA Nº 107 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) ROSANA SCHUFLER HEBERLE, Professor Nível II – (Pós Graduação), para exercer a função de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Infantil Clara Zomkowsky, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 108

PORTARIA Nº 108 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) CRISTINA VIEIRA, Professor Nível II – (Pós Graduação), para exercer a função de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 109

PORTARIA Nº 109 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) ELIANE ALVES CARDOSO, Professor Nível II – (Pós Graduação), para exercer a função de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, em especial a Lei Complementar n.º 330/2016, conforme memorando n.º 27/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 110

PORTARIA Nº 110 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

"RETIFICA PORTARIA QUE CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º. RETIFICAR A PORTARIA N.º 6760/2016 na qual INSTAURA "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível pagamento e não gozo de férias do servidor Jose Antonio Martins falecido em 08/11/2016, de acordo com pedido protocolado pela pensionista sob n.º 002628/2016 de 28/11/2016, bem como parecer jurídico.

Onde lê-se: "...Processo Administrativo Disciplinar..."

Leia-se: "...Processo Administrativo..."

Art. 2º. DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, FRANCIANI ALICE RIZZI E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de janeiro de 2017

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 111

PORTARIA Nº 111 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, resolve:

Art. 1º – NOMEAR o servidor JESIEL DE OLIVEIRA para compor a Comissão Municipal de Licitações B, para promoção dos trabalhos gerais de Licitação de Município de Joaçaba, em substituição a servidora Gabriella Balestrin.

Art. 2º Os trabalhos são caracterizados por "múnus publico". A

comissão Municipal de Licitações B, supra citada é a nomeada pela portaria n.º 5.228/2016, as demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 112

PORTARIA Nº 112 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE ,

Art. 1º - NOMEAR o servidor JESIEL DE OLIVEIRA para compor a Comissão Especial, para gerenciar a realização de despesas sob o regime de adiantamento correspondente a sua Unidade Gestora, em substituição a servidora Gabriella Balestrin.

Art. 2º - Os trabalhos são caracterizados por "múnus publico". A comissão especial, supra citada é a nomeada pela portaria n.º 977/2013, as demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 113

PORTARIA Nº 113 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

“DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º – DESIGNAR o servidor Sr. JESIEL DE OLIVEIRA para acompanhar e fiscalizar o Termo de Convênio n.º 01/2016/FMS, proveniente do objeto estabelecido de bases de cooperação e para promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas cuja finalidade é a realização de atendimentos da unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), em substituição a

Sra. Gabriella Balestrin, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 17 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 114

PORTARIA Nº 114 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

“ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) JESSICA APARECIDA BOFF, das funções de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e em virtude de sua aprovação no edital de Teste Seletivo nº 005/2015/SMS da Secretaria Municipal de Saúde, em especial pela convocação do Teste Seletivo nº 001/2016/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 115

PORTARIA Nº 115 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) JESSICA APARECIDA BOFF durante o período de 16 de janeiro de 2017 a 15 de julho de 2017, para exercer as funções de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e em virtude de sua aprovação em 2º lugar no edital de Teste Seletivo nº 001/2016/SMS da Secretaria Municipal de Saúde, suprimindo vaga em aberto que ocorreu devido a alterações de locais de trabalho, conforme memorando n.º 27/2017 e 50/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 116

PORTARIA Nº 116 DE 18 DE JANEIRO DE 2016

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE ,

Art. 1º - NOMEAR “Comissão Especial” para gerenciar a realização de despesas sob o regime de adiantamento correspondente a sua Unidade Gestora.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores:

Fundo Municipal de Assistência Social: IVONE ZANATTA e NATHALIA COSTENARO MASCARELLO
Fundo Municipal de Saúde: JESIEL DE OLIVEIRA
Fundação Municipal de Esporte e Cultura: ANA PAULA ABE GURGACZ e LUCÉLIA MERLO
Prefeitura Municipal de Joaçaba: LUCI TEREZINHA HEBERLE

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 117

PORTARIA Nº 117 DE 19 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) MARIVÂNIA CARVALHO DA SILVA, Gerente de Gabinete, nível CC-3, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 19 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO Nº 001/2017 DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTES - DME

RESOLUÇÃO Nº 001/2017

DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTES - DME

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA CONDUZIREM VEÍCULOS DA DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTES”

A Diretora de Esportes do Município de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os seguintes servidores para conduzirem os veículos da Diretoria Municipal de Esportes do Município de Joaçaba, conforme relação abaixo:

DME – Ana Paula Abe Gurgacz, Julio Valecio Ferreira, Lucélia Aparecida Merlo, Valeria Terezinha Ferreira.

(QHN 0734, CHERY - CELER SD – 2015/2015 BRANCO).
(MLU 3516, CHEVROLET - MONTANA LS – 2013/2014 BRANCO)

Parágrafo único: A Carteira Nacional de Habilitação dos servidores deverá estar dentro da data de validade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 17 de janeiro de 2017
Ana Paula Abe Gurgacz
Diretora de Esportes
Diretoria Municipal de Esportes

HOMOLOGAÇÃO PL 77/2016/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 7/2016 - CC Processo Administrativo: 79/2016 Processo de Licitação: 77/2016 Data do Processo: 21/09/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, DIOCLÉSIO RAGNINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 77/2016
b) Licitação Nr.: 7/2016-CC
c) Modalidade: Concorrência p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 18/01/2017
e) Data da Adjudicação: 18/01/2017 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação Concorrência a outorga de concessão onerosa do serviço de implantação, exploração e administração de estacionamento rotativo pago em vias e logradouros públicos do Município de Joaçaba.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Desc'to (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	-------------	----------------	---------------

SERBET - SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRA (11657)

1	tarifa do estacionamento rotativo	HR	1	-	1,40	1,40
Total do Fornecedor:						1,40
Total Geral:						1,40

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2017.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PREGÃO 0003/2017 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0006/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2017

PROTOCOLO JHL 0087/2017

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0003/2017 – Licitação 0006/2017, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE RETROESCAVADEIRA CASE 580L, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 9h00min do dia 01/02/2017 na sede do SIMAE, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 01/02/2017 às 9h10min, na sede do SIMAE, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 19/01/2017 a 01/02/2017.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 18 de janeiro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Adjunto do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 316/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 316/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ROSANE DAS GRAÇAS MORAES DA SILVA, inscrita no CPF sob n.º 046.309.169-89, residente e domiciliada a Rua Euclides da Cunha, 40 – Bairro Caravagio – Lages/SC.

resolvem celebrar este 4º termo aditivo ao Contrato 316/2015, Conforme Parecer Jurídico nº 1146/2016, Processo Licitatório nº 36/2015, correlato a Concorrência 05/2015, aberta em 05/05/2015 e homologada em 17/06/2015, consoante as seguintes alterações:

Conforme solicitação de prorrogação de prazo, efetuada pela Secretaria da Educação Of. nº 1036/2016, ficam prorrogados os prazos de Execução e Vigência por mais 120 (cento e vinte) dias a contar de 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 21 de dezembro de 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

RERRATIFICAÇÃO PP 26/2016 SMS

AVISO DE LICITAÇÃO

RERRATIFICAÇÃO

Modalidade: PP 26-2016 SMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA USO NO PRONTO ATENDIMENTO, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES PRESCRITAS NO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DESTES EDITAIS.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no anexo II do Termo de Referência do Edital. As alterações encontram-se no site www.lages.sc.gov.br. as demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 18 de Janeiro de 2017.

Antonio Cesar Alves de Arruda

Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 042/2017

PORTARIA RH Nº 042/2017

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, RAUL ZANDAVALLE FILHO Fiscal de Tributos, do dia 02.01.2017 a 31.01.2017, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Janeiro de 2017.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 043/2017

PORTARIA RH Nº 043/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, KÁSSIA DA ROSA DOMICIANO Agente Comunitário, do dia 04.01.2017 a 02.02.2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 044/2017

PORTARIA RH Nº 044/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Conceder adicional de titulação, no percentual de 3%, ao Servidor ROQUE ANTÔNIO RAINICHESKI, Auxiliar de Serviços Gerais, de acordo com o Art. 14 da Lei Complementar nº 330/2015, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 046/2017

PORTARIA RH Nº 046/2017

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, NILMARA LOPES Assistente Social, do dia 04.01.2017 a 02.02.2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2017.

MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 055/2017

PORTARIA RH Nº 055/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor MORGANA STEFANI DE SOUZA Enfermeira, do período de 19/08/2013 a 05/01/2017, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Janeiro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 057/2017

PORTARIA RH Nº 057/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 4909/2016;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. GISELE ELIS MARTINS, Jornalista, de provimento efetivo, com lotação na Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação, a partir de 06/01/2017, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de

19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Janeiro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058/2017

PORTARIA RH Nº 058/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor KARINE DE OLIVEIRA FRETTE Contador, do período de 01/04/2013 a 06/01/2017, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Janeiro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 062/2017

PORTARIA RH Nº 062/2017

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, FABRÍCIO FERREIRA REGO LEITE Contador, do dia 09.01.2017 a 07.02.2017, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Janeiro de 2017.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 063/2017

PORTARIA RH Nº 063/2017

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 09.01.17 a 07.02.2017.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Gisele Masiero	2015/2016
Maria de Fátima Espíndola	2015/2016
Mariana Corrêa Fretta Milioli	2015/2016
Vera Lúcia da Silva	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Janeiro de 2017.

MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 064/2017

PORTARIA RH Nº 064/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 09.01.17 a 07.02.2017.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
José Antônio de Castro Júnior	2013/2014
Renata da Silveira Siqueira	2015/2016
Sandra Aparecida da Silva	2015/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Janeiro de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 072/2017

PORTARIA RH Nº 072/2017

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ADRIANA MACIEL MACHADO Assistente Social, do dia 10.01.2017 a 08.02.2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Janeiro de 2017.

MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 073/2017

PORTARIA RH Nº 073/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, GISELE PAVANATTI BITTENCOURT Agente Comunitário, do dia 12.01.2017 a 10.02.2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Janeiro de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 082/2017

PORTARIA RH Nº 082/2017

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 12.01.17 a 10.02.2017.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Ana Carolina Mendes Leandro	2015/2016
Thiago Fortunato Honorato	2015/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Janeiro de 2017.

MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 083/2017

PORTARIA RH Nº 083/2017

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES, OBRAS, PESCA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUICULTURA DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, DANILO RODRIGUES DA CRUZ Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 13.01.2017 a 12.02.2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 13 de Janeiro de 2017.

JONATAN DO NASCIMENTO OVIDIO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 086/2017

PORTARIA RH Nº 086/2017

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora CLEIDE BRÍGIDO DO CARMO VARGAS, Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 15.01.17 a 13.02.2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Janeiro de 2017.

MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 087/2017

PORTARIA RH Nº 087/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 16.01.17 a 14.02.2017.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Ana Paula Moura Dias dos Santos	2014/2015
Aline Medeiros	2015/2016
Carla Carvalho Nunes	2015/2016
Cláudia Regina Silva	2015/2016
Djone da Silva Fortunato	2015/2016
Fabíula Vieira Maia Ribeiro	2015/2016
Inêz João Soares Henrique	2015/2016
Mariza Susana Muller	2015/2016
Rosilda Pires	2015/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Janeiro de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 089/2017

PORTARIA RH Nº 089/2017

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, DANIELE NUNES FERNANDES VICENTE Conselheira do Conselho Tutelar, do dia 16.01.2017 a 14.02.2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Janeiro de 2017.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 034/2017**

D E C R E T O Nº 034/2017

ESTABELECE PROCEDIMENTOS EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Secretária de Administração, Finanças e Planejamento Ana Rúbia dos Santos Prestes Cesconetto, juntamente com o Prefeito Municipal Valdir Fontanella, autorizados a realizarem as seguintes movimentações das contas bancárias da Prefeitura Municipal de Lauro Müller de CNPJ nº 82.558.909/0001-24, do Fundo Municipal de Habitação de CNPJ nº 19.059.896/0001-02, do Fundo Municipal de Assistência Social de CNPJ nº 12.851.043/0001-60 e do Fundo Municipal dos Direitos da Infância e da Adolescência de CNPJ nº 19.059.863/000-62, mantidas nesta instituição Financeira:

1 - CONTA CORRENTE

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO;
- AUTORIZAR COBRANCA;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES;
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES;
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
- ENDOSSAR CHEQUE;
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;
- EFETUAR SAQUES - POUPANCA;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO;
- EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO;
- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG;
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER -RPG;
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO;
- EMITIR COMPROVANTES;
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO;
- FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS;
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO;
- CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO - DDA.

2 - OPERAÇÕES

- CONCEDER ABATIMENTOS;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;

- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
- CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR;
- EFETUAR ACORDOS;
- EMITIR DUPLICATAS;
- ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO;
- ASSINAR ORCAMENTO;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO.

3 - INSTRUMENTO DE CRÉDITO

- AJUSTAR VAL, CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/OU FINANCIAMENTO;
- ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES;
- ASSINAR INSTR DE CREDITO;
- ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/ASS GERAL/ SOCIOS;
- ASSINAR MENCAO ADICIONAL;
- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 022/2017.

LAURO MÜLLER, 18 DE JANEIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

DECRETO Nº 035/2017

D E C R E T O Nº 035/2017

ESTABELECE PROCEDIMENTOS EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Secretária Municipal de Saúde Carla Zabotti Dias, juntamente com o Coordenador de Gabinete do Gabinete do Prefeito senhor Genivaldo da Silva, autorizados a realizarem as seguintes movimentações das contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde de CNPJ nº 11.292.440/0001-86, mantidas nesta instituição Financeira:

1 - CONTA CORRENTE

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO;
- AUTORIZAR COBRANCA;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;

- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES;
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES;
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
- ENDOSSAR CHEQUE;
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;
- EFETUAR SAQUES - POUPANCA;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO;
- EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO;
- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG;
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER -RPG;
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO;
- EMITIR COMPROVANTES;
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO;
- FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS;
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO;
- CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO - DDA.

2 - OPERAÇÕES

- CONCEDER ABATIMENTOS;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
- CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR;
- EFETUAR ACORDOS;
- EMITIR DUPLICATAS;
- ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO;
- ASSINAR ORCAMENTO;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO.

3 - INSTRUMENTO DE CRÉDITO

- AJUSTAR VAL, CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/OU FINANCIAMENTO;
- ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES;
- ASSINAR INSTR DE CREDITO;
- ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/ASS GERAL/ SOCIOS;
- ASSINAR MENCAO ADICIONAL;
- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE JANEIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

DECRETO Nº 036/2017

D E C R E T O Nº 036/2017

ESTABELECE PROCEDIMENTOS EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.562/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Diretor Geral do Hospital Municipal Henrique Lage senhor Silvio Avila Junior, juntamente com o senhor Genivaldo da Silva, autorizados a realizarem as seguintes movimentações das contas bancárias do Hospital Municipal Henrique Lage de CNPJ nº 82.558.487/0001-97, mantidas nesta instituição Financeira:

1 - CONTA CORRENTE

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO;
- AUTORIZAR COBRANCA;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES;
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES;
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
- ENDOSSAR CHEQUE;
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;
- EFETUAR SAQUES - POUPANCA;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO;
- EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO;
- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG;
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER -RPG;
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO;
- EMITIR COMPROVANTES;
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO;
- FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS;
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO;
- CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO - DDA.

2 - OPERAÇÕES

- CONCEDER ABATIMENTOS;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
- CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR;
- EFETUAR ACORDOS;
- EMITIR DUPLICATAS;
- ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO;
- ASSINAR ORCAMENTO;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO.

3 - INSTRUMENTO DE CRÉDITO

- AJUSTAR VAL, CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/OU FINANCIAMENTO;
- ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES;
- ASSINAR INSTR DE CREDITO;
- ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/ASS GERAL/ SOCIOS;
- ASSINAR MENCAO ADICIONAL;
- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE JANEIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

DECRETO Nº 036/2017

D E C R E T O Nº 036/2017

ESTABELECE PROCEDIMENTOS EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.562/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Diretor Geral do Hospital Municipal Henrique Lage senhor Silvio Avila Junior, juntamente com o senhor Genivaldo da Silva, autorizados a realizarem as seguintes movimentações das contas bancárias do Hospital Municipal Henrique Lage de CNPJ nº 82.558.487/0001-97, mantidas nesta instituição Financeira:

1 - CONTA CORRENTE

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO;
- AUTORIZAR COBRANCA;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES;
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES;
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
- ENDOSSAR CHEQUE;
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;
- EFETUAR SAQUES - POUPANCA;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO;
- EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO;
- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG;
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER -RPG;
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/ AASP;

- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO;
- EMITIR COMPROVANTES;
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO;
- FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS;
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO;
- CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO - DDA.

2 - OPERAÇÕES

- CONCEDER ABATIMENTOS;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
- CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR;
- EFETUAR ACORDOS;
- EMITIR DUPLICATAS;
- ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO;
- ASSINAR ORCAMENTO;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO.

3 - INSTRUMENTO DE CRÉDITO

- AJUSTAR VAL, CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/OU FINANCIAMENTO;
- ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES;
- ASSINAR INSTR DE CREDITO;
- ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/ASS GERAL/ SOCIOS;
- ASSINAR MENCAO ADICIONAL;
- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE JANEIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

DECRETO Nº 037/2017

DECRETO Nº 037/2017

"DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA NO ATENDIMENTO DA SAÚDE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE LAURO MULLER/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDIR FONTANELLA, Prefeito Municipal de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com respaldo na Lei Orgânica do Município e legislação vigente,

CONSIDERANDO a troca da administração municipal de Lauro Muller/SC em razão das eleições municipais ocorridas em 03/10/2016;

CONSIDERANDO que não houve instalação de governo de transição que permitisse análise de contratos e seus quantitativos de modo a operá-los no sentido de se manter os serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO a existência do concurso público nº 04/2016 onde previu o preenchimento das vagas para Médicos ESF e que todos os 07 (sete) candidatos aprovados desistiram da assunção da vaga e/ou pediram demissão após a investidura;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção dos serviços públicos essenciais, sem qualquer paralisação em todas as áreas, principalmente na saúde;

CONSIDERANDO que o processo seletivo, após iniciado, possui lapso temporal razoável de conclusão até a assinatura do contrato e homologação de resultados, e que referido tempo impedirá que o município de Lauro Muller mantenha os serviços de atendimento na saúde;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado estado de emergência pelo prazo de 180 (cento oitenta dias) no atendimento da saúde no poder público de Lauro Muller/SC para fins de atendimento médico no ESF.

Parágrafo Único. O presente decreto tem a finalidade exclusiva de suficiência temporária do município de Lauro Muller/SC para manutenção dos serviços de atendimento médico nos ESFs em caráter emergencial e temporário.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE JANEIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/PMLM/2017 03/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/PMLM/2017 03/FMS/2017

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 03/02/2017 às 9h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de bateria, para manutenção da frota pertencente ao município de Lauro Muller e Fundo Municipal de Saúde, durante o ano letivo de 2017.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com

Lauro Muller, 18 de Janeiro de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva

Lebon Régis

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 04/2017

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 04/2017

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 004/2016, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 1471/2014. Objeto: Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, previamente aprovado em Assembleia Geral do Consórcio, para o exercício de 2017. Valor total de R\$ 35.904,00 (trinta e cinco mil, novecentos e quatro reais) divididos em 12 parcelas mensais de R\$2.992,00 (dois mil novecentos e noventa e dois reais). Rateio Fixo das Despesas do "Programa Integrado de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente – PROAMA", previamente aprovado em Assembleia Geral do Consórcio, para o exercício de 2017. Valor total de R\$ 17.054,40 (dezessete mil e cinquenta e quatro reais com quarenta centavos), divididos em 12 parcelas mensais de R\$1.421,20 (um mil quatrocentos e vinte e um reais com vinte centavos). PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA CNPJ:12.075.748/0001-32.

Lebon Régis, 18 de janeiro de 2017.

José Vanderlei de Campos - Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 02/2017

Edital de Convocação n. 02/2017

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público n. 001/2016, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h30min e 17h30min, até o dia 30/01/2017, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Mariza Granemann de Mello	Controlador Interno	2º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 18 de janeiro de 2017.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 129/2017 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 129/2017 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ANTONIO GUESSER DA ROSA, para ocupar o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria de Obras e Serviços Municipais, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 130 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 130 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ALEIA APARECIDA PRETO, servidora efetiva do quadro de Pessoal do Município de Lebon Régis, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, para responder pela direção do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL WALMOR CARLIN DO PRADO, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 131/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 131/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR THACYANA CANELLE, para ocupar o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria de Administração, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 09/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 09 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 09 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 132/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 132/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR EVERALDO KOJIKOSKI, Servidor efetivo do Poder Legislativo Municipal, com matrícula nº 001, ocupante do cargo de

provimento efetivo de Contador, e lotação naquela casa Legislativa, para desempenhar suas funções junto ao setor contábil da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, ocupando o cargo em comissão de ASSESSOR DE ORÇAMENTO E CONTROLE, com lotação na Secretaria de Administração, com ônus para o Poder Executivo Municipal, conforme menciona a Portaria 001/2017 de 02 de janeiro de 2017 do Poder Legislativo, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 09 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 09 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 133/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 133/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, SIDNEI VICTOR PIRES DE LIMA, para ocupar o cargo de Agente de Saúde (Centro), com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 10/01/2017, ficando sua vaga vinculada a Licença de Eronita de Fátima Alves dos Santos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 134/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 134/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, ABEL CORREA DE SOUZA, para ocupar o cargo de Vigia, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 135/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 135/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, ELOI SALETE PRETO DE ALMEIDA, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 136/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 136/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, IEDA MARIA CRIST FELIPUS, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 137/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 137/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, MARLI MOREIRA PEPES KLUG, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 138/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 138/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, ROSILDA CARDOSO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 139/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 139/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, SALETE

FURTADO GRANEMANN PALHANO, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 140/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 140/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, DEBORA IZABEL DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 09/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 141/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 141/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, JAQUELINE DE SOUZA CORREA, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 11/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 142/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 142/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, ALESSANDRA DOS SANTOS SELINKA, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 143/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 143/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, ELIZANGELA TEREZINHA MAITELLI, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 144/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 144/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, SUELI APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 145/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 145/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, LUCIANO DE SOUZA BAUER, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 146/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 146/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, JULIANA

OLINDA DE SOUZA, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 147/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 147/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, FRANCIANE FURTADO MELLO, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 148/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 148/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, FRANCIELI ORTIZ DE SOUZA, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 149/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 149/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, EVELIZE APARECIDA ROSA, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 150/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 150/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, ELIANA NERCOLLINI, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 151/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 151/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, CRISTIANE RIBEIRO PEREIRA, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 152/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 152/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, JANETE APARECIDA GRANEMANN, para ocupar o cargo de Atendente de Consultório Dentário, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 10/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 153/2017 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 153/2017 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, MARCA DAS GRAÇAS MEIRELES

CRUZ, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 11/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 11 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 11 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 154/17 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 154/17 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, CAROLINE SILVA DE MARAFIGO, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 11 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 11 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 155/17 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 155/17 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, MICHELI BECKER DA SILVA, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 11 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 11 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios

(DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 156/17 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 156/17 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, VERA MARCIA ANTUNES, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 11 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 11 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 157/17 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 157/17 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, ELENIR APARECIDA PONTES, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 11 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 11 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 158/17 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 158/17 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, ELIANE DIAS DOS REIS, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 06/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 11 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 159/17 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 159/17 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, ELIANE DIAS DOS REIAS, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 10/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 11 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 160/17 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 160/17 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) PAOLA DAYANA ZIEM, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Auxiliar de

Assistente Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social, FÉRIAS, ref. período aquisitivo 01/08/2015 a 31/07/2016, a partir de 17/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 161/17 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 161/17 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ROSANE DIAS GUESSER, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Assistente Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social, FÉRIAS, ref. período aquisitivo 02/04/2015 a 01/04/2016, a partir de 17/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 162/17 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 162/17 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ROSEMERE FURTADO DE OLIVEIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor de Artesanato, com lotação na Secretaria de Assistência Social, FÉRIAS, ref. período aquisitivo 12/07/2015 a 11/07/2016, a partir de 17/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 163/17 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 163/17 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SEBASTIANA APARECIDA RIBEIRO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com lotação na Secretária de Serviços Municipais, FÉRIAS, ref. período aquisitivo 13/07/2015 a 12/07/2016, a partir de 17/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 17 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 3/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 3/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº. 2/2015

RETIFICAÇÃO

Pelo presente instrumento particular a autarquia HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE LEBON RÉGIS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 83.684.324/0001-13, com sede na Rua Valdir Ortigari, n. 74, Centro, Lebon Régis/SC, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Moacir Galeno Varela Furtado, , doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado CLÍNICA RADIOLÓGICA BELA VISTA S/S LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Brasil, lado Par, 597, Bairro Bela Vista, cidade de São José-SC, inscrito no CNPJ 13.397.339/0001-15, neste ato, representada por seu Sócio-gerente, Senhor Richardson Cezário David, a seguir denominada CONTRATADA, RESOLVEM:

1º.: Retificar a cláusula primeira do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 3/2015 para vencimento em 30 de Abril de 2017.

2º.: Ratificam-se as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Lebon Régis, 10 de Janeiro de 2017.

Hosp. e Mat. Mun. S. Antonio
Moacir G. V. Furtado

CLÍNICA RADIOLÓGICA BELA VISTA S/S LTDA Richardson C. David

Visto em ____/____/2017.

ADVOGADO
OAB/

Leoberto Leal**PREFEITURA****PROCESSO SELETIVO N.º 003/2016 - HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS**

Estado de Santa Catarina

Município de Leoberto Leal

Edital do Processo Seletivo nº 003/2016

HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO

ENFERMEIRO (CURSO SUPERIOR NA ÁREA)				
Nome do Candidato	Prova Objetiva			Classificação
	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	
Alex Kammers	2,0	4,4	6,4	1º

TÉCNICO DE ENFERMAGEM (CURSO TÉCNICO NA ÁREA)				
Nome do Candidato	Prova Objetiva			Classificação
	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	
Loreni de Oliveira Scheidt	3,2	4,8	8,0	1º
Vanderléia Müller	3,6	4,4	8,0	2º
Walter Miranda Costa	2,4	4,4	6,8	3º
Mayara Terezinha Francisco	2,8	3,6	6,4	4º
Viviane Miguel	2,0	4,0	6,0	5º
Valdete Malescki da Silva	1,6	3,6	5,2	6º
Patrícia Aparecida Gomes	2,8	1,6	4,4	Reprovou

NUTRICIONISTA (CURSO SUPERIOR NA ÁREA)				
Nome do Candidato	Prova Objetiva			Classificação
	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	
Bruna Sabedra Bordin	2,8	4,4	7,2	1º

Leoberto Leal, 18 de janeiro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR 05/2017 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

Genir Loli – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de grama em leiva, adubo orgânico, mudas de arvores e de flores, arranjos, no dia 01 de fevereiro de 2017, as 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 18 de janeiro de 2017.

Genir Loli

Prefeito Municipal

2016, ao Servidor Público Municipal Cristiano Biondo, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, vinculado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Transportes, pelo período de 09 (nove) dias, compreendidos entre os dias 09 a 17 de Janeiro de 2017, sendo que estes dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

II – Fica revogada a Portaria nº 012/2017 de 06 de Janeiro de 2017.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 13 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

AVISO DE LICITAÇÃO - PR 06/2017

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017

Genir Loli – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais de Futebol de Campo, Futsal, e Futebol Suíço, no dia 06 de fevereiro de 2017, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 18 de janeiro de 2017.

Genir Loli - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 024/2017, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 024/2017, de 17 de Janeiro de 2017.

CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

GENIR LOLI- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2. 003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder Licença saúde a partir de 17 de Janeiro de 2017, a Servidora Pública Municipal Marli Maria Eisenhardt Cason, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, 60 (sessenta) dias conforme atestado médico em anexo, sendo que após o décimo quinto dia com ônus para o Instituto de Seguridade Social – INSS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 24 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 023/2017, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 023/2017, de 13 de Janeiro de 2017

INTERROMPE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 135, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e;

Considerando a excepcional necessidade de retorno ao serviço, para que não haja interrupção da continuidade dos trabalhos desempenhados pelo Servidor;

RESOLVE:

I - Interromper, a partir dia 09 de Janeiro de 2017, as férias concedidas, na forma da Portaria nº 372/2016, de 19 de Dezembro de

PORTARIA Nº 025/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 025/2017, de 18 de Janeiro de 2017.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 119, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Luis Eberton Gabrielli, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, 30 (trinta) dias de licença, a título de Licença-Prêmio, compreendido entre os dias 19 de Janeiro de 2017 a 17 de Fevereiro de 2017, com a remuneração do cargo efetivo, relativo ao período aquisitivo de 04 de Abril de 2011 a 03 de Abril de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 18 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 026/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 026/2017, de 18 de Janeiro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Nelsa Baldessar Pruinelli, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, referente ao período aquisitivo de 10 de Setembro de 2015 a 09 de Setembro de 2016, para gozo no período de 23 de Janeiro de 2017 a 21 de Fevereiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 18 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 027/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 027/2017, de 18 de Janeiro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Gilson Antonio Pruinelli, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, vinculado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, referente ao período aquisitivo de 03 de Agosto de 2014 a 02 de Agosto de 2015, para gozo no período de 23 de Janeiro de 2017 a 21 de Fevereiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 18 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 028/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 028/2017, de 18 de Janeiro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do artigo 91 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Janaina Dalla Vecchia, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutica, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, 23 (vinte e três) dias de férias, a contar de 23 de janeiro de 2017, relativas a Portaria nº 354/2016, de 07 de Novembro de 2016, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 364/2016, de 19 de Dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 18 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 029/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 029/2017, de 18 de Janeiro de 2017

INTERROMPE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 135, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e;

Considerando a excepcional necessidade de retorno ao serviço, para que não haja interrupção da continuidade dos trabalhos desempenhados pela Servidora;

RESOLVE:

Interromper, a partir de 23 de Janeiro de 2017, as férias concedidas, na forma da Portaria nº 402/2016, de 23 de Dezembro de 2016, a Servidora Pública Municipal Neusa Maria Johann Biesek, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnica de Enfermagem, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, pelo período de 09 (nove) dias, compreendidos entre os dias 23 a 31 de Janeiro de 2017, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 18 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

Lontras

PREFEITURA

EDITAL 007/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização do transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 01/02/2017; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 01/02/2017. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 19 de janeiro de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EDITAL Nº 006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2017

OBJETO: Registro de preço Aquisição de produtos para merenda escolar destinado aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil e fundamental), para programa da alimentação escolar (PNAE). Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 31/01/2017; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 31/01/2017. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 18 de janeiro de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luzerna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PML Nº 004/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 004/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 002/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 002/2017

Aos 17 (dezesete) dias do mês de janeiro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Caetano Costa, sala 02, 840, Centro, Canoinhas, CEP: 89.460-000, inscrita no CNPJ sob o nº 14.565.115/0001-38, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. NESTOR FABIO JOSE CZORNEI, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 5.192.992 e inscrito no CPF/MF sob o nº 068.244.589-45, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 002/2017, Pregão Presencial nº 002/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

0.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preço destinado à contratação de mão de obra e material para serviço de pintura externa das edificações da Escola Municipal São Francisco, especificadas no Anexo ao Edital, e conforme tabela discriminativa abaixo:

LOTE 1					
Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Contratação de mão de obra para serviço de engenharia, sendo pintura externa da edificação onde funciona a Primeira Infância (Creche) da Escola São Francisco, localizada na Rua São Francisco, Bairro São Francisco, neste município de Luzerna. Este serviço inclui: lavagem, lixagem, aplicação de fundo preparador e aplicação de 03 (três) demãos de tinta acrílica fosca.	5.142,86	5.142,86
2	1,00	UN	Contratação de mão de obra para serviço de engenharia, sendo pintura externa da edificação onde funciona a Escola São Francisco, localizada na Rua São Francisco, Bairro São Francisco, neste município de Luzerna. Este serviço inclui: lavagem, lixagem, aplicação de fundo preparador e aplicação de 03 (três) demãos de tinta acrílica fosca.	10.857,14	10.857,14

O FORNECEDOR 1 – IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME, responsável pelo fornecimento dos itens especificados no quadro acima, receberá o valor global total de R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais).

0.1.1. O objeto da presente Ata encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, sendo que os serviços deverão ser prestados, de forma imediata, de acordo com as necessidades do Município, devendo o FORNECEDOR, iniciar a prestação dos mesmos em até 12 (doze) horas contados do momento da autorização de fornecimento, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

0.1.2. Supervisão técnica: O FORNECEDOR deverá registrar suas visitas em formulário específico (controle de frequência), disponibilizado no Setor de Planejamento, sendo que o mesmo fundamentará as disposições para pagamento da proponente contratada.

0.1.3. Ferramentas e Equipamentos: O FORNECEDOR deverá fornecer todos os equipamentos indispensáveis à boa execução do serviço contratado e especificados neste Edital, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga e descarga, manuseio e guarda, manter máquinas, equipamentos, acessórios e ferramentas de sua propriedade em bom estado de conservação e segurança, visando a boa execução dos serviços;

0.1.4. O FORNECEDOR deverá empregar pessoal habilitado para a execução dos serviços, observando o quantitativo e a qualificação mínima exigida, bem como as exigências previstas na legislação pertinente;

0.1.5. O FORNECEDOR deverá fornecer e disponibilizar, em tempo integral todos os EPIs e EPC's, em conformidade com a legislação vigente, de forma a atender toda a equipe, orientando-a sobre seu correto e indispensável uso;

0.1.5.1. Paralisar imediatamente os serviços caso o Município, por meio de sua fiscalização, verifique que os a proponente contratada não esteja devidamente equipada ou munida de EPI's e EPC's, ficando o ônus pela paralisação por conta da proponente contratada, além da sujeição desta às penalidades cabíveis;

0.1.6. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

0.1.6.1. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento

para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

0.1.6.2. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

0.1.7. O serviço deverá ser executado de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante.

0.1.7.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.1.8. O FORNECEDOR deverá responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seu empregados, quando em serviço.

0.1.9. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização da prestação dos serviços e/ou o fornecimento de materiais objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de material ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

0.1.10. A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de materiais de forma inadequada que não atenderem às exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

0.1.11. Caso da recusa do serviço ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.1.14. Os quantitativos descritos em Anexo I ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

0.1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.1. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, qualquer mobiliário em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou montagem;

4.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

4.3.1. Se durante ou após a instalação dos móveis a fiscalização do contrato ou qualquer funcionário do Município de Luzerna constatar que houve danos às instalações (pêlculas, pintura, etc) a proponente vencedora deverá recompô-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sem qualquer ônus ao Poder Público, sob pena de serem glosados os pagamentos até que haja o satisfatório e completo cumprimento da obrigação;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriundo do processo licitatório;

4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.5. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.7. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.8. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.8.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.8.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.9. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.9.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA**DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA**DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são

publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade(s):

08.01.12.365.0028.2091 – Manutenção da Educação Infantil - Creches

08.01.12.361.0031.2030 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação:

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de terá vigência de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação da mesma (19/01/2017).

9.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Juliana Corbani e André Luis Toigo Diesel a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral do edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

NESTOR FABIO JOSE CZORNEI
IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1.	2.
Ass.	Ass.
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PML Nº 005/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 005/2017
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 002/2017
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 002/2017

Aos 17 (dezessete) dias do mês de janeiro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 – CARAS REVESTIMENTOS EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Izabete Criza, 508, Distrito Industrial, Irani, CEP: 89.680-00, inscrita no CNPJ sob o nº 21.089.749/0001-27, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. CARLOS ALMEIDA DOS SANTOS, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 2.818.573 e inscrito no CPF/MF sob o nº 790.044.669-91, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 002/2017, Pregão Presencial nº 002/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

0.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preço destinado à contratação de mão de obra e material para serviço de pintura externa das edificações da Escola Municipal São Francisco, especificadas no Anexo ao Edital, e conforme tabela discriminativa abaixo:

Lote 2					
Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
3	11	UN.	Fundo Preparador de Parede a base de água – embalagem com 18 litros.	109,9346	1.209,28
4	7	UN.	Tinta acrílica Fosca Vermelha - Premium – embalagem com 18 litros.	219,8675	1.539,07
5	22	UN.	Tinta acrílica Fosca Amarela - Premium – embalagem com 18 litros.	219,8675	4.837,09
6	17	UN.	Tinta acrílica Fosca Branca - Premium – embalagem com 18 litros.	219,8675	3.737,75
7	50	UN.	Massa tipo tapa-tudo 340g	34,6714	1.733,57
8	20	L.	Cloro desinfetante – embalagem com, no mínimo, 01 litro.	5,7504	115,01
9	10	L.	Detergente	1,5222	15,22
10	15	M.	Lixa 80	2,7061	40,59
11	20	M.	Lixa 60	3,3826	67,65
12	15	UN.	Esmalte sintético amarelo – embalagem com 3,6 litros.	60,0407	900,61
13	7	UN.	Esmalte sintético vermelho – embalagem com 3,6 litros.	60,0407	900,61
14	3	UN.	Fundo Zarcão antiferrugem – embalagem com 3,6 litros.	54,1212	420,28
15	3	UN.	Solvente – embalagem com 05 litros	40,5064	162,52

O FORNECEDOR 2 – CARAS REVESTIMENTOS EIRELI - ME, responsável pelo fornecimento dos itens especificados no quadro acima, receberá o valor global total de R\$16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais).

0.1.1. O objeto da presente Ata encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, sendo que os serviços deverão ser prestados,

de forma imediata, de acordo com as necessidades do Município, devendo o FORNECEDOR, iniciar a prestação dos mesmos em até 12 (doze) horas contados do momento da autorização de fornecimento, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

0.1.2. Supervisão técnica: O FORNECEDOR deverá registrar suas visitas em formulário específico (controle de frequência), disponibilizado no Setor de Planejamento, sendo que o mesmo fundamentará as disposições para pagamento da proponente contratada.

0.1.3. Ferramentas e Equipamentos: O FORNECEDOR deverá fornecer todos os equipamentos indispensáveis à boa execução do serviço contratado e especificados neste Edital, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga e descarga, manuseio e guarda, manter máquinas, equipamentos, acessórios e ferramentas de sua propriedade em bom estado de conservação e segurança, visando a boa execução dos serviços;

0.1.4. O FORNECEDOR deverá empregar pessoal habilitado para a execução dos serviços, observando o quantitativo e a qualificação mínima exigida, bem como as exigências previstas na legislação pertinente;

0.1.5. O FORNECEDOR deverá fornecer e disponibilizar, em tempo integral todos os EPIs e EPC's, em conformidade com a legislação vigente, de forma a atender toda a equipe, orientando-a sobre seu correto e indispensável uso;

0.1.5.1. Paralisar imediatamente os serviços caso o Município, por meio de sua fiscalização, verifique que os a proponente contratada não esteja devidamente equipada ou munida de EPI's e EPC's, ficando o ônus pela paralisação por conta da proponente contratada, além da sujeição desta às penalidades cabíveis;

0.1.6. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

0.1.6.1. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

0.1.6.2. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

0.1.7. O serviço deverá ser executado de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante.

0.1.7.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.1.8. O FORNECEDOR deverá responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seu empregados, quando em serviço.

0.1.9. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização da prestação dos serviços e/ou o fornecimento de materiais objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de material ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

0.1.10. A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de materiais de forma inadequada que não atenderem às exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

0.1.11. Caso da recusa do serviço ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.1.14. Os quantitativos descritos em Anexo I ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

0.1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA**DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.1. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, qualquer mobiliário em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou montagem;

4.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

4.3.1. Se durante ou após a instalação dos móveis a fiscalização do contrato ou qualquer funcionário do Município de Luzerna constatar que houve danos às instalações (películas, pintura, etc) a proponente vencedora deverá recompô-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sem qualquer ônus ao Poder Público, sob pena de serem glosados os pagamentos até que haja o satisfatório e completo cumprimento da obrigação;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriundo do processo licitatório;

4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.5. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.7. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.8. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.8.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.8.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.9. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.9.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA**DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA**DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**Atividade(s):**

08.01.12.365.0028.2091 – Manutenção da Educação Infantil - Creches

08.01.12.361.0031.2030 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação:

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

CLÁUSULA NONA**DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de terá vigência de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação da mesma (19/01/2017).

9.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Juliana Corbani e André Luis Toigo Diesel a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral do edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a

realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

CARLOS ALMEIDA DOS SANTOS
CARAS REVESTIMENTOS EIRELI - ME
FORNECEDOR xx

TESTEMUNHAS:

1.	2.
Ass.	Ass.
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 002/2017 - PP 002/2017 - MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA PINTURA EXTERNA DA ESCOLA SÃO FRANCISCO - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 002/2017 - PML

Pregão nº 002/2017 - PML

O Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 002/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à contratação de mão de obra e material para serviço de pintura externa das edificações da Escola Municipal São Francisco, especificadas no Anexo do presente Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA – ME;

* CARAS REVESTIMENTOS EIRELI - ME

- Valor total: R\$ 30.900,00

Luzerna (SC), 17 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 03/2017

Decreto nº 03 de 05 de janeiro de 2017.

DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Federal nº 8.666 de 21/6/1993, em seu Artigo 51 e seus Parágrafos, atualizada pela Lei Federal nº 8.883 de 8/6/1994;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalizar e agilizar os procedimentos administrativos com vistas à aquisição de materiais de consumo, permanentes, equipamentos, contratações de obras e serviços;

CONSIDERANDO a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para Administração, no processamento e julgamento;

CONSIDERANDO a observância da estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo;

CONSIDERANDO finalmente, a necessidade e os interesses da administração pública municipal em aperfeiçoar os mecanismos de controle e eficiência no sentido de realizar suas Licitações,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Comissão Permanente de Licitações, da Prefeitura Municipal de Maracajá e seus Fundos Municipais, constituída pelos servidores públicos: GRASIELA BECKER - Matrícula nº 0660, na qualidade de Presidente, Vladimir Borges Bitencourt - Matrícula nº 2225, na qualidade de Secretário e Anatoní Augusto Pezente Zilli - Matrícula nº 2169, na qualidade de Membro, podendo a Presidente assinar a expedição de licitações pelo período de 05 de janeiro de 2017 à 05 de janeiro de 2018, ficando nomeados como Suplentes da Comissão Permanente de Licitação de que trata este artigo os servidores públicos municipais: Adenauer Espíndola Serafim - Matrícula nº 0266 e Helder Francisco Loch - Matrícula nº 0480.

§ 1º A Comissão será regularmente convocada com antecedência pelo Setor de Licitações para o comparecimento às sessões.

Art. 2º A comissão nomeada terá como função efetuar o registro cadastral de fornecedores, elaborar minuta de edital, contratos e outros atos pertinentes ao procedimento de licitação, julgar preliminarmente a habilitação, as propostas, os recursos e demais questionamentos sobre os processos administrativos de licitação pública e promover a alteração ou cancelamento de cadastros de licitantes.

Art. 3º No caso de licitação na modalidade de convite, até a fase de abertura dos envelopes contendo as propostas dos licitantes, o julgamento e processamento poderão ser realizados por qualquer um dos membros da Comissão, devendo a decisão conclusiva ser expedida, obrigatoriamente, na presença da maioria.

Art. 4º Os membros da Comissão responderão solidariamente pelos atos decisórios que adotar, salvo se a posição divergente for devidamente registrada em ata lavrada na respectiva reunião.

Art. 5º A investidura dos membros da Comissão não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para o período subsequente, conforme preceitua o § 4º do Artigo 51, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 6º Pelos serviços prestados consoantes a este Decreto, os servidores designados não receberão nenhuma gratificação ou adicional pecuniário, sendo os serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se todas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 475 de 16 de novembro de 2016.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2017.
Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 05 de janeiro de 2017.

Vladimir Borges Bitencourt
Secretário de Administração

Marema

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N 01/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 006/2017.

DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 006/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 001/2017

OBJETO:

Locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração relativo ao setor de agricultura, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, sendo que o preço é compatível com o valor de mercado.

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93

É dispensável a licitação:

(...)

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

JUSTIFICATIVA:

O art. 24 da LLC traz consigo uma série de incisos que tipificam hipóteses em que o procedimento de licitação prévio à contratação se faz dispensável. Ao contrário do que disciplina o art. 25, que trata das inexigibilidades, o art. 24 veicula rol exaustivo.

A dispensa e a inexigibilidade de licitação são medidas de exceção, que retiram seu fundamento do mesmo dispositivo constitucional que obriga o procedimento prévio à contratação, qual seja, o art. 37, XXI, que estabelece a obrigatoriedade de contratação mediante processo de licitação pública "ressalvados os casos especificados na legislação".

Como explica Di Pietro,

A diferença básica entre as duas hipóteses está no fato de que, na dispensa, há possibilidade de competição que justifique a licitação; de modo que a lei faculta a dispensa, que fica inserida na competência discricionária da Administração. Nos casos de inexigibilidade, não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, inviável. (2006: 361)

A locação de imóveis pela Administração Pública, desde que atendidos alguns requisitos, estão previstas como casos de licitação dispensável. Nessa linha do que ensina a doutrina, significa dizer que, quando possível o certame, faculta-se a contratação direta com base no art. 24, X, da LLC. Eis o dispositivo:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Note-se que há uma série de condições para que se possa fazer uso da escusa do dever de licitar, tais como o "atendimento das finalidades precípuas da administração" (não acessórias) e "o preço compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia".

Conforme Acórdão nº 6.259/2011-2ª Câmara "finalidades precípuas da administração" são aquelas finalísticas, não meramente acessórias:

No presente caso, de realização de atividades acessórias, a aquisição deveria ter sido precedida de procedimento licitatório. Neste ponto, portanto, as justificativas apresentadas não são suficientes para afastar a irregularidade da conduta das responsáveis.

Merece destaque a vinculação do dispositivo aos motivos da dispensa: a escolha de certo e determinado imóvel (motivo) deve estar condicionada às necessidades de instalação e localização.

A licitação dispensável ou dispensa, é aquela que a própria lei declarou-a como tal. É caracterizado pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torna-lo obrigatório. Para a locação de imóvel urbano pela Administração Pública, é previsto, no artigo 24 da Lei das Licitações. Portanto, é passível de dispensa de licitação.

RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE:

Com relação a escolha do executante, aporta nos autos uma declaração de verificação e avaliação, que o imóvel objeto da locação, atende as necessidades para o desenvolvimento das atividades do departamento de agricultura.

Em relação ao valor apresentado é compatível com o comércio local.

Marema, 17 de janeiro de 2017

CHANQUERLI FERNANDO CHEROBIM

Presidente da CPL

PREGÃO PRESENCIAL/FMS N. 003/2017

Município de Marema/FMS-Fundo Municipal de Saúde

A Prefeitura Municipal de Marema – SC, através do FMS-Fundo Municipal de Saúde FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório/FMS n. 004/2017 - Pregão Presencial/FMS n. 003/2017 para Aquisição de Exames laboratoriais. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 01/02/2017, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 01/02/2017 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 17h30min das 13h30min às 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 18 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº021-2017

PORTARIA n.º 021/2017

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1443/2010 de 08 de setembro de 2010, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A licença maternidade da servidora RAQUEL TISCOSKI PASINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por mais 60 (sessenta) dias, conforme Lei nº 1443/2010.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Janeiro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013-2017 MERENDA 1º SEMESTRE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo Nº: 078/2017

Modalidade: Pregão Nº 013/2017

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para elaboração da merenda escolar de alunos da rede municipal de ensino de Modelo/SC, para o primeiro semestre de 2017

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 01 de fevereiro de 2017

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 01 de fevereiro de 2017.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:00 às 12:00, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC 18 de janeiro de 2017.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

PORTARIA Nº 066/2017**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 066 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR, DIANDRA MAYARA LUEDKE, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 5.527.520-6, inscrita no CPF sob nº 040.887.661-13, matrícula 3524, para exercer a função de CHEFE DE DIVISÃO DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 16 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 067/2016**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 067 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR, CLÉCIO STAFFEN, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade nº 3.369.474, inscrito no CPF sob nº 019.772.039-06, matrícula 3525, para exercer a função de CHEFE DE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EPI-DEIOLÓGICA. Enquadrado no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 16 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 068/2017**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 068 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, e Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR, JAIRA NEITZEL HENKEL, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 2.525.381, inscrita no CPF sob nº 828.224.339-68, matrícula 3526, para exercer a função de CHEFE DE DIVISÃO DE PROGRAMAS DA SAÚDE. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 16 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 069/2017**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 069 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR, MAURICIO RENAN KICH, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade nº

4.611.894, inscrito no CPF sob nº 062.014.309-62, matrícula 3527, para exercer a função de CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO na Secretaria Municipal da Agricultura. Enquadrado no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 16 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí
MILITÃO KNAPP
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 075/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 075 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA DIRETORA GERAL

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 048 de 03 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR, VANIA SACKMANN MIOTTO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 3.109.923, inscrita no CPF sob nº 905.310.279-53, matrícula 2015, lotada na função efetiva de Professor de Educação Infantil 40 Hs, para exercer a função de DIRETORA GERAL DE ESCOLA junto a Escola Elizabeth Ramming a partir de 23.01.2017. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal gratificado do Magistério do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 16 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí
MILITÃO KNAPP
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 076/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 076 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA DIRETORA ADJUNTA

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 048 de 03 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR, REJANE ALBERTI MARKOSKI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 1.653.425, inscrita no CPF sob nº 702.703.179-53, matrícula 3322, lotada na função efetiva de Professor de Educação Infantil 40 Hs, para exercer a função de DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA junto a Escola Gessy Spier Averbeck a partir de 23.01.2017. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal gratificado do Magistério do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 16 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí
MILITÃO KNAPP
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 077/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 077 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA DIRETORA ADJUNTA

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 048 de 03 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR, VANI GUTERRES DE OLIVEIRA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 1.943.693, inscrita no CPF sob nº 765.296.069-04, matrícula 2078, lotada na função efetiva de Professor de Educação Infantil 40 Hs, para exercer a função de DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA junto a Escola Elizabeth Ramming a partir de 23.01.2017. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal gratificado do Magistério do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 16 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 078/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 078 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA DIRETORA GERAL

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 048 de 03 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR, JANETE LUCIANA MULLER, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 3.457.671, inscrita no CPF sob nº 022.001.609-76, matrícula 2433, lotada na função efetiva de Professor de Artes 40 Hs, para exercer a função de DIRETORA GERAL DE ESCOLA junto a Escola de Vila Lajú a partir de 23.01.2017. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal gratificado do Magistério do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 16 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 09.2017 ANULAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

DECRETO Nº 9/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

CANCELA DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, EMPENHADAS NOS EXERCÍCIOS DE 2012, 2013, 2014 E 2015 NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, em especial as previstas no artigo 104, inciso XXVIII da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na legislação vigente aplicável à espécie, especialmente o art. 36, combinado com o parágrafo único do art. 92, da Lei Federal nº 4320/64,

DECRETA

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015, inscritos em Restos a Pagar - não Processados, nos balanços gerais deste Município de Monte Carlo, a saber:

I – Entidade 1 – Prefeitura Municipal de Monte Carlo:

- a) Empenho nº 893/14, emitido em 18/03/2014, em favor de COINCO – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL, no valor de R\$ 670,00 (seiscentos e setenta reais);
- b) Empenho nº 2707/14, emitido em 30/07/2014, em favor de MAPFRE – VERA CRUZ SEGURADORA S/A, no valor de R\$ 190,00 (cento e noventa reais);
- c) Empenho nº 1474/15, emitido em 04/05/2015, em favor de BIO SAÚDE – LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS, no valor de R\$ 2.006,24 (dois mil e seis reais e vinte e quatro centavos).

II – Entidade 4 – Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo:

- d) Empenho nº 1645/14, emitido em 14/11/2014, em favor de DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI ME, no valor de R\$ 27,60 (vinte e sete reais e sessenta centavos);

III – Entidade 9 – Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Monte Carlo:

- e) Empenho nº 74/12, emitido em 12/12/2012, em favor de ROBSON DOUGLAS TOMAZINI-ME, no valor de R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais);
- f) Empenho nº 75/13, emitido em 28/11/2013, em favor de ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA. ME, no valor de R\$ 250,07 (duzentos e cinquenta reais e sete centavos);
- g) Empenho nº 76/13, emitido em 28/11/2013, METROMED – COM. De Mat. MED. HOSPITALARES LTDA., no valor de 140,49 (cento e quarenta reais e quarenta e nove centavos);
- h) Empenho nº 88/15, emitido em 18/09/2015, em favor de BETHA SISTEMAS LTDA., no valor de R\$ 201,84 (duzentos e um reais e oitenta e quatro centavos).

Parágrafo Único. Os créditos cancelados citados neste artigo, não processados e não liquidados, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, são anulados por ausência dos Implementos de Condições e por impossibilidade de suas realizações, decorrentes de culpas unilaterais dos

credores titulares dos mesmos, não podendo ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo dos balanços dos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte dos credores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Monte Carlo, 18 de janeiro de 2017.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 503/2017/FMS

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 503/2017/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 502/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. VALCEMIR ANTÔNIO CORDEIRO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando contratações de SERVIÇOS MÉDICOS com especialidade na área de Pediatria.

TIPO: MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia 23/janeiro/2017 até às 09:00 horas do dia 01/fevereiro/2017

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 horas do dia 01/fevereiro/2017

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09:00 horas do dia 01/fevereiro/2017

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 18 de Janeiro de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

TERMO DE CESSÃO DE USO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 05/2012-1

Participes: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina – CBMSC e o Município de Monte Carlo – SC.

OBJETO: Cessão do veículo marca FIAT, modelo DUCATO MAXI-CARGO, tipo Caminhonete Furgão, combustível: Diesel, ano/mo-
delo: 2011/2011, cor: vermelha, chassi: nº 93W245G34B2070251,
Placas: MHX-9991.

VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a contar da data de assinatura.

Monte Carlo-SC, 20 de dezembro de 2016

SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Marcos Nei Correa Si-
queira, pelo Município de Monte Carlo-SC

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 021/2017

DECRETO Nº 021/2017, de 16 de Janeiro de 2017.

“DISPÕE SOBRE A CORREÇÃO DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL – UFM, CONFORME ART. 557, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL (LEI COMPLEMENTAR 002 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009).”

CONSIDERANDO que o Código Tributário Municipal (Lei Complementar 002 de 21 de Dezembro de 2009) estabelece a correção monetária da Unidade Fiscal do Município – UFM com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou a critério da autoridade administrativa por outros índices oficiais de inflação.

CONSIDERANDO que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA referente ao período de 01/01/2016 à 31/12/2016 foi de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento) conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O senhor AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Artigo 1º. A Unidade Fiscal Municipal – (UFM) estabelecida pelo art. 557 da Lei Complementar 002 de 21 de Dezembro de 2009, para o Exercício/Ano de 2017, passa a vigorar com o valor de R\$ 3,07 (três reais e sete centavos), para atualização dos Tributos Municipais.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Janeiro de 2017.
AGENOR CORAL
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
SECRETÁRIA DO SISTEMA ECONÔMICO

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 022/2017

DECRETO Nº 022/2017, de 16 de Janeiro de 2017.

“FIXA O CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, REFERENTE AO IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO (IPTU), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O senhor AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica do Município em consonância com o art. 416 e 557, da Lei Complementar nº 002/2009, de 21 de dezembro de 2009;

DECRETA:

Artigo 1º - Fixa o Calendário Fiscal do Município de Morro da Fumaça para o Exercício Financeiro de 2017, referente ao recolhimento do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

Artigo 2º - O Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) terá desconto de 20% (vinte por cento), com pagamento em Cota Única, até o dia 12 de Abril de 2017.

Artigo 3º - As parcelas referentes ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) obedecerão ao seguinte calendário:

I. Parcela 01 – com vencimento em 12 de abril de 2017;

II. Parcela 02 – com vencimento em 12 de maio de 2017;

III. Parcela 03 – com vencimento em 12 de junho de 2017;

IV. Parcela 04 – com vencimento em 12 de julho de 2017;

Artigo 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Janeiro de 2017.
AGENOR CORAL
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
SECRETÁRIA DO SISTEMA ECONÔMICO

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 023/2017

DECRETO Nº 023/2017, de 16 de Janeiro de 2017.

“FIXA O ÍNDICE IPCA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2009, DE 21/12/2009, PARA ATUALIZAÇÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA DE TODOS OS TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O senhor AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica do Município em consonância com o art. 237, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 002/2009, de 21 de dezembro de 2009;

DECRETA:

Artigo 1º. É fixado o Índice de Correção Monetária de todos os Tributos Municipais, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, em 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento), para o ano de 2017, conforme artigo 237, parágrafo único, da Lei Complementar n. 002/2009.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Janeiro de 2017.
AGENOR CORAL
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
SECRETÁRIA DO SISTEMA ECONÔMICO

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

ERRATA PORTARIA N.º 076/2017

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 18 de Janeiro de 2017.

ERRATA

PORTARIA N.º 076/2017

Onde se lê:

Art. 2º Designar a servidora MARGARIDA MARIA PIVA na condição de Presidente, a senhora ALICE LOUISE PIMENTEL VIEIRA e a senhora DRIELLY DA SILVA FLORENTINO, para apuração dos fatos acima mencionados.

Lê-se:

Art. 2º Designar a servidora MARGARIDA MARIA PIVA na condição de Presidente, a senhora ALICE LOUISE PIMENTEL VIEIRA e a senhora CARLA NIERO DE ROCHE, para apuração dos fatos acima mencionados.

DALVANIA CARDOSO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

ERRATA DO REGISTRO DE PREÇOS 007/2017

Município de Morro da Fumaça Errata do Registro de Preços 007/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÁS, conforme anexo I. Data: 31/01/2017 às 09:00, ACRESENTA-SE o item 8.15 - Qualificação Técnica. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Dalvânia Cardoso – Secretária do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇO 012/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço 012/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS JUNTO A SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR DE TRIBUTOS (RECEITAS PRÓPRIAS DO MUNICÍPIO), conforme anexo I. Data: 31/01/2017 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVÂNIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO Nº 134/2016 PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2016 PMN

NO DIA 16 DE JANEIRO DE 2017 AS 09H00, FOI ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES DARCI CESAR REICHERT, KENNEDY JOSÉ SIPRIANI, CLEBER MOSER, CRISTIANI MOSER DE SOUZA NASCIMENTO, VALÉRIO MOSER, ANDREA MACHADO CUGIK, RICARDO SIPRIANI, CRISTIAN JOSÉ MARCOS, JANAINA BERKENBROCK SOARES, DIEGO NEUENFELDT, ROSEMAR DA SILVA SIPRIANI, JAMILI GIRARDI, EUGENIO SANTOS GIRARDI, IRENE LOURENÇO BLAZIOS, VALÉCIO DELAUDINO, JONATHAN VALÉCIO DIAS, DANIEL HIRONIDO DE ANDRADE, ELDEVAN DANIEL DE ANDRADE, JOSCELINO CUGIK E CLAUDIO MOJE. TODOS SÃO PESSOAS FÍSICAS. FORAM APRESENTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA SEREM VISTADOS PELOS PRESENTES.

NA SEQUENCIA FORAM ABERTOS OS ENVELOPES RELATIVOS ÀS PROPOSTAS E VERIFICOU - SE QUE CUMPRIAM COM O EDITAL. FOI DISPONIBILIZADO PARA OS LICITANTES ASSINAREM AS PROPOSTAS.

APÓS A SESSÃO DE LANCES FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DAS LICITANTES VENCEDORAS E CONSTATOU-SE QUE AS MESMAS CUMPRIAM COM O EDITAL. OS ITENS 1, 2, 18, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46 E 47 NÃO FORAM COTADOS. FOI DISPONIBILIZADO PARA AS ASSINATURAS DAS LICITANTES PRESENTES OS DOCUMENTOS RELATIVOS A HABILITAÇÃO. NÃO HÁ MENÇÃO DE RECURSO ENCERRA - SE O CERTAME.

CARLA CLAUDINO - PREGOEIRA

TATIANA DE ALENCAR CARLINI - MEMBRO

JOSEZITE DOS SANTOS - MEMBRO

EXTRATO DA ATA Nº 133/2016 PMN

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2016 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 133/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 133/2016 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PUBLICAÇÕES DE EXTRATOS DE EDITAIS, AVISOS E DEMAIS ATOS OFICIAIS, PARA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 133/2016 PMN.

Fornecedor: NC Comunicações SA

Valor: R\$ 18.508,00

Vigência: 17/01/2017 a 17/01/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 17 de janeiro de 2017.

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE FMS 01/2017

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INTERNAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DA PACIENTE J.G. G.S, A FIM DE PROCEDER O CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO

JUDICIAL, CONFORME ORDEM JUDICIAL EMANADA ORIGINARIAMENTE DOS AUTOS Nº 0900256-96.2016.8.24.0135, QUE TRAMITA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NAVEGANTES/SC

Contratado: CAGERE CASA DE ASSISTÊNCIA EIRELI – EPP

CNPJ: 19.354.317/0001-54,

Valor: R\$ 35.970,00

Fundamento: Art. 24, IV, Lei 8.666/93.

Navegantes, 18 de janeiro de 2017. .

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO 134/2016 PMN

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO DE NÚMERO 134/2016 – REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS ORIUNDOS DE ORGANIZADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL REGIDA PELA LEI N.º 11.947/2009 PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES-SC, PARA O ANO LETIVO DE 2017.

Licitante: EUGÊNIO SANTOS GIRARDI

LOTE 03: AIPIM - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: JAMILE GIRARDI

LOTE 04: AIPIM - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: IRENE LOURENÇO BLAZIUS

LOTE 05: ALFACE CRESPA De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: ELDEVAN DANIEL DE ANDRADE

LOTE 06: ARROZ BRANCO - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: RICARDO SIPRIANI

LOTE 07: ARROZ INTEGRAL - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: ROSEMAR DA SILVA SIPRIANI

LOTE 08: ARROZ INTEGRAL - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: DANIEL HIRONIDO DE ANDRADE

LOTE 09: ARROZ PARBOILIZADO - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: CRISTIANE MOSER DE SOUZA NASCIMENTO

LOTE 10: ARROZ PARBOILIZADO - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: CLEBER MOSER

LOTE 11: ARROZ PARBOILIZADO - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: VALÉRIO MOSER

LOTE 12: ARROZ PARBOILIZADO - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: JONATHAN VALÉCIO DIAS

LOTE 13: ARROZ PARBOILIZADO - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: VALÉCIO DELAUDINO DIAS

LOTE 14: ARROZ PARBOILIZADO - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: KENNEDY JOSÉ SIPRIANI

LOTE 15: ARROZ PARBOILIZADO - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: JOSCELINO CUGIK

LOTE 16: BATATA DOCE - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: JANAÍNA BERKENBROCK SOARES

LOTE 17: BETERRABA - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: CLÁUDIO MOJE

LOTE 19: BRÓCOLIS - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: CRISTIAN JOSÉ MARCOS

LOTE 20: CEBOLINHA - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: CRISTIAN JOSÉ MARCOS

LOTE 21: COUVE MANTEIGA - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: ANDREA MACHADO CUGIK

LOTE 23: ESPINAFRE - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: DIEGO NEUENFELDT

LOTE 48: REPOLHO VERDE - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: DARCI CÉSAR REICHERT

LOTE 49: REPOLHO VERDE - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Licitante: ANDREA MACHADO CUGIK

LOTE 50: SALSINHA - De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

PARECER TÉCNICO:

FERNANDA SOUZA TOMÉ DA SILVA - NUTRICIONISTA – CRN-10: 2233

SANDRA MARIA PEREIRA - NUTRICIONISTA – CRN-10: 0275

Os servidores R.C.P.; A.C.S.; O.S.; J.S.F.F.; J.R.V. e P.A.N. foram citados/intimados, compareceram na audiência, apenas os servidores R.C.P.; A.C.S.; O.S..

É o Relatório.

Analisando os autos verificou-se que os senhores J.S.F.F. e P.A.N. não fazem mais parte do quadro de servidores desta Municipalidade. O senhor J.R.V. encontra-se em gozo de licença para tratamento de saúde.

Diante as provas apresentadas nos autos, não foi comprovada a autoria da infração de trânsito cometida.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 007/2003 (Estatuto dos Servidores Municipais de Navegantes/SC).

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Processo Administrativo, no que concerne ao ARQUIVAMENTO do processo por insuficiência de provas.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO 29/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TERMO DE JULGAMENTO

Processo Administrativo nº. 29/2016, instaurado pela Portaria nº. 1628 de 29 de junho de 2016.

Indiciado: A apurar

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Através da Portaria nº. 1628 de 29 de junho de 2016, instaurou-se Processo Administrativo Disciplinar, com vistas a apurar responsabilidade por multa infligida aos veículos FIAT SIENA, placa MMA 5624 e FIAT SIENA, placa MMA 6064..

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº 02-2015 - 2º TERMO ADITIVO - PUBLICIDADE**

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE (PROCESSO LICITATÓRIO N. 002/2015).

A CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público, sediada na Rua Ezequiel Antero Rocha N. 315, Centro, Navegantes-SC, CEP 88.370.-410, inscrita no CNPJ N. 83.551.531/0001-08, neste ato representada por seu Presidente SAMUEL VIANEI PAGANELLI, brasileiro, casado, médico veterinário, RG nº 1.113.622, CPF nº 520.361.039-87, residente e domiciliado na Rua Nereu Liberato Nunes, nº 615, Centro, Navegantes/SC., infra-assinado, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa JEIME VIEIRA DA SILVA EIRELI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Antonio Kaesemodel, N.360, sala 04, 2º andar, Bairro Boehmerwald, cidade de São Bento do Sul-SC, inscrita no CNPJ sob o N. 10.317.764/0001-69, neste ato representada pelo Sr. JEIME VIEIRA DA SILVA, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade N. 2.928.113-SSP/SC e do CPF N. 003.611.889-35, a seguir denominado CONTRATADA, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviço, nas seguintes cláusulas e condições abaixo expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA- Fica prorrogado o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE (PROCESSO LICITATÓRIO N. 002/2015) do período de 03 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, conforme previsto na CLÁUSULA QUINTA, do contrato originário, tendo como dispositivo legal o inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA- As despesas decorrentes deste Contrato de Prestação de Serviço, ocorreram através de Disposições Orçamentárias Próprias da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O presente TERMO ADITIVO deverá ser publicado na imprensa oficial, para surtir seus efeitos legais

CLÁUSULA QUARTA- Permanece ratificada as demais cláusulas do contrato original não conflitante com o presente instrumento

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente TERMO ADITIVO, em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes das partes:

Navegantes-SC, 03 de janeiro de 2017.

CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES
CONTRATANTE

JEIME VIEIRA DA SILVA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

VILSEMAR O. DUARTE VANILDO TELLES

CONTRATO Nº 02-2016 - 1º TERMO ADITIVO - FILMAGEM

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FILMAGEM E GRAVAÇÃO N. 02/2016

A CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público, sediada na Rua Ezequiel Antero Rocha N. 315, Centro, Navegantes-SC, CEP 88.370.-410, inscrita no CNPJ N. 83.551.531/0001-08, neste ato representada por seu Presidente SAMUEL VIANEI PAGANELLI, brasileiro, casado, médico veterinário, RG nº 1.113.622, CPF nº 520.361.039-87, residente e domiciliado na Rua Nereu Liberato Nunes, nº 615, Centro, Navegantes/SC, infra-assinado, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa LAURO ALFREDO HORACIO SCHEUNMANN SCHEEL-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.064.588/0001-47, com sede na Rua Carlos de Goes Rebello nº 115, Centro, nesta cidade de Navegantes, neste ato representado pelo Sr. LAURO ALFREDO HORACIO SCHEUNMANN SCHEEL, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 4.674.666 SESP e do CPF nº 010.459.718-63, residente e domiciliado na Rua Carlos de Goes Rebello nº 115, Centro, nesta cidade de Navegantes, a seguir denominado CONTRATADA, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviço, nas seguintes cláusulas e condições abaixo expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA- Fica prorrogado o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FILMAGEM E GRAVAÇÃO N. 05/2016 do período de 03 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, conforme previsto no item 2.4 da CLÁUSULA SEGUNDA do contrato originário, tendo como dispositivo legal o inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - As despesas decorrentes deste Contrato de Prestação de Serviço, ocorreram através de Disposições Orçamentárias Próprias da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente TERMO ADITIVO deverá ser publicado na imprensa oficial, para surtir seus efeitos legais.

CLÁUSULA QUARTA - Permanece ratificada as demais cláusulas do contrato original não conflitante com o presente instrumento.

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente TERMO ADITIVO, em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes das partes:

Navegantes-SC, 03 de janeiro de 2017.

CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES
CONTRATANTE

LAURO ALFREDO HORACIO SCHEUNMANN SCHEEL-ME CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

VILSEMAR O. DUARTE VANILDO TELLES

CONTRATO Nº 07-2015 II - 3º TERMO ADITIVO - LIMPEZA

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO (CONTRATO N. 07/2015).

A CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público, sediada na Rua Ezequiel Antero Rocha N. 315, Centro, Navegantes-SC, CEP 88.370.-410, inscrita no CNPJ N. 83.551.531/0001-08, neste ato representada por seu Presidente SAMUEL VIANEI PAGANELLI, brasileiro, casado, médico veterinário, RG nº 1.113.622, CPF nº 520.361.039-87, residente e domiciliado na Rua Nereu Liberato Nunes, nº 615, Centro, Navegantes/SC, infra-assinado, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa AGENTSERV SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO EIRELI- ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Manoel José dos Santos, N. 1004, cidade de Bombinhas-SC, inscrita no CNPJ sob o N. 21.278.909/0001-86, neste ato representada por seu diretor Sr. Alcides de Jesus Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade N. 2.833.305-SSP/SC e do CPF N. 799.725.789-68, a seguir denominado CONTRATADA, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviço, nas seguintes cláusulas e condições abaixo expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA- Fica prorrogado o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA (CONTRATO N. 07/2015) do período de 03 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, conforme previsto na CLÁUSULA OITAVA do contrato originário, tendo como dispositivo legal o inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA- As despesas decorrentes deste Contrato de Prestação de Serviço, ocorreram através de Disposições Orçamentárias Próprias da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- O presente TERMO ADITIVO deverá ser publicado na imprensa oficial, para surtir seus efeitos legais.

CLÁUSULA QUINTA- Permanece ratificada as demais cláusulas do contrato original não conflitante com o presente instrumento.

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente TERMO ADITIVO, em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes das partes:

Navegantes-SC, 03 de janeiro de 2017.

CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES
CONTRATANTE

AGENTSERV SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO EIRELI- ME CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

VILSEMAR O. DUARTE VANILDO TELLES

CONTRATO Nº 07-2016 - 1º TERMO ADITIVO - RECEPÇÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE EMPREGADOS PARA TRABALHAR NA RECEPÇÃO N. 07/2016

A CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público, sediada na Rua Ezequiel Antero Rocha N. 315, Centro, Navegantes-SC, CEP 88.370.-410, inscrita no CNPJ N. 83.551.531/0001-08, neste ato representada por seu Presidente SAMUEL VIANEI PAGANELLI, brasileiro, casado, médico veterinário, RG nº 1.113.622, CPF nº 520.361.039-87, residente e domiciliado na Rua Nereu Liberato Nunes, nº 615, Centro, Navegantes/SC, infra-assinado, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa GT LIMP SERVIÇO E PRODUTOS DE LIMPEZA. ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Luiz Tadeu Gandolfi, nº 208, Galpão, Jardim Eldorado, Cep. 88.133-568, cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o número 16.920.937/0001-15, neste ato representada pelo Sr. Gabriel Norberto Fontanella Redante, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 5.001.401 e do CPF nº 064.728.769-24, residente e domiciliado na Rua Luiz Tadeu Gandolfi, nº 208, Galpão, Jardim Eldorado, Cep. 88.133-568, cidade de Palhoça-SC, a seguir denominado CONTRATADA, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviço, nas seguintes cláusulas e condições abaixo expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA- Fica prorrogado o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE EMPREGADOS PARA TRABALHAR NA RECEPÇÃO N 007/2016, do período de 03 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, conforme previsto na CLÁUSULA OITAVA do contrato originário, tendo como dispositivo legal o inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - As despesas decorrentes deste Contrato de Prestação de Serviço, ocorreram através de Disposições Orçamentárias Próprias da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente TERMO ADITIVO deverá ser publicado na imprensa oficial, para surtir seus efeitos legais.

CLÁUSULA QUARTA - Permanece ratificada as demais cláusulas do contrato original não conflitante com o presente instrumento.

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente TERMO ADITIVO, em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes das partes:

Navegantes-SC, 03 de janeiro de 2017.

CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES
CONTRATANTE

GT LIMP SERVIÇO E PRODUTOS DE LIMPEZA. ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

VILSEMAR O. DUARTE VANILDO TELLES

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 011-2017 - NOMEIA SERVIDOR

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 011/2017

O Presidenta da Câmara de Vereadores de Navegantes, Samuel Vianeí Paganelli no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

NOMEIA:

ARTIGO 1º - Fica nomeada a Senhora, JULIANE APARECIDA VIEIRA inscrita no CPF nº 042.175.709-45, para o cargo de Chefe de Gabinete desta casa, com a carga horária de 40:00 horas semanais.

ARTIGO 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 04 de janeiro de 2017.

SAMUEL VIANEI PAGANELLI

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 015-2017 - NOMEIA SERVIDOR

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 015/2017

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, SAMUEL VIANEI PAGANELLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE DESLOCAMENTO E CONCESSÃO DE DIÁRIAS:

ARTIGO 1º - Fica nomeado como membros da COMISSÃO DE DESLOCAMENTO E CONCESSÃO DE DIÁRIAS os Senhores SOLOMON MANOEL COSTA inscrito no CPF nº 557.542.289-53, funcionário efetivo; ALDO MARQUES PERES FILHO inscrito no CPF nº 011.094.331-74, funcionário comissionado.

ARTIGO 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 12 de janeiro de 2017.

SAMUEL VIANEI PAGANELLI

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 017-2017 - RESOLVE
PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 017/2017

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, SAMUEL VIANEI PAGANELLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - São obrigações e deveres dos vereadores e funcionários do legislativo municipal comparecer devidamente trajados às sessões deste legislativo, de paletó (blazer) e gravata, ficando a calça social como opcional, na hora pré-fixada, sob pena de não ser considerada a presença na sessão.

ARTIGO 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 12 de janeiro de 2016.

SAMUEL VIANEI PAGANELLI

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 002/2017

PORTARIA Nº 002/ 2017
Concede Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de acordo com o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92, de 30/08/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal LAUDA CADORIN SARTORI, matrícula nº 97, ocupante do cargo de Provisamento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Biblioteca Pública Municipal, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 04 (quatro) meses, sendo 01 (mês) relativo ao período aquisitivo de 01/07/1997 a 30/06/2002 e 03 (três) meses relativos ao período aquisitivo de 01/07/2002 a 30/06/2007, a contar de 09 de janeiro de 2017 a 08 de maio de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de janeiro de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 003/2017

PORTARIA Nº 003/ 2017
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 64, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal TIAGO SERGIO DE CARVALHO, matrícula nº 7100, ocupante do cargo de Provisamento Efetivo de Técnico Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 08 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de janeiro de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 025/2017

PORTARIA Nº 025/ 2017
Exonera Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207/92, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal LUANA MIQUELE DESOY, matrícula nº 7102, ocupante do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 032/2017

PORTARIA Nº 032, de 18 de janeiro de 2017
Dispõe sobre a Designação da Coordenadora do Programa Bolsa Família no Sistema de Gestão Integrada.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a servidora DEIZE CARMEM MORESCO, nomeada pela Portaria nº 026/2017, no cargo de provimento em Comissão de Secretária Adjunta da Secretaria de Assistência Social e Habitação, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.391.947/SSP/SC e inscrita no CPF sob nº 027.863.429-02, como Coordenadora do Programa Bolsa Família, em substituição a Alini Dallabrida.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de janeiro de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Jucelino Marino Chini
Secretario M. de Administração e Finanças.

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DO PL Nº 011/2017-PR Nº 004/2017 SRP

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 011/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017-Sistema de Registro de Preços

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUÍÇO E FUTEBOL DE SALÃO PARA ATENDIMENTO DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 31/01/2017, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie e Decreto nº 1.694/2009, de 20/10/2009, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 19 de Janeiro de 2017. VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DO CA Nº 061/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada....: C.A.S. TRANSPORTES LTDA ME

TERMO DE RESCISÃO do Contrato nº 061/2013, Proveniente do Processo Licitatório 054/2013-Pregão Presencial nº 013/2013, com fundamento no art. 79, II da Lei nº 8.666/93.

Objeto : O objeto do presente Termo é a rescisão amigável do contrato administrativo nº 061/2013, pela presente rescisão não caberá quaisquer reclamações, indenizações entre as partes.

NOVO HORIZONTE/SC, em 18 de Janeiro de 2017-VANDERLEI SANAGIOTTO-Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

4.055

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.055 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

ESTABELECE O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o prescrito no artigo 68, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e na Lei Municipal Nº 1.293 de 13 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal de Orleans e as Normas Gerais de Direito Tributário Aplicável ao Município.

DECRETA:

Art. 1º - Os tributos municipais dependentes de cadastro serão arrecadados no exercício de 2017, da seguinte forma:

I – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN:

a) - Fixo – profissionais liberais – em 12 (doze) parcelas com vencimento todo dia 20(vinte) de cada mês, sendo que a primeira parcela será dia 20.02.2017 e a última no dia 20/01/2018.

b) - Variável – Atividades econômicas – mensalmente – vencíveis até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação do serviço, sendo que a parcela de nº 12 o vencimento será em 20/01/2018.

II – Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU:

a) – Em parcela única com 30% (trinta por cento) de desconto, com vencimento em 10 de abril de 2017.

b) - Em 04 (quatro) parcelas fixas, sem desconto, sendo, a primeira vencível em 10 de abril de 2017; a segunda vencível em 10 de maio de 2017; a terceira vencível em 10 de junho de 2017 e a quarta vencível em 10 de julho de 2017.

III - Taxa de Alvará Sanitário

a) – Em parcela única – vencimento em 31 de março de 2017.

IV – Taxa de verificação e Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas – TVCPU:

a) - Em parcela única – vencimento em 31 de agosto de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 16 de janeiro de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

PROCESSO 12/2017

PROCESSO Nº 12/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 10/2017
Objeto: LOCAÇÃO DE 5 SALAS COMERCIAIS PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CEJA).

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada

Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 18 de Janeiro de 2017.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO 13/2017

PROCESSO Nº 13/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes: até o dia 31/01/2017 às 11h: 30 min.
Abertura das Propostas: dia 31/01/2017, às 13h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 18 de Janeiro de 2017.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO 5/2017 FMS

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 5/2017 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017 FMS – REGISTRO DE PREÇO

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA A FROTA OFICIAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fundamento legal: Leis Federais Nº 10520/2002, 8.666/93 Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Data e hora da entrega dos envelopes: 31/01/2017 às 08:30min.

Abertura: 31/01/2017 às 09h00min.

Mais informações no Setor de Licitações, sito a Rua XV de Novembro - 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0131 ou 3886-0109, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 18 de Janeiro de 2017.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira
Secretária de Saúde.

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO 003/2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL PREGÃO Nº 003/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando à aquisição de produtos ambulatoriais para as Unidades de Saúde, Estratégia de Saúde da Família, Saúde Bucal e Núcleo de Apoio à Saúde da Família. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 08:30 hs. do dia 02/02/2017 e abertura da sessão será às 09:30 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 18/01/2016

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

PREGÃO 009/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
EDITAL PREGÃO Nº 009/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando à contratação de profissional/empresa de assessoria contábil e Financeira, a ser prestado junto ao Paço Municipal. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 16:30 hs. do dia 31/01/2017 e abertura da sessão será às 16:45 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 31/01/2017

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.094, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 2.094, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE AS AÇÕES PARA CONTENÇÃO DE DESPESAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições,

Considerando a contínua necessidade de racionalização e otimização dos recursos públicos disponíveis, para maior eficiência na execução de políticas públicas, programas e ações de governo, com a qualificação do gasto público;

Considerando que as despesas com pessoal e encargos sociais tem peso significativo no orçamento do Município, merecendo acompanhamento e ações especiais sucessivas, com vistas ao seu controle;

Considerando que crise econômica tem grande influência nos órgãos públicos, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica reduzida a remuneração do Prefeito Municipal em 20 % (vinte por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Palhoça, 10 de janeiro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.099, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 2.099, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO. Institui norma e cronograma de pagamento de vencimento dos servidores municipais e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições, resolve

DECRETAR:

Art. 1º As Secretarias, Autarquias e Fundações Municipais deverão encaminhar para a Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas os dados para as averbações na folha de pessoal até o dia 10 de cada mês, ou dia útil subsequente.

Art. 2º A Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas deverá encaminhar a folha de pessoal para a Secretaria Municipal de Fazenda até o dia 23 de cada mês, para as devidas providências, exceto quanto à folha do décimo terceiro salário.

Art. 3º O cronograma de pagamento da folha de pessoal até o mês de dezembro do corrente ano, inclusive o décimo terceiro salário, deverá ser observado e executado pelos órgãos municipais competentes, conforme estabelecido abaixo:

MÊS/REFERÊNCIA	DATA PAGAMENTO
Janeiro	até 02/02/2017
Fevereiro	até 02/03/2017
Março	até 04/04/2017
1ª parcela 13º salário efetivos	até 12/04/2017
Abril	até 03/05/2017
Maio	até 02/06/2017
1ª parcela 13º salário comissionados	até 04/07/2017
Junho	até 04/07/2017
Julho	até 02/08/2017
Agosto	até 04/09/2017
Setembro	até 03/10/2017
Outubro	até 02/11/2017
Novembro	até 04/12/2017

2ª parcela 13º salário	até 15/12/2017
Dezembro	até 03/01/2018

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 12 de janeiro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº103/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº103/2016 – Pregão Presencial 41/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, permanente e uso duradouro de enfermagem, medicamento, Microchips de identificação Animal e materiais diversos, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, UPA, Farmácias Básicas, Bem Estar Animal, Samu e Corpo de Bombeiros.

DATA: 19/07/2016 à 18/07/2017.

Nome da Empresa: METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA.				CNPJ: 83.157.032/0001-22	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Kit para macronebulização infantil contendo máscara facial em silicone transparente com presilha para fixação na cabeça, com frasco polipropileno graduado de 0 a 500ml, nebulizador com tampa e corpo, haste com rosca, para saída de fluxômetro e adaptável a circuitos de respiradores, traqueia de PVC, registrado na anvisa, contendo procedência, lote e fabricação/validade.					
9	100,00	KIT	DARU / PLUS	R\$7,5000	R\$750,0000
Especificação: Kit para macronebulização adulto contendo máscara facial em silicone transparente com presilha para fixação na cabeça, com frasco polipropileno graduado de 0 a 500ml, nebulizador com tampa e corpo, haste com rosca, para saída de fluxômetro e adaptável a circuitos de respiradores, traqueia de PVC, registrado na anvisa, contendo procedência, lote e fabricação/validade.					
10	100,00	KIT	DARU / PLUS	R\$7,5000	R\$750,0000
Especificação: Caixa cirúrgica com no mínimo 32 itens, caixa contendo: 1 Caixa de inox 26x12x06 cm; - 1 Cabo de bisturi nº 4; - 10 Lâmina de bisturi para Cabo Nº04; - 1 Par de Afastador Farabeuf; - 1 Pinça anatômica com dente de rato 16 cm; - 1 Pinça anatômica com serrilha 16 cm; - 4 Pinça Backaus 13 cm; - 2 Pinça Allis 15 cm; - 1 Pinça para antisepsia Foester - 2 Pinça Halsted Mosquito reta 12 cm; - 2 Pinça Halsted Mosquito curva 12 cm; - 2 Pinça Kelly reta 16 cm - 2 Pinça Kelly curva 16 cm; - 1 Pinça Rochester Pean reta 18 cm; - 1 Pinça Rochester Pean curva 18 cm - 2 Pinça Kocher reta 16 cm; - 2 Pinça Kocher curva 16 cm; - 1 Tesoura cirúrgica Romba/Romba/Reta 15 cm - 1 Tesoura cirúrgica Fina/Fina/Reta 15 cm ; - 1 Tesoura cirúrgica Romba/Fina/Curva 15 cm; - 1 Tesoura Spencer para retirada de pontos ; - 1 Porta Agulha Mayo Hegar 16 cm. Obs.: O instrumental cirúrgico deverá ser confeccionado em aço inox AISI 420.					
11	2,00	CX	ABC / AÇO INOX	R\$819,0000	R\$1.638,0000
Especificação: Fio de nylon 0 monofilamentos estéril com agulha, com 24 unidades					
17	260,00	CX	PROCARE / NYLON	R\$28,6000	R\$7.436,0000
Especificação: Lanterna clínica de pupila, confeccionada em duro alumínio, com lâmpada de 2,2 volts de alta luminosidade. Acionamento: através do contato do clip no corpo da caneta. Funcionamento com duas pilhas palito. Garantia de 01 ano.					
26	20,00	UN	MD/PENLIGHT	R\$9,2300	R\$184,6000
Especificação: Bolsa Coletora de urina, sistema fechado com capacidade para 2000 ml e escala graduada a cada 100 ml. Características mínimas: Frente transparente com escala de volume impressa de forma legível; parte de trás leitosa; ponto de coleta; pinça ou Clamp no tubo extensor para vedação, e no tubo de saída para desmame; tubo extensor flexível permite a passagem da secreção; tira de deambulação; alça de sustentação rígida dupla "U" para fixação ao leito; válvula anti-refluxo, tipo membrana evita retorno de urina; bolsa coletora em PVC flexível.					
40	40000,00	UN	FARMATEX / SF	R\$2,8000	R\$112.000,0000
Especificação: Sonda uretral nº 12					

41	50000,00	UN	Biosani / Uretral	R\$0,5300	R\$26.500,0000
Especificação: Sonda uretral nº 14					
42	5000,00	UN	Biosani / Uretral	R\$0,5600	R\$2.800,0000
Especificação: Válvula com fluxômetro para cilindro oxigênio, com as seguintes especificações: Válvula reguladora para cilindro c/ 02 saídas, em metal cromado, rosca de entrada universal, manômetro de alta pressão com escala de 0 a 315Kg/Cm2, pressão fixa de 3,5 Kg/Cm2 e rosca de saída padrão ABNT com válvula de segurança. Fluxômetro corpo de metal cromado, bilha externa e interna em material inquebrável, escala expandida de 0-15 litros por minuto, esfera de inóx, botão de controle de fluxo, sistema de vedação tipo agulha evitando vazamentos; rosca de saída conforme padrão ABNT.					
43	25,00	CJ	Unitec / VD-010	R\$211,0000	R\$5.275,0000
Valor Total		(cento e cinquenta e sete mil, trezentos e trinta e três reais e sessenta centavos)			R\$157.333,60

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº104/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº104/2016 – Pregão Presencial 41/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, permanente e uso duradouro de enfermagem, medicamento, Microchips de identificação Animal e materiais diversos, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, UPA, Farmácias Básicas, Bem Estar Animal, Samu e Corpo de Bombeiros.

DATA: 19/07/2016 à 18/07/2017.

Nome da Empresa: CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO					CNPJ: 18.258.209/0001-15
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Equipo para bomba de infusão marca BIOSENSOR modelo BSV 2200 - Equipo simples, de uso único (descartável); Estéril, atóxico, apirogênico; comprimento aproximado de 1,80m; Constituído por ponta perfurante trifacetada tipo universal; com entrada de ar com filtro e filtro de partículas; Câmara gotejadora flexível. Tubo em PVC translúcido; Injetor lateral autocicatrizante em Y, pinça corta fluxo (tipo rolete) e conector luer lock; Com capas protetoras nas extremidades; Embalado individualmente em envelope de papel grau cirúrgico com filme de plástico. Procedência: Nacional - Brasil .Registrado no MS sob o N°. 10324290036. É utilizado para infusão de líquidos injetáveis em via endovenosa					
13	2000,00	UN	Biosensor / BSV2200	R\$22,0000	R\$44.000,0000
Especificação: Oxímetro de pulso portátil digital, adulto e infantil - Monitor de dedo. Mede e mostra valores confiáveis da SpO2 e da frequência cardíaca. Indicador de pulso. Botão único de ligação para facilitar a operação. Visor Grande de fácil visualização (LED). Compacto, portátil e iluminado. Capacidade das pilhas para uso contínuo de aproximadamente 18 horas. Alimentação através de duas pilhas alcalinas "AAA". Dispositivo desliga automaticamente após 8 segundos sem atividade. Utiliza 2 pilhas AAA. Inclui cordão para o pescoço. Peso: 37g (excluindo as pilhas) Faixa de Medição Saturação: 35% - 100%. Precisão da SpO2: 70% - 99% com desvio de $\pm 2\%$, Faixa de Medição Pulso: 30-250 bpm. Pulsação: 30 - 250 bpm com desvio de ± 3 bpm. Atualização de dados: menos de 2 segundos - Média: 4 para SpO2; 8 para Pulsação. Parâmetros: SpO2 e Pulso. Com barra Gráfica e indicador de carga baixa.					
27	20,00	UN	Choice/MD300C11	R\$220,0000	R\$4.400,0000
Especificação: Esfigmomanômetro adulto, com fechamento em metal, adulto, insuflação de ar mecânica eficiente, deflação mecânica, manômetro de alta precisão e tecnologia, manguito com pera em látex de qualidade superior; braçadeira em nylon (ou algodão). Aparelho aprovado pelo INMETRO com certificação de aferição individual. Garantia de calibração por 5 anos através do manual registrado na ANVISA. Deve acompanhar 1 braçadeira adulta completa, 1 válvula e 1 pera. Atende as normas da AAMI de resistência a impactos.					
28	20,00	UN	Dyassiti / Suiço Adulto	R\$195,0000	R\$3.900,0000
Especificação: Oxímetro de pulso, portátil, com curva: para neonatal/pediátrico e adulto com no máximo 300g sem pilhas com 4 pilhas recarregáveis no próprio equipamento (sem a necessidade de remoção destas para recarga) através de fonte externa com duração mínima de 50 horas em modo econômico, tela de Lcd (Cristal líquido), com capa protetora, Spo2 de 0%-100%, frequência de pulso de 30 - 254 Bpm, com onda Pletismográfica com ajuste automático e gráfico de barras, frequência cardíaca e sistema de alarme para Spo2/Fp, e alarme para sensor desconectado audível e visual, apresentar tendências de 24 horas. Possibilidade de ajuste de alarmes para frequência de pulso e saturação de oxigênio mínimas e máximas. Acompanhado com sensor tipo clip adulto e sensor infantil.Certificado de conformidade Inmetro o equipamento deve acompanhar manual técnico e de operação, em português, garantia mínima de 1 (um) ano.					
30	2,00	UN	General Meditech/G1B	R\$1.000,0000	R\$2.000,0000

Especificação: Autoclave horizontal 60 litros. Câmaras de esterilização em aço inoxidável, painel digital LCD, com teclado de membrana para o controle de parâmetros dos ciclos, com mensagens visuais e sonoras, controle do ciclo automático através de microprocessador eletrônico, ciclos programáveis, fecho da tampa de triplo estágio e porta com construção dupla totalmente em aço carbono e aço inox laminados, secagem programável do material, com opção de ciclos extras, guarnição em silicone vulcanizado fixada na câmara de esterilização, atuação descontínua da resistência durante o ciclo para menor consumo de energia elétrica, utiliza água limpa a cada ciclo para melhor qualidade de vapor, diversos sistemas de segurança automáticos, com mensagens de erro visuais e sonoras, produto resistente, de fácil instalação, operação e manutenção, despressurização e desligamento automático ao final do ciclo, tubulação interna em cobre para alta pressão, gabinete em aço reforçado, com pintura eletrostática externa e internamente, possui reservatório interno de água, filtros, coletor de fácil acesso, entrada exclusiva para validação, despressurização automática, sensor de porta aberta com indicação no painel, controle de temperatura, secagem eficiente com opção de procedimento de porta fechada, painel digital de LCD Onled com indicações das funções, chave geral no painel, funcionamento totalmente automático, desde a entrada de água até o momento de retirar o material esterilizado, 2 bandejas de aço inoxidável / alumínio, perfuradas. Produto aprovado e registrado no Ministério da Saúde/ Anvisa . GARANTIA: 1 ANO.

31	10,00	UN	Stermax / Adt 60	R\$5.300,0000	R\$53.000,0000
Valor Total		(cento e sete mil e trezentos reais)			R\$107.300,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº105/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº105/2016 – Pregão Presencial 41/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, permanente e uso duradouro de enfermagem, medicamento, Microchips de identificação Animal e materiais diversos, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, UPA, Farmácias Básicas, Bem Estar Animal, Samu e Corpo de Bombeiros.

DATA: 19/07/2016 à 18/07/2017.

Nome da Empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 00.802.002/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 1,0 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
1	50,00	UN	MD/LM 1004s1	R\$52,2000	R\$2.610,0000
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 1,5 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
2	50,00	UN	MD	R\$52,2000	R\$2.610,0000
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 2,0 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
3	50,00	UN	MD	R\$52,2000	R\$2.610,0000
Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 2,5 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.					
4	50,00	UN	MD	R\$50,0000	R\$2.500,0000

Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 3,0 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.

5	50,00	UN	MD	R\$50,0000	R\$2.500,0000
---	-------	----	----	------------	---------------

Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 4,0 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.

7	50,00	UN	MD	R\$50,0000	R\$2.500,0000
---	-------	----	----	------------	---------------

Especificação: Máscara Laringea em silicone nº 5,0 em silicone, atóxico, flexível, com coxim inflável, descartável, código de cores no balão piloto, com indicação do peso do paciente e volume de insuflagem do coxim gravados no tubo da máscara, estéril, isenta de látex, reforço em espiral minimiza esmagamento, resistente à torção ou dobras, com barras que protegem a obstrução acidental da epiglote, engate rápido para seringas, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.

8	50,00	UN	MD	R\$50,0000	R\$2.500,0000
---	-------	----	----	------------	---------------

Especificação: Solução de ringer com lactato, sistema fechado com 500 ml. Acondicionado em bolsa plástica flexível e transparente, com escala graduada impressa na bolsa. Devem conter dois sítios, um auto vedável para adição de soluções no interior da bolsa e o outro protegido por membrana e lacre de esterilidade. A embalagem deve trazer externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação e validade. Apresentar registro no ministério da saúde.

14	100,00	UN	Segmenta Eurofarma/SPGV Seg	R\$2,9600	R\$296,0000
----	--------	----	-----------------------------	-----------	-------------

Especificação: Manitol 20%, sistema fechado com 250 ml. Acondicionado em frasco flexível e transparente, com escala graduada impressa no frasco. Devem conter dois sítios, um auto vedável e o outro protegido por membrana e lacre de esterilidade. A embalagem deve trazer externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação e validade.

15	100,00	UN	SANOBIOL	R\$5,2800	R\$528,0000
----	--------	----	----------	-----------	-------------

Especificação: KED adulto, dispositivo utilizado em conjunto com o colar cervical. Colete confeccionado em nylon 420 lavável, totalmente estruturado, em sua parte interna, em tacos de madeira maciça em rádio transparentes, que fornecem sustentação e imobilização ao corpo da vítima, nas extremidades laterais (dobráveis), 3 tirantes do tipo engate rápido, confeccionado em nylon de aproximadamente 50 mm de largura com engates rápidos em nylon e em 3 cores diferentes, almofada retangular e duas fitas para a fixação da cabeça da vítima, pegador de mão com mangueira em seu interior, protetor de queixo e de testa, com uma almofada com espuma de 30 mm de espessura, permitindo a imobilização da cabeça, pescoço e tronco da vítima (coluna vertebral), possuir resistência para imobilização e transporte de até 165 Kg, com bolsa de transporte que acompanha o ked. Bolsa produzida em nylon 420 revestida com nylon 70, parte interna revestida com isomanta, acabamento interno em viés, com alça de transporte feito do mesmo material da bolsa, com logo da cruz da vida, com zíper 10, 2 cursores de abertura, costuras duplas, uso de travete para melhor reforço de cada lugar de maior impacto.

19	2,00	UN	RESGATE SP	R\$206,0000	R\$412,0000
----	------	----	------------	-------------	-------------

Especificação: KED infantil, dispositivo utilizado em conjunto com o colar cervical. Colete confeccionado em nylon 420 lavável, totalmente estruturado, em sua parte interna, em tacos de madeira maciça em rádio transparentes, que fornecem sustentação e imobilização ao corpo da vítima, nas extremidades laterais (dobráveis), 3 tirantes do tipo engate rápido, confeccionado em nylon de aproximadamente 50 mm de largura com engates rápidos em nylon e em 3 cores diferentes, almofada retangular e duas fitas para a fixação da cabeça da vítima, pegador de mão com mangueira em seu interior, protetor de queixo e de testa, com uma almofada com espuma de 30 mm de espessura, permitindo a imobilização da cabeça, pescoço e tronco da vítima (coluna vertebral), possuir resistência para imobilização e transporte de até 165 Kg, com bolsa de transporte que acompanha o ked. Bolsa produzida em nylon 420 revestida com nylon 70, parte interna revestida com isomanta, acabamento interno em viés, com alça de transporte feito do mesmo material da bolsa, com logo da cruz da vida, com zíper 10, 2 cursores de abertura, costuras duplas, uso de travete para melhor reforço de cada lugar de maior impacto.

20	2,00	UN	RESGATE SP	R\$206,0000	R\$412,0000
----	------	----	------------	-------------	-------------

Especificação: Manta térmica alumizada, confeccionada em polietileno aluminizado, com aproximadamente 23 à 27 microns, indicada para resgate de emergência, não deformável, isolante térmico de baixo peso, resistente ao atrito com o solo, mantém o calor interno e reflete o calor externo, tamanho aproximado 2,10x1,40cm.

23	500,00	UN	RESGATE SP	R\$5,8600	R\$2.930,0000
Especificação: Válvula redutora de pressão de cilindro, 1 manômetro com fluxômetro CB.LG., para oxigênio medicinal, escala de pressão do manômetro: 0 à 31,5 mpa (0 à 315Kgf/cm ²); Corpo em latão cromado; Conexões de entrada e saída em latão cromado; Saída do gás calibrado: 3,5 + 0,3Kgf/cm ² ; Conexões de entrada e saída conforme normas ABNT.					
24	20,00	UN	Unitec/VF 010	R\$206,0000	R\$4.120,0000
Especificação: Coletor De Urina Sistema Aberto 1200ml, frasco coletor em PVC translúcido, com capacidade para 1200ml e escala graduada, com Conector para sonda uretro-vesicais, pinça corta fluxo, tubo extensor, cordel para sustentação ao leito e deambulação do paciente. Apresentar data de validade.					
45	20000,00	UN	MEDSONDA	R\$2,8500	R\$57.000,0000
Valor Total		(oitenta e três mil e quinhentos e vinte e oito reais)			R\$83.528,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº106/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº106/2016 – Pregão Presencial 41/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, permanente e uso duradouro de enfermagem, medicamento, Microchips de identificação Animal e materiais diversos, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, UPA, Farmácias Básicas, Bem Estar Animal, Samu e Corpo de Bombeiros.

DATA: 19/07/2016 à 18/07/2017.

Nome da Empresa: STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP				CNPJ: 11.388.997/0001-15	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Agulha hipodérmica descartável 20x5,5 caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.					
12	1000,00	CX	NIPRO	R\$5,3000	R\$5.300,0000
Especificação: Fio de nylon 2-0 monofilamentoso estéril com agulha, com 24 unidades					
16	280,00	CX	PROCARE	R\$28,5000	R\$7.980,0000
Especificação: Tala de tração de fêmur adulto/infantil. Confeccionado em tubo de alumínio, com alta resistência para tração e sistema de regulagem para comprimento das pernas, com 4 correias e fecho em velcro. Com tirante em material tipo cinto de segurança, bem como carretilha em alumínio com mola de aço e catraca para a tração ser efetuada mosquetão em alumínio com mola em aço. Pode-se adaptar na prancha de madeira ou plástico para melhor utilização. Peso Máximo de 3,859KG, tamanho aproximado, comprimento 1,20 M e mínimo 0,70cm (altura) e 17,5 (largura). Confeccionada 100% em poliamida nylon 600 com repartição para colar cervical alça de Mão para transporte contendo 3 bolsinhas para guardas os tirantes de adulto ou infantil se não for necessário.					
21	2,00	UN	Marimar ref. FP 6221/6221i	R\$708,7500	R\$1.417,5000
Especificação: Termômetro clínico digital: visor digital de fácil visualização bateria de longa duração Beep sonoro que indica o final da edição indicador de bateria baixa Memória para a ultima medição Sensor resistente a água.					
25	20,00	UN	Bioland T104	R\$10,9600	R\$219,2000
Especificação: Estetoscópio adulto, indicado para a ausculta cardio pulmonar, produzido com os materiais nobres, duplo tubo em pvc ligado através de anéis metálicos, fone biauricular em cobre cromado, tubo rotatório central em cobre cromado câmara de som em liga de alumínio, diafragmas de alta sensibilidade, auscultador duplo para ausculta, par de olivas rosqueavel em três tamanhos. Garantia de no mínimo 1 ano. Componentes da embalagem, um par de olivas rosqueavel de silicone, 2 pares de membranas de plástico rígido, anel rosqueador de cobre cromado (infantil, adulto), base rosqueada de cobre cromado que possibilita troca do sino ou diafragma, câmara de som em liga de alumínio, tubo relatório central em cobre cromado. Possui duas saídas para ligação com, tubo duplo de PVC ligado através de anéis metálicos, fone biauricular de cobre cromado, diafragma aberto tamanho pequeno, tamanho médio, tamanho grande (sino prolongador), auscultador.					

29	20,00	UN	Premium Rappaport	R\$32,0000	R\$640,0000
Especificação: Autoclave horizontal 75 litros. Câmara de esterilização em aço inoxidável AISI 304; painel digital em teclado de membrana e controle termodinâmico de temperatura e pressão automático, com acompanhamento através de displays e indicadores luminosos, fecho da tampa de triplo estágio com sistema de restrição de abertura por fuso de encaixe e deslizamento por rolamento axial, sistema de porta com construção dupla totalmente em aço carbono e aço inox laminado, guarnição em silicone vulcanizado fixada na câmara de esterilização, não necessita de tubulação para drenagem de água, utiliza água limpa a cada ciclo para melhor qualidade de vapor, sistemas de segurança que controlam todo o ciclo e previnem falhas de operação e/ou funcionamento, desligamento automático em caso de excesso de temperatura, pressão ou falta de água, desaceleração, saturação, esterilização, secagem e desligamento automático; eficiente secagem do material e opção de ciclos extras, produto resistente, com pintura eletrostática externa e interna, tubulação interna em silicone para alta pressão, gabinete: Aço 1020, pintura externa/interna eletrostática, dispositivo de segurança: 16, 02 bandejas internas, de alumínio, ciclo de secagem: de série. REGISTRO Anvisa e Ministério da Saúde.					
32	20,00	UN	Stermax Extra 75ASE220	R\$6.100,0000	R\$122.000,0000
Valor Total		(cento e trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos)			R\$137.556,70

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº107/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº107/2016 – Pregão Presencial 41/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CONNEXION EXPORT – IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÓVEIS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo, permanente e uso duradouro de enfermagem, medicamento, Microchips de identificação Animal e materiais diversos, para suprir as necessidades das Unidades da rede municipal de saúde, UPA, Farmácias Básicas, Bem Estar Animal, Samu e Corpo de Bombeiros.

DATA: 19/07/2016 à 18/07/2017.

Nome da Empresa: CONNEXION EXPORT - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÓVEIS LTDA				CNPJ: 05.427.915/0001-00	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Microchip, agulha e aplicador montados, esterilizados e embalados individualmente. Com frequência de operação 134,2 kHz.					
18	1450,00	UN	Rastrofid/MCHP	R\$15,0000	R\$21.750,0000
Valor Total		(vinte e um mil e setecentos e cinquenta reais)			R\$21.750,00

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E OUTROS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 03/2017.

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Higiene e Limpeza e similares

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21.06.93 e, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002

Entrega dos envelopes/CREDENCIAMENTO: das 07:00 h até às 13:00 h do dia 02/02/2017.

Abertura dos envelopes: às 08:00 h do dia 03/02/2017.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e/ou no site www.palmasola.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/ fax: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 18 de janeiro de 2017.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO Nº 2681, DE 13 DE JANEIRO DE 2017 - ATUALIZA A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

DECRETO Nº 2681, De 13.01.2017.

ATUALIZA A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

LUIZ HENRIQUE SALIBA, PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica atualizada a Unidade Fiscal Municipal – UFM para o Exercício de 2017 em R\$ 112,79 (cento e doze reais e setenta e nove centavos).

Parágrafo único. O valor da Unidade Fiscal Municipal foi atualizado em 7,388%, com base no INPC, variação do acumulado entre 30/11/2015 a 30/11/2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01.01.2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 13 de janeiro de 2017.

Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta prefeitura municipal, na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski
Secretária da Administração

Paraíso

PREFEITURA

DECRETO 1872/2017

DECRETO Nº 1872/2017.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2017".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1440 de 17 de novembro de 2016, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 183.984,44 (cento e oitenta e três mil, novecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

05.00 – SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.
05.03 – DIRETORIA DE UND ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL.
05.03.12.361.1031.2.035 – Manut.do Programa Educação P/Todos
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0212 Aplicações Diretas (141)
..... R\$ 22.683,70
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0206 Aplicações Diretas (142)
..... R\$ 15.417,47
05.04 – DIRETORIA DE UNID.PRE-ESCOLA
05.04.12.306.1031.2.050 – Merenda Escolar-Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0209 Aplicações Diretas(143)
..... R\$ 5.786,19
09.00 – SECR.MUN.DA AGRIC.E MEIO AMBIENTE
09.03 – DIVISÃO DE AGROP.MEIO AMBIENTE, REC.NAT. RENOVAVEIS
09.03.20.606.1100.2.120 – Manut.e Func.do Progr.Pequeno Agric.c/Benefício
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0449 Aplicações Diretas(146)
..... R\$ 97.727,15

10.00 – SECR.MUN.DE TRANSP.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
10.02 – DIVISÃO DE TRANSP.E TRÁFICO RODOVIÁRIO
10.02.26.782.1120.2.140 – Manut.e Func.do Progr.Caminhos da Roça
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0211 – Aplicações Diretas(144)
..... R\$ 13.370,32
10.03 – DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
10.03.25.752.1040.2.135 – Custeio dos Serviços de Iluminação Pública-COSIP
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0235 – Aplicações Diretas(145)
..... R\$ 28.999,61
Total da Adição
..... R\$ 183.984,44
(cento e oitenta e três mil, novecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

Art. 2º Fica , autorizada a utilização como fonte de cobertura do Crédito ora instituído, os recursos do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com a LOA nº 1440/2016 e o disposto nos incisos I , do § 1º, do Art 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais concernentes à abertura do respectivo Crédito Autorizado

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 17 de janeiro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande
Prefeito Municipal

Elisandro Dos Santos Costa
Secretário Municipal da Administração
Fazenda e Planejamento

Este Decreto foi registrado e
publicado na data supra
Paraíso(SC), 17 de Janeiro de 2017.

Servidor Responsável

PR 02/2017

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2017
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09:00 horas do dia 01 de Fevereiro de 2017, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES DE ARO PARA REPOSIÇÃO NOS VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAISO/SC, PARA O PERIODO DE 12 MESES.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 18 de Janeiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

Passo de Torres

PREFEITURA

ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO CV 010/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE Nº 010/2017

No Edital de Licitação da Carta Convite nº. 010/2017, especificamente na descrição do Objeto da Licitação, onde se lê:

“CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL, PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO, FORNECIMENTO DE APOIO LOGÍSTICO E LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, PARA FINS DE REALIZAÇÃO DO EVENTO "FESTA DOS NAVEGANTES 2017", NOS DIAS 01 E 02 DE FEVEREIRO DE 2017, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL. ”.

Leia-se:

“CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL, PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO, FORNECIMENTO DE APOIO LOGÍSTICO E LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, PARA FINS DE REALIZAÇÃO DO EVENTO "FESTA DOS NAVEGANTES 2017", NOS DIAS 02 E 03 DE FEVEREIRO DE 2017, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL. ”.

Passo de Torres/SC, 16 de Janeiro de 2017.

MARIA APARECIDA DA SILVA CARDOSO
Presidente da Comissão de Licitação

LUCIA ALVES HESPANHOL
Secretária

CAIO ROBERIO BARPP
Membro

LEI 1034/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 1034 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

“AUTORIZA A DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, bem imóvel de sua propriedade, localizado neste Município de Passo de Torres/SC.

Art. 2º. O bem imóvel objeto da presente Lei Autorizativa de Doação constitui-se da área de 2 198,06 m², constituído do lote 01-AI da quadra B do loteamento Bosque das Figueiras, objeto da matrícula nº 12.218 do Ofício de Registro de Imóveis de Santa Rosa do Sul, conforme documentos anexos: mapa com dimensões, matrícula e boletim de cadastro imobiliário.

Art. 3º. Da Escritura Pública de doação deverá constar obrigatoriamente as cláusulas de:

- Inalienabilidade do bem doado;
- Impossibilidade de mudança da destinação do imóvel objeto da doação;
- Reversão do bem ao patrimônio público municipal no caso de desvio da finalidade do objetivo da doação;
- Reversão do bem ao patrimônio público municipal no caso de não iniciar as obras de construção em 02 (dois) e conclusão em 12 (doze) anos;

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Passo de Torres, 16 de janeiro de 2017

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de janeiro de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 012, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 012, de 02 de janeiro de 2017.

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o contrato de trabalho da servidora Rosangela Silva dos Santos teve seu término no dia 20 de dezembro de 2016, conforme a Portaria n. 914 de 04 de abril de 2016;
Considerando que, por equívoco do Departamento Pessoal, a rescisão do vínculo laboral não foi realizada à época;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora pública municipal ROSANGELA SILVA DOS SANTOS, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, a partir do dia 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, em 02 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 013, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 013, de 02 de janeiro de 2017.

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto na Portaria n. 1.051, de 23 de dezembro de 2016, que estabelece a prorrogação do contrato de trabalho da servidora Zeni Neckel Barrete até o dia 02 de janeiro de 2017, em razão de gozo de benefício previdenciário;
Considerando, por fim, o término do contrato temporário de trabalho da servidora nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora pública municipal ZENI NECKEL BARRETE, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços

Gerais, símbolo SG-13, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 02 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, em 02 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 017, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 017, de 12 de janeiro de 2017.

“RETIFICA A PORTARIA N. 1.056, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando ter havido equívoco na parte dispositiva da Portaria n. 1.056, de 30 de dezembro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º A Portaria n. 1.056, de 30 de dezembro de 2016, passa a vigorar com o seguinte teor:

“PORTARIA Nº 1.056, de 30 de dezembro de 2016.

“PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DE SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o encerramento do contrato de trabalho por tempo determinado dos servidores em 31/12/2016;

Considerando a necessidade de manutenção das atividades prestadas pelos respectivos servidores em caráter emergencial até a realização de novo processo seletivo ;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR O PRAZO do contrato de trabalho dos servidores abaixo relacionados a partir de 31/12/2016 até a realização de novo processo seletivo:

SERVIDOR	CARGO	CARGA HORÁRIA
ELIANE MEZALIRA	PSICÓLOGO	20 HORAS
ERENI R DE GODOI HABECH	AUX DE SERVIÇOS GERAIS	40 HORAS

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de dezembro de 2016.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 12 de janeiro de 2017.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 014, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 014, de 05 de janeiro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

Considerando a necessidade de antecipar o período de férias da servidora em virtude da redução da demanda dos seus serviços nesta época do ano, tornando viável ao poder público municipal a concessão de férias nestas condições;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora ROSELI APARECIDA CORREA, matrícula n. 32, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, grupo ocupacional Técnico, símbolo TC-6, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 03/10/2016 a 02/10/2017, para serem gozadas do dia 05/01/2017 a 03/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 05 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 015, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 015, de 09 de janeiro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS, CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e à conversão

de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias; Considerando a solicitação da servidora, protocolada em 09 de janeiro de 2017 sob nº 016/2017;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora ROSIMERI PEROZA NUNES, matrícula n. 2005, ocupante do cargo de Diretor Financeiro, grupo ocupacional Assessoramento Superior, símbolo DIF-9, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotada no Gabinete do Prefeito, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2015 a 31/03/2016, para serem gozadas do dia 16/01/2017 a 30/01/2017.

Art. 2º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do Art.72, § 3º, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora ROSIMERI PEROZA NUNES, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2015 a 31/03/2016, para serem convertidas no período de 31/01/2017 a 14/02/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 09 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 016, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 016, de 11 de janeiro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor WAGNER ANTONIO TOZZO, matrícula nº 9600, ocupante do cargo de Odontólogo, grupo ocupacional Profissional, símbolo PF-10, carga horária semanal de 20 (vinte) horas, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 03/03/2015 a 02/03/2016, para serem gozadas do dia 18/01/2017 a 16/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 11 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 018, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 018, de 12 de janeiro de 2017.

“AMPLIA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015,

Considerando a necessidade de ampliar a carga horária da servidora Lidiane Barrionuevo Brustolin para suprir a demanda de Assistente Social nos Programas da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social;

Considerando o disposto no § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015, que autoriza o poder público municipal a realizar redução e/ou ampliação de carga horária semanal do servidor, visando atender interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º AMPLIAR A CARGA HORÁRIA SEMANAL da servidora LIDIANE BARRIONUEVO BRUSTOLIN, ocupante do cargo de Assistente Social, Grupo Ocupacional Profissional, símbolo PF-1, Lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, carga horária de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais a partir da competência de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 12 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 019, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 019, de 12 de janeiro de 2017.

“DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE MOTORISTA AUXILIAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, que o número de motoristas de Secretaria Municipal de Saúde não é suficiente para atender satisfatoriamente sua demanda;

Considerando que não é possível a contratação de mais motoristas, em razão das dificuldades financeiras enfrentadas pelos municípios;

Considerando, a necessidade de adoção de medidas para assegurar o equilíbrio fiscal do município;

Considerando, por fim, que o servidor possui habilitação compatível para a função, bem como os cursos de capacitação exigidos para atuar na área da saúde como motorista, além de experiência comprovada, pois exerceu as funções de motorista junto ao sistema SAMU,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor NILBERTO BORTOLINI, ocupante do cargo de Técnico em Vigilância Sanitária, para exercer provisoriamente as funções de motorista, em caráter auxiliar, junto a Secretaria Municipal da Saúde, exercendo cumulativamente as atribuições de ambos os cargos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 12 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

REMUME MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC - 2017

REMUME DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA – SC LISTA DE MEDICAMENTOS DISPONÍVEIS - 2017.

Item	Medicamentos
1.	Acebrofilina 50mg/5mL – Xarope adulto 120mL
2.	Acetato de medroxiprogesterona 150mg/mL Suspensão injetável – 1mL
3.	Aciclovir 200 mg
4.	Aciclovir 50 mg/g creme com 10g
5.	Ácido acetilsalicílico 100mg
6.	Ácido fólico 5 mg
7.	Albendazol 40 mg/mL suspensão oral –10mL
8.	Albendazol 400 mg comprimido mastigável
9.	Alendronato de sódio 70 mg
10.	Alopurinol 100 mg
11.	Alopurinol 300 mg
12.	Aminofilina 100mg
13.	Aminofilina 24mg/mL Injetável – 10mL
14.	Amoxicilina + clavulanato de potássico (250mg + 62,5 mg/5mL) Suspensão oral – 100mL
15.	Amoxicilina + clavulanato de potássico (400mg + 57mg/5mL) Suspensão oral – 70 mL
16.	Amoxicilina 250mg/5mL pó para suspensão oral – 150ml
17.	Amoxicilina 250mg/5mL pó para suspensão oral – 60mL
18.	Amoxicilina 500 mg
19.	Amoxicilina 500mg + clavulanato de potássico 125 mg
20.	Amoxicilina 875mg + clavulanato de potássico 125 mg
21.	Ampicilina 250mg/5mL suspensão oral – 100mL
22.	Ampicilina 500mg
23.	Atenolol 25mg comprimido sulcado
24.	Atenolol 50 mg
25.	Azitromicina 40mg/mL pó para suspensão oral – 15mL + diluente
26.	Azitromicina 500mg
27.	Benzilpenicilina bezatina 1.200.000 UI pó para suspensão injetável
28.	Benzoato de benzila 0,25% - 100ml
29.	Benzoilmetronidazol 40 mg/mL Suspensão oral – 100mL
30.	Besilato de anlodipino 10 mg
31.	Besilato de anlodipino 5 mg
32.	Borato de 8-hidroxiquinolina 0,4mg/mL + trietanolamina 140mg/mL Solução otológica – 8mL
33.	Brometo de ipratrópio 0,02mg/dose + bromidrato de fenoterol 0,05mg/dose Solução aerossol 10mL (200 doses) + bocal
34.	Brometo de ipratrópio 0,25mg/mL solução inalante
35.	Bromidrato de fenoterol 5mg/mL solução inalante
36.	Budesonida 50mcg/dose Suspensão nasal (120 doses)
37.	Butilbrometo de escopolamina 10mg
38.	Butilbrometo de escopolamina 10mg + dipirona sódica 250mg
39.	Butilbrometo de escopolamina 20mg/mL Solução injetável – 1mL
40.	Butilbrometo de escopolamina 4mg/mL + dipirona sódica 500mg/mL Solução injetável – 5mL
41.	Butilbrometo de escopolamina 6,67mg/mL + dipirona sódica 333,4mg/mL Solução oral – 20mL
42.	Candesartana cilexetila 16mg + Hidroclorotiazida 12,5mg
43.	Captopril 25mg comprimido sulcado
44.	Captopril 50mg comprimido sulcado
45.	Carbamazepina 200mg
46.	Carbamazepina 20mg/mL suspensão oral – 100mL
47.	Carbamazepina 400mg
48.	Carbocisteína 50mg/mL – Xarope Adulto 100mL
49.	Carbonato de cálcio 1250mg (equivalente a 500mg de cálcio)
50.	Carbonato de cálcio 500mg + colecalciferol 200 UI comprimido
51.	Carbonato de lítio 300mg
52.	Carvedilol 12,5mg
53.	Carvedilol 25mg
54.	Carvedilol 3,125mg
55.	Carvedilol 6,25mg
56.	Cefalexina 50mg/mL suspensão oral – 100mL
57.	Cefalexina monoidratada 500mg cápsula ou comprimido

58.	Ceftriaxona 1g EV pó para solução injetável + diluente
59.	Ceftriaxona 1g IM pó para solução injetável + diluente
60.	Ceftriaxona 500mg IM pó para solução injetável + diluente
61.	Cetoconazol 200mg
62.	Cetoconazol 20mg/g + Dipropionato de betametasona 0,5mg/g + sulfato de neomicina 2,5mg/g Creme dermatológico – 10g
63.	Cetoconazol 20mg/g Creme dermatológico – 30g
64.	Cetoconazol 20mg/mL shampoo 100mL
65.	Cetoprofeno 100mg/2mL Injetável
66.	Cilostazol 100mg
67.	Cinazina 75mg
68.	Citalopram 20mg
69.	Claritromicina 500mg cápsula ou comprimido
70.	Clonazepam 2,5mg/mL solução oral – 20mL
71.	Clonazepam 2mg
72.	Clopidogrel 75mg
73.	Cloranfenicol 5mg/mL + dexametasona 1mg/mL Solução oftálmica – 5mL
74.	Cloreto de sódio 0,9 %mg/ml + cloreto de benzalcônio 0,1mg/ml solução nasal
75.	Cloridrato de adifenina 10mg + cloridrato de prometazina 5mg + dipirona sódica 500mg – comprimido
76.	Cloridrato de adifenina 25mg/mL + Cloridrato de prometazina 25mg/mL + Dipirona sódica 750mg/mL Solução injetável – 2mL
77.	Cloridrato de amantadina 100mg
78.	Cloridrato de amilorida 5mg + clortalidona 25mg
79.	Cloridrato de amiodarona 200mg
80.	Cloridrato de amiodarona 50mg/mL Solução injetável – 3mL
81.	Cloridrato de amitriptilina 25mg
82.	Cloridrato de amitriptilina 75mg
83.	Cloridrato de biperideno 2mg
84.	Cloridrato de ciclobenzaprina 10mg
85.	Cloridrato de ciproflaxacina 500mg
86.	Cloridrato de clorpromazina 100mg
87.	Cloridrato de doxiciclina 100mg
88.	Cloridrato de fenazopiridina 200mg
89.	Cloridrato de fluoxetina 20mg cápsulas
90.	Cloridrato de hidralazina 50mg
91.	Cloridrato de imipramina 25mg
92.	Cloridrato de lidocaína 2 % gel
93.	Cloridrato de memantina 10mg
94.	Cloridrato de metformina 500mg
95.	Cloridrato de metformina 850mg
96.	Cloridrato de metoclopramida 10mg
97.	Cloridrato de metoclopramida 5mg/mL Solução injetável – 2mL
98.	Cloridrato de naratriptana 2,5mg
99.	Cloridrato de ondansetrona 8mg
100.	Cloridrato de paroxetina 20mg
101.	Cloridrato de prometazina 25mg/mL Solução injetável – 2mL
102.	Cloridrato de propranolol 40mg
103.	Cloridrato de ranitidina 150mg
104.	Cloridrato de ranitidina 15mg/mL xarope – 120mL
105.	Cloridrato de ranitidina 25mg/mL solução injetável IM/EV – 2mL
106.	Cloridrato de sertralina 50mg
107.	Cloridrato de Tetracaína 1% + Cloridrato de Fenilefrina 0,1% - Solução oftálmica estéril – 10mL
108.	Cloridrato de tiamina 300mg
109.	Cloridrato de tioridazina 100mg
110.	Cloridrato de tramadol 50mg/mL Solução injetável – 1mL
111.	Cloridrato de venlafaxina 75mg
112.	Cloridrato de verapamil 80mg
113.	Clozazolam 1mg
114.	Complexo B comprimido
115.	Complexo B Solução injetável – 2mL
116.	Complexo B Xarope 100mL
117.	Decanoato de haloperidol 50 mg/mL Solução injetável – 1mL
118.	Dexametasona 0,1 mg/mL Elixir – 120mL

119.	Dexametasona 1mg/g + tobramicina 3mg/g Pomada oftálmica 3,5g
120.	Dexametasona 1mg/g Creme dermatológico – 10g
121.	Dexametasona 4mg/mL Solução injetável – 2,5mL
122.	Diazepam 10mg
123.	Diazepam 5mg/mL Solução injetável 2mL
124.	Diclofenaco potássico 25mg/mL Solução injetável – 3mL
125.	Digoxina 0,25mg, comprimido sulcado
126.	Dimenidrinato 25mg/mL + Cloridrato de piridoxina 5mg/mL Solução oral – 20mL
127.	Dimenidrinato 30mg + cloridrato de piridoxina 50mg + glicose 1000mg + frutose 1000mg – 10 ml injetável endovenoso
128.	Dimenidrinato 50mg + Cloridrato de piridoxina 10mg
129.	Dimenidrinato 50mg/mL + Cloridrato de piridoxina 50mg/mL Solução injetável – 1mL
130.	Dinitrato de isossorbida 10mg
131.	Dinitrato de isossorbida 5mg comprimido sublingual
132.	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg comprimidos revestidos
133.	Dipirona sódica 500mg
134.	Dipirona sódica 500mg/mL Solução injetável – 2mL
135.	Dipirona sódica 500mg/mL Solução oral – 20mL
136.	Dipropionato de beclometasona 250mcg/dose spray oral – 200 doses
137.	Dipropionato de betametasona 5mg/mL + Fosfato dissódico de betametasona 2mg/mL Solução injetável – 1mL
138.	Domperidona 10mg
139.	Enantato de noretisterona 50mg/mL + Valerato de estradiol 5mg/mL – Seringa preenchida/Solução injetável – 1mL
140.	Epinefrina 1 mg/mL Solução injetável – 1mL
141.	Espironolactona 100mg
142.	Espironolactona 25mg
143.	Espironolactona 50mg
144.	Estrogênios conjugados 0,625mg – cartela com 28drágeas
145.	Etinilestradiol 0,03mg + levonorgestrel 0,15mg – cartela com 21 drágeas
146.	Femprocumona 3mg
147.	Fenitoína sódica 100mg
148.	Fenitoína sódica 50mg/mL Ssnitoína sódica 100 olução injetável – 5mL
149.	Fenobarbital 100mg
150.	Fenobarbital 100mg/mL Solução injetável – 2mL
151.	Fenobarbital 40mg/mL Solução oral – 20mL
152.	Finasterida 5mg
153.	Fluconazol 150mg
154.	Fluocinolona acetona 0,25mg/mL + Lidocaína 20mg/mL + Sulfato de neomicina 3,5mg/mL + Sulfato de polimixina B 10.000Ui/mL Solução otológica – 5mL
155.	Fosfato de codeína 30mg + paracetamol 500mg
156.	Fosfato sódico de prednisolona 4,02mg/mL (equivalente a 3mg/mL de prednisolona) Solução oral – 100mL
157.	Furosemida 10mg/mL Solução injetável – 2mL
158.	Furosemida 40mg - comprimido sulcado
159.	Glibenclamida 5mg
160.	Glicose 50% Solução injetável – 10 mL
161.	Glimepirida 2mg
162.	Haloperidol 5mg
163.	Haloperidol 5mg/mL Solução injetável – 1mL
164.	Hemifumarato de quetiapina 100mg comprimidos revestidos
165.	Heparina sódica 5.000UI/2,5mL Solução injetável – 5mL
166.	Hidroclorotiazida 25mg
167.	Hidroclorotiazida 50mg
168.	Hidróxido de alumínio 61,5mg Suspensão oral – 100mL
169.	Ibuprofeno 50mg/mL Solução oral - gotas – 30mL
170.	Ibuprofeno 600mg
171.	Ivermectina 6mg
172.	Lactato de biperideno 5mg/mL Solução injetável – 1mL
173.	Lactulose 667mg/mL Xarope – 120mL
174.	Levodopa 100mg + benserazida 25mg, cápsula de liberação prolongada HBS
175.	Levodopa 200mg + benserazida 50mg
176.	Levodopa 250mg + carbidopa 25mg
177.	Levofloxacino 500mg
178.	Levonorgestrel 1,5mg
179.	Levotiroxina sódica 100mcg

180.	Levotiroxina sódica 25mcg
181.	Levotiroxina sódica 50mcg
182.	Loratadina 10mg
183.	Loratadina 1mg/mL Xarope – 100mL
184.	Losartana 50mg + hidroclorotiazida 12,5mg
185.	Losartana potássica 100mg
186.	Losartana potássica 50mg comprimido sulcado
187.	Maleato de dexclorfeniramina 2mg
188.	Maleato de dexclorfeniramina 2mg/mL Xarope - 120mL
189.	Maleato de enalapril 10mg
190.	Maleato de enalapril 20mg
191.	Maleato de enalapril 5mg
192.	Maleato de timolol 5mg/mL Solução oftálmica – 5mL
193.	Mebendazol 100mg
194.	Mebendazol 20mg/mL Suspensão oral 30mL
195.	Meloxicam 15mg
196.	Mesilato de doxazosina 2mg
197.	Mesilato de doxazosina 4mg
198.	Metildopa 250mg
199.	Metildopa 500mg
200.	Metronidazol 100mg/g Gel vaginal – 50g + aplicador
201.	Metronidazol 250mg
202.	Midazolan 5mg/ml – 3 ml
203.	Mirtazapina 30mg
204.	Mononitrato de isossorbida 20mg
205.	Mononitrato de isossorbida 40mg
206.	Nifedipino 20mg
207.	Nimesulida 100mg
208.	Nimesulida 20mg/g Gel tópico – 30g
209.	Nimesulida 50mg/mL Solução oral – 15mL
210.	Nimodipina 30mg
211.	Nistatina 100.000 UI/mL Suspensão oral – 50mL
212.	Nistatina 25.000UI/g Creme vaginal – 60g + aplicador
213.	Nistatina associada a óxido de zinco 100.000 UI/g + 200mg/g Pomada dermatológica - 60g
214.	Nitrofurantoína 100mg
215.	Noretisterona 0,35mg cartela com 35 comprimidos
216.	Óleo mineral – 100mL
217.	Omeprazol 20mg
218.	Paracetamol 200mg/mL Solução oral – 15mL
219.	Paracetamol 500mg
220.	Paracetamol 750mg
221.	Permetrina 10mg/mL Loção capilar – 60mL
222.	Prednisona 20mg
223.	Prednisona 5mg
224.	Propatilnitrato 10mg
225.	Risperidona 1mg
226.	Risperidona 2mg
227.	Risperidona 3mg
228.	Sais para reidratação oral – Pó para solução oral com sabor
229.	Secnidazol 1g
230.	Simeticona 40mg
231.	Simeticona 75mg/mL Emulsão oral – 10mL
232.	Sinvastatina 20mg
233.	Sinvastatina 40mg
234.	Succinato de metoprolol 100mg comprimido de liberação controlada
235.	Succinato de metoprolol 25mg comprimido de liberação controlada
236.	Succinato de metoprolol 50mg comprimido de liberação controlada
237.	Succinato sódico de hidrocortisona 100mg pó para solução injetável
238.	Succinato sódico de hidrocortisona 500mg pó para solução injetável
239.	Sulfadiazina de prata 10mg/g Creme dermatológico – 50g
240.	Sulfametoxazol 200mg/mL + trimetoprima 40mg/mL Suspensão oral – 100mL
241.	Sulfametoxazol 400mg + trimetoprima 80mg

242.	Sulfato de atropina 0,25mg/mL Solução injetável - 1mL
243.	Sulfato de condroitina 400mg + sulfato de glicosamina 500mg
244.	Sulfato de gentamicina 40mg/mL Solução injetável – 2mL
245.	Sulfato de gentamicina 5mg/mL Solução oftálmica – 5mL
246.	Sulfato de gentamicina 80mg/mL Solução injetável – 2mL
247.	Sulfato de neomicina 5mg/g + bacitracina zínica 250UI/g – Pomada dermatológica – 15g
248.	Sulfato de salbutamol 120 mcg/dose (equivalente a 100mcg/dose de salbutamol sabe) Aerosol oral 200doses
249.	Sulfato de salbutamol 2mg/mL Xarope – 120mL
250.	Sulfato ferroso 25 mg/mL Solução oral – gotas 30mL
251.	Sulfato ferroso 40 mg
252.	Sulfato ferroso 5mg/mL Xarope 100mL
253.	Suplemento de vitaminas + minerais
254.	Tenoxicam 40mg Pó líofilo injetável
255.	Tiras para teste de glicemia com 50 unid
256.	Topiramato 100mg
257.	Topiramato 50mg
258.	Tramadol 100mg
259.	Valproato de sódio ou ácido valpróico 250mg/5mL solução oral (equivalente a 50mg de ácido valpróico/mL) 100mL
260.	Valproato de sódio ou ácido valpróico 288 mg cápsula ou comprimido (equivalente a 250mg de ácido valpróico)
261.	Valproato de sódio ou ácido valpróico 576 mg comprimido (equivalente a 500mg de ácido valpróico)
262.	Valproato de sódio/ ácido valpróico 500mg comprimidos revestidos de liberação prolongada
263.	Varfarina sódica 5mg
264.	Vitamina A (palmitato de retinol) 5.000UI/ mL + Vitamina D3 (colecalciferol) 10.000UI/mL Solução oral – 20mL
265.	Sulfato de glicosamina 1,5g + Sulfato de condroitina 1,2g – Pó para solução oral (Sachê)
266.	Tobramicina 3mg + Dexametasona 1mg – Suspensão Oftálmica estéril 5mL

Paulo Lopes**PREFEITURA****EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08-10/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08-10/2016, que celebram o Município de Paulo Lopes, através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa S & R DISTRIBUIDORA LTDA O objeto do presente termo aditivo é a alteração do preço do item 53 da Ata de Registro de Preço nº 08-10/2016 para aquisição de suprimento de materiais e equipamentos odontológicos para abastecer os consultórios da Rede Municipal de Saúde, conforme especificações que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Valor atual	Valor proposto	Percentual proposto	Valor real comprovado	Percentual comprovado	Valor atual
53	CEFALEXINA 500 MG	0,3960	0,6864	32%	0,6864	32%	0,6864

DA COMPROVAÇÃO: O FORNECEDOR/CONTRATADO, comprovou a alteração dos preços acima propostos através das notas fiscais emitidas pela Empresa Multilab Industria e Comércio de produtos Farmacêutico n.ºs 000.024.003 e pela Empresa Cervosul Distribuidora de Medicamentos Ltda 000.977.135.

Data da assinatura: 11 de janeiro de 2017.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14-4/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14-4/2016, que celebram o Município de Paulo Lopes, e a empresa GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA EPP DA ALTERAÇÃO Fica acrescida a quantidade do Item 1 da Ata de Registro de Preço 14-4/2016 nos termos do art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 58/2013.

conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Quant atual	Percentual acrescido	Quant acrescida	Quant total
1	Agenda permanente 145X210 mm, cor lisa com no mínimo 384 páginas.	700	25%	175	875

Data da assinatura: 13 de janeiro de 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato do contrato nº 02/2017 conforme Processo Licitatório nº 02/2017 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: NOEMI APARECIDA DA SILVA MACHADO. Objeto: é a Locação de uma sala comercial em alvenaria com 21m², localizado na Rua Manoel Elizandro Silva – Bairro Penha – Paulo Lopes – SC, para instalação da Agência Comunitária dos Correios. Valor do Contrato: R\$ 6.600 (seis mil e seiscentos reais). Data Assinatura: 09/01/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato do contrato nº 03/2017 conforme Processo Licitatório nº 03/2017 FMS Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: JOSÉ DE ABREU PEREIRA. Objeto: A locação de uma sala comercial de aproximadamente 84m², localizada na Rua Santa Catarina, 207, Centro, Paulo Lopes-SC, para funcionamento da Farmácia Municipal. Código do Imóvel 15[1.1.003]. Valor do Contrato: R\$ 13.880,00 (treze mil oitocentos e oitenta reais). Data Assinatura: 13/01/2017.

PORTARIA Nº 067/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 67/2017

DESIGNA PREGOEIRAS E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES / SC

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal vigente, resolve:

Art. 1º. Designar para atuar como pregoeira em licitações na modalidade pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de PAULO LOPES/SC, a servidora Cláudia Maria Valentim Nascimento.

Art. 2º. Ficam designadas para atuarem como membros da EQUIPE DE APOIO em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de PAULO LOPES/SC, as servidoras: Amanda Alexandre Svaldi e Leonara Rodrigues Sebastião.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Município de Paulo Lopes – SC, em 10 de Janeiro de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 068/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 68/2016

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

SUSPENDER LICENÇA SEM VENCIMENTO, a partir do dia 10 de janeiro de 2017, nos termos da Lei Complementar 497/1991 art. 102 § 2o,, concedida à servidora Milena Montardo Serri de Castro, matrícula funcional nº. 10322 através da Portaria n.º 383/2016, por motivo de excepcional interesse público.

Município de Paulo Lopes – SC, em 10 de janeiro de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO 232/2016-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 232/2016-PMP
AO CONTRATO Nº 78/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 34/2016 – PMP, modalidade Pregão Presencial nº 21/2016 – PMP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MACADAME GNAISSE, AREIA MÉDIA, LAJOTAS SEXTAVADAS, TUBOS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento do 1º Termo aditivo nº 232/2016-PMP, ao Contrato Administrativo nº 70/2016-PMP, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA ME, com sede na cidade de Gaspar/SC, Rodovia BR 470, 2.000- Km 35, Bairro: Margem Esquerda, Telefone: (47) – 3332-1161, CEP: 89.110-000, inscrita no CNPJ sob o nº 72.567.076/0001-04, neste ato representada pelo Sr. Gian Carlos Alves, RG: 2.483.567-6, CPF: 721.627.759-72, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula quarta do Contrato Administrativo nº 78/2016-PMP, fica prorrogado até 27.06.2017, a contar do dia 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO 04/2017-FMS

2º TERMO ADITIVO Nº 04/2017 FMS
AO CONTRATO 21/2015 FMS

Licitação: Processo Licitatório nº 09/2015 - FMS, modalidade Dispensa de Licitação nº 01/2015 - FMS

Objeto: Locação de um imóvel em alvenaria com 100,00 m², localizado na Rua Antônio Herculano Espíndola, nº 363, Centro – Penha/SC para atendimento à pacientes em tratamento de doenças sexualmente transmissíveis e infectocontagiosa e rotinas administrativas

como emissão de alvarás sanitários, coleta de material, controle de estoque e para elaboração de projetos e programas na área da Vigilância Sanitária.

Os signatários deste instrumento, de 2º Termo aditivo nº 04/2017 – FMS ao contrato nº 21/2015- FMS, Pedro Deodato Waltrick, portador do RG de nº 5.461.767-7 SSP SC e inscrito sob o CPF de nº 474.657.198/87, residente e domiciliado à Rua Pedro Cristiano de Miranda, nº 1210, casa 01, São Vicente – Itajaí – CEP: 88309-430 e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, inscrito no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, representada pelo Sr. Aquiles José Schneider da Costa, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência constante na Cláusula Primeira do 1º Termo Aditivo 22/2016-FMS ao Contrato de Locação nº 21/2015-FMS, passa a contar de 13/01/2017 até 12/03/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor presente na cláusula segunda do 1º Termo Aditivo 22/2016-FMS ao Contrato 22/2015- FMS fica reajustado na proporção da variação do IPCA divulgado pelo IBGE, o que corresponde a R\$: 1.373,38 (Mil, trezentos e setenta e três reais e trinta e oito centavos) mensais e um total de R\$: 2.746,76 (dois mil, setecentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão - 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 20.01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 10.304.0014 – Vigilância Sanitária

Projeto/Atividade: 2.060 – Funcionamento e Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0613 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 000042

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados, assinam o presente, em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 12 de Janeiro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

PEDRO DEODATO WALTRICK
CONTRATADO

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

LEANDRO LIMA DE BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO 224/2016-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 224/2016-PMP

AO CONTRATO Nº 03/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 66/2015 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 12/2015 – PMP

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização das Ruas Silvério Gonçalves, Rua Anita Garibaldi e Rua Curitiba, bairro Centro, Penha/SC, Lote 1: Rua Silvério Gonçalves: Área - 2.947,46 m².

Pelo presente instrumento de 2º Termo aditivo nº 45/2016-PMP, ao Contrato Administrativo nº 03/2016-PMP, para Serviço Público, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a empresa VIBRON ARTFATOS DE CONCRETO LTDA-EPP, com sede na cidade de Balneário Piçarras/SC, Rua Alexandre Guilherme Figueredo, nº 547, Bairro: Centro, Telefone: (47) – 3345-1047, E-mail: Vibron@terra.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.639.726/0001-79, neste ato representada pelo Sr Luiz Antonio Silvestre, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de obras de infraestrutura, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula primeira do 1º Termo Aditivo 205/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 03/2016-PMP, fica prorrogado até 12/05/2017, a contar do dia 01/01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha-SC, 30 de dezembro de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

3º TERMO ADITIVO 02/2017-FMAS

3º TERMO ADITIVO Nº 02/2017 FMAS

AO CONTRATO Nº 01/2014 FMAS

LICITAÇÃO: Processo Adm. nº 01/2014 - FMAS modalidade Dispensa de Licitação Nº 01/2014 – FMAS

OBJETO: Locação de um imóvel localizado a Rua Felício João Adriano, 53, Centro, Penha/SC.

Os signatários deste instrumento, de um lado KATIA HELENA CORDEIRO DA SILVA, portadora do CNPJ/CPF nº 924.592.429/72, residente na Rua Fermínio Vieira Cordeiro, 2.142, Apartamento 236, Bloco B, Bairro Espinheiros, Itajaí/SC, e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Sr. Aquiles José Schneider da Costa, Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula primeira do 2º Termo Aditivo 02/2016-FMAS ao Contrato 01/2014-FMAS fica prorrogado até o dia

14/01/2018, a partir de 16/01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor do aluguel mensal fica reajustada conforme o índice de IPCA (IBGE), sendo realizado o pagamento mensal de R\$ 1.871,93 (hum mil, oitocentos e setenta e um reais e noventa e três centavos), totalizando R\$ 22.463,16 (vinte e dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Órgão: 40 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 40.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Funcional: 08.244.0008 - Assistência Comunitária
Projeto/Atividade: 2.070 - Proteção Social Básica
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
Código Reduzido: 000006

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 13 de janeiro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
LOCATÁRIO

KATIA HELENA CORDEIRO DA SILVA CONTRATADO / LOCADOR

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

LEANDRO LIMA DE BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

5º TERMO ADITIVO 04/2017-PMP

5º TERMO ADITIVO Nº 04/2017- PMP

AO CONTRATO Nº 198/2013 PMP

Licitação: Processo Administrativo nº. 67/2013 - PMP modalidade Dispensa de Licitação Nº 07/2013 – PMP

Objeto: Locação de um imóvel localizado na Avenida Nereu Ramos, nº 19, salas 01 e 02, Centro - Penha/SC.

Os signatários deste instrumento do 4º Termo aditivo nº 31/2016-PMP, de um lado, José Jader Domingues Leal, portador da carteira de identidade de nº 5.661.134 SSP/SC e inscrito no CPF de nº 049.749.648-87, residente e domiciliado à Rua Nilo Anastácio Vieira, 10, Centro, Penha/SC e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Sr. Aquiles José Schneider da Costa, Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula primeira do 4º Termo Aditivo 31/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 198/2013-PMP, fica aditado do dia 20/01/2017 até o dia 19/01/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor presente na cláusula segunda do 4º Termo Aditivo 31/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 198/2013 PMP ficará reajustado para R\$ 1.912,89 (Hum mil, novecentos e doze reais e oitenta e nove centavos) mensais, e um valor total de R\$: 22.954,68 (Vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), conforme índice IPCA(IBGE).

CLÁUSULA TERCEIRA

Cujo pagamento correrá por conta da seguinte dotação:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal da Administração
Unidade: 05.01 – Departamento de Técnico Administrativo
Funcional: 04.122.0004 – Administração Geral
Projeto/Atividade: 2.007 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas
Código reduzido: 000019

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 18 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
LOCATÁRIO

JOSÉ JADER DOMINGUES LEAL
CONTRATADO / LOCADOR

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 61

PORTARIA N.º 61/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. EVERALDO LOURIVAL FRANCISCO, como responsável pelo expediente da SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETARIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 62

PORTARIA N.º 62/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ROSEMARI CORREIA GONÇALVES

para ocupar o cargo em comissão de DIRETORA DO PA 24 HORAS, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 63

PORTARIA N.º 63/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MARISLEI SILVA ANTÃO para ocupar o cargo em comissão de COORDENADORA DO CEFIR, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 64

PORTARIA N.º 64/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. LUIZ EDUARDO BUENO para ocupar o cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO, da PROCURADORIA JURÍDICA a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº. 038/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de

Administração, aos onze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 65

PORTARIA N.º 65/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ALINE DOS SANTOS VIEIRA RAMOS para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE SERVIÇOS URBANOS I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 12 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos doze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 66

PORTARIA N.º 66/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ADELE FERREIRA CALDEIRA para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 12 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos doze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 67

PORTARIA N.º 67/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. EDEVILSON NASCIMENTO para ocupar o cargo em comissão de DIRETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 12 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos doze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 68

PORTARIA N.º 68/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. CARLOS ADELSON SELL MARCELINO para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE SISTEMA II, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 12 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos doze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 69

PORTARIA N.º 69/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RENOMEAR os membros abaixo para compor a Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 06/2016 - PMP destinado ao preenchimento de vagas de professores bem como a formação de cadastro de reserva:

Valdinéia Bortolato Germano
Deise Izonete de Souza

Gertrudes Rogalsky

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 439/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 12 de Janeiro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos doze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Peritiba

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO 01/2017

Edital de Notificação nº 01/2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI prefeita de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais do Município e demais interessados, que a Prefeitura Municipal de Peritiba, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 01/12/2016 a 31/12/2016.

Rúbrica	Descrição	Valor R\$
417213300000001	Transferências SUS - PAB Fixo-Piso de Atenção Básica	6.396,00
417213300000003	Transferências SUS – PSF-Programa Saúde da Família	7.130,00
417213300000004	Transferências SUS – PACS- Agentes Com. de Saúde	14.196,00
417213300000005	Transferências SUS – FAR - Farmácia Básica	2.530,46
417213300000006	Transferências SUS – E.C.D. Vig. Epidemiológica	5.677,54
417213300000007	Transferências SUS – VS- Vig. Sanitária	3.011,28
417213300000008	Transferências SUS – PSB - Saúde Bucal	2.230,00
417213300000009	Transferências SUS – MAC- Média e Alta Complexidade	4.493,26
417213300000010	Transferências SUS – PMAQ- Prog. Melhoria no Acesso e Qualidade	14.000,00
417213300000011	Transferências SUS – NASF- Núcleo de Apoio a Saúde da Família	8.000,00
417213300000014	Transferências SUS – CEO – Centro de Especialidade Odontológicas	0,00
417213300000015	Transferências SUS – BSOR-SM	7.500,00
417213300000016	Transferências SUS – INVAN – Alimentação e Nutrição	3.000,00
417213400000002	Transferências FNAS – IGD/BF	0,00
417213400000003	Transferências FNAS – PSB-Proteção Social Básica	18.000,00
417213414000000	Transferências FNAS – IGD – Suas	0,00
417213417000000	Transferências FNAS – BL GSUAS - FNAS	6.262,26
417213419000000	Transferências FNAS – BPC ESCOLA - FNAS	0,00
417213420000000	Transf. FNAS – SCFV Serviço de Fortalecimento de Vínculos	14.850,00
417213501000000	Transferências do Salário Educação	10.647,03
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Ensino Fundamental	972,00
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE- Pré - Escola	750,00
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Creche	1.980,00
417213503000000	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-AEE	30,00
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Médio	583,32
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Fundamental	1.464,50
417213504000000	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Infantil	148,93
417213506000000	Transf. do FNDE – Apoio a Creche	0,00
		133.852,58

Total dos Recursos Recebidos no Período 133.852,58 (Cento e trinta e três mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos).

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal de Peritiba, situada na Rua Frei Bonifácio, 63, Centro, ou pelo telefone (49) 3453-1122/3453-1132/3453-1142

PERITIBA(SC), em 13 de Janeiro 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO 013 - TUBOS

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 013/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 31/01/2017 licitação modalidade Pregão Presencial nº 013/2017, visando a "AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS"

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 31/01/2017, até às 16:00hs, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 16:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 17 DE JANEIRO DE 2017
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

AVISO LICITAÇÃO 014 - PEDRA BRITA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 014/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 31/01/2017, licitação modalidade Pregão Presencial nº 014/2017. Objeto: Aquisição de Pedra Brita para a Secretaria de Transportes e Obras.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 31/01/2017, até às 14:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 17 DE JANEIRO 2017.
Pedro Rabuske
Prefeito Municipal

AVISO LICITAÇÃO 015 - GASOLINA

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 31/01/2017, licitação modalidade Pregão Presencial n. 015/2017, visando o fornecimento de COMBUSTÍVEIS GASOLINA COMM PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 31/01/2017 até as 15:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 15:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO – SC, 18 DE JANEIRO DE 2017
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

CONTRATO 013

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 013/2017.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 001/2016 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Nome: NEILA REGINA BONADIMAN NORA
CPF n.º 950.766.709-15
Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, Nº1590, Centro – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado NEILA REGINA BONADIMAN NORA, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 001/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, Cultura e Esportes função de "Atendente de Creche", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 001/2016, e na Lei Complementar LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 907,98 (novecentos e sete reais e noventa e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 17 de janeiro de 2017 até que seja realizado concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

A contratada executará as seguintes funções:

Limpeza corporal da criança, troca de fraldas, ajudarem suas dificuldades, organizar o ambiente para tornar atrativo e harmonioso promovendo a socialização; atendimento individual respeitando as diferenças, atendimento na hora das refeições, trabalharem conjunto com o professor regente, receber e entregar as crianças; realizar atividades de cunho pedagógico visando a estimulação das crianças.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da

Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público;

4.2.6. – Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 17 de janeiro de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

NEILA REGINA BONADIMAN NORA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF

DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2016

INTERESSADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO VINHO – SICOOB VIDEIRA

OBJETO: RESTITUIÇÃO DE ITBI

DECISÃO

Valendo-me do despacho exarado pelo Sr. Fiscal de Obras, Tributo e Renda e do parecer emitido pela Assessoria Jurídica como razões de decidir, nos termos do art. 99, I, do Código Tributário Municipal, ACOLHO o pedido de restituição formulado pela Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Vinho – SICOOB Videira e, por conseguinte, determino a devolução dos valores recolhidos por meio da Guia nº 43/2016, em até 30 (trinta) dias.

Encaminhe-se ao setor competente para cumprimento.

Publique-se.

Pinheiro Preto (SC), 18 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 035

PORTARIA Nº 035, DE 16 de janeiro DE 2017.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA BARBARA VENTORIN ZUCCO.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora BARBARA VENTORIN ZUCCO, cadastro 440575, exercendo o cargo efetivo de auxiliar administrativo - CRAS, lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 04/05/2015 a 03/05/2016, cujo gozo dar-se-á no período de 18 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 16 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 036

PORTARIA Nº 036, DE 16 DE janeiro DE 2017.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Neila Regina Bonadiman Nora APTA PARA exercer a função temporária de atendente de creche, processo seletivo 001/2016.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Neila Regina Bonadiman Nora, para a função temporária de ATENDENTE DE CRECHE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 037/2017

PORTARIA N. 037, DE 17 JANEIRO DE 2017.

INSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS REFERENTE LICITAÇÃO Nº 004/2017.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a necessidade de verificar a qualidade das amostras de material escolar, exercício 2017, referente a licitação modalidade pregão presencial nº 004/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Institui comissão para fins de análise das amostras de material escolar referente licitação modalidade pregão presencial nº

004/2017, nomeando para compô-la os seguintes membros:

I –Tauana Neis - Coordenadora Administrativa Escolar;

II – Kely Piva – Secretária;

III– Veronice Fritzen: Diretora do Ensino Infantil;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto –SC, 17 de Janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 038

PORTARIA N. 038, DE 17 JANEIRO DE 2017.

INSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS REFERENTE LICITAÇÃO Nº 012/2017.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a necessidade de verificar a qualidade das amostras de material de limpeza, exercício 2017, referente a licitação modalidade tomada de preços nº 012/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Institui comissão para fins de análise das amostras de material de limpeza referente licitação modalidade tomada de preços nº 012/2017, nomeando para compô-la os seguintes membros:

I –Tauana Neis - Coordenadora Administrativa Escolar;

II – Nádia Zortea Turkevickz – Servente;

III– Marionice Fritzen - Servente

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto –SC, 17 de Janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 039

PORTARIA Nº 039, DE 17 DE janeiro DE 2017.

NOMEIA NEILA REGINA BONADIMAN NORA PARA o exercício da função temporária DE atendente de creche.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Processo Seletivo 001/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, NEILA REGINA BONADIMAN NORA, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 950.766.709-15, para a função temporária de atendente de creche, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com vencimento previsto em lei, a partir de 17 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 17 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2016 - PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2016
PRAZO

Processo Administrativo n.º 005 / 2015.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 001 / 2015.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: CONSTRUTORA TERTEL LTDA. – ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, A SER INSTALADA NA RUA MORRO STRASSMANN, S/N.º, BAIRRO REGA, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 321,44 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UBS - CONSTRUÇÃO - PROPOSTA N.º 11436910000114003 E CONTRAPARTIDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE/SC.

Prorrogação – 120 dias – prazo final – 29/04/2017.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 120 (cento e vinte) dias, tendo em vista a demora na liberação dos recursos do convênio firmado junto ao Fundo Nacional de Saúde (Proposta n.º 11436910000114003 – Programa de Requalificação de UBS – Construção), bem como alterações no projeto licitado, em conformidade com o disposto na Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 003/2016 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 16 de Dezembro de 2016.

WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 02-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SAMAE (SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA DE ESGOTO)

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2014

Processo Administrativo n.º 009 / 2014.

Pregão Presencial n.º 008 / 2014.

Contratante: SAMAE DE POMERODE.

Contratada: AFER SERVIÇOS DE INSTRUMENTAÇÃO LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviço de caráter continuado de AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL.

0.1. - Fica prorrogado o presente contrato administrativo 02-2014 vigorando até 31-12-2017.

Pomerode / SC, 16 de Dezembro de 2016.

MARCIO SCHEIDEMANTEL
Presidente do SAMAE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 03-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SAMAE (SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA DE ESGOTO)

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2015

Processo Administrativo n.º 012 / 2015.

Pregão Presencial n.º 011 / 2015

Contratante: SAMAE DE POMERODE.

Contratada: FRANTIESKA ARAUJO BIRCK ME.

Objeto: SERVIÇO CONTINUADO DE LIMPEZA DO SISTEMA DE FILTROS DA ETA I CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ANEXO I DO EDITAL.

1.1 – Assim, em conformidade com a CLÁUSULA NONA do contrato administrativo 03/2016, o presente contrato sofrerá um acréscimo de 9,61%, o qual representa o valor de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais).

Pomerode / SC, 01 de Dezembro de 2016.

MARCIO SCHEIDEMANTEL
Presidente do SAMAE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 03-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE (SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA DE ESGOTO)

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2015

Processo Administrativo n.º 012 / 2015.

Pregão Presencial n.º 011 / 2015

Contratante: SAMAE DE POMERODE.

Contratada: FRANTIESKA ARAUJO BIRCK ME.

Objeto: SERVIÇO CONTINUADO DE LIMPEZA DO SISTEMA DE FILTROS DA ETA I CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ANEXO I DO EDITAL.

0.1. - Fica prorrogado o presente contrato administrativo 03-2015 vigorando até 31-12-2017.

0.2. - O presente contrato sofrerá um reajuste de 11.66 % conforme INPC – IBGE ACUMULADO.

Pomerode / SC, 16 de Dezembro de 2016.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.497-2017

DECRETO Nº 1.497, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

"Delega Poderes a Secretária Municipal de Administração e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do artigo 41 e parágrafo único do artigo 114, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado poderes a Secretária de Administração, Sra. Eliane Tomaz, para a instauração, julgamento e quando cabível aplicação de penalidades nos procedimentos de Sindicâncias e Processos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.368, de 6 de agosto de 2015.

Porto Belo - SC, aos 13 de janeiro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 1.498-2017

DECRETO Nº 1.498, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

"Cria Comissão Disciplinar e Julgadora para o Campeonato Municipal de Futebol de Areia 2017".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica criada a COMISSÃO DISCIPLINAR E JULGADORA para o Campeonato Municipal de Futebol de Areia, ano 2017, promovido pela Fundação Municipal de Esportes do Município de Porto Belo - SC.

Art. 2º Cabe a Comissão julgar as penalidades referentes ao Campeonato Municipal de Futebol de Areia de 2017.

Art. 3º A COMISSÃO tem como membros:

Presidente: Clóvis Ferreira de Oliveira Junior

Membro: João Henrique Alvarenga Laurentino

Membro: Édio Sebastião Gonçalves

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 de janeiro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 005 2017 - CHAMAMENTO PÚBLICO SERVIÇOS BANCÁRIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº 005/2017

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará chamamento público para fins de credenciamento e contratação de Instituições Bancárias, para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos, impostos, taxas, tarifas, preços públicos e demais receitas públicas de competência da PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, em padrão FEBRABAN por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados, que se realizará com início da entrega de documentação as 09:00horas do dia 20/01/2017 até as 17:30horas do dia 06/02/2017. Maiores informações e o Edital completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone (47) 3545-1133. E-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou através do site www.pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 18 de Janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

CONTRATO 01/2017 - INFO DIGITALL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2017

Aos cinco dias do mês de janeiro de 2017 por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu, inscrita no CNPJ sob 83.102.699/0001-28, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Senhor ISAMAR DE MELO, portador do CPF nº. 767.132.029-34, doravante denominado "Contratante" e de outro lado a empresa MARCIA M. DA SILVA CIA LTDA – INFODIGITALL, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Ernesto Prada, 280, na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 86.731.494/0001-08, neste ato representada pelo Senhor José da Silva, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei 8.883/94.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Sistema de informática GEDOC (Administrativo EX) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Projetos de Lei, Leis, Contratos, Correspondências, Decretos, Editais, Emendas, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Protocolo, Portarias e Relatórios do Controle Interno) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital;

1.2 – Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet EX) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos e Portarias no Servidor Web da CONTRATADA, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio www.legislacaomunicipal.com e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE.

§ 1º – O espaço em disco no servidor web da CONTRATADA referente ao item 1.2 é limitado a 3000Mb (três mil megabytes), caso haja necessidade de espaço adicional o mesmo será cobrado a parte conforme tabela de valores vigente.

1.7 – Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual conforme Cláusula Oitava deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente contrato terá sua vigência até 31/12/2017, contados a partir da data da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 3.729,24 (três mil setecentos e vinte e nove reais e vinte e quatro centavos) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$ 310,77 (trezentos e dez reais e setenta e sete centavos), sendo R\$ 263,87 pelo item 1.1 e R\$ 46,90 pelo item 1.2 da cláusula primeira deste contrato.

3.2 – Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto

pela manutenção (Cláusula Oitava deste contrato), será pago o valor de R\$ 107,00 (cento e sete reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 1,07 (um real e sete centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 153,00 (cento e cinquenta e três reais) ao dia, quando exigir a presença do técnico por mais de 5 horas.

3.3 – O pagamento será efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante emissão e apresentação da nota fiscal respectiva.

3.4 – Em caso de atraso, incidirão sobre o valor das locações multa de 1% (um por cento), mais juros de 2% (dois por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

3.5 – Os valores contratados referentes aos itens do objeto serão corrigidos anualmente de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses, tendo como referência o mês de novembro.

§ 1º – Caso o contrato vigente não seja automaticamente renovado, ficam valendo para fins de reajuste para a elaboração de um novo contrato os valores tabelados e praticados no estado de Santa Catarina pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da locação do Sistema objeto do presente contrato, correrão por conta das dotações do orçamento vigente, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas

3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLAUSULA QUINTA DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA GEDOC

a) O aplicativo é de propriedade da CONTRATADA, que concede à CONTRATANTE o direito de uso de uma licença do sistema, objeto deste contrato, instalada em um único computador/servidor e em até 03 (três) computadores conectados em rede.

b) É vedada a cópia ou distribuição do sistema GEDOC, exceto para fazer backup. O sistema esta protegido pela legislação de direitos autorais. A lei nº. 9.609/98, prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, e indenização para cada cópia instalada ilegalmente.

c) É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do software contratado a um outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decomposição ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

d) Responsabilidade por danos indiretos: Em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar o referido sistema, ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1 – Caberá à CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento pela locação do Sistema objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado, assim como, todas as despesas de correio e/ou transportadora referente ao envio de mercadorias como, software, manuais e afins, bem como o custo de CDs ou DVDs;

b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções;

c) Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes;

d) Custear os gastos necessários para implantação, assistência

técnica, manutenções e eventuais alterações dos sistemas;

e) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do sistema licenciado, incluindo:

- assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas;

- manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina;

- dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

6.2 – Caberá a CONTRATADA:

a) Instalar o sistema gedoc, objeto deste contrato.

b) Disponibilizar o treinamento de utilização do sistema a CONTRATANTE conforme Cláusula Sétima.

c) Prestar suporte somente na operacionalização do sistema gedoc, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.

d) Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

e) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias no Sistema gedoc, causadas por problemas originados dos fontes do mesmo.

f) Tratar como confidenciais informações e dados contidos no Sistema da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TREINAMENTO

7.1 – O treinamento de utilização do software ao(s) usuário(s) deverá ser realizado em até 07 (sete) dias úteis após sua instalação, tendo duração de no máximo 4 (quatro) horas e obedecer aos seguintes critérios:

a) A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados;

b) Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento em uma única etapa, sem obrigação de repetir;

c) O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de todos os procedimentos em nível de usuário;

d) O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

CLÁUSULA OITAVA – DA MANUTENÇÃO

8.1 – Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Objeto:

a) Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento do mesmo;

b) Alteração de sistema em função de mudanças legais, alteração de legislação federal, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica do sistema.

c) Manutenção Remota através de software específico cedido pela CONTRATADA.

§ 1º – Sempre que a manutenção remota for feita por um dos técnicos credenciados da CONTRATADA, uma sessão de vídeo da manutenção será gravada e ficará arquivada no servidor da Info Digitalle. O vídeo é gravado no formato padrão do Sistema de manutenção Remota usado pela CONTRATADA e servirá de prova de que o acesso foi feito e a manutenção efetivada. A CONTRATANTE poderá solicitar uma cópia do mesmo sempre que julgar necessário. O Vídeo ficará a salvo nos arquivos da CONTRATADA por um período de 60 dias após a efetivação da manutenção remota.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.1 – A prestação de serviços, não cobertas pela manutenção, será cobrada à parte, entendendo-se:

a) Mudanças no programa descrito no Objeto para atender às necessidades específicas da CONTRATANTE;

b) Elaboração de novos programas solicitados pela CONTRATANTE;

c) Alterações do sistema em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica do sistema;

d) Substituição do sistema por versões mais atualizadas em função do aprimoramento técnico e/ou operacional;

e) Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos;

f) Treinamento de pessoal da CONTRATANTE na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, exonerações, mudanças de cargos, etc.

§ 1º – As solicitações de manutenção presencial e ou manutenção remota nos softwares instalados na CONTRATANTE serão enviadas pela mesma, através de pessoa ou área responsável à CONTRATADA, via sistema online disponível no website <http://suporte.infodigitalle.com.br>, acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após confirmação da solicitação, já de posse do código de autorização gerado pelo sistema, a CONTRATANTE entrará em contato com a CONTRATADA por telefone, para que as providências e as soluções necessárias sejam executadas.

§ 2º – A eventual prestação de serviço realizado por técnicos da contratada de forma remota através da WEB (Manutenção Remota) será cobrada à parte, conforme valores fracionados da hora técnica dispostos no item 3.2 deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 – A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA TERCEIRA DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Rio do Sul- SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 2(duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Presidente Nereu, 05 de janeiro de 2017.

Município de Presidente Nereu Contratante – ISAMAR DE MELO	Marcia M. da Silva Cia Ltda - Info Digitalle Contratada - José da Silva
Testemunhas	
Valdeci José Comandoli CPF 018.560.459-51	Elisandra Dela Beneta Knihs CPF 065.001.199-67

CONTRATO 02/2017 - PONTOGOV

CONTRATO 02/2017

CONTRATO Nº. 02/2017 DE FORNECIMENTO DE SOFTWARE EM O MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU E A EMPRESA PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA

O Município de PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Leão Dehon, nº 50, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.699/0001-28, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ISAMAR DE MELO, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado à empresa PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Curt Hering, nº 179, 1º andar, sala 103, bairro Centro, Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 09.209.146/0001-16, neste ato representado pelo seu Sócio Gerente Sr. NILCÉLIO MARCELINO, portador da cédula de identidade Nº 3.502.450, e inscrito no CPF sob o nº 028.208.379-05, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1 - O presente contrato tem por objeto o Licenciamento de Software Sistema GovGestão, módulo SIFONFI.

0.2 - O presente contrato tem por objeto o SISTEMA "GESTÃO GERENCIAL" para uso do setor contábil do município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em 12 (doze) parcelas de R\$ 200,00 (cem Reais);

2.2 – Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção (Clausula Sexta deste contrato), será pago o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 1,00 (um real) o KM rodado;

2.3 – O pagamento será efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante emissão e apresentação da nota fiscal respectiva.

2.4 – Os valores contratados referentes aos itens do objeto serão corrigidos anualmente de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses, tendo como referência o mês da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS A EXECUTAR

2.1 - Por força do presente contrato a Contratada se compromete a:

3.1.1 - Efetuar todas as instalações e parametrizações necessárias para o perfeito funcionamento dos sistemas.

2.0.2 - Oferecer espaço em hospedeiro próprio para hospedagem das informações necessárias dos sistemas.

2.0.3 - Dar suporte gratuito quando por telefone, fax ou via internet, para esclarecer dúvidas surgidas durante a utilização do software;

2.0.4 - Dar suporte na sede da contratante quando necessário, neste caso cobrado separadamente, conforme Cláusula Segunda deste Termo, exceto quando o atendimento decorrer de defeito do programa fornecido.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 – Caberá a CONTRATADA:

a) Instalar o sistema GovGestão módulo SICONFI, objeto deste contrato.

b) Disponibilizar o treinamento de utilização do sistema a CONTRATANTE;

c) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias no Sistema GovGestão, causadas por problemas originados dos fontes do mesmo.

d) Tratar como confidenciais informações e dados contidos no Sistema da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

e) Atualizar o software quando necessário por alterações de Legislações referente ao SICONFI e SIOPS.

4.2 – Caberá à CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento pela locação do Sistema objeto do presente Contrato, na forma e no prazo acordados;

b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções;

c) Designar um servidor habilitado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes;

d) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do sistema licenciado, incluindo:

- assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas;

- manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina;

- dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

5.1 – DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

5.1.1 – O sistema GovGestão é de propriedade da CONTRATADA, que concede a CONTRATANTE o direito de uso do Sistema, objeto deste contrato;

5.1.2 – É vedada a cópia ou distribuição do sistema GovGestão e do Banco de Dados, exceto para fins de backup. O sistema está protegido pela legislação de direitos autorais. A lei federal nº. 9.609/98 prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, e indenização para cada cópia instalada ilegalmente.

5.1.3 – É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do software contratado a outros usuários;

CLÁUSULA SEXTA - DA MANUTENÇÃO

6.1 – Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Objeto:

a) Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por

erro ou defeito de funcionamento do mesmo;

b) Alteração de sistema em função de mudanças legais, alteração de legislação federal, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica do sistema.

c) Manutenção Remota através de software específico cedido pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1 – O presente contrato terá sua vigência até 31/12/2017, contados a partir da data da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado nos termos do

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 – Caso ou quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

8.2 – A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso. Tendo a CONTRATADA o prazo legal de 15 dias para aviso prévio do mesmo, que poderá ser feito por Correspondência Impressa ou por e-mail;

CLÁUSULA NONA - DAS DESPESAS

9.1 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

Projeto Atividade – 2003 – Manutenção das Atividades Administrativas

Modalidade de Aplicação: 3.3.90 – Aplicações Diretas

Complemento da Despesa - 3.3.90.39.11.00.00.00 - Locação de Softwares

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul - SC, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - Em caso de reimplantação do software em equipamento novo adquirido pela Contratante, os preços e prazos serão objeto de proposta específica, com solicitação antecipada à Contratada.

9.2 - O atraso no pagamento de qualquer fatura apresentada num prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços;

9.3 - Em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

E, por estarem de prefeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das

testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Município de Presidente Nereu, em 05 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

NEREU NILCÉLIO MARCELINO
Nilcelio Marcelino ME
CONTRATADA

Testemunhas:

VALDECI JOSÉ COMANDOLI
CPF: 018.560.459-51

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS
CPF: 065.001.199-67

CONTRATO 03/2017- IDS DESENVOLVIMENTO

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

CONTRATO Nº 03/2017

OO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Leão Dehon, 50, Bairro Centro, Cidade de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.699/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ISAMAR DE MELO, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA, com sede na Avenida Brasil, nº 922, Sala 01 – Centro – Pato Branco – Paraná, CEP: 85.501-057, inscrita no CNPJ sob nº 05.982.200/0001-00, neste ato representada legalmente pelo Sócio-Administrador, Sr. Mauri César Dengo, portador da cédula de Identidade nº 5.238.704-3 e registrado no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 761.581.289-53, doravante determinada simplesmente CONTRATADA, têm, entre si, justo e acordado o presente instrumento, celebrado e elaborado de acordo com a Lei nº 8.666/93 mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO FUNDAMENTO LEGAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. Vincula-se o presente Contrato ao Pregão Presencial nº 01/2015 realizado pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI e à proposta da CONTRATADA, partes integrantes deste contrato, realizada com fulcro no artigo 112, § 1º da Lei 8.666/93, Lei 11.107/2005, Decreto 6.017/2007, Lei Municipal ratificadora do Protocolo de Intenções do CIM-AMAVI, sujeitando-se as partes à Lei Federal nº 10.520/2002, Resolução CIM-AMAVI nº 02/201 e subsidiariamente à Lei 8.666/93, ao Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e demais normas aplicáveis.

DO OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA SEGUNDA. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licença de uso de software para gestão da educação municipal, desenvolvido para plataforma Linux, sob a arquitetura Web, com acesso simultâneo de usuários, utilizando banco de dados relacional entre os Municípios Consorciados ao CIM-AMAVI elencados no Edital de Pregão Presencial nº 01/2015, incluindo serviços iniciais de implantação (instalação, importação/conversão de dados e parametrização) e treinamento de usuários, assim como serviços contínuos de manutenção legal e corretiva, suporte técnico e treinamento contínuo, conforme especificações e demais condições constantes do Edital de Pregão e seus anexos.

DETALHAMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA TERCEIRA. O fornecimento da licença de uso de software para gestão da educação municipal para o CONTRATANTE compreende:

3.1 - Serviços iniciais:

3.1.1 - Implantação:

3.1.1.1 - Instalação:

a) Compreende os serviços de instalação de todos os módulos do sistema para o completo funcionamento, bem como instalação do sistema de gerenciamento de banco de dados indicado pela CONTRATADA e o respectivo banco de dados com todas as configurações necessárias para o funcionamento do sistema contratado;

b) A instalação deverá ser efetuada em servidor localizado na sede do CIM-AMAVI, onde ficará hospedado o sistema para utilização via Web pelo CONTRATANTE;

c) O CONTRATANTE indicará técnico do CIM-AMAVI para dirimir dúvidas, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e decidir as questões técnicas submetidas pela CONTRATADA, registrando em relatório as deficiências verificadas, encaminhando notificações à CONTRATADA para imediata correção das irregularidades apontadas;

d) A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente por sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando a consecução dos trabalhos durante toda a execução do contrato dentro dos prazos estipulados;

e) A CONTRATADA responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações do CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade;

f) A CONTRATADA e os membros de sua equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas neste contrato.

3.1.1.2 - Importação e conversão de dados:

a) Esta etapa compreende a importação, conversão, reorganização e reestruturação dos dados existentes no sistema atual do CONTRATANTE para o sistema contratado, visando permitir a utilização plena destas informações;

b) Os dados para conversão serão fornecidos à CONTRATADA na sede do CIM-AMAVI;

c) A referência de importação dos dados fornecidos pelo CONTRATANTE é originária do "EducaCIM" sistema operacional utilizado até a presente data e com dados pertencentes ao CONTRATANTE;

d) A migração e o aproveitamento de dados históricos e cadastrais informatizados do CONTRATANTE são de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá providenciar a conversão dos dados existentes para o sistema contratado, mantendo a integridade e segurança dos dados;

e) Na impossibilidade de migração dos dados do banco atual, a CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para o CONTRATANTE, a digitação de todos os itens corrigidos, sujeito a verificação posterior por parte do CONTRATANTE;

f) Efetuada a implantação e a verificação da consistência dos dados importados, estes serão homologados pelo CIM-AMAVI e referendados pelo CONTRATANTE.

3.1.1.3 - Parametrização:

a) Inserção do nome fantasia em todas as telas e acessos do sistema denominado "EducaCIM";

b) Customização dos parâmetros de telas;

c) Adequação de relatórios, telas, layouts e logotipos.

3.1.1.4. Treinamento dos usuários:

a) A CONTRATADA, ao iniciar os serviços de implantação deverá apresentar Plano de Treinamento para treinamento inicial dos usuários compreendendo as noções básicas de estrutura de arquivos, modelagem da estrutura de dados, elaboração de relatórios, o uso das funções do sistema pertencente a sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem usadas, uso das rotinas de segurança, de "back-up" e "restores", rotinas de simulação e de processamento, contendo os seguintes requisitos mínimos: Nome e objetivo de cada módulo de treinamento; Conteúdo programático; Material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas e documentação técnica; Carga horária estimada de cada módulo do treinamento; Processo de avaliação de aprendizado; Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes e slides);

b) O treinamento deverá ser realizado dentro do período de implantação e oferecido para o máximo de 10 (dez) pessoas indicadas pelo CIM-AMAVI, em local a ser definido e fornecido pelo CIM-AMAVI, de forma simultânea aos serviços iniciais de implantação;

c) As despesas relativas à participação dos instrutores e de pessoal próprio, tais como hospedagem, transporte, diárias, etc., serão de responsabilidade da CONTRATADA;

d) O treinamento será ministrado aos profissionais técnicos do CIM-AMAVI que ficarão responsáveis pelo suporte técnico ao CONTRATANTE (poderá ocorrer a participação de servidores municipais do CONTRATANTE, respeitado o limite de participantes previstos).

3.1.1.5. Condição especial: consoante previsão do item 8.8 do Edital de Pregão Presencial 01/2015 realizado pelo CIM-AMAVI, sendo a CONTRATADA a fornecedora anterior do software de gestão educacional para os Municípios Consorciados, portanto, já estando instalado o software ora contratado, os serviços iniciais consideram-se já executados, dispensado seu pagamento.

3.2 - Serviços contínuos:

3.2.1 - Licença de uso do software: compreende a licença para uso do sistema no período contratual;

3.2.2 - Manutenção legal e corretiva:

a) A Contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva do sistema contratado, durante a vigência do contrato, sendo:

a.1) Manutenção corretiva aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o especificado no Edital, no Termo de Referência e neste contrato;

a.2) Entende-se pela manutenção corretiva também aquela decorrente de ajustes tecnológicos necessários a serem feitos às novas versões dos navegadores e sistemas operacionais;

a.3) Manutenção legal é aquela decorrente de mudança na legislação, no banco de dados, entre outros, devendo a CONTRATADA promover as devidas mudanças no sistema, sem prejuízos à operação do mesmo, durante vigência contratual;

a.4) A CONTRATADA deverá disponibilizar a atualização de versão de todos os sistemas, sempre que necessário para atendimento de questões técnicas ou tecnológicas, da legislação vigente e das normas e procedimentos do Governo Federal, Estadual ou Municipal, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE, durante a vigência contratual.

3.2.3 - Suporte técnico:

a) Durante o período de vigência contratual deverá ser garantido atendimento para suporte técnico, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, de segundas às sextas-feiras com o objetivo de:

a.1) Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do sistema;

a.2) Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos;

a.3) Esse atendimento poderá ser realizado por telefone, e-mail, internet, através de serviços de suporte remoto e/ou na sede do CIM-AMAVI;

a.4) A CONTRATADA deverá indicar um coordenador técnico para prestar o suporte técnico;

a.5) O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado por atendente apto a prover o devido suporte ao sistema ou redirecionar o atendimento a quem o solucione;

a.6) O suporte técnico será prestado aos técnicos do CIM-AMAVI, que por sua vez, auxiliarão tecnicamente o CONTRATANTE na utilização do software.

3.2.4 - Treinamento contínuo:

a) O treinamento contínuo deverá ser realizado e oferecido em local a ser definido e fornecido pelo CIM-AMAVI, quando houver alterações do sistema, decorrentes de manutenção legal e corretiva ou suporte técnico, devendo a empresa contratada garantir o treinamento necessário para utilização do sistema alterado.

3.3 - Condições gerais:

- a) O sistema a ser fornecido deverá ser um único sistema composto por módulos ou então, mais de um sistema, integrados entre si, desde que estejam no ambiente tecnológico e atendam aos requisitos de funcionalidades exigidos;
- b) A caracterização nominal e gráfica a ser oferecida será denominada de "EducaCIM" e deverá ser utilizada nos acessos e em todos os módulos do sistema;
- c) O CIM-AMAVI, por força de deliberação de Assembleia Geral do Consórcio, disponibilizará servidor em sua sede para instalação do software contratado, assim como centralizará os serviços contratados, de modo que o CIM-AMAVI, por delegação que ora se ratifica, atuará representando o CONTRATANTE para:
- c.1) Acompanhamento, fiscalização e recebimento dos serviços iniciais de implantação e treinamento inicial;
- c.2) Solicitação, acompanhamento, fiscalização e recebimento dos serviços contínuos de manutenção legal e corretiva, suporte técnico e treinamento contínuo;
- d) A delegação de atribuições ao CIM-AMAVI não exclui a possibilidade de solicitação, acompanhamento, fiscalização e homologação destas pelo CONTRATANTE.

DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA QUARTA. O contrato será executado pelo regime de execução indireta, empreitada por preço global.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA QUINTA. As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

DO VALOR

CLÁUSULA SEXTA. Para execução do objeto deste contrato o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 450,90 (quatrocentos e cinquenta reais e noventa centavos), valor total de R\$ 5.410,80 (cinco mil quatrocentos e dez reais e oitenta centavos).

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DE RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA SÉTIMA. O pagamento e recebimento do objeto dar-se-á da seguinte forma:

- 7.1 - O pagamento será realizado em parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira realizada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura deste contrato, condicionada à apresentação da correspondente Nota Fiscal e emissão do Termo de Recebimento dos Serviços Contínuos.
- 7.2 - O recebimento dos serviços contínuos estará sujeito à emissão mensal do Termo de Recebimento dos Serviços Contínuos a ser emitido pelo CIM-AMAVI atestando a conformidade do objeto, que será encaminhado ao CONTRATANTE, mediante cópia ou via eletrônica, para que seja providenciado o pagamento no prazo previsto, desde que apresentada a correspondente Nota Fiscal.
- 7.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.4 - Será rejeitado, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com este contrato, com o Edital de Licitação ou com o Termo de Referência.
- 7.5 - Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste instrumento ou em lei, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 7.6 - Os pagamentos poderão ser suspensos pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer cláusula deste contrato.
- 7.7 - O CONTRATANTE, quando exigível por força da legislação em vigor, efetuará as retenções dos impostos e contribuições devidos em função deste contrato, devendo a CONTRATADA destacar o valor da retenção na Nota Fiscal, a título de "retenção" para (nome do imposto e ou contribuição), bem como cumprir as determinações

contidas em lei.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA OITAVA. Se o CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto e tendo a CONTRATADA adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização das obrigações tributárias para com o CONTRATANTE.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA NONA. Os valores contratados poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data limite para apresentação da proposta de preços ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC calculado pelo IBGE, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

CLÁUSULA DÉCIMA. Os prazos de execução do objeto são:

10.3- Serviços contínuos:

- 10.3.1 - Licença de uso: durante o período de vigência contratual;
- 10.3.2 - Manutenção legal e corretiva: deverá ser executada no prazo máximo de até 10 (dez) dias a contar do recebimento da solicitação, que será realizada por ferramenta de registro de chamada ou via e-mail;
- 10.3.3 - Suporte técnico: O prazo máximo para atender as solicitações de suporte não poderá ser superior a 3 (três) dias úteis, viabilizando no caso da prioridade mais severa, em prazo não superior a 1 (um) dia útil a presença de técnico nas dependências do CIM-AMAVI para a solução de quaisquer problemas do sistema contratado, a contar da abertura de chamado técnico, que será realizado por ferramenta de registro de chamada ou via e-mail;
- 10.3.4 - Treinamento contínuo: a ser executado no prazo máximo de 2 (dois) dias a contar do recebimento da solicitação.
- 10.4 - Os requisitos técnicos complementares elencados no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 01/2015 deverão ser atendidos até o prazo máximo de 08 (oito) meses a contar da formalização do contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A CONTRATADA obrigará-se a:

- 11.1. Executar o objeto deste contrato obedecendo às especificações e às condições deste Contrato, do Edital de Pregão, do Termo de Referência e às disposições da legislação em vigor, bem como aos detalhes e instruções fornecidos.
- 11.2. Assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto contratual.
- 11.3. Arcar com todas as despesas inerentes a execução do objeto contratual.
- 11.4. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais.
- 11.5. Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, quaisquer anormalidades que verificar na execução dos serviços.
- 11.6. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados ou por atos de sua responsabilidade em decorrência da execução do Contrato.
- 11.7. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Contrato.
- 11.8. Dar garantias e manter os prazos estabelecidos.
- 11.9. Reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem defeitos ou incorreções.
- 11.10. Dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do CONTRATANTE, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;
- 11.11. Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e

qualificação exigidas na licitação.

11.12. Refazer sem qualquer ônus para ao CONTRATANTE, os trabalhos executados deficientemente ou em desacordo com as instruções emanadas da mesma.

11.13. Garantir o funcionamento do software de acordo com os requisitos especificados no Edital e em seus anexos até o término do contrato.

11.14. Desenvolver os requisitos técnicos complementares no prazo máximo de até 08 (oito) meses contados da assinatura do contrato.

11.15. A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, pelo CIM-AMAVI ou qualquer outro órgão fiscalizador.

11.16. Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA, salvo àqueles que a lei expressamente determinar como de responsabilidade do CONTRATANTE.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. A CONTRATANTE obrigar-se-á a:

12.1. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução do serviço, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades.

12.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste contrato.

12.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. As alterações deste contrato somente poderão ocorrer, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

13.1. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual.

DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este contrato:

14.1. Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

14.2. Rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93.

14.3. Fiscalizar-lhe a execução.

14.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Sem prejuízo das penalidades previstas no Edital de Licitação ou em Lei, pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, estará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções:

15.1. Advertência;

15.2. Multa:

a) de 0,5% sobre o valor inadimplente do contrato, por dia, no caso de atraso injustificado por parte da CONTRATADA no cumprimento dos prazos de execução dos serviços ou solução de vícios ou imperfeições constatadas no objeto, até o limite de 20% do montante;

b) de 20% na hipótese de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA;

c) de até 20% sobre o valor contratual, no caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente contrato, ressalvado o disposto nas alíneas "a" e "b" desta cláusula;

15.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o com o CIM-AMAVI e o CONTRATANTE

pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;
15.4. Declaração de inidoneidade.

DA SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. Não será permitida a subcontratação para a execução dos serviços objeto deste contrato.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. O contrato terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 31/12/2017, podendo ser prorrogado considerada a vigência do respectivo crédito orçamentário, respeitado o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses, de acordo com o art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. O contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8.666/93.

DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO UNILATERAL

CLÁUSULA DÉCIMA NONA. Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8666/93, é facultado ao CONTRATANTE:

19.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

19.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93.

19.4. Execução da garantia contratual, quando houver, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

19.5. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA. Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Presidente Nereu, 09 de janeiro de 2017.

Isamar de Melo Município de Presidente Nereu	Mauri Cesar Dengo IDS Desenvolvimento de Software e Assessoria Ltda.
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

1.

Nome: Valdeci José Comandoli
CPF : 018.560.459-51

2.

Nome: Elisandra Dela Beneta Knihs
CPF: 065.001.199-67

CONTRATO 04/2017 - CIGA

CONTRATO N.º 04/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, o Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.699/0001-28, com sede à Pça. Leão Dehon, 50 - Centro, CEP 89184-000, na cidade de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito, Senhor Isamar de Melo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 767.132.029-34, doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 1242, de 25/08/2009.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

2. Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

3. Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o

controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

4. Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

5. Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

Parágrafo Primeiro.

O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no “Caderno de Serviços” do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

Parágrafo Segundo.

A CONTRATADA disponibilizará, inicialmente, à CONTRATANTE, os seguintes serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC;
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional;
4. Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA;
5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência de 2º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 10.920,00 (dez mil, novecentos e vinte reais) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00;
3. Gestão Tributária - Integração Municipal (Rede Sim) - R\$ 1.680,00;
4. Gestão Tributária – Gestão da Simples Nacional – R\$ 1.680,00;
5. Gestão Tributária - Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - GNOTA - REGIN - R\$ 3.360,00.

VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2016: R\$ 10.920,00 (dez de novecentos e vinte reais).

Parágrafo Primeiro.

Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2017, para a Administração Pública, aprovada pela Assembleia Geral do CIGA e constante de Resolução expedida pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo Segundo.

A Tabela de Preços da CONTRATADA, de que trata esta Cláusula,

será corrigida anualmente, com efeitos a partir do dia 9º do mês de janeiro do ano subsequente, conforme variações aprovadas pela Assembleia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo Terceiro.

Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,80/Km) e hora técnica (R\$ 160,00).

Parágrafo Quarto.

A customização do sistema contratado pela CONTRATANTE, em aspectos não previstos no presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica (R\$ 160,00).

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ R\$ 10.920,00 (dez mil, novecentos e vinte reais), em 12(doze) parcelas, no valor de R\$ 910,00 (novecentos e dez reais) cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º 5351-1, Conta Corrente n.º 5193-4, de titularidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas seguintes hipóteses, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93:

- Ocorrerem fatos imprevisíveis;
- Ocorrerem fatos previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado;
- Em caso de força maior ou caso fortuito; e
- Ocorrendo fato do príncipe.

Parágrafo Único.

É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2016, nos termos da Lei Municipal n.º 1482/2015 (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Parágrafo Primeiro.

Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fazer com que seus empregados e prepostos respeitem as

normas e regulamentos da CONTRATADA, aplicáveis à execução dos serviços;

- b) Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta, sob pena de exclusão, após prévia suspensão, do ente consorciado ao CIGA;

c.1) A exclusão não exime a CONTRATANTE do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente;

- c) Transmitir os dados e informações necessários à prestação adequada dos serviços contratados;

d) Responsabilizar-se pelo uso das informações disponibilizadas e definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade;

- e) Implementar políticas ou procedimentos para controle de acesso aos recursos de computação e redes, disponibilizados pela CONTRATADA;

f) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas; e

- g) A CONTRATANTE declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem da CONTRATADA e de seus entes consorciados.

Parágrafo Segundo.

Das responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;

b) Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;

- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;

d) Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;

- e) Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;

f) Disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pela CONTRATANTE sem custo adicional;

- g) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;

h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93; e

- i) Disponibilizar à CONTRATANTE as informações contábeis e demonstrações financeiras exigidas segundo a legislação pertinente, relativas ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro.

Da Força Maior

Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do objeto contratual, em conformidade com os Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

O responsável pela fiscalização do contrato é o senhor Jean Tillmann.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Os programas de computador desenvolvidos por meio deste Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo único.

Programas de computador de código fechado, utilizados neste contrato, que sejam de propriedade da CONTRATADA ou de terceiro, permanecem protegidos, não podendo ser utilizados pela CONTRATANTE, salvo autorização expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFORMAÇÕES PROTEGIDAS

A CONTRATADA e a CONTRATANTE na execução deste contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelo direito autoral, direito de propriedade industrial, pelo direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS

O não pagamento pela CONTRATANTE na data de vencimento poderá implicar suspensão dos serviços prestados e sua exclusão do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Parágrafo Primeiro.

Após 10 (dez) dias de inadimplemento, a CONTRATANTE será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de, após esse prazo, suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA até a regularização da dívida.

Parágrafo Segundo.

Após 30 (trinta) dias da suspensão, caso não regularizada a situação, a CONTRATANTE poderá ser excluída do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, mediante deliberação da Assembleia Geral do CIGA, precedida de processo administrativo em que seja reconhecida a justa causa para a exclusão e seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo Terceiro.

As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATADA, mediante declaração expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

Parágrafo Primeiro.

Quando a rescisão ocorrer motivada pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

- a) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- b) Pagamentos do custo da desmobilização.

Parágrafo Segundo.

Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, eventual cronograma(s) de execução será(ão) prorrogado(s) automaticamente por igual tempo.

Parágrafo Terceiro.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Quarto.

A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo Único.

No âmbito dos programas de computador, aplicam-se, à presente contratação, salvo naquilo que as partes dispuserem em sentido contrário, a Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador) e a Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações da CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados.

Parágrafo Primeiro.

Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização da CONTRATANTE, detentora dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

Parágrafo Segundo.

Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia à CONTRATANTE, comunicando-a na sequência.

Parágrafo Terceiro.

A CONTRATADA manterá armazenados os dados existentes em seu servidor pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data do término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

Parágrafo Quarto.

O armazenamento dos dados da CONTRATANTE não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro de Rio do Sul de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Florianópolis – SC, 09 de janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO Prefeito de Presidente Nereu CONTRATANTE	GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA
---	---

TESTEMUNHAS:

JEAN TILLMANN (Gerente de Informática)	MORGANA ARENT MICHELS BAGINI Gerente Administrativa do CIGA
---	--

ANEXO I**TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATANTE**

O Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, constitui o Senhor JEAN TILLMANN, brasileiro, casado, gerente de informática, inscrito no CPF sob o n.º 868.697.019-20, como seu representante no Contrato n.º 11/2016, celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)).

Florianópolis – SC, 09 de janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO Prefeito de Presidente Nereu CONTRATANTE

ANEXO II**TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA**

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) constitui a Gerente Administrativa como sua representante para fiscalizar a execução do Contrato n.º 11/2016, celebrado com o Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina.

Florianópolis – SC, 09 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA

CONTRATO 04/2017 - CIS AMAVI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2017

RATEIO Nº 01/2017

Contrato Administrativo e Rateio celebrado entre o MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI.

O Município de PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.699/0001-28, com sede na Praça Leão Dehon, 50, neste ato representado pelo Sr. Isamar de Melo, Prefeito Municipal, inscrito sob CPF nº 767.132.029-34 e RG sob nº 7R-2.628.581, doravante denominado simplesmente de "MUNICÍPIO" e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, constituída sob a forma de associação pública pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto 6.017/07, inscrita no CNPJ sob nº 09.069.217/0001-22, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Bairro Centro, CEP 89160-015, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, simplesmente denominada "CIS-AMAVI", representada neste ato pelo seu Presidente, Sr. HUMBERTO PESSATTI, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Rio do Oeste (SC), CPF nº 521.915.089-87, domiciliado e residente na Cidade de Rio do Oeste, Estado de Santa Catarina, firmam o presente Contrato Administrativo e Rateio, conforme cláusulas e condições a seguir expostas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato:

1.1.1. A disponibilização, ao MUNICÍPIO, de serviços de saúde especializados de referência de média e alta complexidade e de medicamentos e suplementos alimentares mediante a aquisição, pelo CIS-AMAVI, de referidos bens e serviços, conjugadas as demandas dos Municípios Consorciados.

1.1.2. Apoio e fomento ao intercâmbio de experiências e informações entre os Municípios Consorciados.

1.1.3. A representação dos Municípios Consorciados nos assuntos atinentes às finalidades do CIS-AMAVI perante quaisquer autoridades ou instituições.

1.1.4. O rateio das despesas administrativas e de manutenção do CIS-AMAVI para execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E DO REPASSE

2.1. Para execução do objeto descrito na Cláusula Primeira o MUNICÍPIO repassará ao CIS-AMAVI os valores correspondentes aos serviços ou bens efetivamente utilizados bem como a importância anual de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) a ser repassado em cotas mensais e sucessivas à proporção de 1/12 avos mês, a título de rateio das despesas de manutenção de pessoal e de manutenção administrativa do CIS-AMAVI.

2.2. Os valores individuais dos serviços especializados de saúde serão os constantes de Tabela de Valores para Credenciamento aprovada pela Assembleia Geral do CIS-AMAVI, devendo o Município promover o repasse financeiro ao CIS-AMAVI, no montante necessário à cobertura de todas as despesas vinculadas às requisições emitidas e devidamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde:

2.3. Os valores individuais dos medicamentos e suplementos alimentares serão os constantes de Ata de Registro de Preços ou Contrato decorrente de procedimento licitatório realizado pelo CIS-AMAVI, devendo o município promover o repasse financeiro ao CIS-AMAVI, no montante necessário à cobertura de todas as despesas vinculadas aos pedidos devidamente autorizados pela Secretaria de Saúde.

2.4. As despesas de manutenção de pessoal e de manutenção administrativa do CIS-AMAVI estão compreendidas na tabela constante do Anexo I e II deste contrato e serão rateadas entre os Municípios Consorciados.

2.5. Eventuais saldos financeiros individualizados serão mantidos

no CIS-AMAVI no final do exercício, sendo reprogramados para o exercício seguinte, conforme preconiza a Lei 4.320/64.

2.6. O MUNICÍPIO deverá, no ato da assinatura do presente contrato, apresentar o empenho global ao CIS-AMAVI relativo às despesas de rateio, individualizado por modalidade de aplicação específica nos termos da proposta orçamentária do município, devidamente compatibilizado com o orçamento do CIS-AMAVI.

2.7. Os Municípios Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CIS-AMAVI, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas como rateio.

2.8. Na eventual impossibilidade de Município Consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em rateio obrigará o CIS-AMAVI a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

2.9. A liquidação da despesa, para o cumprimento do art. 63 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, para os repasses destinados à cobertura das despesas de rateio, serviços especializados de saúde e medicamentos e suplementos alimentares deverá ser efetivamente considerada no momento da entrega do material ou da prestação efetiva do serviços, mediante declaração de recebimento do serviço/mercadoria por servidor previamente designado pelo Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

3.1. É de responsabilidade do CIS-AMAVI:

3.1.1. Adquirir, para disponibilizar aos MUNICÍPIO, serviços de saúde especializados de referência de média e alta complexidade mediante credenciamento, conjugando as demandas apresentadas pelos Municípios Consorciados ao CIS-AMAVI.

3.1.2. Adquirir, para disponibilizar ao MUNICÍPIO, medicamentos e suplementos alimentares, conjugando as demandas apresentadas pelos Municípios Consorciados ao CIS-AMAVI.

3.1.3. Disponibilizar ao MUNICÍPIO a relação de credenciados e gerenciar a demanda, disponibilidade, execução e pagamento.

3.1.4. Disponibilizar ao MUNICÍPIO a lista de medicamentos e suplementos alimentares disponíveis e gerenciar a demanda, disponibilidade, entrega e pagamento.

3.1.5. Deferir a aquisição de bem ou serviço demandada pelo MUNICÍPIO quando este estiver adimplente no repasse dos recursos ao CIS-AMAVI.

3.1.6. Receber e contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9.º da Lei Federal 11.107/2005.

3.1.7. Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos transferidos a título de rateio das despesas de manutenção de pessoal e de manutenção administrativa do CIS-AMAVI, para que possam ser contabilizados na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

3.1.8. Aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO exclusivamente nas ações previstas no objeto do presente contrato e do orçamento aprovado.

3.2. É de responsabilidade do MUNICÍPIO:

3.2.1. Encaminhar ao CIS-AMAVI solicitação de bem ou serviço, de acordo com a demanda pactuada entre os Municípios Consorciados ao CIS-AMAVI;

3.2.2. Responsabilizar-se pelo recebimento dos bens e serviços requeridos, devendo para tanto certificar-se da descrição do item contratado pelo CIS-AMAVI para emissão de Declaração de Recebimento a ser enviada ao CIS-AMAVI acompanhada da respectiva Nota Fiscal emitida pelo fornecedor.

3.2.3. Receber a prestação de contas e consolidar em suas contas.

3.2.4. Apresentar os resultados da execução orçamentária e o detalhamento dos recursos aplicados, bem como as auditorias concluídas ou iniciadas no período e informações acerca da oferta e produção de serviços na rede assistencial contratada nos termos do presente instrumento.

3.2.5. Fazer o repasse dos recursos financeiros estabelecidos no presente instrumento.

3.2.6. Manter os recursos orçamentários necessários ao

desempenho das ações ora pactuadas.

3.2.7. Notificar ao CIS-AMAVI, até o dia 10 (dez) de cada mês, possíveis restrições na realização da despesa, de empenhos ou de movimentação financeira, nos termos do artigo 14 do Decreto nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

4.1. As despesas decorrentes da aplicação do presente Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 10.01

DESPESAS CORRENTES:

Para aquisição de Medicamentos:

3.3.93.00.00.00.00.00 – {Fonte de Recursos} – Aplicação Direta (Elemento 30); R\$ 110.000,00

Para aquisição de procedimentos/consultas especializadas:

3.3.93.00.00.00.00.00 – {Fonte de Recursos} – Aplicação Direta (Elemento 39); R\$ 90.000,00

Para rateio despesas administrativas:

3.1.71.00.00.00.00.00 – {Fonte de Recursos} – Aplicação Direta (Elemento 70); R\$ 5.000,00

3.3.71.00.00.00.00.00 – {Fonte de Recursos} – Aplicação Direta (Elemento 70); R\$ 5.000,00

CLÁUSULA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1. O presente contrato é firmado com fulcro no Contrato de Consórcio Público do CIS-AMAVI e na Lei Municipal que o ratifica; na Lei 11.107/2005, especialmente em seu artigo 2º, § 1º, III e seu artigo 8º; no Decreto Federal nº 6.017/2007, especialmente em seus artigos 13 e 18; bem como nas demais normas de direito público aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA - DOS CASOS DE RESCISÃO

6.1. As partes poderão propor a qualquer tempo a rescisão do presente Contrato, se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições ou pela superveniência de eventos ou fatos jurídicos que o tornem material ou formalmente inexecutável, ou ainda por mútuo acordo entre as partes contratadas.

6.2. Em caso de rescisão conforme previsto nesta cláusula, o saldo se positivo deverá ser devidamente devolvido ao MUNICÍPIO e se negativo, terá este a obrigação de saldar o respectivo valor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O presente contrato terá vigência de 02 de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul para dirimir questões decorrentes da execução do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, as partes rubricam e firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

Município de Presidente Nereu ISAMAR DE MELO Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí Humberto Pessatti Prefeito de Rio do Oeste Presidente do Conselho de Administração
BENITO BRAND Secretário Municipal de Saúde	

Testemunhas:

Nome: Valdeci José Comandoli CPF 018.560.459-51	Nome: Elisandra Dela Beneta Knihs CPF 065.001.199-67
--	---

ANEXO I - CÁLCULO DO RATEIO INDIVIDUAIZADO PARA O ANO DE 2017

Município	Valor do rateio (R\$)
Agrolândia	7.000,00
Agronômica	7.000,00
Atalanta	7.000,00
Aurora	7.000,00
Braço do Trombudo	7.000,00
Chapadão do Lageado	7.000,00
Dona Emma	7.000,00
Ibirama	7.000,00
Imbuia	7.000,00
Ituporanga	7.000,00
José Boiteux	7.000,00
Laurentino	7.000,00
Lontras	7.000,00
Mirim Doce	7.000,00
Petrolândia	7.000,00
Pouso Redondo	7.000,00
Presidente Getúlio	7.000,00
Presidente Nereu	7.000,00
Rio do Campo	7.000,00
Rio do Oeste	7.000,00
Rio do Sul	7.000,00
Salete	7.000,00
Santa Terezinha	7.000,00
Taió	7.000,00
Trombudo Central	7.000,00
Vidal Ramos	7.000,00
Vitor Meireles	7.000,00
Witmarsum	7.000,00
TOTAL	196.000,00

**ANEXO II
DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS ESTIMADAS PARA RATEIO DE 2017**

Item	Valor (R\$)
Despesas com pessoal	156.800,00
Manutenção Administrativa	39.200,00
TOTAL	196.000,00

CONTRATO 05/2017 - CLICK SOLUÇÕES INTELIGENTES

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 05/2017.

O Município de Presidente Nereu, Estado de Santa, com sede Administrativa, a Praça Leão Dehon, n. 50, Centro, Presidente Nereu – SC, inscrito no CNPJ/MF sob n. 82.103.699/0001-28, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. ISAMAR DE MELO, brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS PEDAGÓGICAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n. 09.151.415/0001-30, com sede na Rua Tenente Costa nº 56, Centro Ituporanga/ SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO – O objeto desta licitação é a Contratação de Empresa especializada para processo Seletivo no município de Presidente Nereu compreendendo seguintes fases:

a) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas do processo Seletivo, para preenchimento de vagas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).

b) Obedecer à data, horário e local para a realização do Processo Seletivo.

c) Formar o quadro de pessoal necessário para o trabalho até o resultado final e oficial do processo seletivo, pagando os mesmos às suas exclusivas expensas, inclusive os impostos e contribuições.

d) Realizar o trabalho com seriedade e profissionalismo, de acordo com o que preceitua a legislação vigente.

e) Fornecer a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu - SC, a relação dos candidatos aprovados, em ordem de classificação, para cada cargo.

f) Julgamento de todo e qualquer recurso e revisão de provas.

g) Prestar informações sobre o Processo Seletivo.

h) Definir normas para aplicação das provas.

i) As provas deverão ser realizadas da seguinte forma:

1- Prova para Professor Educação Infantil e Professor de Educação Física realizadas no período matutino.

2- Prova para Professor Educação Infantil realizadas no período vespertino.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO – Os serviços serão executados conforme o cronograma de execução do Processo Seletivo, que será formulado de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal, após a assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DESPESAS –

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente conforme descrição abaixo:

03	DEPTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
001	DEPTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
0004	ADMINISTRACAO
0122	ADMINISTRACAO GERAL
1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL
2003	Manutenção das Atividades Administrativas
33903948000000	SERVICOS DE SELECAO E TREINAMENTO
01000000	RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO – O valor ora contratado para realização do processo seletivo é de R\$ 3.050,00 (três mil e cinquenta reais), conforme proposta apresentada pela vencedora.

Parágrafo único –Será retido percentual do valor total contratado

sobre imposto do ISS, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTAMENTO – Este contrato não sofrerá reajuste.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA - A vigência do presente A vigência do presente contrato será a partir de sua assinatura até a realização de todos os atos inerentes ao Processo Seletivo, até 30 de julho de 2017, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO - O pagamento à vencedora será efetuado através de crédito em conta corrente ou diretamente na tesouraria da Prefeitura, sendo 50% em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de homologação das inscrições e 50% em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de homologação dos resultados do concurso e Processo Seletivo.

CLÁUSULA OITAVA: DAS DISPOSIÇÕES – Este contrato é intransferível, não podendo a Contratada, de forma alguma, sem anuência do Contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros. Caso a Contratada não execute total ou parcialmente os serviços previstos, o Contratante reserva-se o direito de executá-lo diretamente ou através de terceiros, respondendo a Contratada pelos custos, despesas e demais encargos.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES - à contratada total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas às sanções legais, a critério da administração, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, acumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração do Município de Presidente Nereu- SC de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO –

- a) A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante do Contratante, nos termos do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.
- b) A fiscalização do contrato/serviços ficará a cargo da funcionária Jaqueline Conhaque.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: VINCULAÇÃO – Este contrato está vinculado ao Processo Contratual nº 05/2017, bem como à proposta apresentada pela contratada e aos termos da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES – A contratada se obriga manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL E DA RESCISÃO CONTRATUAL - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com os artigos 77 a 80, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA ALTERAÇÃO – Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
I - Responsabilizar-se pela elaboração, aplicação e correção das provas.

II - Apresentar relatório dos candidatos aprovados para a devida homologação.

III - Para a realização das provas, a proponente deverá observar o constante do Edital, sendo que, toda despesa decorrente às suas exclusivas expensas, inclusive, material, impostos, contribuições e pessoal necessário para o bom e fiel andamento dos serviços.

IV - O presente Contrato, não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

V - É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços e materiais contratados, em qualquer esfera.

VI - Admitir e demitir pessoal necessário à execução do presente, pagando salários e encargos correspondentes às suas exclusivas expensas.

VII - Fornecer ao Município de Presidente Nereu - SC, sempre que solicitados quaisquer informações e/ ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

VIII - Permitir que os prepostos do Município de Presidente Nereu - SC inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento do serviço.

IX - Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

X - É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
I – Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.

II – Efetuar os pagamentos conforme cláusula terceira do presente Contrato.

III – Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

IV – Disponibilizar equipe da prefeitura para acompanhamento e fiscalização dos trabalhos.

V – Fazer as inscrições dos candidatos em horário e local a ser definido, para posterior encaminhamento para análise pela empresa contratada.

VI – Fazer as publicações dos resultados de acordo com as etapas realizadas do concurso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS – Da penalidade aplicada caberá recurso conforme o disposto art. 109, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO – Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X, do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 17 de janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS
ADMINISTRATIVAS PEDAGÓGICAS LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Valdeci José Comandoli
CPF: 018.560.459-51

Elisandra Dela Beneta Knihs
CPF 065.001.199-67

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 27, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº. 27, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 842, de 23 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 144.541,32 (Cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos), destinado a acrescentar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO

PROJ./ATIV.: 15.752.0044.2.044 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

MODALIDADE:	(139) 3.3.90.00.0.3.0004.0000-	Aplicações Diretas	R\$	6.389,91
FONTE DE RECURSO: 03.0004.0000 – Recurso Cosip				
TOTAL			R\$	6.389,91

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.361.0035.2.035 Manutenção do Ensino Fundamental

MODALIDADE:	(140) 3.1.90.00.0.3.0009.0000-	Aplicações Diretas	R\$	23.479,38
FONTE DE RECURSO: 03.0009.0000 – Recurso Fundeb				
TOTAL			R\$	23.479,38

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.362.0036.2.036 Manutenção e Apoio ao Ensino Médio

MODALIDADE:	(141) 3.3.90.00.0.3.0026.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.864,36
MODALIDADE:	(142) 3.3.90.00.0.3.0047.0000-	Aplicações Diretas	R\$	33.324,37
FONTE DE RECURSO: 03.0026.0000 – Recurso Pnate Médio				
FONTE DE RECURSO: 03.0047.0000 – Recurso T.E.E Médio				
TOTAL			R\$	35.188,73

ÓRGÃO: 07 ☐ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 07.01 ☐ DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.361.0061.2.061 Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

MODALIDADE:	(143) 3.3.90.00.0.3.0024.0000-	Aplicações Diretas	R\$	861,83
MODALIDADE:	(144) 3.3.90.00.0.3.0046.0000-	Aplicações Diretas	R\$	24.941,99
FONTE DE RECURSO: 03.0024.0000 – Recurso Pnate Fundamental				
FONTE DE RECURSO: 03.0046.0000 – Recurso T.E.E Fundamental				
TOTAL			R\$	25.803,82

ÓRGÃO: 07 ☐ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 07.01 ☐ DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.365.0062.2.062 Manutenção do Transporte Escolar Infantil

MODALIDADE:	(146) 3.3.90.00.0.3.0025.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.679,48
FONTE DE RECURSO: 03.0025.0000 – Recurso Pnate Infantil				
TOTAL			R\$	3.679,48

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0068.2.071 BL de Financiamento da Proteção Social Básica

MODALIDADE:	(145) 3.3.90.00.0.3.0076.0000-	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0076 – Recurso PSB				
TOTAL			R\$	50.000,00
TOTAL GERAL			R\$	144.541,32

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ R\$ 144.541,32 (Cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2016 nos termos do

art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 nas fontes de recurso acima citadas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 18 de janeiro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 26 DE 18.01.2017

DECRETO Nº 26, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município e tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA

Art. 1º. Fica NOMEADO o Sr. VÍTOR LUIS CHRISTANI, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Princesa, Linha Marmeleiro, Interior, portador do CPF nº. 656.497.709-30, para ocupar o cargo de DIRETOR DE SECRETARIA, na Secretaria de Educação e Cultura, Grupo CC – 01, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a partir de 17 de Janeiro de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 17.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,

18 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 29, DE 18.01.2017

PORTARIA Nº. 29, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 15 (quinze) dias de férias ao servidor, conforme período aquisitivo e período de gozo abaixo relacionado:

Funcionário	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
RICARDO SEVERINO MENEGASSI	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	17.09.2015 a 16.09.2016	25/01/2017 a 08/02/2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de 25.01.2017

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),

em 18 de Janeiro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Rio das Antas

PREFEITURA

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0002/2017 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0002/2017 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0002/2017 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço nº 0002/2017 – PMRA e Fundos, tendo como Objeto: Contratação de empresa (Posto de lavagens) prestadora de serviços em lavagens de Veículo, máquinas, equipamentos e implementos do Município de Rio das Antas, do Fundo Municipal de Saúde/FMS e demais Fundos. Conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 02/02/2017, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007 e 13/2012. DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 min e as 17h30 min ou pelo email licita@riodasantas.sc.gov.br ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 18 de janeiro de 2017. Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5824, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5824, 09 de janeiro de 2017.

"NOMEIA ANGELA MARIA DE ANDRADE PALHANO"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída nas Leis Complementares nº 309 de 01/12/2015 e 208 de 28/10/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Nomear ANGELA MARIA DE ANDRADE PALHANO, para a partir de 02/01/2017, exercer o cargo em comissão – Superintendente da Fundação Cultural de Rio do Sul/SC, nos termos do Art. 54, § 6º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 955/2017

PORTARIA No 955, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza o Gozo de Férias a Servidora Ivone Wolter Schweder

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 01 a 10 de fevereiro de 2017, a servidora Ivone Wolter Schweder, Auxiliar Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2015– 2016, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (20 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 4º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 17 de janeiro de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

Rio Fortuna

PREFEITURA

EDITAL 003/2017 TRANSPORTE ESCOLAR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA

Processo de Licitação 003/2017

Edital de Pregão Presencial 003/2017

A Comissão Permanente de Licitações de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 8 h, do dia 31 de janeiro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, PREGÃO PRESENCIAL visando à CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA. Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, pelo telefone: (48) 3653-1122 ou pelo email licitacoes@riofortuna.sc.gov.br.

Rio Fortuna/SC, 11 de janeiro de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.797/2017

DECRETO Nº 3.797/2017	
	AUTORIZA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei:

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto AUTORIZADO, os Servidores abaixo relacionados à retirar Ofícios, correspondências e documentos dos veículos do município de Romelândia SC,

ADRIANE TEREZINHA MERIGO JUNG, Secretária de Administração, portador do CPF – 942.246.929-53

CLAUDIO ELIAS SCHENKEL, Gestor do Fundo Municipal de Saúde,
CPF- 006.132.579-10

DARIZ GENZ, Auxiliar de Movimento Econômico,
CPF-052.284.969-55

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Romelândia – SC, 18 de JANEIRO de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto em data supra.

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 005/2017

DECRETO Nº 005, DE 18 de JANEIRO DE 2017.

APROVA O PLANO ANUAL DE AUDITORIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a necessidade de desenvolver ações de controle interno do Município de Salto Veloso, previstas na Lei Municipal 1.115/2003;

DECRETA:

Art.1º Fica aprovado o Plano Anual de Auditoria para o ano de 2017 do sistema de controle interno do município de Salto Veloso – SC.

Art. 2º. É parte integrante deste Decreto o Anexo Único.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Salto Veloso/SC, em, 18 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

PLANO ANUAL DE AUDITORIA

CONTROLE INTERNO

SALTO VELOSO - SC

CRONOGRAMA DE AUDITORIAS 2017.

Nº	Título Auditoria	Área Auditada	Método	Objetivos da Auditoria	Escopo do Trabalho	Execução
01	Aplicação dos recursos do FUNDEB.	Setor de contabilidade e tesouraria da Prefeitura de Salto Veloso	Amostragem	Com base §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição e na Lei Federal nº 9.394/96, verificar a aplicação dos recursos do FUNDEB.	Despesas empenhadas e pagas com recursos do FUNDEB a partir de 01/01/2017 a 30/06/2017	01/07/2017 a 31/07/2017
02	Processos Licitatórios	Setor de compras e Licitações da Prefeitura de Salto Veloso	Amostragem	Com base na Instrução Normativa TC- 21/2015, do TCE/SC, proceder-se-á a avaliação da regularidade dos processos licitatórios realizados, incluindo as dispensas e inexigibilidades de licitação.	Licitações Homologadas a partir de 01/01/2017 a 30/06/2017	01/09/2017 a 30/09/2017.

Salto Veloso, 11 de janeiro de 2017.

Débora Baronchello

Responsável pela Coordenadoria do Sistema de Controle Interno

DECRETO MUNICIPAL Nº 006/2017

DECRETO Nº 006/2017 - DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.581/2016 de 29/09/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 102.742,08 (Cento e Dois Mil Setecentos e Quarenta e Dois Reais e Oito Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 1.003 – AMPLIAÇÃO DA REDE FISICA DA SAUDE

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 102.742,08

Fonte: 1333.00000

RED: 39

Art. 2º. Ficam reduzidos R\$ 102.742,08 (Cento e Dois Mil Setecentos e Quarenta e Dois Reais e Oito centavos) do superávit financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 18 de Janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 095/2017

PORTARIA Nº. 095 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA DIRETORA DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 16/2010 de 23 de dezembro de 2010, anexo I, tabela II, do Quadro de Pessoal do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 02 de janeiro de 2017, a Sra. CÉLIA REGINA DE BORTOLI para o cargo de DIRETORA DE CULTURA, cargo em comissão, nível CC-3, com 30 horas semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 16 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 096/2017

PORTARIA Nº. 096 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR O CARGO DE MÉDICO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal nº 570/91.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear e dar posse por Concurso Público, ao Sr. TIAGO PELLIZZETTI SEGATEL, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de MÉDICO - 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social, com vencimentos referentes ao código CPE 20, do Anexo II, Tabela II, Grupo III.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 097/2017

PORTARIA Nº 097 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 16 de janeiro de 2017 a 14 de fevereiro de 2017, totalizando 30 dias de férias a ABEL ABATI FILHO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º O período de aquisição é de 01/09/2015 a 14/02/2016, correspondente a 30 dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 16 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

TERMO ADITIVO N.º 01/2016 CONTRATO Nº 026/2016 PROCESSO LICITATÓRIO 001/20136

TERMO ADITIVO N.º 01/2016

Contrato nº 026/2016

Processo Licitatório 001/20136

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes de contrato administrativo, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro lado SEFE – SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA, denominada CONTRATADA os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo do contrato original, conforme art. 57 inc. II da lei 8.666/93, ficando sua vigência válida até 31/12/2017

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 31 de dezembro de 2016.

Município de Salto Veloso/SC

Claudemir Cesca SEFE – SISTEMA EDUCACIONAL LTDA

Contratante CNPJ 00.874.813/0001-00

Contratada

ROBINSON GOTARDO

Assessor Jurídico

OAB/SC – 31370

TESTEMUNHAS:

Fernanda Aparecida Cousseau Ramos de Souza

CPF: 010.221.919-26

Camilo Dorneles

CPF: 081.292.109-75

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 001/2017

PORTARIA N. 001/2017, DE 14 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA VEREADOR QUE ESPECIFICA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DA TESOUREARIA DA CÂMARA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVAINER MENEGHEL, Presidente da Câmara Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. CRISTIANO NERIS DE OLIVEIRA, Vereador do PP, para exercer as funções da tesouraria da Câmara Municipal de Salto Veloso, a partir de 14 de Janeiro de 2017.

Parágrafo único. Na qualidade de Tesoureiro, o referido Vereador terá amplitude de atuação sobre os assuntos financeiros do erário, em especial, para fins de movimentação de contas e subscrição de cheques e ordens de pagamento, em conjunto com a Presidente da Câmara.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 14 de Janeiro de 2017.

IVAINER MENEGHEL

Presidente da Mesa Diretora

Santa Cecilia

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 009/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 31 de Janeiro de 2017 às 09h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de higiene, materiais de limpeza e utensílios em geral para serem utilizados na rede municipal de ensino, conforme anexos do edital. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br, site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 18 de janeiro de 2017.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 1/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017 **Data do Registro: 17/01/2017** **Válido até: 17/01/2018**

Objeto da Compra: Aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	GASOLINA AMARELA COMUM	LT	POSTO SCARIOT LTDA (5620)	PETROBRAS	0	3,4990	1
2	ÓLEO DIESEL COMUM	LT	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	SHELL	0	3,5490	2
3	ÓLEO DIESEL S10	LT	POSTO SCARIOT LTDA (5620)	PETROBRAS	0	2,9190	1
4	Oleo Lubrificante para motores a diesel 15w40 API CI-4 (balde 20 litros)	BAL	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	SHELL	0	3,1100	2
5	Oleo Lubrificante 100% sintético 5W30	LT	POSTO SCARIOT LTDA (5620)	PETROBRAS	0	3,0190	1
6	Oleo Lubrificante 5W30 ACEA C2 (Motor Diesel)	LT	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	SHELL	0	3,2300	2
7	Oleo Lubrificante para motores a diesel 15w40 API CI-4 (balde 20 litros)	BAL	COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP (15285)	INCOL	0	150,0000	1
8	Oleo Lubrificante para motores a diesel 15w40 API CI-4 (balde 20 litros)	BAL	L SERRANO & CIA LTDA - ME (15284)	VR LUB	0	151,0000	2
9	Oleo Lubrificante para motores a diesel 15w40 API CI-4 (balde 20 litros)	BAL	LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PECAS E LUBRIFICANTES LT (15286)	PETROL	0	164,0000	3
10	Oleo Lubrificante 100% sintético 5W30	LT	COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP (15285)	INCOL	0	14,0000	1
11	Oleo Lubrificante 100% sintético 5W30	LT	L SERRANO & CIA LTDA - ME (15284)	VR LUB	0	15,0000	2
12	Oleo Lubrificante 100% sintético 5W30	LT	POSTO SCARIOT LTDA (5620)	LUBRAX PETIF	0	26,8000	3
13	Oleo Lubrificante 100% sintético 5W30	LT	POSTO SCARIOT LTDA (5620)	LUBRAX PETIF	0	27,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 2/7

Número do Registro de Preços: 1/2017 **Data do Registro: 17/01/2017** **Válido até: 17/01/2018**

Objeto da Compra: Aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Óleo lubrificante semi sintético 15W/40 para motores a gasolina/abod	LT	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	PETROBRAS	0	27,8000	2
			L SERRANO & CIA LTDA - ME (15284)	LUBRAX	0	33,0000	3
			COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP (15286)	INCOL	0	12,0000	1
			L SERRANO & CIA LTDA - ME (15284)	VR LUB	0	13,0000	2
8	Óleo lubrificante SAE 20W/50 para motores 04 tempos (motocideta)	LT	LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PECAS E LUBRIFICANTES LT (15286)	PETROL	0	22,0000	3
			COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP (15286)	INCOL	0	9,0000	1
			POSTO SCARIOT LTDA (5620)	LUBRAX PETI	0	9,5000	2
			L SERRANO & CIA LTDA - ME (15284)	VR LUB	0	10,0000	3
9	Óleo lubrificante para motores 02 tempos- 1/50, 500 ml	FR	COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP (15286)	LUBRAX	0	5,0000	1
			L SERRANO & CIA LTDA - ME (15284)	VR LUB	0	8,0000	2
			POSTO SCARIOT LTDA (5620)	STHIL	0	20,0000	3
			COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP (15286)	INCOL	0	150,0000	1
10	Óleo THF 11 para transmissão (balde 20 litros)	BAL	POSTO SCARIOT LTDA (5620)	LUBRAX PETI	0	151,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 1/2017 **Data do Registro: 17/01/2017** **Válido até: 17/01/2018**

Objeto da Compra: Aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L SERRANO & CIA LTDA - ME (15284)	INCOL	0	156,0000	3
11	Óleo ATF para transmissão hidráulica API 30 TDTO (balde 20 litros)	BAL	L SERRANO & CIA LTDA - ME (15284)	VR LUB	0	160,0000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	GT	0	163,0000	2
			LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PECAS E LUBRIFICANTES LT (15286)	PETROL	0	183,0000	3
			POSTO SCARIOT LTDA (5620)	LUBRAX PETI	0	277,9500	4
12	Óleo transmissão SAE 30 TDTO TO-4 (balde 20 litros)	BAL	L SERRANO & CIA LTDA - ME (15284)	INCOL	0	229,0000	1
			POSTO SCARIOT LTDA (5620)	LUBRAX PETI	0	331,7000	2
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	PETRONAS	0	460,4000	3
13	Óleo hidráulico 68 API din 51524 11p (balde 20 litros)	BAL	POSTO SCARIOT LTDA (5620)	LUBRAX PETI	0	125,0000	1
			L SERRANO & CIA LTDA - ME (15284)	VR LUB	0	127,0000	2
			COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP (15285)	LUBRAX	0	129,0000	3
14	Óleo lubrificante SAE 90 API GL 5 para engrenagens (balde 20 litros)	BAL	POSTO SCARIOT LTDA (5620)	LUBRAX PETI	0	149,0000	1
			COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP (15285)	INCOL	0	169,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 1/2017 **Data do Registro: 17/01/2017** **Válido até: 17/01/2018**

Objeto da Compra: Aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Óleo Lubrificante GL 5 80W/90 (balde 20 litros)	BAL	LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PECAS E LUBRIFICANTES LT (15286)	VR LUB	0	218,0000	3
16	Óleo Lubrificante SAE 80W/140 API GL 5 para engrenagens (balde 20 litros)	BAL	POSTO SCARIOT LTDA (5620)	LUBRAX PETI	0	153,0000	1
			COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP (15285)	LUBRAX	0	197,0000	2
			L SERRANO & CIA LTDA - ME (15284)	LUBRAX	0	266,0000	3
			ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	PETROBRÁS	0	168,0000	3
			COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP (15285)	INCOL	0	154,0000	2
			COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP (15285)	INCOL	0	190,0000	1
			POSTO SCARIOT LTDA (5620)	UNI BLUE	0	201,0000	2
			ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	GT	0	212,0000	3
			LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PECAS E LUBRIFICANTES LT (15286)	PETROL	0	245,0000	4
18	Óleo lubrificante SAE 140 API GL 5 para engrenagens (balde 20 litros)	BAL	POSTO SCARIOT LTDA (5620)	LUBRAX PETI	0	149,0000	1
			L SERRANO & CIA LTDA - ME (15284)	VR LUB	0	150,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 5/7

Número do Registro de Preços: 1/2017 **Data do Registro: 17/01/2017** **Válido até: 17/01/2018**

Objeto da Compra: Aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP (15285)	INCOL	0	155,0000	3
19	Graxa grafitada industrial comum (tambor 170 kg)	TBR	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	KARTER	0	1,600,0000	1
			COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP (15285)	LUBRAX	0	1,680,0000	2
			POSTO SCARIOT LTDA (5620)	LUBRAX PETI	0	2,800,0000	3
20	Líquido de freio DOT 3 frasco 500 ml	FR	COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP (15285)	POWER BRIL	0	8,0000	1
			L SERRANO & CIA LTDA - ME (15284)	POWERBRILL	0	8,9000	2
			POSTO SCARIOT LTDA (5620)	LUBRAX PETI	0	13,5000	3
21	Líquido de freio DOT 4 frasco 500 ml	FR	COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP (15285)	POWER BRIL	0	11,0000	1
			L SERRANO & CIA LTDA - ME (15284)	POWERBRILL	0	11,9000	2
			POSTO SCARIOT LTDA (5620)	LUBRAX PETI	0	21,1000	3
22	Adla 32 para veículo a diesel SCR (redução catalítica seletiva)	LT	POSTO SCARIOT LTDA (5620)	RCK	0	1,7900	1
			ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	ECOTEC	0	1,8000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 1/2017 **Data do Registro:** 17/01/2017 **Válido até:** 17/01/2018

Objeto da Compra: Aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

			COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP (15286)	ARLA EKO	0	2,8000	3
--	--	--	--------------------------------------	----------	---	--------	---



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 7/7

Número do Registro de Preços: 1/2017					Data do Registro: 17/01/2017		Válido até: 17/01/2018		
Objeto da Compra: Aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.									
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017
PROCESSO Nº 1/2017

- (5620) - POSTO SCARIOT LTDA
- (8877) - ADAMI & GRANEMANN LTDA.
- (15284) - L SERRANO & CIA LTDA - ME
- (15285) - COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP
- (15286) - LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PECAS E LUBRIFICANTES LT

Santa Cecilia, 17 de Janeiro de 2017.

Santa Rosa do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2017

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: DUNET LTDA ME

OBJETO: Fornecimento dos serviços de internet banda larga.

Base Legal: Lei 8.666/93

VALOR: R\$2.158,80 (Dois mil cento e cinquenta e oito reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 005/2017 - FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2017 - FMS
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR DE MARAVILHA.

Objeto: Prestação de Serviço de plantão médico hospitalar com corpo clínico especializado para o exercício de 2017.

Valor: R\$ 187.883,74 (cento e oitenta e sete mil, oitocentos e oitenta e três reais e setenta e quatro centavos)

Vigência: 01.02.2017 a 31.12.2017.

Assinatura: 17 de janeiro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

Derli Furtado

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 09/2017

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 14:30 horas do dia 31 de Janeiro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Contratação de empresa para serviço de Assessoria e Consultoria na elaboração e acompanhamento de projetos, planos e programas de captação de recursos junto aos órgãos da União, Estado, Fundo e Bancos Oficiais, bem como, acompanhamento da execução e prestação de contas dos convênios e projetos com orientação geral aos setores da administração, no cumprimento dos prazos estabelecidos nos referidos projetos e convênios contratados em todas as áreas de atuação deste governo Municipal.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, ou pelo site www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 19 de Janeiro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 06/2017 - FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2017 - FMS
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARQUES MOREIRA & CIA LTDA ME.

Objeto: Prestação de serviço médicos para atendimento a população junto a UBS (unidade básica de saúde) na Estratégia Saúde da Família (ESF) com 40 hrs semanais, no período de Fevereiro a Dezembro de 2017.

Valor: R\$ 247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais)

Vigência: 01.02.2017 a 31.12.2017.

Assinatura: 17 de janeiro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 08/2017

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 13:30 horas do dia 31 de Janeiro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Contratação de serviços de responsabilidade técnica em estação de tratamento de água - ETA, do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, ou pelo site www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 19 de Janeiro de 2017.

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 39/2017

DECRETO Nº 0039, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

CORRIGE OS VALORES DA BOLSA ATLETA MUNICIPAL

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam reajustados os valores da Bolsa Atleta Municipal, constantes do art. 6º da Lei nº 2.490, de 10 de fevereiro de 2010, mediante a aplicação do percentual de 6,5800%, correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2016, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, passando a vigorar os seguintes valores corrigidos:

I - Categoria Jogos Abertos de Santa Catarina- JASC e PARAJASC:

a) Atletas e paratletas até R\$ 2.968,66 (dois mil, novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos);

b) Guias e técnicos até R\$ 5.195,17 (cinco mil, cento e noventa e cinco reais e dezessete centavos);

II - Categoria Joguinhos Abertos de Santa Catarina e Parajoguinhos:

a) Atletas e paratletas até R\$ 2.226,50 (dois mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos);

b) Guias e técnicos até R\$ 4.453,01 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e um centavo);

III - Categoria Olimpíada Estudantil de Santa Catarina e Paradesportivo:

a) Atletas e paratletas até R\$ 1.484,33 (um mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e trinta e três centavos);

b) Guias e técnicos até R\$ 2.968,66 (dois mil, novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos);

IV - Categoria Jogos Escolares de Santa Catarina e Paradesportivo:

a) atletas e paratletas até R\$ 890,60 (oitocentos e noventa reais e sessenta centavos);

b) Guias e técnicos até R\$ 2.226,50 (dois mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos).

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 1205, de 6 de janeiro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 40/2017

DECRETO Nº 0040, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM EVENTO

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal, com fundamento no art. 3º da Lei nº 3005/2012, autoriza o consumo de bebidas alcoólicas, exclusivamente na Praça Leopoldo Rudnick, no dia 22 de janeiro de 2017, das 14 horas às 21 horas, em razão da realização do evento cultural "OcupArte".

Art. 2º. A autorização restringe apenas a data, horário e local estabelecidos no artigo anterior, ficando vedado tal consumo por pessoas menores de 18 anos de idade, nos termos de legislação vigente em todo território nacional.

Art. 3º. Os organizadores deverão orientar os frequentadores do evento da área delimitada para o consumo e solicitar as autoridades policiais a manutenção da ordem pública no local e ainda atentar para a vedação descrita no artigo anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 41/2017

DECRETO Nº 0041, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

DEFINE VENCIMENTOS DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA-IPTU E IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS/FIXO, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º De conformidade com o artigo 29 da Lei nº 140, de 22 de dezembro de 1997, e suas alterações, as datas para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, para o exercício de 2017, serão:

I - Para pagamento em cota única com desconto de 14,4% o pagamento será até o dia 10/04/2017;

II - Para pagamento parcelado as datas serão:

a) Primeira parcela até o dia 10/04/2017;

b) Segunda parcela até o dia 10/05/2017;

c) Terceira parcela até o dia 10/06/2017;

d) Quarta parcela até o dia 10/07/2017;

e) Quinta parcela até o dia 10/08/2017;

f) Sexta parcela até o dia 10/09/2017;

g) Sétima parcela até o dia 10/10/2017; e

h) Oitava parcela até o dia 10/11/2017.

Parágrafo Único. O valor mínimo de cada parcela será equivalente a 05 (cinco) UFM.

Art. 2º As datas para pagamento do Imposto Sobre Serviços - ISS/FIXO para o exercício de 2017, conforme previsto na da Lei Municipal nº 1398 de 27 de setembro de 2005, serão:

I - Para pagamento em cota única com desconto de 4% o pagamento será até o dia 28/04/2017;

II - Para pagamento parcelado as datas serão:

a) Primeira parcela até o dia 28/04/2017;

b) Segunda parcela até o dia 30/06/2017;

c) Terceira parcela até o dia 31/08/2017; e

d) Quarta parcela até o dia 31/10/2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

EXTRATO RECURSAL E RELAÇÃO FINAL DE ISENTOS - EDITAL 01/2017

Edital de Análise de Requerimentos de Isenções

EXTRATO RECURSAL E RELAÇÃO FINAL DE ISENTOS

Após a análise dos recursos listados ao final deste instrumento, os(as) candidatos(as) abaixo tiveram seus requerimentos analisados pela comissão, restando os pareceres abaixo:

Protocolo	Inscrição	Candidato	Cargo	Tipo de Isenção	Parecer
001	527884	Iliana Pazda	Professor de Educação Infantil - HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido
002	523938	Michely Hornick	Secretária(o) de Escola	Doador de Sangue	Deferido
003	523937	Michely Hornick	Auxiliar de Biblioteca	Doador de Sangue	Deferido
004	524794	Claison Tureck	Professor de Anos Iniciais - HABILITADO	Doador de Medula Óssea	Deferido
005	524795	Claison Tureck	Secretária(o) de Escola	Doador de Medula Óssea	Deferido
006	528727	Rafael Jose Mariani	Professor de Educação Física - HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido
007	529015	Valdiane Aparecida Fuckner	Professor de Artes - HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido
008	529014	Valdiane Aparecida Fuckner	Atendente Educativo Especial	Doador de Sangue	Deferido
009	525807	Jossiane Americo Araujo	Professor de Anos Iniciais - NÃO HABILITADO	Doador de Medula Óssea	Deferido
010	525806	Jossiane Americo Araujo	Instrutor de Informática	Doador de Medula Óssea	Deferido
011	520000	Janaina Camargo Dos Santos	Atendente Educativo	Doador de Sangue	Deferido

012	520001	Janaina Camargo Dos Santos	Auxiliar de Biblioteca	Doador de Sangue	Deferido
013	524201	Fabiana Rodrigues De Souza	Professor de Anos Iniciais - HABILITADO	Doador de Medula Óssea	Deferido
014	524202	Fabiana Rodrigues De Souza	Professor de Educação Infantil - HABILITADO	Doador de Medula Óssea	Deferido
015	521896	Carine Amaral Ruthes	Secretária(o) de Escola	Doador de Medula Óssea	Deferido
016	521895	Carine Amaral Ruthes	Professor de Ciências - HABILITADO	Doador de Medula Óssea	Deferido
017	524945	Leandro Esteve Brandt Destro	Professor de Anos Iniciais - NÃO HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido
018	524946	Leandro Esteve Brandt Destro	Secretária(o) de Escola	Doador de Sangue	Deferido
019	519384	Aline Postinger Teixeira De Souza	Auxiliar de Biblioteca	Doador de Medula Óssea	Deferido
020	519168	Aline Postinger Teixeira De Souza	Secretária(o) de Escola	Doador de Medula Óssea	Deferido
021	520432	Lucineia Wosniach Silveira	Professor de Anos Iniciais - NÃO HABILITADO	Doador de Medula Óssea	Deferido
022	520433	Lucineia Wosniach Silveira	Professor de Educação Infantil - NÃO HABILITADO	Doador de Medula Óssea	Deferido
023	520687	Andreia Maria Rank Boneta	Professor de Educação Especial - NÃO HABILITADO	Doador de Medula Óssea	Deferido
024	520686	Andreia Maria Rank Boneta	Atendente Educativo	Doador de Medula Óssea	Deferido
025	528960	Natalia De Fatima Dybas	Professor de Inglês - EMEJA - NÃO HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido
026	528961	Natalia De Fatima Dybas	Professor de Inglês - NÃO HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido
027	528289	Roseli Pfuetzenreuter Do Valle	Secretária(o) de Escola	Doador de Medula Óssea	Deferido
028	528288	Roseli Pfuetzenreuter Do Valle	Atendente Educativo	Doador de Medula Óssea	Deferido
029	528331	Flavia Juttel	Instrutor de Informática	Doador de Medula Óssea	Deferido
030	528332	Flavia Juttel	Professor de Oficina Cultura Digital - NÃO HABILITADO	Doador de Medula Óssea	Deferido
031	524521	Dariane De Lima Da Silva	Professor de Oficina Cultura Digital - NÃO HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido
032	524520	Dariane De Lima Da Silva	Instrutor de Informática	Doador de Sangue	Deferido
033	525561	Ana Carolina Blodorn	Professor de Anos Iniciais - HABILITADO	Doador de Medula Óssea	Deferido
034	525562	Ana Carolina Blodorn	Professor de Educação Infantil - HABILITADO	Doador de Medula Óssea	Deferido
035	524709	Ana Maria Furmann Comarella	Secretária(o) de Escola	Doador de Medula Óssea	Deferido
036	524708	Ana Maria Furmann Comarella	Atendente Educativo	Doador de Medula Óssea	Deferido
037	530291	Maria Nogueira	Professor de Anos Iniciais - HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido
038	530292	Maria Nogueira	Professor de Educação Infantil - HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido
039	520824	Mayla Blödorn	Professor de Anos Iniciais - HABILITADO	Doador de Medula Óssea	Deferido
040	520825	Mayla Blödorn	Professor de Educação Infantil - HABILITADO	Doador de Medula Óssea	Deferido
041	518903	Suelem Carine Saldanha De Oliveira	Secretária(o) de Escola	Doador de Sangue	Deferido
042	518902	Suelem Carine Saldanha De Oliveira	Atendente Educativo	Doador de Sangue	Deferido
043	531216	Cintya Mara Goncalves De Franca Guzzatto	Atendente Educativo	Doador de Medula Óssea	Deferido
044	531217	Cintya Mara Goncalves De Franca Guzzatto	Secretária(o) de Escola	Doador de Medula Óssea	Deferido
045	526580	Vanessa Vicente	Professor de Matemática - EMEJA - NÃO HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido
046 (1)	531345	Janaina Raquel Alves De Campos Coutinho	Professor de Artes - NÃO HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido

047 (1)	531344	Janaina Raquel Alves De Campos Coutinho	Professor de Artes - EMEJA - NÃO HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido
---------	--------	---	---	------------------	----------

1. Requerimento de Isenção protocolado de acordo com as disposições do edital, recepcionado para análise após a publicação do Edital de Análise de Isenções.

Respostas aos Recursos Interpostos:

Referência(s): 529014 Cargo: Atendente Educativo Especial
Situação: DEFERIDO

Sobre o recurso temos o que segue:
Recurso Deferido: Isenção processada na reanálise documental.

Referência(s): 529015 Cargo: Professor de Artes - HABILITADO
Situação: DEFERIDO

Sobre o recurso temos o que segue:
Recurso Deferido: Isenção processada na reanálise documental.

Referência(s): 518902 Cargo: Atendente Educativo
Situação: DEFERIDO

Sobre o recurso temos o que segue:
Recurso Deferido: Isenção processada na reanálise documental.

Referência(s): 518903 Cargo: Secretária(o) de Escola
Situação: DEFERIDO

Sobre o recurso temos o que segue:
Recurso Deferido: Isenção processada na reanálise documental.

Referência(s): 529801 Cargo: Auxiliar de Biblioteca
Situação: INDEFERIDO (sem protocolo de pedido)

Sobre o recurso temos o que segue:
Recurso Indeferido: Candidato não realizou a entrega da documentação exigida pelo Edital, ou seja, o preenchimento do Anexo VI, junto com os documentos comprobatórios do pleito, que deveriam ter sido protocoladas por meio do disposto no Item 11.2 do Edital.

Referência(s): 518944 Cargo: Professor de Educação Especial - Intérprete de Libras – NÃO HABILITADO
Situação: INDEFERIDO (sem protocolo de pedido)

Sobre o recurso temos o que segue:
Recurso Indeferido: Candidato não realizou a entrega da documentação exigida pelo Edital, ou seja, o preenchimento do Anexo VI, junto com os documentos comprobatórios do pleito, que deveriam ter sido protocoladas por meio do disposto no Item 11.2 do Edital.

Referência(s): 529802 Cargo: Professor de Educação Física - NÃO HABILITADO
Situação: INDEFERIDO (sem protocolo de pedido)

Sobre o recurso temos o que segue:
Recurso Indeferido: Candidato não realizou a entrega da documentação exigida pelo Edital, ou seja, o preenchimento do Anexo VI, junto com os documentos comprobatórios do pleito, que deveriam ter sido protocoladas por meio do disposto no Item 11.2 do Edital.

São Bento do Sul/SC, 18 de Janeiro de 2017.

Banca Técnica
NBS Serviços Especializados Eireli

PORTARIA Nº 258/2017

PORTARIA Nº 0258, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal CELINA APARECIDA DORIGÃO FRITZ, ocupante do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00044/16-2, de 04 anos, 04

meses e 16 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 261, de 13 de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 259/2017

PORTARIA Nº 0259, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal MARIA DA GRAÇA RIBEIRO DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Berçário, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00142/14-8, de 06 anos, 11 meses e 06 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 158, de 09 de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 260/2017

PORTARIA Nº 0260, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal NOEMI MARIA PETERS, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00037/16-6, de 13 anos, 10 meses e 09 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 33, de 03 de janeiro de 2017.

Art. 2º Conceder averbação de 03 anos, 05 meses e 21 dias de contribuição ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 627/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 261/2017

PORTARIA Nº 0261, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor SÉLIO ANTONIO BASILIO, ocupante do cargo de Chefe de Setor de Logística e Transporte, na Secretaria Municipal de Saúde, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial FIAT/Uno, placa MFN 8322.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 262/2017

PORTARIA Nº 0262, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor GILIARD BRAGA DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Autoridade de Trânsito, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial FIAT/Doblo, placa MKU 3593.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 263/2017

PORTARIA Nº 0263, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.
Revoga Portaria nº 0087/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 10 de janeiro de 2017, a Portaria nº 0087/2017 que nomeou CLAUDINEI DA LUZ LOPES, no cargo de Chefe de Divisão de Iluminação Pública, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 264/2017

PORTARIA Nº 0264, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.
Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, CLAUDINEI DA LUZ LOPES, no cargo de Chefe de Divisão de Manutenção de Vias, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 265/2017

PORTARIA Nº 0265, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.
Nomeia Chefe de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, ABRÃO CAMARGO SCHISLER, no cargo de Chefe de Setor de Limpeza Urbana, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 266/2017

PORTARIA Nº 0266, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, DORACI MARIA KRAINSKI BAPTISTA, no cargo de Chefe de Setor de Controladoria Contábil, na Secretaria Municipal de Finanças.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RESUMIDO EDITAL PREGÃO 3/2.017 - FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, para

quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 02 de fevereiro de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE INSULINAS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. MEDICAMENTOS EXCLUSIVOS DE ORDEM JUDICIAL E CADIA, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47)36316163 ou retirar o Edital completo através do site www.saoentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2017.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do fundo municipal de saúde

DEBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA

Pregoeira municipal

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2017

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 – Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 – SÃO BENTO DO SUL – SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2017

DA ESPÉCIE: Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e A EMPRESA HORIZONTE TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA MULTIACERVO E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADEQUAÇÃO, ALTERAÇÃO E SUPORTE OPERACIONAL DO SISTEMA.

VALOR TOTAL: R\$ 3.654,00 (três mil seiscentos e cinquenta e quatro reais).

DA VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2017.

Ass: MÁRCIO BROSOWSKY, pela Fundação Cultural.

AYLTON BOGO, pela contratada.

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 023, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 023, de 18 de janeiro de 2017.

“REVOGA PORTARIA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – REVOGAR a portaria nº 166 de 03 de julho de 2015, que concedeu licença sem vencimentos ao servidor JEAN MARCELO FUCK, ocupante do cargo efetivo de Analista de Saneamento I, matrícula 335.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 18 de janeiro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

São Bonifácio

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 001/2017

CHAMADA PÚBLICA 001/2017 – PMSB ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO CHAMADA PÚBLICA – Nº 001/2017 O Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de São Bonifácio, SC, em conformidade com o que dispõe a Lei Federal Nº8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, convoca todos os interessados no fornecimento de bens e serviços a este Ente Federado, para procederem à inscrição e/ou atualização de seus registros cadastrais. São Bonifácio, 19 de janeiro de 2017. RICARDO DE SOUZA CARVALHO Prefeito Municipal

DECRETO Nº 005/2017

Decreto n º 005 de 19 de janeiro de 2017.

Homologa Calendário de Feriados e Pontos Facultativos.

Ricardo de Souza Carvalho, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de sua competência que lhe confere o item III, do artigo 60, seção II, da Lei Orgânica de São Bonifácio, RESOLVE:

Art. 1º Fica HOMOLOGADO o Calendário de Feriados e Pontos Facultativos para o exercício de 2017, para o Município de São Bonifácio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições do Decreto n º 003/2017.

São Bonifácio, 19 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisângela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA 2017

DIA/MÊS	DIA DA SEMANA	EVENTO	FERIADO/P.FACULTATIVO
01/01	Domingo	Confraternização Universal	Feriado Nacional
27/02	Segunda-feira	Carnaval	Ponto Facultativo
28/02	Terça-feira	Carnaval	Feriado Nacional
01/03	Quarta-feira	Cinzas	Ponto Facultativo até às 12:00hs
13/04	Quinta-feira	Quinta-Feira Santa	Ponto Facultativo
14/04	Sexta-feira	Paixão de Cristo	Feriado Nacional/Municipal
21/04	Sexta-feira	Tiradentes	Feriado Nacional
01/05	Segunda-feira	Dia do Trabalho	Feriado Nacional
25/05	Quinta-feira	Ascensão do Senhor	Ponto Facultativo
05/06	Segunda-feira	Dia do Padroeiro	Feriado Municipal
15/06	Quinta-feira	Corpus Christi	Feriado Nacional
15/08	Terça-feira	Assunção de Nossa Senhora	Ponto Facultativo
07/09	Quinta-feira	Independência do Brasil (1822)	Feriado Nacional
12/10	Quinta-feira	N. S. Aparecida Pad. do Brasil	Feriado Nacional
28/10	Sábado	Dia do Funcionário Público	Ponto Facultativo
02/11	Quinta-feira	Finados	Feriado Nacional
15/11	Quarta-feira	Proclamação da República (1889)	Feriado Nacional
08/12	Sexta-feira	Imaculada Conceição	Feriado Municipal
24/12	Domingo	Véspera de Natal	Ponto Facultativo
25/12	Segunda-feira	Natal	Feriado Nacional
29/12	Sexta-feira	Emancipação Política (1962)	Feriado Municipal
31/12	Domingo	Véspera Ano Novo	Ponto Facultativo

São Bonifácio, 19 de janeiro de 2017.
Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

São João Batista

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 001/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 001/PMSJB/2017

CONTRATANTE: Município de São João Batista - SC; CONTRATADO: Amauri Eloi Batisti – CPF nº 026.378.319-79; Chamada Pública nº 001/PMSJB/2016; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para o programa nacional de alimentação escolar (pnae) atendendo a lei nº 11.947/2009, resolução/fnde/cd nº. 038/2009 e resolução/fnde/cd nº. 026/2013, para o atendimento dos alunos e professores da educação infantil, ensino fundamental e centros de educação infantil da rede pública municipal de São João Batista, sc. (exercício de 2017).; VALOR GLOBAL: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); ITEM ORÇAMENTÁRIO/PROJETO: Despesa orçamentária 2017: (40); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017; VIGÊNCIA: 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO 002/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 002/PMSJB/2017

CONTRATANTE: Município de São João Batista - SC; CONTRATADO: Castelinho dos Produtos Coloniais LTDA ME – CNPJ nº 03.529.886/0001-53; Chamada Pública nº 001/PMSJB/2016; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para o programa nacional de alimentação escolar (pnae) atendendo a lei nº 11.947/2009, resolução/FNDE/cd nº. 038/2009 e resolução/FNDE/cd nº. 026/2013, para o atendimento dos alunos e professores da educação infantil, ensino fundamental e centros de educação infantil da rede pública municipal de São João Batista, sc. (exercício de 2017).; VALOR GLOBAL: R\$ 14.925,00 (quatorze mil novecentos e vinte e cinco reais); ITEM ORÇAMENTÁRIO/PROJETO: Despesa orçamentária 2017: (40); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017; VIGÊNCIA: 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO 003/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 003/PMSJB/2017

CONTRATANTE: Município de São João Batista - SC; CONTRATADO: Deleon Ayslan Zunino – CPF nº 061.023.249-51; Chamada Pública nº 001/PMSJB/2016; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para o programa nacional de alimentação escolar (pnae) atendendo a lei nº 11.947/2009, resolução/FNDE/cd nº. 038/2009 e resolução/FNDE/cd nº. 026/2013, para o atendimento dos alunos e professores da educação infantil, ensino fundamental e centros de educação infantil da rede pública municipal de São João Batista, sc. (exercício de 2017).; VALOR GLOBAL: R\$ 16.899,09 (dezesseis mil oitocentos e noventa e nove reais e nove centavos); ITEM ORÇAMENTÁRIO/PROJETO: Despesa orçamentária 2017: (40); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017; VIGÊNCIA: 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO 004/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 004/PMSJB/2017

CONTRATANTE: Município de São João Batista - SC; CONTRATADA: Irene Martins Coelho – CPF nº 764.937.259-68; Chamada Pública nº 001/PMSJB/2016; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios

da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para o programa nacional de alimentação escolar (pnae) atendendo a lei nº 11.947/2009, resolução/FNDE/cd nº. 038/2009 e resolução/FNDE/cd nº. 026/2013, para o atendimento dos alunos e professores da educação infantil, ensino fundamental e centros de educação infantil da rede pública municipal de São João Batista, sc. (exercício de 2017).; VALOR GLOBAL: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); ITEM ORÇAMENTÁRIO/PROJETO: Despesa orçamentária 2017: (40); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017; VIGÊNCIA: 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO 005/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 005/PMSJB/2017

CONTRATANTE: Município de São João Batista - SC; CONTRATADO: Luciano Till – CPF nº 942.154.649-00; Chamada Pública nº 001/PMSJB/2016; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para o programa nacional de alimentação escolar (pnae) atendendo a lei nº 11.947/2009, resolução/FNDE/cd nº. 038/2009 e resolução/FNDE/cd nº. 026/2013, para o atendimento dos alunos e professores da educação infantil, ensino fundamental e centros de educação infantil da rede pública municipal de São João Batista, sc. (exercício de 2017).; VALOR GLOBAL: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); ITEM ORÇAMENTÁRIO/PROJETO: Despesa orçamentária 2017: (40); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017; VIGÊNCIA: 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO 006/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 006/PMSJB/2017

CONTRATANTE: Município de São João Batista - SC; CONTRATADO: Marcelo Wippel – CPF nº 037.770.869-08; Chamada Pública nº 001/PMSJB/2016; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para o programa nacional de alimentação escolar (pnae) atendendo a lei nº 11.947/2009, resolução/FNDE/cd nº. 038/2009 e resolução/FNDE/cd nº. 026/2013, para o atendimento dos alunos e professores da educação infantil, ensino fundamental e centros de educação infantil da rede pública municipal de São João Batista, sc. (exercício de 2017).; VALOR GLOBAL: R\$ 13.135,64 (treze mil cento e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos); ITEM ORÇAMENTÁRIO/PROJETO: Despesa orçamentária 2017: (40); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017; VIGÊNCIA: 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO 007/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 008/PMSJB/2017

CONTRATANTE: Município de São João Batista - SC; CONTRATADO: Rodrigo Horr – CPF nº 058.588.269-03; Chamada Pública nº 001/PMSJB/2016; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para o programa nacional de alimentação escolar (pnae) atendendo a lei nº 11.947/2009, resolução/FNDE/cd nº. 038/2009 e resolução/FNDE/cd nº. 026/2013, para o atendimento dos alunos e professores da educação infantil, ensino fundamental e centros de educação infantil da rede pública municipal de São João Batista, sc. (exercício de 2017).; VALOR GLOBAL: R\$ 6.885,00 (seis mil oitocentos e

oitenta e cinco reais); ITEM ORÇAMENTÁRIO/PROJETO: Despesa orçamentária 2017: (40); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017; VIGÊNCIA: 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO 008/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 008/PMSJB/2017

CONTRATANTE: Município de São João Batista - SC; CONTRATADO: Rodrigo Horr – CPF nº 058.588.269-03; Chamada Pública nº 001/PMSJB/2016; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para o programa nacional de alimentação escolar (pnae) atendendo a lei nº 11.947/2009, resolução/FNDE/cd nº. 038/2009 e resolução/FNDE/cd nº. 026/2013, para o atendimento dos alunos e professores da educação infantil, ensino fundamental e centros de educação infantil da rede pública municipal de São João Batista, sc. (exercício de 2017).; VALOR GLOBAL: R\$ 6.885,00 (seis mil oitocentos e oitenta e cinco reais); ITEM ORÇAMENTÁRIO/PROJETO: Despesa orçamentária 2017: (40); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017; VIGÊNCIA: 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO 009/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 009/PMSJB/2017

CONTRATANTE: Município de São João Batista - SC; CONTRATADO: Valmir Zunino – CPF nº 521.902.509-00; Chamada Pública nº 001/PMSJB/2016; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para o programa nacional de alimentação escolar (pnae) atendendo a lei nº 11.947/2009, resolução/FNDE/cd nº. 038/2009 e resolução/FNDE/cd nº. 026/2013, para o atendimento dos alunos e professores da educação infantil, ensino fundamental e centros de educação infantil da rede pública municipal de São João Batista, sc. (exercício de 2017).; VALOR GLOBAL: R\$ 15.269,04 (quinze mil duzentos e sessenta e nove reais e quatro centavos); ITEM ORÇAMENTÁRIO/PROJETO: Despesa orçamentária 2017: (40); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017; VIGÊNCIA: 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO 010/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 010/PMSJB/2017

CONTRATANTE: Município de São João Batista - SC; CONTRATADO: Vilson Soares – CPF nº 702.846.019-34; Chamada Pública nº 001/PMSJB/2016; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para o programa nacional de alimentação escolar (pnae) atendendo a lei nº 11.947/2009, resolução/FNDE/cd nº. 038/2009 e resolução/FNDE/cd nº. 026/2013, para o atendimento dos alunos e professores da educação infantil, ensino fundamental e centros de educação infantil da rede pública municipal de São João Batista, sc. (exercício de 2017); VALOR GLOBAL: R\$ 12.644,80 (doze mil seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos); ITEM ORÇAMENTÁRIO/PROJETO: Despesa orçamentária 2017: (40); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017; VIGÊNCIA: 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO 011/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 011/PMSJB/2017

CONTRATANTE: Município de São João Batista - SC; CONTRATADA: Viviane Petry Kurtz – CPF nº 927.565.579-00; Chamada Pública nº 001/PMSJB/2016; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para o programa nacional de alimentação escolar (pnae) atendendo a lei nº 11.947/2009, resolução/FNDE/cd nº. 038/2009 e resolução/FNDE/cd nº. 026/2013, para o atendimento dos alunos e professores da educação infantil, ensino fundamental e centros de educação infantil da rede pública municipal de São João Batista, sc. (exercício de 2017); VALOR GLOBAL: R\$ 6.150,00 (seis mil cento e cinquenta reais); ITEM ORÇAMENTÁRIO/PROJETO: Despesa orçamentária 2017: (40); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017; VIGÊNCIA: 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO 012/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 012/PMSJB/2017

CONTRATANTE: Município de São João Batista - SC; CONTRATADO: Wagner e Simone Produtos Hortifrutigranjeiros LTDA - ME – CNPJ nº 17.261.317/0001-84; Chamada Pública nº 001/PMSJB/2016; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para o programa nacional de alimentação escolar (pnae) atendendo a lei nº 11.947/2009, resolução/FNDE/cd nº. 038/2009 e resolução/FNDE/cd nº. 026/2013, para o atendimento dos alunos e professores da educação infantil, ensino fundamental e centros de educação infantil da rede pública municipal de São João Batista, sc. (exercício de 2017); VALOR GLOBAL: R\$ 43.917,35 (quarenta e três mil novecentos e dezesseis reais e trinta e cinco centavos); ITEM ORÇAMENTÁRIO/PROJETO: Despesa orçamentária 2017: (40); DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017; VIGÊNCIA: 31/12/2017.

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO Nº 019/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 019/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Grafica Barozzi- LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 01/2017

OBJETO: "Contratação de empresa para fazer impressão de calendários com os eventos de 2017 do município de São João do Oeste "

VALOR: R\$ 7.910,00

PRAZO: 18.01.2017 até 31.01.2017

São João do Oeste – 17 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO Nº 019/2017 E CONTRATO Nº 10/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 019/2017 E CONTRATO Nº 10/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Carlos Henrique Grasel

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 08/2017

OBJETO: "Locação de uma sala de aproximadamente 20 m², localizada à Rua da Matriz, no centro da Comunidade da Linha Cristo Rei "

VALOR: R\$ 527,91

PRAZO: 17.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 17 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Carlise Luci Kaufmann- Mei

ORIGEM: Pregão Presencial nº 03/2017

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste- SC."

VALOR: R\$ 1.284,86

PRAZO: 18.01.2017 até 30.04.2017

São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 03/2017

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 20.022,68

PRAZO: 18.01.2017 até 30.04.2017

São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001 2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL- SC, através da Comissão de Processo Seletivo nomeada pelo Decreto n.º 100/2016, torna público que realizará PROCESSO SELETIVOSIMPLIFICADO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos temporários por excepcional interesse público, no quadro de pessoal da Administração Municipal, das suas Secretarias e Programas, nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal de 1988 c/c Lei Municipal n.º 1.063, de 01 de novembro de 2002, na Lei Municipal n.º 1.616, de 28 de dezembro de 2011, nas Leis Complementares Municipais n.º 005/2009 e n.º 006/2009.

DAS REGRAS GERAIS DO PROCESSO SELETIVOSIMPLIFICADO

1. Este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será realizado de acordo com a legislação específica relacionada à matéria e de acordo com as disciplinas constantes neste Edital e será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL e destinada-se, exclusivamente, a selecionar candidatos para provimento de cargos públicos temporários junto ao Município de São João do Sul - SC.

2. Todas as etapas do PROCESSO SELETIVOSIMPLIFICADO serão realizadas no Município de São João do Sul - SC ou, dependendo do quantitativo de inscritos em outras localidades, a critério, exclusivo, da entidade organizadora do certame, obedecendo ao cronograma constante no Anexo I, do presente edital.

3. O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO constará de Avaliação Escrita Objetiva e Avaliação de Títulos, conforme tabela descritiva no Anexo II deste Edital.

4. Será disponibilizado 01 (um) Posto de Atendimento para atender aos candidatos nas etapas descritas no Anexo II, no seguinte endereço:

3.1 Endereço: Rua Nereu Ramos, 50, Centro, Município de São João do Sul - SC.

3.2 Telefone: (48) 3539-0113

3.3 Horário: 13h00min às 19h00min, em dias úteis.

5. Os cargos com os respectivos números de vagas, carga horária, vencimentos e requisitos de escolaridade estão definidos no Anexo III deste Edital.

6. As inscrições ocorrerão conforme cronograma constante no Anexo I e deverão obedecer às regras constantes no Anexo IV.

5.1 Os candidatos PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE) deverão observar as disciplinas constantes no Anexo V.

5.2 Os candidatos que necessitarem de atendimento especial para a realização das Avaliações deverão seguir as orientações constantes no Anexo V deste Edital.

7. A divulgação Oficial de todas as etapas referentes a este PROCESSO SELETIVOSIMPLIFICADO se dará através de avisos publicados nos locais abaixo, mantendo-se acessíveis até 90 (noventa) dias após a homologação do certame.

6.1 No sítio de internet do Município de São João do Sul - SC: (<http://www.saojoaodosul.sc.gov.br/>);

6.2 No sítio de internet da FAEPESUL: (www.faepesul.org.br/concursos).

8. É de exclusiva responsabilidade do candidato, o acompanhamento integral das etapas deste PROCESSO SELETIVOSIMPLIFICADO, por meio dos órgãos de divulgação Oficial citados neste Edital.

9. Os horários e cronograma aqui estabelecidos poderão sofrer alterações em razão de melhor atendimento aos objetivos do presente certame, sendo que essas alterações serão publicadas pelos meios de divulgação Oficial mencionados no Item 7 deste Edital.

8.1 Qualquer alteração em cronograma das fases desse certame não enseja qualquer direito a cancelamento de inscrição e tão pouco a devolução dos valores pagos a título de taxa de inscrição, salvo se houver decisão em sentido contrário estabelecida pela FAEPESUL.

10. A interposição de recursos administrativos deverá obedecer às orientações e requisitos constantes no Anexo X.

11. Os Candidatos aprovados nas avaliações deste PROCESSO SELETIVOSIMPLIFICADO serão convocados para ocupar os Cargos, em funções das vagas constantes no Anexo III e de acordo com a necessidade do Município de São João do Sul- SC dentro do prazo de validade do certame.

12. A aprovação neste PROCESSO SELETIVOSIMPLIFICADO não implica a admissão imediata do candidato. Todavia, o processo admissional do candidato deverá obedecer, rigorosamente, à ordem de classificação dos aprovados, sendo que serão chamados à medida que a necessidade funcional assim o permitir, obedecendo aos critérios do Município de São João do Sul- SC.

13. Os candidatos aprovados, quando convocados ao trabalho, deverão apresentar os documentos admissionais exigidos pelo Município de São João do Sul- SC.

12.1 A relação dos documentos admissionais será entregue no ato da convocação;

12.2 O candidato será convocado através dos meios de comunicação informado na ficha de inscrição deste PROCESSO SELETIVOSIMPLIFICADO;

12.3 O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto à Gerência de Pessoal do Município de São João do Sul- SC;

12.4 O Município de São João do Sul - SC utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Telefone, e-mail (se houver), Publicação no Diário Oficial do Município (Imprensa Oficial).

12.5 O candidato terá o prazo máximo de 2 (dois) dias para apresentação após a última forma de convocação;

12.6 O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados;

12.7 O candidato será convocado quantas vezes for necessário, durante a validade deste processo seletivo, segundo a ordem de classificação, até o limite das vagas autorizadas.

14. O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO terá validade de 01 (um) ano, prorrogável uma vez, por igual período, contados da data de publicação do ato de homologação do Resultado Final a critério do Município de São João do Sul - SC.

15. Será excluído do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO o candidato que:

14.1 Promover tumulto, incitar violência ou realizar descortesias com qualquer outro candidato ou membro das equipes encarregadas da aplicação das avaliações;

14.2 For surpreendido durante a aplicação da Avaliação Escrita Objetiva - ou outra que seja vedado - em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

14.3 For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar qualquer Avaliação, ou for responsável por falsa identificação pessoal;

14.4 Afastar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

14.5 Ausentar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;

14.6 Recusar-se a proceder à autenticação digital do cartão-resposta ou de outros documentos, nos termos deste Edital;

14.7 Recusar-se, em qualquer das etapas, a se submeter à fiscalização eletrônica e/ou física;

14.8 Recusar-se a cumprir ou instigar outrem a não cumprir as determinações da equipe responsável do certame;

14.9 Faltar a qualquer uma das fases do certame;

14.10 Não pontuar ou não atingir o quantitativo mínimo de pontuação na Avaliação Escrita Objetiva;

14.11 Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital, no momento da contratação.

16. A inscrição dos candidatos implicará aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

17. Fica delegada competência à FAEPESUL, para:

16.1 Receber as taxas de inscrições;

16.2 Deferir e indeferir as inscrições;

16.3 Emitir os documentos de confirmação de inscrições;

16.4 Prestar informações sobre o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO;

16.5 Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e conduzir a Avaliação Escrita Objetiva e demais etapas do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, bem como divulgar seus respectivos resultados;

16.6 Receber e julgar os recursos previstos neste Edital;

16.7 Publicar a homologação final do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

18. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO constituída pelo Decreto Municipal n.º 100/2016.

19. O foro para dirimir qualquer questão relacionada a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO é o da Comarca de Santa Rosa do Sul - SC.

São João do Sul - SC, 17 de Janeiro de 2017.

CARINA DE MATOS MAGNUS

Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

Fica homologado o presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2017 e seus anexos.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO I

CRONOGRAMA

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
17/01/2017	Publicação: • Extrato Edital – Murais, Meios Eletrônicos e Jornais; • Edital.
17/01/2017 à 20/01/2017	Período para impugnação das disposições do Edital.
17/01/2017 à 27/01/2017	Período para: • Inscrição pela Internet ou posto de atendimento; • Emissão e remissão do boleto bancário; • Pagamento da taxa de inscrição; • Recebimento dos requerimentos para PNE; • Atendimento de Necessidades Especiais no Posto de Atendimento; • Protocolo dos Documentos Comprobatórios dos Títulos.
30/01/2017	Data limite para pagamento da Taxa de Inscrição.

31/01/2017	Publicação: • Lista das inscrições deferidas; • Relação das inscrições indeferidas com respectivos fundamentos.
01/02/2017	Período para interposição de recursos concernente as inscrições indeferidas.
03/02/2017	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Homologação das inscrições e divulgação do horário e local para realização da Avaliação Escrita Objetiva.
05/02/2017	APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA
06/02/2017	Divulgação do Gabarito Preliminar e do caderno de Provas das Avaliações Escritas Objetivas aplicadas.
07/02/2017	Período para interposição de Recursos Administrativos concernente às questões e ao Gabarito Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva.
15/02/2017	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva e de Títulos.
16/02/2017	Período para interposição de recursos concernente ao Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva.
17/02/2017	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Resultado Final da Avaliação Escrita Objetiva e da Avaliação de Títulos; • Homologação do Processo Seletivo Simplificado.

ANEXO II ETAPAS

CARGOS	Avaliação Escrita Objetiva	Avaliação de Títulos
	Classificatória e Eliminatória	Classificatória
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	X	X
ASSISTENTE SOCIAL	X	X
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	X	X
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	X	X
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO	X	
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	X	
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	X	
EDUCADOR SOCIAL	X	X
ENFERMEIRO	X	X
FARMACÊUTICO	X	X
FISIOTERAPEUTA	X	X
FONOAUDIÓLOGO	X	X
MÉDICO	X	X
MÉDICO VETERINÁRIO	X	X
MONITOR ESCOLAR	X	X
MOTORISTA I	X	
MOTORISTA II	X	
NUTRICIONISTA	X	X
ODONTÓLOGO	X	X
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	X	
PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO	X	X
PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL – NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO) - HABILITADO	X	X
PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO) – NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO - BIOLOGIA - HABILITADO (EJA)	X	X
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO - BIOLOGIA – NÃO HABILITADO (EJA)	X	X
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO - FILOSOFIA - HABILITADO (EJA)	X	X
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO - FILOSOFIA – NÃO HABILITADO (EJA)	X	X
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO - FÍSICA - HABILITADO (EJA)	X	X
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO - FÍSICA – NÃO HABILITADO (EJA)	X	X

PROFESSOR - ENSINO MÉDIO - QUÍMICA - HABILITADO (EJA)	X	X
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO - QUÍMICA – NÃO HABILITADO (EJA)	X	X
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO - SOCIOLOGIA - HABILITADO (EJA)	X	X
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO - SOCIOLOGIA – NÃO HABILITADO (EJA)	X	X
PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO (1º ao 9º ano e EJA)	X	X
PROFESSOR DE ARTES – NÃO HABILITADO (1º ao 9º ano e EJA)	X	X
PROFESSOR DE CIÊNCIAS (6º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE CIÊNCIAS (6º AO 9º ANO E EJA) - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (INTERPRETE DE LIBRAS) - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (INTERPRETE DE LIBRAS) – NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (ENSINO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EJA) - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (ENSINO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EJA) – NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE ESPANHOL - HABILITADO (1º ao 9º ano e EJA)	X	X
PROFESSOR DE ESPANHOL – NÃO HABILITADO (1º ao 9º ano e EJA)	X	X
PROFESSOR DE GEOGRAFIA(6º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE GEOGRAFIA (6º AO 9º ANO E EJA) - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE HISTÓRIA (6º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE HISTÓRIA (6º AO 9º ANO E EJA) - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE INFORMÁTICA (1º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE INFORMÁTICA (1º AO 9º ANO E EJA) – NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO (1º ao 9º ano e EJA)	X	X
PROFESSOR DE INGLÊS – NÃO HABILITADO (1º ao 9º ano e EJA)	X	X
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA – (6º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA – (6º AO 9º ANO E EJA) - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE MATEMÁTICA (6º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE MATEMÁTICA (6º AO 9º ANO E EJA) - NÃO HABILITADO	X	X
PSICÓLOGO	X	X
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	X	X

1. O não comparecimento do candidato em hora e local aprezados para realização da Avaliação Escrita Objetiva implicará **ELIMINAÇÃO** do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

2. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter eliminatório/classificatório de acordo com a forma constante no Anexo VII.

3. A Avaliação de Títulos terá caráter classificatório de acordo com a forma constante no Anexo VIII.

ANEXO III

CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÃO

1. O nível de escolaridade e as exigências indicadas deverão estar atendidas até a data da posse. Caso não comprovados a escolaridade e os requisitos mínimos exigidos na tabela constante nos itens 7 e 8 deste Anexo, a nomeação não será efetivada.

2. As atividades inerentes a cada um dos cargos serão desenvolvidas em quaisquer dependências, locais ou órgãos do Município de São João do Sul- SC.

3. A Carga Horária está expressa em tempo semanal de trabalho.

4. O regime jurídico é o estatutário, sob as regras do Direito Administrativo e sob o Regime Geral de Previdência Social – RGPS. O Servidor Admitido em Caráter Temporário fará jus às especificações previstas no Art. 11 da Lei Municipal nº. 1.616, de 2011.

5. Além dos quantitativos de vagas expressas na tabela constante no item 7, os Candidatos classificados acima das vagas estabelecidas figurarão como Cadastro Reserva para posterior análise de aproveitamento pela Administração Municipal.

6. Os Cargos que excederem a quantidade de 5 (cinco) vagas terão a reserva de cinco por cento em face da classificação obtida para Portadores de Necessidades Especiais – PNE conforme Anexo V deste Edital.

6.1 Caso não houver nenhum candidato Portador de Necessidade Especial inscrito neste certame, a quantidade reservada voltará a reintegrar

a quantidade ofertada.

7. CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTOS (R\$)
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	CR	40	1.158,34
ASSISTENTE SOCIAL	CR	40	2.720,40
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CR	40	1.099,11
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	CR	40	837,67
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO	CR	40	837,67
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	CR	40	837,67
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	CR	40	837,67
EDUCADOR SOCIAL	CR	40	1.999,89
ENFERMEIRO	CR	40	3.260,08
FARMACÊUTICO	CR	40	2.720,40
FISIOTERAPEUTA	CR	40	2.720,40
FONOAUDIÓLOGO	CR	40	2.720,40
MÉDICO	CR	40	10.150,79
MÉDICO VETERINÁRIO	CR	40	4.403,81
MONITOR ESCOLAR	CR	30	1.100,00
MOTORISTA I	CR	40	940,77
MOTORISTA II	CR	40	1.033,92
NUTRICIONISTA	CR	40	2.720,40
ODONTÓLOGO	CR	40	3.262,10
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	CR	40	1.127,06
PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL – NÃO HABILITADO	CR	40	1.758,97
PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL- HABILITADO	CR	40	Curso Superior: 2.198,69 Magistério: 2.035,81
PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO) – HABILITADO.	CR	40	Curso Superior: 2.198,69 Magistério: 2.035,81
PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO) – NÃO HABILITADO.	CR	40	1.758,97
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO - BIOLOGIA - HABILITADO (EJA)	CR	40	2.198,69
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – BIOLOGIA – NÃO HABILITADO (EJA)	CR	40	1.758,97
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – FILOSOFIA - HABILITADO (EJA)	CR	40	2.198,69
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – FILOSOFIA - NÃO HABILITADO (EJA)	CR	40	1.758,97
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – FÍSICA - HABILITADO (EJA)	CR	40	2.198,69
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – FÍSICA – NÃO HABILITADO (EJA)	CR	40	1.758,97
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – QUÍMICA - HABILITADO (EJA)	CR	40	2.198,69
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – QUÍMICA – NÃO HABILITADO (EJA)	CR	40	1.758,97
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – SOCIOLOGIA - HABILITADO (EJA)	CR	40	2.198,69
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – SOCIOLOGIA – NÃO HABILITADO (EJA)	CR	40	1.758,97
PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO (1º ao 9º ano e EJA)	CR	40	2.198,69
PROFESSOR DE ARTES – NÃO HABILITADO (1º ao 9º ano e EJA)	CR	40	1.758,97
PROFESSOR DE CIÊNCIAS (6º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	CR	40	2.198,69
PROFESSOR DE CIÊNCIAS (6º AO 9º ANO E EJA) - NÃO HABILITADO	CR	40	1.758,97
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (INTERPRETE DE LIBRAS) - HABILITADO	CR	40	2.198,69
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (INTERPRETE DE LIBRAS) – NÃO HABILITADO	CR	40	1.758,97
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL- HABILITADO	CR	40	2.198,69
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL- NÃO HABILITADO	CR	40	1.758,97

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (ENSINO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EJA) - HABILITADO	CR	40	2.198,69
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (ENSINO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EJA) – NÃO HABILITADO	CR	40	1.758,97
PROFESSOR DE ESPANHOL - HABILITADO (1º ao 9º ano e EJA)	CR	40	2.198,69
PROFESSOR DE ESPANHOL - NÃO HABILITADO (1º ao 9º ano e EJA)	CR	40	1.758,97
PROFESSOR DE GEOGRAFIA (6º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	CR	40	2.198,69
PROFESSOR DE GEOGRAFIA (6º AO 9º ANO E EJA) - NÃO HABILITADO	CR	40	1.758,97
PROFESSOR DE HISTÓRIA (6º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	CR	40	2.198,69
PROFESSOR DE HISTÓRIA (6º AO 9º ANO E EJA) - NÃO HABILITADO	CR	40	1.758,97
PROFESSOR DE INFORMÁTICA (1º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	CR	40	2.198,69
PROFESSOR DE INFORMÁTICA (1º AO 9º ANO E EJA) – NÃO HABILITADO	CR	40	1.758,97
PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO (1º ao 9º ano e EJA)	CR	40	2.198,69
PROFESSOR DE INGLÊS – NÃO HABILITADO (1º ao 9º ano e EJA)	CR	40	1.758,97
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA – (6º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	CR	40	2.198,69
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA – (6º AO 9º ANO E EJA) - NÃO HABILITADO	CR	40	1.758,97
PROFESSOR DE MATEMÁTICA (6º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	CR	40	2.198,69
PROFESSOR DE MATEMÁTICA (6º AO 9º ANO E EJA) - NÃO HABILITADO	CR	40	1.758,97
PSICÓLOGO	CR	40	2.720,40
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CR	40	1.415,79

*CR: CADASTRO DE RESERVA

**O vencimento do cargo é proporcional à carga horária contratada dentre as estabelecidas no plano de cargos e carreira dos servidores municipais, que dependendo do cargo poderá ser de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais.

***Haverá complemento dos valores devidos como vencimento dos cargos cujos valores sejam inferiores ao do Salário Mínimo Nacional.

****Haverá complemento dos valores devidos como vencimento do cargo, para observância do Piso Nacional do Magistério

8. CARGOS, NÍVEL, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

CARGOS	NÍVEL ESCOLARIDADE	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	FUNDAMENTAL	Haver concluído o Ensino Fundamental.
ASSISTENTE SOCIAL	SUPERIOR	Ensino Superior e registro no Órgão fiscalizador.
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	MÉDIO	Ensino Médio.
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	MÉDIO	Ensino Médio e registro no Órgão fiscalizador.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO	FUNDAMENTAL	Certificado de conclusão do Ensino Fundamental Séries Iniciais.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	FUNDAMENTAL	Ensino Fundamental – Anos iniciais.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	FUNDAMENTAL	Ensino Fundamental – Anos iniciais.
EDUCADOR SOCIAL	SUPERIOR	Ensino Superior – Pedagogia.
ENFERMEIRO	SUPERIOR	Ensino Superior e registro no Órgão fiscalizador.
FARMACÊUTICO	SUPERIOR	Ensino Superior e registro no Órgão fiscalizador.
FISIOTERAPEUTA	SUPERIOR	Ensino Superior e registro no Órgão fiscalizador.
FONOAUDIÓLOGO	SUPERIOR	Diploma de conclusão de curso superior em Fonoaudiologia e Registro no Órgão Fiscalizador.
MÉDICO	SUPERIOR	Ensino Superior e registro no Órgão fiscalizador.
MÉDICO VETERINÁRIO	SUPERIOR	Ensino Superior e registro no Órgão Fiscalizador.
MONITOR ESCOLAR	MÉDIO	Habilitação em nível médio.
MOTORISTA I	FUNDAMENTAL	Ensino Fundamental e Carteira de Habilitação para automóveis e caminhões.
MOTORISTA II	FUNDAMENTAL	Ensino Fundamental e Carteira de Habilitação para transporte de passageiros em veículos tipo ambulância, van, ônibus e/ou veículos afins.
NUTRICIONISTA	SUPERIOR	Diploma de conclusão de curso superior em Nutrição e Registro no Órgão Fiscalizador.
ODONTÓLOGO	SUPERIOR	Ensino Superior e registro no Órgão fiscalizador.
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	FUNDAMENTAL	Ensino Fundamental – Séries Iniciais.

PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL – NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Declaração de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Graduação em Pedagogia.
PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL- HABILITADO	SUPERIOR	Diploma de conclusão decurso superior de Pedagogia/ Educação Infantil. Certificado de Conclusão do Magistério em nível médio.
PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO) – HABILITADO.	SUPERIOR	Diploma de conclusão decurso superior de Pedagogia/ séries iniciais. Certificado de Conclusão do Magistério em nível médio.
PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO) – NÃO HABILITADO.	SUPERIOR	Declaração de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Graduação em Pedagogia.
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO - BIOLOGIA – HABILITADO (EJA)	SUPERIOR	Diploma de conclusão decurso superior em licenciatura na área específica.
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – BIOLOGIA – NÃO HABILITADO (EJA)	SUPERIOR	Declaração de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Graduação na área pretendida.
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – FILOSOFIA – HABILITADO (EJA)	SUPERIOR	Diploma de conclusão decurso superior em licenciatura na área específica.
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – FILOSOFIA - NÃO HABILITADO (EJA)	SUPERIOR	Declaração de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Graduação na área pretendida.
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – FÍSICA – HABILITADO (EJA)	SUPERIOR	Diploma de conclusão decurso superior em licenciatura na área específica.
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – FÍSICA – NÃO HABILITADO (EJA)	SUPERIOR	Declaração de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Graduação na área pretendida.
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – QUÍMICA – HABILITADO (EJA)	SUPERIOR	Diploma de conclusão decurso superior em licenciatura na área específica.
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – QUÍMICA – NÃO HABILITADO (EJA)	SUPERIOR	Declaração de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Graduação na área pretendida.
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – SOCIOLOGIA – HABILITADO (EJA)	SUPERIOR	Diploma de conclusão decurso superior em licenciatura na área específica.
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – SOCIOLOGIA – NÃO HABILITADO (EJA)	SUPERIOR	Declaração de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Graduação na área pretendida.
PROFESSOR DE ARTES – HABILITADO(1º ao 9º ano e EJA)	SUPERIOR	Diploma de conclusão decurso superior na área de formação de Artes.
PROFESSOR DE ARTES – NÃO HABILITADO(1º ao 9º ano e EJA)	SUPERIOR	Declaração de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Graduação nas respectivas áreas pretendidas.
PROFESSOR DE CIÊNCIAS (6º AO 9º ANO E EJA) - HABILITAO	SUPERIOR	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas.
PROFESSOR DE CIÊNCIAS (6º AO 9º ANO E EJA) - NÃO HABILITAO	SUPERIOR	Certidão de frequência a partir da 5ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena – Ciências Biológicas.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (INTERPRETE DE LIBRAS) - HABILITADO	SUPERIOR	Diploma de conclusão decurso superior em licenciatura em Educação Especial - Libras.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (INTERPRETE DE LIBRAS) – NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Declaração de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Graduação na Licenciatura em Educação Especial-Libras.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL- HABILITADO	SUPERIOR	Diploma de conclusão decurso superior em licenciatura em Educação Especial.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL- NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Declaração de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Graduação na Licenciatura em Educação Especial.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (ENSINO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EJA) - HABILITADO	SUPERIOR	Diploma de conclusão decurso superior na área de formação de Educação Física.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (ENSINO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EJA) – NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Declaração de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Graduação nas respectivas áreas pretendidas.
PROFESSOR DE ESPANHOL – HABILITADO(1º ao 9º ano e EJA)	SUPERIOR	Diploma de conclusão de curso superior na área de formação de Espanhol.
PROFESSOR DE ESPANHOL – NÃOHABILITADO(1º ao 9º ano e EJA)	SUPERIOR	Declaração de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Graduação nas respectivas áreas pretendidas.
PROFESSOR DE GEOGRAFIA (6º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	SUPERIOR	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Geografia.
PROFESSOR DE GEOGRAFIA (6º AO 9º ANO E EJA) - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Certidão de frequência a partir da 5ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena – Geografia.
PROFESSOR DE HISTÓRIA (6º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	SUPERIOR	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em História.
PROFESSOR DE HISTÓRIA (6º AO 9º ANO E EJA) - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Certidão de frequência a partir da 5ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena – História.
PROFESSOR DE INFORMÁTICA (1º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	SUPERIOR	Diploma de conclusão decurso superior na área de formação de Informática.
PROFESSOR DE INFORMÁTICA (1º AO 9º ANO E EJA) – NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Declaração de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Graduação nas respectivas áreas pretendidas.

PROFESSOR DE INGLÊS – HABILITADO(1º ao 9º ano e EJA)	SUPERIOR	Diploma de conclusão de curso superior na área de formação de Língua Inglesa.
PROFESSOR DE INGLÊS – NÃO HABILITADO(1º ao 9º ano e EJA)	SUPERIOR	Declaração de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Graduação nas respectivas áreas pretendidas.
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA – (6º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	SUPERIOR	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras - Português.
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA – (6º AO 9º ANO E EJA) - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Certidão de frequência a partir da 5ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena, Letras - Português.
PROFESSOR DE MATEMÁTICA (6º AO 9º ANO E EJA) - HABILITADO	SUPERIOR	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Matemática.
PROFESSOR DE MATEMÁTICA (6º AO 9º ANO E EJA) - NÃO HABILITADO	SUPERIOR	Certidão de frequência a partir da 5ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena – Matemática
PSICÓLOGO	SUPERIOR	Ensino Superior e registro no Órgão fiscalizador.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	TÉCNICO	Ensino Médio e registro no Órgão fiscalizador.

9. As atribuições dos cargos são as constantes da Lei Complementar Municipal n.º 005/2009 e Lei Complementar Municipal n.º 006/2009 disponibilizada no site do Município de São João do Sul - SC.

10. Os Candidatos terão opção de escolha de vagas conforme habilitação profissional constante no item 8, ficando desde já estabelecido que as vagas serão ofertadas e dada a preferência para os Candidatos classificados como Habilitados e posteriormente para aqueles que preencham o melhor requisito descrito no item mencionado, em ordem decrescente, para atendimento ao cargo/função a ser exercido.

ANEXO IV INSCRIÇÕES

1. As inscrições para este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO deverão ser realizadas no sítio de Internet da FAEPESUL, no seguinte endereço: www.faepesul.org.br/concursos.

2. Os candidatos que não possuem acesso à Internet deverão se dirigir ao Posto de Atendimento, constante no item 4 deste Edital.

3. O valor das inscrições segue a tabela abaixo:

ESCOLARIDADE	VALOR (em R\$)
Nível Superior	100,00
Nível Técnico/Médio	70,00
Nível Fundamental	40,00

4. Não serão aceitos pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição;

5. O candidato, após preencher o formulário de inscrição, disponível no endereço eletrônico www.faepesul.org.br/concursos, deverá imprimir o respectivo boleto bancário, onde consta o valor da inscrição e efetuar o pagamento no prazo estabelecido no respectivo documento.

5.1 O pagamento do boleto bancário poderá ser efetuado em qualquer agência bancária ou lotérica, até o dia do vencimento impresso;

5.2 Não serão aceitas inscrições em que haja divergência de informações entre os Dados Bancários relacionados a inscrição em decorrência de vírus ou incorreção no pagamento.

6. Será permitido a inscrição para apenas 1 (um) Cargo.

7. Após o pagamento do respectivo boleto bancário, em hipótese alguma, será aceito o pedido de alteração da inscrição realizada.

8. O sistema de inscrição via Internet permite ao candidato, a emissão de uma segunda via do boleto bancário, esse só poderá ser emitido dentro do período de inscrição.

9. Embora o boleto para pagamento da taxa de inscrição possa ser emitido fora do horário bancário, o mesmo deverá ser quitado dentro do prazo de inscrição estabelecido no Anexo I.

10. As inscrições somente serão deferidas (confirmadas) após a FAEPESUL ser certificada pela Instituição Financeira responsável pelo recebimento, sobre o efetivo adimplemento dos boletos bancários.

11. Caso o candidato não conste na Lista de inscrições deferidas a ser publicada pela FAEPESUL e tenha efetuado o pagamento da Taxa de Inscrição, deverá protocolizar Recurso Administrativo no prazo estabelecido no Anexo I deste Edital, anexando o respectivo comprovante de pagamento, para fins de regularização administrativa da sua participação no certame e sob pena de ser indeferida a sua inscrição.

12. O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído, salvo em caso de cancelamento do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

13. No caso de pagamento da inscrição com cheque, sendo o mesmo devolvido, a inscrição será considerada nula, independente do motivo da devolução, a qualquer tempo.

14. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outro meio não especificado neste Edital.

15. A FAEPESUL não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica de computadores; falhas na comunicação; congestionamento de linha de comunicação, bem como outros fatores externos que impossibilitem a transferência de dados.

16. A inscrição no presente PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO implica conhecimento expresso e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

ANEXO V

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

CANDIDATOS COM NECESSIDADES DE ATENDIMENTO ESPECIAIS E

CONDIÇÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO

1. Dos cargos disponíveis para este certame, é reservado o percentual de 5% (cinco por cento) para os Candidatos Portadores de Necessidades Especiais - PNE, na conformidade do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988 c/c a Lei nº 12.870 de 12 de Janeiro de 2004 do Estado de Santa Catarina.

1.1 Sua aceitação estará condicionada à compatibilidade da sua limitação com as atribuições dos Cargos constantes do Anexo III.

2. Não havendo candidatos Portadores de Necessidades Especiais - PNE classificados em números suficientes para preencher as vagas reservadas, estas se reverterão às vagas gerais do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

3. Os candidatos Portadores de Necessidades Especiais - PNE deverão protocolizar, no posto de atendimento descrito no item 4 deste Edital, o respectivo Laudo Médico que ateste sua portabilidade de necessidade especial, contendo o respectivo CID e a confirmação da sua capacidade física e mental para exercer o Cargo pretendido nos prazos constantes no Anexo I.

4. O Laudo Médico (original ou cópia autenticada), referente à solicitação de atendimento especial, terá validade somente para esta seleção pública e não será devolvido ou fornecida cópia do instrumento ao final do certame.

5. A apresentação do Laudo Médico, referido no item anterior, não elidirá a atuação da Junta Médica Oficial do Município de São João do Sul - SC, cuja conclusão terá prevalência sobre qualquer outra.

6. Após análise da Junta Médica Oficial, se a deficiência do candidato não for atestada como compatível ao cargo para o qual se inscreveu, o mesmo deverá concorrer às vagas gerais do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

7. Para efeito deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, consideram-se deficiências que assegurem direito de concorrer às vagas reservadas, somente as conceituadas na medicina especializada, concordes com os padrões internacionalmente reconhecidos.

8. A opção de concorrer às vagas reservadas à pessoa portadora de deficiência é de inteira responsabilidade do candidato.

9. O candidato portador de deficiência participará do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.

10. Os candidatos que necessitarem de algum atendimento especial, para a realização das Avaliações Escritas Objetivas, deverão declará-lo no Formulário de Inscrição, no espaço reservado para este fim, para que sejam tomadas as providências cabíveis, com antecedência. Tal manifestação é de responsabilidade exclusiva do candidato.

11. A Candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá levar um acompanhante (adulto), que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não atender a essa exigência e vier acompanhada do amamentando não realizará a Avaliação acima mencionada.

11.1 O tempo de amamentação será acrescido no tempo de duração da prova, estando limitado a 30 (trinta) minutos.

12. O candidato que necessitar de atendimento especial deverá participar do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.

12.1 Caso não houver manifesto declarado, conforme disposto acima, o candidato realizará a Avaliação Escrita Objetiva em condições normais com os demais candidatos.

13. Tendo sido aprovada no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, a pessoa portadora de necessidade especial será submetida à Equipe Multiprofissional do Município de São João do Sul - SC, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais da atividade com as condições limitadas de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para investidura no Cargo escolhido neste certame.

14. Não serão reservadas vagas para Portadores de Necessidades Especiais - PNEs.

ANEXO VI

CLASSIFICAÇÃO

1. A Classificação deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO obedecerá às disciplinas constantes neste Anexo.

2. A Avaliação Escrita Objetiva terá valor de, no máximo, 10 (dez) pontos.

3. A Nota máxima que poderá ser aferida ao candidato na Avaliação de Títulos e Cursos é de 5,0 (cinco) pontos.
4. O Resultado referente aos Cargos que possuem Avaliação de Títulos e Cursos será a soma aritmética entre os pontos obtidos na Avaliação Escrita Objetiva e Avaliação de Títulos e Cursos, perfazendo o total máximo de 15 (quinze) pontos.
5. O critério de desempate da Avaliação Escrita Objetiva obedecerá à seguinte ordem:
- Tiver idade superior a 60 (sessenta) anos, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
 - Obtiver a maior nota na prova objetiva de conhecimentos específicos;
 - For o mais idoso;
 - Possuir maior titulação acadêmica;
 - Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio. A realização do sorteio será em data, horário e local a serem divulgados juntamente com os resultados da Prova de Conhecimentos.
6. A listagem, com a ordem de classificação dos candidatos da Avaliação Escrita Objetiva, será elaborada com base no número de pontos dos candidatos e apresentada em ordem decrescente de pontuação, e divulgada nos locais de publicações Oficiais deste Edital.

ANEXO VII

AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA

1. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter classificatório/eliminatório, tendo como objetivo primordial a avaliação dos conhecimentos do candidato.
2. O horário e os locais de aplicação da Avaliação Escrita Objetiva serão divulgados em data prevista conforme cronograma no Anexo I.
3. O candidato que não comparecer à etapa de Avaliação Escrita Objetiva será considerado ELIMINADO do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
4. A Avaliação Escrita Objetiva será composta por 25 (vinte e cinco) questões, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada questão, havendo apenas 1 (uma) assertiva correta.

4.1 Quadro de distribuição das questões das Avaliações Escritas Objetivas:

CARGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CONHECIMENTOS GERAIS	ESPECÍFICAS
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	10	5	5	5
ASSISTENTE SOCIAL	10	5	5	5
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	10	5	5	5
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	10	5	5	5
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO	10	5	5	5
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	10	5	5	5
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	10	5	5	5
EDUCADOR SOCIAL	10	5	5	5
ENFERMEIRO	10	5	5	5
FARMACÊUTICO	10	5	5	5
FISIOTERAPEUTA	10	5	5	5
FONOAUDIÓLOGO	10	5	5	5
MÉDICO	10	5	5	5
MÉDICO VETERINÁRIO	10	5	5	5
MONITOR ESCOLAR	10	5	5	5
MOTORISTA I	10	5	5	5
MOTORISTA II	10	5	5	5
NUTRICIONISTA	10	5	5	5
ODONTÓLOGO	10	5	5	5
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	10	5	5	5
PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL	10	5	5	5
PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)	10	5	5	5
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – BIOLOGIA (EJA)	10	5	5	5
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – FILOSOFIA (EJA)	10	5	5	5
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – FÍSICA (EJA)	10	5	5	5
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – QUÍMICA (EJA)	10	5	5	5
PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – SOCIOLOGIA (EJA)	10	5	5	5
PROFESSOR DE ARTES (1º ao 9º ano e EJA)	10	5	5	5

PROFESSOR DE CIÊNCIAS (6º AO 9º ANO E EJA)	10	5	5	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	10	5	5	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (INTERPRETE DE LIBRAS)	10	5	5	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (ENSINO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EJA)	10	5	5	5
PROFESSOR DE ESPANHOL (1º ao 9º ano e EJA)	10	5	5	5
PROFESSOR DE GEOGRAFIA (6º AO 9º ANO E EJA)	10	5	5	5
PROFESSOR DE HISTÓRIA (6º AO 9º ANO E EJA)	10	5	5	5
PROFESSOR DE INFORMÁTICA (1º AO 9º ANO E EJA)	10	5	5	5
PROFESSOR DE INGLÊS (1º ao 9º ano e EJA)	10	5	5	5
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA – (6º AO 9º ANO E EJA)	10	5	5	5
PROFESSOR DE MATEMÁTICA (6º AO 9º ANO E EJA)	10	5	5	5
PSICÓLOGO	10	5	5	5
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	10	5	5	5

5. Cada questão terá o valor de 0,40 (zeroquarenta) pontos

6. O resultado da Avaliação Escrita Objetiva será apurado, computando-se o número total de questões respondidas corretamente.

7. Para classificação e, conseqüente continuação do candidato nas próximas fases deste certame é vedado que tire nota igual a 0,00 (zero) pontos, sujeitando-o a eliminação.

8. Na hipótese de anulação de questão(ões) da Avaliação Escrita Objetiva, por parte da Comissão de Coordenação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, a(s) mesma(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente por todos os candidatos.

9. Na Avaliação Escrita Objetiva, também, será considerada com pontuação 0 (zero), a resposta do candidato contida no cartão-resposta quando:

9.1 Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

9.2 Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;

9.3 Não estiver assinalada(s);

9.4 For preenchida fora das especificações contidas nas instruções fornecidas;

9.5 Não estiver a opção completamente preenchida para o espaço destinado a opção da questão.

10. O cartão-resposta deverá ser preenchido e assinado pelo Candidato com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul.

10.1 O Candidato que não assinar ou recusar a apostar sua assinatura no cartão-resposta, por qualquer motivo, será ELIMINADO do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

10.2 O cartão-resposta será personalizado para cada candidato.

10.3 O candidato deverá transcrever as respostas das questões objetivas para o cartão-resposta, que será o único documento válido para a correção dessas questões.

10.4 O preenchimento do cartão será de inteira responsabilidade do candidato.

10.5 O cartão-resposta não será substituído.

11. A duração da Avaliação Escrita Objetiva, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta, será de 2h (duas) horas.

12. O candidato somente poderá se retirar do local da Avaliação Escrita Objetiva, após 1h (uma hora) do seu início.

13. Para a entrada nos locais de realização das Avaliações, conforme etapas descritas no Anexo II, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, documento de identificação e se solicitado, a confirmação de inscrição.

13.1 São considerados válidos os seguintes documentos de identificação: Carteira de Identidade (RG); carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelo Corpo de Bombeiro Militar, pela Polícia Militar, pelos Conselhos e Órgãos Fiscalizadores de exercício profissional; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação com foto recente e dentro do prazo de validade.

14. Recomenda-se que o candidato compareça ao local de prova com antecedência mínima de 45 min (quarenta e cinco minutos) antes do horário previsto para aplicação da prova.

15. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a Avaliação Escrita Objetiva, nem a possibilidade de realização de prova fora do horário fixado.

16. Durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva é vedada a consulta a: livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, inclusive telefones celulares, sob pena de eliminação do candidato do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

16.1 Os materiais e equipamentos mencionados deverão ser entregues aos fiscais de sala, antes do início das avaliações, para serem

devolvidos ao seu término.

16.2 A FAEPESUL não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos.

17. A Avaliação Escrita Objetiva será corrigida por processo opto-eletrônico, sendo somente consideradas as respostas transferidas apropriadamente para o cartão-resposta, sendo o único documento válido para a correção da Avaliação, desconsiderando-se qualquer marcação que o candidato tenha feito no caderno de questões da prova.

18. O candidato, ao encerrar a Avaliação Escrita Objetiva, entregará, ao fiscal de sua sala, o cartão-resposta devidamente assinado e o Caderno de Avaliação, podendo reter para si, apenas, a folha do Caderno de Avaliação onde consta o rascunho do gabarito.

19. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala, onde for realizada a Avaliação Escrita Objetiva, somente poderão retirar-se, após o último candidato entregar a avaliação, devendo assinarem a Ata de Encerramento da Avaliação Escrita Objetiva.

19.1 O candidato que se recusar e/ou criar qualquer embaraço com a obrigação descrita no caput deste item será ELIMINADO do certame.

20. O Gabarito da Avaliação Escrita Objetiva será divulgado no local indicado no item 7 deste Edital, conforme cronograma disciplinado no Anexo I.

21. Os Cadernos de Avaliações ficarão disponíveis no site www.faepesul.org.br/concursos, a partir da publicação do gabarito, até a homologação final do certame.

22. O conteúdo programático para a Avaliação Escrita Objetiva será assim composto:

22.1 CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, MÉDIO E TÉCNICO:

22.0.1 LÍNGUA PORTUGUESA: Nova Ortografia. Análise e interpretação de texto. Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia; Semântica. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem; Termos essenciais da oração; Vícios de linguagem, semântica; Gramática, divisão silábica, Crase, Classes gramaticais variáveis, Termos integrantes da oração, Orações coordenadas, Orações subordinadas: substantivos e pontuação. Encontros vocálicos, encontros consonantais; Dígrafo, sílaba; Sinais de pontuação; Sinônimos, antônimos, homônimos, substantivo, adjetivo, numeral, verbo, advérbio, preposição; Linguagem coloquial e formal; Sentido figurado; Gênero (masculino/feminino); Concordância entre adjetivos e substantivos.

22.0.2 MATEMÁTICA: Raciocínio Lógico. Operações Matemáticas: Adição, Subtração, Multiplicação, Divisão. Operações em conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais). Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; equações de 1º e de 2º grau; cálculo de juros simples e juros compostos; razão e proporção; resolução de problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; medidas: de valor, de tempo, de área e de volume; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; sistema de numeração decimal; Operações fundamentais; Sistema métrico decimal de medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; equações; Inequações e sistemas de 1º e 2º graus; matrizes e determinantes; estatística; probabilidade; matemática financeira; porcentagens; Cálculo algébrico; Potenciação e radiciação; Funções de 1º e 2º grau; Função modular; Progressões (PA e PG); Geometrias. Máximo divisor comum e mínimo divisor comum. Algarismos romanos. Raízes. Frações.

22.0.3 CONHECIMENTOS GERAIS DE ATUALIDADES E DADOS MUNICIPAIS: Aspectos atuais e históricos a nível mundial, nacional, estadual, regional e municipal, noticiados através de meios de comunicação oficiais.

22.0.4 ESPECÍFICAS ASSISTENTE SOCIAL: O processo de trabalho do Serviço Social: aspectos teórico -metodológicos e ético-políticos; instrumentalidade; estratégias de ação do Serviço Social; dimensões da competência profissional - planejamento, execução, pesquisa; a legislação profissional; a atuação do assistente social na esfera estatal; ética e direitos humanos. As políticas sociais e o Serviço Social: organização e operacionalização das políticas sociais; o trabalho do assistente social com os diferentes segmentos da população; interdisciplinaridade e os novos sujeitos sociais: conselhos de direitos e a rede social. Política Nacional de Assistência Social; SUAS - Sistema Único da Assistência Social; Lei 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Família, Rede, Laços e Políticas Públicas; Violência Doméstica; Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente; Código de Ética Profissional do Assistente Social; Programas Governamentais de Transferência de Renda.

22.0.5 ESPECÍFICAS AUXILIAR ADMINISTRATIVO: Protocolo e recepção de documentos. Classificação, codificação e catalogação de papéis e documentos. Gestão do patrimônio, cadastro, convênios e contratos. Técnicas de arquivamento: classificação e organização. Noções de procedimentos administrativos e processos administrativos. Noções sobre estruturas organizacionais e noções sobre recursos humanos: recrutamento, seleção e desenvolvimento de pessoal. Normas específicas para redação de correspondência oficial. Técnicas de atendimento ao público. Noções de Arquivo. Noções de informática. Uso, em nível de usuário dos programas: Microsoft Word, Microsoft Excel, Microsoft Access, Microsoft Power Point. Internet. Postura profissional e relações interpessoais, Comunicação, Redação oficial de documentos empresariais e oficiais, Noções de Administração geral e pública, Atendimento telefônico, Ética na Administração Pública, Noções da Lei n.º 8666/93 e alterações, técnicas de arquivamento.

22.0.6 ESPECÍFICAS AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO: Processos radiográficos em Odontologia. Radioproteção. Etiologia e comportamento da cárie dental. Métodos e ação do Flúor. Os diversos materiais de uso odontológico e suas propriedades gerais (físico-químicas, biológicas, manipulatórias, estéticas e aplicações clínicas). Biossegurança. Classificação dos procedimentos e instrumentais odontológicos. Princípios de controle das infecções. Proteção pessoal, equipe, paciente e meio ambiente. Montagem, limpeza e desinfecção do consultório odontológico. Preparo do material, monitorização e meios de esterilização. Armazenamento do material estéril. Desinfetantes e anti-sépticos: uso e efeitos. Descarte dos resíduos produzidos no consultório odontológico.

22.0.7 ESPECÍFICAS EDUCADOR SOCIAL:Noções gerais sobre objetivos e funcionamento dos Núcleos de Educação Infantil e Escolas Infantis; Noções sobre higiene e saúde infantil; Noções sobre Primeiros Socorros; Noções sobre desenvolvimento geral da criança: motor, social, emocional e intelectual; Noções gerais sobre brincadeiras de roda, conto para criança, pintura, desenho, uso de: sucata, colagem, teatro, dança e outras atividades recreativas; Técnica de contar história; Noções de relacionamento com o público em especial pais e servidores; Colaboração em todo trabalho educativo sob a coordenação de Diretor ou Coordenador. Lei Federal Nº 8069 DE 13/07/90 - "Estatuto da Criança e do Adolescente".

22.0.8 ESPECÍFICAS ENFERMEIRO:Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos. Fundamentos e exercício da enfermagem: Lei do exercício profissional - análise crítica. Código de Ética - análise crítica. Epidemiologia e enfermagem. Estatística e enfermagem. Teorias em enfermagem. Enfermeiro como líder e agente de mudança. Concepções teórico-práticas da assistência de enfermagem. Administração dos serviços de enfermagem: Políticas públicas em saúde e sua evolução histórica. Lei orgânica de saúde a partir da Constituição Federal de 1988. Processo social de mudança das práticas sanitárias no SUS e na enfermagem. Administração de materiais e enfermagem. Normas, rotinas e manuais - elaboração e utilização na enfermagem. Teorias administrativas e enfermagem. Organização dos serviços de enfermagem. Estrutura e funcionamento dos serviços de enfermagem. Planejamento na administração e na assistência de enfermagem em ambulatórios. Enfermagem e recursos humanos - recrutamento e seleção. Enfermagem em equipe - dimensionamento dos recursos humanos. Enfermagem, enfermeiro, tomada de decisão na administração da assistência e do serviço. Enfermagem na auditoria dos serviços e da assistência. Normas do Ministério da Saúde para atuação: programa nacional de imunizações, programa da mulher, programa da criança, programa do adolescente, programa do idoso, programa DST e AIDS, programa de hanseníase, programa de pneumologia sanitária, programa de hipertensão, programa de diabético. Processo de enfermagem - teoria e prática. Consulta de enfermagem. Participação do enfermeiro na CIPA. Emergências clínico-cirúrgicas e a assistência de enfermagem. Primeiros socorros na empresa. Assistência integral por meio do trabalho em equipes: de enfermagem, multiprofissional e interdisciplinar. Planejamento do ensino ao cliente com vistas ao autocuidado: promoção e prevenção da saúde.

22.0.9 ESPECÍFICAS FARMACÊUTICO:Legislação: Constituição Federal art. 196 a 200, Leis Orgânicas da Saúde: Lei Federal nº 8.080/1990, Lei Federal nº 8142/1990; Portaria GM nº 687/2006 – Aprova a Política de Promoção da Saúde. A Estratégia de Saúde da Família: Portaria nº 2488/GM/2011 - Aprova a Política Nacional de Atenção Básica; Portaria nº 1.654, de 19 de julho de 2011 - Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) e o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável - PAB Variável. Portaria nº 3.124, de 28 de dezembro de 2012 - Redefine os parâmetros de vinculação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Modalidades 1 e 2 às Equipes Saúde da Família e/ou Equipes de Atenção Básica para populações específicas, cria a Modalidade NASF 3, e dá outras providências. Organização de Almoxarifados, avaliação da área física e condições adequadas de armazenamento. Controle de estoques de medicamentos e material de consumo. Padronização dos itens de consumo. Sistema de compra. Sistema de dispensação de medicamentos e materiais de consumo. Sistema de distribuição de medicamentos. Farmacologia. Conceitos: SUS, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Assistência Farmacêutica. Política de medicamentos □ legislação para o setor farmacêutico. Educação em saúde □ noções básicas. Estrutura física e organizacional e funções da Farmácia Hospitalar. Seleção de medicamentos, germicidas e correlatos. Programação e estimativas de necessidade de medicamento. Noções básicas de epidemiologia. Farmacologia clínica e terapêutica. Serviços/centros de informação de medicamentos. Farmacovigilância e farmacoepidemiologia. A Farmácia Farmacotécnica e Tecnologia Farmacêutica. Misturas intravenosas, nutrição parenteral e manipulação de citostáticos. Controle de qualidade dos produtos farmacêuticos □ métodos físicos, químicos, físico-químicos, biológicos e microbiológicos. Boas Práticas de Fabricação de Produtos Farmacêuticos. Conhecimentos gerais sobre material médico□hospitalar. Garantia de qualidade em farmácia hospitalar. Legislação farmacêutica. O Sistema Único de Saúde: Aspectos históricos. Fundamentação Jurídica e organizacional do SUS: Princípios e Diretrizes do SUS.

22.0.10 ESPECÍFICAS FISIOTERAPEUTA:Fundamentos de Fisioterapia, Conhecimentos anatômicos, fisiológicos e patológicos das alterações musculoesqueléticas, neurológicas e mentais, cardiorrespiratórias, angiológicas e pediátricas; conhecimento dos princípios básicos da cinesilogia; Exame clínico, físico, semiologia, exames complementares e plano de trabalho em fisioterapia; Fisioterapia geral: efeitos fisiológicos, indicações e contra-indicações de termoterapia, crioterapia, hidroterapia, massoterapia, mecanoterapia, cinesioterapia motora e respiratória, eletroterapia, manipulação vertebral; Fisioterapia em traumatologia, ortopedia e reumatologia; Fisioterapia em neurologia; Fisioterapia em ginecologia e obstetrícia; Fisioterapia em pediatria, geriatria e Neonatologia; Fisioterapia cardiovascular; Amputação: indicações e tipos de prótese e órteses; mastectomias; Fisioterapia em pneumologia; fisioterapia respiratória: fisioterapia pulmonar; insuficiência respiratória aguda e crônica; infecção do sistema respiratório; Fisioterapia na saúde do trabalhador: conceito de ergonomia, doenças relacionadas ao trabalho, práticas preventivas no ambiente de trabalho; Assistência fisioterapêutica domiciliar; Riscos ocupacionais na fisioterapia e sua prevenção, Código de ética e legislação profissional.

22.0.11 ESPECÍFICAS FONOAUDIÓLOGO:Audiologia: avaliação audiológica. Classificação segundo localização topográfica (condutiva – sensorineurais – mistas – centrais – funcionais). Habilitação e reabilitação de distúrbios auditivos. Próteses auditivas. Fala e linguagem: Fisiologia; aquisição e desenvolvimento. Desvios. Condutas fonoaudiológicas. Motricidade Orofacial: desenvolvimento das funções estomatogênicas. Deglutição normal e suas alterações. Diagnóstico diferencial e conduta terapêutica fonoaudiológica nos distúrbios (respirador bucal – disfunções temporomandibulares – gagueira). Voz: conceito, classificação, etiologia; avaliação e terapia da voz. Fonoaudiologia e saúde. Saúde mental e fonoaudiologia.

22.0.12 ESPECÍFICAS MÉDICO:Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos, Infecção nosocomial do trato urinário, trato respiratório, sistema vascular, Infecções de feridas cirúrgicas, Isolamentos, Infecções comunitárias do trato respiratório, Infecções urinárias e pielonefrites, Insuficiência cardíaca congestiva, Acidente vascular cerebral, Diabetes mellitus tipo I e II, Cetoacidose diabética, Insuficiência Renal, Hemorragias Digestivas, Pancreatites, Insuficiência Hepática. Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico. Indicadores de saúde pública;

Portaria nº 1886 de 18 de dezembro de 1997, que aprova as normas e diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Saúde da Família; Programa de Saúde da Família, noções de medicina comunitária, verminoses, noções de trabalho em equipe, noções de administração e planejamento público, cronograma de atendimento, territorialização, visitas médicas domiciliares, tuberculose e dermatologia. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento; Planejamento e programação local de saúde; Distritos sanitários e enfoque estratégico.

22.0.13 ESPECÍFICAS MÉDICO VETERINÁRIO:Clínica e cirurgia veterinária. Compostos sanitários. Controle de produtos de uso veterinário. Controle de raiva, de roedores, vetores e zoonoses. Controle sanitário de alimentos. Cuidados na prevenção de alimentos. Defesa Sanitária. Desenvolvimento e execução de programas de nutrição animal. Formulação e balanceamento de rações. Prevenção de doenças, carências e aumento da produtividade. Doenças infectocontagiosas em Saúde Pública veterinária, determinadas por bactérias: estreptococcias, tuberculose, pasteurelose, estafilococcias, brucelose, salmonelose, shigueloses, peste bubônica e vibriose leptospírose; determinadas por vírus: raiva, encefalites, eqüinas e aftosa; determinadas por nematóides: triquinelose, ascariíase e ancilostomíase; determinadas por trematóides: esquistossomoses e cercariases; determinadas por cestóides: teníase, cisticercoses e equinococoses. Elaboração e execução de projetos agropecuários, referentes ao crédito rural. Assessoria, assistência e orientação. Acompanhamento de projetos. Produção racional lucrativa de alimentos. Dispositivos legais quanto à aplicação dos recursos. Epidemiologia: conceito e cadeia epidemiológica. Ética Profissional. Exames laboratoriais. Colheita de material e/ou análise anátomopatológica, histopatológica, imunológica. Diagnóstico e terapêutica. Fontes de contaminação. Fundamentos microbiológicos. Higiene, plano de prevenção e conduta na infecção alimentar. Inspeção e fiscalização sanitária em locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização de produtos de origem animal, bem como da qualidade. Legislação pertinente. Inspeção sanitária de produtos de origem animal. Melhoramento do gado. Inseminação artificial. Seleção das espécies mais convenientes. Caracteres mais vantajosos. Rendimento da exploração pecuária. Planejamento e desenvolvimento de campanhas e serviços de fomento e assistência técnica relacionados à pecuária e à Saúde Pública. Levantamentos de necessidades e do aproveitamento de recursos orçamentários existentes, visando favorecer a sanidade e produtividade do rebanho. Planejamento, organização, supervisão e execução de programas de defesa sanitária, proteção, aprimoramento e desenvolvimento da pecuária. Estudos, pesquisas, consultas, relatórios, fiscalização e métodos, visando assegurar a sanidade do rebanho, a produção racional econômica de alimentos e a saúde da comunidade. Procedimentos para avaliação dos surtos de infecção. Profilaxia das intoxicações e infecções alimentares. Profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças de animais. Exames clínicos e de laboratório, visando assegurar a sanidade individual e coletiva dos animais. Vias de Transmissão. Zoonoses: conceituações e classificação.

22.0.14 ESPECÍFICAS MONITOR ESCOLARNoções gerais sobre objetivos e funcionamento dos Núcleos de Educação Infantil e Escolas Infantis; Noções sobre higiene e saúde infantil; Noções sobre Primeiros Socorros; Noções sobre desenvolvimento geral da criança: motor, social, emocional e intelectual; Noções gerais sobre brincadeiras de roda, conto para criança, pintura, desenho, uso de: sucata, colagem, teatro, dança e outras atividades recreativas; Técnica de contar história; Noções de relacionamento com o público em especial pais e servidores; Colaboração em todo trabalho educativo sob a coordenação de Diretor ou Coordenador. Lei Federal Nº 8069 DE 13/07/90 - "Estatuto da Criança e do Adolescente".

22.0.15 ESPECÍFICAS NUTRICIONISTA:Administração de serviços de alimentação: planejamento, organização, execução de cardápio e procedimentos desde compras, recepção, estocagem e distribuição de gêneros, saneamento e segurança na produção de alimentos, aspectos físicos, métodos de conservação, técnica de higienização da área física, equipamentos e utensílios. Técnica Dietética: conceito, classificação e composição química. Características organolépticas, seleção, conservação, Pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos. Higiene dos alimentos, parâmetros e critérios para o controle higiênico-sanitário. Sistema de análise de perigos em pontos críticos de controle- APPCC. Vigilância e Legislação Sanitária. Nutrição Normal: conceito de alimentação e nutrição, critério e avaliação de dietas normais e especiais, Leis da alimentação. Nutrientes: definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares e interação. Nutrição materno-infantil; crescimento e desenvolvimento em toda faixa etária. Gestação e lactação, nutrição do lactente e da criança de baixo peso. Desnutrição na infância. Organização, planejamento e gerenciamento do Lactário e Banco de Leite Humano. Nutrição em Saúde Pública: noção de epidemiologia das doenças nutricionais, infecciosas, má nutrição proteico-calórica, anemias e carências nutricionais. Vigilância nutricional. Atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Avaliação nutricional. Epidemiologia da desnutrição proteico-calórica. Avaliação dos estados nutricionais nas diferentes faixas etárias. Dietoterapia: princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades e na 3ª idade e atividades do nutricionista na EMTN. Modificação da dieta normal e padronização hospitalar. Nutrição enteral: indicação, técnica de administração, preparo e distribuição. Seleção e classificação das fórmulas enterais e infantis. Ética profissional.

22.0.16 ESPECÍFICAS ODONTÓLOGO:Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos. Traumatismo em dentes permanentes jovens. Dentística restauradora - diagnóstico e tratamento. Ortodontia preventiva. Níveis de prevenção. Erupção dental. Oclusão. Semiologia -exame do paciente. Técnicas radiográficas. Prevenção das doenças periodontais. Prevenção da cárie dental. Diagnóstico das lesões agudas da cavidade bucal. Anatomia em cirurgia oral. Avaliação pré-operatória. Técnicas Anestésicas. Alterações periodontais agudas. Diagnóstico e tratamento dos problemas de origem endodôntica. Placa bacteriana. Controle de placa - meios físicos e químicos. Epidemiologia da cárie e doença periodontal. Exodontia: técnicas e acidentes. Esterilização e desinfecção em odontologia. Perícia odontológica: no foro criminal, trabalhista e civil. Responsabilidade profissional. Doenças Ocupacionais, Normas Técnicas de Avaliação de incapacidade laborativa; Fundamentos de Normas Técnicas Periciais.

22.0.17 ESPECÍFICAS PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL:Pensadores da Educação e suas concepções. Correntes teóricas da educação. Relação ensino aprendizagem. Fases do desenvolvimento e sua relação com a aprendizagem. Projeto Político Pedagógico - concepções, importância, papel. Concepções de currículo. Concepções de avaliação. Conceito de interdisciplinaridade. Conceito de transdisciplinaridade. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e documentos relacionados. Princípios que fundamentam as práticas na educação infantil. Concepção do Educar na escola. Concepção de cuidar na educação infantil. Diferença entre Educar e Cuidar. Necessidades e características de crianças de 0 a 5 anos. Conceitos de Creche, Educação Infantil e escola e sua relação com a família. As fases do desenvolvimento e sua relação com a construção

da autonomia. Funções e papéis das instituições de Educação Infantil para cada etapa dos 0 aos 5 anos. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

22.0.18 PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL(1º ao 5º ano): Pensadores da Educação e suas concepções. Correntes teóricas da educação. Relação ensino aprendizagem. Fases do desenvolvimento e sua relação com a aprendizagem. Projeto Político Pedagógico - concepções, importância, papel. Concepções de currículo. Concepções de avaliação. Conceito de interdisciplinaridade. Conceito de transdisciplinaridade. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e documentos relacionados. Concepção de Conteúdo, Habilidades e Competências. Temas Transversais. Conceito e aplicação da Contextualização de Conteúdos. Educação Mediadora. Taxonomia de Bloom. Didática e Metodologia do Ensino em Séries Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precusores e seguidores da Literatura Infanto-juvenil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, matemática, História, Geografia, Ciências do Ensino Fundamental nos anos Iniciais. Confecção, histórico cultural/pacto pela alfabetização da idade certa.

22.0.19 ESPECÍFICAS PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – BIOLOGIA (EJA): Biodiversidade. Entidades Biológicas. Sistemática. Tempo, Espaço e Forma. Sistemas Biológicos. Seleção Natural. Adaptação. Biogeografia. Registro Fóssil. Cronofilia. Análise Filogenética. Origem da Vida. Protistas. Fungos. Plantas. Grandes extinções e Grandes Radiações. Evolução Humana. Estrutura e composição da Terra. Tempo geológico. Abundância dos elementos nas geosfera. Litosfera: Tectônica de placas; minerais e rochas; ciclo geoquímico endógeno e exógeno; agentes transportadores de massa no ambiente; intemperismo, erosão, transporte e deposição sedimentar; noções de estratigrafia e paleontologia. As biomoléculas e suas propriedades. Aspectos bioquímicos da origem da vida. Propriedades da água. Conceito de pH e soluções tampão. Fundamentos de termodinâmica. As biomoléculas mais importantes: proteínas e suas unidades constituintes, os aminoácidos; os açúcares; os lipídios e as vitaminas. Níveis de organização em ecologia. Seleção natural e adaptação. Propriedades emergentes em ecologia. Sucessão ecológica e ciclos biogeoquímicos. Biomas e recursos naturais.

22.0.20 ESPECÍFICAS PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – FILOSOFIA (EJA): Manifestações culturais. Atitudes filosóficas. Crenças e mitologias. Mito da espiritualidade. Formação e prática do professor de filosofia.

22.0.21 ESPECÍFICAS PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – FÍSICA(EJA): Grandezas físicas, Velocidade e aceleração; Lançamento vertical; Composição de movimentos; Dinâmica; Forças importantes; MCU - Movimento circular; MRU (movimento retilíneo uniforme) e MRUV (movimento retilíneo uniformemente variado); forças; peso, massa e gravidade; pressão; astronomia. Óptica, ondulatória e termologia: a luz; lentes e espelhos; refração e reflexão; o som, propagação do som; características das ondas sonoras; calor e temperatura; transferência de calor; isolantes térmicos; dilatação dos corpos; Eletricidade e magnetismo: cargas elétricas; eletrização dos corpos; tensão, corrente, potência e resistividade elétrica; circuitos elétricos; associação de resistores; ímãs e bobinas.

22.0.22 ESPECÍFICAS PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – QUÍMICA(EJA): estrutura atômica; radioatividade e radiação alfa, beta e gama; química orgânica, sua aplicabilidade no cotidiano e sua relação com o meio ambiente; matéria; conservação da matéria; fenômenos físicos e fenômenos químicos; substância pura e mistura; substâncias simples e compostas; teorias atômicas; tabela periódica; elementos químicos; isótopos, isóbaros e isótonos; reações químicas; funções inorgânicas;

22.0.23 ESPECÍFICAS PROFESSOR - ENSINO MÉDIO – SOCIOLOGIA (EJA): Constituição Federal; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Maria da Penha; Estatuto do Idoso; Lei Orgânica da Assistência Social; Política Nacional de Assistência Social; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; Norma Operacional Básica do SUAS; Norma Operacional Básica – Recursos Humanos; Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária; Política Nacional de Atenção à População em Situação de Rua; Política Nacional da Pessoa com Deficiência; Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Caderno de Orientações Técnicas do PAIF; Caderno de Orientações Técnicas do PAEFI; Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes

22.0.24 ESPECÍFICAS PROFESSOR DE ARTES(1º ao 9º ano e EJA): História da arte. Movimentos artísticos. O lúdico na obra de arte. Arte – educação. Psicologia da arte. Processo de criação. Criatividade: conceito, originalidade, criatividade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o mundo sonoro, o visual, o tátil. Aspectos formais da Arte: linha, cor, forma, superfície, volume, espaço, tempo, movimento, som, ruído, intensidade, timbre, altura, duração, ritmo, dinâmica. Integração através da arte. Artes Cênicas: história das artes cênicas; papel das artes cênicas no processo educacional, teoria e prática; teatro e jogo, criatividade e imaginação. Artes Plásticas: história geral das artes; história e ensino da arte no Brasil; teoria da arte: arte como produção, conhecimento e expressão; a obra de arte e sua recepção. Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade. Artes visuais e o multiculturalismo. Música: aspectos históricos da música ocidental; elementos estruturais da linguagem musical; tendências educacionais quanto ao ensino da música, na sala de aula; visão interdisciplinar do conhecimento musical. Música e expressão. Dança: história da dança; papel da dança na educação; estrutura e funcionamento do corpo para a dança; proposta triangular: fazer, apreciar, contextualizar. As danças como manifestações culturais. Cultura musical brasileira. Cultura local. Folclore do Brasil.

22.0.25 ESPECÍFICAS PROFESSOR DE CIÊNCIAS (6º AO 9º ANO E EJA): A Ciência como produção humana. Concepção de Ciência. Ensino de Ciências no Brasil. O currículo de Ciências no Ensino Fundamental. O Método Científico e suas aplicações. Conceitos primitivos e unificadores. Metodologia do ensino de Ciências. Os seres vivos e o ambiente. Características dos seres vivos. Níveis de organização e propriedades dos seres vivos. Os reinos dos seres vivos. Noções básicas de Ecologia: Biomas/Ecossistema – meio biótico e meio abiótico. Cadeia alimentar, relações e equilíbrio ecológico. Sustentabilidade. Alimentação saudável. O ser humano e a saúde: profilaxia das doenças infecto-contagiosas e sexualmente transmissíveis. Sexualidade e sexo. Teorias sobre a origem da vida. Teorias da Evolução. Botânica: classificação, importância, partes e funções dos vegetais. Zoologia dos invertebrados e vertebrados. Desenvolvimento histórico da química. Evolução dos modelos atômicos. Guerra Química e Bacteriológica. Física do cotidiano. Temas Transversais. Relações etnicorraciais, relações de gênero, cultura, tecnologia e cidadania. Consumo. Produção e destino do lixo.

22.0.26 ESPECÍFICAS PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL e PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (INTERPRETE DE LIBRAS): Fundamentos

e princípios da Educação Inclusiva. Marcos legais, políticos e educacionais da educação inclusiva e da educação especial. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Língua Brasileira de Sinais. Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com deficiência; conceito de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; atendimento educacional especializado – AEE e seus serviços, recursos e estratégias de acessibilidade; tecnologia assistiva, suas modalidades e o AEE; público da educação especial, conteúdos do AEE

22.0.27 ESPECÍFICAS PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (ENSINO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EJA):Objetivos e conteúdo da Educação Física em função do nível de desenvolvimento e aprendizagem da criança e do adolescente. Fases do desenvolvimento. Psicomotricidade. Aprendizagem motora e cognitiva. Organização desportiva: torneios, campeonatos, competições, colônia de férias. Didática e Prática de Ensino específica da disciplina. Educação para o lazer. Recreação: conceito e finalidades. Jogo: conceito e valor. Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais. Técnicas e instrumentos de medida e avaliação em Educação Física. Métodos e técnicas da Educação Física. As novas tendências da Educação Física: Educação Física Humanista, Educação Física Progressista e a Cultura Corporal. Jogos Cooperativos. Educação Física Escolar: diferentes abordagens. Fisiologia do exercício. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica - Parecer CNE/CEB nº 07, de 07 de abril de 2010 e Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Resolução nº 07, de 14/12/2010.

22.0.28 ESPECÍFICAS PROFESSOR DE ESPANHOL (1º ao 9º ano e EJA): A importância do ensino da Língua Espanhola no Brasil. História, objetivos e características das metodologias e abordagens de ensino de língua estrangeira no Brasil. A língua como forma de interação. A língua numa perspectiva histórico-cultural. Interdisciplinaridade. Avaliação em língua estrangeira. A escolha do material didático. O ensino das quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever). O ensino da gramática. Espanhol instrumental: estratégias de leitura. Temas Transversais. As questões da prova objetiva de conhecimentos específicos serão formuladas na língua espanhola.

22.0.29 ESPECÍFICAS PROFESSOR DE INFORMÁTICA (1º AO 9º ANO E EJA):Conhecimentos Básicos em Hardware e Software: Conceitos e fundamentos de hardware e software; sistemas operacionais Windows e Linux (instalação, configuração e manutenção). Modelos de sistemas de computação, cliente-servidor. Codificação em linguagem de programação, testes e manutenção de programas no computador; Codificação e interpretação de trechos de programas; Depuração de erros de lógica através de trechos de programas; Procedimentos em implantação e manutenção de programas. Bancos de Dados: Fundamentos de banco de dados relacional, conceitos, componentes, funcionamento, segurança e integridade, transações, controle de concorrência, recuperação após falha, modelagem lógica e física; Microprocessadores; Placas-mãe; Barramentos; Memórias; Unidades de disco rígido; Arquitetura e configuração de equipamentos. Softwares: Pacote Microsoft Office, LibreOffice, Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome, Correio Eletrônico (Webmail, Mozilla Thunderbird, Microsoft Outlook); Recuperação de dados; Sistemas de arquivos; Antivírus. Redes: Equipamentos (switchs gerenciáveis, roteadores, etc.); Conceitos de conectividade; Protocolo; Conceitos básicos de segurança em redes: Firewall. TCP/IP; Modems e redes sem fio; Servidor WEB: Conhecimentos de Servidor HTTP Apache; Desenvolvimento WEB: Python, PHP, Javascript, JQuery e Ajax; WebDesign: HTML e HTML5, CSS2 e CSS3, Grids CSS; Conceitos de Acessibilidade WEB. Sistemas Operacionais: Sistemas monotarefas, multitarefas, sistemas operacionais de rede e sistemas distribuídos. Arquitetura de sistemas operacionais: Programas de sistema, programas aplicativos, núcleo, gerência do processador, gerência de memória, gerência de entrada e saída, sistema de arquivos; Cópias de segurança (backup): Tipos, ciclos e principais dispositivos e meios de armazenamento. Windows 7: Instalação; configuração e gerenciamento (rede, dispositivos e impressoras, discos e partições, segurança, manutenção e otimização); processo de inicialização, trabalhando com arquivos e pastas, registro do Windows, monitor de recursos, direitos e contas de usuários, configurações regionais e de idioma, ferramentas administrativas, aparência e personalização.

22.0.30 ESPECÍFICAS PROFESSOR DE INGLÊS(1º ao 9º ano e EJA):A importância do ensino de Língua Inglesa no Brasil. A história, objetivos e características das metodologias e abordagens de ensino de Língua Inglesa no Brasil. A língua como forma de interação. A língua numa perspectiva histórico-cultural. Interdisciplinaridade. Recursos didáticos pedagógicos. O ensino das quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever): o ensino da gramática. Inglês Instrumental: estratégias de leitura. Interpretação de textos. Temas Transversais. As questões da prova objetiva de conhecimentos específicos poderão ser formuladas na língua inglesa.

22.0.31 ESPECÍFICAS PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA – (6º AO 9º ANO E EJA): Concepções de linguagem. Concepções de aprendizagem. Gêneros do discurso. Leitura e formação de leitores na escola. Intertextualidade na leitura e produção textual na escola. Literatura juvenil: possibilidades de abordagem. Texto e discurso (linguagem, interlocutor, situação comunicativa, coesão, coerência, adequação textual e clareza). Gramática normativa e o ensino da língua portuguesa. Desdobramentos da gramática normativa: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Linguagem nas modalidades oral e escrita em diferentes esferas da interação humana. Interdisciplinaridade no ensino de língua portuguesa. Ensino de língua portuguesa conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais. O ensino de língua portuguesa e o uso de tecnologias da informação e comunicação. O ensino de língua portuguesa conforme a Temas transversais e o ensino de língua portuguesa. Avaliação da aprendizagem no ensino de língua portuguesa.

22.0.32 ESPECÍFICAS PROFESSOR DE MATEMÁTICA (6º AO 9º ANO E EJA): Concepções do ensino e aprendizagem da matemática. Tendências pedagógicas do ensino de Matemática no Brasil. A didática e a metodologia do ensino da matemática. A resolução de problema e o ensino-aprendizagem de Matemática. Jogos nas aulas de matemática e o papel do lúdico no ensino da Matemática. A história da matemática. Temas transversais. Os campos conceituais no ensino da Matemática: - Números e Operações: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais; - Espaço e Forma: figuras planas, sólidos geométricos, ângulos, simetria, Teorema de Tales, Teorema de Pitágoras, Relações métricas num triângulo qualquer, Trigonometria; - Grandezas e Medidas: comprimento, massa, capacidade, superfície/área, tempo, temperatura, sistema monetário; - Tratamento da Informação: tabelas, gráficos, quadros, listas, diagramas, médias e probabilidades, moda e mediana; - Álgebra: operações inversas, equações e sistemas de equações de 1º e 2º grau, razão e proporção, regra de três, porcentagem, juros, operações com expressões algébricas, polinômios, funções polinomiais de 1º e 2º grau, exponencial e logarítmica, matrizes, sistemas e determinantes de equações lineares, progressões aritmética e geométrica, análise combinatória e cálculo de probabilidades.

22.0.33 ESPECÍFICAS PROFESSOR DE GEOGRAFIA (6º AO 9º ANO E EJA): Geografia Física, Humana e Econômica de: Geografia de Santa Catarina. Geografia do Brasil; Geografia Mundial. Cartografia. Leitura de Paisagens. Relação Dinâmica entre Sociedade e Natureza. Meio Rural e Meio Urbano. Produção e Distribuição de Riquezas. População. Brasil – Diversidade Natural / Divisão Geoeconômica. Brasil – Diversidade Cultural segundo o IBGE. Brasil – Campos – Cidades. Espaços em transformação. Brasil – Regiões Geoeconômicas. Relações Econômicas

do Brasil: Dinâmica Natural do Planeta Terra. Mundo Desenvolvido e Subdesenvolvido. A antiga e a Nova Ordem Mundial. A Globalização e os Avanços Tecnológicos e Científicos: Geopolítica – Conflitos Mundiais Contemporâneos. Temas Transversais.

22.0.34 ESPECÍFICAS PROFESSOR DE HISTÓRIA (6º AO 9º ANO E EJA): Tempo e espaço como categoria histórica. Relações sociais de produção. Didática e metodologia da história. Movimentos sociais. Globalização. Capitalismo. Circuito do poder: democracia, participação, descentralização. Lutas sociais na América Latina, Argentina, Brasil e Chile. A escravidão reabilitada. Revolução Burguesa no Brasil. Processos eleitorais do Brasil. História de Santa Catarina. História do Brasil. História geral. Temas Transversais.

22.0.35 ESPECÍFICAS PSICÓLOGO: Infância, adolescência. As inter-relações familiares: casamento, conflito conjugal, separação, guarda dos filhos. A criança e a separação dos pais. A criança e o adolescente vitimizados. Natureza e origens da tendência antissocial. Os direitos fundamentais da criança e o do adolescente. O trabalho do psicólogo em equipe multiprofissional. Psicodiagnóstico – técnicas utilizadas. A entrevista psicológica. Teoria da Personalidade, Teorias e Técnicas Psicoterápicas. Diferenças individuais e de classes. Noções de cidadania, cultura e personalidade: "status", papel e o indivíduo. Fatores sociais da anormalidade. Interação social. A psicologia social no Brasil. Teorias e técnicas psicoterápicas e teorias e técnicas psicoterápicas de fundamentação psicanalítica (infância, adolescência, idade adulta e velhice). O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas (infância e adolescência). Modelos de psicoterapia. Aplicações clínicas das psicoterapias. Avaliação, métodos e técnicas psicoterápicas. Manejo clínico das técnicas psicoterápicas. Modelos de Psicologia do Desenvolvimento, Psicanalítico, Piagetiano, Aprendizagem Social. Cidadania, classes populares e doença mental. Política Nacional de Assistência Social; SUAS - Sistema Único da Assistência Social; Lei 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Família, Rede, Laços e Políticas Públicas; Violência Doméstica; Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente; Código de Ética Profissional do Assistente Social; Programas Governamentais de Transferência de Renda.

22.0.36 ESPECÍFICAS TÉCNICO EM ENFERMAGEM: A inserção dos serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS). Código de Ética dos profissionais de enfermagem e Lei do exercício profissional. Política de humanização do SUS. Funcionamento dos sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário e órgãos genitais. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos. Saneamento básico. Educação em saúde. Conceito e tipo de imunidade. Programa de imunização. Noções básicas sobre administração de fármacos: efeitos colaterais e assistência de enfermagem. Procedimentos técnicos de enfermagem. Assistência integral de enfermagem à saúde: da criança e do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso e mental. Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos. Assistência de enfermagem no pré, trans e pós-operatório. Assistência de enfermagem em urgência e emergência. Biossegurança: conceito, normas de prevenção e controle de infecção. Classificação de artigos e superfícies hospitalares aplicando conhecimentos de desinfecção, limpeza, preparo e esterilização de material. Preparação e acompanhamento de exames diagnósticos. Noções de administração e organização dos serviços de saúde e de enfermagem.

22.2 CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL:

22.2.1 LINGUA PORTUGUESA: Leitura, compreensão e interpretação de textos. Linguagem verbal e não verbal. Recursos que estabelecem a coesão do texto. Ortografia das palavras. Nova Ortografia. Estabelecer concordância nominal e verbal. Acentuação gráfica das palavras.

22.2.2 MATEMÁTICA - Adição, subtração, multiplicação e divisão. Problemas com as quatro operações. Regra de três simples e composta. Cálculo de áreas. Juros e porcentagem.

22.2.3 CONHECIMENTOS GERAIS DE ATUALIDADES E DADOS MUNICIPAIS: Aspectos atuais e históricos a nível mundial, nacional, estadual, regional e municipal, noticiados através de meios de comunicação oficiais.

22.2.4 ESPECÍFICAS AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS: Conhecimentos do Sistema Único de Saúde (SUS); Organização e princípios do SUS: Base legal; Controle Social do SUS; Vigilância no território: O que é e como o território vem sendo usado pela saúde pública, Como você delimita o seu território de atuação com trabalhador de saúde, A territorialização como instrumento básico de reconhecimento do território para a atuação da vigilância; Situação epidemiológica em Florianópolis; Leishmaniose: características epidemiológicas: ciclo, modo de transmissão, período de incubação, suscetibilidade e imunidade; aspectos clínicos no cão; medidas preventivas dirigidas à população humana, ao vetor e à população canina; Protocolo de exames de laboratório; Dengue: noções sobre a dengue, biologia dos vetores, operações de campo, reconhecimento geográfico, tratamento focal, tratamento perifocal, bloqueio, equipamentos de proteção individual, formas de controle, Programa Nacional de Controle da Dengue; Febre Chikungunya e Zika Vírus: o que é, significado do nome, área de circulação, situação nas Américas, transmissão, notificação de caso e prevenção; Raiva: noções sobre a doença, vacinação anti-rábica animal, controle de morcegos em áreas urbanas; Roedores / Leptospirose / Hantavirose: controle de roedores em áreas urbanas; leptospirose e hantavirose: sintomas, transmissão, prevenção; Animais Peçonhentos: ofídeos, aracnídeos (aranhas e escorpiões) e lepidópteros (Lonomia obliqua): noções básicas sobre controle, prevenção de acidentes e primeiros socorros.

22.2.5 ESPECÍFICAS MOTORISTA I, ESPECÍFICAS MOTORISTA II e OPERADOR DE EQUIPAMENTOS: Legislação de Trânsito. Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações referentes à condução de veículos. Sistema Nacional de Trânsito. Normas Gerais de Circulação. Sinalização. Veículos, licenciamento, habilitação. Regras de circulação. Deveres e proibições, infrações e penalidades. Medidas e processos administrativos. Direção defensiva. Primeiros socorros. Preservação do meio ambiente. Direitos Humanos e Cidadania no trânsito. Noções sobre funcionamento do veículo. Transporte de urgência e emergência.

22.2.6 ESPECÍFICAS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO, ESPECÍFICAS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, ESPECÍFICAS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II: Higiene, saúde corporal e cuidado pessoal no ambiente de trabalho; Higiene e limpeza da cozinha, do refeitório e áreas afins; Higiene e limpeza dos utensílios e dos equipamentos; Higiene dos alimentos; Higiene na manipulação dos alimentos. Segurança no ambiente de trabalho: Utilização de equipamentos de proteção individual; Manuseio e segurança no uso de utensílios e equipamentos; Noções básicas de prevenção de acidentes no trabalho. Etapas do processo de produção de refeições: Recebimento, guarda e segurança dos alimentos; Técnicas e utensílios no preparo de alimentos. Cardápios; Distribuição das refeições.

ANEXO VIII

AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

1. A Avaliação de Títulos terá caráter classificatório, conforme critérios constantes no presente anexo.
2. Os Cargos que terão computo de pontuação concernente à Avaliação de Títulos estão especificados no Anexo II.
3. O Candidato deverá reunir os Títulos objeto desta avaliação em Cópia Autenticada ou Cópia Simples em conjunto com o Documento Original para comprovar sua autenticidade e protocola-los no Posto de Atendimento especificado no item 4 deste Edital.
4. A Recepção dos Títulos deverá obedecer ao cronograma estabelecido conforme Anexo I do presente Edital.
5. A Avaliação de Títulos será apurada por Avaliadores designados pela FAEPESUL, através da análise dos documentos protocolados.
6. Somente serão considerados, para efeitos de pontuação, os títulos concluídos até a data da publicação do presente Edital.
7. A não apresentação de documentos para a Avaliação de Títulos pelo candidato o sujeitará apenas a classificação obtida no resultado da Avaliação Escrita Objetiva do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
8. Uma vez entregues os títulos, não serão aceitos acréscimos, modificação e/ou substituição de documentos.
9. Os títulos entregues deverão possuir paginação, podendo ser escrito a mão, para organização e maior clareza da avaliação.
10. Os títulos devem ser entregues juntamente com a ficha de avaliação, constante no Anexo IX, preenchido e dentro de envelope não transparente.
11. A Nota máxima que poderá ser aferida ao Candidato na Avaliação de Títulos é de 5,0 (cinco) pontos, sendo o resultado da soma aritmética da pontuação obtida nos Títulos de Pós Graduação limitados a 3,0 (três) pontos e Títulos de Capacitação limitados a 2,0 (dois) pontos.
12. Os Títulos de PÓS GRADUAÇÃO serão avaliados conforme as disciplinas a seguir:
 - 11.1 Não serão avaliados título exigido como requisito para provimento do cargo;
 - 11.2 Não serão avaliados título de especialização, mestrado e doutorado, não reconhecidos pelos órgãos oficiais, ou que a instituição educacional esteja em processo de reconhecimento;
 - 11.3 Os títulos de mestrado e doutorado obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei.
 - 11.4 Os documentos redigidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.
 - 11.5 A avaliação dos títulos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado não é cumulativa e é limitada a um único título de pós-graduação. Caso o candidato entregue mais de um título, será avaliado unicamente o de maior valor acadêmico, conforme tabela constante no item 15 deste Anexo.
13. Os Títulos de CAPACITAÇÃO serão avaliados conforme as disciplinas abaixo:
 - 12.1 Não serão avaliados título de Capacitação emitidos por instituições não reconhecidas pelos órgãos oficiais, ou que a instituição educacional esteja em processo de reconhecimento;
 - 12.2 Somente serão avaliados os Títulos que possuírem no mínimo 20 (vinte) horas de realização;
 - 12.3 Não serão somadas, nem divididas as cargas horárias dos cursos apresentados, sendo avaliado o curso individualmente e atribuída a sua pontuação respectiva independentemente da quantidade de horas, ressalvado a quantidade mínima prevista no item 13.2 deste item.
 - 12.4 Os Títulos deverão constar a data de Início e Término de realização, sob pena de não avaliação;
 - 12.5 Somente serão computados os Títulos de Capacitação realizados até 3 (três) anos, contados da Publicação deste Edital;
 - 12.6 A Pontuação será necessariamente a soma das horas devidamente comprovadas dentro das disciplinas constantes neste Edital conforme tabela constante no item 15 deste Anexo;

14. Consta abaixo a tabela de pontuação dos títulos apresentados:

MODALIDADES	PONTUAÇÕES	CRITÉRIOS
Pós Graduação	3 (três) pontos	Certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Doutorado na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.
	2 (dois) pontos	Diploma ou certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.
	1 (um) ponto	Certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.
Capacitação	0,1 (ponto) por curso comprovado, limitado a 2,0	Comprovar realização de capacitação, com no mínimo 20 (vinte) horas, por curso, dentre as atribuições das atividades para o Cargo que está em Seleção.

**ANEXO IX
FORMULÁRIO DE ENTREGA DE TÍTULOS**

MUNICÍPIO DESÃO JOÃO DO SUL –SC			
PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO EDITAL No001/2017			
FICHA DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS			
Identificação do candidato:			
Número de inscrição:		Cargo:	
Nome:			
Telefones de contato:		e-mail:	
Documentos entregues:			
Cod	Nome do Título		Folhas
01	Pós Graduação		
02	Capacitação		
Total de Folhas ->			
Local e data do recebimento:			
Local: Data:			
Ao assinar, concordo que li o Anexo VIII, referente à Avaliação de Títulos, bem como todo o Edital e concordo com as regras nela exposta.			
Assinatura do Candidato			

Comprovante de Entrega			
Protocolo: Inscrição:			
Nome:			
Data:			
Quantidade de Folhas:			
Responsável			

**ANEXO X
INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

1. Caberá interposição de recursos à FAEPESUL, no prazo de 1 (um) dia útil, contados a partir da data de publicação, a respeito:
 - a) Revisão do indeferimento de inscrição;
 - b) Revisão de questão da Avaliação Escrita Objetiva;
 - c) Resultado das Etapas.
2. Os recursos deverão ser interpostos diretamente através do Site de Internet (www.faepesul.org.br/concursos) na Área do Candidato.
3. O recurso deverá obedecer ao padrão estabelecido pela FAEPESUL, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:
 - a) Fundamentar, com argumentação lógica e consistente;
 - b) Apresentar recursos individuais, para questões diferentes (se for o caso).
 - c) Estar relacionado ao próprio impetrante.
4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos itens acima serão liminarmente indeferidos.
5. Não será aceito pedido de recurso de qualquer natureza, via fax, correios eletrônicos, ou apócrifos.
6. Somente será apreciado o recurso que for expresso em termos convenientes e que aponte as circunstâncias que o justifique.
7. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada a data e hora de seu protocolo.
8. As decisões dos recursos estarão disponíveis ao candidato no Posto de Atendimento/Área do Candidato e resultado, na forma de extrato, publicado nos locais especificados no item 8 deste Edital.

9. Se do exame do recurso resultar a anulação de item integrante de Avaliação, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos.

ANEXO XI

DAS EXIGÊNCIAS E DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO

1. Homologado o resultado, a municipalidade, havendo necessidade, chamará o candidato classificado para o exercício do cargo, por ordem crescente de classificação, o qual será nomeado na forma mencionada neste Edital.

2. São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter temporário:

1.1 A aprovação em processo seletivosimplificado;

1.2 A prova da nacionalidade;

1.3 O gozo dos direitos políticos;

1.4 A quitação com as obrigações militares, para os homens;

1.5 A quitação com as obrigações eleitorais;

1.6 A idade mínima de 18 (dezoito) anos;

1.7 O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

1.8 A comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo;

1.9 Declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;

1.10 Declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública;

1.11 Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário, e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos.

1.12 Carteira de Identidade;

1.13 CPF;

1.14 PIS/PASEP;

1.15 Certidão de Casamento;

1.16 Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

1.17 Foto 3x4 recente;

1.18 Carteira Profissional Original;

1.19 Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: Conta de luz, IPTU, água ou telefone fixo, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto;

3. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.

4. A perda ou suspensão do gozo dos direitos políticos será configurada, caso a Administração Municipal tome ciência da existência de sentença, com trânsito em julgado de:

3.1 Cancelamento da naturalização;

3.2 Reconhecimento da incapacidade civil absoluta;

3.3 Condenação penal, enquanto durarem os seus efeitos;

3.4 Condenação em processo judicial instaurado por força de atos de improbidade administrativa.

5. O não cumprimento dos requisitos disciplinados no item 2 impede a contratação do candidato e gera a sua recondução à última colocação neste certame.

São Joaquim

PREFEITURA

3ª ATUALIZAÇÃO DA FROTA DO PROCESSO 124/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM			
3ª TABELA ATUALIZADA FROTA DO PROCESSO 124/2016(atualizado em 18/01/2017)	Ano	Modelo	Secretaria
MONTADORA WOLKSVAGEN (veículos leves)			
Gol Special 2 portas motor 1.6 ano: 2005 modelo: 2005; placa MFS 9272	2005	2005	Agricultura
Gol Special 4 portas motor 1.0 cor branca Ano e Mod. 2015 placa QHO 6335	2015	2015	"
Gol GIV 2 portas motor 1.0 ano: 2012; modelo: 2013; placa MJV 2575	2012	2013	"
Kombi cor branca Placa MLW 7151; Ano e Mod. 2014	2014	2014	Obras
Saveiro 2 portas cor branca, Placa MHY 5273 Ano 2009 Mod. 2010	2010	2010	"
Kombi cor branca Placa MLW 7021; Ano e Mod. 2014	2014	2014	"
Gol 4 portas cor branca, Placa MLE 0416 Ano 2013 Mod. 2014	2013	2014	Saúde
Gol 4 portas cor branca, Placa MLT 7005 Ano 2013 Mod. 2014	2013	2014	"
Kombi 3 portas c/ 8 Lugares cor branca, Placa MKG 7275 Ano 2014 Mod. 2015	2014	2015	Educação
Polo Sedan 1.6 cor prata 4 portas, Placa DHX 2282 Ano e Mod. 2004	2004	2004	Planejamento
Gol Special MB 5 portas 1.0 ano 2016 modelo 2016; placa QIF 4572	2016	2016	Fazenda
Saveiro 2 portas cor branca, placa QHY4186 ano 2016 modelo 2017	2016	2017	Patrimônio
UP Take MA; cor branco; ano 2016; modelo 2017; placa QID8786	2016	2017	Assist. Social
Parati 1.6; ano 2009; modelo 2009; placa MHC8804	2009	2009	Polícia Civil
Gol 1.0; ano 2013; modelo 2014; placa MLG6475	2013	2014	Assist. Social
MONTADORA WOLKSVAGEN (veículos pesados)			
Caminhão 12.140 cor amarela carroceria aberta Placa LWX 0401; Ano e Mod. 1990	1990	1990	Obras
Caminhão 8.120 cor branco carroceria aberta Placa MCN 3732; Ano e Mod 2002	2002	2002	"
Ônibus 15190 1 porta c/ 48 Lugares cor amarelo, Placa MKC 9804 Ano 2012	2012	2012	Educação
Ônibus 17210 1 porta c/ 50 Lugares cor branca, Placa MFZ 7880 Ano 2002	2002	2002	"
Ônibus 15190 1 porta c/ 48 Lugares cor amarelo, Placa MHU 2704 Ano 2009 Mod. 2010	2009	2010	"
Ônibus 15190 1 porta c/ 60 Lugares cor amarelo, Placa MJA 3371; Ano e Mod. 2011	2011	2011	"
MONTADORA FIAT (veículos leves)			
Palio 1.6, 4 portas 16 válvulas; ano: 2002 modelo: 2002 placa MBR 7925	2002	2002	Agricultura
Palio 4 portas cor preto, Placa DQJ 1783 Ano e Mod. 2005	2005	2005	Obras
Strada 2 portas cor branca, Placa MID 4023 Ano 2011 Mod. 2012	2011	2012	Saúde
Doblo 6 portas cor branca, Placa MIW 8154 Ano 2011 Mod. 2012	2011	2012	"
Uno 4 portas cor branca, Placa MGH 2045 Ano e Mod. 2011	2011	2011	"
Doblo 6 portas cor branca, Placa QHI 8083 Ano e Mod. 2015	2015	2015	"
Uno Fire Flex 2 portas cor branca, Placa MFB 2828 Ano e Mod. 2007	2007	2007	Educação
Gran Siena Essence Total Flex 1.6 cor branca, Placa QHI 8153; Ano e Mod. 2015	2015	2015	"
Palio Fire 1.0 4 portas cor branca, Placa QHI 8103; Ano e Mod. 2015	2015	2015	"
Uno Mille Fire Flex 2 portas cor branca Placa MFB 2698 Ano 2007 Mod. 2008	2007	2008	Fazenda
Siena 1.0 Flex 4 portas cor branca 4 Cilindros, Ano e Mod. 2014	2014	2014	Turismo
Palio WK Trekk 1.6; Ano Fabricação / Modelo: 2013 / 2014 Álcool / Gasolina Viatura 4713 – Placa: MLL 3727	2013	2014	PM
Palio WK Trekk 1.6; Ano Fabricação / Modelo: 2013 / 2014 Álcool / Gasolina Viatura 4714 – Placa: MLL 3127	2013	2014	PM

Palio WK Trekk 1.6; ano 2013; modelo 2014; Placa MLG2698	2013	2014	Polícia Civil
Palio WK Trekk 1.6; ano 2013; modelo 2014; Placa MLJ7817	2013	2014	Polícia Civil
Palio WK Trekk 1.6; ano 2014; modelo 2014; Placa QHB6595	2014	2014	Polícia Civil
Palio WK Attrac. 1.4; ano 2012; modelo 2013; Placa MLO 3804	2012	2013	Assist. Social
Uno Mille Economy; ano 2008; modelo 2009; Placa MGP 6379	2008	2009	Assist. Social
Uno Vivace 1.0; ano 2014; modelo 2014; Placa MLN 8182	2014	2014	Assist. Social
MONTADORA IVECO (veículos pesados)			
Caminhão Caçamba Tector 240E28; ano: 2012; modelo: 2013; placa MKC 8885	2012	2013	Agricultura
Micro Onibus City Class 1 porta c/ 28 lugares cor amarelo, Placa MIE 1628 Ano e Mod. 2011	2011	2011	Educação
Micro Onibus City Class 1 porta c/ 22 lugares cor amarelo, Placa MLL 5049 Ano e Mod. 2013	2013	2013	"
Micro Onibus City Class 1 porta c/ 29 lugares cor amarelo, Placa QHN 5822 Ano 2011 Mod.2012	2011	2012	"
Micro Onibus City Calss 1 porta c/ 29 lugares cor amarelo, Placa MKW 7036 Ano 2011 Mod. 2012	2011	2012	"
MONTADORA MERCEDES BENZ (veículos pesados)			
Caminhão Caçamba (toco) MB1113 ano 1976, modelo: 1976; placa LZE 4594	1976	1976	Agricultura
Caminhão Caçamba 1313 cor branca basculante, Placa LZI 3767; Ano e Mod. 1978	1978	1978	Obras
Caminhão Caçamba 2729 cor branca basculante, Placa QKF 6494; Ano e Mod.2014	2014	2014	"
Ônibus 1113 1 porta c/ 45 lugares cor Amarelo c/ verde, Placa LZY 2928. Ano 1977 Mod 1978	1977	1978	Educação
Caminhão 1113; ano 1980; modelo 1980; cor vermelha; placa ABT0275	1980	1980	Corpo de Bom-beiros
Caminhão Ambulância; 3 portas; ano 2014; modelo 2015; cor vermelha; placa QHS3913	2014	2015	Corpo de Bom-beiros
Caminhão Atego 1726; 4 portas; ano 2014; modelo 2014; cor vermelha; OKE6795	2014	2014	Corpo de Bom-beiros
MONTADORA AGRALE (veículos pesados)			
Caminhão Caçamba 1400 toco basculante cor branca Placa MDB 5221; Ano 2014 Mod. 2015	2014	2015	Agricultura
Caminhonete Marrua AM 100 CD; Diesel; ano 2013; modelo; 2014; cor vermelha; placa MLK7950	2013	2014	Corpo de Bom-beiros
MONTADORA FORD (veículos pesados)			
Caminhão Caçamba Cargo 2629 basculante cor branca Placa QHM 4531; Ano e Mod. 2014	2014	2014	Agricultura
Caminhão Caçamba Cargo basculante Ano e Mod. 2010 /placa MHV 7337	2010	2010	"
Caminhão Caçamba Cargo 1722 3E cor branca basculante, Placa MBP 1424; Ano e Mod. 2002	2002	2002	Obras
Caminhão Caçamba Cargo 1722 3E cor branca basculante, Placa MBP 1394; Ano e Mod. 2002	2002	2002	"
Caminhão Caçamba Cargo 2629 6X4, cor branca basculante, Placa MFU 7354; Ano e Mod. 2014	2014	2014	"
Caminhão Caçamba Cargo 2629 6X4, cor branca basculante, Placa MFU 7484; Ano e Mod.2014	2014	2014	"
Caminhão Caçamba Cargo 2629 6x4, cor branca basculante, Placa QHM 4481; Ano e Mod. 2014	2014	2014	"
Caminhão Caçamba Cargo 2629 6X4, cor branca basculante, Placa QHM 3021 Ano e Mod. 2014	2014	2014	"
Caminhão Prancha Cargo 2422E cor vermelho, Placa MDM 0186; Ano e Mod. 2005	2005	2005	"
Caminhão Caçamba Cargo 2429 cor branca, Placa QHB 8915 Ano e Mod 2014	2014	2014	"
Caminhão Caçamba Cargo 2629 6X4 cor branca basculante, Placa MFU 7564; Ano e Mod. 2014	2014	2014	"
Caminhão Caçamba Cargo 2629 6X4 cor branca basculante, Placa MFU 7434; Ano e Mod. 2014	2014	2014	"
Fiesta 1.6 Flex; ano 2012; modelo 2012; placa MKM7491	2012	2012	Polícia Civil
Fiesta 1.6 Flex; ano 2012; modelo 2012; placa MKM7501	2012	2012	Polícia Civil
Fiesta 1.6 Flex; ano 2013; modelo 2014; placa MLL1640	2013	2014	Polícia Civil
MONTADORA FORD (veículos leves)			
Ambulância 5 portas cor branca, Placa MGU 3686 Ano 2008 Mod. 2009	2008	2009	Saúde
Fiesta 1.6 Flex; 5 portas; cor vermelha; Placa MLM 4120	2013	2014	Corpo de Bom-beiros
MONTADORA CHEVROLET (veículos leves)			

Montana 2 portas cor preta, Placa DKR 7265 Ano e Mod. 2005	2005	2005	Obras
Corsa Wind 4portas cor verde, Placa AIA 5266; Ano e Mod. 1999	1999	1999	"
Celta 4 portas cor branca, Placa MCN 1426 Ano e Mod. 2002	2002	2002	"
Corsa Classic 4 portas cor cinza, Placa CYU 9314 Ano e Mod. 2003	2003	2003	Educação
D20 Custom; 3 portas; cor branca;LWS6465; ano1988; modelo 1988	1988	1988	Defesa Civil
Blazer Advantage; ano 2007; modelo 2008; placa MGR3841	2007	2008	Polícia Civil
Blazer Advantage; ano 2009; modelo 2009; placa MHJ4504	2009	2009	Polícia Civil
MONTADORA HYUNDAI (veículos pesados)			
Caçamba Cabine curta HR2.5 2 portas cor branca, Placa QHJ 7781 Ano 2013 Mod. 2014	2013	2014	Obras
MONTADORA TOYOTA (veículos leves)			
Toyota Bandeirantes 2 portas cor branca, Placa LYW 6730 Ano e Mod. 1995	1995	1995	Obras
Hillux 3.0 2 portas cor branca, Placa MEA 9051; Ano e Mod.2004	2004	2004	"
MONTADORA ENGESA (veículos leves)			
Jeep 2 portas cor branca à Álcool, Placa MAI 5669 Ano e Mod. 1989	1989	1989	Obras
MONTADORA CITROEN (veículos leves)			
Ambulância Dianter 5 portas cor branca, Placa QHV 0521 Ano e Mod. 2015	2015	2015	Saúde
MONTADORA RENAULT (veículos leves)			
Ambulância Trafic 5 portas cor branca, Placa MFQ 0140 Ano 2001 Mod. 2002	2001	2002	Saúde
Ambulância 5 portas cor branca, Placa MID 9816 Ano e Mod. 2010	2010	2010	"
Renault Kangoo Furgão Express 3 portas cor branca, Placa QHG 5363 Ano 2015 e Mod. 2016	2015	2016	Educação
Logan EXP 16 HP Ano Fabricação / Modelo: 2013 / 2013 Álcool / Gasolina Viatura 4240 – Placa: MLQ 1335	2013	2013	PM
Caminhonete/ambulância Master Furg 11M3; ano 2002; modelo 2003; cor vermelha; placa MDM2869	2002	2003	Corpo de Bom- beiros
Scenic aut 1616V ; ano 2004; modelo 2004; placa MCK9555	2004	2004	Polícia civil
Logan exp 16 HP; ano 2013; modelo 2013; placa MLP3265	2013	2013	Polícia Civil
Micro ônibus Master Jaedi Tur; ano 2014; modelo 2015; placa MMB9865	2014	2015	Assist. Social
MONTADORA NISSAN (Veículos leves)			
Frontier Xe 25x4 Ano Fabricação / Modelo: 2009 / 2009 Diesel Viatura 0220 – Placa: JGH 5882	2009	2009	PM
MONTADORA HONDA (veículos leves)			
Honda / NX-4 FALCON Fabricação / Modelo: 2002 / 2002 Gasolina Viatura 3160 – Placa: MCD 5626	2002	2002	PM
XR 250 Tornado; ano 2005; modelo 2005; placa MDJ 7566	2005	2005	Polícia Civil

PROCESSO 01/2017 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 01/2017

Pregão Presencial 01/2017

Objeto: Contratação de empresa para realizar transporte coletivo de pacientes e de servidores da SMS.

Tipo: Menor Preço por Item

Data: 31/01/2017 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 535.964,90

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 18 de janeiro de 2017

Giovani Nunes

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

CONTRATO/CT: Nº 001/2017 – TP 009/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 001/2017 – TP 009/2016 – Processo 594/2016 – Proc. Adm. 22791/2016 - Contratado: DMS ARQUITETURA & ENGENHARIA LTDA ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA, OBJETIVANDO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, BEM COMO A COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS PARA A REQUALIFICAÇÃO DO THEATRO ADOLPHO MELLO, CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 210 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir da sua assinatura. Valor: R\$87.536,05 (oitenta e sete mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinco centavos). Data da Assinatura do Contrato: 03 de janeiro de 2017

DECRETO Nº 7324/2016

DECRETO Nº 7324/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 677.000,00 (seiscentos e setenta e sete mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0110.2.401 – Vídeo Monitoramento Comunitário,

468 – 3.3.90.93.00.00.0080 – Indenizações e Restituições,

Recursos Próprios R\$ 64.000,00

Total desta Atividade R\$ 64.000,00

Total do Órgão R\$ 64.000,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.28.846.0102.2.079 – Contribuição ao PASEP

1738 – 3.3.90.47.00.00.0080 – Obrigações Tributárias e Contributivas,

Recursos Próprios R\$ 488.000,00

Total desta Atividade R\$ 488.000,00

30.01.04.123.0105.2.268 – Encargos Financeiros, Operacionais e

Tributários

1722 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 50.000,00

1724 – 3.3.90.47.00.00.0080 – Obrigações Tributárias e Contributivas,

Recursos Próprios R\$ 75.000,00

Total desta Atividade R\$ 125.000,00

Total do Órgão R\$ 613.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 677.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 677.000,00 (seiscentos e setenta e sete mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
550 – 3.3.90.14.00.00.0080 – Diárias – Civil,	
Recursos Próprios	R\$ 28.000,00
551 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,	
Recursos Próprios	R\$ 62.000,00
552 – 3.3.90.33.00.00.0080 – Passagens e Despesa com Locomoção,	
Recursos Próprios	R\$ 19.000,00
555 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,	
Recursos Próprios	R\$ 5.000,00
557 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,	
Recursos Próprios	R\$ 563.000,00
Total desta Atividade	R\$ 677.000,00
Total do Órgão	R\$ 677.000,00
Total da Anulação	R\$ 677.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7331/2016

DECRETO Nº 7331/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.268 – Encargos Financeiros, Operacionais e Tributários

1722 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios

R\$ 1.400.000,00

Total desta Atividade

R\$ 1.400.000,00

Total do Órgão

R\$ 1.400.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar

R\$ 1.400.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

21.00 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

21.01 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

21.01.12.364.0103.2.462 – Funcionamento e Manutenção da FUNDESJ

1125 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Recursos Próprios

R\$ 320.000,00

1150 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios

R\$ 1.080.000,00

Total desta Atividade

R\$ 1.400.000,00

Total do Órgão

R\$ 1.400.000,00

Total da Anulação

R\$ 1.400.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7332/2016

DECRETO Nº 7332/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 643.976,94 (seiscentos e quarenta e três mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa e quatro centavos), criando, no Orçamento do Município de São José, nova Classificação Orçamentária, a seguir especificada:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.91.13.00.00.0081 - Obrigações Patronais,

Recursos Ordinários – Educação R\$ 643.976,94

Total desta Atividade R\$ 643.976,94

Total do Órgão R\$ 643.976,94

Total do Crédito Adicional Especial R\$ 643.976,94

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 643.976,94 (seiscentos e quarenta e três mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa e quatro centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.2.035 – Manutenção da Frota Municipal

761 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 76.000,00

762 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 86.000,00

Total desta Atividade R\$ 162.000,00

14.01.15.452.0106.2.513 – Limpeza de Vias Públicas, Praças e Jardins

809 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 481.976,94

Total desta Atividade R\$ 481.976,94

Total do Órgão R\$ 643.976,94

Total da Anulação R\$ 643.976,94

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de dezembro de 2016

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7333/2016

DECRETO Nº 7333/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 5.407.000,00 (cinco milhões e quatrocentos e sete mil reais),

referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

230 – 3.1.90.13.00.00.0081 - Obrigações Patronais,

Recursos Ordinários – Educação R\$ 338.000,00

Total desta Atividade R\$ 338.000,00

08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil – Creche

317 – 3.1.91.13.00.00.0081 - Obrigações Patronais,

Recursos Ordinários – Educação R\$ 330.000,00

Total desta Atividade R\$ 330.000,00

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil – Pré Escola

345 – 3.1.91.13.00.00.0081 - Obrigações Patronais,

Recursos Ordinários – Educação R\$ 319.000,00

Total desta Atividade R\$ 319.000,00

Total do Órgão R\$ 987.000,00

19.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01.18.541.0109.2.411 – Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMMADS

1012 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,

Recursos Próprios R\$ 1.000,00

1013 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 76.000,00

Total desta Atividade R\$ 77.000,00

Total do Órgão R\$ 77.000,00

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

1198 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Recursos Ordinários – Saúde R\$ 53.000,00

1209 – 3.1.91.13.00.00.0082 - Obrigações Patronais,

Recursos Ordinários – Saúde R\$ 2.470.000,00

Total desta Atividade R\$ 2.523.000,00

Total do Órgão R\$ 2.523.000,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.09.271.0105.2.075 – Encargos Previdenciários,

1726 – 3.1.90.13.00.00.0080 - Obrigações Patronais,

Recursos Próprios R\$ 730.000,00

1727 – 3.1.91.13.00.00.0080 - Obrigações Patronais,

Recursos Próprios R\$ 1.090.000,00

Total desta Atividade R\$ 1.820.000,00

Total do Órgão R\$ 1.820.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 5.407.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 5.407.000,00 (cinco milhões e quatrocentos e sete mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.03 – SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**02.03.04.122.0105.2.451 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Executiva de Comunicação Social**

64 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 250.000,00
Total desta Atividade R\$ 250.000,00
Total do Órgão R\$ 250.000,00

04.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****04.01.04.122.0105.2.013 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração**

137 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 340.000,00
141 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 560.000,00
Total desta Atividade R\$ 900.000,00
Total do Órgão R\$ 900.000,00

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****08.01.12.361.0103.2.030 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação**

204 – 3.1.90.04.00.00.0081 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 87.000,00
205 – 3.1.90.11.00.00.0081 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 430.000,00
206 – 3.1.90.13.00.00.0081 – Obrigações Patronais,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 190.000,00
208 – 3.1.90.94.00.00.0081 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 86.000,00
209 – 3.1.91.13.00.00.0081 – Obrigações Patronais,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 143.000,00
219 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 40.000,00
220 – 3.3.90.46.00.00.0081 – Auxílio – Alimentação,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 27.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.003.000,00
Total do Órgão R\$ 1.003.000,00

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS****12.01.15.451.0106.2.056 – Funcionamento e Manutenção dos Cemitérios Públicos Municipais**

613 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 388.000,00
Total desta Atividade R\$ 388.000,00
Total do Órgão R\$ 388.000,00

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA****14.01.15.451.0106.1.084 – PAC – Poligonal II**

826 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 333.000,00
Total deste Projeto R\$ 333.000,00

14.01.15.451.0106.1.150 – Construção/Recuperação/Manutenção de Canais/Galerias / Macro Drenagem

726 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 246.000,00
Total deste Projeto R\$ 246.000,00

14.01.15.451.0106.1.540 – Pavimentação de Ruas

738 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 613.000,00
Total deste Projeto R\$ 613.000,00

14.01.15.452.0109.2.019 – Coleta e Transporte ao Destino Final de Lixo

810 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 386.000,00
Total desta Atividade R\$ 386.000,00

14.01.15.452.0106.2.020 – Manutenção do Serviço de Limpeza Pública

798 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 69.000,00
800 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 281.000,00
Total desta Atividade R\$ 350.000,00

14.01.15.451.0106.2.023 – Manutenção das Vias Urbanas

756 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 409.000,00
758 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 183.000,00
Total desta Atividade R\$ 592.000,00

14.01.15.451.0106.2.035 – Manutenção da Frota Municipal

761 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 346.000,00
Total desta Atividade R\$ 346.000,00
Total do Órgão R\$ 2.866.000,00
Total da Anulação R\$ 5.407.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de dezembro de 2016

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7359/2017

DECRETO Nº 7359/2017

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora TAÍSE NEVES MACHADO, matrícula: 308854, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de janeiro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7360/2017

DECRETO Nº 7360/2017

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora IARA MULLER BERNZ, matrícula: 306177, ocupante do cargo de Farmacêutica, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 11 de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de janeiro de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7361/2017

DECRETO Nº 7361/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados os seguintes servidores admitidos em Caráter Temporário - ACT.

NOME	CARGO	MAT.	LOTAÇÃO	VÍNCULO	DATA SAÍDA
LOUISI TANCREDO PORTO	ASSISTENTE SOCIAL	371173	SECRETARIA DE ASS. SOCIAL	ACT	09/11/2016
NICOLLE SOARES BRASIL	ENFERMEIRO DA FAMÍLIA	417173	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	23/11/2016

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de janeiro de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7362/2017

DECRETO Nº 7362/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, IRIS GERENT, matrícula: 39.776-0, Técnica em Saúde Bucal, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de janeiro de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7363/2017

DECRETO Nº 7363/2017

PRORROGA A DATA DE VENCIMENTO PARA PAGAMENTO DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO, POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS – TFPU.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 312, §1º, do Código Tributário Municipal aprovado pela Lei Complementar nº 021, de 20 de dezembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a data para pagamento em cota única da Taxa de Fiscalização, Posturas e Normas Urbanísticas – TFPU, prevista no art. 312, inciso IV, do Código Tributário Municipal (Lei Complementar 021/2005) até o dia 30 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de janeiro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário da Receita

JUNIOR SPIES
Procurador-Geral Interino

DECRETO Nº 7429/2017

DECRETO Nº 7429/2017

APROVA O Q.D.D. - QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, PARA OS ÓRGÃOS E UNIDADES GESTORAS QUE COMPÕEM O ORÇAMENTO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal 5.605/2016, que aprovou a LDO 2017, combinada com a Lei Municipal 5.606/2016, que aprovou o Orçamento de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Q.D.D. - Quadro de Detalhamento de Despesas, consignando dotações orçamentárias até o nível de Elementos de Despesas individualizadas por Fontes de Recursos, proporcionando o acompanhamento e a execução do Orçamento do Município de São José, para o exercício de 2017, aprovado pela Lei Municipal nº. 5.606/2016, disposto pelo ANEXO I, parte integrante deste decreto.

Art. 2º O Q.D.D. - Quadro de Detalhamento de Despesas aprovado no artigo anterior deste decreto está disponível no Sistema Orçamentário para cada Órgão e Unidade Gestora, iniciando suas atividades orçamentárias a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º A alteração do Q.D.D. e de outras metas fiscais, obrigatoriamente deverá constar do formulário padrão de "Solicitação de Alteração Orçamentária – 2017" - ANEXO II, parte integrante deste decreto, com os campos devidamente preenchidos, inclusive o da justificativa e necessariamente estará sujeita a parecer prévio da Secretaria de Finanças.

Art. 4º Os Órgãos e demais Unidades Gestoras que compõem a estrutura Orçamentária da Prefeitura de São José, inclusive os Fundos, as Fundações, a Autarquia e a Câmara de Vereadores farão a Programação de Comprometimento Financeiro de suas despesas mensais de pessoal, encargos sociais, de custeio, investimentos e demais despesas a partir do mês de janeiro a dezembro de 2017.

Art. 5º No decorrer do exercício de 2017 terão prioridades sobre os demais, os investimentos decorrentes de obras e serviços iniciados e ainda não concluídos no exercício anterior, seguido daqueles com projetos de obras já concluídos e os demais investimentos que já tenham iniciados seus respectivos editais de licitação.

Art. 6º É vedado qualquer procedimento pelos ordenadores que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e os devidos recursos financeiros garantidos.

Art. 7º Para prosseguimento de Processo Licitatório será obrigatório a presença da Nota de Reserva Orçamentária, reservando-se das garantias de existência dos recursos orçamentários.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de janeiro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ											
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS											
PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2017											
ANEXO II - Parte Integrante do Decreto 7429 de 11 de janeiro de 2017											
ÓRGÃO / UNIDADE:											
JUSTIFICATIVA DA ABERTURA DOS CRÉDITOS ADICIONAIS:											
ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS											
SUPLEMENTAÇÃO						REDUÇÃO					
COD. REDU- ZIDO	ORGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIV.	ELEMENTO	FR	VALOR	COD. REDU- ZIDO	ORGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIV.	ELEMENTO	FR	VALOR
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO					0,00	TOTAL DA REDUÇÃO					0,00
DIFERENÇA = RED. X SUPL.					0,00						
São José, ____ de _____ de 2017											
.....											
RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO SOLICITANTE											

DECRETO Nº 7434/2017

DECRETO Nº 7434/2017

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei 4.955/2010 e a Lei 5.388/2014,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2015;

DECRETA:

Art.1º - Fica admitido, o seguinte servidor contratado por processo seletivo, ocupantes de cargos temporários:

	Servidor	Função	Carga Horária	Lotação
I	ALANA MARA LOPES DE SOUZA	Técnico em Saúde Bucal	40 horas	Secretaria de Saúde
II	LUANA DE ALMEIDA	Técnico em Saúde Bucal	40 horas	Secretaria de Saúde
III	MIRELLY KATYANY MELLO	Técnico em Saúde Bucal	40 horas	Secretaria de Saúde
IV	ANELISE LOPES DE ALMEIDA	Técnico de Saúde Bucal	40 horas	Secretaria de Saúde
V	LUANA DE MELO	Técnico em Saúde Bucal	40 horas	Secretaria de Saúde

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de janeiro de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7435/2017

DECRETO Nº 7435/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. FABIANI BOGORNI LENZ para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica Psiquiatra, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de janeiro de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7429/2017

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 01 CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE
 Unidade Orçamentária: 01.01 CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicacao
01.031.0101.1.556.000	CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	1724	Fiscal	80	4.500.000,00	4.500.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES					
01.031.0101.2.001.000	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL					17.879.876,64
3.1.90.01.00.00.00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	1704	Fiscal	80	220.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1705	Fiscal	80	11.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1706	Fiscal	80	10.500.000,00	
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1707	Fiscal	80	1.529.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1708	Fiscal	80	22.000,00	
3.1.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1709	Fiscal	80	22.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1710	Fiscal	80	11.000,00	
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1711	Fiscal	80	550.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1712	Fiscal	80	20.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1713	Fiscal	80	400.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1714	Fiscal	80	30.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1715	Fiscal	80	30.000,00	
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	1716	Fiscal	80	950.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1717	Fiscal	80	80.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1718	Fiscal	80	1.627.116,64	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1719	Fiscal	80	1.200.000,00	
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1720	Fiscal	80	21.600,00	
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1721	Fiscal	80	2.160,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	1722	Fiscal	80	54.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1723	Fiscal	80	600.000,00	

	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	12.865.000,00	0,00	4.360.876,64	5.154.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	12.865.000,00	0,00	4.360.876,64	5.154.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	12.865.000,00	0,00	4.360.876,64	5.154.000,00	0,00	0,00
Fiscal	4.500.000,00	17.879.876,64	0,00	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Segur.	0,00	0,00	0,00	17.225.876,64	5.154.000,00	22.379.876,64
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.500.000,00	17.879.876,64	0,00	17.225.876,64	5.154.000,00	22.379.876,64

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 02 GABINETE DA PREFEITA
 Unidade Orçamentária: 02.02 SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECI

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicação
04.122.0105.2.455.000	FUNC. E MANUT. DA SECRETARIA DE PROJ. ESPECIAL					595.986,91
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	14	Fiscal	80	747,40	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	15	Fiscal	80	110,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	16	Fiscal	80	491.062,61	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	17	Fiscal	80	1.100,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	18	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	19	Fiscal	80	4.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	20	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	21	Fiscal	80	68.858,17	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	22	Fiscal	80	24.090,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	23	Fiscal	80	5.018,73	
15.451.0106.1.311.000	IMPLANTAÇÃO DE TRAPICHES E DECKS					1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	24	Fiscal	33	500.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	25	Fiscal	34	500.000,00	
15.451.0106.1.554.000	REVITALIZAÇÃO DA BEIRA MAR E ENTORNO					1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	26	Fiscal	33	500.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	27	Fiscal	34	500.000,00	
15.451.0106.1.555.000	IMPLANTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO INCLUINDO A DRENAGEM E SANEAMENTO DE ÁREAS PÚBLICAS D					4.505.308,14
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	28	Fiscal	59	3.400.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	29	Fiscal	63	50.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	30	Fiscal	80	1.055.308,14	
15.451.0110.2.059.000	FUNC. E MANUT. SERV. ILUMINAÇÃO PÚBLICA					30.998.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	31	Fiscal	300	114.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	32	Fiscal	300	30.764.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	33	Fiscal	300	120.000,00	
27.812.0104.3.103.000	PROJETO CENTRO SOCIAL ESPORTIVO - BELA VISTA					100.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	34	Fiscal	33	100.000,00	
Pessoal e Enc.Soc.		Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	493.020,01	0,00	30.975.948,17	6.730.326,87	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	493.020,01	0,00	30.975.948,17	6.730.326,87	0,00	0,00
Total dos Projetos		Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	6.605.308,14	31.593.986,91	0,00	31.468.968,18	6.730.326,87	38.199.295,05
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6.605.308,14	31.593.986,91	0,00	31.468.968,18	6.730.326,87	38.199.295,05

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 02 GABINETE DA PREFEITA
 Unidade Orçamentária: 02.03 SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCI

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Importância
					Total da Aplicação	
04.122.0105.2.451.000	FUNC. E MANUT. DA SECRETARIA EXEC. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL					6.613.901,21
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	35	Fiscal	80	1.100,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	36	Fiscal	80	110,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	37	Fiscal	80	418.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	38	Fiscal	80	1.100,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	39	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	40	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	41	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	42	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	43	Fiscal	80	6.126.101,21	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	44	Fiscal	80	23.100,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	45	Fiscal	80	28.890,00	
04.131.0105.2.189.000	PUBLICAÇÃO DOS ATOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL					45.860,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	46	Fiscal	80	500,00	
3.3.93.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	47	Fiscal	80	45.360,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	420.310,00	0,00	28.890,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	420.310,00	0,00	28.890,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	0,00	6.210.561,21	28.890,00	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	6.210.561,21	6.630.871,21	28.890,00	6.659.761,21
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	6.630.871,21	28.890,00	6.659.761,21

	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr.	Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	40.810,00	0,00	0,00	79.617,16	535,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	40.810,00	0,00	0,00	79.617,16	535,00	0,00	0,00
	Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op.	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral	
Fiscal	0,00	120.962,16	0,00	120.427,16	535,00	120.962,16	
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	0,00	120.962,16	0,00	120.427,16	535,00	120.962,16	

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 02 GABINETE DA PREFEITA
 Unidade Orçamentária: 02.05 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Importância
04.122.0105.2.005.000	FUNC. MANUT. DA PROCURADORIA GERAL DO MUNIC					3.661.524,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	58	Fiscal	80	1.100,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	59	Fiscal	80	1.430,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	60	Fiscal	80	3.190.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	61	Fiscal	80	330.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	62	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	63	Fiscal	80	15.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	64	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	65	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	66	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	67	Fiscal	80	40.494,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	68	Fiscal	80	71.500,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	69	Fiscal	80	1.000,00	
					Total da Aplicacao	3.661.524,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	3.522.530,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.522.530,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	3.522.530,00	137.994,00	1.000,00	0,00	0,00
Fiscal	0,00	0,00	3.660.524,00	Despesas de Capital	Total Geral
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	3.661.524,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	3.660.524,00	1.000,00	3.661.524,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 02 GABINETE DA PREFEITA
 Unidade Orçamentária: 02.06 CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
04.122.0107.2.454.000	FUNC. MANUT. DA CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL	70	Fiscal	80	1.100,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	71	Fiscal	80	110,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	72	Fiscal	80	264.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	73	Fiscal	80	1.100,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	74	Fiscal	80	3.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	75	Fiscal	80	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	76	Fiscal	80	176.739,17
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	77	Fiscal	80	11.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	78	Fiscal	80	9.697,95
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER				

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	266.310,00	0,00	9.697,95	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	266.310,00	0,00	9.697,95	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	0,00	462.049,17	9.697,95	471.747,12
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	462.049,17	9.697,95	471.747,12

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 02 GABINETE DA PREFEITA
 Unidade Orçamentária: 02.07 CHEFIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada Total da Aplicação	Importância
04.124.0107.2.458.000	FUNC./MANUT/CHEFIA /CONTROLE INTERNO/AUDITORIA					487.188,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	79	Fiscal	80	1.100,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	80	Fiscal	80	110,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	81	Fiscal	80	352.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	82	Fiscal	80	16.500,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	83	Fiscal	80	4.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	84	Fiscal	80	4.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	85	Fiscal	80	4.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	86	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	87	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	88	Fiscal	80	82.678,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	89	Fiscal	80	11.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	90	Fiscal	80	10.800,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal 369.710,00	0,00	106.678,00	10.800,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 369.710,00	0,00	106.678,00	10.800,00	0,00	0,00
Total dos Projetos 0,00	487.188,00	Total Op. Especiais 0,00	Despesas Correntes 476.388,00	Despesas de Capital 10.800,00	Total Geral 487.188,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 0,00	487.188,00	0,00	476.388,00	10.800,00	487.188,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 02 GABINETE DA PREFEITA
 Unidade Orçamentária: 02.08 SECRETARIA DE GOVERNO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada Total da Aplicação	Importância
04.122.0105.2.253.000	FUNC. E MANUT. DA SECRETARIA DE GOVERNO					603.326,30
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	91	Fiscal	80	1.100,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	92	Fiscal	80	165,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	93	Fiscal	80	440.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	94	Fiscal	80	1.100,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	95	Fiscal	80	3.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	96	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	97	Fiscal	80	3.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	98	Fiscal	80	133.761,30	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	99	Fiscal	80	13.200,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	100	Fiscal	80	3.000,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	442.365,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	442.365,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	442.365,00	157.961,30	3.000,00	0,00	0,00
Fiscal	0,00	0,00	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Segur.	0,00	0,00	600.326,30	3.000,00	603.326,30
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	600.326,30	3.000,00	603.326,30

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 03 GABINETE DO VICE-PREFEITO
 Unidade Orçamentária: 03.01 GABINETE DO VICE-PREFEITO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada Total da Aplicação	Importância
04.122.0105.2.004.000	FUNC. MANUT. DO GABINETE DO VICE-PREFEITO					
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	101	Fiscal	80	110,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	102	Fiscal	80	506.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	103	Fiscal	80	1.100,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	104	Fiscal	80	27.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	105	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	106	Fiscal	80	30.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	107	Fiscal	80	3.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	108	Fiscal	80	72.798,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	109	Fiscal	80	27.500,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	110	Fiscal	80	8.000,00	
						680.508,00

	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	507.210,00	0,00	165.298,00	8.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	507.210,00	0,00	165.298,00	8.000,00	0,00	0,00
	Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	680.508,00	0,00	672.508,00	8.000,00	680.508,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	680.508,00	0,00	672.508,00	8.000,00	680.508,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 Unidade Orçamentária: 04.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
04.122.0105.2.013.000	FUNC.MANUT.DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO				13.239.538,72
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	111	Fiscal	80	143.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	112	Fiscal	80	3.300,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	113	Fiscal	80	3.795.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	114	Fiscal	80	198.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	115	Fiscal	80	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	116	Fiscal	80	400.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	117	Fiscal	80	5.000,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	118	Fiscal	80	500,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	119	Fiscal	80	500,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	120	Fiscal	80	8.424.468,72
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	121	Fiscal	80	253.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	122	Fiscal	80	11.770,00

Fiscal	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Segur.	4.139.300,00	0,00	9.088.468,72	11.770,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.139.300,00	0,00	9.088.468,72	11.770,00	0,00	0,00
Fiscal	Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Segur.	0,00	13.239.538,72	0,00	13.227.768,72	11.770,00	13.239.538,72
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	13.239.538,72	0,00	13.227.768,72	11.770,00	13.239.538,72

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 05 SECRETARIA DE FINANÇAS
 Unidade Orçamentária: 05.01 SECRETARIA DE FINANÇAS

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicação
04.123.0105.2.014.000	FUNC. MANUT. DA SECRETARIA DE FINANÇAS					2.013.137,83
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	123	Fiscal	80	1.100,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	124	Fiscal	80	330,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	125	Fiscal	80	1.650.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	126	Fiscal	80	55.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	127	Fiscal	80	3.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	128	Fiscal	80	9.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	129	Fiscal	80	3.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	130	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	131	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	132	Fiscal	80	232.707,83	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	133	Fiscal	80	55.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	134	Fiscal	80	3.000,00	

	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	1.706.430,00	0,00	303.707,83	3.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.706.430,00	0,00	303.707,83	3.000,00	0,00	0,00
	Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	2.013.137,83	0,00	2.010.137,83	3.000,00	2.013.137,83
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	2.013.137,83	0,00	2.010.137,83	3.000,00	2.013.137,83

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 06 SECRETARIA DE RECEITA
 Unidade Orçamentária: 06.01 SECRETARIA DE RECEITA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
04.129.0105.2.064.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DA SEC. DE RECEITA				Detalhada	Total da Aplicação
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	135	Fiscal	80	1.100,00	6.985.584,09
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	136	Fiscal	80	2.200,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	137	Fiscal	80	4.730.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	138	Fiscal	80	770.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	139	Fiscal	80	3.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	140	Fiscal	80	50.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	141	Fiscal	80	3.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	142	Fiscal	80	540,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	143	Fiscal	80	50.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	144	Fiscal	80	1.185.744,09	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	145	Fiscal	80	187.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	146	Fiscal	80	3.000,00	

Fiscal	Segur.	Invest.	Total	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
5.503.300,00	0,00	0,00	5.503.300,00	5.503.300,00	0,00	1.479.284,09	3.000,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.503.300,00	0,00	0,00	5.503.300,00	5.503.300,00	0,00	1.479.284,09	3.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	0,00	0,00	5.503.300,00	5.503.300,00	0,00	1.479.284,09	3.000,00	0,00	0,00
Fiscal	Segur.	Invest.	Total	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida	Total Geral
6.985.584,09	0,00	0,00	6.985.584,09	6.985.584,09	0,00	6.982.584,09	3.000,00	0,00	6.985.584,09
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.985.584,09	0,00	0,00	6.985.584,09	6.985.584,09	0,00	6.982.584,09	3.000,00	0,00	6.985.584,09

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 Unidade Orçamentária: 08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
12.306.0103.2.026.000	MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	147	Fiscal	10	809.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	148	Fiscal	80	1.080.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	149	Fiscal	80	3.240.000,00
12.306.0103.2.027.000	MERENDA ESCOLAR - CRECHE				
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	150	Fiscal	10	280.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	151	Fiscal	10	400.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	152	Fiscal	80	260.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	153	Fiscal	80	910.000,00
12.306.0103.2.322.000	MERENDA ESCOLAR - ENSINO MÉDIO				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	154	Fiscal	10	24.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	155	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	156	Fiscal	80	28.520,00
12.306.0103.2.323.000	MERENDA ESCOLAR - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	157	Fiscal	10	100.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	158	Fiscal	80	150.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	159	Fiscal	80	358.000,00
12.306.0103.2.507.000	MERENDA ESCOLAR - PRÉ ESCOLA / CEI				
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	160	Fiscal	10	250.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	161	Fiscal	10	150.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	162	Fiscal	80	1.000.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	163	Fiscal	80	2.500.000,00
12.361.0103.1.041.000	IMPL./ REF./ AMPL. E EQUIP. P/ UNIDADES ESCOLARES				
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	164	Fiscal	81	5.400,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	165	Fiscal	6	200.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	166	Fiscal	81	150.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	167	Fiscal	81	5.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	168	Fiscal	6	1.000,00
12.361.0103.1.043.000	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - TRANSP.ESCOLAR - ENS. FUND				
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	169	Fiscal	11	161.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	170	Fiscal	81	1.000,00
12.361.0103.1.175.000	IMPLANT./REFORMA/ AMPL.GINÁSIOS/QUADRAS ESPORTES - EDUCAÇÃO				
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	171	Fiscal	11	300.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	172	Fiscal	81	50.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	173	Fiscal	161	709.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	174	Fiscal	81	1.000,00
12.361.0103.2.029.000	MANUT. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	175	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	176	Fiscal	81	50,00
					51.300,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 Unidade Orçamentária: 08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----
					Detalhada Total da Aplicação
3.3.90.31.00.00.00	PREMIAÇÕES CLT., ART., CIENT., ESP. E OU	177	Fiscal	81	50,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	178	Fiscal	81	50,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	179	Fiscal	81	50,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	180	Fiscal	81	50.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	181	Fiscal	81	50,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	182	Fiscal	81	50,00
12.361.0103.2.030.000	FUNC.MANUT.DA SECR.MUNIC. DE EDUCAÇÃO				17.213.050,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	183	Fiscal	81	1.000.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	184	Fiscal	81	33.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	185	Fiscal	81	11.330.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	186	Fiscal	81	880.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	187	Fiscal	81	220.000,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	188	Fiscal	81	110.000,00
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	189	Fiscal	81	1.210.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	190	Fiscal	80	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	191	Fiscal	6	200.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	192	Fiscal	80	35.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	193	Fiscal	81	100.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	194	Fiscal	81	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	195	Fiscal	81	50,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	196	Fiscal	6	300.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	197	Fiscal	80	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	198	Fiscal	81	900.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	199	Fiscal	81	770.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	200	Fiscal	81	10.000,00
12.361.0103.2.031.000	FUNC. E MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL				67.549.510,80
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	201	Fiscal	80	55.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	202	Fiscal	81	550,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	203	Fiscal	98	20.520.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	204	Fiscal	99	5.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	205	Fiscal	80	3.300,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	206	Fiscal	98	140.400,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	207	Fiscal	99	10.800,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	208	Fiscal	80	360.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	209	Fiscal	81	1.100,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	210	Fiscal	98	24.948.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	211	Fiscal	99	3.456.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	212	Fiscal	81	300.550,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	215	Fiscal	80	1.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	216	Fiscal	98	3.300,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	217	Fiscal	99	21.600,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	218	Fiscal	98	200.000,00
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	219	Fiscal	98	3.600.000,00
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	220	Fiscal	99	400.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	221	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	222	Fiscal	6	700.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	223	Fiscal	81	400.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	224	Fiscal	6	1.300.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	225	Fiscal	81	1.000,00
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	226	Fiscal	81	3.474.260,80

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 Unidade Orçamentária: 08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Despesa	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	227	81	50,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	228	6	2.000.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	229	80	50.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	230	81	1.425.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	231	80	25.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	232	81	3.100.000,00
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	233	81	500,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	234	161	33.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	235	6	50.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	236	80	50,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	237	81	50,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	238	161	963.000,00
12.361.0103.2.032.000	MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. FUND.			421.600,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	239	81	20.600,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	240	122	18.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	241	81	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	242	121	330.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	243	122	33.000,00
12.361.0103.2.033.000	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA			484.000,00
3.3.50.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	244	8	484.000,00
12.361.0103.2.034.000	CAPAC. E FORMAÇÃO/PROFISSIONAIS - ENS. FUND			270.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	245	6	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	246	81	170.000,00
12.361.0103.2.051.000	VALE TRANSPORTE - ENSINO FUNDAMENTAL			500.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	247	81	500.000,00
12.361.0103.2.202.000	FUNC. E MANUT. DAS ENTIDADES			230.000,00
3.3.50.43.00.00.00	FILANTRÓPICAS-ENSINO FUNDAMENTAL	248	81	230.000,00
12.361.0103.2.239.000	MANUTENÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES			50,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	249	81	50,00
12.361.0103.2.325.000	PROJETO SAÚDE DO EDUCANDO - EF			44.380,00
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	250	80	50,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	251	80	50,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	252	80	44.280,00
12.361.0103.2.515.000	VALE-TRANSPORTE - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			21.600,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	253	80	21.600,00
12.361.0103.3.908.000	PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	254	81	1.000,00
12.362.0103.2.037.000	FUNC. MANUT.PROGRAMA DE ENSINO MÉDIO			2.359.500,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	255	80	1.320.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	256	80	4.400,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	257	80	847.000,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 Unidade Orçamentária: 08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Despesa	Fonte	----- Importância -----
				Detalhada Total da Aplicação
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	258	80	1.100,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	259	80	11.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	260	80	176.000,00
12.363.0103.1.044.000	IMPLANT. REF. AMPL. E EQUIP. P/ ESCOLAS PROFISSIONAIS			150,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	261	80	50,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	262	80	50,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	263	80	50,00
12.363.0103.2.042.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL			6.330.400,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	264	80	1.540.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	265	80	16.500,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	266	80	3.223.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	267	80	1.100,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	268	80	55.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	269	80	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	270	80	21.750,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	271	80	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	272	80	800.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	273	80	572.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	274	80	50,00
12.363.0103.2.516.000	VALE-TRANSPORTE - ENSINO PROFISSIONAL			81.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	275	80	81.000,00
12.364.0103.2.240.000	MANUTENÇÃO DO POLO UAB			11.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	276	80	11.000,00
12.365.0103.1.046.000	IMPLANT/ AMPL / REFORMA E EQUIP P/ CENTROS DE EDUC. INFANTIL			8.096.784,88
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	277	81	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	278	6	350.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	279	81	599.784,88
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	280	161	5.098.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	281	6	243.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	282	81	500.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	283	161	1.303.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	284	6	1.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	285	81	1.000,00
12.365.0103.2.039.000	FUNC. E MANUT. EDUC. INF. - CRECHE			38.470.674,79
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	286	81	5.253.875,89
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	287	98	5.415.092,83
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	289	81	1.100,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	290	98	140.400,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	291	81	10.354.496,95
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	292	98	5.400.000,00
3.1.90.11.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	293	81	1.100.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	295	81	11.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	296	98	11.880,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 Unidade Orçamentária: 08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Despesa	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	297	Fiscal	81
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	298	Fiscal	77.000,00
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	299	Fiscal	2.200.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	300	Fiscal	98
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	301	Fiscal	628.560,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	302	Fiscal	80
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	303	Fiscal	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	304	Fiscal	6
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	305	Fiscal	11
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	288	Fiscal	150.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	306	Fiscal	200.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	307	Fiscal	161
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	308	Fiscal	7.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	309	Fiscal	43.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	310	Fiscal	120.000,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	311	Fiscal	311.000,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	312	Fiscal	50,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	313	Fiscal	400.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	314	Fiscal	2.200.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	315	Fiscal	11
12.365.0103.2.040.000	CAPACITAÇÃO / FORMAÇÃO DE PROF. EDUC. INFANTIL			81
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	316	Fiscal	50.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	317	Fiscal	50.000,00
12.365.0103.2.050.000	VALE TRANSPORTE - ENSINO INFANTIL			81
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	318	Fiscal	250.000,00
12.365.0103.2.201.000	FUNC. E MANUT. DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS - E.I			81
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	319	Fiscal	7.141.938,66
12.365.0103.2.505.000	SAÚDE DO EDUCANDO - ENSINO INFANTIL			80
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	320	Fiscal	50,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	321	Fiscal	60.000,00
12.365.0103.2.508.000	FUNC. E MANUT. EDUC. INF. - PRÉ ESCOLA			81
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	322	Fiscal	1.253.875,89
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	323	Fiscal	1.100,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	324	Fiscal	129.619,99
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	325	Fiscal	10.647.069,46
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	326	Fiscal	4.320.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	327	Fiscal	1.100.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	329	Fiscal	11.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	330	Fiscal	11.800,00
3.1.90.16.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	331	Fiscal	77.000,00
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	332	Fiscal	2.200.000,00
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	333	Fiscal	844.547,18
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	334	Fiscal	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	335	Fiscal	300.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	336	Fiscal	184.000,00
100.000,00				100.000,00
250.000,00				250.000,00
7.141.938,66				7.141.938,66
60.050,00				60.050,00
23.503.512,52				23.503.512,52

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 Unidade Orçamentária: 08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Importância
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	337	Fiscal	81	1.000,00	-----
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	338	Fiscal	81	10.000,00	-----
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	339	Fiscal	81	100.000,00	-----
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	340	Fiscal	6	400.000,00	-----
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	341	Fiscal	11	109.000,00	-----
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	342	Fiscal	81	1.000,00	-----
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	343	Fiscal	81	1.650.000,00	-----
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	344	Fiscal	6	1.000,00	-----
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	345	Fiscal	11	150.000,00	-----
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	346	Fiscal	81	500,00	-----
12.366.0103.2.041.000	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				354.310,00	-----
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	347	Fiscal	81	22.000,00	-----
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	348	Fiscal	81	110,00	-----
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	349	Fiscal	81	88.000,00	-----
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	350	Fiscal	81	1.100,00	-----
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	351	Fiscal	81	5.500,00	-----
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	352	Fiscal	81	1.080,00	-----
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	353	Fiscal	80	106.920,00	-----
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	354	Fiscal	81	75.600,00	-----
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	355	Fiscal	125	43.000,00	-----
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	356	Fiscal	81	11.000,00	-----

Fiscal	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Segur.	127.145.828,19	0,00	48.244.118,58	11.279.784,88	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	127.145.828,19	0,00	48.244.118,58	11.279.784,88	0,00	0,00
Fiscal	Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Segur.	9.681.334,88	176.988.396,77	0,00	175.389.946,77	11.279.784,88	186.669.731,65
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	9.681.334,88	176.988.396,77	0,00	175.389.946,77	11.279.784,88	186.669.731,65

SANTA CATARINA
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Prefeitura Municipal de São José
Exercício de 2017

Órgão.....: 09 SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E
 Unidade Orçamentária: 09.01 SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
06.125.0110.2.258.000	PROGRAMA DE APOIO A CORREGEDORIA				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	357	Fiscal	80	500,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	358	Fiscal	80	500,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	359	Fiscal	80	500,00
06.125.0110.2.295.000	IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE				
	SINALIZAÇÃO ELETRÔNICA				182.100,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	360	Fiscal	26	6.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	361	Fiscal	26	23.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	362	Fiscal	26	117.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	363	Fiscal	26	35.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	364	Fiscal	80	500,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	365	Fiscal	26	600,00
06.125.0110.2.297.000	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TOTEIS				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	366	Fiscal	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	367	Fiscal	80	540,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	368	Fiscal	80	540,00
06.125.0112.2.259.000	FUNC. MANUT. DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	369	Fiscal	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	370	Fiscal	80	540,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	371	Fiscal	80	540,00
06.125.0112.2.298.000	CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	372	Fiscal	80	540,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	373	Fiscal	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	374	Fiscal	80	540,00
06.181.0110.1.019.000	IMPLANTAÇÃO E REFORMA DE POSTOS POLICIAIS,				
	SSDST E BASE OPERACIONAL G.M.				172.800,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	375	Fiscal	26	157.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	376	Fiscal	80	10.800,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	377	Fiscal	26	5.000,00
06.181.0110.2.018.000	ENCARGOS DO CONVÊNIO TRÂNSITO LEI 12.445/04-1				
	- SSP				520.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	378	Fiscal	26	100.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	379	Fiscal	26	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	380	Fiscal	26	180.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	381	Fiscal	26	140.000,00
06.181.0110.2.156.000	EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	382	Fiscal	26	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	383	Fiscal	26	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	384	Fiscal	26	1.000,00
06.181.0110.2.261.000	FUNC. MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL				
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	385	Fiscal	80	1.100,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	386	Fiscal	80	8.800,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	387	Fiscal	80	6.050.000,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 09 SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E
 Unidade Orçamentária: 09.01 SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----
					Detalhada Total da Aplicação
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	388	Fiscal	80	1.320.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	389	Fiscal	80	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	390	Fiscal	26	62.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	391	Fiscal	62	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	392	Fiscal	80	80.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	393	Fiscal	153	2.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	394	Fiscal	80	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	395	Fiscal	80	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	396	Fiscal	26	197.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	397	Fiscal	62	130.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	398	Fiscal	80	245.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	399	Fiscal	153	2.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	400	Fiscal	80	352.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	401	Fiscal	26	90.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	402	Fiscal	80	5.400,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	403	Fiscal	153	7.000,00
06.181.0110.2.296.000	ENCARGOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO COM A POLÍCIA				8.000,00
	RODOVIÁRIA FEDERAL				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	404	Fiscal	34	2.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	405	Fiscal	34	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	406	Fiscal	34	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	407	Fiscal	34	2.000,00
06.182.0110.2.010.000	AÇÕES DE DEFESA CIVIL				81.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	408	Fiscal	80	50.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	409	Fiscal	80	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	410	Fiscal	80	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	411	Fiscal	80	20.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	412	Fiscal	80	1.000,00
06.182.0110.2.016.000	ENCARGOS DO CONV. FUNREBOM - LEI 2.353/91				3.440.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	413	Fiscal	19	990.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	414	Fiscal	19	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	415	Fiscal	19	690.000,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	416	Fiscal	19	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	417	Fiscal	19	550.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	418	Fiscal	19	1.200.000,00
06.183.0110.2.131.000	FUNC. MANUT. DA SEC. /SEGURANÇA E DEFESA				3.880.180,00
	SOCIAL				
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	419	Fiscal	80	110.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	420	Fiscal	80	5.500,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	421	Fiscal	80	2.420.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	422	Fiscal	80	165.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	423	Fiscal	80	10.800,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	424	Fiscal	26	312.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	425	Fiscal	80	97.200,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	426	Fiscal	153	3.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	427	Fiscal	80	10.800,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	428	Fiscal	80	237.600,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	429	Fiscal	80	371.280,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 09 SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E
 Unidade Orçamentária: 09.01 SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	430	Fiscal	153	2.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	431	Fiscal	80	121.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	432	Fiscal	33	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	433	Fiscal	80	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	434	Fiscal	153	2.000,00
06.183.0110.2.401.000	VIDEO DE MONITORAMENTO COMUNITÁRIO				1.754.255,48
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	435	Fiscal	26	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	436	Fiscal	33	3.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	437	Fiscal	153	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	438	Fiscal	26	35.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	439	Fiscal	33	3.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	440	Fiscal	80	560.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	441	Fiscal	153	2.000,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	442	Fiscal	62	100.000,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	443	Fiscal	80	1.015.775,48
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	444	Fiscal	26	3.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	445	Fiscal	80	1.080,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	446	Fiscal	153	3.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	447	Fiscal	33	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	448	Fiscal	80	21.400,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	449	Fiscal	153	2.000,00
06.183.0112.2.009.000	MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO				1.042.004,87
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	450	Fiscal	26	214.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	451	Fiscal	26	300.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	452	Fiscal	33	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	453	Fiscal	26	389.004,87
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	454	Fiscal	33	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	455	Fiscal	80	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	456	Fiscal	33	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	457	Fiscal	26	126.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	458	Fiscal	33	2.000,00
15.451.0112.1.173.000	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL PARA O MUNICÍPIO				1.987.875,13
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	459	Fiscal	80	5.400,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	460	Fiscal	26	1.876.395,13
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	461	Fiscal	62	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	462	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	463	Fiscal	26	4.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	464	Fiscal	80	1.080,00
15.452.0112.2.257.000	ESTACIONAMENTO ROTATIVO				528.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	465	Fiscal	26	12.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	466	Fiscal	26	12.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	467	Fiscal	26	92.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	468	Fiscal	62	300.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	469	Fiscal	62	100.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	470	Fiscal	26	12.000,00
15.453.0112.1.004.000	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS DE				

	Pessoal e Enc.Soc.	Juros	Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
isical	10.081.400,00		0,00	9.855.075,48	9.609.920,00	0,00	0,00
egur.	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
invest.	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
total	10.081.400,00		0,00	9.855.075,48	9.609.920,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total	das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral	
isical	9.496.555,13	20.049.840,35	0,00	19.936.475,48	9.609.920,00	29.546.395,48	
egur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
total	9.496.555,13	20.049.840,35	0,00	19.936.475,48	9.609.920,00	29.546.395,48	

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 09 SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E
 Unidade Orçamentária: 09.02 FUNDO MUNIC.DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada Total da Aplicação	Importância
14.422.0105.2.260.000	FUNC. MANUTENÇÃO AO PROCON					
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	495	Fiscal	80	1.100,00	261.008,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	496	Fiscal	80	110,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	497	Fiscal	80	220.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	498	Fiscal	80	11.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	499	Fiscal	80	4.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	500	Fiscal	80	4.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	501	Fiscal	80	3.798,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	502	Fiscal	80	16.500,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	503	Fiscal	80	500,00	
14.422.0105.2.263.000	FUNC. MANUT. DO FUNDO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR					229.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	504	Fiscal	210	23.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	505	Fiscal	210	23.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	506	Fiscal	210	23.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	507	Fiscal	210	6.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	508	Fiscal	210	114.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	509	Fiscal	210	40.000,00	
14.422.0105.2.264.000	FUNC. MANUT. DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR					1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	510	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	511	Fiscal	80	500,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal 232.210,00	0,00	218.298,00	40.500,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 232.210,00	0,00	218.298,00	40.500,00	0,00	0,00
Total dos Projetos 0,00	491.008,00	Total Op. Especiais 0,00	Despesas Correntes 450.508,00	Despesas de Capital 40.500,00	Total Geral 491.008,00
Fiscal 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 0,00	491.008,00	0,00	450.508,00	40.500,00	491.008,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 10 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 10.01 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
08.243.0111.2.438.000	FUNC. MANUT. CONS. (CMDCA, CONS. TUTELAR)				783.810,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	512	Seguridade	80	616.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	513	Seguridade	80	110,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	514	Seguridade	80	21.600,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	515	Seguridade	80	16.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	516	Seguridade	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	517	Seguridade	80	60.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	518	Seguridade	80	44.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	519	Seguridade	80	100,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	520	Seguridade	80	25.000,00
08.244.0111.2.063.000	FUNCIONAMENTO E MANUT. DA SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				13.895.868,27
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	521	Seguridade	80	3.410.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	522	Seguridade	80	4.400,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	523	Seguridade	80	4.730.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	524	Seguridade	80	385.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	525	Seguridade	80	40.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	526	Seguridade	80	147.687,06
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	527	Seguridade	80	20.000,00
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	528	Seguridade	80	500,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	529	Seguridade	80	500,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	530	Seguridade	80	180.000,00
3.3.90.37.00.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	531	Seguridade	80	100,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	532	Seguridade	80	3.019.613,21
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	533	Seguridade	80	715.000,00
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍ	534	Seguridade	80	540,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	535	Seguridade	62	700.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	536	Seguridade	54	233.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	537	Seguridade	80	1.080,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	538	Seguridade	80	308.448,00
08.244.0111.2.082.000	FUNC. MANUT. SECRETARIAS EXECUTIVAS DOS CONS.DE DIREITOS				32.100,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	539	Seguridade	80	500,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	540	Seguridade	80	500,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	541	Seguridade	80	500,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	542	Seguridade	80	30.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	543	Seguridade	80	100,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	544	Seguridade	80	500,00
08.244.0111.2.464.000	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E CONTRIBUTIVOS - SWAS				200,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	545	Seguridade	80	100,00
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	546	Seguridade	80	100,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 10 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 10.01 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
--------	---------------	---------	--------	-------	---

	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	9.145.510,00	0,00	4.998.240,27	568.228,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	9.145.510,00	0,00	4.998.240,27	568.228,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	9.145.510,00	0,00	4.998.240,27	568.228,00	0,00	0,00
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	14.711.978,27	0,00	14.143.750,27	568.228,00	14.711.978,27
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	14.711.978,27	0,00	14.143.750,27	568.228,00	14.711.978,27

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 11 SECRET. DE DESENVOLV. ECON, CIÊNCIA E T
 Unidade Orçamentária: 11.01 SECRET. DE DESENVOLV. ECON, CIÊNCIA E T

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
11.334.0108.2.060.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DA SDECT				1.436.249,34
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	547	Fiscal	80	22.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	548	Fiscal	80	110,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	549	Fiscal	80	1.045.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	550	Fiscal	80	1.100,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	551	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	552	Fiscal	80	8.001,06
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	553	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	554	Fiscal	34	250.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	555	Fiscal	80	500,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	556	Fiscal	80	49.538,28
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	557	Fiscal	80	55.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	558	Fiscal	80	3.000,00
11.334.0108.2.521.000	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL				2.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	559	Fiscal	80	2.000,00
15.451.0108.1.557.000	REVITALIZAÇÃO DAS ÁREAS INDUSTRIAIS				11.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	560	Fiscal	117	11.000.000,00
19.573.0108.2.275.000	FOMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA				2.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	561	Fiscal	80	2.000,00
22.665.0108.1.161.000	SALA DO EMPRESÁRIO				25.500,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	562	Fiscal	80	500,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	563	Fiscal	80	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	564	Fiscal	131	20.000,00
22.665.0108.1.164.000	IMPLANTAR O PROGRAMA DE QUALIDADE				144.500,00
3.3.90.30.00.00.00	PROFISSIONAL	565	Fiscal	131	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	566	Fiscal	80	4.500,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	567	Fiscal	131	120.000,00
23.691.0108.1.159.000	INCENTIVAR MICROS E PEQUENAS EMPRESAS				211.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	568	Fiscal	80	500,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	569	Fiscal	131	30.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	570	Fiscal	80	500,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	571	Fiscal	131	60.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	572	Fiscal	131	60.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	573	Fiscal	131	60.000,00
23.691.0108.2.230.000	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				540,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	574	Fiscal	80	540,00
23.691.0108.2.276.000	FEIRAS E CONGRESSOS EMPRESARIAIS DE SÃO JOSÉ				8.500,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	575	Fiscal	80	8.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	576	Fiscal	80	500,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 11 SECRET. DE DESENVOLV. ECON, CIÊNCIA E T
 Unidade Orçamentária: 11.01 SECRET. DE DESENVOLV. ECON, CIÊNCIA E T

----- Importância -----
 Detalhada Total da Aplicacao

Código Especificação Despesa Esfera Fonte

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	1.068.210,00	0,00	11.148.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	614.079,34	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.068.210,00	614.079,34	11.148.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	11.381.000,00	1.449.289,34	1.682.289,34	11.148.000,00	12.830.289,34
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11.381.000,00	1.449.289,34	1.682.289,34	11.148.000,00	12.830.289,34

SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de São José			Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD Exercício de 2017					
Órgão.....: 12 SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS								
Unidade Orçamentária: 12.01 SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS								
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao			
04.122.0105.2.307.000	REGULARIZAÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS						216,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	577	Fiscal	80		216,00		
15.323.0105.3.907.000	IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE OBRAS						1.216,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	578	Fiscal	33		1.000,00		
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	579	Fiscal	80		216,00		
15.323.0106.3.906.000	IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO PLANO DIRETOR						1.216,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	580	Fiscal	33		1.000,00		
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	581	Fiscal	80		216,00		
15.451.0106.2.056.000	FUNC MANUT.DOS CEMITÉRIOS PUBL. MUNIC						875.472,00	
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	582	Fiscal	80		1.100,00		
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	583	Fiscal	80		110,00		
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	584	Fiscal	80		1.100,00		
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	585	Fiscal	80		1.100,00		
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	586	Fiscal	80		16.200,00		
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	587	Fiscal	80		540,00		
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	588	Fiscal	80		843.422,00		
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	589	Fiscal	80		1.100,00		
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	590	Fiscal	80		10.800,00		
15.451.0106.2.057.000	FUNC.E MANUT. DA SEC. DE SERV. PUBLICOS						4.536.840,00	
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	591	Fiscal	80		22.000,00		
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	592	Fiscal	80		880,00		
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	593	Fiscal	80		3.850.000,00		
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	594	Fiscal	80		385.000,00		
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	595	Fiscal	80		3.240,00		
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	596	Fiscal	80		20.520,00		
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	597	Fiscal	80		3.240,00		
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	598	Fiscal	80		540,00		
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	599	Fiscal	80		540,00		
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	600	Fiscal	80		119.880,00		
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	601	Fiscal	80		77.000,00		
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	602	Fiscal	80		54.000,00		
15.452.0106.1.116.000	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS						627.731,72	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	603	Fiscal	80		540,00		
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	604	Fiscal	80		265.680,00		
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	605	Fiscal	80		361.511,72		

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 13 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇ
 Unidade Orçamentária: 13.01 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇ

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
04.121.0105.2.008.000	FUNCIONAMENTO MANUTENÇÃO DA SEPLANGE				
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	606	Fiscal	80	1.100,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	607	Fiscal	80	110,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	608	Fiscal	80	770.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	609	Fiscal	80	1.100,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	610	Fiscal	80	10.800,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	611	Fiscal	80	10.800,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	612	Fiscal	80	10.800,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	613	Fiscal	80	540,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	614	Fiscal	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	615	Fiscal	80	55.722,11
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	616	Fiscal	80	8.800,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	617	Fiscal	80	5.400,00
04.121.0105.2.123.000	PROGR. MODERNIZ. ADM. E TRIBUTÁRIA - PMAT				8.586.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	618	Fiscal	5	20.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	619	Fiscal	5	100.000,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	620	Fiscal	5	3.466.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	621	Fiscal	5	1.000.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	622	Fiscal	5	3.000.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	623	Fiscal	5	1.000.000,00
04.121.0105.2.229.000	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS				1.778.420,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	624	Fiscal	80	540,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	625	Fiscal	33	57.000,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	626	Fiscal	34	1.138.000,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	627	Fiscal	80	800,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	628	Fiscal	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	629	Fiscal	33	12.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	630	Fiscal	34	569.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	631	Fiscal	80	540,00
04.122.0105.2.274.000	PROGR.NAC. APOIO A MODERNIZ. ADMINISTR. PNAFM - FASE 3				7.522.800,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	632	Fiscal	140	911.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	633	Fiscal	140	4.552.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	634	Fiscal	80	10.800,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	635	Fiscal	140	2.049.000,00
04.122.0105.2.522.000	PRORROGAÇÃO PNAFM 2				3.588.887,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	636	Fiscal	140	1.700.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	637	Fiscal	80	188.887,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	638	Fiscal	140	1.700.000,00
04.122.0108.1.319.000	ELAB.DE PROJ. / ESTUDOS ESTRATÉG./APOIO À GESTÃO MUNICIPAL				11.340,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	639	Fiscal	80	540,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	640	Fiscal	80	10.800,00
15.451.0106.1.560.000	PROJETO PRAÇA BELA VISTA II				3.240,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	641	Fiscal	80	1.080,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 13 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇ
 Unidade Orçamentária: 13.01 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇ

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Importância
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	642	Fiscal	80	2.160,00	2.160,00
15.451.0112.1.558.000	MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE					205.400,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	643	Fiscal	34	200.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	644	Fiscal	80	5.400,00	
19.573.0105.1.551.000	COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO					2.287.880,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	645	Fiscal	80	540,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	646	Fiscal	34	569.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	647	Fiscal	80	540,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	648	Fiscal	135	569.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	649	Fiscal	80	10.800,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	650	Fiscal	34	1.138.000,00	
19.573.0105.1.559.000	PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO					1.001.080,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	651	Fiscal	34	1.000.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	652	Fiscal	80	1.080,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal 792.310,00	0,00	18.974.202,11	6.094.247,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 792.310,00	0,00	18.974.202,11	6.094.247,00	0,00	0,00
Total dos Projetos 3.508.940,00	22.351.819,11	Total Op. Especiais 0,00	Despesas de Capital 6.094.247,00	Despesas de Capital 6.094.247,00	Total Geral 25.860.759,11
Fiscal 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 3.508.940,00	22.351.819,11	0,00	19.766.512,11	6.094.247,00	25.860.759,11

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José **Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**
Exercício de 2017

Órgão.....: 14 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 Unidade Orçamentária: 14.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
06.182.0110.3.903.000	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À CATASTROFE CLIMÁTICA				1.009.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	653	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	654	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	655	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍ	656	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	657	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	658	Fiscal	234	700.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	659	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	660	Fiscal	234	303.000,00
15.122.0105.2.015.000	FUNC. MANUT. DA SEC. DE INFRAESTRUTURA				3.715.158,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	661	Fiscal	80	110.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	662	Fiscal	80	440,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	663	Fiscal	80	2.200.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	664	Fiscal	80	275.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	665	Fiscal	80	3.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	666	Fiscal	80	97.718,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	667	Fiscal	80	3.000,00
3.3.90.37.00.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	668	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	669	Fiscal	80	750.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	670	Fiscal	133	100.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	671	Fiscal	80	165.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	672	Fiscal	80	10.000,00
15.451.0106.1.028.000	CONSTR./REFORMAS/AMPL. PRÓPRIOS MUNIC./CTROS ADMINISTR.				4.456.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	673	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	674	Fiscal	117	300.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	676	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	677	Fiscal	117	800.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1812	Fiscal	133	100.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	678	Fiscal	140	2.503.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1807	Fiscal	146	150.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	679	Fiscal	117	1.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	680	Fiscal	117	600.000,00
15.451.0106.1.040.000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS				3.210.800,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	681	Fiscal	15	1.271.576,60
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	682	Fiscal	80	700.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	683	Fiscal	154	1.239.223,40
15.451.0106.1.131.000	RECUPERAÇÃO DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS PELA CASAN				8.443.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	684	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	685	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	686	Fiscal	57	2.140.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	687	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	688	Fiscal	144	6.000.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	689	Fiscal	61	300.000,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 14 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 Unidade Orçamentária: 14.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----
15.451.0106.1.138.000	PROGRAMA DE REVIT. E HUMANIZ. DAS ÁREAS PÚBLICAS				Detalhada Total da Aplicação
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	690	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	691	Fiscal	15	1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	692	Fiscal	33	2.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	694	Fiscal	80	78.124,69
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	695	Fiscal	131	1.062.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	696	Fiscal	132	1.500.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	697	Fiscal	135	500.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	698	Fiscal	80	350.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	699	Fiscal	80	1.000,00
15.451.0106.1.150.000	CONSTR. RECUP./MANUT. CANAIS/GALERIAS/ MACRO DRENAGEM				10.201.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	700	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	701	Fiscal	80	2.500.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	702	Fiscal	102	300.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	703	Fiscal	135	1.600.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	704	Fiscal	142	5.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	705	Fiscal	234	800.000,00
15.451.0106.1.540.000	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS				49.552.431,32
4.4.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	706	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	707	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	708	Fiscal	142	6.810.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	709	Fiscal	15	10.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	710	Fiscal	33	690.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	711	Fiscal	35	2.780.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	712	Fiscal	53	12.034.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	713	Fiscal	64	790.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	714	Fiscal	65	693.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	715	Fiscal	66	5.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	716	Fiscal	80	10.392.431,32
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	717	Fiscal	117	4.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	718	Fiscal	120	900.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	719	Fiscal	131	1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1813	Fiscal	133	100.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	720	Fiscal	146	150.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	721	Fiscal	300	1.002.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	722	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	723	Fiscal	117	500.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	724	Fiscal	120	650.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	725	Fiscal	131	2.000.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	726	Fiscal	135	10.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	727	Fiscal	141	38.000,00
15.451.0106.1.542.000	IMPLANTAÇÃO DA MACRODRENAGEM				11.001.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	728	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	729	Fiscal	142	11.000.000,00
15.451.0106.2.022.000	CONSTR. /CONSERV. DE ESTRADAS VICINAIS, PONTES E PONTILHÕES				1.361.944,06

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 14 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 Unidade Orçamentária: 14.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	730	Fiscal	80	485.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	731	Fiscal	80	400.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	732	Fiscal	58	107.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	733	Fiscal	80	369.944,06
15.451.0106.2.023.000	MANUTENÇÃO DAS VIAS URBANAS				4.653.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	734	Fiscal	80	1.800.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	735	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	736	Fiscal	80	2.850.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	737	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	738	Fiscal	80	1.000,00
15.451.0106.2.035.000	MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL				3.150.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	739	Fiscal	80	2.750.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	740	Fiscal	80	400.000,00
15.451.0106.2.058.000	DEMOL. REMOÇÃO CONSTR. IRREGULARES				1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	741	Fiscal	80	1.000,00
15.451.0106.2.205.000	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS				2.053.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	742	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	743	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	744	Fiscal	80	150.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	745	Fiscal	35	310.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	746	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	747	Fiscal	102	200.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	748	Fiscal	132	1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	749	Fiscal	135	100.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	750	Fiscal	142	290.000,00
15.451.0106.2.217.000	IMPL./MANUT. E CONSERV. DE PRAÇAS/ PARQUES E JARDINS				1.255.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	751	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	752	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	753	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	754	Fiscal	80	500.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	755	Fiscal	119	752.000,00
15.451.0106.3.300.000	OBRAS DA ESTRADA GERAL DO ALTO FORQUILHAS				1.498.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	756	Fiscal	330	1.498.000,00
15.451.0106.3.950.000	DESAPROPRIAÇÃO EM GERAL - MUNICÍPIO				751.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	757	Fiscal	33	100.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	758	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1809	Fiscal	117	400.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1814	Fiscal	133	100.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1808	Fiscal	146	150.000,00
15.451.0112.1.024.000	IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA DAS TORRES - SENTIDO SUL				6.001.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	759	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	760	Fiscal	142	6.000.000,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 14 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 Unidade Orçamentária: 14.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
15.451.0112.1.080.000	AVENIDA DAS UNIVERSIDADES				
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	761	Fiscal	33	5.000.000,00
15.451.0112.1.135.000	CONSTRUÇÃO DA AVENIDA BEIRA MAR CONTINENTAL				
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	762	Fiscal	80	12.001.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	763	Fiscal	142	12.000.000,00
15.451.0112.1.157.000	IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA BEIRA RIO				
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	764	Fiscal	80	15.001.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	765	Fiscal	142	15.000.000,00
15.451.0112.1.552.000	IMPLANTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	766	Fiscal	80	303.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	767	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	768	Fiscal	33	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	769	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	770	Fiscal	135	100.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	771	Fiscal	142	100.000,00
15.452.0106.2.020.000	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA				
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	772	Fiscal	80	5.029.511,18
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	773	Fiscal	80	1.100,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	774	Fiscal	80	770,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	775	Fiscal	80	990.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	776	Fiscal	80	99.000,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	777	Fiscal	80	201.641,18
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	778	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	779	Fiscal	80	3.024.000,00
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	780	Fiscal	80	99.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	781	Fiscal	15	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	782	Fiscal	80	300.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	783	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	784	Fiscal	102	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	785	Fiscal	135	300.000,00
15.452.0106.2.513.000	LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS, PRAÇAS, PARQUES E JARDINS				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	786	Fiscal	80	7.777.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	787	Fiscal	80	1.000,00
15.452.0109.2.019.000	COLETA E TRANSP. AO DESTINO FINAL DE LIXO				
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	788	Fiscal	80	7.776.000,00
15.453.0112.1.101.000	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS URBANOS				
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	789	Fiscal	80	23.800.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	790	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	791	Fiscal	15	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	792	Fiscal	25	190.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	793	Fiscal	35	251.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	794	Fiscal	80	220.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	794	Fiscal	132	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	794	Fiscal	132	200.000,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 14 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 Unidade Orçamentária: 14.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	795	Fiscal	135	Detalhada Total da Aplicação
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	796	Fiscal	80	390.000,00
					1.000,00
16.482.0106.1.084.000	PAC - POLIGONAL II				17.061.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	797	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	798	Fiscal	142	1.000,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	799	Fiscal	142	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	800	Fiscal	142	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	801	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	802	Fiscal	142	197.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	803	Fiscal	143	2.715.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	804	Fiscal	80	1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	805	Fiscal	135	1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	806	Fiscal	142	4.726.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	807	Fiscal	143	200.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	808	Fiscal	160	6.006.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	809	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	810	Fiscal	135	600.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	811	Fiscal	142	600.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	812	Fiscal	143	10.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	813	Fiscal	80	1.000,00
16.482.0106.1.086.000	FNHIS- PEDREGAL/JD SOLEMAR/JD				2.203.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	814	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	815	Fiscal	135	600.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	816	Fiscal	142	600.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	817	Fiscal	143	1.000.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	818	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	819	Fiscal	80	1.000,00
16.482.0106.1.089.000	FNHIS - COLONIA SANTANA				902.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	820	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	821	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	822	Fiscal	135	100.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	823	Fiscal	142	400.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	824	Fiscal	143	400.000,00
16.482.0106.1.109.000	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO HABITAR BRASIL/ BID				1.021.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	825	Fiscal	80	20.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	826	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	827	Fiscal	142	1.000.000,00
17.512.0106.1.081.000	PROGRAMA ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2				8.382.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	828	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	829	Fiscal	135	300.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	830	Fiscal	142	1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	831	Fiscal	80	80.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	832	Fiscal	135	1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	833	Fiscal	142	5.000.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	834	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	835	Fiscal	142	1.000.000,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 14 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 Unidade Orçamentária: 14.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada Total da Aplicação	Importância
17.512.0106.2.192.000	OBRAS E AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO					11.103.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	836	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	837	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	838	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	839	Fiscal	102	4.000.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	840	Fiscal	135	1.000.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	841	Fiscal	142	100.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	842	Fiscal	144	6.000.000,00	
17.512.0106.2.194.000	IMPLANTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO					755.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	843	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	844	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	845	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	846	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	847	Fiscal	102	200.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	848	Fiscal	135	100.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	849	Fiscal	142	200.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	850	Fiscal	144	100.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	851	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	852	Fiscal	102	50.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	853	Fiscal	135	100.000,00	
17.512.0109.1.553.000	IMPLANTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS					303.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	854	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	855	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	856	Fiscal	33	100.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	857	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	858	Fiscal	135	100.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	859	Fiscal	142	100.000,00	
Fiscal	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Segur.	3.676.310,00	0,00	47.641.359,18	179.382.300,07	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.676.310,00	0,00	47.641.359,18	179.382.300,07	0,00	0,00
Fiscal	Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Segur.	166.046.356,01	64.653.613,24	0,00	51.317.669,18	179.382.300,07	230.699.969,25
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	166.046.356,01	64.653.613,24	0,00	51.317.669,18	179.382.300,07	230.699.969,25

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José **Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**
Exercício de 2017

Órgão.....: 18 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
 Unidade Orçamentária: 18.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
27.811.0104.2.404.000	FUNC. E MANUT. DO DESPORTO DE RENDIMENTO				
3.3.50.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1144	Fiscal	80	1.178.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1145	Fiscal	33	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1146	Fiscal	34	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1147	Fiscal	40	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1148	Fiscal	80	75.600,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1149	Fiscal	103	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1150	Fiscal	119	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1151	Fiscal	80	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1152	Fiscal	33	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1153	Fiscal	34	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1154	Fiscal	40	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1155	Fiscal	80	404.458,09
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1156	Fiscal	103	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1157	Fiscal	119	5.000,00
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍ	1158	Fiscal	33	5.000,00
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍ	1159	Fiscal	34	59.000,00
27.811.0104.2.510.000	PROGRAMA BOLSA ATLETA				578.282,00
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍ	1160	Fiscal	80	578.282,00
27.812.0104.1.051.000	CONSTR./ REFORM. GINASIO ESPORTE,				4.151.000,00
4.4.90.51.00.00.00	QUADRAS/EQUIP. ESPORTIVOS				
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1161	Fiscal	33	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1162	Fiscal	34	3.200.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1163	Fiscal	80	330.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1164	Fiscal	103	10.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1165	Fiscal	119	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1166	Fiscal	33	26.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1167	Fiscal	34	500.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1168	Fiscal	80	50.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1169	Fiscal	103	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1170	Fiscal	119	10.000,00
27.812.0104.2.054.000	FUNC.E MANUT.DA FUND. MUNIC. DE ESPORTES E LAZER - FUNESJ				2.675.581,98
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1171	Fiscal	80	55.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1172	Fiscal	80	880,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1173	Fiscal	80	1.650.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1174	Fiscal	80	33.000,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1175	Fiscal	80	55.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1176	Fiscal	80	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1177	Fiscal	80	124.200,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1178	Fiscal	80	24.287,98
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1179	Fiscal	80	44.334,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1180	Fiscal	80	547.560,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1181	Fiscal	103	10.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1182	Fiscal	80	77.000,00
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1183	Fiscal	80	1.080,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1184	Fiscal	80	3.240,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José **Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**
Exercício de 2017

Órgão.....: 18 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
 Unidade Orçamentária: 18.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada Total da Aplicação	Importância
27.812.0104.2.055.000	FUNC. E MANUT. DO DESPORTO COMUNITÁRIO					752.754,00
3.3.50.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1185	Fiscal	80	725.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1186	Fiscal	33	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1187	Fiscal	34	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1188	Fiscal	80	2.754,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1189	Fiscal	103	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1190	Fiscal	119	10.000,00	
27.812.0104.2.087.000	FUNC. E MANUT. DE GINASIOS E UNIDADES ESPORTIVAS - FUNESJ					203.662,14
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1191	Fiscal	40	10.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1192	Fiscal	80	64.800,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1193	Fiscal	40	74.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1194	Fiscal	80	50.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1195	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1196	Fiscal	80	3.862,14	
27.812.0104.2.254.000	COORD. DE ATIVIDADES ESPORTIVA E LAZER PARA TODOS EM S. JOSÉ - FUNESJ					10.800,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1197	Fiscal	80	10.800,00	
27.812.0104.2.405.000	PROM. APOIO/ PATROC. EVENTOS ESP./LAZER -FUNESJ					3.048.224,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1198	Fiscal	33	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1199	Fiscal	80	1.080,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1200	Fiscal	103	30.000,00	
3.3.90.31.00.00.00	PREMIAÇÕES CLT., ART., CIENT., ESP. E OU	1201	Fiscal	80	15.984,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1202	Fiscal	80	1.080,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1203	Fiscal	80	1.080,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1204	Fiscal	33	50.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1205	Fiscal	34	2.500.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1206	Fiscal	80	400.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1207	Fiscal	103	35.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1208	Fiscal	119	9.000,00	
27.813.0104.2.511.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DESPORTE E LAZER					2.160,00
3.3.50.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1209	Fiscal	80	1.080,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1210	Fiscal	80	1.080,00	
	Pessoal e Enc.Soc.					
Fiscal	1.793.880,00	Juros Enc.da Dívida				
Segur.	0,00	Outr. Desp.Correntes				
Invest.	0,00	7.286.540,07				
Total	1.793.880,00	0,00				
	Total dos Projetos	0,00				
Fiscal	4.151.000,00	Total Op. Especiais				
Segur.	0,00	9.088.522,21				
Invest.	0,00	0,00				
Total	4.151.000,00	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Despesas Correntes				
Segur.	0,00	4.159.102,14				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Op. Especiais					
Fiscal	9.088.522,21	Despesas de Capital				
Segur.	0,00	4.159.102,14				
Invest.	0,00	0,00				
Total	9.088.522,21	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Amortização				
Segur.	0,00	Dívida				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Geral					
Fiscal	13.239.522,21	Total Geral				
Segur.	0,00	13.239.522,21				
Invest.	0,00	0,00				
Total	13.239.522,21	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Amortização				
Segur.	0,00	Dívida				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Op. Especiais					
Fiscal	9.088.522,21	Despesas de Capital				
Segur.	0,00	4.159.102,14				
Invest.	0,00	0,00				
Total	9.088.522,21	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Amortização				
Segur.	0,00	Dívida				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Op. Especiais					
Fiscal	9.088.522,21	Despesas de Capital				
Segur.	0,00	4.159.102,14				
Invest.	0,00	0,00				
Total	9.088.522,21	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Amortização				
Segur.	0,00	Dívida				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Op. Especiais					
Fiscal	9.088.522,21	Despesas de Capital				
Segur.	0,00	4.159.102,14				
Invest.	0,00	0,00				
Total	9.088.522,21	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Amortização				
Segur.	0,00	Dívida				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Op. Especiais					
Fiscal	9.088.522,21	Despesas de Capital				
Segur.	0,00	4.159.102,14				
Invest.	0,00	0,00				
Total	9.088.522,21	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Amortização				
Segur.	0,00	Dívida				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Op. Especiais					
Fiscal	9.088.522,21	Despesas de Capital				
Segur.	0,00	4.159.102,14				
Invest.	0,00	0,00				
Total	9.088.522,21	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Amortização				
Segur.	0,00	Dívida				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Op. Especiais					
Fiscal	9.088.522,21	Despesas de Capital				
Segur.	0,00	4.159.102,14				
Invest.	0,00	0,00				
Total	9.088.522,21	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Amortização				
Segur.	0,00	Dívida				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Op. Especiais					
Fiscal	9.088.522,21	Despesas de Capital				
Segur.	0,00	4.159.102,14				
Invest.	0,00	0,00				
Total	9.088.522,21	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Amortização				
Segur.	0,00	Dívida				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Op. Especiais					
Fiscal	9.088.522,21	Despesas de Capital				
Segur.	0,00	4.159.102,14				
Invest.	0,00	0,00				
Total	9.088.522,21	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Amortização				
Segur.	0,00	Dívida				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Op. Especiais					
Fiscal	9.088.522,21	Despesas de Capital				
Segur.	0,00	4.159.102,14				
Invest.	0,00	0,00				
Total	9.088.522,21	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Amortização				
Segur.	0,00	Dívida				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Op. Especiais					
Fiscal	9.088.522,21	Despesas de Capital				
Segur.	0,00	4.159.102,14				
Invest.	0,00	0,00				
Total	9.088.522,21	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Amortização				
Segur.	0,00	Dívida				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Op. Especiais					
Fiscal	9.088.522,21	Despesas de Capital				
Segur.	0,00	4.159.102,14				
Invest.	0,00	0,00				
Total	9.088.522,21	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Amortização				
Segur.	0,00	Dívida				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Op. Especiais					
Fiscal	9.088.522,21	Despesas de Capital				
Segur.	0,00	4.159.102,14				
Invest.	0,00	0,00				
Total	9.088.522,21	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Amortização				
Segur.	0,00	Dívida				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Op. Especiais					
Fiscal	9.088.522,21	Despesas de Capital				
Segur.	0,00	4.159.102,14				
Invest.	0,00	0,00				
Total	9.088.522,21	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Amortização				
Segur.	0,00	Dívida				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Op. Especiais					
Fiscal	9.088.522,21	Despesas de Capital				
Segur.	0,00	4.159.102,14				
Invest.	0,00	0,00				
Total	9.088.522,21	0,00				
	Juros Enc.da Dívida					
Fiscal	0,00	Amortização				
Segur.	0,00	Dívida				
Invest.	0,00	0,00				
Total	0,00	0,00				
	Total Op. Especiais					
Fiscal						

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 19 FUND. MUNIC. DO MEIO AMB. E DESENV. SUS
 Unidade Orçamentária: 19.01 FUND. MUNIC. DO MEIO AMB. E DESENV. SUS

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
18.541.0109.1.076.000	IMPLANTAÇÃO DE PARQUES- FMWADS				
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1211	Fiscal	16	50.000,00
18.541.0109.2.091.000	REAPARELH./TREINAMENTO SERV./AGENTES FISCAIS				
3.3.90.39.00.00.00	VOLUNTÁRIOS- FMWADS				
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1212	Fiscal	16	50.000,00
18.541.0109.2.094.000	BIBL. AMBIENTAL, FOMENTO A PESQ. TEC. PROD. LIMPAS. CONSCIÊNCIA AMBIENTAL- FMWADS				
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1225	Fiscal	16	50.000,00
18.541.0109.2.234.000	APPA PEDRA BRANCA - FMWADS				
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1226	Fiscal	16	50.000,00
18.541.0109.2.235.000	MANUTENÇÃO DOS PARQUES- FMWADS				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1227	Fiscal	16	100.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1228	Fiscal	40	70.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1229	Fiscal	80	32.400,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1230	Fiscal	16	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1231	Fiscal	40	340.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1232	Fiscal	80	97.200,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1233	Fiscal	16	346.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1234	Fiscal	40	70.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1235	Fiscal	80	23.500,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1236	Fiscal	16	100.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1237	Fiscal	40	70.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1238	Fiscal	80	10.000,00
18.541.0109.2.236.000	PRESERV. AMBIENTAL, MANUT. E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS- FMWADS				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1239	Fiscal	40	51.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1240	Fiscal	80	13.240,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1241	Fiscal	16	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1242	Fiscal	40	51.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1243	Fiscal	80	4.320,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1244	Fiscal	40	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1245	Fiscal	80	1.080,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1246	Fiscal	40	51.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1247	Fiscal	80	2.080,00
18.541.0109.2.273.000	PEIXE NOS BAIRROS- FMWADS				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1263	Fiscal	16	100.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1265	Fiscal	80	11.960,20
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1266	Fiscal	16	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1268	Fiscal	80	145.185,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1269	Fiscal	16	95.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1270	Fiscal	80	232,17
18.541.0109.2.411.000	FUNC. MANUT./FUND.MUNIC./MEIO AMBIENTE/DESENV. SUST- FMWADS				
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1271	Fiscal	80	44.000,00
					2.861.051,03

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 19 FUND. MUNIC. DO MEIO AMB. E DESENV. SUS
 Unidade Orçamentária: 19.01 FUND. MUNIC. DO MEIO AMB. E DESENV. SUS

Código		Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Importância
						Total da Aplicação	
3.1.90.05.00.00.00		OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1272	Fiscal	80	1.650,00	
3.1.90.11.00.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1273	Fiscal	80	1.650.000,00	
3.1.90.16.00.00.00		OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1274	Fiscal	80	88.000,00	
3.1.90.94.00.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1275	Fiscal	80	55.000,00	
3.3.90.14.00.00.00		DIÁRIAS - CIVIL	1276	Fiscal	40	12.000,00	
3.3.90.14.00.00.00		DIÁRIAS - CIVIL	1277	Fiscal	80	24.840,00	
3.3.90.30.00.00.00		MATERIAL DE CONSUMO	1278	Fiscal	16	10.000,00	
3.3.90.30.00.00.00		MATERIAL DE CONSUMO	1279	Fiscal	40	160.000,00	
3.3.90.30.00.00.00		MATERIAL DE CONSUMO	1280	Fiscal	80	43.200,00	
3.3.90.33.00.00.00		PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1801	Fiscal	40	10.000,00	
3.3.90.33.00.00.00		PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1800	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.39.00.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1281	Fiscal	16	100.000,00	
3.3.90.39.00.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1282	Fiscal	40	252.000,00	
3.3.90.39.00.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1283	Fiscal	80	77.741,03	
3.3.90.46.00.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1284	Fiscal	80	121.000,00	
3.3.90.47.00.00.00		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1285	Fiscal	80	1.080,00	
3.3.90.92.00.00.00		DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1286	Fiscal	80	540,00	
4.4.90.52.00.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1287	Fiscal	16	100.000,00	
4.4.90.52.00.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1288	Fiscal	40	80.000,00	
4.4.90.52.00.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1289	Fiscal	80	20.000,00	
20.608.0109.2.232.000		IMPLANT. E MANUT. PROJETOS AGROPECUÁRIOS P/ DESENV. DO SETOR- FMWADS					96.776,00
3.3.90.30.00.00.00		MATERIAL DE CONSUMO	1290	Fiscal	80	11.880,00	
3.3.90.39.00.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1291	Fiscal	80	84.896,00	
20.608.0109.2.233.000		IMPLANT. MANUT./ PROJ. VOLTADOS CULTIVO NA ÁGUA / EXTRATIVISMO- FMWADS					18.975,60
3.3.90.30.00.00.00		MATERIAL DE CONSUMO	1293	Fiscal	80	6.696,00	
3.3.90.39.00.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1294	Fiscal	80	9.828,00	
4.4.90.51.00.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES	1295	Fiscal	80	2.451,60	
Pessoal e Enc.Soc. Juros Enc.da Dívida Outr. Desp.Correntes							Amortização Dívida
Fiscal	1.838.650,00	0,00	2.357.006,23	972.343,77	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.838.650,00	0,00	2.357.006,23	972.343,77	0,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	50.000,00	5.118.000,00	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral	
Fiscal	0,00	0,00	0,00	4.195.656,23	972.343,77	5.168.000,00	
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	50.000,00	5.118.000,00	0,00	4.195.656,23	972.343,77	5.168.000,00	

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISM
 Unidade Orçamentária: 20.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISM

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
13.391.0113.2.498.000	PROJ. CULT./ MANUT. DA FUND. CULT. E TURISMO - FCT				6.501.760,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1646	Fiscal	80	143.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1647	Fiscal	80	7.700,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1648	Fiscal	80	2.530.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1649	Fiscal	80	220.000,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1650	Fiscal	80	55.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1651	Fiscal	80	5.400,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1652	Fiscal	80	118.800,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1653	Fiscal	80	5.400,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1654	Fiscal	80	10.800,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1655	Fiscal	40	973.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1656	Fiscal	80	861.460,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1657	Fiscal	135	1.000.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1658	Fiscal	380	455.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1659	Fiscal	80	100.000,00
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1660	Fiscal	80	5.400,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1815	Fiscal	80	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1661	Fiscal	80	800,00
13.391.0113.2.500.000	CONSERV.MANUT. PATRIMÔNIO CULT. MUNIC. LEI 4429/06 - FCT				4.930.326,78
4.4.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1662	Fiscal	136	540.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1663	Fiscal	80	1.215.326,78
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1664	Fiscal	126	183.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1665	Fiscal	136	200.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1666	Fiscal	150	1.442.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1667	Fiscal	380	250.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1668	Fiscal	135	1.000.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1669	Fiscal	103	100.000,00
13.392.0113.1.328.000	ELAB./IMPLEMENT./PROJETO P/REVIT. CENTRO HISTÓRICO				4.210.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1670	Fiscal	135	1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1671	Fiscal	151	3.210.000,00
13.392.0113.2.007.000	FUNC. E MANUTENÇÃO DO CENTRO MULTIFUNTO				398.560,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1672	Fiscal	40	100.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1673	Fiscal	80	16.200,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1674	Fiscal	40	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1675	Fiscal	80	1.080,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1676	Fiscal	40	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1677	Fiscal	80	70.200,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1678	Fiscal	40	100.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1679	Fiscal	80	1.080,00
13.392.0113.2.062.000	PROM. EVENTOS/FEIRAS, EXP./SIMP. DTA. COMEM-FCT				4.475.860,01
3.3.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1680	Fiscal	80	648.000,00
3.3.90.31.00.00.00	PREMIações CLT., ART., CIENT., ESP. E OU	1681	Fiscal	80	30.240,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1682	Fiscal	80	1.657.620,01

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISM
 Unidade Orçamentária: 20.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISM

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Importância
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1683	Fiscal	126	2.140.000,00	-----
13.392.0113.2.066.000	FUNC. E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES CULTURAIS E DE TURISMO					7.243.859,99
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1684	Fiscal	80	32.400,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1685	Fiscal	80	108.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1686	Fiscal	80	270.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1687	Fiscal	150	3.579.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1688	Fiscal	151	2.140.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1689	Fiscal	152	1.070.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1690	Fiscal	80	44.459,99	
13.392.0113.2.408.000	PROGRAMA DE ORG. E APOIO AS PRÁTICAS CULTURAIS, EDUCATIVAS E DE TURISMO - FCT					304.560,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1691	Fiscal	80	1.080,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1692	Fiscal	80	1.080,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1693	Fiscal	80	302.400,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal 2.955.700,00	0,00	15.812.560,01	9.296.666,77	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 2.955.700,00	0,00	15.812.560,01	9.296.666,77	0,00	0,00
Total dos Projetos 4.210.000,00	Total das Atividades 23.854.926,78	Total Op. Especiais 0,00	Despesas Correntes 18.768.260,01	Despesas de Capital 9.296.666,77	Total Geral 28.064.926,78
Fiscal 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 4.210.000,00	23.854.926,78	0,00	18.768.260,01	9.296.666,77	28.064.926,78

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISM
 Unidade Orçamentária: 20.02 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
13.392.0113.2.279.000	FUNC.DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - CMC				673.800,00
3.3.50.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1694	Fiscal	40	20.000,00
3.3.50.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1695	Fiscal	126	214.000,00
3.3.50.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1696	Fiscal	150	214.000,00
3.3.90.31.00.00.00	PREMIações CLT., ART., CIENT., ESP. E OU	1697	Fiscal	80	118.800,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1698	Fiscal	151	107.000,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal 0,00	0,00	673.800,00	0,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 0,00	0,00	673.800,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
0,00	673.800,00	0,00	673.800,00	0,00	673.800,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	673.800,00	0,00	673.800,00	0,00	673.800,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 21 FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL
 Unidade Orçamentária: 21.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
12.364.0103.2.461.000	FUNC. MANUT. DO CENTRO UNIVERSITÁRIO - F.EDUC				7.237.626,71
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1313	Fiscal	33	150.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1314	Fiscal	34	100.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1315	Fiscal	80	1.155.471,80
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1316	Fiscal	123	40.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1317	Fiscal	80	1.100,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1318	Fiscal	33	156.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1319	Fiscal	34	126.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1320	Fiscal	80	3.025.610,18
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1321	Fiscal	123	45.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1322	Fiscal	40	5.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1323	Fiscal	80	1.100,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	1324	Fiscal	80	6.600,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1325	Fiscal	80	27.500,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1326	Fiscal	40	20.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1327	Fiscal	80	6.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1328	Fiscal	33	30.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1329	Fiscal	34	30.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1330	Fiscal	40	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1331	Fiscal	80	60.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1332	Fiscal	123	30.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1333	Fiscal	34	30.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1334	Fiscal	80	40.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1335	Fiscal	40	25.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1336	Fiscal	80	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1337	Fiscal	40	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1338	Fiscal	80	380.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1339	Fiscal	80	147.244,73
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1340	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1341	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1342	Fiscal	34	1.000.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1343	Fiscal	33	100.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1344	Fiscal	34	200.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1345	Fiscal	40	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1346	Fiscal	80	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1347	Fiscal	123	208.000,00
12.364.0103.2.462.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DA FUNDESJ				14.904.612,77
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1348	Fiscal	80	16.210,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1349	Fiscal	80	3.300,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1350	Fiscal	80	2.714.762,65
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1351	Fiscal	40	5.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1352	Fiscal	80	1.100,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	1353	Fiscal	80	1.100,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1354	Fiscal	80	27.500,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1355	Fiscal	40	5.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1356	Fiscal	80	10.000,00
3.3.90.18.00.00.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1357	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1358	Fiscal	33	30.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1359	Fiscal	40	8.000,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 21 FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL
 Unidade Orçamentária: 21.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Importância
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1360	Fiscal	80	10.000,00	-----
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1361	Fiscal	40	20.000,00	-----
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1362	Fiscal	80	3.000,00	-----
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1363	Fiscal	40	25.000,00	-----
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1364	Fiscal	80	500,00	-----
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1365	Fiscal	33	100.000,00	-----
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1366	Fiscal	40	20.000,00	-----
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1367	Fiscal	80	100.000,00	-----
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1368	Fiscal	80	62.201,72	-----
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1369	Fiscal	80	1.000,00	-----
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1370	Fiscal	80	1.000,00	-----
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1371	Fiscal	80	1.000,00	-----
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1372	Fiscal	33	671.000,00	-----
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1373	Fiscal	40	70.000,00	-----
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1374	Fiscal	80	680.938,40	-----
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1375	Fiscal	34	10.316.000,00	-----

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	7.608.354,63	0,00	13.256.938,40	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	7.608.354,63	0,00	13.256.938,40	0,00	0,00
Total dos Projetos	7.608.354,63	1.276.946,45	13.256.938,40	0,00	0,00
Fiscal	0,00	0,00	8.885.301,08	13.256.938,40	22.142.239,48
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	8.885.301,08	13.256.938,40	22.142.239,48

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José **Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**
Exercício de 2017

Órgão.....: 24 SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA
 Unidade Orçamentária: 24.01 SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicacao
09.271.0105.2.397.000	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA					2.725.000,00
	- RPPS					
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1296	Seguridade	40	11.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1297	Seguridade	40	1.100.000,00	
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1298	Seguridade	40	171.600,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1299	Seguridade	40	33.000,00	
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1300	Seguridade	40	14.520,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1301	Seguridade	40	65.100,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1302	Seguridade	40	46.200,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1303	Seguridade	40	60.800,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1304	Seguridade	40	330.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1305	Seguridade	40	21.780,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1306	Seguridade	40	506.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1307	Seguridade	40	55.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1308	Seguridade	40	200.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1309	Seguridade	40	110.000,00	
09.271.0105.2.399.000	INATIVO, PENSIONISTAS E SALÁRIO FAMÍLIA - RPPS					16.470.000,00
3.1.90.01.00.00.00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	1310	Seguridade	40	13.160.000,00	
3.1.90.03.00.00.00	PENSÕES	1311	Seguridade	40	3.300.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1806	Seguridade	40	10.000,00	
09.271.0105.2.504.000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - RPPS					17.655.000,00
9.9.99.99.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1312	Seguridade	40	17.655.000,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	17.800.120,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	17.800.120,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	36.850.000,00	19.085.000,00	110.000,00	36.850.000,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	36.850.000,00	19.085.000,00	110.000,00	36.850.000,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ
 Unidade Orçamentária: 25.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
10.301.0102.1.219.000	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE				
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	895	Seguridade	82	120.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	896	Seguridade	357	532.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	897	Seguridade	366	876.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	898	Seguridade	82	1.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	899	Seguridade	82	50.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	900	Seguridade	334	425.000,00
10.301.0102.1.249.000	CONSTR. CTRO. DE REFERENCIA EM SAÚDE DA MULHER				
	- FMS				134.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	901	Seguridade	82	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	902	Seguridade	366	66.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	903	Seguridade	82	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	904	Seguridade	366	66.000,00
10.301.0102.2.142.000	PROGRAMA SAÚDE DA MULHER - FMS				
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	905	Seguridade	82	1.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	906	Seguridade	334	374.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	907	Seguridade	82	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	908	Seguridade	334	27.000,00
10.301.0102.2.145.000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DST/AIDS/HEPATITES -				
	FMS				864.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	909	Seguridade	82	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	910	Seguridade	343	463.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	911	Seguridade	82	5.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	912	Seguridade	343	94.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	913	Seguridade	82	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	914	Seguridade	343	220.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	915	Seguridade	343	76.000,00
10.301.0102.2.146.000	MEDICAMENTOS DE PROCESSO JUDICIAL E OUTROS				
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	916	Seguridade	82	50.000,00
10.301.0102.2.148.000	FUNCIONAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE -				
	FMS				84.488.262,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	917	Seguridade	82	5.170.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	918	Seguridade	336	100.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	919	Seguridade	337	100.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	920	Seguridade	339	100.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	921	Seguridade	365	300.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	922	Seguridade	82	1.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	923	Seguridade	42	200.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	924	Seguridade	82	45.910.700,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	925	Seguridade	336	2.996.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	926	Seguridade	337	5.296.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	927	Seguridade	339	200.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	928	Seguridade	365	1.000.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	929	Seguridade	82	1.870.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	930	Seguridade	82	110.000,00
3.1.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	931	Seguridade	82	4.690.400,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José **Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**
Exercício de 2017

Órgão.....: 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSÉ
 Unidade Orçamentária: 25.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSÉ

Código	Especificação	Despesa	Esfere	Fonte	----- Importância -----
					Detalhada Total da Aplicacao
3.1.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	932	Seguridade	336	304.000,00
3.1.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	933	Seguridade	337	344.000,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	934	Seguridade	82	110.000,00
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	935	Seguridade	82	7.986.000,00
3.1.91.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	936	Seguridade	82	814.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	937	Seguridade	334	59.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	938	Seguridade	82	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	939	Seguridade	332	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	940	Seguridade	334	407.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	941	Seguridade	336	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	942	Seguridade	337	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	943	Seguridade	338	335.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	944	Seguridade	82	10.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	945	Seguridade	338	48.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	946	Seguridade	334	37.000,00
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	947	Seguridade	82	185.975,04
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	948	Seguridade	334	1.514.000,00
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	949	Seguridade	338	200.000,00
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	950	Seguridade	348	600.000,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	951	Seguridade	334	7.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	952	Seguridade	82	61.247,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	953	Seguridade	334	222.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	954	Seguridade	82	553.108,96
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	955	Seguridade	332	107.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	956	Seguridade	333	107.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	957	Seguridade	334	1.428.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	958	Seguridade	336	50.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	959	Seguridade	337	50.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	960	Seguridade	338	110.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	961	Seguridade	342	107.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	962	Seguridade	82	1.000,00
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	963	Seguridade	334	11.000,00
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	964	Seguridade	82	831,00
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	965	Seguridade	334	24.000,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	966	Seguridade	82	1.000,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	967	Seguridade	332	149.000,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	968	Seguridade	334	24.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	969	Seguridade	82	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	970	Seguridade	334	149.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	971	Seguridade	338	158.000,00
10.301.0102.2.150.000	FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E OUTROS - FMS				4.497.096,19
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	972	Seguridade	82	10.800,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	973	Seguridade	333	958.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	974	Seguridade	334	117.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	975	Seguridade	342	1.383.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	976	Seguridade	82	53.216,19
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	977	Seguridade	333	1.064.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	978	Seguridade	334	165.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	979	Seguridade	342	745.000,00
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍ	980	Seguridade	82	1.080,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ
 Unidade Orçamentária: 25.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----
10.301.0102.2.151.000	EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO EM SAÚDE - FMS				Detalhada Total da Aplicação
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	981	Seguridade	82	3.240,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	982	Seguridade	348	46.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	983	Seguridade	348	35.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	984	Seguridade	348	35.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	985	Seguridade	82	1.080,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	986	Seguridade	348	228.000,00
10.301.0102.2.241.000	PROGRAMAS ESPECIAIS (INSUMOS E MAT. ESPECIAL) - FMS				366.960,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	987	Seguridade	82	10.800,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	988	Seguridade	334	119.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	989	Seguridade	361	181.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	990	Seguridade	82	1.080,00
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍ	991	Seguridade	82	1.080,00
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍ	992	Seguridade	361	54.000,00
10.301.0102.2.244.000	PROGRAMA SAÚDE DO IDOSO - FMS				3.240,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	993	Seguridade	82	1.080,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	994	Seguridade	82	1.080,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	995	Seguridade	82	1.080,00
10.301.0102.2.245.000	APOIO AO CONSELHO MUNIC. DE SAÚDE - FMS				34.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	996	Seguridade	82	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	997	Seguridade	82	1.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	998	Seguridade	82	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	999	Seguridade	82	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1000	Seguridade	82	30.000,00
10.301.0102.2.246.000	CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES - FMS				6.605.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1001	Seguridade	82	498.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1002	Seguridade	328	35.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1003	Seguridade	329	420.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1004	Seguridade	338	4.785.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1005	Seguridade	369	867.000,00
10.301.0102.2.248.000	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO - FMS				2.433.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1006	Seguridade	349	38.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1007	Seguridade	362	107.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1008	Seguridade	363	107.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1009	Seguridade	349	128.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1010	Seguridade	362	107.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1011	Seguridade	363	107.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1012	Seguridade	366	966.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1013	Seguridade	349	100.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1014	Seguridade	362	107.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1015	Seguridade	363	666.000,00
10.301.0102.2.250.000	PROGRAMA ATENÇÃO DOMICILIAR - FMS				440.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1016	Seguridade	366	220.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1017	Seguridade	366	110.000,00

SANTA CATARINA		Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD			
Prefeitura Municipal de São José		Exercício de 2017			
Órgão.....:	25 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOSÉ				
Unidade Orçamentária:	25.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOSÉ				
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1018	Seguridade	366	110.000,00
10.301.0102.2.251.000	FORNECIMENTO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E OUTROS - FMS	-			
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1019	Seguridade	334	700.000,00
10.301.0102.2.427.000	FORNEC. DE FORMULAS LÁCTEAS, LEITES ESPECIAIS E OUTROS				
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1020	Seguridade	82	83.680,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1021	Seguridade	334	770.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1022	Seguridade	342	532.000,00
10.302.0102.1.025.000	CONSTR. E MANUT. DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) FMS				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1023	Seguridade	335	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1024	Seguridade	335	10.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1025	Seguridade	82	10.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1026	Seguridade	335	300.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1027	Seguridade	82	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1028	Seguridade	335	100.000,00
10.302.0102.1.177.000	CONSTRUÇÃO CAPS E SAÚDE MENTAL - FMS				
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1029	Seguridade	82	10.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1030	Seguridade	347	10.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1031	Seguridade	349	10.000,00
10.302.0102.1.227.000	CONSTRUÇÃO DE POLICLINICAS				
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1810	Seguridade	69	960.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1032	Seguridade	82	810.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1033	Seguridade	357	532.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1034	Seguridade	358	50.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1035	Seguridade	367	250.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1811	Seguridade	68	700.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1036	Seguridade	82	1.000,00
10.302.0102.2.141.000	FUNC. E MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL - FMS	-			
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1037	Seguridade	354	92.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1038	Seguridade	354	114.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1039	Seguridade	82	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1040	Seguridade	354	80.000,00
10.302.0102.2.147.000	MANUTENÇÃO DE UBS, POLICLINICAS E UPA - FMS				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1041	Seguridade	82	70.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1042	Seguridade	358	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1043	Seguridade	367	250.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1044	Seguridade	82	70.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1045	Seguridade	358	50.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1046	Seguridade	367	250.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1047	Seguridade	366	500.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1048	Seguridade	355	1.000.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1049	Seguridade	356	320.000,00
					2.860.000,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE
 Unidade Orçamentária: 25.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1050	Seguridade	358	50.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1051	Seguridade	367	250.000,00
10.302.0102.2.149.000	MANUTENÇÃO CAPS E SAUDE MENTAL - FMS				1.298.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1052	Seguridade	82	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1053	Seguridade	338	220.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1054	Seguridade	347	332.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1055	Seguridade	349	40.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1056	Seguridade	82	1.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1057	Seguridade	347	228.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1058	Seguridade	349	40.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1059	Seguridade	82	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1060	Seguridade	338	110.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1061	Seguridade	347	114.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1062	Seguridade	349	87.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1063	Seguridade	82	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1064	Seguridade	347	114.000,00
10.302.0102.2.242.000	MANUTENÇÃO DO SAMU - FMS				2.017.378,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1065	Seguridade	345	12.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1066	Seguridade	82	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1067	Seguridade	345	892.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1068	Seguridade	351	20.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1069	Seguridade	345	57.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1070	Seguridade	345	12.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1071	Seguridade	82	378,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1072	Seguridade	345	578.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1073	Seguridade	67	160.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1074	Seguridade	82	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1075	Seguridade	345	271.000,00
10.302.0102.2.243.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO CEO - FMS				329.500,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1076	Seguridade	82	500,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1077	Seguridade	344	131.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1078	Seguridade	346	113.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1079	Seguridade	344	14.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1080	Seguridade	346	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1081	Seguridade	344	69.000,00
10.304.0102.1.187.000	CENTRO DE ZOONÓSES E BEM ESTAR ANIMAL				552.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1082	Seguridade	42	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1083	Seguridade	82	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1084	Seguridade	42	200.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1085	Seguridade	42	200.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1086	Seguridade	42	100.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1087	Seguridade	82	1.000,00
10.304.0102.2.143.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO / VISA E AMBIENTAL - FMS				1.793.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1088	Seguridade	42	20.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1089	Seguridade	42	350.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1090	Seguridade	341	57.000,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSÉ
 Unidade Orçamentária: 25.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSÉ

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1091	Seguridade	350	Detalhada Total da Aplicacao
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1092	Seguridade	42	76.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1093	Seguridade	42	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1094	Seguridade	341	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1095	Seguridade	42	23.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1096	Seguridade	42	795.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1097	Seguridade	341	114.000,00
3.3.90.39.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1098	Seguridade	350	76.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1099	Seguridade	42	100.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1100	Seguridade	341	92.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1100	Seguridade	350	75.000,00
10.305.0102.2.144.000	FUNC. MANUTENÇÃO VIG. EPIDIMIOLOGICA - FMS				2.560.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1101	Seguridade	339	12.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1102	Seguridade	82	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1103	Seguridade	339	642.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1104	Seguridade	339	57.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1105	Seguridade	339	12.000,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1106	Seguridade	339	23.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1107	Seguridade	339	80.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1108	Seguridade	82	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1109	Seguridade	339	968.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1110	Seguridade	339	285.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1111	Seguridade	82	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1112	Seguridade	339	460.000,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	77.602.100,00	0,00	11.298.080,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	31.326.256,19	0,00	0,00	0,00
Total	77.602.100,00	31.326.256,19	11.298.080,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	6.463.000,00	113.763.436,19	108.928.356,19	11.298.080,00	120.226.436,19
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6.463.000,00	113.763.436,19	108.928.356,19	11.298.080,00	120.226.436,19

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 26 FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
 Unidade Orçamentária: 26.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada Total da Aplicacao	Importância
16.482.0106.2.140.000	FUNC. MANUT. DO FUNDO DE HABIT. DE INTERESSE SOCIAL					
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1133	Fiscal	80	22.000,00	22.000,00
16.482.0106.2.314.000	PROM. PÚBL. / LOT. URBANOS E OFERTA DE CONSTRUÇÃO					
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1134	Fiscal	135	100.000,00	1.100.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1135	Fiscal	135	1.000.000,00	
16.482.0106.2.315.000	PROMOÇÃO PÚBL. / POR AUTOGESTÃO DE UNIDADES HABITAC. DE INTERESSE SOCIAL					
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1136	Fiscal	142	10.000.000,00	11.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1137	Fiscal	143	1.000.000,00	
16.482.0106.2.316.000	PROM. / REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA/URBANISTICA GOV. FEDERAL					
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1138	Fiscal	135	200.000,00	2.200.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1139	Fiscal	142	1.000.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1140	Fiscal	143	1.000.000,00	
17.512.0106.2.312.000	ASSIST. TÉCNICA PARA SANEAMENTO BÁSICO					
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1141	Fiscal	135	100.000,00	250.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1142	Fiscal	143	100.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1143	Fiscal	144	50.000,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp. Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal 0,00	0,00	222.000,00	14.350.000,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 0,00	0,00	222.000,00	14.350.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos 0,00	Total das Atividades 14.572.000,00	Total Op. Especiais 0,00	Despesas Correntes 222.000,00	Despesas de Capital 14.350.000,00	Total Geral 14.572.000,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 0,00	14.572.000,00	0,00	222.000,00	14.350.000,00	14.572.000,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 27 FUNDO MUNICIPAL INFANCIA E ADOLESCENTE
 Unidade Orçamentária: 27.01 FUNDO MUNICIPAL INFANCIA E ADOLESCENTE

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicação
08.243.0111.2.432.000	APOIO E ASSISTÊNCIA Á ENTIDADES - FIA	1113	Seguridade	40	2.280.000,00	2.527.400,00
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1114	Seguridade	80	247.400,00	
08.243.0111.2.435.000	ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO INTEGRAL À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA					680.400,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1802	Seguridade	40	15.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1119	Seguridade	80	5.400,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1120	Seguridade	40	20.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1121	Seguridade	80	43.200,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1122	Seguridade	40	130.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1123	Seguridade	80	21.600,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1803	Seguridade	40	15.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1124	Seguridade	80	5.400,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1125	Seguridade	40	20.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1126	Seguridade	80	5.400,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1127	Seguridade	40	366.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1128	Seguridade	80	32.400,00	
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍ	1129	Seguridade	80	1.000,00	
08.243.0111.2.497.000	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E CONTRIBUTIVOS - FIA					21.600,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1132	Seguridade	80	1.600,00	
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1804	Seguridade	80	20.000,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	3.229.400,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	3.229.400,00	3.229.400,00	0,00	3.229.400,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	3.229.400,00	3.229.400,00	0,00	3.229.400,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 28 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 28.01 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
08.126.0111.2.187.000	GESTÃO DO SUAS				853.876,60
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1376	Seguridade	22	1.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1377	Seguridade	23	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1378	Seguridade	22	100.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1379	Seguridade	23	100.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1380	Seguridade	80	17.676,60
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1381	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1382	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1383	Seguridade	80	5.400,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1384	Seguridade	22	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1385	Seguridade	23	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1386	Seguridade	80	108.000,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1387	Seguridade	22	50.000,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1388	Seguridade	23	50.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1389	Seguridade	22	100.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1390	Seguridade	23	100.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1391	Seguridade	80	10.800,00
08.241.0111.2.278.000	PSB - SERV.DE CONVIV. E FORTALEC. DE VÍNCULOS P/ IDOSOS - CAT				687.602,63
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1392	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1393	Seguridade	23	100.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1394	Seguridade	80	216.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1395	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1396	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1397	Seguridade	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1398	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1399	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1400	Seguridade	80	261.262,63
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1401	Seguridade	22	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1402	Seguridade	23	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1403	Seguridade	80	21.600,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1404	Seguridade	22	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1405	Seguridade	23	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1406	Seguridade	80	43.200,00
08.241.0111.2.286.000	PSEMC - SERV. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA IDOSOS / CENTRO DIA DO IDOSO				42.700,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1407	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1408	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1409	Seguridade	80	540,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1410	Seguridade	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1411	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1412	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1413	Seguridade	80	540,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1414	Seguridade	22	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1415	Seguridade	23	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1416	Seguridade	80	540,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1417	Seguridade	22	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1418	Seguridade	23	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1419	Seguridade	80	540,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 28 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 28.01 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	Despesa	Esfere	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
08.241.0111.2.292.000	PSB- SERV. PROT.SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO P/ PESSOA DEFIC./IDOSA				42.160,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1420	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1421	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1422	Seguridade	80	540,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1423	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1424	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1425	Seguridade	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1426	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1427	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1428	Seguridade	80	540,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1429	Seguridade	22	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1430	Seguridade	23	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1431	Seguridade	80	540,00
08.241.0111.2.431.000	CONVÊNIOS A ENTIDADES - IDOSOS				540,00
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1432	Seguridade	80	540,00
08.243.0111.2.085.000	PSEAC - SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL				1.815.392,40
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1433	Seguridade	22	200.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1434	Seguridade	23	200.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1435	Seguridade	80	54.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1436	Seguridade	22	20.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1437	Seguridade	23	8.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1438	Seguridade	80	5.400,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1439	Seguridade	22	200.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1440	Seguridade	23	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1441	Seguridade	80	642.600,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1442	Seguridade	22	100.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1443	Seguridade	23	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1444	Seguridade	80	1.080,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1445	Seguridade	22	169.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1446	Seguridade	23	93.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1447	Seguridade	80	17.312,40
08.243.0111.2.170.000	PSEMC - SERV/ PROT. SOCIAL A ADOLESC./SOCIOEDUC.DE LIBERDADE ASSIST.				171.200,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1448	Seguridade	22	15.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1449	Seguridade	23	100.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1450	Seguridade	80	14.580,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1451	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1452	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1453	Seguridade	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1454	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1455	Seguridade	23	15.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1456	Seguridade	80	540,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1457	Seguridade	22	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1458	Seguridade	23	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1459	Seguridade	80	540,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 28 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 28.01 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
08.243.0111.2.184.000	PSB- SERV. CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS				1.680.340,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1460	Seguridade	22	8.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1461	Seguridade	23	713.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1462	Seguridade	80	54.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1463	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1464	Seguridade	23	77.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1465	Seguridade	80	28.365,60
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1466	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1467	Seguridade	23	129.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1468	Seguridade	80	198.434,40
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1469	Seguridade	22	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1470	Seguridade	23	200.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1471	Seguridade	80	540,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1472	Seguridade	22	3.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1473	Seguridade	23	200.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1474	Seguridade	80	54.000,00
08.243.0111.2.186.000	PSEMC- SERV. PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMILIAS E INDIVIDUOS (PAEFI)				2.308.560,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1475	Seguridade	23	500.000,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1476	Seguridade	23	3.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1477	Seguridade	22	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1478	Seguridade	23	200.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1479	Seguridade	80	540,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1480	Seguridade	22	50.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1481	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1482	Seguridade	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1483	Seguridade	22	50.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1484	Seguridade	23	200.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1485	Seguridade	80	540,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1486	Seguridade	22	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1487	Seguridade	23	1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1488	Seguridade	80	540,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1489	Seguridade	22	50.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1490	Seguridade	23	188.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1491	Seguridade	80	5.400,00
08.244.0111.2.083.000	PSEMC - SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL - CREAS/CENTRO POP				511.620,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1492	Seguridade	22	20.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1493	Seguridade	23	100.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1494	Seguridade	80	540,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1495	Seguridade	22	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1496	Seguridade	23	100.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1497	Seguridade	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1498	Seguridade	22	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1499	Seguridade	23	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1500	Seguridade	80	20.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1501	Seguridade	22	50.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1502	Seguridade	23	100.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1503	Seguridade	80	540,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José **Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**
Exercício de 2017

Órgão.....: 28 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 28.01 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
08.244.0111.2.134.000	PSEMC - CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER - (CREAS)	- (238.620,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1504	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1505	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1506	Seguridade	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1507	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1508	Seguridade	23	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1509	Seguridade	80	540,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1510	Seguridade	23	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1511	Seguridade	40	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1512	Seguridade	22	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1513	Seguridade	23	100.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1514	Seguridade	40	7.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1515	Seguridade	80	540,00
08.244.0111.2.135.000	PSB - COZINHA COMUNITÁRIA				42.700,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1516	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1517	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1518	Seguridade	80	540,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1519	Seguridade	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1520	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1521	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1522	Seguridade	80	540,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1523	Seguridade	22	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1524	Seguridade	23	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1525	Seguridade	80	540,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1526	Seguridade	22	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1527	Seguridade	23	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1528	Seguridade	80	540,00
08.244.0111.2.136.000	BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS				2.299.930,29
3.3.90.06.00.00.00	BENEFÍCIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOS	1529	Seguridade	80	5.400,00
3.3.90.08.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1530	Seguridade	22	100.000,00
3.3.90.08.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1531	Seguridade	80	324.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1532	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1533	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1534	Seguridade	80	10.800,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1535	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1536	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1537	Seguridade	80	1.080.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1538	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1539	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1540	Seguridade	80	21.600,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1541	Seguridade	22	50.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1542	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1543	Seguridade	80	187.930,29
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍ	1544	Seguridade	80	464.400,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1545	Seguridade	22	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1546	Seguridade	23	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1547	Seguridade	80	10.800,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 28 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 28.01 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----
08.244.0111.2.171.000	PSB- SERV.PROTEÇÃO/ATEND.INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)				Detalhada Total da Aplicação 1.817.200,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1548	Seguridade	22	100.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1549	Seguridade	23	300.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1550	Seguridade	80	108.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1551	Seguridade	22	20.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1552	Seguridade	23	200.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1553	Seguridade	80	108.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1554	Seguridade	22	200.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1555	Seguridade	23	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1556	Seguridade	80	108.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1557	Seguridade	22	10.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1558	Seguridade	23	200.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1559	Seguridade	80	21.600,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1560	Seguridade	22	120.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1561	Seguridade	23	200.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1562	Seguridade	80	21.600,00
08.244.0111.2.173.000	PSB - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA / CADASTRO ÚNICO				1.172.680,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1563	Seguridade	22	100.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1564	Seguridade	23	200.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1565	Seguridade	80	10.800,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1566	Seguridade	22	100.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1567	Seguridade	23	200.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1568	Seguridade	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1569	Seguridade	22	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1570	Seguridade	23	200.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1571	Seguridade	80	10.800,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1572	Seguridade	22	100.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1573	Seguridade	23	150.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1574	Seguridade	80	540,00
08.244.0111.2.179.000	PSB - PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA				237.700,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1575	Seguridade	23	100.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1576	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1577	Seguridade	23	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1578	Seguridade	80	540,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1579	Seguridade	80	540,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1580	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1581	Seguridade	23	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1582	Seguridade	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1583	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1584	Seguridade	23	50.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1585	Seguridade	80	540,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1586	Seguridade	22	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1587	Seguridade	23	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1588	Seguridade	80	540,00
08.244.0111.2.183.000	PSEMC- SERV. PROT.SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIENCIA, IDOSAS E OUTRAS F				87.160,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1589	Seguridade	22	50.000,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José **Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**
Exercício de 2017

Órgão.....: 28 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 28.01 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----
					Detalhada Total da Aplicacao
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1590	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1591	Seguridade	80	540,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1592	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1593	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1594	Seguridade	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1595	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1596	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1597	Seguridade	80	540,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1598	Seguridade	22	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1599	Seguridade	23	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1600	Seguridade	80	540,00
08.244.0111.2.284.000	PSEMC - DISQUE DENÚNCIA DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA, ADOLESC., MULHER, IDOSO E DE				6.620,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1601	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1602	Seguridade	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1603	Seguridade	80	540,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1604	Seguridade	80	540,00
08.244.0111.2.287.000	PSEMC- SERV. ESPECIALIZADO P/ PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA / CREAS / CENTRO POP.				702.760,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1605	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1606	Seguridade	23	200.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1607	Seguridade	80	1.080,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1608	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1609	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1610	Seguridade	80	30.540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1611	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1612	Seguridade	23	200.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1613	Seguridade	80	45.600,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1614	Seguridade	22	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1615	Seguridade	23	200.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1616	Seguridade	80	540,00
08.244.0111.2.291.000	PSEAC - SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIA				12.160,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1617	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1618	Seguridade	80	540,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1619	Seguridade	80	540,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1620	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1621	Seguridade	80	540,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1622	Seguridade	80	540,00
08.244.0111.2.426.000	APOIO E ASSISTÊNCIA A ENTIDADES - FMAS				8.157.754,89
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1623	Seguridade	22	500.000,00
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1624	Seguridade	23	951.000,00
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1625	Seguridade	80	5.406.134,89
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1626	Seguridade	23	500.000,00
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1627	Seguridade	22	300.000,00
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1628	Seguridade	23	500.000,00
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1629	Seguridade	80	620,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 28 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 28.01 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Importância
08.244.0111.2.495.000	ENCARGOS PREVIDENCIARIOS E CONTRIBUTIVOS - FMS					54.000,00
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1630	Seguridade	80	54.000,00	
08.244.0111.2.514.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FMS					612.167,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1631	Seguridade	22	50.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1632	Seguridade	23	50.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1633	Seguridade	80	1.080,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1634	Seguridade	22	50.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1635	Seguridade	23	50.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1636	Seguridade	80	8.856,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1637	Seguridade	22	50.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1638	Seguridade	23	50.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1639	Seguridade	80	1.080,00	
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1640	Seguridade	22	50.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1641	Seguridade	23	90.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1642	Seguridade	80	540,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1643	Seguridade	22	50.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1644	Seguridade	23	90.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1645	Seguridade	80	20.611,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	603.000,00	0,00	4.762.263,40	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	603.000,00	0,00	4.762.263,40	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	23.555.443,81	18.793.180,41	4.762.263,40	23.555.443,81
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	23.555.443,81	18.793.180,41	4.762.263,40	23.555.443,81

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 30 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
 Unidade Orçamentária: 30.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
04.123.0105.2.069.000 3.3.70.41.00.00.00	CONTRIB.A CONFED. NACIONAL DE MUNICIPIOS CONTRIBUIÇÕES	860	Fiscal	80	33.000,00 33.000,00
04.123.0105.2.070.000 3.3.70.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO AO IBAM CONTRIBUIÇÕES	861	Fiscal	80	1.080,00 1.080,00
04.123.0105.2.071.000 3.3.70.41.00.00.00	CONTRIB. ASSOCIAÇÃO MUNIC. GRANFPOLIS CONTRIBUIÇÕES	862	Fiscal	80	500.000,00 500.000,00
04.123.0105.2.072.000 3.3.70.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO ADM.DA REGIÃO METROPOLITANA CONTRIBUIÇÕES	863	Fiscal	80	1.000,00 1.000,00
04.123.0105.2.073.000 3.3.70.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO A FECAM CONTRIBUIÇÕES	864	Fiscal	80	22.000,00 22.000,00
04.123.0105.2.081.000 3.3.70.41.00.00.00	CONTRIB. A FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS CONTRIBUIÇÕES	865	Fiscal	80	1.000,00 1.000,00
04.123.0105.2.266.000 3.1.90.94.00.00.00 3.1.90.96.00.00.00 3.3.90.08.00.00.00 3.3.90.93.00.00.00 3.3.90.93.00.00.00	RESSARCIMENTOS, DEVOLUÇÕES E INDENIZAÇÕES INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS RESSARCIMENTO DE DESPESA DE PESSOAL REQU OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	866 867 868 869 870	Fiscal Fiscal Fiscal Fiscal Fiscal	80 80 80 26 80	130.000,00 320.000,00 30.000,00 10.000,00 100.000,00 590.000,00
04.123.0105.2.267.000 3.3.90.92.00.00.00 4.4.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	871 872	Fiscal Fiscal	80 80	100.000,00 1.000,00 101.000,00
04.123.0105.2.268.000	ENCARGOS FINANCEIROS/ OPERACIONAIS / TRIBUTÁRIOS				7.223.830,37
3.3.90.39.00.00.00 3.3.90.39.00.00.00 3.3.90.39.00.00.00 3.3.90.47.00.00.00 3.3.90.47.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	873 874 875 876 877	Fiscal Fiscal Fiscal Fiscal Fiscal	26 62 80 26 80	300.000,00 20.000,00 6.475.290,37 50.000,00 378.540,00
06.123.0110.2.074.000 3.3.50.41.00.00.00	TRANSF. AO FUNSET CONTRIBUIÇÕES	878	Fiscal	26	300.000,00 300.000,00
09.271.0105.2.075.000 3.1.90.13.00.00.00 3.1.91.13.00.00.00	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS OBRIGAÇÕES PATRONAIS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	879 880	Seguridade Seguridade	80 80	14.300.000,00 7.700.000,00 6.600.000,00
09.272.0105.2.310.000 3.1.90.01.00.00.00 3.1.90.03.00.00.00 3.1.90.05.00.00.00	INATIVOS, PENSIONISTAS E SALÁRIO FAMÍLIA APOSENTADORIAS E REFORMAS PENSÕES OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	881 882 883	Seguridade Seguridade Seguridade	80 80 80	6.492.200,00 5.500.000,00 990.000,00 2.200,00
11.331.0105.2.080.000 3.3.90.39.00.00.00	VALE TRANSPORTE - PESSOAL CIVIL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	884	Fiscal	80	300.000,00 300.000,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 30 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
 Unidade Orçamentária: 30.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Importância
						Total da Aplicação
11.332.0105.2.076.000	CONTRIBUIÇÃO AO G.R.B.M	885	Fiscal	80	1.000,00	1.000,00
3.3.50.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES					
28.843.0105.2.269.000	ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA					
3.2.90.21.00.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	886	Fiscal	80	3.175.200,00	10.211.400,00
3.2.91.21.00.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	887	Fiscal	80	216.000,00	
4.6.90.71.00.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	888	Fiscal	80	5.740.200,00	
4.6.91.71.00.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	889	Fiscal	80	1.080.000,00	
28.846.0105.2.078.000	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS					
3.3.90.91.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	890	Fiscal	80	3.780.000,00	3.781.000,00
4.4.90.91.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	891	Fiscal	80	1.000,00	
28.846.0105.2.079.000	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP					
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	892	Fiscal	80	5.308.200,00	5.362.200,00
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	893	Fiscal	120	54.000,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	450.000,00	17.765.110,37	2.000,00	0,00	6.820.200,00
Segur.	20.792.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	21.242.200,00	17.765.110,37	2.000,00	0,00	6.820.200,00
Total dos Projetos	21.242.200,00	17.765.110,37	2.000,00	0,00	6.820.200,00
Fiscal	0,00	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Segur.	0,00	28.428.510,37	21.606.310,37	6.822.200,00	28.428.510,37
Invest.	0,00	20.792.200,00	20.792.200,00	0,00	20.792.200,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	49.220.710,37	42.398.510,37	6.822.200,00	49.220.710,37

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 31 FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADOR
 Unidade Orçamentária: 31.01 FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADOR

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
02.062.0105.2.301.000	FUNC. MANUT. DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO PGM				517.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1699	Fiscal	129	11.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1700	Fiscal	129	44.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1701	Fiscal	129	22.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1702	Fiscal	129	244.200,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1703	Fiscal	129	195.800,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal 0,00	0,00	321.200,00	195.800,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 0,00	0,00	321.200,00	195.800,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
0,00	517.000,00	0,00	321.200,00	195.800,00	517.000,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 0,00	517.000,00	0,00	321.200,00	195.800,00	517.000,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 33 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - C
 Unidade Orçamentária: 33.01 FUNDO MUNICIPAL DE EM. DA DEF. CIVIL D

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada Total da Aplicação
06.182.0110.2.280.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FUMDEC-SJ				667.200,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1725	Fiscal	80	5.400,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1726	Fiscal	301	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1727	Fiscal	302	50.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1728	Fiscal	80	32.400,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1729	Fiscal	301	50.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1730	Fiscal	302	50.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1731	Fiscal	80	5.400,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1732	Fiscal	80	42.120,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1733	Fiscal	80	1.080,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1734	Fiscal	301	50.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1735	Fiscal	302	100.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1736	Fiscal	80	10.800,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1737	Fiscal	301	55.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1738	Fiscal	302	165.000,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	381.880,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	381.880,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	0,00	285.320,00	381.880,00	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	285.320,00	285.320,00	381.880,00	667.200,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	285.320,00	381.880,00	667.200,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 34 FUNDO M. ANTIDROGAS - FMAD
 Unidade Orçamentária: 34.01 FUNDO M. ANTIDROGAS - FMAD

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicação
08.244.0111.2.519.000	APOIO E ASSISTÊNCIA À ENTIDADES - FMAD					1.455.976,00
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1739	Seguridade	22	100.000,00	
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1740	Seguridade	23	100.000,00	
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1741	Seguridade	80	995.760,00	
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1742	Seguridade	22	30.000,00	
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1743	Seguridade	23	30.000,00	
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1744	Seguridade	80	108,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1745	Seguridade	22	100.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1746	Seguridade	23	100.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1747	Seguridade	80	108,00	
08.244.0111.2.520.000	FUNC. MANUT. DO FUNDO ANTIDROGAS					154.988,16
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1748	Seguridade	22	10.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1749	Seguridade	23	10.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1750	Seguridade	80	108,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1751	Seguridade	22	10.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1752	Seguridade	23	10.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1753	Seguridade	80	108,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1754	Seguridade	80	108,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1755	Seguridade	22	10.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1756	Seguridade	23	10.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1757	Seguridade	80	108,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1758	Seguridade	22	10.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1759	Seguridade	23	10.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1760	Seguridade	80	13.340,16	
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1761	Seguridade	80	108,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1762	Seguridade	22	31.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1763	Seguridade	23	30.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1764	Seguridade	80	108,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	321.324,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	1.289.640,16	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	1.289.640,16	321.324,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	0,00	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	1.610.964,16	1.289.640,16	321.324,00	1.610.964,16
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	1.610.964,16	1.289.640,16	321.324,00	1.610.964,16

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 35 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI
 Unidade Orçamentária: 35.01 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
08.241.0111.2.517.000	APOIO E ASSISTÊNCIA À ENTIDADES - FMI				838.288,13
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1765	Seguridade	22	100.000,00
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1766	Seguridade	23	100.000,00
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1767	Seguridade	80	178.072,13
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1768	Seguridade	22	30.000,00
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1769	Seguridade	23	300.000,00
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1770	Seguridade	80	108,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1771	Seguridade	22	100.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1772	Seguridade	23	30.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1773	Seguridade	80	108,00
08.241.0111.2.518.000	FUNC. MANUT. FUNDO DO IDOSO				663.796,03
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1774	Seguridade	22	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1775	Seguridade	23	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1776	Seguridade	80	212.991,82
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1777	Seguridade	22	10.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1778	Seguridade	23	10.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1779	Seguridade	80	108,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1780	Seguridade	80	108,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1781	Seguridade	22	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1782	Seguridade	23	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1783	Seguridade	80	108,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1784	Seguridade	22	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1785	Seguridade	23	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1786	Seguridade	80	309.264,21
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1787	Seguridade	80	108,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1788	Seguridade	22	31.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1789	Seguridade	23	30.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1790	Seguridade	80	108,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp. Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	521.324,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	980.760,16	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	980.760,16	521.324,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	1.502.084,16	980.760,16	521.324,00	1.502.084,16
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	1.502.084,16	980.760,16	521.324,00	1.502.084,16

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 36 FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA - FUNSEG
 Unidade Orçamentária: 36.01 FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA - FUNSEG

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
06.181.0110.2.294.000	FUNC. MANUT. FUNDO DE SEGURANÇA				2.004.700,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1791	Fiscal	80	500,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1792	Fiscal	153	300.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1793	Fiscal	33	15.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1794	Fiscal	80	15.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1795	Fiscal	153	600.000,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1796	Fiscal	80	500,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1797	Fiscal	33	600.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1798	Fiscal	80	500,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1799	Fiscal	153	473.200,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal 0,00	0,00	931.000,00	1.073.700,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 0,00	0,00	931.000,00	1.073.700,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
0,00	2.004.700,00	0,00	931.000,00	1.073.700,00	2.004.700,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	2.004.700,00	0,00	931.000,00	1.073.700,00	2.004.700,00

SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São José
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2017

Órgão.....: 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
 Unidade Orçamentária: 99.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
99.999.0105.2.502.000	RESERVA DE CONTINGENCIA	894	Fiscal	80	54.000,00
9.9.99.99.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA				54.000,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
0,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 0,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 045/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE ABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 01/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 045/2017

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E ÁLCOOL), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A íntegra do Edital estará disponível no Portal Eletrônico da CMSJ no endereço: <http://www.cmsj.sc.gov.br/publicacoes>

A Câmara Municipal de São José comunica aos interessados da abertura do presente Pregão com data período do recebimento dos envelopes de habilitação e proposta até o dia 31/01/2017 às 13h:30min. A sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação será realizada em 31/01/2017 às 14h00min.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Diretoria de Administração e a Comissão Permanente de Licitações e Contratos, das 13h00min às 19h00min, ou através dos telefones: (48) 3029-1355 ou (48) 3029-1327.

São José/SC, 18 de janeiro de 2017.

Alexandre Thiesen Becsi
Diretor Administrativo Interino

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº. 5.939 DE 13 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5.939, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias do funcionário público municipal MARCOS ANTONIO BERTÉ, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, matrícula nº2448 no período de 16 a 31 de janeiro de 2017, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de janeiro de 2017.
JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº. 5.940 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 5.940, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADO o funcionário público municipal, CASSIANO SCHNEIDER, para exercer o cargo de AGENTE DA DENGUE, carga horária de 160 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 002/2016, homologado através do Decreto nº. 5.865/2016, de 29 de julho de 2016, classificado em 1º lugar, com média final 6,85, a partir de 17 de janeiro de 2017, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa

Catarina, 17 de janeiro de 2017.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO 01/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO JOSÉ DO CEDRO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2017

A Câmara Municipal de Vereadores de São José do Cedro, SC através do seu presidente Cláudio Arcádio Wartha, no uso das atribuições de seu cargo, neste ato representado pela Sra. Aline Inês Etges, responsável designada pela Portaria Nº. 02/2017 vem tornar público para conhecimento dos interessados, que realizará CREDENCIAMENTO para contratação de empresas de radiodifusão.

Data: 25/01/2017 a 30/01/2017

Horário: das 7:30h as 11:30h

Local: Rua Jorge Lacerda, 1.158 – Centro – São José do Cedro – SC

Aline Inês Etges

Responsável pelo setor de Compras e Licitações

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.06/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº07/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº07/2017, Edital de Pregão Nº07/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO que tem como objetivo, a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM DISTRIBUIDOS NAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRÉ ESCOLA E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 03/02/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.06/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº06/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº

5.253/2013, promove Processo Licitatório nº06/2017, Edital de Pregão Nº06/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO que tem como objetivo, a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, UTILIZADOS EM TODOS OS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 01/02/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.08/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº08/2017

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº08/2017, Edital de Pregão Nº08/2017, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA USO NAS COMPETIÇÕES MUNICIPAIS REALIZADAS PELA SECRETARIA DE ESPORTES DO MUNICÍPIO. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 02/02/2017. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 02/02/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, e-mail, compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.09/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº09/2017

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº09/2017, Edital de Pregão Nº09/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RÁDIO FUSÃO, NA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS, ANÚNCIOS, CAMPANHAS DE INTERESSE PÚBLICO, DE CARÁTER INFORMATIVO, EDUCATIVO E SOCIAL DO MUNICÍPIO. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 01/02/2017. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 01/02/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, e-mail, compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 044/2017

PORTARIA Nº 044/2017.

JOSE DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à Servidora Pública Municipal, Neusa Ducatti Kuhn, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo SAU, Nível 05, matrícula 1967, referente ao período aquisitivo de 01/11/2013 a 31/10/2014, para serem gozados no período de 19 a 28 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 19 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 18 de janeiro de 2017.

JOSE DE CONTO,
Prefeito em exercício.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal da Fazenda.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento Pessoal.

PORTARIA Nº 045/2017

PORTARIA Nº 045/2017

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias à Servidora Pública Municipal Lucivane de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, Matrícula 1494, referente ao período aquisitivo de 11/01/2016 a 10/01/2017, para serem gozados no período de 12 a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 18 de janeiro de 2017.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício.

CELIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 046/2017

PORTARIA Nº 046/2017

JOSE DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, Ana Carolina Alberti, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Dentista, Grupo SAL, matrícula 3175, referente ao período aquisitivo de 09/03/2015 a 08/03/2016, para serem gozados no período de 23 de janeiro a 11 de fevereiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 23 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 18 de janeiro de 2017.

JOSE DE CONTO,
Prefeito em exercício.

FERNANDO JULIO WILL,
Secretário Municipal da Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento Pessoal.

PORTARIA Nº 047/2017

PORTARIA Nº 047/2017.

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal e, de acordo com o Art. 67º, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal Edson Finger, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, Grupo ANS, Nível 08, Matrícula 3111, referente ao período aquisitivo de 12/01/2016 a 11/01/2017, para serem gozados no período de 23 de janeiro a 11 de fevereiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 23 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 18 de janeiro de 2017.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 048/2017

PORTARIA Nº 048/2017.

JOSE DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, Lorinda Silvestre de Vargas, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, Grupo SAU, Nível 01, matrícula 31, referente ao período aquisitivo de 09/07/2015 a 08/07/2016, para serem gozados no período de 23 de janeiro a 11 de fevereiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 23 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 18 de janeiro de 2017.

JOSE DE CONTO,
Prefeito em exercício.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2017 - SRP - PR Nº 007/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 31/01/2017, às 15h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS P13 E GÁS P45, PARA CONSUMO NO ANO DE 2017 DO: CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, SECRETARIAS MUNICIPAIS, 2ª COMPANHIA DO 14º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESCOLAS, CRECHES, CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NÚCLEO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (NACA) PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV), CONSELHO TUTELAR, CENTRO DE IDOSOS CONVIVER, SINE MUNICIPAL, CENTRO DE EVENTOS, POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, GERÊNCIAS MUNICIPAIS, E DEMAIS ÓRGÃO PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 16 de janeiro de 2017.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017 - SRP - PR Nº 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR o item 10.1, do Edital, e a data de entrega e abertura dos envelopes, do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, LUVAS E BAINHAS PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA MUNICIPAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. (PUBLICADO NO DOM/SC DIA 12/01/2017, ED. 2167, PG. 490). Designando-se nova data para entrega e abertura dos envelopes para o dia 01º de fevereiro de 2017, às 15h15min e 15h30min respectivamente, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 19 de janeiro de 2017.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.592, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5.592, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o artigo 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional suplementar por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 53.936,55 (cinquenta e três mil, novecentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
12.365.4505.2.065 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0037	133	Aplicações Diretas	R\$ 53.936,55

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março

de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 163, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 163, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública NEUZA CIVIDINI LAZARETTI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 2003/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 24 de janeiro a 07 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 16 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 164, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 164, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Altera a Portaria nº 090, de 06 de janeiro de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 119 da Lei Complementar nº 154, de 09 de Setembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 090, de 06 de janeiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder, Licença Maternidade à servidora pública municipal GISLAINE ALVES BORGES CORREA, ocupante do cargo de Professora Habilitada - ACT, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 176/09, no período de 18 de janeiro a 17 de maio de 2017, sem prejuízo da remuneração do seu cargo.” (NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 8.809-TRANSFERE DIREITO EXPLORAÇÃO PONTO DE TÁXI

DECRETO Nº 8.809/2017

TRANSFERE DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE PONTO DE TAXI E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos VII, XIV, XX e XLV do art. 72, inciso I, alínea "a", do art. 91 da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando o pedido encaminhado a esta municipalidade sob protocolo n. 84 de 06 de janeiro de 2017 e n. 233 de 13 de janeiro de 2017.
DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a transferência do Direito de Exploração do Ponto de Táxi n. 04-A, estabelecido na Rua Willy Barth, pátio do posto Pinheirinho, neste Município, de propriedade da Senhora MARILENE LOURDES BARP TOSIN, inscrita no CPF n. 736.837.369-68, ao Senhor VITORINO SANDRI, inscrito no CPF n. 028.152.239-10.

Art. 2º Fica o Senhor Vitorino Sandri obrigado à observância e cumprimento das normas, obrigações e proibições previstas na Lei Municipal n. 1.591 de 08 de dezembro de 1983 e à tabela de preços dos serviços estabelecida pelo Município de São Miguel do Oeste.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 18 de janeiro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº04/2016

RESOLUÇÃO Nº04/2016

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XI do art. 12, do Regimento Interno deste Conselho, Resolve:

Art. 1º Fica definida a nomenclatura Professor II (Profissional de apoio para aluno com necessidade especial), estabelece as orientações para garantir o Professor II (Profissional de apoio para aluno com necessidade especial) para as crianças com deficiência, assim como especifica as atribuições desse profissional dentro do espaço escolar.

Art. 2º Definição:

§1º - Professor II (Profissional de apoio para aluno com necessidade especial): se caracteriza pela atuação de um professor para atender a turma como um todo, sem distinção, pois o intuito maior é propiciar melhor desenvolvimento da prática pedagógica, ou seja, o professor não é somente do aluno com deficiência, mas sim de toda a turma. Claro que, seu trabalho docente deve ser enfatizado com vistas a atender, com qualidade, ao (s) educando (s) com deficiência / necessidade.

§2º - Nos anos iniciais do ensino fundamental, tem como função correger a classe com o professor titular, contribuindo com a proposição de procedimentos diferenciados para qualificar a prática pedagógica.

§3º - Nos anos finais do ensino fundamental, terá como função apoiar, em função de seu conhecimento específico, fazer as adaptações do conteúdo proposto pelo professor regente.

Art. 3º Elegibilidade para os Atendimentos em Classe do Professor II (Profissional de apoio para aluno com necessidade especial):

- Diagnóstico de deficiência múltipla quando estiver associada à deficiência mental;
- Diagnóstico de deficiência mental que apresente dependência em atividades de vida prática;
- Diagnóstico de deficiência associado a transtorno psiquiátrico;
- Diagnóstico que comprove sérios comprometimentos motores e dependência em atividades de vida prática;
- Diagnóstico de transtornos globais do desenvolvimento com sintomatologia exacerbada;
- Diagnóstico de transtorno de déficit de atenção com hiperatividade / impulsividade com sintomatologia exacerbada;
- Quando, em caso de perda parcial ou total, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala, através do ouvido, será oportunizado ao educando um Professor II (Profissional de apoio para aluno com necessidade especial) com domínio da Língua Brasileira de Sinais / LIBRAS.

Parágrafo Único: Para a contratação do Professor II (Profissional de apoio para aluno com necessidade especial) deve ser respeitada as especificidades de cada caso / atendimento.

Art. 4º Atribuições do Professor II (Profissional de apoio para aluno com necessidade especial):

- Planejar e executar as atividades pedagógicas, em conjunto com o professor titular, quando estiver atuando nos anos iniciais do ensino fundamental;
- Propor e realizar adequações curriculares nas atividades pedagógicas;

- Tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor regente, quando o educando estiver matriculado nos anos finais do ensino fundamental;
- Estabelecer comunicação necessária à participação efetiva e ativa do aluno no cotidiano escolar;
- Estudar o conteúdo a ser trabalhado pelo professor regente, para facilitar a tradução da LIBRAS no momento das aulas e atividades escolares;
- Acompanhar e participar das aulas de todas as unidades curriculares (disciplinas);
- Sugerir ajudas técnicas que facilitem o processo de aprendizagem do aluno da educação especial;
- Participar da formação continuada na área de educação;
- Participar do conselho de classe;
- Participar da elaboração e avaliação do Projeto Político Pedagógico;
- Assumir, por meio de designação da direção escolar, outras funções na escola. Mas somente quando seu estudante da educação especial estiver ausente do espaço escolar;
- Observar e respeitar as estratégias didáticas do professor regente, evitando oferecer aos alunos, durante a interpretação, respostas prontas em relação a conceitos que o professor pretende construir progressivamente;
- Não interferir na relação professor/aluno, mas estimular a interação entre ambos.
- Cumprir integralmente na unidade escolar a carga horária para a qual foi contratado, mesmo na eventual ausência do aluno.

São Pedro de Alcântara, 06 de dezembro de 2016.

Paulo Henrique Lohn

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1187

DECRETO Nº 1187, de 18 de janeiro de 2017.

Nomeia os membros da Comissão Permanente de Licitações e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em especialmente na forma estabelecida pelo artigo 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA

Art. 1º Ficam indicados os membros abaixo, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, conforme segue:

- a) Julio Cesar Pauldo, Presidente;
- b) Claisnei André Vani, Vice-Presidente;
- c) Mirian Luisa Gabriel, 2ª. Vice-Presidente;
- d) Luiz Dalago Júnior, Secretário;
- e) Andréia Muller, membro;
- f) Márcia Ires Sczesny Hoff, membro;
- g) Cladenir Chiarello, membro.

Art. 2º A atuação da Comissão Permanente de Licitações, suas atribuições e impedimentos são os definidos no artigo 6º, XVI, com o artigo 9º, § 4º e com o artigo 51, todos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alteração posterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o disposto no Decreto n.º 1107, de 01 de setembro de 2016.

Seara-SC, 18 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 18 de janeiro de 2017

Neri Cosmann
Secretário de Administração

DECRETO Nº 1188

DECRETO Nº 1188, de 18 de janeiro de 2017

Nomeia servidores como pregoeiros, compõe equipe de apoio e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores: Julio Cesar Paludo, Claisnei André Vani e Mirian Luisa Gabriel, como Pregoeiros do Município de Seara, em obediência ao estabelecido no inciso IV, do artigo 3º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 2º Para compor a Equipe de Apoio ao Pregoeiro ficam nomeados os servidores: Marcia Ires Sczesny Hoff, Luiz Dalago Júnior, Jackson Três e Andréia Muller.

Art. 3º Em seus impedimentos o(s) Pregoeiro(s) poderá(ão) ser substituído(s) por um dos membros da Equipe de Apoio.

Art. 4º O Pregoeiro e sua Equipe de apoio terão como atribuição, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do certame ao licitante vencedor e as estabelecidas no artigo 9º do Regulamento da Licitação na modalidade Pregão Presencial, aprovado pelo Decreto nº 52, de 02 de agosto de 2006.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

--	--

Art. 6º Fica revogado o Decreto 1106, de 01 de setembro de 2016.

Seara-SC, 18 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 18 de janeiro de 2017

Neri Cosmann
Secretário de Administração

DECRETO Nº. 1182 - ANEXO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

ANEXO I - LEI Nº 1737. de 27 de setembro de 2013 (Regulamentada pelo Decreto nº 871, de 13 de março de 2015)

ANEXO I - VALORES DAS DIÁRIAS

(Lei nº 1.787, de 27 de setembro de 2013 e Lei 1801, de 12 de Março de 2015)

Valores das Diárias com reajustes pelo Decreto nº 1182, de 16 de janeiro de 2017

Cargos com Direito a Receber Diárias	Locais de Deslocamentos		
	Interior do Estado:	Capital do Estado e Interior de Outros Estados:	Capital Federal e Capitais de Outros Estados:
	Valor da Diária - R\$	Valor da Diária - R\$	Valor da Diária - R\$
Prefeito Municipal	R\$ 441,91	R\$ 631,00	R\$ 882,76
Vice Prefeito Municipal	R\$ 441,91	R\$ 631,00	R\$ 882,76
Secretários	R\$ 277,26	R\$ 386,67	R\$ 552,39
Secretários Adjuntos	R\$ 277,26	R\$ 386,67	R\$ 552,39
Consultores	R\$ 277,26	R\$ 386,67	R\$ 552,39
Diretores	R\$ 277,26	R\$ 386,67	R\$ 552,39
Motorista Sec. Saúde	R\$ 187,62	R\$ 239,00	R\$ 290,39

Seara/SC, 16 de janeiro de 2017

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Página 1 ANEXO I

PORTARIA 57

Portaria nº 057, de 18 de janeiro de 2017

O Prefeito Municipal de Seara, no uso das atribuições privativas do cargo, com base no inciso X do art. 108 da Lei Orgânica, e com fundamento no disposto na Lei 1074, de 20/10/1997, lei complementar 005, de 24/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros do Conselho Deliberativo, Conselho Curador e Administração Superior da Fundação Municipal de Esportes de Seara, na forma que dispõe:

Conselho Deliberativo:

- Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento

Comunitário:

Nelson Carpe da Silveira – Presidente

- Representante da Secretaria Municipal da Fazenda:

Cláudia Regina Nardi

- Superintendente da Fundação:

Ricardo Moisés Hoch

Conselho Curador:

- Representante da Secretaria Mun de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário:

Jairo Zaia Zanluchi

- Representante da Secretaria Municipal da Administração:

Neri Cosmann

- Representante da Secretaria Municipal da Educação:
Fabiana Mariani

Administração Superior:
Superintendente: Ricardo Moisés Hoch

Art. 2º Fica sem efeito a Portaria nº 52, de 12 de janeiro de 2017, publicada no quadro mural do município em 12/01/2017 e no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC em 13/01/2017, edição 2168, página 729.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em, 18 de janeiro de 2017

Neri Cosmann
Secretário de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017

Processo Licitatório nº 003/2017.

Edital de Pregão Presencial nº. 002/2017 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 13h30min do dia 31/01/2017, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de material de inseminação artificial de bovinos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 18 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA-SC

LICITAÇÃO Nº 001/2017 – CHAMAMENTO Nº 001/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SEARA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que de acordo com o § 1º do artigo 34 da lei federal nº 8.666/93, com suas atualizações, se encontra aberta a possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Registro e Atualização Cadastral, dos Fornecedores da Administração Pública do Município. Cópia do edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no Departamento de Compras do Município de Seara, no horário de expediente, pelo telefone (049) 3452-8327.

Seara-SC, 18 de Janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito de Seara

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017

Processo Licitatório nº. 002/2017.

Edital de Pregão Presencial nº. 001/2017 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 31/01/2017, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de material escolar. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 18 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 027

DECRETO Nº 027/2017 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

“Dispõe sobre a nomeação de membros para compor o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 40, da Lei Orgânica e Lei Municipal n.º 978/2013,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os novos representantes Governamentais para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social:

Representantes Governamentais:

1. Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: DANIELA ZANELLA DONIDA

Suplente: ALLISSON MAURICIO MONTEIRO

2. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: ARLETE MARISTELA TREVISAN

Suplente: ITAMAR OLDIGES

3. Secretaria Municipal de Saúde

Titular: SILVANE SENHOR

Suplente: CRISTIANE FRANCIO

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013.

Serra Alta/SC de 16 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

E autorizo o empenho da despesa, no valor total de R\$ 28.800,00 (Vinte e oito mil e oitocentos reais), em favor da Empresa CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA, cujo pagamento far-se-á em 12 parcelas mensais de (janeiro a dezembro/2017) com recursos próprios do orçamento vigente Proj/Ativ. 2.010 – Assistência ao produtor Rural – Transferências a Consórcios Públicos 3.1.7.1.00.

Serra Alta, 17 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017

PROCESSO Nº 004/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017

DARCI CERIZOLLI, PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em seu cargo e com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, RATIFICA

RATIFICO a dispensa de licitação para a Contratação direta do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA, inscrito no CNPJ nº: 03.455.536/0001-90, para a prestação de serviços técnicos especializados atendendo o Programa PROAGUA E PROSUASA para a população do Município de Serra Alta integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, com fundamento no Parecer Jurídico e da Comissão de Licitação, tendo como base o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis Federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

Siderópolis

PREFEITURA

07/2017 AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO COMBUSTÍVEL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 07/2017

ATO EDITAL DE PREGÃO PMS Nº. 04/2017

O Município de Siderópolis comunica aos interessados, que de conformidade com a Lei Nº 10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 02/02/2017, até às 08h30min (HORÁRIO DE BRASÍLIA), na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro se reunirá a pregoeira e equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas para o Fornecimento parcelado de combustíveis, através de empresa(s) especializada, para consumo dos veículos e equipamentos que compõem a frota oficial da Secretaria de Saúde do município e que sejam fornecidos nos postos de abastecimento do licitante vencedor, para o exercício de 2017. O edital na íntegra, encontra-se disponível para download no site da municipalidade: www.sideropolis.sc.gov.br. Maiores Informações: Fone: (48) 3435 8900 ou e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br. Siderópolis, 18 de janeiro de 2017.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 004/2017

DECRETO Nº. 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"CONFIRMA O FERIADO RELIGIOSO DE 20 DE JANEIRO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal de 06 de Abril de 1990, e

Considerando que a Lei nº. 465, de 13 de outubro de 1982, "Considera feriado municipal o dia 20 de janeiro, data comemorativa à São Sebastião";

Considerando a especial devoção da comunidade católica de Sombrio e região a São Sebastião.

DECRETA:

Art. 1º. Fica confirmado o feriado religioso no Município de Sombrio, em homenagem a São Sebastião, na sexta feira, dia 20 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Em virtude do feriado municipal, os serviços e atividades consideradas essenciais de coleta de lixo, vigilância e SAMAE, funcionarão em escala de plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de Janeiro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 072/2017

DECRETO Nº 072, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2293 de 06 de Dezembro de 2016, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 3.472.770,25, (três milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, setecentos e setenta reais e vinte cinco centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.02 - DIRETORIA DE OBRAS

1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.00.3091(175) - Aplicações Diretas R\$ 105.680,33

4.4.90.00.00.00.00.00.0093(29) - Aplicações Diretas R\$ 194.322,71

4.4.90.00.00.00.00.00.3501(178) - Aplicações Diretas R\$ 378.168,36

4.4.90.00.00.00.00.00.3503(179) - Aplicações Diretas R\$ 43.880,87
4.4.90.00.00.00.00.00.0503(180) - Aplicações Diretas R\$ 728.081,41

4.4.90.00.00.00.00.00.3507(181) - Aplicações Diretas R\$ 13.765,95

4.4.90.00.00.00.00.00.3509(182) - Aplicações Diretas R\$ 15.157,67

4.4.90.00.00.00.00.00.0510(183) - Aplicações Diretas R\$ 94.466,10

4.4.90.00.00.00.00.00.3512(185) - Aplicações Diretas R\$ 187.987,10

4.4.90.00.00.00.00.00.3513(186) - Aplicações Diretas R\$ 36.367,01

4.4.90.00.00.00.00.00.3515(188) - Aplicações Diretas R\$ 9.986,83

4.4.90.00.00.00.00.00.0515(187) - Aplicações Diretas R\$ 187.139,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0602(189) - Aplicações Diretas R\$ 298.730,33

4.4.90.00.00.00.00.00.3611(190) - Aplicações Diretas R\$ 3.442,10

4.4.90.00.00.00.00.00.0611(191) - Aplicações Diretas R\$ 2.896,90

4.4.90.00.00.00.00.00.0620(192) - Aplicações Diretas R\$ 159.908,97

4.4.90.00.00.00.00.00.0621(193) - Aplicações Diretas R\$ 114.304,14

4.4.90.00.00.00.00.00.3621(194) - Aplicações Diretas R\$ 348,14

4.4.90.00.00.00.00.00.3622(195) - Aplicações Diretas R\$ 600,70

4.4.90.00.00.00.00.00.0622(196) - Aplicações Diretas R\$ 123.437,98

4.4.90.00.00.00.00.00.3623(197) - Aplicações Diretas R\$ 142,99

4.4.90.00.00.00.00.00.0623(198) - Aplicações Diretas R\$ 18.299,73

4.4.90.00.00.00.00.00.3624(199) - Aplicações Diretas R\$ 254,07

4.4.90.00.00.00.00.00.0624(200) - Aplicações Diretas R\$ 44.963,50

4.4.90.00.00.00.00.00.3625(201) - Aplicações Diretas R\$ 170,26

4.4.90.00.00.00.00.00.0625(202) - Aplicações Diretas R\$ 17.988,19

4.4.90.00.00.00.00.00.3628(203) - Aplicações Diretas R\$ 214,41

4.4.90.00.00.00.00.00.0628(204) - Aplicações Diretas R\$ 98.762,29

4.4.90.00.00.00.00.00.0080(28) - Aplicações Diretas R\$ 535.105,80

2.046 Manut. da Rede Viária Municipal

4.4.90.00.00.00.00.00.3091(177) - Aplicações Diretas R\$ 1.592,97

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

2.025 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.61.03.00.00.00.00.3088-Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

9.01 - SECRET. MUNIC. DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1031 - Construção do Centro de Eventos Municipal

4.4.90.00.00.00.00.00.3091(176) - Aplicações Diretas R\$ 25,23

4.4.90.00.00.00.00.00.3511(184) - Aplicações Diretas R\$ 28.578,21

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do superávit financeiro da fonte 3091.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 02 de janeiro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 074/2017

DECRETO Nº 074, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIÓ – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIÓ, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2293 de 06 de Dezembro de 2016, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 1.096.390,81 (hum milhão, noventa e seis mil, trezentos e noventa reais e oitenta e um centavos). nas seguintes dotações orçamentárias:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.005 - Ampliação e Reforma da Rede Física de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.3048-Aplicações Diretas.....

R\$ 1.111,60

4.4.90.00.00.00.00.00.3049-Aplicações Diretas.....

R\$ 805.542,18

4.4.90.00.00.00.00.00.0049-Aplicações Diretas.....

R\$ 289.737,03

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do superávit financeiro das fontes de recursos 3048 , 3049.e 49.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 02 de janeiro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Sul Brasil

PREFEITURA

PREGÃO 006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 007/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2017

Tipo: Registro de Preço

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE AVEIA PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO DA BOVINOCULTURA DE LEITE.

Entrega dos envelopes: 08:45 horas do dia 01 de fevereiro de 2017

Abertura dos envelopes: 09:00 horas do dia 01 de fevereiro de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 19 de janeiro de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO 002-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2017

Órgão Responsável: MUNICÍPIO DE TIGRINHOS
Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO
Número da Ata: 001/2017
Licitante Vencedor (a): PRE-MOLDADOS LTDA EPP
Valor da Ata: R\$ 38.720,00

Amparo Legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 002/2017, na Modalidade de Pregão Presencial nº. 001/2017, do Município de Tigrinhos, que foi realizado com base na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94; Lei nº. 9.648/98; Lei nº. 10.520/2002; Decreto nº. 5.504/2005; Portaria Interministerial MP/MF nº. 217/2006 e demais normas pertinentes, e por este Edital.

Tigrinhos/SC, em 19 de Janeiro de 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO 002-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2017

Órgão Responsável: MUNICÍPIO DE TIGRINHOS
Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO
Número da Ata: 001/2017
Licitante Vencedor (a): GLOBAL IND. E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI
Valor da Ata: R\$ 17.775,00

Amparo Legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 002/2017, na Modalidade de Pregão Presencial nº. 001/2017, do Município de Tigrinhos, que foi realizado com base na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94; Lei nº. 9.648/98; Lei nº. 10.520/2002; Decreto nº. 5.504/2005; Portaria Interministerial MP/MF nº. 217/2006 e demais normas pertinentes, e por este Edital.

Tigrinhos/SC, em 19 de Janeiro de 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 008-2017

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento

dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 008/2017 com a Empresa DEGUSTAR PIZZARIA LTDA ME – CNPJ: 07.876.383/0001-05 para fornecimento de refeições aos Servidores do Município de Tigrinhos, a trabalho na Cidade de Maravilha/SC.

TIGRINHOS/SC, em 18 de Janeiro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 009-2017 FMS

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS
PROCESSO LICITATÓRIO 002/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 009/2017 com a Empresa CLINICA DR. VALDIR EIRELI ME – CNPJ: 18.287.887/0001-06, no valor de R\$56,00 por consulta na especialidade de Ginecologia e Obstetrícia, sob regime de menor lance.

TIGRINHOS/SC, em 19 de Janeiro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/PMT/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/PMT/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/PMT/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/PMT/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500, ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM TIPO C, COM INSTALAÇÃO DE TANQUES PARA ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE PARA 10 MIL LITROS, COM BOMBA ABASTECEDORA, COM CONTADOR DE LITROS PARCIAL E ACUMULATIVA E FILTRO DE LINHA, PRODUTOS ESTES ADQUIRIDOS EM CARGAS, E ÓLEO DIESEL S10, COM INSTALAÇÃO DE TANQUE PARA ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE PARA 2,5 MIL LITROS, COM BOMBA ABASTECEDORA, COM CONTADOR DE LITROS PARCIAL E ACUMULATIVA E FILTRO DE LINHA, PRODUTOS ESTES ADQUIRIDOS EM CARGAS, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO DO PRESENTE EDITAL, PARA A FROTA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC. Tipo: menor preço por item;

Data de Abertura: 01 de fevereiro de 2017, as 09h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 26/2017; SUPLEMENTAÇÃO

DECRETO Nº. 26, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

INSERE DESPESA, FONTE DE RECURSO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2017 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.816/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam inseridas na Unidade/Orçamentária e Projeto/Atividade abaixo identificadas, a despesa e a fonte de recursos que passam a integrar o Orçamento 2017 do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul com a seguinte estrutura orçamentária:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul

2.032 – Assistência Farmacêutica Básica

33 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0352

34 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0360

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 37.368,89(trinta e sete mil e trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos) nas dotações abaixo especificadas:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul

2.032 – Assistência Farmacêutica Básica

33 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0352 – Aplicações diretas R\$ 4.826,69

34 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0360 – Aplicações diretas R\$ 32.542,00

Art. 3º - O crédito de que trata o artigo anterior é decorrente do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior nas seguintes Fontes de Recursos:

I. 0044 – Transferências de Recursos do SUS no valor de R\$ 4.826,69;

II. 0103 – Assistência Farmacêutica Básica no valor de R\$ 32.542,00.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 10 de janeiro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 27/2017; SUPLEMENTAÇÃO

DECRETO Nº. 27, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

INSERE DESPESA, FONTE DE RECURSO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2017 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.816/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam inseridas na Unidade/Orçamentária e Projeto/Atividade abaixo identificadas, a despesa e a fonte de recursos que passam a integrar o Orçamento 2017 do Município de Timbé do Sul com a seguinte estrutura orçamentária:

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

2.007 – Programa de Alimentação Escolar

156 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0080

2.008 – Manutenção do Transporte Escolar

157 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0381

2.009 – Manutenção do Ensino Infantil

155 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0475

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 91.182,55(noventa e um mil e cento e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) nas dotações abaixo especificadas:

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

2.007 – Programa de Alimentação Escolar

156 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0380 – Aplicações Diretas R\$ 69.000,00

2.008 – Manutenção do Transporte Escolar

157 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0381 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

2.009 – Manutenção do Ensino Infantil

155 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0475 – Aplicações Diretas R\$ 8.182,55

Art. 3º - Os créditos de que tratam o artigo anterior são decorrentes:

I- Superávit Financeiro verificado no exercício anterior nas seguintes Fontes de Recursos:

ü 0468 – Recurso FNDE/CRECHE no valor de R\$ 8.182,55;

ü 0081 – Recursos do Estado no valor de R\$ 14.000,00;

ü 0080 – Recursos Ordinários no valor de R\$ 69.000,00.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 10 de janeiro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 28/2017; DEMITE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS TEMPORÁRIOS

DECRETO Nº. 28, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DEMITE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam demitidos os servidores abaixo identificados, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Nome	Matrícula	Cargo
Cibele Tanachi Mancio	2449	Agente Comunitário de Saúde PSF/PACS
Roberta Camilo Tonetto	2450	Agente Comunitário de Saúde PSF/PACS

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 16 de janeiro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 29/2017; DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EFETIVO

DECRETO Nº. 29, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EFETIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições que lhe confere a lei 467 de 16 de dezembro de 1988;

DECRETA:

Art. 1º - Fica à pedido, declarada a vacância do cargo do Servidor José Nicolau Moraes Vieira, Matrícula nº 303, ocupante do Cargo de Médico ANS I, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL, 16 de janeiro de 2017.

ROBERTO BIAVA

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

DECISÃO SUSPENSÃO CONCORRÊNCIA N.º 103 2016 PMT

DECISÃO

Concorrência Para Obras e Serviços de Engenharia
Edital n. 103/2016 PMT

Considerando a necessidade de análise técnica acerca dos pedidos de esclarecimentos formulados por empresas licitantes e primando

pela aplicação dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, determino a SUSPENSÃO da Sessão Pública designada para o dia 23 de janeiro de 2017 as 8 horas.

Timbó, 17 de janeiro de 2017

DARCIZIO BONA

Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas

EXTRATO DE ARREMATANTES LEILÃO Nº 18.2016 SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE TIMBÓ - SAMAE

EXTRATO DE ARREMATANTES LEILÃO 18/2016 SAMAE

OBJETO: Leilão de materiais recicláveis, presentes e futuros, procedentes do processo de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares por um período de 06 (seis) meses, classificados conforme Decreto nº. 4306 de 28 de setembro de 2016, de acordo com os anexos do edital.

215759 - K.S.I RECICLAGEM LTDA - ME

Item	Qtd.	Und.	Preço Unitário	Preço Total	Produto
31	20000	KG	0,05	1.000,00	PAPÉIS, PLÁSTICOS, VIDROS, METAIS E APROXIMADAMENTE TRINTA POR CENTO DE REJEITO (LIXO ORGÂNICO)

Total: K.S.I RECICLAGEM LTDA - ME - R\$ 1.000,00

246549 - TORNEARIA NICOLETTO LTDA EPP

Item	Qtd.	Und.	Preço Unitário	Preço Total	Produto
1	70000	KG	0,60	42.000,00	PAPELÃO (RECICLADO)
2	100000	KG	0,35	35.000,00	PAPEL MISTO (RECICLADO)
4	16000	KG	0,33	5.280,00	TETRA PACK (EMBALAGEM LONGA VIDA) RECICLADO
5	20000	KG	1,45	29.000,00	PLÁSTICO PET REFRIGERANTE
6	4000	KG	0,49	1.960,00	PLÁSTICO PET AZEITE
7	8000	KG	1,41	11.280,00	PLÁSTICO PP TRANSPARENTE (VINAGRE/ÁLCOOL/SHAMPOO)
8	4000	KG	1,21	4.840,00	PLÁSTICO DURO BRANCO LEITOSO
9	30000	KG	0,85	25.500,00	PLÁSTICO PEAD/PEAB (PT DE MARGARINA, LEITOSO, COLORIDO, BALDE)
10	3000	KG	0,41	1.230,00	PVC E CAIXA DE GELADEIRA
11	2000	KG	0,41	820,00	PLÁSTICO PS COPINHOS
16	900	PÇ	1,30	1.170,00	GARRAFAO DE VIDRO
24	25000	KG	0,05	1.250,00	LIXO ELETRÔNICO
30	40000	KG	0,24	9.600,00	LATAS E SUCATAS BRUTA DE FERRO

Total: TORNEARIA NICOLETTO LTDA EPP - R\$ 168.930,00

289558 - IRMAOS SANDRI IND E COM DE VIME LTDA

Item	Qtd.	Und.	Preço Unitário	Preço Total	Produto
32	20000	KG	0,05	1.000,00	PAPÉIS, PLÁSTICOS, VIDROS, METAIS E APROXIMADAMENTE TRINTA POR CENTO DE REJEITO (LIXO ORGÂNICO)

Total: IRMAOS SANDRI IND E COM DE VIME LTDA - R\$ 1.000,00



292087 - COM. SUCATAS PARAMARIBO

Item	Qtd.	Und.	Preço Unitário	Preço Total	Produto
15	350	PÇ	0,96	336,00	VIDROS DE CONSERVA GRANDE
17	60000	KG	0,10	6.000,00	CONSERVAS PEQUENAS, VIDROS E LITROS DIVERSOS
18	3000	KG	0,04	120,00	CACO ESCURO (VIDROS E LITROS DIVERSOS QUEBRADOS)
19	5000	KG	0,05	250,00	CACO CLARO (VIDROS E LITROS DIVERSOS QUEBRADOS)

Total: COM. SUCATAS PARAMARIBO - R\$ 6.706,00

4028171 - VIDA NOVA PAPEIS LTDA

Item	Qtd.	Und.	Preço Unitário	Preço Total	Produto
3	5000	KG	0,41	2.050,00	PAPEL KRAFT (RECICLADO)
34	20000	KG	0,05	1.000,00	PAPÉIS, PLÁSTICOS, VIDROS, METAIS E APROXIMADAMENTE TRINTA POR CENTO DE REJEITO (LIXO ORGÂNICO)

Total: VIDA NOVA PAPEIS LTDA - R\$ 3.050,00

4064623 - R W S RECICLAGEM LTDA

Item	Qtd.	Und.	Preço Unitário	Preço Total	Produto
20	1200	KG	2,90	3.480,00	ALUMÍNIOS DIVERSOS
21	5500	KG	3,80	20.900,00	ALUMÍNIOS LATINHAS
22	1500	KG	0,60	900,00	MOTORES ELÉTRICOS PARA DESMANCHE
26	500	KG	6,60	3.300,00	FIOS COM CAPA
27	4000	L	0,48	1.920,00	ÓLEO COZINHA USADO
28	100	KG	2,60	260,00	ANTIMÔNIO
29	80	KG	2,10	168,00	INOX

Total: R W S RECICLAGEM LTDA - R\$ 30.928,00

4064640 - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS RECICLADORES JARAGUAENSES JVS

Item	Qtd.	Und.	Preço Unitário	Preço Total	Produto
13	30000	KG	0,10	3.000,00	PP FILME COLORIDO
25	350	KG	0,10	35,00	ISOPOR
33	20000	KG	0,05	1.000,00	PAPÉIS, PLÁSTICOS, VIDROS, METAIS E APROXIMADAMENTE TRINTA POR CENTO DE REJEITO (LIXO ORGÂNICO)

Total: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS RECICLADORES JARAGUAENSES JVS - R\$ 4.035,00

4064666 - EDEPEL EMBALAGENS LTDA - EPP

Item	Qtd.	Und.	Preço Unitário	Preço Total	Produto
12	40000	KG	0,20	8.000,00	PE FILME COLORIDO LIMPO/SUJO
14	1500	KG	0,91	1.365,00	FILME CRISTAL LIMPO/SUJO

Total: EDEPEL EMBALAGENS LTDA - EPP - R\$ 9.365,00

Timbó, 18 de janeiro de 2017.
 JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
 DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE

EXTRATO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 2014.068 - SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/068

CONTRATANTE: Município de Timbó pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

CONTRATADO: DRJ Radiocomunicações LTDA.

OBJETO: Reajusta o valor a contar de 01/01/2017 no percentual de 6,2881%, correspondente a aplicação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – dezembro/2016).

DATA DA ASSINATURA: 13/01/2017.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA

Diretor Presidente do SAMAE

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LEILÃO Nº. 18/2016**

Tendo em vista o Auto de Leilão lavrado pelo Leiloeiro Oficial, designado através da Portaria n.º 502/2012 do SAMAE, homologo, nesta data a referida decisão e constante do auto anexo, considerando vencedores do Leilão nº. 18/2016, os participantes:

Vencedor (Valores expressos em R\$)	
K.S.I RECICLAGEM LTDA - ME	1.000,00
TORNEARIA NICOLETTO LTDA EPP	168.930,00
IRMAOS SANDRI IND E COM DE VIME LTDA	1.000,00
COM. SUCATAS PARAMARIBO	6.706,00
VIDA NOVA PAPEIS LTDA	3.050,00
R W S RECICLAGEM LTDA	30.928,00
COOPERATIVA DE TRABALHO DOS RECICLADORES JARA-GUAENSES JVS	4.035,00
EDEPEL EMBALAGENS LTDA - EPP	9.365,00

Timbó/SC, 18 de janeiro de 2017

Jean Pierre Bezerra Museka

Diretor Presidente SAMAE

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - LEILÃO Nº 18.2016
SAMAE**

SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTO - SAMAE

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 03/2017**

Portaria Nº 003/2017

Concede progressão funcional a servidor da Câmara Municipal

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 39, III, alínea b, do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 18 a 22 da Lei Complementar nº 338 de 12 de novembro de 2007; e, Considerando as avaliações de desempenho relativas aos anos de 2014, 2015 e 2016, realizadas pelo Diretor Geral desta Câmara que atribuem ao servidor desempenho classificado como ótimo ou excelente, observados os critérios legais, Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional consistente na passagem da referência 82 para a referência 83 do Quadro de Referência de Vencimentos constante do Anexo VI da Lei Complementar nº 338/2007 para o servidor Joel Ricardo Raiter, que ocupa o cargo de provimento efetivo de contador desde 9 de janeiro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 17 de janeiro de 2017.

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

Portaria nº 04/2017

Portaria Nº 004/2017

Concede progressão funcional a servidor da Câmara Municipal

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 39, III, alínea b, do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 18 a 22 da Lei Complementar nº 338 de 12 de novembro de 2007; e, Considerando as avaliações de desempenho relativas aos anos de 2014, 2015 e 2016, realizadas pelo Diretor Geral desta Câmara que atribuem ao servidor desempenho classificado como ótimo ou

excelente, observados os critérios legais, Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional consistente na passagem da referência 90 para a referência 91 do Quadro de Referência de Vencimentos constante do Anexo VI da Lei Complementar nº 338/2007 para o servidor Ruben Parno, que ocupa o cargo de provimento efetivo de advogado desde 1 de agosto de 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 17 de janeiro de 2017.

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

Portaria nº 05/2017

Portaria Nº 005/2017

Concede progressão funcional a servidor da Câmara Municipal.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 39, III, alínea b, do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 18 a 22 da Lei Complementar nº 338 de 12 de novembro de 2007; e, Considerando as avaliações de desempenho relativas aos anos de 2014, 2015 e 2016, realizadas pelo Diretor Geral desta Câmara que atribuem ao servidor desempenho classificado como ótimo ou excelente, observados os critérios legais, Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional consistente na passagem da referência 55 para a referência 56 do Quadro de Referência de Vencimentos constante do Anexo VI da Lei Complementar nº 338/2007 para o servidor Ailton Bertoldi, que ocupa o cargo de provimento efetivo de agente administrativo desde 11 de setembro de 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 17 de janeiro de 2017.
Douglas Emanuel Marchetti
Presidente

Portaria nº 06/2017

Portaria Nº 006/2017

Concede progressão funcional a servidora da Câmara Municipal.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 39, III, alínea b, do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 18 a 22 da Lei Complementar nº 338 de 12 de novembro de 2007; e,
Considerando as avaliações de desempenho relativas aos anos de 2014, 2015 e 2016, realizadas pelo Diretor Geral desta Câmara

que atribuem ao servidor desempenho classificado como ótimo ou excelente, observados os critérios legais, Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional consistente na passagem da referência 69 para a referência 70 do Quadro de Referência de Vencimentos constante do Anexo VI da Lei Complementar nº 338/2007 para a servidora Giani Zaira Seidel, que ocupa o cargo de provimento efetivo de analista legislativa desde 1 de dezembro de 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 17 de janeiro de 2017.
Douglas Emanuel Marchetti
Presidente

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA Nº SAMAE -014, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº SAMAE -014, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Coloca Servidora Pública Municipal do quadro do SAMAE à disposição do Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, com ônus para esta, a contar de 02 de janeiro do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento no artigo 25, inciso VIII da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar n. 139, de 02/07/98;

Considerando o pedido formulado pela Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, que, ao bem do serviço público, requer cessão de servidor do cargo de auxiliar de serviços administrativos para auxílio no exercício e controle das atividades correlatas às centrais de Compras e Licitações instituídas pelo Decreto Municipal nº 2995, de 10 de dezembro de 2012;

RESOLVE:

Art.1º Colocar, a pedido e de anuência do servidor, à disposição da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, com ônus para esta, a contar de 02 de janeiro, a servidora abaixo identificada:

Nome do Servidor	Cargo	Lotação de Origem
Lourdes Moser	Aux. Serviços Adm.	Samae

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017, 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

Três Barras**PREFEITURA****DECRETO Nº 4637, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2016**

Número da Lei:	3210
Ano da Lei:	2015
Data da Lei:	30/12/2015

DECRETO Nº 4637, de 1 de dezembro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 3.055.532,49 PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras –SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art.65. Inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 3210 de 30 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 33.941,52(trinta e três mil, novecentos e quarenta e um reais e cinquenta e dois centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3339000000000000.01380500	13.941,52
Suplementar	Fundo Municipal de Asistencia Social	13.001.0008.0244.0010.2016.3339000000000000.01000000	20.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3319000000000000.01380500	13.941,52
Excesso		417220101000000 - 01000000	20.000,00

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 1.000,00(um mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3339000000000000.01020000	1.000,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.333500000000 0000.01020000	1.000,00

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 49.393,36(quarenta e nove mil, trezentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0303.0009.2078.333900000000 0000.01020000	49.393,36

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417219900050000 - 01020000	49.393,36

Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7.750,00(sete mil e setecentos e cinquenta reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.333900000000 0000.01020000	7.750,00

Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417219900050000 - 01020000	7.750,00

Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 379.936,48(trezentos e setenta e nove mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.331900000000 0000.01020000	379.936,48

Art. 10 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417219900050000 - 01020000	379.936,48

Art. 11 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 46.000,00(quarenta e seis mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.331900000000 0000.01380400	46.000,00

Art. 12 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417213300040000 - 01380400	46.000,00

Art. 13 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 1.000,00(um mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0303.0009.2078.333900000000 0000.01020000	1.000,00

Art. 14 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0303.0009.2078.344900000000 0000.01020000	1.000,00

Art. 15 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 51.980,00(cinquenta e um mil e novecentos e oitenta reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.333900000000 0000.01020000	51.980,00

Art. 16 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 15 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417219900050000 - 01020000	51.980,00

Art. 17 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 1.000,00(um mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0303.0009.2078.333900000000 0000.01020000	1.000,00

Art. 18 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 17 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0303.0009.2078.333500000000 0000.01020000	1.000,00

Art. 19 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 30.362,85(trinta mil, trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0303.0009.2078.333900000000 0000.01020000	30.362,85

Art. 20 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 19 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0303.0009.2078.333930000000 0000.01020000	30.362,85

Art. 21 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 85.000,00(oitenta e cinco mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0303.0009.2078.333900000000 0000.01381500	85.000,00

Art. 22 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 21 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417213300140100 - 01381500	85.000,00

Art. 23 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 60.000,00(sessenta mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3339000000000000.01380500	10.000,00
Suplementar	Fundo Municipal de Asistencia Social	13.001.0008.0244.0010.2016.3319000000000000.01000000	50.000,00

Art. 24 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 23 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3319000000000000.01380500	10.000,00
Excesso		417220101000000 - 01000000	50.000,00

Art. 25 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 12.000,00(doze mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0303.0009.2078.3339000000000000.01630300	12.000,00

Art. 26 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 25 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0303.0009.2078.3339300000000000.01630300	12.000,00

Art. 27 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 19.502,74(dezenove mil, quinhentos e dois reais e setenta e quatro centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
--------------	----------------------	--------------	-------

Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0304.0009.2019.3339000000000000.01331600	18.802,74
Suplementar	Fundo Municipal de Asistencia Social	13.001.0008.0244.0010.2016.3339000000000000.01000000	700,00

Art. 28 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 27 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417213300030100 - 01331600	18.802,74
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Asistencia Social	13.001.0008.0244.0010.2016.3339100000000000.01000000	700,00

Art. 29 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 63.175,00(sessenta e três mil e cento e setenta e cinco reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3339000000000000.01020000	30.000,00
Suplementar	Fundo Municipal de Asistencia Social	13.001.0008.0243.0010.2090.3339000000000000.01350700	33.175,00

Art. 30 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 29 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01020000	30.000,00
Excesso		417213400010000 - 01350700	33.175,00

Art. 31 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 21.000,00(vinte e um mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0303.0009.2078.3339000000000000.01381600	1.000,00
Suplementar	Fundo Municipal de Asistencia Social	13.001.0008.0244.0010.2085.3339000000000000.01350600	20.000,00

Art. 32 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 31 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0303.0009.2078.3449000000000000.01381600	1.000,00
Excesso		417213400060000 - 01350600	20.000,00

Art. 33 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 12.130,35(doze mil, cento e trinta reais e trinta e cinco centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0303.0009.2078.333900000000 0000.01381600	2.130,35
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0010.2016.333900000000 0000.01000000	10.000,00

Art. 34 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 33 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417213300140200 - 01381600	2.130,35
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0010.2016.331900000000 0000.01000000	10.000,00

Art. 35 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 129.000,00(cento e vinte e nove mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.333900000000 0000.01380100	100.000,00
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0010.2016.333900000000 0000.01000000	29.000,00

Art. 36 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 35 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417213300010000 - 01380100	100.000,00
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0010.2016.331900000000 0000.01000000	29.000,00

Art. 37 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 47.000,00(quarenta e sete mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.333900000000 0000.01381300	47.000,00

Art. 38 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 37 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417223300020000 - 01381300	47.000,00

Art. 39 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 28.000,00(vinte e oito mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.344900000000 0000.01381300	28.000,00

Art. 40 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 39 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417223300020000 - 01381300	28.000,00

Art. 41 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 5.160,00(cinco mil e cento e sessenta reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Financas	05.001.0028.0845.0004.2008.333900000000 0000.01000000	5.160,00

Art. 42 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 41 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	5.160,00

Art. 43 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 28.678,37(vinte e oito mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e sete centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.2074.333900000000 0000.01800100	28.678,37

Art. 44 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 43 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417219900010000 - 01800100	28.678,37

Art. 45 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 10.539,75(dez mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.344900000000 0000.01010000	10.539,75

Art. 46 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 45 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.333900000000 0000.01010000	10.539,75

Art. 47 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 18.592,19(dezoito mil, quinhentos e noventa e dois reais e dezenove centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Desenv. Ec. e Turismo	07.001.0004.0122.0008.2059.331900000000 0000.01000000	18.592,19

Art. 48 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 47 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417219900050000 - 010000000	18.592,19

Art. 49 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 242.431,99(duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta e um reais e noventa e nove centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.331900000000 0000.01180000	242.431,99

Art. 50 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 49 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.331900000000 0000.01190000	80.572,53
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.333900000000 0000.01190000	81.448,13
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.333910000000 0000.01190000	119,68
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.344900000000 0000.01190000	80.291,65

Art. 51 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 49.642,53(quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e três centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0365.0013.2063.331900000000 0000.01180000	49.642,53

Art. 52 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 51 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0365.0013.2063.331900000000 0000.01190000	15.709,25
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0365.0013.2063.333900000000 0000.01190000	33.933,28

Art. 53 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 169.371,41(cento e sessenta e nove mil, trezentos e setenta e um reais e quarenta e um centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0026.2042.344900000000 0000.01010000	169.371,41

Art. 54 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 53 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417219900050000 - 01010000	169.371,41

Art. 55 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 10.000,00(dez mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administração	04.001.0004.0122.0005.2009.333900000000 0000.01000000	10.000,00

Art. 56 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 55 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Administração	04.001.0004.0122.0005.2009.331900000000 0000.01000000	10.000,00

Art. 57 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 6.592,85(seis mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administração	04.001.0008.0243.0010.2089.331900000000 0000.01000000	6.592,85

Art. 58 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 57 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Administração	04.001.0008.0243.0010.2089.333900000000 0000.01000000	3.499,85
Anulação Dotação	Secretaria de Administração	04.001.0008.0243.0010.2089.344900000000 0000.01000000	3.093,00

Art. 59 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 45.489,17(quarenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dezessete centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Intendencia Distrital	10.001.0004.0122.0022.2036.331900000000 0000.01000000	45.489,17

Art. 60 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 59 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	45.489,17

Art. 61 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 2.623,99(dois mil, seiscentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Habitação	19.001.0016.0482.0031.2004.331900000000 0000.01000000	2.623,99

Art. 62 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 61 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Habitação	19.001.0016.0482.0031.2004.333900000000 0000.01000000	2.361,99
Anulação Dotação	Secretaria de Habitação	19.001.0016.0482.0031.2004.344900000000 0000.01000000	262,00

Art. 63 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 75.667,48(setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.331900000000 0000.01010000	75.667,48

Art. 64 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 63 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01010000	75.667,48

Art. 65 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 3.793,33(três mil, setecentos e noventa e três reais e trinta e três centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Habitação	19.001.0016.0482.0031.2004.331900000000 0000.01000000	3.793,33

Art. 66 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 65 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
------------	----------------------	--------------	-------

Excesso		417220101000000 - 01000000	3.793,33
Art. 67 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 1.831,43(um mil, oitocentos e trinta e um reais e quarenta e três centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Gabinete do Prefeito	03.001.0004.0122.0003.2005.3319000000000000.01000000	1.831,43
Art. 68 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 67 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Gabinete do Prefeito	03.001.0004.0122.0003.2005.3339000000000000.01000000	387,36
Anulação Dotação	Gabinete do Prefeito	03.001.0004.0122.0003.2005.3449000000000000.01000000	1.444,07
Art. 69 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 46.961,43(quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e um reais e quarenta e três centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.3319000000000000.01010000	46.961,43
Art. 70 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 69 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.3339000000000000.01010000	46.961,43
Art. 71 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 10.000,00(dez mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administração	04.001.0004.0122.0005.2009.3339000000000000.01000000	10.000,00
Art. 72 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 71 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Administra- cao	04.001.0004.0122.0005.2009.331900000000 0000.01000000	10.000,00

Art. 73 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 20.600,00(vinte mil e seiscentos reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Es- porte	08.001.0012.0361.0026.2042.344900000000 0000.01010000	20.600,00

Art. 74 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 73 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417219900050000 - 01010000	20.600,00

Art. 75 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 49.000,00(quarenta e nove mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Es- porte	08.001.0012.0361.0026.2042.344900000000 0000.01010000	49.000,00

Art. 76 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 75 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417219900050000 - 01010000	49.000,00

Art. 77 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 164.029,58(cento e sessenta e quatro mil, vinte e nove reais e cinquenta e oito centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Procuradoria Municipal	02.001.0028.0846.0002.2003.333900000000 0000.01000000	164.029,58

Art. 78 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 77 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417219900050000 - 01000000	164.029,58

Art. 79 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 8.105,04(oito mil, cento e cinco reais e quatro centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Procuradoria Municipal	02.001.0028.0846.0002.2003.333900000000 0000.01000000	8.105,04

Art. 80 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 79 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Procuradoria Municipal	02.001.0028.0846.0002.2003.331900000000 0000.01000000	8.105,04

Art. 81 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 6.500,00(seis mil e quinhentos reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Desenv. Ec. e Turismo	07.001.0004.0122.0008.2059.333900000000 0000.01000000	6.500,00

Art. 82 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 81 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417219900050000 - 01000000	6.500,00

Art. 83 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 682,66(seiscentos e oitenta e dois reais e sessenta e seis centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0365.0013.2063.344900000000 0000.01320700	682,66

Art. 84 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 83 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417213599020000 - 01320700	682,66

Art. 85 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 189.607,98(cento e oitenta e nove mil, seiscentos e sete reais e noventa e oito centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Gabinete do Prefeito	03.001.0004.0122.0003.2005.3319000000000000.01000000	33.716,82
Suplementar	Secretaria de Administração	04.001.0004.0122.0005.2009.3319000000000000.01000000	22.653,10
Suplementar	Secretaria de Administração	04.001.0009.0272.0006.2011.3319000000000000.01000000	76.120,74
Suplementar	Secretaria de Finanças	05.001.0004.0122.0004.2006.3319000000000000.01000000	18.479,86
Suplementar	Secretaria de Agricultura	06.001.0004.0122.0007.2012.3319000000000000.01000000	4.124,86
Suplementar	Secretaria de Desenv. Ec. e Turismo	07.001.0004.0122.0008.2059.3319000000000000.01000000	4.084,04
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.2074.3319000000000000.01000000	30.428,56

Art. 86 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 85 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	189.607,98

Art. 87 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 22.000,00(vinte e dois mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0010.0306.0016.2031.3339000000000000.01370200	22.000,00

Art. 88 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 87 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417213503000000 - 01370200	22.000,00

Art. 89 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 26.000,00(vinte e seis mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2026.344900000000 0000.01190000	26.000,00

Art. 90 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 89 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		4172401000000000 - 01190000	26.000,00

Art. 91 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 500.000,00(quinhentos mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.331900000000 0000.01180000	500.000,00

Art. 92 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 91 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		4172401000000000 - 01180000	500.000,00

Art. 93 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 22.000,00(vinte e dois mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.2074.333900000000 0000.01000000	22.000,00

Art. 94 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 93 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.2074.331900000000 0000.01000000	22.000,00

Art. 95 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 13.679,88(treze mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Agricultura	06.001.0004.0122.0007.2012.333900000000 0000.01000000	13.679,88

Art. 96 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 95 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Agricultura	06.001.0004.0122.0007.2012.331900000000 0000.01000000	13.679,88

Art. 97 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 8.640,93(oito mil, seiscentos e quarenta reais e noventa e três centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administração	04.001.0004.0122.0005.2009.333900000000 0000.01000000	8.640,93

Art. 98 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 97 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Administração	04.001.0004.0122.0005.2009.331900000000 0000.01000000	8.640,93

Art. 99 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 14.585,69(quatorze mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Finanças	05.001.0004.0122.0004.2006.333900000000 0000.01000000	14.585,69

Art. 100 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 99 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Finanças	05.001.0004.0122.0004.2006.331900000000 0000.01000000	14.585,69

Art. 101 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 900,00(novecentos reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Financas	05.001.0004.0122.0004.2006.333900000000 0000.01000000	900,00

Art. 102 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 101 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	900,00

Art. 103 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 78.000,00(setenta e oito mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.333900000000 0000.01010000	78.000,00

Art. 104 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 103 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.331900000000 0000.01010000	78.000,00

Art. 105 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 3.690,00(três mil e seiscentos e noventa reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.2074.331900000000 0000.01000000	3.690,00

Art. 106 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 105 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	3.690,00

Art. 107 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 20.000,00(vinte mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0365.0013.2063.344900000000 0000.01010000	20.000,00

Art. 108 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 107 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0365.0013.2063.333900000000 0000.01010000	20.000,00

Art. 109 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 62.900,00(sessenta e dois mil e novecentos reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0365.0012.1012.344900000000 0000.01010000	62.900,00

Art. 110 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 109 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01010000	62.900,00

Art. 111 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 268,71(duzentos e sessenta e oito reais e setenta e um centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0026.2043.333900000000 0000.01010000	268,71

Art. 112 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 111 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01010000	268,71

Art. 113 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 8.793,80(oito mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Financas	05.001.0028.0845.0004.2008.333900000000 0000.01000000	8.793,80

Art. 114 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 113 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	8.793,80

Art. 115 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 29.000,00(vinte e nove mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0025.2041.333900000000 0000.01620200	29.000,00

Art. 116 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 115 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417620200020000 - 01620200	29.000,00

Art. 117 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Três Barras - Santa Catarina, 01 de Dezembro de 2016
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretária de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº 4647, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Número da Lei:	3262
Ano da Lei:	2016
Data da Lei:	16/12/2016

DECRETO Nº 4647, de 23 de dezembro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 1.298.183,82 PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras –SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art.65. Inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 3262 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto transposição por incremento, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 183.838,57 (cento e oitenta e três mil, oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3319000000000000.01020000	93.838,57
	Fundo Municipal de Asistencia Social	13.001.0008.0244.0010.2016.3319000000000000.01000000	90.000,00

Art. 2 - Fica aberto transposição por incremento, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 79.576,74 (setenta e nove mil, quinhentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3319000000000000.01020000	79.576,74

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 37.450,00 (trinta e sete mil e quatrocentos e cinquenta reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3319000000000000.01020000	37.450,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
------------	----------------------	--------------	-------

Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.1010.344900000000 0000.01020000	37.450,00
Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 67.649,63 (sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.1008.344900000000 0000.01020000	67.649,63
Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417219900050000 - 01020000	67.649,63
Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 126.942,63 (cento e vinte e seis mil, novecentos e quarenta e dois reais e sessenta e três centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administração	04.001.0009.0272.0006.2011.331900000000 0000.01000000	126.942,63
Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Financas	05.001.0028.0843.0004.2007.332900000000 0000.01000000	126.942,63
Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.331900000000 0000.01010000	130.000,00
Art. 10 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Financas	05.001.0028.0843.0004.2007.346900000000 0000.01000000	130.000,00

Art. 11 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administra- cao	04.001.0004.0122.0005.2009.331900000000 0000.01000000	95.000,00

Art. 12 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Financas	05.001.0028.0843.0004.2007.346900000000 0000.01000000	95.000,00

Art. 13 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.2074.331900000000 0000.01000000	125.000,00

Art. 14 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Financas	05.001.0028.0843.0004.2007.346900000000 0000.01000000	125.000,00

Art. 15 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 49.310,94 (quarenta e nove mil, trezentos e dez reais e noventa e quatro centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Financas	05.001.0004.0122.0004.2006.331900000000 0000.01000000	49.310,94

Art. 16 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 15 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Financas	05.001.0028.0843.0004.2007.332900000000 0000.01000000	49.310,94

Art. 17 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Gabinete do Prefeito	03.001.0004.0122.0003.2005.331900000000 0000.01000000	90.000,00

Art. 18 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 17 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Financas	05.001.0028.0843.0004.2007.346900000000 0000.01000000	90.000,00

Art. 19 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Agricultura	06.001.0004.0122.0007.2012.331900000000 0000.01000000	50.000,00

Art. 20 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 19 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Financas	05.001.0028.0843.0004.2007.346900000000 0000.01000000	50.000,00

Art. 21 - Fica aberto transposição por decremento, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Transp. Decremento	Secretaria de Financas	05.001.0028.0843.0004.2007.346900000000 0000.01000000	90.000,00

Art. 22 - Fica aberto transposição por decremento, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 93.838,57 (noventa e três mil, oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Transp. Decremento	Secretaria de Financas	05.001.0028.0843.0004.2007.346900000000 0000.01000000	93.838,57

Art. 23 - Fica aberto transposição por decremento, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 79.576,74 (setenta e nove mil, quinhentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Transp. Decremento	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.1068.344900000000 0000.01000000	79.576,74

Art. 24 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Três Barras - Santa Catarina, 23 de Dezembro de 2016
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretária de Administração desta Prefeitura, na data supra.

AÉCIO RODRIGO BUDANT
Assessor de Planejamento Orçamentário

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2252

DECRETO Nº 2.252/2017 de 16 de janeiro de 2017

“REVOGA DECRETO Nº 2.249/2017 E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, SEUS RESPECTIVOS SUPLENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei Complementar nº 80/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam através do presente Decreto nomeados pelo período de 02 (dois) anos, os membros do Conselho Municipal de Contribuintes do Município de Treze Tílias/SC, tendo a seguinte composição:

I – 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, indicados pelo Gabinete do Prefeito e seus respectivos suplentes:

TITULARES	SUPLENTE
Maria Lúcia Dalla Costa Cenci Sec. Administração e Finanças	Jaime Berté Sec. Administração e Finanças
Vinícius Schirmann Mendes Sec. Administração e Finanças	Ivan Scheuer Sec. Administração e Finanças
Gilberto Hoffelder Jr. Sec. Administração e Finanças	Clarissa Anrain Sec. Administração e Finanças

II – 01 (um) representante indicado pela ASSETT e seu respectivo suplente:

TITULAR	SUPLENTE
Clair Martins Representante ASSETT	Armando Ansileiro Jr. Representante ASSETT

III - 01 (um) representante indicado pela CDL e seu respectivo suplente:

TITULAR	SUPLENTE
José Adair Zuffo Representante CDL	Rose Koroll Representante CDL

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.249/2017 de 12 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 16 de janeiro de 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 28/2017

PORTARIA Nº 028/17 DE 19 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Debora C. Juchen Margreiter	09/02/2015 a 08/02/2016	13/01/2017 a 11/02/2017	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 13 de janeiro de 2017, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 19 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 29/2017

PORTARIA Nº 029/17 DE 19 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Valcecir J. Oliveira Bello	18/09/2016 a 17/09/2017	16/01/2017 a 30/01/2017	15
Maria Lúcia Dalla Costa Cenci	18/01/2016 a 17/01/2017	16/01/2017 a 30/01/2017	15

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 16 de janeiro de 2017, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 19 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2017 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

DATA: 17/01/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LAR DE IDOSOS PARA INTERNAMENTO DE PESSOA IDOSA, ENCAMINHADA ATRAVÉS DE PROCESSO JUDICIAL (0900013-44.2016.0074)

Valor total: R\$ 27.772,68 (vinte e sete mil setecentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos)

CONTRATADA: ASILO DE VELHOS DE BRAÇO DO TROMBUDO

EMBASAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso IV, da Lei Federal 8666/93, e demais alterações posteriores.

Trombudo Central, 17 de janeiro de 2017

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2017 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2017

DATA: 17/01/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LAR DE IDOSOS PARA INTERNAMENTO DE PESSOA IDOSA, ENCAMINHADA ATRAVÉS DE PROCESSO JUDICIAL (074.12.003313-9)

Valor total: R\$ 20.014,32 (vinte mil e catorze reais e trinta e dois centavos)

CONTRATADA: ASILO DE VELHOS DE BRAÇO DO TROMBUDO

EMBASAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso IV, da Lei Federal 8666/93, e demais alterações posteriores.

Trombudo Central, 17 de janeiro de 2017

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

RETIFICAÇÃO PP 02/2017 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 PMTC

O Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua Prefeita Sr^a. Geovana Gessner torna pública a RETIFICAÇÃO do Edital de Pregão Presencial PMTC nº 02/2017, comunicando às pessoas interessadas a seguinte mudança no Edital:

1) Fica alterado o Anexo I sendo acrescido o item 4.2 ao Termo de Referência.

1) Fica alterado a data/horário de abertura e recebimento das propostas.

Onde se lê: A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até às 08:00horas, do dia 19/01/2017

Leia-se: A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até às 08:00horas, do dia 31/01/2017.

Permanecem inalteradas as demais disposições.

Trombudo Central, 18 de janeiro de 2017.

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

Dispensa de Licitação nº 01/2017

Estado Santa Catarina

Município de Tunápolis.

Processo de Licitação nº 06/2017

Objeto: Presente Dispensa tem por objeto a cessão de uso do Sistema TRRURAL para o Gerenciamento da Produção Primária Municipal de TUNÁPOLIS - SC, durante o exercício de 2017.

Fundamento: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Valor: R\$ 2.476,00(Dois mil quatrocentos setenta e seis reais)

Empresa: TRSIS LTDA

Tunápolis, SC, aos 17 de janeiro de 2017.

Renato Paulata

Prefeito Municipal

PORTARIA 4250/2017

PORTARIA Nº. 4.250/2.017

Em 16 de Janeiro de 2.017

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010, alterada pela Lei Complementar 30/2011;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, KARINE EPPING, para o cargo de COORDENADORA DE SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL, cargo este de provimento em Comissão, nível DAS 1, A-01, lotada na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, neste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 16 de Janeiro de 2.017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

União do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 09/2017

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de União do Oeste

EXTRATO:

PROCESSO N.º 09/2017

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 09/2017

RESUMO:

Assegurar a realizar a gestão do Mercado Público Regional, um espaço destinado a comercialização dos produtos agrícolas, com o propósito de fomentar a agricultura familiar, predominante nos municípios da AMOSC, dentro do Programa PROMERCADO do Município de União do Oeste, integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, durante o ano de 2017.

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA.

CNPJ: 03.455.536/0001-90

VALOR R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

União do Oeste, 18 de janeiro de 2017.

CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 10/2017

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de União do Oeste

EXTRATO:

PROCESSO N.º 10/2017

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 10/2017

OBJETIVO:

Estruturar o Sistema de Inspeção Municipal do município de União do Oeste vinculado ao Programa do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - PROSUASA, integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, durante o ano de 2017.

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA.

CNPJ: 03.455.536/0001-90

VALOR R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

União do Oeste, 18 de janeiro de 2017.

CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 11/2017

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de União do Oeste

EXTRATO:

PROCESSO N.º 11/2017

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 11/2017

OBJETIVO:

Estruturar o Programa de Perfuração de Poços Artesianos do município de União do Oeste integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, conforme Resolução nº 04/2015, Termo de Cooperação Técnica e Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel, firmados com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, durante o ano de 2017.

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA.

CNPJ: 03.455.536/0001-90

VALOR R\$ 12.000,00 (dez mil reais).

União do Oeste, 18 de janeiro de 2017.

CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2017

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de União do Oeste

EXTRATO:

PROCESSO N.º 08/2017

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 08/2017

RESUMO:

Assegurar a prestação de serviços especializados na responsabilidade técnica pelo sistema municipal de água do município de União do Oeste vinculado ao Programa de Gerenciamento das Águas – PROAGUA, integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, durante o ano de 2017.

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA.

CNPJ: 03.455.536/0001-90

VALOR R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

União do Oeste, 18 de janeiro de 2017.

CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N 04/2017**

PORTARIA Nº. 04/2017 DE 18 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei Complementar nº 93, de 21 de setembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder férias regulamentares ao servidor municipal OLDAIR JOSÉ GIOVANONI. Matrícula nº. 01, ocupante do cargo de ASSESSOR JURÍDICO, de provimento efetivo, com lotação na Câmara de Vereadores, relativas ao período aquisitivo de 19/10/2015 a 18/10/2016.

Art. 2º. – Determinar que as mesmas sejam gozadas pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos, no período de 18/01/2017 a 16/02/2017.

Art. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

União do Oeste, 18 de janeiro de 2017.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

Presidente

Registrada e Publicada em data supra.

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 007/2017 PR 006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Pregão Presencial para Registro de Preços, objetivando futura e eventual Aquisição de MERENDA ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Vargem Bonita – SC, durante a vigência da ATA.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 02 de Fevereiro 2017 às 09:00 horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 18 de Janeiro de 2017.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2017 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS SAÚDE

Prefeitura de Vidal Ramos
Fundo Municipal da Saúde de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 04/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a AQUISIÇÃO DE CADEIRA, LONGARINA, MESA, ARMÁRIO, GELADEIRA, BALDE, CARRO DE LIMPEZA, NO BREAK, AQUECEDOR, COMPUTADOR, BALDE/LIXEIRA, NOTEBOOK, PROJETOR, TELA PROJEÇÃO, AR CONDICIONADO, CADEIRA DE RODAS E COLPOSCOPIO, CONVÊNIO MINISTÉRIO DA SAÚDE – PROPOSTA Nº. 14164.340000/1160-01, PARA A MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 04/2017, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 31/01/2017, às 14:00 hrs.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Até o dia 31/01/2017, às 14:00 hrs., na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.
Vidal Ramos (SC), 18 de janeiro de 2017.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2017 - AQUISIÇÃO VEÍCULO

Prefeitura de Vidal Ramos
Fundo Municipal da Saúde de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 05/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 5 PESSOAS, 0 KM, MOTORIZAÇÃO MINIMA DE 70 CV, BICOMBUSTIVEL, DIREÇÃO HIDRAULICA, 04 PORTAS, AR CONDICIONADO, TRIO ELÉTRICO (ALARME, VIDRO, TRAVA), FREIOS ABS, AIRBAG DUPLO, CAMBIO MANUAL, ANO 2016/2017. COR BRANCA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. CONVÊNIO MINISTÉRIO DA SAÚDE – PROPOSTA Nº. 14164.340000/1160-01.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 05/2017, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 31/01/2017, às 16:00 hrs.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Até o dia 31/01/2017, às 16:00 hrs., na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.
Vidal Ramos (SC), 18 de janeiro de 2017.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 02/2017

Contrato nº: 02/2017

Data de Assinatura: 16.01.2017

Fornecedor....: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP

Valor : R\$ 22.320,00

Licitação : Dispensa de Licitação nº 02/2017-PMV

Vigência : Início: 16.01.2017 Término: 31.12.2017

Objeto : ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP/CONTRATADO RELATIVO AO RATEIO FIXO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS, PREVIAMENTE APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO, DISCIPLINADO NO CONTRATO DE PROGRAMA Nº 16/2010, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do processo administrativo n. 641/2017, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 18 de Janeiro de 2017.

ELTON LUIZ BORRACHINI
PROCURADOR GERAL

PORTARIA PGM Nº 002/17

PORTARIA PGM 002/2017, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

INSTAURA AUDITORIA PARA ANÁLISE DA LEGALIDADE DA SUPRESSÃO DE DADOS DOS COMPUTADORES DA MUNICIPALIDADE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Art. 79, inc. IV da Lei Orgânica do Município de Videira, cumprido ao que determina o Decreto n. 13.700/17, o qual instaura Auditoria para análise da legalidade da supressão de dados dos computadores da Municipalidade, resolve:

Artigo 1º - Designar Rodolfo Pires Filho, servidor público, ocupante do cargo de Procurador Municipal, e Silvino Danielli, servidor público ocupante do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação para, sob sua presidência, constituírem Comissão de Auditoria, incumbida de apurar, no prazo de 30 (trinta)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 – FMS

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 02/2017 - FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, DE FORMA PARCELADA, DE CAMISETAS PARA USO NAS CAMPANHAS E EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 01/02/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 18 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 009/2017 - CMV

PORTARIA Nº 009/2017

Designa Pregoeira e Componentes da Equipe de Apoio.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Designar a servidora LUCÉLIA FEDRIGO, nos termos da Resolução Legislativa nº 001/2015 e da Lei Federal nº 10.520/2002, como Pregoeira e, como integrantes da Equipe de Apoio, os servidores ALVAIL LÍRIO BARZOTTO e BRUNA WERLE DE OLIVEIRA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08, revogando-se as disposições em contrário.

Videira (SC), 18 de Janeiro de 2017.

WILSON ANTONIO PAEZE SEGUNDO
Presidente

EDUARDO ALISSON SPORR
Vice - Presidente

GILBERTO THIBES DE CAMPOS
1º Secretário

ALBERTINA DE BARROS
2ª Secretária

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AM 039/2017

DECRETO Nº AM 039/2017

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Operador de Máquinas no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal n.º AJG 078/2015, de 08/04/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o senhor SÉRGIO SVEREVITCH, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê, SC, inscrito no cpf/mf sob nº 076.715.069-40, portador da Cédula de Identidade 5.879.156, expedida pela SSP/SC, para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº BLB 3376/2011 de 23 de novembro de 2011, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 18 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 040/2017

DECRETO Nº AM 040/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO MUNICIPAL Nº AM 023/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito o Decreto Municipal nº AM 023/2017, de 09 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 11 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 18 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 027

DECRETO Nº. 027/2017.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 16 de janeiro de 2017, a servidora municipal ANELIZE FERNANDA DA ROSA RIGOTTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, portadora da matrícula 7269, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

DECRETO 028/2017 - COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO PARA FINS DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DECRETO Nº 028/2017

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO PARA FINS DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas no artigo 66, VI e artigo 91 da Lei Orgânica Municipal, bem como pelo disposto no artigo 4º, inciso III e artigo 221 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 07, de 23 de Dezembro de 2002, a qual instituiu o Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a Comissão Especial de Avaliação para fins de lançamento das Contribuições de Melhoria para o Município de Xaxim, composta pelos seguintes membros:

- a) Daniel Cenci – Matrícula nº 3176 – Presidente.
- b) Juliano Caciatori – Matrícula nº 3102 – Secretário.
- c) Claudemir Antonio Castanho – Matrícula nº 5456 – Membro.
- d) Nadir Chiodi – Matrícula nº 222 – Membro.
- e) Mireli Pezzini Rocha – Matrícula nº 7561 – Membro.
- f) Alexandre Fernando Picoloto – Matrícula 7382 – Membro.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e o Secretário da Comissão, em seus impedimentos e/ou ausências, serão substituídos por qualquer integrante da Comissão.

Art. 2º - Compete a presente Comissão:

I – Delimitar a zona beneficiada.

II – Proceder a avaliação preliminar e posterior as obras, estabelecendo a valorização individual e total dos imóveis pertencentes à zona beneficiada.

Parágrafo Primeiro – De posse destes dados, a Comissão Especial de Avaliação submeterá o resultado à aprovação do Prefeito Municipal.

Parágrafo Segundo – Compreende-se como valorização a expressão monetária encontrada pela diferença entre o preço de mercado do imóvel desprovido da obra pública com o novo valor alcançado em decorrência da melhoria.

Art. 3º - Os membros da Comissão exercem funções e atividades de relevância não ensejando qualquer remuneração.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 18 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Silas David Parisotto

Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 029/2017 - DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 029/2017

DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas no artigo 66, VI e artigo 91 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a Comissão Especial de Transporte Escolar para o Município de Xaxim, composta pelos seguintes membros:

- a) Antoninho Silveira Neto – Matrícula nº 5279 – Presidente.
- b) Nadir Chiodi – Matrícula nº 222 – Membro.
- c) Laíres Antonio Bernardi – Matrícula nº 5234 – Membro.
- d) Valcir Lavoratti – Matrícula nº 5616 – Membro.

Art. 2º - Competem a presente Comissão fiscalizar a execução do transporte escolar no município, incluindo a observância dos requisitos e condições dos veículos empregados, bem como deliberar sobre eventuais controvérsias.

Art. 3º - Os membros da Comissão exercem funções e atividades de relevância não ensejando qualquer remuneração.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 18 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Silas David Parisotto

Procurador Geral do Município

PORTARIA Nº 112/2017 - INSTAURA SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 112/2017.

Instaura Sindicância e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 182 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO a Comunicação Interna expedida pelo Diretor Geral da Secretaria da Saúde datado de 16 de janeiro de 2017, relatando que, no decorrer do ano de 2016, um microcomputador que era utilizado pelas Agentes da Dengue fora retirado do seu local, formatado, e após entregue junto ao CAPS, perdendo-se assim os relatórios realizados pela equipe da dengue.

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, infração penal e ao Estatuto do Servidor – Lei nº 1.729/94.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Sindicância, para investigação e apuração dos fatos mencionados, com a consequente punição dos envolvidos.

Art. 2º. Para atuar na Sindicância fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I- Pedro Rui Rodrigues;
II- Catiane Curtarelli Soccol;
III- Vanilse Bressan

Art. 3º Fica determinado a Comissão de Sindicância a providência das diligências e oitivas necessárias para o deslinde do feito.

Art. 4º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para conclusão da Sindicância, nos termos do Art. 200, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 5º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no pertinente à condução da sindicância, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de janeiro 2017.
LÍRIO DAGORT
Prefeito Municipal

Gerverson Giacomelli
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 113/2017 - INSTAURA SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 113/2017.

Instaura Sindicância e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 182 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO o Ofício SMS 0285/2016 expedido pela Secretária da Saúde em data de 11/09/2016, a qual solicita providências quanto ao procedimento realizado pela Servidora M. T., junto a paciente K. M. S. A., em data de 05/09/2016, a qual em tese, teria engolido o objeto – extirpa nervo.

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, infração aos artigos 151, inciso I da Lei nº 1.729/94.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Sindicância, para apurar eventual falta funcional praticada pela Servidora Municipal M. T., matrícula nº 7388, acerca dos fatos acima relatados.

Art. 2º. Para atuar na Sindicância fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I- Pedro Rui Rodrigues;
II- Catiane Curtarelli Soccol;
III- Vanilse Bressan

Art. 3º Fica determinado a Comissão de Sindicância a providência das diligências e oitivas necessárias para o deslinde do feito.

Art. 4º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para conclusão da Sindicância, nos termos do Art. 200, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 5º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no pertinente à condução da sindicância, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de janeiro 2017.
LÍRIO DAGORT
Prefeito Municipal

Gerverson Giacomelli
Secretário Municipal de Administração

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 007/2017 - NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

DECRETO Nº 007/2017 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA COORDENAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Especial para Coordenação do Processo Seletivo nº 002/2017, destinado a provimento de vagas em formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, conforme segue:

Vanessa Pelissari – Agente Educacional

Ana Lucia de Lima Tavares – Agente Administrativo

Michele Aparecida Barcarolo dos Santos – Agente Administrativo

Raul Vilarino Lira - Motorista

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 10 de janeiro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado o presente Decreto em 10 de janeiro de 2017.

ALESANDRA CARNEIRO MAGRINELLI

SECRETÁRIA INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CÂMARA MUNICIPAL

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ZORTÉA-SC

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ZORTÉA

SUMÁRIO

TÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL08

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES08

CAPÍTULO II

DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL09

CAPÍTULO III

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL10

CAPÍTULO IV

DA POSSE DOS VEREADORES11

CAPÍTULO V

DA LEGISLATURA 13

CAPÍTULO VI

DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ANUAIS 13

CAPÍTULO VII

DA INSTALAÇÃO DO PERÍODO LEGISLATIVO ANUAL 13

TÍTULO II	
DOS VEREADORES	14
CAPÍTULO I	
DOS DIREITOS, DEVERES E SANÇÕES	14
CAPÍTULO II	
DA LICENÇA E DA SUBSTITUIÇÃO	16
Seção única	
Da Convocação de Suplente	17
CAPÍTULO III	
DA VAGA DE VEREADOR	18
CAPÍTULO IV	
DOS LÍDERES	18
CAPÍTULO V	
DAS BANCADAS E DOS BLOCOS PARLAMENTARES	19
CAPÍTULO VI	
DOS SUBSÍDIOS	20
TÍTULO III	
DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL	21
CAPÍTULO I	
DA MESA DA CÂMARA MUNICIPAL	21
Seção I	
Da Composição	21
Seção II	
Da Eleição, Formação e Modificação da Mesa Diretora	21
Seção III	
Da Competência da Mesa Diretora	25
Seção IV	
Do Presidente	27
Seção V	
Do Vice-Presidente	31
Seção VI	
Dos Secretários	31
CAPÍTULO II	
Seção Única	
Da Ouvidoria Parlamentar	32
CAPÍTULO III	
DAS COMISSÕES LEGISLATIVAS	33
Seção I	
Disposições Preliminares	33
Seção II	
Das Comissões Legislativas Permanentes	34
Subseção I	
Da Constituição das Comissões Legislativas Permanentes	34
Subseção II	
Das Competências Gerais das Comissões Legislativas Permanentes	36
Subseção II	
Das Competências Específicas das Comissões Legislativas Permanentes	

.....37

Subseção IV

Da Presidência das Comissões Legislativas Permanentes 39

Subseção V

Do Trabalho das Comissões Legislativas Permanentes 39

Subseção VI

Da apreciação das Matérias pelas Comissões42

Subseção VII

Das Audiências Públicas nas Comissões Legislativas Permanentes 44

Seção III

Das Comissões Temporárias 45

Subseção I

Das Comissões Parlamentares Especiais 46

Subseção II

Das Comissões de Representação 46

Subseção III

Da Comissão Parlamentar de Inquérito 46

Subseção IV

Da Comissão de Investigação e Processante 49

Subseção V

Da Comissão Representativa 52

Subseção VI

Do Assessoramento Legislativo 53

CAPÍTULO III

DO PLENÁRIO 53

TÍTULO IV

O PROCESSO LEGISLATIVO 54

CAPÍTULO I

DOS PROJETOS E DAS PROPOSIÇÕES 54

Seção I

Disposições Preliminares 54

Seção II

Da Indicação 55

Do Pedido de Informação56

Seção III

Das Proposições em Espécie 56

Subseção I

Das Propostas de Emenda à Lei Orgânica 56

Subseção II

Dos Projetos de Lei 57

Subseção III

Dos Projetos de Decreto Legislativo 57

Subseção IV

Dos Projetos de Resolução 58

Subseção V

Das Moções 58

Subseção VI

Dos Requerimentos 58

Subseção VII Das Portarias	60
Subseção VIII Dos Recursos ao Plenário	60
Subseção IX Das Emendas e dos Substitutivos	61
CAPÍTULO II DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES	62
Seção I Disposições Gerais	62
Seção II Da Discussão e da Votação	63
Subseção I Disposições Preliminares	63
Subseção II Dos Processos de Votação	64
Subseção III Encaminhamento de Votação	65
Subseção IV Dos Destaques	65
Subseção V Da Votação das Emendas e da Redação Final	66
Subseção VI Da Verificação da Votação	67
Subseção VII Do Adiamento	67
Subseção VIII Do arquivamento das proposições	67
CAPÍTULO III DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL	68
Seção I Do Orçamento Público	68
Subseção I Disposições Preliminares	68
Subseção II Do Processo Legislativo Orçamentário	69
Seção II Da Consolidação das Leis	70
Seção III Da Tomada de Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal	71
Seção IV Da Declaração de Utilidade Pública	72
Seção V Da Concessão de Títulos Honoríficos	73
Subseção I Disposições Preliminares	73
Subseção II Título de Cidadão Honorário	73

Seção VI	
Das Alterações e da Reforma do Regimento Interno	73
Seção VII	
Da Urgência	74
Seção VIII	
Da Apreciação dos Vetos	75
TÍTULO V	
DAS SESSÕES	75
CAPÍTULO I	
DISPOSIÇÕES GERAIS	75
CAPÍTULO II	
DA SESSÃO ORDINÁRIA	77
Seção I	
Disposições Gerais	77
Seção II	
Do Expediente do Dia	78
Seção III	
Da Ordem do Dia	78
Seção IV	
Da Palavra Livre	79
Seção V	
Da Tribuna da Câmara	79
CAPÍTULO III	
DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	80
CAPÍTULO IV	
DA SESSÃO SOLENE	81
CAPÍTULO V	
DA SESSÃO ESPECIAL	81
CAPÍTULO VI	
DO USO DA PALAVRA	81
CAPÍTULO VII	
DOS APARTES	83
CAPÍTULO VIII - DAS ATAS	84
TÍTULO VI	
DA CONVOCAÇÃO DE SECRETÁRIO E OUTROS AGENTES	84
TÍTULO VII	
DAS INTERPRETAÇÕES E DA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO	85
TÍTULO VIII	
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	86
TÍTULO I	
DA CÂMARA MUNICIPAL	
CAPÍTULO I	
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	

Art. 1º O Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal, constituída por Vereadores, representantes do povo, eleitos e

empossados na forma da lei.

Art. 2º A Câmara Municipal tem funções institucionais, legislativas, julgadoras, fiscalizadoras e administrativas, além de outras permitidas em lei e reguladas neste Regimento Interno.

§ 1º A função institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas, além das defesas de suas prerrogativas constitucionais.

§ 2º A função legislativa é exercida dentro do processo e da técnica legislativa por meio de:

I - Emendas à Lei Orgânica do Município;

II - Leis Complementares;

III - Leis Ordinárias;

IV - Leis Delegadas;

V - Decretos Legislativos;

VI - Resoluções.

§ 3º A função julgadora compreende o julgamento das Contas Anuais do Prefeito e as infrações político-administrativas imputadas ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores.

§ 4º A função fiscalizadora é exercida por meio de requerimentos sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara Municipal e pelo controle externo da execução orçamentária do Município, exercido pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 5º A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionamento e à escrituração e direção de seus serviços auxiliares.

§ 6º A Câmara Municipal exercerá suas funções com independência e harmonia em relação ao Poder Executivo Municipal, deliberando sobre todas as matérias de sua competência.

§ 7º A Câmara Municipal exercerá e promoverá, ainda, a consolidação da sua função integrativa, exercida pela sua participação na solução de problemas da comunidade diversos de sua competência privativa e na convocação da comunidade para participar da solução de problemas municipais, assim como proporcionar a participação popular, por meio de audiências e consultas públicas, nas formas previstas em Lei e neste Regimento Interno.

§ 8º Para os fins previstos neste Regimento, entende-se por:

I - maioria simples: quorum de aprovação segundo o qual a proposição é considerada aprovada se obtiver votos favoráveis de metade mais um dos Vereadores, desde que presente no Plenário a maioria absoluta dos membros da Câmara;

II - maioria absoluta: quorum de aprovação segundo o qual a proposição é considerada aprovada se obtiver votos favoráveis de metade mais um do total dos membros da Câmara;

III - maioria qualificada: quorum de aprovação segundo o qual a proposição é considerada aprovada se obtiver votos favoráveis de dois terços do total dos membros da Câmara.

CAPÍTULO II

DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 3º A Câmara Municipal tem sua sede na Rua Antonio Zortéa Primo, s/n, Centro, Município de Zortéa, Estado de Santa Catarina, onde serão realizadas as reuniões.

§ 1º Por iniciativa da Mesa e aprovação da maioria absoluta dos Vereadores, a Câmara Municipal poderá reunir-se em outro local do território municipal, devendo a Mesa Diretora adotar todas as providências necessárias para assegurar a publicidade da mudança, condições de funcionamento e segurança para a realização dos trabalhos.

§ 2º Em caso de mudança da sede da Câmara Municipal, será feita notificação às autoridades e ao povo em geral, por meio de editais em jornais de ampla circulação no Município.

§ 3º Serão consideradas nulas as reuniões da Câmara Municipal realizadas sem o cumprimento dos requisitos exigidos pelo primeiro parágrafo deste artigo.

§ 4º Estando impedido o acesso ao recinto da Câmara Municipal, de modo que não se permita a sua utilização, a Mesa Diretora, verificando o ocorrido, designará outro local para a realização das reuniões enquanto perdurar a situação.

§ 5º Nos recintos da Câmara Municipal não poderão ser realizados atos estranhos às suas funções, salvo a cessão temporária para eventos da União, do Estado ou do Município, reuniões de partidos políticos, desde que agendados com antecedência mínima de 10 dias, ou velório de Ex-Prefeito, Ex-Vice-Prefeito e Ex-Vereador.

Art. 4º Qualquer cidadão poderá assistir às reuniões da Câmara Municipal, na parte do recinto que lhe é reservada, desde que:

I - esteja decentemente trajado;

II - não porte armas;

III - conserve-se em atitude respeitosa durante os trabalhos;

IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no Plenário, com exceção de aplausos;

V - não interpele os Vereadores, salvo em audiências e consultas públicas.

Parágrafo único. Pela inobservância desses deveres, poderá a Mesa Diretora determinar a retirada do recinto de todo e qualquer visitante, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Art. 5º A segurança dos recintos da Câmara Municipal compete privativamente à Presidência e será feita normalmente por seus funcionários, podendo o Presidente requisitar elementos de corporações civis ou militares para manter a ordem interna.

Parágrafo único. Se nos recintos da Câmara Municipal for cometida qualquer infração penal, o Presidente fará a prisão em flagrante do responsável, apresentando-o à autoridade policial competente para a lavratura do auto de prisão e instauração de inquérito. Se não houver flagrante, o Presidente deverá comunicar o fato à autoridade policial competente.

Art. 6º Durante as reuniões, as Bandeiras do Brasil, do Estado de Santa Catarina, do Município de Zortéa e do Poder Legislativo deverão estar hasteadas de forma visível no Plenário, ficando vedada a afixação de quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político-partidária, ideológica, religiosa ou de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.

CAPÍTULO III

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 7º Os serviços administrativos da Câmara Municipal serão executados sob a direção e a orientação da Mesa Diretora.

Art. 8º A nomeação, exoneração, demissão dos servidores e demais atos de administração da Câmara Municipal competem ao Presidente, em conformidade com a legislação em vigor.

§ 1º A Câmara Municipal poderá admitir servidores públicos mediante concurso público de provas escritas, ou provas escritas e títulos, após a criação dos respectivos cargos, empregos ou funções e a definição de suas remunerações, por meio de lei específica, com prévia inserção na Lei de Diretrizes Orçamentárias, cuja iniciativa cabe à Mesa Diretora.

§ 2º A Câmara Municipal, por seu Presidente, poderá nomear servidores para ocuparem cargos em comissão, ou funções gratificadas, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração, para execução de funções de chefia, direção ou assessoramento.

§ 3º A Câmara Municipal deverá manter o serviço de assessoramento administrativo, contábil e jurídico próprio, devendo ser assegurada às bancadas assessoria técnico-legislativa, na forma da lei.

§ 4º Os Vereadores podem indagar à Mesa Diretora sobre os serviços da secretaria ou sobre a situação do respectivo pessoal, ou apresentar sugestões a respeito destes, em proposição encaminhada à Mesa Diretora, que deliberará sobre o assunto no prazo máximo de dez dias.

Art. 9º A correspondência oficial da Câmara Municipal será feita por sua secretaria, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa Diretora. Parágrafo único. Nas comunicações sobre a deliberação do Plenário da Câmara Municipal, indicar-se-á se a medida foi tomada por unanimidade ou por maioria simples dos presentes na sessão, maioria absoluta ou qualificada de seus membros.

CAPÍTULO IV

DA POSSE DOS VEREADORES

Art. 10. Para se habilitar à posse o Vereador apresentará à Mesa Diretora, até três dias úteis após a diplomação, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral e a declaração de bens e a fonte de renda e passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheiro ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas.

Parágrafo único. Os Vereadores eleitos e os suplentes que vierem a exercer o mandato ficam obrigados a apresentar cópia da mesma declaração de bens e rendimentos, devidamente assinada, apresentada à Secretaria da Receita Federal para fins de Imposto de Renda, com a respectiva atualização, até a data prevista no caput deste artigo, e anualmente, até dez dias após a data limite fixada pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 11. A Câmara Municipal será instalada em Sessão Solene de Posse e Instalação da Legislatura às oito horas de 1º de janeiro do ano em que se iniciar a legislatura, em sua sede, com qualquer número, sob a presidência do Vereador mais idoso entre os presentes.

Parágrafo único. Aberta a Sessão Solene de Posse e Instalação da Legislatura, o Presidente adotará as seguintes providências:

I - constituirá, com autoridades convidadas, a mesa da solenidade;

II - convidará os presentes para a execução do Hino Nacional Brasileiro;

III - convidará um Vereador para atuar como Secretário;

IV - proclamará os nomes dos Vereadores diplomados;

V - examinará e decidirá sobre as reclamações atinentes à relação nominal de Vereadores e ao objeto da sessão;

VI - tomará o compromisso solene dos empossados, assim:

a) de pé, diante de todos os Vereadores diplomados, proferirá o seguinte compromisso: "Prometo guardar a Constituição da República, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica deste Município, desempenhando lealmente e com fidelidade o mandato a mim conferido, observando as leis e trabalhando em favor do povo zortense";

b) cada Vereador, de pé, após o chamado, declarará "assim o prometo" e assinará o termo de posse, que será lavrado em ata própria;

VII - após, o Presidente declarará solenemente empossados os Vereadores e instalada a legislatura;

VIII - a seguir, o Presidente dará início ao processo de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito eleitos e diplomados, seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores e prestando o compromisso previsto no inciso VI, alínea "a", deste artigo;

IX - após, o Presidente concederá a palavra, pelo prazo de até dois minutos, a cada Vereador empossado, e ao Prefeito e ao Vice-Prefeito empossados, pelo prazo de até cinco minutos;

X - após, o Presidente suspenderá a sessão, pelo tempo necessário, para a eleição dos membros da Mesa Diretora;

XI - em seguida, declarados eleitos e empossados os membros da Mesa, estes assumirão os trabalhos, convidando os presentes para a execução do Hino de Zortéa;

XII - por fim, o Presidente eleito declarará encerrada a Sessão Solene de Posse e Instalação da Legislatura, convocando os Vereadores presentes para a sessão preparatória de inauguração da sessão legislativa anual.

Art. 12. O Vereador que não tomar posse na reunião prevista no artigo anterior deverá fazê-lo dentro do prazo de quinze dias, a contar da Reunião Solene de Posse e Instalação da Legislatura, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 13. O Vereador que vier a ser empossado posteriormente prestará o compromisso em sessão plenária ordinária, exceto durante o período de recesso, quando o fará perante o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Salvo as hipóteses de caso fortuito, força maior ou enfermidade comprovada, a posse se dará no prazo máximo de quinze dias, prorrogável por igual período, a requerimento do interessado, contado:

I – da primeira sessão preparatória para a instalação da primeira sessão legislativa da legislatura;

II – da diplomação, se concedida a Vereador, após iniciada a legislatura; ou

III – da ocorrência do fato que a motivou, ou, no caso de suplente de Vereador, da data de sua convocação.

§ 2º Tendo prestado compromisso anteriormente, fica o suplente de Vereador dispensado de fazê-lo novamente, bem como o Vereador que reassumir a vaga, sendo seu retorno ao exercício do mandato comunicado ao Plenário pelo Presidente.

§ 3º O Presidente fará publicar no Mural Oficial e no sítio Oficial da Câmara Municipal a relação dos Vereadores investidos no mandato, em ordem alfabética pelo nome parlamentar, com as respectivas legendas partidárias.

Art. 14. Não será considerado investido no mandato de Vereador quem deixar de prestar o compromisso nos termos regimentais.

CAPÍTULO V

DA LEGISLATURA

Art. 15. Legislatura é o período correspondente ao mandato parlamentar, de quatro anos, iniciando-se em 1º de janeiro do primeiro ano e terminando em 31 de dezembro do quarto ano de mandato, dividido em quatro períodos legislativos anuais, um por ano.

CAPÍTULO VI

DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ANUAIS

Art. 16. As Sessões Legislativas Ordinárias anuais são os períodos legislativos anuais de reuniões da Câmara Municipal, compreendendo os intervalos de 21 de janeiro a 14 de julho e de 1º de agosto a 14 de dezembro de cada ano.

§ 1º No primeiro ano de cada legislatura, as Sessões Legislativas Ordinárias serão iniciadas na primeira terça-feira útil subsequente à data da posse, sem prejuízo do recesso de 15 a 31 de julho.

§ 2º As Sessões Legislativas Ordinárias anuais não serão interrompidas sem a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e do projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA.

§ 3º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

Art. 17. As Sessões Legislativas Extraordinárias são os períodos de reuniões extraordinárias da Câmara Municipal, realizadas no recesso da Câmara Municipal.

CAPÍTULO VII

DA INSTALAÇÃO DO PERÍODO LEGISLATIVO ANUAL

Art. 18. Em 21 de janeiro de cada ano, no horário regimental, a Câmara Municipal se reunirá para a realização da primeira sessão ordinária do período legislativo anual.

§1º No primeiro ano de cada legislatura, as Sessões Legislativas Ordinárias serão iniciadas na forma do primeiro parágrafo do art. 16 deste Regimento Interno.

§2º As Sessões Legislativas Ordinárias marcadas para a data a que se refere o caput deste artigo serão transferidas para a primeira terça-feira útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§3º Na primeira parte da sessão, o Prefeito Municipal apresentará mensagem do Poder Executivo aos representantes do povo com assento na Câmara Municipal.

Art. 19. A Câmara Municipal se reunirá ordinariamente em dois períodos legislativos, de 21 de janeiro a 14 de julho e de 1º de agosto a 14 de dezembro de cada ano, compondo o período legislativo ordinário anual.

Parágrafo único. São caracterizados como de recesso parlamentar os períodos compreendidos entre 15 de dezembro a 20 de janeiro e 15 a 31 de julho.

TÍTULO II

DOS VEREADORES

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS, DEVERES E SANÇÕES

Art. 20. Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Parágrafo único. Os procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar serão definidos em Resolução específica.

Art. 21. Compete ao Vereador:

I - participar de todas as discussões e deliberações do Plenário;

II - votar nas eleições:

a) da Mesa Diretora;

b) das Comissões Legislativas Permanentes, Temporárias e de Inquéritos;

- III - concorrer aos cargos da Mesa Diretora e das Comissões Legislativas;
- IV - usar da palavra em defesa ou em oposição às proposições apresentadas à deliberação do Plenário;
- V - apresentar proposições;
- VI - cooperar com a Mesa Diretora para a ordem e eficiência dos trabalhos;
- VII - promover, perante quaisquer autoridades, entidades ou órgãos da administração municipal ou estadual, direta ou indireta e fundacional, os interesses públicos ou reivindicações coletivas das comunidades representadas;
- VIII - encaminhar, por intermédio da Mesa, pedidos escritos de informação ao Prefeito Municipal, aos Secretários Municipais e aos titulares de Fundações, Autarquias e Empresas Públicas municipais;
- IX - integrar as Comissões e representações externas e desempenhar missão autorizada;
- X - realizar outros cometimentos inerentes ao exercício do mandato ou atender a obrigações político-partidárias decorrentes da representação;
- XI - usar os recursos previstos neste Regimento Interno.

Art. 22. No exercício do mandato, o Vereador atenderá às prescrições constitucionais, legais e regimentais, à ética e ao decoro parlamentar, sujeitando-se às medidas disciplinares nelas previstas.

§ 1º No desempenho do mandato, os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

§ 2º Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Art. 23. São deveres do Vereador:

- I - desincompatibilizar-se, nos termos da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal, e fazer declaração pública e escrita de bens no ato da posse, anualmente e ao final do mandato;
- II - apresentar-se decentemente trajado e comparecer com pontualidade às reuniões plenárias;
- III - desempenhar os cargos ou funções para os quais foi eleito ou designado;
- IV - votar as proposições;
- V - portar-se com respeito e decoro;
- VI - conhecer e seguir as disposições da Lei Orgânica do Município de Zortéa, da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Constituição Federal, assim como deste Regimento Interno.

Parágrafo único. O Vereador, desde a expedição do diploma, não poderá firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais.

Art. 24. Serão atribuídos falta e desconto do subsídio, na forma da lei específica, ao Vereador que não comparecer às reuniões das Comissões Permanentes de que seja membro e das Sessões Plenárias Ordinárias e Extraordinárias, salvo motivo justificado.

§ 1º A verificação e o controle da presença dos Vereadores serão feitos:

- I - nas Sessões Plenárias, pelo 1º Secretário no início e no final da Ordem do Dia;
- II - nas Reuniões das Comissões Permanentes, pelo Presidente da referida comissão.

§ 2º Atribuir-se-á falta ao Vereador que não estiver nas duas chamadas referidas no parágrafo anterior.

§ 3º Para efeito de justificação das faltas, consideram-se motivos justos:

- I - doença devidamente comprovada mediante atestado médico;
- II - participação em congressos, seminários e outros eventos oficiais;
- III - representação da Câmara em eventos externos;
- IV - atividade parlamentar externa;
- V - ausência de convocação para a sessão extraordinária.

§ 4º A justificação será feita ao Presidente da Câmara, que a registrará.

Art. 25. Compete à Mesa Diretora da Câmara Municipal tomar as providências necessárias à defesa dos direitos dos Vereadores decorrentes do exercício do mandato.

Parágrafo único. O Vereador estará sujeito à perda do mandato nos casos e na forma prevista no art. 24 da Lei Orgânica do Município de Zortéa.

Art. 26. A Câmara Municipal instituirá, por meio de Resolução específica, o seu Código de Ética Parlamentar.

CAPÍTULO II

DA LICENÇA E DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 27. O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido ao Presidente, para:

- I - desempenhar funções de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário Municipal ou equivalente, sendo considerado automaticamente licenciado, independentemente da autorização do Plenário;
- II - tratamento de saúde ou licença-maternidade, com direito a remuneração integral;
- III - tratar de assuntos de interesse particular, sem remuneração, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por período legislativo anual;
- IV - desempenhar missões temporárias de caráter cultural de interesse do Município.

§ 1º A aprovação dos pedidos de licenças para tratar de assuntos de interesse particular dar-se-á no expediente das sessões, sem discussão, com preferência sobre qualquer outra matéria, e por maioria simples.

§ 2º No caso do inciso II, a licença será concedida por prazo determinado, mediante requerimento escrito e instruído por atestado médico, independentemente de autorização do Plenário, devendo o requerente submeter-se à Junta Médica Oficial do Poder Legislativo.

§ 3º A concessão de licença a Vereador para tratar de assuntos de interesse particular dependerá sempre de autorização do Plenário.

§ 4º Durante o recesso parlamentar, a licença será concedida pela Mesa Diretora e, se abranger período de ano legislativo ordinário ou

extraordinário, será referendada pelo Plenário.

§ 5º O Vereador, regularmente licenciado, não perderá o mandato.

§ 6º O Vereador licenciado nos termos dos incisos II e III não poderá reassumir a vereança enquanto esta não esteja vencida.

§ 7º O Vereador investido em cargos previstos na Lei Orgânica deste Município que se afastar do exercício do mandato deverá fazer comunicação escrita à Casa, bem como ao reassumir seu mandato.

Art. 28. Na hipótese de o Vereador ser investido no Cargo de Secretário Municipal ou equivalente, poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 29. Para afastar-se do País, o Vereador deverá dar prévia ciência à Câmara, por intermédio da Presidência, indicando a natureza do afastamento e sua duração estimada.

Seção única

Da Convocação de Suplente

Art. 30. A Mesa Diretora convocará, no prazo de quarenta e oito horas, o suplente de Vereador, nos casos de:

I – ocorrência de vaga;

II – investidura do titular nas funções definidas no inciso I do art. 27 deste Regimento;

III – licença para tratamento de saúde do titular ou assuntos de interesse particular, desde que o prazo original seja superior a quinze dias, vedada a soma de períodos para esse efeito, estendendo-se a convocação por todo o período de licença e de suas prorrogações; ou

IV – licença-maternidade.

§ 1º Assiste ao suplente que for convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência por escrito à Mesa, que convocará o suplente imediato.

§ 2º O suplente poderá formalmente abdicar do direito ao exercício do cargo, situação em que não perderá a qualidade de suplente e a condição de exercício do cargo em futuras convocações, sendo-lhe assegurada, nesta última hipótese, a precedência aos suplentes subseqüentes.

Art. 31. Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, no prazo de quarenta e oito horas, à Justiça Eleitoral, para que tome as providências legais.

Parágrafo único. Enquanto a vaga não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

Art. 32. O suplente de Vereador, quando convocado, somente poderá ser escolhido para os cargos da Mesa Diretora quando não seja possível preenchê-los de outro modo.

Art. 33. O suplente será convocado pelo Vice-Presidente, nas licenças a que se refere o art. 27 deste Regimento Interno, quando o Presidente da Câmara estiver exercendo o cargo de Prefeito.

CAPÍTULO III

DA VAGA DE VEREADOR

Art. 34. As vagas de Vereadores serão verificadas por extinção do mandato em face de:

I – renúncia;

II - cassação do mandato; ou

III – falecimento.

§1º É considerado extinto o mandato do Vereador que não prestar compromisso no prazo estabelecido neste Regimento.

§2º A vacância será declarada em sessão pelo Presidente.

Art. 35. A extinção do mandato por cassação somente será efetivada pela declaração do ato, por Decreto Legislativo emitido pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Art. 36. A declaração de renúncia do Vereador ao mandato deverá ser dirigida por escrito à Mesa e independe de aprovação da Câmara, mas somente será efetiva e irretratável depois de lida no expediente e publicada no Mural Oficial e no sítio Oficial da Câmara.

Art. 37. O Vereador que se desvincular de sua bancada perde, para efeitos regimentais, o direito a cargos e funções que ocupar em razão dela, exceto em relação aos cargos da Mesa.

CAPÍTULO IV

DOS LÍDERES

Art. 38. Líder é o Vereador escolhido pela respectiva representação partidária com assento na Câmara Municipal, ou de bloco parlamentar, constituindo-se como intermediário autorizado entre este e os órgãos da Câmara Municipal.

§1º As bancadas ou blocos parlamentares comunicarão à Mesa a escolha de seus Líderes e Vice-Líderes.

§2º A escolha do Líder e do Vice-Líder será comunicada à Mesa Diretora no início de cada legislatura ou após a criação do bloco parlamentar.

§3º Os Líderes serão substituídos em suas faltas, licenças ou impedimentos pelos Vice-Líderes.

§4º O Poder Executivo Municipal poderá constituir a liderança e a vice-liderança do Governo na Câmara Municipal mediante ofício dirigido à Mesa, sendo que gozará de todas as prerrogativas concedidas aos líderes e vice-líderes de bancada ou bloco partidário.

§5º Os partidos de oposição ao Prefeito Municipal poderão, em conjunto, independentemente de formação de bloco, indicar Vereador para exercer a liderança da oposição.

§6º O Presidente e o Vice-Presidente, quando do exercício da Presidência, não poderão ser indicados para exercer a liderança de que trata o presente artigo.

§7º Aplicam-se aos Líderes do Prefeito e da Oposição, no que couberem, as prerrogativas pertinentes aos demais Líderes.

§8º Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação.

§9º Sempre que houver alteração na liderança, deverá ser feita a devida comunicação à Mesa.

Art. 39. Aos líderes de bancada ou de blocos parlamentares compete:

I - inscrever membros de sua bancada para falar durante o expediente;

II - indicar os Vereadores de sua representação para integrar Comissões Legislativas e, a qualquer tempo, destituí-los;

III - encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a cinco minutos;

IV - usar da palavra em comunicações urgentes;

V - exercer outras atribuições constantes deste Regimento Interno;

VI - indicar oradores para as Sessões Solenes e Especiais;

VII - arquivar e desarquivar proposições de Ex-Vereadores que pertençam ao seu partido ou bloco partidário.

Art. 40. As comunicações urgentes de Líderes poderão ser feitas durante a reunião, exceto na Ordem do Dia, sendo concedida a palavra a cada Líder, para esse feito, apenas uma vez por reunião.

Parágrafo único. A comunicação a que se refere o caput deste artigo é prerrogativa exclusiva do Líder, o qual poderá, cientificando previamente o Presidente da Câmara Municipal, delegar a um de seus liderados a incumbência de fazê-la.

CAPÍTULO V

DAS BANCADAS E DOS BLOCOS PARLAMENTARES

Art. 41. As representações partidárias eleitas em cada legislatura se constituirão por bancadas, e as representações de dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir bloco parlamentar, sob liderança comum.

§1º O bloco parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento Interno às organizações partidárias com representação na Câmara Municipal.

§2º As lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais.

§3º Não será admitido bloco parlamentar composto por menos de um terço dos membros da Câmara Municipal.

§4º O bloco parlamentar tem existência circunscrita à Legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores ser apresentadas à Mesa para registro e publicação.

§5º Dissolvido o bloco parlamentar ou modificado por desvinculação de partido, será revista a composição das Comissões Legislativas, mediante provocação de partido ou bloco parlamentar, para o fim de redistribuir os lugares e os cargos, consoante o princípio da proporcionalidade partidária.

§6º A agremiação que integrava o bloco parlamentar dissolvido ou a que dele se desvincular não poderá constituir ou integrar outro no mesmo período legislativo anual.

§7º O partido integrante de um bloco parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

§8º Entende-se por situação, para efeito deste Regimento Interno, o partido ou bloco parlamentar liderado pela maior representação partidária alinhada ao Poder Executivo, e oposição, o partido ou bloco parlamentar liderado pela maior representação partidária que se opõe ao Executivo.

CAPÍTULO VI

DOS SUBSÍDIOS

Art. 42. Os Vereadores farão jus a subsídio fixado em parcela única pela Câmara Municipal, por lei específica de sua iniciativa, em cada legislatura para a subsequente, aprovada e promulgada até cento e oitenta dias antes do término da legislatura, observados os critérios fixados na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica Municipal.

Art. 43. A ausência de Vereadores em Sessão Plenária Ordinária ou Extraordinária, bem como nas Reuniões das Comissões Temáticas de que sejam membros, sem justificativa legal, na forma do disposto no art. 24 deste Regimento Interno, determinará um desconto em seu subsídio, na forma da lei específica.

Art. 44. O Subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal terá seu valor revisado anualmente, observados os limites legais e constitucionais, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observados para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

§1º Exceção será feita no primeiro ano do mandato, quando os agentes políticos de que trata este Regimento não farão jus à revisão geral que exceda de 1º de janeiro até a data da concessão.

§2º Os subsídios serão pagos na mesma data dos pagamentos feitos aos demais servidores e agentes políticos.

TÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA MESA DA CÂMARA MUNICIPAL

Seção I

Da Composição

Art. 45. A Mesa Diretora é o órgão diretivo dos trabalhos da Câmara Municipal, eleita pelos Vereadores e composta pelos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.

Seção II

Da Eleição, Formação e Modificação da Mesa Diretora

Art. 46. A eleição dos membros da Mesa Diretora, presente a maioria absoluta dos Vereadores, far-se-á por voto aberto e nominal, realizando-se a escolha por cargos, individualmente, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que tenham assento na Câmara.

§1º As vagas de cada partido ou bloco parlamentar na composição da Mesa serão definidas com base no número de candidatos eleitos pela respectiva agremiação, na conformidade do resultado final das eleições proclamado pela Justiça Eleitoral, desconsideradas as mudanças de filiação partidária posteriores a esse ato.

§2º A representação numérica das bancadas na Mesa será estabelecida com a divisão do número de membros do partido ou bloco parlamentar, aferido na forma do §1º deste artigo, pelo quociente resultante da divisão do número de membros da Câmara pelo número de membros da Mesa; o inteiro do quociente assim obtido, denominado quociente partidário, representará o número de lugares a que o partido ou bloco parlamentar poderá concorrer na Mesa.

Art. 47. A eleição da Mesa Diretora para o primeiro biênio da legislatura far-se-á na mesma data em que se realizar a Sessão Solene de Posse e Instalação da Legislatura, em ato contínuo ao da posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, sob a presidência do Vereador mais votado.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de número legal, o Vereador mais votado entre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 48. A eleição da Mesa Diretora para o segundo biênio da legislatura será realizada na última reunião ordinária da segunda sessão legislativa, considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

Parágrafo único. Enquanto não for eleito o novo Presidente para o ano subsequente, a Mesa do período anterior dirigirá os trabalhos da Câmara.

Art. 49. Nos cargos em que não houver candidatos inscritos, a eleição para seu preenchimento deverá ocorrer nas Sessões Ordinárias subsequentes.

Art. 50. As inscrições individuais dos candidatos aos cargos da Mesa Diretora deverão ser protocoladas junto à Secretaria da Câmara Municipal.

§1º Para o primeiro biênio, a inscrição individual deverá ser efetuada junto ao protocolo da Secretaria, logo após a solenidade de posse dos Vereadores, e para o segundo biênio, no último dia útil de expediente da Câmara anterior ao da sessão em que se realizará a eleição.

§2º A inscrição será individual para cada cargo, devendo o pedido conter o nome completo, a assinatura do candidato e o cargo da Mesa que disputará.

§3º No curso da eleição, caso o Vereador não seja eleito para o cargo em disputa, poderá se inscrever imediatamente para disputar outro cargo, salvo se o partido ou bloco parlamentar a que pertencer já tenha assegurado o número de lugares que lhe são reservados em função da representação proporcional.

Art. 51. A eleição dos membros da Mesa Diretora será feita em quatro escrutínios, na seguinte ordem, para:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Primeiro Secretário;

IV - Segundo Secretário.

Art. 52. A eleição dos membros da Mesa Diretora obedecerá aos seguintes procedimentos:

I - os Vereadores receberão, em via impressa e rubricada pelo Presidente, a nominata dos candidatos aos cargos em disputa, sendo que a escolha será por ordem decrescente dos cargos da Mesa;

II - a votação será nominal e aberta, devendo o Vereador pronunciar no microfone o nome do candidato e o respectivo cargo em disputa;

III - o Presidente fará a leitura dos nomes votados, proclamando em voz alta o eleito para o cargo disputado;

IV - encerrada a contagem, o Secretário preencherá o boletim com o resultado da eleição, que será lido pelo Presidente, na ordem decrescente dos votados, repetindo-se o procedimento para os demais cargos;

V - se qualquer dos candidatos não alcançar a maioria absoluta, proceder-se-á ao segundo escrutínio, no qual só concorrerão os dois candidatos mais votados no primeiro escrutínio para o cargo em votação, considerando-se eleito o que obtiver a maioria simples;

VI - em caso de empate no segundo escrutínio, será considerado eleito o candidato mais idoso;

VII - a eleição se encerrará com a proclamação, pelo Presidente, do resultado final e dará posse aos eleitos, nos termos deste Regimento Interno.

§1º Ficará vedada a continuidade da inscrição de candidato de partido ou bloco parlamentar que já tenha assegurado o número de lugares que lhe são reservados na Mesa Diretora em decorrência da representação proporcional.

§2º A eleição dos demais cargos da Mesa ocorrerá somente após a escolha do Presidente, e assim sucessivamente, até completar a composição de todos os cargos da Mesa.

Art. 53. O suplente de Vereador não poderá ser eleito para cargo da Mesa Diretora, salvo se sua substituição for em caráter definitivo.

Art. 54. O mandato da Mesa Diretora da Câmara Municipal é de dois anos, proibida a reeleição de qualquer de seus membros para o mesmo cargo no ano subsequente.

Art. 55. Os Vereadores eleitos para a Mesa Diretora serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário.

Art. 56. Modificar-se-á a composição permanente da Mesa Diretora quando ocorrer vaga em qualquer dos cargos que a compõem.

Art. 57. Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa Diretora quando:

I - extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou se este o perder;

II - for o Vereador destituído da Mesa Diretora por decisão do Plenário, ou vier a falecer;

III - licenciar-se do mandato de Vereador por prazo superior a cento e vinte dias, ou para assumir cargo de confiança em outro poder;

IV - houver renúncia do cargo da Mesa Diretora pelo titular.

Parágrafo único. Em caso de renúncia total da Mesa Diretora, proceder-se-á nova eleição para completar o mandato pelo tempo restante, na reunião imediata àquela em que se deu a renúncia, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes.

Art. 58. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa Diretora será sempre escrita e assinada pelo renunciante, sendo aceita imediatamente, independente de leitura em Plenário.

Art. 59. Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, poderão ser destituídos de seus cargos mediante Resolução aprovada, em votação aberta e nominal, por dois terços dos membros da Câmara, sendo-lhes assegurado o direito de ampla defesa.

§1º O membro da Mesa é passível de destituição quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas funções regimentais, ou quando exorbite das atribuições a ele conferidas por este Regimento.

§2º A deliberação sobre o projeto de Resolução que proponha a destituição do acusado ou dos acusados será realizada em Sessão Extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 60. O processo de destituição terá início por representação subscrita necessariamente por um dos membros da Câmara, lida em Plenário pelo seu autor, em qualquer fase da sessão, com ampla e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas.

§1º Oferecida a representação, nos termos do presente artigo, e recebida pelo Plenário, será transformada em projeto de Resolução pela Comissão de Constituição e Justiça, entrando para a Ordem do Dia na sessão subsequente àquela em que foi apresentada, dispondo sobre a Comissão de Investigação e Processante.

§2º Aprovado, por maioria simples, o projeto a que alude o parágrafo anterior, serão sorteados três Vereadores, entre os desimpedidos, para a Comissão de Investigação e Processante, que se reunirá dentro das quarenta e oito horas seguintes, sob a presidência do mais votado de seus membros.

§3º Da Comissão não poderão fazer parte acusados nem denunciante.

§4º Instalada a Comissão, o acusado ou os acusados serão notificados dentro de quarenta e oito horas e terão prazo de dez dias para apresentarem, por escrito, defesa prévia.

§5º Findo o prazo de defesa estabelecido no parágrafo anterior, a Comissão, de posse ou não de defesa prévia, procederá às diligências necessárias, emitindo seu parecer ao final.

§6º O acusado ou os acusados poderão acompanhar todos os atos e diligências da Comissão, inclusive com a presença de seus advogados, se o desejarem.

§7º A Comissão terá o prazo máximo e improrrogável de vinte dias para emitir e dar publicidade ao parecer a que alude o §5º deste artigo, o qual deverá concluir pela improcedência das acusações se julgá-las infundadas ou, em caso contrário, por projeto de Resolução propondo a destituição do acusado ou dos acusados.

§8º O parecer da Comissão, quando concluir pela improcedência das acusações, será apreciado em discussão e votação únicas, na fase da Ordem do Dia da primeira Sessão Ordinária subsequente à publicação.

§9º Para a discussão do parecer, terão preferência na ordem de inscrição, respectivamente, o relator e o acusado ou os acusados, inclusive podendo representar-se por seus advogados.

§10 Se, por qualquer motivo, não se concluir a apreciação do parecer na fase da Ordem do Dia da primeira Sessão Ordinária, as Sessões Ordinárias subsequentes ou as Sessões Extraordinárias para esse fim convocadas serão integral e exclusivamente destinadas ao prosseguimento do exame da matéria, até a definitiva deliberação do Plenário.

§11 O parecer da Comissão que concluir pela improcedência das acusações será votado por maioria simples, determinando-se:

I - o arquivamento do processo, se aprovado o parecer;

II - a remessa do processo à Comissão de Constituição e Justiça, se rejeitado.

§12 Ocorrendo a hipótese do inciso II do parágrafo anterior, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final elaborará, dentro de três dias da deliberação do Plenário, parecer que conclua por projeto de Resolução, propondo a destituição do acusado ou dos acusados.

§13 Sem prejuízo do afastamento, que será imediato, a Resolução respectiva será promulgada e enviada a publicação, dentro de três dias da deliberação do Plenário pela Presidência ou seu substituto legal.

Art. 61. Os membros da Mesa envolvidos nas acusações não poderão presidir nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver sendo apreciado o parecer ou o projeto de Resolução da Comissão de Investigação e Processante ou da Comissão de Constituição e Justiça, conforme o caso, estando igualmente impedidos de participar de sua votação.

Parágrafo único. Os denunciante são impedidos de votar a denúncia, consequentemente reduzindo-se o quorum.

Art. 62. Para o preenchimento dos cargos vagos na Mesa Diretora, haverá eleições suplementares na primeira reunião ordinária seguinte

quando da verificação de cargos vagos na Mesa, observadas as disposições regimentais.

Parágrafo único. No caso de não haver candidato para concorrer à eleição prevista no caput deste artigo, após três tentativas de eleição suplementar, em reuniões ordinárias seguidas, assumirá o cargo vago o Vereador mais votado entre os que não participam da Mesa Diretora.

Seção III

Da Competência da Mesa Diretora

Art. 63. Compete à Mesa Diretora, além de outras atribuições estabelecidas neste Regimento e na Lei Orgânica:

I - a administração da Câmara Municipal;

II - propor privativamente à Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre sua organização, funcionamento, política, regime jurídico do pessoal, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções públicas e a fixação da respectiva remuneração, assim como a concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, observados os parâmetros especificamente estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, obedecidos os preceitos constitucionais;

III - providenciar, mediante emenda, a suplementação de dotações do orçamento da Câmara Municipal, observado o limite de autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes da anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

IV - apresentar projetos de lei dispendo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, por meio de anulação parcial ou total da dotação da Câmara;

V - apresentar à Câmara Municipal, na última reunião ordinária do ano, relatório dos trabalhos realizados, com as sugestões que entender convenientes;

VI - fixar diretrizes para a divulgação das atividades da Câmara Municipal;

VII - dirigir todos os serviços da Casa durante as sessões legislativas e nos seus recessos e tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

VIII - propor a ação de inconstitucionalidade, por iniciativa própria ou a requerimento de Vereadores ou Comissão Legislativa, desde que presentes os pressupostos legais para tal propositura;

IX - propor créditos e verbas necessárias ao funcionamento da Câmara Municipal e de seus serviços;

X - elaborar e expedir, mediante ato próprio, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara Municipal, e o seu cronograma de desembolso, bem como alterá-los, quando necessário, na forma da lei, comunicando essas definições ao Poder Executivo;

XI - manter a segurança interna da Câmara Municipal;

XII - adotar as providências cabíveis, por solicitação do interessado, para a defesa judicial e extrajudicial de Vereador contra a ameaça ou a prática do ato atentatório ao livre exercício das prerrogativas constitucionais do mandato parlamentar, mormente a sua inviolabilidade;

XIII - aplicar a penalidade de censura escrita a Vereador ou a perda temporária do exercício do mandato, na forma deste Regimento Interno;

XIV - propor projeto de Decreto Legislativo que suspenda a execução de norma municipal julgada inconstitucional ou que exorbite o poder regulamentador do Poder Executivo;

XV - adotar medidas adequadas para promover e valorizar o Poder Legislativo e resguardar o seu conceito;

XVI - elaborar a proposta orçamentária da Câmara e encaminhá-la ao Poder Executivo até sessenta dias antes do prazo que lhe é conferido para a remessa à Câmara do projeto de Lei Orçamentária Anual;

XVII - promover a publicação da coletânea de leis e demais normas municipais;

XVIII - declarar a extinção de Comissão não instalada no prazo regimental, ou expirado o prazo de seu funcionamento;

XIX - fixar, no início da primeira legislatura e na antepenúltima Sessão Ordinária do segundo ano da legislatura, o número de Vereadores por partido ou bloco parlamentar em cada Comissão Permanente;

XX - declarar a perda do mandato de Vereador, nos casos previstos nos incisos III, IV, V e VIII do art. 24 da Lei Orgânica Municipal, observado o disposto no §3º do mesmo artigo;

XXI - proceder à devolução do saldo financeiro de caixa existente na Câmara Municipal, ao final de cada exercício, à Tesouraria do Município;

XXII - conceder licença ao Vereador durante o recesso parlamentar, a qual, se abranger período de Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária, ficará sujeita a confirmação pelo Plenário.

§1º As decisões da Mesa sobre assuntos administrativos serão formalizadas por meio de Ato da Mesa, com numeração iniciando e terminando em cada ano civil, seguida da data (Ato da Mesa n., de ...).

§2º A Mesa se reunirá ordinariamente uma vez por quinzena, em dia e hora prefixados, e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou por dois de seus membros, com o intuito de deliberar, por maioria de votos, sobre todos os assuntos da Câmara sujeitos ao seu exame, dando conhecimento de suas decisões.

§3º Em caso de matéria inadiável, poderá o Presidente, ou quem o estiver substituindo, decidir, ad referendum da Mesa, sobre assunto de competência desta.

Art. 64. Compete à Mesa Diretora, juntamente com a Comissão Legislativa Permanente de Orçamento, Finanças e Tributação, elaborar e encaminhar, até o prazo definido em Lei Complementar, o Plano de Metas do Poder Legislativo para compor o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, no intuito de serem incluídas nas propostas orçamentárias municipais.

Seção IV

Do Presidente

Art. 65. O Presidente é o representante legal da Câmara Municipal nas suas relações internas e externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas de todas as atividades:

I - quanto às atividades legislativas, compete privativamente ao Presidente:

a) cientificar os Vereadores de convocação das reuniões ordinárias, extraordinárias, e das Sessões Solenes e Especiais;

b) determinar, por requerimento do autor, a retirada de proposição;

c) não aceitar substitutivo ou emenda que não sejam pertinentes à proposição inicial;

d) declarar prejudicado projeto em razão da aprovação de outro, com mesmo conteúdo e objetivo;

- e) determinar o desarquivamento de proposições, a requerimento do autor;
- f) encaminhar os projetos às comissões legislativas competentes;
- g) zelar pelos prazos do processo legislativo, bem como dos concedidos às comissões e ao Prefeito;
- h) dar posse aos membros das Comissões Legislativas Especiais e de Inquérito criadas pela Câmara Municipal, bem como das Comissões Legislativas de Representação, ouvidos os Líderes de Bancada, que indicarão os seus representantes;
- i) designar os substitutos das Comissões Legislativas referidas na alínea "h", após consulta às lideranças partidárias;
- j) declarar a exclusão dos membros das Comissões quando não comparecerem, injustificadamente, a três reuniões ordinárias consecutivas;
- k) convocar os suplentes de Vereadores, na forma deste Regimento Interno;
- l) promulgar as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Emendas à Lei Orgânica, bem como as leis com sanção tácita e aquelas cujo veto rejeitado pelo Plenário não tenham sido promulgadas pelo Prefeito no prazo legal;
- m) fazer publicar os atos da Mesa Diretora, bem como as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis por ele promulgadas;
- n) declarar extinto, por decreto legislativo, o mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em Lei;

II - quanto às sessões:

- a) superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos e definir a Ordem do Dia;
- b) dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos da Câmara Municipal;
- c) convocar, presidir, abrir, encerrar, suspender e prorrogar as sessões, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as disposições do presente Regimento Interno;
- d) determinar ao Secretário a leitura da Ata e das comunicações que sejam de interesse da Câmara Municipal;
- e) determinar, de ofício ou a requerimento de Vereador, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presença;
- f) declarar a hora destinada ao Expediente ou à Ordem do Dia e os prazos facultados aos oradores;
- g) anunciar a Ordem do Dia, submeter a discussão e votação a matéria dela constante e declarar os resultados das votações;
- h) conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento Interno, não permitindo apartes estranhos ao assunto em discussão;
- i) interromper o orador que falar sem o respeito devido à Câmara Municipal ou a qualquer de seus membros, advertindo-o e, em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo ainda suspender a reunião quando não atendido e as circunstâncias assim exigirem;
- j) cronometrar a duração do expediente e da Ordem do Dia, do tempo dos oradores inscritos, anunciando o início e o término respectivos;
- k) chamar a atenção do orador, quando se esgotar o tempo a que tem direito;
- l) determinar ao Segundo Secretário a anotação da decisão do Plenário no processo competente;
- m) manter a ordem do recinto da Câmara Municipal, advertir os presentes e mandar evacuar o recinto, podendo solicitar força policial quando necessária para esses fins;
- n) determinar, na primeira reunião, após sua entrada na Câmara Municipal, a leitura das mensagens sob regime de urgência;
- o) resolver os requerimentos de sua alçada;
- p) resolver qualquer questão de ordem ou, quando omisso o Regimento Interno, submetê-la ao Plenário;

III - quanto à Administração da Câmara Municipal, compete:

- a) dar provimento e vacância dos cargos da Mesa Diretora e demais atos de efeitos individuais, relativos aos servidores da Câmara Municipal;
- b) administrar o pessoal da Câmara Municipal, fazendo lavrar e assinando atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos servidores do Legislativo vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidades administrativa, civil e criminal de servidores faltosos;
- c) declarar destituído o membro da Mesa Diretora ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento Interno;
- d) superintender os serviços da Câmara Municipal e expedir os atos competentes, relativos aos assuntos de caráter financeiro;
- e) mandar disponibilizar, mensalmente, nas dependências e no site oficial da Câmara Municipal, os balancetes relativos às verbas recebidas e às despesas dos três meses anteriores;
- f) apresentar ao Plenário, até o dia vinte de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas realizadas no mês anterior;
- g) mandar proceder às licitações para compras, obras e serviços da Câmara Municipal, quando exigidos pela legislação;
- h) ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos ou ordem de pagamento, juntamente com o Contador da Câmara Municipal legalmente designado;
- i) rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara Municipal e da sua Secretaria;
- j) publicar anualmente os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos do Poder Legislativo;

IV - quanto às relações externas da Câmara Municipal, compete ao Presidente:

- a) realizar audiências públicas em dia e hora pré-fixados, garantida ampla divulgação, inclusive por meio eletrônico;
- b) conceder audiência ao público, a seu critério, em dias e horas prefixados, dando a divulgação necessária;
- c) representar a Câmara Municipal judicial e extrajudicialmente, por iniciativa própria ou por deliberação do Plenário, prestando informações, se assim for solicitado pelo Poder Judiciário, em todas as medidas judiciais contra a Mesa Diretora ou o Plenário;
- d) encaminhar ao Prefeito os pedidos de informações formuladas pelos Vereadores ou Comissões sobre fato relacionado com matéria em trâmite, ou sobre fatos sujeitos à ação fiscalizadora da Câmara Municipal;
- e) encaminhar ao Prefeito a convocação dos titulares dos órgãos da administração direta e indireta municipal para prestar informações;
- f) encaminhar ao Prefeito convite para prestar informações, pessoalmente ou por escrito, sempre que requeridas por qualquer dos Vereadores;
- g) dar ciência ao Prefeito, em quarenta e oito horas, sempre que se tenham esgotado os prazos previstos para a apreciação de projetos do Executivo sem deliberação da Câmara Municipal ou rejeitados na forma regimental;
- h) requisitar ao Poder Executivo o repasse financeiro do duodécimo orçamentário à Câmara Municipal, o que deverá ser atendido até o dia vinte de cada mês, sob pena de responsabilização, na forma da Legislação Federal em vigor;
- i) exercer, em substituição, a chefia do Poder Executivo Municipal, nos casos previstos em Lei;
- j) representar a Câmara Municipal junto ao Prefeito, às autoridades federais, estaduais e distritais e perante as entidades privadas em geral, podendo delegar tal representação a outro Vereador;
- k) credenciar agentes de imprensa, rádio e televisão para acompanhamento e divulgação dos trabalhos legislativos;
- l) fazer expedir convites para as Sessões Solenes e Especiais, em nome da Câmara Municipal;
- m) encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado a prestação de contas da Câmara em cada exercício financeiro, no prazo máximo de até sessenta dias subseqüentes ao encerramento do exercício;

n) representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal; e

o) solicitar a intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição do Estado e pela Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. Se o Poder Executivo não efetuar o repasse até a data prevista na alínea "h" do inciso IV deste artigo, o Presidente da Câmara Municipal poderá propor mandado de segurança contra ato do Prefeito Municipal, para resguardar tal direito.

Art. 66. Compete, ainda, ao Presidente da Câmara Municipal:

I - executar as deliberações do Plenário;

II - assinar portarias, editais, todo o expediente da Câmara Municipal e demais atos de sua competência e, juntamente com os demais Vereadores da Mesa Diretora, as atas das reuniões;

III - dar andamento legal aos recursos interpostos contra seus atos, da Mesa Diretora ou da Câmara Municipal.

§1º O Presidente da Câmara Municipal exercerá direito de voto somente nos casos seguintes:

a) na hipótese em que é exigido o quorum de dois terços;

b) quando houver empate em qualquer votação no Plenário, exceto nos casos de votações secretas;

c) quando da eleição da Mesa;

d) quando se tratar de destituição de membro da Mesa;

e) quando se tratar de assunto sobre composição ou destituição de membros das Comissões Permanentes; e

f) nas votações secretas.

§2º O Presidente será sempre considerado para efeito de quorum para que se proceda à discussão e à votação das proposições em Plenário.

§3º Quando o Presidente for denunciante ou denunciado, ficará impedido de votar.

§4º O Presidente poderá delegar ao Vice-Presidente competência que lhe seja própria.

§5º Sempre que tiver necessidade de se ausentar do Município por mais de quinze dias, o Presidente solicitará permissão ao Plenário e, sendo-lhe permitido, passará o cargo ao Vice-Presidente.

§6º Ausente ou impedido, o Presidente será substituído em todas as suas atribuições pelo Vice-Presidente ou Secretários, segundo a ordem de eleição.

Art. 67. Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a Presidência, passando-a a seu substituto legal, e falará da tribuna destinada aos oradores.

Parágrafo único. Exceto quando no uso da Tribuna, é vedado interromper ou apartear o Presidente quando estiver com a palavra.

Seção V

Do Vice-Presidente

Art. 68. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos e ainda:

I - promulgar e publicar as resoluções, portarias e decretos legislativos, sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar escoar o prazo para fazê-lo; e

II - promulgar e publicar as leis municipais, quando o Prefeito e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado expirar o prazo sem fazê-lo, sob pena de crime de responsabilidade.

§1º Ausente ou impedido, o Vice-Presidente será substituído em todas as suas atribuições pelo Primeiro Secretário, e na sua falta, pelo Segundo Secretário.

§2º Aos substitutos do Presidente, na direção dos trabalhos das reuniões, não é conferida competência para outras atribuições além das necessárias ao andamento dos respectivos trabalhos.

§3º No caso de renúncia ou de licença do Presidente, após trinta de novembro do segundo ano do mandato da Mesa, serão chamados os demais ocupantes dos cargos desta, pela ordem de substituição, para o exercício da Presidência da Mesa, até completar o mandato em curso.

Seção VI

Dos Secretários

Art. 69. Compete ao Primeiro Secretário:

I - receber e encaminhar expedientes, correspondências, representações, petições e memoriais dirigidos à Câmara Municipal;

II - dar conhecimento à Câmara dos ofícios do Poder Executivo, bem como de outros documentos e expedientes que devam ser lidos em reunião;

III - fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a reunião e confrontá-la com o livro de presença, anotando os que comparecerem, os que faltarem e os que se retirarem sem causa justificada, ou não, e outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrar o Livro de Presença ao final da sessão;

IV - apurar as presenças no caso de votação ou verificação de quorum;

V - superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da reunião, lê-la e assiná-la, juntamente com o Presidente, depois de submetida a apreciação do Plenário, e apanhar a assinatura de integrantes da Mesa Diretora;

VI - ler ao Plenário a matéria do Expediente e da Ordem do Dia, despachando o respectivo processo e anotando neste, por determinação do Presidente, as decisões do Plenário;

VII - fazer a inscrição de oradores na pauta dos trabalhos;

VIII - inspecionar os serviços da Secretaria e fazer observar o Regulamento;

IX - distribuir as proposições às Comissões Legislativas e superintender os seus prazos;

X - assumir a direção dos trabalhos da sessão plenária na falta do Presidente e do Vice-Presidente;

XI - tomar parte em todas as votações.

Art. 70. Compete ao Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário nas suas licenças, impedimentos e ausências, assumindo, nestes casos, as suas atribuições.

CAPÍTULO II

Seção Única

Da Ouvidoria Parlamentar

Art. 71. Compete à Ouvidoria Parlamentar:

I – receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre:

a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

b) ilegalidades ou abuso de poder;

c) mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa;

II – propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;

III – propor medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos, bem como ao aperfeiçoamento da organização da Câmara;

IV – propor, quando cabível, a abertura de sindicância ou inquérito destinado a apurar irregularidades de que tenha conhecimento;

V – encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, à Polícia Federal, ao Ministério Público, ou a outro órgão competente, as denúncias recebidas que necessitem maiores esclarecimentos;

VI – responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Câmara sobre os procedimentos legislativos e administrativos de seu interesse;

VII – realizar audiências públicas com segmentos da sociedade civil.

Art. 72. A Ouvidoria Parlamentar é composta de um Ouvidor-Geral designado dentre os membros da Casa pelo Presidente da Câmara, a cada dois anos, no início do período legislativo, vedada a recondução no período subsequente.

Art. 73. Toda iniciativa provocada ou implementada pela Ouvidoria Parlamentar terá ampla divulgação pelo órgão de comunicação ou de imprensa da Casa.

CAPÍTULO III

DAS COMISSÕES LEGISLATIVAS

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 74. Comissões são órgãos técnicos constituídos pelos membros da Câmara Municipal, em caráter permanente e temporário, destinados a proceder estudos, emitir pareceres especializados e realizar investigações sobre fatos determinados ou a representação da Câmara Municipal.

Art. 75. As Comissões da Câmara são classificadas em:

I – Permanentes as de caráter técnico-legislativo ou especializado, integrantes da estrutura institucional da Casa, copartícipes e agentes do processo legiferante, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos a seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Município, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II – Temporárias as criadas para apreciar determinado assunto, que se extinguem ao término da legislatura, ou antes, quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração.

§1º As Comissões Legislativas, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger o respectivo Presidente.

§2º As Comissões Legislativas Temporárias terão número ímpar e variável de membros, de acordo com o previsto no ato de criação.

§3º O Vereador fará parte, obrigatoriamente, de pelo menos uma Comissão Legislativa Permanente.

§4º Perderá automaticamente o lugar na comissão o Vereador que se desvincular de seu partido ou não comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas, salvo se licenciado ou em missão oficial, justificado antecipadamente por escrito à comissão.

§5º O Vereador que perder o lugar em uma comissão a ela não poderá retornar no mesmo período legislativo.

§6º A vaga em Comissão, quando ocorrer, será preenchida por designação do Presidente da Câmara Municipal no prazo de uma Sessão Ordinária, acolhendo a indicação feita pelo Líder da Bancada a que pertencia o titular.

§7º O Vereador que se desvincular de sua bancada perde, para efeitos regimentais, o direito a funções nas comissões para as quais tenha sido indicado pela liderança.

§8º É vedado ao Presidente da Mesa Diretora integrar qualquer tipo de Comissão Legislativa.

§9º Não sendo permanente a Comissão Legislativa e não sendo instalada no prazo de três Sessões Plenárias Ordinárias efetivamente realizadas, ou expirado o prazo de seu funcionamento sem a apresentação do relatório final, será declarada extinta por Ato do Presidente da Mesa Diretora.

Seção II

Das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 76. As Comissões Legislativas Permanentes, em número de três e com prazo de composição de dois anos, são as seguintes:

I - Constituição, Justiça e Redação Final;

II - Orçamento, Finanças e Tributação;

III - Serviços Públicos (Agricultura, Obras, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e Desporto, Comércio e Turismo).

§1º As Comissões Legislativas Permanentes serão constituídas por três Vereadores como membros titulares.

§2º Os membros das Comissões Legislativas Permanentes exercerão suas funções até o término do prazo da composição para a qual tenham sido eleitos.

Subseção I

Da Constituição das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 77. A constituição das Comissões Legislativas Permanentes se fará:

I – Em Sessão Ordinária, que será realizada na primeira terça-feira útil subsequente à data da posse de cada legislatura;

II - Na última Sessão Ordinária realizada no segundo ano de cada legislatura, logo após a eleição da Mesa Diretora.

§1º A Sessão Ordinária marcada para a data do inciso I do caput deste artigo será transferida para o primeiro dia útil subsequente quando recair em feriados.

§2º A representação numérica das bancadas em cada Comissão será estabelecida com a divisão do número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, aferido na forma do §1º do art. 46 deste Regimento, pelo quociente resultante da divisão do número de membros da Câmara pelo número de membros da Comissão; o inteiro do quociente assim obtido, denominado quociente partidário, representará o número de lugares a que o Partido ou Bloco Parlamentar poderá concorrer na Comissão.

§3º As vagas não ocupadas, aplicado esse critério, serão preenchidas tendo em conta as frações do quociente partidário, da maior para a menor fração.

§4º As alterações numéricas que venham a ocorrer nas bancadas dos Partidos ou Blocos Parlamentares decorrentes de mudanças de filiação partidária não importarão em modificação na composição das Comissões, cujo número de vagas de cada representação partidária será fixado pelo resultado final obtido nas eleições e permanecerá inalterado.

Art. 78. Se a constituição das Comissões Legislativas Permanentes se fizer mediante acordo, cumprirá ao Líder da bancada a indicação do nome do Vereador que as integrará, destinando-se a Sessão Ordinária apenas a sua proclamação.

Parágrafo único. Se, por qualquer motivo, não se efetivar nessa mesma sessão a constituição de todas as Comissões Legislativas Permanentes, a fase da Ordem do Dia das Sessões Ordinárias subsequentes se destinará ao mesmo fim, até plena consecução desse objetivo.

Art. 79. Não havendo acordo, proceder-se-á à escolha dos membros das Comissões Legislativas Permanentes por eleição em Plenário, por eleição individual para cada vaga existente, votando cada Vereador em um único nome dentre os concorrentes, considerando-se eleitos os mais votados.

§1º A votação para a constituição de cada uma das Comissões Legislativas Permanentes será feita mediante voto aberto e nominal, com a indicação do nome do votado.

§2º Proceder-se-á a tantos escrutínios quantos forem necessários para completar o preenchimento de todas as vagas em cada Comissão Legislativa Permanente, respeitada sempre a representação proporcional partidária, ficando assim vedada a continuidade de Vereador na disputa quando o número de lugares a que seu Partido ou Bloco Parlamentar tiver direito já estiver preenchido na Comissão.

§3º Havendo empate, considerar-se-á eleito o Vereador do partido ainda não representado na Comissão Legislativa Permanente.

§4º Se os empatados encontrarem-se em igualdade de condições, será considerado eleito dentre os presentes o Vereador mais votado no pleito municipal, dentre os concorrentes.

Art. 80. Constituídas as Comissões Legislativas Permanentes, reunir-se-á cada uma delas para, sob a Presidência do Vereador mais votado no pleito municipal dentre os membros presentes, proceder à eleição do Presidente, vedada a reeleição.

§1º Enquanto não for possível a eleição prevista neste artigo, a Comissão Legislativa Permanente será presidida interinamente pelo Vereador mais votado dentre seus membros.

§2º Se vagar o cargo de Presidente, proceder-se-á nova eleição para a escolha do sucessor.

Art. 81. Os membros das Comissões Legislativas Permanentes serão destituídos caso não compareçam, sem prévia e escrita justificativa, a três reuniões consecutivas, ou cinco alternadas.

Parágrafo único. A destituição se dará de ofício pelo Presidente da Comissão, ou por petição escrita de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, que, após comprovar a autenticidade das faltas, declarará vago o cargo na Comissão.

Art. 82. No caso de vacância, licença ou impedimento de qualquer membro das Comissões Legislativas Permanentes, caberá ao Presidente da Câmara Municipal a designação do substituto, mediante indicação do Líder do Partido a que pertença a vaga.

§1º O suplente de Vereador, quando convocado, além do exercício pleno da vereança, substituirá o titular também no cargo que exercia nas Comissões Legislativas Permanentes, exceto cargo de Presidente e de Relator.

§2º A substituição perdurará enquanto persistir a licença ou o impedimento.

§3º Se a licença ou o impedimento somente se referir à participação na comissão, a agremiação política a que pertencer o membro impedido ou licenciado indicará o substituto.

Art. 83. Será dada ampla publicidade à composição e às atividades das Comissões Legislativas Permanentes, preferencialmente por meio eletrônico.

Subseção II

Das Competências Gerais das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 84. Compete às Comissões Permanentes, entre outras previsões postas pela Lei Orgânica e por este Regimento Interno:

I - analisar os processos e outras matérias que lhes forem submetidas e emitir-lhes parecer;

- II - realizar audiências públicas para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes a sua área de atuação;
- III - constituir fóruns que possibilitem a iniciativa e a participação da sociedade civil organizada na discussão de temas de interesse dos cidadãos, das instituições e do parlamento;
- IV - requerer ao Presidente da Câmara Municipal que outra comissão se manifeste sobre proposição a ela submetida;
- V - encaminhar ao Prefeito, por meio do Presidente da Câmara, convocação dos Secretários Municipais, ou representantes dos órgãos da administração direta ou indireta, autarquias e fundações, para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;
- VI - fiscalizar os atos e o andamento dos programas de Governo, que envolvam gastos públicos de quaisquer órgãos da administração direta ou entidades da administração indireta;
- VII - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas municipais, ou prestadoras de serviços públicos;
- VIII - encaminhar, por meio do Presidente, pedidos escritos de informação ao Prefeito e a Secretários Municipais e demais autoridades municipais;
- IX - solicitar, por meio do Presidente, depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- X - acompanhar e apreciar programas de obras e planos municipais de desenvolvimento, sobre eles emitindo parecer;
- XI - determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas do Poder Executivo e da administração indireta, incluídas as fundações e as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;
- XII - propor a suspensão dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo;
- XIII - averiguar notícias, queixas ou denúncias sobre violação de normas legais, dando-lhes o encaminhamento regimental em todas as esferas;
- XIV - acompanhar a aplicação das leis municipais pelo Poder Executivo e a eficácia no seu cumprimento;
- XV - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover em seu âmbito conferências, exposições, palestras ou seminários;
- XVI - solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta e da sociedade civil para elucidação de matéria sujeita a seu pronunciamento;
- XVII - solicitar à Mesa Diretora da Câmara Municipal, por meio de parecer fundamentado, a contratação de assessoria técnica para auxiliar o encaminhamento de trabalhos que exijam atuação de especialista, nos termos em discussão.

Subseção III

Das Competências Específicas das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 85. É da competência específica da Comissão Legislativa Permanente de:

I - Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) opinar exclusivamente sobre o aspecto constitucional, legal, regimental e técnica legislativa das proposições;
- b) manifestar-se diante de veto do Chefe do Poder Executivo;
- c) manifestar-se sobre o mérito dos pedidos de licença do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores;
- d) manifestar-se acerca de assuntos de natureza jurídica ou constitucional que lhe sejam submetidos, em consultas realizadas pelo Presidente da Câmara Municipal, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recursos previstos neste Regimento;
- e) manifestar-se acerca de alterações propostas ao Regimento Interno da Câmara Municipal e à Lei Orgânica do Município;
- f) elaborar a redação final de todos os projetos aprovados, fiscalizando o encaminhamento a aprovação do Plenário e a remessa para sanção ou veto do Poder Executivo, assim como sua promulgação e publicação;

II - Orçamento, Finanças e Tributação:

- a) exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, emitindo parecer sobre o Projeto do Plano Plurianual - PPA, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o Projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como sobre suas alterações;
- b) exarar parecer sobre as contas do Município;
- c) organizar, divulgar e presidir as audiências públicas, quando da tramitação do Projeto de Plano Plurianual, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Projeto de Lei do Orçamento Anual, nos termos da legislação federal, quando o Executivo não realizar;
- d) analisar assuntos de caráter financeiro, especialmente sobre:
 - 1) proposições referentes a matéria tributária, a empréstimo público e a matérias que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou que sejam de interesse ao crédito público;
 - 2) proposições que fixem as remunerações dos servidores públicos, os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores;

3) celebração de contratos, ajustes e consórcios, quando necessária a aprovação de lei neste sentido;

4) proposições que, direta ou indiretamente, representem mutação patrimonial do Município;

III - Serviços Públicos (Agricultura, Obras, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e Desporto, Comércio e Turismo):

a) exarar parecer sobre todos os processos atinentes à realização de obras e à execução de serviços pelo Município, suas autarquias, entidades paraestatais e concessionárias de serviços públicos no âmbito municipal;

b) exarar parecer sobre as seguintes leis e suas alterações, bem como fiscalizar suas execuções:

1) Plano Diretor e Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

2) Código de Obras ou Edificações;

3) Código Ambiental;

4) Código de Posturas;

5) projetos relativos aos planos gerais ou parciais de urbanização, regulamentação do Estatuto da Cidade, ao cadastro territorial do Município e ao transporte coletivo;

6) exarar parecer sobre todos os processos referentes à ecologia, ao controle da poluição ambiental e às áreas consideradas de preservação

ambiental;

- 7) emitir parecer sobre as proposições que digam respeito à organização da estrutura da administração pública municipal, à criação e à extinção ou à transformação de cargo, emprego ou função pública, carreiras e regime do servidor público;
- 8) exarar parecer sobre a declaração de utilidade pública de entidades civis sem fins lucrativos;
- 9) proposituras e assuntos relativos a cooperativismo, sindicalismo e relações de trabalho;
- 10) proposituras e assuntos que versem sobre relações de consumo e direitos do consumidor, bem como a atividades privadas condicionadas à intervenção do poder público municipal;
- 11) projetos e assuntos referentes a educação, cultura e esportes;
- 12) projetos e assuntos de saúde e vigilância sanitária;
- 13) projetos e assuntos de promoção humana e assistência social;
- 14) projetos e assuntos referentes a turismo, folclore e patrimônio artístico, histórico e cultural;
- 15) projetos que versem sobre a concessão de títulos honoríficos e demais honrarias;
- 16) exarar parecer, por meio de servidor efetivo devidamente designado pela Presidência da Comissão, acerca da existência e do funcionamento de associação de utilidade pública.

Art. 86. Quando mais de uma comissão houver de se manifestar sobre uma proposição, esta lhe será distribuída conforme a ordem em que se encontram no art. 76 deste Regimento.

Subseção IV

Da Presidência das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 87. Ao Presidente da Comissão Legislativa Permanente compete:

- I – convocar e presidir todas as reuniões ordinárias da Comissão e nelas manter a ordem e a serenidade necessárias, zelando pelo cumprimento do disposto neste Regimento Interno;
- II – submeter a ata da reunião anterior a discussão e a votação;
- III - dar à Comissão conhecimento de toda matéria recebida, designar imediatamente seus respectivos relatores, incluindo a Presidência, distribuindo proporcionalmente a matéria sujeita a apreciação, independentemente da reunião da Comissão, ou avocá-la;
- IV - conceder a palavra a membros da Comissão, pelo tempo que julgar necessário, e repreendê-los quando se exaltarem durante os debates, podendo interrompê-los quando estiverem falando sobre matéria vencida e retirar-lhes a palavra no caso de desobediência;
- V - conceder vista das proposições aos membros da Comissão;
- VI - submeter a voto as questões sujeitas a deliberação da Comissão e proclamar o resultado da votação;
- VII - ser representante da Comissão junto à Mesa da Câmara Municipal;
- VIII - dirimir, de acordo com este Regimento Interno, todas as questões suscitadas perante Comissão;
- IX - enviar à Mesa, no fim do Período Legislativo, com subsídio para o relatório anual, resumo das atividades da Comissão e mensalmente relatório de presença dos membros nas reuniões realizadas;
- X - votar em todas as deliberações da Comissão;
- XI - transmitir à Casa o pronunciamento da Comissão, quando solicitado, durante as Sessões Plenárias;
- XII - convocar o membro suplente, para ocupar o lugar do titular faltoso;
- XIII - assinar a correspondência e demais documentos expedidos pela Comissão;
- XIV – controlar a presença dos Vereadores, informando mensalmente à Contabilidade acerca das faltas apuradas.

Subseção V

Do Trabalho das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 88. As Comissões Legislativas Permanentes se reunirão, ordinariamente, uma vez por semana, nos seguintes dias e horários:

- I) Constituição, Justiça e Redação Final – às terças-feiras, às 18h15;
 - II) Orçamento, Finanças e Tributação - às terças-feiras, às 18h;
 - III) Serviços Públicos (Agricultura, Obras, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e Desporto, Comércio e Turismo) - às terças-feiras, às 18h30.
- §1º Os projetos analisados nas terças-feiras pelas Comissões Legislativas Permanentes somente poderão ser pautados para votação em Plenário na Sessão Ordinária ou Extraordinária da semana subsequente à reunião.
- §2º As Comissões poderão realizar reuniões extraordinárias, desde que não concomitantes com as Sessões Plenárias Ordinárias da Câmara.
- §3º As reuniões extraordinárias serão convocadas pela respectiva Presidência, de ofício, ou por requerimento de qualquer dos demais membros da Comissão Legislativa Permanente.
- §4º As reuniões extraordinárias serão anunciadas com a devida antecedência, designando dia, hora, local e objeto, sendo que a convocação será comunicada aos membros da Comissão por aviso protocolado.
- §5º As reuniões durarão o tempo necessário ao exame da pauta respectiva, a juízo da Presidência.
- §6º É facultado ao Presidente o cancelamento da realização de reuniões, desde que inexistam matérias na Comissão Legislativa Permanente, sujeitas a aprovação pelo Plenário da Câmara, pendentes de discussão e aprovação.

Art. 89. As reuniões das Comissões serão públicas, salvo deliberação em contrário aprovada pela maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 90. Os trabalhos das Comissões serão iniciados com a presença da maioria de seus membros e obedecerão à seguinte ordem:

- I - discussão e votação da ata da reunião anterior;
- II - expediente:
 - a) sinopse da correspondência e outros documentos recebidos;
 - b) comunicação das matérias distribuídas aos Relatores;

III - Ordem do Dia:

a) discussão e votação de requerimentos e relatórios em geral;

b) discussão e votação dos pareceres sobre as matérias sujeitas a aprovação do Plenário da Câmara, respeitada a ordem de preferência.

§1º As Comissões deliberarão por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

§2º O Presidente poderá funcionar como Relator e terá voto nas deliberações da Comissão.

§3º Em caso de empate, prevalecerá o voto do Relator.

§4º À hora regimental, não havendo quorum para o início da reunião, o Presidente da Comissão aguardará pelo prazo de quinze minutos para que este se complete. Findo o prazo, qualquer Vereador poderá solicitar o cancelamento da reunião, o que deverá ser acatado pelo Presidente, sendo computada a falta dos membros ausentes.

§5º O Vereador poderá participar, sem direito a voto, dos trabalhos e debates de Comissão de que não seja membro.

Art. 91. As Comissões a que for distribuída uma proposição poderão estudá-la em reunião conjunta, por acordo dos respectivos Presidentes e sob a Presidência do mais votado, concluindo com relatório para cada Comissão.

Parágrafo único. Nas convocações extraordinárias, será obrigatória a reunião conjunta das Comissões Permanentes, para discussão e votação dos projetos sujeitos a aprovação do Plenário.

Art. 92. Cada Comissão, por meio de seu Presidente, e excetuados os casos em que este Regimento determine de forma diversa, observará e comunicará a seus membros os seguintes prazos para examinar as proposições e sobre elas decidir:

I - uma reunião ordinária, quando se tratar de matéria em regime de urgência, com a disponibilização dos autos, por meio eletrônico, a todos os seus membros;

II - duas reuniões ordinárias, quando se tratar de matéria em regime de tramitação ordinária, com a disponibilização dos autos, por meio eletrônico, a todos os seus membros:

a) 1ª reunião: recebimento da matéria, designação do Relator, distribuição da proposição, abertura do prazo para a apresentação de emendas;

b) 2ª reunião: apresentação e votação do relatório;

III - uma reunião ordinária, para cada Comissão, quando se tratar de emenda apresentada durante a discussão em Plenário.

Parágrafo único. Quando se tratar de matéria em regime de urgência, os pedidos de vista serão coletivos, sendo facultada apresentação de emendas até quarenta e oito horas a contar do recebimento dos autos pela via eletrônica.

Art. 93. O prazo para apreciação de matéria em regime ordinário será prorrogado até o máximo de três reuniões, se houver pedido de vista, sendo:

I - 1ª reunião: recebimento dos votos de vista e concessão de novos pedidos, se houver;

II - 2ª reunião: recebimento dos votos de vista pedidos na reunião anterior e votação destes e do parecer;

III - 3ª reunião: no caso de não acatamento do voto do Relator, redação do voto vencedor.

§1º O pedido de vista somente poderá ser feito após a leitura do parecer pelo Relator e antes de este ser votado, ficando o original sob a guarda do Relator ou do Presidente da Comissão.

§2º O pedido de vista para matéria em regime de tramitação ordinária somente poderá ser feito na 2ª reunião da Comissão e na seguinte se houver prorrogação.

§3º O pedido de vista é direito assegurado ao Vereador e, desde que formulado em conformidade com as regras estipuladas neste artigo, não poderá deixar de ser concedido.

§4º O voto de vista será apresentado até a reunião ordinária seguinte.

Art. 94. Se esgotado o prazo destinado ao Relator sem a apresentação de relatório, o Presidente avocará a proposição ou designará novo Relator.

Art. 95. Os pedidos de diligência despachados pela Comissão, atendidos ou não, sobrestarão os prazos por, no máximo:

I - três reuniões ordinárias, quando se tratar de matéria em regime de tramitação ordinária;

II - uma reunião ordinária, quando se tratar de matéria em regime de urgência.

Art. 96. Esgotado o prazo do trâmite da proposição na Comissão sem parecer, o Presidente da Mesa a encaminhará para a Comissão seguinte ou ao Plenário, conforme o caso, fazendo constar nos autos da proposição despacho informando sobre o esgotamento de todos os prazos e determinando a continuidade de sua tramitação.

Parágrafo único. Havendo matéria relevante e de grande complexidade, cada Comissão poderá solicitar a prorrogação dos prazos de matéria em regime de tramitação ordinária por no máximo trinta dias, devendo encaminhar ao Presidente requerimento fundamentado neste sentido.

Art. 97. O recesso da Câmara de Vereadores interrompe todos os prazos considerados na presente Seção.

Subseção VI**Da Apreciação das Matérias pelas Comissões**

Art. 98. Antes da deliberação pelo Plenário, as proposições, os requerimentos, as moções e os pedidos de informação serão submetidos a apreciação da mesa diretora e, se solicitado, a manifestação das Comissões, cabendo:

I - à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, por primeiro, o exame de sua admissibilidade, quando for o caso, e, nos demais, a análise dos aspectos da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, e pronunciar-se sobre o mérito das matérias de seu campo temático ou área de atividade;

II - por segundo, à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, quando a matéria depender de exame sob os aspectos financeiro e orçamentário, manifestar-se quanto à sua compatibilidade ou adequação ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e ao orçamento

anual, e pronunciar-se sobre o mérito das matérias de seu campo temático ou área de atividade; e
III - à Comissão de Serviços Públicos (Agricultura, Obras, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e Desporto, Comércio e Turismo), o exame do interesse público.

Parágrafo único. A proposição, emendada nas Comissões a que se refere o inciso III deste artigo, retornará à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para o exame da constitucionalidade e legalidade, e à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação quando envolver aspectos financeiros ou orçamentários, as quais terão o prazo de uma reunião ordinária cada para apreciar as emendas, salvo se a matéria tramitar em regime de urgência, quando deverá ser feita reunião extraordinária em conjunto pelas referidas Comissões para o devido exame acerca das emendas propostas.

Art. 99. Será terminativo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade da matéria e o da Comissão de Finanças e Tributação no sentido da inadequação orçamentária da proposição.

§1º O Autor da proposição poderá requerer, com o apoio da maioria absoluta dos membros da Casa, no prazo de uma sessão após sua comunicação, que seja o parecer submetido a apreciação do Plenário, caso em que a proposição será enviada à Mesa para inclusão na Ordem do Dia, em apreciação preliminar, devendo o Autor fundamentar por escrito sua discordância com o parecer da Comissão.

§2º Se o Plenário rejeitar o parecer da Comissão e adotar o do Autor, este constará dos autos da proposição como "parecer adotado pelo Plenário", e a proposição retornará à tramitação normal; caso contrário, ou não tendo havido interposição de requerimento no prazo estabelecido no §1º, será arquivada por despacho do Presidente da Câmara.

§3º Antes do arquivamento da proposição, em face do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final pela ofensa às reservas constitucionais de iniciativa, a matéria poderá, por solicitação do Autor, ser convertida em anteprojeto de lei e encaminhada às Comissões a que estiver afeta para o exame do interesse público, sendo permitido a estas Comissões:

I - realizar audiências públicas para a discussão da matéria;

II - solicitar diligências e informações.

§4º Aprovado o anteprojeto de lei pelas Comissões, este será encaminhado, por meio de indicação, ao poder competente.

Art. 100. No desenvolvimento de seus trabalhos, as Comissões observarão as seguintes normas:

I - é vedado às Comissões Legislativas Permanentes, ao apreciarem proposições ou qualquer matéria submetida a seu exame, opinar sobre aspectos que não sejam de sua atribuição técnica específica;

II - ao apreciar a matéria, a Comissão poderá propor a sua adoção ou a sua rejeição, total ou parcial, sugerir o seu arquivamento, formular projeto dela decorrente e apresentar emenda ou subemenda;

III - lido o parecer, será de imediato submetido a discussão;

IV - durante a discussão na Comissão, podem usar da palavra o Autor do projeto, o Relator, demais membros e Líderes, por cinco minutos improrrogáveis, e os Vereadores que a ela não pertençam, por três minutos, sendo facultada a apresentação de requerimento de encerramento da discussão após falarem todos os Vereadores presentes;

V - encerrada a discussão, será procedida a votação;

VI - se for aprovado o parecer em todos os seus termos, será tido como da Comissão e, desde logo, assinado pelo Presidente e demais membros presentes;

VII - para efeito da contagem dos votos relativos ao parecer, serão considerados:

a) favoráveis: os votos pelo parecer, mesmo com restrições; e

b) contrários: os votos divergentes do parecer;

VIII - se ao voto do Relator forem sugeridas alterações com as quais ele concorde, será concedido prazo até a reunião seguinte para a redação do novo texto, exceto se matéria em regime de urgência, quando será feita na mesma reunião;

IX - se o voto do Relator não for adotado pela Comissão, a redação do parecer vencedor será feita até a reunião ordinária seguinte, por novo Relator designado pelo Presidente da Comissão, exceto se matéria em regime de urgência, quando será feita na mesma reunião;

X - na hipótese de a Comissão aceitar parecer diverso do voto do Relator, este constituirá voto em separado;

XI - sempre que adotar voto com restrições, o membro da Comissão expressará em que consiste a sua divergência, e não o fazendo, seu voto será considerado integralmente favorável; e

XII - quando algum membro de Comissão retiver em seu poder proposições ou papéis a ela pertencentes, será adotado o seguinte procedimento:

a) o Presidente da Comissão solicitará ao Vereador, por escrito, que os restitua;

b) frustrado o pedido, o fato será comunicado à Mesa, que determinará sua imediata devolução à Comissão, sujeitando o Vereador infrator a sanção prevista neste Regimento; e

c) não cumprida esta disposição, o Presidente da Casa mandará reconstituir os autos da proposição por meio da utilização de sua publicação no Diário da Câmara.

Art. 101. Encerrada a apreciação conclusiva da matéria pela última Comissão a que tenha sido distribuída, a proposição será remetida à Mesa, para ser incluída na pauta.

Art. 102. Das reuniões da Comissão será lavrada ata.

Subseção VII

Das Audiências Públicas nas Comissões Legislativas Permanentes

Art. 103. Cada Comissão poderá realizar reuniões de audiências públicas com entidades da sociedade civil ou qualquer cidadão especificamente convocado para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes a sua área de atuação, para avaliação, discussão e apresentação de propostas.

Parágrafo único. As audiências públicas poderão ser realizadas em qualquer ponto do território do Município, cuja data e horário serão marcados previamente pelo Presidente da Comissão, que comunicará e as divulgará amplamente aos cidadãos e interessados, por intermédio da Presidência da Câmara Municipal, com antecedência mínima de cinco dias.

Art. 104. Definida a realização de audiências públicas, a Comissão selecionará para serem ouvidos autoridades, pessoas interessadas e especialistas ligados às entidades participantes, mantendo-os constantemente informados sobre a realização dessas audiências, inclusive por meio eletrônico, contato telefônico ou outro meio mais eficiente.

§1º Na hipótese de haver defensor e opositor, relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

§2º O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de trinta minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado.

§3º Caso o expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto.

§4º A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da Comissão.

§5º Os Vereadores inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

§6º Nas audiências públicas previstas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderá adaptar as normas definidas nesta subseção, a fim de disponibilizar maior tempo para a exposição do Poder Executivo e do Poder Legislativo acerca dos assuntos pautados, bem como para viabilizar a mais ampla participação popular.

Art. 105. Da reunião de audiências públicas será lavrada ata, arquivando-se eletronicamente, no âmbito da Comissão, os pronunciamentos escritos e os documentos que a acompanharem.

Parágrafo único. Será admitida, a qualquer tempo, a disponibilização aos interessados, por meio eletrônico, das peças e dos documentos relativos à audiência pública.

Seção III

Das Comissões Temporárias

Art. 106. As Comissões Temporárias são:

I - Parlamentares Especiais;

II - de Representação;

III - Parlamentares de Inquérito;

IV - de Investigação e Processante;

V - Representativa.

§1º As Resoluções que instituírem as Comissões Temporárias fixarão seus prazos, que poderão ser prorrogados por solicitação de seus membros, mediante aprovação de maioria absoluta do Plenário.

§2º As Comissões Temporárias serão extintas tão logo tenham alcançado os seus objetivos ou tenham seus prazos expirados.

§3º Adotar-se-á, na composição das Comissões temporárias, o critério da proporcionalidade partidária, exceto para aquela prevista no inciso IV deste artigo.

Subseção I

Das Comissões Parlamentares Especiais

Art. 107. As Comissões Parlamentares Especiais, formadas por até cinco membros, destinar-se-ão ao estudo da reforma ou alteração deste Regimento Interno, da Lei Orgânica Municipal, ao estudo de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara em relação a assuntos de reconhecida relevância.

§1º As proposições que sugerirem a constituição das Comissões Parlamentares Especiais deverão estar subscritas por, no mínimo, um terço dos Vereadores da Câmara Municipal e indicarão a finalidade de sua constituição, devidamente fundamentada.

§2º Não será constituída Comissão Parlamentar Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das Comissões Legislativas Permanentes.

§3º Constituída e nomeada a Comissão Parlamentar Especial, por Resolução da Mesa da Câmara, esta deverá instalar-se num prazo de três dias úteis de sua constituição para, sob a presidência do Vereador mais votado dentre seus membros, escolher o Presidente, designar Relator e definir a data da primeira reunião.

§4º A nomeação dos membros da Comissão obedecerá ao mesmo critério de composição das Comissões Legislativas Permanentes.

§5º A Comissão terá prazo de noventa dias para concluir seus trabalhos, a contar da nomeação dos respectivos membros, prorrogável por até igual período, a critério do Plenário.

Subseção II

Das Comissões de Representação

Art. 108. As Comissões de Representação destinadas a representar a Câmara em atos externos serão designadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento escrito de Vereador, depois de aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único. Quando a Câmara Municipal se fizer representar em conferências, reuniões, congressos e simpósios, serão preferencialmente indicados os Vereadores que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário ou os membros das Comissões Permanentes, na esfera de suas atribuições.

Subseção III

Da Comissão Parlamentar de Inquérito

Art. 109. A Câmara Municipal de Vereadores, a requerimento de um terço dos membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para a apuração de fato determinado, por prazo certo e com poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento Interno.

§1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional e legal, econômica e social do Município e que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§2º A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§3º O número de membros que fará parte da Comissão Parlamentar de Inquérito não será superior a cinco e nem inferior a três Vereadores, devendo, no entanto, ser sempre em número ímpar.

§4º Obtido o número de assinaturas, caberá ao Presidente, por Resolução de Mesa, constituir a Comissão no prazo máximo de dez dias, obedecido o princípio da proporcionalidade, mediante indicação dos membros pela liderança partidária ou bloco parlamentar.

§5º Instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito, no prazo máximo de três dias úteis, sob a presidência do Vereador mais votado dentre seus membros, elegerá o Presidente e o Relator.

§6º Caberá ao Relator a apresentação de relatório preliminar no prazo improrrogável de dez dias, em que indicará a existência ou não de fato determinado.

§7º Decorrido este prazo, a Comissão Parlamentar de Inquérito deliberará sobre o relatório preliminar nos dois dias úteis subsequentes.

§8º A Comissão Parlamentar de Inquérito requisitará à Mesa da Câmara Municipal os servidores públicos de seu quadro de pessoal necessários à realização de seus trabalhos investigatórios.

§9º A Câmara Municipal, por meio da Mesa Diretora, poderá contratar ou designar técnicos e peritos para trabalharem junto à Comissão Parlamentar de Inquérito, no desempenho de suas atribuições.

§10 A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá determinar as diligências que reputar necessárias, ouvir acusados, inquirir testemunhas, solicitar informações e requisitar documentos, dando ciência à Mesa da Câmara Municipal de seus atos e requisições.

Art. 110. A Comissão poderá realizar reuniões secretas, visando preservar o bom andamento das investigações.

Art. 111. Compete ao Presidente:

I - convocar e dirigir as reuniões;

II - qualificar e compromissar os depoentes;

III - requisitar servidores;

IV - convocar indiciados e testemunhas para depor;

V - superintender os trabalhos e assinar as correspondências expedidas;

VI - proferir voto de desempate;

VII - representar a Comissão;

VIII - requisitar documentos e informações e determinar quaisquer providências necessárias ao trabalho da Comissão.

Art. 112. Compete ao Relator:

I - elaborar o roteiro dos trabalhos;

II - conduzir a instrução processual, fixando prazos e diligências;

III - solicitar a convocação de indiciados e testemunhas;

IV - inquirir, por primeiro, os depoentes;

V - despachar os documentos de natureza processual; e

VI - apresentar o relatório final.

Art. 113. As deliberações da Comissão serão tomadas pela maioria de seus membros, prevalecendo, em caso de empate, o voto do Relator.

Art. 114. A requisição de informações e documentos aos órgãos da Administração Pública Municipal, por solicitação de qualquer dos membros da Comissão, será formalizada por ofício assinado por seu Presidente, observado o prazo de oito dias para o atendimento pelo destinatário, a contar da data do seu efetivo recebimento, exceto quanto da alçada da Autoridade Judiciária.

Art. 115. As testemunhas, sob compromisso, e os indiciados regularmente convocados pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, por solicitação de qualquer de seus membros, serão ouvidos em datas preestabelecidas, com a lavratura de termo de depoimento.

§1º A critério da Comissão Parlamentar de Inquérito, poderão ser tomados depoimentos em outros locais que não o recinto da Câmara Municipal, devendo ser lavrado também o competente termo de depoimento.

§2º As Comissões Parlamentares de Inquérito utilizarão subsidiariamente as normas contidas no Código Processual Penal.

Art. 116. Quaisquer diligências, requisições de documentos ou informações solicitadas serão deferidas pelo Presidente da Comissão, desde que relacionadas com o fato determinado e objeto da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Parágrafo único. Na hipótese de indeferimento, o Presidente submeterá de ofício sua decisão a nova decisão da Comissão, no prazo de vinte e quatro horas.

Art. 117. Ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado contendo a sinopse de todo o processo, com suas conclusões, o qual será publicado no Diário da Câmara e encaminhado:

I - à Mesa, para as providências de sua alçada ou do Plenário, oferecendo em duas sessões, conforme o caso, Projeto de Lei, de Decreto Legislativo ou de Resolução, que serão incluídos na Ordem do Dia, dentro de duas sessões;

II - ao Ministério Público, com cópia autenticada e rubricada da documentação, para que adote as medidas decorrentes de suas funções institucionais;

III - ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo;

IV - à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento ao prescrito no inciso anterior.

§1º Nos casos dos incisos II e III deste artigo, a remessa será feita pelo Presidente da Câmara no prazo de cinco dias úteis.

§2º Do relatório constarão a constituição e a finalidade da Comissão, sua composição, os prazos observados e o roteiro dos trabalhos realizados, com destaque para:

I - transcrição dos depoimentos ouvidos;

II - depoimentos arrolados, mas não viabilizados;

III - eventuais viagens realizadas;

IV - documentação recebida e anexada;

V - parecer do Relator;

VI - conclusões da Comissão.

§3º Se a Comissão Parlamentar de Inquérito deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido pela Resolução que a constituiu, será automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento, por meio de requerimento de iniciativa do Presidente ou de Membros da Comissão.

§4º As Comissões Parlamentares de Inquérito não paralisarão suas atividades durante os períodos de recesso parlamentar.

Subseção IV

Da Comissão de Investigação e Processante

Art. 118. Constituem infrações político-administrativas do Prefeito Municipal, sujeitas a julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

I - impedir o funcionamento regular da Câmara;

II - impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria regularmente instituída;

III - desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;

IV - retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e os atos sujeitos a essa formalidade;

V - deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária;

VI - descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII - praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência, ou emitir-se na sua prática;

VIII - omitir-se ou negligenciar a defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeitos à administração da Prefeitura;

IX - ausentar-se do Município por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura sem autorização da Câmara dos Vereadores;

X - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

Art. 119. A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador quando:

I - utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

II - fixar residência fora do Município;

III - o seu procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

IV - infringir qualquer das proibições estabelecidas no art. 24 da Lei Orgânica;

V - deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das Sessões Ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

VI - perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VII - a justiça eleitoral decretar, nos casos previstos em lei;

VIII - sofrer condenação criminal em sentença definitiva irreversível;

IX - deixar de tomar posse no prazo legal.

§1º Nos casos dos incisos I, II, III, IV e VIII deste artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Vereadores, por voto secreto de dois terços de seus membros, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa, na forma do art. 120 deste Regimento Interno.

§2º Nos casos previstos nos incisos V a VII deste artigo, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Casa, assegurada ao denunciado a ampla defesa, mediante apresentação de defesa escrita.

Art. 120. O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no art. 118, obedecerá ao seguinte rito:

I - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor do Município em pleno exercício dos direitos políticos, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal para os atos do processo e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante;

II - De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator;

III - Recebido o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com remessa de cópia da denúncia e dos documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia por escrito, indique as provas que pretende produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação será feita por edital, publicado duas vezes no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro de cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo o início da instrução e determinará os atos, as diligências e as audiências que se fizerem necessários para o depoimento do denunciado e a inquirição

das testemunhas;

IV - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência de, pelo menos, vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e às audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;

V - Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado para razões escritas, no prazo de cinco dias; após a Comissão processante emitir parecer final pela procedência ou improcedência da acusação e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, o processo será lido integralmente, e a seguir os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze minutos cada um, e ao final o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de duas horas, para produzir sua defesa oral;

VI - Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações abertas e nominais quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado definitivamente do cargo o denunciado que for declarado, pelo voto de dois terços pelo menos dos membros da Câmara, incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado, fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração e, se houver condenação, expedirá o competente Decreto Legislativo de cassação do mandato de Prefeito. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado;

VII - O processo a que se refere este artigo deverá estar concluído dentro de noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos.

Parágrafo único. O Presidente da Mesa, fundamentado em parecer jurídico, poderá negar seguimento à denúncia que esteja desacompanhada de indícios suficientes de provas, cabendo recurso ao Plenário contra a sua decisão.

Art. 121. No caso de cassação de mandato de Vereador pela ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I, II, III, IV e VIII do art. 119, aplica-se o procedimento disposto no art. 120 deste Regimento, sendo exigida a votação secreta favorável de no mínimo dois terços dos membros da Câmara de Vereadores para ser decretada a perda de mandato, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado na Casa.

Subseção V

Da Comissão Representativa

Art. 122. A Comissão Representativa é o órgão de representação e atuação da Câmara Municipal durante o recesso parlamentar.

Art. 123. A Comissão Representativa será integrada pelo Presidente da Câmara e por mais dois membros, eleitos na última sessão plenária ordinária de cada período ordinário semestral da sessão legislativa, cujo mandato coincidirá com o período de recesso parlamentar que se seguir a sua constituição, exceto no último ano da legislatura, quando a sua constituição será automaticamente desfeita em trinta e um de dezembro.

§1º Na eleição dos membros da Comissão, excluído o Presidente, é aplicado o princípio da proporcionalidade.

§2º A Presidência da Comissão será exercida pelo Presidente da Câmara Municipal, que será substituído, em seus impedimentos, pelos demais membros da Mesa, na ordem regimental.

§3º É vedado ao membro da Mesa integrar a Comissão, exceto para substituir o Presidente, na forma do parágrafo anterior.

§4º Aos Vereadores que não integrarem a Comissão será facultada a presença nas suas reuniões, sem direito a voto.

§5º Aplica-se à Comissão Representativa, no que couber, as disposições estabelecidas para as Comissões Permanentes.

Art. 124. Compete à Comissão Representativa:

I - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo e pela observância da Constituição e das garantias nela consignadas;

II - convocar, com o voto da maioria de seus membros, Secretário Municipal para prestar pessoalmente informações sobre assuntos compreendidos na área da respectiva Pasta, previamente determinados;

III - autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a se afastarem do Estado ou do País;

IV - resolver sobre licença de Vereador;

V - exercer a competência administrativa da Mesa da Câmara, em caso de urgência, quando ausentes ou impedidos os respectivos membros;

VI - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

VII - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VIII - designar membro para representar a Câmara em eventos de interesse municipal, estadual, nacional e internacional.

Subseção VI

Do Assessoramento Legislativo

Art. 125. Para o desempenho das suas atribuições, a Mesa Diretora, as Comissões Legislativas Permanentes e as Temporárias contarão com assessoramento e consultoria técnico-legislativa e especializada em suas áreas de competência, a ser contratados pela Câmara de Vereadores nos termos da Lei n. 8.666/93.

CAPÍTULO III

DO PLENÁRIO

Art. 126. O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara, constituído pela reunião de Vereadores em pleno exercício do mandato, na forma e número legal para deliberar.

Art. 127. Cumpre ao Plenário deliberar sobre todas as matérias de competência da Câmara Municipal, nos termos deste Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município.

Art. 128. As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria:

I – simples, sempre que necessitar da metade mais um dos votos dos Vereadores presentes na reunião;

II – absoluta, sempre que necessitar da maioria dos membros da Câmara Municipal;

III - qualificada, sempre que necessitar dos votos de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§1º As deliberações do Plenário somente poderão ser efetuadas com a maioria absoluta dos membros da Câmara.

§2º Não havendo outra determinação expressa, as deliberações serão por maioria simples, desde que presente a maioria absoluta dos membros da Câmara.

§3º A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal, para ser aprovada, exige a deliberação favorável, em dois turnos, da maioria qualificada de dois terços dos Vereadores da Câmara Municipal.

§4º As Leis Complementares, para serem aprovadas e modificadas, exigem a deliberação favorável da maioria absoluta dos Vereadores da Câmara Municipal.

TÍTULO IV

O PROCESSO LEGISLATIVO

CAPÍTULO I

DOS PROJETOS E DAS PROPOSIÇÕES

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 129. Proposição é toda matéria sujeita a apreciação do Plenário.

Parágrafo único. São espécies de proposições:

I - Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município;

II - Projeto de Lei Complementar;

III - Projeto de Lei Ordinária;

IV - Projeto de Decreto Legislativo;

V - Projeto de Resolução;

VI - Moção;

VII - Requerimento;

VIII - Recurso;

IX - Emendas e Substitutivos;

X – Indicações.

Parágrafo único. As proposições somente terão sua tramitação iniciada após seu encaminhamento também por meio eletrônico.

Art. 130. Podem ser autores de Proposições, dentro dos seus respectivos limites e prerrogativas:

I – o Chefe do Poder Executivo Municipal;

II – a Mesa Diretora da Câmara Municipal;

III – qualquer Comissão Legislativa Permanente da Câmara Municipal;

IV – os Vereadores, individualmente ou em conjunto;

V – a população do Município, nos casos e sob os requisitos definidos na Lei Orgânica Municipal e nas Constituições Federal e Estadual.

§1º A iniciativa de proposição por órgão da Câmara Municipal depende da assinatura de seu Presidente, com a anuência da maioria absoluta dos seus membros.

§2º Os projetos de iniciativa popular serão defendidos em Plenário por qualquer Vereador.

§3º Os projetos de leis e as propostas de emenda à Lei Orgânica Municipal de autoria do Poder Executivo Municipal serão defendidos em Plenário pelo líder do governo na Câmara Municipal, e os demais, pelos seus autores.

§4º Todas as proposições deverão ser encaminhadas também pelo meio eletrônico.

§5º As proposições deverão ser protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal, devendo ser incluídas na pauta da Sessão Ordinária subsequente a sua apresentação.

§6º As proposições cuja redação estiver em desacordo com a técnica legislativa definida na legislação federal serão devolvidas aos autores e somente entrarão em regime de tramitação depois de corrigidas as irregularidades apontadas.

§7º Se o autor da proposição não se conformar com a decisão, poderá requerer a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

§8º A proposição de iniciativa de Vereador poderá ser apresentada individual ou coletivamente.

§9º É considerado autor da proposição, para efeitos regimentais, seu primeiro signatário.

§10 São de simples apoio as assinaturas que se seguirem à primeira, exceto quando se tratar de proposição para a qual a Lei Orgânica Municipal ou este Regimento exigir determinado número de subscritores.

§11 As proposições deverão apresentar mensagem escrita de encaminhamento devidamente fundamentada pelo autor.

§12 Somente ao autor caberá o direito de retirada das suas proposições, o que deverá fazer por escrito, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, que, tendo obtido as informações necessárias, deferirá ou não o pedido, cabendo recurso ao Plenário.

§13 A retirada de proposições será aceita até a fase de sua discussão em Plenário.

§14 Se a proposição tiver parecer favorável de todas as comissões competentes, somente o Plenário deliberará sobre a sua retirada.

§15 A solicitação de encerramento da tramitação de proposição de iniciativa de comissão ou da Mesa Diretora somente poderá ser feita a requerimento de seu Presidente, com prévia autorização do respectivo colegiado.

§16 Finda a legislatura, serão arquivadas todas as proposições que estiverem em tramitação na Câmara Municipal.

§17 As proposições poderão ser desarquivadas mediante requerimento escrito do autor, dos autores ou de comissão permanente na legislatura subsequente.

§18 Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, a Mesa Diretora fará reconstituir o respectivo processo.

Seção II

Da Indicação

Art. 131. Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público ao Poder Executivo Municipal e ao Poder Legislativo.

Art. 132. Desde que elaborada em conformidade com o artigo anterior, a indicação será encaminhada à Mesa, que dará ciência ao Plenário para, em seguida, transmiti-la ao destinatário.

Parágrafo único. No caso de entender o Presidente que a indicação não deve ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da Comissão competente, cujo parecer será discutido e votado no Prolongamento do Expediente.

Do Pedido de Informação

Art. 133. Qualquer Vereador poderá encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido de informação sobre atos ou fatos atribuídos aos demais Poderes, cuja fiscalização seja de interesse ao Poder Legislativo no exercício de suas atribuições constitucionais, ou sobre matéria em tramitação na Casa.

§1º Recebido o pedido de informação, será lido no Expediente e encaminhado, independentemente de deliberação do Plenário, ao Poder ou órgão respectivo.

§2º Encaminhado o pedido de informação, se este não for atendido no prazo de trinta dias, o Presidente da Câmara, sempre que solicitado pelo Autor, reiterá-lo-á.

§3º Não cabem, em pedido de informação, providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige.

§4º A Mesa tem a faculdade de não receber pedido de informação formulado de modo inconveniente ou que contrarie o disposto neste artigo, cabendo recurso ao Plenário.

§5º O pedido de informação será sempre por escrito e deverá ser protocolado até o final do expediente da Secretaria do primeiro dia útil anterior ao da sessão.

§6º O descumprimento do pedido de informações configura crime e infração político-administrativa, na forma da Lei Federal vigente.

Seção III

Das Proposições em Espécie

Subseção I

Das Propostas de Emenda à Lei Orgânica

Art. 134. Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal é a proposição destinada a incluir, suprimir ou alterar dispositivos da Lei Orgânica Municipal.

Art. 135. A Lei Orgânica Municipal será emendada mediante proposta:

I – de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II – do Prefeito Municipal;

III - De iniciativa popular, subscrita por pelo menos 10% (dez por cento) do eleitorado do Município.

§1º A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de dez dias.

§2º Será considerada aprovada a proposta que obtiver, em ambos os turnos, votação nominal e aberta de dois terços dos respectivos membros.

§3º A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem, no prazo de dez dias, devendo ser enviada cópia ao Prefeito Municipal e ao Juiz de Direito Diretor da Comarca.

§4º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§5º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda:

I - que ferir o princípio federativo; ou

II - que atentar contra a separação dos Poderes.

§6º A emenda à Lei Orgânica não poderá ser proposta na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

Subseção II

Dos Projetos de Lei

Art. 136. Projeto de Lei é a proposição que tem por fim regular toda matéria legislativa de competência da Câmara Municipal e sujeita a

sanção do Prefeito.

§1º Serão complementares os projetos que tratem das matérias definidas no art. 37 da Lei Orgânica Municipal e que exigem, para sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§2º Para aprovação do Projeto de Lei Ordinária será exigido, em votação única, o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

Subseção III

Dos Projetos de Decreto Legislativo

Art. 137. Projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada a regular matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara Municipal, não sujeita a sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal e destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

I - decisão das contas públicas;

II - concessão de títulos honoríficos e demais honrarias;

III - suspensão de execução de norma julgada inconstitucional;

IV - suspensão de decretos do Poder Executivo que extrapolem o seu poder regulamentador;

V - cassação de mandatos;

VI - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município, na forma do inciso V do art. 15 da Lei Orgânica;

VII - demais assuntos de efeitos externos.

Parágrafo único. Para aprovação do Projeto de Decreto Legislativo será exigido, em votação única, o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

Subseção IV

Dos Projetos de Resolução

Art. 138. Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara Municipal, não sujeita a sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara e destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

I - decisão de recurso;

II - destituição de membro da Mesa Diretora;

III - normas regimentais;

IV - concessão de licença a Vereador;

V - conclusão de Comissões Temporárias;

VI - todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, além dos demais assuntos de efeitos internos;

VII - organização dos serviços da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Para aprovação do Projeto de Resolução será exigido, em votação única, o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

Subseção V

Das Moções

Art. 139. Moção é a proposição em que é sugerida manifestação da Câmara sobre determinado assunto.

Parágrafo único. São espécies de moção a de aplauso, apoio, apelo, pesar ou repúdio.

Art. 140. A Moção deverá ser sempre por escrito, subscrita por qualquer Vereador, incluindo-se o Presidente, sendo que, depois de elaborada, deverá ser protocolada até o final do expediente da Secretaria no dia anterior ao da sessão, para ser lida no Expediente do dia e votada na sessão seguinte, independente de parecer da Comissão, sendo apreciada em discussão e votação única, considerando-se aprovada caso obtenha o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

Subseção VI

Dos Requerimentos

Art. 141. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito feito por Vereador ou Comissão ao Presidente da Câmara Municipal, sobre qualquer assunto, sendo que os requerimentos por escrito deverão ser protocolados até o final do expediente da Secretaria no dia anterior ao da sessão para serem lidos no Expediente do dia, podendo ser votados na mesma sessão ou na sessão seguinte.

Parágrafo único. Quanto à competência para decidi-los, os requerimentos são:

a) sujeitos apenas a despacho da Mesa; ou

b) sujeitos a deliberação do Plenário.

Art. 142. Serão da alçada do Presidente da Câmara Municipal e verbais os requerimentos que solicitem:

I - a palavra ou desistência dela;

II - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

III - envio de votos de pesar por falecimento;

IV - retirada, pelo autor, de requerimento verbal ou escrito ainda não submetido a deliberação do Plenário;

V - verificação de quorum para discussão ou votação;

VI - informações sobre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia;

VII - requisição de documentos, processos, livros ou publicações existentes na Câmara Municipal, relacionados com a proposição em discussão no Plenário;

VIII - encaminhamento de votação.

Art. 143. Serão de alçada do Presidente da Câmara Municipal e escritos os requerimentos que solicitarem:

I - renúncia de membro da Mesa da Câmara Municipal;

II - audiência de Comissão, quando o pedido for apresentado por outra;

III - juntada ou desentranhamento de documentos;

IV - cópias de documentos existentes nos arquivos da Câmara Municipal;

V - informações ao Poder Executivo, bem como a qualquer de seus órgãos ou entidades, sempre dirigidos ao Prefeito Municipal;

VI - arquivamento de proposição;

VII - o desarquivamento das proposições, respeitadas as disposições contidas neste Regimento Interno.

§1º O Presidente é soberano na decisão sobre os requerimentos citados neste e no art. 142.

§2º O Presidente fica desobrigado a fornecer informações solicitadas quando informado pela assessoria da Mesa Diretora haver pedido anteriormente formulado pelos Vereadores sobre o mesmo assunto e já respondido em prazo não superior a trinta dias.

Art. 144. Serão de alçada do Plenário, verbais e votados sem discussão, admitindo-se encaminhamento de votação, os requerimentos que solicitarem:

I - destaque de matéria para votação;

II - alteração no processo de votação, nos casos em que não for vedada a sua realização de forma nominal ou secreta;

III - adiamento de discussão e de votação;

IV - audiência de Comissão para assuntos em pauta;

V - prorrogação da sessão para concluir a discussão ou a votação das matérias da Ordem do Dia.

Art. 145. Serão de alçada do Plenário, escritos e votados sem discussão e sem encaminhamento de votação, os requerimentos que solicitem a alteração da pauta da Ordem do Dia.

Art. 146. Serão de alçada do Plenário, escritos, discutidos e votados, os requerimentos que solicitarem:

I - votos de louvor, congratulações e manifestações de protestos;

II - arquivamento de proposição;

III - inserção de documentos em ata;

IV - informações em caráter oficial sobre atos da Mesa Diretora, da Presidência ou da Câmara Municipal;

V - regime de urgência, que não os requeridos pelo Prefeito Municipal;

VI - constituição das Comissões.

Parágrafo único. Os requerimentos a que se referem os incisos deste artigo serão aprovados por maioria simples.

Art. 147. Os requerimentos ou petições de entidades ou munícipes serão lidos no Expediente do Dia e encaminhados ao Presidente, que poderá acatar e subscrever o pedido, dando o devido encaminhamento.

Art. 148. As representações de outras Edilidades solicitando a manifestação da Câmara Municipal sobre qualquer assunto serão encaminhadas às comissões competentes, que elaborarão manifestação por escrito para posterior deliberação do Plenário.

Subseção VII

Das Portarias

Art. 149. Portaria é ato administrativo emanado da Mesa Diretora destinado a:

I - expedição de orientações gerais ou especiais aos servidores da Câmara Municipal;

II - designação de servidores para o desempenho de funções especiais;

III - abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar;

IV - nomeação, exoneração e afastamento de servidores da Câmara Municipal.

Subseção VIII

Dos Recursos ao Plenário

Art. 150. Da decisão ou omissão do Presidente em questão de ordem, representação ou proposição de qualquer Vereador, de Comissão ou da Mesa Diretora, cabe recurso ao Plenário, nos termos da presente Seção.

Parágrafo único. Não se concederá efeito suspensivo a recurso, prevalecendo a decisão impugnada até ser proferida nova decisão pelo Plenário.

Art. 151. O recurso formulado por escrito deverá ser proposto obrigatoriamente dentro do prazo improrrogável de dois dias úteis, contados da ciência da decisão.

§1º Apresentado o recurso, o Presidente deverá, dentro do prazo de dois dias úteis, acatá-lo, reconsiderando a decisão inicialmente tomada, ou encaminhá-lo, no mesmo prazo, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, que terá o prazo improrrogável de dois dias úteis para emitir parecer sobre o recurso.

§2º Emitido o parecer, o recurso será obrigatoriamente incluído na pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária seguinte para deliberação do Plenário.

§3º Aprovado o recurso, o Presidente deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de se sujeitar a

processo de destituição.

Subseção IX

Das Emendas e dos Substitutos

Art. 152. Emendas são proposições apresentadas por Vereadores, por Comissão ou pela Mesa que visam a alterar o projeto a que se referem.

§1º As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas:

I - Emenda supressiva é a proposição que pretende retirar qualquer parte do projeto principal;

II - Emenda substitutiva, ou subemenda, é a proposição apresentada como sucedânea de outra emenda;

III - Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra;

IV - As emendas modificativas poderão ampliar, restringir e corrigir expressões ou partes dos projetos ou substitutivos.

§2º As emendas das Comissões somente serão admitidas quando constantes do corpo de parecer das Comissões Permanentes ou em Plenário durante a discussão da matéria, desde que subscritas pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§3º O Presidente não admitirá emendas ou substitutivos que não guardem pertinência com a matéria da proposição original.

§4º Contra o ato do Presidente que indeferir a proposição de emenda ou substitutivo caberá recurso ao Plenário, nos termos deste Regimento Interno.

§5º A emenda à redação final somente será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto no projeto já aprovado.

Art. 153. Substitutivo é a proposição apresentada por Vereadores, por Comissão Permanente ou pela Mesa para substituir outra já existente sobre o mesmo assunto.

Parágrafo único. Não será permitido aos Vereadores, à Comissão ou à Mesa apresentar mais de um substitutivo à mesma proposição sem prévia retirada do anteriormente apresentado.

CAPÍTULO II

DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Seção I

Disposições Gerais

Art. 154. As proposições apresentadas até o final do expediente normal da Secretaria da Câmara Municipal do dia anterior ao da sessão serão lidas e despachadas de plano pelo Presidente, que as encaminhará à consultoria jurídica ou administrativa e indicará as comissões legislativas permanentes competentes para a análise da matéria.

§1º Após a devida autuação, os projetos seguirão para análise da consultoria jurídica ou parlamentar, sendo encaminhados imediatamente às Comissões Permanentes.

§2º Os projetos serão apreciados inicialmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, quanto aos aspectos legal e constitucional, devendo determinar a rejeição da matéria que:

I - versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara Municipal;

II - delegar a outro poder atribuições privativas do Legislativo;

III - faça referência a Lei, Decreto, Regulamento ou qualquer outro dispositivo legal, sem se fazer acompanhar de sua transcrição;

IV - faça menção a contratos, convênios ou a cláusulas de contratos ou de concessões, sem a sua transcrição por extenso;

V - conter expressões ofensivas;

VI - seja inconcludente;

VII - tenha sido rejeitada e novamente apresentada fora dos preceitos da Lei Orgânica Municipal.

§3º Sobrevindo parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, o projeto será incluído na Ordem do Dia da sessão subsequente.

§4º A decisão do Plenário que acolher os termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final pela ilegalidade ou inconstitucionalidade da matéria implicará o arquivamento do projeto.

§5º Rejeitado o parecer, o projeto retomará o seu trâmite normal, devendo seguir para apreciação das comissões competentes.

§6º Após haver tramitado na comissão de mérito, tendo recebido emenda ou substitutivo, o projeto retornará à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para nova análise quanto aos aspectos de legalidade e constitucionalidade, sendo encaminhado diretamente à Mesa Diretora, para sua inclusão na Ordem do Dia.

§7º O Projeto que receber parecer contrário da comissão de mérito competente para sua apreciação será tido como rejeitado.

Art. 155. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, o Presidente, a requerimento do Vereador ou ex officio, fará reconstituir e tramitar o processo.

Art. 156. Todos os pareceres serão disponibilizados por meio eletrônico aos Vereadores até três horas antes do início da sessão em cuja Ordem do Dia tenham sido incluídos, sendo lidos e discutidos em Plenário, votado apenas o parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Art. 157. Quando o projeto apresentado for de autoria de todas as Comissões a que compete parecer, será considerado em condições de figurar diretamente na Ordem do Dia.

Art. 158. Os Projetos rejeitados serão arquivados, somente podendo ser reapresentados na mesma sessão legislativa se contarem com a

subscrição da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 159. Se houver uma ou mais proposição constituindo processos distintos que tratem da mesma matéria, deverá ser apensada para a tramitação.

Art. 160. Votada uma proposição, todas as demais que tratem do mesmo assunto serão consideradas prejudicadas e remetidas ao arquivo.

Seção II

Da Discussão e da Votação

Subseção I

Disposições Preliminares

Art. 161. Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário acerca das proposições a serem votadas.

Art. 162. O processo de discussão da proposição inicia-se com a discussão dos pareceres oferecidos pelas comissões, passando-se imediatamente à discussão do mérito do Projeto propriamente dito.

Art. 163. A votação será imediata à discussão e dependerá da presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 164. As proposições serão submetidas a turno único de votação, excetuadas as Propostas de Emenda à Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno, que serão objeto de duas discussões e votações, com interstício mínimo de dez dias entre a primeira e a segunda votação.

Parágrafo único. Cada turno é constituído de discussão e votação.

Art. 165. Tratando-se de causa própria ou de assunto em que tenha interesse individual, dar-se-á o Vereador por impedido e fará comunicação por escrito à Mesa, sendo seu voto considerado em branco, para efeito de quorum.

§1º O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos do presente artigo, fará a devida justificativa ao Presidente, computando-se, todavia, sua presença para efeito de quorum.

§2º Nos demais casos o Vereador poderá escusar-se de votar, registrando simplesmente abstenção, sendo computada a sua presença para efeito de quorum.

Subseção II

Dos Processos de Votação

Art. 166. São três os processos de votação:

- I - simbólico;
- II – nominal;
- III - secreto.

Art. 167. O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo constitucional, regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

Art. 168. No processo simbólico de votação, os Vereadores que pretenderem aprovar a matéria deverão permanecer sentados, mantendo-se em pé os Vereadores que votarem contrariamente à proposição.

§1º Ao anunciar o resultado da votação, o Presidente declarará quantos Vereadores votaram favoravelmente e contrariamente à proposição.

§2º Havendo dúvida sobre o resultado, a verificação será feita por meio de chamada nominal, proclamando o Presidente o resultado, sem que conste da ata ou de qualquer outro documento ou regimento que identifique o voto.

Art. 169. A votação nominal será procedida pela chamada dos presentes, devendo os Vereadores responderem “SIM” ou “NÃO”, conforme sua disposição em votar favoravelmente ou contrariamente à proposição.

Parágrafo único. O resultado da votação nominal será consignado na ata da sessão.

Art. 170. A votação por escrutínio secreto será praticada mediante cédula impressa ou datilografada, recolhida em urna à vista do Plenário, nos seguintes casos:

- I - perda de mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, quando for julgada pelo Plenário;
- II – veto;
- III – concessão de título honorífico e demais honrarias.

Art. 171. Nas votações pelo processo secreto serão observadas as seguintes normas:

- I - utilização de sobrecartas – cédulas impressas e assinadas pelo Presidente;
- II - utilização de cédulas impressas;
- III - o Presidente votará em primeiro lugar, seguido pelo Secretário que estiver à Mesa;
- IV - os Vereadores votarão conforme forem chamados;
- V - o Vereador que se atrasar para a votação votará por último, avisando o Presidente;
- VI - encerrada a votação, o Presidente anunciará o número de Vereadores votantes;

- VII - para efeito de quorum para a votação, serão computados apenas os votos efetivamente depositados na urna, contado o número de sobrecartas;
- VIII - para realizar a apuração dos votos, o Presidente designará, além de um Secretário da Mesa, mais dois Vereadores, sendo um representante da Situação e outro representante da Oposição;
- IX - contadas as sobrecartas, o Presidente anunciará se confere o número de votantes com o número de sobrecartas e, se afirmativo, informará o quorum;
- X - o Presidente dará por nula a votação pelo processo secreto que não conferir o número de votantes com o número de sobrecartas, ou que não atingir o quorum mínimo, em cada caso, para que seja procedido ao escrutínio dos votos;
- XI - no caso de a votação por escrutínio secreto não atingir o quorum mínimo, o Presidente suspenderá a sessão pelo prazo de dez minutos, retomando os trabalhos após, para nova votação que, se não verificado o quorum mínimo, será adiada para a sessão seguinte.

Subseção III

Encaminhamento de Votação

- Art. 172. Anunciada uma votação, é lícito ao Vereador Líder de bancada, Autor ou Relator usar da palavra para encaminhá-la, pelo prazo de três minutos, ainda que se trate de proposição não sujeita a discussão ou que esteja em regime de urgência.
- §1º As questões de ordem e quaisquer incidentes supervenientes serão computados no prazo de encaminhamento do orador, se suscitados por ele ou com sua permissão.
- §2º Nenhum Vereador poderá falar mais de uma vez para encaminhar votação de proposição principal ou acessória.
- §3º Requerida a votação de uma proposição por partes, será lícito encaminhar a votação de cada parte.
- §4º O encaminhamento de votação não é permitido nas votações secretas, eleições e nos requerimentos.

Subseção IV

Dos Destaques

- Art. 173. Destaque é o ato de separar uma proposição de um grupo ou parte do texto de uma proposição, para possibilitar sua votação isolada pelo Plenário.
- §1º Também poderá ser defendida pelo Plenário a votação da proposição por títulos, capítulos, seções, grupos de artigos ou de palavras.
- §2º O requerimento escrito de destaque, assinado por no mínimo um terço dos membros desta Casa Legislativa, só será admitido antes de iniciada a votação.

Subseção V

Da Votação das Emendas e da Redação Final

- Art. 174. Havendo emendas, estas serão votadas preferencialmente aos respectivos substitutivos, bem como ao projeto original.
- §1º As emendas serão lidas e votadas uma a uma, respeitada a preferência para as emendas de autoria de Comissão, na ordem direta de sua apresentação.
- §2º Admitir-se-á pedido de preferência para a votação das emendas, respeitado o que dispõe o §1º deste artigo.
- §3º A requerimento de qualquer Vereador ou mediante proposta do Presidente, com o consentimento do Plenário, as emendas poderão ser votadas de forma global ou em grupos devidamente especificados.
- §4º Rejeitado o substitutivo ou o projeto original, as emendas eventualmente aprovadas restarão prejudicadas.
- §5º Os substitutivos serão votados preferencialmente em relação ao projeto original, na ordem inversa de suas apresentações.

- Art. 175. Terminada a votação, os projetos irão à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para a elaboração da redação final e o recebimento de parecer sobre a avaliação do processo legislativo.
- §1º É obrigatória a elaboração da redação final da proposição aprovada, com as respectivas emendas também aprovadas, não sendo admitida sua dispensa em nenhuma hipótese.
- §2º A redação final será elaborada dentro de duas sessões, para os projetos em tramitação ordinária, e de uma sessão para aqueles em regime de urgência.
- §3º No caso de a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final apresentar proposta de saneamento de irregularidade no trâmite da matéria, ficará a proposição sobrestada até que o Plenário delibere sobre a proposta da Comissão.
- §4º O prazo da Comissão para apresentação da proposta será o mesmo da redação final da proposição.
- §5º Quando, após aprovação da redação final, verificar-se inexistência do texto, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final procederá à respectiva correção, e a Mesa dará conhecimento ao Plenário e fará a devida comunicação ao Prefeito, se o projeto já tiver sido encaminhado à sanção, e não havendo impugnação considerará aceita a correção.
- §6º Aprovada a redação final, a Mesa terá o prazo de cinco dias para encaminhar o autógrafo à sanção.
- §7º Se, no prazo estabelecido, o Presidente não encaminhar o autógrafo, o seu substituto regimental o fará.
- §8º As resoluções da Câmara serão promulgadas pelo Presidente no prazo de cinco dias, após a aprovação da redação final, sendo que, se não o fizer, caberá ao Vice-Presidente exercer essa atribuição.

Subseção VI

Da Verificação da Votação

- Art. 176. É lícito ao Vereador solicitar a verificação do resultado da votação simbólica ou nominal, se não concordar com aquele proclamado pelo Presidente.

§1º Requerida a verificação de votação, será procedida a contagem, sempre pelo processo nominal.

§2º Nenhuma votação admitirá mais de uma verificação.

§3º Requerida a verificação, nenhum Vereador poderá ingressar ou ausentar-se do Plenário até ser proferido o resultado.

Subseção VII

Do Adiamento

Art. 177. O adiamento da votação da proposição poderá ser formulado até o momento anterior à votação da matéria em Plenário, por meio de requerimento verbal ou escrito, devendo ser especificado o número de Sessões Ordinárias do adiamento proposto, não superior a três sessões.

§1º O requerimento de adiamento é prejudicial à continuação da discussão ou votação da matéria a que se refira, até que o Plenário delibere a respeito.

§2º Somente o orador poderá propor o requerimento de adiamento, podendo assim proceder no momento em que estiver discutindo a matéria.

§3º Rejeitados todos os requerimentos formulados nos termos do §2º deste artigo, não se admitirão novos pedidos de adiamento com a mesma finalidade.

§4º O adiamento da votação somente poderá ser concedido por duas vezes para uma mesma proposição.

§5º Não admite adiamento de votação a proposição em regime de urgência.

Subseção VIII

Do arquivamento das proposições

Art. 178. O arquivamento de proposição se dará até o encerramento da sua discussão:

I – a requerimento escrito proposto pelo autor da matéria a ser arquivada, despachado de plano pelo Presidente, desde que o projeto não tenha recebido emenda ou substitutivo;

II - pelo Líder da Bancada no caso do inciso anterior, desde que ouvido o Plenário;

III - por requerimento escrito do autor ou do Líder da Bancada, sujeito a deliberação do Plenário quando a proposição tenha recebido emendas ou substitutivos.

§1º As proposições de autoria da Mesa ou de Comissão Permanente só poderão ser arquivadas mediante requerimento subscrito pela maioria dos respectivos membros.

§2º As proposições arquivadas na forma deste artigo somente poderão ser reapresentadas pelo mesmo autor no Período Legislativo subsequente, que terá preferência para a nova proposição.

Art. 179. No início de cada Legislatura, serão arquivados os processos relativos às proposições que, na data de encerramento da Legislatura anterior, não tenham sido submetidas a discussão.

§1º O disposto neste artigo não se aplica às proposições de iniciativa do Executivo.

§2º A proposição arquivada nos termos do presente artigo poderá voltar à tramitação regimental, desde que assim o requeira o Líder da Bancada ou seu autor.

§3º Em proposição de autoria da Mesa Diretora ou das Comissões Permanentes, a volta à tramitação ocorrerá por requerimento subscrito pela maioria dos seus membros.

§4º Não poderão ser desarquivadas as proposições consideradas inconstitucionais ou ilegais, ou as que tenham parecer contrário da Comissão de Mérito.

CAPÍTULO III

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

Seção I

Do Orçamento Público

Subseção I

Disposições Preliminares

Art. 180. Respeitadas as disposições expressas neste Capítulo para discussão e votação dos projetos de lei de caráter orçamentário, aplicar-se-ão, no que couber, as normas estabelecidas no Regimento para os demais projetos de lei.

Art. 181. Quando o Projeto de Lei Orçamentária for incluído em pauta de Sessão Ordinária, esta comportará duas fases:

I – Expediente do Dia;

II - Ordem do Dia, em que o projeto de lei de caráter orçamentário figurará como primeiro item, seguido, na ordem regimental, por vetos e projetos de lei com prazo estabelecido para apreciação.

Subseção II

Do Processo Legislativo Orçamentário

Art. 182. O projeto do Plano Plurianual - PPA, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato governamental subsequente, será recebido até 31 de agosto do primeiro exercício financeiro do Governo Municipal empossado e devolvido para sanção até o encerramento do ano legislativo.

Art. 183. O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO será recebido até 15 de abril de cada exercício financeiro e devolvido, para sanção, até o encerramento do primeiro período ordinário semestral do ano legislativo, que não poderá ser interrompido antes de sua aprovação em Plenário.

Art. 184. O projeto de Lei do Orçamento Anual - LOA será recebido até 15 de outubro de cada exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

Art. 185. Recebidos do Poder Executivo os projetos de Lei de Plano Plurianual - PPA, de Diretrizes Orçamentárias - LDO e de Orçamento Anual - LOA, o Presidente determinará sua autuação, independente de leitura, sendo desde logo enviados à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, providenciando-se ainda sua publicação e distribuição de avulsos por meio eletrônico aos Vereadores.

§1º A Comissão referida no caput apresentará, no prazo máximo de dez dias de seu recebimento, parecer preliminar sobre a matéria, versando sobre o aspecto formal da proposição.

§2º O parecer preliminar será publicado no prazo máximo de quarenta e oito horas.

§3º Após a publicação do parecer preliminar, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação terá o prazo máximo e improrrogável de oito dias para realizar audiência(s) pública(s), nos termos deste Regimento Interno.

§4º Realizada audiência pública, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação abrirá prazo de três dias úteis para apresentação de emendas parlamentares, vedada a sua proposição pela Mesa Diretora, bem como pelas Comissões.

§5º Decorrido o prazo determinado no parágrafo anterior, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação disporá de cinco dias úteis para deliberar sobre o parecer final do relator, que deverá apresentá-lo à comissão no prazo máximo de três dias úteis, abrindo-se vista aos demais membros da comissão pelo prazo restante.

§6º O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem retificativa à Câmara Municipal para propor a modificação dos projetos de lei de caráter orçamentário até a apresentação do parecer final pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

§7º Concluído o parecer final, o projeto será devolvido à Mesa Diretora, que publicará o parecer no prazo de quarenta e oito horas, distribuindo-o em avulso por meio eletrônico a todos os Vereadores.

Art. 186. Os projetos de que trata o artigo anterior serão incluídos na Ordem do Dia da Sessão Legislativa seguinte para discussão e votação em turno único.

§1º Caso haja requerimento pedindo destaque para as emendas, estas serão apreciadas preferencialmente ao projeto.

§2º A partir do instante em que o Presidente declarar a matéria com discussão encerrada, poderá ser solicitada palavra para encaminhamento da votação, por meio do Líder do Partido ou do Bloco, que poderá falar apenas uma vez para propor a seus pares a orientação quanto ao mérito da matéria a ser votada.

§3º Aprovado o Projeto com emendas, retornará à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação para, dentro do prazo máximo e improrrogável de cinco dias, elaborar a redação final, findo o qual será submetido à deliberação do Plenário.

§4º O Presidente prorrogará de ofício as sessões até a finalização da discussão e votação da matéria.

§5º A apreciação de projetos que visem alterar as Leis Orçamentárias vigentes tramitarão, ordinariamente, na forma deste Regimento.

Art. 187. A Câmara não entrará em recesso sem que tenha aprovado, respectivamente, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e o projeto de Lei do Orçamento Anual - LOA.

Seção II

Da Consolidação das Leis

Art. 188. Consolidação é a reunião das diversas leis em vigor sobre o mesmo assunto, para sistematizá-las.

§1º O processo de Consolidação será regido por lei complementar municipal própria.

§2º A consolidação de leis municipais poderá ter iniciativa conjunta dos Poderes Legislativo e Executivo.

§3º Não caberá regime de urgência nos processos de consolidação de leis.

Seção III

Da Tomada de Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal

Art. 189. Tendo a Câmara Municipal recebido Parecer Prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Município, o Presidente determinará o envio do processo à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, que terá o prazo de quinze dias para apresentar ao Plenário seu pronunciamento, acompanhado do Projeto de Decreto Legislativo, pela aprovação ou pela rejeição das Contas.

§1º Aos Vereadores cabe encaminhar à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, no prazo do caput deste artigo, pedidos de informações sobre determinados pontos da prestação de contas.

§2º A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, para exarar parecer sobre as contas ou para responder os pedidos de informação dos Vereadores sobre a matéria, poderá realizar quaisquer diligências e vistorias externas, bem como, mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar documentos na Prefeitura pertinentes ao assunto.

§3º O Projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação aberta, ficando assegurado ao prestador das contas o direito ao contraditório e à ampla defesa, podendo requerer a produção de provas, sustentação oral no dia da sessão de julgamento, pelo prazo máximo de sessenta minutos, inclusive sendo-lhe facultada a constituição de advogado para representá-lo em todas as etapas da apreciação e do julgamento das suas contas anuais.

§4º O quorum para rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas é de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§5º Não serão admitidas emendas ao Projeto de Decreto Legislativo sobre o julgamento das Contas do Município.

§6º Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, o Projeto de Decreto Legislativo conterá os motivos da discordância.

§7º A Mesa comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas, ao Executivo e, se rejeitadas as contas, remetê-las-á imediatamente ao Ministério Público para as providências devidas.

§8º É vedado à Câmara julgar contas mensais ou anuais que ainda não tiverem recebido Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado.

§9º O julgamento das contas do Prefeito será realizado em até noventa dias, contados da data da sessão em que for procedida à leitura do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.

§10 Decorrido o prazo de noventa dias sem deliberação, as contas serão incluídas na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se proceda à votação.

§11 Na apreciação das contas, a Câmara Municipal poderá, em deliberação por maioria simples, converter o processo em diligência ao Prefeito do exercício correspondente, abrindo vistas pelo prazo de trinta dias, para que sejam prestados os esclarecimentos julgados convenientes.

§12 A Câmara Municipal poderá, antes do julgamento das contas, em deliberação por maioria simples, de posse dos esclarecimentos prestados pelo Prefeito, ou à vista de fatos novos que evidenciem indícios de irregularidades, devolver o processo ao Tribunal de Contas do Estado para reexame e novo parecer.

§13 O prazo previsto no §9º deste artigo interrompe-se durante o recesso da Câmara Municipal e suspende-se quando o processo sobre as contas for devolvido ao Tribunal de Contas do Estado para reexame e novo parecer.

Art. 190. À Câmara Municipal cabe o controle financeiro externo, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreendendo o acompanhamento e o controle da execução orçamentária e do patrimônio e a apreciação e o julgamento das contas do Município.

§1º O Prefeito Municipal encaminhará à Câmara, até o dia 30 de cada mês, as contas do Município relativas ao mês anterior.

§2º O Prefeito Municipal encaminhará as contas anuais do Município até 28 de fevereiro de cada ano à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado.

§3º Se até o prazo do artigo anterior não tiverem sido apresentadas as contas do Município à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação o fará em trinta dias.

§4º As contas anuais do Município ficarão disponíveis durante todo o exercício na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei.

Seção IV

Da Declaração de Utilidade Pública

Art. 191. O Projeto de Lei para declaração de utilidade pública municipal a entidades civis sem fins lucrativos será acompanhado dos seguintes documentos:

I – certidão de registro público;

II – cópia autêntica da ata de fundação;

III – cópia autenticada do seu estatuto, que comprove o fim social da entidade quanto ao seguinte, alternativamente:

a) filantropia;

b) assistência a pessoas portadoras de deficiência;

c) assistência a trabalhadores;

d) assistência médico-sanitária;

e) ensino;

f) ecologia;

g) civismo;

h) cultura, arte, ciência;

i) esporte, recreação, educação física;

j) assistência à maternidade, à infância, à velhice;

IV – relatório, assinado pelo Presidente, das atividades da instituição nos últimos doze meses;

V – declaração de que seus dirigentes não são remunerados;

VI – cópia autêntica de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ.

Parágrafo único. Analisando o mérito da proposição, a Comissão de Serviços Públicos (Agricultura, Obras, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e Desporto, Comércio e Turismo) poderá proceder a vistoria na instituição.

Seção V

Da Concessão de Títulos Honoríficos

Subseção I

Disposições Preliminares

Art. 192. A entrega dos Títulos Honoríficos será feita em Sessão Solene, especialmente para esse fim convocada.

Parágrafo único. Poderão fazer uso da palavra o Presidente, os Vereadores, os convidados e as autoridades designadas pelo cerimonial.

Art. 193. Para discutir o projeto de Decreto para concessão de título honorífico, cada Vereador poderá dispor de até cinco minutos.

Art. 194. Os signatários serão considerados fiadores das qualidades excepcionais da pessoa que se desejar homenagear e da relevância dos serviços que tenha prestado e não poderão retirar suas assinaturas depois de recebida a proposição pela Mesa.

Subseção II

Título de Cidadão Honorário

Art. 195. A Câmara Municipal poderá conceder Título Honorífico a personalidades nacionais ou estrangeiras, radicadas no País, comprovadamente dignas da honraria, mediante Decreto Legislativo aprovado em votação secreta de, no mínimo, dois terços dos seus membros. Parágrafo único. O projeto de concessão de Título Honorífico deverá vir acompanhado, como registro essencial, de circunstanciada biografia da pessoa que se deseja homenagear.

Art. 196. Cada Vereador poderá figurar como primeiro signatário em proposição que vise à concessão de Título de Cidadão Honorário apenas duas vezes por Legislatura.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput do presente artigo os casos de rejeição ou pedido de arquivamento da matéria em questão, oportunidade em que o autor poderá oferecer novo projeto dessa natureza.

Seção VI

Das Alterações e da Reforma do Regimento Interno

Art. 197. O projeto de Resolução que vise alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno somente será admitido quando proposto:

- a) por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
- b) pela Mesa;
- c) pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final; ou
- d) por Comissão Especial para esse fim constituída.

Parágrafo único. O projeto de Resolução a que se refere este artigo será dado por definitivamente aprovado caso seja obtido o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, em votação única.

Seção VII

Da Urgência

Art. 198. A urgência é a abreviação de prazos do processo legislativo ordinário, em virtude de interesse público relevante, para que determinada proposição seja logo considerada até sua decisão final.

Art. 199. A urgência poderá ser determinada:

- I - pela Mesa, em projetos de sua autoria, por decisão da maioria de seus membros e aprovada por dois terços do Plenário;
- II - a requerimento subscrito no mínimo por um terço dos Vereadores, aprovado por dois terços do Plenário;
- III - pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. A solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo Prefeito Municipal depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo.

Art. 200. Os projetos com regime de urgência sujeitam-se ao seguinte procedimento:

- I - numerados e protocolados, serão encaminhados à consultoria jurídica, independente da leitura resumida no Expediente do Dia;
- II - instruídos com o parecer da consultoria jurídica, que terá prazo improrrogável de cinco dias, serão encaminhados às comissões permanentes competentes, que deverão formar juízo sobre a matéria em prazo improrrogável de quinze dias;
- III - instruídos com os pareceres das comissões, ou vencido o prazo para tal, serão encaminhados à Ordem do Dia da sessão imediata para votação;
- IV - não apreciados em prazo de 30 dias, aplicar-se-á o disposto no §1º do art. 39 da Lei Orgânica do Município.

Art. 201. Esgotado o prazo de trinta dias de seu recebimento pela Câmara sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

Parágrafo único. As proposições em regime de urgência não admitem adiamento de discussão ou votação.

Art. 202. Não são passíveis de tramitar em regime de urgência as propostas de emenda à Lei Orgânica, os projetos de lei oriundos do Executivo que versarem sobre matéria orçamentária e os projetos de lei complementares.

Art. 203. Aplica-se a esta seção, no que couber, as normas dos projetos em tramitação ordinária.

Seção VIII

Da Apreciação dos Vetos

Art. 204. Recebido o veto do Prefeito Municipal, este será lido em Plenário, sendo despachado a autuação e análise imediata da consultoria jurídica, que terá prazo improrrogável de cinco dias para apresentar seu parecer instrutivo.

Parágrafo único. Instruído com o parecer da consultoria jurídica, o veto será remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, que terá prazo improrrogável de dez dias para oferecer seu parecer conclusivo, devendo ser incluído na Ordem do Dia da sessão imediata.

Art. 205. Não sendo apreciado no prazo legal de vinte dias, proceder-se-á conforme o disposto no §6º do art. 40 da Lei Orgânica do Município.

TÍTULO V

DAS SESSÕES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 206. As Sessões da Câmara Municipal serão:

- I - Ordinárias;
- II - Extraordinárias;
- III - Solenes;
- IV – Especiais.

Art. 207. O recinto do Plenário é, em sessão, privativo de:

- I – Vereador;
- II - convidados em visitas oficiais;
- III - servidores da Câmara Municipal, quando em serviço de interesse específico, em auxílio à Mesa Diretora, podendo inclusive manifestar-se para prestar quaisquer esclarecimentos que a Mesa ou qualquer Vereador solicitarem;
- IV - cidadãos autorizados pela Mesa Diretora.

Art. 208. Ausente à hora regimental o Presidente, bem como os seus substitutos, assumirá a Presidência da sessão o Vereador mais votado dentre os presentes, que convocará outros para secretariá-lo.

Parágrafo único. A composição provisória dirigirá a sessão até que compareça membro titular da Mesa Diretora, que imediatamente assumirá os trabalhos.

Art. 209. A sessão poderá ser suspensa:

I - pelo Presidente:

- a) no caso de visita de convidados oficiais, bem como de pessoas ilustres, vedada apenas a interrupção da Ordem do Dia;
- b) por ordem judicial;

II – por decisão do Plenário, a requerimento verbal sumário, para:

- a) reunião de comissão interna, nos casos em que o projeto a ser discutido estiver em regime de urgência;
- b) outro motivo de interesse público para o bom andamento ulterior da sessão.

§1º A suspensão levada a efeito pelo Presidente, nos casos previstos na alínea “a” do inciso I deste artigo, será por tempo indeterminado, e o tempo da paralisação não será deduzido do tempo reservado à sessão, que terá a sua duração regular.

§2º A suspensão deliberada pelo Plenário, nos casos previstos no inciso II deste artigo, terá duração máxima de trinta minutos, deduzindo-se o tempo que durar a suspensão daquele reservado à sessão.

Art. 210. Qualquer cidadão pode assistir às sessões, desde que não atrapalhe o bom andamento dos trabalhos, sendo vedada a interpelação dos Vereadores.

§1º O Presidente, se necessário, fará retirar o cidadão impertinente ou evacuar o recinto reservado à comunidade.

§2º Não haverá sessão em caráter secreto.

Art. 211. Para os efeitos legais, considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, participando dos trabalhos do Plenário e das votações.

§1º Para os fins deste artigo, o livro de presença será recolhido pelo Presidente quando do início da Ordem do Dia, devendo o Secretário escrever, com tinta vermelha, os nomes dos Vereadores ausentes nos locais destinados a sua assinatura.

§2º Ao final da sessão, o Secretário fará constar do livro de presença os nomes dos Vereadores que, embora o tenham assinado até a hora legal, deixaram de participar dos trabalhos do Plenário e das votações, retirando-se da sessão.

§3º A verificação de presença constará dos anais da Câmara Municipal.

CAPÍTULO II

DA SESSÃO ORDINÁRIA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 212. A Câmara Municipal de Zortéa realizará mensalmente, no mínimo, quatro Sessões Ordinárias, independentemente de convocação, sempre nas quatro primeiras terças-feiras de cada mês.

§1º Recaindo os dias de sessão em feriados ou ponto facultativo, a sessão será realizada no dia útil imediato, salvo se o Plenário, por Resolução, houver fixado dia diverso, a requerimento de qualquer Vereador.

§2º A Câmara Municipal não realizará mais de uma Sessão Ordinária por dia.

Art. 213. As Sessões Ordinárias terão início às dezenove horas, mediante presença de um terço dos Vereadores, assim verificada em chamada nominal.

Art. 214. Não havendo número legal, o Presidente aguardará até quinze minutos, prazo este em que, persistindo a ausência de Vereadores, dar-se-á por encerrada a sessão, lavrando-se ata negativa em que figurarão os presentes, despachando-se os documentos constantes do expediente.

Art. 215. À hora regimental, o Presidente declarará aberta a sessão.

Art. 216. A Sessão Ordinária, com duração máxima de duas horas, prorrogáveis a requerimento de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário, divide-se em três partes sucessivas:

I - Expediente do Dia;

II - Ordem do Dia;

III - Palavra Livre e uso da tribuna.

Parágrafo único. A sessão será encerrada antes da hora regimental, lavrando-se ata negativa, com o registro dos presentes, bem como do expediente do dia, nos seguintes casos:

I - por falta de quorum regimental para a abertura ou continuação dos trabalhos;

II - em caráter excepcional, por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade ou alta personalidade ou por grande calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante deliberação do Plenário em requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos Vereadores;

III - tumulto grave; ou

IV - por determinação judicial.

Seção II

Do Expediente do Dia

Art. 217. O Expediente do Dia destina-se a:

I - aprovação da ata da sessão anterior, ficando dispensada a leitura, salvo se houver requerimento verbal de pelo menos um terço dos Vereadores presentes;

II - leitura resumida dos documentos oficiais endereçados à Câmara Municipal, para os quais seja necessário dar a devida publicidade;

III - apresentação de recurso de Vereador contra ato da Mesa ou de Comissão;

IV - outros comunicados a juízo do Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Os Vereadores poderão solicitar a remessa, por via eletrônica, dos documentos apresentados no expediente.

Art. 218. Findo o Expediente, passar-se-á à Ordem do Dia.

Seção III

Da Ordem do Dia

Art. 219. A Ordem do Dia destina-se à discussão e votação de:

I - requerimentos, moções e recursos cuja deliberação seja de alçada do Plenário;

II - proposições aptas, assim consideradas aquelas que tenham encerrado suas tramitações pelas respectivas comissões de mérito e tenham sido incluídas pelo Presidente da Câmara na pauta da Ordem do Dia.

§1º Quando, no curso de uma votação de projeto específico, esgotar-se o tempo destinado à Ordem do Dia, esta será prorrogada até que seja concluída a apreciação da matéria.

§2º A pauta da sessão deverá estar à disposição dos Vereadores por meio eletrônico com antecedência mínima de duas horas antes do início da sessão.

Art. 220. A realização da Ordem do Dia será condicionada à presença da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 221. As matérias incluídas na pauta deverão ser agrupadas de acordo com o seguinte critério de prioridade:

I - proposições com prazo legal:

a) vetos e emendas;

b) projetos do executivo com pedido de urgência;

c) projetos de Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual;

d) projetos do Legislativo;

II - matérias com urgência parlamentar;

III - parecer de redação final;

IV - demais matérias, ordenadas segundo a cronologia de suas proposições.

Art. 222. A Ordem do Dia só será modificada no caso de:

I - adiamento de votação de proposição, desde que solicitada pelo autor da matéria ou pelo Líder do governo na Câmara Municipal, no caso dos projetos de autoria do Poder Executivo;

II - inserção de projetos que estejam em regime de urgência;

III - inversão de pauta;

IV - determinação judicial.

Art. 223. A Ordem do Dia terá item único no caso de discussão e votação dos projetos de leis que tratem das matérias orçamentárias.

Seção IV

Da Palavra Livre

Art. 224. A Palavra Livre será dividida proporcionalmente entre Vereadores, partidos ou blocos com assento na Câmara Municipal, sendo, no máximo, utilizada por dez minutos para cada um, mesmo que os demais Vereadores, partidos ou blocos não utilizem o tempo, de acordo com o número respectivo de Vereadores integrantes, e será destinada aos pronunciamentos dos oradores, conforme relação de rodízio dos Vereadores em anexo à Mesa Diretora, para falar sobre:

I - atitudes ou iniciativas pessoais referentes ao mandato de Vereador;

II - questões de interesse público do Município;

III - outras questões de interesse relevante.

Parágrafo único. A ordem dos pronunciamentos obedecerá à ordem dos Vereadores de que trata o caput deste artigo, podendo, entretanto, ser alterada mediante comunicado dos interessados ao Presidente.

Art. 225. Já não havendo orador, ou esgotado o tempo destinado à Palavra Livre ou à Tribuna, será encerrada a Palavra Livre.

Seção V

Da Tribuna da Câmara

Art. 226. A Câmara Municipal realizará, sempre na primeira Sessão Ordinária mensal, no horário destinado à Palavra Livre, a Tribuna da Câmara Municipal, oportunidade em que entidades representativas do Município poderão dispor de até trinta minutos para discorrer sobre assuntos de interesse do Município.

§1º O tempo previsto será distribuído entre até três oradores devidamente inscritos mediante ofício ao Presidente da Câmara Municipal, com antecedência mínima de dez dias, desde que comprovada a regularidade da entidade por meio da apresentação de seu Estatuto Social, cópia da ata em cuja reunião se deliberou o assunto a ser discorrido e a inscrição de seu representante.

§2º O tempo inutilizado na forma do parágrafo anterior será destinado à Palavra Livre.

CAPÍTULO III

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Art. 227. A Sessão Extraordinária ocorrerá a qualquer tempo, vedado apenas iniciá-la no horário reservado à sessão ordinária.

Art. 228. A convocação da Sessão Extraordinária, sempre justificada, será feita:

I - pelo Presidente da Câmara, durante o período ordinário;

II - pelo Prefeito, no período ordinário e de recesso;

III - por iniciativa da maioria absoluta dos Vereadores, em qualquer dos períodos.

§1º Para a realização de reunião extraordinária, deverá constar na convocação:

a) a exposição de motivos;

b) a matéria propriamente dita a ser apreciada.

§2º A convocação solicitada pelo Presidente da Câmara deverá ser feita com antecedência de:

I - vinte e quatro horas, quando feita durante a reunião ordinária; neste caso, a comunicação será inserida em Ata, ficando automaticamente cientificados todos os Vereadores presentes à reunião;

II - três dias, quando feita a convocação por meio de expediente dirigido a cada Vereador.

§3º A convocação pelo Prefeito será feita mediante ofício dirigido ao Presidente da Câmara, comunicando o período da convocação; de posse do ofício, o Presidente:

I - durante o período ordinário de reuniões, procederá nos termos do §2º deste artigo;

II - durante o recesso, cientificará os Vereadores, com sete dias de antecedência, por meio de citação pessoal.

§4º Na omissão do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente deverá cientificar diretamente os Vereadores, igualmente, com antecedência mínima de sete dias, por meio de citação pessoal.

§5º Durante a convocação extraordinária, será apreciada apenas a matéria que motivou a convocação, vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação; será computada a ausência do Vereador para fins de extinção de mandato, na forma deste Regimento.

Art. 229. As Sessões Extraordinárias se realizarão com a seguinte sequência:

I - chamada e verificação do quorum para início da reunião;

II - abertura da reunião;

III - leitura, discussão e votação da Ata, se for o caso;

IV - leitura do motivo da reunião e do seu expediente específico da Ordem do Dia;

V - Ordem do Dia com matéria específica que gerou a reunião;

VI - encerramento da reunião.

Parágrafo único. A autoconvocação da Câmara Municipal no período de recesso parlamentar será efetivada mediante ofício ao Presidente, subscrito pela maioria absoluta dos Vereadores, com antecedência mínima de quarenta e oito horas.

Art. 230. Durante o período da convocação extraordinária, as Comissões Permanentes se reunirão conjuntamente para análise concomitante e definitiva das proposições objeto da convocação.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, os pedidos de vista serão coletivos, pelo prazo máximo de vinte e quatro horas.

CAPÍTULO IV

DA SESSÃO SOLENE

Art. 231. A Sessão Solene, convocada pelo Presidente, destina-se a:

I - instalação de legislatura;

II - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

III - entrega de títulos honoríficos e demais honrarias.

§1º A Sessão Solene será aberta pelo Presidente independentemente de quorum, tendo tempo de duração indeterminado.

§2º Somente poderão fazer uso da palavra o Presidente, os Vereadores e os convidados e autoridades designadas pelo cerimonial.

§3º As Sessões Solenes não serão remuneradas.

CAPÍTULO V

DA SESSÃO ESPECIAL

Art. 232. A Sessão Especial, convocada pelo Presidente, atendendo a requerimento de um terço de Vereadores, aprovado por decisão de maioria absoluta do Plenário, destina-se à comemoração de fato histórico ou relevante para o Município, ou à realização de palestra ou de debates sobre assuntos de relevante interesse público, somente sendo admitida neste caso quando esgotado o tema no âmbito das Comissões.

Parágrafo único. A Sessão Especial será aberta pelo Presidente independentemente de quorum, tendo tempo de duração indeterminado.

CAPÍTULO VI

DO USO DA PALAVRA

Art. 233. O Vereador fará uso da palavra durante as sessões segundo as seguintes normas:

I - os Vereadores utilizarão a Tribuna nos seguintes casos:

a) como oradores, desde que devidamente inscritos;

b) para discussão de proposição, ou de seus respectivos pareceres;

II - ao falar no Plenário, o Vereador deverá fazer uso do microfone;

III - a nenhum orador será permitido falar ou iniciar seu pronunciamento sem que lhe seja facultada a palavra pelo Presidente;

IV - exceto para solicitar aparte, nenhum Vereador poderá interromper o orador que estiver na Tribuna;

V - se o Vereador pretender falar sem que lhe tenha sido dada a palavra ou permanecer na Tribuna além do tempo que lhe for concedido, o Presidente o advertirá, convidando-o a tomar assento;

VI - se, apesar da advertência e do convite, o Vereador insistir em falar, o Presidente dará seu discurso por terminado;

VII - sempre que o Presidente der por terminado um discurso, a secretaria deixará de apanhá-lo e serão desligados os microfones;

VIII - se o Vereador ainda insistir em falar e em perturbar a ordem ou o andamento regimental da sessão, o Presidente poderá suspendê-la;

IX - dirigindo-se a qualquer de seus pares, o Vereador dar-lhe-á tratamento de "Senhor", de "Excelência", de "Nobre Colega" ou de "Vereador";

X - nenhum Vereador poderá referir-se a seus pares e de modo geral a qualquer representante do poder público de forma descortês ou injuriosa.

Parágrafo único. Para as questões de ordem e apartes, é dispensável a utilização da Tribuna, podendo o Vereador utilizar a palavra diretamente de seu assento.

Art. 234. As questões de ordem serão deferidas para:

I - reclamar contra preterição de formalidade regimental;

II - suscitar dúvida sobre interpretação do Regimento, ou quando este for omissivo, e propor o melhor andamento dos trabalhos;

III - na qualidade de Líder, dirigir comunicação à Mesa Diretora;

IV - solicitar a censura do Presidente a qualquer pronunciamento de outro Vereador que contenha expressão, frase ou conceito que considerar injuriosos; ou

V - solicitar do Presidente esclarecimentos sobre assuntos de interesse da Câmara Municipal.

§1º Não se admitirão questões de ordem:

I - quando, na direção dos trabalhos, o Presidente estiver com a palavra;

II - na fase dos expedientes do dia;

III - quando houver orador na Tribuna; ou

IV - quando o Plenário estiver em regime de votação.

§2º A questão de ordem deverá ser respondida preferencialmente de maneira imediata ou, não sendo possível, dentro da maior brevidade possível.

Art. 235. O tempo de que dispõe o Vereador para o uso da palavra será controlado pelo Secretário para conhecimento do Presidente e começará a fluir no instante em que esta lhe for facultada.

§1º O orador não será interrompido em seu pronunciamento, salvo:

a) para que o Presidente dê conhecimento ao Plenário de requerimento de prorrogação da sessão e para colocá-lo em votação;

b) para que o Presidente faça comunicação de caráter urgente e inadiável à Câmara Municipal;

c) para que seja recepcionada autoridade ou personalidade de excepcional relevo; ou

d) para que o Presidente suspenda ou encerre a sessão em caso de tumulto grave.

§2º Quando, por qualquer motivo que não a concessão de apartes, o orador for interrompido em seu pronunciamento, o prazo de

interrupção lhe será integralmente restituído.

Art. 236. O tempo de que dispõe o Vereador para falar é assim fixado:

I - para pedir retificação da ata ou impugná-la: três minutos;

II - durante a palavra livre, o tempo atribuído a cada Vereador será dividido proporcionalmente, nos termos deste Regimento;

III - na discussão de:

a) veto: cinco minutos;

b) parecer de redação final: três minutos;

c) projetos: três minutos;

d) para discutir parecer das Comissões Permanentes: três minutos;

e) parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre contas do Prefeito: cinco minutos;

f) processo de destituição da Mesa Diretora ou de membros da Mesa Diretora: cinco minutos para cada Vereador e vinte minutos para o relator e para o denunciado;

g) processo de cassação de mandato de Vereador ou de responsabilidade do Prefeito: quinze minutos para cada Vereador e duas horas para o denunciado e/ou seu procurador;

h) recursos: cinco minutos;

i) moções: três minutos;

j) requerimentos: três minutos;

k) defesa do prestador de contas: uma hora;

IV - para encaminhamento de votação: três minutos;

V - para declaração de voto: dois minutos;

VI - em questão de ordem: três minutos;

VII - para solicitar esclarecimentos a Secretários, dirigentes de órgãos da administração direta ou de empresas públicas, economia mista, autarquias e fundações e intendentes: três minutos;

VIII - em aparte: dois minutos.

CAPÍTULO VII

DOS APARTES

Art. 237. Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador para indagação, esclarecimento ou contestação.

Parágrafo único. É vedado ao Presidente ou a qualquer Vereador no exercício da Presidência apartear o orador na Tribuna.

Art. 238. Não serão permitidos apartes:

I - à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;

II - paralelos e cruzados;

III - quando o orador esteja encaminhando a votação, declarando voto, falando sobre ata, ou em questão de ordem;

IV - quando o Vereador já tiver aparteado o orador.

§1º Os apartes se subordinarão às disposições relativas aos debates, em tudo o que lhes for aplicável.

§2º Não serão publicados os apartes proferidos em desacordo com os dispositivos regimentais e assim declarados pelo Presidente.

CAPÍTULO VIII

DAS ATAS

Art. 239. De cada sessão da Câmara Municipal será lavrada ata dos trabalhos contendo o nome dos Vereadores presentes, além de uma exposição sucinta dos assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário na sessão subsequente.

§1º A inserção de documentos em ata será objeto de requerimento subscrito por um terço dos membros da Câmara Municipal e aprovado pela maioria do Plenário.

§2º Não havendo pedidos de retificação ou impugnação, a ata será colocada em votação.

§3º Não sendo contestado o pedido de retificação, a ata será aprovada com a modificação proposta.

§4º Não havendo consenso quanto à retificação da ata, o Plenário deliberará a respeito.

§5º O pedido de impugnação da ata terá como fundamento a sua total nulidade ou o descabimento com os fatos ocorridos na sessão e será objeto de deliberação do Plenário.

§6º Aprovada a ata, será ela assinada pelo Presidente e pelos membros da Mesa Diretora.

Art. 240. A ata da última sessão da legislatura será redigida de forma resumida para apreciação e aprovação, com qualquer número nessa mesma sessão, colhendo-se as assinaturas dos Vereadores presentes, antes de encerrar-se a sessão.

TÍTULO VI

DA CONVOCAÇÃO DE SECRETÁRIO E OUTROS AGENTES

Art. 241. Os Secretários e titulares de órgãos da Administração direta ou indireta e de entidades paraestatais poderão ser convocados pela Câmara Municipal para prestar informações que lhes forem solicitadas sobre assuntos de suas competências administrativas, importando crime de responsabilidade, na forma da legislação federal em vigor, a ausência sem justificação adequada.

§1º A convocação será feita por meio de requerimento subscrito por no mínimo um terço dos Vereadores, discutido e votado, sem encaminhamento de votação nem declaração de voto.

§2º O requerimento limitará a convocação a matéria de competência privativa do convocado.

§3º Aprovado o requerimento de convocação, o presidente da Câmara Municipal expedirá o respectivo ofício ao convocado, enviando-lhe cópia autêntica do requerimento e determinando-lhe o dia e a hora de seu comparecimento, nos termos da Lei Orgânica do Município.

§4º No dia e hora estabelecidos, a Câmara reunir-se-á em Sessão Extraordinária com o fim específico de ouvir o convocado.

§5º O Presidente da Câmara Municipal dará ciência da convocação ao Prefeito.

Art. 242. Independentemente de convocação, poderão os secretários e titulares dos órgãos da administração direta e indireta comparecer à Câmara Municipal, em dia e hora previamente estabelecidos, para prestar esclarecimentos sobre qualquer matéria, quando julgar oportuno fazê-lo pessoalmente.

§1º Na Sessão Extraordinária convocada para esse fim, o convocado fará uma exposição inicial sobre os motivos que o levaram a comparecer à Câmara Municipal, respondendo a seguir às interpelações que eventualmente lhe sejam dirigidas pelos Vereadores.

§2º Ao comparecimento dos agentes à Câmara Municipal, nos termos do presente artigo, aplicam-se as disposições do artigo anterior.

Art. 243. Sempre que comparecerem à Câmara Municipal, os agentes mencionados terão assento à direita da Mesa Diretora.

Art. 244. Poderá o Prefeito comparecer à Câmara, em dia e hora previamente estabelecidos, para prestar esclarecimentos sobre matéria que julgar oportuna expor pessoalmente.

Parágrafo único. Na Sessão Extraordinária convocada para este fim, o Prefeito fará uma exposição sobre os motivos que o levaram a comparecer à Câmara, respondendo às indagações que eventualmente sejam feitas pelos Vereadores.

Art. 245. Sempre que comparecer à Câmara, o Prefeito terá assento à Mesa, à direita do Presidente.

TÍTULO VII

DAS INTERPRETAÇÕES E DA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

Art. 246. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, e as soluções constituirão precedentes regimentais.

Parágrafo único. Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação na solução de casos análogos.

Art. 247. Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa fará a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento Interno, bem como dos precedentes adotados, sob a forma de Resolução.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 248. Salvo disposição regimental em contrário, os prazos assinalados em dias, sessões ou reuniões serão computados respectivamente como dias corridos, por Sessões Ordinárias da Câmara ou reuniões ordinárias das Comissões efetivamente realizadas, e os fixados por mês serão contados de data a data.

§1º Exclui-se do cômputo o dia inicial e inclui-se o do vencimento.

§2º Os prazos, salvo disposição em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso da Câmara Municipal.

Art. 249. Este Regimento poderá ser revisado após a sua promulgação por deliberação de maioria absoluta do Plenário, mediante discussão e votação.

Art. 250. A Secretaria da Câmara Municipal fará reproduzir periodicamente este Regimento Interno, enviando cópias à Biblioteca Pública Municipal, ao Prefeito, a cada um dos Vereadores e às entidades interessadas.

Art. 251. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, passando a surtir efeito a partir de 1º de janeiro de 2013.

Art. 252. Esta Resolução revoga as disposições em contrário, especialmente o Regimento Interno anterior, datado de 30 de junho de 1998.

Associações

FECAM

TERMO DE SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE CHAPA PARA ELEIÇÃO FECAM - 2017/2018

TERMO DE SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE CHAPA PARA ELEIÇÃO FECAM

Período: 2017/2018

CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: ADELIANA DAL PONT (PSD) - Prefeita de São José
1º Vice-presidente: VOLNEI JOSÉ MORASTONI (PMDB) - Prefeito de Itajaí
2ª Vice-presidente: SISI BLIND (PP) - Prefeita de São Cristóvão do Sul
3º Vice-presidente: SAULO SPEROTTO (PSDB) - Prefeito de Caçador
1º Secretário: PAULO ROBERTO WEISS (PT) - Prefeito de Rodeio
2º Secretário: MARLON ROBERTO NEUBER (PR) - Prefeito de Itapoá

CONSELHO FISCAL – Titulares

ADEMIR MAGAGNIN (PP) - Prefeito de Cocal do Sul
SADI INÁCIO BONAMIGO (PT) - Prefeito de Descanso
JULIANO POZZI PEREIRA (PSDB) - Prefeito de Irineópolis
RICARDO LUIS MALDANER (PMDB) - Prefeita de Modelo
THIAGO COSTA (PSB) - Prefeito de Rio Rufino
ADELI JOSÉ RIFFEL (PR) - Prefeito de São Bernardino
JOARES CARLOS PONTICELLI (PP) - Prefeito de Tubarão
LÍRIO DAGORT (PSD) - Prefeito de Xaxim

CONSELHO FISCAL – Suplentes

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA (PSD) - Prefeito de Brunópolis
JOÃO CARLOS GOTTARDI (PP) - Prefeito de Corupá
ÉDER MATTOS (PSB) - Prefeito de Meleiro
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL (PMDB) - Prefeito de Nova Erechim
NEUSA KLEIN MARASCHINI (PP) - Prefeita de Peritiba
MAURO DRESCH (PSD) - Prefeito de Treze Tílias
GEOVANA GESSNER (PMDB) - Prefeita de Trombudo Central

O registro desta chapa foi efetuado às 14 horas e 30 minutos, do dia 18/01/2017, pela Prefeita de São José, Adeliana Dal Pont, junto à Diretoria de Articulação Institucional da FECAM.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita de São José

Consórcios

AGIR

CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR - RETIFICAÇÃO

CONVOCAÇÃO – RETIFICAÇÃO:

REUNIÃO ORDINÁRIA – COMITÊ DE REGULAÇÃO

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, nomeado pela Resolução nº 025/2016, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 36 e 40 com seus parágrafos seguintes do Regimento Interno da AGIR, COMUNICA que por razões de interesse e conveniência a REUNIÃO ORDINÁRIA da AGIR será realizada na seguinte data e local:

- A REUNIÃO ORDINÁRIA se realizará no dia 20 de fevereiro, 14h00min, com a presença da maioria simples dos conselheiros.

Local: Rua: Alberto Stein, nº 466, Auditório do 1º piso – Bairro: Velha, CEP: 89.036-200, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA:

- 1 – Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 – Relatório ouvidoria;
- 3 – Relatório procedimentos administrativos e técnicos;
- 4 – Consulta pública para resoluções normativas;
- 5 – Assuntos Gerais.

Blumenau (SC), em 16 de janeiro de 2017.

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA
Presidente do Comitê de Regulação
(Resolução nº 025/2016)

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO REGULAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA Nº 002/2016

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO REGULAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA Nº 002/2016

O Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR e o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, no uso das atribuições legais, vêm, com base no Regimento Interno da AGIR e Considerando o número expressivo de contribuições apresentadas na Consulta Pública nº 002/2016, tendo como objeto a minuta, respectivamente, das propostas das Resoluções nº 006/2016; 007/2016; 008/2016 e 009/2016, as quais versam sobre:

I (006/2016) - Procedimentos para coleta, sistematização de dados e cálculo de indicadores, para avaliação da evolução de desempenho da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios regulados pela AGIR;

II (007/2016) - Procedimentos e metodologia de cálculo de reajuste das tarifas e preços públicos a serem observados pelos prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, dos municípios consorciados à AGIR, quando do reajuste das tarifas e preços públicos de água e esgoto; III (008/2016) - Procedimentos e metodologia de revisão tarifária a serem observados pelos prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, dos municípios consorciados à AGIR, quando da revisão das tarifas de água e esgoto;

IV (009/2016) – Procedimentos de ouvidoria para instituição do

relatório trimestral de atendimento das ouvidorias e dos serviços de atendimento ao consumidor (SAC) dos prestadores de serviços de saneamento básico;

Considerando que as contribuições e considerações apresentadas às resoluções em consulta pública, foram pautas das reuniões do Comitê de Regulação, realizadas em 06/12/2016 e 14/12/2016, onde foram deliberadas sobre a aplicação ou não das mesmas, surgindo ainda, necessidade de análise mais detalhadas junto à equipe técnica;

Considerando que os prazos referentes aos processos administrativos em tramitação na Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, foram suspensos no período de 26/12/2016 a 08/01/2017, nos termos da Resolução nº 041/2017, publicada na Edição nº 2150 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC de 21/12/2016; página 1396;

Considerando a necessidade de apresentação do texto final ao Comitê de Regulação e

Considerando que a primeira reunião do Comitê de Regulação está agendada para a segunda quinzena de fevereiro/2017, havendo necessidade de no mínimo 15 (quinze) dias úteis, para que os técnicos da AGIR procedam a elaboração do relatório final das contribuições acatadas ou não, para as propostas das Resoluções em Consulta Pública.

Considerando a necessidade de prorrogar o prazo previsto para apresentar o relatório final, firma o presente Termo Aditivo com a finalidade alterar o final do Item 3 – FORMA DE PARTICIPAÇÃO, passando a vigorar com a seguinte redação:

3. FORMA DE PARTICIPAÇÃO

(...)

Ao final todas as contribuições serão publicadas na íntegra no sítio eletrônico da AGIR, sendo devidamente identificadas. Além disso, estas contribuições serão objeto de análise por parte da Agência, publicada em relatório até o dia 20 de março de 2017.

Permanecem inalteradas e em vigor os demais itens do REGULAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA 02/2016.

Blumenau (SC), em 17 de janeiro de 2017.

HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR.

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA
Presidente do Comitê de Regulação da AGIR.

CIGA**2º TERMO DE RETIFICAÇÃO PP 01.2017**

SEGUNDO TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017 – REGISTRO DE PREÇOS, E AO AVISO DE LICITAÇÃO N.º 01/2017, AMBOS DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Instrumento, vem RETIFICAR, de ofício, por primeiro, o Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação, de seu Edital de Pregão Presencial n.º 01/2017 – Registro de Preços, tipo menor preço, cujo critério de julgamento é o menor 'PREÇO TOTAL DO LOTE', disponível na íntegra no site do CIGA, e publicado juntamente com seu Aviso de Licitação, de n.º 01/2017, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, em 12 de janeiro de 2017, Edição 2167, páginas 549-565, tendo em vista que, por um equívoco, perfeitamente perceptível e corrigível, constou, nesse Anexo, na Tabela referente ao 'Lote 1 – Relatório de Atividades e Informativo do CIGA', especificamente na coluna 'Valor por edição', como valor do item 02, 'R\$ 5.759,88', quando, na realidade, deveria constar 'R\$ 1.727,96'. Importante notar que o 'Valor total estimado' dos 'Itens' e o 'Preço Total do Lote' estão corretos, permanecendo inalterados. De tal modo, no intuito de melhor esclarecer o Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação do referido Edital, onde constou e se lê:

'ANEXO II – ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

[...]

Lote 1 – Relatório de Atividades e Informativo do CIGA

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada	Valor por edição	Valor total estimado
01	03	tamanho: 210 x 297mm fechado papel: couchet brilho número de páginas: 55 a 65 gramatura: capa - 300 / miolo: 150 cores: 4x4 tiragem: 500	500	1.500	R\$ 10.424,33	R\$ 31.273,00
02	10	tamanho: 210 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 08 cores: 4x4	1.000	10.000	R\$ 5.759,88	R\$ 17.279,66
Preço Total do Lote:						R\$ 48.552,66

[...] ' (grifo nosso)

Leia-se:

'ANEXO II – ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

[...]

Lote 1 – Relatório de Atividades e Informativo do CIGA

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada	Valor por edição	Valor total estimado
01	03	tamanho: 210 x 297mm fechado papel: couchet brilho número de páginas: 55 a 65 gramatura: capa - 300 / miolo: 150 cores: 4x4 tiragem: 500	500	1.500	R\$ 10.424,33	R\$ 31.273,00
02	10	tamanho: 210 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 08 cores: 4x4	1.000	10.000	R\$ 1.727,96	R\$ 17.279,66
Preço Total do Lote:						R\$ 48.552,66

[...] ' (grifo nosso)

Não obstante referido erro material, prontamente corrigido, para evitar qualquer prejuízo às partes ou a terceiros e preservar a legibilidade do arquivo original, considerando o disposto no art. 21, §4.º, da Lei n.º 8666/93, no art. 4.º, inc. V, da Lei 10.520/02, e nos itens 8.3 e 25.2.3 do Edital, o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal designa nova data para a realização da Sessão Pública do Pregão Presencial n.º 01/2017, com a consequente alteração do CRONOGRAMA inicialmente estabelecido tanto no referido instrumento convocatório quanto em seu Aviso de Licitação. Assim sendo, onde se lê:

'2. CRONOGRAMA

2.1 Data de início do recebimento das propostas: 17/01/2017.

2.2 Último dia para o recebimento das propostas: 30/01/2017, às 13:30 horas.

2.3 Data da sessão pública do Pregão Presencial: 30/01/2017, às 14:00 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

2.4 Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: 26/01/2017.

Leia-se:

2. CRONOGRAMA

2.1 Data de início do recebimento das propostas: 20/01/2017.

2.2 Último dia para o recebimento das propostas: 01/02/2017, às 13:30 horas.

2.3 Data da sessão pública do Pregão Presencial: 01/02/2017, às 14:00 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

2.4 Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: 30/01/2017.

Em decorrência das adequações acima, fica consolidada a publicação do Edital de Pregão Presencial n.º 01/2017 – Registro de Preços e do Aviso de Licitação n.º 01/2017, ambos do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, ratificando-se todos os demais termos e condições, em vigor desde a data de sua primeira publicação, em 12 de janeiro de 2017. Por conseguinte, este texto não substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, em 12 de janeiro de 2017, Edição 2167, páginas 549-565, e no site do CIGA.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

AVISO DE ANULAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO 04/2016/CIGA

AVISO DE ANULAÇÃO DE SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2016

Fica anulada a sessão pública de abertura do pregão supracitado, conforme justificativa contida no Processo Administrativo n.º 21/2016.

A partir da publicação deste ato fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, conforme disposto no subitem 3.5 (DISPOSIÇÕES PRELIMINARES) do respectivo Edital, e nos termos dos artigos 49, §3º, 109, inciso I, alínea "c", e 110, todos da Lei de licitações.

Os autos processuais encontram-se à disposição dos interessados no Setor Administrativo do CIGA, localizado à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

Florianópolis, 17 de janeiro de 2017.

GUILHERME DA ROCHA KOEHLER

Equipe de apoio

RENATO FURTADO GOUDEL

Equipe de Apoio

AVISO DE ANULAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO 05/2016/CIGA

AVISO DE ANULAÇÃO DE SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2016

Fica anulada a sessão pública de abertura do pregão supracitado, conforme justificativa contida no Processo Administrativo n.º 20/2016.

A partir da publicação deste ato fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, conforme disposto no subitem 3.5 (DISPOSIÇÕES PRELIMINARES) do respectivo Edital, e nos termos dos artigos 49, §3º, 109, inciso I, alínea "c", e 110, todos da Lei de licitações.

Os autos processuais encontram-se à disposição dos interessados no Setor Administrativo do CIGA, localizado à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

Florianópolis, 17 de janeiro de 2017.

GUILHERME DA ROCHA KOEHLER

Equipe de apoio

RENATO FURTADO GOUDEL

Equipe de Apoio

DECISÃO DA ANULAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO 04/2016/CIGA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 21/2016

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2016

DECISÃO DE ANULAÇÃO PARCIAL DE LICITAÇÃO

Assunto: Recomendação de Anulação da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n.º 04/2016/CIGA, diante da constatação de ato vicioso insanável.

Julgamento

De acordo.

Adote-se o parecer da Equipe de Apoio como razões de decidir.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, constituído como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento no art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93;

CONSIDERANDO a prerrogativa de autotutela da Administração Pública de rever seus próprios atos para alcançar aspectos de legalidade, e que tem o dever de obedecer à Lei e verificar a presença dos pressupostos de validade dos atos que pratica;

CONSIDERANDO que a Administração deve reconhecer e anular de ofício seus próprios atos quando acometidos de vícios de ilegalidade, com fulcro no art. 49 da Lei 8.666/93, no art. 53 da Lei 9.784/99 e nas Súmulas n.º 346 e 473 do STF;

CONSIDERANDO que, no presente caso, constatou-se irregularidade na condução da sessão pública de abertura do pregão, como a alteração do critério de julgamento das propostas e a inversão de fases, não atendendo ao preconizado no instrumento convocatório;

CONSIDERANDO que o vício não se trata de mera discordância formal entre a exigência legal e a conduta tomada no caso concreto pelo pregoeiro, não comportando a adoção de outra solução formal ou material equivalente senão o reconhecimento de sua ilegalidade;

CONSIDERANDO que a posterior contratação advinda do resultado da presente licitação causaria lesão ao interesse público, em afronta aos princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade, além de prejuízos a terceiros licitantes, com produção de efeitos maléficos mais graves do que a manutenção em vigência do ato defeituoso;

CONSIDERANDO que, dadas as circunstâncias, ainda sem a adjudicação do objeto e consequente homologação, lavratura e assinatura da ata de registro de preços, e por questão de economia processual e eficiência administrativa, a pronúncia do vício é a medida mais adequada para reaver o procedimento licitatório, desfazendo a sessão pública e os efeitos por ela produzidos;

CONSIDERANDO não configurada no momento a decadência da ação anulatória do ato administrativo anulável da sessão pública do pregão em comentário, estando o CIGA no direito de proceder com o pleito anulatório, de acordo com o art. 54 da Lei n.º 9.784/99;

DECIDE,

ANULAR PARCIALMENTE, como penalidade por vício de ilegalidade, os atos do certame licitatório objeto do Pregão Eletrônico n.º 04/2016, Processo Administrativo n.º 21/2016/CIGA, reconhecendo e decretando a INVALIDAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO, realizada no dia 21.12.2016, e os atos dela derivados, aproveitando-se os atos anteriores praticados regularmente, conforme autoriza a jurisprudência da Corte de Contas;

DETERMINAR o retorno à fase de apresentação de propostas, devolvendo-se às licitantes o prazo inicial estabelecido no Edital;

DETERMINAR a fixação do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta decisão na imprensa oficial (DOM/SC) e conforme disposto no subitem 3.5 (DISPOSIÇÕES PRELIMINARES) do respectivo Edital, para o exercício dos direitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa a todos os possíveis interessados, nos termos dos artigos 49, §3º, 109, inciso I, alínea "c", e 110, todos da Lei de Licitações.

Dê-se ciência às licitantes participantes.

Registre-se, cumpra-se e publique-se.

Florianópolis, 17 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

DECISÃO DA ANULAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO 05/2016/CIGA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 20/2016

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2016

DECISÃO DE ANULAÇÃO PARCIAL DE LICITAÇÃO

Assunto: Recomendação de Anulação da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n.º 05/2016/CIGA, diante da constatação de ato vicioso insanável.

Julgamento

De acordo.

Adote-se o parecer da Equipe de Apoio como razões de decidir.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, constituído como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento no art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93;

CONSIDERANDO a prerrogativa de autotutela da Administração Pública de rever seus próprios atos para alcançar aspectos de legalidade, e que tem o dever de obedecer à Lei e verificar a presença dos pressupostos de validade dos atos que pratica;

CONSIDERANDO que a Administração deve reconhecer e anular de ofício seus próprios atos quando acometidos de vícios de ilegalidade, com fulcro no art. 49 da Lei 8.666/93, no art. 53 da Lei 9.784/99 e nas Súmulas n.º 346 e 473 do STF;

CONSIDERANDO que, no presente caso, constatou-se irregularidade na condução da sessão pública de abertura do pregão, como a alteração do critério de julgamento das propostas e a inversão de fases, não atendendo ao preconizado no instrumento convocatório;

CONSIDERANDO que o vício não se trata de mera discordância formal entre a exigência legal e a conduta tomada no caso concreto pelo pregoeiro, não comportando a adoção de outra solução formal ou material equivalente senão o reconhecimento de sua ilegalidade;

CONSIDERANDO que a posterior contratação advinda do resultado da presente licitação causaria lesão ao interesse público, em afronta aos princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade, além de prejuízos a terceiros licitantes, com produção de efeitos maléficos mais graves do que a manutenção em vigência do ato defeituoso;

CONSIDERANDO que, dadas as circunstâncias, ainda sem a adjudicação do objeto e consequente homologação, lavratura e assinatura da ata de registro de preços, e por questão de economia processual e eficiência administrativa, a pronúncia do vício é a medida mais adequada para reaver o procedimento licitatório, desfazendo a sessão pública e os efeitos por ela produzidos;

CONSIDERANDO não configurada no momento a decadência da ação anulatória do ato administrativo anulável da sessão pública do pregão em comentário, estando o CIGA no direito de proceder com o pleito anulatório, de acordo com o art. 54 da Lei n.º 9.784/99;

DECIDE,

ANULAR PARCIALMENTE, como penalidade por vício de ilegalidade, os atos do certame licitatório objeto do Pregão Eletrônico n.º 05/2016, Processo Administrativo n.º 20/2016/CIGA, reconhecendo e decretando a INVALIDAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO, realizada no dia 22.12.2016, e os atos dela derivados, aproveitando-se os atos anteriores praticados regularmente, conforme autoriza a jurisprudência da Corte de Contas;

DETERMINAR o retorno à fase de apresentação de propostas, devolvendo-se às licitantes o prazo inicial estabelecido no Edital;

DETERMINAR a fixação do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta decisão na imprensa oficial (DOM/SC) e conforme disposto no subitem 3.5 (DISPOSIÇÕES PRELIMINARES) do respectivo Edital, para o exercício dos direitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa a todos os possíveis interessados, nos termos dos artigos 49, §3º, 109, inciso I, alínea "c", e 110, todos da Lei de licitações.

Dê-se ciência às licitantes participantes.

Registre-se, cumpra-se e publique-se.

Florianópolis, 17 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

PP 01.2017_SERVIÇOS GRÁFICOS_RETIFICADO2

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01/2017/CIGA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017/CIGA - RETIFICADO
REGISTRO DE PREÇOS

1. PREÂMBULO

1.1 O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, inscrito no CNPJ sob n.º 09.427.503/0001-12, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO, execução indireta, empreitada por preço unitário, destinada ao recebimento de propostas para REGISTRO DE PREÇOS, para futuras e eventuais contratações de serviços gráficos, com base no disposto nas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.

1.2 Integram este edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

1.2.1 Anexo I - Termo de Referência;

1.2.2 Anexo II - Estimativa de Valor da Contratação;

1.2.3 Anexo III - Formulário de Proposta de Preços;

1.2.4 Anexo IV - Carta de Preposição;

1.2.5 Anexo V - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

1.2.6 Anexo VI - Declaração de Cumprimento do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

1.2.7 Anexo VII - Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

1.2.8 Anexo VIII - Minuta da Ata de Registro de Preços; e

1.2.9 Anexo IX - Minuta de Autorização de Serviço.

2. CRONOGRAMA

2.1 Data de início do recebimento das propostas: 20/01/2017.

2.2 Último dia para o recebimento das propostas: 01/02/2017, às 13:30 horas.

2.3 Data da sessão pública do Pregão Presencial: 01/02/2017, às 14:00 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

2.4 Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: 30/01/2017.

3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 Quaisquer questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, dirigidos ao Pregoeiro, para o endereço ciga@ciga.sc.gov.br, até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura das propostas.

3.2 Os questionamentos serão respondidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico.

3.3 Os interessados deverão consultar o sítio do CIGA – <https://ciga.sc.gov.br/category/licitacoes/> – para obter informações sobre esta licitação, facultado a este Órgão o envio de informações por outro meio.

3.4 A entrega de impugnações, razões e contrarrazões de recursos deverá ser realizada, alternativamente: por meio eletrônico para o endereço ciga@ciga.sc.gov.br; por meio postal, endereçada ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio do CIGA, Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC; ou protocolada pelo interessado nesse mesmo endereço.

3.5 Todas as referências de tempo destacadas no edital, avisos, bem como informações de tempo durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

3.6 Devido à política de segurança virtual implantada no âmbito do CIGA, mensagens enviadas de alguns provedores ao endereço eletrônico indicado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES poderão ser devolvidas ao remetente. É responsabilidade do impugnante confirmar o recebimento do e-mail pelo telefone (48) 3321-5300.

4. DO OBJETO

4.1 Formação de registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras e eventuais contratações de serviços gráficos, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos.

5. DO PREÇO MÁXIMO

5.1 O preço máximo do objeto está estipulado no Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar deste certame licitantes que estejam legalmente constituídos e atendam às especificações contidas neste edital.

6.2 Para participar da presente licitação, os interessados deverão apresentar a PROPOSTA DE PREÇO e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO em envelopes separados, fechados, opacos, contendo externamente os seguintes dizeres:

ENVELOPE N.º 1: PROPOSTA DE PREÇO

LICITANTE:

ÓRGÃO LICITANTE: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017/CIGA

ENVELOPE N.º 2: DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

LICITANTE:

ÓRGÃO LICITANTE: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017/CIGA

6.3 É vedada a participação de:

6.3.1 pessoas físicas ou jurídicas suspensas ou impedidas de licitar e contratar com o CIGA, ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da Lei 8.666/93);

6.3.2 licitantes que estejam sob aplicação de sanções, conforme termos da Lei n.º 12.846/2013:

6.3.2.1 A verificação de eventual enquadramento na situação de que trata este subitem será realizada mediante consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIs, pelo link

<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

e junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, pelo link

http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

6.3.3 licitantes cuja atividade fim não for compatível com o objeto desta licitação, que será comprovada por intermédio do ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), podendo ser acrescido a esta documentação complementar que possibilite identificar a compatibilidade da atividade fim com o objeto da licitação;

6.3.4 licitantes que tenham dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou membros do CIGA;

6.3.5 licitantes em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

6.3.6 sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

6.3.7 sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

6.3.8 consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição; e

6.3.9 cooperativa de mão de obra.

7. DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.1 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada (artigo 44, § 2º, da LC 123/2006).

7.2 Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior ao menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances.

7.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não apresente proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do artigo 44, § 2º, da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4 A oferta da microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser feita no prazo máximo de 5 (cinco) minutos contados da convocação pelo Pregoeiro, sob pena de preclusão (art. 45, § 3º, da LC 123/2006).

7.5 As disposições deste item somente serão aplicadas quando a proposta melhor classificada ao final da etapa de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (artigo 45, § 2º, da LC 123/2006).

7.6 Na hipótese de microempresa ou empresa de pequeno porte sagrar-se vencedora, deverá apresentar toda a documentação exigida para

habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta última apresente alguma restrição (artigo 43, § 1º, da LC 123/2006).

7.7 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prazo este prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa (artigo 43, § 1º, da LC 123/2006).

7.8 A documentação fiscal regularizada deverá ser entregue ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio no endereço citado no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, dentro do prazo estipulado no item anterior:

7.8.1 No caso de remessa postal da documentação, deverá ser enviado o Recibo de Postagem da E.C.T ou Código de Rastreamento Postal, por e-mail, para o endereço citado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no mesmo prazo do item 7.7.

7.9 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93 e neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme estipulado neste edital.

7.10 A Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – modelo sugerido no Anexo V – deverá ser apresentada ao Pregoeiro no momento determinado no item 12.3 deste edital, sob pena de não poder gozar dos direitos previstos nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

8. DA IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

8.1 As impugnações ao edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, observando-se os termos do item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a sessão do pregão:

8.1.1 Somente serão consideradas recebidas, dentro do prazo legal acima estabelecido, as impugnações que forem protocoladas ou registradas eletronicamente por uma das formas previstas no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

8.2 O pregoeiro opinará, de forma fundamentada, com a oitiva da Equipe de Apoio, se assim achar necessário, pela procedência ou improcedência das impugnações, que serão decididas pela Autoridade Superior.

8.3 A decisão que determinar a modificação dos termos do edital ensejará sua republicação, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, as alterações não afetarem a formulação das propostas.

9. DO CREDENCIAMENTO

9.1 O Pregoeiro somente credenciará os representantes legais dos licitantes que apresentarem os seguintes documentos:

9.1.1 Ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado;

9.1.2 Documento de identificação original ou cópia autenticada, com foto, do representante legal.

9.2 O licitante poderá se fazer representar por procurador ou preposto, cujo credenciamento é condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 Ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado;

9.2.2 Documento de identificação original ou cópia autenticada, com foto, do procurador ou preposto;

9.2.3 Procuração ou Carta de Preposição – modelo sugerido no Anexo IV –, assinada pelo representante legal do licitante e com firma reconhecida, ou sua cópia autenticada;

9.2.3.1 A apresentação de procuração pública, original ou cópia autenticada, dispensa o reconhecimento de firma do outorgante.

9.3 Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

9.4 Somente poderá participar da fase de lances verbais deste pregão o procurador, o preposto ou o representante legal do licitante, que estiver devidamente credenciado.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O envelope PROPOSTA DE PREÇO deverá conter a proposta, emitida em 1 (uma) via, impressa, datada, devidamente identificada e assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, além de conter as seguintes informações, sob pena de desclassificação:

10.1.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO – A proposta deverá descrever, de forma clara e completa, o objeto ofertado pelo licitante ao CIGA, conforme disposto no Termo de Referência (Anexo I deste Edital);

10.1.2 PREÇO – Os preços deverão ser cotados em REAL, com até duas casas decimais após a vírgula, inclusos todas os custos necessários ao fornecimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, transportes, seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto, com cotação única de preços discriminando os valores conforme o Anexo III – Formulário de Proposta de Preço, deste edital;

10.1.3 VALIDADE DA PROPOSTA – O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (art. 6º, da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002), tendo por termo inicial a data da sessão:

10.1.3.1 A PROPOSTA que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de 60 (sessenta) dias, contados da sessão pública em que for aberta a PROPOSTA DE PREÇO;

10.1.4 O licitante deverá fazer constar na proposta seus DADOS CADASTRAIS, a descrição do objeto, bem como as demais informações requisitadas no Anexo III deste Edital – Formulário de Proposta de Preço.

10.1.5 Não serão consideradas as propostas apresentadas após a data e o horário aprazado.

10.1.6 As propostas serão irretratáveis e irrenunciáveis, na forma da lei.

10.1.7 Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preços.

11. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

11.1 O envelope n.º 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá conter os documentos abaixo relacionados:

11.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.1.1.1 Ato constitutivo do licitante:

11.1.1.1.1 Quando se tratar de EMPRESÁRIO deverá ser apresentado documento comprobatório de inscrição do mesmo no REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS da Junta Comercial do local de sua sede;

11.1.1.1.2 Quando se tratar de SOCIEDADE SIMPLES deverá ser apresentado Contrato acompanhado das modificações averbadas, tudo

devidamente registrado no REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS do local de sua sede;

11.1.1.1.3 Quando se tratar de SOCIEDADE EMPRESÁRIA deverá ser apresentado o Estatuto ou o Contrato Social (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), tudo devidamente registrado no REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS da Junta Comercial do local de sua sede.

11.1.1.2 As SOCIEDADES POR AÇÕES também deverão apresentar cópia da Ata da eleição de seus administradores registrada na Junta Comercial;

11.1.1.3 As sociedades estrangeiras em funcionamento no País deverão apresentar o respectivo decreto de autorização e, quando a atividade o exigir, o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

11.1.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.1.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.1.2.3 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Nacional, a ser realizada mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal;

11.1.2.4 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

11.1.2.4.1 Caso o licitante seja de outra Unidade da Federação deverá apresentar, também, a regularidade para com a Fazenda do Estado de Santa Catarina;

11.1.2.5 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante expedida pelo órgão competente;

11.1.2.5.1 Para os municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, as proponentes deverão apresentar as duas certidões, isto é, Certidão sobre Tributos Imobiliários e Certidão sobre Tributos Mobiliários;

11.1.2.5.2 As empresas que não possuem imóveis cadastrados e/ou isentas, caso se enquadrem no item 11.1.2.5.1, deverão apresentar documento(s) emitido(s) por órgão(s) da Prefeitura que comprovem as respectivas situações;

11.1.2.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

11.1.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, instituída pela Lei Federal no 12.440, de 7 de julho de 2011;

11.1.2.8 Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal – modelo sugerido no Anexo VI;

11.1.2.9 Serão aceitas certidões positivas, com efeito de negativas, para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

11.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.1.3.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro da falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade expresso.

11.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1.4.1 Comprovante de capacidade técnica, consistente na apresentação de, pelo menos, 1 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual conste a execução de serviço pertinente e compatível com o objeto desta licitação, sob pena de exclusão do certame;

11.1.4.2 O atestado de capacidade técnica, referido no item anterior, deverá conter os seguintes elementos:

11.1.4.2.1 Nome do órgão ou empresa responsável pela emissão do atestado, com o CNPJ/CGC, inscrição estadual, endereço completo, o período de execução dos serviços e o número do contrato;

11.1.4.2.2 Manifestação acerca do conteúdo e da qualidade dos serviços prestados, atestando que os serviços foram cumpridos satisfatoriamente e que não consta dos arquivos da contratante nenhum registro desabonador de aspectos comerciais ou técnicos da contratada; e

11.1.4.2.3 Identificação do responsável pela emissão do atestado, com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.

11.2 FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.2.1 Todos os documentos deverão ser apresentados em originais, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas por colaboradores do CIGA, caso estejam acompanhadas dos respectivos documentos originais.

11.2.2 Os documentos de habilitação apresentados pelo licitante, quando obtidos via Internet, serão validados pelo Pregoeiro após verificação de sua autenticidade no site da entidade que os emitiu:

11.2.2.1 Na hipótese de divergência de informações entre o documento apresentado e as constantes no site da entidade que o emitiu, prevalecerão estas em relação àquelas.

11.2.3 No caso de impossibilidade de acesso à Internet para verificação da autenticidade das certidões, a Sessão será suspensa e os licitantes serão intimados da data e do horário do seu prosseguimento.

11.2.4 Os documentos apresentados deverão estar dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação.

11.2.5 Os documentos de habilitação que porventura não possuírem prazo de validade deverão conter data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias contados da data limite para entrega dos envelopes, exceto para os documentos de qualificação jurídica, de qualificação técnica, CPF e CNPJ.

11.2.6 O licitante que optar em participar mediante apresentação de proposta elaborada por uma de suas filiais, deverá apresentar todos os documentos exigidos para habilitação referentes à matriz, acrescidos, especificamente em relação à filial, das provas de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal:

11.2.6.1 Quando a matriz for sediada no estrangeiro, também deverá ser apresentada a Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial da filial.

11.2.7 Os documentos apresentados por ocasião do Credenciamento serão dispensáveis do envelope n.º 2 – Documentação de Habilitação.

11.2.8 Deverá o licitante indicar, juntamente com os documentos comprobatórios da habilitação, endereço eletrônico para onde serão encaminhadas todas as comunicações pertinentes ao processo de licitação e à execução das obrigações dele decorrentes, expedidas pelo CIGA e a ele endereçadas.

11.2.9 O licitante se responsabilizará pelo endereço fornecido, de modo que, qualquer alteração deste endereço eletrônico deverá ser comunicada ao CIGA, considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço constante dos autos.

11.2.10 Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimado o licitante no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação.

12. DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

12.1 No dia, hora e local designados no CRONOGRAMA, o Pregoeiro declarará aberta a sessão e realizará o credenciamento dos licitantes:

12.1.1 O licitante que desejar participar da sessão apenas com os envelopes "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", deverá enviá-los para o endereço citado no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, ou apresentá-los até a data e o horário aprazado.

12.2 Até o momento em que for encerrado o credenciamento dos licitantes, o Pregoeiro poderá receber documentos de credenciamento daqueles que, porventura, não se encontravam presentes no horário estipulado no CRONOGRAMA.

12.3 Ato contínuo, o Pregoeiro receberá a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando houver, a Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e os Envelopes n.º 1 – Proposta de Preço e n.º 2 – Documentação de Habilitação:

12.3.1 Caso haja interposição de recurso, os envelopes contendo a Documentação de Habilitação ficarão em posse do Pregoeiro e da Equipe de Apoio até o julgamento do recurso, após o qual estarão disponíveis para retirada no endereço citado no item 3 do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias.

12.4 O Pregoeiro abrirá os envelopes de proposta de preço, registrará os preços ofertados no respectivo mapa, indicando o de MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE e aqueles que atendem ao disposto no inciso VIII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, e verificará a conformidade destas propostas com os requisitos do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório:

12.4.1 O não atendimento a qualquer uma das características e/ou quantidades mínimas especificadas constitui fundamento para desclassificação da proposta;

12.4.2 Serão igualmente desclassificadas as propostas e excluídos os lances que ofereçam preços excessivos ou inexequíveis, incompatíveis com os preços de mercado, podendo o Pregoeiro realizar diligências para averiguação dos mesmos.

12.4.2.1 O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de cinco dias úteis contados da notificação.

12.4.2.2 A desclassificação da proposta de preços será sempre fundamentada.

12.4.3 Serão admitidas para a etapa de lances verbais:

12.4.3.1 A proposta comercial com MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE, desde que atendidos aos requisitos constantes do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório;

12.4.3.2 As propostas comerciais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela e que, igualmente, tenham atendido aos requisitos constantes do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório;

12.4.4 Caso duas ou mais propostas comerciais, admitidas para a etapa de lances, apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da oferta de lances;

12.4.5 Não havendo pelo menos três propostas comerciais aptas à fase de lances (que possam oferecer novos lances verbais e sucessivos) nas condições definidas no subitem 12.4.3, serão admitidas à etapa de lances aquelas superiores ao limite definido no inciso VIII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, até que se complete o número de três licitantes classificados para participar da etapa competitiva (presentes à sessão pública), desde que tenham atendido aos requisitos do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório.

12.5 A oferta dos lances será sucessiva, distinta, na ordem decrescente dos preços e deverá ser efetuada pelo PREÇO TOTAL DO LOTE no momento em que for conferida a palavra ao licitante.

12.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

12.7 Durante a etapa de lances para o lote, quando na sua oportunidade de ofertar novo lance não puder cobrir o menor preço apresentado, o licitante poderá oferecer um último lance para melhorar o seu preço, mesmo que este seja superior ao menor preço registrado até aquele momento.

12.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais para o lote em disputa e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

12.9 Encerrada a disputa de lances de cada lote, o Pregoeiro:

12.9.1 verificará se existe proposta de licitante micro ou pequena empresa em situação de empate ficto com o menor lance, para, em caso afirmativo, facultar-lhe o exercício ao direito de desempate, conforme disposto no item 7 – DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

12.9.2 analisará acerca da aceitabilidade do menor lance, com base nos orçamentos obtidos pela administração e/ou preço máximo estabelecido;

12.9.3 negociará a redução dos preços; e

12.9.4 declarará o vencedor da etapa de lances.

12.10 Embora seja considerado o PREÇO TOTAL DO LOTE para efeito de lances e classificação, o licitante classificado em primeiro lugar deverá, no momento da Sessão Pública do Pregão, quando indagado pelo Pregoeiro, definir o preço unitário estimado por itens e subitens, conforme descrição apresentada na Estimativa de Valor da Contratação (Anexo II), sendo que este preço não poderá ultrapassar o preço máximo estabelecido para os itens e subitens, bem como não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao preço apresentado na proposta inicial (Anexo III – Formulário de Proposta de Preços).

12.11 Caso não seja possível a imediata recomposição dos preços resultantes dos lances, o Pregoeiro estabelecerá um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente nova proposta ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio, no endereço citado no subitem 3.4 do Edital, em original assinado, ou envie para o e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br assinada e digitalizada, sob pena de desclassificação.

12.12 Ato contínuo, o Pregoeiro examinará os documentos contidos no Envelope n.º 2 – Documentação de Habilitação do licitante cuja proposta fora declarada vencedora da etapa de lances.

12.13 Será inabilitado o licitante que não apresentar a documentação em situação regular.

12.14 Frustrada a habilitação do licitante cuja proposta fora declarada vencedora da etapa de lances, será retomada a sessão pública da licitação a partir da etapa final de lances, ocasião em que o Pregoeiro examinará o cumprimento das condições de habilitação do(s) licitante(s) subsequente(s) segundo a ordem de classificação na etapa de lances verbais, até apurar o licitante que atenda aos requisitos de habilitação expressos no Edital, sendo este declarado habilitado e, assim, vencedor do certame para o lote em disputa.

12.15 Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, seus Assistentes e por todos os licitantes presentes.

13. DO PROCEDIMENTO PARA SANAR FALHAS ESCUSÁVEIS

13.1 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas,

dos documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

14.2 A falta de manifestação imediata e motivada do desejo de recorrer importará na decadência do direito de recurso.

14.3 Sempre que for interposto recurso, deverá ser juntado aos autos os documentos, por ventura, apresentados pelo recorrente, registrando-se a data e a hora em que foram entregues.

14.4 Não será recebido ou conhecido recurso intempestivo, meramente protelatório, que não seja interposto pelo licitante ou por seu representante credenciado, ou quando os respectivos fundamentos não possuírem justificativa e motivação em direito admissíveis.

14.4.1 A decisão que negar seguimento ao recurso será fundamentada.

14.5 As razões e contrarrazões do inconformismo serão dirigidas ao Diretor Executivo do CIGA e deverão ser enviadas ao Pregoeiro, na forma do item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

14.5.1 O Pregoeiro lançará sua manifestação, de forma motivada, pela procedência ou improcedência do recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e nesse mesmo prazo encaminhará o recurso ao Diretor Executivo do CIGA que, por sua vez, proferirá decisão em 5 (cinco) dias úteis.

14.6 O acolhimento do recurso somente importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 Declarado o vencedor da licitação para o lote e não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro Adjudicará o objeto ao vencedor, e o processo será remetido ao Diretor Executivo do CIGA para homologação.

15.2 No caso de interposição de recurso, o Diretor Executivo do CIGA adjudicará o objeto ao vencedor e homologará o processo.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ATA DE RP) é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para eventual e futura contratação, na qual se registra o(s) licitante(s) classificado(s) e o(s) item(ns) com o(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s).

16.2 O prazo de validade da ATA DE RP será de 12 (doze) meses, conforme Minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo VIII, ficando o seu detentor obrigado a manter o seu preço registrado por igual período.

16.3 Após a homologação do resultado deste pregão, o CIGA, respeitada a ordem de classificação, poderá convocar o(s) licitante(s) habilitado(s) para a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

16.3.1 A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da intimação para este fim, prorrogável apenas uma vez a critério do CIGA, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas;

16.3.2 Ao assinar a ATA DE RP, o licitante habilitado passará à denominação de DETENTOR DA ATA, comprometendo-se a cumprir todas as condições a serem praticadas, determinadas neste edital e na proposta apresentada.

16.4 Na hipótese do licitante convocado não se apresentar para assinar a ATA DE RP, observado o subitem 16.3, ficará sujeito, mediante processo administrativo, à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado para a contratação, obtido por meio da aplicação do valor unitário do(s) item(ns) sobre a quantidade máxima estimada para os 12 (doze) meses de registro:

16.4.1 Ocorrendo a situação prevista no subitem anterior, o CIGA emitirá NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA ao licitante convocado, que deverá fazer o recolhimento do valor da multa na conta bancária indicada pelo CIGA, no prazo definido no respectivo Processo Administrativo;

16.5. Ocorrendo a situação prevista no item 16.4, o CIGA poderá convocar, para habilitação, os demais licitantes classificados, segundo a ordem de classificação na etapa de lances, observado o procedimento e os prazos estabelecidos neste Edital, e, após habilitado, para assinar a ATA DE RP, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;

16.6 No caso de inexecução do objeto, por qualquer motivo, durante a vigência da ATA DE RP, o CIGA poderá, mediante processo administrativo, cancelar seu registro, inclusive em caso fortuito ou de força maior, e convocar os demais licitantes classificados, segundo a ordem de classificação na etapa de lances, observado o procedimento e os prazos estabelecidos neste Edital, e, após habilitado, para assinar a ATA DE RP pelo quantitativo e prazo remanescentes, e nas mesmas condições da ATA DE RP anterior.

17. DA REVISÃO DE PREÇOS

17.1 O preço pactuado pelas partes para fornecimento do(s) objeto(s) da presente licitação poderá ser revisado a fim de se manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial da proposta, sempre que for verificada alteração substancial e prejudicial a qualquer delas na relação entre os encargos do DETENTOR DA ATA e a retribuição financeira do CIGA para justa remuneração do fornecedor:

17.1.1. O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que não esteja pendente a entrega de objeto ou a execução de serviço de Autorização de Serviço já expedida;

17.1.2 O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado à Gerência Administrativa do CIGA, no endereço: Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, com identificação do número da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, ou ainda, por e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br; e,

17.1.3 Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro sofrido.

17.2 Constatado que o preço registrado na ATA DE RP está superior ao praticado pelo mercado, o CIGA poderá convocar o DETENTOR DA ATA para, no processo da licitação, negociar a redução do preço registrado:

17.2.1 Na hipótese de a negociação não resultar satisfatória, o CIGA poderá convocar os demais licitantes classificados, observado o procedimento estabelecido neste Edital, para, no processo de licitação, e segundo a ordem de classificação nas etapas de lances, negociar com estes a redução do preço registrado;

17.2.2 Sendo exitosa a negociação para redução do preço, nova ordem de classificação deverá ser estabelecida entre os preços registrados; e,

17.2.3 O licitante melhor classificado, após a negociação de preço, será convocado, observado o procedimento e o prazo estabelecido neste Edital, para habilitação e, após habilitado, para assinatura da ATA de RP, para o prazo remanescente da Ata de Registro de Preço anterior.

17.3 Quando o DETENTOR DA ATA demonstrar que o preço de mercado é superior ao registrado e que não pode cumprir o compromisso,

o CIGA poderá liberá-lo do compromisso sem a aplicação de penalidade. Nesta hipótese, o CIGA poderá negociar o preço com os demais licitantes classificados, respeitada a média do preço de mercado, obedecido ao procedimento disposto neste Edital.

18. DO FORNECIMENTO/SERVIÇO

18.1 A formalização do PEDIDO DE ENTREGA, objeto desta licitação, dar-se-á por intermédio do recebimento de comunicação (intimação) para este fim e pelo instrumento denominado Autorização de Serviço, conforme modelo que consta no Anexo IX deste Edital, a qual, após expedida, terá a força de contrato entre a Administração e o vencedor da licitação.

18.2 O recebimento de comunicação (intimação) para este fim obriga o CONTRATADO a efetuar a entrega dos objetos pelo preço registrado, e nas quantidades estipuladas na Autorização de Serviço.

18.3 A partir do 1º dia útil após intimado para este fim, iniciará para o CONTRATADO o prazo para a entrega dos objetos.

18.4 O quantitativo expresso no Termo de Referência é estimado e representa a previsão do CIGA para o período de 12 (doze) meses.

18.5 O CIGA não está obrigado a adquirir o objeto especificado no Termo de Referência, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e o momento da aquisição.

18.6 Durante o prazo de validade da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o seu DETENTOR fica obrigado a fornecer o objeto ofertado nas quantidades indicadas pelo CIGA em cada Autorização de Serviço.

18.7 A existência do preço registrado não obriga o CIGA a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao DETENTOR DA ATA a preferência em igualdade de condições.

18.8 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento do registro do DETENTOR DA ATA, sujeitando-se às sanções administrativas pertinentes.

19. DA RESPONSABILIDADE DO DETENTOR DA ATA E DO CONTRATADO

19.1 O DETENTOR DA ATA tem o dever de:

19.1.1 Fornecer os objetos nas condições, no preço, nas quantidades e no prazo estipulados na proposta e na Autorização de Serviço – AS; e,

19.1.2 Manter, durante o prazo de validade do registro, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.2 Impossibilitado de cumprir o(s) prazo(s) de entrega, o CONTRATADO deverá adotar os seguintes procedimentos:

19.2.1 Protocolar o pedido de prorrogação de prazo antes da data limite para entrega, junto à Gerência Administrativa, no endereço: Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, ou ainda, pelo e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br, devendo, no mínimo, constar:

19.2.1.1 Identificação do objeto, número do pregão, número do empenho e da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

19.2.1.2 Justificativa, plausível, quanto à necessidade da prorrogação;

19.2.1.3 Documentação comprobatória; e,

19.2.1.4 Indicação do novo prazo a ser cumprido.

19.2.2 O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto no subitem anterior, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério do CIGA seu deferimento;

19.2.3 Caso o CIGA conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

19.2.4 Caso o CIGA não conceda a prorrogação do prazo, o CONTRATADO estará sujeito às sanções administrativas pertinentes;

19.2.5 Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega; e,

19.2.6 O não cumprimento do disposto nos incisos anteriores facultará ao CIGA a adoção de medidas objetivando possível cancelamento da ATA de RP ou rescisão contratual, incorrendo o DETENTOR DA ATA ou CONTRATADO, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis.

20. DA RESPONSABILIDADE DO CIGA

20.1 O CIGA tem o dever de:

20.1.1 Assinar a Ata de Registro de Preços, obedecendo a ordem de classificação;

20.1.2 Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

20.1.3 Acompanhar a entrega dos objetos, verificando o cumprimento dos prazos, notificando ao CONTRATADO quaisquer reclamações ou solicitações havidas;

20.1.4 Aplicar as penalidades previstas para o(s) caso(s) de descumprimento do pactuado nesta licitação;

20.1.5 Empenhar os recursos necessários garantindo o pagamento das Notas Fiscais em dia; e,

20.1.6 Publicar o extrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e de seus aditivos, bem como cada Autorização de Serviço para a referida ATA, se ocorrerem, no Diário Oficial Eletrônico do CIGA.

21. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

21.1 O recebimento do objeto da licitação está vinculado às necessidades do CIGA, às condições do item 18 do edital.

21.2 A entrega dos objetos deverá ocorrer conforme estabelecido nas "Informações Adicionais" do Anexo I – Termo de Referência, do Edital.

21.3 O CONTRATADO deverá comunicar à Gerência Administrativa, pelo e-mail ciga@ciga.sc.gov.br, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência, a data da entrega dos objetos.

21.4 A(s) entrega(s) dos objetos deverá(ão) ser realizada(s) no edifício sede do CIGA, situado à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, em dias de expediente do CIGA, das 9 (nove) às 12 (doze) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezesete) horas.

21.5 O aceite na(s) nota(s) fiscal(is) e posterior envio para pagamento será efetuado pela Gerente Administrativa do CIGA, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, caso estejam em conformidade com o solicitado no edital, e com a proposta apresentada.

21.6 Caso sejam recusados os objetos por estar em desacordo com as especificações constantes do Anexo I do Edital, o CONTRATADO ficará obrigado a substituí-los, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data do termo de recusa dos objetos.

21.7 O CONTRATADO não receberá o aceite na Nota Fiscal enquanto não regularizar a entrega definitiva dos objetos.

21.8 Após a HOMOLOGAÇÃO, qualquer questão, técnica ou sobre a entrega, suscitada pelo CONTRATADO deverá ser encaminhada à Gerente Administrativa do CIGA, para o e-mail ciga@ciga.sc.gov.br.

22. DA NATUREZA DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

22.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Atividade n.º 2001 – Administração e Manutenção do Consórcio, no elemento de despesa nº 3.3.90.39.63 (Serviços Gráficos e Editoriais).

23. DO PAGAMENTO

23.1 O pagamento devido ao CONTRATADO será efetuado com recursos do CIGA, por intermédio do Banco do Brasil, Agência 3174-7, Setor Público, na conta corrente indicada pelo CONTRATADO, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data do aceite do material na(s) nota(s) fiscal(is) apresentada(s) pela matriz ou filial do CONTRATADO, na forma do item 21 do edital, ou, ainda, por meio de boleto bancário:

23.1.1 O CONTRATADO que não possuir conta corrente no Banco do Brasil poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação; e,

23.1.2 A conta corrente indicada pelo CONTRATADO deverá, obrigatoriamente, estar relacionada ao CNPJ, da matriz ou da filial, do licitante vencedor.

23.2 O CIGA só efetuará o pagamento mediante a apresentação de nota fiscal emitida de forma correta, razão pela qual os licitantes deverão observar os casos em que é obrigatório emitir nota fiscal eletrônica.

23.3 A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao CONTRATADO para retificação e reapresentação, acrescendo-se ao prazo fixado no subitem 23.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

23.4 A devolução da nota fiscal não aprovada pelo CIGA, em hipótese alguma servirá de pretexto para que o CONTRATADO suspenda as entregas.

23.5 O CIGA procederá ao pagamento apenas dos fornecimentos efetivamente recebidos, única e exclusivamente por meio de sua Gerência Administrativa.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO

24.1 A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com o CIGA pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 10% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

23.0.1 cometer fraude fiscal;

23.0.2 apresentar documento falso;

23.0.3 fazer declaração falsa;

23.0.4 comportar-se de modo inidôneo;

23.0.5 não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;

23.0.6 deixar de entregar a documentação exigida no certame;

23.0.7 não manter a proposta.

24.2 Para os fins da Subcondição 24.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97, todos da Lei n.º 8.666/93.

24.3 O atraso injustificado na execução do contrato, por culpa do CONTRATADO, o sujeitará ao pagamento de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

24.3.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2% do valor atualizado do contrato;

24.3.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4% do valor atualizado do contrato, calculada sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do CIGA;

24.3.3 No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,2% até 10 (dez) dias de atraso e 0,4% acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

24.3.4 Os valores cobrados, a título de multa moratória, ficam limitados a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato:

24.3.4.1 Na hipótese da aplicação de multa atingir ou ultrapassar o limite previsto acima, caracterizar-se-á a inexecução contratual, sujeitando o CONTRATADO às demais implicações legais.

24.4 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, o CIGA poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais, multas e penalidades previstas neste edital, as seguintes sanções:

24.4.1 Advertência por escrito, quando o CONTRATADO deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou entrega dos bens;

24.4.2 Multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

24.4.3 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o CIGA por prazo não superior a 5 (cinco) anos. Esta sanção sempre será aplicada, ressalvadas outras hipóteses não arroladas neste item, quando o CONTRATADO, convocado dentro do prazo de validade da proposta: deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não manter a proposta; falhar ou fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal; e,

24.4.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da lei 8.666/93) enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

24.5 A multa deverá ser recolhida na Gerência Administrativa do CIGA, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação para este fim. Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela descontada pelo CIGA dos créditos existentes em nome do CONTRATADO ou, não havendo esses ou sendo ela maior do que o crédito, cobrada judicialmente com ônus ao devedor.

24.6 As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no contrato ou no edital decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pelo CIGA.

25 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelos licitantes implicará a aceitação de todas as disposições do presente Edital.

25.2 Assegura-se ao CIGA o direito de:

25.2.1 Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, parágrafo 3º, da Lei n.º 8.666/93);

25.2.2 Anular ou revogar a presente licitação, bem como não homologar total ou parcialmente o objeto licitado, desde que não atendidas

as exigências constantes neste Edital e seus Anexos, ou por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, com as devidas justificativas, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa;

25.2.2.1 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera a obrigação de indenizar, por parte da Administração, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

25.2.3 Adiar a data da sessão; e

25.2.4 Acrescer ou suprimir quantitativamente o objeto desta licitação em até 25% (vinte e cinco por cento), por decisão unilateral, conforme dispõe o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, e desde que verificada a existência de dotação orçamentária e financeira para os acréscimos que se fizerem necessários, respeitados os limites legais.

25.3 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

25.4 O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública.

25.5 As normas que disciplinam este procedimento licitatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança do certame.

25.6 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

25.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

25.8 Só se iniciam e vencem prazos em dias em que houver expediente no CIGA.

25.9 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

25.10 Não será permitido o uso de celulares durante a sessão pública deste Pregão, salvo mediante autorização do Pregoeiro.

25.11 O resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

25.12 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir conflitos que não possam ser resolvidos de forma amigável.

Florianópolis, 13 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Efetuar Registro de Preço, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras e eventuais contratações de serviços gráficos, conforme especificações a seguir:

LOTE 1 – Relatório de Atividades e Informativo do CIGA

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada
01	03	tamanho: 210 x 297mm fechado papel: couchet brilho número de páginas: 55 a 65 gramatura: capa - 300 / miolo: 150 cores: 4x4 tiragem: 500	500	1.500
02	10	tamanho: 210 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 08 cores: 4x4	1.000	10.000
				Total:

LOTE 2 – Folders

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada
01	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 04 cores: 4x4	1000	20.000
02	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 08 cores: 4x4	1.000	20.000

03	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 12 cores: 4x4	1.000	20.000
04	10	Lâmina A4 tamanho: 210 x 297mm papel: couchet fosco gramatura: 150 cores: 4x4 tiragem: 1.000	1.000	10.000
				TOTAL

LOTE 3 – Envelopes e papel timbrado

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada
01	02	Envelope ofício tamanho: 114 x 229mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0	1.000	2.000
02	02	Ofício timbrado tamanho: 210 x 297mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 100	1.000	2.000
03	02	Envelope ofício com janela plástica tamanho: 114 x 229mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 500	500	1.000
04	02	Envelope saco tamanho: 229 x 324mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 500	500	1.000
				Total

2. JUSTIFICATIVA

2.1 MOTIVAÇÃO

Considerando a necessidade do CIGA em divulgar seus programas e ações, faz-se necessária a contratação de serviços gráficos, para o desenvolvimento e impressão de material gráfico visando sua distribuição entre os consorciados e demais entes que poderão vir a integrar este consórcio.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

Informações Adicionais:

1 – Exigência de prova de cor: Para todos os materiais dos lotes serão exigidas prova de cor impressa. Estas deverão ser entregues em até 3 (três) dias úteis após o recebimento da notificação informando que a Autorização de Serviço já está disponível para ser retirada na Gerência Administrativa do CIGA. Caso necessário, a referida Autorização poderá ser enviada via fax ou e-mail, desde que isto seja solicitado por e-mail.

2 – Prazos de Entrega: A entrega dos objetos deverá ocorrer em 10 (dez) dias úteis, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após o recebimento da notificação, informando que a Autorização de Serviço já está disponível para ser retirada na Gerência Administrativa do CIGA. Caso necessário, a referida Autorização poderá ser enviada via fax ou e-mail, desde que isto seja solicitado por e-mail.

3 – Exigência de descarte: Todos os materiais impressos e rejeitados por estarem em desacordo com as especificações do pedido deverão ser destruídos.

4 – Exigência de sigilo: É vedada toda e qualquer forma de divulgação e distribuição dos materiais elaborados pelo CIGA.

5 – Carga e descarga: O contratado é o responsável pela carga e descarga dos objetos nos locais indicados no Edital, bem como pelas despesas com frete e seguro.

6 – Na entrega dos objetos o contratado deverá observar todas as exigências constantes no Edital, bem como as condições apresentadas em sua proposta de preços e demais documentos, sob pena de sofrer as punições e sanções constantes no Edital, na Lei de Licitações e legislações complementares.

ANEXO II – ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

1. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DA ESTIMATIVA

A Planilha de Custos informa o preço máximo para o objeto desta licitação, em conformidade com a estimativa de custos realizada a partir da pesquisa de mercado efetuada, com cotações de empresas/fornecedores distintos, para a obtenção de orçamentos de empresas especializadas na prestação dos serviços em tela.

Lote 1 – Relatório de Atividades e Informativo do CIGA

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada	Valor por edição	Valor total estimado
01	03	tamanho: 210 x 297mm fechado papel: couchet brilho número de páginas: 55 a 65 gramatura: capa - 300 / miolo: 150 cores: 4x4 tiragem: 500	500	1.500	R\$ 10.424,33	R\$ 31.273,00
02	10	tamanho: 210 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 08 cores: 4x4	1.000	10.000	R\$ 1.727,96	R\$ 17.279,66
Preço Total do Lote:						R\$ 48.552,66

Lote 2 – Folders

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada	Valor por edição	Valor total estimado
01	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 04 cores: 4x4	1000	20.000	R\$ 959,50	R\$ 19.190,00
02	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 08 cores: 4x4	1.000	20.000	R\$ 1.627,60	R\$ 32.552,00
03	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 12 cores: 4x4 1.000 20.000 R\$ 2.428,70				R\$ 48.574,00
04	10	Lâmina A4 tamanho: 210 x 297mm papel: couchet fosco gramatura: 150 cores: 4x4 tiragem: 1.000	1.000	10.000	R\$ 659,00	R\$ 6.590,00
Preço Total do Lote:						R\$ 106.906,00

Lote 3 – Envelopes e papel timbrado

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada	Valor por edição	Valor total estimado
------	---------	--------	-----------------------	---------------------------	------------------	----------------------

01	02	Envelope ofício tamanho: 114 x 229mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0	1.000	2.000	R\$ 608,45	R\$ 1.216,90
02	02	Ofício timbrado tamanho: 210 x 297mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 100	1.000	2.000	R\$ 410,60	R\$ 821,20
03	02	Envelope ofício com janela plástica tamanho: 114 x 229mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 500	500	1.000	R\$ 762,55	R\$ 1.525,10
04	02	Envelope saco tamanho: 229 x 324mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 500	500	1.000	R\$ 751,60	R\$ 1.503,20
Preço Total do Lote:						R\$ 5.066,40

ANEXO III – FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO

Nome: _____
 Endereço: _____
 Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____
 CNPJ N.º _____
 Telefone/Fax: _____
 Dados Bancários:
 Banco N.º: _____ Agência N.º: _____ Conta Corrente N.º: _____

* DADOS ADICIONAIS:

Responsável pela Assinatura da Ata de Registro de Preços:

Nome: _____
 Cargo/Função _____ Telefone/Fax _____
 Estado civil _____ RG n.º: _____
 CPF n.º _____
 Email: _____

* Preenchimento facultativo

A presente proposta destina-se ao Registro de Preços do lote abaixo discriminado, com os respectivos itens, para eventuais e futuros serviços gráficos, de acordo com as especificações constantes do presente Edital.

Lote 1 – Relatório de Atividades e Informativo do CIGA

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada	Valor por edição	Valor total estimado
01	03	tamanho: 210 x 297mm fechado papel: couchet brilho número de páginas: 55 a 65 gramatura: capa - 300 / miolo: 150 cores: 4x4 tiragem: 500	500	1.500	R\$	R\$
02	10	tamanho: 210 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 08 cores: 4x4	1.000	10.000	R\$	R\$

Preço Total do Lote:						R\$
----------------------------	--	--	--	--	--	-----

Lote 2 – Folders

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada	Valor por edição	Valor total estimado
01	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 04 cores: 4x4	1000	20.000	R\$	R\$
02	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 08 cores: 4x4	1.000	20.000	R\$	R\$
03	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 12 cores: 4x4 1.000 20.000 R\$				R\$
04	10	Lâmina A4 tamanho: 210 x 297mm papel: couchet fosco gramatura: 150 cores: 4x4 tiragem: 1.000	1.000	10.000	R\$	R\$
Preço Total do Lote:						R\$

Lote 3 – Envelopes e papel timbrado

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada	Valor por edição	Valor total estimado
01	02	Envelope ofício tamanho: 114 x 229mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0	1.000	2.000	R\$	R\$
02	02	Ofício timbrado tamanho: 210 x 297mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 100	1.000	2.000	R\$	R\$
03	02	Envelope ofício com janela plástica tamanho: 114 x 229mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 500	500	1.000	R\$	R\$
04	02	Envelope saco tamanho: 229 x 324mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 500	500	1.000	R\$	R\$

Preço Total do Lote:

R\$

_____, ____ de _____ de 20__ .

(Nome e assinatura do responsável)

ANEXO IV - CARTA DE PREPOSIÇÃO

O Licitante _____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____, com sede na Av./Rua _____, nomeia o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, como seu preposto na licitação instaurada pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 01/2017/CIGA, para tanto autoriza este a apresentar proposta e formular lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Nome e assinatura do representante legal do licitante*
(com firma reconhecida)

* Este documento deverá ser assinado pelo representante legal indicado no ato constitutivo da empresa.

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF sob n.º _____, DECLARA que detém a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Optante do SIMPLES/Nacional () SIM () NÃO

_____, ____ de _____ de _____.

(Nome e assinatura do representante legal)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da sessão, antes da sessão de lances, separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, ____ de _____ de 20__.

Diretor ou representante legal

CPF nº: _____

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede em _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002 e para os fins do Pregão Presencial n.º 01/2017/CIGA, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

_____, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do representante da empresa
(nome e número da identidade)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da sessão, antes da sessão de lances, separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

ANEXO VIII – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 0XX/201X

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo do CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.488.396, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, neste ato denominado CONTRATANTE, e a empresa, com sede na Rua, n.º, Bairro, CEP, (Cidade/Estado), inscrita no CNPJ sob o n.º, representada neste ato por, doravante denominada simplesmente PROMITENTE CONTRATADA, nos termos das Leis n.º 8.666/93 e n.º 10.520/2002, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 01/2017, do Processo Administrativo n.º 01/2017, Termo de Homologação publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, acordam proceder ao Registro de preços para futuras e eventuais contratações de serviços gráficos, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital, e demais condições estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, referente ao lote abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Lote	Item	Descrição do Objeto	Ordem de Classificação	Preço Unitário	Quantidade Máxima Estimada

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir de sua Publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, e enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos da norma.

Parágrafo Único. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o CIGA não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

As hipóteses de rescisão e as sanções administrativas estão previstas no Edital de Pregão Presencial n.º 01/2017/CIGA.

§1º A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento for devidamente justificado pela empresa vencedora, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela autoridade competente, que fixará novo prazo para a completa execução das obrigações assumidas.

§2º Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado da fatura ou crédito existente em favor da CONTRATADA. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada pela via administrativa ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA QUARTA – DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

As hipóteses de reajustamento de preços estão previstas no Edital de Pregão Presencial n.º 01/2017/CIGA.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência; e
- quando não restarem fornecedores registrados;

§1º O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

§2º A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Terceira, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa do CIGA, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços; e
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

§3º A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deu origem ao registro de preços.

§4º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO PRESENCIAL n.º 01/2017 e as propostas das empresas classificadas em ordem crescente

respectivamente, no certame supranumerado.

§1º Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes das Leis 10.520/2002 e 8.666/1993 e demais legislações pertinentes.

§2º As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro.

Florianópolis/SC, (dia) de (mês) de (ano).

Signatários:

CONTRATANTE PROMITENTE CONTRATADA

ANEXO IX – MINUTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO

Contratante: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

CNPJ: 09.427.503/0001-12

Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800

Fornecedor:

CNPJ:

Itens solicitados

Lote	Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)

Total do pedido: R\$

Prazo de disponibilização: ____ (_____) dias consecutivos contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após o recebimento da presente Autorização de Serviço.

Florianópolis, ____ de ____ de ____.

NOME

EMPREGO PÚBLICO DO CIGA

REPUBLICAÇÃO AVISO LICITACAO PP 02.2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2017/CIGA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01/2017 – RETIFICADO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017/CIGA – RETIFICADO

REGISTRO DE PREÇOS

Considerando o disposto no art. 21, §4.º, da Lei n.º 8666/93, no art. 4.º, inc. V, da Lei 10.520/02, e nos itens 8.3 e 25.2.3 do Edital, o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) vem, por meio deste Instrumento, designar novas datas para o Cronograma do Pregão Presencial n.º 01/2017, quais sejam:

· Data de início do recebimento das propostas: 20/01/2017.

· Último dia para o recebimento das propostas: 01/02/2017, às 13:30 horas.

· Data da sessão pública do Pregão Presencial: 01/02/2017, às 14:00 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

· Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: 30/01/2017.

OBJETO: Formação de registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras e eventuais contratações de serviços gráficos, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante do Edital, para todos os fins e efeitos.

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/ SC, no horário das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas. Edital disponível no site www.ciga.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Leis n.º 10.520/2002, n.º 8.666/1993, n.º 11.107/2005, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto n.º 6.017/2007 e demais legislação pertinente.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI**CONTRATO Nº 2017/001 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE EM REVISTA ESPECIALIZADA, CONSISTINDO EM DOZE PUBLICAÇÕES (UMA POR MÊS) DE MEIA PÁGINA NA REVISTA BICICLETA, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 A FIM DE DIVULGAR O CIRCUITO VALE EUROPEU EM ÂMBITO NACIONAL**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2017/001
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
CONTRATADO: Ecco Editora e Industria Grafica Ltda EPP
OBJETO: Prestação de serviços de publicidade em revista especializada, consistindo em doze publicações (uma por mês) de meia página na Revista Bicicleta, de janeiro a dezembro de 2017 a fim de divulgar o Circuito Vale Europeu em âmbito nacional.
VALOR: R\$ 7.320,00 (sete mil e trezentos e vinte reais).
VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços

Timbó, 02 de janeiro de 2017.
PAULO ROBERTO WEISS
Presidente

CONTRATO Nº 2017/002 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES (ETE) DO ÁTERRO SANITÁRIO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2017/002
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
CONTRATADO: Projelumi Instalações Elétricas e Hidráulicas Ltda ME
OBJETO: Prestação de serviços de operação e manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) do Aterro Sanitário.
VALOR: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais.
VIGÊNCIA: até 31 de março de 2017.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços

Timbó, 02 de Janeiro de 2017.
PAULO ROBERTO WEISS
Presidente

CONTRATO Nº 2017/003 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PATRIMONIAL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS DE LIMPEZA, NA SEDE ADMINISTRATIVA, GUARITA E LABORATÓRIO DO CONTRATANTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2017/003
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
CONTRATADO: Indaial Limpeza e Conservação Ltda ME
OBJETO: Prestação de serviços de limpeza patrimonial, incluindo o fornecimento de equipamentos/materiais de limpeza, na sede administrativa, guarita e laboratório do CONTRATANTE, localizados na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, cidade de Timbó/SC.
VALOR: R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensais.
VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços

Timbó, 02 de janeiro de 2017.
PAULO ROBERTO WEISS
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 191 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

RESOLUÇÃO Nº 191, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Altera a Resolução nº 178, de 08 de dezembro de 2016.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público, com fundamento nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal, na Lei nº 4.320/64 e na Lei Complementar nº 101/00, e
Considerando a necessidade de adequação dos valores da Resolução nº 178/2016 com a proposta de Orçamento aprovada pela 24ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26/07/2016, e com os Contratos de Rateio, firmados em dezembro/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - O Art. 1º da Resolução nº 178, de 08/12/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Estabelecer o Orçamento do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, para o exercício de 2017, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 4.103.520,00 (quatro milhões, cento e três mil e quinhentos e vinte reais).

§ 1º -

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	3.271.284,00
Transferências dos Municípios - Rateio	1.322.244,00
Transf. Município Apiúna	68.802,00

Transf. Município Ascurra	62.298,00
Transf. Município Benedito Novo	70.050,00
Transf. Município Botuverá	26.322,00
Transf. Município Doutor Pedrinho	43.554,00
Transf. Município Gaspar	204.678,00
Transf. Município Guabiruba	72.906,00
Transf. Município Indaial	277.914,00
Transf. Município. Pomerode	145.290,00
Transf. Município Rio dos Cedros	72.894,00
Transf. Município Rodeio	76.518,00
Transf Município Timbó	201.018,00
Transferências dos Municípios – Disposição Resíduos Sólidos	1.949.040,00
Transf. Município Apiúna	74.100,00
Transf. Município Ascurra	89.700,00
Transf. Município Benedito Novo	70.200,00
Transf. Município Doutor Pedrinho	23.400,00
Transf. Município Indaial	725.400,00
Transf. Município. Pomerode	241.800,00
Transf. Município Rio dos Cedros	92.640,00
Transf. Município Rodeio	117.000,00
Transf Município Timbó	514.800,00
Receitas de Capital	832.236,00
Transferências dos Municípios - Rateio	832.236,00
Transf. Município Apiúna	40.392,00
Transf. Município Ascurra	43.560,00
Transf. Município Benedito Novo	35.628,00

Transf. Município Botuverá	204,00
Transf. Município Doutor Pedrinho	19.164,00
Transf. Município Gaspar	2.592,00
Transf. Município Guabiruba	816,00
Transf. Município Indaial	275.376,00
Transf. Município. Pomerode	104.988,00
Transf. Município Rio dos Cedros	47.688,00
Transf. Município Rodeio	53.700,00
Transf Município Timbó	208.128,00
TOTAL	4.103.520,00

§ 2º -

CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	3.271.284,00
Pessoal e Encargos	488.496,00
Outras Despesas Correntes	2.782.788,00
Despesas de Capital	832.236,00
Investimentos	832.236,00
TOTAL	4.103.520,00

Art. 2º -

Art. 2º - As demais disposições constantes da Resolução nº 178, de 08 de dezembro de 2016, permanecem válidas e inalteradas.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 1º de janeiro de 2017.

Timbó - SC, 10 de janeiro de 2017.

Paulo Roberto Weiss
Presidente do CIMVI

CIS/AMMVI

002.2017 EXATRATO DE DISPENSA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, CNPJ nº 03.269.695/0001-08, através da Comissão de licitação, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. CLEONES HOSTINS, Diretor Executivo, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Processo nº: 002/2017

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços especializados na área da saúde (imagem e procedimentos).

Contratado: HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, pessoa jurídica, com sede Rua Azambuja, 1089, bairro Azambuja, em Brusque / SC – CEP 88.359-321, inscrito no CNPJ sob nº 82.986.985/0001-30.

Fundamento Legal: art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. Cleones Hostins, Diretor Executivo.

Blumenau, 18 de janeiro de 2017.

CONTRATO 005.2017 - HOSPITAL ARQUIDIOCESÃO CÔNSUL CARLOS RENAUX

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E O HOSPITAL ARQUIDIOCESÃO CÔNSUL CARLOS RENAUX.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CISAMVI e, de outro lado, HOSPITAL ARQUIDIOCESÃO CÔNSUL CARLOS RENAUX, pessoa jurídica, com sede Rua Azambuja, 1089, bairro Azambuja, em Brusque / SC – CEP 88.359-321, inscrito no CNPJ sob nº 82.986.985/0001-30, neste ato representado por SEU Diretor Administrativo, Sr. Pe. Nélito Roberto Schwanke, portador do RG 4/C.193.688 SSP/SC e Inscrito no CPF 093.550.819-87, doravante denominados CONTRATADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, com fundamento no art. 24, II e § 1º, da Lei nº 8.666/93, alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e processo de dispensa 01/2017, ainda nas seguintes cláusulas e condições, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1 - O CONTRATADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços especializados de saúde em:

Código	Procedimento
206010044	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DA FACE / ARTICULACOES TEMPORO-MANDIBULARES
206010060	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TURCICA
206010079	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO
206020015	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO SUPERIOR
206020023	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SEGMENTOS APENDICULARES - (BRACO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA, PÉ)
206020031	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TORAX
206030010	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN SUPERIOR
206030029	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO INFERIOR
206030037	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE Pelve / BACIA / ABDOMEN INFERIOR
206010052	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO PESCOCO
207010013	ANGIORESSONANCIA CEREBRAL
207010021	RESSONANCIA MAGNETICA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR (BILATERAL)
207010030	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA CERVICAL/PESCOÇO
207010048	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBO-SACRA
207010056	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA TORACICA
207010064	RESSONANCIA MAGNETICA DE CRANIO
207010072	RESSONANCIA MAGNETICA DE SELA TURCICA
207020027	RESSONANCIA MAGNETICA DE MEMBRO SUPERIOR (UNILATERAL)
207020035	RESSONANCIA MAGNETICA DE TORAX
207030014	RESSONANCIA MAGNETICA DE ABDOMEN SUPERIOR
207030022	RESSONANCIA MAGNETICA DE BACIA / Pelve / ABDOMEN INFERIOR
207030030	RESSONANCIA MAGNETICA DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)
207030049	RESSONANCIA MAGNETICA DE VIAS BILIARES/COLANGIORRESSONANCIA

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor

2.1. O preço para os serviços objeto deste Contrato fica estabelecido da seguinte forma:

Código	Procedimento	Tot. Amb. R\$	Tot. Hosp. R\$
206010044	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DA FACE / ARTICULACOES TEMPORO-MANDIBULARES	86,75	-
206010060	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TURCICA	86,75	-
206010079	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO	86,75	-
206020015	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO SUPERIOR	86,75	-
206020023	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SEGMENTOS APENDICULARES - (BRACO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA, PÉ)	86,75	-
206020031	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TORAX	136,41	-
206030010	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN SUPERIOR	138,62	-

206030029	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO INFERIOR	86,75	-
206030037	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PELVE / BACIA / ABDOMEN INFERIOR	138,62	-
206010052	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO PESCOCO	86,75	-
207010013	ANGIORESSONANCIA CEREBRAL	350,00	-
207010021	RESSONANCIA MAGNETICA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR (BILATERAL)	268,75	-
207010030	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA CERVICAL/PESCOÇO	268,75	-
207010048	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBO-SACRA	268,75	-
207010056	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA TORACICA	268,75	-
207010064	RESSONANCIA MAGNETICA DE CRANIO	268,75	-
207010072	RESSONANCIA MAGNETICA DE SELA TURCICA	268,75	-
207020027	RESSONANCIA MAGNETICA DE MEMBRO SUPERIOR (UNILATERAL)	268,75	-
207020035	RESSONANCIA MAGNETICA DE TORAX	268,75	-
207030014	RESSONANCIA MAGNETICA DE ABDOMEN SUPERIOR	268,75	-
207030022	RESSONANCIA MAGNETICA DE BACIA / PELVE / ABDOMEN INFERIOR	268,75	-
207030030	RESSONANCIA MAGNETICA DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)	268,75	-
207030049	RESSONANCIA MAGNETICA DE VIAS BILIARES/COLANGIORRESSONANCIA	268,75	-

2.2. Em caso de procedimentos combinados, quando o usuário necessitar da utilização de contraste no exame autorizado, será acrescentado à fatura o valor de R\$ 30,00 (trinta reais), referente ao material.

2.3. No valor já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: encargos sociais e trabalhistas, taxas, contribuições, impostos e outros porventura existentes.

2.4. O valor total deste contrato limita-se a R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Preço E Reajuste/Revisão

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CONTRATADO serão remunerados por cada item realizado.

3.2 - O valor dos procedimentos não sofrerá reajuste no período de vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – Do Pagamento

4.1. A comprovação da realização dos serviços se dará mediante apresentação de relatório constando nome do paciente, número da Guia de Referência autorizada, tipo de exame e valor, juntamente com as Guias de Referência para execução dos serviços emitida pelo CISAMVI e assinadas pelo paciente.

4.2. Após receber a aprovação do relatório encaminhado (item 4.1), o Contratado poderá encaminhar a Nota Fiscal para Cobrança.

4.3. O pagamento será realizado mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – Do Prazo Contratual

5.1. O presente contrato vigorará da data de 18 de janeiro de 2017 até 28 de fevereiro de 2017 ou até atingir o valor constante no item 2.4 da Clausula CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor.

5.2. Os serviços que trata o presente contrato serão objeto de Processo Licitatório que será lançado após a coleta de dados junto aos municípios consorciados.

CLÁUSULA SEXTA – Das Obrigações da Contratada

6.1. Sem prejuízo das demais disposições deste, constituem obrigações da CONTRATADA:

I - Utilizar na execução dos serviços, pessoal especializado, capacitado e treinado para o desempenho das respectivas funções, pertencentes ao seu quadro societário ou de empregados;

II - Os serviços serão prestados sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, a quem caberá o fornecimento e administração dos recursos humanos necessários;

III - A CONTRATADA será responsável pelas despesas alusivas a execução do objeto contratado, incluindo remuneração dos profissionais envolvidos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fiscais, administrativos e operacionais, entre outros;

IV – Manter e controlar a execução e a qualidade dos serviços prestados;

V - Corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apontadas pelo CONTRATANTE, resultantes da má execução dos serviços ou dos produtos e materiais empregados;

VI - Manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato;

VII - Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;

VIII - Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;

IX - Executar os serviços nas condições estipuladas neste Contrato, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;

X - Prestar os serviços apenas mediante autorização do órgão municipal responsável pelos encaminhamentos ou autorização do CISAMVI;

XI - Dar atendimento adequado aos usuários e prestar as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Contrato;

XII - Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior, no prazo estipulado neste Contrato e relatório constando nome do paciente, tipo de exame e valor, juntamente com as autorizações para execução dos serviços emitidas pelo CISAMVI e assinadas pelo paciente.

XIII - Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

XIV - Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento. O credenciado deverá apresentar comprovação do recolhimento das obrigações trabalhistas, fiscais e securitárias decorrente da relação de emprego com seus profissionais, relativamente às competências em que prestar serviços.

XV - Responsabilizar-se:

- a) Pela avaria, com prejuízo ou danos causados ao CONTRATANTE ou a seus serviços, em consequência de dolo, imperícia, imprudência ou negligência própria ou de seus prepostos, auxiliares ou funcionários;
- b) Por infração ou inexecução das cláusulas deste Contrato.
- c) Pela solidez, segurança e perfeição dos serviços, obrigando-se a corrigir todos os defeitos que forem apontados pelo CONTRATANTE e desfazer aqueles que este reputar imprestáveis, impróprios ou mal executados;
- d) Pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução deste contrato;
- e) Por todos e quaisquer acidentes ocorrido durante a execução do presente contrato, bem como pela aquisição, entrega e fiscalização de uso de EPIs e/ou uniformes e identificação para seu pessoal.
- f) Integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;

CLÁUSULA SÉTIMA – Das obrigações do CISAMVI

7.1. Sem prejuízo das demais disposições deste contrato, constituem obrigações do CISAMVI:

- a) Exigir o cumprimento rigoroso de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato;
- b) Fiscalizar a execução do objeto contratual, por meio de pessoa especialmente designada, sendo que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização do CISAMVI, não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela observância do objeto do presente contrato;
- c) Fornecer, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quando solicitada, informações formais à CONTRATADA, tendo em vista orientá-la sobre quaisquer dúvidas surgidas durante a execução do presente contrato, ou providências a serem tomadas;
- d) Efetuar o pagamento a CONTRATADA em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes na Cláusula Segunda, na forma e prazo previsto neste Contrato.
- e) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- f) Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- g) Fornecer as autorizações para execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – Do Início dos Trabalhos

8.1. O início da prestação dos serviços dar-se-á a partir de 19 de fevereiro de 2017.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão Contratual

9.1. A rescisão contratual pode ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito do CISAMVI, com antecedência mínima de 07 (sete) dias;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, desde que haja conveniência para o CISAMVI.

III – No prazo estabelecido na Cláusula Quinta – Do Prazo Contratual, desde que executados os serviços agendados no limite estabelecido no item 2.4 da Cláusula Segunda – Do Valor.

9.2. A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades previstas na cláusula seguinte, ensejará também a sua rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Multa Contratual

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, bem como pelo descumprimento de normas de legislação segurança, de saúde, trabalhista, fiscal, previdenciária, comercial e demais pertinentes à execução do objeto contratual, o CISAMVI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/06/93, inclusive multa no percentual de 1% (um por cento) por infração, até o limite de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total deste instrumento.

10.2. As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.

10.3. Pela rescisão do contrato pela CONTRATADA, sem justo motivo, será aplicada a esta multa de 05% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

10.4. As multas e penalidades elencadas nos itens 10.1 e 10.3 serão aplicadas mediante apresentação de relatório de ocorrência elaborado pelo CISAMVI.

10.5. A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada.

10.6. Os valores apurados a título de multa serão retidos quando da realização do pagamento à CONTRATADA. Se estes forem insuficientes, poderão ser cobrados administrativamente ou judicialmente após a notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Penalidades

11.1. Pela inexecução total ou parcial do presente contrato, o CONTRATANTE, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as penalidades de advertência e multa, além da responsabilidade civil e penal cabíveis.

11.2. A CONTRATADA se responsabiliza a indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados a pessoas, bens ou equipamentos, desde que comprovados, pela execução inadequada dos serviços, ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Dotação Orçamentária

12.1. As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria

consignada no Orçamento-Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Das Condições Gerais

- 13.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CONTRATADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.
- 13.2 - É vedado ao CONTRATADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Segunda deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.
- 13.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.
- 13.4 - A remuneração recebida pelo CONTRATADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.
- 13.6 - É vedado ao CONTRATADO delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução dos serviços previstos neste termo.
- 13.8 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do Foro

14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presente.

Blumenau (SC), 18 de janeiro de 2017.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Direto Executivo do CISAMVI

CONTRATADO

HOSPITAL ARQUIDIOCESÃO CÔNSUL CARLOS RENAUX

Pe. Nélcio Roberto Schwanke

CPF nº 093.550.819-87

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 007-2016 INSTITUTO EUVALDO LODIDE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE CONCESSÃO DE ESTÁGIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC, com sede na Rua São Paulo, nº 1147, bairro Victor Konder, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 83.843.912/0005-86, neste ato representado por Natalino Uggioni, inscrito no CPF sob o nº 481.065.699-34, doravante denominado CONTRATADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 007/2016, que ora é aditivo;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 007/2016, firmado em 15 de fevereiro de 2016, visando a manutenção e a execução do Programa de Concessão de Estágio, em consonância com a Lei nº 11.788/08;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 007/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, c/c 24, inciso II e § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 1988 do dia 04/05/2016, páginas 514, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 2069 do dia 26/08/2016, páginas 1035, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Décima Quarta do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, mantendo a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE
CISAMVI
Cleones Hostins

CONTRATADO
, INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC
Natalino Ugghioni

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 028-2016 CARDIOPRIME SSNTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E CARDIOPRIME SS.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, CARDIOPRIME SS, pessoa jurídica, com sede na Rua Amazonas, nº 301, bairro Ribeirão Fresco, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 81.160.251/0001-35, tendo como seu representante legal Sr. Julio Cesar Schulz, inscrito no CPF nº 046.349.299-45, doravante denominado CONTRATADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 028/2016, que ora é aditivo;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 028/2016, firmado em 09 de maio de 2016, visando a manutenção dos serviços especializados na área de saúde, nos termos da Cláusula Primeira – Do Objeto, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 028/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como, o Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 001/2016, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 1934 do dia 17/02/2016, paginas 813, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, mantendo a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE
CISAMVI
Cleones Hostins

CONTRATADO
CARDIOPRIME SS
Julio C. Schulz

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 029-2016 LAB PESQUISAS CLINICAS E BIOLOGICAS SANTO ANTONIO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA LABORATORIO DE PESQUISAS CLINICAS E BIOLOGICAS SANTO ANTONIO LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, LABORATORIO DE PESQUISAS CLINICAS E BIOLOGICAS SANTO

ANTONIO LTDA., com sede na Alameda Rio Branco, nº 496, bairro Centro, na cidade de Blumenau, inscrita no CNPJ nº 79.364.030/0001-37, tendo como seu representante legal Sr. Nilto Della Giustina, portador da Carteira de Identidade nº 4.465.410 e inscrito no CPF sob nº 339.355.059-49, doravante denominado CREDENCIADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 029/2016, que ora é aditivado;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 029/2016, firmado em 09 de maio de 2016, visando a manutenção dos serviços especializados na área de saúde, nos termos da Cláusula Primeira – Do Objeto, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 029/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como, o Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 001/2016, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 1934 do dia 17/02/2016, paginas 813, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, mantendo a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE

CISAMVI

Cleones Hostins

CONTRATADO

LAB. DE PESQUISAS CLINICAS E BIOLOGICAS S. ANTONIO LTDA

Nilto Della Giustina

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 030-2016 LAB ANALISE CLINICAS DR GERMANO HOFFANN FILHO LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA LABORATORIO DE ANALISE CLÍNICAS DR. GERMANO HOFFMANN FILHO LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, LABORATORIO DE ANALISE CLÍNICAS DR. GERMANO HOFFMANN FILHO LTDA., com sede na Av. Lauro Muller, nº 121 – Bairro Centro, na cidade de Brusque/SC, inscrita no CNPJ nº 79.013.397/0001-06, tendo como seu representante legal Sr. Germano Hoffmann Filho, portador da Carteira de Identidade nº 6.620.411 e inscrito no CPF sob nº 415.270.389-04, doravante denominado CREDENCIADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 030/2016, que ora é aditivado;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 030/2016, firmado em 09 de maio de 2016, visando a manutenção dos serviços especializados na área de saúde, nos termos da Cláusula Primeira – Do Objeto, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 030/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como, o Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 001/2016, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 1934 do dia 17/02/2016, paginas 813, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, mantendo a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE

CISAMVI

Cleones Hostins

CONTRATADO

LAB DE ANALISE CLÍNICAS DR. GERMANO HOFFMANN FILHO L. Germano Hoffmann Filho

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 032-2016 LAB ANALISE CLÍNICAS SCHUTZ LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SCHUTZ LTDA – ME (LABOTIM)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SCHUTZ LTDA – ME (LABOTIM), pessoa jurídica, com sede na Rua Germano Brandes, nº 169, bairro Centro, na cidade de Timbó/SC, inscrito no CNPJ nº 03.295.188/0001-30, neste ato representado por Henriete Colussi Oliva Benecke, portador da Carteira de Identidade nº 6.825.130 e inscrito no CPF sob nº 814.121.939-15, doravante denominado CREDENCIADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 032/2016, que ora é aditivado;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 032/2016, firmado em 10 de junho de 2016, visando a manutenção dos serviços especializados na área de saúde, nos termos da Cláusula Primeira – Do Objeto, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 032/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como, o Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 001/2016, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 1934 do dia 17/02/2016, paginas 813, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, mantendo a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE

CISAMVI

Cleones Hostins

CONTRATADO

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SCHUTZ LTDA – ME Henriete Colussi Oliva Benecke

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 060-2016 ANALISE LABORATORIO CLINICO LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 060/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA EMPRESA ANÁLISE LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, ANÁLISE LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 75, bairro Centro, na cidade de Timbó, inscrita no CNPJ sob o nº 79.397.741/0001-08, neste ato representado por Edson Carlo de Campos, portador da Carteira de Identidade nº 952.278 e inscrito no CPF sob o nº 383.308.229-15, doravante denominado CREDENCIADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 060/2016, que ora é aditivo;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 060/2016, firmado em 27 de junho de 2016, visando a manutenção dos serviços especializados na área de saúde, nos termos da Cláusula Primeira – Do Objeto, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 060/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como, o Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 001/2016, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 1934 do dia 17/02/2016, paginas 813, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, mantendo a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE

CISAMVI

Cleones Hostins

CONTRATADO

ANÁLISE LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA

Edson Carlo de Campos

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 061-2016 BLUSAUDE CLINICA MEDICA LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA BLUSAUDE CLINICA MÉDICA LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, BLUSAUDE CLINICA MÉDICA LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Amazonas, nº 560 – Térreo – Salas 02 a 07, bairro Garcia, na cidade de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 18.695.150/0001-22, neste ato representado por Roberto Almada Demarchi, portador da Carteira de Identidade nº 5.894.952 e inscrito no CPF sob o nº 048.490.229-60, doravante denominado CREDENCIADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 061/2016, que ora é aditivo;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 061/2016, firmado em 01 de julho de 2016, visando a manutenção dos serviços especializados na área de saúde, nos termos da Cláusula Primeira – Do Objeto, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a

manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 061/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como, o Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 001/2016, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 1934 do dia 17/02/2016, páginas 813, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, mantendo a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE

CISAMVI

Cleones Hostins

CONTRATADO

BLUSAUDE CLINICA MÉDICA LTDA Roberto Almada Demarchi

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 062-2016 HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO, pessoa jurídica, com sede na Rua Hermann Weege, nº 2727, bairro Centro, na cidade de Pomerode, inscrita no CNPJ sob o nº 85.461.093/0005-38, neste ato representado por Heinz Guenther, portador da Carteira de Identidade nº 522.648 e inscrito no CPF sob o nº 258.640.259-68, doravante denominado CREDENCIADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 062/2016, que ora é aditivado;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 062/2016, firmado em 01 de julho de 2016, visando a manutenção dos serviços especializados na área de saúde, nos termos da Cláusula Primeira – Do Objeto, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 062/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como, o Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 001/2016, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 1934 do dia 17/02/2016, páginas 813, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, mantendo a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE

CISAMVI

Cleones Hostins

CONTRATADO
HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO
Heinz Guenther

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 063-2016 RENATO DA SILVA - ME
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 063/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA RENATO DA SILVA – ME

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, RENATO DA SILVA - ME, pessoa jurídica, com sede na Rua Celso Ramos, nº 4400, bairro Centro, na cidade de Benedito Novo, inscrita no CNPJ sob o nº 83.633.362/0001-47, neste ato representado por Renato da Silva, portador da Carteira de Identidade nº 653.506-4 e inscrito no CPF sob o nº 057.123.359-72, doravante denominado CREDENCIADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 063/2016, que ora é aditivado;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 063/2016, firmado em 14 de julho de 2016, visando a manutenção dos serviços especializados na área de saúde, nos termos da Cláusula Primeira – Do Objeto, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 063/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como, o Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 001/2016, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 1934 do dia 17/02/2016, páginas 813, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, mantendo a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE
CISAMVI
Cleones Hostins

CONTRATADO
RENATO DA SILVA - ME
Renato da Silva

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 064-2016 ECOMAX CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 064/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA ECOMAX CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, ECOMAX CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Tiradentes, nº 303, bairro Bom Retiro, na cidade de Blumenau (SC), inscrita no CNPJ nº 79.364.642/0001-20 neste ato representado por Marco Antonio Rodacki, portador da carteira de identidade nº 4.907.976-0 e CPF nº 218.984.309-00, doravante denominado CREDENCIADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 064/2016, que ora é aditivado;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 064/2016, firmado em 28 de julho de 2016, visando a manutenção dos serviços especializados na área de saúde, nos termos da Cláusula Primeira – Do Objeto, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados, até a conclusão do próximo credenciamento;

Considerando que houve manifestação expressa do Credenciado em manter a prestação dos serviços relacionados na Clausula Primeira deste instrumento;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 064/2016, tendo como fundamento o presente instrumento os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como, o Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 003/2016, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 2033 do dia 07/07/2016, paginas 601, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração das cláusulas Primeira e Segunda do Contrato 064/2016.

CLAÚSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

Alteração da Cláusula Primeira - DO OBJETO

1.1 - O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços especializados de saúde em:

201010216	BIOPSIA DE FIGADO POR PUNCAO	400,00
201010534	BIOPSIA ESTEREOTAXICA	600,00
201010585	PUNCAO ASPIRATIVA DE MAMA POR AGULHA FINA	400,00

Os procedimentos serão prestados nas seguintes instalações:

- Ecomax Bom Retiro: Rua Tiradentes, nº 303, bairro Bom Retiro, na cidade de Blumenau (SC);
- Ecomax Mulher: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 350 – Edifício Augusta Pradi, 4º andar, bairro Centro, na cidade de Blumenau (SC).

Alteração da Cláusula Segunda - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 – O presente Termo Aditivo terá vigência de 01/01/2017 a 28/02/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE

CISAMVI

Cleones Hostins

CONTRATADO

ECOMAX CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA Marco Antonio Rodacki

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 065-2016 ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, e a ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA, empresa com sede em Brasília/DF, no SIA Trecho 17, Rua 20, lote 90, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.397.355/0001-30, neste ato representada legalmente por seu diretor, Leonardo César de Carvalho Ladeira, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n. 1.106.097 SSP/DF e CPF/MF 505.439.381-15, residente e domiciliado em Brasília/DF, doravante denominada ECUSTOMIZE, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 065/2016, que ora é aditivo;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 065/2016, firmado em 01 de agosto de 2016, visando dispor a utilização de sistema eletrônico de licitações, que permita realizar procedimentos licitatórios para aquisição de bens e serviços comuns, por meio da Internet, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 065/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, c/c com a Cláusula Sétima do referido Contrato, proveniente do Processo Administrativo 04/2016 – Dispensa de Licitação, nos termos do artigo 24, inciso II e § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 2068 do dia 25/08/2016, páginas 514, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Sétima do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE

CISAMVI

Cleones Hostins

CONTRATADO

ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA

Leonardo César de Carvalho Ladeira

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 066-2016 SKOPIA CLINICA DE ENDOSCOPIA E CIRURGIA LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA SKÓPIA CLINICA DE ENDOSCOPIA E CIRURGIA LTDA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, SKÓPIA CLINICA DE ENDOSCOPIA E CIRURGIA LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Amazonas, nº 560 – Térreo – Salas 08,09,10 e 11, bairro Garcia, na cidade de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 01.377.078/0001-92, neste ato representado por Heraldo Leandro Demarchi, portador da Carteira de Identidade nº 5.002.686-8 e inscrito no CPF sob o nº 922.275.039-04, doravante denominado CREDENCIADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 066/2016, que ora é aditivo;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 066/2016, firmado em 03 de agosto de 2016, visando a manutenção dos serviços especializados na área de saúde, nos termos da Cláusula Primeira – Do Objeto, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 066/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como, o Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 001/2016, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 1934 do dia 17/02/2016, páginas 813, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, mantendo a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE

CISAMVI

Cleones Hostins

CONTRATADO

SKÓPIA CLÍNICA DE ENDOSCOPIA E CIRURGIA LTDA

Heraldo Leandro Demarchi

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 067-2016 INSTITUTO DE GASTROENTEROLOGIA DE BLUMENAU LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA INSTITUTO DE GASTROENTEROLOGIA DE BLUMENAU LTDA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, INSTITUTO DE GASTROENTEROLOGIA DE BLUMENAU LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Engenheiro Rodolfo Ferraz, nº 293, Sala 01, bairro Centro, na cidade de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 73.258.337/0001-77, neste ato representado por Bruno Walter Wascheck, portador da Carteira de Identidade nº 3.300.887 e inscrito no CPF sob o nº 247.100.161-00, doravante denominado CREDENCIADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 067/2016, que ora é aditivo;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 067/2016, firmado em 05 de agosto de 2016, visando a manutenção dos serviços especializados na área de saúde, nos termos da Cláusula Primeira – Do Objeto, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 067/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como, o Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 001/2016, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 1934 do dia 17/02/2016, paginas 813, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, mantendo a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE

CISAMVI

Cleones Hostins

CONTRATADO

INST. DE GASTROENTEROLOGIA DE BLUMENAU LTDA

Bruno Walter Wascheck

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 068-2016 UNIANGIO LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA UNIANGIO LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, UNIANGIO LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Prefeito Frederico Busch Junior, nº 124, bairro Garcia, na cidade de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 01.530.839/0001-02, neste ato representado por Edson Luis Barbi Bottura, portador da Carteira de Identidade nº 16.819.125-8 e inscrito no CPF sob o nº 088.078.728-70, doravante denominado CREDENCIADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 068/2016, que ora é aditivo;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 068/2016, firmado em 05 de agosto de 2016, visando a manutenção dos serviços especializados na área de saúde, nos termos da Cláusula Primeira – Do Objeto, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 068/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como, o Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 001/2016, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 1934 do dia 17/02/2016, páginas 813, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, mantendo a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE

CISAMVI

Cleones Hostins

CONTRATADO

UNIANGIO LTDA

Edson Luis Barbi Bottura

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 069-2016 PRATES & ABREU SERVIÇOS MEDICOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA PRATES E ABREU SERVIÇOS MÉDICOS E DIAGNÓSTICOS LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, PRATES E ABREU SERVIÇOS MÉDICOS E DIAGNÓSTICOS LTDA (MD DIAGNOSTKA – INSTITUTO DE ULTRASSONOGRAFIA EM MEDICINA), pessoa jurídica, com sede na Rua Coronel Vidal Ramos, nº 01, Sala 205, bairro Jardim Blumenau, na cidade de Blumenau, inscrita no CNPJ nº 06.146.939/0002-26, neste ato representado por Sra. Fernanda Bisso Prates de Abreu, portadora da Carteira de Identidade nº 5461158 e inscrita no CPF nº 912725990-00 e o Sr. Leonardo Nardin de Abreu Prates, portador da Carteira de Identidade nº 5461216 e inscrito no CPF nº 266535058-04, doravante denominado CREDENCIADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 069/2016, que ora é aditivo;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 069/2016, firmado em 14 de setembro de 2016, visando a manutenção dos serviços especializados na área de saúde, nos termos da Cláusula Primeira – Do Objeto, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 069/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como, o Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº

006/2016, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 2069 do dia 26/08/2016, paginas 652, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, mantendo a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE

CISAMVI

Cleones Hostins

CONTRATADO

PRATES E ABREU SERVIÇOS MÉDICOS E DIAGNÓSTICOS LTDA Leonardo Nardin de Abreu Prates

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 070-2016 UNIANGIO LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 070/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA UNIANGIO LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, UNIANGIO LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Prefeito Frederico Busch Junior, nº 124, bairro Garcia, na cidade de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 01.530.839/0001-02, neste ato representado por Edson Luis Barbi Bottura, portador da Carteira de Identidade nº 16.819.125-8 e inscrito no CPF sob o nº 088.078.728-70, doravante denominado CREDENCIADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 070/2016, que ora é aditivo;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 070/2016, firmado em 21 de setembro de 2016, visando a manutenção dos serviços especializados na área de saúde, nos termos da Cláusula Primeira – Do Objeto, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 070/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como, o Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 006/2016, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 2069 do dia 26/08/2016, paginas 652, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, mantendo a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE

CISAMVI

Cleones Hostins

CONTRATADO

UNIANGIO LTDA

Edson Luis Barbi Bottura

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 071-2016 PRIME DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 071/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA PRIME DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - ME.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, PRIME DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - ME, pessoa jurídica, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 172, Loja 01, bairro São Luiz, na cidade de Brusque/SC, inscrita no CNPJ nº 19.169.459/0001-41, neste ato representado pelo Sr. Daniel Silva Bashqui, portador da Carteira de Identidade nº 6074967354 e inscrito no CPF nº 952.716.350-15, doravante denominado CREDENCIADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 071/2016, que ora é aditivo;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 071/2016, firmado em 21 de setembro de 2016, visando a manutenção dos serviços especializados na área de saúde, nos termos da Cláusula Primeira – Do Objeto, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 071/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como, o Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 006/2016, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 2069 do dia 26/08/2016, paginas 652, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, mantendo a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE
CISAMVI
Cleones Hostins

CONTRATADO
PRIME DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - ME
Daniel Silva Bashqui

TERMO ADITIVO 1 CONTRATO 072-2016 UNISON CLÍNICA DE ULTRASSONOGRAFIA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA UNISON CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro, UNISON CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Cuiabá, nº 212, bairro Bom Retiro, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ nº 97.466.387/0001-08, neste ato representado pelo Sr. Jaime Celso Gonçalves, portador da Carteira de Identidade nº 4/R-1.209.553 e inscrito no CPF nº 495.245.269-72, doravante denominado CREDENCIADO, de comum acordo, e

Considerando que permanecem os motivos ensejadores do contrato Nº. 072/2016, que ora é aditivo;

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 072/2016, firmado em 31 de outubro de 2016, visando a manutenção dos serviços especializados na área de saúde, nos termos da Cláusula Primeira – Do Objeto, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados;

Considerando que o serviço é de natureza contínua e de relevante interesse social, havendo vantagem para administração pública com a manutenção dos preços e das condições estabelecidas no presente instrumento;

RESOLVEM celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 072/2016, tendo como fundamento o presente Termo Aditivo os termos do inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8.666/93, bem como, o Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 006/2016, devidamente publicado na imprensa oficial DOM/SC - Edição Nº 2069 do dia 26/08/2016, paginas 652, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e pelas cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, mantendo a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 28 de Dezembro de 2016.

CONTRATANTE
CISAMVI
Cleones Hostins

CONTRATADO
UNISON CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA
Jaime Celso Gonçalves

CIAPS**REPUBLICAÇÃO:RESOLUÇÃO Nº 29, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Resolução nº 29, de 23 de Dezembro de 2016.

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta de Anulação, no valor de R\$ 6.050,24, e Crédito Adicional Especial por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 691,97, no Orçamento -Programa do CIAPS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e com base nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 15, de 29/12/2015 (Orçamento CIAPS 2016), na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2016 no valor de R\$ 6.050,24 (seis mil e cinquenta reais e vinte quatro centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Projeto/Atividade: 06.001.0008.0301.0011.2001 – Manutenção Atividades Saúde Mental	
Elemento: 3449000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 860,00
Vínculo: 1640116 – Transf. Convênio – Estado/Outros 2016	

Projeto/Atividade: 06.001.0008.0301.0011.2001 – Manutenção Atividades Saúde Mental	
Elemento: 3339000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 5.190,24
Vínculo: 1640116 – Transf. Convênio – Estado/Outros 2016	

Art. 2º - O Crédito Adicional de que trata o artigo anterior corre à conta de anulação parcial do saldo da dotação do seguinte elemento de despesa do Orçamento-Programa 2016:

Projeto/Atividade: 06.001.0008.0301.0011.2001 – Manutenção Atividades Saúde Mental	
Elemento: 3319000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 6.050,24
Vínculo: 1640116 – Transf. Convênio – Estado/Outros 2016	

Art. 3º - Fica aberto Crédito Adicional Especial ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ R\$ 691,97 (seiscentos e noventa e um reais e noventa e sete centavos) à conta do Excesso de Arrecadação, conforme segue:

Projeto/Atividade: 06.001.0008.0301.0011.2001 – Manutenção Atividades Saúde Mental	
Elemento: 3319000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 78,38
Vínculo: 1342116 – Transf. Convênio – União/Aplicação	

Projeto/Atividade: 06.001.0008.0301.0011.2001 – Manutenção Atividades Saúde Mental	
Elemento: 3319000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 613,59
Vínculo: 1003016 – Rec. Ordinários-2016 CIAPS Rateio Aplic.	

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Apiúna - SC, em 23 de Dezembro de 2016.

Nicanor Morro
Presidente do CIAPS

REPUBLICAÇÃO:RESOLUÇÃO Nº 30, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Resolução nº 30, de 27 de Dezembro de 2016.

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta de Anulação, no valor de R\$ 192,60, no Orçamento-Programa do CIAPS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e com base nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 15, de 29/12/2015 (Orçamento CIAPS 2016), na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2016 no valor de R\$ 192,60 (cento e noventa e dois reais e sessenta centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Projeto/Atividade: 06.001.0008.0301.0011.2001 – Manutenção Atividades Saúde Mental	
Elemento: 3339000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 192,60
Vínculo: 1640116 – Transf. Convênio – Estado/Outros 2016	

Art. 2º - O Crédito Adicional de que trata o artigo anterior corre à conta de anulação parcial do saldo da dotação do seguinte elemento de despesa do Orçamento-Programa 2016:

Projeto/Atividade: 06.001.0008.0301.0011.2001 – Manutenção Atividades Saúde Mental	
Elemento: 3319000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 192,60
Vínculo: 1640116 – Transf. Convênio – Estado/Outros 2016	

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Apiúna - SC, em 27 de Dezembro de 2016.
Nicanor Morro
Presidente do CIAPS

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2017

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2017

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE APIÚNA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS.

O MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. José Gerson Gonçalves, portador do RG nº 1725354 SSP/SC, CPF nº 633.345.699-340, doravante denominado CEDENTE, e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 542, centro, Apiúna/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.568.943/0001-95, neste ato representado pelo seu presidente Sr. José Gerson Gonçalves, portador do RG nº 1725354 SSP/SC, CPF nº 633.345.699-34, residente e domiciliado neste Estado,

doravante denominada CESSIONÁRIA, resolvem firmar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL, que prometem cumprir na melhor forma de direito, por si e seus legais sucessores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente instrumento tem por objeto a Cessão de Uso de um (01) automóvel GM/Prisma Joy, cor prata, ano de fabricação 2008, chassi 9BGRJ69809G107158, placa IOS-0249, Patrimônio nº 10023, com a finalidade de uso exclusivo pela CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES DO CESSIONÁRIO E DA CEDENTE, DA CONSERVAÇÃO DO BEM E DOS FINS DO SEU USO:

A CESSIONÁRIA deverá utilizar única e exclusivamente o bem objeto deste Termo para uso das atividades do CIAPS, assumindo total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda manutenção e quaisquer ocorrências que venham surgir com o bem durante a vigência deste, apuradas, no ato ou posteriormente, pelos meios administrativos ou judiciais pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MODALIDADE DA CESSÃO, DAS RESTRIÇÕES E TRANSFERÊNCIAS:

A presente cessão de uso é feita em caráter gratuito. Fica vedada a transferência pelo CESSIONÁRIO para uso de outros órgãos, pessoas físicas, instituições ou locais adversos ao ajustado na cessão de uso.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO:

O presente Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado no interesse das partes, mediante atendimento na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA QUINTA – DA VISTORIA

O CESSIONARIO declara expressamente ter efetuado a vistoria do bem ora cedido, encontrando-o inteiramente de acordo com a exposição que lhe foram feitas e em ótimo estado de conservação e em pleno funcionamento, nada tendo a reclamar ou exigir, obrigando-se a devolvê-lo nas mesmas condições que recebeu.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESTITUIÇÃO:

Terminado o prazo de vigência da cessão de uso, o bem cedido deverá ser devolvido à CEDENTE, mediante Termo de Recebimento depois de realizada a devida conferência do imóvel e seu estado de conservação pelo CEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do presente Termo inicia na data da sua assinatura e termina em 31 de Dezembro de 2020, ou até eventual rescisão ou denúncia por qualquer das partes, sendo a posse do bem transferida na mesma data ao CEDENTE.

Fica estipulada a possibilidade de prorrogação mediante termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO:

Fica eleito o foro da comarca de Acurra - SC, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Termo, podendo, os casos omissos, ser resolvidos de comum acordo pelas partes.

E, por assim estarem de pleno acordo, as partes subscritoras do presente Termo obrigam-se ao seu total e irrenunciável cumprimento, o qual lido e achado conforme, e lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, vão assinadas pelos

partícipes, e pelas 2 (duas) testemunhas abaixo relacionadas, para publicação e execução.

Apiúna (SC), 16 de Janeiro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal de Apiúna – CEDENTE

CIAPS – Consórcio Intermunicipal
De Atenção Psicossocial - CESSIONÁRIO
José Gerson Gonçalves – Presidente

TESTEMUNHAS:

Nome: Carlos Alberto Peixer Vinci
CPF: 309.044.399-68

Nome: Jean Marcos Benvenutti
CPF: 084.591.209-70

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2017/001

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2017/001 _____

Ao(s) um dia(s) do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, (01/01/2017), às 08:00 horas, na sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, presente o Sr. Fredy Richard Eichstaed, Coordenador Executivo do CIAPS, compareceu o(a) Sr(a). Paulo Roberto Weiss, que declarou vir, na forma do artigo 30, § 1º, do Estatuto do CIAPS, prestar o compromisso de posse para função de Presidente do CIAPS.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes a função pública, na qual foi empossado a partir desta data.

Assim sendo, ordenou o Sr. Coordenador Executivo lavrar o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Apiuna (SC), 01 de janeiro de 2017

Fredy Richard Eichstaed
Coordenador Executivo do CIAPS

Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio/SC – Presidente do CIAPS

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2017/002

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2017/002 _____

Ao(s) um dia(s) do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, (01/01/2017), às 08:00 horas, na sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, presente o Sr. Fredy Richard Eichstaed, Coordenador Executivo do CIAPS, compareceu o(a) Sr(a). Lairton Antônio Possamai, que declarou vir, na forma do artigo 30, § 2º, do Estatuto do CIAPS, prestar o compromisso de posse para função de vice-Presidente do CIAPS.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes a função pública, na qual foi empossado a partir desta data.

Assim sendo, ordenou o Sr. Coordenador Executivo lavrar o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Apiuna (SC), 01 de janeiro de 2017

Fredy Richard Eichstaed

Coordenador Executivo do CIAPS

Lairton Antônio Possamai

Prefeito de AscurraSC – Vice-Presidente do CIAPS

Editais de Notificação

BOM JARDIM DA SERRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 42/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 42/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AOU4018 55667978C 28/10/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 43/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 43/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZI1397	55667805C	17/12/2011	52742	175
LZI1397	55667806C	17/12/2011	52152	170
LZI1397	55667981C	18/12/2011	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 44/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 44/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEL3856	55668051C	22/01/2012	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 45/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8705 45/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXB1585	55667922C	30/03/2012	52741	175
LXT6127	55667921C	27/03/2012	50100	162 * I
MAJ9696	55667923C	30/03/2012	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 46/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8705 46/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IDA3365 55668065C 01/06/2012 55250 181 * XV
MAV7149 55668056C 12/02/2012 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 47/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8705 47/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEB9236	55667982C	12/05/2012	50100	162 * I
AEB9236	55667983C	12/05/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 48/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8705 48/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IKO1434	55668025C	20/05/2012	65564	230 * I
IKO1434	55668026C	20/05/2012	65992	230 * V
IKO1434	55668027C	20/05/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 49/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8705 49/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXY9169 55668069C 06/07/2012 56221 182 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 51/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8705 51/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYF2319	55668029C	19/08/2012	51691	165
LYF2319	55668030C	19/08/2012	50100	162 * I
LYF2319	55668031C	19/08/2012	65992	230 * V
LYF2319	55668032C	19/08/2012	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 52/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8705 52/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCE0358 55667985C 08/10/2012 52070 169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

BOTUVERÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 357/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 357/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

```

-----
AHK6326 54138504D 24/06/2012 51851 167
ARV5140 54138580D 03/06/2012 50450 162 * V
ARV5140 54138581D 03/06/2012 65800 230 * IV
CLS0802 54138593D 10/07/2012 65640 230 * II
LXN1150 54138507D 24/06/2012 65992 230 * V
LXN1150 54138508D 24/06/2012 50100 162 * I
LXN1150 54138509D 24/06/2012 51180 164 c/c 162 * I
LXN1150 54138510D 24/06/2012 65561 230 * I
LZA6738 54138701D 13/07/2012 65992 230 * V
MGA2534 54138703D 13/07/2012 65992 230 * V
-----

```

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 359/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 359/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

```

-----
Placa    N.Auto    Data Infr.  Infr/Desd.  Enquadramento
-----
LYI6178 54138503D 24/06/2012 66020 230 * VI
MAN6387 54138513D 28/06/2012 50100 162 * I
MAN6387 54138514D 28/06/2012 51180 164 c/c 162 * I
MAN6387 54138515D 28/06/2012 65561 230 * I
MDF1781 54138654D 21/06/2012 51851 167
MEA5893 54138662D 29/06/2012 53800 181 * I
MEG1980 54138333D 22/06/2012 69120 232
MGL5360 54138343D 19/07/2012 51180 164 c/c 162 * I
MGL5360 54138341D 19/07/2012 65992 230 * V
MGL5360 54138342D 19/07/2012 50100 162 * I
MJA5167 54138587D 24/06/2012 50100 162 * I
-----

```

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 361/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 361/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZH6354	54138430D	06/07/2012	65992	230 * V
MGJ3252	54138435D	23/07/2012	66102	230 * VII
MGJ3252	54138436D	23/07/2012	67001	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 362/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 362/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXE2214	54138441D	07/08/2012	65992	230 * V
LXE2214	54138442D	07/08/2012	50450	162 * V
MAW0996	54138340D	16/07/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 363/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 363/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYA9564	54138440D	07/08/2012	67001	230 * XVI
MCE8851	54138443D	10/08/2012	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 365/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 365/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AME8821	54138529D	13/08/2012	67002	230 * XVI
MCM8727	54138446D	13/08/2012	70481	244 * II
MDO1241	54138524D	10/08/2012	50100	162 * I
MDO1241	54138525D	10/08/2012	50610	163 c/c 162 * I
MFG8046	54138755D	31/08/2012	65800	230 * IV
MFV5772	54138438D	07/08/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 367/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 367/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CTQ5094	54138707D	14/08/2012	51852	167
MGE2683	54138531D	16/08/2012	69120	232
MGE2683	54138532D	16/08/2012	57200	186 * I
MGE2683	54138533D	16/08/2012	51691	165
MGH9512	54138710D	19/08/2012	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 369/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 369/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

CLM6261	54138519D	28/06/2012	51851	167
JPD4557	54138717D	14/09/2012	65992	230 * V
JPD4557	54138718D	14/09/2012	50450	162 * V
MBS5102	54138754D	22/08/2012	65992	230 * V
MFI4543	54138714D	21/08/2012	65563	230 * I
MIN6604	54138344D	06/09/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 371/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 371/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MDC3366	54138719D	17/09/2012	65992	230 * V
MDC3366	54138720D	17/09/2012	50100	162 * I
MDC3366	54138721D	17/09/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 372/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 372/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEI8379	54138756D	06/09/2012	52070	169
MHS1643	54138708D	15/08/2012	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 374/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 374/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAS5465 54138758D 12/09/2012 65800 230 * IV
MAS5465 54138759D 12/09/2012 66102 230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 376/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 376/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCL5327 54138535D 17/10/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 378/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 378/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZK3599 54138760D 16/10/2012 51852 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 379/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 379/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

GLY5910 54138803D 27/10/2012 52070 169
JPD4557 54138538D 21/11/2012 53040 176 * III

JPD4557 54138537D 21/11/2012 52820 176 * I
JPD4557 54138536D 21/11/2012 50450 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 380/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8196 380/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IKJ9651	54138675D	11/12/2012	51851	167
MBH7953	54138542D	11/12/2012	50610	163 c/c 162 * I
MBH7953	54138676D	11/12/2012	50100	162 * I
MJR3939	54138724D	16/11/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

CHAPECÓ**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 1028/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8655 1028/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CTH7776	55018059D	12/11/2011	66102	230 * VII
DHF6366	55019065D	04/11/2011	69120	232
IJX0244	55017893D	11/11/2011	65992	230 * V
KNA4780	55018974D	29/10/2011	50450	162 * V
LYB6147	55021057D	04/11/2011	66102	230 * VII
LZB1250	55017769D	12/11/2011	50450	162 * V
MCF9127	55017743D	01/11/2011	65992	230 * V
MCV6455	55018036D	11/11/2011	66532	230 * XI
MEG6150	55017887D	06/11/2011	50100	162 * I
MEH5984	55017892D	11/11/2011	66372	230 * IX
MEK0779	55017714D	04/11/2011	67002	230 * XVI
MEO6885	55019132D	01/11/2011	65992	230 * V
MER7896	55020970D	24/11/2011	65992	230 * V
MFK2358	55017766D	11/11/2011	69120	232
MFN7267	55019068D	12/11/2011	50450	162 * V
MFN7267	55019067D	12/11/2011	65992	230 * V
MIG7417	55021076D	03/11/2011	50100	162 * I
MJJ2230	55021211D	24/11/2011	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES
DELEGADA REGIONAL 12ª DRP

DOUTOR PEDRINHO**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 316/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8274 316/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYA8729 54771761C 23/11/2011 50610 163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 317/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8274 317/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWR0494 54771715C 02/12/2011 50100 162 * I
LZX3839 54771430C 13/12/2011 65992 230 * V
LZX3839 54771447C 13/12/2011 65561 230 * I
MDP3672 54771378C 04/01/2012 65992 230 * V
MDP3672 54771379C 04/01/2012 50371 162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 318/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8274 318/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCB7251 54771376C 23/12/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 319/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8274 319/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDX4207 54771380C 07/01/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 320/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8274 320/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBX2108 54771448C 30/01/2012 50100 162 * I
MBX2108 54771449C 30/01/2012 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 321/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8274 321/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAQ4625	54771765C	24/02/2012	66371	230 * IX
MAQ4625	54771764C	24/02/2012	65992	230 * V
MAQ4625	54771763C	24/02/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 322/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8274 322/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IAY4779	54771622C	06/03/2012	65300	228
MAR9514	54771388C	19/03/2012	65992	230 * V
MAR9514	54771389C	19/03/2012	52070	169
MAX0618	54771387C	10/03/2012	65800	230 * IV
MAX0618	54771386C	10/03/2012	50100	162 * I
MBI9287	54771853C	15/03/2012	55250	181 * XV
MEF4924	54771717C	22/02/2012	65992	230 * V
MEF4924	54771716C	22/02/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 324/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8274 324/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LYA8729	54771855C	25/03/2012	50100	162 * I
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 325/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 325/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MIT2229	54771767C	02/04/2012	50100	162 * I
---------	-----------	------------	-------	---------

MIT2229	54771766C	02/04/2012	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 326/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8274 326/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDY6245 54771400C 09/05/2012 65561 230 * I
MDY6245 54771399C 09/05/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 327/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8274 327/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IEK4531 54771225C 09/05/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 330/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8274 330/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBS7721	54771903C	04/07/2012	50100	162 * I
MBS7721	54771904C	04/07/2012	65992	230 * V
MFG0787	54771624C	28/06/2012	50100	162 * I
MFG0787	54771625C	28/06/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 331/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8274 331/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHB4184 54771857C 12/07/2012 50450 162 * V
MHB4184 54771858C 12/07/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 332/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8274 332/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWX0674 54771627C 16/08/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 334/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8274 334/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYQ0520	54771862C	24/10/2012	50100	162 * I
MBS7721	54771859C	15/09/2012	65992	230 * V
MBS7721	54771860C	15/09/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 335/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8274 335/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCW7298	54771915C	05/11/2012	66372	230 * IX
MCW7298	54771914C	05/11/2012	70640	244 * IV
MCW7298	54771913C	05/11/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RODRIGO EMANUEL MARCHETI
DELEGADO DE POLICIA

GUARACIABA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 429/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 429/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CES0689	55601804C	07/02/2012	51691	165
CES0689	55601803C	07/02/2012	65992	230 * V
MBV4296	55601680C	03/02/2012	50100	162 * I
MBV4296	55601681C	03/02/2012	50610	163 c/c 162 * I
MBV4296	55601682C	03/02/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 431/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 431/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KKL8594	55601683C	12/02/2012	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 433/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 433/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWU9147	55601851C	14/03/2012	69200	233
LXP4188	55601599C	13/03/2012	69200	233
LZC5498	55601807C	10/03/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 435/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 435/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BVM8618	55601806C	04/03/2012	65482	229
CDQ7551	55601855C	16/03/2012	69200	233
LWS5145	55601598C	28/02/2012	69200	233
MBJ7510	55601830C	19/03/2012	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 437/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 437/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEO0199	55601854C	05/03/2012	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 439/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 439/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LKE1721	55601859C	03/04/2012	69200	233
MJS4209	55601809C	23/04/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 441/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 441/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IAT2769	55601816C	13/05/2012	65482	229

LCP8212	55601868C	02/05/2012	69200	233
LYL3372	55601688C	16/04/2012	51691	165
LYL3372	55601689C	16/04/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 442/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 442/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BTF7631	55601862C	23/04/2012	69200	233
IHH6701	55601867C	19/04/2012	69200	233
MBH9288	55601863C	23/04/2012	69200	233
MIG9350	55601864C	23/04/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 444/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 444/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZS2879	55601812C	10/05/2012	65992	230 * V
LZS2879	55601813C	10/05/2012	50100	162 * I
MBP0323	55601819C	18/05/2012	62700	220 * II
MBP0323	55601820C	18/05/2012	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 446/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 446/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

IEV2532 55601818C 19/05/2012 54522 181 * VIII
JZP2205 55601701C 16/05/2012 69200 233
LXX5082 55601874C 21/05/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 447/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 447/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFB0893 55601705C 15/06/2012 69200 233
MKA6171 55601821C 25/05/2012 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 449/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 449/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

FQR1955 55601869C 16/05/2012 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 453/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 453/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CAF6890 55601704C 15/06/2012 69200 233
LWS7374 55601707C 08/06/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 454/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 454/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DLS4658	55601692C	01/07/2012	51851	167
DLS4658	55601693C	01/07/2012	65482	229
KLF3030	55601708C	21/06/2012	69200	233
LZL7626	55601540C	08/07/2012	69120	232
MJR7178	55601710C	25/06/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 455/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 455/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DEX8170	55601726C	21/07/2012	58350	195
IGQ7406	55601712C	05/07/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 456/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 456/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CLL3671	55601634C	01/08/2012	52742	175

MFD7795 55601635C 11/08/2012 54282 181 * V
MFD7795 55601636C 11/08/2012 65482 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 457/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 457/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CWI6666	55601727C	28/07/2012	60250	206 * IV
LZC5498	55930625B	18/08/2012	50100	162 * I
MAF2439	55601714C	06/08/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 458/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 458/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IIG0350 55601695C 10/08/2012 50450 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 459/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 459/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

EBC4944 55601716C 06/08/2012 69200 233
IAX6408 55601637C 11/08/2012 54282 181 * V

MEC4130 55601717C 06/08/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 460/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 460/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWR5223	55601719C	07/08/2012	69200	233
MGI9432	55601840C	07/09/2012	65992	230 * V
MGI9432	55601841C	07/09/2012	53470	178

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 462/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 462/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BXH8282	55601836C	27/08/2012	65482	229
DEC6496	55601721C	20/08/2012	69200	233
MCA4557	55601699C	25/09/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 463/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 463/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGN1946 55601842C 08/09/2012 65482 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 464/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 464/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALQ2158	55601783C	01/10/2012	69200	233
MDO7789	55601776C	28/08/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 465/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 465/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAQ4415	55601782C	09/09/2012	69200	233
MVN2911	55601781C	10/09/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 466/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 466/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXC9197	55601784C	01/10/2012	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

MAR5736 55601786C 20/09/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 468/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 468/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABC2503	55601844C	28/10/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 470/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 470/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBT4332 55601733C 27/10/2012 52312 172

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 471/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 471/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

GZO4514 55601845C 07/11/2012 51691 165
MBH0224 55601790C 25/11/2012 52742 175
MBH0224 55601791C 25/11/2012 60502 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

HERVAL D'OESTE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 763/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 763/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGJ0061	55555948C	22/11/2012	51851	167
HPB0547	55481888D	13/12/2012	73662	252 * VI
MHO8520	55481717D	19/11/2012	59593	203 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 764/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 764/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWZ7500	54642574C	23/11/2012	50450	162 * V
LWZ7500	54642575C	23/11/2012	51691	165
LYS5717	55849797A	22/12/2012	50100	162 * I
LYS5717	55849798A	22/12/2012	51180	164 c/c 162 * I
LYS5717	55849799A	22/12/2012	65992	230 * V
MCC7606	54770889B	04/12/2012	66102	230 * VII
MGC8949	54770890B	05/12/2012	65565	230 * I
MGC8949	54770891B	05/12/2012	65992	230 * V
MKG4682	55481782D	05/12/2012	50100	162 * I
MKG4682	55481783D	05/12/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 765/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 765/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAP3021	55481818D	16/12/2012	51851	167
KMA6462	55481898D	16/12/2012	51851	167
LXM8639	55481879D	03/12/2012	51851	167
MAN0531	55481824D	16/12/2012	51851	167
MAW1436	55555685C	21/12/2012	51851	167
MFL3544	55481877D	03/12/2012	51851	167
MHH2716	55481817D	16/12/2012	51851	167
MHW6369	55849796A	20/12/2012	59401	203 * III
MHZ4349	55481893D	16/12/2012	51851	167
MIM4318	55481822D	16/12/2012	51851	167
MJS8312	55481811D	30/11/2012	59401	203 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 768/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 768/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEF0522	55849434A	04/01/2013	65992	230 * V
MGB9602	55481684D	02/01/2013	69120	232
MIR4336	55481573D	03/01/2013	50100	162 * I
MIR4336	55481574D	03/01/2013	65992	230 * V
MJP8394	55481569D	07/12/2012	69120	232
MJP8394	55481570D	07/12/2012	50100	162 * I
MJP8394	55481571D	07/12/2012	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 769/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 769/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIS0063	55481904D	08/01/2013	51851	167
MGR8985	55481889D	13/12/2012	73662	252 * VI
MMM2323	55481885D	11/12/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 772/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8032 772/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHI9583 55555974C 15/01/2013 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 773/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 773/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDL5666 55555971C 13/01/2013 55411 181 * XVII

MEY0825 55481895D 16/12/2012 51851 167

MJP2899 55481825D 16/12/2012 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 776/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 776/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJW6251	55481609D	17/01/2013	50100	162 * I
AJW6251	55481610D	17/01/2013	50610	163 c/c 162 * I
MFB4052	55481909D	17/01/2013	69120	232
MFB4052	55481910D	17/01/2013	65564	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 777/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 777/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APJ0355	55555686C	03/01/2013	51851	167
MFB4052	55481908D	17/01/2013	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 778/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 778/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCQ9378	54642640C	21/01/2013	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 779/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 779/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAC8668	55481572D	30/12/2012	51691	165
MDL4692	55481762D	11/01/2013	65992	230 * V
MDU3583	55481786D	24/01/2013	65992	230 * V
MDU3583	55481787D	24/01/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 780/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 780/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
--- ---	---	---	---	---
AEP6931	55481951D	08/01/2013	73662	252 * VI
MBF5089	55481905D	08/01/2013	51851	167
---	---	---	---	---

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 783/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 783/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
---	---	---	---	---
LYN2883	54643186C	31/01/2013	65992	230 * V
---	---	---	---	---

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 784/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 784/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYN2883 55555975C 31/01/2013 70301 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 785/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 785/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADK8989 55482051D 06/02/2013 65992 230 * V
ADK8989 55482052D 06/02/2013 69120 232
ADK8989 55482053D 06/02/2013 66102 230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 786/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 786/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWS0645 54642023C 01/02/2013 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 789/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 789/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGC7001	55481689D	12/02/2013	50100	162 * I
MGC7001	55481690D	12/02/2013	65992	230 * V
MGC7001	55481691D	12/02/2013	50610	163 c/c 162 * I
MGC7001	55481692D	12/02/2013	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 790/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 790/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEW0462	55848497A	13/02/2013	58780	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 791/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 791/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXG7065	55481663D	23/02/2013	65992	230 * V
LXG7065	55481664D	23/02/2013	50100	162 * I
MLX3131	55482002D	31/01/2013	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 792/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 792/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIQ5567	55482117D	26/02/2013	59401	203 * III
MJG5379	55482055D	20/02/2013	52070	169
MJK6482	55482122D	26/02/2013	59401	203 * III
MJY1274	55482118D	26/02/2013	59401	203 * III
MKN1276	55482123D	28/02/2013	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 795/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 795/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDC0064	55482125D	28/02/2013	65992	230 * V
MDC0064	55482056D	28/02/2013	50100	162 * I
MDC0064	55482062D	28/02/2013	66371	230 * IX
MGIO452	55481921D	05/02/2013	50100	162 * I
MGIO452	55481922D	05/02/2013	65992	230 * V
MGIO452	55481923D	05/02/2013	51180	164 c/c 162 * I
MGIO452	55481924D	05/02/2013	69120	232
MGIO452	55481925D	05/02/2013	66102	230 * VII
MIJ0584	55482151D	28/02/2013	50450	162 * V
MIJ0584	55482152D	28/02/2013	65992	230 * V
MIJ0584	55482153D	28/02/2013	69120	232
MLA1900	55481830D	28/02/2013	65565	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 796/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 796/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYH6742	55482134D	01/03/2013	51851	167
MAO0270	55482102D	05/02/2013	59401	203 * III
MCT0405	55848496A	01/02/2013	54521	181 * VIII
MDC0064	55482057D	28/02/2013	58350	195
MDC0064	55482058D	28/02/2013	52151	170
MDC0064	55482059D	28/02/2013	52231	171

MDC0064	55482060D	28/02/2013	70482	244 * II
MDC0064	55482061D	28/02/2013	70640	244 * IV
MEN5346	55482103D	08/02/2013	60844	211
MHY4048	55481739D	09/02/2013	70991	244 * V II
MI10387	55482136D	01/03/2013	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TAIZE SAVI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 798/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 798/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWU3891	55481968D	21/03/2013	50100	162 * I
LWU3891	55481969D	21/03/2013	51180	164 c/c 162 * I
LWU3891	55481970D	21/03/2013	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

JACINTO MACHADO**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 441/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 441/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CCL3287 54891644C 01/12/2011 50100 162 * I
MFF1239 54891643C 01/12/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 442/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 442/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ICT6666	54891759C	06/12/2011	69200	233
IKV1861	54891646C	07/12/2011	65992	230 * V
IKV1861	54891647C	07/12/2011	50100	162 * I
MCG6916	54891681C	07/12/2011	69200	233
MGM1801	54891680C	07/12/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 444/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 444/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

IAU6849	54891686C	18/12/2011	69200	233
IPN5586	54891648C	16/12/2011	51851	167
LZS7191	54891685C	19/12/2011	69200	233
MAL1841	54891694C	03/01/2012	50100	162 * I
MAL1841	54891695C	03/01/2012	65992	230 * V
MFZ3053	54891766C	08/01/2012	66532	230 * XI
MFZ3053	54891767C	08/01/2012	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 446/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 446/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDF1916	54891762C	27/12/2011	69200	233
IHG2619	54891981C	23/12/2011	69200	233
JNO0006	54891690C	22/12/2011	69200	233
MAX7888	54891688C	22/12/2011	69200	233
MGP6611	54891760C	21/12/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 447/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 447/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYM0147 54891772C 18/01/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8376 449/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8376 449/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CES0238 54891768C 10/01/2012 69200 233
LXX6366 54891692C 03/01/2012 69200 233
LYE5111 54891764C 08/01/2012 65992 230 * V
LYE5111 54891765C 08/01/2012 69120 232
MBG4196 54891769C 11/01/2012 50100 162 * I
MBU6690 54891691C 03/01/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 450/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 450/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAC6862	54891783C	12/02/2012	58350	195
MIH8955	54891782C	11/02/2012	50100	162 * I
MIH8955	54891781C	11/02/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 453/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 453/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDG8342	54891773C	07/02/2012	69200	233
MEI5660	54891779C	09/02/2012	58350	195
MEI5660	54891778C	09/02/2012	66102	230 * VII
MEI5660	54891777C	09/02/2012	66700	230 * XIII
MEI5660	54891776C	09/02/2012	50100	162 * I
MEI5660	54891775C	09/02/2012	51180	164 c/c 162 * I
MET4509	54891780C	10/02/2012	66102	230 * VII
MHB4995	54891699C	05/02/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8376 454/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8376 454/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HCG8309	54891697C	31/01/2012	69200	233
ILY1405	54891983C	16/02/2012	69200	233
MBY1007	54891787C	21/02/2012	65992	230 * V
MBY1007	54891788C	21/02/2012	50100	162 * I
MBY1007	54891789C	21/02/2012	51180	164 c/c 162 * I

MBY1007	54891790C	21/02/2012	58350	195
MDN3978	54891784C	12/02/2012	65992	230 * V
MDN3978	54891785C	12/02/2012	50100	162 * I
MDN3978	54891786C	12/02/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 456/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 456/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFN7768	55637011D	18/03/2012	50100	162 * I
MFN7768	55637012D	18/03/2012	65992	230 * V
MFN7768	55637010D	18/03/2012	69120	232
MHS0157	54891791C	28/02/2012	50100	162 * I
MHS0157	54891792C	28/02/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 457/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 457/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCW8232	55637007D	11/03/2012	50100	162 * I
MCW8232	55637008D	11/03/2012	65992	230 * V
MDN9548	55637001D	08/03/2012	70561	244 * III
MDN9548	55637002D	08/03/2012	58350	195
MDN9548	55637003D	08/03/2012	52152	170
MIP0114	54891799C	08/03/2012	66102	230 * VII
MIP0114	54891800C	08/03/2012	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 458/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 458/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CEF4337	54891984C	28/02/2012	69200	233
IMS9323	54891794C	27/02/2012	69200	233
IMY5367	54891698C	02/03/2012	69200	233
MAH6091	55637009D	15/03/2012	69120	232
MCG7345	54891793C	27/02/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 459/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 459/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DXR5020	55637017D	24/03/2012	52070	169
MDE9554	55637023D	03/04/2012	65992	230 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 461/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 461/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCX1238 55637501D 21/04/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 462/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 462/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICJ1805	54891987C	26/03/2012	69200	233
INQ3939	54891986C	26/03/2012	69200	233
LXA5342	54891985C	22/03/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 463/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 463/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAZ5751	55637022D	03/04/2012	69200	233
MBH0272	55637530D	11/05/2012	64080	221
MBH0272	55637529D	11/05/2012	65992	230 * V
MBH0272	55637528D	11/05/2012	51180	164 c/c 162 * I
MBH0272	55637527D	11/05/2012	50100	162 * I
MBU1283	55637034D	14/04/2012	58350	195
MBU1283	55637033D	14/04/2012	52070	169
MBU1283	55637035D	14/04/2012	70301	244 * I
MBU1283	55637036D	14/04/2012	70561	244 * III
MBU1283	55637037D	14/04/2012	66532	230 * XI
MCA7347	55637024D	03/04/2012	50100	162 * I
MCA7347	55637025D	03/04/2012	70561	244 * III
MDZ8171	55637032D	12/04/2012	69200	233
MGB1782	55637018D	31/03/2012	50100	162 * I
MGB1782	55637019D	31/03/2012	66102	230 * VII
MGH7651	55637040D	20/04/2012	65992	230 * V
MGH7651	55637039D	20/04/2012	50100	162 * I
MJC1149	55637021D	03/04/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 465/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 465/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGA7640	55637519D	26/04/2012	66102	230 * VII
IAV0156	55637535D	13/05/2012	69120	232
IAV0156	55637534D	13/05/2012	51691	165
INF2126	55637524D	03/05/2012	50100	162 * I
INF2126	55637525D	03/05/2012	65992	230 * V
LYO6902	55637520D	26/04/2012	50100	162 * I
LYO6902	55637521D	26/04/2012	65992	230 * V
LZI7619	54891992C	11/05/2012	65992	230 * V
MBL1226	55637531D	11/05/2012	50100	162 * I
MBL1226	55637532D	11/05/2012	51180	164 c/c 162 * I
MBM7754	55637518D	26/04/2012	69200	233
MHE2160	55637523D	02/05/2012	65992	230 * V
MJB3562	55637526D	11/05/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 466/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 466/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXP5241	55637538D	15/05/2012	65992	230 * V
LXP5241	55637539D	15/05/2012	50100	162 * I
LYR2200	55637522D	02/05/2012	50450	162 * V
MBL1226	55637533D	11/05/2012	58350	195
MEI0472	54891993C	11/05/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 467/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 467/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYP3558 55637537D 17/05/2012 50100 162 * I
LYP3558 55637536D 17/05/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 468/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 468/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CHE0198 55637544D 22/05/2012 50100 162 * I
CHE0198 55637545D 22/05/2012 58350 195
DVS1969 55638262D 04/06/2012 69200 233
LXW9140 55637548D 23/05/2012 69200 233
LYJ7357 55638252D 25/05/2012 51180 164 c/c 162 * I
LYJ7357 55637550D 25/05/2012 50100 162 * I
LYJ7357 55638251D 25/05/2012 65992 230 * V
LYW4223 55638255D 28/05/2012 70301 244 * I
LYW4223 55638254D 28/05/2012 50100 162 * I
LYW4223 55638253D 28/05/2012 65992 230 * V
LYZ6697 55638259D 29/05/2012 50100 162 * I
LZY0401 55638257D 28/05/2012 50100 162 * I
LZY0401 55638256D 28/05/2012 65992 230 * V

MBA6729	55637540D	18/05/2012	69200	233
MDE7475	55638260D	29/05/2012	50100	162 * I
MDW8743	55638258D	28/05/2012	69200	233
MKJ7201	55638261D	31/05/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 469/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 469/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DXR5020	55638272D	23/06/2012	65482	229
LZU6526	55638266D	22/06/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 471/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 471/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JGO1213	54891995C	14/06/2012	50100	162 * I
JGO1213	54891996C	14/06/2012	65992	230 * V
MBX0672	55638263D	10/06/2012	66700	230 * XIII
MBX0672	55638264D	10/06/2012	66372	230 * IX
MDM0496	55638265D	13/06/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 472/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 472/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MDL3362	54892000C	28/05/2012	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 474/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 474/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BRC0695	54891998C	19/06/2012	69200	233
DVB1417	55638273D	23/06/2012	65482	229
LZW4810	55638267D	23/06/2012	51180	164 c/c 162 * I
LZW4810	55638268D	23/06/2012	50100	162 * I
MCO2158	54891997C	21/06/2012	69200	233
MDL3362	54891999C	28/05/2012	50100	162 * I
MGG4978	55638274D	24/06/2012	50100	162 * I
MGG4978	55638275D	24/06/2012	51180	164 c/c 162 * I
MGG4978	55638276D	24/06/2012	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 475/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 475/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCE0706	55638281D	15/07/2012	65992	230 * V
MCE0706	55638282D	15/07/2012	50100	162 * I
MCE0706	55638283D	15/07/2012	51180	164 c/c 162 * I
MCE0706	55638284D	15/07/2012	66102	230 * VII
MCE0706	55638285D	15/07/2012	70302	244 * I
MCE0706	55638286D	15/07/2012	66371	230 * IX
MF0299	55638317D	26/07/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 476/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 476/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LNN7352	55638277D	05/07/2012	69200	233
MCX3367	55638296D	18/07/2012	50100	162 * I
MHR5430	55638295D	17/07/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 479/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 479/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IFA9581	55638336D	30/07/2012	50450	162 * V
IFA9581	55638337D	30/07/2012	65992	230 * V
LZQ1171	55638311D	21/07/2012	50100	162 * I
LZQ1171	55638312D	21/07/2012	51180	164 c/c 162 * I
LZQ1171	55638313D	21/07/2012	65992	230 * V
MFK6691	55638321D	27/07/2012	50100	162 * I
MFK6691	55638322D	27/07/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 480/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 480/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMX0355	55638458D	08/08/2012	69200	233
BND9835	55638338D	30/07/2012	50100	162 * I
LXY4700	55638452D	06/08/2012	69200	233
LYY2246	55638461D	08/08/2012	50100	162 * I
LYY2246	55638462D	08/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
LYY2246	55638463D	08/08/2012	65992	230 * V
LZJ2443	55638459D	08/08/2012	69200	233
MAV8415	55638406D	02/08/2012	65992	230 * V
MAV8415	55638347D	02/08/2012	50100	162 * I
MAV8415	55638348D	02/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
MBG1173	55638344D	02/08/2012	50100	162 * I
MBQ3605	55638407D	02/08/2012	65992	230 * V
MBQ3605	55638409D	02/08/2012	66700	230 * XIII
MBQ3605	55638410D	02/08/2012	66532	230 * XI
MBQ3605	55638411D	02/08/2012	66020	230 * VI
MBV8746	55638403D	02/08/2012	50100	162 * I
MBV8746	55638404D	02/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
MBV8746	55638405D	02/08/2012	65992	230 * V
MBY9177	55638341D	02/08/2012	65992	230 * V
MCC0483	55638345D	02/08/2012	50100	162 * I
MCC0483	55638346D	02/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
MCC5635	55638342D	02/08/2012	66532	230 * XI
MCJ2077	55638318D	27/07/2012	66532	230 * XI
MCJ9983	55638329D	29/07/2012	58350	195
MCX6685	55638354D	07/08/2012	65992	230 * V
MCX6685	55638355D	07/08/2012	69120	232
MCX6685	55638356D	07/08/2012	66532	230 * XI
MDA6949	55638323D	27/07/2012	50100	162 * I

MDA6949	55638324D	27/07/2012	51180	164	c/c 162 * I
MDA6949	55638325D	27/07/2012	66700	230	* XIII
MDA6949	55638326D	27/07/2012	66532	230	* XI
MDA7672	55638401D	02/08/2012	50100	162	* I
MDA7672	55638402D	02/08/2012	51180	164	c/c 162 * I
MDQ4102	55638343D	02/08/2012	65992	230	* V
MET6596	55638332D	30/07/2012	69200	233	
MFF3129	55638453D	06/08/2012	69200	233	
MFF8297	55638349D	02/08/2012	50100	162	* I
MFF8297	55638350D	02/08/2012	51180	164	c/c 162 * I
MGU8831	55638339D	31/07/2012	69200	233	
MKC6461	55638465D	08/08/2012	66532	230	* XI
MKC6461	55638466D	08/08/2012	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 482/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 482/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCJ9983	55638330D	29/07/2012	70301	244 * I
MCJ9983	55638331D	29/07/2012	65992	230 * V
MCQ3982	55638487D	01/09/2012	66102	230 * VII
MCQ3982	55638486D	01/09/2012	65992	230 * V
MCQ3982	55638485D	01/09/2012	65800	230 * IV
MCQ3982	55638484D	01/09/2012	51180	164 c/c 162 * I
MCQ3982	55638483D	01/09/2012	50100	162 * I
MDJ4917	55638491D	01/09/2012	66102	230 * VII
MDJ4917	55638490D	01/09/2012	65992	230 * V
MDJ4917	55638489D	01/09/2012	51180	164 c/c 162 * I
MDJ4917	55638488D	01/09/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 483/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 483/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHC6045	55638473D	09/08/2012	69200	233
KMI9098	55638357D	13/08/2012	55411	181 * XVII
MAJ9940	55638426D	12/08/2012	50100	162 * I
MAJ9940	55638427D	12/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
MAK9358	55638476D	27/08/2012	69200	233
MFN2995	55638454D	08/08/2012	50100	162 * I
MFN2995	55638455D	08/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
MFN2995	55638456D	08/08/2012	66532	230 * XI
MFN2995	55638457D	08/08/2012	65800	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 484/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 484/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BCR0929	55638477D	01/09/2012	69200	233
BQP3441	55638437D	19/09/2012	69200	233
LYZ2099	55638481D	01/09/2012	65992	230 * V
LYZ2099	55638480D	01/09/2012	51180	164 c/c 162 * I
LYZ2099	55638479D	01/09/2012	50100	162 * I
LYZ2099	55638482D	01/09/2012	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 486/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 486/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBA9446	55637217D	26/09/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 489/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 489/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JBA1001	55638444D	04/10/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 491/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 491/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DIR7020	55637216D	25/09/2012	55250	181 * XV
IDC0470	55638373D	27/09/2012	50100	162 * I
LXC1948	55637220D	29/09/2012	66531	230 * XI
LYR3875	55637215D	25/09/2012	65561	230 * I
LYR3875	55637210D	25/09/2012	65992	230 * V
LYR3875	55637211D	25/09/2012	66102	230 * VII
LYR3875	55637212D	25/09/2012	66372	230 * IX
LYR3875	55637213D	25/09/2012	58350	195
LYR3875	55637214D	25/09/2012	52152	170
MCC6186	55637227D	02/10/2012	69200	233
MCR1797	55638372D	27/09/2012	69200	233
MIM2973	55637209D	25/09/2012	66532	230 * XI
MIM2973	55637208D	25/09/2012	50100	162 * I
MKG3216	55638383D	30/09/2012	51851	167
MVZ0268	55638374D	27/09/2012	66532	230 * XI
MVZ0268	55638375D	27/09/2012	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 493/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 493/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BLS6943	55638051D	11/10/2012	69200	233
DGB8626	55638386D	12/10/2012	73662	252 * VI
LXS9324	55638449D	04/10/2012	50450	162 * V
LXS9324	55638448D	04/10/2012	51930	168
LXS9324	55638447D	04/10/2012	69120	232
LXS9324	55637229D	04/10/2012	51180	164 c/c 162 * I
LXS9324	55637230D	04/10/2012	52151	170
LXS9324	55637231D	04/10/2012	58350	195
LXS9324	55638450D	04/10/2012	50960	163 c/c 162 * V
LXS9324	55637232D	04/10/2012	69471	235
LYJ6768	55637233D	05/10/2012	51851	167
MGB4462	55637234D	05/10/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 495/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 495/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MDW2301 55637249D 04/11/2012 51180 164 c/c 162 * I
MDW2301 55637248D 04/11/2012 50100 162 * I
MDW2301 55637247D 04/11/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 496/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 496/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

APF4441 55637237D 28/10/2012 66102 230 * VII
APF4441 55637236D 28/10/2012 51180 164 c/c 162 * I
APF4441 55637235D 28/10/2012 50100 162 * I
MEI0472 55637243D 28/10/2012 58350 195
MEI0472 55637242D 28/10/2012 66102 230 * VII
MEI0472 55637241D 28/10/2012 51180 164 c/c 162 * I
MEI0472 55637240D 28/10/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 499/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 499/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APF4441	55638072D	14/11/2012	58350	195
COL3121	55638089D	09/12/2012	50100	162 * I
COL3121	55638090D	09/12/2012	65565	230 * I
MDJ7917	55638113D	15/11/2012	65992	230 * V
MDJ7917	55638114D	15/11/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

LAJEADO GRANDE**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8667 84/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8667 84/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXP4399	54560713C	25/03/2012	50100	162 * I
LXP4399	54560714C	25/03/2012	65992	230 * V
LXP4399	54560715C	25/03/2012	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAJEADO GRANDE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALBINO DE SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

LEBON REGIS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 298/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 298/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGS6911	54681818C	11/05/2012	65992	230 * V
MAJ5902	54681859C	27/04/2012	50100	162 * I
MAJ5902	54681860C	27/04/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 299/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 299/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWW6048	54068123B	12/05/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 300/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 300/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIB9245	55347033D	09/06/2012	50100	162 * I
AIB9245	55347034D	09/06/2012	50610	163 c/c 162 * I
AIB9245	55347035D	09/06/2012	65992	230 * V
AIB9245	55347036D	09/06/2012	52820	176 * I
LXL5361	55347061D	20/04/2012	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

MORRO DA FUMAÇA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 635/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 635/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HUQ1564	55377935D	09/08/2012	55411	181 * XVII
LZM2370	55378569D	24/08/2012	55415	181 * XVII
MCG8807	55378490D	06/08/2012	50100	162 * I
MCG8807	55378489D	06/08/2012	65992	230 * V
MHM2932	55379660D	23/08/2012	55415	181 * XVII

MHW7638	55378434D	28/08/2012	50100	162	*	I
MJL2340	55378437D	28/08/2012	55500	181	*	XVIII
MJS7192	55378277D	30/08/2012	50100	162	*	I
MKF7049	55378632D	29/08/2012	54521	181	*	VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 637/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 637/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

DAL0144	55378564D	10/08/2012	55411	181	*	XVII
INP7038	55378664D	19/08/2012	73662	252	*	VI
LWR9523	55378714D	07/09/2012	65992	230	*	V
LWR9523	55378640D	07/09/2012	50100	162	*	I
LXR5563	55378642D	10/09/2012	55500	181	*	XVIII
LYN6576	55378492D	12/08/2012	51691	165		
LZY1472	55378658D	14/08/2012	65992	230	*	V
LZY1472	55378659D	14/08/2012	69120	232		
MAW2895	55378712D	07/09/2012	65992	230	*	V
MBK4874	55378709D	31/08/2012	50100	162	*	I
MBK4874	55378708D	31/08/2012	65992	230	*	V
MCD0112	55378677D	01/09/2012	57380	186	*	II
MCS0872	55378589D	05/09/2012	55415	181	*	XVII
MDP3058	55378650D	10/09/2012	55500	181	*	XVIII
MEM3239	55379675D	10/09/2012	54521	181	*	VIII
MFT2328	55377943D	03/09/2012	70301	244	*	I
MFT2601	55379665D	03/09/2012	55415	181	*	XVII
MGM7569	55378627D	05/08/2012	50100	162	*	I
MHL3397	55378633D	29/08/2012	55415	181	*	XVII
MHP3441	55378284D	05/09/2012	55415	181	*	XVII

MIT8278	55378430D	16/08/2012	50100	162	*	I
MJA3092	55378563D	10/08/2012	55411	181	*	XVII
MKL0050	55378641D	09/09/2012	50100	162	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 639/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 639/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AJE6189	55378576D	27/08/2012	55250	181	*	XV
DLP4982	55378801D	13/09/2012	54522	181	*	VIII
IOZ4568	55378575D	27/08/2012	55411	181	*	XVII
LXF7138	55379680D	10/09/2012	54522	181	*	VIII
LXS1717	55377950D	17/09/2012	66102	230	*	VII
LYF9141	55378703D	23/08/2012	55415	181	*	XVII
LYQ3898	55379662D	23/08/2012	60503	208		
MBJ4734	55379652D	11/08/2012	50100	162	*	I
MBJ4734	55379653D	11/08/2012	65992	230	*	V
MBJ4734	55379654D	11/08/2012	52152	170		
MCR3448	55378577D	27/08/2012	55411	181	*	XVII
MDM2879	55378276D	24/08/2012	50100	162	*	I
MDQ6221	55378447D	12/09/2012	70481	244	*	II
MEF7233	55378298D	14/09/2012	55415	181	*	XVII
MFC5438	55379681D	13/09/2012	55415	181	*	XVII
MFE0241	55378663D	19/08/2012	55411	181	*	XVII
MFE6198	55378687D	07/09/2012	57380	186	*	II
MFJ3811	55378702D	23/08/2012	50100	162	*	I
MFJ3811	55378701D	23/08/2012	65992	230	*	V
MFR5845	55378291D	11/09/2012	73662	252	*	VI
MFW0112	55378274D	21/08/2012	65992	230	*	V

MFW0112	55378273D	21/08/2012	50100	162	*	I
MHZ9715	55378684D	06/09/2012	65992	230	*	V
MHZ9715	55378683D	06/09/2012	50100	162	*	I
MIY6178	55379676D	10/09/2012	54521	181	*	VIII
MJD4528	55378643D	10/09/2012	55415	181	*	XVII
MJR0562	55379684D	13/09/2012	73662	252	*	VI
MJX2653	55378435D	28/08/2012	55500	181	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 641/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 641/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ALG2452	55378707D	27/08/2012	65992	230	*	V
BEN4200	55378494D	17/09/2012	73662	252	*	VI
MBQ7457	55378278D	30/08/2012	66102	230	*	VII
MCE5432	55378713D	19/09/2012	50100	162	*	I
MDP4518	55377940D	30/08/2012	54522	181	*	VIII
MHJ3373	55378673D	28/08/2012	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 645/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8248 645/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMK1075	55378752D	08/09/2012	55415	181 * XVII
CVT0276	55378761D	11/09/2012	55411	181 * XVII
DSX5416	55378808D	28/09/2012	64080	221
DSX5416	55378807D	28/09/2012	66102	230 * VII
DSX5416	55378806D	28/09/2012	65992	230 * V
DSX5416	55378805D	28/09/2012	50100	162 * I
LXB9451	55379672D	10/09/2012	54521	181 * VIII
LXT7333	55377941D	02/09/2012	70481	244 * II
LXT7333	55377942D	02/09/2012	58350	195
MAR6384	55379666D	03/09/2012	55416	181 * XVII
MBR3037	55378692D	12/09/2012	55411	181 * XVII
MCF8601	55378588D	05/09/2012	55415	181 * XVII
MCO5701	55378872D	02/10/2012	65992	230 * V
MEB9752	55378279D	02/09/2012	50100	162 * I
MEV7637	55378679D	04/09/2012	69120	232
MIH7611	55378815D	28/09/2012	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 647/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8248 647/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALF6537	55378860D	23/09/2012	55411	181 * XVII
BOO5832	55378958D	06/10/2012	50100	162 * I
LXU7371	55378967D	14/10/2012	58350	195
LXU7371	55378968D	14/10/2012	65992	230 * V
LXU7371	55378969D	14/10/2012	70481	244 * II
LXZ3450	55378908D	06/10/2012	50100	162 * I
LXZ3450	55378909D	06/10/2012	65992	230 * V
LYR0300	55378971D	14/10/2012	50100	162 * I
LYR0300	55378972D	14/10/2012	57380	186 * II
LYZ1589	55378696D	21/09/2012	52742	175
MBO9399	55378859D	23/09/2012	55411	181 * XVII
MDG7784	55378443D	06/09/2012	58350	195
MDG7784	55378442D	06/09/2012	70561	244 * III
MFD2573	55378970D	14/10/2012	50100	162 * I
MFR3514	55378876D	12/10/2012	57463	187 * I
MGT4612	55377949D	14/09/2012	70481	244 * II
MIR1585	55378495D	17/09/2012	73662	252 * VI
MKG9063	55378957D	05/10/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 649/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8248 649/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ATI9492	55378768D	15/10/2012	55411	181 * XVII
CIG7832	55378812D	28/09/2012	54521	181 * VIII
COY0944	55379690D	01/10/2012	55415	181 * XVII
IFF5567	55378766D	15/10/2012	55415	181 * XVII
JNT7171	55378730D	01/10/2012	55415	181 * XVII
JRA9124	55378727D	28/09/2012	55416	181 * XVII
LYX2207	55379698D	19/10/2012	55416	181 * XVII
LYX5618	55378871D	02/10/2012	50100	162 * I
MBH5754	55378855D	20/09/2012	50100	162 * I
MBH5754	55378854D	20/09/2012	65992	230 * V
MBQ6506	55378765D	15/10/2012	55415	181 * XVII
MCI3454	55378726D	29/09/2012	55415	181 * XVII
MDD2519	55378769D	15/10/2012	54521	181 * VIII
MDM2879	55378700D	27/09/2012	58350	195
MDM2879	55378699D	27/09/2012	52741	175
MFR5594	55378902D	24/09/2012	73662	252 * VI
MHZ4118	55378817D	14/10/2012	70481	244 * II
MHZ4118	55378818D	14/10/2012	68580	231 * VII
MIK8981	55378858D	23/09/2012	55411	181 * XVII
MIN0914	55378956D	02/10/2012	50100	162 * I
MIP5133	55378770D	15/10/2012	54521	181 * VIII
MJC9255	55378879D	16/10/2012	52742	175
MKE7129	55379699D	19/10/2012	55415	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 651/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8248 651/2012



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADR2402	55378775D	21/10/2012	54521	181 * VIII
AIG4113	55378504D	02/10/2012	69471	235
IJZ7758	55378955D	02/10/2012	50100	162 * I
ILG8601	55379060D	24/10/2012	55415	181 * XVII
MBH7805	55379053D	19/10/2012	73662	252 * VI
MGK0652	55379107D	23/10/2012	55415	181 * XVII
MGL2110	55379678D	10/09/2012	55415	181 * XVII
MHP3441	55378882D	22/10/2012	55415	181 * XVII
MJL5826	55378733D	01/10/2012	55500	181 * XVIII
MJV4368	55379687D	01/10/2012	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 652/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 652/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BBB2992	55378963D	07/10/2012	50100	162	*	I
CIA3669	55378724D	28/09/2012	55415	181	*	XVII
CIC7479	55379016D	27/10/2012	73662	252	*	VI
CKV7438	55378811D	28/09/2012	55416	181	*	XVII
MBQ7457	55378737D	04/10/2012	65992	230	*	V
MEI1564	55379105D	23/10/2012	54521	181	*	VIII
MGI0547	55378907D	04/10/2012	69471	235		
MGZ4746	55378735D	01/10/2012	55415	181	*	XVII
MIH6125	55378693D	18/09/2012	54521	181	*	VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 654/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 654/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABC0511	55379110D	05/11/2012	55416	181 * XVII
CJC9047	55379696D	13/10/2012	55500	181 * XVIII
HPV1870	55378776D	21/10/2012	55411	181 * XVII
IHR4423	55379014D	21/10/2012	55411	181 * XVII
IOB6595	55379064D	03/11/2012	54522	181 * VIII
LZZ0727	55378820D	20/10/2012	65992	230 * V
MBC7372	55378878D	16/10/2012	73662	252 * VI
MBG7339	55378826D	10/11/2012	65992	230 * V
MBG7339	55378828D	10/11/2012	66371	230 * IX
MBG7339	55378827D	10/11/2012	66372	230 * IX
MCC8097	55378825D	01/11/2012	50610	163 c/c 162 * I
MCC8097	55378824D	01/11/2012	50100	162 * I
MCG3120	55379109D	05/11/2012	55411	181 * XVII
MCG7826	55378773D	15/10/2012	55411	181 * XVII
MDS3041	55378738D	06/10/2012	52152	170

MEU6109	55379695D	13/10/2012	55500	181	*	XVIII
MFY3330	55378771D	15/10/2012	55415	181	*	XVII
MGV6719	55378964D	08/10/2012	70301	244	*	I
MGV6719	55378965D	08/10/2012	70481	244	*	II
MGV6719	55378966D	08/10/2012	58350	195		
MHH4154	55379013D	21/10/2012	55411	181	*	XVII
MIQ3338	55379693D	13/10/2012	54522	181	*	VIII
MKC2015	55379056D	20/10/2012	65482	229		
NDN8580	55378893D	03/11/2012	54522	181	*	VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 656/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 656/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CVV8081	55378880D	22/10/2012	55415	181 * XVII
LZP3276	55378898D	09/11/2012	73662	252 * VI
MCN4213	55378819D	20/10/2012	50100	162 * I
MDI4215	55378982D	10/11/2012	50100	162 * I
MII0526	55379066D	12/11/2012	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

PASSO DE TORRES

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 392/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8448 392/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXP8339 55418189D 30/08/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 394/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8448 394/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BPK3513 55418265D 19/10/2012 65565 230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 395/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 395/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWR3715 55418273D 03/11/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 397/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8448 397/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IAY3046	55418197D	17/10/2012	65992	230 * V
ISV4533	55418198D	17/10/2012	50100	162 * I
ISV4533	55418240D	17/10/2012	66372	230 * IX
MDJ2676	55417995D	09/10/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 398/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8448 398/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BGE7728	55418241D	24/10/2012	50100	162 * I
IOW6934	55417997D	24/10/2012	69120	232
MJY1288	55418403D	16/11/2012	65992	230 * V
MJY1288	55418247D	16/11/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 399/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 399/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IQQ6858	55418249D	16/11/2012	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 401/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8448 401/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IID1503 55418351D 13/11/2012 66102 230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

PINHEIRO PRETO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 245/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 245/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIF4534	55027224D	06/11/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 246/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 246/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEG4284	54622436C	13/11/2011	57200	186 * I
MIF4534	55027226D	06/11/2011	63943	220 * XIV
MIF4534	55027222D	06/11/2011	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 247/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 247/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCJ1280 55027173D 28/11/2011 52742 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 251/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 251/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEA2137 55027235D 12/01/2012 65992 230 * V
MGO6906 55027233D 12/01/2012 73400 252 * IV

MGO6906 55027232D 12/01/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 252/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 252/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXS6996	55027264D	07/12/2011	55250	181 * XV
MEA2137	55027236D	12/01/2012	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 254/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 254/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAP2411 55027244D 10/02/2012 50100 162 * I
MAP2411 55027243D 10/02/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 255/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 255/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHN0999 55027180D 04/01/2012 51851 167

BTJ8128	55027276D	09/02/2012	51851	167
LZW8825	55027238D	17/01/2012	51851	167
MAB7434	55027241D	17/01/2012	51851	167
MBW5812	55027275D	24/01/2012	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 256/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 256/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXG2358	55027245D	14/02/2012	66372	230 * IX
MCA0194	55027141D	18/02/2012	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 257/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 257/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGS4185 55027246D 01/03/2012 73400 252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 258/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 258/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDF1212 55027283D 24/03/2012 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 260/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 260/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAL9134	55027183D	27/01/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 261/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8542 261/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIU0611 55027279D 24/03/2012 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 262/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 262/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZL8188 55027503D 05/04/2012 51691 165
LZL8188 55027502D 05/04/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 263/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 263/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIN4028	55027452D	02/04/2012	51851	167
MEC9217	55027247D	29/03/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 266/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 266/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFO9472 55027519D 24/04/2012 50100 162 * I
MFO9472 55027517D 24/04/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 267/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 267/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFO9472 55027521D 24/04/2012 58350 195
MFO9472 55027518D 24/04/2012 70481 244 * II
MJV1922 55027460D 26/04/2012 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 269/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 269/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBZ5624	55027533D	27/05/2012	54522	181 * VIII
MER3135	55027466D	27/05/2012	55411	181 * XVII
MER3135	55027529D	27/05/2012	55411	181 * XVII
MJF7258	55027465D	27/05/2012	55411	181 * XVII
MJF7258	54655790C	27/05/2012	55411	181 * XVII
MLD1560	55027527D	26/05/2012	54521	181 * VIII
NGO6186	55027523D	20/05/2012	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 271/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 271/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKH6614	55027515D	14/05/2012	69200	233
LWX7875	55027506D	14/05/2012	69200	233
LXV2648	55027512D	14/05/2012	69200	233
LZC6014	55027514D	14/05/2012	69200	233
MBM6285	55027461D	04/05/2012	50100	162 * I
MBM6285	55027462D	04/05/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 272/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 272/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCN6140	55027470D	27/05/2012	65992	230 * V
MCN6140	55027469D	27/05/2012	52742	175
MHZ3350	55027522D	18/05/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 273/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 273/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BGQ4391	54655794C	27/05/2012	55411	181 * XVII
MGB3325	55027536D	27/05/2012	55411	181 * XVII
MGH1564	55027530D	27/05/2012	55411	181 * XVII
MJZ0431	54655792C	27/05/2012	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 275/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 275/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHE9045 54655797C 27/05/2012 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 276/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 276/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFQ2937 55027477D 25/06/2012 54522 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 278/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 278/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIK8166	54622439C	18/06/2012	52070	169
MJX5651	55027474D	25/06/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 282/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 282/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCN3258 55027486D 01/09/2012 70302 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 284/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 284/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGY0045 55027491D 07/10/2012 65992 230 * V

MGY0045 55027492D 07/10/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 285/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 285/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZL8188	55027494D	07/10/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 286/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 286/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXX0543 55027352D 06/10/2012 51851 167

LXX0543 55027498D 07/10/2012 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 287/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 287/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXH7766 55027495D 07/10/2012 50450 162 * V

LXH7766 55027496D 07/10/2012 65992 230 * V

LXH7766 55027497D 07/10/2012 66371 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 288/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8542 288/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJE5850	55027296D	16/11/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGELA NATIELI PERDONCINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

PLANALTO ALEGRE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 153/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8540 153/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDI6097 54806304C 13/11/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 156/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 156/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AES0816 54806288C 18/01/2012 69200 233
MGM4509 54806306C 08/01/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 157/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8540 157/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXU3223 54806194C 22/01/2012 52742 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 158/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8540 158/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JAM0910	54805915C	12/03/2012	58350	195
JAM0910	54805916C	12/03/2012	64400	224
JAM0910	54806300C	12/03/2012	65992	230 * V
MCS9068	54806299C	11/03/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 160/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 160/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKT5199	54805923C	18/03/2012	65992	230 * V
AKT5199	54805923C	18/03/2012	70561	244 * III
BGQ1766	54805926C	18/03/2012	52742	175
BGQ1766	54805926C	18/03/2012	65482	229
BRB2103	54805918C	18/03/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 161/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8540 161/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFI9101 54806292C 25/02/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 162/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8540 162/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACT7408	54805924C	18/03/2012	65482	229
MAR8961	54806291C	19/02/2012	68580	231 * VII
MIT3251	54806317C	09/04/2012	50100	162 * I
MIT3251	54806318C	09/04/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 164/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 164/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

GYZ8644	54805917C	18/03/2012	52742	175
LXU3223	54805919C	18/03/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 167/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8540 167/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCG0711	54806327C	16/06/2012	50100	162 * I
MDA1327	54806320C	27/05/2012	65992	230 * V
MDA1327	54806319C	27/05/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 168/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8540 168/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZD2576 54806323C 11/06/2012 69200 233
LZZ4208 54806322C 11/06/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 169/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 169/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

INL8517 54806321C 11/06/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 170/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8540 170/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JCA0006	54806059C	23/07/2012	69120	232
MBP4772	54806056C	23/07/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 171/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8540 171/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DCJ8928	54806332C	21/07/2012	50100	162 * I

MHN7680 55664102D 10/08/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 172/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8540 172/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DZP8862 54806057C 23/07/2012 50100 162 * I
DZP8862 54806058C 23/07/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 174/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8540 174/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BNM6978 54806333C 05/08/2012 52742 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 175/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8540 175/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXC0004 55664103D 23/08/2012 55411 181 * XVII
LZO4005 55664106D 15/09/2012 50100 162 * I
LZO4005 55664106D 15/09/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 176/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 176/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAC1792 55664002D 05/10/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 180/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8540 180/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DCA0080	54806340C	08/11/2012	50100	162 * I
MBU4390	54806338C	03/11/2012	50450	162 * V
MBU4390	54806336C	03/11/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 182/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8540 182/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBI8585 54806339C 03/11/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 183/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8540 183/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MEO0287	54806341C	13/11/2012	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

PORTO UNIÃO**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 827/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 827/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFP4166	54199208D	17/02/2012	51691	165
AFP4166	54199207D	17/02/2012	52742	175
AOL2552	54198036D	15/02/2012	69200	233
HFV9595	54198031D	15/02/2012	69200	233
LXN4645	54197684D	15/02/2012	69200	233
LYL7225	54197468D	13/01/2012	50450	162 * V
MDH9135	54197725D	28/01/2012	73400	252 * IV
MYW3759	54197677D	15/02/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 828/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 828/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEW5255	54198020D	15/02/2012	54600	181 * IX
MGR9053	00004251A	28/01/2012	55412	181 * XVII
MHT0750	54199153D	20/01/2012	60501	208
MIN8177	54197997D	20/02/2012	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 830/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 830/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXX5918	54614506C	29/02/2012	69120	232
LYL7225	54197469D	13/01/2012	65992	230 * V
MFF7226	54615755C	27/02/2012	51180	164 c/c 162 * I
MFF7226	54197900D	27/02/2012	50100	162 * I
MGH7552	54198001D	07/02/2012	51180	164 c/c 162 * I
MGH7552	54198002D	07/02/2012	50100	162 * I
MGH7552	54198003D	07/02/2012	65992	230 * V
MIP4268	54199602D	22/02/2012	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 831/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 831/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAX8965	54199211D	23/02/2012	51851	167
ACQ6600	00004226A	24/01/2012	55412	181 * XVII
AKL2497	54199610D	24/02/2012	55680	181 * XIX
AKL2497	54199609D	24/02/2012	61220	214 * I
KLO1235	54197595D	29/02/2012	51851	167
LXV5509	54197735D	31/01/2012	55250	181 * XV
LXX5918	54614505C	29/02/2012	51851	167
MBH4382	54197594D	29/02/2012	51851	167
MEW5255	54197987D	13/02/2012	55411	181 * XVII
MGH7552	54198004D	07/02/2012	70302	244 * I
MGN6317	00004265A	31/01/2012	55412	181 * XVII
MHG6553	00004228A	24/01/2012	55412	181 * XVII
MLA7277	54199210D	23/02/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 834/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 834/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AOM1719	54198026D	15/02/2012	69200	233
LXO2558	54615278C	10/03/2012	65992	230 * V
LXO2558	54613239C	10/03/2012	50100	162 * I
MCI9051	54197674D	15/02/2012	69200	233
MEA2433	54613240C	10/03/2012	50100	162 * I
MEA2433	54613241C	10/03/2012	65992	230 * V
MFD6406	54615893C	27/02/2012	65992	230 * V
MGM5481	54615756C	27/02/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 835/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 835/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DAP7801	54198993D	18/02/2012	65300	228
KHA0007	54615298C	16/03/2012	54521	181 * VIII
LZY2760	00004229A	24/01/2012	55412	181 * XVII
MAY2618	54199457D	14/03/2012	51852	167
MBF8873	54199157D	04/03/2012	61810	215 * II
MBF8873	54614470C	04/03/2012	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 837/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 837/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDL8392	54199212D	23/02/2012	65992	230 * V
MII7495	54199503D	22/03/2012	65992	230 * V
MII7495	54199504D	22/03/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 838/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 838/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALJ6642	54199636D	06/03/2012	70640	244 * IV
MEN7553	54199580D	25/03/2012	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 840/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 840/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALM3911	54613218C	03/03/2012	65563	230 * I
AOY3682	54614175C	18/03/2012	69120	232
MCN0302	54615895C	03/03/2012	66532	230 * XI
MJD3876	54615896C	03/03/2012	50100	162 * I
MJD3876	54615897C	03/03/2012	66532	230 * XI
MJD3876	54615898C	03/03/2012	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 841/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 841/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAV3285	54615949C	08/03/2012	58350	195
AEJ0478	54199469D	14/03/2012	51851	167
AIP1735	54615273C	10/03/2012	57380	186 * II
AJV7639	54199505D	26/03/2012	54522	181 * VIII
BII1073	54199338D	04/03/2012	55250	181 * XV
DAA2235	54199642D	06/03/2012	70640	244 * IV
MCV7862	54199231D	09/03/2012	51851	167
MII4601	54615479C	24/03/2012	58350	195
MJI3092	54199470D	14/03/2012	51851	167
MJL4118	54615267C	08/03/2012	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 843/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 843/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDL3144	54199454D	14/03/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 845/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8426 845/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHE1645	54613247C	12/03/2012	57380	186 * II
CJE4990	00004205A	20/01/2012	55412	181 * XVII
MEM3353	54199456D	14/03/2012	51852	167
MHG6553	00004500A	24/03/2012	55412	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 846/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 846/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADL0505	54613578C	20/04/2012	66700	230 * XIII
ALG5183	54199416D	13/04/2012	69200	233
AME1573	54199425D	13/04/2012	69200	233
AOX6687	54199705D	13/04/2012	69200	233
AVM4747	54199716D	13/04/2012	69200	233

MBG1579	54199637D	06/03/2012	65992	230	* V
MBJ3596	54198061D	15/04/2012	50100	162	* I
MCC4985	54199570D	24/03/2012	50100	162	* I
MCC4985	54199568D	24/03/2012	65992	230	* V
MCF5480	54615308C	03/04/2012	65992	230	* V
MGP1418	54199417D	13/04/2012	69200	233	
MHU4969	54615758C	27/02/2012	69120	232	
MHU4969	54615757C	27/02/2012	50450	162	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 847/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 847/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKH0514	00004477A	20/03/2012	55412	181 * XVII
AKH0514	00004485A	21/03/2012	55412	181 * XVII
AMM0301	54614535C	09/04/2012	55411	181 * XVII
ANS4727	54199500D	18/04/2012	51851	167
ATP1993	54199497D	18/04/2012	51851	167
AXB6006	54199502D	22/03/2012	54522	181 * VIII
IEH6542	54614267C	20/04/2012	51851	167
LZG0835	54199237D	09/03/2012	51851	167
LZQ7605	54614269C	20/04/2012	51851	167
MAI5770	54615275C	10/03/2012	51930	168
MCV7074	54613581C	23/04/2012	51851	167
MCV7074	54613582C	23/04/2012	51852	167
MDD4390	00004519A	29/03/2012	55412	181 * XVII
MFW6145	54614518C	08/03/2012	59670	203 * V
MGX7856	54199100D	12/04/2012	65300	228
MIY3061	54199590D	28/03/2012	73662	252 * VI

MJC0507	54617587C	12/04/2012	55412	181 * XVII
MJD3338	54614256C	19/04/2012	51851	167
MJK8782	54199534D	23/04/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 849/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 849/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAN3896	54199096D	02/04/2012	66371	230 * IX
AAN3896	54617582C	02/04/2012	65992	230 * V
AAN3896	54199093D	02/04/2012	67261	230 * XVIII
AAN3896	54199094D	02/04/2012	69120	232
AAN3896	54199095D	02/04/2012	50450	162 * V
MFF7226	54199520D	18/04/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 850/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 850/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AET2240	54198263D	28/04/2012	51851	167
LPC0766	54199745D	27/04/2012	51851	167
MHL3056	54614272C	20/04/2012	51852	167
MJQ1919	54198253D	27/04/2012	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 853/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 853/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AHN1525	54198286D	01/05/2012	51852	167	
AHN7910	00004569A	04/04/2012	55412	181	* XVII
AHW7787	54196676D	10/05/2012	51851	167	
AKH0514	00004582A	10/04/2012	55412	181	* XVII
ALK3040	54198285D	01/05/2012	51852	167	
ARR9144	54199744D	27/04/2012	51851	167	
CCX0711	00004472A	19/03/2012	55412	181	* XVII
COX0761	54199775D	05/05/2012	51851	167	
CTB8106	54199790D	06/05/2012	59670	203	* V
KSR4286	54198157D	01/05/2012	51851	167	
LZK7375	00004498A	24/03/2012	55412	181	* XVII
MBI8327	54196675D	10/05/2012	73662	252	* VI
MBQ8009	54198288D	01/05/2012	51852	167	
MCR5508	54198314D	06/05/2012	51851	167	
MDN7510	54198289D	01/05/2012	51852	167	
MDV3387	54198209D	01/05/2012	51852	167	
MFK3259	54614547C	01/05/2012	51852	167	
MGA4702	54198283D	01/05/2012	51852	167	
MGU8399	54198208D	01/05/2012	59670	203	* V
MIN8177	54198234D	02/05/2012	51851	167	
MIS5876	54199783D	05/05/2012	51851	167	
MIZ5681	54198280D	01/05/2012	51852	167	
MJY9268	54198214D	01/05/2012	51852	167	
MKA6159	54614543C	01/05/2012	51852	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 856/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 856/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ABF9459	54199715D	13/04/2012	69200	233	
AEZ1089	54198167D	06/05/2012	50100	162	* I
AEZ1089	54198168D	06/05/2012	69120	232	
CBA1947	54199706D	13/04/2012	69200	233	
CMD8421	54199970D	09/05/2012	65992	230	* V
KOJ3001	54199708D	13/04/2012	69200	233	
MAK7629	54199423D	13/04/2012	69200	233	
MDQ2044	54199424D	13/04/2012	69200	233	
MGK8697	54199702D	13/04/2012	69200	233	
MGP2137	54199488D	15/04/2012	69120	232	
MIZ8542	54199994D	09/05/2012	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 857/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 857/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEZ1089	54198169D	06/05/2012	58350	195
AKH0749	00004618A	18/04/2012	55412	181 * XVII
ANQ8370	00004643A	20/04/2012	55412	181 * XVII
LYE6940	00004623A	18/04/2012	55412	181 * XVII
MJJ1072	00004629A	19/04/2012	55412	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 860/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 860/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BLW3777	54198066D	19/04/2012	50450	162 * V
BLW3777	54198067D	19/04/2012	66371	230 * IX
CFR5607	54196791D	14/05/2012	65992	230 * V
DEC8393	54199712D	13/04/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 861/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 861/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CEZ4338	00004640A	20/04/2012	55412	181 * XVII
GW13773	54199997D	09/05/2012	51851	167
LXR0819	54196945D	17/05/2012	51852	167
LYI7318	54614279C	23/04/2012	51851	167
LZS7415	54196759D	13/05/2012	51851	167
LZY5659	54196769D	13/05/2012	51852	167
MAW3945	54614263C	20/04/2012	59242	203 * I
MBX4288	00004504A	26/03/2012	55412	181 * XVII
MCP6522	54199171D	11/05/2012	57380	186 * II
MEN3214	54199538D	23/04/2012	70302	244 * I
MEN3214	54199535D	23/04/2012	58350	195
MEN3214	54199536D	23/04/2012	52070	169
MEN3214	54199537D	23/04/2012	70640	244 * IV
MGW8569	54196913D	14/05/2012	59670	203 * V
MHD9633	54196909D	14/05/2012	59670	203 * V
MHI1741	00004525A	29/03/2012	55412	181 * XVII
MIK6281	54198203D	27/04/2012	51851	167
NBT7473	54613577C	20/04/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 864/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 864/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANN6536	54197052D	21/05/2012	73400	252 * IV
AOM6651	54197114D	29/05/2012	69120	232
LYQ7006	54198244D	02/05/2012	69120	232
MCE6100	54200054D	08/05/2012	50531	162 * VI
MDZ5581	54197057D	21/05/2012	69120	232
MEO6180	54197193D	25/05/2012	66700	230 * XIII
MEO6180	54197192D	25/05/2012	66102	230 * VII
MFF7226	54196851D	18/05/2012	50100	162 * I
MHH2735	54200079D	23/05/2012	67693	230 * XXII
MJL9073	54198154D	01/05/2012	50100	162 * I
MJL9073	54198156D	01/05/2012	65991	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 865/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 865/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAM3147	54197155D	22/05/2012	51851	167
ANB5868	54197097D	21/05/2012	51851	167
BLW1547	54199442D	04/05/2012	73662	252 * VI
BYH7336	54197760D	22/05/2012	51851	167
CJD8452	54199533D	21/04/2012	55500	181 * XVIII
DTC7629	54199974D	09/05/2012	59670	203 * V
HAO8336	54614284C	01/05/2012	51852	167

INF6330	54199820D	29/05/2012	73662	252 * VI
LWT4803	54198305D	05/05/2012	51852	167
LYI7318	54199169D	05/05/2012	54600	181 * IX
LZE7022	54199760D	05/05/2012	51852	167
MCS9085	54197168D	25/05/2012	51852	167
MDR5955	54197088D	21/05/2012	51852	167
MEO3286	54197181D	25/05/2012	51852	167
MGG8163	54197248D	29/05/2012	51851	167
MHR3461	54198153D	01/05/2012	51852	167
MIO9501	54197190D	25/05/2012	51851	167
MJF0341	54197283D	30/05/2012	51852	167
MJL9073	54198155D	01/05/2012	58350	195
MJM8201	54199545D	30/04/2012	57380	186 * II
MMD0205	54196967D	18/05/2012	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 868/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 868/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIU3289	54200099D	30/05/2012	69120	232
MDH3437	54198105D	06/05/2012	69120	232
MEH0711	54196814D	02/06/2012	52743	175
MER6011	54196694D	13/05/2012	65992	230 * V
MER6011	54196695D	13/05/2012	50450	162 * V
MER6011	54196696D	13/05/2012	50960	163 c/c 162 * V
MHD0769	54197116D	02/06/2012	66372	230 * IX
MQO7280	54615311C	28/04/2012	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 869/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 869/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHH5945	54196903D	14/05/2012	51852	167
AKE2907	54197299D	02/06/2012	51851	167
AKE2907	54197293D	02/06/2012	59670	203 * V
CSL8282	54196674D	10/05/2012	51851	167
GLB4616	54197300D	02/06/2012	51851	167
JYR1665	54199438D	01/05/2012	51851	167
LXO0885	54196901D	14/05/2012	51851	167
MAW2108	54197258D	29/05/2012	56144	182 * V
MBM2642	54196763D	13/05/2012	51851	167
MBM9488	54196911D	14/05/2012	59670	203 * V
MBN5224	54197122D	02/06/2012	51852	167
MBN5224	54197296D	02/06/2012	59670	203 * V
MCY9337	54196690D	13/05/2012	51852	167
MEH0711	54197850D	02/06/2012	51851	167
MFL5875	00004617A	17/04/2012	55412	181 * XVII
MFZ4544	54614288C	05/05/2012	51851	167
MGL2255	54197292D	02/06/2012	59670	203 * V
MIS7497	54198274D	01/05/2012	51852	167
MJF4419	54197176D	25/05/2012	51852	167
MJP8392	54197120D	02/06/2012	59670	203 * V
MKG1512	54197297D	02/06/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 872/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 872/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ILM2472	54202850D	11/06/2012	65992	230 * V
MDM2974	54197416D	07/06/2012	66102	230 * VII
MFV8875	54197025D	22/05/2012	65992	230 * V
MFV8875	54197024D	22/05/2012	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 873/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 873/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFN4794	54197431D	07/06/2012	51851	167
AFN4794	54197432D	07/06/2012	51852	167
AGJ6652	54197421D	07/06/2012	59670	203 * V
AJB1428	54197419D	07/06/2012	51851	167
AQG8714	54197424D	07/06/2012	59670	203 * V
DUP6561	54196953D	18/05/2012	51852	167
DWL7692	54202757D	11/06/2012	51852	167
HLG4475	54196758D	13/05/2012	51852	167
HRA7146	54202825D	07/06/2012	59670	203 * V
JTA4274	54200063D	16/05/2012	55680	181 * XIX
LWY3105	54197139D	02/06/2012	51851	167
MCA2980	54202758D	11/06/2012	51851	167
MEC3580	54202806D	07/06/2012	58350	195
MFR0385	54196912D	14/05/2012	59670	203 * V
MIB5699	54197422D	07/06/2012	59670	203 * V
MIP5735	54202817D	07/06/2012	59670	203 * V
NEK0811	54198075D	06/06/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 876/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 876/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACJ5790	54199873D	14/06/2012	69200	233
AEU2140	54196622D	14/06/2012	69200	233
AHG6472	54196616D	14/06/2012	69200	233
AKU9035	54197015D	22/05/2012	50100	162 * I
AKU9035	54197023D	22/05/2012	65992	230 * V
AMB2829	54199836D	06/06/2012	65992	230 * V
CBQ7103	54197338D	18/06/2012	50450	162 * V
DSL8820	54200084D	26/05/2012	69120	232
DSL8820	54200083D	26/05/2012	52742	175
LXN4788	54197014D	22/05/2012	65992	230 * V
LXN4788	54197013D	22/05/2012	69120	232
MDF3116	54197318D	14/06/2012	50450	162 * V
MDF3116	54197321D	14/06/2012	69120	232
MEY3813	54196614D	14/06/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 877/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 877/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEJ3773	54197761D	22/05/2012	51851	167
AHP8059	54200100D	30/05/2012	73662	252 * VI
CHQ8545	54197303D	29/05/2012	51852	167

LXQ9377	54198264D	28/04/2012	51852	167
MBB1618	54202774D	14/06/2012	51851	167
MBC0295	00004612A	16/04/2012	55412	181 * XVII
MDF3116	54197319D	14/06/2012	70301	244 * I
MDF3116	54197320D	14/06/2012	70991	244 * VII
MDF3116	54197317D	14/06/2012	73662	252 * VI
MFP6034	54199844D	14/06/2012	51851	167
MHE0988	54197053D	21/05/2012	51851	167
MHP2357	54197016D	22/05/2012	51851	167
MIO4135	54197108D	29/05/2012	51851	167
MMH7008	54197062D	21/05/2012	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 879/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 879/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDS3108	54203016D	26/06/2012	50450	162 * V
MEK3044	54197359D	31/05/2012	67693	230 * XXII
MEO5986	54197373D	16/06/2012	50100	162 * I
MEO5986	54197382D	16/06/2012	50610	163 c/c 162 * I
MEO5986	54197381D	16/06/2012	65992	230 * V
MEX7239	54618584C	22/06/2012	65992	230 * V
MEX7239	54614224C	22/06/2012	66372	230 * IX
MEX7239	54614223C	22/06/2012	66531	230 * XI
MGB2749	54199925D	23/06/2012	65561	230 * I
MGB2749	54199926D	23/06/2012	67261	230 * XVIII
MII3195	54196820D	22/06/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 880/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 880/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFK9220	54202743D	26/06/2012	51851	167
AJB7893	54614210C	22/06/2012	59670	203 * V
BUL5100	54614215C	22/06/2012	59670	203 * V
DET4487	54197256D	29/05/2012	56144	182 * V
IDC7920	54203106D	27/06/2012	51851	167
IDC7920	54203105D	27/06/2012	59670	203 * V
KLH5981	54197228D	26/05/2012	51852	167
MAB1092	54202724D	26/06/2012	51851	167
MBZ4289	54203011D	26/06/2012	51851	167
MCF9513	54202737D	26/06/2012	51930	168
MCF9513	54202917D	26/06/2012	51852	167
MCI6720	54203133D	27/06/2012	73662	252 * VI
MCS7403	54202738D	26/06/2012	59670	203 * V
MDA9387	54197102D	21/05/2012	59670	203 * V
MGB2749	54199927D	23/06/2012	70302	244 * I
MGB2749	54199928D	23/06/2012	57380	186 * II
MHF6235	54202721D	26/06/2012	51851	167
MHT5836	54203004D	21/06/2012	51851	167
MIC6438	54197312D	02/06/2012	59670	203 * V
MIY3728	54615485C	23/06/2012	51852	167
MJF3175	54197288D	02/06/2012	73662	252 * VI
MJH4159	54202733D	26/06/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 882/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 882/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAM2114	54202746D	26/06/2012	51851	167
ALJ1207	54203242D	30/06/2012	59670	203 * V
DPB1891	54203218D	30/06/2012	51851	167
LXH5760	54202753D	10/06/2012	51852	167
LZK6838	54203228D	30/06/2012	51851	167
MAH5060	54203283D	05/07/2012	51851	167
MCF9513	54202916D	26/06/2012	51851	167
MEJ1666	54203270D	05/07/2012	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 885/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 885/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAF0060	54199865D	14/06/2012	69200	233
AHU5155	54199874D	14/06/2012	69200	233
AJI1647	54196613D	14/06/2012	69200	233
ANL2752	54199864D	14/06/2012	69200	233
BYH7336	54202715D	15/06/2012	50450	162 * V
HOY2390	54196617D	14/06/2012	69200	233
LYJ0814	54202805D	07/06/2012	69120	232
LZW6513	54199866D	14/06/2012	69200	233
MCA8134	54199882D	14/06/2012	69200	233
MDC6441	54199883D	14/06/2012	69200	233
MEZ6332	54199870D	14/06/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 886/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 886/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACI3054	54199843D	13/06/2012	51851	167
BYH7336	54202905D	15/06/2012	51851	167
MBQ7675	54197428D	07/06/2012	51852	167
MDM3977	54196952D	18/05/2012	51852	167
MFO8778	54203022D	04/07/2012	51852	167
MHE5619	54197427D	07/06/2012	59670	203 * V
MHI1233	54197134D	02/06/2012	51851	167
MHJ8245	54197328D	14/06/2012	51852	167
MIU0250	54202831D	07/06/2012	59670	203 * V
MIX5631	54202808D	07/06/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 889/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 889/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJE8481	54199878D	14/06/2012	69200	233
AME7590	54199888D	14/06/2012	69200	233
APT9939	54196620D	14/06/2012	69200	233
BRS1212	54199872D	14/06/2012	69200	233
IJK2223	54199876D	14/06/2012	69200	233
MDO9564	54203286D	09/07/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 890/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 890/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABP8019	54202716D	15/06/2012	51851	167
LYQ1455	54197334D	15/06/2012	51851	167
LYQ1455	54197335D	15/06/2012	51852	167
LZY9405	54202711D	14/06/2012	59670	203 * V
MGZ3292	54197434D	07/06/2012	51852	167
MJE7398	54202712D	14/06/2012	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 893/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 893/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBD5435	54203303D	11/07/2012	66371	230 * IX
MDN3607	54202960D	22/06/2012	50100	162 * I
MDU9854	54203289D	09/07/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 894/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 894/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACD8360	54614233C	22/06/2012	68580	231	* VII
AEJ0478	54203002D	21/06/2012	51851	167	
AHJ9729	54618781C	14/07/2012	58350	195	
AHJ9729	54618780C	14/07/2012	51851	167	
AHJ9729	54618779C	14/07/2012	65300	228	
AJK0546	54613348C	23/06/2012	59670	203	* V
AKH9755	54202731D	26/06/2012	51851	167	
JYC0359	54203127D	27/06/2012	51851	167	
LXQ8570	54203149D	27/06/2012	73662	252	* VI
MAS7018	54196835D	15/07/2012	68580	231	* VII
MBR9231	54614211C	22/06/2012	51851	167	
MDK7507	54203113D	27/06/2012	51851	167	
MDN3607	54202961D	22/06/2012	60501	208	
MER6320	54615497C	23/06/2012	51851	167	
MFI1190	54203121D	27/06/2012	51852	167	
MGK8386	54203291D	09/07/2012	51852	167	
MGL4198	54614238C	23/06/2012	59670	203	* V
MIO8090	54202707D	14/06/2012	51852	167	
MJJ1072	54196834D	10/07/2012	58350	195	
MJJ1072	54196833D	10/07/2012	73662	252	* VI
MKF7592	54203413D	13/07/2012	73662	252	* VI
MMI2919	54613347C	23/06/2012	59670	203	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 897/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 897/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANU5057	54196887D	24/06/2012	66532	230 * XI
BBB4922	54202995D	19/07/2012	69200	233

CPM1658	54203227D	30/06/2012	66102	230	* VII
MBD5435	54203304D	11/07/2012	69120	232	
MBD5435	54203302D	11/07/2012	65992	230	* V
MBD5435	54203301D	11/07/2012	50100	162	* I
MCS0455	54202999D	19/07/2012	69200	233	
MEI1691	54197626D	22/07/2012	65992	230	* V
MEI1691	54197627D	22/07/2012	50610	163	c/c 162 * I
MEI1691	54197628D	22/07/2012	50100	162	* I
MIS4123	54614420C	12/07/2012	51691	165	
MIY9317	54203150D	27/06/2012	69120	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 898/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 898/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACG3697	54202862D	11/07/2012	59670	203 * V
AFP0389	54203154D	02/07/2012	52070	169
AFP0389	54203155D	02/07/2012	51930	168
ALK9268	54203361D	28/07/2012	54521	181 * VIII
GSY6190	54614244C	23/06/2012	51852	167
LZU5274	54203117D	27/06/2012	51852	167
MFQ9481	54203021D	04/07/2012	51852	167
MIS4123	54200012D	12/07/2012	58350	195
MIS4123	54200011D	12/07/2012	52070	169
MKM0961	54203309D	14/07/2012	54790	181 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 901/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 901/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFO8717	54202750D	26/06/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 904/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 904/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AET9174	54202870D	19/07/2012	69200	233
ARX9981	54202869D	19/07/2012	69200	233
DKS1824	54203352D	05/07/2012	52742	175
KAG2427	54202990D	19/07/2012	69200	233
MGT0932	54615337C	11/08/2012	65992	230 * V
MIC0507	54203231D	30/06/2012	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 905/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 905/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BKO6480	54203018D	30/06/2012	51852	167
CIG7229	54199674D	16/07/2012	54522	181 * VIII
DKS1824	54203351D	05/07/2012	51851	167
KMU6599	54203311D	15/07/2012	65300	228
MCS2397	54203513D	10/08/2012	70302	244 * I
MGB8779	54203266D	05/07/2012	51852	167

MGX7856	54202887D	04/08/2012	65300	228
MIC0507	54203232D	30/06/2012	51852	167
MIC0507	54203245D	30/06/2012	58350	195
MIC0507	54203230D	30/06/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 908/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 908/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADO2510	54203000D	19/07/2012	69200	233
AEQ7764	54200013D	03/08/2012	65992	230 * V
ALI7118	54202876D	19/07/2012	69200	233
BIT1601	54202994D	19/07/2012	69200	233
MAV8285	54198085D	18/08/2012	65992	230 * V
MFF6887	54196841D	19/08/2012	65992	230 * V
MFV3709	54203456D	24/07/2012	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 909/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 909/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANH5962	54203331D	18/08/2012	54521	181 * VIII
BAS0888	54200105D	22/08/2012	51851	167
MAV2680	54203455D	22/07/2012	55500	181 * XVIII
MAV8285	54198084D	18/08/2012	54521	181 * VIII
MDS6839	54614423C	03/08/2012	55415	181 * XVII
MGF8877	54203538D	17/08/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 912/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 912/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIH8789 54200254D 30/08/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 913/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 913/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JYA3151 54200252D 30/08/2012 54600 181 * IX
MII8088 54203502D 09/08/2012 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 915/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 915/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADO6303	54199178D	19/08/2012	65482	229
HZJ2900	54202993D	19/07/2012	69200	233
MEF9989	54200214D	09/09/2012	50610	163 c/c 162 * I
MEF9989	54200212D	09/09/2012	50100	162 * I
MEF9989	54200213D	09/09/2012	51691	165
MKI7650	54202883D	22/07/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 916/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 916/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADO6303	54199177D	19/08/2012	54521	181 * VIII
AFF1457	54203537D	17/08/2012	54522	181 * VIII
AFQ5378	54203050D	21/08/2012	58350	195
AFQ5378	54203049D	21/08/2012	51851	167
MMA2490	54200211D	08/09/2012	73150	252 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 918/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 918/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ARC2303	54615338C	17/08/2012	65992	230 * V
MIY1737	54203462D	16/09/2012	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 919/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 919/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXM3913	54203048D	18/08/2012	72340	250 * I * a
LXM3913	54203046D	18/08/2012	58350	195
LXM3913	54203047D	18/08/2012	57380	186 * II
MJP9384	54198083D	18/08/2012	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 922/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 922/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACF0001	54200222D	20/09/2012	65992	230 * V
AEQ7012	54200174D	21/09/2012	65992	230 * V
DOO2712	54200172D	18/09/2012	50100	162 * I
DOO2712	54200173D	18/09/2012	65992	230 * V
MAL4955	54198126D	24/09/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 923/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 923/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ANX8176	54203546D	21/08/2012	60501	208
LYO3542	54200273D	23/09/2012	55500	181 * XVIII
MDD4390	54614184C	21/09/2012	51851	167
MDZ4876	54203469D	21/09/2012	73662	252 * VI
MHM3868	54200180D	21/09/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 926/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 926/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CTA1491	54198095D	11/09/2012	50100	162 * I
CTA1491	54198097D	11/09/2012	65992	230 * V
CTA1491	54198096D	11/09/2012	50610	163 c/c 162 * I
MAQ1621	54200204D	02/09/2012	67693	230 * XXII
MEP5863	54200258D	06/09/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 927/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 927/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IOL5977 54198093D 07/09/2012 55500 181 * XVIII
KRB2529 54199180D 03/09/2012 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 928/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 928/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

EFS7976 54200367D 04/10/2012 69200 233
MCD8273 54200285D 04/10/2012 69200 233
MDM9727 54200370D 04/10/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 929/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 929/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DER7106	54198098D	13/09/2012	51851	167
LYD6801	54200470D	06/10/2012	55500	181 * XVIII
MAD0091	54200490D	08/10/2012	51851	167
MBD2549	54200427D	09/10/2012	51852	167
MBD2549	54200426D	09/10/2012	51851	167
MBP8130	54200437D	12/10/2012	51851	167
MCR7818	54200414D	09/10/2012	51851	167
MCR7818	54200415D	09/10/2012	51852	167
MEZ8453	54200432D	09/10/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 932/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 932/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJM5524 54197767D 10/10/2012 52820 176 * I
AQK9445 54203464D 17/09/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 933/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 933/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BWQ4812 54614187C 21/09/2012 51852 167

DZA5014	54200177D	21/09/2012	73662	252 * VI
MCF5480	54614180C	21/09/2012	51851	167
MHX3197	54200651D	16/10/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 936/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 936/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZS7415	54200239D	21/10/2012	66102	230 * VII
MEB5995	54200022D	19/10/2012	66102	230 * VII
MEB5995	54200023D	19/10/2012	69120	232
MHN1181	54615686C	19/10/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 937/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 937/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DDY0640	54203500D	15/10/2012	54522	181 * VIII
MCT1576	54201555D	22/10/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 938/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 938/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JYC3906	54200292D	04/10/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 939/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 939/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IGC7747	54203476D	29/09/2012	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 941/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 941/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIT9646	54200245D	05/11/2012	65992	230 * V
CKQ4959	54200283D	04/10/2012	69200	233
DDD0473	54201544D	05/11/2012	69120	232
JPM1316	54200362D	04/10/2012	69200	233
MBX0343	54200238D	16/10/2012	67002	230 * XVI
MGX7856	54202545D	05/11/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 942/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 942/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

APX8872	54200491D	07/10/2012	73150	252 * I
CMD0023	54201606D	04/11/2012	65300	228

IOX5126	54203494D	13/10/2012	54521	181	*	VIII
IRF1415	54202535D	01/11/2012	51852	167		
LBJ5744	54200131D	29/10/2012	73662	252	*	VI
LYR3761	54615680C	19/10/2012	51851	167		
MAJ0092	54200466D	06/10/2012	55500	181	*	XVIII
MDQ6545	00004818A	17/10/2012	55412	181	*	XVII
MGG5326	54202536D	01/11/2012	59670	203	*	V
MIS5876	54200140D	06/11/2012	51851	167		
MJB2373	00004795A	15/10/2012	55412	181	*	XVII
MJO4880	54200530D	18/10/2012	51852	167		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 944/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 944/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABO2889	54614427C	20/10/2012	65992	230 * V
ABO2889	54614428C	20/10/2012	50100	162 * I
ABO2889	54614429C	20/10/2012	50610	163 c/c 162 * I
ABO2889	54614430C	20/10/2012	66371	230 * IX
AJE2306	54615750C	10/11/2012	69120	232
EET2267	54200521D	17/10/2012	65992	230 * V
LZY2232	54200657D	05/11/2012	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 945/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 945/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHS5697	54202608D	09/11/2012	51851	167
AMI5755	54202579D	13/11/2012	51851	167
LZF7543	54202622D	12/11/2012	51851	167
MAV2680	54198136D	12/10/2012	55500	181 * XVIII
MBY6702	54202609D	09/11/2012	51851	167
MET6270	54202620D	12/11/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 946/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 946/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARA2974	54202559D	08/11/2012	69120	232
ARA2974	54200025D	24/10/2012	50610	163 c/c 162 * I
ARA2974	54200026D	24/10/2012	50100	162 * I
MAZ1015	54615346C	20/10/2012	51180	164 c/c 162 * I
MAZ1015	54615344C	20/10/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 947/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 947/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMS1379	54202549D	08/11/2012	51851	167
ATG9555	54201573D	25/10/2012	51851	167
IDK1022	54200550D	22/10/2012	51852	167
IDK1022	54200549D	22/10/2012	51851	167
ILT9243	54203369D	08/11/2012	54600	181 * IX

JPT3088	54202629D	12/11/2012	51852	167
JPT3088	54202628D	12/11/2012	51851	167
LZJ9399	54202606D	09/11/2012	51851	167
MDO5541	54202634D	12/11/2012	51852	167
MDO5541	54202633D	12/11/2012	51851	167
MGA9387	00004873A	29/10/2012	55412	181 * XVII
MGF4336	54200533D	18/10/2012	51851	167
MIL2462	54202588D	13/11/2012	51851	167
MKJ1126	00004884A	31/10/2012	55412	181 * XVII
MQU8835	00004882A	31/10/2012	55412	181 * XVII
MQU8835	00004901A	05/11/2012	55412	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 950/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 950/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOR2689	54201605D	03/11/2012	73662	252 * VI
LWT3620	00004870A	29/10/2012	55412	181 * XVII
MCY3856	54202369D	20/11/2012	51852	167
MGD4380	00004925A	08/11/2012	55412	181 * XVII
MGU1810	54613952C	17/11/2012	51851	167
MIB7378	54201709D	20/11/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 951/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 951/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYC5952	54203370D	11/11/2012	51691	165
LYC5952	54203371D	11/11/2012	69120	232
MDV6996	54200643D	15/11/2012	65992	230 * V
MDV6996	54200644D	15/11/2012	50100	162 * I
MEW8999	54200635D	07/11/2012	69120	232
MEW8999	54200633D	07/11/2012	50100	162 * I
MEW8999	54200634D	07/11/2012	65992	230 * V
MGV9214	54200648D	15/11/2012	50100	162 * I
MGV9214	54196714D	15/11/2012	51180	164 c/c 162 * I
MGV9214	54200649D	15/11/2012	65992	230 * V
MID1668	54202592D	14/11/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 952/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
 DE TRANSITO N.8426 952/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADR5922	54202596D	14/11/2012	51852	167
ADR5922	54202590D	14/11/2012	58350	195
ADR5922	54202595D	14/11/2012	51851	167
AHM5230	54202396D	22/11/2012	51851	167
AIB7986	00004811A	17/10/2012	55412	181 * XVII
AKH0514	00004934A	12/11/2012	55412	181 * XVII
AKH0749	00004974A	19/11/2012	55412	181 * XVII
AOS1785	54613980C	20/11/2012	59670	203 * V
AVF0125	00004826A	19/10/2012	55412	181 * XVII
CVM2458	54201525D	01/11/2012	59670	203 * V
JOF5020	54202460D	25/11/2012	51852	167
LXX2655	54201720D	20/11/2012	51851	167
MAC8922	54200683D	03/12/2012	51851	167
MBJ9118	54201604D	28/10/2012	70481	244 * II
MEU5884	54202632D	12/11/2012	51851	167
MFE2270	54203368D	07/11/2012	55411	181 * XVII
MFL2437	54201691D	25/11/2012	51852	167
MGT0791	54201657D	21/11/2012	51851	167
MGT0791	54201658D	21/11/2012	51852	167
MGV9214	54200650D	15/11/2012	57380	186 * II
MHF7457	00004820A	18/10/2012	55412	181 * XVII
MHS4798	00004944A	13/11/2012	55412	181 * XVII
MIA5874	54201693D	25/11/2012	51852	167
MIA5874	54201692D	25/11/2012	51851	167
MII0824	54201713D	20/11/2012	51852	167
MII0824	54201712D	20/11/2012	51851	167
MIJ8833	00004937A	12/11/2012	55412	181 * XVII
MIN0064	54202604D	08/11/2012	51851	167
MIQ0954	54613961C	20/11/2012	51851	167
MJL3696	00004785A	13/10/2012	55412	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 955/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 955/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALE1341	54202552D	08/11/2012	51851	167
MAK8983	54202068D	03/12/2012	51851	167
MDW6233	54200662D	11/11/2012	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVAN FRANCISCO ANDRUKIU
DIRETOR DE TRANSITO

SALTO VELOSO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 213/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8326 213/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HOO2938 54980948C 03/12/2011 52742 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 214/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 214/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXA2745 54981001C 16/12/2011 69200 233
LXU9752 54980950C 16/12/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 217/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8326 217/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAX1305	54981031C	08/03/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 219/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8326 219/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJD7435 54981043C 11/04/2012 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 220/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8326 220/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AMH3228 54981037C 27/03/2012 69200 233
LXQ7969 54981035C 24/03/2012 52742 175
LXQ7969 54981036C 24/03/2012 63944 220 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 222/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8326 222/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYG2577	54981045C	16/04/2012	69200	233
MEQ1408	54981046C	27/04/2012	50100	162 * I
MEQ1408	54981047C	27/04/2012	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 223/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8326 223/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZN5177 54981049C 02/05/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 224/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8326 224/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LZR0338	54472604D	14/05/2012	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 225/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8326 225/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHP2701	54472608D	29/05/2012	69200	233
CBG1893	54472623D	20/06/2012	51691	165
CBG1893	54472624D	20/06/2012	51770	166
CBG1893	54472626D	20/06/2012	66532	230 * XI
LXO3269	54472612D	03/06/2012	50100	162 * I
LXO3269	54472613D	03/06/2012	65992	230 * V
LZS6028	54472605D	29/05/2012	69200	233
MHT6792	54472606D	29/05/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 227/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8326 227/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHX7196 54472615D 10/06/2012 54521 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 228/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8326 228/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXK4886	54472619D	15/06/2012	50100	162 * I
LXK4886	54472621D	15/06/2012	50610	163 c/c 162 * I
LXK4886	54472622D	15/06/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 230/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8326 230/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAA4975	54472635D	05/08/2012	51770	166
MAA4975	54472638D	05/08/2012	65992	230 * V
MAA4975	54472637D	05/08/2012	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 231/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8326 231/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIP5473	54472648D	03/09/2012	69200	233
LXW6764	54472639D	16/08/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 232/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 232/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZD4221	54472659D	23/09/2012	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 233/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8326 233/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKV3048	54472647D	03/09/2012	69200	233
HAV4457	54472641D	03/09/2012	69200	233
LWU3768	54472642D	03/09/2012	69200	233
MDX0756	54472645D	03/09/2012	69200	233
MER1784	54472649D	03/09/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 237/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8326 237/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZY4252	54472680D	25/11/2012	50100	162 * I
LZY4252	54472682D	25/11/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

SANTA ROSA DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 300/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 300/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IMR7770	55645138B	14/02/2012	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 301/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 301/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

KPB9819	55645136B	02/02/2012	50450	162 * V
MHG1718	54934455D	01/02/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 302/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 302/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEC8762	54934272D	09/02/2012	50100	162 * I
---------	-----------	------------	-------	---------

MJA9167	54934514D	16/02/2012	50100	162 * I
MJA9167	54934515D	16/02/2012	50610	163 c/c 162 * I
MJA9690	54934513D	16/02/2012	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 303/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 303/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIR2230	54934232D	25/03/2012	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 304/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 304/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DMV9023	54934428D	05/04/2012	69120	232
MEO0671	54934434D	05/04/2012	50100	162 * I
MEO0671	54934435D	05/04/2012	50610	163 c/c 162 * I
MEO0671	54934436D	05/04/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 306/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 306/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

IJC1664	55645142B	19/03/2012	73400	252	*	IV
MHD9788	54934551D	26/03/2012	50100	162	*	I
MHD9788	54934552D	26/03/2012	50610	163	c/c	162 * I
MHD9788	54934553D	26/03/2012	65992	230	*	V
MHG4526	55645141B	19/03/2012	73400	252	*	IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 307/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 307/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBX6400	54934228D	10/03/2012	50610	163 c/c 162 * I
MBX6400	54934229D	10/03/2012	51691	165
MBX6400	54934230D	10/03/2012	50100	162 * I
MFM2668	54934421D	02/03/2012	52070	169
MFM2668	54934422D	02/03/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 308/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 308/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CWG3833	55645147B	22/03/2012	51851	167
ILI6981	54934554D	26/03/2012	50100	162 * I
ILI6981	54934555D	26/03/2012	50610	163 c/c 162 * I
MAX2060	55645144B	19/03/2012	65992	230 * V
MGL7953	54934430D	05/04/2012	66700	230 * XIII
MHP7115	55645146B	19/03/2012	55411	181 * XVII
MIB5187	55644818B	02/04/2012	50100	162 * I
MIB5187	55644819B	02/04/2012	65992	230 * V
MIB5187	55644820B	02/04/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 309/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 309/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXT2367	55644817B	27/03/2012	65992	230 * V
MBR9398	54934431D	05/04/2012	65992	230 * V
MBR9398	54934433D	05/04/2012	69120	232
MGJ5082	54934519D	21/04/2012	50610	163 c/c 162 * I
MGJ5082	54934520D	21/04/2012	50100	162 * I
MIG3254	54934429D	04/04/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 313/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 313/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGH0447	54934564D	10/05/2012	73400	252 * IV
MGH0447	54934602D	10/05/2012	58350	195
MGV6270	54934517D	15/04/2012	50100	162 * I
MJK4089	54934285D	14/05/2012	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 316/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 316/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IGO2489	54934534D	12/05/2012	51851	167
MCK9267	54934524D	30/04/2012	65563	230 * I
MCK9267	54934522D	30/04/2012	50610	163 c/c 162 * I
MCK9267	54934523D	30/04/2012	50100	162 * I
MFM6491	54934528D	03/05/2012	51851	167
MGV4492	54934537D	12/05/2012	65992	230 * V
MGV4492	54934538D	12/05/2012	57200	186 * I
MIB5187	54934566D	10/05/2012	51180	164 c/c 162 * I
MIB5187	54934565D	10/05/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 318/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 318/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CJL0066 54934601D 09/05/2012 55250 181 * XV
MIL3395 55644829B 14/05/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 320/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 320/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

INT2308 54934290D 26/06/2012 66532 230 * XI

MBR2656	54934286D	22/05/2012	65992	230 * V
MBR2656	54934287D	22/05/2012	50100	162 * I
MBR2656	54934288D	22/05/2012	58350	195
MBR2656	54934289D	22/05/2012	52151	170
MFV3838	55644833B	29/05/2012	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 321/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 321/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MID5625	54934294D	03/07/2012	73662	252 * VI
---------	-----------	------------	-------	----------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 323/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 323/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHK2138	54934568D	09/06/2012	51930	168
MHQ8576	55644835B	13/06/2012	58191	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 325/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 325/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBZ5822	55644836B	19/06/2012	65992	230 * V

MGG4247 54934603D 15/06/2012 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 328/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 328/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DAI4201	55644839B	30/06/2012	57380	186 * II
IKW0249	55644843B	07/07/2012	51851	167
ILP7696	54934299D	09/07/2012	50450	162 * V
MEY9890	54934297D	02/07/2012	50610	163 c/c 162 * I
MEY9890	54934295D	02/07/2012	65992	230 * V
MEY9890	54934296D	02/07/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 329/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 329/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJQ5613	54934606D	16/07/2012	50450	162 * V
MJQ5613	54934607D	16/07/2012	51420	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 330/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 330/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BJN3411	54934544D	26/07/2012	65992	230 * V

BJN3411	54934545D	26/07/2012	50450	162	*	V
BJN3411	54934546D	26/07/2012	51420	164	c/c	162 * V
BJN3411	54934547D	26/07/2012	65565	230	*	I
IJT9226	54934542D	23/07/2012	51180	164	c/c	162 * I
IJT9226	54934543D	23/07/2012	50100	162	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 331/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 331/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDZ1767	54934572D	11/08/2012	58350	195
MDZ1767	54934573D	11/08/2012	52070	169
MDZ1767	54934574D	11/08/2012	70640	244 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 332/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 332/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHU9102 54934570D 14/08/2012 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 333/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 333/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ILQ5046 55644845B 31/08/2012 69120 232
MBZ8624 55644844B 31/08/2012 64080 221

MED6925 55644847B 21/09/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 334/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 334/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GRR4830	54934587D	01/09/2012	55250	181 * XV
MBI0702	54934669D	28/09/2012	69471	235

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 336/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 336/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCW2031	54934659D	13/09/2012	65992	230 * V
MCW2031	54934660D	13/09/2012	50610	163 c/c 162 * I
MCW2031	54934658D	13/09/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 338/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 338/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

IGH5506	54934705D	06/10/2012	66102	230	*	VII
IGH5506	54934706D	06/10/2012	52070	169		
IMS6743	54934663D	22/09/2012	50100	162	*	I
IMS6743	54934664D	22/09/2012	50610	163	c/c	162 * I
MDD5894	54934681D	04/10/2012	50100	162	*	I
MDD5894	54934682D	04/10/2012	66372	230	*	IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 339/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 339/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CAL5549	54934666D	28/09/2012	65482	229
IDE8124	54934674D	28/09/2012	72340	250 * I * a
MAL4684	54934588D	02/10/2012	54600	181 * IX
MCD2090	54934671D	28/09/2012	69471	235
MIO8801	55644848B	21/09/2012	50100	162 * I
MIO8801	55644849B	21/09/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 341/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 341/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJY3785	54934678D	04/10/2012	65992	230 * V
IJY3785	54934680D	04/10/2012	51851	167
IJY3785	54934679D	04/10/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 343/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 343/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCO3576	54934461D	03/11/2012	50100	162 * I
MCO3576	54934462D	03/11/2012	65992	230 * V
MCO3576	54934463D	03/11/2012	51180	164 c/c 162 * I
MIW6636	54934677D	04/10/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 345/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 345/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IFZ0246	54934353D	09/11/2012	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 346/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 346/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IKY5151	54934709D	26/10/2012	57380	186 * II
MAW6111	54934751D	24/10/2012	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 347/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 347/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXU2027	54934710D	29/10/2012	65992	230 * V
LXU2027	54934711D	29/10/2012	50450	162 * V
MJY1848	54934712D	10/11/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 349/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 349/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DBE8606	54934589D	21/11/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

SÃO CRISTÓVÃO DO SUL**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 127/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8480 127/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBM6542 54680459C 19/11/2011 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 128/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8480 128/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DDE1242 54680468C 26/12/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 129/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8480 129/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DDE1242 54680470C 11/01/2012 65992 230 * V
DDE1242 54680471C 11/01/2012 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 130/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8480 130/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIS8865 54680474C 13/02/2012 52741 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 131/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8480 131/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYN4011 54680492C 13/04/2012 65992 230 * V
LYN4011 54680493C 13/04/2012 51180 164 c/c 162 * I

MAG4670 54680494C 15/04/2012 52742 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 133/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8480 133/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MEH9452	54680495C	13/05/2012	70561	244 * III
---------	-----------	------------	-------	-----------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 135/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8480 135/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCA9017 54680496C 26/05/2012 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 136/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8480 136/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXS3953 54680497C 04/08/2012 50100 162 * I
LXS3953 54680498C 04/08/2012 65992 230 * V
MBM0258 54680499C 05/08/2012 66102 230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 137/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 137/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXA8323	54680501C	13/08/2012	65992	230 * V
LXA8323	54680502C	13/08/2012	65561	230 * I
LXA8323	54680503C	13/08/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 138/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8480 138/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAV2838 54680500C 12/08/2012 52742 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 139/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8480 139/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKP2762 54680513C 15/11/2012 51851 167
MJL1591 54680514C 15/11/2012 50100 162 * I
MJL1591 54680515C 15/11/2012 50610 163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 100/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 100/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHZ8583	54832567C	05/07/2012	55415	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 101/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 101/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCT8890	54832827C	08/07/2012	60681	209
MFR6366	54832566C	05/07/2012	55415	181 * XVII
MJP9410	54832907C	07/07/2012	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 102/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 102/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEU4148	54832826C	08/07/2012	55250	181 * XV
---------	-----------	------------	-------	----------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 103/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 103/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIB4739	54832833C	22/09/2012	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 105/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 105/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHB3182 54832583C 15/09/2012 50100 162 * I
MHB3182 54832584C 15/09/2012 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8732 107/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8732 107/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXM7793 54832591C 23/09/2012 55500 181 * XVIII
MBM1885 54832593C 23/09/2012 55500 181 * XVIII
MIE6942 54832929C 07/10/2012 54521 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 108/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 108/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHB0404	54832927C	03/10/2012	69120	232
MHB0404	54832928C	03/10/2012	51692	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 110/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 110/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZT1154	54832596C	21/10/2012	69120	232
LZT1154	54832597C	21/10/2012	65992	230 * V
LZT1154	54832598C	21/10/2012	66372	230 * IX
LZT1154	54832599C	21/10/2012	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 111/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 111/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDF8856	54832844C	11/12/2012	65992	230 * V
MHG1258	54832908C	04/11/2012	53800	181 * I
MHJ5010	54832888C	11/12/2012	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 89/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 89/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCR8913	54832580C	12/11/2011	51851	167
MCR8913	54832580C	12/11/2011	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 90/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 90/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IEX2727	54832851C	06/01/2012	50100	162 * I
IEX2727	54832852C	06/01/2012	65992	230 * V
IEX2727	54832852C	06/01/2012	65563	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 92/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 92/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CYJ7143	54832880C	19/02/2012	55500	181 * XVIII
CYJ7143	54832880C	19/02/2012	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 94/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 94/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KQQ1756	54832523C	19/02/2012	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 95/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 95/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDU4169	54832881C	11/04/2012	65565	230 * I
MDU4169	54832881C	11/04/2012	67001	230 * XVI
MDU4169	54832881C	11/04/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 96/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 96/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJH4239	54832563C	02/11/2011	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 97/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 97/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HXZ1213 54832904C 13/05/2012 65300 228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 99/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8732 99/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHW3254 54832853C 16/06/2012 54521 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

SEARA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 560/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 560/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAS0277	8695012467	30/11/2011	74550	218 * I
AEJ0223	8695012153	12/11/2011	74630	218 * II
AEZ9249	8695011944	05/11/2011	74550	218 * I
AJJ4629	8695012638	04/12/2011	74630	218 * II
AND1564	8695012407	02/12/2011	74550	218 * I
AXN2500	8695011905	01/11/2011	74550	218 * I
CBY0067	8695012394	27/11/2011	74550	218 * I
CIK9508	8695012113	12/11/2011	74630	218 * II
CRC5012	8695012675	03/12/2011	74550	218 * I
DDW6969	8695011971	06/11/2011	74550	218 * I
DFF0245	8695011931	30/10/2011	74550	218 * I
FDS6699	8695011806	31/10/2011	74550	218 * I
GHW2000	8695012415	25/11/2011	74550	218 * I
GWZ6418	8695012713	04/12/2011	74550	218 * I
IFE7714	8695012689	03/12/2011	74550	218 * I
INH5271	8695012506	26/11/2011	74550	218 * I
JHM7388	8695012442	24/11/2011	74550	218 * I
JQZ5221	8695012214	10/11/2011	74550	218 * I
LWR8716	8695012044	05/11/2011	74550	218 * I
LXD0918	8695012186	16/11/2011	74550	218 * I
LXS7879	8695012677	04/12/2011	74550	218 * I
LYF0889	8695011954	07/11/2011	74550	218 * I

LYF1405	8695011959	08/11/2011	74550	218	*	I
LYM8715	8695012646	06/12/2011	74550	218	*	I
LZV4171	8695011751	23/10/2011	74550	218	*	I
LZX3684	8695011870	03/11/2011	74550	218	*	I
MAW5083	8695011912	29/10/2011	74550	218	*	I
MAW5083	8695012170	13/11/2011	74550	218	*	I
MBV9518	8695012019	07/11/2011	74550	218	*	I
MBX9497	8695011901	27/10/2011	74550	218	*	I
MBY4734	8695012549	24/11/2011	74550	218	*	I
MCD2316	8695012547	27/11/2011	74550	218	*	I
MCM3049	8695012227	21/11/2011	74550	218	*	I
MDC6993	8695011815	30/10/2011	74630	218	*	II
MDM6606	8695012237	18/11/2011	74550	218	*	I
MDX4676	8695011799	27/10/2011	74550	218	*	I
MET5606	8695012131	13/11/2011	74630	218	*	II
MFE2575	8695012550	02/12/2011	74550	218	*	I
MFE2575	8695012680	02/12/2011	74550	218	*	I
MFH2574	8695011834	01/11/2011	74550	218	*	I
MFV2903	8695012305	20/11/2011	74550	218	*	I
MGC0156	8695012485	27/11/2011	74550	218	*	I
MGO8506	8695011883	30/10/2011	74630	218	*	II
MHA6157	8695012085	13/11/2011	74550	218	*	I
MHB0074	8695012023	09/11/2011	74550	218	*	I
MHF9351	8695012679	06/12/2011	74550	218	*	I
MHL0604	8695012401	30/11/2011	74550	218	*	I
MHQ7267	8695012053	04/11/2011	74550	218	*	I
MHQ7267	8695011964	04/11/2011	74550	218	*	I
MHS3323	8695012634	03/12/2011	74550	218	*	I
MHT2579	8695012167	11/11/2011	74550	218	*	I
MHX4781	8695012192	12/11/2011	74550	218	*	I
MHX7567	8695012684	03/12/2011	74550	218	*	I
MID8019	8695012569	07/12/2011	74550	218	*	I
MIG3227	8695012667	04/12/2011	74550	218	*	I
MIG5663	8695012604	07/12/2011	74550	218	*	I
MIH9018	8695012001	07/11/2011	74550	218	*	I
MIN1841	8695012685	03/12/2011	74550	218	*	I
MIV7315	8695011856	30/10/2011	74630	218	*	II
MIX0533	8695011993	05/11/2011	74630	218	*	II
MIY2426	8695011852	28/10/2011	74630	218	*	II
MMM0751	8695012592	05/12/2011	74630	218	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 562/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8695 562/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFX6142	8695012780	11/12/2011	74550	218 * I
AJN3545	8695012752	11/12/2011	74550	218 * I
AKA8643	8695012898	11/12/2011	74550	218 * I
ALC4862	8695012725	11/12/2011	74550	218 * I
AUD1053	8695012441	02/12/2011	74550	218 * I
BLG7268	8695012866	15/12/2011	74550	218 * I
CCO2178	8695012557	04/12/2011	74550	218 * I
CEK9970	8695012422	27/11/2011	74710	218 * III
CHO7848	8695012972	17/12/2011	74630	218 * II
CII6840	8695012721	10/12/2011	74550	218 * I
CKP6908	8695012256	18/11/2011	74550	218 * I
CPX8098	8695013079	18/12/2011	74550	218 * I
CSE1699	8695012241	19/11/2011	74550	218 * I
CVB0846	8695012841	08/12/2011	74550	218 * I
CYR9172	8695012954	18/12/2011	74550	218 * I
DER1187	8695012371	01/12/2011	74550	218 * I
DFY5839	8695012735	15/12/2011	74550	218 * I
DGD4491	8695012348	19/11/2011	74550	218 * I
DIP9611	8695012881	14/12/2011	74550	218 * I
DJF4745	8695012277	20/11/2011	74630	218 * II
DMA0528	8695012829	12/12/2011	74630	218 * II
EIB2582	8695012308	20/11/2011	74550	218 * I
HGG0260	8695012581	03/12/2011	74550	218 * I
HHR0038	8695012331	19/11/2011	74550	218 * I
IKF0772	8695012822	10/12/2011	74550	218 * I
IMJ1632	8695012981	19/12/2011	74550	218 * I
LXC3478	8695012502	01/12/2011	74630	218 * II
LXE6196	8695012724	11/12/2011	74550	218 * I
LXQ1827	8695012901	14/12/2011	74550	218 * I
LXT8639	8695012832	13/12/2011	74550	218 * I
LZT2118	8695012551	03/12/2011	74550	218 * I
LZU6503	8695012710	04/12/2011	74550	218 * I
LZV8383	8695012555	04/12/2011	74550	218 * I
LZY6850	8695012856	09/12/2011	74550	218 * I
MAG4763	8695012737	15/12/2011	74550	218 * I
MAL3935	8695012512	01/12/2011	74550	218 * I
MAQ9938	8695012366	29/11/2011	74550	218 * I
MAY1944	8695012969	16/12/2011	74550	218 * I
MBU1299	8695012373	02/12/2011	74550	218 * I
MBX2802	8695012909	18/12/2011	74550	218 * I
MCM6538	8695012522	26/11/2011	74550	218 * I
MCM6538	8695012357	26/11/2011	74550	218 * I
MCO0833	8695012268	20/11/2011	74550	218 * I
MCR6178	8695012505	26/11/2011	74550	218 * I
MCR8911	8695012278	21/11/2011	74630	218 * II
MCX7738	8695011795	26/10/2011	74550	218 * I
MDX9174	8695012922	15/12/2011	74550	218 * I
MDX9174	8695012814	14/12/2011	74550	218 * I

MDZ5558	8695012670	08/12/2011	74550	218	*	I
MEK4028	8695012782	11/12/2011	74550	218	*	I
MEM0086	8695012281	19/11/2011	74550	218	*	I
MEU5857	8695012947	18/12/2011	74550	218	*	I
MEW8766	8695013072	18/12/2011	74550	218	*	I
MEX1058	8695012799	09/12/2011	74550	218	*	I
MFE0296	8695012840	13/12/2011	74550	218	*	I
MFE0296	8695012788	14/12/2011	74630	218	*	II
MFE2575	8695013065	19/12/2011	74550	218	*	I
MFE2575	8695012959	19/12/2011	74630	218	*	II
MFI3805	8695013046	16/12/2011	74550	218	*	I
MFP4244	8695012660	03/12/2011	74550	218	*	I
MFR4661	8695012523	26/11/2011	74550	218	*	I
MFR4914	8695012280	17/11/2011	74550	218	*	I
MFY0923	8695012880	14/12/2011	74630	218	*	II
MGG5653	8695012291	19/11/2011	74550	218	*	I
MGI5515	8695012345	20/11/2011	74550	218	*	I
MGJ9899	8695013016	17/12/2011	74550	218	*	I
MGS2987	8695012383	25/11/2011	74550	218	*	I
MGV8854	8695012938	15/12/2011	74630	218	*	II
MHA8126	8695012303	20/11/2011	74550	218	*	I
MHB2556	8695012316	19/11/2011	74550	218	*	I
MHR5102	8695012893	14/12/2011	74550	218	*	I
MHT8020	8695012255	21/11/2011	74550	218	*	I
MHW3373	8695012244	18/11/2011	74550	218	*	I
MHX4781	8695012414	25/11/2011	74550	218	*	I
MID6894	8695012220	20/11/2011	74550	218	*	I
MIL1418	8695012991	18/12/2011	74550	218	*	I
MIL3703	8695012820	10/12/2011	74550	218	*	I
MIN9361	8695012260	19/11/2011	74550	218	*	I
MIN9361	8695012286	19/11/2011	74550	218	*	I
MIO3066	8695012813	14/12/2011	74550	218	*	I
MJA1572	8695012500	30/11/2011	74550	218	*	I
MJB2079	8695012874	09/12/2011	74550	218	*	I
MJD8492	8695012621	04/12/2011	74550	218	*	I
MJG6579	8695012812	14/12/2011	74550	218	*	I
MJG6579	8695012834	14/12/2011	74630	218	*	II
MJN9299	8695012336	21/11/2011	74550	218	*	I
MJS5889	8695012257	18/11/2011	74550	218	*	I
MJY1979	8695012843	10/12/2011	74550	218	*	I
MKT0660	8695013011	16/12/2011	74550	218	*	I
MLB0075	8695013002	18/12/2011	74550	218	*	I
MLV0370	8695012738	15/12/2011	74550	218	*	I
MMM4778	8695013060	21/12/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 564/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 564/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACF4121	8695013100	27/12/2011	74550	218 * I
AFB1111	8695013244	31/12/2011	74550	218 * I
AGK5504	8695013033	21/12/2011	74550	218 * I
AIX2931	8695013086	24/12/2011	74630	218 * II
AJS1175	8695013371	31/12/2011	74550	218 * I
AOY3658	8695013285	29/12/2011	74550	218 * I
AQK8340	8695013082	22/12/2011	74550	218 * I
BYC5231	8695013224	24/12/2011	74550	218 * I
CJP8041	8695013245	31/12/2011	74550	218 * I
CRM0407	8695013266	31/12/2011	74550	218 * I
CZZ7709	8695013216	25/12/2011	74550	218 * I
DAE4548	8695012553	03/12/2011	74550	218 * I
DHX5522	8695013174	24/12/2011	74550	218 * I
DJN0605	8695013272	01/01/2012	74630	218 * II
DJN0605	8695013240	30/12/2011	74630	218 * II
DMI5024	8695013349	30/12/2011	74550	218 * I
DTB2596	8695013273	01/01/2012	74550	218 * I
DXT4127	8695013109	24/12/2011	74550	218 * I
FAL3322	8695013217	25/12/2011	74630	218 * II
GXZ8114	8695013221	24/12/2011	74630	218 * II
GYA1840	8695013361	31/12/2011	74550	218 * I
IJF1340	8695013083	23/12/2011	74550	218 * I
ILH6142	8695012692	04/12/2011	74550	218 * I
ILY4629	8695013015	17/12/2011	74550	218 * I
IMQ2822	8695012617	03/12/2011	74550	218 * I
IOK8945	8695013148	24/12/2011	74550	218 * I
LWE3588	8695013425	31/12/2011	74550	218 * I
LWU0917	8695012437	01/12/2011	74550	218 * I
LXR9500	8695013249	29/12/2011	74550	218 * I
LYK9488	8695012623	04/12/2011	74550	218 * I
LZL4683	8695012976	17/12/2011	74550	218 * I
LZN1321	8695012242	20/11/2011	74550	218 * I
LZX1379	8695013321	31/12/2011	74550	218 * I
MAS3127	8695012649	07/12/2011	74550	218 * I
MAZ8699	8695013263	31/12/2011	74550	218 * I
MBL5343	8695013254	29/12/2011	74550	218 * I
MBS2952	8695013237	30/12/2011	74550	218 * I
MCK7373	8695013358	31/12/2011	74550	218 * I
MDD3183	8695013320	31/12/2011	74550	218 * I
MDI3217	8695013278	02/01/2012	74550	218 * I
MDO2416	8695012510	01/12/2011	74550	218 * I
MDV3134	8695012452	26/11/2011	74550	218 * I

MEA0513	8695013191	25/12/2011	74550	218	*	I
MEF4301	8695013250	30/12/2011	74550	218	*	I
MER5373	8695012378	02/12/2011	74550	218	*	I
MER5373	8695012577	02/12/2011	74550	218	*	I
MER9829	8695013301	01/01/2012	74550	218	*	I
MES0149	8695013117	22/12/2011	74550	218	*	I
MFD2145	8695013130	25/12/2011	74550	218	*	I
MFN8739	8695013184	23/12/2011	74550	218	*	I
MFR0242	8695013303	01/01/2012	74630	218	*	II
MFV8974	8695013103	28/12/2011	74630	218	*	II
MFZ1859	8695013348	30/12/2011	74550	218	*	I
MGB4753	8695012681	02/12/2011	74550	218	*	I
MGJ8907	8695013210	23/12/2011	74630	218	*	II
MGN5588	8695012591	05/12/2011	74550	218	*	I
MGR1128	8695013442	31/12/2011	74550	218	*	I
MHB2878	8695013169	22/12/2011	74550	218	*	I
MHC3780	8695012447	25/11/2011	74630	218	*	II
MHC7911	8695013115	22/12/2011	74550	218	*	I
MHQ5453	8695013138	22/12/2011	74550	218	*	I
MHR4300	8695013323	31/12/2011	74550	218	*	I
MHS6168	8695013332	01/01/2012	74550	218	*	I
MIG1337	8695013262	30/12/2011	74550	218	*	I
MIG1449	8695013427	01/01/2012	74630	218	*	II
MII2794	8695013105	28/12/2011	74630	218	*	II
MIM9917	8695012564	06/12/2011	74630	218	*	II
MIR4175	8695013426	31/12/2011	74550	218	*	I
MIW4563	8695012537	29/11/2011	74550	218	*	I
MIY6059	8695013450	31/12/2011	74550	218	*	I
MJA7691	8695012517	25/11/2011	74550	218	*	I
MJM7007	8695013248	29/12/2011	74550	218	*	I
MJQ7499	8695012379	25/11/2011	74630	218	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 566/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 566/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACS0819	8695013624	07/01/2012	74550	218 * I
AMP1568	8695013592	08/01/2012	74550	218 * I
BUM4363	8695013618	05/01/2012	74630	218 * II
CDQ1813	8695013626	08/01/2012	74550	218 * I
CIN2731	8695013534	07/01/2012	74550	218 * I
CMC2166	8695013462	07/01/2012	74550	218 * I
CYS5792	8695013657	30/12/2011	74550	218 * I
CYW7484	8695013541	10/01/2012	74550	218 * I
DMA5583	8695013423	30/12/2011	74550	218 * I
HAB5074	8695013545	11/01/2012	74550	218 * I
HPC7739	8695012287	19/11/2011	74550	218 * I
IKQ4978	8695013527	04/01/2012	74550	218 * I
IZR7337	8695013475	10/01/2012	74550	218 * I
JTN0673	8695013214	24/12/2011	74550	218 * I
LXD9776	8695013364	31/12/2011	74550	218 * I
LXK4701	8695013305	02/01/2012	74550	218 * I
MAR2142	8695013662	31/12/2011	74630	218 * II
MAY7217	8695013661	31/12/2011	74550	218 * I
MBQ0495	8695013564	08/01/2012	74550	218 * I
MCC2093	8695013536	08/01/2012	74550	218 * I
MEG4543	8695013550	11/01/2012	74630	218 * II
MEG4543	8695013636	11/01/2012	74630	218 * II
MER4938	8695013569	09/01/2012	74550	218 * I
MFE8206	8695013486	05/01/2012	74550	218 * I
MFO3820	8695013479	11/01/2012	74550	218 * I
MGN2933	8695013584	07/01/2012	74550	218 * I
MHO3766	8695013518	09/01/2012	74550	218 * I
MII4926	8695013446	01/01/2012	74550	218 * I
MIO0811	8695013600	11/01/2012	74550	218 * I
MIO6545	8695013251	02/01/2012	74630	218 * II
MIY4146	8695013640	01/01/2012	74550	218 * I
NUG0077	8695013587	07/01/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 568/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO



DE TRANSITO N.8695 568/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGE7987	8695013554	04/01/2012	74550	218 * I
AGK5504	8695013673	08/01/2012	74550	218 * I
AHC0483	8695012818	09/12/2011	74550	218 * I
AKV9421	8695013579	06/01/2012	74550	218 * I
AQS0219	8695012770	10/12/2011	74550	218 * I
CDS1709	8695012845	10/12/2011	74550	218 * I
CNW1032	8695012908	17/12/2011	74630	218 * II
CRN1403	8695013032	19/12/2011	74550	218 * I
CXD5629	8695013395	31/12/2011	74630	218 * II
DGX3466	8695012821	10/12/2011	74550	218 * I
DOL2176	8695013056	20/12/2011	74550	218 * I
DTA2001	8695013599	10/01/2012	74550	218 * I
HRN1508	8695013006	21/12/2011	74550	218 * I
ICU1921	8695012827	11/12/2011	74630	218 * II
IMP5336	8695012765	09/12/2011	74550	218 * I
KBA6793	8695012797	09/12/2011	74550	218 * I
LWT7643	8695012983	21/12/2011	74550	218 * I
LWW4513	8695013053	19/12/2011	74550	218 * I
LYZ4302	8695013558	06/01/2012	74550	218 * I
LZN8401	8695012899	14/12/2011	74550	218 * I
MAZ1926	8695012876	11/12/2011	74550	218 * I
MBP8622	8695012743	10/12/2011	74550	218 * I
MBZ6957	8695013623	07/01/2012	74550	218 * I
MCJ1715	8695012915	20/12/2011	74550	218 * I
MCZ3061	8695012858	13/12/2011	74550	218 * I
MDO3189	8695013575	04/01/2012	74550	218 * I
MEE1040	8695012916	20/12/2011	74630	218 * II
MEJ1425	8695012857	10/12/2011	74550	218 * I
MEK0779	8695013070	17/12/2011	74550	218 * I
MEO9497	8695012763	08/12/2011	74550	218 * I
MEQ0427	8695012889	10/12/2011	74550	218 * I
MEV8621	8695012773	10/12/2011	74550	218 * I
MFM2434	8695012747	11/12/2011	74550	218 * I
MFS6592	8695012977	17/12/2011	74550	218 * I
MFV5135	8695013666	04/01/2012	74550	218 * I
MGF6860	8695012848	11/12/2011	74630	218 * II
MGY4589	8695012877	12/12/2011	74550	218 * I
MHH9075	8695012930	17/12/2011	74550	218 * I
MHQ3571	8695012844	10/12/2011	74630	218 * II
MIH8508	8695013561	07/01/2012	74630	218 * II
MIM4042	8695013045	15/12/2011	74550	218 * I
MIQ6188	8695012754	12/12/2011	74550	218 * I
MIR6873	8695013023	19/12/2011	74550	218 * I
MIS2479	8695012992	18/12/2011	74550	218 * I
MJA1572	8695012873	09/12/2011	74550	218 * I
MJP9619	8695012791	14/12/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 570/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 570/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGJ0798	8695013049	17/12/2011	74550	218 * I
AJN3545	8695013964	21/01/2012	74550	218 * I
AMN7982	8695013222	27/12/2011	74550	218 * I
APC2263	8695013187	24/12/2011	74550	218 * I
BMH4827	8695013094	26/12/2011	74550	218 * I
BYB2774	8695013107	24/12/2011	74550	218 * I
CBY0067	8695013855	22/01/2012	74550	218 * I
CLR9861	8695013936	22/01/2012	74550	218 * I
COV3498	8695013718	14/01/2012	74550	218 * I
DKZ9391	8695012823	10/12/2011	74550	218 * I
DRB7280	8695013167	22/12/2011	74550	218 * I
DSU9366	8695013778	13/01/2012	74550	218 * I
EBP7770	8695013829	15/01/2012	74550	218 * I
GUE1953	8695013850	21/01/2012	74550	218 * I
IEC4889	8695013772	18/01/2012	74630	218 * II
IED2498	8695013784	16/01/2012	74550	218 * I
IOO9383	8695013989	24/01/2012	74550	218 * I
JPM9389	8695013924	25/01/2012	74550	218 * I
JTS9388	8695013189	25/12/2011	74550	218 * I
KID0112	8695013703	12/01/2012	74550	218 * I
LXA0095	8695013754	15/01/2012	74550	218 * I
LYH7612	8695013177	25/12/2011	74550	218 * I
LZK2429	8695013128	25/12/2011	74550	218 * I
LZL4953	8695013110	25/12/2011	74550	218 * I
LZL4953	8695013230	26/12/2011	74550	218 * I
MAS2010	8695013688	13/01/2012	74550	218 * I

MAS3580	8695013161	26/12/2011	74550	218	*	I
MBD2365	8695012753	12/12/2011	74550	218	*	I
MBO6234	8695013988	21/01/2012	74550	218	*	I
MBX1389	8695013259	30/12/2011	74550	218	*	I
MCK3019	8695013691	14/01/2012	74630	218	*	II
MDA1858	8695013865	21/01/2012	74550	218	*	I
MDA1858	8695013874	21/01/2012	74550	218	*	I
MDB8001	8695013760	17/01/2012	74630	218	*	II
MDL8867	8695013743	14/01/2012	74550	218	*	I
MDP4700	8695013751	15/01/2012	74550	218	*	I
MDU0054	8695013260	30/12/2011	74550	218	*	I
MDX1684	8695013961	20/01/2012	74550	218	*	I
MDX7867	8695013790	12/01/2012	74550	218	*	I
MEN2482	8695013948	21/01/2012	74630	218	*	II
MER1465	8695013140	22/12/2011	74550	218	*	I
MFI9488	8695013150	24/12/2011	74550	218	*	I
MFK7684	8695013810	14/01/2012	74550	218	*	I
MFN1951	8695013908	21/01/2012	74550	218	*	I
MFQ4416	8695013851	21/01/2012	74550	218	*	I
MFY7909	8695013193	26/12/2011	74550	218	*	I
MFY9509	8695013188	25/12/2011	74550	218	*	I
MGG5926	8695013793	14/01/2012	74550	218	*	I
MGJ5724	8695013863	25/01/2012	74550	218	*	I
MHJ5334	8695013900	21/01/2012	74550	218	*	I
MHV0051	8695013917	24/01/2012	74550	218	*	I
MIB1423	8695012961	20/12/2011	74550	218	*	I
MIC8362	8695013940	20/01/2012	74550	218	*	I
MIG9659	8695013801	18/01/2012	74550	218	*	I
MIJ2738	8695013768	17/01/2012	74550	218	*	I
MIM7949	8695013905	21/01/2012	74550	218	*	I
MIQ5789	8695013120	23/12/2011	74550	218	*	I
MIX4876	8695013757	17/01/2012	74550	218	*	I
MJJ2752	8695012920	21/12/2011	74550	218	*	I
MJQ6069	8695013898	20/01/2012	74550	218	*	I
MMM7709	8695012852	14/12/2011	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 572/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 572/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADK8470	8695013987	21/01/2012	74550	218 * I
APC4741	8695013367	31/12/2011	74630	218 * II
BNC7972	8695013126	25/12/2011	74550	218 * I
BTQ4100	8695013293	30/12/2011	74550	218 * I
BTQ4100	8695013419	30/12/2011	74630	218 * II
IDR2226	8695013944	20/01/2012	74550	218 * I
JQZ5221	8695013197	28/12/2011	74550	218 * I
LWT7643	8695013257	29/12/2011	74550	218 * I
LXK9582	8695013871	20/01/2012	74550	218 * I
MAI1231	8695013234	29/12/2011	74630	218 * II
MAI1231	8695013284	29/12/2011	74550	218 * I
MAR2142	8695013451	31/12/2011	74630	218 * II
MAU2873	8695013396	01/01/2012	74550	218 * I
MCP3016	8695013132	25/12/2011	74550	218 * I
MDM6606	8695013300	01/01/2012	74550	218 * I
MDY2358	8695013297	30/12/2011	74550	218 * I
MEC0051	8695013296	30/12/2011	74550	218 * I
MGA4784	8695013892	20/01/2012	74550	218 * I
MGF9270	8695013431	02/01/2012	74550	218 * I
MGW3591	8695013131	25/12/2011	74550	218 * I
MGW3591	8695013225	25/12/2011	74550	218 * I
MGZ7858	8695013152	25/12/2011	74550	218 * I
MHK2104	8695013258	29/12/2011	74550	218 * I
MHW8138	8695013410	01/01/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 574/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 574/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGP7359	8695013304	01/01/2012	74630	218 * II
AJC3892	8695013461	07/01/2012	74550	218 * I
AKH6543	8695014061	31/01/2012	74550	218 * I
AMB4079	8695014116	28/01/2012	74550	218 * I
AMF8277	8695013448	02/01/2012	74550	218 * I
ANH6334	8695014145	29/01/2012	74550	218 * I
ARW3937	8695014014	01/02/2012	74550	218 * I
BSF7671	8695014144	28/01/2012	74550	218 * I
CIU1237	8695014136	31/01/2012	74550	218 * I
DEL3240	8695013456	04/01/2012	74550	218 * I
DSF7192	8695013574	04/01/2012	74630	218 * II
ENR7013	8695014060	31/01/2012	74630	218 * II
HVM0842	8695014142	28/01/2012	74550	218 * I
HXB9184	8695013337	03/01/2012	74630	218 * II
ILK1042	8695013995	28/01/2012	74550	218 * I
IPV9621	8695014027	26/01/2012	74550	218 * I
JPD0852	8695014069	29/01/2012	74550	218 * I
LXC0815	8695013576	05/01/2012	74550	218 * I
LXE0571	8695013867	22/01/2012	74550	218 * I
LXH8121	8695014097	29/01/2012	74550	218 * I
LXN1916	8695013494	10/01/2012	74550	218 * I
LXP9655	8695013471	09/01/2012	74550	218 * I
LXV8935	8695013631	11/01/2012	74550	218 * I
LYE3803	8695013597	09/01/2012	74630	218 * II
LZG7216	8695013432	02/01/2012	74550	218 * I
MAA8183	8695013596	09/01/2012	74550	218 * I
MAB8726	8695013998	28/01/2012	74710	218 * III
MBE9736	8695013407	30/12/2011	74550	218 * I
MBX9497	8695013669	04/01/2012	74550	218 * I
MCJ9428	8695013556	05/01/2012	74550	218 * I
MCW1160	8695013485	05/01/2012	74630	218 * II
MDA6641	8695013319	30/12/2011	74550	218 * I
MDL7151	8695014058	31/01/2012	74630	218 * II
MDR1215	8695013628	09/01/2012	74550	218 * I
MDR7807	8695013681	08/01/2012	74550	218 * I
MEF8317	8695014141	28/01/2012	74550	218 * I
MEN3539	8695013510	08/01/2012	74550	218 * I
MEV8027	8695013506	07/01/2012	74550	218 * I
MFG6520	8695013531	06/01/2012	74550	218 * I
MFH3447	8695013635	09/01/2012	74550	218 * I
MFN5332	8695014102	27/01/2012	74550	218 * I
MGK5493	8695014079	28/01/2012	74550	218 * I
MGR5878	8695013238	30/12/2011	74550	218 * I
MHG0318	8695013663	31/12/2011	74550	218 * I
MHU4731	8695013997	28/01/2012	74550	218 * I
MII6028	8695013615	09/01/2012	74550	218 * I
MIJ2438	8695014023	29/01/2012	74550	218 * I
MIR8427	8695014041	28/01/2012	74550	218 * I
MIU9587	8695014134	29/01/2012	74550	218 * I
MIZ1985	8695013648	23/12/2011	74550	218 * I
MJD5471	8695014109	26/01/2012	74550	218 * I
MJZ1299	8695013620	05/01/2012	74550	218 * I

MLX8778 8695013617 04/01/2012 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 577/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 577/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AKS2669	8695014162	04/02/2012	74550	218 * I
ANQ4278	8695014159	03/02/2012	74550	218 * I
BAD7800	8695013699	17/01/2012	74550	218 * I
CRF4993	8695014170	07/02/2012	74630	218 * II
DDR8373	8695014253	05/02/2012	74550	218 * I
DHU0163	8695014224	06/02/2012	74550	218 * I
DNZ0858	8695014250	04/02/2012	74550	218 * I
DSA5762	8695014259	09/02/2012	74550	218 * I
DVM4786	8695014280	05/02/2012	74550	218 * I
DWF7721	8695014334	05/02/2012	74550	218 * I
HQG5882	8695013601	11/01/2012	74550	218 * I
IDP8294	8695013951	25/01/2012	74550	218 * I
IGR7482	8695013782	14/01/2012	74630	218 * II
IHG1931	8695014252	05/02/2012	74550	218 * I
IIX8852	8695014208	03/02/2012	74550	218 * I
IMI6137	8695013309	03/01/2012	74550	218 * I
IMZ0947	8695013904	21/01/2012	74550	218 * I
INZ1053	8695014276	02/02/2012	74550	218 * I
JGF1543	8695014221	05/02/2012	74550	218 * I
LYS7373	8695013928	20/01/2012	74550	218 * I
LZB7326	8695013984	22/01/2012	74550	218 * I
MBR9766	8695014251	05/02/2012	74630	218 * II
MBY4734	8695014281	05/02/2012	74550	218 * I

MCE3319	8695014248	04/02/2012	74550	218	*	I
MCW4516	8695013809	13/01/2012	74550	218	*	I
MDA1858	8695014315	01/02/2012	74550	218	*	I
MDI0731	8695013387	03/01/2012	74550	218	*	I
MDW9916	8695013977	22/01/2012	74550	218	*	I
MEN1315	8695014201	02/02/2012	74630	218	*	II
MER2290	8695013846	16/01/2012	74550	218	*	I
MEX7827	8695014305	06/02/2012	74550	218	*	I
MFT1840	8695013487	06/01/2012	74630	218	*	II
MGM5143	8695014157	03/02/2012	74630	218	*	II
MGW3767	8695014125	31/01/2012	74630	218	*	II
MGZ9115	8695014306	07/02/2012	74550	218	*	I
MHG0675	8695014227	06/02/2012	74550	218	*	I
MHK5000	8695014175	09/02/2012	74550	218	*	I
MHT5337	8695014331	06/02/2012	74630	218	*	II
MHT8020	8695013756	16/01/2012	74550	218	*	I
MIA2645	8695013840	16/01/2012	74550	218	*	I
MIB7181	8695014213	04/02/2012	74550	218	*	I
MIJ2292	8695014214	04/02/2012	74550	218	*	I
MIK2409	8695012958	19/12/2011	74550	218	*	I
MIR2201	8695014093	31/01/2012	74550	218	*	I
MJP1304	8695014166	05/02/2012	74550	218	*	I
MKM7910	8695014314	01/02/2012	74710	218	*	III
MKM7910	8695014333	03/02/2012	74550	218	*	I
MLD6629	8695014239	08/02/2012	74550	218	*	I
MNQ4042	8695013606	08/01/2012	74550	218	*	I
MWU3217	8695014119	29/01/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 579/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 579/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AME8170	8695014150	29/01/2012	74550	218 * I
ANH6334	8695014547	19/02/2012	74550	218 * I
CDD0131	8695013875	22/01/2012	74630	218 * II
CET8299	8695013709	16/01/2012	74710	218 * III
CMK5634	8695013883	24/01/2012	74550	218 * I
EPT2474	8695014114	28/01/2012	74550	218 * I
HCD7093	8695014429	09/02/2012	74550	218 * I
IFL5771	8695013753	15/01/2012	74550	218 * I
IKY7133	8695013690	14/01/2012	74550	218 * I
LAX0438	8695014407	12/02/2012	74550	218 * I
LCB2367	8695013901	21/01/2012	74550	218 * I
LYN4308	8695014044	29/01/2012	74550	218 * I
LZK9274	8695014385	10/02/2012	74550	218 * I
LZP1435	8695014563	21/02/2012	74550	218 * I
MBA1722	8695014438	12/02/2012	74550	218 * I
MCN5885	8695013974	25/01/2012	74550	218 * I
MDM1548	8695013642	01/01/2012	74550	218 * I
MDP0807	8695013814	19/01/2012	74550	218 * I
MEA6085	8695013857	22/01/2012	74550	218 * I
MEK9349	8695013952	20/01/2012	74630	218 * II
MEV2068	8695013921	25/01/2012	74550	218 * I
MFE9096	8695013717	13/01/2012	74550	218 * I
MFS6175	8695014045	29/01/2012	74550	218 * I
MGI9791	8695013942	22/01/2012	74550	218 * I
MGI9791	8695013981	22/01/2012	74550	218 * I
MGK4295	8695014413	10/02/2012	74550	218 * I
MGL3307	8695013812	15/01/2012	74630	218 * II
MGP3532	8695013866	22/01/2012	74630	218 * II
MGR3746	8695014468	18/02/2012	74550	218 * I
MGS5732	8695013973	24/01/2012	74550	218 * I
MGZ4963	8695014021	28/01/2012	74550	218 * I
MGZ4963	8695014033	27/01/2012	74550	218 * I
MHG0379	8695013910	22/01/2012	74550	218 * I
MHH4853	8695014146	29/01/2012	74550	218 * I
MHP0256	8695013953	22/01/2012	74550	218 * I
MHU6552	8695013704	13/01/2012	74630	218 * II
MHV0465	8695014158	03/02/2012	74630	218 * II
MHY8483	8695014326	05/02/2012	74630	218 * II
MHZ7211	8695014574	22/02/2012	74550	218 * I
MIB4950	8695013693	14/01/2012	74550	218 * I
MIE5242	8695013949	22/01/2012	74630	218 * II
MIG8006	8695013759	17/01/2012	74550	218 * I
MJC7408	8695013708	16/01/2012	74550	218 * I
MJX1340	8695013735	12/01/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 581/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 581/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADT6469	8695014234	08/02/2012	74550	218 * I
ADW2707	8695014588	23/02/2012	74550	218 * I
AJE4662	8695014070	29/01/2012	74550	218 * I
ALS1558	8695014665	24/02/2012	74550	218 * I
AQE5218	8695014660	28/02/2012	74550	218 * I
BCN1930	8695014651	27/02/2012	74550	218 * I
BXN3020	8695014526	21/02/2012	74550	218 * I
CAK3589	8695014475	18/02/2012	74550	218 * I
CBA0251	8695014673	26/02/2012	74550	218 * I
CQY7314	8695014344	13/02/2012	74550	218 * I
CRN7693	8695014160	04/02/2012	74550	218 * I
DAS0607	8695014190	05/02/2012	74710	218 * III
HOO6542	8695014641	24/02/2012	74550	218 * I
ICC0748	8695014390	10/02/2012	74550	218 * I
IDM4077	8695014464	21/02/2012	74630	218 * II
IFK5554	8695014359	14/02/2012	74550	218 * I
JEI2236	8695014164	04/02/2012	74550	218 * I
KNR2644	8695014485	16/02/2012	74630	218 * II
LXR9140	8695014594	27/02/2012	74550	218 * I
LYG1895	8695014268	08/02/2012	74550	218 * I
LYH7612	8695014313	05/02/2012	74550	218 * I
LYM6661	8695014176	02/02/2012	74550	218 * I
LYR5019	8695014492	18/02/2012	74630	218 * II
LYW5252	8695014002	31/01/2012	74710	218 * III
LZC8869	8695014343	13/02/2012	74550	218 * I
LZK4135	8695014084	28/01/2012	74550	218 * I
LZQ5180	8695014623	25/02/2012	74550	218 * I
LZQ5180	8695014659	25/02/2012	74550	218 * I
LZX5787	8695014285	08/02/2012	74550	218 * I
MAH9218	8695014672	26/02/2012	74550	218 * I
MBQ3978	8695013671	07/01/2012	74550	218 * I
MBW9110	8695014287	09/02/2012	74550	218 * I
MBX8841	8695014617	29/02/2012	74550	218 * I
MCB6024	8695014247	04/02/2012	74550	218 * I
MCB7266	8695014616	29/02/2012	74550	218 * I
MCD8179	8695014339	11/02/2012	74630	218 * II
MCO2538	8695014324	04/02/2012	74550	218 * I
MCR2413	8695014094	25/01/2012	74550	218 * I
MCT9994	8695014404	09/02/2012	74550	218 * I
MCW0489	8695014562	21/02/2012	74630	218 * II
MDP2575	8695014510	18/02/2012	74550	218 * I
MEB8004	8695014589	24/02/2012	74550	218 * I

MEC6262	8695014428	15/02/2012	74550	218	*	I
MEH6700	8695014507	20/02/2012	74550	218	*	I
MEJ8080	8695014472	21/02/2012	74710	218	*	III
MEN1315	8695014446	17/02/2012	74550	218	*	I
MEQ8178	8695014674	27/02/2012	74550	218	*	I
MFE1307	8695014564	21/02/2012	74550	218	*	I
MFW4807	8695014375	12/02/2012	74550	218	*	I
MFW8234	8695014358	14/02/2012	74550	218	*	I
MGJ3207	8695014322	04/02/2012	74550	218	*	I
MGK1314	8695014348	15/02/2012	74550	218	*	I
MGM8317	8695014346	14/02/2012	74550	218	*	I
MGM8317	8695014443	14/02/2012	74550	218	*	I
MGN0605	8695014173	08/02/2012	74550	218	*	I
MGP2123	8695014639	23/02/2012	74550	218	*	I
MGQ6418	8695014370	10/02/2012	74550	218	*	I
MHC3263	8695014546	19/02/2012	74550	218	*	I
MHD9578	8695014566	16/02/2012	74550	218	*	I
MHI7324	8695014319	01/02/2012	74550	218	*	I
MHL0604	8695014054	31/01/2012	74550	218	*	I
MHU6552	8695014143	28/01/2012	74550	218	*	I
MIF0181	8695014199	02/02/2012	74550	218	*	I
MII3419	8695014631	28/02/2012	74550	218	*	I
MIN2281	8695014373	12/02/2012	74550	218	*	I
MIS3612	8695014377	12/02/2012	74630	218	*	II
MIT1726	8695014078	27/01/2012	74550	218	*	I
MIT6154	8695014008	26/01/2012	74550	218	*	I
MUW5651	8695014393	10/02/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 583/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 583/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQK8340	8695014772	02/03/2012	74550	218 * I
CII6840	8695014704	07/03/2012	74550	218 * I
DMI2023	8695014710	04/03/2012	74550	218 * I
FDL2810	8695014749	02/03/2012	74550	218 * I
HOV9021	8695014567	17/02/2012	74550	218 * I
IFA5468	8695014509	16/02/2012	74550	218 * I
IHB7058	8695014186	03/02/2012	74550	218 * I
IPV9621	8695014720	01/03/2012	74550	218 * I
JVJ1887	8695014474	18/02/2012	74630	218 * II
LXT4165	8695014336	10/02/2012	74550	218 * I
LZY1348	8695014692	03/03/2012	74550	218 * I
MAB5603	8695014396	10/02/2012	74550	218 * I
MAP9376	8695014698	06/03/2012	74630	218 * II
MCD4871	8695014768	04/03/2012	74550	218 * I
MDA4013	8695014738	03/03/2012	74550	218 * I
MEO6455	8695014256	08/02/2012	74550	218 * I
MGI7182	8695014439	12/02/2012	74550	218 * I
MGL9849	8695014743	06/03/2012	74550	218 * I
MGR8346	8695014448	17/02/2012	74550	218 * I
MHA4010	8695014731	07/03/2012	74550	218 * I
MHC9267	8695014436	12/02/2012	74550	218 * I
MHF0716	8695014765	08/03/2012	74550	218 * I
MHI4208	8695014776	03/03/2012	74550	218 * I
MHP0256	8695014518	18/02/2012	74550	218 * I
MHQ7172	8695014571	18/02/2012	74550	218 * I
MIM2183	8695014255	06/02/2012	74550	218 * I
MIS1430	8695014579	19/02/2012	74550	218 * I
MIX9596	8695014554	22/02/2012	74550	218 * I
MJK8841	8695014440	13/02/2012	74550	218 * I
MKB7859	8695014795	04/03/2012	74550	218 * I
MKF7755	8695014741	04/03/2012	74710	218 * III
MLD3979	8695014797	07/03/2012	74550	218 * I
MOT0808	8695014416	12/02/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 585/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 585/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEM2825	8695014484	15/02/2012	74550	218 * I
AND2936	8695014999	18/03/2012	74550	218 * I
AQG0100	8695014973	17/03/2012	74550	218 * I
ATX9060	8695014993	19/03/2012	74550	218 * I
CEM9051	8695014680	27/02/2012	74550	218 * I
COP3510	8695014849	12/03/2012	74550	218 * I
CRE0097	8695014583	19/02/2012	74550	218 * I
DSF7192	8695014942	17/03/2012	74630	218 * II
DSF7192	8695014987	17/03/2012	74550	218 * I
LWW1833	8695015007	16/03/2012	74630	218 * II
LYG5228	8695014910	12/03/2012	74550	218 * I
LYO7744	8695014921	08/03/2012	74550	218 * I
LZC3496	8695014903	10/03/2012	74550	218 * I
LZS8413	8695014923	09/03/2012	74550	218 * I
MAF0559	8695014875	09/03/2012	74550	218 * I
MBJ3389	8695014725	04/03/2012	74550	218 * I
MBS8374	8695014408	12/02/2012	74550	218 * I
MBX9497	8695014679	26/02/2012	74550	218 * I
MCE0045	8695014593	26/02/2012	74550	218 * I
MCG1706	8695014840	09/03/2012	74550	218 * I
MCG1706	8695014901	09/03/2012	74550	218 * I
MCL1696	8695014495	19/02/2012	74630	218 * II
MDK1419	8695014870	10/03/2012	74550	218 * I
MEB9809	8695014852	13/03/2012	74550	218 * I
MEO8227	8695014857	09/03/2012	74550	218 * I
MEP1740	8695014614	28/02/2012	74550	218 * I
MFR8567	8695014895	12/03/2012	74550	218 * I
MFV3830	8695014603	27/02/2012	74630	218 * II
MFY6498	8695014876	10/03/2012	74550	218 * I
MGG7213	8695014578	19/02/2012	74550	218 * I
MHB5533	8695014802	07/03/2012	74550	218 * I
MHC9267	8695014642	24/02/2012	74550	218 * I
MHL9068	8695014894	11/03/2012	74550	218 * I
MHT2579	8695014964	18/03/2012	74550	218 * I
MHU4556	8695014972	19/03/2012	74550	218 * I
MHW5662	8695014806	09/03/2012	74550	218 * I
MID1641	8695014984	16/03/2012	74550	218 * I
MIE9235	8695014421	14/02/2012	74550	218 * I
MIL8188	8695014958	20/03/2012	74630	218 * II
MJP1322	8695014542	18/02/2012	74550	218 * I
MJR2430	8695014952	17/03/2012	74550	218 * I
MLC2308	8695014966	18/03/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 587/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 587/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DVK4717	8695015047	26/03/2012	74550	218 * I
HRE5118	8695014931	17/03/2012	74550	218 * I
ICW2448	8695015069	26/03/2012	74550	218 * I
IQB8575	8695014778	04/03/2012	74550	218 * I
JNE7102	8695015044	25/03/2012	74550	218 * I
LXL8894	8695015112	25/03/2012	74550	218 * I
LZB7326	8695014753	05/03/2012	74550	218 * I
LZG4806	8695015046	25/03/2012	74550	218 * I
LZS0564	8695015067	25/03/2012	74550	218 * I
MBB0034	8695015106	25/03/2012	74550	218 * I
MBZ6957	8695014844	10/03/2012	74550	218 * I
MCO2031	8695014696	06/03/2012	74550	218 * I
MDL8768	8695014918	10/03/2012	74550	218 * I
MEF8317	8695015002	18/03/2012	74550	218 * I
MFQ2059	8695014729	06/03/2012	74550	218 * I
MFV2250	8695014782	04/03/2012	74550	218 * I
MGC1862	8695014597	28/02/2012	74550	218 * I
MGC8712	8695015101	21/03/2012	74550	218 * I
MGJ5724	8695014982	17/03/2012	74550	218 * I
MGY2299	8695014762	07/03/2012	74550	218 * I
MII4926	8695015042	24/03/2012	74550	218 * I
MIR8427	8695015057	24/03/2012	74550	218 * I
MIT9607	8695015091	27/03/2012	74550	218 * I
MIZ8434	8695015077	28/03/2012	74550	218 * I
MJD3554	8695015040	24/03/2012	74550	218 * I
MJK5990	8695015058	25/03/2012	74550	218 * I
MJK5990	8695015065	25/03/2012	74550	218 * I
MMA9944	8695015027	21/03/2012	74550	218 * I
MWA7250	8695014766	03/03/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 589/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 589/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DED9969	8695015043	24/03/2012	74550	218 * I
DIN8572	8695015095	23/03/2012	74550	218 * I
MAZ9686	8695014441	13/02/2012	74550	218 * I
MGQ5623	8695014540	17/02/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 591/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 591/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJO3579	8695015130	03/04/2012	74550	218 * I
AJZ0279	8695015190	30/03/2012	74550	218 * I
LXO6093	8695015169	03/04/2012	74550	218 * I
LYL7621	8695015124	31/03/2012	74630	218 * II
MBO8565	8695014532	20/02/2012	74550	218 * I
MCF6612	8695015163	31/03/2012	74550	218 * I
MCQ2253	8695015176	01/04/2012	74550	218 * I
MCX4686	8695015131	04/04/2012	74550	218 * I
MCY4843	8695015125	01/04/2012	74550	218 * I
MDJ5098	8695015204	28/03/2012	74550	218 * I
MEN3539	8695014560	18/02/2012	74630	218 * II
MEV5517	8695014699	07/03/2012	74550	218 * I
MFF3949	8695015171	03/04/2012	74550	218 * I
MFH5177	8695014784	05/03/2012	74550	218 * I
MFK3217	8695015153	01/04/2012	74550	218 * I
MGA7239	8695015144	30/03/2012	74550	218 * I
MGK0438	8695015139	03/04/2012	74550	218 * I
MIT3792	8695015189	01/04/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 593/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 593/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHK7625	8695014154	31/01/2012	74550	218 * I
AMK6405	8695015301	10/04/2012	74630	218 * II
ANF5880	8695014824	15/03/2012	74550	218 * I
ANZ4757	8695014832	15/03/2012	74550	218 * I
BNY7799	8695014882	14/03/2012	74550	218 * I
CRI5688	8695015248	07/04/2012	74550	218 * I
DAS7577	8695015336	08/04/2012	74550	218 * I
DER2926	8695014916	11/03/2012	74550	218 * I
DHQ0442	8695015319	06/04/2012	74550	218 * I
DJF5718	8695014904	10/03/2012	74630	218 * II
DJF5718	8695014843	10/03/2012	74550	218 * I
HRA4042	8695015034	23/03/2012	74550	218 * I
HTD3485	8695015092	28/03/2012	74550	218 * I
IKB7107	8695014994	20/03/2012	74550	218 * I
IKL0170	8695014998	20/03/2012	74550	218 * I
LAX0438	8695015104	24/03/2012	74550	218 * I
LNC3960	8695014483	15/02/2012	74630	218 * II
LWT7368	8695014926	12/03/2012	74550	218 * I
LWU4297	8695014284	08/02/2012	74550	218 * I
LXA4013	8695014815	13/03/2012	74550	218 * I
LXF7613	8695015059	25/03/2012	74630	218 * II
LYG6536	8695014808	09/03/2012	74550	218 * I
LYR5315	8695014943	18/03/2012	74630	218 * II
LZJ4769	8695015228	07/04/2012	74550	218 * I
LZV1005	8695015247	07/04/2012	74630	218 * II
LZW2607	8695015097	25/03/2012	74550	218 * I
LZY7449	8695015338	09/04/2012	74550	218 * I
MAC1623	8695015008	16/03/2012	74630	218 * II
MAD5162	8695014917	09/03/2012	74630	218 * II
MAE0810	8695015300	09/04/2012	74550	218 * I
MAI4306	8695014884	11/03/2012	74550	218 * I
MAM1219	8695014936	20/03/2012	74550	218 * I
MAW4198	8695014962	16/03/2012	74550	218 * I
MBQ3978	8695015054	24/03/2012	74550	218 * I
MBU7802	8695014811	10/03/2012	74630	218 * II
MCW8305	8695015206	01/04/2012	74550	218 * I
MDA6377	8695014759	04/03/2012	74630	218 * II
MDE1147	8695014453	20/02/2012	74550	218 * I
MDQ7759	8695014649	25/02/2012	74550	218 * I
MEC2624	8695014997	20/03/2012	74550	218 * I
MEJ2175	8695015284	07/04/2012	74550	218 * I
MEN2448	8695015100	27/03/2012	74550	218 * I
MFB8474	8695014455	21/02/2012	74550	218 * I
MFZ1676	8695014978	18/03/2012	74550	218 * I
MGE5087	8695014666	26/02/2012	74630	218 * II
MGF9206	8695015290	04/04/2012	74550	218 * I
MGV9258	8695014869	15/03/2012	74630	218 * II
MGW2339	8695014969	19/03/2012	74550	218 * I
MHS4139	8695015183	03/04/2012	74550	218 * I
MIK4137	8695015053	23/03/2012	74550	218 * I
MIO4389	8695014818	13/03/2012	74550	218 * I
MIP7493	8695014924	11/03/2012	74550	218 * I
MIV2929	8695015056	24/03/2012	74550	218 * I
MIZ9218	8695014919	13/03/2012	74550	218 * I
MJC0494	8695014891	10/03/2012	74550	218 * I

MJE0359	8695015029	22/03/2012	74550	218	*	I
MJG0432	8695014860	10/03/2012	74710	218	*	III
MJS8468	8695014231	07/02/2012	74550	218	*	I
MKA1389	8695015079	21/03/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 595/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 595/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASP0230	8695015385	14/04/2012	74550	218 * I
IEP4013	8695015351	16/04/2012	74630	218 * II
LWV8633	8695015031	23/03/2012	74710	218 * III
LZD7228	8695015415	13/04/2012	74630	218 * II
LZO4765	8695015215	30/03/2012	74550	218 * I
MEN9797	8695015033	23/03/2012	74550	218 * I
MGH6416	8695015349	16/04/2012	74550	218 * I
MGL9616	8695015383	13/04/2012	74550	218 * I
MIE5376	8695015414	17/04/2012	74550	218 * I
MIR3738	8695015017	24/03/2012	74630	218 * II
MIX0729	8695015039	23/03/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 597/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 597/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEL6075	8695015447	22/04/2012	74550	218 * I
AKN8824	8695015086	24/03/2012	74550	218 * I
ALL3390	8695015474	22/04/2012	74550	218 * I
BIT2184	8695015258	11/04/2012	74630	218 * II
BOV3435	8695015513	23/04/2012	74550	218 * I
BOV3435	8695015516	23/04/2012	74550	218 * I
BOV3435	8695015418	16/04/2012	74550	218 * I
CJB4853	8695015318	05/04/2012	74550	218 * I
CTI2768	8695015226	06/04/2012	74630	218 * II
CZP9745	8695015503	24/04/2012	74550	218 * I
DGV1895	8695015484	23/04/2012	74550	218 * I
IJZ5917	8695015010	21/03/2012	74630	218 * II
LCY4840	8695015227	06/04/2012	74630	218 * II
LWW2784	8695015222	04/04/2012	74550	218 * I
LXL8894	8695015479	21/04/2012	74550	218 * I
LXO3710	8695015331	06/04/2012	74550	218 * I
LXO3710	8695015271	06/04/2012	74630	218 * II
LYA4554	8695015137	02/04/2012	74550	218 * I
LYZ1391	8695015136	01/04/2012	74550	218 * I
LZU9962	8695015431	22/04/2012	74550	218 * I
MAD5496	8695015263	07/04/2012	74550	218 * I
MAE1595	8695015324	08/04/2012	74550	218 * I
MAR6727	8695015240	12/04/2012	74550	218 * I
MBN1984	8695015390	15/04/2012	74550	218 * I
MBP3313	8695015487	24/04/2012	74550	218 * I
MBV4285	8695015292	04/04/2012	74550	218 * I
MBX7376	8695015216	30/03/2012	74550	218 * I
MCK9626	8695015321	07/04/2012	74550	218 * I
MCW4516	8695015186	01/04/2012	74550	218 * I
MCW8110	8695015250	09/04/2012	74630	218 * II
MEU2208	8695015116	29/03/2012	74630	218 * II
MEW6170	8695015200	30/03/2012	74550	218 * I
MEY9171	8695015488	25/04/2012	74550	218 * I

MEZ1431	8695015158	02/04/2012	74550	218	*	I
MEZ1431	8695015270	06/04/2012	74630	218	*	II
MEZ5020	8695015511	23/04/2012	74550	218	*	I
MFQ2440	8695015178	04/04/2012	74550	218	*	I
MHD2301	8695015261	05/04/2012	74550	218	*	I
MHG9254	8695015320	06/04/2012	74550	218	*	I
MHO9746	8695015456	19/04/2012	74550	218	*	I
MHT7859	8695015315	09/04/2012	74550	218	*	I
MHX9621	8695015221	04/04/2012	74550	218	*	I
MIW2933	8695015316	10/04/2012	74550	218	*	I
MIW5248	8695015410	18/04/2012	74550	218	*	I
MJA1572	8695015305	04/04/2012	74550	218	*	I
MJB4636	8695015155	02/04/2012	74550	218	*	I
MJM0912	8695015398	15/04/2012	74550	218	*	I
MKM8389	8695015494	21/04/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 599/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 599/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KDL5176	8695015610	06/05/2012	74550	218 * I
LXD4624	8695015520	27/04/2012	74550	218 * I
MBT8810	8695015541	29/04/2012	74550	218 * I
MBY4734	8695015665	03/05/2012	74550	218 * I
MCJ2082	8695015591	01/05/2012	74550	218 * I
MGB5637	8695015596	29/04/2012	74550	218 * I
MGJ5724	8695015574	29/04/2012	74550	218 * I
MGP2549	8695015527	30/04/2012	74550	218 * I
MHN7750	8695015272	07/04/2012	74550	218 * I

MIM7949 8695015477 18/04/2012 74550 218 * I
 MJN6439 8695015468 21/04/2012 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
 AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 601/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 601/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AE9962	8695015674	05/05/2012	74550	218 * I
AKC3677	8695015230	08/04/2012	74630	218 * II
ARB9787	8695015592	02/05/2012	74550	218 * I
BUS3684	8695015394	17/04/2012	74630	218 * II
BVY1101	8695015764	12/05/2012	74550	218 * I
CDJ5040	8695015662	09/05/2012	74550	218 * I
CJS0656	8695015700	07/05/2012	74550	218 * I
CYZ5004	8695015672	04/05/2012	74630	218 * II
DIQ5154	8695015327	08/04/2012	74550	218 * I
DJQ4239	8695015621	04/05/2012	74550	218 * I
DRB4695	8695015620	04/05/2012	74710	218 * III
ECP1265	8695015277	10/04/2012	74550	218 * I
HOZ0947	8695015657	05/05/2012	74550	218 * I
JEW8337	8695015563	02/05/2012	74550	218 * I
JFK6477	8695015538	28/04/2012	74550	218 * I
KMS8727	8695015576	29/04/2012	74550	218 * I
LXP2921	8695015609	06/05/2012	74550	218 * I
LZP4860	8695015525	29/04/2012	74630	218 * II
LZZ5629	8695015593	02/05/2012	74550	218 * I
MAC1301	8695015395	17/04/2012	74550	218 * I
MAG9871	8695015369	15/04/2012	74550	218 * I
MBP3313	8695015669	04/05/2012	74630	218 * II

MCE0211	8695015775	16/05/2012	74550	218	*	I
MDC8414	8695015640	05/05/2012	74550	218	*	I
MEE5730	8695015274	09/04/2012	74550	218	*	I
MF3718	8695015757	16/05/2012	74630	218	*	II
MF5367	8695015636	04/05/2012	74550	218	*	I
MFY4078	8695015571	27/04/2012	74550	218	*	I
MGL1679	8695015599	30/04/2012	74550	218	*	I
MGO6899	8695015639	05/05/2012	74550	218	*	I
MGS8535	8695015606	03/05/2012	74550	218	*	I
MHT5576	8695015534	26/04/2012	74550	218	*	I
MHT7489	8695015552	26/04/2012	74630	218	*	II
MIE4606	8695015582	27/04/2012	74550	218	*	I
MIJ0447	8695015391	15/04/2012	74550	218	*	I
MIK5136	8695015603	27/04/2012	74550	218	*	I
MIN9681	8695015397	14/04/2012	74550	218	*	I
MIP2011	8695015696	08/05/2012	74550	218	*	I
MKD0411	8695015652	09/05/2012	74550	218	*	I
MKP5780	8695015416	14/04/2012	74550	218	*	I
MMH0225	8695015374	13/04/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 603/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 603/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BAA1771	8695015472	19/04/2012	74630	218 * II
CII6840	8695015768	13/05/2012	74550	218 * I
DDS0547	8695015423	19/04/2012	74550	218 * I
GLR0956	8695015809	21/05/2012	74550	218 * I
LYX1062	8695015453	18/04/2012	74550	218 * I

LZG6932	8695015892	22/05/2012	74550	218	*	I
LZV7784	8695015430	21/04/2012	74550	218	*	I
MAB0480	8695014689	03/03/2012	74550	218	*	I
MAI2910	8695015629	06/05/2012	74550	218	*	I
MAQ1879	8695015460	18/04/2012	74550	218	*	I
MAY2791	8695015666	03/05/2012	74550	218	*	I
MAY4349	8695015307	04/04/2012	74550	218	*	I
MBD9263	8695015723	12/05/2012	74550	218	*	I
MBM4272	8695015473	19/04/2012	74550	218	*	I
MCF6587	8695015426	19/04/2012	74550	218	*	I
MCH0138	8695015862	18/05/2012	74550	218	*	I
MDM7481	8695013232	25/12/2011	74550	218	*	I
MDV7093	8695015742	13/05/2012	74550	218	*	I
MDZ3677	8695015786	11/05/2012	74550	218	*	I
MEW6819	8695015489	25/04/2012	74550	218	*	I
MEW8892	8695015459	21/04/2012	74550	218	*	I
MEX5930	8695015368	15/04/2012	74550	218	*	I
MFE2545	8695015831	21/05/2012	74550	218	*	I
MFH4091	8695015890	21/05/2012	74550	218	*	I
MFJ0385	8695015834	22/05/2012	74630	218	*	II
MFM1750	8695015486	24/04/2012	74550	218	*	I
MFY6919	8695015507	20/04/2012	74630	218	*	II
MGC6227	8695015212	29/03/2012	74550	218	*	I
MGL3246	8695015811	23/05/2012	74630	218	*	II
MHL5084	8695015425	19/04/2012	74550	218	*	I
MHQ6475	8695015888	18/05/2012	74550	218	*	I
MHV3685	8695015826	20/05/2012	74630	218	*	II
MIC4121	8695015733	16/05/2012	74550	218	*	I
MIN1622	8695015499	25/04/2012	74550	218	*	I
MIP4672	8695015836	23/05/2012	74550	218	*	I
MIX4681	8695015877	22/05/2012	74550	218	*	I
MJF8358	8695015847	21/05/2012	74550	218	*	I
MJF8358	8695015832	21/05/2012	74550	218	*	I
MJN1203	8695015782	11/05/2012	74550	218	*	I
MJP8392	8695015724	13/05/2012	74630	218	*	II
MKC0719	8695015451	24/04/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 605/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 605/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADY9926	8695015630	06/05/2012	74550	218 * I
AMD8579	8695015668	04/05/2012	74550	218 * I
CGR7521	8695015690	08/05/2012	74550	218 * I
DIO2838	8695015567	01/05/2012	74550	218 * I
EBX8609	8695015464	19/04/2012	74550	218 * I
HQD8151	8695015549	01/05/2012	74550	218 * I
HSS0298	8695015587	02/05/2012	74550	218 * I
IEW9669	8695015595	26/04/2012	74550	218 * I
IMF2526	8695015524	29/04/2012	74550	218 * I
LOP6675	8695015564	02/05/2012	74550	218 * I
LWT7368	8695015679	09/05/2012	74630	218 * II
LXA3075	8695015446	22/04/2012	74550	218 * I
LXP2573	8695015676	05/05/2012	74550	218 * I
LYX7081	8695015616	09/05/2012	74550	218 * I
LZV7784	8695015540	29/04/2012	74550	218 * I
MAO2322	8695015584	27/04/2012	74550	218 * I
MBC2011	8695015512	23/04/2012	74550	218 * I
MBC5306	8695015806	20/05/2012	74550	218 * I
MBV4556	8695015624	10/05/2012	74550	218 * I
MCO9698	8695015691	08/05/2012	74550	218 * I
MDO9427	8695015523	29/04/2012	74630	218 * II
MEC9310	8695015598	30/04/2012	74550	218 * I
MES8247	8695015548	30/04/2012	74550	218 * I
MET6875	8695015437	24/04/2012	74550	218 * I
MFQ7016	8695015631	08/05/2012	74550	218 * I
MGP3845	8695015660	08/05/2012	74630	218 * II
MGQ9392	8695015694	05/05/2012	74550	218 * I
MGX8988	8695015482	22/04/2012	74630	218 * II
MGZ6966	8695015608	05/05/2012	74550	218 * I
MHP0256	8695015535	26/04/2012	74550	218 * I
MII6028	8695015585	27/04/2012	74550	218 * I
MIL3108	8695015688	03/05/2012	74550	218 * I
MIR3738	8695015642	06/05/2012	74550	218 * I
MIR3738	8695015699	06/05/2012	74550	218 * I
MJC2913	8695015628	05/05/2012	74550	218 * I
MMM1055	8695015617	09/05/2012	74550	218 * I
MND5780	8695015561	27/04/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 607/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 607/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGM2186	8695016030	01/06/2012	74550	218 * I
ALI6661	8695016083	03/06/2012	74550	218 * I
AMN0858	8695015763	11/05/2012	74550	218 * I
BPN6095	8695015902	25/05/2012	74550	218 * I
CXL1398	8695015708	14/05/2012	74550	218 * I
CXU0639	8695015998	05/06/2012	74550	218 * I
DAI0883	8695015845	20/05/2012	74630	218 * II
GSP6986	8695015985	29/05/2012	74550	218 * I
KEF1813	8695015903	25/05/2012	74550	218 * I
LWU2837	8695015829	20/05/2012	74550	218 * I
LXX3258	8695015830	20/05/2012	74550	218 * I
LYR0414	8695015800	11/05/2012	74550	218 * I
LYW5215	8695015756	10/05/2012	74550	218 * I
LZD3431	8695015959	28/05/2012	74550	218 * I
LZD3883	8695015997	04/06/2012	74550	218 * I
LZH9559	8695015388	14/04/2012	74550	218 * I
LZU2660	8695015852	23/05/2012	74550	218 * I
MAE9009	8695015807	20/05/2012	74550	218 * I
MAP9302	8695015824	19/05/2012	74550	218 * I
MAX2387	8695016049	03/06/2012	74550	218 * I
MAX9089	8695016008	02/06/2012	74550	218 * I
MAX9089	8695015973	27/05/2012	74550	218 * I
MBS3370	8695015984	28/05/2012	74550	218 * I
MBY7166	8695016061	31/05/2012	74550	218 * I
MEK9349	8695015739	12/05/2012	74550	218 * I
MFP7823	8695015912	25/05/2012	74550	218 * I
MFQ0956	8695016070	05/06/2012	74630	218 * II
MFV2250	8695015814	19/05/2012	74550	218 * I
MFV4576	8695015749	16/05/2012	74550	218 * I
MFZ0320	8695015925	27/05/2012	74550	218 * I
MGH7648	8695015947	29/05/2012	74550	218 * I
MHA3681	8695016060	06/06/2012	74550	218 * I
MHC5534	8695016051	05/06/2012	74550	218 * I
MHV2904	8695015740	12/05/2012	74550	218 * I
MID4921	8695015753	12/05/2012	74550	218 * I
MIL9568	8695016066	02/06/2012	74550	218 * I
MIO7469	8695015936	29/05/2012	74550	218 * I
MIP1537	8695015962	25/05/2012	74550	218 * I
MJD6038	8695015711	15/05/2012	74550	218 * I
MJD8522	8695015915	27/05/2012	74550	218 * I
MJF8358	8695015906	26/05/2012	74550	218 * I
MJJ6202	8695015952	25/05/2012	74550	218 * I

MJU8018 8695016055 03/06/2012 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 609/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 609/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ALB5725	8695016107	08/06/2012	74630	218 * II
AMY7722	8695016135	10/06/2012	74550	218 * I
ANQ2842	8695016151	12/06/2012	74550	218 * I
DWC2395	8695016119	09/06/2012	74550	218 * I
DWC2395	8695016159	09/06/2012	74550	218 * I
EBU9650	8695015817	20/05/2012	74550	218 * I
EGW2290	8695016155	08/06/2012	74550	218 * I
IDG6790	8695016163	08/06/2012	74550	218 * I
IOR0372	8695016130	08/06/2012	74550	218 * I
IPJ1973	8695015893	19/05/2012	74550	218 * I
JNP3253	8695016103	07/06/2012	74550	218 * I
LCG1192	8695015705	11/05/2012	74550	218 * I
LCH8340	8695016092	09/06/2012	74630	218 * II
LYP2802	8695016143	07/06/2012	74550	218 * I
LYQ1582	8695015743	13/05/2012	74550	218 * I
MAO4041	8695016122	12/06/2012	74550	218 * I
MDM8567	8695016169	10/06/2012	74550	218 * I
MDS8645	8695015766	13/05/2012	74550	218 * I
MDX2957	8695016120	11/06/2012	74550	218 * I
MFB8343	8695015804	19/05/2012	74550	218 * I
MFS4680	8695015885	18/05/2012	74550	218 * I
MHG3543	8695015839	18/05/2012	74710	218 * III
MHH5143	8695016102	13/06/2012	74550	218 * I

MHP4540	8695015850	23/05/2012	74550	218	*	I
MID6638	8695016112	12/06/2012	74550	218	*	I
MJB4951	8695015848	21/05/2012	74550	218	*	I
MJD3206	8695015838	17/05/2012	74550	218	*	I
MKB6099	8695016161	07/06/2012	74550	218	*	I
MMM2060	8695015767	13/05/2012	74630	218	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 611/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 611/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFD1850	8695015914	26/05/2012	74550	218 * I
DGV2763	8695016242	16/06/2012	74550	218 * I
IBZ6418	8695015901	24/05/2012	74550	218 * I
IFY4785	8695016094	10/06/2012	74550	218 * I
IRJ7433	8695016138	13/06/2012	74550	218 * I
MBN5050	8695016113	13/06/2012	74630	218 * II
MBQ5391	8695016230	16/06/2012	74550	218 * I
MBW4914	8695015937	31/05/2012	74550	218 * I
MCW0489	8695016201	16/06/2012	74550	218 * I
MDN7010	8695016181	16/06/2012	74550	218 * I
MGV6594	8695016002	07/06/2012	74550	218 * I
MHJ5689	8695016071	05/06/2012	74550	218 * I
MHT1729	8695016183	18/06/2012	74550	218 * I
MHV2705	8695015975	25/05/2012	74550	218 * I
MID8899	8695016190	15/06/2012	74550	218 * I
MIL0151	8695016210	19/06/2012	74550	218 * I
MJA6744	8695016211	19/06/2012	74710	218 * III
MJE6254	8695016237	15/06/2012	74550	218 * I

MJG5779 8695016221 19/06/2012 74550 218 * I
MMA6500 8695016068 02/06/2012 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 613/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 613/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

CTH8074	8695015927	27/05/2012	74550	218 * I
DLN4885	8695016023	02/06/2012	74630	218 * II
ICF3074	8695016178	16/06/2012	74550	218 * I
JYI5356	8695016177	15/06/2012	74630	218 * II
LAV1635	8695016197	17/06/2012	74550	218 * I
LAV1635	8695016203	17/06/2012	74550	218 * I
LVH9780	8695016080	07/06/2012	74550	218 * I
MAY4766	8695016187	20/06/2012	74550	218 * I
MBG9647	8695016035	03/06/2012	74550	218 * I
MBR9337	8695015993	01/06/2012	74550	218 * I
MCQ0860	8695016247	15/06/2012	74550	218 * I
MFA4831	8695015994	03/06/2012	74630	218 * II
MFE0595	8695016012	04/06/2012	74550	218 * I
MGS7680	8695015968	26/05/2012	74550	218 * I
MJB5278	8695015923	26/05/2012	74550	218 * I
MJM3020	8695015904	26/05/2012	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 615/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 615/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKX8830	8695015969	27/05/2012	74550	218 * I
IFL7684	8695015918	27/05/2012	74550	218 * I
LZW6911	8695015996	03/06/2012	74630	218 * II
MBP8258	8695015958	27/05/2012	74550	218 * I
MCI1605	8695015977	27/05/2012	74550	218 * I
MLD2229	8695015932	25/05/2012	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 617/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 617/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAU3548	8695016307	22/06/2012	74550	218 * I
DGB9420	8695016106	08/06/2012	74550	218 * I
DKG9962	8695016171	09/06/2012	74630	218 * II
IDP8294	8695016152	13/06/2012	74550	218 * I
ILW7639	8695016117	08/06/2012	74550	218 * I
IWY7007	8695016259	28/06/2012	74550	218 * I
LYB3426	8695016145	08/06/2012	74550	218 * I
LYP5935	8695016091	09/06/2012	74550	218 * I
MAA6497	8695015943	27/05/2012	74550	218 * I
MBE8946	8695016286	23/06/2012	74630	218 * II
MDE2671	8695016291	24/06/2012	74550	218 * I
MDS7044	8695016251	23/06/2012	74550	218 * I
MDX3495	8695016295	27/06/2012	74630	218 * II
MEF9298	8695016099	12/06/2012	74550	218 * I
MEO3361	8695016136	11/06/2012	74550	218 * I
MEO8227	8695016273	23/06/2012	74630	218 * II
MFC4967	8695016172	11/06/2012	74550	218 * I
MFL3996	8695016278	23/06/2012	74550	218 * I
MFO2069	8695016139	13/06/2012	74630	218 * II
MGD5743	8695016249	21/06/2012	74550	218 * I
MGI8769	8695016090	08/06/2012	74550	218 * I
MGS9338	8695016319	26/06/2012	74550	218 * I
MGT1266	8695016287	23/06/2012	74550	218 * I
MGZ3422	8695016315	26/06/2012	74550	218 * I
MIJ4913	8695016285	22/06/2012	74550	218 * I
MIZ9211	8695016329	21/06/2012	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 619/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 619/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BCP3339	8695016409	01/07/2012	74550	218 * I
EEQ5385	8695016352	03/07/2012	74550	218 * I
GBG0030	8695016217	16/06/2012	74550	218 * I
GFS1997	8695016188	21/06/2012	74550	218 * I
IJO4870	8695016363	02/07/2012	74550	218 * I
JNZ7961	8695016150	07/06/2012	74550	218 * I
LYE4957	8695016422	02/07/2012	74550	218 * I
LZA0989	8695016473	11/07/2012	74550	218 * I
LZP5869	8695016176	15/06/2012	74550	218 * I
MFB8902	8695016193	16/06/2012	74630	218 * II
MFV1118	8695016413	29/06/2012	74550	218 * I
MGP2468	8695016437	06/07/2012	74550	218 * I
MIE9199	8695016346	30/06/2012	74550	218 * I
MII4985	8695016391	01/07/2012	74550	218 * I
MIM7949	8695016425	05/07/2012	74550	218 * I
MIT1726	8695016214	14/06/2012	74550	218 * I
MIW9233	8695016410	01/07/2012	74550	218 * I
MJP7349	8695016355	29/06/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 621/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 621/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CCM6258	8695016512	13/07/2012	74550	218 * I
CYQ1033	8695016243	17/06/2012	74550	218 * I
DJE2752	8695016182	17/06/2012	74550	218 * I
IID7830	8695016179	16/06/2012	74630	218 * II
LIW6160	8695016438	06/07/2012	74630	218 * II
LWT8247	8695016443	10/07/2012	74550	218 * I
LXR9140	8695016456	11/07/2012	74550	218 * I
LXY0395	8695016439	08/07/2012	74550	218 * I
LYK0253	8695016428	07/07/2012	74550	218 * I
LZK8680	8695016518	14/07/2012	74630	218 * II
MAK5073	8695016200	20/06/2012	74630	218 * II
MBF6474	8695016327	25/06/2012	74550	218 * I
MCI0523	8695016537	13/07/2012	74550	218 * I
MDG5324	8695016516	16/07/2012	74550	218 * I
MDV9302	8695016492	11/07/2012	74550	218 * I
MFI2133	8695016218	16/06/2012	74550	218 * I
MFP0890	8695016281	23/06/2012	74550	218 * I
MHO9746	8695016478	10/07/2012	74550	218 * I
MHS9536	8695016279	23/06/2012	74550	218 * I
MIE5862	8695016466	08/07/2012	74550	218 * I
MJP1304	8695016445	08/07/2012	74550	218 * I
MJT0893	8695016332	25/06/2012	74550	218 * I
MJW7149	8695016536	13/07/2012	74550	218 * I
MKD6999	8695016330	25/06/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 623/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 623/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

APC5857	8695016252	23/06/2012	74550	218 * I
CLL3103	8695016608	21/07/2012	74630	218 * II
EDS6574	8695016634	20/07/2012	74550	218 * I
EGG9683	8695016660	25/07/2012	74550	218 * I
ELZ7849	8695016611	20/07/2012	74550	218 * I
GSP6986	8695016649	23/07/2012	74550	218 * I
JVC1367	8695016583	20/07/2012	74550	218 * I
LYI4015	8695016619	22/07/2012	74550	218 * I
MBT3298	8695016591	22/07/2012	74550	218 * I
MBZ8943	8695016568	21/07/2012	74550	218 * I
MDD2905	8695016263	28/06/2012	74550	218 * I
MDY0975	8695016272	23/06/2012	74550	218 * I
MES4023	8695016292	24/06/2012	74550	218 * I
MFH3518	8695016575	25/07/2012	74630	218 * II
MGF3528	8695016655	18/07/2012	74550	218 * I
MGP5050	8695016626	22/07/2012	74630	218 * II
MIB9580	8695016642	25/07/2012	74550	218 * I
MIU8772	8695016563	20/07/2012	74550	218 * I
NEB1069	8695016622	24/07/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 625/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 625/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAQ4921	8695016787	09/08/2012	74550	218 * I
AFP3110	8695016448	08/07/2012	74630	218 * II
AFP3110	8695016482	08/07/2012	74550	218 * I
AHV5244	8695016349	03/07/2012	74550	218 * I
CMC6477	8695016770	05/08/2012	74550	218 * I
DDJ6077	8695016378	29/06/2012	74550	218 * I
DFP1919	8695016744	04/08/2012	74550	218 * I
DIL7823	8695016403	01/07/2012	74550	218 * I
DTA2001	8695016688	30/07/2012	74550	218 * I
HUI2223	8695016791	05/08/2012	74550	218 * I
IJT7662	8695016451	10/07/2012	74550	218 * I
ILZ8141	8695016560	18/07/2012	74550	218 * I
ING5969	8695016427	06/07/2012	74550	218 * I
JEP5579	8695016387	29/06/2012	74550	218 * I
KLJ2382	8695016525	14/07/2012	74550	218 * I
LAX0438	8695016365	04/07/2012	74550	218 * I
LWT2804	8695016493	12/07/2012	74550	218 * I
LXR6578	8695016430	08/07/2012	74550	218 * I
LXR9140	8695016699	27/07/2012	74550	218 * I
LYG1738	8695016435	05/07/2012	74550	218 * I
LYI1950	8695016361	02/07/2012	74550	218 * I
LYK6227	8695016434	11/07/2012	74550	218 * I
LYP2546	8695016554	15/07/2012	74550	218 * I
LZD3431	8695016692	28/07/2012	74550	218 * I
LZX7033	8695016450	11/07/2012	74550	218 * I
MAM7502	8695016366	04/07/2012	74550	218 * I
MBC0675	8695016749	08/08/2012	74550	218 * I
MBT2162	8695016693	31/07/2012	74550	218 * I
MCX7867	8695016416	03/07/2012	74550	218 * I
MCX7867	8695016348	03/07/2012	74550	218 * I
MDE9647	8695016519	14/07/2012	74550	218 * I
MEK9349	8695016396	29/06/2012	74550	218 * I
MEY7846	8695016632	20/07/2012	74550	218 * I
MEY9171	8695016726	31/07/2012	74550	218 * I
MFY0909	8695016666	28/07/2012	74550	218 * I
MGL2610	8695016695	28/07/2012	74550	218 * I
MGT8270	8695016648	23/07/2012	74550	218 * I
MHR4555	8695016419	03/07/2012	74550	218 * I
MIH4802	8695016417	03/07/2012	74550	218 * I
MJP9345	8695016697	27/07/2012	74550	218 * I
MJS3981	8695016480	11/07/2012	74550	218 * I
MJU2222	8695016547	16/07/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 627/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 627/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEU3968	8695016498	12/07/2012	74550	218 * I
AEU3968	8695016511	12/07/2012	74550	218 * I
AIB9962	8695016641	24/07/2012	74550	218 * I
ATF2952	8695016494	12/07/2012	74550	218 * I
BQT1171	8695016831	12/08/2012	74550	218 * I
BUM7774	8695016593	21/07/2012	74550	218 * I
IER8838	8695016658	23/07/2012	74550	218 * I
MAX5917	8695016552	12/07/2012	74630	218 * II
MCX0114	8695016369	29/06/2012	74710	218 * III
MDB1885	8695016829	11/08/2012	74630	218 * II
MDK2041	8695016837	12/08/2012	74550	218 * I
MGH3546	8695016860	12/08/2012	74550	218 * I
MGP0217	8695016581	19/07/2012	74550	218 * I
MGT5377	8695016772	08/08/2012	74630	218 * II
MHG2389	8695016499	12/07/2012	74550	218 * I
MIL6124	8695016569	22/07/2012	74550	218 * I
MJW2673	8695016532	15/07/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 629/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 629/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKV2963	8695016706	01/08/2012	74550	218 * I
APG2090	8695016723	04/08/2012	74550	218 * I
ARS9038	8695016667	28/07/2012	74550	218 * I
CYD8570	8695016670	28/07/2012	74550	218 * I
LBR7884	8695016751	09/08/2012	74550	218 * I
LWW7574	8695016701	01/08/2012	74550	218 * I
LXD0918	8695016858	11/08/2012	74550	218 * I
LZP4872	8695016673	30/07/2012	74550	218 * I
MAO3131	8695016818	12/08/2012	74550	218 * I
MAR9715	8695016700	31/07/2012	74550	218 * I
MEC1686	8695016672	29/07/2012	74630	218 * II
MEE6921	8695016683	27/07/2012	74550	218 * I
MEM5308	8695016617	20/07/2012	74550	218 * I
MFD8982	8695016687	30/07/2012	74550	218 * I
MHH1757	8695016680	01/08/2012	74550	218 * I
MIJ9855	8695016825	11/08/2012	74550	218 * I
MIL6124	8695016624	22/07/2012	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 631/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 631/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ARB4058	8695016882	17/08/2012	74550	218 * I
FSP0014	8695016739	09/08/2012	74550	218 * I
IBM7437	8695016876	21/08/2012	74550	218 * I
LWT6921	8695016955	29/08/2012	74550	218 * I
MBK3380	8695016871	18/08/2012	74630	218 * II
MBY4734	8695017020	30/08/2012	74710	218 * III
MCQ0986	8695016950	25/08/2012	74550	218 * I
MER2020	8695016925	17/08/2012	74550	218 * I
MHT1729	8695016977	30/08/2012	74550	218 * I
MIV1949	8695016988	27/08/2012	74550	218 * I
MJP1304	8695016990	24/08/2012	74550	218 * I
MJY5471	8695016971	26/08/2012	74550	218 * I
MKG3521	8695017001	28/08/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 633/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 633/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DGB9100	8695017064	30/08/2012	74550	218 * I
JPK5142	8695016812	14/08/2012	74550	218 * I
LXG9250	8695017065	30/08/2012	74550	218 * I
LZH8648	8695016813	14/08/2012	74550	218 * I

LZX7083	8695016845	14/08/2012	74550	218	*	I
MBM7432	8695017035	30/08/2012	74630	218	*	II
MCO6193	8695017023	31/08/2012	74550	218	*	I
MCW4813	8695017055	05/09/2012	74630	218	*	II
MDR5735	8695017007	23/08/2012	74550	218	*	I
MEB1331	8695016846	10/08/2012	74550	218	*	I
MEE9526	8695017063	04/09/2012	74550	218	*	I
MER1119	8695017072	02/09/2012	74550	218	*	I
MHL7487	8695016826	11/08/2012	74550	218	*	I
MIJ2855	8695017040	04/09/2012	74550	218	*	I
MIT2761	8695016833	13/08/2012	74550	218	*	I
MJN4221	8695016815	11/08/2012	74630	218	*	II
MJQ8544	8695017041	31/08/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 635/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 635/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DLC7855	8695017156	09/09/2012	74550	218 * I
HWF7992	8695017103	07/09/2012	74630	218 * II
JUM5035	8695016856	16/08/2012	74550	218 * I
LXH8345	8695016823	10/08/2012	74550	218 * I
LZL4683	8695017132	07/09/2012	74550	218 * I
MBN1984	8695017159	09/09/2012	74550	218 * I
MCN9848	8695016799	11/08/2012	74550	218 * I
MDE2065	8695016827	11/08/2012	74550	218 * I
MDL8763	8695017091	06/09/2012	74710	218 * III
MGM2291	8695017110	08/09/2012	74550	218 * I
MGU0067	8695016830	12/08/2012	74550	218 * I

MIC7615	8695017166	09/09/2012	74550	218	*	I
MIE9823	8695017165	09/09/2012	74630	218	*	II
MIF2759	8695017160	09/09/2012	74550	218	*	I
MJJ4653	8695017145	08/09/2012	74550	218	*	I
MKL5263	8695017167	09/09/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 637/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 637/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BMM0473	8695016918	19/08/2012	74550	218 * I
CRL2690	8695016887	21/08/2012	74630	218 * II
DFO6152	8695016981	24/08/2012	74550	218 * I
INF3045	8695016937	19/08/2012	74550	218 * I
LXJ6708	8695017002	25/08/2012	74550	218 * I
LXT0166	8695016999	24/08/2012	74550	218 * I
LZJ6660	8695016983	26/08/2012	74550	218 * I
LZK4201	8695016878	21/08/2012	74550	218 * I
LZW3542	8695016966	27/08/2012	74630	218 * II
MCK6598	8695016929	16/08/2012	74550	218 * I
MDF0235	8695017121	08/09/2012	74550	218 * I
MDT8933	8695016916	21/08/2012	74550	218 * I
MEK4291	8695016880	16/08/2012	74630	218 * II
MEU4063	8695016991	24/08/2012	74550	218 * I
MHB0487	8695016932	16/08/2012	74550	218 * I
MHV8748	8695016873	20/08/2012	74550	218 * I
MIC2326	8695016951	27/08/2012	74550	218 * I
MI16028	8695017005	22/08/2012	74550	218 * I
MIX6265	8695016885	19/08/2012	74710	218 * III

MKJ5983 8695017019 24/08/2012 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 639/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 639/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BGJ8126	8695017059	03/09/2012	74630	218 * II
DCD0206	8695016904	21/08/2012	74550	218 * I
IKX6179	8695017021	30/08/2012	74550	218 * I
LZL1429	8695017013	01/09/2012	74550	218 * I
MCD7746	8695017033	05/09/2012	74550	218 * I
MFB8343	8695016884	18/08/2012	74550	218 * I
MGC5270	8695016995	26/08/2012	74550	218 * I
MHX5595	8695017009	24/08/2012	74550	218 * I
MJN4221	8695017053	02/09/2012	74550	218 * I
MKE4512	8695016993	26/08/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 641/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 641/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADY7919	8695017151	08/09/2012	74710	218 * III
ADY7919	8695017170	09/09/2012	74710	218 * III
ALU3004	8695017146	08/09/2012	74550	218 * I
ALX3409	8695017101	06/09/2012	74630	218 * II
AOK1333	8695017150	08/09/2012	74550	218 * I
BQT1171	8695017321	20/09/2012	74550	218 * I
BRU7077	8695017022	31/08/2012	74550	218 * I
BYA7557	8695017261	12/09/2012	74550	218 * I
DTA2001	8695017285	15/09/2012	74630	218 * II
HRN0022	8695017255	16/09/2012	74550	218 * I
HVL0504	8695017348	24/09/2012	74550	218 * I
IPK0534	8695017079	03/09/2012	74550	218 * I
IQC1736	8695017307	18/09/2012	74550	218 * I
JPZ8221	8695017100	05/09/2012	74550	218 * I
KDL5176	8695017366	23/09/2012	74550	218 * I
LWY0089	8695017262	13/09/2012	74550	218 * I
LXD0827	8695017235	19/09/2012	74550	218 * I
LXI0859	8695017184	16/09/2012	74550	218 * I
LYI6608	8695017381	28/09/2012	74550	218 * I
LYR5865	8695017209	15/09/2012	74550	218 * I
LYR5865	8695017183	15/09/2012	74550	218 * I
MAG8907	8695017331	22/09/2012	74630	218 * II
MAU5216	8695017272	14/09/2012	74550	218 * I
MBN3107	8695017069	01/09/2012	74550	218 * I
MBU0401	8695017082	30/08/2012	74550	218 * I
MBY4734	8695017225	16/09/2012	74710	218 * III
MBY4734	8695017299	16/09/2012	74710	218 * III
MCE5717	8695017319	20/09/2012	74550	218 * I
MCM0913	8695017202	18/09/2012	74550	218 * I
MCN0503	8695017118	06/09/2012	74550	218 * I
MCN3431	8695017338	24/09/2012	74550	218 * I
MCY7987	8695017149	08/09/2012	74550	218 * I
MDE2671	8695017291	15/09/2012	74550	218 * I
MEB3817	8695017385	29/09/2012	74550	218 * I
MEN0727	8695017382	20/09/2012	74550	218 * I
MFC9407	8695017187	16/09/2012	74550	218 * I
MFG0043	8695017080	02/09/2012	74550	218 * I

MFH1831	8695016800	11/08/2012	74550	218	*	I
MGV8129	8695017126	07/09/2012	74550	218	*	I
MHO9921	8695017174	10/09/2012	74550	218	*	I
MHO9921	8695017162	09/09/2012	74630	218	*	II
MHV6019	8695017112	08/09/2012	74550	218	*	I
MIH8458	8695017098	07/09/2012	74550	218	*	I
MIT1455	8695017139	08/09/2012	74630	218	*	II
MIY7598	8695017251	16/09/2012	74550	218	*	I
MJO0969	8695017206	14/09/2012	74550	218	*	I
MJR1711	8695017358	27/09/2012	74550	218	*	I
MJR7259	8695017141	07/09/2012	74630	218	*	II
MZU1239	8695017096	06/09/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 643/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 643/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADW4972	8695017523	07/10/2012	74550	218 * I
AFJ3937	8695017393	23/09/2012	74550	218 * I
AKA9038	8695017485	07/10/2012	74550	218 * I
APQ6317	8695017535	08/10/2012	74550	218 * I
BGM0062	8695017487	09/10/2012	74550	218 * I
BQT1171	8695017446	28/09/2012	74550	218 * I
CYD8570	8695017406	29/09/2012	74550	218 * I
DDB9248	8695017429	30/09/2012	74630	218 * II
DDB9248	8695017440	30/09/2012	74550	218 * I
DRR5004	8695017507	04/10/2012	74550	218 * I
IHH8090	8695017045	01/09/2012	74550	218 * I
MAG4763	8695017412	03/10/2012	74550	218 * I

MAG8907	8695017388	22/09/2012	74710	218	*	III
MAR3601	8695017480	10/10/2012	74550	218	*	I
MCE4399	8695017520	07/10/2012	74550	218	*	I
MCE4399	8695017450	30/09/2012	74550	218	*	I
MCK1131	8695017442	30/09/2012	74550	218	*	I
MFK7818	8695017428	30/09/2012	74550	218	*	I
MGW5502	8695017534	07/10/2012	74550	218	*	I
MHF5909	8695017341	23/09/2012	74550	218	*	I
MHH0884	8695017426	29/09/2012	74630	218	*	II
MHP1444	8695017410	01/10/2012	74550	218	*	I
MHY1923	8695017409	30/09/2012	74630	218	*	II
MHZ3929	8695017478	06/10/2012	74550	218	*	I
MIW3914	8695017510	04/10/2012	74550	218	*	I
MJI0015	8695017414	03/10/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 645/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 645/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGU6008	8695017595	16/10/2012	74550	218 * I
AGU6008	8695017614	16/10/2012	74630	218 * II
MGC7645	8695017444	02/10/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 647/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 647/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADM8193	8695017295	16/09/2012	74550	218 * I
AJN8493	8695017281	15/09/2012	74710	218 * III
APC5857	8695017375	23/09/2012	74550	218 * I
AWE5550	8695017296	16/09/2012	74630	218 * II
CGR5513	8695017301	17/09/2012	74550	218 * I
ILI6991	8695017196	21/09/2012	74550	218 * I
ILI6991	8695017217	20/09/2012	74550	218 * I
IQB6311	8695017713	21/10/2012	74550	218 * I
KNR2644	8695017679	21/10/2012	74550	218 * I
KNU0452	8695017194	20/09/2012	74550	218 * I
LXD2309	8695017212	13/09/2012	74630	218 * II
LXD3765	8695017182	15/09/2012	74550	218 * I
LXW8945	8695017567	12/10/2012	74550	218 * I
LYA8099	8695017373	23/09/2012	74550	218 * I
MAZ1865	8695017680	21/10/2012	74550	218 * I
MAZ9632	8695017294	15/09/2012	74630	218 * II
MBF4255	8695017632	11/10/2012	74550	218 * I
MBU3431	8695017732	20/10/2012	74550	218 * I
MCS5836	8695017710	21/10/2012	74550	218 * I
MDD2905	8695017613	16/10/2012	74550	218 * I
MDG7279	8695017688	21/10/2012	74550	218 * I
MDN6580	8695017197	21/09/2012	74550	218 * I
MDR7807	8695017279	14/09/2012	74550	218 * I
MEC3082	8695017228	13/09/2012	74550	218 * I
MFI5294	8695017252	17/09/2012	74550	218 * I
MGB6520	8695017280	15/09/2012	74630	218 * II
MGN9856	8695017273	14/09/2012	74550	218 * I
MGP6461	8695017585	18/10/2012	74550	218 * I
MHZ6085	8695017288	15/09/2012	74550	218 * I
MID2950	8695017626	17/10/2012	74630	218 * II
MIK9596	8695017730	24/10/2012	74550	218 * I

MJB4629	8695017700	20/10/2012	74630	218	*	II
MJB4699	8695017708	20/10/2012	74550	218	*	I
MJB4699	8695017623	15/10/2012	74630	218	*	II
MJB4699	8695017733	20/10/2012	74550	218	*	I
MJN4906	8695017315	20/09/2012	74550	218	*	I
MJP5162	8695017359	21/09/2012	74550	218	*	I
MKE9512	8695017701	21/10/2012	74550	218	*	I
MKJ5983	8695017300	17/09/2012	74550	218	*	I
MLD3979	8695017721	19/10/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 649/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 649/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIV9352	8695017416	30/09/2012	74630	218 * II
ALN8115	8695017253	18/09/2012	74550	218 * I
BXN3020	8695017449	04/10/2012	74550	218 * I
CCJ1280	8695017214	15/09/2012	74630	218 * II
CCT6440	8695017506	09/10/2012	74550	218 * I
IFQ7367	8695017360	21/09/2012	74550	218 * I
IFR2583	8695017727	21/10/2012	74550	218 * I
IGK8687	8695017530	07/10/2012	74550	218 * I
JKT2872	8695017473	10/10/2012	74550	218 * I
JYQ9060	8695017472	09/10/2012	74550	218 * I
LXD2309	8695017499	07/10/2012	74630	218 * II
LXX8753	8695017528	06/10/2012	74550	218 * I
LYG1895	8695017500	05/10/2012	74550	218 * I
LYR8079	8695017355	26/09/2012	74550	218 * I
MAE3988	8695017459	08/10/2012	74550	218 * I

MAF1828	8695017493	07/10/2012	74550	218	*	I
MAV7176	8695017457	08/10/2012	74550	218	*	I
MAX8637	8695017495	04/10/2012	74550	218	*	I
MBG7427	8695017433	30/09/2012	74550	218	*	I
MCG6320	8695017417	30/09/2012	74550	218	*	I
MDI0727	8695017468	06/10/2012	74550	218	*	I
MDI7548	8695017525	08/10/2012	74550	218	*	I
MEH7270	8695017445	30/09/2012	74550	218	*	I
MFN9558	8695017387	22/09/2012	74550	218	*	I
MFS6175	8695017419	30/09/2012	74630	218	*	II
MFV6589	8695017423	03/10/2012	74550	218	*	I
MFV6648	8695017394	23/09/2012	74550	218	*	I
MGF1139	8695017455	07/10/2012	74550	218	*	I
MGP4817	8695017494	04/10/2012	74550	218	*	I
MGQ5701	8695017537	09/10/2012	74550	218	*	I
MHP8183	8695017353	23/09/2012	74550	218	*	I
MHV2788	8695017364	22/09/2012	74550	218	*	I
MIA2955	8695017497	05/10/2012	74550	218	*	I
MIN5238	8695017519	06/10/2012	74550	218	*	I
MIO7106	8695017283	15/09/2012	74550	218	*	I
MIQ8287	8695017336	22/09/2012	74630	218	*	II
MIW7393	8695017490	10/10/2012	74550	218	*	I
MKL7561	8695017538	11/10/2012	74550	218	*	I
MKP4269	8695017310	19/09/2012	74550	218	*	I
MLX9279	8695017378	23/09/2012	74550	218	*	I
MZF9610	8695017413	03/10/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 651/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 651/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ADV8011	8695017352	23/09/2012	74550	218 * I
MBR0674	8695017566	11/10/2012	74550	218 * I
MFR4661	8695017396	24/09/2012	74550	218 * I
MIB6841	8695017462	09/10/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 653/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 653/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AFF3581	8695017564	11/10/2012	74550	218 * I
AKL1435	8695017628	13/10/2012	74550	218 * I
ALO5731	8695017983	10/11/2012	74550	218 * I
ALO5731	8695017987	12/11/2012	74550	218 * I
ALO5731	8695017975	12/11/2012	74710	218 * III
ALU3004	8695017668	15/10/2012	74550	218 * I
ANY6035	8695017773	27/10/2012	74630	218 * II
AQA7293	8695017794	31/10/2012	74630	218 * II
BNG0763	8695017641	14/10/2012	74550	218 * I
CJL5057	8695017979	11/11/2012	74550	218 * I
COT5113	8695017722	21/10/2012	74550	218 * I
CPL3927	8695017763	27/10/2012	74550	218 * I
CRI6550	8695017795	28/10/2012	74550	218 * I
DAY1570	8695017865	06/11/2012	74550	218 * I
DDT7426	8695017664	12/10/2012	74550	218 * I
DGV2763	8695017706	20/10/2012	74550	218 * I
EBI2089	8695017606	13/10/2012	74550	218 * I
IER5205	8695017609	14/10/2012	74550	218 * I

IFH8059	8695017782	28/10/2012	74550	218	*	I
IHH3662	8695017673	12/10/2012	74550	218	*	I
INR9730	8695017740	27/10/2012	74550	218	*	I
IPR8627	8695017737	25/10/2012	74550	218	*	I
JNP3253	8695017922	11/11/2012	74550	218	*	I
LWT0852	8695017748	25/10/2012	74550	218	*	I
LWY1650	8695017982	10/11/2012	74550	218	*	I
LXR9500	8695017745	30/10/2012	74550	218	*	I
LXY6357	8695017947	11/11/2012	74550	218	*	I
LYB2281	8695017717	21/10/2012	74550	218	*	I
LYV2373	8695017757	25/10/2012	74550	218	*	I
MAN4718	8695017771	30/10/2012	74550	218	*	I
MBX9497	8695017705	19/10/2012	74550	218	*	I
MCK8783	8695017784	25/10/2012	74550	218	*	I
MCK8783	8695017756	25/10/2012	74550	218	*	I
MCO6194	8695017539	11/10/2012	74550	218	*	I
MDG9177	8695017856	03/11/2012	74550	218	*	I
MDK3313	8695017583	15/10/2012	74550	218	*	I
MDX1829	8695017656	12/10/2012	74550	218	*	I
MEC9864	8695017608	14/10/2012	74550	218	*	I
MEH3596	8695017741	28/10/2012	74630	218	*	II
MEO0841	8695017547	15/10/2012	74550	218	*	I
MEP3402	8695017550	15/10/2012	74550	218	*	I
MFE0645	8695017978	10/11/2012	74550	218	*	I
MGL2610	8695017913	09/11/2012	74550	218	*	I
MHC8541	8695017711	21/10/2012	74550	218	*	I
MHM8055	8695017665	13/10/2012	74550	218	*	I
MHO7570	8695017932	09/11/2012	74550	218	*	I
MHV6792	8695017646	16/10/2012	74550	218	*	I
MHY5600	8695017829	02/11/2012	74550	218	*	I
MIT9630	8695017842	03/11/2012	74550	218	*	I
MIU0903	8695017634	12/10/2012	74550	218	*	I
MJA6353	8695017454	06/10/2012	74550	218	*	I
MJB4629	8695017950	12/11/2012	74550	218	*	I
MJB4699	8695017951	12/11/2012	74550	218	*	I
MJI3741	8695017659	15/10/2012	74550	218	*	I
MJR8123	8695017805	04/11/2012	74550	218	*	I
MMA8580	8695017753	29/10/2012	74550	218	*	I
MMK6310	8695017903	11/11/2012	74550	218	*	I
NFT9390	8695017866	07/11/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 655/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8695 655/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZQ6475	8695017944	10/11/2012	74550	218 * I
MFC2155	8695017930	13/11/2012	74550	218 * I
MHJ1061	8695017966	10/11/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 656/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8695 656/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALG2889	8695017574	18/10/2012	74550	218 * I
AVF3700	8695018081	20/11/2012	74550	218 * I
BQT1171	8695018138	23/11/2012	74550	218 * I
GTI3551	8695018105	20/11/2012	74550	218 * I
IGQ0012	8695018034	17/11/2012	74550	218 * I
JMD6529	8695018219	24/11/2012	74550	218 * I

JNO6542	8695018010	16/11/2012	74550	218	*	I
LOT0436	8695018066	15/11/2012	74550	218	*	I
LZG3695	8695017734	21/10/2012	74550	218	*	I
LZM0004	8695018041	21/11/2012	74550	218	*	I
MAG0809	8695018143	25/11/2012	74710	218	*	III
MAG0809	8695018072	18/11/2012	74550	218	*	I
MAL7197	8695018127	18/11/2012	74550	218	*	I
MAU3521	8695017694	20/10/2012	74550	218	*	I
MDC6745	8695018087	17/11/2012	74550	218	*	I
MDL9050	8695017992	18/11/2012	74550	218	*	I
MED7445	8695018110	22/11/2012	74550	218	*	I
MEL0489	8695017996	20/11/2012	74550	218	*	I
MEY8498	8695018111	22/11/2012	74550	218	*	I
MFV6327	8695018046	13/11/2012	74550	218	*	I
MHH6548	8695018047	14/11/2012	74550	218	*	I
MHL4120	8695018123	15/11/2012	74550	218	*	I
MHP2646	8695018007	15/11/2012	74550	218	*	I
MHZ1991	8695018058	22/11/2012	74630	218	*	II
MHZ1991	8695018043	22/11/2012	74550	218	*	I
MIL2934	8695018186	27/11/2012	74550	218	*	I
MIQ6354	8695018156	25/11/2012	74550	218	*	I
MJB4629	8695018044	13/11/2012	74550	218	*	I
MJB4629	8695018062	13/11/2012	74550	218	*	I
MJB4699	8695018063	13/11/2012	74630	218	*	II
MJC6063	8695018210	24/11/2012	74550	218	*	I
MJH1397	8695018056	19/11/2012	74550	218	*	I
MJQ5657	8695018184	27/11/2012	74550	218	*	I
MKB0619	8695017991	16/11/2012	74550	218	*	I
MKP9727	8695018142	24/11/2012	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 658/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8695 658/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEG5316	8695018211	22/11/2012	74550	218 * I
AES4924	8695017887	04/11/2012	74550	218 * I
CPC5568	8695017776	28/10/2012	74550	218 * I
CRC1302	8695017755	24/10/2012	74550	218 * I
CXX9155	8695018171	23/11/2012	74550	218 * I
ISL4050	8695018173	25/11/2012	74630	218 * II
LXG2655	8695018061	13/11/2012	74550	218 * I
MCD8544	8695017877	05/11/2012	74550	218 * I
MCG5670	8695018150	29/11/2012	74550	218 * I
MCJ6265	8695018177	25/11/2012	74550	218 * I
MCO6194	8695017823	01/11/2012	74550	218 * I
MCR0730	8695017799	01/11/2012	74630	218 * II
MCV0929	8695018212	23/11/2012	74550	218 * I
MDL8768	8695018217	23/11/2012	74550	218 * I
MGO4965	8695018091	13/11/2012	74550	218 * I
MGT6548	8695017848	01/11/2012	74550	218 * I
MHV1506	8695017752	28/10/2012	74550	218 * I
MIG7037	8695018165	28/11/2012	74550	218 * I
MJC1397	8695017825	03/11/2012	74550	218 * I
MLB6868	8695017831	05/11/2012	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

SERRA ALTA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 118/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 118/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AYF0990	55599069C	19/02/2012	54521	181 * VIII
MCL9815	55599067C	19/02/2012	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 120/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 120/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIH5114	55599017C	03/03/2012	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 121/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8458 121/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCH6557	55599016C	26/02/2012	65992	230 * V
MCH6557	55599015C	26/02/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 122/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8458 122/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJP6980	55599033C	01/03/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 123/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8458 123/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APG5383	55599039C	16/04/2012	51851	167
MEP5003	55599019C	30/03/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 124/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8458 124/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFS2835 55599075C 10/04/2012 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 125/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8458 125/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBN0051 55598980C 20/04/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 126/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 126/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDU1355	55598982C	27/04/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 129/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 129/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MES2656	55598988C	07/06/2012	52070	169
MES2656	55598989C	07/06/2012	52151	170
MES2656	55598990C	07/06/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 130/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 130/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAB8607	55615978C	01/07/2012	59670	203 * V
MBV4652	55615977C	01/07/2012	51851	167
MLD9149	55616051C	30/06/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 131/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8458 131/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJM2449	55616055C	03/08/2012	52742	175
LZV9798	55615993C	06/08/2012	72770	250 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 132/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8458 132/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJM2449 55615989C 05/08/2012 52741 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 133/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 133/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AOS2695 55615994C 07/08/2012 69200 233
LWS0592 55615992C 06/08/2012 72770 250 * II
MFA8306 55615984C 24/07/2012 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 134/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8458 134/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAA1395	55615990C	05/08/2012	73150	252 * I
MFQ8049	55616057C	10/08/2012	54523	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 136/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8458 136/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIR7597 55599000C 04/10/2012 73150 252 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 137/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8458 137/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGX3147 55615999C 09/10/2012 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 138/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8458 138/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DRG0276	55616000C	24/10/2012	59670	203 * V
MFK4301	55616076C	30/10/2012	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 139/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8458 139/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAC7484	55616013C	07/11/2012	64910	227 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

SUL BRASIL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 100/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 100/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJJ8672	55606117C	28/07/2012	52742	175
MDT8827	55606119C	02/08/2012	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 102/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8484 102/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CEL2756 55606136C 15/09/2012 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 104/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8484 104/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CZY8882 55606080C 04/10/2012 70561 244 * III
JYW4142 55606081C 04/10/2012 70561 244 * III

MGF6421 55606082C 04/10/2012 70302 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 93/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8484 93/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFV0981	55940567B	06/12/2011	65992	230 * V
AFV0981	55940569B	06/12/2011	58350	195
AFV0981	55940570B	06/12/2011	66450	230 * X
JGG4869	55940571B	07/12/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 95/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8484 95/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DCX9746 55606126C 24/02/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 96/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8484 96/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHV7377 55606111C 14/04/2012 50100 162 * I
AHV7377 55606112C 14/04/2012 65992 230 * V

AHV7377 55606113C 14/04/2012 50610 163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 98/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8484 98/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYK2373 55923499B 18/06/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 99/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8484 99/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBF4633 55606125C 12/08/2012 65300 228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

TIMBÉ DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 272/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 272/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IHA4476 55674861C 24/11/2011 69200 233
MDX1902 55674847C 25/11/2011 51180 164 c/c 162 * I
MDX1902 55674846C 25/11/2011 50100 162 * I

MND0600 55674842C 20/11/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 273/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 273/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEM8758	55674784C	26/11/2011	58350	195
MEM8758	55674781C	26/11/2011	52070	169
MEM8758	55674782C	26/11/2011	66371	230 * IX
MEM8758	55674783C	26/11/2011	63944	220 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 274/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 274/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZR0852	55674849C	10/12/2011	65992	230 * V
LZW6280	55674956C	11/01/2012	69120	232
LZW6280	55674957C	11/01/2012	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 275/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 275/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DYK0232 55674951C 07/12/2011 59670 203 * V
MIA1573 55674952C 16/12/2011 66532 230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 276/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 276/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CMO8313 55674918C 21/12/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 277/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 277/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCN4895	55674789C	19/01/2012	50100	162 * I
MCN4895	55674790C	19/01/2012	51180	164 c/c 162 * I
MCN4895	55674788C	19/01/2012	65992	230 * V
MCN4895	55674791C	19/01/2012	66371	230 * IX
MJA3377	55674786C	04/01/2012	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 279/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 279/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BRM5614	55674787C	18/12/2011	69200	233
MIH2187	55674953C	22/12/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 280/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 280/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MDL5360	55674928C	07/02/2012	73662	252 * VI
MDL5360	55674927C	07/02/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 282/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 282/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DBE9451	55674792C	25/01/2012	69200	233
HSD5349	55674958C	31/01/2012	65992	230 * V
IGW1374	55674921C	04/02/2012	65992	230 * V
MEM8758	55674742C	07/02/2012	51180	164 c/c 162 * I
MEM8758	55674739C	07/02/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 283/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 283/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LYO5536	55674920C	04/02/2012	65992	230 * V
LYO5536	55674919C	04/02/2012	55250	181 * XV
LYO5536	55674922C	04/02/2012	54100	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 285/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 285/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MEB9349	55674961C	14/02/2012	69200	233
MGI4048	55674794C	18/02/2012	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 286/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 286/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXY3851 55674796C 10/03/2012 52070 169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 287/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 287/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CZX7592 55674929C 12/03/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 288/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 288/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KZS7592	55674795C	01/03/2012	55250	181 * XV
MBB2793	55674964C	31/03/2012	66371	230 * IX
MBB2793	55674965C	30/03/2012	52070	169
MCW8901	55674746C	27/03/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 290/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 290/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCS5471 55674867C 30/03/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 292/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 292/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZZ2957 55674912C 12/04/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 294/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 294/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDZ4809	55674749C	20/04/2012	69200	233
MFE1555	55674967C	24/04/2012	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 296/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 296/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXZ8817	55674932C	03/05/2012	69200	233
LZH0965	55674931C	30/04/2012	55250	181 * XV
MJC8366	55674930C	30/04/2012	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 297/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 297/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAT3283	55674873C	22/05/2012	69200	233
MEV9667	55674933C	18/05/2012	52070	169
MJL7209	55674876C	09/06/2012	50100	162 * I
MJL7209	55674877C	09/06/2012	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 298/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 298/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAL2491	55674970C	08/06/2012	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 299/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 299/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAA8834	55674942C	25/06/2012	50100	162 * I
MAA8834	55674943C	25/06/2012	65992	230 * V
MAA8834	55674944C	25/06/2012	51180	164 c/c 162 * I
MAA8834	55674945C	25/06/2012	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 300/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 300/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWV7938	55674880C	15/06/2012	69200	233
LZH0965	55674940C	25/06/2012	55250	181 * XV
LZH0965	55674938C	22/06/2012	55250	181 * XV
MEO2518	55674941C	25/06/2012	65992	230 * V
MIY2794	55674939C	25/06/2012	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 302/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 302/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAX4906	55674884C	05/07/2012	69200	233
MAC4996	55674883C	29/06/2012	69200	233
MGO9240	55674879C	14/06/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 304/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 304/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFQ8526 55674872C 22/05/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 306/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 306/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MKH0090 55675052C 15/08/2012 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 307/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 307/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IOZ3116	55674886C	21/07/2012	69200	233
LXW9067	55674887C	27/07/2012	69200	233
LYM9797	55674950C	31/07/2012	55250	181 * XV
MHM1218	55674889C	09/08/2012	59670	203 * V
MHM1218	55674888C	09/08/2012	52070	169
MIU0976	55675005C	06/09/2012	70561	244 * III
MIU0976	55675006C	06/09/2012	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 308/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 308/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEM8758	55674973C	20/08/2012	69200	233
MJJ7852	55674980C	24/08/2012	50100	162 * I
MJJ7852	55674981C	24/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
MJJ7852	55674979C	24/08/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 309/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 309/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BHE8248	55674978C	27/08/2012	69200	233
IGH6695	55675004C	04/09/2012	65992	230 * V
MAT6204	55675003C	01/09/2012	54521	181 * VIII
MAX4283	55674975C	23/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
MAX4283	55674977C	23/08/2012	65992	230 * V
MAX4283	55674974C	23/08/2012	50100	162 * I

MIP7392 55674891C 25/09/2012 54870 181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 310/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 310/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZE8430	55675007C	10/09/2012	69200	233
MBB8611	55675054C	05/09/2012	69200	233
MBC0276	55675009C	15/09/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 311/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 311/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CVC9860	55675010C	25/09/2012	65300	228
LXD8700	55674890C	25/09/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 312/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 312/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ILE2555	55674893C	10/10/2012	69200	233

MEV2929 55675008C 16/09/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 313/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 313/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MBH3235	55675020C	22/10/2012	54522	181 * VIII
---------	-----------	------------	-------	------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 315/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8280 315/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAI5715	55674897C	09/11/2012	51180	164 c/c 162 * I
MAI5715	55674896C	09/11/2012	65992	230 * V
MAI5715	55674895C	09/11/2012	50100	162 * I
MFJ5535	55674899C	09/11/2012	65992	230 * V
MFJ5535	55674900C	09/11/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

TREZE TÍLIAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 371/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8344 371/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AFT5854	55446571C	06/02/2012	65992	230	*	V
AFT5854	55446572C	06/02/2012	50100	162	*	I
AFT5854	55446573C	06/02/2012	50610	163	c/c	162 * I
AFT5854	55446574C	06/02/2012	65561	230	*	I
AFT5854	55446575C	06/02/2012	64080	221		
LWV9758	55446791C	04/02/2012	50100	162	*	I
MAK9886	55446577C	24/02/2012	51691	165		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

VARGEM BONITA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 123/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 123/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIT2219	54777636C	27/12/2011	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 124/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8645 124/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZR5501	54777646C	28/02/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 125/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8645 125/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAE6987	54777647C	17/03/2012	50100	162 * I
MAE6987	54777648C	17/03/2012	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 126/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 126/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDT9855	54777519C	28/05/2012	50100	162 * I
MDT9855	54777520C	28/05/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 127/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8645 127/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZK1661	54777715C	08/06/2012	50100	162 * I
MIT2219	54777718C	17/06/2012	65482	229
MJU5108	54777717C	16/06/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 129/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8645 129/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJD6190	54777721C	20/07/2012	51180	164	c/c	162	*	I
MJD6190	54777719C	20/07/2012	50100	162	*			I
MJD6190	54777722C	20/07/2012	65992	230	*			V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 130/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 130/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIA6955	54777901C	11/08/2012	61220	214	*	I
---------	-----------	------------	-------	-----	---	---

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

VIDAL RAMOS**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 227/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8422 227/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCQ7751	54574471C	04/12/2011	58350	195
MCQ7751	54574472C	04/12/2011	70561	244 * III
MJE0132	55942293C	06/12/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 228/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8422 228/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZE8678	55942281C	30/11/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 239/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 239/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYD4670	55942423C	14/06/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 240/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8422 240/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYH0657 55942427C 08/07/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 241/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8422 241/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDC1512 55942428C 14/07/2012 65992 230 * V
MHR4792 55942424C 26/06/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 243/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8422 243/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBN5353	55942429C	20/07/2012	50100	162 * I
MBN5353	55942430C	20/07/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 244/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8422 244/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DAN1382	54574483C	01/08/2012	57380	186 * II
MCV3327	55942432C	29/07/2012	50100	162 * I
MCV3327	55942433C	29/07/2012	65992	230 * V
MDC2246	55942435C	04/08/2012	55413	181 * XVII
MDX6944	54574482C	01/08/2012	55413	181 * XVII
MJI0248	55942436C	04/08/2012	55413	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 245/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8422 245/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCS6995	55942446C	06/10/2012	70481	244 * II
MDZ3770	55942437C	22/08/2012	50100	162 * I

MDZ3770 55942438C 22/08/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 247/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8422 247/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MKM1030	55942456C	24/10/2012	59670	203 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 248/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8422 248/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJK3038 55942444C 22/09/2012 65482 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 249/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8422 249/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDF4809 55942448C 06/10/2012 52070 169
MDS2932 55942450C 06/10/2012 55413 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

VITOR MEIRELES

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 226/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 226/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEC1140	55683165C	09/11/2011	69471	235
LXP1315	55683177C	12/11/2011	50100	162 * I
LXP1315	55683178C	12/11/2011	70481	244 * II
LXP1315	55683179C	12/11/2011	65992	230 * V
LYC2428	55683187C	13/11/2011	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 230/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 230/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYT1493	55683194C	28/01/2012	65992	230 * V
LYT1493	55683195C	28/01/2012	70301	244 * I
LZM9303	55683193C	29/01/2012	51691	165
MBS6405	55683200C	01/03/2012	65992	230 * V
MDJ7755	55482602D	06/03/2012	64080	221
MFZ3621	55482603D	05/03/2012	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 231/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 231/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAX8250	55683199C	01/03/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 232/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 232/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJU4801	55482607D	16/03/2012	50100	162 * I
AJU4801	55482608D	16/03/2012	51180	164 c/c 162 * I
MGM9776	55683196C	10/02/2012	50100	162 * I
MGM9776	55683197C	10/02/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 233/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 233/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBW7869 55482617D 07/04/2012 70301 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 234/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 234/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZC8560 55482616D 07/04/2012 65992 230 * V
LZC8560 55482618D 07/04/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 235/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 235/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAI4683	55482615D	06/04/2012	50100	162 * I
MEH5803	55482621D	06/05/2012	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 236/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 236/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJK2874	55482626D	19/05/2012	54527	181 * VIII
AJK2874	55482627D	19/05/2012	50100	162 * I
AJK2874	55482628D	19/05/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 237/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 237/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJF1851	55482625D	19/05/2012	54527	181 * VIII
MJI2377	55482629D	02/06/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 239/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 239/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWY4343	55483401D	06/06/2012	65992	230 * V
LWY4343	55483402D	06/06/2012	50100	162 * I
LWY4343	55483403D	06/06/2012	51180	164 c/c 162 * I
MCH3795	55483405D	06/06/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 240/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 240/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIR6170	55483406D	19/06/2012	50100	162 * I
AIR6170	55483407D	19/06/2012	51180	164 c/c 162 * I
AIR6170	55483408D	19/06/2012	66372	230 * IX
AIR6170	55483409D	19/06/2012	51851	167
AIR6170	55483410D	19/06/2012	67261	230 * XVIII
BNF3591	55483413D	22/06/2012	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 241/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 241/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEB2111	55483417D	04/07/2012	70481	244 * II

MEU3772	55483418D	04/07/2012	70481	244 * II
MFN4372	55483423D	13/07/2012	51851	167
MIL8292	55483420D	07/07/2012	65640	230 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 242/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 242/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXI0702	55483411D	22/06/2012	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 243/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 243/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADS3122 55483424D 22/07/2012 51691 165
MFY5453 55483414D 25/06/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 245/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 245/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEC9589 55484051D 21/07/2012 70301 244 * I

MEC9589	55484052D	21/07/2012	58350	195
MGE8834	55483506D	29/07/2012	50100	162 * I
MGE8834	55483507D	29/07/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 246/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 246/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ARP3005	55483433D	09/08/2012	65992	230 * V
ARP3005	55483432D	09/08/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 247/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 247/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCL3492	55483437D	21/08/2012	50100	162 * I
MCL3492	55483438D	21/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
MCL3492	55483439D	21/08/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 249/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 249/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MJS0842 55483444D 02/09/2012 70301 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 252/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 252/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MDZ8307	55483447D	06/10/2012	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 253/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 253/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAC2730 55483449D 23/10/2012 53800 181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 254/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 254/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBS9716 55482630D 26/10/2012 65640 230 * II

MBS9716 55482631D 29/10/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 255/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 255/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDO2834	55482633D	16/11/2012	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA